LIVRO DE ANAIS

SEMINÁRIO INTERNO

PPGHS 2025

TERRITÓRIO, CONFLITO E CONEXÕES FLUMINENSES: OS 460 ANOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Realização: PPGHS

Apoio: Faculdade de Formação de Professores UERJ; FAPERJ Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro; CAPES



Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGHS – UERJ/FFP)

ANAIS

XIII Seminário Interno do PPGHS
Território, conflito e conexões fluminenses:
os 460 anos da cidade do Rio de Janeiro

De 29 de setembro a 03 de outubro - São Gonçalo - RJ

2025

Comissão Organizadora

Docentes

Amanda Danelli Costa
Claudia C. Azeredo Atallah
Francisco Gouvea de Sousa
Gelsom Rozentino de Almeida
Maria Aparecida da Silva Cabral
Mauro Amoroso
Regina de Carvalho Ribeiro da Costa
Ronaldo Vainfas

Discentes

Caio Figueiredo Sant' Anna Santos
Daniel Morales
Daniella Langano
Deyvison Marcos B. do Nascimento
Erica Barros de Almeida Araújo
Hiago Rangel Fernandes
Julia de Oliveira Duarte
Luan Cavalcante
Marcelo Macedo de Almeida
Mauricio Aragão
Miguel Ferreira
Pedro Henrique Rocha Robaina
Raphael de Luís Farias Silva
Sophia Rodrigues Saraiva
Vanessa Carvalho Nofuentes Navarro
Taiane Felipe
Tatiana Pantoja Oliveira Araújo
Thyago Soares Pena

Editoração - ANAIS

Maria Aparecida Cabral (Org.)
Julia Duarte
Sophia Rodrigues Saraiva
Thyago Soares Pena
Fernando Rodrigo da Silva

Catalogação na fonte
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

S471 Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social.
(13.: 2025 :Rio de Janeiro)

Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social [Recurso eletrônico] / coordenação: Helenice Aparecida Bastos Rocha; Renata Siuda-Ambroziak; Izabel Priscila Pimentel da Silva; Claudia C.Azeredo Atallah; Mauro Amoroso; Brenda Maribel Carranza Dávila. — Rio de Janeiro : FFP/ UER), 2025.

ISSN 2447-5947

I. História — Congressos. I. Rocha, Helenice Aparecida Bastos. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III.Título.

CDU 94

Bibliotecária: Rejane Rosa do Amaral Monteiro CRB 7/4924

Os textos aqui publicados são de inteira responsabilidade de suas autoras e autores.

Sumário

Apresentação_____

Parte I – Seção de Discentes_____

Ailton de Oliveira Junior - Colonização e expansão madeireira nas regiões da tríplice fronteira de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo_____

Alessandro Machado Franco Batista - Reflexões sobre História, Ensino de História em escolas básica, Educação Museal: Democracia e Territórios de Favelas_____

Ana Clara de Sousa Lobo - Ensino de História em Cuba e a construção da consciência revolucionária_____

Arthur Gabriel Batista de Brito - A frente do empresariado nacional: O movimento RenovaBR e a articulação de uma política neoliberal_____

Arthur Moura - O Cinema Negro Independente do Rio de Janeiro_____

Caio Figueiredo Sant' Anna Santos - Vidas sob controle: os refugiados no jornalismo em quadrinhos de Kate Evans_____

Carinna Almeida Rodrigues - Arquivos da repressão e práticas de vigilância: a atuação de informantes e agentes infiltrados nos documentos do Centro de Informações da Marinha (Cenimar)_____

Carolina Torres Braz - Cassandra Rios: de escritora "mal-dita" e censurada à coragem (de ser) lésbica em plena Ditadura Civil-Militar_____

Cíntia Beñák de Abreu - Quando o passado se torna meme: Desafios para o ensino de História e a aprendizagem crítica____

Cristiane Elias - A historicidade da cidade de Itapira e a produção de sua memória negra_____

Dandara Abreu - Pretos do Rosário: A manifestação religiosa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy-RJ (1846-1858)_____

Daniel Amado Rodriguez Morales - Entre críticos e apoiadores: O jornal La Nación, imprensa chilena e a disputa pela hegemonia durante o Governo da Unidade Popular. (1970-1973)_____

Elaine Monteiro Ribeiro - Tecnologias sociais de resistência e a reinvenção de si: a contribuição da intelectualidade de Maria Beatriz Nascimento na História Social_____

Erica Barros de Almeida Araújo - "O terrorismo de barragem" e os limites do capitalismo extrativista frente à violação de direitos humanos das populações atingidas por barragens_____

Éricka Delmiro dos Santos - O humor gráfico como cartografia da modernidade carioca: a revista Dom Quixote e os imaginários urbanos no início do século XX_____

Fábio Rodrigues de Almeida - E aí, tem patrocínio? Tem. E polêmica também_____

Fausye Mendes de Carvalho Gama Failace - Rock e a onda conservadora: a atuação de Lobão e Roger Moreira na construção do antipetismo e na mobilização da extrema-direita no Brasil (2013-2018)_____

Gabriel de Melo Amaral Lourenço Souza - O Carnaval como Território de Memória: o poder das narrativas de Rosa Magalhães na Construção de uma Identidade Brasileira_____

George Luiz de Abreu Vidipó - A primeira eleição republicana no Brasil nos jornais cariocas_____

Gerson Pereira Minguta - A Territorialização do Poder e a Ressignificação dos Direitos Humanos no Bolsonarismo_____

Helena Wagner Lourenço Ferreira - Contextualização das reformas previdenciárias brasileiras_____

Henrique Nogueira Soares Marins - Para o progresso, o chumbo e o petróleo: a Petrobras no desenvolvimento econômico dependente da ditadura empresarial-militar_____

Hiago Rangel Fernandes - "Campistas revoltosos" e a natureza goitacá nas comunicações políticas: discursos de autoridades régias e militares sobre o distrito campista no final do século XVIII_____

Ingrid Gomes Ferreira - A ação popular por equipamentos públicos de saúde na Rocinha: uma perspectiva histórica_____

Isaac Carvalho de Sousa Silva - Regime de Historicidade o Ensino de História: O Cinema como Mediador da Consciência Histórica_____

Ítalo Ramon Coelho de Aquino - Entre a Lei e a Luta: a Justiça do Trabalho e os Camponeses nas Juntas de Conciliação e Julgamento da Paraíba (1958–1964)_____

João Pedro Valviesse - Quando o Céu da História Cai: cosmopolítica e historiografia periférica em A Queda do Céu___

Joyce Simões - Democracia no país e em casa: o feminismo na imprensa alternativa no Brasil e no Chile (1975 1991)_____

Julia de Oliveira Duarte - "Um homem chamado trabalho está aqui!": as relações de poder em Magé_____

Juliana da Silva Bragança - A Construção da História Escolar: Saberes Docentes em Perspectiva_____

Júlio Cezar de Andrade - Entre a tradição e a atualização: o neointegralismo brasileiro e a atuação da FIB_____

Karine Goulart de Almeida - Joana de Jesus e Filipa da Apresentação: Freiras na mira da Inquisição no Portugal seiscentista_____

Leandro Manhães Silveira - A festa vai começar. A Chaleira faz tchiii!! E a poeira vai subir. Histórias e memórias de um dos mais animados blocos de rua de Niterói_____

Letícia Crespo Bomfim e Silva - A Operação Lava Jato a partir das páginas jornal O Estado de S. Paulo: o discurso da corrupção como uma estratégia de mobilização antipetista_____

Livia Paladino Lopes - Ecos de um presente traumático: memória, negacionismo e o ensino de história em tempos de pandemia_____

Marcelo Macêdo de Almeida - Pastoral e Paroquial: a coexistência de diferentes grupos de juventude na Arquidiocese de Niterói (anos 1980-1990)_____

Maria Clara Araújo Monteiro - Lucíola, Diva e Senhora: A representação da mulher e do casamento na trilogia de José de Alencar_____

Maria Olívia Corrêa Bezerra - A trajetória política de Iara Iavelberg: uma análise sobre gênero e Terrorismo de Estado durante a ditadura civil-militar no Brasil (1967-1971). _____

Marina de Freitas Giovanette - A Construção da História Escolar: Saberes Docentes em Perspectiva Juliana Bragança Aprendizagem histórica e futuros possíveis a partir do trabalho com temas sensíveis_____

Miguel Ferreira de Oliveira - Memória e patrimônio: frutos da imigração italiana em Porto Real (RJ)_____

Miguel Tarnapolsky Vieira - A Odebrecht como Burguesia Interna: Ascensão, Colapso e a Reconfiguração do Bloco no Poder Pós-Lava Jato_____

Milena Dutra Medeiros - Em Legítima Defesa Da Ordem: Perfil de um Criminoso no alvorecer da República (1910-1915)_

Millena Lemos Precioso - O governo de D. Pedro II e o ambiente dos tronos reais: construção de poder_____

Montgomery Miranda - A Avenida Presidente Vargas e a Igreja de S. Pedro dos Clérigos_____

Naicon Brinco - O conceito de aprendizagem no campo do ensino de História_____

Pedro Freitas de Almeida - As Dimensões Educativas da Reforma Agrária em Portugal. Um Projeto de Emancipação Humana e Autonomia_____

Pedro Henrique Rocha Robaina - Os Tapetes de Sal de Corpus Christi em São Gonçalo: conexões entre patrimônio, memória e oralidade_____

Phellipe Patrizi Moreira - “É canto para orixá”: noções de negritude construídas pelos jovens desfilantes do Império do Tijuca

Priscilla Damasceno Rodrigues - Quadrinhos nas aulas de História: uma reflexão sobre aprendizagem por intermédio de recursos didático/afetivos

Raphael Luís de Farias Silva - Sílvio Romero: apropriações, sociabilidades e disputas no campo intelectual

Raquel Matoso da Silva - O Brasil entre o Teonacionalismo e o Patriotismo Importado: A Guerra Cultural a Serviço do Neoimperialismo

Roberta Alcântara Gomes da Silva - Família, casamento e condição feminina nos romances de Amélia de Freitas Bevilacqua (1902 1940)

Roberto Alexandre - Apagamentos da memória do rock brasileiro dos anos 1970

Roberto Castro de Lucena - Quilombo Pedra do Sal: território, identidades e representações afrodescendentes na cidade do Rio de Janeiro

Santiago Arenas Martinez - Acumulación originaria: inserción capitalista y luchas por la reproducción social en el resguardo indígena de Cañamomo y Lomaprieta 1938-1940

Sophia Rodrigues Saraiva - Os Historiadores Campistas: breve abordagem sobre o fazer historiográfico e a memória coletiva no início do Século XX

Taiany Felipe - Intelectuais e os discursos do militarismo: a alcunha revolucionária e sua continuidade entre os movimentos tenentistas e a ditadura militar a partir da atuação de Godofredo Tinoco na região fluminense entre as décadas de 1930 e 1960___

Tatiana Pantoja Oliveira Araújo - Educação Profissional no Brasil (1909-1961): a formação do Ensino Industrial e a difusão das Reformas Educacionais_____

Thyago Soares Pena - Entre Dores e Paixões, no Rio da Negritude: racialização do espaço urbano e as classes perigosas nas Reformas Passos (1902-1906)_____

Vanessa Carvalho Nofuentes Navarro - O Correio da Manhã na campanha da Cruzada Nacional de Educação: o combate ao analfabetismo na década de 1930_____

Vanessa Mendonça Leite - Refúgio, Maternidade e Infância: um estudo sobre o discurso visual em A Noite Ilustrada_____

Vinícius de Aguiar Caloti - "Mestre dos Mestres Prudêncio": Personagem do folclore, da cultura popular, da história e da memória de Cariacica/ES_____

Vinner Stutz de Oliveira - Protestantismo em Nova Friburgo no século XIX: imigração, conflitos e identidade_____

Vitor de Almeida - Experiências da modernidade nos subúrbios cariocas: perspectivas para uma belle époque suburbana_____

Wallace de Oliveira Machado - Escritos sobre a Etiópia: O fiar da trama jesuítica sobre a Etiópia no século XVII_____

Wanderson Silva Bonifácio Junior - A Família Portuguesa nos Livros de Registros da Hospedaria da Ilha das Flores na década de 1920_____

Yonara Costa - O apagamento das mulheres na historiografia de São Gonçalo_____

Parte II – Seção de Egressos_____

Agda Alencar - "A Degradação Ambiental: o Amazonas em comunidades durante a ditadura militar"_____

Kleber Oliveira dos Santos - "A imagem cativa: A análise das fotografias relacionadas à Revolta Comunista de 1935 nos processos do Tribunal de Segurança Nacional"_____

Jean Barreto - "Entre o mar e o concreto: a invenção da Praia de Ramos - Lazer e balneabilidade nos subúrbios carioca (1940-2002)"_____

Leandro de Castro Tavares - "Historiografia da chegada e o cotidiano dos escravizados em Óbidos"_____

Sérgio Kitagawa - "Virada conservadora nas eleições de 2018: qual o papel dos evangélicos?"_____

Apresentação

O Seminário Interno do Programa de Pós-graduação em História Social (PPGHS) da Faculdade de Formação de Professores da UERJ ocorre desde 2010. Visa propiciar ao público interno e externo um espaço de troca entre estudantes e professores. Todos os alunos e alunas são convidados a apresentar trabalhos, independentemente do estágio de suas pesquisas, a fim de que outros pesquisadores e especialistas ofereçam contribuições para o melhor desenvolvimento dos seus estudos. Conta ainda com a participação de licenciandos do Curso de História que atuam nas atividades de monitoria e são incentivados a participar da programação desse evento. Trata-se de um momento importante para a avaliação do processo formativo do PPGHS.

Nesse ano de 2025 o XIII Seminário Interno do PPGHS contou com duas sessões de comunicações, a saber: a) apresentação das investigações dos discentes e b) apresentação dos resultados das pesquisas dos egressos do Programa e versou sobre a temática da efeméride dos 460 anos da cidade do Rio de Janeiro tratando das tensões, conflitos e conexões realizadas em território fluminense.

Sua realização entre 29 de setembro e 03 de outubro de 2025 ocorreu nas dependências da Faculdade de Formação de Professores - Unidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro -, em São Gonçalo, contando com duas conferências, três mesas de debates organizadas a partir das linhas de pesquisa do PPGHS e mesas de apresentações das pesquisas dos discentes e egressos.

Comissão Organizadora - 2025

PARTE I



Discentes



Colonização e expansão madeireira nas regiões da tríplice fronteira de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo

Ailton de Oliveira Junior
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

A grande área localizada nas proximidades da tríplice fronteira interestadual de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, compreende as regiões Norte capixaba, Vale do Mucuri no nordeste mineiro, e Extremo Sul baiano. Desde o início do processo da colonização lusitana das terras da América do Sul, essas regiões se mostraram extremamente difíceis à penetração e conquista pelos colonizadores em decorrência da densidade de sua vegetação e da forte resistência dos povos indígenas às violentas tentativas de tomada de seus domínios.

Essa característica comum foi em grande parte resultado da política de controle da Coroa portuguesa sobre a atividade aurífera ainda no período colonial. Quando se intensificou a produção aurífera em Minas Gerais no século XVIII, a administração colonial portuguesa proibiu a abertura de vias de comunicação e transporte da província para o litoral a fim de se privilegiar o acesso ao porto do Rio de Janeiro como única rota

do ouro e dificultar a ação de contrabandistas por caminhos alternativos. Desse modo, as regiões da tríplice fronteira foram predominantemente dominadas por mata nativa[1].

Essa realidade se manteve pouco modificada até o fim do século XIX. Contudo, mesmo nesse período, diversas iniciativas se desenrolaram no sentido de promover o domínio dessas zonas e se efetivar a conquista desses territórios para o que se entendia como sociedade brasileira. Isso implicava em subjugar e eliminar povos indígenas e derrubar de modo sistemático a floresta nativa que predominava até então para viabilizar a implantação de atividades produtivas inseridas na economia nacional. Assim, a atividade madeireira se mostrou como elemento fundamental para a conformação dos interesses dominantes da sociedade brasileira nas regiões de fronteira entre Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo. Tal processo se expandiu e ganhou nova dinâmica com a política nacional desenvolvimentista levada à cabo a partir dos anos de 1930 no Brasil.

Diante desse processo, este trabalho tem por objetivo analisar a relação histórica entre as regiões limítrofes da tríplice

1 PRADO JÚNIOR, C. *Formação* do *Brasil Contemporâneo:* colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

fronteira, bem como suas semelhanças de ordem econômica, social e geográfica a fim de se entender o processo expansão da atividade madeira como meio de promover a colonização de seus respectivos territórios durante a primeira metade do século XX. O artigo baseia-se na revisão bibliográfica e investigação de dados estatísticos disponíveis em documentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.

A atividade madeireira do norte capixaba

Segundo Egler, o rio Doce serviu por muito tempo como demarcador natural dos limites do povoamento capixaba, que se concentrava até então ao sul da margem esquerda do rio[2]. Contudo, a farta disponibilidade de terras devolutas atraiu a migração de colonizadores para a região a fim de se efetivar a conquista do Estado brasileiro sobre os territórios não explorados por ele. Esse processo esteve relacionado à derrubada da mata nativa para a abertura de áreas para a produção agrícola. Conforme os dados apresentados pelo IBGE, em 1950 as áreas de matas naturais representavam a maior parte

2 EGLER, W. A. A zona pioneira do Rio Doce. *Revista Brasileira de Geografia.* Rio de Janeiro, vol. 13, nº 2, p. 55-96. abr/jun de 1951.

dos dois principais municípios da região, São Mateus e Conceição da Barra, que registravam respectivamente 51,4% e 75,11% em relação à área total[3].

Acerca da atividade madeireira no norte do Espírito Santo, Egler comenta que esta possuía estrutura de funcionamento que demandava maior inversão de capitais quando comparada à atividade agrícola existente na região.

A exploração madeireira, repousando em bases capitalistas está apta a contornar muitas dificuldades, abrindo estradas, mantendo caminhões próprios para o transporte de toras e adquirindo a baixo preço grandes áreas de matas ou alugando apenas o direito de retirar as madeiras. É uma empresa que, ao contrário da agricultura, não corre o risco de sofrer perdas totais por anomalias do tempo e o transporte do produto pode esperar até melhorarem as condições das estradas sem o perigo de deterioração.[4]

No norte do estado, São Mateus era o principal núcleo urbano. Localizava-se no litoral, às margens da foz do rio São Mateus, posição que lhe beneficiava enquanto cidade portuária

3 IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros:* XXII volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1959. p. 146 e 67.
4 EGLER, W. A. A zona pioneira do Rio Doce. *Revista Brasileira de Geografia.* Rio de Janeiro, vol. 13, nº 2, p. 55-96. abr/jun de 1951. p. 80.

para o escoamento da produção regional. Devido a essa importância, a cidade exercia função de centro econômico e político da região.

As terras ao norte do rio Rio São Mateus, segundo Egler, permaneciam em grande parte devolutas em 1951. Os vales dos afluentes Quinze de Novembro e Dois de Setembro, no interior do município de Conceição da Barra, nas proximidades da divisa com Minas Gerais, se encontravam em processo de "desbravamento", ou seja, de conquista por parte de colonos. Devido a pouca fertilidade dos solos desses vales e pela riqueza em madeiras de lei nas matas, em especial a peroba, a exploração econômica das terras se deu por meio da extração da madeira. A produção, seguia o curso dos rios Itaúnas e Itauninhas até o porto de Conceição da Barra de onde era transportada para Vitória e outros centros urbanos[5].

Na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros do IBGE, em seu Volume VI, ao tratar da região Norte do Espírito Santo e Extremo Sul da Bahia nos anos 1950, é dito que suas caracterização pouco foi alterada em relação ao que era no início de seu processo de colonização.

5 EGLER, W. A. A zona pioneira do Rio Doce. *Revista Brasileira de Geografia.* Rio de Janeiro, vol. 13, nº 2, p. 55-96. abr/jun de 1951.

O povoamento do litoral guarda, ainda assim, as características de áreas ocupadas isoladamente e separadas pelos extensos vazios dos tabuleiros, das florestas e terras alagadas, onde imperavam indígenas hostis e febres tropicais. Se atentarmos para a situação atual, veremos que grande parte dos tabuleiros do norte do Espírito Santo e extremo sul da Bahia pouco diferem da antiga situação e não é exagêro afirmar que grandes áreas do litoral Leste estão ainda praticamente despovoadas.[6]

Curioso notar que mesmo considerando a presença de indígenas nas referidas regiões, a leitura feita pelo IBGE é a de que se tratavam de áreas despovoadas. A adjetivação dos indígenas enquanto "hostis" sinaliza a visão do órgão estatal acerca dos povos originários enquanto não pertencentes à sociedade brasileira ou mesmo como antagonistas ao projeto de nação que se pretendia implementar. O desenvolvimento da industrialização e a integração territorial em curso, partes fundamentais desse projeto de nação, implicava na eliminação dos povos nativos para que desse lugar ao modelo de sociedade defendido oficialmente pelo estado brasileiro.

6 IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.* VI volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1958. p. 26.

Em outro trecho da Enciclopédia em que as regiões são evocadas, o caráter "despovoado" de seus territórios é mais uma vez afirmado. Ambas as regiões se encontram entre as áreas referidas enquanto efetivamente "conquistadas" entre a Bahia e o Espírito Santo: as zonas cacaueiras da Bahia e do baixo rio Doce no Espírito Santo. A extensa área compreendida entre as duas zonas produtoras de cacau constituía-se por uma grande cobertura florestal em processo de ocupação, ou seja, de povoamento nos termos reconhecidos pelo Estado brasileiro e seus órgãos técnicos, à exemplo do IBGE[7].

O litoral e a Baixada do Sul da Bahia e Norte do Espírito Santo formam no seu conjunto uma grande área de florestas densas em fase de ocupação pelo homem. Apenas os seus extremos acham-se realmente conquistados: a zona cacaueira da Bahia, ao norte e a zona cacaueira do baixo rio Doce, ao sul, além da recente área de ocupação pioneira do norte do Espírito Santo. No mais, é ainda a floresta onde os primeiros madeireiros

7 PENHA, E. A. *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo.* Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 1993.

estão penetrando formando as vanguardas de novas correntes povoadoras.[8]

Ao analisar a grande região Leste do país no documento, o IBGE descreve o trecho litorâneo entre a região cacaueira da Bahia e o rio Doce no estado do Espírito Santo, zona em que também se desenvolveu a cacauicultura, enquanto uma área de florestas densas a qual ainda estava por ser explorada e efetivamente conquistada pelo ser humano. A atividade madeireira nesse contexto aparece como elemento desbravador, responsável por transformar e consolidar o domínio do Estado sobre essa porção do território nacional.

Necessário ressaltar que a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros possuía o objetivo de apresentar de modo sistematizado e aprofundado o conhecimento produzido até então acerca do território brasileiro em seus mais variados aspectos, sejam eles de ordem natural, física, social, econômica ou cultural. Todo esse conhecimento reunido no documento deveria servir de base para o planejamento e ação dos diversos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal. Logo, a descrição da atividade madeireira enquanto um

8 IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.* VI volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1958. p. 38.

elemento de promoção de conquista da região é um importante indicativo do papel da indústria madeireira para a política econômica em curso no país. Apesar da divisão estadual entre Bahia e Espírito Santo no trecho analisado, o norte capixaba e o extremo sul baiano são lidos com características naturais e humanas muito semelhantes de modo que a efetiva conquista dessa porção dos territórios estaduais, conforme os termos usados pelo próprio IBGE, se daria pelos mesmos vetores de desenvolvimento econômico.

A extração industrial madeireira no Extremo Sul baiano se desenrolou enquanto uma extensão da ação de empresas formadas ou já instaladas no norte capixaba e também no nordeste mineiro. Quanto à atividade madeireira no Espírito Santo, o documento do IBGE, ao descrever as características da ocupação humana no norte do estado, aponta a exploração industrial de madeira nas matas da região como principal elemento povoador. Além disso, indica o caráter capitalista dessa atividade, o que a diferencia de modo substancial do extrativismo tradicional realizado por camponeses, pequenos proprietários ou povos tradicionais, visto que, segundo o documento:

> Somente os madeireiros, apoiados em grandes capitais, podiam suportar as despesas com abertura de estradas e demarcação de lotes. As pequenas propriedades de 25 a 50 hectares em média encontradas hoje nesta zona foram divididas pelas Companhias de Colonização, uma vez feita a seleção das madeiras nas grandes extensões de matas devastadas.[9]

Pode-se entender que a atividade madeireira realizada no Extremo Sul da Bahia possuía as mesmas características das descritas acima, o que sinaliza que a região, por meio da atuação das empresas, se integrava à dinâmica da expansão da industrialização no país. Contudo, há de se pensar se seria a madeira uma especialização produtiva regional ou uma espécie de atividade intermediária que visava abrir espaços em meio à mata atlântica para viabilizar a introdução de outras atividades econômicas.

A integração histórica entre Extremo Sul da Bahia e Nordeste de Minas Gerais

O Extremo Sul baiano, região localizada imediatamente abaixo do rio Jequitinhonha, em meados do século XX se encontrava à margem das principais atividades econômicas do

9 IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.* VI volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1958. p. 122.

estado da Bahia e do país. Sua estrutura era predominantemente rural, com uma pequena rede urbana, característica herdada ainda do período da colonização portuguesa. Contudo, a partir dos anos de 1950 a região passou a cumprir com uma determinada atividade econômica ao deixar de ser um território de predominância de mata nativa, a Mata Atlântica, para ser geografizado segundo as exigências e interesses do mercado. Verificou-se então uma transformação progressiva de um meio natural para um meio técnico. No entanto, essa transformação geográfica se deu fora da zona de influência do governo da Bahia, que se refletiu em um maior distanciamento econômico e cultural para com o restante do estado e em uma maior aproximação para com as regiões dos estados vizinhos com quem fazia fronteira: o Norte do Espírito Santo e o Vale do Mucuri em Minas Gerais.

Contudo, enquanto o território mais ao norte, próximo a Porto Seguro, ainda mantinha alguma relação com a zona do cacau, a parte meridional da região se mostrava mais distante quanto aos demais centros urbanos e econômicos da Bahia. As cidades de Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri, todas litorâneas e fundadas durante o período colonial, só conheciam contato com a capital mediante navegação. As

poucas estradas existentes limitavam-se ao acesso entre essas cidades, o que limitava a comunicação com as demais localidades baianas. Minas Gerais encontrou nessa região o acesso mais viável para o mar, onde poderiam embarcar sua produção em direção aos grandes mercados do país. Em 1881, houve a construção da Estrada de Ferro Bahia-Minas (EFBM), que originalmente interligava a cidade mineira de Teófilo Otoni ao distrito de Ponta de Areia em Caravelas. A EFBM, estendida em 1942 à Araçuaí, foi por muito tempo uma importante rota de transporte e símbolo do projeto de união desta região da Bahia à economia do nordeste de Minas Gerais[10].

Importante considerar que durante a década de 1930, enquanto a região cacaueira se encontrava em crise e necessitava de políticas de recuperação da produção, o nordeste mineiro, que faz fronteira com o Extremo Sul da Bahia, ao contrário, se encontrava com uma produtividade agrícola crescente beneficiada pela promessa de prosperidade e viabilidade comercial proporcionada pela EFBM. As características distintas entre essas regiões tiveram implicações diretas sobre o

10 CERQUEIRA NETO, S. P. G. *Do isolamento regional à globalização:* contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

Extremo Sul, pois ao mesmo tempo em que esta se configurava enquanto região marginal à produção cacaueira, se apresentava enquanto espaço de influência econômica direta de Minas Gerais por meio da ferrovia.

O estado de Minas Gerais, apesar do intensificado processo de urbanização ocorrido em decorrência da atividade mineradora a partir do século XVIII, mantinha por volta da década de 1950 diversas regiões de predominância rural ou de mata nativa, como os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri[11]. Essas regiões compartilhavam com o Extremo Sul baiano características sociais, ambientais e históricas. As várias iniciativas de penetração, povoamento e exploração do interior do território durante o período colonial encontraram nos rios Jequitinhonha, Mucuri e seus respectivos afluentes os principais canais de comunicação e transporte[12]. Apesar do insucesso inicial da efetivação da ocupação colonial do interior da capitania, que se mantinha sob o domínio de diversos povos

11 GIFFONI, J. M. S. *Trilhos arrancados:* história da Estrada de Ferro Bahia e Minas (1978 - 1966). 2006. 307 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.
12 GIFFONI, J. M. S. *Trilhos arrancados:* história da Estrada de Ferro Bahia e Minas (1978 - 1966). 2006. 307 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

indígenas, os rios permaneceram como importantes vias de integração do litoral com o interior nos períodos subsequentes.

Ao longo do curso dos rios instalaram-se algumas fazendas e pequenos núcleos urbanos. Muitos desses empreendimentos coloniais não obtiveram sucesso em decorrência da forte resistência das populações nativas que ali habitavam, à exemplo dos Botocudos, o que contribuiu para que a região permanecesse até o século XIX caracterizada pela pequena quantidade de centros urbanos e pelo predomínio de relações de produção não-capitalistas, integradas em um circuito econômico regionalmente delimitado.

As tentativas de expansão do modelo civilizatório colonial sobre o nordeste de Minas Gerais ganharam maior nível de sistematização com a atuação do empresário e político Teófilo Ottoni durante o período Imperial do Brasil. Sob sua organização foi criada em 1847 a Companhia de Navegação do Mucuri, que, dentre outros objetivos, previa a ocupação e exploração do nordeste mineiro como meio de viabilizar a comunicação direta do norte de Minas Gerais com o litoral baiano e, por extensão, aos principais centros econômicos do país por meio da navegação. Um dos resultados de toda essa movimentação foi a fundação do povoado de Filadélfia às

margens do rio Todos os Santos em 1853, importante entreposto entre os portos marítimos e as cidades de Serro e Diamantina no norte do estado. Décadas depois o povoado foi elevado à condição de município ao desmembrar-se de Minas Novas quando passou a se chamar Teófilo Otoni em homenagem ao empresário[13]. O município de Teófilo Otoni foi de grande importância para a expansão do projeto colonizador no Vale do Mucuri, visto que sua posição estratégica possibilitou a intensificação das expropriações das terras indígenas da região e construção de povoados e aldeamentos que posteriormente se transformaram em centros urbanos. Do desmembramento do município de Teófilo Otoni se originaram, direta e indiretamente, todos os outros que compõem a atual Zona do Mucuri.

Todos os municípios da zona fisiográfica do Mucuri pertenceram ao primitivo município de Teófilo Otoni, sem exceção de um só. O município de Teófilo Otoni era constituído de toda a atual zona do Mucuri. Águas Formosas, Carlos Chagas, Itambacuri, Malacacheta, Pavão e Poté tiveram seus territórios

13 GIFFONI, J. M. S. *Trilhos arrancados:* história da Estrada de Ferro Bahia e Minas (1978 - 1966). 2006. 307 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

desmembrados diretamente do de Teófilo Otoni. Os demais, Ataléia, Bertópolis, Campanário, Frei Gaspar, Frei Inocêncio, Ladainha, Machacalis, Nanuque, Nova Módica, Pampã, Pescador, S. José do Divino e Umburatiba desmembram-se dos primeiros[14].

Para além dos empreendimentos no Vale do Mucuri, a Cia. de Navegação também colocou em questão a ideia de formação de uma nova província, de nome Mucuri, Porto Seguro ou Santa Cruz. Embora a ideia não tenha se formalizado em projeto oficial, chegou a ser objeto de debate em congressos e recebeu até mesmo apoio de personalidades importantes como o Marquês do Paraná. Para além do nordeste mineiro, a nova província incluiria também territórios que compõem o norte do Espírito Santo e o Extremo Sul da Bahia.

A nova província compreenderia a comarca de São Mateus, no Espírito Santo; as comarcas de Caravelas e Porto Seguro na Bahia; a comarca de Jequitinhonha e parte das do Serro e S. Francisco em Minas. Seus limites seriam à leste, o oceano; ao norte o rio Pardo, que deságua no atlântico e o rio

14 GIFFONI, J. M. S. *Trilhos arrancados:* história da Estrada de Ferro Bahia e Minas (1978 - 1966). 2006. 307 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. p. 48.

Verde, afluente do S. Francisco; à oeste o rio S. Francisco; e, ao sul o rio Doce e alguns de seus afluentes do noroeste[15].

Mesmo que a ideia não tenha seguido adiante, muito pela falta de força política suficiente, a proposição indicava um evidente interesse econômico de grupos políticos e empresariais do nordeste mineiro para com as regiões dos estados vizinhos, em especial o litoral da Bahia. Décadas depois, já sob o regime republicano, projetos semelhantes a fim de criar o estado de Santa Cruz foram defendidos, mas dessa vez por políticos e grandes proprietários de terra da Zona Cacaueira da Bahia[16].

Para o Vale do Mucuri e o Extremo Sul da Bahia, essa dinâmica se fortaleceu com a construção da Estrada de Ferro Bahia-Minas no final do século XIX, que em seu início interligava a cidade de Teófilo Ottoni ao porto de Caravelas no distrito de Ponta de Areia. A ferrovia foi resultado de um projeto defendido pela Cia. de Navegação do Mucuri que visava a abertura de uma nova via de comunicação alternativa ao rio,

15 GIFFONI, J. M. S. *Trilhos arrancados:* história da Estrada de Ferro Bahia e Minas (1978 - 1966). 2006. 307 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. p. 46.
16 Ver mais em: NEVES, M. C. M. *Estado de Santa Cruz:* O separatismo no mosaico baiano (1930-1980). 2006. 136 f. Dissertação apresentada ao Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

visto que, em decorrência da existência de quedas d'água em seu curso, a navegação se mostrava inviável.

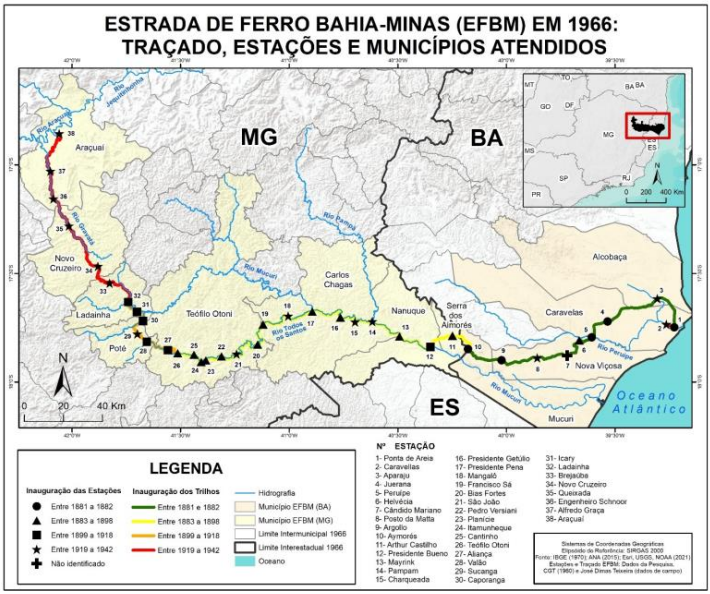
A construção da EFBM foi uma tentativa de promover benefícios à produção agrícola e industrial do norte e nordeste mineiro, que também se encontravam à margem dos principais centros da economia nacional, como São Paulo e Rio de Janeiro. A proposta de ser um meio de transporte de carga e pessoal mais rentável e barato aos produtores - já que ligava a região ao porto de Ponta de Areia, em Caravelas, muito mais próximo que o porto do Rio de Janeiro - trouxe inicialmente, sob os discursos de progresso econômico, um estímulo à produção.

As promessas de continuidade e expansão da EFBM a fim de viabilizar o escoamento da produção do norte mineiro por meio da integração com o porto de Ponta de Areia na Bahia não se efetivaram. Apesar dos vários projetos de extensão da ferrovia, o que previa a construção do trecho entre Teófilo Otoni e Araçuaí no Vale do Jequitinhonha foi o único concretizado, que definiu a extensão da ferrovia até 1966, quando de sua desativação, conforme se observa na Imagem 1.

Mesmo fracassada enquanto meio de estimular uma economia de mercado nacional e exportadora, a ferrovia foi de grande importância para dinamizar a economia regional, ao

promover contato entre os lugares alcançados por ela. A perspectiva de prosperidade e progresso associado ao empreendimento ferroviário muito contribuiu para a colonização do Vale do Mucuri, constituído em sua maior parte por terras devolutas e que se tornou atrativa a imigrantes de regiões circunvizinhas interessados em explorar economicamente o território.

Imagem 1 - Extensão final da Estrada de Ferro Bahia-Minas



Fonte: MORAIS; COSTA; PORTO, 2022.[17]

17 MORAIS, L.; COSTA, A.; PORTO, C. S. Estrada de ferro Bahia-Minas: materialidades remanescentes na paisagem do município de Teófilo Otoni,

O advento da república no Brasil trouxe mudanças no que diz respeito à ocupação do território nacional. Com a promulgação da Constituição em 1891 as terras devolutas passaram a integrar o patrimônio dos seus respectivos entes federativos, agora chamados de estados. Nesse sentido, cada governo estadual adquiriu autonomia para decidir sobre o uso ou alienação dessas terras em conformidade com os seus interesses. Segundo Martins, o governo do estado de Minas Gerais nesse contexto decidiu pela alienação das terras por meio da venda em hasta pública ou de concessão mediante solicitação. Objetivava-se efetivar o povoamento e promover a utilização dessas terras com atividades economicamente produtivas, em especial a agropecuária[18].

Contudo, a regularização fundiária nesta região não obteve os resultados pretendidos pelo governo, de modo que a grande maioria das terras se converteu em propriedades de grileiros e invasores por meio da venda de títulos fraudulentos.

Minas Gerais. Revista Espinhaço, [S. l.], v. 11, n. 1, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.6666206. Disponível em: https://revistas.ufvjm.edu.br/revista-espinhaco/article/view/185. Acesso em: 9 set. 2025.

18 MARTINS, M. L. *Ocupação e desflorestamento numa área de fronteira*: Vale do Mucuri, MG - 1890 a 1950. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, vol. 15, nº. 1, p. 40-77, ago., 2010.

Na prática, o processo de regularização das propriedades do estado de Minas Gerais, se tornou um instrumento para a concentração fundiária nas mãos de grandes pecuaristas. Além das terras, estes concentraram também poder político em decorrência da enorme relevância econômica que a pecuária adquiriu no cenário regional ao longo do século XX[19].

Entre o século XIX e XX, parte dos grandes pecuaristas do Vale do Mucuri comercializam ou firmaram acordos para a exploração das matas de sua propriedade com companhias madeireiras[20]. Nesse contexto diversos empreendimento extrativistas começam a se instalar na região, beneficiando-se da política de terras do estado e da ferrovia que viabiliza o transporte das madeiras de lei derrubadas nas áreas de mata. Esses empreendimentos estimularam a formação de diversas vilas de trabalhadores e povoados nas proximidades das estações da EFBM. [21].

A expansão madeireira no Vale do Mucuri

19 Ibid. p. 55.
20 Ibid. p. 63-64.
21 GIFFONI, J. M. S. *Trilhos arrancados:* história da Estrada de Ferro Bahia e Minas (1978 - 1966). 2006. 307 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

Entre os lugares construídos no Vale do Mucuri destaca-se o povoado de Caixa D'água, que posteriormente se tornou o município de Nanuque. Situado nas proximidades da divisa interestadual entre Minas Gerais e Bahia, esse lugar foi de grande importância para as primeiras expedições de penetração e colonização do nordeste mineiro pelos portugueses, em decorrência de sua localização às margens de um dos limites navegáveis do rio Mucuri, a cachoeira de Santa Clara[22]. No século XIX, a partir das atividades da Cia. de Navegação e Comércio do Mucuri, ergueu-se no lugar o povoado de Santa Clara que serviu por muito tempo como entreposto entre o nordeste de Minas Gerais e o litoral[23].

Em 1911, atraído pela abundante reserva de mata nativa e a grande quantidade de madeiras de lei, o capixaba João Américo Machado, que havia inaugurado a Companhia Industrial do Mucuri no mesmo ano, efetuou a compra da EFBM e recebeu autorização do governo do estado para instalar indústria madeireira e colônia de trabalhadores nas terras de sua

22 No local passou a funcionar o Complexo Hidrelétrico de Santa Clara, construído em 2001.

23 CERQUEIRA NETO, S. P. G. *Contribuição ao estudo geográfico do município de Nanuque-MG*. 2006. 104 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

propriedade nas proximidades do povoado de Santa Clara. Neste lugar, inaugurou uma serraria em 1912. Nesse mesmo ano, o madeireiro repassou a propriedade da ferrovia à União. O local em que instalou a serraria passou a funcionar como estação da EFBM e passou a ser chamado de Caixa D'água em referência ao reservatório construído para abastecimento do lugar e das locomotivas da ferrovia. O funcionamento da estação ferroviária atraiu novas serrarias para o local, muitas delas estrangeiras, o que intensificou ainda mais a derrubada da floresta nativa e o processo de ocupação do território por meio da migração de trabalhadores para a atividade madeireira. Martins, ao analisar a extração da madeira na região mineira cita empresas que atuaram no povoado que deu origem ao município de Nanuque:

Nos anos 1920, época na qual as serrarias do Rio de Janeiro e São Paulo se interessaram pelas reservas de peroba-do-campo, existentes nos vales dos rios Doce e Mucuri e na região norte do Espírito Santo, instalaram-se na cidade a Trajano de Medeiros e Cia. (uma grande serraria automática), a Montanha Industrial Ltda. e a Companhia Madeireira Vindilino Lima. Na década de 1930, as serrarias de Nanuque começaram a empregar

caminhões e a construir pequenas rodovias para o transporte das toras de madeira[24].

A estação instalada em Santa Clara foi batizada de Presidente Bueno - em homenagem a Bueno Brandão, presidente do estado de Minas Gerais -, nome que também passou a designar o povoado em 1916[25]. Em 1938, sob a condição de distrito de Aimorés, o lugar foi rebatizado de Indiana. Em 1943 o distrito recebeu o seu nome atual, Nanuque. Com o desenvolvimento da atividade madeireira na região, o povoado se expandiu ao ponto de constituir município emancipado em 1949. Durante todo o período de em que o extrativismo madeireiro desempenhou papel de principal atividade econômica na região, Nanuque ocupou o lugar de eixo dinâmico do Vale do Mucuri e dos municípios do Extremo Sul baiano, ao servir como centro fornecedor de mercadorias e serviços[26].

24 MARTINS, M. L. Ocupação e desflorestamento numa área de fronteira: Vale do Mucuri, MG - 1890 a 1950. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, vol. 15, nº. 1, p. 40-77, ago., 2010. p. 67-68.
25 GIFFONI, J. M. S. *Trilhos arrancados:* história da Estrada de Ferro Bahia e Minas (1978 - 1966). 2006. 307 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.
26 CERQUEIRA NETO, S. P. G. *Contribuição ao estudo geográfico do município de Nanuque-MG.* 2006. 104 f. Dissertação (Mestrado em

Com a implementação da política rodoviarista do governo federal nos anos de 1950, o nordeste mineiro obteve outro importante vetor de desenvolvimento e expansão de suas atividades econômicas, a rodovia BR-4, também chamada de Rio-Bahia, precursora da BR-116[27].

O Plano Nacional de Viação de 1951, o qual previa a construção da rodovia Rio-Bahia, também incluía a abertura de uma estrada de rodagem que interligava a capital do país à Feira de Santana, no Recôncavo baiano, atravessando áreas mais próximas ao litoral. Tratava-se da BR-05, que em seu percurso atravessava o Extremo Sul da Bahia e o Norte do Espírito Santo a importantes centros urbanos brasileiros. Nesse sentido, a indústria madeireira instaladas nessas regiões (nordeste mineiro, norte capixaba e extremo sul baiano) se beneficiaria de duas importantes vias para escoamento de produção. Contudo, a construção da BR na região baiana só se completaria no final dos anos 60, o que fez com a EFBM continuasse como importante instrumento de comunicação e transporte para as madeireiras.

Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

27 IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.* VII volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1960.

Considerações finais

As matas que predominaram sobre as áreas próximas às fronteiras de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo já atraíam a atenção e o interesse de madeireiros antes mesmo da política econômica nacional desenvolvimentista dos anos de 1930 e 1940. As iniciativas de desenvolvimento econômico, exploração e de ocupação colonial das áreas de mata estiveram direcionadas, desde o período imperial, à eliminação dos povos indígenas e do meio natural para a construção de ambientes urbanos ou atividades agrícolas inseridas no circuito comercial nacional e internacional, conforme atestam as atividades de empresário Teófilo Ottoni e da Cia. de Navegação e Comércio do Mucuri.

A construção da EFBM foi o símbolo mais evidente desse projeto, pois possibilitou não apenas o transporte de mercadorias para o porto, mas a transição de pessoas e outras atividades produtivas para o interior predominantemente coberto por Mata Atlântica e ocupado por povos nativos, o que aos olhos das classes dirigentes eram obstáculos ao progresso e a civilização. A expansão das vias de comunicação e transporte e a destruição da mata nativa no norte capixaba e no nordeste mineiro ganharam novos estímulos e impulsos nas décadas

seguintes, de modo a possibilitar seu crescimento para além dos limites fronteiriços de seus estados, em direção ao Extremo Sul baiano.

Referências

BASTOS, P. P. Z. A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de integração entre Estado e mercado nos setores de base. *Economia,* Selecta*.* Brasília, v. 7, n. 4, p. 239–275, dez. 2006.

CERQUEIRA NETO, S. P. G. *Contribuição ao estudo geográfico do município de Nanuque-MG.* 2006. 104 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

_____. *Do isolamento regional à globalização:* contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia. 2009. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

MORAIS, . L.; COSTA, A.; PORTO, . C. S. Estrada de ferro Bahia-Minas: materialidades remanescentes na paisagem do município de Teófilo Otoni, Minas Gerais. *Revista Espinhaço*, *[S. l.]*, v. 11, n. 1, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.6666206. Disponível em: https://revistas.ufvjm.edu.br/revista-espinhaco/article/view/185. Acesso em: 9 set. 2025.

EGLER, W. A. A zona pioneira do Rio Doce. *Revista Brasileira de Geografia.* Rio de Janeiro, vol. 13, nº 2, p. 55-96. abr/jun de 1951.

FURTADO. C. *Formação econômica do Brasil.* 18ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.

GIFFONI, J. M. S. *Trilhos arrancados:* história da Estrada de Ferro Bahia e Minas (1978 - 1966). 2006. 307 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.* VI volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1958.

_____. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.* VII volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1960.

_____. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros:* XXII volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1959.

MARTINS, M. L. Ocupação e desflorestamento numa área de fronteira: Vale do Mucuri, MG - 1890 a 1950. *Revista de História Regional,* Ponta Grossa, vol. 15, nº. 1, p. 40-77, ago., 2010.

NEVES, M. C. M. *Estado de Santa Cruz:* O separatismo no mosaico baiano (1930-1980). 2006. 136 f. Dissertação apresentada ao Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2006.

PENHA, E. A. *A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo.* Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 1993.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo:* colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Reflexões sobre História, Ensino de História em escolas básica, Educação Museal: Democracia e Territórios de Favelas

Alessandro Machado Franco Batista
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista Produtividade CNPq

Introdução

O trabalho que se apresenta está no âmbito do projeto de doutorado intitulado *"Conexões entre ciência, cidadania e democracia: diálogos do Museu da Vida Fiocruz com a favela de Manguinhos"*, no qual articulamos a proposta de pesquisa com algumas referências conceituais discutidas em disciplinas do programa. A investigação aborda o potencial e as limitações do trabalho do Museu da Vida Fiocruz junto a escolas públicas e movimentos sociais em Manguinhos. Trata-se de um estudo que considera o enfrentamento ao negacionismo científico e ao revisionismo histórico como condição indispensável para a defesa da democracia. Esses fenômenos fragilizam direitos e corroem o debate público, sobretudo nas favelas, onde se manifestam como apagamento de memórias e circulação de desinformação.

Entendemos por **negacionismo científico** a recusa deliberada de evidências consolidadas pela comunidade científica, mesmo diante de provas robustas e consensos técnicos, substituindo-as por discursos conspiratórios, seletivos ou ideologicamente orientados. Esse processo ganhou centralidade em temas como vacinas, mudanças climáticas e saúde pública. Já o **revisionismo histórico**, quando instrumentalizado de forma ideológica, consiste na manipulação ou distorção de fatos históricos com o intuito de legitimar narrativas autoritárias, negando violências passadas ou apagando sujeitos e experiências subalternizadas. Ambos operam como práticas políticas de deslegitimação do conhecimento, criando terreno fértil para o autoritarismo e a erosão das instituições democráticas[1].

1 O termo negacionismo científico refere-se à recusa deliberada de consensos estabelecidos pela comunidade científica, substituindo evidências robustas por crenças ideológicas ou discursos conspiratórios (LEWANDOWSKY; ECKER; COOK, 2017; ORLANDI, 2021). Já o revisionismo histórico possui duas acepções distintas: em seu sentido legítimo, faz parte da própria prática historiográfica, ao reinterpretar fatos a partir de novas fontes, métodos e problematizações (RIESENBERG, 1981; PINSKY; PINSKY, 2018); em sua acepção pejorativa, refere-se à manipulação ou distorção do passado com fins ideológicos, buscando apagar ou negar experiências históricas de violência e opressão (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012).

Os museus de ciência e tecnologia surgem quase em paralelo ao desenvolvimento da ciência moderna. Entre os vários objetivos que essas instituições assumem em sua trajetória, destaca-se o de aproximar o conhecimento especializado da população em geral (VALENTE, 2014). Em diferentes épocas, museus buscaram criar mediações capazes de democratizar saberes, ora com maior, ora com menor alcance social.

No entanto, com o crescimento global do negacionismo científico e do revisionismo histórico, torna-se urgente refletir sobre os limites e potencialidades dessa aproximação, particularmente em relação às camadas populares, que constituem a maioria da sociedade. No Brasil, os impactos desses movimentos são sentidos de forma mais evidente desde 2013, quando o acirramento da polarização política passou a fragilizar valores democráticos (PINHA, 2020). Assim, o negacionismo e o revisionismo aparecem como estratégias de segmentos políticos autoritários, ligados à extrema direita, que buscam desmonte de políticas públicas e legitimação de seus projetos de poder.

O objetivo central desta pesquisa é compreender em que medida a experiência do Museu da Vida Fiocruz com o território

de Manguinhos pode oferecer elementos para pensar a relação mais ampla entre museus e favelas. De modo complementar, busca-se identificar os usos pedagógicos da história nas ações museais junto a escolas e movimentos sociais em um contexto marcado pela negação de direitos e pelo estigma histórico associado ao morador de favela. Além disso, pretende-se analisar as potencialidades e limitações das ações de popularização da ciência quando articuladas com esses territórios.

Discutir a função da história, do ensino histórico e dos museus na contemporaneidade torna-se, portanto, fundamental. Hoje, esses campos assumem uma prática social voltada à crítica e à defesa de valores democráticos. A relação entre história e memória é marcada por tensões: cabe à história problematizar narrativas cristalizadas, e tanto o ensino escolar quanto os museus podem se constituir como espaços de formação crítica e exercício da cidadania (VILELA; SELLES, 2022). O Plano Nacional de Educação Museal (2017) e pesquisas sobre favelas (VALLADARES, 2005; BATISTA; OLIVEIRA; RAMIRO, 2021) reforçam que esses territórios, apesar do estigma, também são espaços de produção de memória e identidade. Monteiro (2007) acrescenta que os saberes docentes – disciplinares,

pedagógicos, curriculares e experienciais – são fundamentais para o ensino de história, fortalecendo a autonomia dos professores.

Nesse trabalho, mobilizamos as reflexões de Albuquerque Júnior (2012) em *Fazer defeitos nas memórias*, que discute a função crítica da história na sociedade contemporânea, bem como o texto de Carretero (2010), *Três sentidos da história*, que evidencia a multiplicidade do conceito de história como narrativa, ciência e prática educativa. Essas perspectivas, associadas ao debate de Monteiro (2007) em *Professores de História: entre saberes e práticas*, oferecem um adensamento conceitual importante para a pesquisa, que pretende investigar a popularização da ciência em favelas.

Por fim, reafirmamos que o enfrentamento ao negacionismo científico e ao revisionismo histórico é condição necessária para a defesa da democracia. No caso das favelas, essa tarefa assume um caráter ainda mais urgente, pois significa combater estigmas históricos e afirmar o direito dos moradores como sujeitos de memória. É nesse horizonte que o Museu da Vida Fiocruz desempenha um papel estratégico com práticas de valorização da história local e de democratização do conhecimento científico.

Entre sentidos e labirintos...

Para iniciar nos debrucemos sobre o texto "Fazer defeitos nas memórias", o qual, o autor inicia refletindo sobre a origem e a função da história desde a Grécia Antiga, onde a história servia para memorizar feitos humanos e servir de exemplo para ações futuras. Assim, a história era vista como uma mestra da vida, com funções políticas e morais, avaliando atitudes e crenças dos cidadãos e dirigentes.

Com o tempo, a história passou a ser considerada uma ciência, especialmente a partir do século XVIII, com os iluministas, e no século XIX, com a criação da cátedra de história na Universidade de Berlim por Leopold von Ranke. A história tornou-se um saber universitário, com aspirações científicas, a serviço do Estado e da modernização administrativa. A adoção do ensino de história nas escolas públicas, para além das universidades (após a Revolução Francesa), passa a ser vista como fundamental e indispensável para a criação de uma nova comunidade imaginada, a nação, que surge substituindo a solidariedade e relações comunitárias locais. Construir novos cidadãos que vivam e morram pelo que passa a ser chamado de pátria, torna-se a tarefa a ser cumprida pelo ensino e pela escrita da história.

No século XX, a Escola dos Annales e o marxismo criticaram o modelo historiográfico positivista, propondo novas formas de atuação e legitimação do saber histórico. Ao mesmo tempo em que ambas as linhas historiográficas buscaram se distanciar da militância nacionalista também valorizavam a história a partir do diálogo com novos saberes, sendo que os marxistas não negavam a história política eles a ressignificavam a luz do método do materialismo histórico-dialético abrindo espaço para uma nova historiografia social dos de "baixo", dos vencidos, das camadas sociais subalternizadas. Os Annales não deixam de reconhecer o caráter político da história, mas deslocam o foco dos objetos de pesquisa para novas dimensões e atores históricos dos também denominados "de baixo". Diante do descrédito crescente do marxismo, notadamente em sua visão oficial dos partidos comunistas começam a dar centralidade para discussões do papel em torno da linguagem, a imagem, a comunicação, das tecnologias audiovisuais entre outras. A história passou a ser vista como um saber militante, desvendar a verdade dos fatos passados e construir o futuro, com foco nas relações econômicas e sociais (ALBUQUERQUE JR, 2012).

A história contemporânea não pressupõe mais a existência de um sentido imanente ou teleológico no processo

histórico. Ela é uma construção social, onde os indivíduos definem seus objetivos e sentidos dentro de condições sociais e culturais dadas. A história ensina que os humanos marcham errantes sobre a terra, sem destino prévio traçado, mas com a capacidade de traçar seus próprios destinos. A história tem a função de desnaturalizar o tempo presente, de fazê-lo diferir em relação ao passado e ao futuro, e de ensinar a conviver com a diversidade e a alteridade. A história forma subjetividades, produzindo a própria humanidade daqueles que são definidos como humanos. Ela é um saber e uma prática inseparável de discussões éticas e políticas, implicando sempre a tomada de posição política e a defesa de valores.

Esse é um campo do saber que permite entender o presente como diferença e o tempo como diferenciador, além de perceber que os ser do tempo se diz na diferença. Portanto, uma das tarefas do ensino da história é permitir a construção de maneiras de olhar o mundo, de entender a temporalidade e a vida humana. Ela nos ensina a ter o olhar perspectivo e atentar para as diferenças, relativizando nossos valores e pontos de vista.

A ciência da história nos lembra do nosso caráter mortal e da finitude de todas as coisas, mas também nos ensina a valorizar o tempo presente e a vida presente. Ela nos permite

fazer o aprendizado da mudança como condição de nossa existência e de todas as coisas, formando subjetividades menos reacionárias às transformações.

A história contemporânea tem a missão de fazer defeitos nas memórias, de fazer as memórias errarem, deslocando seus sentidos e alterando seus lugares de inscrição. O historiador tem a tarefa de desfazer os enredos dessas memórias, retraçá-las e fazer um inventário das diferenças. A história serve para produzir o esquecimento de dadas versões do passado e para problematizar e interrogar as memórias.

No texto "Fazer defeitos nas memórias", o autor (ALBUQUERQUE JR, 2012), menciona várias críticas à historiografia tradicional. As principais críticas são:

1. **Positivismo e Historicismo**: A historiografia tradicional é criticada por seu caráter positivista e historicista, que busca narrar o passado tal como ele foi, de maneira objetiva e cronológica, sem considerar as múltiplas interpretações e perspectivas possíveis. Esse modelo é visto como limitado e reducionista.

2. **Centralidade do Político**: A historiografia tradicional é criticada por focar

excessivamente na história política, nos grandes eventos, nas batalhas e nos tratados, negligenciando as experiências e as vozes das camadas populares e dos grupos subalternos.

3. **Eurocentrismo e Etnocentrismo**: A historiografia tradicional é acusada de ser eurocêntrica e etnocêntrica, tomando a Europa como centro da história universal e considerando outras civilizações como satélites ou inferiores. Essa visão é considerada excludente e imperialista.

4. **Monumentalização do Passado**: A prática de monumentalizar o passado, transformando-o em algo fixo e imutável, é criticada por impedir a compreensão das mudanças e das rupturas históricas. Essa abordagem tende a glorificar figuras e eventos específicos, desconsiderando a complexidade e a diversidade das experiências humanas.

5. **Desconsideração da Diversidade**: A historiografia tradicional é criticada por não valorizar a diversidade cultural e social, ignorando as diferentes formas de organização social, valores, costumes e práticas das sociedades do passado e do presente.

6. **Falta de Reflexão Crítica**: A historiografia tradicional é vista como carente de reflexão crítica sobre suas próprias práticas e métodos, não questionando suas premissas e não problematizando as memórias e narrativas que constrói.

O autor explora a relação complexa e diferenciada entre história e memória. As principais ideias sobre essa relação são: a) Relação Diferencial e Conflituosa; b) Desfazer e Refazer Memórias; c) Produção de Esquecimento; d) Crítica às Memórias Oficiais; e) Memórias como Fonte de Prazer e Crítica.

Em resumo, a relação entre história e memória no texto é marcada pela crítica, problematização e reinterpretação das memórias, com o objetivo de produzir novas compreensões e significados, além de promover o esquecimento de certas versões do passado. A história não deve apenas preservar memórias, mas também questioná-las e transformá-las, contribuindo para uma visão mais crítica e inclusiva do passado.

Relação com o ensino de história e museus

O ensino de história e os museus desempenham um papel crucial na formação de subjetividades e na construção de uma

visão crítica do passado. Eles devem ir além da simples transmissão de fatos e datas, promovendo a reflexão sobre as múltiplas narrativas e perspectivas históricas.

Os museus, como espaços de memória, têm a responsabilidade de apresentar exposições que desafiem as narrativas oficiais e cristalizadas, promovendo a diversidade e a alteridade. Eles devem ser lugares onde as memórias são problematizadas e recontextualizadas, permitindo aos visitantes uma compreensão mais profunda e crítica da história (VILELA, SELLES, 2022).

O ensino de história deve incentivar os alunos a questionarem as versões consagradas do passado, a desenvolver habilidades de análise crítica e a valorizar a diversidade de experiências humanas[2]. Professores de história devem ser narradores habilidosos, capazes de envolver os alunos em histórias que os ajudem a entender o presente e a imaginar futuros possíveis.

2 O ensino de história orientado para o pensamento crítico busca ir além da memorização de fatos e datas, estimulando os alunos a refletirem sobre múltiplas interpretações do passado, reconhecendo a diversidade de experiências humanas e questionando narrativas oficiais ou hegemônicas. Essa abordagem contribui para a formação de cidadãos críticos e participativos, capazes de compreender contextos sociais complexos e dialogar com a alteridade.

Em suma, na perspectiva da historiografia atual, segundo o autor, tanto o ensino de história quanto os museus têm a função de formar cidadãos críticos, conscientes de sua própria historicidade e preparados para viver em uma sociedade plural e democrática. Eles devem promover o aprendizado da alteridade, da tolerância e da convivência com a diferença, contribuindo para a construção de um mundo mais justo e inclusivo.

Já no texto **"Três sentidos da história"** de Mário Carretero aborda diferentes abordagens interpretativas da história. O autor investiga a história não apenas como um campo de conhecimento, mas também como uma experiência humana que está constantemente sendo reescrita e reinterpretada ao longo do tempo. Através de sua análise, propõe que a história possui três sentidos fundamentais: como narrativa, como ciência e como prática educativa. Cada um desses sentidos contribui para a compreensão de como a história é construída e vivenciada, tanto pelos indivíduos quanto pelas sociedades (CARRETERO, 2010).

A. História como narrativa

O primeiro sentido apresentado por Carretero é o da história como narrativa. Nesse caso, a história é entendida

principalmente como uma sucessão de acontecimentos que são contados e organizados de forma a construir uma compreensão do passado. A narrativa histórica tem uma dimensão subjetiva, pois é influenciada pelas escolhas do historiador sobre quais fatos enfatizar e como interpretá-los. Em outras palavras, a história como narrativa é uma construção que envolve interpretação, ponto de vista e escolhas, e não uma mera transcrição dos eventos passados.

Carretero enfatiza que as narrativas históricas não são apenas relatos do que aconteceu, mas também reflexões sobre os acontecimentos, moldadas pelo contexto social, cultural e político de quem os narra. A narrativa histórica, então, está sujeita a disputas, pois diferentes grupos podem ter visões divergentes sobre os mesmos eventos. Assim, a história como narrativa não é algo imutável; ela é dinâmica e pode ser reinterpretada à medida que novas perspectivas emergem.

B. História como ciência

O segundo sentido da história abordado por Carretero é como ciência. Nessa perspectiva, a história busca ser objetiva e rigorosa, utilizando métodos de pesquisa para reconstruir o

passado de forma mais fiel possível. A ciência histórica procura uma base empírica para suas afirmações, recorrendo a fontes documentais, artefatos, testemunhos e outros vestígios do passado. O objetivo é encontrar padrões, relações causais e explicações que ajudem a entender os processos históricos de maneira mais sistemática e universal.

No entanto, Carretero destaca que a história como ciência também está sujeita a limitações, pois os historiadores nunca podem acessar diretamente o passado. Eles dependem das fontes disponíveis, que podem ser parciais, fragmentadas ou até manipuladas ao longo do tempo. Além disso, a história como ciência não é neutra; as escolhas metodológicas e teóricas dos historiadores influenciam as interpretações que eles produzem. Portanto, embora a história como ciência busque um conhecimento rigoroso e fundamentado, ela sempre carrega consigo a possibilidade de novas interpretações e revisões.

C. História como prática educativa

O terceiro sentido que Carretero aborda é a história como prática educativa. Nesse caso, a história é vista como uma ferramenta de formação e aprendizado, fundamental para o desenvolvimento do pensamento crítico e da cidadania. A prática

educativa da história vai além do simples ensino de fatos e datas; ela busca envolver os alunos na reflexão sobre o passado e suas implicações para o presente e o futuro. Carretero defende que a história tem um papel essencial na construção da identidade individual e coletiva, pois ajuda as pessoas a compreenderem de onde vêm e a construírem seu lugar no mundo.

Nesse sentido, a história tem um caráter formativo, pois ensina aos alunos a analisarem as situações sob diferentes perspectivas e a compreender a complexidade dos processos históricos. Além disso, observamos no texto a sugestão de que o ensino de história deve ir além da mera transmissão de conhecimento factual; o ensino de história deve fomentar a capacidade crítica e reflexiva, promovendo uma visão mais profunda dos eventos históricos e suas repercussões. A história como prática educativa, portanto, é uma ferramenta vital para a construção de uma sociedade mais consciente e participativa.

Em resumo, Mário Carretero propõe uma reflexão profunda sobre os três sentidos da história, cada um desempenhando um papel crucial na forma como compreendemos o passado e suas implicações para o presente.

A história como narrativa nos permite entender a experiência humana e suas múltiplas interpretações; como

ciência, ela busca um conhecimento mais rigoroso e fundamentado do passado; e como prática educativa, ela é essencial para a formação crítica e cidadã. Ao integrar essas três dimensões, Carretero nos oferece uma compreensão mais ampla e multifacetada da história, destacando sua importância tanto como um campo acadêmico quanto como um elemento fundamental para a educação e o desenvolvimento da sociedade.

Ambos os textos aqui analisados (ALBUQUERQUE JR, 2012) e (CARRETERO, 2010), descortinam debates e mobilizam conceitos sobre o campo da história, da historiografia e do ensino de história que remete a uma posição filosófica e política clara de defesa da diversidade e da alteridade, portanto da democracia moderna como passamos a conhecê-la na sociedade contemporânea. Encerramos este item do trabalho analisando a perspectiva de educação museal contida na política nacional de educação museal (PNEM) face aos territórios de favelas, pois este é o contexto do nosso projeto de pesquisa.

A Perspectiva da Educação Museal do PNEM e os Territórios de Favelas

O Plano Nacional de Educação Museal (PNEM, 2017) representa um marco fundamental para a consolidação da

educação museal no Brasil, estabelecendo diretrizes e ações que visam fortalecer a relação entre museus e sociedade. Um dos aspectos centrais do PNEM é a valorização dos territórios como espaços de produção cultural e de identidades, o que se torna particularmente relevante no contexto das favelas.

A Educação Museal no PNEM é apresentada como um campo de conhecimento e de práticas que promovem a interação entre museus e seus públicos, com o objetivo de democratizar o acesso à cultura e fortalecer o papel social dos museus. A educação museal busca ir além da transmissão de informações, estimulando a reflexão crítica, a criatividade e a participação dos visitantes.

A política reconhece a importância de considerar a diversidade de públicos e de territórios na implementação de ações educativas nos museus. Nesse sentido, destaca a necessidade de estabelecer parcerias com outras instituições e organizações da sociedade civil, bem como de valorizar os conhecimentos e as experiências dos diferentes grupos sociais.

Sendo as favelas territórios marcados por desigualdades sociais, econômicas e urbanas, mas também por uma rica produção cultural e identitária. São espaços de resistência, de criatividade e de luta por direitos, onde se desenvolvem diversas

manifestações culturais, como a música, a dança, o grafite e o teatro (VALLADARES, 2005).

A relação entre museus e favelas tem se intensificado nos últimos anos, com a criação de museus comunitários e a realização de projetos educativos que buscam valorizar a memória e a cultura das favelas. Essas iniciativas têm contribuído para fortalecer a identidade e a autoestima dos moradores, bem como para ampliar o acesso à cultura e à educação, bem como, buscam o fortalecimento da democracia (BATISTA; OLIVEIRA; RAMIRO, 2021).

Na Interface entre Educação Museal e Favelas a perspectiva de educação museal do PNEM oferece um arcabouço teórico e metodológico para a atuação dos museus nos territórios de favelas. Ao valorizar a diversidade cultural e a participação dos públicos, a educação museal contribui para o reconhecimento das favelas como espaços de produção cultural e de identidades. A educação museal pode desempenhar um papel importante no fortalecimento da memória e da identidade das favelas, por meio da realização de projetos que resgatem a história dos moradores, valorizem suas experiências e estimulem a produção cultural. Além disso, a educação museal pode contribuir para a promoção do diálogo intercultural e para a

construção de relações mais justas e igualitárias entre museus e favelas.

A atuação dos museus nos territórios de favelas enfrenta desafios como a falta de recursos financeiros, a infraestrutura precária e a violência urbana. No entanto, a crescente mobilização da sociedade civil e o reconhecimento da importância da educação museal têm gerado resultados positivos (BUENO, 2010).

A perspectiva é de que a relação entre museus e favelas se fortaleça cada vez mais, com a criação de novos museus comunitários, a ampliação dos projetos educativos e a valorização da cultura e da identidade das favelas. A educação museal tem um papel fundamental a desempenhar nesse processo, sua relação com ensino de história particularmente o realizado nas escolas públicas, e movimentos sociais podem ajudar nosso projeto a pensar a potencialidade e os limites de popularizar a ciência em territórios de favelas, objeto da nossa pesquisa.

1- Entre saberes e práticas...

Em seu livro "Professores de História: entre saberes e práticas" Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro, aborda a complexidade do ensino de História, destacando a importância

da formação e atuação dos professores. A autora discute a relação dos professores com os saberes que ensinam, enfatizando a necessidade de compreender a historicidade da vida social. Ela explora a ideia de que o ensino de História deve ir além da simples transmissão de fatos, buscando envolver os alunos e tornar o estudo significativo.

No livro a autora utiliza conceitos como "saber escolar" e "saber docente" para analisar como os professores de História constroem e ensinam os conteúdos, destacando a importância da dimensão educativa e das escolhas incontestáveis. Ela também discute a necessidade de uma epistemologia da prática profissional dos professores, que leve em conta a complexidade e a especificidade do trabalho docente. O livro é uma contribuição significativa para a compreensão dos processos envolvidos no ensino de História, oferecendo uma análise detalhada das práticas e saberes dos professores, e propondo alternativas para enfrentar os desafios do ensino dessa disciplina. Quais são os principais saberes docentes discutidos?

Monteiro discute diversos saberes docentes que são fundamentais para a prática profissional dos professores de História. Os principais saberes docentes abordados são:

a- **Saberes Disciplinares**: Referem-se ao conhecimento específico da matéria de História, incluindo fatos, conceitos, teorias e metodologias próprias do campo historiográfico. Considerando essencial que os professores compreendam profundamente os conteúdos que ensinam.

b- **Saberes Pedagógicos**: Envolvem estratégias e métodos de ensino que facilitam a aprendizagem dos alunos. Incluem técnicas de didática, gestão de sala de aula, e formas de avaliação que promovem um ambiente de aprendizagem eficaz.

c- **Saberes Curriculares**: Relacionam-se ao conhecimento sobre os currículos oficiais, programas de ensino e materiais didáticos disponíveis. Os professores precisam entender como os conteúdos são organizados e apresentados nos currículos para planejar suas aulas de forma coerente.

d- **Saberes da Experiência**: São aqueles adquiridos através da prática cotidiana do ensino. Incluem habilidades e competências desenvolvidas ao

longo da carreira, baseadas na interação com os alunos e na resolução de problemas práticos do dia a dia escolar.

e- **Saberes da Formação Profissional**: Envolvem conhecimentos adquiridos durante a formação inicial e continuada dos professores, incluindo fundamentos teóricos da educação, psicologia da aprendizagem, e filosofia da educação.

f- **Saberes Contextuais**: Referem-se ao entendimento do contexto social, cultural e institucional em que o ensino ocorre. Incluem o conhecimento sobre a comunidade escolar, as características dos alunos, e as políticas educacionais vigentes.

Esses saberes são interdependentes e que a prática docente eficaz resulta da mobilização e integração desses diferentes tipos de conhecimento. Ela também destaca a importância da reflexão crítica sobre a prática e a necessidade de os professores serem autores e atores no processo educativo, adaptando e criando saberes conforme as demandas e desafios específicos de suas realidades de ensino (MONTEIRO, 2007).

A essa altura podemos destacar a relevância das leituras realizadas na disciplina Tópicos Especiais em Território Ensino

de História e Historiografia, e os seus debates aqui arrolados como imprescindíveis para percebermos a importância da função da história e do ensino da história na sociedade em nossos dias, e assim entendermos qual a perspectiva imbricada nos atores envolvidos na pesquisa tem sobre o fazer histórico e o papel do seu ensino.

Devemos considerar a possibilidade também de pesquisar como professores, ativistas sociais e educadores museais mobilizam seus saberes, saberes escolares e os saberes dos alunos na relação museu, escola e movimentos sociais no contexto dos territórios de favelas e ascensão do negacionismo científico e revisionismo histórico.

Assim, podemos investigar as potencialidades e eventuais limites da relação da história e da educação museal para oportunizar aos moradores desses territórios a construção de instrumentos e as condições de se apropriarem da sua própria história, dessa forma incorporarem em sua luta cotidiana para ampliação das conquistas de direitos, a compreensão desse repertório da democracia, da cidadania.

Dessa maneira, buscaremos averiguar de quais formas a articulação entre memória, ações de popularização da ciência, desdobram novas possibilidades de aproximação do

conhecimento científico, em diálogo com demais conhecimentos expressos nos territórios de favelas. Pensando em determinado uso da história no espaço do museu para pensar reconfiguração das identidades dos sujeitos favelizados, periféricos, que possuem história, e, portanto, tem direito à história, questões que essa pesquisa de doutorado pretende se debruçar.

Por ora o que concluímos...

Por ora, em nossas conclusões parciais enfatizamos o enfrentamento ao negacionismo científico e ao revisionismo histórico que constituem hoje uma condição indispensável para a defesa da democracia, sobretudo em territórios de favelas. Esses fenômenos, ao produzirem apagamentos de memórias, disseminarem desinformação e corroem o debate público, atingem de modo mais intenso populações historicamente marginalizadas, como os moradores de Manguinhos. A negação de direitos sociais se articula, assim, com a negação da própria história desses sujeitos, reforçando estigmas e desigualdades.

Nesse cenário, os museus de ciência e história, articulados às escolas públicas e aos movimentos sociais, podem desempenhar um papel estratégico ao promover práticas

educativas críticas, que ressignificam a memória coletiva e valorizam a produção de conhecimento nos territórios populares. Ao assumir a função de problematizar narrativas cristalizadas e criar espaços de diálogo intercultural, museus como o Museu da Vida Fiocruz colaboram para a construção de uma cidadania ativa, que reconhece nos moradores de favelas sujeitos históricos e produtores de ciência e cultura.

Assim, o combate ao negacionismo não se limita à defesa de evidências científicas ou registros históricos "corretos", mas implica uma prática social de afirmação democrática: abrir espaço para múltiplas vozes, reconhecer identidades silenciadas e fortalecer vínculos comunitários. Nas favelas, essa tarefa assume um caráter urgente, pois significa também resistir à precarização da vida e ao avanço de projetos autoritários. Defender a ciência e a história, nesse contexto, é defender a própria democracia, construindo possibilidades de futuro mais justo, plural e inclusivo.

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval M. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? In: GONÇALVES, Márcia de Almeida; ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MONTEIRO, Ana Maria. (Org.) *Qual o valor da história hoje?* Ed. FGV, Rio de Janeiro, 2012.

ALDEROQUI, Silvia; PEDERSOLI, Constanza. *La educación en los museos:* de los objetos a los visitantes. Buenos Aires: Paidós, 2011.

BATISTA, Alessandro M.F.; OLIVEIRA, Denyse A.; OLIVEIRA, Renata.; SILVA, Priscilla A. *Quando o museu vai a favela e a favela vai ao museu:* Ações Territorializadas do Museu da Vida. Rio de Janeiro, Fiocruz – Casa de Oswaldo Cruz, 2022.

BATISTA, Alessandro M. F.; OLIVEIRA, Miguel E. C.; RAMIRO, Clarice S. As ações de divulgação e popularização da ciência em territórios favelizados: o Museu da Vida em Manguinhos. In: LIMA, André L. S.; VARGAS, Alex L. B.; BUENO, Leonardo B. (Org.). *Cooperação Social, Territórios Urbanos e Saúde:* diálogos e reflexões. Ed. Pimenta Cultural, São Paulo, 2021.

BATISTA, Alessandro Machado Franco. *Confiabilidade na ciência:* a Revolta da Vacina na visita ao Museu da Vida. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

BUENO, Leonardo Brasil; Território de Exceção enquanto limite e possibilidade para gestão democrática de uma favela no Rio de Janeiro. In: *Território. Participação Popular e Saúde:* Manguinhos em debate. BUENO, Leonardo Brasil; LIMA, Carla Moura. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2010.

CARRETERO, Mario. *Documentos de identidade:* a construção da memória histórica em um mundo globalizado. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CHASSOT, Attico. *A ciência através dos tempos.* São Paulo, Ed. Moderna, 2002.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade.* 11e. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980a.

IBRAM. *Caderno da Política Nacional de Educação Museal*. Brasília: Ibram, 2017.

LEWANDOWSKY, Stephan; ECKER, Ullrich; COOK, John. Beyond Misinformation: Understanding and Coping with the "Post-Truth" Era. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition*, v. 6, n. 4, p. 353–369, 2017

MONTEIRO, Ana Maria F. C. *Professores de história:* entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

ORLANDI, Eni P. *Ciência, política e negacionismo.* Campinas: Pontes, 2021.

PINHA, Daniel. Ditadura civil-militar e formação democrática como problemas historiográficos: interrogações desde a crise. *Revista Transversos*. Rio de Janeiro, nº. 18, 2020. pp.37-63. Disponível em:

VALENTE, Maria Ester A. Interseções necessárias: história, museologia e museus de ciências e tecnologia. *Revista Museologia e Interdisciplinaridade,* v. 3, n. 5, p 37-53, 2014.

VALLADARES, Licia do Prado; *A Invenção da Favela*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

VILELA, M.; SELLES, S. E. É possível uma educação em ciências crítica em tempos de negacionismo científico? *Caderno Brasileiro de Ensino de Física*, Florianópolis, v. 37, n. 3, p. 1722- 1747. 2022. DOI: https://doi.org/10.5007/2175-7941.2020v37n3p1722.

Ensino de História em Cuba e a construção da consciência revolucionária

Ana Clara de Sousa Lobo
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista FAPERJ

O presente texto se trata da minha pesquisa de doutorado que está em andamento. Por isso, trarei aqui uma síntese do processo de pesquisa que está no momento de recortes dos objetos de pesquisa e reflexões sobre o quadro teórico que pretendemos utilizar. O objetivo é analisar o ensino de História em Cuba no nível pré-universitário e como o mesmo conta a história de diferentes revoluções latino-americanas do século XX. Sendo elas, a própria Revolução Cubana, a via chilena ao socialismo que levou a Unidade Popular à presidência e a Revolução Sandinista na Nicarágua. Busca-se compreender qual conceito de revolução é adotado pelos cubanos e de que maneira os ideais de construção do "homem novo" e de defesa do socialismo influenciam as narrativas construídas na História escolar. Para isso, a análise será desenvolvida a partir de três eixos principais: a formação docente, os materiais didáticos e os programas curriculares e a prática docente por meio de trabalho de campo realizado em escolas.

Um ponto central deste trabalho é compreender a estrutura do sistema de ensino cubano e como as políticas públicas educacionais definem objetivos formativos específicos para a História enquanto disciplina escolar. Esses objetivos, em grande parte, estão ligados à construção da cidadania, da identidade nacional e à defesa da soberania do país, elementos que orientam diretamente as narrativas históricas apresentadas nas escolas. Nesse contexto, a reflexão sobre as revoluções latino-americanas torna-se fundamental, pois permite analisar a relação entre o "eu", representado pela Revolução Cubana, e o "outro", simbolizado pelas experiências revolucionárias de outros países latino-americanos.

Este trabalho nasceu como desdobramento da minha pesquisa de mestrado que realizei no Programa de Pós Graduação em História Social da UERJ (PPGHS/UERJ), em que busquei comparar as narrativas sobre a Revolução Cubana nos livros didáticos de história brasileiros e cubanos. A pesquisa do mestrado e esta que se sugere partem de indagações acerca de como as escritas didáticas e o ensino de história são influenciados pela conjuntura política de cada país, de forma a compreender a importância do ensino de História na construção de identidades, nacionalismos e da defesa de sistemas políticos.

Porém, esta pesquisa se difere do trabalho realizado na pesquisa do mestrado pois além de refletir sobre os impactos políticos na narrativa sobre a Revolução Cubana nos respectivos materiais didáticos, agora se pretende investigar a história socialismo na América Latina de forma mais ampla, através da narrativa sobre outras experiências revolucionárias, analisando além dos materiais didáticos, os programas curriculares, a formação dos professores e a prática docente.

Na análise da formação docente, serão investigadas as ementas e diretrizes dos cursos de licenciatura para identificar as perspectivas historiográficas transmitidas aos futuros professores e sua relação com a identidade nacional e a cidadania. A partir dos livros didáticos, serão examinadas as narrativas dos processos revolucionários latino-americanos, as historiografias mobilizadas, os objetivos pedagógicos e a influência do socialismo cubano na condução dessas histórias. Ao observar a prática docente, entrevistas com professores da educação básica buscarão compreender os motivos para ensinar História, a função da disciplina para alunos e educadores, e a articulação entre currículos, materiais didáticos e os objetivos de conscientização política e histórica. O recorte temporal da pesquisa abrange de 2003, período de reformas curriculares

significativas, até 2026, ano previsto para a realização do trabalho de campo em universidades e escolas.

Mas por que pesquisar o Ensino de História em Cuba? O primeiro elemento que gostaria de afirmar é que a escolha pelo Ensino de História é uma escolha política e um compromisso com a produção acadêmica sobre e para a educação básica. Entendo que a história escolar envolve diversos agentes - como os estudantes, professores da escola e da universidade, famílias e os representantes políticos que pensam as políticas públicas que norteiam a educação - e distintos espaços: a escola, a universidade, o Estado, os governos, os partidos e os movimentos sociais. Também percebemos que a disciplina de História é constantemente alvo de ataques e questionamentos quanto ao seu currículo, aos seus materiais e ao posicionamento dos professores. No caso cubano, a História, junto com o Espanhol e a Matemática, é uma disciplina prioritária na educação básica e, por isso, possui uma carga horária superior às demais disciplinas do currículo. Assim, pesquisar sobre o Ensino de História é produzir materiais e reflexões que podem contribuir com a prática de diversos profissionais da área da educação, na universidade, nas escolas e na construção de políticas públicas.

Um segundo elemento que justifica a pesquisa sobre o Ensino de História em Cuba é que como analisado por autores como Maria do Carmo Luiz Caldas Leite, Justo Alberto Chávez Rodríguez, Margarita Quintero Lopez, Jorge Werthein e Martin Carnoy, a educação em Cuba é uma das principais vitórias do processo revolucionário, mesmo com suas limitações materiais. Desde a campanha de alfabetização até as reformas mais recentes e a tentativa de universalização do ensino superior, a educação sempre foi, junto com a saúde, umas das prioridades da revolução, tanto que, como mencionado no capítulo anterior, Cuba alcançou todos os objetivos mensuráveis de Educação segundo o Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos - 2015, da UNESCO. Porém, esse mesmo país que alcançou altos níveis educacionais, vive sob ameaça da política externa estadunidense. Seja através do bloqueio econômico que permanece até a atualidade, seja pela permanência de Cuba na lista de países terroristas feita pelos Estados Unidos. Essa realidade política e econômica impacta diretamente a educação. Por isso, entender como funciona o ensino de história em um país que atende a níveis de excelência na área da educação, mas também possui muitas limitações materiais, é fundamental para

que possamos pensar em saídas para desafios tanto na educação, quanto no Ensino de História.

A partir da pesquisa desenvolvida desde o mestrado, percebi que, embora existam muitos trabalhos dedicados à Educação em Cuba, há uma lacuna de estudos voltado especificamente para o Ensino de História. Nesse campo, destaco o trabalho da pesquisadora Ana Luiza Araujo Porto (2019), que foi uma importante inspiração tanto para minha dissertação de mestrado quanto para a elaboração da presente tese de doutorado. Porto realizou uma análise comparativa entre livros didáticos brasileiros e cubanos voltados para o ensino médio e o ensino pré-universitário, com foco na construção de conceitos históricos como a América Latina no tempo presente e no uso de fontes e documentos históricos.

Com base nos mesmos livros didáticos cubanos, desenvolvi, em minha dissertação de mestrado, uma análise comparativa com coleções brasileiras, direcionando o foco para a abordagem da História da Revolução Cubana nesses materiais. A partir dessa investigação e do diálogo com o trabalho de Ana Luiza Araujo Porto, identifiquei algumas lacunas, especialmente no que diz respeito à produção e ao uso dos livros didáticos. Essas lacunas suscitaram novas reflexões, o que motivou o

objetivo central deste projeto: ampliar a análise, mantendo o interesse pelos livros didáticos, mas estendendo o olhar para as aulas de História, os currículos e a formação dos professores.

Para iniciar essa nova pesquisa, realizei um levantamento bibliográfico sobre o Ensino de História em Cuba. Encontrei, além do trabalho de Porto, o estudo de Cesar Alvarez Campo de Oliveira, intitulado "Geografia e ensino no Brasil e em Cuba: um estudo histórico-geográfico comparado" (2007), e alguns outros trabalhos voltados ao Sistema Nacional de Educação Cubano. Destaco, entre eles, a Tese de Doutorado de Maria do Carmo Luiz Caldas Leite, "A educação como pedra angular da nacionalidade cubana: escola e cubanía do colonialismo à insurgência pedagógica" (2021), que analisa o papel da educação na formação da nacionalidade cubana e oferece importantes reflexões sobre a educação como ferramenta na construção da consciência revolucionária, além de apresentar um estudo aprofundado sobre a estrutura do sistema educacional cubano.

Em relação ao debate teórico, a ideia é refletir, sob qual perspectiva teórica olharemos para a realidade material que constitui a educação em Cuba e como isso condiciona a forma de contar as história destas revoluções nas escolas de educação

básica. Por se tratar de uma pesquisa que aborda debates sobre políticas públicas educacionais, formação de identidades, defesa de projetos políticos, historiografias e processos históricos, entendemos que este trabalho se insere no campo da História Social, ainda que também dialogue com a História Cultural — especialmente no que diz respeito ao debate sobre cultura escolar.

Este trabalho pretende ter seu alicerce na tradição marxista, tendo como método científico o materialismo dialético. Como consequência a divisão dos capítulos e o processo de análise não seguirão uma ordem metodológica que será dividida em três principais eixos: econômico, ideológico e político. Porém, apesar de ter o marxismo como principal referencial teórico, o trabalho é atravessado por teoria (do campo do ensino de história, sobre livros didáticos, sobre os processos revolucionários a serem analisados), logo, outras referências aparecerão nas análises.

O Ensino de História é o campo principal para este trabalho. E acreditamos aqui, que as reflexões que fazemos sobre a história enquanto disciplina escolar é indissociável dos debates e desafios que envolvem o campo da historiografia e da teoria da história. Não porque a Teoria e a Historiografia sejam

superiores ou tenham que pautar ou apontar os métodos da história escolar, mas porque, segundo Manoel Luiz Salgado Guimarães, “pensar o ensino de história implica necessariamente, segundo meu juízo, articular escrita e ensino como parte da produção do conhecimento histórico” (GUIMARÃES, 2009, p. 36). Por isso, um dos principais conceitos a serem trabalhados na pesquisa é o de “História escolar” porque, em diálogo com a história acadêmica, pensaremos sobre os desafios da escrita, das narrativas, da relação com as fontes, com os processos históricos, com a política e principalmente com o tempo.

Circe Bittencourt em “Ensino de História: fundamentos e métodos” (2009), afirma que a história escolar deve ser compreendida como parte de um sistema educacional mais amplo, no qual o conhecimento produzido adquire características próprias, distintas dos saberes acadêmicos. A autora destaca que a História, assim como as demais disciplinas escolares, participa de um processo contínuo de redefinição, mas conserva especificidades relacionadas à constituição do chamado conhecimento escolar. Por isso, ela considera fundamental analisar qual conhecimento histórico é efetivamente produzido no contexto da escola.

Bittencourt argumenta que as finalidades atribuídas às disciplinas escolares estão em constante transformação, pois precisam responder às necessidades e demandas sociais e culturais dos diferentes grupos que compõem a sociedade. Isso implica que o ensino de História, como disciplina escolar, deve adaptar-se continuamente, dialogando com o contexto histórico e social dos estudantes (BITTENCOURT, 2009, p. 34). E no que diz respeito ao saber docente, Bittencourt, apoiando-se em pesquisadores como Maurice Tardif e Ana Maria Monteiro, ressalta que o trabalho do professor envolve a mobilização de diferentes tipos de saberes: os saberes das disciplinas, os curriculares, os da formação profissional e os da experiência (BITTENCOURT, 2009, p. 48).

No que diz respeito a finalidades do ensino de história, Bittencourt aponta que a História escolar teve como finalidade a legitimação de um passado voltado à construção do Estado-nação e ao fortalecimento de uma identidade nacional, muitas vezes com forte caráter patriótico ou nacionalista. Ainda que a identidade nacional continue sendo uma das dimensões trabalhadas pela disciplina, essa abordagem já não é mais exclusiva. Hoje, o ensino de História enfrenta o desafio de articular essa identidade com outras, como as locais e as globais.

E ainda nesse raciocínio, ela identifica que o ensino de história possui duas finalidades fundamentais: a de formação política e a de formação intelectual (BITTENCOURT, 2009, p. 121). Para ela,

> A formação intelectual pelo ensino da disciplina ocorre por intermédio de um compromisso de criação de instrumentos cognitivos para o desenvolvimento de um "pensamento crítico", o qual se constitui pelo desenvolvimento da capacidade de observar e descrever, estabelecer relações e presente-passado-presente, fazer comparações e identificar semelhanças e diferenças entre a diversidade de acontecimentos no presente e no passado (BITTENCOURT, 2009, p. 122).

E a formação política está no processo de construção de identidades que se relacionem com a formação de cidadania contribuindo para a formação de um "cidadão crítico" como aparece em diversas propostas curriculares (BITTENCOURT, 2009, p. 121).

Thaís Nívea de Lima e Fonseca em "História e Ensino de História" (2007) analisa a formação da História como disciplina escolar e destaca que seu desenvolvimento acompanhou os movimentos mais amplos da constituição das disciplinas escolares, refletindo tendências influenciadas principalmente pela Sociologia da Educação. Segundo ela, uma dessas

tendências considera as disciplinas escolares como versões simplificadas e muitas vezes distorcidas do conhecimento científico, adaptadas para o ensino por meio da chamada "transposição didática". Nesse sentido, as disciplinas funcionariam como instrumentos de vulgarização do saber acadêmico (FONSECA, 2007, p. 10).

Fonseca observa que os conhecimentos atribuídos ao campo da História no espaço escolar nem sempre tiveram as mesmas características, tampouco mantiveram uma estrutura estável como a que conhecemos atualmente. Isso se deve, em grande parte, às transformações no próprio estatuto da História enquanto campo do saber, cuja consolidação como disciplina teoricamente fundamentada e objetivamente elaborada só se inicia a partir do século XVIII, acompanhando mudanças nas ciências humanas e no debate científico em geral (FONSECA, 2007, p. 15).

Fonseca destaca que a História passou a ser valorizada como conteúdo educativo na formação das elites durante os tempos modernos, mas ainda não era uma disciplina escolar organizada. Sua consolidação ocorreu devido às necessidades políticas e sociais de construção das identidades nacionais, tornando-se central nos currículos para transmitir aos jovens

uma narrativa glorificada do passado e de grandes personagens, vinculada aos interesses do Estado e controlada por programas oficiais e livros didáticos (FONSECA, 2007, p.22). Esse fenômeno ocorreu na Europa e na América, especialmente em países recém-independentes, e, embora funde a História como disciplina escolar, seu objetivo de formação identitária foi se transformando e, com o tempo, extrapolou o âmbito nacional, como observa Bittencourt.

Bittencourt e Fonseca concordam que a história enquanto uma disciplina escolar surge com os objetivos formativos de construção de identidades nacionais e de defesa de um projeto de nação, mas que se transformam e começam a atender outras demandas dos seus respectivos tempos históricos. A história ser uma disciplina escolar nos traz implícita a ideia de que ela é um conjunto de saberes a ser transmitido, ensinado. Então, ela possui objetivos pedagógicos e metodológicos que atendem a essa demanda. Por isso, assim como Bittencourt, entendemos que a história escolar é a mobilização de diversos saberes como o saber da disciplina, o saber da história acadêmica, o curricular, a formação profissional e a própria experiência da sala de aula. A complexa relação entre a história acadêmica, programas curriculares, materiais didáticos e prática docente constituem o

que é a história escolar. E devido a todas essas complexidades, ela se forma com objetivos que são pedagógicos, mas também são políticos, visto que o ensino, os currículos e os materiais perpassam pelo âmbito do Estado e da própria iniciativa privada.

O autor Almir Felix de Oliveira afirma que a historiografia acadêmica e a historiografia escolar se assemelham porque se estruturam sobre narrativas, são condicionadas pelos paradigmas vigentes e "ganham concretude através de um gênero textual praticado tanto pelos saberes escolares quanto pela ciência de referência: a síntese" (OLIVEIRA, 2013, p. 1). Mas divergem pois o texto didático é condicionado pela legislação de ensino, tem finalidades, conteúdos, diretrizes pedagógicas e metodologias de ensino que são características da cultura escolar (OLIVEIRA, 2013, p. 1). Nesse texto, Oliveira está falando especificamente sobre os livros didáticos, mas essa conclusão de enxergar o livro didático também como uma historiografia é fundamental para a reflexão sobre as narrativas dos processos históricos que queremos analisar nessa pesquisa. A história escolar não é apenas uma adaptação da história acadêmica para os moldes do sistema de ensino escolar e os textos dos livros didáticos não são apenas simplificações dos textos acadêmicos. Estes textos também

possuem filiações historiográficas e um processo de escrita que assim como na academia, passam por pesquisa, seleção, esquecimentos e tem desafios próprios da disciplina. E para complexificar ainda mais, essa historiografia escolar também se relaciona com a prática docente, com o uso destes textos pela comunidade e a relação que eles estabelecem com os próprios programas curriculares.

Entender a complexidade da formação da disciplina é fundamental para a pesquisa porque pretendemos analisar o ensino de história em Cuba e a sua relação com a construção do socialismo na Ilha. Entender as finalidades da disciplina, a realidade material que envolve a produção, distribuição e uso dos materiais didáticos, os programas curriculares e a prática docente. Então, é fundamental entender que cada um desses eixos irá se relacionar diretamente com debates latentes para a Teoria de História e para Historiografia. Tanto ao pensar na formação docente e em como a história é pensada nos programas curriculares e materiais didáticos, porque isso se trata claramente de um processo de escrita da história, quanto ao pensar nas historiografias mobilizadas para contar a história das revoluções latino-americanas e o que elas dizem sobre os objetivos políticos e pedagógicos da disciplina.

Nesse sentido, um conceito que será utilizado durante toda a pesquisa é o conceito de Revolução, visto que a análise será voltada para o ensino de história de determinados processos revolucionários. Então, tentaremos entender qual conceito de revolução é mobilizado pelos professores, pelos programas curriculares e pelos materiais didáticos e como este se relaciona com os objetivos políticos e pedagógicos da disciplina escolar.

Uma contribuição importante para a apreensão do conceito de Revolução é oferecida pelo texto de Reinhart Koselleck intitulado "Critérios históricos do conceito moderno de revolução", presente em sua obra "Futuro Passado". No referido texto, Koselleck empreende uma análise acerca da evolução semântica do termo "revolução" ao longo do tempo. A terminologia "Revolução" estava intrinsecamente vinculada à ideia de conflitos violentos e guerras civis. Contudo, à medida que o Iluminismo progrediu, as guerras civis se desvaneceram da esfera do possível, despojando o conceito de revolução de sua rigidez política. Assim, esse conceito passou a incorporar, conforme Koselleck, as esperanças e utopias que emergiram nos anos pós-Revolução Francesa de 1789.

Em síntese, neste texto, Koselleck apresenta que a partir do avanço do Iluminismo e das revoluções burguesas, o que ele

denomina de “conceito moderno de revolução” está atrelado à mudanças políticas, sociais e econômicas que, em cada lugar e em cada momento, pode se desenvolver em um tempo e processo distinto. Nesse bojo estão incluídas as revoluções burguesas, a revolução industrial e tecnológica, processos de descolonização e revoluções socialistas. A análise de Koselleck contribui para este trabalho ao nível de entender a complexidade e diversidade do que pode ser entendido como “Revolução” para a historiografia, entretanto, ao analisar os materiais didáticos e os programas curriculares cubanos, percebemos que o conceito de “Revolução” mobilizado é o conceito desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels.

A teoria da revolução de Karl Marx e Friederich Engels deriva do rompimento que o mesmo teve com vertentes filosóficas que se limitaram a interpretar o mundo e não modificá-lo (MARX, 1845, p. 2). Em *O Manifesto do Partido Comunista* (1848), Marx e Engels atribuem à burguesia um papel revolucionário ao destruir as relações feudais e inaugurar uma nova fase histórica (MARX, 1845, p. 23). Contudo, os autores destacam que esse novo período histórico, oriundo das revoluções burguesas, gera contradições materiais fundamentadas na luta de classes, que, conforme salientam no

mesmo texto, é considerada o motor da história da humanidade. Posteriormente, enfatizam que, entre todas as classes que enfrentam a burguesia, o proletariado se destaca como a única verdadeiramente revolucionária, sendo produto característico do desenvolvimento da grande indústria e do modo de produção capitalista.

Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, argumentam que é necessário um novo processo revolucionário, sendo o proletariado o sujeito dessa revolução. Esta nova centralidade do proletariado, segundo os autores, inaugura uma fase histórica distinta, indicando uma mudança significativa no protagonismo e nas dinâmicas sociais. Ou seja, no *Manifesto do Partido Comunista*, a Revolução se trata de uma mudança radical nas formas de propriedade e das relações sociais que constituem uma sociabilidade histórica. Contudo, a teoria da revolução de Marx seguiu sendo desenvolvida durante outras fases da sua vida política. Ressalto aqui outros dois trabalhos importantes para compreender o que é Revolução para Marx nesta outra fase que são "Uma contribuição para a crítica à economia política" (1859) e "O 18 Brumário de Luís Bonaparte" (1852). Neste outro momento da produção de Marx, o autor passa a analisar o processo de mudanças sociais de forma mais

aprofundada. Em “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” por exemplo, Marx afirma que “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1852, p. 25). Ou seja, existem condições materiais, que implicam o desenvolvimento de uma contradição objetiva. Os seres humanos agem sob esta base material e isso não se trata de um fato único e sim um processo.

Em “Uma contribuição para a crítica à economia política” (1859) Marx afirma que:

> Quando se estudam essas revoluções, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria das ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo. E do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar estas épocas de revolução pela sua consciência, mas, pelo contrário, é necessário explicar esta consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (MARX, 1859,p. 3).

Percebe-se que neste outro momento da produção de Marx que o proletariado também aparece como principal agente deste novo processo histórico, que levará a uma revolução, mas agora este agente está diretamente relacionado com as condições materiais ligadas às novas relações de produção. Ou seja, se no Manifesto do Partido Comunista, Marx e Engels afirmam que a burguesia cria o proletariado que é automaticamente o novo sujeito da revolução, em "Uma contribuição para a crítica à economia política" Marx acrescenta a importância de entender as condições materiais, as relações de produção e a formação de consciência na construção do proletariado e da revolução.

Em síntese, a teoria da revolução de Marx e Engels é uma teoria que tem o objetivo de explicar a transição histórica do período de máximo desenvolvimento da sociedade capitalista, a sua contradição e a possibilidade de construção de uma nova sociabilidade. Este novo momento histórico, em que esta nova sociabilidade será possível existirá a partir de mudanças estruturais advindas de uma revolução, que é um ato político que iniciará a transformação da história. Essa transformação é uma mudança radical nas formas de propriedade, nas relações sociais, políticas e econômicas.

Na dissertação de mestrado, intitulada “A Revolução Cubana nos livros didáticos: uma história comparada entre Brasil e Cuba (2006-2010)” cheguei a conclusão a partir da análise dos livros didáticos que o conceito de Revolução utilizado pelos cubanos no ensino de história da educação básica é o conceito marxista. E este segue sendo um fator importante para a fundamentação teórica do presente trabalho porque a teoria marxista sobre Revolução impactará a forma de contar a história dos outros processos revolucionários. Então, pretende-se a partir da contribuição de Marx e Engels, entender a Revolução para os cubanos e como este entendimento de processo revolucionário impacta as narrativas sobre revoluções latino-americanas. Nessa linha, uma indagação que tenho é como a Via Chilena ao socialismo e todo processo vivido no Chile durante o governo da Unidade Popular será contado.

Outro conceito fundamental para esse trabalho é o de “ideologia”. Utilizaremos aqui o conceito de Karl Marx e Friederich Engels mas também consideramos as contribuições de Fidel Castro e Ernesto Guevara sobre o debate, uma vez que ambos dialogam com o pensamento de Marx e Engels a partir da realidade material do processo revolucionário cubano. Em “A Ideologia Alemã” (1845-46) Marx e Engels, utilizam o conceito

de ideologia como toda construção cultural e intelectual cujos autores não são capazes de reconhecer os condicionamentos sócio históricos que envolvem a sua elaboração (MARX; ENGELS, 1845, p. 31). Para eles, os ideólogos são aqueles intelectuais que constroem uma imagem do mundo, uma concepção sobre a sociedade e natureza, mas não veem que essa construção é a expressão de condições sociais e históricas determinadas (MARX; ENGELS, 1845, p. 11). Nesse sentido, Marx e Engels caracterizam a ideologia como uma "falsa consciência" para justificar e eternizar a realidade social como ela é. Ou seja, a ideologia se trata de um conjunto de ideias que visa escamotear a realidade social. Como se essas ideias não partissem de uma realidade material, mas ao contrário, elas moldassem a realidade material, e essa realidade seria, então, imutável. Para eles:

> As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As ideias dominantes não são mais do

> que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensam; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão e, portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; que, portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX; ENGELS, 1845, p. 47).

Ou seja, a classe dominante, que controla os meios de produção, também exerce domínio sobre a produção das ideias. Para Marx e Engels, esse conjunto de ideias que distorce a realidade concreta constitui uma forma de "falsa consciência", justamente porque expressa os interesses da classe dominante, apresentando-os como se fossem interesses universais.

Para Marx e Engels, a ideologia é uma “falsa consciência” que é a expressão ideal das relações materiais dominantes. Assim, a superação do capitalismo exige que o proletariado tome consciência de sua verdadeira condição de exploração. Nesse sentido, os cubanos ao decretarem o caráter socialista da Revolução colocam a construção da consciência revolucionária como tarefa prioritária dos revolucionários. E

isso aparece em muitos discursos e textos principalmente de Fidel Castro e Che Guevara.

A construção da consciência revolucionária em Cuba tem raízes no ideário de José Martí, cuja influência é central para compreender a educação cubana. Segundo Maria do Carmo Luiz Caldas Leite, o pensamento martiano destacava-se pelo humanismo e pela valorização da infância como base de um projeto pedagógico transformador (LEITE, 2021, p.79). Isso se evidencia na revista *La Edad de Oro*, destinada às crianças latino-americanas, onde Martí defendia uma formação anticolonialista que estimulasse a consciência cultural e política desde cedo (MARTÍ, 2001). Atento ao expansionismo dos Estados Unidos, ele vinculou a independência cubana a um projeto mais amplo de soberania latino-americana, propondo em *Nuestra América* uma educação enraizada em princípios próprios, rompendo com paradigmas alienantes (LEITE, 2021, p.80). Como lembra Mészáros, ao citar Martí, a educação deveria promover emancipação contínua (MESZÁROS, *apud* LEITE, 2021, p.82). Esse ideário, defendido até hoje, sustenta que educar é formar homens livres, críticos e conscientes (MARTÍ, 1975), diferenciando instrução de educação e

propondo uma pedagogia dialética comprometida com a emancipação dos povos (LEITE, 2021, p.82).

Na mesma linha, Ernesto Guevara defendeu, em *O socialismo e o homem em Cuba* (1965), a construção do "homem novo" por meio da educação, ressaltando que "as taras do passado se transmitem até o presente na consciência individual" e exigem um trabalho contínuo para erradicá-las e incorporar uma nova ideologia (GUEVARA, 1965, p.373). Essa formação, ligada especialmente ao ensino de História, é tarefa de gerações. Fidel Castro reforçou essa perspectiva ao articular a "Batalha das Ideias", resposta à crise do Período Especial. Segundo Leite, as dificuldades econômicas revelaram deficiências educacionais, levando à criação, em 1999, de um programa para combater desigualdades, fortalecer valores revolucionários e promover cidadania, educação e cultura (LEITE, 2021, p.147-149). Entre as ações, destacaram-se o Programa de Superação Integral para Jovens e a Escola Formadora de Professores "Salvador Allende". Para Leite, a Batalha das Ideias foi uma reconstrução social e ideológica diante da globalização neoliberal, consolidando a disputa de ideias como eixo central das políticas educacionais e do ensino de História em Cuba (LEITE, 2021, p.149).

Referências

ANPUH. Associação Nacional de História da ANPUH. Natal, 2013.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: Fundamentos e métodos*, 2ª edição, São Paulo, 2008.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. *Revista História da Educação* da ASPHE/FAE/UFPel, Pelotas, v. 11, p. 5-24, abr. 2002.

CHOPPIN, Alain. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, 2004.

CHOPPIN, Alain. Prefácio. In: BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar* 1810-1910. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

GUEVARA, E. El socialismo y el hombre en Cuba. In: *Obras*. t. 2, p. 367-384, Casa de Las Américas, 1965.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A relação entre o ensino de história e o conhecimento histórico. *Revista Saeculum*: Revista de História, v. 32, p. 9-22, jan./jun. 2015.

FONSECA, Thaís Nívea de Lima e. *História e ensino de história*. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado:* Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro. Contraponto. Editora PUC Rio, 2006.

LEITE, Maria do Carmo Luiz Caldas. *A educação como pedra angular da nacionalidade cubana:* escola e cubanía do colonialismo à insurgência pedagógica. 2021. 358 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Católica de Santos, Santos, 2021.

LÓPEZ, Margarita Quintero. A educação em Cuba: seus fundamentos e desafios. *Revista de Estudos Avançado*s da Universidade de São Paulo, Dossiê Cuba, v. 25, n. 72, 2011.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política.* Prefácio. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. Prefácio. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã.* Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARTÍ, José. *Obras completas*. La Habana: Ciencias Sociales, 1975.

MARX, Karl & ENGELS, Frederich. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MUNAKATA, Kazumi. *Livro didático como indício da cultura escolar*. História e Educação. Porto Alegre. V. 20, n. 50, p. 119-138, 2016.

OLIVEIRA, César Alvarez Campos de. *Geografia e ensino no Brasil e em Cuba:* um estudo histórico-geográfico comparado. 2007. 266 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PORTO, Ana Luiza Araujo. *Livros Didáticos de História:* uma História comparada de Brasil e Cuba (2013-2015). Tese (Doutorado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal de Sergipe, 2019.

WERTHEIN, Jorge; CARNOY, Martin. *Cuba:* mudança econômica e reforma educacional. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

A frente do empresariado nacional: O movimento RenovaBR e a articulação de uma política neoliberal

Arthur Gabriel Batista de Brito
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista FAPERJ

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da dissertação de mestrado, cujo título é: "O movimento RenovaBR e a crise política brasileira: a hegemonia dos interesses empresariais no debate público", ainda em andamento. Nossa investigação se inicia por meio do movimento RenovaBR, fundado em 2017 por Eduardo Mufarej, empresário envolvido no capital financeiro, com passagens na Tarpon Investimentos e na Somos Educação.

O movimento RenovaBR logo encontrou amplo espaço para ascensão. Apenas na eleição de 2018, 18 alunos conseguiram se eleger para cargos legislativos, enquanto nas eleições de 2020, o número ultrapassou mais de 100 cadeiras conquistadas. Para tanto, o grupo se apropriou da narrativa construída pela mídia hegemônica, que localizava os anos 2010 como uma grande crise política e de representatividade. Dessa maneira, o RenovaBR seria a solução, sendo uma "escola de

formação de políticos", com o objetivo oficial de preparar os jovens para os desafios parlamentares.

Essa pesquisa ambiciona analisar e questionar o papel que o movimento RenovaBR tem cumprido na política brasileira durante a sua quase uma década de funcionamento. Mais do que uma "escola de formação", esse trabalho identifica o grupo como um aparelho privado de hegemonia, assim, partindo do aparato teórico de Antonio Gramsci. Os políticos eleitos após a formação do movimento atuam como intelectuais orgânicos na sociedade, divulgando e difundindo o ideário liberal.

Para nossa análise, aqui discutiremos brevemente os anos 2010, partindo, assim, para discussão do movimento RenovaBR, sua atuação, perfil de alunos e capilarização política apresentada. Assim, cobriremos os principais aspectos que beneficiaram o grupo e o consolidaram como principal representante dos movimentos de renovação política.

Breve balanço dos anos 2010 – instabilidade na política nacional

Os anos 2010 foram marcados por uma profunda ruptura de poder, representada pelo golpe de 2016 contra a presidenta eleita Dilma Rousseff. Este evento divide a década pois abre

caminho ao plano da classe burguesa de remodelar a presidência à sua maneira. Mas a profundidade da crise também remonta os efeitos da operação Lava-Jato, empreendida pela Polícia Federal, que teve efeito catastrófico na política brasileira, afetando principalmente os partidos tradicionais.

O segundo mandato de Dilma Rousseff tinha suas fragilidades, parte delas herdadas de um primeiro mandato também conturbado. Com a sua primeira eleição em 2010, a presidenta enfrentou problemas relacionados à corrupção logo em seus primeiros meses. O ministro da Casa Civil, Antonio Palloci, começou a ser investigado por aumento de patrimônio incompatível com a sua renda. Isso gerou sua saída do ministério, além de outros ministros que também precisaram deixar o cargo por questões éticas.

Também é necessário destacar que, já durante o primeiro mandato, a presidenta precisou tomar medidas de austeridade, adotando uma política de diminuição em investimentos públicos e nas empresas estatais, a fim de contornar os efeitos da crise mundial de 2008 (ALMEIDA; CAMPOS; BRANDÃO, 2020). Esta mudança já representa uma ruptura com o mandato anterior do petista Lula da Silva.

Mas de fato, quando rememoramos o primeiro mandato de Rousseff, o seu principal percalço foi as manifestações de junho de 2013, que ganharam amplo apoio popular e lotaram as ruas das capitais do país com diferentes demandas. Primeiramente organizado pelo Movimento Passe Livre, a contestação do aumento da passagem se tornou viral nas redes sociais, se convertendo no dia 20 de junho a 1 milhão de manifestantes divididos entre 25 capitais.

Com o crescimento dos atos e seu ganho de capilaridade, setores que antes os criticavam passaram a identificá-los de forma mais amistosa. Logo, políticos conservadores e a mídia hegemônica reorganizaram a narrativa do movimento, o reconhecendo como um ato cidadão, porém com considerações acerca de seus membros, como discorrem os autores:

> O primeiro foi uma distinção: entre os cidadãos pacíficos e ordeiros nas ruas defendendo "um Brasil melhor" e a horda de "vândalos" e "radicais", estes últimos os que estariam envolvidos em depredações e choques com a polícia. O segundo foi uma pauta: os manifestantes se mobilizavam (ou deveriam se mobilizar) contra a corrupção, contra os políticos em geral e, particularmente, rechaçavam (ou deveriam rechaçar) os partidos de esquerda, cujo objetivo seria se aproveitar das mobilizações para dirigir as massas para

> bandeiras que não seriam as suas (ALMEIDA; CAMPOS; BRANDÃO, 2020, p. 40).

Essa mudança tática em encarar o movimento inaugurou uma fase mais conservadora durante sua atividade, com a defesa crescente dos membros ao "sem partido" durante os atos, enquadrando-os em uma narrativa funcional aos interesses da classe dirigente, enquanto prejudicava e derrubava a popularidade de Rousseff. No mesmo momento, eventos como a Copa do Mundo e a Copa das Confederações ocorriam, exigindo gastos altíssimos por parte dos governos e alimentando a retórica das manifestações do período.

Esse cenário fomentou o discurso de corrupção na sociedade, que foi ampliada com o início da operação Lava-Jato, realizada pela Polícia Federal e tendo como principal liderança o juiz Sergio Moro. Essa operação, iniciada em 2014, se deu a partir de investigação em torno da estatal Petrobras, com um suposto esquema de lavagem de dinheiro envolvendo doleiros, que evoluiu rapidamente para um sistema de desvios de dinheiro que envolvia agentes públicos e políticos. Os contratos que a estatal firmava eram superfaturados, beneficiando essas figuras e alimentando um quadro generalizado de corrupção.

A operação contou com amplo apoio popular e a mídia deu amplo destaque na televisão e nos jornais. Mas o principal afetado desses escândalos foi o Partido dos Trabalhadores, que viu seu símbolo de boa gestão, a estatal Petrobras, e seus políticos, serem sistematicamente investigados e condenados por decorrência da operação. A imagem do partido e da presidente foi afetada, e a mídia hegemônica tratou de construir a imagem de que a corrupção era algo intrínseco aos petistas. Exemplo disso é o caso do jornal *O Estado de S. Paulo* que, além de demonstrar apoio claro à Lava-Jato, a partir do escândalo político do mensalão enquadrou o PT como um corruptor que aprimorou o "método político" (BONFIM, 2024).

A grande mídia se posicionou a favor da construção de um país comprometido com um projeto liberal-conservador de Estado, e qualquer representante contrário era localizado no campo radical e populista (AZEVEDO, 2017). Estas foram as acusações que os petistas sofreram durante seus governos, agora somado à corrupção que a operação Lava-Jato apontou.

Porém, importante pontuarmos que a condução da operação sob a liderança de Sergio Moro foi marcada por uma estratégia discursiva que, segundo análise de Pereira e Silva (2021), se estruturou na rejeição da política institucional, na

moralização das práticas jurídicas e na promoção de uma transparência "atualista". Essa configuração permitiu que Moro se apresentasse como um agente técnico desprovido de interesses ideológicos, ocultando, assim, os elementos políticos de sua atuação. A retórica da imparcialidade, aliada ao apoio midiático, converteu o enfrentamento à corrupção em uma narrativa de cunho ético e moral, com forte apelo simbólico e de fácil capilaridade na população.

Mais do que uma operação jurídico-investigativa, a Lava Jato assumiu contornos de intervenção política ao propor interpretações da realidade nacional, sugerir reformas e até insinuar uma reconfiguração do Estado. Esse processo contribuiu para a construção de uma retórica antipolítica que minou a legitimidade do sistema partidário, com especial impacto sobre as agremiações de esquerda. Ao fomentar esse ambiente de descrédito institucional, a operação criou terreno fértil para o avanço de forças de extrema-direita, tanto no plano simbólico quanto nas estruturas formais de poder.

Os efeitos primários se observam na velocidade com que o impeachment de Dilma Rousseff foi aprovado. Com a onda que se formou favorável à decisão, em 2 de dezembro de 2015 o processo de impeachment foi autorizado, em 02 de maio de 2016

a presidenta foi afastada e em 31 de agosto do mesmo ano retirada do cargo.

O motivo oficial consistia nas chamadas “pedaladas fiscais”. Porém, uma gama de autores e parte da sociedade, tanto do período quanto atualmente, continuam questionando a natureza do impeachment, frequentemente chamado de “golpe”. Diversos aspectos do caráter do processo são pontuados e os autores fazem suas ressalvas quanto ao papel da mídia e dos políticos no impeachment:

> Como personagem ativo do impeachment, vemos que a imprensa, ao atender aos oligopólios interesses das famílias que comandam os meios de comunicação massivos, são também responsáveis pela mudança na política brasileira. Um conjunto de homens, velhos, acusados de corrupção, voltaram ao governo, e não há sinal de que eles vão ser enquadrados como loucos nas revistas semanais, visto que já aparecem como construtores de uma “ponte para o futuro” (CARDOSO; SOUZA, 2016, p. 63).

A partir desse ponto, se inicia a condução do vice-presidente da República Michel Temer ao poder. O político peemebedista não era visto como uma continuidade da política petista, mas sim um passo direto ao neoliberalismo. Seu governo ficou marcado por reformas de cunho conservador, como a

reforma do Ensino Médio, a reforma Trabalhista e o encaminhamento da discussão da reforma da Previdência, aprovada apenas no governo sucessor de Jair Bolsonaro.

Os abusos da Lava Jato, somados à articulação de setores da direita que conduziram o processo de impeachment de Rousseff, criaram as condições para o surgimento de movimentos de renovação política. Esses grupos apropriaram-se do discurso anticorrupção, associado à defesa da ética e da transparência, como estratégia de legitimação no cenário de crise política.

Diversos episódios ilustram os excessos cometidos nesse contexto. Um dos mais notórios ocorreu em 2016, quando a então presidenta Dilma Rousseff indicou Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo de ministro da Casa Civil. A nomeação, se confirmada, garantiria ao ex-presidente foro privilegiado, afastando-o da jurisdição direta da Operação Lava Jato. A decisão foi tomada pouco depois de Lula ter sido conduzido coercitivamente para depor, medida considerada abusiva por diversos juristas e que reforçou entre seus aliados a percepção de que havia risco concreto de sua prisão a curto prazo.

O episódio ganhou maior repercussão quando uma conversa telefônica entre Rousseff e Lula, relativa à nomeação,

foi gravada e divulgada de maneira irregular. Como chefe de Estado, a presidenta tinha suas comunicações resguardadas por lei, mas, ainda assim, o juiz Sérgio Moro autorizou a publicização do conteúdo. Tal iniciativa, de caráter evidentemente político, buscava inviabilizar a posse de Lula ao mobilizar a opinião pública contra a medida. A justificativa apresentada foi a de garantir transparência, argumento que preservou formalmente a atuação do magistrado, embora especialistas apontaram de forma consistente a ilegalidade da decisão.

As irregularidades ligadas à figura do ex-presidente Lula da Silva continuaram, quando no mesmo ano de 2016 o petista foi conduzido coercitivamente a prestar depoimento, mesmo não tendo se negado a tal. Tudo culminou para que em abril de 2018, às vésperas das eleições presidenciais, o então candidato fosse preso, após determinação do juiz Sergio Moro no âmbito da Lava-Jato.

A prisão de Lula da Silva beneficiou diretamente Jair Bolsonaro. O petista liderava todas as pesquisas de intenção de votos realizadas no período, enquanto Bolsonaro consistentemente figurava em segundo lugar. A prisão de Lula da Silva foi vista com controvérsia, mas a partir da vitória de

Bolsonaro na eleição de 2018 e o ingresso de Sergio Moro ao cargo de ministro da Justiça, as desconfianças quanto à lisura do processo ficaram ainda mais evidentes.

Posteriormente, as condenações referentes a Lula da Silva foram revogadas, enquanto esclarecimentos quanto à Lava-Jato foram divulgados em massa por diferentes meios, com a operação hoje tendo sua reputação questionada. Porém, para nossa pesquisa, é importante entendermos como os processos da operação, juntamente com o golpe parlamentar, fomentaram um cenário de oportunidade na política, por meio do qual muitos setores observaram a chance de ascenderem na política. Este é o caso do RenovaBR, que buscou se colocar no cenário político como resposta aos escândalos que marcaram os anos 2010.

RenovaBR – na onda da crise dos anos 2010

O RenovaBR foi fundado em 2017 por Eduardo Mufarej, empresário que já ocupou cargos na Tarpon Investimentos, Somos educação, além de atuar na sua própria gestora, a *GK Partners*. Para fundar um movimento como o *Renova,* o empresário utilizou de suas amplas conexões com outros pares

do setor privado, criando, assim, uma base de investimentos para que o movimento conseguisse dar início às suas atividades.

Dessa forma, os principais nomes a estarem integrando o movimento foram os empresários Abílio Diniz, ligado ao grupo Carrefour, Wolff Klabin, da Klabin S/A, Luciano Huck, conhecido principalmente por sua atuação na televisão, entre diversos outros. Essas três figuras se destacam pois foram os pilares para que o grupo conseguisse sua capilaridade. Huck participou ativamente como um divulgador das incitavas e dos processos seletivos do RenovaBR, além das doações. Já Klabin e Diniz foram responsáveis tanto pelo organizacional do grupo, compondo conselhos, como também por financiar políticos ligados ao movimento.

Com todo o período de instabilidade vivida nos anos 2010, em 2018 o RenovaBR iniciou sua primeira turma, após um processo seletivo extenso que contou com 4 mil inscritos e mais de 100 aprovados. Destes, 17 foram eleitos, sendo 1 senador, 9 deputados federais e 7 deputados estaduais (RENOVABR, 2018). Para um grupo estreante na política, o resultado foi mais do que satisfatório, sendo o movimento de renovação política que mais elegeu candidatos naquele ano.

O discurso que o movimento aplicou foi prioritariamente o da anticorrupção para convencimento dos eleitores. No relatório de 2018, se faz presente que o RenovaBR prega por mais "ética", "eficiência" e "sustentabilidade" na política brasileira. Esses termos sintetizam os dilemas políticos que marcaram os anos 2010, que foram atravessados por manchetes de corrupção e ineficiência do Estado para lidar com suas empresas e para gerenciamento de recursos.

No momento das disputas eleitorais em 2018, o tema principal era renovação. Mesmo a vitória de Jair Bolsonaro, político com quase 30 anos de atuação, foi construída em cima da narrativa de que sua candidatura representava o novo, o que romperia com os anos de governos petistas. O partido de Lula da Silva e de seus candidatos representava, naquele imaginário, a "velha política". O que o movimento RenovaBR tentou fazer, como outros semelhantes de renovação política, foi pautar o debate e apresentar seus candidatos como solucionadores dos problemas.

Para a preparação desses alunos até a eleição, o movimento aplica uma grade com uma série de cursos que versem sobre a atuação parlamentar, mas também, adiciona temáticas que estejam em voga. Foi o caso em 2019, quando foi

divulgado que numa das turmas realizadas naquele ano o tema da aula foi a reforma da Previdência, e o convidado para ministrá-la estava claramente favorável a reforma em tramitação, criticada por amplos setores da sociedade como desigual (MAZZI, 2019).

Da mesma forma, é controverso que um movimento que se posicione como apartidário, tenha convidado para realização de palestras em 2021 o ex-presidente Michel Temer (RENOVABR, 2021), sucessor de Rousseff na presidência e articulador do impeachment. O caso reforça que o movimento possui um viés político articulado com os interesses do grande empresariado, já que o próprio Temer foi um grande representante desta classe durante o seu governo.

Retomando os resultados eleitorais de 2018, parlamentares ligados ao grupo ganharam destaque na cena política brasileira. É o caso do senador Alessandro Vieira, que ganhou bastante destaque na durante a CPI da COVID-19, como também de Tabata Amaral, deputada federal eleita com expressivo número de votos e recém candidata à prefeitura de São Paulo, com uma candidatura que apesar da derrota, foi bastante relevante no debate. No município do Rio de Janeiro, o deputado estadual Renan Ferreirinha foi eleito e logo depois

passou a ocupar a secretaria de Educação, estando em uma longa parceria com o prefeito da cidade, Eduardo Paes.

O sucesso eleitoral se repetiu em 2020, quando mais de 170 ex-alunos foram eleitos para os cargos de vereador, vice-prefeito e prefeito (RENOVABR, 2020). Foram diversas expectativas superadas nesse ano, e os cursos tiveram um redirecionamento, que foi nomeado de "RenovaBR Cidades", programa que focou nas dimensões municipais para levar os alunos a vitória nas urnas.

Em 2022, para as eleições federais, o movimento emplacou 18 eleitos, destes 11 deputados estaduais e 7 deputados federais. Foi um resultado expressivo, pois essa eleição se enquadra num momento político em que a renovação não era a grande pauta do debate. Políticos importantes para o movimento foram reeleitos, como é o caso de Tabata Amaral, no Partido Socialista Brasileiro, e Renan Ferreirinha, no Partido Social Democrático (PSD), mas também novos nomes despontaram, como é o caso da petista Camila Jara.

Já no ano de 2024, os resultados apenas demonstraram a força da interiorização do RenovaBR nos municípios, com mais 300 eleitos para os cargos de vereador, vice-prefeito e prefeito. Esse resultado superou qualquer expectativa que o movimento

possuía, e demarcou que, apesar da baixa nos movimentos de renovação política, a capilaridade do grupo ainda se demonstra muita sólida, sendo um braço firme do empresariado nacional.

RenovaBR - o financiamento do empresariado nas candidaturas

Como já apontado anteriormente, os empresários associados ao RenovaBR financiam os candidatos advindos do grupo, e aqui apresentaremos a relação nos casos dos vereadores eleitos no estado do Rio de Janeiro em 2020 e os deputados federais eleitos em 2022. Segue a tabela referente ao primeiro caso:

Tabela 1 - Doação para a campanha de vereadores eleitos do Rio de Janeiro 2020

Eleitos	Município	Partido	Cargo	Doadores	Total
Bia Bogossia	Três Rios/RJ	PSB	Vereadora	Eduardo Mufarej	R$ 3.000,00
Iza Vicente	Macaé/RJ	Rede	Vereadora	Beatriz Sawaya; Eduardo Mufarej	R$ 18.000,00
Luciara Amil	B. J. do Itabapoana /RJ	PL	Vereadora	Nenhum	Nenhum

Pedro Duarte	Rio de Janeiro /RJ	Novo	Vereador	Arminio Fraga; Maurício Magalhães; Rogerio Chor; Andres Natch; Armando Klabin; Daniella Raimundo; Geraldo Thomaz; Sallim Mattar; Marcos da Veiga Pereira; Wolff Klabin; Fabiano Robalinho; João	R$ 137.000,00

				Amoedo; Andrew Lage Hancock	
Rodrigo Santana	São Fidélis/RJ	União Brasil	Vereador	Nenhum	Nenhum

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

Como é possível observar, dos cinco eleitos, três receberam doações de empresários associados ao RenovaBR. O próprio Eduardo Mufarej se faz presente, mas também é notória a presença da família Klabin e de Andre Hancock, um grande apoiador da Fundação Estudar, de Jorge Paulo Lemann.

Além disso, é importante pontuar que as doações, apesar de serem feitas no âmbito legal, representam alguns questionamentos sensíveis para o andamento do jogo democrático. Estes empresários, além de não somente financiar os cursos nos quais estes políticos adquiriram conhecimento, também estão alavancando e construindo as suas candidaturas, representando assim um claro conflito de interesses.

A partir da tabela, é possível perceber que nem todos receberam as doações, o que nos leva a crer que o RenovaBR, prioritariamente, oferece o *networking* necessário para que esses políticos se apresentem. Isto é possível aferir pois é por meio dos

eventos, que reúnem os empresários e os alunos dos cursos do movimento, que se dão as oportunidades para que esses sejam vistos.

Abaixo, segue a relação das doações para os deputados federais eleitos na disputa de 2022:

Tabela 2 - doações para campanha de deputados federais eleitos em 2022

Eleitos	Município	Partido	Cargo	Doadores	Total
Camila Jara	Mato Grosso do Sul/MS	PT	Deputada Federal	Nenhum	Nenhum
Daniel Sorans	Rio de Janeiro/RJ	PSD	Deputado Federal	Jean-Marc Etlin; Candido Bracher; Marcos Pereira; Rogerio Chor; Tomas Pereira; Jayme Garfinkel; Arminio Fraga; Bruno Lecacov; Daniella Raimundo; Fabiano Robalinho; Daniela Klabin;	R$ 787.709,00

				Wolff Klabin; Andres Natch; Laércio Cosentino; Gustavo Marini; Rosa Klabin; Amanda Klabin;	
Fernando Marangoni	SP	União Brasil	Deputado Federal	Candido Bracher; Luis Terepins; Luis Stuhlberger;	R$ 203.333,00
Luiz Lima	RJ	PL	Deputado Federal	Nenhum	Nenhum
Pedro Aihara	Minas Gerais/MG	Patriota	Deputado Federal	Candido Bracher; Salo Seibel; Roberto Lombardi; Eduardo Mufarej;	R$ 193.333,00
Samuel Viana	Minas Gerais/MG	PL	Deputado Federal	Nenhum	Nenhum
Tabata Amaral	SP	PSB	Deputada Federal	Arminio Fraga; Candido Bracher; Marco Kheirallah;	R$ 536.665,00

				Patrice Etlin; Daniel Goldberg; Andres Nacht; Jayme Garfinkel; Mariana Araujo; Wolff Klabin; Antonia Nacht; Luciano Huck; Rogerio Melzi; Alain Belda; Clecius Peixoto; Eduardo Mufarej;	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral.

A tendência apresentada na tabela anterior se segue, com quatro dos sete eleitos recebendo doações expressivas. O candidato que recebeu o maior volume de verbas foi Daniel Sorans, embora todos os demais também tenham sido contemplados com valores expressivos. Entre os principais financiadores consta o banqueiro Candido Bracher, integrante do conselho do Itaú e figura de relevância no capital financeiro

brasileiro. Sua participação, contudo, não foi isolada: tanto nas campanhas para vereador quanto nas disputas a deputado, é notória novamente a presença da família Klabin, que aportou contribuições significativas a diferentes candidaturas. O próprio fundador do RenovaBR, Eduardo Mufarej, novamente aparece como doador em alguns casos, reforçando seu interesse na promoção das "lideranças" formadas pelo movimento.

Ainda que não conste na tabela, o caso de Renan Ferreirinha reforça esse padrão de financiamento. Apesar de não ter obtido sucesso eleitoral, ficando na condição de suplente, o político posteriormente assumiu a vaga de deputado federal, da qual abriu mão para permanecer à frente do cargo de secretário municipal de Educação do Rio de Janeiro. A análise de suas doações revela a recorrência dos mesmos financiadores identificados anteriormente, entre os quais figuram a família Klabin, Jean-Marc Etlin, Luciano Huck, Armínio Fraga e Candido Bracher, evidenciando essa rede empresarial de apoio às candidaturas vinculadas ao RenovaBR.

Atuação dos membros do RenovaBR

Nesse tópico nos debruçaremos, de forma breve, nas pautas que o grupo demonstrou apoio. Aqui, vamos elencar os

votos da reforma da Previdência, do Marco do Saneamento, da PL do Veneno e do Marco Temporal. Segue a relação:

Tabela 3 – pautas votadas pelos membros do RenovaBR

Pautas	Sim	Não
Reforma da Previdência	8	1
Marco do Saneamento	8	Nenhum
PL do Veneno	6	2
Marco Temporal	3	3

Fonte: Portal da Câmara dos Deputados.

A partir da tabela, é possível observar que das 4 pautas selecionadas, os membros do RenovaBR apoiaram majoritariamente 3 delas, com a maior discordância sendo observada nas discussões quanto ao Marco Temporal.

A primeira delas, a reforma da Previdência, foi votada em 2019, com fortes alegações de que haveria um déficit, com as medidas aprovadas nela culpabilizando os mais vulneráveis. Porém, embora a reforma tenha sido defendida com o argumento de promover o equilíbrio fiscal e enfrentar alegados privilégios, os dados levantados por pesquisadores indicam que os chamados "déficits" previdenciários continuaram em expansão após sua

implementação, sem que se verificasse qualquer avanço substancial em termos de maior equidade no sistema (FONSECA; SILVA, 2023).

Essas discussões já eram presentes em 2019, o que levou a uma grande controvérsia quando o movimento se posicionou favorável, por meio de seus políticos eleitos, a pauta. Na ocasião, a deputada Tabata Amaral, filiada ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), recebeu sanções do seu partido pelo voto favorável, da mesma que seu colega de movimento, Felipe Rigoni, recebeu de seu partido, o PSB.

A votação do Marco do Saneamento, ocorrida em 2020, foi outra pauta que gerou grande controvérsia, pois entregava a responsabilidade do saneamento básico brasileiro em grande parte à iniciativa privada, inclusive criando mecanismos que incentivassem os estados a aderir ao projeto. O que foi um consenso para muitos era que, além do risco do aumento de tarifas, a questão de fato não fosse resolvida (FERREIRA et al., 2021). O tema claramente agradou os interesses do empresariado, porém não respondia às necessidades da sociedade.

Da mesma forma, podemos listar o apoio destes ao Projeto de Lei 6229/02, ou PL do Veneno, que representou um

grande retrocesso na política de agrotóxicos. Como Cardozo (2022) discorre, a lei fragilizou órgãos de fiscalização, retirando competências da Anvisa e do IBAMA, subordinando-os ao Ministério da Agricultura. A posição favorável dos políticos do RenovaBr ao projeto reforça advém defesa destes aos setores conservadores da política nacional, como a bancada ruralista.

Por fim, o Marco Temporal foi um projeto que condicionava a demarcação de terras indígenas à ocupação física em 5 de outubro de 1988, avançando no Congresso mesmo após o STF considerá-lo inconstitucional. Previa regras mais restritivas para futuras demarcações, além de permitir empreendimentos de "utilidade pública" em terras já homologadas. A proposta foi amplamente criticada por desconsiderar expulsões históricas, estimular conflitos fundiários e ameaçar a preservação ambiental e os modos de vida tradicionais, contextos nos quais os parlamentares formados pelo RenovaBR registraram seus votos.

Esta votação representa o único grande desacordo entre membros, com a bancada se dividindo. Mas é importante tratarmos que, diferente de outros movimentos de renovação política, o RenovaBR não possui um programa fechado, existe abertura para divergências. Porém, seus cursos e sua formação

são direcionados para o campo conservador, o que reflete na maioria de seus resultados.

Considerações Finais

Este trabalho é uma pesquisa em andamento, porém, até o presente momento conseguimos importantes considerações sobre o objeto aqui estudado, o RenovaBR. É notável, pela sua formação, que este é um projeto conduzido e idealizado por empresários, que observaram na crise política que atravessou os anos 2010 uma oportunidade singular de emplacar políticos que difundissem diretamente seu ideário liberal.

Dessa forma, estes empresários financiam os candidatos advindos do movimento, os levando ao sucesso eleitoral, com aportes financeiros consideráveis. Estes políticos, por sua vez, frequentam cursos de formação que possuem uma clara orientação liberal, os tornando os intelectuais que difundem o neoliberalismo, apoiando projetos que visam diretamente benefícios para a classe burguesa dominante.

Portanto, o RenovaBR cumpre o seu papel como um aparelho privado de hegemonia, que utiliza de sua ampla base de apoio empresarial para se capilarizar, atingindo resultados favoráveis nas eleições e se solidificando progressivamente. Sua

atuação representa um mecanismo da burguesia brasileira de atuação, com os políticos eleitos a partir do grupo atuando como defensores dessa frente empresarial e de seus interesses.

Referências

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Da oposição ao governo: um breve balanço da história do Partido dos Trabalhadores e dos governos Lula e Dilma Rousseff. In: ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). *Miragem do Brasil:* dos governos do PT ao golpe de 2016 e à ascensão conservadora. Rio de Janeiro: Garamond, 2020. p. 13–48.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *A grande imprensa e o PT* (1989-2014). São Carlos: Ed. UFSCar, 2017

BOMFIM, Letícia Crespo. A operação Lava Jato nas páginas do jornal O Estado de S. Paulo: uma associação da corrupção à política petista. In: *Simpósio Nacional da ANPUH*, 31., 2021, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos. Rio de Janeiro: ANPUH, 2021.

CARDOSO, Yasmin Ribeiro Gatto; SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues de. Dilma, uma "presidente fora de si": o impeachment como um processo patriarcal, sexista e midiático. *Revista Pauta Geral* - Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 45-65, jul./dez. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.5212/RevistaPautaGeral.v.3.i2.0003. Acesso em: 2 jun. 2025.

CARDOZO, Alexandre Mendes. *Brasil, o país dos agrotóxicos? Uma análise da controvérsia em torno do PL 6299/02 entre 2018 e 2019*. 2022. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

FERREIRA, J. G.; GOMES, M. F. B.; DANTAS, M. W. A. Desafios e controvérsias do novo marco legal do saneamento básico no Brasil. *Brazilian Journal of Development*, Curitibia, v. 7, p. 65449-65468, jul. 2021.

FILHO, João. Renova *BR: Os 147 jovens eleitos a serviço das elites*. The Intercept, 2020. Acesso: < https://www.intercept.com.br/2020/11/22/renovabr-os-147-jovens-eleitos-a-servico-das-elites-em-2020/>. 05 de setembro de 2025.

MUFAREJ, Eduardo. *Jornada improvável: a história do RenovaBR*, a escola que quer mudar a política brasileira. Ed.: História Real, 07 de abril de 2021.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SILVA, Daniel Pinha. Sérgio Moro negacionista? Operação Lava Jato, transparência atualista e negação da política. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 41, n. 87, p. 135–159, maio/ago. 2021. Acesso em: 1 jun. 2025.

RENOVABR. *Auditoria* (2018, 2019, 2020 e 2021).

RENOVABR. *Manual de Marca* (2021, 2022).

RENOVABR. *Relatórios anuais* (2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023).

REVISTA Piaui. Edição 161.

SILVA, R. C. da; FONSECA, F. C. P. da. A realidade previdenciária brasileira após a "reforma" da previdência em 2019. *Revista Científica Hermes* - Fipen, *[S. l.]*, v. 34, n. 1, p. 351–374, 2023. Disponível em: https://revistahermes.com.br/index.php/hermes1/article/view/720. Acesso em: 25 de maio de 2025.

TRIBUNAL Superior Eleitoral. *Estatísticas eleitorais*.

O Cinema Negro Independente do Rio de Janeiro

Arthur Moura
Doutorando em História Social PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

No Brasil, a questão racial atravessa toda a formação histórica, social e cultural do país, constituindo-se como elemento estrutural da dominação de classe. A presença negra foi sistematicamente invisibilizada, criminalizada e marginalizada desde o período colonial até os dias atuais, mesmo sendo constitutiva da própria identidade nacional. No campo do cinema, essa exclusão se expressa tanto na ausência de diretores, roteiristas e produtores negros quanto na representação estigmatizada e estereotipada da população negra pelos setores hegemônicos da comunicação, televisão e cinema principalmente. Apesar das lutas constantes, nas relações de trabalho, em geral, os negros permanecem subalternizados.

No contexto do cinema independente do Rio de Janeiro produzido nas duas primeiras décadas do Século XXI, essa realidade se manifesta de forma aguda, exigindo uma análise que articule a história da exclusão racial às formas contemporâneas de luta por representação, linguagem e autonomia estética. Este capítulo parte da obra de Florestan Fernandes, em especial *A*

Integração do Negro na Sociedade de Classes e *A Revolução Burguesa no Brasil*, para demonstrar que não houve propriamente uma integração do negro, mas sim sua reacomodação subalterna dentro da ordem burguesa e que os desdobramentos dessa exclusão perduram sobretudo nos dias atuais. No campo do cinema, portanto, essa contradição se expressa desde as relações interpessoais, de trabalho, produção e distribuição. Do mesmo modo, analisaremos como o projeto de "nação" nunca previu a centralidade do negro como sujeito histórico, mas sempre o relegou ao lugar de mão de obra descartável, de cultura apropriada e de corpo vulnerável. Com isso, vamos pensar a condição do negro no cinema independente do Rio de Janeiro. Investigaremos a história da exclusão racial no Brasil, a repressão das expressões culturais negras, a formação da juventude negra como inimiga do Estado, o surgimento e o desenvolvimento do cinema negro no Rio de Janeiro e as entrevistas com cineastas e produtores negros contemporâneos que expuseram com contundência as contradições desse processo.

Trataremos também da repressão policial, das estruturas de exclusão institucional e da luta por uma estética revolucionária negra, que não se submeta às formas

hegemônicas de representação ou às armadilhas do mercado. Por fim, pensaremos a cinematografia do cinema político independente produzido por homens, mulheres e transgêneros negros e as questões em torno desse cinema. Este capítulo se propõe a tratar a centralidade da questão racial. Como afirmado por Florestan Fernandes, "o problema do negro é um problema da sociedade branca". Ao tratar do cinema negro no Rio de Janeiro, estaremos lidando com as formas de resistência simbólica, estética, histórica e social que emergem em meio ao silenciamento histórico e à violência de Estado. Comecemos, portanto, pelo início: o projeto colonial, a formação do Estado brasileiro e a gênese da exclusão racial no país.

A compreensão da questão racial no Brasil exige, em primeiro lugar, um retorno crítico à herança colonial e às formas pelas quais a dominação de classe e o racismo se consolidaram como elementos estruturantes da sociedade brasileira. Dizer que o racismo é estruturante na sociedade brasileira significa reconhecer que ele não é um fenômeno secundário, mas um pilar da própria formação social do país. Desde a colonização e a escravidão, o racismo organizou a exploração da força de trabalho negra e, após a abolição, continuou a definir quem ocupa os lugares mais precarizados na hierarquia de classe. Ele

atravessa as instituições — como escola, polícia, justiça e mídia — e molda valores, práticas e discursos que naturalizam a desigualdade. Assim, o racismo não se limita a preconceitos individuais, mas constitui um mecanismo fundamental para a reprodução do capitalismo dependente brasileiro, articulando dominação de classe e hierarquização racial. A escravidão, enquanto base do processo de acumulação colonial, foi não apenas uma forma brutal de exploração econômica, mas também um dispositivo de organização social, cultural e simbólica que inscreveu a inferiorização do negro como um dado naturalizado da ordem social. A transição da colônia à república não significou, em absoluto, uma ruptura com essa lógica de exclusão — pelo contrário, foi um momento de reorganização do poder que manteve intacta a subalternização da população negra.

Fernandes (2008), nos oferece um diagnóstico contundente e rigoroso do processo pelo qual o negro foi formalmente libertado sem que houvesse qualquer transformação concreta nas estruturas sociais e econômicas que o mantinham em situação de opressão. A abolição, como afirma Fernandes (2008), foi "uma mudança jurídica desprovida de força social", que lançou o negro em um mundo do trabalho

assalariado no qual ele já ingressava como sobrante, estigmatizado, excluído das formas qualificadas de inserção econômica e simbólica na nova ordem republicana. "A sociedade brasileira não integrou o negro, mas o relegou a um papel marginal no mercado de trabalho, negando-lhe o acesso às formas modernas de educação, qualificação e cidadania" (2008, p. xx). Assim, o que se constituiu no Brasil foi uma sociedade de classes que reproduz a herança da escravidão por meio de uma modernização conservadora, em que o racismo opera como mecanismo de coesão da dominação burguesa. Em A Revolução Burguesa no Brasil, Florestan aprofunda essa tese ao demonstrar que a burguesia nacional foi incapaz de promover uma verdadeira revolução democrática. Sua ascensão se deu mediante acordos e conciliações com as elites tradicionais, o que resultou em um projeto de modernização excludente, profundamente conservador, no qual a questão racial foi sistematicamente ignorada ou absorvida de forma superficial pelas estruturas do Estado. A suposta integração racial promovida pelos mitos da democracia racial e da mestiçagem serviu como encobrimento ideológico da violência histórica e cotidiana contra a população negra. A criminalização das expressões culturais negras — da capoeira ao samba, do soul ao

rap, e posteriormente ao cinema negro — revela o quanto a lógica repressiva do Estado brasileiro é atravessada por uma política de racialização que associa a cultura negra ao crime, à desordem, à ameaça à ordem burguesa. Essa lógica permanece viva no presente, como demonstra a repressão sistemática às juventudes negras das periferias, ao funk, às rodas culturais e aos coletivos cinematográficos que ousam construir uma estética e uma narrativa próprias.

A repressão das expressões culturais negras no cinema brasileiro se manifesta tanto na forma de estigmatização quanto de bloqueio concreto das possibilidades de circulação. Luana Arah, ao falar sobre o filme *Proteção*, sintetiza o dilema: "a gente filmava uma cena em 2021 e só conseguia retomar em 2023, porque sem dinheiro era preciso esperar a boa vontade de parceiros para emprestar equipamento e espaço. Se fosse um longa de produtora branca, teria filmado em três meses". Essa precariedade não é apenas ausência de recursos: é resultado de um sistema que impede que narrativas negras sejam financiadas e realizadas em condições dignas. Flávia Vieira observa que, mesmo quando conquistam espaço, o olhar negro é constantemente vigiado: "em 2019, eu perguntava se a profissão de roteirista existia para nós. Quem ia pagar? Quem deixaria a

gente escrever a nossa história?". Ana Angel, por sua vez, lembra que a violência simbólica também está nas universidades e nas relações de trabalho: "Eu acho que o meu cinema tem muito a ver com entender a importância da aura da minha narrativa, da unicidade da minha narrativa, das coisas que só eu posso contar, só eu posso falar a partir do espaço de onde eu vim." (Ana Angel, entrevista, 2023) Já Godot Quincas remete à repressão histórica das políticas culturais, lembrando como a Programadora Brasil chegou a abrir brechas para os curtas independentes e depois foi desmontada: "quando havia incentivo, todo mundo trabalhava. Cem reais, mas recebia. Hoje quebraram tudo, e o Jeca ficou com a câmera velha escangalhada". A repressão, portanto, não é apenas exclusão passiva, mas ação sistemática de contenção, censura e marginalização que obriga o cinema negro independente a existir como contrafluxo.

O cinema negro independente, neste contexto, surge como forma de insurgência simbólica. Mas, ele também carrega em si as marcas da exclusão e da resistência, da marginalização institucional e da luta por visibilidade em um campo audiovisual dominado por estruturas brancas, patriarcais e burguesas. A análise de Florestan nos fornece as ferramentas teóricas para

compreender essa realidade: a estrutura de classes no Brasil não é apenas excludente, mas racialmente hierarquizada; e qualquer tentativa de transformação social radical exige enfrentar o racismo estrutural como componente fundamental da dominação de classe. A revolução burguesa inconclusa, portanto, não apenas excluiu o negro do poder econômico e político, mas também forjou uma identidade nacional baseada na negação da negritude como potência histórica, cultural e política. Por isso, o apagamento do negro da narrativa audiovisual brasileira não é um fenômeno marginal, mas estrutural. É parte do processo mais amplo de exclusão sistemática da população negra da esfera pública e simbólica, iniciado desde o período colonial e intensificado com a modernização conservadora que caracterizou a transição do Brasil para a República. O cinema, enquanto forma de produção simbólica, acompanhou e refletiu os limites dessa transição inconclusa, marcada pela exclusão racial como fundamento da ordem social.

Ao longo do século XX, o cinema brasileiro expressou de maneira recorrente essa lógica de exclusão racial. Nos anos 1930 e 1940, a chanchada e o cinema industrial das grandes companhias raramente concediam espaço digno a personagens negros, restritos a caricaturas ou ao alívio cômico. Nesse

período, o Brasil vivia um processo de modernização conservadora, marcado pela industrialização incipiente e pela centralização do Estado sob Getúlio Vargas. O projeto nacional-popular do Estado Novo (1937-1945) buscava integrar as massas ao imaginário de uma nação harmônica, mas sem alterar as estruturas raciais e de classe herdadas da escravidão. Nesse período, o racismo operava como parte constitutiva da ideologia de uma "democracia racial" em formação: o negro era exaltado no samba, no futebol e em alguns ícones folclorizados, mas seguia excluído das esferas de poder, das universidades, dos postos de trabalho qualificados e das representações dignas no cinema. A marginalização racial, portanto, se articulava ao esforço estatal de promover uma identidade nacional baseada na mestiçagem, enquanto mantinha intacta a lógica da subalternização do negro. No campo cinematográfico, esse processo se expressa de modo paradigmático. Como demonstra Maria Rita Galvão em sua pesquisa sobre o cinema paulista (*Crônica do Cinema Paulistano*), o surgimento das companhias industriais em São Paulo nas décadas de 30 e 40 — como a Vera Cruz e a Maristela (já no início dos 50, mas preparadas por esse contexto) — foi profundamente vinculado à burguesia paulista, que buscava afirmar uma produção cinematográfica "civilizada"

nos moldes europeus. Essa burguesia cultivava uma estética branca, aristocrática e de importação cultural, em que a presença negra era vista como indesejável ou, quando tolerada, restrita a papéis de serviçais, cômicos ou figuras pitorescas. A exclusão racial no cinema industrial estava, portanto, diretamente relacionada ao projeto da elite paulista de criar uma cinematografia que espelhasse sua própria imagem — branca, urbana, "cosmopolita" — e que negasse as contradições raciais do país.

Nos anos 30, com a chanchada carioca e a produção dos grandes estúdios como a Cinédia, observa-se o mesmo padrão: artistas negros apareciam como alívio cômico ou caricatura, reforçando estereótipos de preguiça, malandragem e servilismo. Filmes como *Alô, Alô, Carnaval* (1936), da Cinédia, traziam músicos negros como atrações musicais, mas sempre subordinados à narrativa branca e à lógica de entretenimento. O samba — expressão cultural negra que se tornava central na identidade nacional — era apropriado como espetáculo, enquanto os sujeitos negros eram relegados a um lugar marginal. O mesmo ocorreu nos musicais de Carmen Miranda, nos quais o "exótico" era explorado, mas a presença negra efetiva permanecia invisibilizada. Portanto, o panorama racial do

cinema nas décadas de 1930 e 1940 reflete de modo exemplar a contradição da modernização brasileira: enquanto a industrialização avançava, reforçando a imagem de um país em desenvolvimento, o cinema se consolidava como campo de reprodução da exclusão racial. A burguesia cinematográfica paulista estudada por Maria Rita Galvão não concebia espaço para protagonistas negros em suas produções "sofisticadas", e a chanchada carioca, ainda que mais popular, reforçava o racismo estrutural por meio de papéis estigmatizados. Assim, a exclusão racial no cinema não foi exceção, mas norma — parte da lógica mais ampla de uma sociedade que projetava modernidade sem romper com a herança escravista.

Nas décadas de 1950 e 1960, o Brasil vivia intensas transformações sociais: a urbanização se acelerava, o êxodo rural levava milhares às grandes cidades, a industrialização ganhava fôlego e as tensões políticas se radicalizavam até o golpe militar de 1964. Esse processo, contudo, não significou inclusão para a população negra. Pelo contrário, a transição de uma sociedade rural-escravocrata para uma ordem urbano-industrial manteve o negro nas posições mais precarizadas, reforçando a herança escravista sob novas formas. Nas cidades, o racismo se materializava na segregação espacial — favelas e

periferias emergiam como espaços racializados — e na exclusão dos negros das oportunidades educacionais e profissionais ligadas à modernização. A promessa de mobilidade social dos anos JK e do "50 anos em 5" não contemplava a população negra, mantida na condição de mão de obra barata e invisibilizada. No cinema brasileiro, esse contexto repercutiu de forma contundente. O cinema industrial paulista da Vera Cruz já havia praticamente excluído os negros de suas produções, privilegiando elencos brancos e narrativas de inspiração europeia. No Rio de Janeiro, a Atlântida manteve o padrão da chanchada, em que negros apareciam como coadjuvantes cômicos ou músicos de fundo, mas raramente como protagonistas de histórias próprias. Com a chegada do Cinema Novo, na virada dos anos 1960, o discurso nacional-popular se propunha a revelar "o povo brasileiro", mas a representação do negro permaneceu mediada pelo olhar branco. Filmes como *Ganga Zumba* (1963) e posteriormente *Quilombo* (1984), ambos de Cacá Diegues, tematizaram a luta negra contra a escravidão, mas sempre a partir de um enquadramento alegórico da nação, no qual o sujeito negro não falava por si. A narrativa era organizada por cineastas brancos que, ainda que simpatizantes, reinscreviam a resistência negra numa pedagogia paternalista.

Outros exemplos da época revelam a mesma contradição. Em *O Assalto ao Trem Pagador* (1962), de Roberto Farias, o personagem Tião Medonho, vivido por Grande Otelo, aparece como bandido e reforça a associação racializada entre negritude e criminalidade. O próprio Grande Otelo, um dos maiores atores do período, raramente conseguiu escapar de papéis estigmatizados — fosse como malandro, bêbado ou figura cômica —, apesar de sua genialidade artística. Nelson Pereira dos Santos, em *Rio, 40 Graus* (1955), trouxe um elenco popular com forte presença negra, mas a narrativa ainda era conduzida de fora, sem que os personagens negros adquirissem densidade subjetiva. Ou seja, mesmo no cinema dito crítico ou popular, a enunciação permanecia branca e a negritude figurava como objeto, não sujeito da história. Assim, nos anos 1950 e 1960, o papel do negro no cinema brasileiro foi paradoxal: central como corpo representado, mas marginal como sujeito de enunciação. A estética nacional-popular do Cinema Novo e a permanência de estruturas racistas no cinema industrial e comercial reafirmaram o padrão de exclusão histórica: o negro existia como signo cultural e alegoria da nação, mas não como agente ativo de sua própria narrativa cinematográfica.

Como aponta Joel Zito Araújo (2000) e Igor Bergamo (2015), a presença negra no audiovisual brasileiro é frequentemente marcada pela tutoria simbólica: os negros aparecem como personagens de uma epopeia coletiva, mas raramente como autores de sua própria memória. Nos anos 1970 e 1980, a emergência de cineastas como Waldir Onofre (*As Aventuras Amorosas de um Padeiro*, 1975) e sobretudo Zózimo Bulbul (*Alma no Olho*, 1974; *Abolição*, 1988) sinalizou as primeiras tentativas de construção de um cinema negro autônomo, ainda que sufocado pela falta de recursos e pelo racismo institucional. Em vídeo produzido em sua homenagem pelo canal Cultne, Waldir Onofre afirma:

> O mercado de trabalho para o ator negro aqui no Brasil, praticamente, vocês conhecem, o espectador conhece, que é praticamente nenhum. E exatamente aqui na terra, no Brasil, onde existe o maior número de negros fora da África. E, no entanto, os que comandam o visual brasileiro, que é na televisão, no teatro, na propaganda, o negro simplesmente não existe. O visual, eles mantêm como visual ariano, o visual europeu. Eu não reivindico nenhum visual negro para o Brasil, para a televisão, para o cinema, para o teatro. Eu reivindico o visual brasileiro. Eu não estou na África, não estamos na Europa. Então, agora, para você sobreviver, o cara tem que ser gênio. Então, de repente, eu tenho que escrever o roteiro, dirigir o filme, interpretar e correr atrás de dinheiro. O racismo é tão

> institucionalizado que o cara que é dentro do Partido Comunista e tal, o Dias Gomes, já foi formado no Partido, mas ele mantém o visual, é o capitalismo que quer, mentira, não é o capitalismo que quer não, mentira. Por quê? Porque o Orfeu do Carnaval, o maior sucesso na Europa foi o Orfeu do Carnaval. Falam que foi filme brasileiro, a maior parte de filme brasileiro, não conhece, mas conhece o Orfeu do Carnaval. Fez o maior sucesso, maior sucesso do que mesmo a Dona Flor e Seus Dois Maridos. Inclusive a Dona Flor e Seus Dois Maridos, aquele personagem era negro, né? Mas o tal visual brasileiro e tal. Então o cara botou o Wilker, né, pra fazer o malandrinho. Malandrinho é mulato, né? Todo mundo sabe. Então vem o Ópera do Malandro. Mas o malandro, o malandro é o mulato, o negro, sabe? Não, tá lá o branco. É o tal visual brasileiro. É o tal visual. (ONOFRE, Waldir. Cultne, 2015).

A fala de Waldir Onofre não apenas denuncia o racismo estrutural da televisão, do cinema e da publicidade brasileiros, mas toca em uma ferida incômoda: o fato de que até setores progressistas e figuras históricas do Partido Comunista, como Dias Gomes, reproduziam a mesma lógica excludente. Ao narrar como o "visual brasileiro" foi moldado pelo padrão ariano imposto pelas elites culturais, Onofre desmonta a falácia de que o racismo é apenas produto direto do capitalismo de mercado. Sua crítica expõe algo mais profundo: a institucionalização do racismo como norma estética e política, capaz de atravessar

inclusive os espaços que se diziam revolucionários. Ao invés de subverter essa lógica, parte da esquerda nacional consolidou o mesmo olhar branco e paternalista que excluiu os negros do protagonismo, adaptando-se ao consenso racial da burguesia.

Esse ponto é decisivo para entender a longa duração da exclusão negra no cinema e na cultura brasileira. O que Onofre evidencia é que o problema não está apenas nos diretores brancos de estúdios comerciais, mas também na esquerda que, ao se dobrar ao mito da democracia racial, acabou reforçando a marginalização estética do negro. Quando a própria dramaturgia do Partido Comunista mantém o "visual ariano" e substitui personagens negros por brancos — como na adaptação de *Dona Flor* ou em *Ópera do Malandro* —, não se trata apenas de concessão artística, mas de cumplicidade com a lógica de apagamento. Essa traição histórica da esquerda institucional à causa negra explica por que figuras como Waldir Onofre, Adélia Sampaio e Joel Zito Araújo permaneceram isolados e invisibilizados por décadas. É nesse terreno, rarefeito e hostil, que se forja a insurgência do cinema negro independente contemporâneo, cuja radicalidade está justamente em romper com esse pacto silencioso entre mercado, Estado e progressismo

domesticado, afirmando a negritude como sujeito central da narrativa audiovisual.

O cinema negro no Brasil emerge em meio a uma longa história de exclusão, apagamento e racismo estrutural que atravessa todo o campo audiovisual. Embora Waldir Onofre e Zózimo Bulbul sejam lembrados como os nomes mais recorrentes na historiografia, é necessário situá-los em um arco mais amplo, que inclui pioneiros como José Rodrigues Cajado Filho, Antônio Pitanga e Odilon Lopez, além da influência decisiva do Teatro Experimental do Negro de Abdias do Nascimento. Cajado Filho, ativo desde os anos 1940, é considerado o primeiro cineasta negro do país, tendo atuado como cenógrafo, roteirista e diretor em um período em que a presença negra era ainda mais invisibilizada do que décadas depois. Sua trajetória esbarra na ausência de recursos, nas barreiras institucionais e na lógica racista que limitava a circulação de filmes feitos por negros. Nos anos 1970, Waldir Onofre rompeu o silêncio com *As Aventuras Amorosas de um Padeiro* (1975), um filme que, além de ficcionalizar personagens negros em papéis centrais, denunciava a precariedade de oportunidades para atores e cineastas negros, como o próprio Onofre afirmou em entrevistas. Zózimo Bulbul, por sua vez,

consolidou-se como a principal referência: sua obra curta *Alma no Olho* (1974) é um manifesto audiovisual da condição do negro no Brasil e no mundo, e *Abolição* (1988) foi um projeto monumental de memória crítica do centenário da Lei Áurea, realizado sem os apoios oficiais que o cinema branco conseguia mobilizar. Ao lado deles, Antônio Pitanga e Odilon Lopez também figuram entre os pioneiros dos anos 1970, muitas vezes à margem do mercado, experimentando narrativas próprias e afirmando a necessidade de um cinema negro que fosse, ao mesmo tempo, autoral e coletivo. A estes nomes soma-se a experiência do Teatro Experimental do Negro, criado em 1944 por Abdias do Nascimento, que não foi propriamente cinematográfico, mas abriu espaço para a formação de atores, atrizes e intelectuais negros que mais tarde atravessariam o cinema. O que une essas trajetórias é a luta contra a dupla barreira da escassez material e do racismo institucional: ao mesmo tempo em que não havia fomento, redes de distribuição ou reconhecimento crítico, havia também a recusa explícita da indústria cultural em aceitar o protagonismo negro. Se a história oficial do cinema brasileiro privilegiou o Cinema Novo como sinônimo de ruptura, foi em condições muito mais adversas que o cinema negro começou a se afirmar, ensaiando, com recursos

escassos e forte resistência política, um projeto de emancipação simbólica que ainda hoje enfrenta as marcas da desigualdade.

Nos anos 1980, a presença feminina na direção cinematográfica brasileira começou a se afirmar de forma mais visível, mas permaneceu marcada por profundas assimetrias de classe e de raça. Adélia Sampaio surge como um caso absolutamente singular: primeira mulher negra a dirigir um longa no Brasil, e provavelmente em toda a América Latina, com *Amor Maldito* (1984). Sua trajetória é atravessada por condições sociais duríssimas — filha de empregada doméstica, criada em contexto de pobreza, sua inserção no cinema se deu de maneira periférica, ocupando funções secundárias em produtoras até encontrar meios de dirigir seus próprios projetos. O longa de estreia foi viabilizado sem qualquer apoio estatal, recusado pela Embrafilme sob a justificativa de que a temática lésbica seria uma "aberração". Adélia precisou construir uma rede de financiamento coletivo rudimentar, baseada em contribuições individuais e no esforço coletivo de sua equipe, o que resultou em uma circulação extremamente restrita: o filme foi exibido em poucas salas, muitas vezes classificado equivocadamente como pornochanchada para conseguir espaço de exibição. Essa experiência sintetiza o peso da dupla opressão que carregava: de

gênero e de raça. Em um país estruturado pela herança escravocrata, a mulher negra ainda carregava o estigma de ser relegada ao espaço doméstico, ao trabalho precarizado e ao silenciamento cultural. Ao afirmar-se como cineasta, Adélia inscreveu uma ruptura histórica, mas permaneceu isolada — não havia outras mulheres negras dirigindo longas no Brasil naquele momento.

Se para Adélia as barreiras eram quase intransponíveis, algumas mulheres brancas conquistaram espaço na direção nos anos 1980 com meios de produção mais consolidados. Ana Carolina, por exemplo, pôde desenvolver uma trilogia que dialogava diretamente com a condição feminina, beneficiando-se de mecanismos de fomento da Embrafilme e alcançando projeção internacional em festivais. Norma Bengell, já consagrada como atriz, fundou sua própria produtora e estreou na direção com *Eternamente Pagu* em 1988, também articulando redes de financiamento e circulação que estavam vedadas a mulheres negras. No conjunto da década, mais de vinte cineastas mulheres estrearam em longas, somando cerca de trinta filmes. Embora a maioria também tenha enfrentado o machismo do campo cinematográfico, sua inserção se deu em um patamar de reconhecimento e possibilidades materiais

negado a cineastas negras. A comparação evidencia o caráter estrutural do racismo: o que para mulheres brancas era um campo de disputa difícil, mas possível, para uma mulher negra era quase impossível. Adélia, portanto, não apenas rompeu uma barreira individual, mas expôs a contradição histórica da sociedade brasileira — onde o corpo negro é aceito como objeto de representação, mas raramente como sujeito criador e produtor de memória.

Já nos anos 1990, Joel Zito Araújo abriu outro flanco com documentários como *A Negação do Brasil* (2000), denunciando o apagamento histórico da população negra nas telenovelas. Esses exemplos revelam que o cinema brasileiro atravessou o século XX reproduzindo a exclusão racial como norma estética e institucional, mas também abrindo brechas para experiências insurgentes, ainda que isoladas. É nesse terreno de rarefação e resistência dispersa que se inscreve, no século XXI, a emergência mais organizada do cinema negro independente, em particular no Rio de Janeiro, que passa a disputar não apenas a visibilidade, mas a própria centralidade da narrativa audiovisual.

Se a burguesia brasileira se formou a partir da adaptação das elites senhoriais ao capitalismo periférico, sua dominação se

construiu sobre o duplo fundamento da exploração de classe e da subalternização racial. A ausência de reformas de base e o caráter pactuado da abolição mantiveram os negros alijados das instituições, inclusive culturais. Essa realidade se transmudou em norma estética: o negro não cabia na tela a não ser como subalterno, caricatura, alívio cômico ou perigo moral. Esse quadro de exclusão também se manifesta em outro eixo central da indústria cultural brasileira: a telenovela. A pesquisa de Igor Bergamo (2013) sobre a presença do negro nas novelas da Rede Globo demonstra que até o início dos anos 2000 a negritude era praticamente inexistente, inclusive em narrativas ambientadas na Bahia. Apenas a partir de 2001, com o debate público em torno das cotas raciais, surge a exigência simbólica de inclusão mínima de atores negros – cerca de 30% dos elencos. Bergamo denomina esse processo de "ameaça simbólica": a presença negra, quando irrompe no espaço midiático, ameaça a ordem simbólica da branquitude, forçando as emissoras a criar "núcleos mínimos" de personagens negros em cada folhetim. Trata-se, contudo, de uma inclusão controlada: personagens periféricos, estereotipados e desprovidos de centralidade narrativa, que garantem uma representatividade formal sem alterar a estrutura racial do enredo.

Esse mecanismo de gestão da diferença evidencia a lógica mais ampla do audiovisual brasileiro: o negro aparece, mas sob controle, de forma a não abalar a hierarquia simbólica. No caso das telenovelas, a "ameaça simbólica" foi neutralizada pelo expediente de uma visibilidade quantitativa e esvaziada, descrevendo a maneira pela qual a presença negra, quando aparece, precisa ser domesticada, esvaziada de centralidade, restringida a núcleos periféricos que reafirmam a hegemonia branca. Essa exclusão não é apenas quantitativa, mas qualitativa. Mesmo quando aparece, o corpo negro está atravessado por estigmas: marginal, violento, exótico, primitivo ou hipersexualizado. Sua imagem é capturada, domesticada e moldada por olhares brancos e burgueses, que o posicionam como outro, como alteridade subordinada à centralidade do homem branco de classe média. A construção imagética da negritude no audiovisual brasileiro opera, portanto, como parte de uma engrenagem de reiteração do racismo estrutural. No campo do cinema negro independente do Rio de Janeiro, o movimento é distinto: a presença negra não se limita a ocupar lugares marginais, mas reivindica a própria centralidade da criação, da linguagem e da produção. A cinematografia do cinema político independente negro afirma isso claramente. A

luta contra a opressão racial é um dos temas centrais. Enquanto a televisão administra a diferença para preservá-la como subordinação, o cinema negro carioca a transforma em projeto estético e político de insurgência.

A reflexão de Gayatri Spivak em *Pode o subalterno falar?* fornece um eixo fundamental para compreender tanto o silenciamento histórico de atores e atrizes negros nas telenovelas brasileiras quanto o esforço de cineastas do Rio de Janeiro em afirmar um cinema negro político independente. Spivak não pergunta apenas se o subalterno fala, mas mostra como sua fala é interditada, filtrada e neutralizada por estruturas de poder que determinam quem pode ser ouvido. Esse movimento é visível na televisão desde os anos 1960, quando, como demonstrou Joel Zito Araújo em *A Negação do Brasil*, atores negros foram confinados a papéis estereotipados, limitados à condição de subalternos. A violência epistêmica apontada por Spivak, nesse sentido, ganha corpo no audiovisual brasileiro: o negro pode até figurar na tela, mas sua voz é previamente enquadrada por mecanismos que desautorizam sua enunciação autônoma. Assim, o cinema negro independente do Rio de Janeiro busca afirmar-se como insurgência. As entrevistas realizadas com

cineastas revelam tanto a força dessa insurgência quanto suas contradições.

E, se a televisão e o cinema hegemônico seguiram administrando a diferença como subordinação, o cinema negro independente do Rio de Janeiro irrompe como prática estético-política que recusa a tutela e desloca o lugar de fala para o lugar de poder: não como estética identitária conciliada à ordem, mas como trabalho coletivo de produção, circulação e memória capaz de corroer, na prática, os dispositivos de silenciamento descritos por Florestan e por Spivak.

Referências

ARAÚJO, Joel Zito. A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira. São Paulo: Senac, 2000.

BERGAMO, Igor. “Ameaça simbólica” e a presença negra nas telenovelas brasileiras. (Texto acadêmico, 2013).

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a LDB para incluir a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

BULBUL, Zózimo. *Alma no Olho* (curta, 1974); Abolição (doc., 1988).

CINÉDIA. *Alô, Alô,* Carnaval (1936).

CULTNE. Waldir Onofre — depoimento. Rio de Janeiro: Canal Cultne, 2015. Vídeo online.

DIEGUES, Cacá. *Ganga Zumba* (1963); Quilombo (1984).

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIAS, Roberto. *O Assalto ao Trem Pagador* (1962).

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

GALVÃO, Maria Rita. Crônica do cinema paulistano. São Paulo: Ática, 1975.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NELSON PEREIRA DOS SANTOS. *Rio, 40 Graus* (1955).

ONOFRE, Waldir. *As Aventuras Amorosas de um Padeiro* (1975).

SAMPAIO, *Adélia. Amor Maldito* (1984).

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Vidas sob controle:
Os refugiados no jornalismo em quadrinhos de Kate Evans

Caio Figueiredo Sant'Anna Santos
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ

Introdução

Frequentemente referenciada como crise migratória ou parte desta, a questão dos refugiados marca os anos 2000, 2010 e 2020, seja em suas dimensões ou escalas globais, nacional ou, mesmo, relativa às experiências individuais. A crise mobiliza debates que põem a política internacional em perspectiva em relação ao próprio presente, mas também a um passado colonial e a uma promessa de mundo globalizado que se vê contradita pelo problema do refúgio.

As apresentações e representações dos refugiados por parte da mídia de maior circulação e alcance permite-nos pouco acesso às raízes da problemática do refúgio no tempo presente, raízes históricas que cruzam a modernidade, o colonialismo, as experiências de duas grandes guerras, a globalização - ou uma face das perspectivas sobre ela -, bem como as dinâmicas e dispositivos de poder existentes nas relações entre os países que mais recebem e os refugiados que buscam uma oportunidade de viver ou, mesmo, sobreviver.

Enquanto uma das questões que nos parecem mais urgentes - levando-se em consideração quantas vidas humanas vêm sendo afetadas todos os anos por seus desígnios e outras questões de ordem política, social e econômicas atreladas a essa crise -, a maneira como, atualmente, se configuram os perfis dos refugiados - majoritariamente do Sul Global - não é, com a frequência que poderíamos esperar, problematizada pela mídia do mundo neoliberal. No jornalismo diário, os refugiados são comumente fontes de reportagens que comovem com números, números frios e carentes de crítica às estruturas internacionais que baseiam as políticas que tratam dos refugiados.

Se há, nas instituições estatais, modos de operar acerca da problemática do refúgio que lidam com as vidas dos refugiados como se fossem sujeitos de segunda categoria ou como se nem isto fossem, há, também, avanços nesses espaços, territórios de complexas disputas. E se há, no jornalismo diário, na grande mídia, de ampla circulação nacional e internacional, uma representação por vezes fria dos refugiados, há as representações marginais, dentre as quais uma interessa-nos em particular: os quadrinhos.

Embora tenham sido apropriados para fins de representações de valores conservadores, os quadrinhos são uma

mídia conhecedora da marginalidade, em especial no meio acadêmico. Vistos como arte "de massa" - no sentido pejorativo em que o termo é empregado -, os quadrinhos carecem ainda - se comparados a outras mídias - de olhares que se distanciam, por exemplo, da ideia de que eles só servem como auxiliares no ensino. O jornalismo em quadrinhos, trazendo consigo em diversas dimensões a marca da marginalidade, oferece uma outra forma de representação dos refugiados, e lança o olhar dos leitores para questões acerca dos refugiados que só poderiam ser postas como o foram nessas circunstâncias: 1) à margem das narrativas "oficiais" que corroboram com o discurso neoliberal e 2) através de certos níveis de abstração e formas de representar que a arte proporciona.

A globalização enquanto fábula e o campo de refugiados

Em sua crítica às noções sobre a globalização, Milton Santos argumenta que, se a globalização trouxe-nos a sensação de que as distâncias e o tempo foram encurtados, se nos detivermos apenas a isso, deixamos de observar diversas outras dinâmicas que ocorrem simultâneas e relacionadas a tais "avanços". Santos questiona a ideia de "aldeia global", atrelada à afirmação de que a informação atinge igualmente a todos,

proporcionando “a noção de tempo e espaço contraídos”. “Há uma busca de uniformidade, ao serviço dos atores hegemônicos, mas o mundo se torna menos unido, tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal” (SANTOS, 2001; p.5).

Milton Santos estimula, então, a reflexão sobre a globalização, analisando-a 1) como fábula, como busca de uma uniformidade fictícia, que deixa de lado diversas desigualdades estruturais históricas que se transformam e se renovam, 2) como “perversidade”, ou seja, a dimensão material, desigual e excludente, que questiona a uniformidade proposta pela fábula e 3) “o mundo como pode ser: uma outra globalização” (SANTOS, 2001; p.18-21).

Como fatores que contribuem para que se possa explicar “a arquitetura da globalização”, Santos propõe “a unidade técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história, representado pela mais-valia globalizada” (SANTOS, 2001; p.24). Nesse cenário, é evidente, - especialmente em tempos de crise migratória - estão inseridos também os migrantes internacionais.

Referente ao mundo do trabalho, como destacou Patricia Villen em *A face qualificada-especializada do trabalho imigrante no Brasil: temporalidade e flexibilidade*, o início do século XXI é marcado por uma configuração dos fluxo migratórios internacionais que inclui movimentos no sentido Sul-Norte, Sul-Sul e Leste-Oeste. Considerando então que esses fluxos partem, em geral, de lugares do Sul Global (seja para o Norte ou para outros países do Sul), ao pensar os novos mecanismos que facilitam a entrada dessa força de trabalho, qualificada-especializada, Villen destaca primeiramente o contraste desse movimento em relação à "via indocumentada, entendida como forma de migrar imposta, na atualidade, à maior parte dos imigrantes e refugiados", esses fluxos de pessoas qualificadas-especializadas "conseguem entrar pelo ultrasseletivo e burocrático circuito legalizado da imigração por motivo de trabalho" (VILLEN, 2017; p.33, 34).

O *mercado global das competências ou dos recursos humanos* (PIZZARRO, 2005 *apud* VILLEN, 2017) é encorajado pelos governos, sendo vantajoso para setores específicos de diversas esferas, porém tal encorajamento e o uso desse mercado se dá de forma "reticente em relação à permanência desses

imigrantes - ou seja, abrindo as portas temporariamente" (RUIZ, 2011 *apud* VILLEN, 2017; p.221).

Milton Santos apresenta a perspectiva de um motor único, que existe porque o tempo atual dispõe de um "novo patamar de internacionalização, com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação".

Para que se possa pensar a inserção do dispositivo do campo de refugiados nessa conjuntura, é necessário retornar ao que podemos extrair a partir de Santos (2001) desde o início de sua crítica: de que a sensação de encurtamento do tempo e do espaço não é acessível a todos e não se relaciona com todos os sujeitos, grupos e sociedades da mesma maneira. Nem todos têm o mesmo acesso ao território, a depender de quem e aonde vai. Consideramos que isto é fundamental para que se possa compreender a importância da representação do campo de refugiados no jornalismo em quadrinhos em questão.

Se há uma pobreza calculada, prevista ou tratada como "natural", não acidental, enraizada às estruturas agora globais, mundializadas, como é destacado por Santos (2001; p.71), é fácil relacioná-la à noção de um *mercado global das competências ou dos recursos humanos* destacada por Villen (2017) a partir de

Pizzarro (2005), é fácil pensarmos nos trabalhadores imigrantes que preenchem postos de trabalho específicos. O que interessa-nos, no entanto, é destacar que os refugiados que são confinados nos campos de refugiados e têm seu acesso ao território forçosamente dificultado encontram-se em uma situação de exclusão que os coloca em uma categoria privada até mesmo de preencher os postos de trabalho mais precários. O campo de refugiados se impõe como um lugar de exclusão que reduz sujeitos a menos do que a pobreza calculada à qual nos referimos acima.

O biopoder e o campo de refugiados

Se Milton Santos nos oferece uma compreensão das estruturas, em uma perspectiva global, do mundo globalizado, nos fornecendo ferramentas para pensar as exclusões - a partir das quais podemos pensar como o refúgio se relaciona a isso -, especialmente no que diz respeito às dinâmicas produtivas, autores como Foucault e Bauman nos servem com outros subsídios de análise, trabalhando em outras escalas e dando ênfase a outras dimensões - do poder, do saber, da cultura - para pensar o problema dos refugiados e, em especial, o campo de

refugiados, seu entorno, suas tecnologias de controle, suas justificativas e as estratégias de legitimação.

Podemos descrever, inicialmente, em síntese, que o campo de refugiados é uma instituição tecnocrática moderna - embora não em toda a sua forma, é evidente - que tem por objetivo limitar o acesso de sujeitos tidos como indesejáveis a um território. Tido como um lugar de estadia temporária, se torna um local de uma estadia demorada, que se estende pelo tempo que os soberanos - no sentido empregado por Foucault (1999) - considerarem necessário aos seus interesses e diante das possibilidades disponíveis ao exercer desse controle.

Se Milton Santos nos é de grande importância para pensarmos as exclusões de grupos categorizados como indesejáveis, se quisermos compreender como essa exclusão opera, em nível menor em termos de escala, a "biopolítica" de Foucault (1999) se faz útil à nossa investigação, amparado pela contextualização da dimensão política trazida por Bauman (2017).

Segundo Foucault, "a biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...]" (1999; p.292-293). A biopolítica, assim,

se relaciona ao saber e ao poder ou aos saberes em função do poder. O biopoder se relaciona a mecanismos técnicos disciplinares, orientados por saberes previamente acumulados, destinados a contabilizar, a quantificar, prever para gerir vidas de populações.

Assim, na biopolítica, Foucault se refere a instrumentos que se consolidam como um conjunto de técnicas para uma gestão das vidas pelos soberanos. As vidas entram, como dados e cálculos, nas decisões tomadas pelos soberanos. A vida passa a se inserir nos planejamentos econômicos de novas formas, a partir de novos saberes relativos ao quantificar das vidas, de indicadores diversos, que se desenvolvem junto de uma perspectiva de gestão das populações que Foucault situa historicamente, "[...] juntos de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc." (FOUCAULT, 1999; p.293).

Segundo Foucault, enquanto "tecnologia de poder", a biopolítica

> vai implantar mecanismos que têm certo número de funções muito diferentes das funções que eram as dos mecanismos disciplinares. Nos mecanismos pela biopolítica, vai se tratar, sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar,

> igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global (FOUCAULT, 1999, p.293).

A securitização, discutida por Bauman (2017), justifica o campo. Ela necessita da homogeneização, necessita de uma noção generalizante e homogeneizante dos refugiados, que justifique o tratamento de suas vidas. O campo existe, também, porque se legitima no discurso da securitização. Nos discursos da extrema direita do Norte Global, tais grupos de deslocados são também deslocados de princípios básicos de cidadania, enxergados como menos merecedores de direitos fundamentais.

Há uma relação a ser traçada, assim, entre a securitização discutida em Bauman (2017) e a necessidade pela proteção da vida em Foucault (1999). O discurso político da securitização, difundido e amplamente popular nas democracias liberais, enquanto estratégia política de legitimação dos efeitos práticos do tratamento que recebem aqueles que se deslocam com fundado temor, porque já não vêem mais opção, encontra em Foucault uma base de análise importante.

"Quando os juristas dizem: quando se contrata, no plano do contrato social, ou seja, quando os indivíduos se reúnem para

constituir um soberano, para delegar a um soberano um poder absoluto sobre eles, por que o fazem?". A pergunta trazida por Foucault estabelece uma das questões fundamentais da discussão acerca do biopoder, referente ao que dá legitimidade aos soberanos e vai, em nossa análise, ao encontro da questão do tratamento dos refugiados. E responde Foucault que "eles o fazem porque estão premidos pelo perigo ou pela necessidade. Eles o fazem, por conseguinte, para proteger a vida" (FOUCAULT, 1999; p.287).

Acerca do conjunto de mecanismos modernos utilizados para tal gestão das populações, Foucault afirma que

> vai se tratar, sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global" (FOUCAULT, 1999, p.293).

Tal reflexão nos conduz à argumentação de Michel Agier (2006), acerca do humanitarismo dos governos do Norte global, enquanto apenas mais um braço de seu controle sobre suas áreas de influência no Sul, ou seja, Agier trabalha o lugar do humanitarismo dentro das dinâmicas de controle do "Império" -

referindo-se inicialmente, ao caso da relação entre Estados Unidos, Afeganistão e Iraque no início dos anos 2000 - e nos auxilia a compreender o campo como uma das dimensões através das quais o biopoder se impõe sobre os refugiados. O autor elabora uma crítica acerca das dinâmicas de controle que são postas em prática através do humanitarismo de estados do Norte, que, assim, é compreendido como apenas mais um braço das estruturas de dominação globais (p.197).

Agier descreve inicialmente essa relação entre humanitarismo e imperialismo através de três elementos, sendo o primeiro "a existência simultânea de um conjunto de guerras, de violências coletivas, de distúrbios e terrores que conduzem as populações civis à morte ou à fuga [...]", sendo o segundo elemento, justamente, a dinâmica de intervenção em si (p.198).

> Ao encarregar-se das vítimas, ela instaura ao mesmo tempo o controle e os cuidados: o princípio do care, cure and control aplica-se idealmente nos campos de refugiados, que são dispositivos policiais, alimentares e sanitários eficazes para o tratamento das massas vulneráveis. Se ali as vítimas são mantidas num mínimo de vida, isto é, segundo normas nutricionais de simples sobrevivência, elas também estão sob controle (p.198).

Ou seja, é o ato, por parte dos que "dominam", de buscar gerir as vidas daqueles que são gravemente atingidos pela sua própria intervenção, para que se possa ter mais controle sobre as possibilidades de agência de tais vítimas.

Segundo Agier,

> a atenção constante dada pelos agentes do ACNUR ao registro e à identificação dos refugiados, os tráficos diversos que existem em torno da atribuição das carteiras [...], a vontade de muitos governos dos países de acolhida de agrupá-los em campos em vez de deixá-los disseminados no seio da população, todas essas práticas denotam uma mesma obsessão de controle" (p.198-199).

O terceiro aspecto descrito por Agier particularmente nos interessa pois se refere aos espaços em que as vidas geridas são mantidas, confinadas, detidas, isoladas. Tais

> sítios humanitários situam-se nas margens, afastados dos locais de vida comuns, nos limiares da vida social e da vida, simplesmente. Esses limiares têm uma forma: os centros de trânsito, os campos de detenção dos qu pedem asilo (Woomera, na Austrália), os campos de agrupamento de deslocados (no Sudão, em Angola), os centros de acolhida de urgência (Sangatte, na França), as zonas de espera de pessoas em trânsito nos aeroportos (os Zapi 2 e 3 do Charles de Gaulle, em Paris), certas zonas portuárias, certos barcos (o "Tampa"), minúsculas ilhas (Nauru) (2006; p.199).

Para Agier, o aspecto que une todas essas formas de controle, por mais diversas, é o fato de que "compõem com os campos de refugiados um conjunto de espaços, hoje em crescimento, para manter refugiados, 'clandestinos' e indesejáveis à espera, em situação, por vezes, de sobrevivência e com direitos cerceados. Encerrados no exterior, são espaços de exceção" (2006; p.199).

Agier destaca que "nossa moral estando salva, o funcionamento, as perversões e as corrupções dos sítios humanitários podem ser atribuídos a um regime de exceção no qual o arbitrário e seus atores agem livremente em sua própria ordem das coisas" (2006; p.199). Tal argumento trazido pelo autor se relaciona fortemente com diversas experiências de espaços de contenção de migrantes espalhados pelo Norte global, inclusive a *Selva* de Calais. Agier ajuda-nos a perceber o que há de *exceção* nesses espaços, onde os soberanos podem valer-se de dispositivos não usuais de gestão das vidas, ou seja, os refugiados são tratados como - a princípio ou idealmente - os nacionais, os cidadãos, dotados de uma gama de direitos fundamentais, não poderiam ser.

"Com a constituição dos terrenos do humanitário como espaços de exceção, como não-lugares, a história política recente

fez nascer uma categoria mundial de sem-lugar e sem direitos mais ampla que a soma dos refugiados propriamente ditos". Agier aponta para uma certa perenidade dos espaços de contenção dessas populações carentes de muito e, dentre as diversas carências, a de direitos. O autor aponta para tais dispositivos como locais de contenção do que seriam os diversos tipos de "restos" do sistema econômico e social global (AGIER, 2006; p.199).

Retornando ao olhar acerca dos migrantes, que legitima políticas de controle agressivas, em sua discussão acerca da "securitização", Bauman (2017) destaca alguns problemas de grande importância para que se possa entender como se deu, nos anos 2000 e 2010, as relações entre europeus e refugiados do Sul global - relações que produzem questões que se colocam, também, nos anos 2020. Se Bauman busca com seu livro esclarecer equívocos do senso comum acerca da chegada de refugiados à Europa, os esclarecimentos são voltados aos europeus, que vêem com desconfiança, reagem com ódio e endossam discursos falaciosos acerca da entrada dos refugiados e migrantes em geral em seus países.

Acerca da "securitização", Bauman (2017; p.28) destaca como os discursos pautados nela, no medo do terrorismo que,

supostamente, seria trazido pelos migrantes, é motor, não apenas para a legitimação de ações violentas de controle, mas como estratégia para angariar votos nas democracias na europa.

Como destacado pelo autor, e em diálogo com o que foi citado de Foucault, as imagens de demonstração de força e violência por parte do Estado, "de enxames de homens uniformizados interrompendo reuniões e entrando nas casas sem pedir permissão aos moradores, de soldados patrulhando as ruas em plena luz do dia", trazem a impressão de os governos estarem protegendo sua população - ou a parte da população que acessa, de fato, os direitos básicos de cidadão. Como destacado pelo autor, "todas essas cenas outras semelhantes causam forte impressão como demonstrações da resolução do governo de fazer todo o possível, de ir até 'o cerne do problema', e de mitigar ou eliminar de todo as dores da insegurança que atormenta seus súditos" (BAUMAN, 2017; p.30-31).

Retornando a Foucault, a sensação de estar vendo os governos indo ao "cerne do problema" é favorável, também, aos soberanos, à medida que desvia atenções que antes estariam voltadas a questões estruturais contra as quais não é interessante lutar. Bauman entende o discurso da securitização como uma alternativa favorável aos governos que buscam ocultar os

sintomas de problemas econômicos cujas soluções não convêm e evidencia que

> o sentido generalizado de insegurança existencial é um fato categórico, uma genuína desgraça de nossa sociedade, que se orgulha, pela boca de seus líderes políticos, da progressiva desregulamentação dos mercados de trabalho e da flexibilização da mão de obra, e assim, por conseguinte, reconhecida por propagar a crescente fragilidade das posições sociais e instabilidade das identidades socialmente reconhecidas [...]" (BAUMAN, 2017; p.33).

No contexto em que é interessante direcionar as opiniões acerca das causas de "problemas que os governos são incapazes de enfrentar (ou não têm muito interesse em fazê-lo)", demonstrar estar fazendo algo é de interesse dos soberanos, e, consequentemente, "[...] a luta com os terroristas que conspiram contra a segurança de pessoas comuns e suas estimadas posses facilmente se destaca e ganha predominância [...]" (BAUMAN, 2017; p.34).

Os discursos, assim, valem-se de falas que, como em qualquer falácia, pautam-se em ilusões de sentido, ancoradas em assimetrias, como é o caso da frase "todos os terroristas são migrantes", do primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, que Bauman problematiza. Falas como a de Orbán servem aos

interesses de soberanos, que objetivam obter apoio para ações que, em outras circunstâncias, seriam mal vistas, “ainda mais graças à sugestão, implicitamente contrabandeada, da simetria do elo e de uma reciprocidade causal, e, assim, de uma sobreposição quase completa entre as duas categorias desse modo vinculadas”. A frase oferece a justificativa “perfeita”, que legitima o uso da força e da violência por parte dos soberanos (BAUMAN, 2017; p.35).

Tendo em vista, assim, que a securitização homogeniza as pessoas em situação de refúgio, os solicitantes do mesmo ou, mesmo, aqueles que são migrantes (que não migram com os fundados temores que configuram o refúgio), o que é viável à legitimação da repressão, do controle e da degradação da vida dos que se deslocam forçosamente, devem chamar-nos a atenção aquelas representações que os humanizam, o que o jornalismo diário dos grandes veículos de reportagens não pode oferecer. Por isso, então, a discussão acerca do contexto geral, que coloca os migrantes como massas homogêneas de criminosos em potencial, é tão importante para a compreensão, enfim, do que faz das reportagens em quadrinhos algo singular em sua representação.

Os refugiados no jornalismo em quadrinhos

Nesse contexto de controle dos que se deslocam em busca de melhores condições de vida e vêm a ser mantidos em campos está ambientada a obra de Kate Evans, *Refugiados: a última fronteira*. A narrativa visual está inserida no gênero que ficou conhecido como jornalismo em quadrinhos, fortemente influenciado pela obra de Joe Sacco, considerado precursor da categoria. A autora visitou em 2015 o campo de refugiados de Calais, na França, conhecido como a *Selva* de Calais. O local recebeu grandes levas de refugiados do Sul Global, especialmente da África e do Oriente Médio. Kate Evans se dedica a apresentar em suas páginas ilustradas diversas trajetórias de refugiados que passaram e se estabeleceram na *Selva de Calais*, pessoas deslocadas de seus países, presas no campo, marcado pela insalubridade, pela dependência de doações e a incerteza com relação aos seus destinos. As especificidades da linguagem dos quadrinhos são o que fornecem à obra de Evans um jeito próprio de narrar o campo e aqueles que o habitam.

Os quadrinhos, é evidente, possuem, em geral, formas de narrar que o afastam da ideia de "objetividade", se relacionando fortemente com a subjetividade da autoria. Se na Literatura a forma de escrever de um autor é digna de destaque, entendida

como marca, nos quadrinhos a subjetividade imprimida no traço é também uma das mais facilmente perceptíveis e indissociáveis, salvo as diversas outras formas de expressão de autoria que podem ser lidas quando analisamos uma narrativa gráfica. É comum, entre os leitores de quadrinhos, reconhecer um autor pelo seu desenho. Na internet, encontram-se facilmente diversas listas que apontam os artistas mais importantes da indústria dos quadrinhos de heróis. É difícil faltar, nessas listas, Jack Kirby, John Romita ou Frank Miller. Mas, mesmo fora dos quadrinhos de heróis, Ziraldo, Maurício de Souza, Akira Toriyama, Quino, Laerte, André Dahmer são artistas que se inserem no vasto conjunto de autores que comprovam o que afirmamos acima. A construção de uma "assinatura" visual, uma identidade através do traço é, assim, parte constitutiva e fundamental dos quadrinhos em geral.

Quando o jornalismo "encontra" os quadrinhos, um aspecto do jornalismo vem a ser questionado: a pretensão a uma suposta objetividade. A relação que o jornalismo construiu com os quadrinhos na obra de Joe Sacco e em obras posteriores, influenciadas por seu trabalho, aproxima-se da que já havia sido traçada entre jornalismo e literatura. Segundo Felipe Pena (2006), o que difere o gênero fronteiriço conhecido como

jornalismo literário do jornalismo diário, tradicional, é seu distanciamento de uma série de técnicas e práticas do *lead*, que buscam "amenizar" e ocultar a subjetividade do autor da reportagem. O jornalismo literário, assim, trabalha com o envolvimento do autor, compreende e aceita o lugar da subjetividade de quem escreve.

Segundo Pena (2006), a perenidade também é uma característica do jornalismo literário. Se a reportagem diária é feita para tornar-se obsoleta "no dia seguinte", o jornalismo literário tem como objetivo permanecer relevante por mais tempo. Esse alargamento do tempo também diferencia o tempo de produção do jornalismo literário em relação ao jornalismo diário, preso às *deadlines*, exigindo rapidez e "objetividade". O jornalismo literário, mesmo sem perder sua conexão com a ideia inicial de uma reportagem, é um produto de processos diferentes e divide essas características com o jornalismo em quadrinhos.

Paim (2014), ao pensar as especificidades do jornalismo em quadrinhos, fornece reflexões acerca de sua relação com as fontes. Segundo Paim, "fonte", no jornalismo, é como é chamado "quem fornece informações para a notícia. Muitas vezes, essa fonte aparece na reportagem como entrevistado, e

um trecho de sua fala é citado entre aspas no texto, em meio às outras informações" (2014; p.352).

Interessa-nos destacar que, em contraponto à pretensão à objetividade e ao tipo de veracidade que as aspas podem inspirar em um texto, nos quadrinhos, o próprio ato de desenhar a fonte, de representá-la iconograficamente, em si mesmo, já agrega subjetividade e complexidade à história em quadrinhos, ou seja, ao desenhar a fonte, que passa a ser personagem, o autor constrói um discurso imagético, nas escolhas que faz a respeito de como representar as vestimentas (como dar, por exemplo, mais ou menos atenção a marcas ou rasgos nas roupas de alguém), as expressões faciais, salvo, ainda, como mencionado, questões relativas ao estilo próprio do traço de cada autor, aspecto que também influi nas representações.

Os rostos cansados dos refugiados desenhados por Joe Sacco (2016) em *Reportagens*, por exemplo, devem ser encarados, não como uma representação que almeja a "fidelidade" visual com o que teria sido visto pelo autor, mas se relaciona com o leitor como maneira de compor uma mensagem que está presente no discurso da obra: a desesperança causada pela situação de incerteza na qual são colocados os refugiados,

quando confinados à espera de respostas que parecem nunca chegar.

Refugiados: a última fronteira é um relato acerca da situação em que se encontravam os refugiados que a autora conheceu em sua visita às habitações improvisadas e precárias que lhes serviam de abrigo. Kate Evans desenha/escreve aqueles que são, em alguma medida, *outros*, mas fala também de si - e desenha a si mesma -, colocando-se como alguém que carrega identidade, subjetividade, que se vê influenciada pelo contato com o *outro*. Sendo assim, não há uma pretensão à objetividade, mas um reconhecimento da presença de si (e de suas próprias percepções, motivações e intenções) na experiência de convivência na *Selva* e, por consequência, no processo de escrita e desenho. A percepção da autora demonstra não pretender ser "neutra" ou "objetiva" como as regras do *lead* impõem, mas, sim, representa a percepção de uma pessoa que não se encontra em situação de refúgio. Sua narrativa gráfica se desenvolve como uma sucessão de descobertas acerca das condições de vida na Selva de Calais, através de sua relação com refugiados e voluntários de ajuda humanitária.

Além dos balões de fala, que indicam o que é dito pelos personagens no tempo das cenas, o quadrinho possui caixas de

narração - como é comum nas histórias em quadrinhos em geral e, especialmente, nas reportagens em quadrinhos -, onde Evans narra em primeira pessoa, reporta aos leitores as condições de sobrevivência dos refugiados nos acampamentos, através da representação visual e textual (inseparavelmente entrelaçadas na linguagem dos quadrinhos) de suas interações.

Ao analisar trechos das páginas de quadrinhos de Flash Gordon, Barbieri chama atenção para algo que ocorre em narrações que não são em primeira pessoa, afirmando que "a narração assume um certo ar de 'objetividade', mesmo descrevendo os pensamentos do protagonista" (BARBIERI, 2017; p.180). Assim, embora, neste texto, "objetividade" e subjetividade não sejam tratados como antagônicos, opostos - e, de fato, objetividade não tenha, aqui, o mesmo sentido da objetividade do jornalismo -, é importante assumirmos que, embora exista uma complexa estrutura narrativa subjacente que leva o leitor a enxergar os acampamentos de refugiados através do olhar de Kate Evans, a opção pelo uso de uma narração em primeira pessoa, que ocupa grande parte das páginas do quadrinho, é, por si mesma, um fator que agrega grande sensação de subjetividade à obra.

É através dos olhos de Kate Evans que o leitor é apresentado às más condições de sobrevivência dos refugiados, dos resultados práticos da biopolítica. Interessante, porém, é notar que, ao destacar aspectos do cotidiano da convivência com os refugiados, Evans chama atenção para diversas formas de resistência (mesmo que pequenas, dadas as circunstâncias) que os refugiados promovem, em meio àquela situação de exceção, fruto de uma gestão de suas vidas que visa justamente a sua impotência. Tal representação é fruto daquilo que é característico do tipo de trabalho realizado por Evans no quadrinho: ouvir as vítimas, buscando conhecê-las, mesmo que a obra se demonstre consciente de que "esta é uma parte muito pequena da história delas" (EVANS, 2018; p.6).

No artigo que resulta da pesquisa de campo de Jameson Silva e Augusto Leão aos acampamentos de refugiados e migrantes em Calais, a convite da Terre d'errance, os autores, em meio a descrições detalhadas do espaço, destacam particularidades de suas interações com os refugiados, que põem em questão perspectivas superficiais e generalizantes acerca da vida em um local de confinamento e controle. Os relatos da visita aos acampamentos são marcados pela frequência dos momentos em que os pesquisadores são convidados a adentrar

habitações improvisadas, onde lhes são oferecidos comida ou chá.

"Conversando com os jovens da Eritreia, fomos convidados para a refeição: feijão cozido com tomate e pão. Estávamos todos sentados ao redor da panela, que acabava de ser retirada de pequeno fogareiro e fora colocada no chão para que todos pudessem compartilhar a refeição" (LEÃO; SILVA, 2018; p.121).

Os autores destacam adiante que:

> depois de algum tempo com os jovens da Eritreia, avançamos um pouco no corredor para conversar com Nan, que estava reunida com um grupo de sudaneses em uma pequena praça de tábuas de madeira, ao lado de uma barraca que serviria de cozinha, com uma pequena fogueira. Eles prepararam um café sudanês, com cardamomo, canela e gengibre. Um dos homens, Mohammed, nos contou que estudou medicina, fez mestrado na Indonésia e retornou ao Sudão para trabalhar como servidor público da saúde (LEÃO; SILVA, 2018; p.121).

O trecho que corresponde à figura 1, retirado de *Refugiados: a última fronteira*, evidencia uma forma através da qual Evans comumente representa sua interação com os refugiados: encontros que muito se assemelham ao vivenciado por Leão e Silva, em que um convite leva a uma conversa sobre,

por vezes, trajetórias, sonhos, medos, indignação.

Figura 1 - refugiado cozinha



Fonte: EVANS, 2018; p.56.

"Acolher, cozinhar, compartilhar" (EVANS, 2018; p.56). Interessa-nos o sentido a ser extraído da representação que Evans faz de seus encontros com os refugiados, em suas residências improvisadas, frágeis, representantes de um futuro incerto. É ao retratar os refugiados como pessoas que, diante de um ambiente que as violenta, buscam construir ou reconstruir

alguma parcela do que poderia vir a ser uma vida comum - no ato de convidar para adentrar sua casa improvisada, de oferecer um alimento - que Kate Evans chama atenção com uma representação dos refugiados menos estereotípica e, nesse sentido, marginal de maneira que não poderia ser em qualquer mídia.

Na abertura do quadrinho, no terceiro quadro da oitava página, Evans (2018) destaca: “há muitos sorrisos, o que eu não esperava”. O contexto que envolve o trecho em questão e o restante do quadrinho evidenciam que não se trata de insinuar que a situação dos refugiados nos acampamentos inspira felicidade, mas de evidenciar atos de resistência ao controle de suas vidas na complexidade das relações que se desenvolvem no espaço colocado em questão.

O texto de Evans evidencia estar direcionado àqueles que desconhecem ou conhecem pouco da situação prática dos refugiados em acampamentos e campos. É evidente o esforço que há em tornar claras questões de sua situação, por vezes fazendo recomendações, como informações de um manual, acerca de o que fazer e o que não fazer ao ajudá-los, como um manual para a ajuda humanitária voluntária. Evans, ao colocar-se, enquanto narradora, como alguém que desconhece o outro

que viria a representar em seu quadrinho, coloca o leitor (que não for um refugiado de Calais) em uma posição de identificação, ou seja, um leitor que desconhece os problemas práticos diários da sobrevivência em acampamentos como os de Calais.

Considerações finais

Os refugiados são, evidentemente, a partir das considerações de Agier e Bauman e do subsídio fornecido por Santos e Foucault, indivíduos excluídos das dinâmicas das economias dos países do Norte Global, destinados a diversas formas de marginalização. O campo de refugiados é, em prática e simbolicamente, a exclusão em nível que supera em diversas dimensões a ideia de uma pobreza incluída, prevista, calculada dos países.

Por sua estrutura relacionável ao jornalismo literário, o jornalismo em quadrinhos, quando representa o campo de refugiados, apresenta um olhar para estes deslocados, não apenas como os dominados pelos dispositivos de controle, mas os torna personagens, sujeitos em uma narrativa que se constrói a partir do que podemos compreender como o biopoder e sua

aplicação, mas também representa suas reinvenções, aquilo que estes sujeitos produzem em sua experiência no campo.

O campo é a tecnologia, o saber em função do poder, do controle, da disciplina, mas é habitado por pessoas que permanecem buscando ser sujeitos de suas próprias trajetórias e, à maneira que conseguem, o são. Enquanto o jornalismo diário da grande mídia ocidental, por sua vinculação à ordem do status quo, não seria capaz de produzir representações que tocassem nos pontos tocados por Kate Evans, somente uma obra à margem dos discursos dominantes poderia fazê-lo. Representar questões sensíveis como o campo de refugiados em forma de quadrinhos é, já, em si, fazê-lo de maneira marginal. Uma grande contribuição da reportagem em quadrinhos de Evans para as discussões sobre o tema dos refugiados é lançar o olhar, também, sobre as agências dos refugiados, suas trajetórias possíveis, sonhos e formas de resistir ao que recebem dos soberanos.

Referências

AGIER, M.. Refugiados diante da nova ordem mundial. *Tempo Social*, v. 18, n. 2, p. 197–215, nov. 2006.

BAUMAN, Zygmund. *Estranhos à nossa porta.* 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CIRNE, Moacy. *Uma introdução política aos quadrinhos.* Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

DUTRA, Antônio Aristides Corrêa; DEBOM, Paulo. Anotações para uma cartografia dos quadrinhos não ficcionais e do jornalismo em quadrinhos. *Pauta Geral* - Estudos em Jornalismo, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 1–26, 2021. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/18015. Acesso em: 20 dez. 2023.

EISNER, Will. *Quadrinhos e Arte Sequencial*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade:* curso no Collége de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LEÃO, Augusto Veloso; SILVA, Jameson Vinicius Martins da. Os "últimos dias" do acampamento de imigrantes e refugiados de Calais. *Malala, Revista Internacional de Estudos sobre o Oriente Médio e Mundo Muçulmano* (RIEOMMM), São Paulo, Brasil, v. 6, n. 9, p. 117–129, 2018.

MARTINEZ, M. Jornalismo Literário: revisão conceitual, história e novas perspectivas. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 40, n. 3, 2017. Disponível em: https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/2798. Acesso em: 18 ago. 2024.

MCCLOUD, Scott. *Desenhando quadrinhos.* São Paulo: Makron Books do Brasil, 2008.

PAIM, Augusto Machado. A personagem-fonte no jornalismo em quadrinhos: entre a ficção e a não ficção. *Revista Estudos Literários*, Coimbra, v. 4, p. 349-365, 18 nov. 2023.

PENA, Felipe. *Jornalismo literário*. São Paulo: Contexto, 2006.

PIZARRO, J. M. *Globalizados, pero restringidos:* una visión latino-americana del mercado mundial de recursos humanos calificados. CELADE: Santiago, 2005.

SACCO, Joe. *Reportagens.* São Paulo: Quadrinhos na cia, 2016.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VILLEN, Patricia. *O recrutamento de médicos-imigrantes pelo Programa Mais Médicos e a particularidade do caso cubano*. Migrações Sul-Sul, p. 218-230, 2018

Arquivos da repressão e práticas de vigilância: A atuação de informantes e agentes infiltrados nos documentos do Centro de Informações da Marinha (Cenimar)

Carinna Almeida Rodrigues
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

O estudo da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) tem revelado, nas últimas décadas, a centralidade dos aparatos de informação e repressão na sustentação do regime. Entre eles, o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) desempenhou papel decisivo, articulando-se com outros órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa). A documentação produzida por essas instituições evidencia a sofisticação e o alcance da vigilância estatal, assim como os mecanismos de infiltração e cooptação de indivíduos que atuaram como informantes ou agentes infiltrados.

Neste trabalho, propõe-se analisar os arquivos do Cenimar referentes à atuação desses colaboradores, destacando tanto os processos de recrutamento quanto as técnicas de

infiltração e vigilância utilizadas. A partir dessa perspectiva, busca-se compreender como o aparato repressivo construiu uma rede complexa de informações, voltada à neutralização da oposição política e à manutenção da lógica da Doutrina de Segurança Nacional.

Os órgãos de informações das forças armadas

Logo nos primeiros dias após o golpe de 1964, os militares iniciaram a estruturação de seus aparelhos repressivos, que em pouco tempo se consolidariam como instrumentos de perseguição, prisão e tortura de opositores políticos. Esse processo envolveu tanto a reorganização das Forças Armadas e das polícias quanto a criação de novos órgãos de inteligência e informação, voltados a garantir a vigilância permanente sobre a sociedade e a neutralização de qualquer resistência ao regime.

Ainda no governo de Castello Branco, foram editados os primeiros Atos Institucionais, responsáveis por restringir direitos e suprimir garantias constitucionais previstas na Carta de 1946. Tais medidas deram início a uma gradual institucionalização da repressão, ampliando o poder do Executivo em detrimento do Legislativo e do Judiciário. Nesse contexto, consolidava-se a lógica da Doutrina de Segurança

Nacional, que legitimava a concentração de poder e a suspensão de liberdades em nome do combate ao chamado “inimigo interno”.

O AI-1 foi responsável pela criação da Comissão Geral de Investigações (CGI), incumbida de conduzir processos sumários contra indivíduos considerados incompatíveis com os interesses do novo regime. A instituição da CGI revela a preocupação precoce do governo militar em formalizar mecanismos de vigilância e repressão, instaurando um modelo estatal orientado para a neutralização da oposição política sob o argumento da defesa da ordem e da moralidade pública.

Nesse mesmo contexto, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), por meio da Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Sua função era centralizar e coordenar as atividades de inteligência em âmbito nacional. Além disso, fornecia suporte estratégico às ações do Executivo, transformando-se rapidamente em um dos pilares da repressão, ao articular uma vasta rede de informações e consolidar o controle do regime sobre diferentes setores da sociedade civil e do aparato estatal.

Segundo a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (2015), o SNI funcionava como um vasto repositório de dados produzidos por diversos órgãos do aparato repressivo,

consolidando-se como um dos principais instrumentos de vigilância e controle social da ditadura (CEV-Rio, 2015, p. 266). A Comissão destaca, ainda, que o SNI representava uma das marcas mais duradouras do regime, pois, ao longo do período, diversos órgãos de coleta e análise de informações passaram a alimentar diretamente o sistema.

Como ressalta Mariana Joffily (2014) e Samantha Quadrat (2012), o SNI e as Divisões de Segurança e Informações (DSIs) não foram criações inéditas do regime instaurado em 1964, mas reformulações de estruturas já existentes desde o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951). No entanto, a emergência de um novo ciclo político, marcado pela lógica da Doutrina de Segurança Nacional, demandava a modernização e centralização desses mecanismos, de modo a adequá-los aos objetivos do Estado autoritário então consolidado (Joffily, 2014, p. 95).

Quadrat (2012) analisa que a redefinição do inimigo, que deixou de ser um adversário externo para ser concebido como interno, significou uma profunda inflexão na lógica do combate. Já não se tratava de enfrentar exércitos estrangeiros em fronteiras delimitadas, mas de identificar e neutralizar ideias e sujeitos considerados subversivos no interior da própria

sociedade. Essa internalização da guerra implicou a adoção de novas estratégias de repressão, entre as quais se destacou a incorporação da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que oferecia as bases conceituais e operacionais para legitimar a intervenção das Forças Armadas em múltiplas esferas — militar, política e econômica. Desse modo, a DSN consolidou-se como instrumento essencial de sustentação do regime autoritário, fornecendo não apenas a justificativa ideológica para a perseguição a opositores, mas também o arcabouço prático que orientou a criação e a expansão dos órgãos de informação e repressão.

> Para conter o avanço desse "inimigo" e se manter no poder, os militares procuraram exercer um excessivo controle na vida da sociedade civil. Isso acarretou um grande investimento no setor de informações que, em alguns casos, além da coleta e processamento da informação também ficou responsável por exercer a repressão. (QUADRAT, 2012 p.22).

Ainda segundo a autora, a consolidação da Doutrina de Segurança Nacional esteve diretamente ligada à criação e fortalecimento de uma complexa rede de órgãos de informação. Após o golpe, porém, houve uma ampliação decisiva com a instituição do Serviço Nacional de Informações (SNI) e a formação de uma verdadeira "comunidade de informações", que

reunia diferentes agências militares e civis. O objetivo dessa rede era garantir vigilância permanente sobre a sociedade, atuando tanto na coleta quanto na análise e difusão de dados sobre movimentos sociais, sindicatos, universidades e qualquer atividade considerada subversiva.

Quadrat (2012) destaca que a formação dos militares vinculados aos órgãos de informação se deu, inicialmente, por meio da Escola Superior de Guerra (ESG), que desde o final dos anos 1950 passou a oferecer cursos voltados para o tema. Neles, difundiam-se conceitos de informação e contrainformação, técnicas de coleta e classificação de dados, além da análise de modelos estrangeiros, como o norte-americano e o alemão. A ESG funcionou como um verdadeiro centro de irradiação da DSNl, moldando oficiais a partir da ideia de que a informação era uma arma essencial no combate ao inimigo interno e na legitimação da intervenção militar em diferentes esferas da vida nacional.

A criação da Escola Nacional de Informações (EsNI), em 1971, representou a necessidade da formação dos agentes da informação "se discutia a necessidade de se possuir uma escola voltada especificamente para a formação do pessoal da inteligência" (Quadrat, 2012, p.30). Diferente da ESG, de

caráter mais teórico, a EsNI possuía uma formação prática, articulada diretamente com o SNI (Quadrat, 2012, p. 33). Estruturada em níveis de acordo com as patentes, a escola preparava desde oficiais superiores e analistas até sargentos responsáveis pela coleta de dados, além de oferecer estágios específicos em áreas como interrogatório, contraespionagem e criptologia. Para Quadrat, esse investimento sistemático na formação dos quadros militares consolidou a informação como eixo central da repressão, criando uma comunidade especializada e capacitada a sustentar politicamente o regime

O SNI funcionava de forma articulada com as Forças Armadas e com agências subordinadas, como o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (Cisa) e o Centro de Informações do Exército (CIE). Juntos, esses órgãos compunham a espinha dorsal do sistema de informações da ditadura, estruturado para garantir o fluxo contínuo de dados ao Executivo e aos comandos militares. Como observa Figueiredo:

> O SNI não atuava na repressão. Não sequestrava, prendia, torturava nem matava, pelo menos não de forma direta. O órgão concentrava seus esforços na coleta, análise e difusão de informações, tendo como 'clientes' preferenciais, em primeiro lugar, a Presidência

> da República, seguida pelos serviços secretos militares. (Figueiredo, 2015, p. 18).

Segundo Lucas Figueiredo (2015), a proposta de reforçar as estruturas dos serviços secretos das Forças Armadas partiu do general Arthur da Costa e Silva, que buscava transformá-los em órgãos centrais da repressão, promovendo mudanças significativas no desenho institucional militar. Essas alterações se sustentavam em duas perspectivas principais: a primeira, de que os serviços de informação não deveriam se limitar apenas à coleta e à análise de dados, mas passar a atuar diretamente no combate aos chamados subversivos; a segunda, de que esses órgãos estariam subordinados exclusivamente às suas respectivas forças, reforçando a autonomia de cada ramo das Forças Armadas no interior do sistema repressivo, segundo Figueiredo

> Assim, ao serem dispensados de prestar obediência a seus superiores hierárquicos nas unidades militares local, regional e central, os membros dos serviços secretos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica passariam a gozar de considerável autonomia, uma palavra até então tabu nas Forças Armadas (Figueiredo, 2015, p.16).

O centro de informações do exército foi criado em 1967, por meio do Decreto nº 60.664. A iniciativa partiu do então

ministro do Exército, general Aurélio de Lira Tavares, durante o governo do presidente Costa e Silva, como parte do processo de ampliação e modernização da estrutura de inteligência militar. A chefia do novo órgão foi confiada ao coronel Adyr Fiúza de Castro, enquanto o comando operacional ficou sob responsabilidade do general Milton Tavares de Souza, subordinado ao general Sylvio Frota, então chefe de gabinete do ministro. O CIE se consolidaria, ao longo do regime, como um dos principais braços da repressão, atuando em estreita articulação com o SNI e demais centros de informações das Forças Armadas.

Após sua criação, o CIE iniciou suas atividades com uma equipe de cerca de 80 pessoas, das quais mais de 30 eram oficiais do Exército, incluindo capitães e majores (Gaspari, 2002, p. 264). Essa composição evidencia o caráter técnico e estratégico atribuído ao órgão desde sua origem. Tal estrutura permitiu ao centro operar com eficiência desde os primeiros anos, consolidando-se rapidamente como peça-chave no aparato repressivo do regime militar, com ampla capacidade de coleta, análise e disseminação de informações sobre movimentos políticos, sindicais e intelectuais considerados subversivos.

De acordo com a Comissão Nacional da Verdade (2014), cabia ao CIE orientar, coordenar e supervisionar todas as atividades de segurança interna e de contrainformações, funções que o colocavam em posição de destaque dentro da estrutura repressiva. Essas atribuições, entretanto, eram exercidas em concorrência com a 2ª Seção do Estado-Maior do Exército, tradicional responsável pela área. A sobreposição de competências ilustra o processo de institucionalização da vigilância e da repressão no interior das Forças Armadas, evidenciando a ascensão de órgãos especializados no controle político e ideológico da sociedade civil.

No caso da Aeronáutica, o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa) foi criado em 1970, em substituição ao Núcleo do Serviço de Informações de Segurança da Aeronáutica (NuSISA). Segundo a CNV (2014), o Cisa teria herdado inclusive os arquivos do órgão anterior. Sua sede inicial localizava-se no então Estado da Guanabara, mas em 1971 foi transferida para Brasília, ainda que um Escalão Recuado permanecesse no Rio de Janeiro, considerado foco estratégico de subversão segundo a própria Força.

O Cisa desempenhava funções normativas e de assessoramento diretamente subordinadas ao Ministro da

Aeronáutica. De acordo com a CNV (2014, p. 160), competia-lhe "supervisionar, orientar e coordenar, no âmbito do Ministério da Aeronáutica, as atividades de informações, segurança e contrainformações de interesse da segurança nacional". Assim, o Cisa tornou-se peça central da estrutura repressiva da Força Aérea durante a ditadura, consolidando tanto o controle interno quanto a articulação com os demais órgãos do sistema de informações.

O Centro de Informações da Marinha (Cenimar) é o mais antigo dos órgãos de inteligência das Forças Armadas, criado em novembro de 1957[1], por meio do Decreto nº 42.688. Inicialmente, sua atuação estava restrita às questões internas da Marinha, desempenhando funções ligadas à coleta e análise de informações de interesse da força. No entanto, após o golpe de 1964 e, sobretudo, diante do avanço da luta armada no final da década de 1960, o Cenimar passou a assumir papel mais ativo no combate à subversão política. Essa ampliação de atribuições foi formalizada pelo Decreto nº 68.447, de 30 de março de 1971,

1 O jornalista Lucas Figueiredo em sua obra "Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura", afirma que a criação do Cenimar é datada de 1955, então temos essas duas possíveis datas para a criação do órgão da Marinha.

que reforçou seu caráter repressivo e o inseriu de maneira mais direta no sistema de informações articulado pelo regime militar.

O Cenimar manteve, ao longo da ditadura, centros de detenção e tortura distribuídos pelo Rio de Janeiro, alguns deles de caráter clandestino. Entre clandestinos estavam uma casa em São Conrado e às instalações da Ilha das Flores[2], em São Gonçalo, ambas utilizadas para a prática sistemática de tortura contra militantes de esquerda. Além desses espaços ocultos, a repressão também se valia de locais oficiais da Marinha, como o Arsenal da Marinha, situado na Ilha das Cobras, no centro do Rio de Janeiro (Figueiredo, 2015, p.19). Nesse último, segundo a Comissão Nacional da Verdade, atuaram agentes notórios da repressão, como o delegado Sérgio Fleury, o que evidencia a integração entre forças militares e setores da polícia política na condução da violência estatal.

Para Lucas Figueiredo (2015), o Cenimar destacou-se entre os órgãos de inteligência das Forças Armadas como aquele

2 Dependendo da fonte consultada, a Ilha das Flores pode ser mencionada tanto como um centro clandestino da ditadura quanto como uma instalação oficial utilizada pela Marinha entre 1969 e 1970. De acordo com os relatórios finais da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio), cerca de 200 militantes políticos passaram pelo local nesse período, sendo submetidos a diferentes formas de violação de direitos humanos.

que mais reuniu informações durante a ditadura. Sua sede de arquivos funcionava na Ilha das Flores, espaço no qual, segundo o autor, "recebiam, produziam, despachavam e catalogavam uma infinidade de papéis sigilosos" (Figueiredo, 2015, p. 20). Ainda, segundo Figueiredo,

> Tanto no campo da coleta e da análise de informações quanto no da repressão, o Cenimar atuaria com competência acima da média, reconhecida inclusive por seus congêneres. Nesta segunda área, era inigualável seu know-how para plantar espiões e colher informantes nas organizações de esquerda (dedicadas ou não à luta armada), tendo sido responsável pelo desmantelamento, por dentro, de inúmeros grupos subversivos (Figueiredo, 2015, p. 18).

Informantes e infiltrados: os agentes secretos do Cenimar

É necessário, neste momento, apresentar um breve panorama acerca das figuras do informante e do infiltrado durante a ditadura. Conforme destaca Carlos Alberto Granito (2017)[3], "é fundamental não confundir o papel do informante com o do infiltrado" (GRANITO, 2017, p. 18). O informante

3 Carlos Alberto Granito é ex-escrivão da Polícia e autor da obra *Cenimar: serviço secreto da Marinha* (2017). Utilizo este trabalho apenas no que se refere à descrição da organização dos arquivos do órgão e às orientações dadas aos informantes quanto às condições de atuação. Cabe ressaltar, contudo, que a obra tem caráter de exaltação do Cenimar, omitindo informações relevantes para uma análise crítica mais ampla de sua atuação.

poderia ser tanto um agente das Forças Armadas quanto um civil comum, não sendo exigida qualquer vinculação formal com instituições militares ou com grupos de oposição armada. Em muitos casos, atuava de forma eventual, repassando dados em troca de pagamento ou de favores (Granito,2017,p.18) configurando-se como uma fonte de informação contratada ou integrada pelo aparato repressivo. Segundo Granito,

> [...] a função do informante, conforme mencionado pelo próprio vocábulo, é do indivíduo que repassa informes de interesse do serviço secreto, sobre eventos, fatos, atos, pessoas, crimes, relacionamento entre pessoas e das eventuais provas que possam haver. (Granito, 2017, p. 24)

Já o infiltrado correspondia ao agente que se inseria nas organizações da esquerda armada, assumindo uma nova identidade, como observa Samantha Viz Quadrat.

> A seção intitulada *Infiltração* já nos demonstra algumas das técnicas adotadas durante o período ditatorial. Segundo o documento, o infiltrado deveria adotar uma nova personalidade e criar uma história sobre suas atividades anteriores que fosse sensata e, na medida do possível, próxima à realidade do agente (Quadrat, 2012, p. 26).

A figura do informante também se associava, em certos contextos, à designação de *cachorro*. Esse termo era utilizado

pelos militares para se referirem aos seus informantes, em tom de posse e subordinação, como aponta Godoy (2024): "[...] um de seus *cachorros*, como os militares chamavam seus informantes" (GODOY, 2024, p. 14). A escolha dessa expressão evidencia o caráter de desumanização e a relação hierárquica estabelecida entre o aparelho repressivo e aqueles que colaboraram com ele, vistos como peças descartáveis no interior da engrenagem da vigilância e da repressão política. Segundo o documento Noções sobre operações clandestinas,

> A principal diferença entre um informante e um agente infiltrado é o fato de o informante já pertencer ao grupo sobre o qual irá transmitir informes. Ao contrário do agente, indivíduo que trabalha a serviço de sua organização com a noção de estar cumprindo um dever moral, o informante, em geral, trai os segredos do seu grupo em troca de interesses puramente materiais (dinheiro, facilidades para o exercício de certas atividades, etc.), quando não, por despeito ou reação apaixonada contra seus antigos amigos. (BR, AN Rio, x9.0. TAL. 1/14, p.49-50).

Quadrat (2012) e Granito (2017) destacam as recomendações dirigidas aos agentes informantes nos manuais de instrução. Entre elas, figuravam cuidados básicos para não levantar suspeitas: evitar debates políticos, sobretudo discussões relacionadas ao comunismo; não revelar sua verdadeira função;

controlar o consumo de álcool e drogas; e manter distância de determinados grupos sociais que pudessem comprometer sua cobertura.

Essas orientações buscavam moldar um comportamento discreto e disciplinado, reduzindo os riscos de exposição. O documento traz ainda recomendações sobre a conduta do infiltrado diante de seus "companheiros", detalhando a necessidade de manter uma postura natural para não despertar desconfianças. Além disso, orientava quanto ao fluxo de comunicação: estabelecia quem deveria entrar em contato com quem para repassar os dados coletados, já que os agentes de informação não tinham como prever o momento exato em que o infiltrado estaria disponível para transmitir as informações obtidas.

> Outra dificuldade é o contato com sua organização de origem, pois não deverá despertar suspeitas de que é um agente infiltrado. Manterá as comunicações por telefone e a iniciativa da chamada deverá sempre ser sua, uma vez que ele é quem sabe quando poderá comunicar-se com segurança. Antes de mais nada, evitar a mínima suspeita. (BR, AN Rio, x9.0. TAL. 1/14, p.47).

Após a apresentação dos perfis de colaboradores dos órgãos de informação — o informante e o agente infiltrado —,

o documento passa a discutir as razões que levavam determinados membros das organizações de esquerda armada a tornarem-se informantes. Em muitos casos, essa adesão ocorria em troca de benefícios materiais, como dinheiro ou facilidades, mas também podia decorrer de conflitos internos, seja pelo rompimento com a liderança das organizações, seja pela sensação de terem sido deixados de lado em sua atuação política.

Nesse contexto, é fundamental ressaltar que o Cenimar se destacou entre os órgãos de informação como aquele que mais concentrou e sistematizou dados durante a ditadura. Sua capacidade de articulação e vigilância se baseava justamente na amplitude de sua rede de colaboradores — fossem infiltrados ou informantes —, o que lhe garantiu uma posição central no aparato repressivo e na produção de dossiês sobre militantes e organizações de oposição. O Cenimar foi responsável pela infiltração de diversos indivíduos nas organizações de esquerda armada, sendo eles civis e militares. Segundo a CNV (2015)

> [...] o centro mantinha agentes infiltrados em organizações de oposição ao regime militar, permitindo ao órgão conhecer a organização, estrutura e doutrina das principais organizações de esquerda em atuação no período, como fica evidenciado no dossiê "Ação subversiva no Brasil", de maio de 1972, que fazia uma análise detalhada das organizações de esquerda. A partir

> de 1971, quando ocorreu um afastamento entre o comando do DOI-CODI de São Paulo e o delegado Sérgio Paranhos Fleury (do DOPS/SP), o Cenimar passou a utilizar os serviços do delegado e de sua equipe em várias operações, como na prisão de Bacuri, ou no controle de um dos mais conhecidos infiltrados, José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo (CNV, 2014, p. 159).

Um dos casos mais emblemáticos da atuação de infiltrados a serviço do Cenimar foi o do Cabo Anselmo (José Anselmo dos Santos), que se tornou figura central na repressão ao movimento de esquerda. Após atuar como líder da Revolta dos Marinheiros em 1964 e conquistar prestígio no meio militar e sindical, Anselmo foi recrutado como agente infiltrado pelo Cenimar (Figueiredo, 2015, p. 19). Sua missão consistia em penetrar em organizações revolucionárias, como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), fornecendo informações estratégicas que resultaram em prisões, torturas e mortes de militantes.

A trajetória de Anselmo ilustra a dimensão do papel desempenhado pelos infiltrados: não apenas observadores, mas agentes ativos no processo de desarticulação da resistência. No caso da VPR, sua infiltração foi decisiva para a neutralização de

frentes de atuação armada e para o avanço das operações de inteligência da Marinha. Segundo Figueiredo (2015),

> Na condição de infiltrado, Anselmo seria o principal informante de uma operação militar que ficaria conhecida como Massacre da Chácara São Bento, que terminou com a execução de seis guerrilheiros. A companheira de Anselmo, a jovem e bela paraguaia Soledad Barrett Viedma, de 27 anos, na época possivelmente grávida de um filho seu, foi também executada (Figueiredo, 2015, p.19).

O Cenimar reunia informações em articulação com outros órgãos de inteligência, como o CIE, o CISA e o próprio SNI. Nos documentos produzidos por essas instituições, é possível observar o uso corrente de selos que indicavam o grau de sigilo das informações, classificadas como “confidenciais”, “secretas” ou “ultrassecretas” (Figueiredo, 2015, p. 26).

Segundo Granito (2017), os prontuários dos informantes seguiam um modelo padronizado e continham dados básicos de identificação, tais como: número de série, nome e apelido, codinome, filiação, data e local de nascimento, profissão, sinais particulares (cicatrizes, tatuagens, ausência de dentes ou membros, entre outros) e endereço. Além disso, registravam informações sobre o processo de recrutamento — quem recrutou o informante, em que circunstâncias e a data do fato —, bem

como detalhes sobre cada informe transmitido, incluindo sua fonte, a forma como chegou até o informante, o agente responsável pelo recebimento e o teor do relatório (Granito, 2017, p.19-20).

Ao analisar os documentos produzidos pelo Cenimar, é possível identificar elementos semelhantes aos apontamentos realizados por Granito (2017) sobre a organização dos prontuários de informantes e infiltrados. A ficha da *Operação Mafioso* (1969) apresenta como exemplo o agente infiltrado Manoel Antônio Mendes Rodrigues, registrado sob o vulgo "Luciano" ou "Lucky". Entre os dados individuais, constam sinais particulares — como "voz macia (vaselina)", bigode raspado, cabelos lisos e estatura mediana —, além de referências à sua vida pessoal, indicando que era casado, pai de uma criança de nove meses e que exercia a profissão de biscateiro. Essa última informação, aliás, aparece no documento como elemento estratégico, pois lhe conferia mobilidade social e facilidade para circular em diferentes ambientes, favorecendo assim sua infiltração.

No que diz respeito à infiltração, o documento registra sua atuação no movimento estudantil da Escola de Belas Artes (EBA), seguida de sua inserção em organizações como a Frente

de Libertação Nacional (FLN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). A ficha da Operação Mafioso, classificada como "Secreta" e composta por 25 páginas, descreve em detalhe as ações do agente "Luciano". É possível notar ainda que o relatório foi redigido por diferentes agentes do Cenimar, evidenciado pelas variações de caligrafia. Esse documento exemplifica a forma minuciosa com que o Cenimar estruturava seus arquivos, confirmando o caráter burocrático e detalhista da vigilância política durante o período .

Outra ficha presente nos documentos do Cenimar é a da informante Maria Tereza Ribeiro da Silva, registrada sob o vulgo "Renata". Datada de 1969, a ficha indica sua infiltração no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), organização da qual era militante. Na carta a Maria Tereza relatava o seguinte,

> Estou desesperada. Acabo de me convencer, com os últimos acontecimentos lidos nos jornais, que dentro em breve serei presa. Imagine você que iludida com as teses do PCBR, entre outras coisas, cheguei a comprar 2 carros em nome de um motorista, conhecido meu, por nome Bispo, com dinheiro fornecido por Salathiel, como você bem sabe um dos dirigentes do Partido, com quem vinha, há alguns meses, mantendo estreitas relações.

Após ter sua correspondência interceptada pelos agentes do Cenimar, Maria Tereza foi presa pelo próprio órgão. Em um dos documentos consultados, o Cenimar registra inclusive o acordo firmado entre ela e os agentes, evidenciando como, a partir da coerção e da vigilância, militantes podiam ser transformados em colaboradoras do aparato repressivo.

> 1.Maria Tereza Ribeiro da Silva, após prestar seu depoimento neste Centro, concordou em colaborar com o CENIMAR na captura de Salatiel e Também procurar uma maior infiltração nos quadros do PCBR.
>
> 2.Na ocasião a marginada recebeu a quantia de NCr$ 100,00 como contribuição, a ser futuramente reformulada, para o desempenho de suas novas funções.
>
> 3.Os entendimentos acima citados foram ajustados entre a marginada e [*ilegível]*.

Em fevereiro de 1973, Maria Tereza redigiu uma carta endereçada ao agente Alfredo, na qual relatava as dificuldades de sobrevivência apenas com os rendimentos que possuía. Segundo o documento, ela recebia uma pensão no valor de 300 cruzeiros e um salário de 600 cruzeiros pelo Cenimar. Diante dessa situação, solicitava um aumento salarial, justificando que os recursos disponíveis não eram suficientes para a sua sobrevivência e da sua filha.

O caso de Maria Tereza ilustra de forma exemplar os mecanismos de conversão de opositores em colaboradores dentro da lógica repressiva. Através da vigilância, da interceptação de correspondências e da prisão, o Cenimar não apenas desarticulava organizações de esquerda, mas também recrutava novos informantes, garantindo o fluxo de dados estratégicos. O registro documental do acordo, que inclui a atribuição de tarefas específicas de infiltração no PCBR e até mesmo o pagamento pela colaboração, revela o caráter pragmático e burocratizado dessa relação.

Considerações Finais

A análise dos documentos do Cenimar e das trajetórias de agentes e informantes demonstra que a repressão da ditadura civil-militar brasileira não pode ser compreendida apenas pela violência física ou pelo uso da força bruta. O regime construiu uma estrutura repressiva baseada na vigilância, na burocratização e na sistematização da informação, criando um aparato que combinava coerção direta e mecanismos sutis de controle social e político. Nesse processo, indivíduos como o Cabo Anselmo ou Maria Tereza Ribeiro da Silva exemplificam como pressões, ameaças e interesses pessoais podiam

transformar militantes em colaboradores, revelando a complexidade das fronteiras entre resistência e colaboração.

Ao mesmo tempo, os prontuários e relatórios produzidos pelo Cenimar evidenciam a dimensão institucionalizada da repressão, em que a informação se consolidava como arma política fundamental. Essa engrenagem burocrática não apenas visava neutralizar a oposição, mas também reforçava a lógica da Doutrina de Segurança Nacional, sustentada na ideia de um "inimigo interno" a ser combatido em múltiplas esferas da vida social.

Por fim, as comissões da verdade, criadas entre 2011 e 2014, tiveram papel essencial ao recuperar parte dessa memória, permitindo que viesse à tona a atuação dos órgãos de informação e seu impacto na vida de milhares de pessoas. Ainda que não tenham esgotado as possibilidades de investigação, esses esforços reforçam a importância de preservar e analisar tais documentos, de modo a compreender como o Estado brasileiro estruturou e legitimou práticas de vigilância, repressão e violação sistemática dos direitos humanos. Assim, o estudo desses arquivos contribui não apenas para a historiografia da ditadura, mas também para a reflexão crítica sobre os limites da

democracia e os riscos da permanência de estruturas autoritárias no presente.

Referências

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: Presidência da República, 2014.

FIGUEIREDO, Lucas. *Lugar nenhum:* militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura. 1ª ed. São Paulo, Companhia Das Letras, 2015.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 418 p.

GODOY, Marcelo**.** *Cachorros:* A história do maior espião dos serviços secretos militares e a repressão aos comunistas até a Nova República. São Paulo: Alameda Editorial, 1ª ed., 2024. 552 p.

GRANITO, Carlos Alberto. *CENIMAR:* Serviço Secreto Da Marinha, 1ª ed. 2017.

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem:* os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013. 348 p.

MARINHA, Centro de Informações da (CENIMAR). Maria Tereza Ribeiro da Silva. Rio de Janeiro, 4 ago. 1969. Disponível em: https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/3-informantes-infiltrados-agentes-e-centros-de-repressao/3-1-cenimar/ Acesso em: 10 de ago. 2025.

MARINHA, Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Operação Mafioso. Rio de Janeiro, 4 ago. 1969. Disponível em: https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/3-informantes-infiltrados-agentes-e-centros-de-repressao/3-1-cenimar/ Acesso em: 10 de ago. 2025.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). *Varia História,* Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 19-41, jan./jun. 2012.

RIO DE JANEIRO (Estado). Arquivo Nacional (AN). Fundo: Informante secreto do regime militar, REF: BR AN. RIO X9.0.TAI- 1/14.

RIO DE JANEIRO (Estado). Comissão da Verdade do Rio. *Relatório final*. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015. 456p.

Cassandra Rios:
De escritora “mal-dita” e censurada à coragem (de ser) lésbica em plena Ditadura Civil-Militar.

Carolina Torres Braz
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

Esse texto foi construído através de inquietações e questionamentos sobre o lugar que pessoas não héteros ocupavam durante o período autoritário que marca o Brasil, de 1964 a 1985. É na articulação entre conceitos como interseccionalidade, gênero, heterossexualidade compulsória, memória, que se faz entender a escolha e necessidade de falar da Cassandra Rios, artista lésbica mais censurada durante a Ditadura Civil Militar.

Assim, fez-se necessário pensar qual lugar a escritora ocupava dentro de um contexto político conservador, repressivo e feito para homens. Levando em consideração que se tratava de uma autora com uma literatura que privilegiava o feminino e o prazer entre mulheres, é importante analisar como ela foi representada na memória coletiva dessa época.

Sendo assim, buscaremos observar a relação entre o discurso conservador e o poder, na tentativa de perceber como

certas “verdades” são socialmente construídas e aceitas, servindo como controle ideológico. Ademais, pretendemos analisar como os discursos sobre sexualidade são construídos por relações de poder que perpassam questões de gênero, raça, classe.

Em especial, para as mulheres, que muitas vezes são afetadas por essas camadas de opressões, é evidente como essas divisões estruturais se manifestam no cotidiano, limitando suas possibilidades de acesso e igualdade. Assim, o gênero não pode ser visto isoladamente, mas como parte de um sistema mais amplo de desigualdades que afetam diferentes grupos de maneiras complexas (Collins; Bilge, 2020). E, por isso, é importante pensar gênero e sexualidade na Ditadura Civil Militar, trazendo novas possibilidades de pesquisa para o tema.

É nesse entendimento que há um problema: como uma escritora que possuía recorde de vendas poderia cair no esquecimento? De que forma esse esquecimento foi construído? Quais as razões para esse apagamento? A partir dessas provocações que esse texto foi mobilizado e faz uso metodológico da Imprensa Alternativa, trazendo capas e entrevistas de jornais como Lampião da Esquina, Mulherio, Revista TPM. Por outro lado, trazemos também, documentos

oficiais do Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN), que evidencia a censura, repressão e representação dessa mulher que teve coragem de se colocar como lésbica, em um período histórico e numa sociedade que lhe era desfavorável.

Cassandra Rios e Odette Perez: a complexidade e dualidade da escritora "mal dita" que a Ditadura Civil Militar tentou simplificar

Cassandra Rios, nascida em 03 de outubro de 1932, em São Paulo, foi uma escritora conhecida por suas obras de ficção, mistério e romance entre mulheres, Odette Perez é seu nome de batismo e era filha de imigrantes espanhóis. Segundo Ismênia de Oliveira Holanda (2020, p. 31) a escolha desse nome pode ter relação com a mitologia grega, considerando o interesse pessoal da escritora. Sendo assim, esse nome artístico foi adotado desde as primeiras publicações. Ainda segundo Holanda:

> "[...] a autora continua sendo um nome em torno do qual existem diversas polêmicas. Pornógrafa ou a frente do seu tempo? Homofóbica ou defensora das minorias sexuais? O nome de Cassandra Rios não gera consenso em muitos temas, mas debates gera muitos. E é isso que ela queria, ser lida, debatida, fazer as pessoas refletirem, como afirmou em entrevista à Revista TPM em julho de 2001 (HOLANDA, 2020, p. 14).

A censura não era novidade a Cassandra, segundo Maria Carolina Santos (2019), desde a sua estreia literária em 1948, aos 16 anos, com a obra "*A Volúpia do desejo*" e "*Eudemonia*" publicado no ano seguinte, foi processada e teve sua obra tirada de mercado durante o governo democrático de Vargas. Ismênia de Oliveira Holanda, fala sobre o ocorrido em sua tese de doutorado:

> Já em 1951, Odette Rios foi processada e, em 1952, foi condenada por atentado à moral, devendo pagar multa e permanecer em prisão domiciliar pelo período de um ano. É importante ressaltar que em 1952 o Brasil não vivia mais um período de ditadura, pois Vargas havia sido eleito presidente. Ocorre que os resquícios de seu período ditatorial ainda eram muito fortes, tanto moralmente, quanto na legislação (HOLANDA, 2020, p. 45).

A autora frisa em sua dissertação (2020) que apesar dos livros de Cassandra não terem um cunho político socialista ou de oposição aos governos, a moral e bons costumes que permeiam o conservadorismo da sociedade brasileira afetou sua carreira e vida pessoal, seja no modelo de governo democrático ou autoritário. E o motivo do suposto crime seria o de colocar em protagonismo o feminino, o amor e prazer entre mulheres, sendo a primeira autora brasileira a fazê-lo.

Ainda sobre a persona pública da Cassandra, é possível perceber em entrevistas como a própria escritora sabe fazer bem a separação de suas "personalidades", a Cassandra, se entende e se coloca como mulher lésbica e tem aparições públicas com roupas tidas como não femininas. Por outro lado, deixa claro na entrevista à Revista TPM (Luna, 2001) que a Odete deve ficar no anonimato e ser uma incógnita, pois ao escritor cabe o papel do mito e o que precisa aparecer é o seu trabalho, não sua vida pessoal.

Mas, ainda assim, precisou se expor mais do que desejava devido as inverdades ao seu respeito, negando veemente adjetivos como escritora maldita ou pornográfica, adjetivos esses feitos pelos censuradores e que circulava na Imprensa. A escritora fez questão de enfatizar na edição 207 da revista "*O Mundo Ilustrado*" (1962, p. 35) que se tratavam de histórias de amor e acrescentou: "[...] Não creio que quem aborda uma verdade possa ser considerada imoral, indecente ou obscena. O escritor deve ser coerente com seus pontos de vista. Reconheço que os temas de meus livros são ousados. Mas é preciso que se diga a verdade de cada coisa.

Figura 1: Matéria do Jornal O Mundo Ilustrado (RJ).



Fonte: Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, Edição 00207, 1961.

A Ditadura Civil-militar no Brasil foi resultado de um golpe que ocorreu em 1964 onde a ideologia da Doutrina Nacional de Segurança era um ponto em comum para legitimação do novo regime. Dentro dele, a moral e bons costumes ganharam respaldo, somados aos interesses burgueses locais, aos setores das Forças Armadas em alinhamento ao capital internacional, sobretudo dos Estados Unidos. Dessa maneira, o regime golpista resguardava o país do suposto

“perigo comunista”, freando movimentos sociais que ocorriam mundialmente nas décadas de 1960 e 1970, controlando e reprimindo trabalhadores e sindicalistas, os movimentos de mulheres (Blume, 2021).

É um período marcado, segundo *James Green* e *Renan Quinalha*, por graves violações de Direitos Humanos, repressão política, assassinatos e torturas, calcados em aparatos jurídicos que legitimam essas ações em que qualquer pessoa poderia ser acusada de atentar contra a ideologia e ser “subversiva”. Tal situação era devida, em grande medida, ao conservadorismo religioso de uma sociedade patriarcal, machista, heteronormativa, com ideais concebidas do que seria um núcleo familiar e o lugar que a reprodução ocupa dentro dessa lógica. Nesse sentido, esse discurso foi usado para justificar a violência e homofobia contra homossexuais, travestis, lésbicas, evidenciando uma política de controle social, sexual e de dissidências.

O regime ditatorial brasileiro teve como uma de suas marcas os Atos Institucionais, que de maneira geral refletiam aparatos autoritários para a manutenção do terror aos opositores e da concentração do poder entre os militares. Castelo Branco deu início a esse período de restrição aos direitos políticos e

instaurou o AI-2, fechando partidos políticos, criando leis de censura que afetavam diversos setores da Imprensa e grupos sociais, tirando também o direito ao voto e marcando o período autoritário (Fico, 2002, p. 254).

Dentro desse contexto, há a promulgação da Lei de Imprensa[1], ainda na década de 1960, marcando um forte período de censura a jornais, revistas, programas de televisão, rádio, além de dar aos militares o poder de julgar qualquer suspeito que representasse perigo ao novo governo e fosse "subversivo". Ou seja, ideias e ideologias tidas como comunistas. O Ato Institucional mais violento entre todos foi o instaurado por Costa e Silva, o AI-5, que tirou o direito populacional ao "*habeas corpus*", que é a ideia de que o indivíduo é inocente até que prove o contrário (Fico, 2002, p. 255).

O regime militar brasileiro oprimia pessoas homossexuais de uma maneira geral e, em específico, as mulheres lésbicas, seja no estigma em colocar essas pessoas como imorais, subversivas, anormais, criminosas em potencial.

1 Lei 5.250 de Censura que restringia liberdades a jornais, editoras, livros, novelas, músicas, feita pelo presidente da época, Castelo Branco, em 1967, onde manifestações artísticas e informativas não podiam disseminar informações que atentasse a Doutrina Nacional de Segurança, logo, não podiam atentar contra a moral e bons costumes vigentes. Caso o fizesse podia receber sentença de 1 a 4 anos.

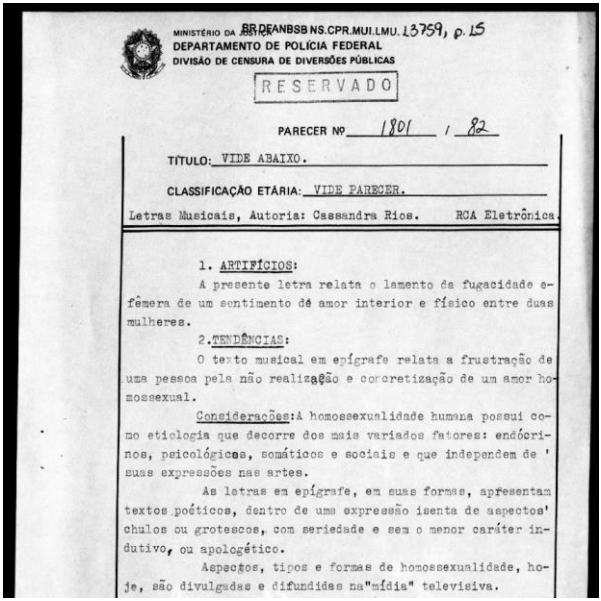
E, também, indivíduos subversivos que ameaçavam a Segurança Nacional com o suposto "perigo homossexual" comunista, que visava aos jovens e a família brasileira (Cowan, 2014, p. 40), criando um imaginário de que a partir dessas sexualidades a esquerda iria instaurar o comunismo.

Segundo Renan Quinalha (2021, p. 29), a ideologia do regime é fundamental para o entendimento de sua legitimação e permanência por mais de duas décadas, levando em consideração que tinha um caráter provisório inicialmente. Dentro dessa ideologia está a moral, os bons costumes, o sentimento "anticomunista", que respaldou políticas repressivas, censuras morais e uma política que também era sexual, porque havia marcadores específicos, desde propagandas sobre família e discursos que estigmatizavam pessoas não héteros, até operações de "limpeza" pelas cidades de São Paulo, tratando com violência física pessoas e corpos dissidentes, impedindo-as de circular pela cidade e invadindo seus lugares de socialização, censurando seus meios de comunicação, como o Lampião da Esquina e outros jornais, proibindo também bailes e festas de carnaval.

Ao utilizar essas bases ideológicas, o Estado autoritário consolidou discursos que negavam a pluralidade das

sexualidades, tratando a diversidade como uma ameaça à Segurança Nacional. Assim, a opressão a esses grupos tornou-se uma extensão do projeto repressivo do período (ibid, p. 30), como é possível perceber na figura a seguir feito pelo departamento de Polícia Federal na parte de Divisão da censura, que fala sobre a homossexualidade e Cassandra Rios.

Figura 2: Parecer da divisão de censura sobre uma música da Cassandra.



BR DFANBSB NS.CPR.MUI.LMU.13759, p.15

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

RESERVADO

PARECER Nº 1801 / 82

TÍTULO: VIDE ABAIXO.

CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA: VIDE PARECER.

Letras Musicais, Autoria: Cassandra Rios. RCA Eletrônica.

1. ARTIFÍCIOS:

A presente letra relata o lamento da fugacidade efêmera de um sentimento de amor interior e físico entre duas mulheres.

2.TENDÊNCIAS:

O texto musical em epígrafe relata a frustração de uma pessoa pela não realização e concretização de um amor homossexual.

Considerações:A homossexualidade humana possui como etiologia que decorre dos mais variados fatores: endócrinos, psicológicos, somáticos e sociais e que independem de ' suas expressões nas artes.

As letras em epígrafe, em suas formas, apresentam textos poéticos, dentro de uma expressão isenta de aspectos' chulos ou grotescos, com seriedade e sem o menor caráter indutivo, ou apologético.

Aspectos, tipos e formas de homossexualidade, hoje, são divulgadas e difundidas na"mídia" televisiva.

Fonte: Sistemas de Informações do Arquivo Nacional, 1982.

Segundo Cowan, essa linha de pensamento que cria estigmas sobre pessoas LGBTQIAPN+[2] não é exclusivo da Ditadura, pelo contrário, derivam de estruturas que formam o ideológico da sociedade brasileira, como teorias científicas, médicas, eugenistas, da psicanálise, que dão força ao discurso que se trata de uma condição não natural. Sendo assim, as orientações sexuais desses grupos foram tratadas como patologia e desviantes.

Fernando Catroga (2021, p. 43-44) ao falar de memória dentro do saber histórico e das narrativas, enxerga uma produção de lugar, ou seja, é um elemento mobilizador de discursos que perpassam seleções, intenções, podendo esse discurso ser projetado e inventado. Sendo assim, é uma ação política carregada de intenções de um grupo dominante sobre as memórias e sentidos que querem produzir (e as que querem causar esquecimentos) sobre uma determinada coisa, ou nesse caso, sobre grupos sociais.

2 Sigla usada para o movimento social e político de lésbicas, gays, bissexuais, pessoas transgêneros e travestis, queers, intersexuais, assexuais, não binário, onde o + é para incluir e dar visibilidade a outras identidades e orientações sexuais que até então não eram vistas ou faladas nos debates anteriores. Essa comunidade entende a importância da organização política para a conquista de seus direitos dentro de uma sociedade heteronormativa, lutando para igualdade e direitos entre as pessoas independente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Dialoga também com a preocupação de Michel de Certeau (2011, p. 25) de que o autor precisa examinar o lugar da ideologia nesses discursos que são subjetivos, pois esse lugar de produção possui problemas de sentido, cabendo aos intelectuais o entendimento crítico de não os reproduzir como um discurso fechado. Aqui, é pertinente para pensar o caso da Cassandra Rios enquanto alvo direto dessa repressão que também é moral e o esquecimento posterior ao seu nome e feitos profissionais. Dialogando assim com a ideia de Heleieth Safiotti sobre dominação-exploração:

> A dominação-exploração constitui um único fenômeno, apresentando duas faces. Desta sorte, a base econômica do patriarcado não consiste apenas na intensa discriminação salarial das trabalhadoras, em sua segregação ocupacional e em sua marginalização de importantes papéis econômicos e políticos-deliberativos, mas também no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva (SAFIOTTI, 2015, p. 113).

Nessa lógica, Rodolfo Londero (2016) aponta em sua obra as razões que contribuíram para que Cassandra se tornasse alvo constante da censura e perseguição dos militares, pois ela era provocativa ao ter como característica o erotismo feminino em suas obras, ser assumidamente lésbica e romper com as

ideias acerca de padrões de gênero, ter uma escrita que alcançasse a grande massa e colocar em evidência a existência de outras sexualidades e afetos.

Adrienne Rich (2010), pensa a heterossexualidade compulsória como um projeto político, institucional, social, familiar e religioso, para que os indivíduos se sintam pressionados a se identificar e viver como héteros, ainda que seus desejos sejam diferentes. Essa compulsão e percepção de naturalidade que é construída, acaba colocando outras sexualidades como invisibilizadas e não naturais, além de reforçar estigmas sobre mulheres lésbicas.

Cassandra fala em entrevista à Revista TPM (Luna, 2001, p. 3) a dificuldade e frustração desse regime militar sobre sua vida: "[...] fui massacrada (por ser mulher). Desde os primórdios da civilização a mulher luta pelo direito de falar, de pensar. Se o homem escreve, ele é sábio, experiente. Se a mulher escreve, é ninfomaníaca, tarada*."*

Sendo assim, essa combinação "perigosa" de erotismo e homossexualidade a tornava perigosa aos olhos desses militares, mas o elemento principal era a popularidade de suas obras entre os jovens e, também, o fato de ser uma mulher recordista em vendas. Dessa forma, são os censuradores da ditadura que dão

adjetivos a ela de escritora maldita e pornográfica, a Rios coube a resposta a essas acusações:

> "Meus livros não são picantes e nem obscenos, considero meu trabalho limpo, objetivo e honesto, moralista e bem feito, na sua forma simples e popular, nunca pornográfico. Poderia gastar páginas para defesa dos meus trabalhos e apenas entristeço, achando estranha a PROIBIÇÃO dos meus livros. Não sou covarde, nem me excedo em coragem, simplesmente sou uma escritora" (Rios, 1977, p. 10).

Intelectuais como Marianna Camargo (2024) e Kyara Maria de Almeida Vieira (2014), trazem reflexões sobre os feitos de destaque e pioneirismo de Cassandra Rios, como por exemplo, uma escrita libertária, ousada e de preço acessível, ser autentica e ter coragem de combater a opressão e a censura sofrida – seja na sua obra autobiográfica "*Censura*" (1977) e em "*A santa Vaca*" (1984) –.

Em 1970 foi a primeira escritora a bater um milhão de cópias vendidas e, também, pioneira na profissionalização da carreira, pois vivia financeiramente dos seus direitos autorais e escrita, junto à grandes nomes da literatura, como Jorge Amado e Érico Veríssimo, mas seu nome não é tão conhecido como o dos outros. O jornal *Mulherio* na edição 14, reflete e faz crítica acerca desse esquecimento trazendo ao conhecimento dos

leitores os números vendidos, livros publicados e, também, censurados como é possível ver na figura abaixo.

Figura 5: Parte da entrevista à Mulherio.



Foto cedida pela autora

Cassandra: entre o erotismo e o pornográfico

Cassandra Rios, popular e maldita

Quem nunca leu, já pelo menos ouviu falar... Cassandra Rios: 46 títulos publicados e mais de 1.000.000 de livros vendidos ao longo dos 35 anos de uma carreira que muitos relutam em classificar como literária. Sem dúvida, uma recordista: de vendagem e de Censura. Considerada por muitos uma escritora pornográfica, ela já teve 30 de seus livros apreendidos, o que lhe valeu o título — ostentado em todas as suas capas — de "a autora mais proibida do país".

Uma Cassandra maldita?

Essa imagem convive, paradoxalmente, com uma mulher calma e delicada, dona de uma voz bonita e meiga. Esta mesma voz que agora prepara-se para gravar um disco de canções de amor, todas compostas por ela.

Uma Cassandra lírica?

Essa Cassandra, "múltipla", como ela mesma se define ao falar de seu ofício de escritora, conversou longamente com Eliane Robert Moraes e Sandra Lapeiz, suas leitoras atentas que atualmente se dedicam a pesquisar o discurso narrativo erótico. Parte dessa entrevista é reproduzida aqui para as leitoras de Mulherio.

granizo, eu ia enfrentar foices, machados, bodoques, atiradeiras, tudo! Eu sabia que ia ter muita gente assim, com os cotovelos crescendo de tanto calo, sem coragem, e eu vinha assim levando cacetada. Se eu não tivesse essa coragem, eu jamais seria uma escritora, porque o meu ideal era esse de escrever doesse a quem doesse, falassem o que falassem...

Cassandra, você fala do ofício de escritora e eu me lembro de Clarice Lispector. Sei que você...

Reverências, reverências, muitas reverências, muitas, muitas... Na minha biblioteca está a Clarice Lispector com todo o respeito, muito respeito, profundo....

A Clarice eu defino numa dimensão de peregrinação permanente... Ela passeou muito pelo seu mundo interior e ela é para ser lida num silêncio total, se absorver e peregrinar com ela e tudo aquilo que ela escreveu, viajar

Fonte: Jornal Mulherio, ed. 14, 1983, p. 10.

A institucionalização da censura devido a criação dos Atos Institucionais citados anteriormente afeta diretamente a vida e a carreira de Cassandra na metade da década de 64 e nos anos 80, pois das suas 50 obras mais de 30 foram censuradas pela Ditadura Civil Militar quase a levando a falência. Cassandra precisou vender muito de seus bens e até chegou a usar pseudônimos masculinos, ou seja, não era apenas um preconceito literário quanto a sua escrita, mas também contra quem é e o que representa (Vieira, 2014, p. 92).

A própria Cassandra fala sobre esse preconceito contra sua escrita e com o fato de ser mulher para o jornal feminista "*Mulherio*" na edição 14, em 1983, onde anexamos a figura com parte da entrevista. Ali é possível perceber esse atravessamento e resistência da autora quando questionada pelos entrevistadores como conseguiu driblar a censura e respondeu:

> Na verdade eu parei... Quer dizer, quando houve toda aquela proibição, Cassandra Rios parou e eu passei a trabalhar com outros autores que eu mesma criei... No meio daquela revolta íntima, de todo aquele fôlego reprimido, e diante de toda aquela minha necessidade artística, criativa, comecei a trabalhar com pseudônimos e surgiu então um Oliver Rivers, um Clarence Rivier e assim por diante... Eu fui querendo mostrar o que é pornografia, porque para mostrar e provar que os meus livros não eram pornográficos eu teria que mostrar o que era a pornografia... Então eu tentei, digo "tentei" pois percebi que nem assim eu fiz pornografia, porque eu não fiz colcha de retalho; eu criei um personagem tão forte que fez de seu "autor" um sério concorrente de Cassandra Rios... Acabei criando uma literatura que vinha de uma revolta porque eu nunca aceitei toda aquela proibição, eu nunca aceitei porque eu nunca fui pornográfica, eu sou realista. Nunca fui detratora também. Nunca fui subversiva. (MULHERIO, 1983, p. 10).

As sociólogas Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), explicam que a interseccionalidade surge como uma ferramenta crucial para entender e analisar as desigualdades sociais

complexas que as pessoas enfrentam, havendo uma interconexão entre as diferentes formas de opressão.

Nesse sentido, é possível perceber como a ideologia do regime ditatorial e a censura opera sobre Cassandra na intersecção dupla entre gênero e sexualidade. Pois na mesma entrevista ao *Mulherio* (1983) ela destaca que não existe isso de escrever como homem ou como mulher, defende que escritor possui estilo de escrita, força, impacto e não sexo ou generificação. Nesse sentido, traz a reflexão do preconceito existente acerca da mulher ser escritora e, também, ter livros publicados.

Além disso, é importante debater a exclusão da Cassandra por meio de instituições legais, mas, também, entre pessoas da classe a qual pertencia, pois, jornais como Lampião da Esquina (1978, p. 8) fala sobre o Manifesto dos Intelectuais da década de 70.

Essa manifestação evidenciou o descontentamento com a censura cultural, o documento contou com a assinatura de diversos artistas e escritores, mas mesmo Cassandra sendo a escritora que mais sofreu com essa proibição, o manifesto foi entregue sem o seu nome. Assim, presume-se que havia uma

rejeição também em grupos que não são de direita e o resquício desse preconceito.

Figura 2: Reportagem sobre Cassandra no Lampião da Esquina.



REPORTAGEM

Com 36 livros proibidos, ela só pensa em escrever

Cassandra Rios ainda resiste

Fonte: CEDOC LGBTI+, Grupo Dignidade. Edição 5, p. 8, 1978.

Na edição citada onde além da entrevista Cassandra Rios também estampa a capa, é possível pensar o preço a qual se paga por romper contra padrões culturais impostos, havendo uma intersecção de gênero e sexualidade, trazendo ao debate como esses aspetos são vistos e tratados durante o regime militar. O próprio Lampião define a Cassandra como uma pessoa que é desprezada pela esquerda e proibida pela direita, fazendo uma metáfora de caça às bruxas e evidenciando que nem mesmo a

esquerda era tão progressista assim quando se tratava de sexualidade (Green; Quinalha; 2022).

Raweyn e Rebecca (2015), chamam atenção ao tratar do gênero como uma estrutura social multidimensional, ou seja, perpassa relações sociais onde há atuação do sujeito ao construir a si mesmo, reivindicando ou não um lugar na ordem de gênero que lhe é atribuído. Assim, entende-se como ordem de gênero as categorias criadas que envolvem a tentativa constante de dizer como é a feminilidade e a masculinidade, perpassando uma política que se baseia na desigualdade, tentando moldar o comportamento dos indivíduos.

É necessário superar a ideia de gênero enquanto diferença biológica e corporal, como se fosse uma categoria fixa e imutável, pois se tratando de relações sociais, é evidente que tais distinções não são naturais, pois são criadas e manipuladas. Por isso, é comum haver polaridades de gênero e pessoas que rompem esse padrão, pois é um sistema que perpassa identidades (individuais e coletivas) e sexualidade, havendo assim mulheres que não performam feminilidade e homens ditos femininos, mulheres que amam outras mulheres e homens que se relacionam com outros homens.

Imprensa e Cassandra Rios: entrevistas e representação acerca da escritora

A utilização da imprensa como fonte ou objeto de pesquisa histórica é relativamente recente, conforme aponta Rodrigo Santos de Oliveira (2011, p. 125). A relação entre história e imprensa advém de novos paradigmas que tentam romper com a tradição de uma historiografia que defendia uma suposta "neutralidade" das fontes.

Dessa forma, para Marialva Barbosa (1988, p. 87-88), os jornais são vistos como possibilidade de conhecimento histórico, assim como novos instrumentos de pesquisa, alargando o olhar sobre as fontes que refletem o coletivo e os mais diferentes tempos históricos. Sendo assim, a imprensa vai se tornando um importante elemento para o historiador, levando em conta que o uso de textos jornalísticos precisa estar alinhado com outras informações na pesquisa. Pois é, dessa maneira, que seria possível dialogar com o contexto pesquisado, contribuindo para uma melhor interpretação crítica, visto que não é um documento detentor de verdades absolutas.

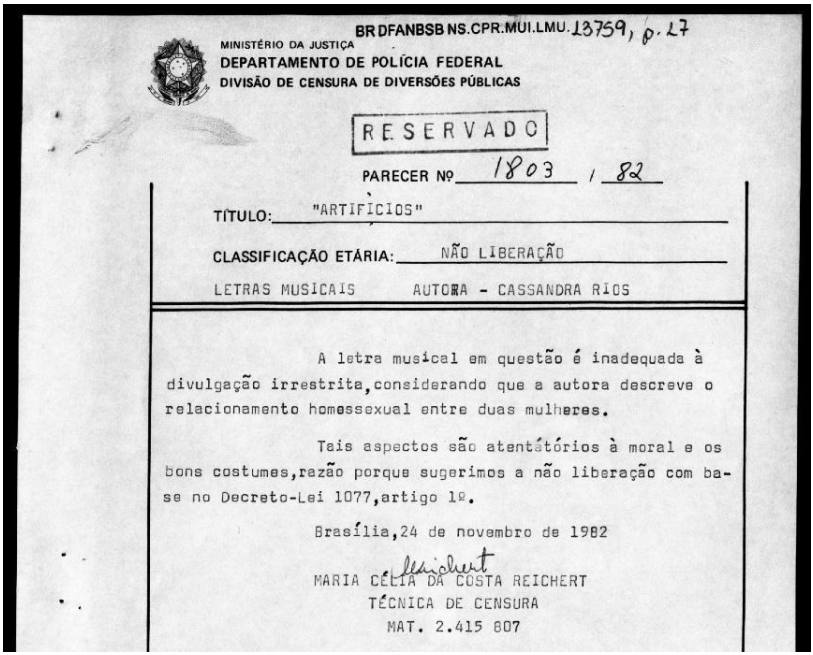
Nessa lógica, Tânia Regina de Luca (2008, p. 118), reflete que o historiador entende que o jornal e a imprensa podem e são usados como instrumento de manipulação de

interesses para uma ideologia dominante, de intervenção na vida social. Ou seja, não é apenas um meio transmissor e imparcial de informações, pois estão inseridos na realidade política e social de seu tempo.

E sendo assim, alargamos a pesquisa para o Serviço de Informação do Arquivo Nacional (SIAN), pois entendemos que a maioria dos documentos feitos por órgãos institucionais da polícia e de censura durante a Ditadura Civil Militar, principalmente sobre a Cassandra Rios e suas obras se encontram nesse acervo.

Uma censura baseada na moral e bons costumes, perpassando sexualidade e questões de gênero, citados nesse trabalho para análise e reflexão ao comparar como ela foi representada por instituições do governo e, também, como a Imprensa Alternativa atuou como uma contracorrente ao dar espaço e visibilidade para Cassandra falar por e sobre ela.

Figura 3: requerimento de análise as obras literárias e musicais de Cassandra Rios.



BR DFANBSB NS.CPR.MUI.LMU.13759, p. 27

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE CENSURA DE DIVERSÕES PÚBLICAS

RESERVADO

PARECER Nº 1803 / 82

TÍTULO: "ARTIFÍCIOS"

CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA: NÃO LIBERAÇÃO

LETRAS MUSICAIS AUTORA - CASSANDRA RIOS

A letra musical em questão é inadequada à divulgação irrestrita, considerando que a autora descreve o relacionamento homossexual entre duas mulheres.

Tais aspectos são atentatórios à moral e os bons costumes, razão porque sugerimos a não liberação com base no Decreto-Lei 1077, artigo 1º.

Brasília, 24 de novembro de 1982

MARIA CÉLIA DA COSTA REICHERT
TÉCNICA DE CENSURA
MAT. 2.415 807

Fonte: Serviço de Informação do Arquivo Nacional, 1982.

No caso da Imprensa Alternativa, em específico, para Maria Paula Nascimento Araújo (2002, p. 347), é caracterizada como uma forma de oposição e resistência ao regime militar brasileiro na década de 1960 e 70, sendo um aparelho de organização e luta das novas esquerdas brasileiras. Visto que esse autoritarismo não era só na política, mas nos costumes, cotidiano, comportamentos, afetos, linguagem, valores.

Leila Miccolis (1986) por sua vez, analisa as características desses jornais que são alternativos pelo seu formato em tabloide e nanico quando comparados aos grandes e oficiais veículos de comunicação, evidenciando assim um orçamento baixo e independente, pois não são vinculados ao governo e por isso acabam sendo alvos de seus aparelhos repressivos e censura.

Segundo Miccolis (1986), são jornais que vão além de noticiar, trazendo uma linguagem diferenciada ao tratar de pautas dos grupos estigmatizados e a repressão sofrida por eles, mas também, tratam de suas lutas, existências e cotidiano, compondo uma oposição e desmitificando o imaginário criado acerca das sexualidades, naturalizando e humanizando essas existências e corpos.

No caso da Cassandra Rios, o jornal Pasquim em 1976 e Cândido em 2024, edição 152 (p. 5-6), do Jornal da Biblioteca pública do Paraná, deram ênfase no pioneirismo e venda da autora e, também, sobre a coragem ao publicar sua obra "*Eu sou uma lésbica*" (1979). Assim, também é presente que sua escrita libertária, ousada e acessível, somados a maneira autêntica de enfrentar críticas a sua literatura e a censura também são notáveis. A sua independência financeira, larga produção

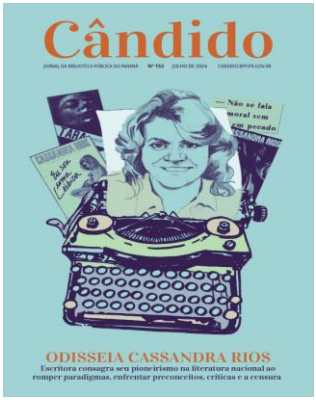
literária, habilidades artísticas para escrever em diversas áreas não podem ser esquecidos, para isso anexamos as capas dos jornais aqui citados.

Figura 4: Capa do Pasquim sobre Cassandra.



Fonte: Biblioteca Nacional, 1976, edição 00373.

Figura 5: Cada do jornal Cândido.



Fonte: Jornal da Biblioteca Pública do Paraná, ed. 152, 2024.

Conclusão

Portanto, até aqui foram levantadas muitas coisas para se pensar, por exemplo, como a autora mais vendida e lida no Brasil do século XX pôde ser tão pouco conhecida dentro da história e seu nome esquecido pela literatura nacional? Quais as razões e implicações desse esquecimento? De que maneira aconteceu esse apagamento e como foi possível? De que forma o patriarcado e a heterossexualidade compulsória conceitos pensados por Adrienne Rich e Heleieth Saffioti ajudam a analisar esse contexto?

Além dessas contradições, é preciso considerar de que forma essa censura moral somados ao lugar da memória coletiva e pública, da narrativa, do discurso, da historiografia, da finitude temporal e material consciente proposta por Cartroga, que evidencia uma história que é escrita para os que vem depois, carregado de intenções, ora de rememoração e outras de esquecimentos, de traumas, se relacionam aos processos de apagamento da Cassandra Rios enquanto artista e escritora. É uma exclusão social pública e que perdura, visto que suas obras literárias são difíceis de serem achadas mesmo nos dias atuais, há uma luta da família para que seja possível catalogar e reunir

suas obras publicadas por outros pseudônimos, além da busca por justiça.

Dessa forma, se o conhecimento histórico e a memória se constroem a partir de questões colocadas no presente como citou Certeau e Catroga, por tanto tempo não houve curiosidade na Cassandra Rios e nas contradições acerca desse momento histórico, porque por muito tempo não houve uma preocupação intelectual sobre a história e literatura homossexual e lésbica no Brasil. Por outro lado, entende-se a importância da Comissão Nacional da Verdade criada em 2011 pela Lei n° 12.528 onde há apuração de graves direitos humanos sendo violados durante esse período da história nacional, onde há enfoque e entrelaçamento pela primeira vez entre Ditadura e Homossexualidades, dando visibilidade aos casos e possibilitando pensar diversas pesquisas a respeito.

Referências

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. Por uma história da esquerda brasileira. *Topoi*, Rio de Janeiro, 2002, v.3, n. 5, p. 333-353.

ARQUIVO NACIONAL, *Requerimento da gravadora RCA para aprovação das letras*: Trança de flor; Tendências; Artifícios; Fingida; Aranha; Revanche; Solidão; Borboleta; Morte de um ídolo. BR DFANBSB NS.CPR.MUI, LMU.13759 – Dossiê. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2402032&v_aba=1. Acessado em: 22. Ago. 2025.

BARBOSA, Marialva. Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marcos (Org.). *História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho – 100 anos.* Anais do Colóquio. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

BLUME, Paula. *As mulheres lésbicas e o Lampião da Esquina contra a política sexual da Ditadura Brasileira* (1978-1981*)*. Monografia (Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2021.

CAMARGO, Marianna. O impacto de Cassandra Rios na literatura percorre uma trajetória de ineditismos, rupturas e liberdade de expressão. *Revista Cândido,* 2024, encontrado em < https://www.bpp.pr.gov.br/Candido/Noticia/ESPECIAL-volupia-da-escrita >, Acesso: 17, de jun, 2025.

CATROGA, Fernando. *Memória, história, historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

CERTEAU, Michel de. As produções do lugar. In: Certeau, Michel de. *A escrita da História*. 3ª ed, Rio de Janeiro, 2011, p. 3-111.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Como entender a história da interseccionalidade? In: *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e subversão no regime militar. In: GREEN, James; Quinalha, Renan (Orgs). *Ditadura e Homossexualidades:* repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUfscar, 2014, p. 40.

FICO, Carlos. "Prezada Censura": cartas ao regime militar. *Revista Topoi,* Rio de Janeiro, 2002, p. 254.

GREEN, JAMES; QUINALHA, Renan. Ditadura e Homossexualidades. In: *Comissão Nacional da Verdade*, relatório. Volume II, texto 7, 2014.

HOLANDA, Ismênia de Oliveira. "*Cassandra Rios ainda resiste":* vida literária, censura, memória e luta por reconhecimento. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós Graduação em História, Fortaleza, 2020.

LAMPIÃO DA ESQUINA, nº 5, out. 1978, p. 8.

LONDERO, Rodolfo Rorato. *Pornografia e censura:* Adelaide Carraro, Cassandra Rios e o sistema literário brasileiro nos anos 1970. Eduel, 2016.

LUNA, Fernando. A perseguida. Páginas Vermelhas. *Revista TPM* (SP), ano 1, nº 3, Julho de 2001.

MICCOLIS, Leila (org). *Catalogo de Imprensa Alternativa*. RJ, Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular do RioArte, 1986.

MULHERIO. Rio de Janeiro, nº 14, ano III, jul/ago 1983.

O MUNDO ILUSTRADO. Rio de Janeiro, nº 00207, 1961.

O PASQUIM, Rio de Janeiro, n° 373, ano VIII, ago. 1976.

OLIVEIRA, Rodrigo. *A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e sua origem no Brasil* (1808-1930). Rio Grande, 2011, p. 125.

QUINALHA, Renan Honorio. *Contra a moral e os bons costumes:* a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-20062017-182552/. Acesso em: 21 ago. 2025.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, n. 5, p. 17-44, 2010.

RIOS, Cassandra. *Censura minha luta meu amor*. Gama, 1977, São Paulo.

SAFIOTTI, Heleieth. Não há revolução sem teoria. In: *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2015, p. 101-149.

SANTOS, Maria Carolina. *O ressurgimento de Cassandra Rios, a escritora mais censurada do Brasil*. Marco Zero, encontrado em: < https://marcozero.org/o-ressurgimento-de-cassandra-rios-a-escritora-mais-censurada-do-brasil/> Acesso: 17 de jun, 2025.

VIEIRA, Kyara Maria de Almeida. "*Onde estão as respostas para as minhas perguntas*"?: Cassandra Rios – a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955 – 2001). Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

Quando o passado se torna meme: Desafios para o ensino de História e a aprendizagem crítica

Cíntia Beñák de Abreu
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

> A história é comandada por grandes atores desse tempo real, que são, ao mesmo tempo, os donos da velocidade e autores do discurso ideológico. (SANTOS 2000, p. 36).

Este artigo trata-se de reflexões e pensamentos fruto de muitas inquietudes que me atravessam como professora e pesquisadora do campo do Ensino de história, seja a partir da perspectiva das brechas não respondidas com a pesquisa desenvolvida: "Também com memes se ensina e se aprende história: uma proposta didático-histórica para o Ensino Fundamental II"[1] associado a todo um tempo de sala de aula que ocupo e me ressignifico diariamente.

Milton Santos[2] ao indagar que a noção de aldeia global e ideologia de um só mundo identifica o tempo real como patrimônio coletivo da humanidade potencializa a certeza,

1 ABREU, Cíntia Beñák de. *Também com memes se ensina e se aprende história:* uma proposta didático-histórica para o Ensino Fundamental II. Curitiba: Editora CRV, 2021.
2 SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

especialmente do coletivo de professores que lecionam em escolas desprovidas de capital público e localizadas em espaços periféricos, que este tempo é dotado de privilégios exclusivos para determinados grupos que exercem esse domínio de forma imperativa levando a formação de uma mais-valia universal.

Não há dúvidas que o discurso da globalização como uma nova era de unificação de técnicas e ações igualmente globais já não se sustenta mais, tendo em vista, estarmos vivenciando tempos de muitas incertezas sob o comando de grandes empresas que dominam o cenário dos progressos técnicos e científicos definidos por Santos (2000) como uma fase da mundialização, pelo qual as empresas se projetam a se manter na liderança da disputada corrida pelo monopólio da produtividade e do lucro.

Diante dessa lógica da produtividade como perspectiva central, a Universidade e a escola acabam por reproduzir o discurso dominante do mercado, transformando a formação humana em mero adestramento para atender às expectativas dessa competitividade global. Essa nova demanda em produzir, longe de significar uma emancipação do sujeito, opera como um mecanismo de subordinação, uma vez que submete o conhecimento a critérios de rentabilidade econômica. Com isso,

o espaço educativo, que deveria se constituir em lócus de crítica e produção de alternativas para esse cenário, caminha em direção a se tornar um aparelho de legitimação da racionalidade técnica e instrumental, acentuando a alienação dos sujeitos e esvaziando a dimensão social e ética da educação.

Ao tratar da noção de mais-valia universal, Milton Santos (2000) esclarece que no mundo globalizado, o tempo, a capacidade humana e a vida cotidiana são tratadas como valor na lógica do sistema capitalista. Nesse sentido, os estudantes da escola pública, especialmente as que se encontram em regiões periféricas, são convocados pela escola a se adaptarem a padrões de eficiência e produtividade, não sendo estimulados a exercerem uma cidadania crítica, mas para responderem a uma demanda global que os projeta como futuros trabalhadores de baixo custo, formatados para sustentar os mecanismos de acumulação dos grupos dominantes.

> Quando, na Universidade, somos solicitados todos os dias a trabalhar para melhorar a produtividade como se fosse algo abstrato e individual, estamos impelidos a oferecer as grandes empresas possibilidades ainda maiores de aumentar a sua mais-valia. Novos laboratórios são chamados a encontrar as novas técnicas, os novos materiais, as novas soluções organizacionais e políticas que permitam às empresas fazer crescer a sua produtividade e o

> seu lucro. A cada avanço de uma empresa, outra do mesmo ramo solicita inovações que lhe permitam passar à frente da que antes era campeã. Por isso, tal mais-valia está sempre correndo, quer dizer, fugindo para frente. (SANTOS 2000, p. 38).

Essa situação coloca esses grupos dentro de uma lógica do capital que é, ao mesmo tempo, desigual e cheia de contradições. De um lado, a escola costuma reforçar a ideia de mobilidade social e do mercado de trabalho, alimentando a narrativa meritocrática, onde o esforço individual é visto como suficiente para garantir acesso aos melhores espaços. Mas, por outro lado, ela também contribui para o fortalecimento de um projeto que precariza várias instituições capazes de impedir esse processo de exclusão. A marginalização educacional desses grupos se manifesta na falta de professores especializados em diferentes áreas durante todo o ano letivo, na escassez de recursos, na sobrecarga dos docentes devido aos baixos salários, nos currículos superficiais e nas avaliações padronizadas. Essa combinação mantém esses estudantes em posições mais vulneráveis na corrida pela produtividade.

O Estado, que deveria atuar para reduzir as desigualdades e promover a inclusão de diferentes grupos, muitas vezes investe em políticas que não são suficientes. Além

disso, cobra resultados padronizados que escondem a realidade difícil das escolas localizadas nas regiões periféricas. Dessa forma, a promessa de oferecer igualdade de oportunidades acaba se mostrando falsa: o Estado mantém os participantes do processo educacional em uma posição de vulnerabilidade, dificultando sua participação em uma corrida desigual, na qual eles sempre saem atrás e não têm acesso aos mínimos necessários para competir de verdade. A educação, que poderia ser uma ferramenta do Estado para criar alternativas e melhorar essa situação, acaba se enfraquecendo por ser deslegitimada e negligenciada, tornando-se incapaz de enfrentar a lógica vigente do sistema.

Milton Santos identifica que uma das violências centrais do sistema ideológico que explica as ações hegemônicas nesse contexto de globalização é o papel como a informação é ofertada à sociedade. “ O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde.” (2000, p. 52). Essa aliança governo e mídias propaga um discurso homogêneo que “está tudo bem”, naturalizando a desigualdade e ocultando a verdadeira estrutura. O que o autor chama de “violência da informação” (2000, p. 51) consiste no monopólio da produção dessas narrativas que além de ocultar os

problemas sociais, apresentam um enorme poder de convencer os pobres que a sua exclusão é resultado de falhas individuais, e não de uma estrutura desequilibrada e desigual.

O veículo de informação do Estado é arbitrário ao controlar e legitimar todo o discurso que é produzido no espaço público, já que a mídia corporativa amplifica o abismo entre aqueles que têm acesso à informação crítica e aqueles que permanecem aprisionados a reproduzir os discursos que a lógica do capital insiste em divulgar. Dessa forma, o que deveria ser para informar, instruir e questionar, torna-se mais uma forma de controle do sistema de dominação que alimenta e solidifica a condição de atraso dos mais pobres. Para Santos, "O que é transmitido a humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde." (2000, p.52)

> Numa sociedade complexa como a nossa, somente vamos saber o que houve na rua ao lado dois dias depois, mediante uma interpretação marcada pelos humores, visões, preconceitos e interesses das agências. O evento já é entregue manipulado ao leitor, ao ouvinte, ao telespectador, e é também por isso que se produzem no mundo de hoje, simultaneamente, fábulas e mitos. (SANTOS 2000, p.53).

Imersos nesse cenário de exploração e controle da lógica da mais-valia universal, os alunos das escolas públicas não

podem ser projetados apenas como vítimas do processo. O próprio Milton Santos afirma que a aldeia global também produz espaços de resistência, ou seja, territórios que os sujeitos subalternizados reconfiguram suas práticas. O autor ao propor " Por uma outra globalização" está se referindo justamente à construção de outras possibilidades que envolvam ações de resistências que possam se contrapor a lógica única do mercado. Não se trata de negar esse processo global, mas sim construir um espaço de disputas, no qual os sujeitos possam atuar como protagonistas.

Na tentativa de transformar esse espaço, dominado estritamente pela lógica produtivista, torna-se essencial que os sujeitos que nela se encontram, compreendam que a ruptura é possível, a partir do momento que se apropriem da escola como lugar de crítica, de criação cultural e de luta por direitos. Por mais que sejam pequenas essas práticas, elas provocam rachaduras no sistema, abrindo espaço para que a educação se reconecte às demandas das comunidades locais. Esse movimento ecoa novas formas de existir e pensar o mundo quebrando o paradigma que o espaço escolar da periferia está condenado a servir os grupos mais poderosos.

Diante dessa perspectiva, cabe ao ensino de História em diálogo com outras áreas do conhecimento, se projetar como elemento fundamental na construção de uma consciência crítica capaz de esclarecer aos alunos como eles estão inseridos nessa lógica da mais-valia universal discutida por Milton Santos, mas também como sujeitos históricos capazes de causar fissuras no sistema. Isso significa transformar a sala de aula em espaço de problematização das desigualdades, da exploração e das contradições sociais, orientando-os a realizar uma leitura crítica do presente e a compreensão que a História não é apenas um relato de narrativas do passado, mas uma possibilidade de analisar, entender e intervir no mundo. Assim, a escola pública, mesmo carregando todos os estereótipos que o sistema do capital lhe impõe, pode e deve se tornar um espaço de luta e resistência, onde a aprendizagem do conhecimento histórico possa contribuir para que os alunos se projetem não como marionetes do capitalismo, mas como protagonistas da reexistência.

Possibilidades e desafios do ensino de História

> E como é o presente desses milhões de indivíduos que fazem e não-fazem parte do país? Alheios aos seus destinos, excluídos das ações decisórias, não há por que se interessar pela História, pois o outro foi, é e será sempre responsável por ela. Por isso, em nosso presente

> pouco sedutor, o lugar da História na formação da sociedade brasileira só pode ser o que hoje ocupa. E assim será, até que a história, "nos dois sentidos da palavra, seja outra". (MICELI, 2009, p. 52).

A passagem de Miceli levanta uma questão central: a falta de engajamento com a História pode ser um reflexo da sensação de alienação e exclusão que muitos sentem em relação ao próprio país e aos processos de decisão. Quando um estudante não se vê como agente de sua própria história, ele perde o interesse em compreendê-la. Essa desconexão é particularmente evidente no contexto da educação, onde a história ensinada muitas vezes parece distante da realidade dos alunos, especialmente daqueles que são atravessados mais intensamente pela lógica do capital.

Essa perspectiva encontra um diálogo direto com as discussões da pesquisa "Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional (SANTOS; NICODEMO e PEREIRA, 2017) especialmente no que diz respeito à crítica ao eurocentrismo. Essa linha de pensamento questiona a hegemonia da historiografia ocidental, que frequentemente estabelece um "privilégio epistêmico" para a história produzida na Europa e nos Estados Unidos, que por sua vez, invisibiliza as

representações do tempo, da memória e as tradições de culturas da periferia.

> Assim, procuramos encarar como pragmatismo a noção de eurocentrismo, entendida não só como as várias formas de influência política, econômica e social da Europa no globo, mas sobretudo como uma remissão ao enraizamento dos conceitos e valores que operam na ciência e em outras formas de enxergar o mundo. (SANTOS; NICODEMO e PEREIRA 2017, p. 163).

A historiografia tradicional, como o texto sugere, tende a replicar uma lógica de centro e periferia. Ela constrói uma narrativa universalista a partir da experiência europeia, marginalizando outras perspectivas e tradições. Ao focar em figuras de poder e em eventos "centrais" — como revoluções e guerras europeias — ela ignora ou simplifica as trajetórias de povos e culturas de outras partes do mundo, incluindo as da América Latina, da África e da Ásia. Essa abordagem não apenas distorce a história, mas também reforça a ideia de que o conhecimento e o progresso emanam de um único centro, enquanto as periferias são meros receptores ou coadjuvantes.

A crítica presente nas historiografias periféricas, portanto, vai além de uma simples inclusão de novos temas. Ela busca desmantelar essa hierarquia de saberes, valorizando as

experiências históricas de grupos marginalizados e de países do Sul global. Essa abordagem é crucial para o contexto escolar, pois, ao não se reconhecerem na história contada a partir de uma perspectiva elitista e eurocêntrica, os alunos da escola pública são levados a crer que sua própria existência não é historicamente relevante. O desinteresse pela disciplina, nesse sentido, não é uma falha do aluno, mas uma consequência da desconexão entre o conteúdo ensinado e a realidade que o cerca.

Nesse horizonte, o campo do ensino de História pode desempenhar um papel fundamental para que essa "outra globalização" (SANTOS, 2000) não permaneça exclusivamente no campo das ideias. Ao problematizar as narrativas hegemônicas, tanto as midiáticas quanto as produzidas pelo Estado, e ao oferecer instrumentos para a análise crítica do presente, a escola possibilita que os estudantes percebam as controvérsias da aldeia global e se reconheçam como sujeitos capazes de intervir nesse processo. Isso resulta em inserir na prática pautas temáticas que envolvam temas como desigualdades, violência da informação, exclusão e resistência, impulsionando o aluno " a desenvolver uma espécie de sentido histórico, para atuar no mundo em que vive". (MICELI, 2009, p. 40)

Ao encontro de uma escrita da História sem uma perspectiva imperialista, mas como uma prática ética, os historiadores Santos, Nicodemo e Pereira (2017) ressaltam a importância de pensar a escrita da história a partir de outras "apresentações, representações, narrativas e experiências do passado" (2017, p. 181) com a finalidade que a história da historiografia possa se tornar de fato global ou transnacional. Ainda nessa abordagem, sugerem a substituição do termo historiografia para "representações do passado, conceito que pode incluir mitos, épicos e lendas em uma relação sem hierarquias com a escrita da história ocidental". (2017, p. 179). Neste contexto, emergem as seguintes questões: Se os historiadores brasileiros persistirem em ampliar nas suas pesquisas o repertório de temas e as suas ferramentas será possível a escrita da história escolar ser tratada sob uma nova perspectiva? Será que as escolas estão dispostas a modificar a estrutura de ensino como transmissão de conhecimentos para se converter em um espaço de construção coletiva de contra-narrativas, fomentando uma consciência crítica que dá materialidade ao projeto de uma outra globalização?

Caiu na rede, virou meme. E o passado também pode se tornar meme?

> O passado está localizado em todos os espaços, sejam públicos ou privados; onipresente ao ponto de não o distinguirmos, tão exposto ao olhar que escapa à ordem do visível. (CARRETERO, 2010, p.31).

O meme da cultura digital pode ser compreendido como um gênero textual multimodal, que integra diferentes linguagens e semioses. Sua decodificação, portanto, exige do interlocutor a mobilização de uma complexa rede de inferências. Isso se deve, em grande parte, à sua dependência da intertextualidade — ou seja, a capacidade de um texto remeter, explícita ou implicitamente, a outro já consolidado na cultura.

O cerne dessa estrutura está na seleção de uma imagem pré-existente — que pode variar de personagens infantis a figuras de obras ficcionais, até personalidades públicas e políticas — à qual se sobrepõe uma nova camada de significado por meio de uma linguagem verbal. Essa escolha imagética não é aleatória; ela se relaciona intimamente com a intencionalidade do autor ao criar uma mensagem. Apesar de sua brevidade, o meme exige um amplo repertório cultural do leitor para a construção de seu sentido. Essa complexidade intrínseca se manifesta na mobilização de recursos como ironia, conotação e intertextualidade, demonstrando que a análise de memes vai muito além de sua aparente simplicidade. Considerando as

potencialidades dessa narrativa digital, o meme apresenta uma estreita relação com a juventude, imersa em um contexto de intensa midiatização e constante exposição a dispositivos tecnológicos, seja como produtora ou consumidora de conteúdo.

Os memes são divertidos, carregam humor, e são atrativos por apresentarem estas características e algumas outras, mas este artigo pretende ir além deste potencial de divertir, justamente por compreender que estas produções digitais carregam junto a si uma enorme capacidade narrativa capaz de fomentar grandes trocas e reflexões em sala de aula. Por acreditar que, de alguma forma, os memes exemplificam significados sintéticos de crítica, desdém, ironia, ou, simplesmente, de algum evento, pessoa ou atitude que se quer valorizar, criticar ou negar no comportamento social, por estes e outros sentidos, podem vir a ser excelentes objetos de aprendizagens nas aulas impulsionando o estudante/escola a deslocar a história escolar do campo do conteúdo linear/transmitido e aproximá-los de suas próprias experiências.

Sarlo (2007) expõe que o passado se faz presente porque nunca está encerrado, mas constantemente repaginado nas disputas de memória e de sentido no tempo presente. Essa perspectiva de leitura pode ser articulada aos memes que

circulam no ciberespaço e transportam narrativas históricas, pois eles reapropriam acontecimentos e personagens, associando humor, ironia ou uma crítica social em formatos acessíveis e velozes. Quando essas narrativas midiáticas empoderam uma abordagem contra hegemônica, tornam-se instrumentos de resistência simbólica frente ao sistema capitalista e a ótica global, desestabilizando a narrativa oficial e midiática que muitas vezes naturaliza as desigualdades, constrói estereótipos e invisibiliza diversos sujeitos.

Nesse horizonte, a análise dos memes em sala de aula desponta como recurso pedagógico que ultrapassa o riso ou a leveza aparente para se constituir em ferramenta crítica e reflexiva. Ao aproximar a história escolar das experiências juvenis, essas narrativas digitais deslocam o ensino do caráter linear e transmissivo, favorecendo a problematização do passado a partir de múltiplas perspectivas e contextos. Assim, os memes podem ser compreendidos não apenas como artefatos culturais da cultura digital, mas como instrumentos de resistência simbólica e de produção de sentidos, capazes de fomentar aprendizagens críticas e a construção de identidades em diálogo constante com a memória e a história.

> Fala-se do passado sem suspender o presente e, muitas vezes, implicando também no futuro. Lembra-se, narra-se ou se remete ao passado por um tipo de relato, de personagens, de relações entre suas ações voluntárias e involuntárias, abertas e secretas, definidas por objetivos ou inconscientes; os personagens articulam grupos que podem se apresentar como mais ou menos favoráveis à independência de fatores externos a seu domínio. Essas modalidades do discurso implicam uma concepção do social e, eventualmente, também da natureza. Introduzem um toma dominante nas "visões do passado". (SARLO 2007, p. 12).

Nesse sentido, o passado ao ser mobilizado em meme não é uma mera banalização: ele atua como um espaço de disputa cultural que pode enfrentar a violência da informação denunciada por Milton Santos (2000) e abrir caminhos para refletir acerca de alternativas à lógica globalizante. No ensino de História, a análise crítica desse gênero textual midiático de sentido histórico pode levar o aluno a perceber como as narrativas históricas são construídas, manipuladas e disputadas, incentivando uma aprendizagem mais crítica e de sentido no tempo e no espaço. De acordo com Rüsen (1993), aprender História deve ser compreendido como "um processo mental de construção de sentido sobre a experiência no tempo através da narrativa histórica, na qual as competências para tal narrativa surgem e se desenvolvem" (*apud* FREITAS 2016, p. 252).

Na concepção de Carretero (2010) a história ensinada não é uma reprodução da história acadêmica, mas uma construção atravessada por processos de " transposição didática"[3] (2010, p. 34) e disputas ideológicas em torno da identidade coletiva. Assim como a escola organiza o passado para formar sujeitos dentro de um projeto cultural e político, os memes produtores de narrativas históricas podem transformar a didatização do conhecimento histórico, ampliando possibilidades plurais, sobretudo quando associados às experiências dos estudantes que vivem os malefícios do capitalismo contemporâneo.

Quando um meme apresenta uma narrativa que aborda uma perspectiva de uma história de massas no qual provoca impacto público, essa modalidade de discurso na visão de Sarlo (2007) trata-se de uma estratégia do presente para tornar funcional a investida no passado, tornando-o legítimo essa evidência. " Se não encontra resposta na esfera pública atual, ela fracassa e perde todo o interesse" (2007, p.13). Diante disso, mesmo sabendo que o meme não corresponde a uma modalidade

3 De acordo com Carretero, a transposição didática é um conceito utilizado por alguns estudiosos da didática que analisaram as relações entre o "saber sabido" e o "saber escolar", demonstrando que o primeiro experimenta uma deformação considerável ao chegar à escola, 2010, p. 34-35.

acadêmica de se expor algumas perspectivas do passado, este "escuta os sentidos comuns do presente, atende às crenças de seu público e orienta-se em função delas" (2007, p. 13). Nesse sentido, a autora conclui:

> As modalidades não acadêmicas de texto encaram a investida do passado de modo menos regulado pelo ofício e pelo método, em função das necessidades presentes, intelectuais, afetivas, morais ou políticas. (SARLO, 2007, p.14).

O passado pode, sim, virar meme. E quando isso acontece, ele deixa de ser distante ou intocável e se transforma em algo vivido, discutido e sentido no presente. Nos corredores da escola pública, entre olhares atentos e celulares nas mãos, os memes aproximam a História da realidade dos estudantes, traduzindo conteúdos em experiências que dialogam com suas vidas. Eles não apenas divertem; eles provocam, questionam e dão voz a interpretações próprias, tornando a memória histórica um espaço de resistência, de crítica e de invenção. Assim, o que parecia fixo nos livros se torna dinâmico, plural e potente, mostrando que aprender História é, também, aprender a reinventar o passado para compreender e transformar o presente.

Conclusão

Como professora da escola pública localizada na periferia, sinto diariamente os desafios de ensinar História em um contexto marcado pela desigualdade, pela falta de recursos e pela lógica de uma educação muitas vezes reduzida a números e avaliações padronizadas. Mas, ao mesmo tempo, também reconheço que este espaço é fértil de resistências, de criatividade e de potências que emergem da vivência dos meus alunos. É nesse cenário que os memes aparecem como uma ferramenta capaz de abrir novas portas para o ensino, pois falam a linguagem da juventude e permitem estabelecer conexões entre passado, presente e futuro de forma crítica e acessível.

Ao trazer os memes para a sala de aula, não se trata apenas de buscar motivação ou ludicidade, mas de propor uma prática pedagógica que permita aos estudantes enxergarem a História como um campo de disputas de narrativas. Neles, o humor, a ironia e a crítica social funcionam como dispositivos para desnaturalizar discursos hegemônicos e questionar o que muitas vezes é tomado como verdade absoluta. Assim, em vez de receberem passivamente os conteúdos, os alunos passam a reinterpretá-los, aproximando a História de suas experiências cotidianas e desenvolvendo ferramentas para enfrentar a

violência da informação que, como nos alerta Milton Santos, tanto confunde e manipula.

Essa escolha metodológica também significa romper com a ideia de que os estudantes da periferia estão condenados a reproduzir saberes prontos e desconectados de sua realidade. Pelo contrário: ao problematizar o passado por meio dos memes, eles se reconhecem como sujeitos históricos e produtores de conhecimento. Cada análise, cada leitura crítica e cada criação de meme é uma oportunidade de reescrever o lugar que ocupam no mundo, de questionar as desigualdades que os atravessam e de construir alternativas para resistir ao sistema que insiste em colocá-los à margem.

Concluir esta pesquisa (doutorado em construção) é, portanto, reafirmar meu compromisso com um ensino de História que não seja neutro, mas que se coloque a serviço da crítica, da consciência e da emancipação. Os memes, longe de banalizarem o passado, tornam-se aliados no processo de ressignificação da escola pública: ajudam a transformar a sala de aula em espaço de resistência, onde o riso pode se unir à reflexão e a memória se tornar ferramenta de luta. Como professora, acredito que ao promovermos essa leitura crítica do passado através das linguagens do presente, estamos semeando, junto aos

nossos alunos, possibilidades concretas de construir um futuro mais justo e plural.

> Ensinar História hoje consiste numa prática muito diversa em relação a tempos anteriores, uma vez que as demandas que a sociedade tem colocado aos currículos e ao papel dos professores se multiplicam e estão ligados a movimentos sociais, étnicos e culturais muito singulares. De tal forma, pensar o currículo e à docência em História na contemporaneidade, na Escola Básica, se constitui em um movimento que implica considerar, por um lado, o que a legislação e as discussões políticas têm estabelecido sobre temas como a história da África, dos afrodescendentes, dos indígenas, da preservação do patrimônio e do direito à memória e ao passado e, por outro lado, o que o mundo dos jogos, da internet, do cinema e da televisão têm oferecido como relato sobre o passado e que precisa ser considerado pelo pensamento e pela prática nas aulas de História. (PEREIRA *et al,* 2015, p. 32).

Referências

ABREU, Cíntia Beñák de. *Também com memes se ensina e se aprende história:* uma proposta didático-histórica para o Ensino Fundamental II. Curitiba: Editora CRV, 2021.

CARRETERO, Mario. *Documentos de identidade:* a construção da memória histórica em um mundo globalizado. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MICELI, Paulo Celso. Uma pedagogia da História? In: PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de História e a criação do fato*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

PEREIRA, Nilton Mullet; MEINERZ, Carla Beatriz; PACIEVITCH, Caroline. Viver e pensar à docência diante das demandas sociais e identitárias do século XXI. *História & Ensino*, Londrina, v. 21, n. 2, p. 31-53, jul /dez,2015.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica:* teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UNB, 2001.

_____. Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. *Práxis Educativa*, n.2, v.1. jul/dez 2006. Ponta Grossa.

_____. Jörn. *Rüsen e o ensino de história*. [Schmidt, M.A; Barca, I.; Martins, E. R. (org)]. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton; NICODEMO, Sandra; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional. In:

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado; NICODEMO, Sandra (orgs). *História global*: conexões e circulação. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2017. p. 153-184.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado:* cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

A historicidade da cidade de Itapira e a produção de sua memória negra

Cristiane Elias
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ

Introdução

Este texto procura aprofundar sobre os indícios de apagamento e distorções da memória negra na história da cidade de Penha do Rio do Peixe, que atualmente é o município de Itapira, localizada no interior do estado de São Paulo. Esta foi uma pequena localidade formada a partir da migração da cafeicultura, com base na escravidão, em direção ao Oeste paulista no século XIX, tal economia proporcionou para os interiores paulista um desenvolvimento econômico e social que produziu elites locais e regionais que se tornaram peças importantes para a manutenção do poder político da Provincia de São Paulo. No entanto, em 1881 a Penha do Rio do Peixe teve seu nome modificado para Itapira em decorrência do assassinado do delegado Joaquim Firmino de Araújo Cunha[1].

1 ELIAS, Cristiane. O crime da Penha do Rio do Peixe: uma percepção do assassinato do delegado Joaquim Firmino de Araújo Cunha, noticiado pela Revista Ilustrada em 1888. (Manuscrito em preparação).

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo reunir alguns textos e reflexões sobre as congadas da cidade de Itapira, a escultura da Mãe Preta e a obra literária Juca Mulato (1917) de Menotti Del Picchia para questionar as memórias da escravidão deixadas na localidade. Nesses três marcos iniciais podemos enxergar a presença negra na história local, mesmo estando apagada da história hegemônica da cidade, como também, perceber a apropriação da memória da escravidão como discurso de harmonia racial da sociedade Itapirense. De modo geral, procuramos colocar em pauta a forma como os negros foram representados na história da cidade do século XX, mesmo esses não fazendo parte da história oficial da mesma.

Para entendermos a formação das congadas e as questões raciais envolvidas, utilizaremos, principalmente, as publicações da memorialista e folclorista Odette Coppos (1971, 1978, 1999). Nosso intuito com o estudo é compreender a importância histórica das congadas e as questões raciais levantadas a partir delas na formação da localidade. Já ao analisarmos sobre a estátua da Mãe Preta e a obra Juca Mulato procuramos perceber o tipo de memória construída sobre a escravidão e pós-escravidão na cidade.

O reinado dos Congos

Antes de falarmos das congadas da cidade de Itapira, se faz necessário sabermos que essa manifestação que para alguns é somente uma dança, para outros uma procissão católica, ou até mesmo, como é veiculado na cidade, uma ação de rememoração do fim da escravidão. Já que todo ano a congada é lembrada e se apresenta na Festa de Maio[2] como atração fixa e de comemoração do fim da escravidão.

Silvia Lara (2007), discorre sobre a formação dos congados, que foram associações conhecidas como congada, reinado dos congos ou dança dos congos que, em forma de cortejos constituídos por negros em diáspora, com passos de dança, cantos e representações de um reinado africano, eram autorizados pela igreja ou pelos escravocratas a acontecer como modo de entretenimento para eles e manutenção da escravidão, porém, também, de agenciamento e sociabilidade pelas negras, negros e escravizados envolvidos. A historiografia brasileira tem se debruçado sobre esses espaços dos reinados, entendendo-os

2 Nome popular da Festa de São Benedito da cidade de Itapira que acontece todo mês de maio o último dia da festa é o dia 13 de maio que é feriado na cidade devido o fim da escravidão.

como uma manifestação com indícios de seu surgimento nas diásporas dos povos africanos pelo Atlântico.

Ainda, Silvia Lara (2007) pontua que essas manifestações negras datam do século XVII no Brasil e foram praticadas no século XVI no reino de Portugal através das irmandades, por exemplo, a Irmandade do Rosário, uma das mais antigas dentro do contexto da escravidão no Atlântico (Lara, 2007, p. 209). Cabe lembrar, contudo, que nem todos os congos têm as irmandades como locais de origem e desenvolvimento.

A autora Marina de Mello e Souza (2014), nos lembra que as congadas compostas de elementos africanos e ibéricos eram formas de controle da sociedade escravista, mas ao mesmo tempo espaços de expressão dos valores africanos e de seus descendentes (SOUZA, 2014, p. 263). “Momento de ruptura do cotidiano, de extravasamento de paixões, de exaltação da identidade comum, de exasperação dos sentidos por meio da música e da dança, de inversão de hierarquias.” (SOUZA, 2014, p.267).

Desta forma, as congadas se construíram na escravidão do mundo Atlântico com encenações de um reinado que mulheres e homens negros recriavam em cativeiro. Sendo assim,

através delas podemos nos aproximar do cotidiano desses sujeitos em diáspora, seus rituais, seus nomes e suas relações com os demais sujeitos da sociedade escravista e até mesmo pós-escravidão. As congadas que iremos analisar estão localizadas no contexto do pós-escravidão da cidade de Itapira do interior do estado de São Paulo. Nela temos registro até o momento de quadro congadas que existiram, sendo elas: a Congada da Embaixada (1904/1906), a Congada Mineira (1950), a Congada da Paróquia de São Benedito[3] e a Congada Nossa Senhora do Rosário dos Homens do Bairro dos Prados (1978). Existe uma menção, na parte de trás do livro de Odette Coppos (1978), da existência da Congada de Nossa Senhora Aparecida, mas que não foi explorada em seus estudos. Não focaremos neste folguedo por ser informado pela autora que a mesma foi desintegrada e por não encontrarmos mais informações sobre ela.

Para este trabalho usaremos como fonte de informações sobre as congadas a autora Odette Coppos, visto sua considerável produção sobre as congadas de Itapira, como também, por apresentar indícios de tensões raciais e reproduções

3 Não encontramos uma data de formação desta congada até o presente momento da escrita do artigo.

racistas do imaginário elitista da cidade de Itapira do século XX. E Cida Bento (2022) nos lembra que esses olhares sobre os povos negros foram construídos historicamente, versões sobre grupos, gênero e raças convenientes para a manutenção da hegemonia branca. Que detém e propaga uma versão oficial – da história local e mundial – sem se colocar como agente racializado e ativo na estruturação das "desigualdades e a violência racial na macroestrutura política e social" (BENTO, 2022, p. 14).

Compreendemos as produções de Odete Coppos dentro de um movimento folclorista datado, que estava na época mais preocupado em tipificar a cultura, as coisas as pessoas como fatos prontos (CAVALCANTI, 2002, p. 2). Isso junto ao modelo paulista de oposição ao "outro", o branqueamento de sua história que ao enaltecer a branquitude, alimentou e produziu informações racistas e distorcidas da negritude e da cultura africana.

Congada da Embaixada

O primeiro folguedo que temos informações é a Congada da Embaixada, que, segundo Odette Coppos, foi a mais antiga e do reinado do Rei Nabor. O senhor Nabor Honório foi conhecido

como Preto Nabor e, também, como um benzedor da cidade e faleceu em 1968. Existe em Itapira uma rua com o nome Preto Nabor no bairro do Cubatão – bairro em que ele viveu – em homenagem ao mesmo. Nabor fez parte da Congada por cinquenta anos, sendo trinta deles como rei da Embaixada, o que nos remete que este é o nome que temos, até então, mais próximo da realidade da escravidão da localidade.

A Congada da Embaixada era composta por: rei, rainha, príncipe, princesa, embaixador, secretário, pequena dama de honra, fidalgos, um tufeiro, oito congos, seis moldomas [*sic*] para carregar as bandeiras e duas porta-faixas.

Essa declaração é interessante se levarmos em consideração que essas manifestações eram formas de expressão e sociabilidade negras em diáspora, mas principalmente por essa dança dos congos, em forma de embaixada, ter como um de seus objetivos anunciar o reinado do congo. Enxergamos o reinado, assim, como uma das formas de reverenciar outra figura de soberano, de poder, que não o de Portugal (LARA, 2007) e da branquitude.

Congada Mineira do senhor Arnaldo Franco

A Congada Mineira que a autora não traz muitas informações, mas pontua que era formada de negros, quase todos mineiros radicados no "Risca Faca"[4]. E conta que com a morte súbita do seu chefe, a Congada desagregou-se e muitos dos seus congueiros incluíram-se nas outras duas congadas existentes (COPPOS, 1971). No entanto, a congada, com esse mesmo nome, ainda existe na cidade, inclusive sendo a única congada atualmente da localidade.

A Congada Mineira chegou na cidade de Itapira em 1950, com José Júlio Isaías e sua família, com seu falecimento, seu filho Arnaldo Franco herdou a Congada Mineira e iniciou sua longa jornada como rei em 1959/1960, segundo relatos da bisneta do senhor Arnaldo, Mirella Cristina Antonio[5]. O senhor Arnaldo nasceu em 1935 no estado de Minas Gerais e hoje a congada possui ao menos três gerações de sua família, além dos demais membros envolvidos. A Congada sempre sai no dia 13 de maio junto à procissão da paróquia de São Benedito e hoje é

4 Adjetivo dado, principalmente, ao bairro do Cubatão, um dos bairros mais antigos da cidade em que habitava grande quantidade de mulheres e homens negros e pobres. O nome pejorativo parece vir da existência do hábito das pessoas riscarem o chão com suas facas antes de iniciarem brigas de rua.
5 Relato concedido em 28 de julho de 2023.

o único reinado vivo e traz em suas bandeiras a imagem da princesa Isabel e de São Benedito.

Congada da Paróquia de São Benedito

Já a Congada da Paróquia de São Benedito foi dirigida por dois chefes: o senhor Benedito Adão e o Capitão Manuel Miguel, mas o segundo é o mais citado pela autora, que deixa a entender que ele não era de Itapira. Em seu reinado, tinha a representação da dança com espadas.

A Congada teve como "bandeiras a de São Benedito e a Santa Isabel, em homenagem e gratidão à Redentora" (COPPOS, 1971, p. 60-61). Ela tinha um total de trinta e oito membros, entre cantores, instrumentistas e dançarinos, e as bandeiras eram de São Benedito e Santa Isabel, também em homenagem à princesa Isabel. Os instrumentos eram: "um violino, dois violões, duas violas, quadro caixinhas, dois pandeiros, dois surdos, seis bumbos" (COPPOS, 1971, p. 61). Contudo, não encontramos informações sobre o ano de sua organização – nem aproximado –, mas sabemos que antes do centenário da abolição ela já não existia mais e teve alguns de seus membros acolhidos nos demais folguedos da cidade.

Encontramos uma descrição da congada que nos chamou a atenção para a visão da autora sobre os membros que compunham a Congada de São Benedito:

> a Congada da Paróquia de São Benedito, de grande vivacidade, ritmo, bons cantores e bons dançadores, tão bons que poderiam fazer inveja a qualquer Escola de Samba do Rio de Janeiro Havia um porém: integravam-se nela os negros mais rebeldes e manhosos e alguns viciados na pinga. De tôdas era a mais miserável, com exceção de um dos chefes, o Manuel Miguel, cidadão digno, operário ordeiro, pai de família já com algum sentido de organização ótimo ensaísta. Seus quadros molecotes, treinados por êle, eram acrobatas mirins maravilhosos que arrancavam aplausos vibrantes e constituíam-se num número de espetáculo onde quer que se apresentassem [*sic*] (COPPOS, 1971, p. 8).

A passagem demonstra a visão elitista da autora diante do cotidiano dos negros e congueiros, tendo em vista que descrições desse tipo estão presentes em demais obras da autora. Odette Coppos, mediante sua experiência de vida, construiu lugares de exclusão para a população negra e reproduziu discursos racistas de superioridade branca, como o encontrado em seu livro, O Livro do Negro de Itapira de 1999, em que descreve suas experiências com as negras e com os negros que ela vai conhecendo ao se aproximar das congadas. Em uma passagem em que vai ao bairro do Cubatão e vê as crianças

negras do local, diz: “creoulinhos [sic] ranhentos, [...], anjos humanos de olhares esgarçados e dedinhos nas bocas, a quererem a amizade dos brancos humanos tão humanos quanto eles” (COPPOS, 1999, p. 18). Essas passagens nos possibilita um diálogo cm Neuza Santos Sousa (1983), que volta seu olhar para analisar o negro e sua experiência diante da sociedade branca, descrevendo formas e lugares que a branquitude constrói para enquadrar os sujeitos negros e impedir sua humanidade: a “possibilidade de tornar-se gente” (SANTOS, 1983, p. 18).

Congada Nossa Senhora do Rosário dos Homens do bairro dos Prados

Diferente dos demais folguedos apresentados, a Congada do bairro dos Prados foi constituída em 1978, e o senhor Sebastião Cândido foi a procura da memorialista Odete Coppos para que o ajudasse a dar visibilidade a Congada que queria formar. Essa congada é a que mais temos informações sobre sua origem, formação, cantos, intenções, dentre outros elementos até esse momento.

> Os congueiros são homens simples, residentes no Bairro dos Prados e de procedência mineira a maior parte deles. Formam-se numa só família de avós, pais, netos, sobrinhos, afilhados, compadres, primos, genros e noras. Como

> congueiros, permaneciam em estado de embrião há mais de vinte anos, desde suas migrações no Sul de Minas, apenas cantando e dançando e tocando em festinhas de aniversário ou outras que do Bairro [*sic*] (COPPOS, 1978, p. 12).

Podemos perceber, aqui, que mesmo não tendo nascido na cidade, o congueiro Sebastião Cândido era conhecido no bairro, o que também nos leva a perceber uma considerável migração de mineiros para a cidade, que tinha a congada como uma das expressões de suas realidades. Das quatro congadas da cidade, duas tiveram sua origem, ou foram formadas por famílias migradas para Itapira, vindas de Minas Gerais. Isso nos remete ao trabalho de Ediano Prado (2001), que produziu um estudo sobre o cotidiano dos trabalhadores chamados de "bóia-fria" na cidade de Itapira, e afirma que, a partir de 1960, moradores das fazendas do município e de fazendas de outras áreas de São Paulo e Minas Gerais, desembocaram na periferia da cidade como ofertantes de força de trabalho. Desta forma, desenhou-se Itapira como uma localidade, nesse período, de considerável migração de famílias não nascidas na cidade e de junção de realidades distintas, mas que a congada acaba tendo espaço (PRADO, 2001) entre a elite também.

Ressaltamos que essa congada, em especial, foi a que teve influência direta de Odete Coppos, sendo a diretora da

congada, visto o pedido de ajuda do congueiro Sebastião e o interesse da autora em buscar reconstruir o folclore regional.

A conveniência narcísica da branquitude

O movimento de reconstrução do folclore nacional ocorreu no século XX, principalmente com Getúlio Vargas em seu projeto nacional de valorização da cultura a partir dos povos negro e nordestino que foram lidas como povos trabalhadores, fortes e que carregavam consigo a alma do ser brasileiro. O aumento de negros livres e libertos na sociedade escravista, as proibições da igreja em relação às congadas e a não preocupação do senhor de escravos com a manutenção das congadas foram diminuindo.

Acreditamos que as congadas de Itapira passaram pela tentativa de cristalização por parte da autora Odete Coppos, por ela dialogar com o contexto histórico e de produção no Brasil que considerava esses universos culturais a parte dos demais movimentos da sociedade, como algo com falta de sentido racionalmente definido (SOUZA, 2014, p. 339). A cristalização (PROENÇA, 2007; ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008), aqui ressaltada, é entendida como o enquadramento de sujeitos sociais, complexos e em movimento, a um padrão de

comportamento na tentativa de moldar os negros e a congada a modelos convenientes da elite local de Itapira. Porém esses modelos foram esbarrando na autonomia das congadas e dos congueiros, como também, nas recusas de tais intervenções, um exemplo disso foi a Congada Mineira ativa ainda hoje na cidade de Itapira que negou a contribuição, ajuda ou benevolência de Odette Coppos. E como pontuado pela autora, Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (2002); "uma festa é mais do que sua data, suas danças, seus trajes e suas comidas típicas. Sua materialidade veicula visões de mundo, integra um conjunto tenso e dinâmico de relações sociais" (CAVALCANTI, 2002).

Sobre a Congada do Bairro dos Prados, em alguns momentos Coppos transcreve o que os congueiros dizem sobre suas vidas e sobre o folguedo, o que ajuda a nos aproximar de suas vivências. No trecho abaixo, temos uma breve descrição do ritual dos congos dentro da Igreja, descrita por Sebastião Cândido:

> para nós é o nosso folguedo, mas antes de tudo é religião. Nos tem ritual pra Santo Benedito que apresentemo diante da igreja dele, do lado de fora, no primeiro dia da congada; depois da missa, cada congo tem a obrigação de prestar sua devoção no altar, assim como fazer o seu pedido no socamento do levantamento do mastro, e no

> final, na entrega da festa [*sic*] (COPPOS, 1978, p. 18).

Hoje, além desse ritual que permaneceu, tem-se um momento em que os congueiros entram na paróquia de São Benedito durante a missa dançando e cantando para a exaltação do santo. Chama nossa a atenção que na Congada do Bairro dos Prados não teve um rei, mas sim um chefe que neste caso era o congueiro Sebastião Cândido. No ano de 1978, existia a rainha do Congo, mas sem uma corte; porém, nos demais anos, pelo que compreendemos, tornou-se uma congada de exaltação à princesa Isabel e apagamento dos símbolos e significados que davam ao folguedo seu agenciamento, sua resistência e autonomia.

> Não há rainha e nem rei. A Congada de N.S. do Rosário do Bairro dos Prados de Itapira. HOMENAGEIA A PRINCESA ISABEL – filha de D. Pedro II – Regente e declarante da Lei Áurea [*sic*] (COPPOS, 1978, p. 43).

Existiu, desta maneira, a necessidade de exaltação da princesa Isabel nesta congada – o que não é explicada pelos congueiros. No entanto, isso nos leva a algumas hipóteses de que Odette Coppos construiu para si uma congada que idealizava, durante anos, um ideal harmônico e cristalizado das relações raciais existentes em Itapira. Um ideal em constante diálogo com

o contexto histórico nacional e com o projeto de democracia racial presente no país, que ainda bebia totalmente, das concepções ideológicas de Gilberto Freyre sobre a contribuição dos negros e indígenas para a história nacional.

Mas compreendemos que esse movimento de Coppos é antes de tudo a forma como a elite da cidade de Itapira, antiga Penha do Rio do Peixe, escolheu lidar com os povos negros dela e com a memória da escravidão. Forma essa, exaltando da lei áurea através da festa do 13 de maio e assim construir uma memória de harmonia racial com congadas que tinham como fim a festa pela festa e no caso da congada dos Prados a reafirmação da soberania branca através da imagem da princesa Isabel. Não era a imagem dos negros como agenciadores, de uma corte negra como possibilidade, mas sim dos negros sendo agenciados, sem autonomia e exaltando a figura da princesa Isabel e sua benevolência por libertar os escravos.

A memorialista e folclorista parece ter construído para a cidade uma representação anual do ato de libertação, com a exaltação da imagem da princesa Isabel, do poder monárquico e da pacificidade dos negros diante da escravidão. Assim, esta representação e a congada se mantiveram vivas por aproximadamente vinte anos.

Hoje a Congada Mineira se apresenta anualmente na Festa de São Benedito e sai no dia 13 de maio, tendo como uma de suas bandeiras a imagem de uma mulher branca, coroada e com aura, nela escrito: "rainha Santa Izabel [*sic*]", o que nos remete à extinta Congada da Paróquia de São Benedito, como já mencionado, que também levava uma bandeira de "Santa Isabel" em seu cortejo.

Não sabemos até que grau existiu a influência de Odete Coppos sobre essas exaltações; entretanto, a narrativa construída sobre a imagem de Isabel, como redentora da abolição, percorreu o país e se tornou a leitura conveniente para a nação nascente. Coppos não cria essa ligação de dependência da congada com a princesa Isabel, mas reforça a narrativa já existente na memória coletiva do povo, mantendo viva a versão de subserviência e coisificação tão necessárias para a manutenção da elite local no poder simbólico e concreto da cidade.

Devemos considerar a narrativa da princesa Isabel como protagonista da abolição como um campo de disputas de poder, narrativa, memória e história que estiveram presentes na formação do Estado brasileiro que diante do medo da onda negra existente no país, procurou invisibilizar as lutas pela liberdade dos povos negros.

> a memória organizadíssima que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo (POLLAK, 1992, p. 204).

Assim sendo, compreendemos a valorização do tema da abolição e a sua repetição como formas de "estabelecer continuidade com um passado apropriado", de interesse das elites locais que conformavam o "seu próprio passado através da repetição quase obrigatória" (HOBSBAWN, 1997, p. 9), procurando, então, fazer as manutenções de sua história oficial que não apresentaram a escravidão como parte formadora e significativa de sua formação[6]. Além disso, é interessante pensarmos que a sociedade itapirense não rompeu com as congadas, mas parece que as adaptou, e isso nos remete a uma síntese de Eric Hobsbawn sobre os vínculos sociais existentes com os velhos costumes presentes em uma sociedade:

> pode ser que muitas vezes se inventem tradições não porque os velhos costumes não estejam mais

6 É possível encontrar em meu trabalho de mestrado uma análise a partir de documentos que consistem em registros de nascimentos, casamentos e óbitos, assim como cartas de liberdade e prestações de serviços de mulheres e homens negros que nasceram e viveram no que é hoje a cidade de Itapira. ELIAS, Cristiane da Rosa. Por uma história do negro em Itapira: antiga Vila da Penha do Rio do Peixe (1869-1888). Irati, 2020.

> disponíveis nem sejam viáveis, mas porque eles deliberadamente não são usados, nem adaptados. Assim, ao colocar-se conscientemente contra a tradição e a favor das inovações radicais, a ideologia liberal da transformação social, no século passado, deixou de fornecer os vínculos sociais e hierárquicos aceitos nas sociedades precedentes, gerando vácuos que puderam ser preenchidos com tradições inventadas. (HOBSBAWN, 1997, p. 16)

Tal passagem contribui com nossa linha de raciocínio e hipótese de que as congadas foram utilizadas pela elite local, sintetizada aqui na figura de Odete Coppos, como meio de manter os vínculos e a hierarquia racial presente na sociedade itapirense, desde os tempos da Penha do Rio do Peixe. E os pactos narcísicos da branquitude para a manutenção de seu espaço e poder na cidade também podemos enxergar ao trazermos a historicidade do livro de poemas, Juca Mulato de 1917, do modernista Menotti Del Picchia e da construção da estátua da Mãe Preta em 1985 na praça Henrique Filipe da Costa[7].

Na obra "Juca Mulato" o personagem negro, criado por Del Picchia, nasceu e viveu; como somos levador a compreender

7 Nome de um artista negro de Itapira que foi Rei Momo em São Paulo, compositor, cantor e ator de cinema, porém pouco conhecido na cidade.

com a leitura, na cidade de Itapira do pós-abolição. Juca sustenta um grande amor pela "filha da patroa" (PICCHIA, 1999), apontando o que seria uma relação interracial impossível, devidos sua imagem estar associada a animalidade, um processo de desumanização para docilização e caracterízação de sua natureza não-humana que o autor utiliza:

> ele é ágil como um poltro e forte como um touro, no equilíbrio viril dos seus membros possantes [...], e na carne da noite imerge-se e se abisma como, num peito etíope a ponta de um alfanje. Juca Mulato cisma... A natureza cisma. (PICCHIA, 1999 p. 19).

O livro de poemas, para além de representar a concepção de Del Picchia sobre a inferiorização do homem negro produzida pela escravidão, tendo como plano de fundo a cidade de Itapira, ela também, define um lugar de adoração do negro para com o branco – ou a mulher branca – e principalmente uma memória de subalternidade da figura negra.

Já quando procuramos questionar a produção de uma estátua que foi inaugurada na cidade em 11 de maio de 1985 e nela podemos ler a seguinte frase: "Mãe! Não importa a cor e a raça, você embala o berço da esperança!". Somos levados a enxergar a escravidão como algo belo destituido de críticas, pois esta sendo representado o ato de maternar. E a mulheres negras

escravizadas é colocada como cuidadora, afetuosa, sendo retirado todos os questionamentos sobre as violências de não poder maternar seus filhos, pois no "berço da esperança", nos braços da escravizada está representada uma criança branca. Cabe aqui questionar; esperança do que seria? Essa frase e a imagem foram reproduzidas em todo país no século XIX, chegando na cidade no século XX, construindo uma representação social agradável do que foi a escravidão e suas violências para a elite local.

Temos imagens naturalizantes de harmonia e submissão construídas tanto para com Juca como para a Mãe Preta, com lugares específicos para cada um deles, enquanto Juca sofre de amor pelo branco, Mãe preta doa amor e esperança para o branco. Colocando o branco dentro desse discurso como o que deve ser amado, admirado, cuidado e principalmente idolatrado.

Conclusão

Existem lacunas a serem preenchidas sobre os reinados dos congos em Itapira, e compreendemos que a sua socialização política e histórica levou Odette Coppos a uma identificação com as congadas, pois foi, uma como mencionado por Pollak uma "memória quase herdada" (POLLAK, 1992, p. 201). Foi

com a descrição de Coppos, seus levantamentos e memórias que procuramos, com os devidos cuidados, entender como ocorreram as congadas na cidade e como foram lidas e validadas pela elite local. Mesmo tendo conhecimento que a memória é seletiva e que nem tudo fica registrado, o que Coppos produziu é a melhor fonte – até o momento dessa escrita – para nos aproximar destes reinados de Itapira que são tão próximos da memória de África e, ao mesmo tempo, distantes, como também, materiais para analisarmos as diferenciações raciais existentes na cidade que sobrevivem exaltando sua harmonia.

Sendo assim, vem à memória Beatriz do Nascimento que, ao analisar o conceito de quilombo e sua resistência enquanto cultura negra recriada no Brasil, nos possibilitou perceber que a congada é um símbolo, atualmente, de resistência na cidade, mas que modificações na compreensão de seus significados no meio intelectual existiram (NASCIMENTO, 2006), e em Itapira se estruturou enquanto uma história de submissão dos congueiros e dos povos negros da cidade. Como os quilombos, as congadas, por muito tempo, foram estereotipadas e utilizadas dentro da conveniência da supremacia branca e, em Itapira, com a ajuda de Odette Coppos, em torno da abolição vista como uma dádiva de cima para baixo

que Beatriz Nascimento (2006) questionou enquanto discurso nacional de apagamento da herança negra.

As congadas de Itapira se formaram em diferentes locais da cidade ou fora dela também tiveram histórias e trajetórias distintas, mas todas tinham como objetivo a exaltação de um santo de devoção a partir da representação das memórias que os constituíam enquanto sujeitos negros. Os reinos formados principalmente pelas congadas da Embaixada, Mineira e de São Benedito foram, pelo compreendido em nossa análise, relevantes representações dos reinados dos congos na pequena cidade de Itapira, mesmo que sua história oficial não mencione nem a presença de negras e negros, e muito menos a instituição da escravidão.

Iniciamos a compreensão sobre os pactos narcísicos formados no decorrer da história de Itapira a partir de nossos olhares atentos para as congadas, a obra Juca Mulato e a estátua da Mãe Preta, pois essas memórias foram utilizadas para exaltar a branquitude e cristalizar um lugar para a elite local de poder e inquestionabilidade.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. O objeto em fuga. Algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Entendendo o folclore e a cultura popular.* Rio de Janeiro, março de 2002. Texto produzido especialmente para o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

COPPOS, Odette. *Congadas* (Folclore). Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1971.

_____. *Nasce a Congada N. S. do Rosário dos homens dos Prados*. Mafra: Composto e impresso Gráfica e Editora Nosde, 1978.

_____. *O Livro do Negro de Itapira*. Itapira: Minas Editora, 1999.

ELIAS, Cristiane da Rosa. *Por uma história do negro em Itapira*: antiga Vila da Penha do Rio do Peixe (1869-1888). Irati, 2020.

HOBSBAWM, Eric. Introdução. A invenção das Tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RAGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 7-20.

LARA, Silvia Hunold. Espetáculos negros. In: LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas:* escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 173-218.

MATTOS, Hebe. Uma experiência de liberdade. In: MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no Sudeste escravista. 3. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. p. 39-48.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultura negra. In: RATTS, Alex. *Eu sou atlântica*. Sobre a trajetória de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial, 2006. p. 117-124.

POLLAK, Michael. “Memória e Identidade Social”. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRADO, Ediano Dionísio do. *Vila Ilze*: o viver fragmentado do “bóia-fria” – um estudo sobre o cotidiano dos trabalhadores volantes de Itapira. Dissertação. Campinas, SP: [s.n.], Unicamp. 2001.

PROENÇA, Wander de Lara. Escravidão no Brasil: Debates Historiográficos Contemporâneos. *Anais eletrônicos da XXIV Semana de História:* "Pensando o Brasil no Centenário de Caio Prado Júnior”. 2007, 10 p.

SOUSA, Neuza Santos. *Torna-se negro:* as vicissitudes da idetidade do negro brasileiro em ascenção. Rio de Janeiro: Edições Grall, 1983.

SOUZA, Marina de Mello. Congadas e cristianização. In: *Reis negros no Brasil escravagista*: História da festa de coroação de Rei Congo. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

WEINSTEIN, Barbara. Introdução. In: WEINSTEIN, Barbara. *A cor da modernidade*: a branquitude e a formação da identidade paulista. São Paulo: EdUSP, 2022. p. 19-64.

Pretos do Rosário: A manifestação religiosa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy-RJ (1846-1858).

Dandara Abreu
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

Tal trabalho se justifica pela proposta de investigação acerca deste espaço religioso que imprime com clareza o que é o Brasil, ou melhor, os povos que constituem esse país plural, que compartilham de diversas crenças, culturas e costumes. Estudar as irmandades negras hoje representa um resgate do encontro entre o homem negro e o branco através da religião. A convivência forçada imposta pelo processo de escravidão fez surgir uma fusão de crenças e culturas. Mais do que pessoas partilhando uma identificação, notou-se que essas identificações podiam se sobrepor para formar uma sociedade.

O interesse por essa temática surgiu durante minha graduação em História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) quando me tornei bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET)[1] financiado pelo MEC. No PET-

[1] PET História: "Práticas de História: dos arquivos para a sala de aula". O Programa de Educação Tutorial de História da UFRRJ tem como objetivo a

História tive meu primeiro contato com fontes históricas e influenciada pela tutora do programa, a professora Dra. Fabiane Popinigis, comecei a trabalhar com alguns arquivos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy do século XIX, fornecidos pela cúria do município de Itaguaí para o programa. Meu trabalho consistia em ler, analisar e transcrever as atas e o estatuto da irmandade. Logo percebi que poderia unir o meu trabalho no PET à minha monografia, já que até então não possuía um tema definido. Rapidamente mergulhei no universo das irmandades negras e, passei a estudar religião e raça. A partir destas fontes comecei a analisar essa associação religiosa de leigos católicos, que se reuniam para promover culto à Nossa Senhora do Rosário na antiga Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy, esta irmandade era organizada em sua totalidade por negros; cativos e libertos (homens livres de cor) na região fluminense da província do Rio de Janeiro nos oitocentos.

formação de um ambiente acadêmico e pedagógico que valorize o debate teórico, a discussão historiográfica e o trabalho de produção do documento. Como bolsista do PET História, trabalhei por dois anos com História local, temática esta que abarca a região em que se encontra hoje Itaguaí e Seropédica, através disso pude ter acesso a estas fontes sobre a Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Itaguaí.

O ponto chave para mim era compreender quem eram esses agentes sociais: suas origens, grupos étnicos e as relações de sociabilidades que existiram entre os irmãos do rosário e todo o restante da população. E, então, construir o perfil social, político e econômico da população de Itaguaí do século XIX. Assim, busquei traçar como se deu a interação cultural e o controle social que se desenvolveu nesta comunidade.

O recorte temporal desta pesquisa compreende os anos de 1846 a 1858 como consta nos registros do Livro das atas da Irmandade Nossa Senhora do Rozario de Itaguahy. Quanto ao recorte espacial, tratava-se da antiga Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy que abarcava três freguesias: Freguesia de São Francisco Xavier de Itaguahy (atual Itaguaí); Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bananal (atual Seropédica) e São Pedro e São Paulo do Ribeirão das Lajes (atual Paracambi), situadas na província do Rio de Janeiro.[2]

Em síntese procurei em minha monografia compreender os processos que o negro passou desde a diáspora africana, para assim dar sentido à importância das irmandades negras. Mais do

[2] RUIZ, Ricardo Muniz. *A família escrava no Império do café* – Itaguahy – século XIX. In Encontro regional de história, 16, 2014, Rio de Janeiro. Anais do Encontro Estadual de História. Rio de Janeiro: ANPUH, 2014. p.3.

que tratar dos rituais fúnebres, as comemorações em devoção a santa padroeira, as missas e cortejos, o objetivo era demonstrar o quanto era precioso, diante de toda desumanização vivida no processo de escravidão, ser membro de uma irmandade que possibilitaria a reconquista dessa humanidade roubada. Por fim, acredito que meu trabalho de conclusão de curso se apresentou como uma humilde contribuição à história do município de Itaguaí e também para o estudo acerca das irmandades negras no Brasil.

Dando continuidade a esta pesquisa, esta tese de doutorado visa compreender a fé dos membros da Irmandade de N.S. do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy do século XIX.

Interessa-nos compreender o sagrado, os dogmas, os processos ritualísticos e, sobretudo, como se deu o encontro entre o catolicismo e os cultos africanos nesta associação.

As fontes manuscritas a serem utilizadas para o desenvolvimento desta pesquisa são: O Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Villa Galega da cidade de Lisboa do ano de 1768 e o Livro das actas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Freguezia da Villa de Itaguahy-RJ de 1846-1878, estes documentos encontram-se

respectivamente em poder da Cúria de Itaguaí e do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Irmandades no Brasil colonial

A devoção a Nossa Senhora do Rosário apareceu nos registros da Igreja Católica nos anos finais do século XIII, mais precisamente no ano de 1282, a partir da invocação do frade dominicano, São Domingos de Gusmão. Seu culto rapidamente se difundiu por Portugal, França e Espanha, regiões onde os dominicanos possuíam forte atuação.

Depois de seu aparecimento no século XIII, o culto a Nossa Senhora do Rosário ficou esquecido e só é retomado no século XVI. Neste período registra-se a chegada dos dominicanos em terras africanas para a propagação do cristianismo. Assim, o culto que já possuíam grande expressão em Portugal e também já havia conquistado alguns povos africanos, chegou ao Brasil através dos navios negreiros e sob as embarcações portuguesas.[3]

No início da colonização dos territórios dominados pelos portugueses na América a Igreja Católica na qualidade de

[3] SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. *Viagens do Rosário entre a Velha Cristandade e o Além-Mar. Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 2, 2001, p. 16

instituição não possuía condições para se impor de maneira efetiva e o Estado agia de forma a impedir que esta se consolidasse, através de legislações restritivas. De forma autônoma e espalhada as ordens religiosas, principalmente as irmandades, construíram o seu lugar no Novo Mundo e passaram a representar a Igreja Católica:

> Na realidade, apesar de suas intenções iniciais, o padroado tendeu a servir, sobretudo, de instrumento para subordinar os interesses da Igreja aos da Coroa. Nos primeiros séculos, este regalismo traduziu-se na transferência para as ordens regulares da maior parte das obrigações em relação à manutenção do culto, o que permitia a utilização da receita dos dízimos para outros fins. Já na segunda metade do século XVIII, embora a Coroa tenha valorizado o clero secular, essa política sujeitou crescentemente aos sacerdotes a condição de autênticos funcionários da monarquia. Como resultado constituiu-se uma organização eclesiástica muito dependente das autoridades civis, o que, entre outros fatores, explica o peculiar processo de cristianização a que a população foi submetida. No Brasil, a situação não se alterou com a independência, pois o Padroado foi mantido até a proclamação da república em 1889 (VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Juliana Beatriz de, Brasil de Todos os Santos, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.p. 416).

Perante todas as dificuldades colocadas pelo Estado e tendo que atender aos interesses das autoridades civis, as

instituições leigas passam a ser a melhor opção para a Igreja se estabelecer nesses novos territórios e assim cumprirem o seu papel de levar o evangelho aos pagãos. É importante ressaltar que no Brasil a construção de igrejas, algo que costumava ser marca da atuação católica, ficou a cargo das instituições leigas que possuíam grande autonomia na gestão de seus bens e rendas, que tinham origem, em sua maioria, nas doações de fiéis e em heranças recebidas de membros falecidos.

As irmandades eram regidas por estatutos, denominados por essas instituições de "compromissos", essa documentação era submetida à aprovação régia e representava um compilado de regras, direitos e deveres que os membros, denominados irmãos e irmãs, deveriam de seguir para o bom funcionamento da irmandade[4]. Ao nos aprofundar neste estudo percebemos que não é possível desvincular as irmandades e confrarias das Ordens Terceiras, assim buscaremos aqui apontar semelhanças e diferenças entre essas instituições.

Para Augustin Wernet autor de *Antigas irmandades e novas associações religiosas* (1992), podemos identificar no

[4] SIMÃO, Maristela. *As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil do século XVIII*, Itajaí, SC, Casa Aberta, 2010.p.55.

Brasil do século XVIII três tipos de organizações leigas: as Ordens

Terceiras, as Irmandades de Misericórdia e as Confrarias. As Ordens Terceiras eram corporações de leigos que se submetiam às ordens tradicionais primeiras e possuíam seus dogmas voltados para a piedade e religiosidade; as Irmandades de Misericórdia realizavam um trabalho de caridade atuavam na construção e a manutenção de abrigos para indigentes e as Confrarias eram instituições com um forte caráter religioso, prestavam culto e devoção a um santo patrono e atuavam em prol de uma melhor qualidade de vida dos irmãos, estas eram subordinadas aos seus compromissos.[5]

As irmandades e confrarias ou como também eram chamadas, ordens terceiras, certamente foram inspiradas nas associações religiosas que existiram no período medieval na Europa. Tais associações religiosas, de uma maneira geral, eram espaços no qual cristãos se reuniam para prestar culto a um santo padroeiro.[6] Nestes espaços organizavam-se manifestações de fé;

[5] WERNET, Augustin. *Antigas irmandades e novas associações religiosas*, Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica – SBPH, Curitiba, 1992.p.6.
[6] BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: Irmandades leigas e políticas colonizadoras em Minas Gerais*, São Paulo, Ed. Ática, 1986. p.23;

celebrações e festas de acordo com o calendário da Igreja Católica; procissões; missas e rituais fúnebres. As irmandades da Misericórdia além de atuarem de forma religiosa também realizavam serviços que beneficiavam a toda a sociedade como: assistência médico-hospitalar aos enfermos, o enterro dos mortos indigentes e o cuidado com os presos. Segundo Scarano, as irmandades de Misericórdia cresceram rapidamente no Brasil colonial, o que chamou a atenção das autoridades locais.[7] Kátia Mattoso ainda acrescenta que a decadência dessas corporações se deu no século XIX, a partir do momento que os poderes locais se voltaram para essas instituições com o intuito de comandá-las.[8]

Tais irmandades leigas, mesmo com suas especificidades estavam todas intimamente ligadas e incorporadas à Igreja Católica e assim tinham de seguir alguns preceitos básicos da instituição. Segundo registros do período colonial brasileiro as irmandades seguiam num primeiro momento um catolicismo tradicional, que se caracterizava por possuir um caráter leigo e

[7] SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão*: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII, São Paulo, Ed. Nacional, 1978.p.27

[8] MATTOSO, Kátia Queiros, *Bahia Século XIX:* Uma Província no Império, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992.p.400

familiar.[9] No período imperial notou-se o surgimento de um catolicismo renovado que disputou espaço com o catolicismo tradicional, e que logo veio a se estabelecer, por fim já no período republicano o catolicismo tradicional já ocupava um lugar secundário dentro da Igreja Católica e o catolicismo renovado vigorava.[10]

Dentro do estudo das irmandades nos limitaremos a compreender a dinâmica e toda a esfera burocrática das irmandades de Nossa Senhora do Rosário, mais especificamente a que existiu na vila de São Francisco Xavier de Itaguahy nos oitocentos.

A fé no rosário

O século XVI começa com dois fortes ataques à soberania da fé católica dentro da Europa: a reforma protestante e as invasões do império turco-otomano. Compreender esses dois processos nos insere no contexto histórico que ocasionou diversas transformações nas bases da Igreja Católica e nos faz entender como a devoção à Nossa Senhora do Rosário se

[9] SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão*: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII, São Paulo, Ed. Nacional, 1978. p. 15.
[10] SIMÃO, Maristela. *As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil do século XVIII*. Itajaí, SC, Casa Aberta, 2010. p.56.

fortaleceu na Europa e posteriormente se expandiu para o continente africano até alcançar o Novo Mundo.[11]

O primeiro destes ataques é a Reforma Protestante de 1517, liderada pelo até então monge agostiniano Martinho Lutero[12], que devido a grandes divergências e insatisfações com a igreja rompeu com todas as suas crenças e obrigações e fundou uma nova religião cristã, bastante semelhante com a católica, porém que atentava para as reinvindicações feitas por Lutero à igreja católica apostólica romana. Este conflito que surgiu no seio da própria igreja recaiu como um grande golpe para as autoridades católicas, sendo amenizado posteriormente com a criação do Concílio de Trento[13] de 1545-1563 convocado pelo

[11] SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. *Viagens do Rosário entre a Velha Cristandade e o Além-Mar. Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 2, 2001, p. 17.

[12] Martinho Lutero (1483-1546), foi um monge agostiniano e professor de teologia germânico que tornou-se uma das figuras centrais da Reforma Protestante. Levantou-se veementemente contra diversos dogmas do catolicismo romano, contestando, sobretudo a doutrina de que o perdão de Deus poderia ser adquirido pelo comércio das indulgências. Essa discordância inicial resultou na publicação de su as famosas 95 Teses em 1517, em um contexto de conflito aberto contra o vendedor de indulgências Johann Tetzel. Sua recusa em retratar -se de seus escritos, a pedido do Papa Leão X em 1520 e do imperador Carlos V na Dieta de Worms em 1521, resultou em sua excomunhão da Igreja Romana e em sua condenação como um fora da lei pelo imperador do Sacro Império Romano Germânico. Disponível em Acesso em: 29 de nov de 2024.

[13] O Concílio de Trento, realizado de 1545 a 1563, foi o 19º concílio ecumênico da Igreja Católica. Foi convocado pelo Papa Paulo III para assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesiástica, no contexto da Reforma

Papa Paulo III, que tinha como principal objetivo a Reforma Católica, ou seja, instituir medidas para retomar a soberania da fé católica no meio cristão e, sobretudo reconquistar fiéis e também catequisar o novo mundo atlântico.

O segundo grande ataque que a igreja enfrentou ao longo do século XVI vinha de terras distantes, do Oriente médio. O Império turco-otomano expandia-se pelo mundo e logo a Europa entrou em sua rota de conquistas. Em 1570 com a aproximação das frotas islâmicas à terras europeias que estavam sob a jurisdição do Papa Pio V, se fez necessário a instituição de um jubileu extraordinário com a finalidade de sensibilizar o mundo católico deste perigo que era uma invasão islâmica e não somente alertar, mas também preparar as frotas católicas para um futuro ataque turco.[14]

Diante do poderio militar e naval do Império Otomano, Pio V buscou alianças em toda a Europa em nome da fé cristã. Reuniram-se as repúblicas de Veneza e Genova; a Espanha com

da Igreja Católica e da reação à ivisão então vivida na Europa devido à Reforma Protestante, razão pela qual é denominado também de Concílio da Contra-reforma. O Concílio foi realizado na cidade de Trento, no antigo Principado Episcopal de Trento, região do Tirol italiano.

[14] SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. *Viagens do Rosário entre a Velha Cristandade e o Além-Mar. Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 2, 2001, p. 19.

os reinos de Sardenha, Nápoles e Sicília; Cavalheiros de Malta; o Ducado de Urbino; a Saboia; o Grão-Ducado de Toscana e os Estados Pontifícios. Países como a Alemanha (luteranos), França (calvinistas) e Inglaterra (anglicanos) decidem não se unir ao Papa, apesar de cristãos se recusaram a integrar esta cristandade por divergirem ideologicamente e, sobretudo devido a interesses particulares que cada um destes seguimentos religiosos possuía.[15]

No ano de 1571 a Liga Santa comandada por João da Áustria e coadjuvantemente por Marco Antônio Colanna reunia cerca de cinquenta mil homens e duzentos e doze navios em contrapartida o Império Otomano possuía em média noventa mil homens e duzentos e cinquenta e um navios. Com a guerra muito próxima João da Áustria reúne toda sua frota no porto da província de Messina no sul da Península Itálica na ilha de Sicília a fim de traçar estratégias para a possível batalha e de lá partiriam todos para Lepanto ao encontro da frota turca. O estopim que acelera todo este processo é a morte do representante da República de Veneza em Chipre, Marco

[15] SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. *Viagens do Rosário entre a Velha Cristandade e o Além-Mar. Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 2, 2001, p.20.

Antônio Bragantino, assassinado brutalmente pelos turcos. Assim organiza-se rapidamente a partida da frota católica em direção as águas de Lepanto.[16]

Segundo a historiadora Maristela dos Santos Simão a devoção ao rosário consta nos registros da Igreja Católica Apostólica Romana desde o início do século XII, em uma aparição ao dominicano São Domingos de Gusmão, a virgem Maria apresenta ao religioso um rosário, um cordão feito de muitas contas para ser usado como instrumento de intercessão.[17]O Papa São Pio V também dominicano assim como Domingos de Gusmão, acreditava no poder do rosário e ordenou a toda frota cristã que rezassem o rosário durante a preparação para a batalha. A vitória da frota cristã que notoriamente estavam em desvantagem não só em número, mas também em prática de guerra retoma fortemente a devoção ao rosário que por séculos ficou esquecida:

> [...] Segundo o Papa a vitória teria se dado graças à interseção da Virgem, em resposta aos Rosários a ela oferecidos. A Virgem e o Rosário – método de oração e meditação ensinado por ela

[16] SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. V*iagens do Rosário entre a Velha Cristandade e o Além-Mar. Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 2, 2001, p. 23.
[17] SIMÃO, Maristela. *As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil do século XVIII,* Itajaí, SC, Casa Aberta, 2010. p.72.

> e para seu louvor – foram, portanto, armas posteriormente usadas pela contrarreforma, buscando restabelecer um elemento de contemplação anterior nas orações dos fiéis. (VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Juliana Beatriz de. Brasil de Todos os Santos, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000. p.26).

A batalha de Lepanto não só afasta as invasões do Império Otomano da Europa como também consolida de vez a devoção ao rosário, como um instrumento poderosíssimo para os fiéis. Nossa Senhora do Rosário passa a ser a padroeira das causas humanamente impossíveis de serem resolvidas e assim ganhou devotos por todo mundo, a partir da milagrosa vitória dos católicos sob o Império Otomano. A partir disso, é instituído pelo Papa São Pio V o dia 7 de outubro no calendário católico como o dia de Nossa Senhora do Rosário, a celebração marca de vez a devoção à santa e remete ao rosário um caráter místico que posteriormente influenciará na devoção dos negros cativos e forros.[18]

No final do século XVI a devoção ao Rosário já era uma prática comum em Portugal e se consolidou com grande expressão por todo território português, chegando a edificar uma

[18] SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. *Viagens do Rosário entre a Velha Cristandade e o Além-Mar. Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 2, 2001, p. 24.

suntuosa capela na cidade de Lisboa. Registra-se neste período a chegada em números cada vez mais expressivos de africanos nas terras portuguesas principalmente em Lisboa e em outras cidades portuárias. Paulatinamente o culto ao Rosário foi se popularizando entre a população de origem africana, cativos e libertos. Já no início do século XVIII esta associação se torna indiscutível.[19]

Para o antropólogo Didier Lahon, um dos principais motivos que fizeram com que os negros se agrupassem em números expressivos nas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, foi a facilidade no ingresso. Tais associações aceitavam indivíduos de todos os tipos: pobres e abastados; cativos, libertos e livres; pretos e brancos; homens e mulheres.[20] Scarano, afirma que as populações de origem africana e seus descendentes se estabeleceram primeiramente nas irmandades edificadas pelos dominicanos e depois passaram a se organizar de forma autônoma:

[19] SIMÃO, Maristela. *As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil do século XVIII*, Itajaí, SC, Casa Aberta, 2010. p. 72.
[20] LAHON, Didier. *O negro no coração do império: Uma memória a resgatar, Séc. XV-XIX, Lisboa:* Secretariado Coordenador dos programas multiculturais/Ministério da Educação, 1999. p. 59-60.

> A Igreja, no seu esforço para integrar o africano recém-chegado numa sociedade católica e branca, atraiu-o para as Irmandades mais capazes de interessá-los. Talvez o proselitismo dominicano tenha sido mais eficaz, levando os negros a preferirem as associações que estes frades mantinham em seus conventos. Esse contato religioso serviu para estabelecer certa coesão entre brancos e pretos ligando-os através das mesmas crenças, ainda quando fossem, em muitos casos, forçadas e superficiais. (SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*, São Paulo, Ed. Nacional, 1978.p. 40-41).

As populações de origem africana realizaram o culto a Nossa Senhora do Rosário, num primeiro momento juntamente com os brancos e a partir do século XVII, organizaram suas próprias irmandades. Os motivos que levaram homens e mulheres negras a optarem pelo culto a Nossa Senhora do Rosário podem ser variados. O historiador José Ramos Tinhorão, em sua obra "Os negros em Portugal: Uma presença silenciosa" aponta o surgimento da primeira irmandade negra de Nossa Senhora do Rosário em Portugal, em meados do século XVII no Convento de São Domingos:

> As disputas vinham a mais de vinte anos, e sempre provocadas pela insistência dos negros de se firmar, inclusive perante as autoridades e lei que até contra este convento e padres trazem desinquietados com demanda e desobedecendo-

> lhes e dando jurisdição desta confraria as justiças seculares, o seu direito de participar da Confraria de Nossa Senhora do Rosário ao lado dos irmãos brancos, ou ao menos paralelamente a eles, ao preço da separação numa segunda congregação, como acabou acontecendo. (TINHORÃO, José Ramos. Os negros em Portugal: Uma presença silenciosa, Lisboa, Ed. Caminho, 1988. p.131).

No século XVIII, a devoção a Nossa Senhora do Rosário já havia se consolidado em Portugal, e as irmandades negras dedicadas a santa conquistaram o seu espaço. A Igreja Católica e o Estado se beneficiaram disso, com a edificação das irmandades negras dois problemas eram solucionados: o descontentamento dos brancos em terem de conviver com os negros dentro das irmandades e a catequização dos povos africanos e seus descendentes.[21]

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da vila de São Francisco Xavier de Itaguahy A estrutura do compromisso

As irmandades seguiam um modelo determinado pelo Estado, seja português ou brasileiro. Em ambos os casos o rigor na maneira de vigiar e controlar as irmandades deve-se, principalmente, ao medo que rondava a mente da sociedade

[21] SIMÃO, Maristela. *As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil do século XVIII*, Itajaí, SC, Casa Aberta, 2010. p.74.

escravista brasileira. Seja colonial ou imperial, a sociedade temia que viesse a ocorrer no Brasil o mesmo que ocorreu no Haiti entre os anos de 1791 à 1804, uma revolução negra contra o sistema escravista que culminou na independência do Haiti, tornando-o a primeira república governada por pessoas de ascendência africana. As irmandades aceitavam cativos em seu interior e, ressaltavam em seus estatutos que todo pretendente a membro que se encontrava na condição de cativo deveria de se apresentar a mesa administrativa da irmandade sob a autorização de seu proprietário, até mesmo porque estes seriam responsáveis pelo pagamento das anuidades.[22]

Estes compromissos seguiam um padrão, eram documentos oficiais que no período da colônia eram apresentados ao rei e no período do império, ao Presidente de Província, por meio de Assembleia Legislativa Provincial. As ordens de Compromisso das irmandades brasileiras, em especial, as de negros, possuíam a mesma apresentação oficial.

[22] ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. *Irmãos de cor e de fé: irmandades negras na Parahyba so século XIX*. João Pessoa, 2006. p.43.

Pautavam-se nos estatutos da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa.[23]

De maneira geral, os compromissos parecem ter tido uma base única, seguindo os moldes das primeiras associações leigas que surgiram na Europa. O que poderia ocorrer eram algumas pequenas alterações para melhor se adequar as condições locais impostas a irmandade.

O compromisso que analisamos nesta pesquisa foi escrito no século XVIII no ano de 1768 para a Irmandade de Nossa Senhora do Rozario de Villa Galega na cidade de Lisboa e posteriormente já no século XIX foi utilizado pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy, na Capitania do Rio de Janeiro.

[23] RUSSEL-Wood, A. J. R. *Escravos e Libertos no Brasil Colonial. Tradução: Maria Beatriz Medina* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.193

Ilustração 1: Contracapa do Compromisso da Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Villa Galega.



O Compromisso escrito para a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Villa Galega na cidade de Lisboa do ano de 1768 e o Livro das actas da Irmandade de N.S. do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy de 1846-1878 são nossas principais fontes para que possamos compreender a organização e intenção da Irmandade de N.S. do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy.

Referencial Teórico

Os estudos do campo da religião que abordam esta convergência cultural e religiosa apontam para uma área da historiografia brasileira muito rica e complexa dada as variações que nascem a partir desta interação na América colonial portuguesa. As irmandades negras além de serem plurais entre si, de acordo com o santo de sua devoção, formaram um ambiente facilitador para o florescimento de diversas manifestações culturais e religiosas que estão presentes ainda hoje na cultura regional e popular como os chamados "festejos de negros"; a congada, o reizado, o batuque, a prática de terreiro e o surgimento dos primeiros candomblés nestes espaços. Assim, a partir deste contato entre o que é próprio do negro frente ao que há de mais branco e europeu (eurocentrismo) surgem conceitos como miscigenação cultural, aculturação, sincretismo e transculturação a fim de compreender e nomear tal imbricação.

Na década de 70 os intelectuais Sidney Mintz e Richard Price publicaram um ensaio que impactou toda uma geração de pesquisadores da cultura afro-americana.[24] A partir de trabalhos

[24] Sidney Mintz e Richard Price, *The birth of African-American culture, an anthropological perspective*, Boston, Beacon Press, 1992.

de campo realizados no Caribe e no Suriname os autores pautaram-se na ideia de "crioulização" para formularem compreensões acerca das novas culturas e identidades que passam a ser percebidas a partir da inserção dos africanos nas Américas.

Segundo os autores a identidade nacional que vai começar a ser construída no Novo Mundo é o produto das diversas etnias de africanos traficados se encontrando e das limitações impostas pelo processo de escravidão que força uma adaptação àquele novo contexto, o mesmo se viu refletir no âmbito religioso.

Assim, direcionaremos nossos esforços para compreender a relação que se estabeleceu entre africanos escravizados e seus descendentes nas Américas com a religião imposta pelo colonizador. Buscamos aqui não nos limitarmos no campo da História das religiões e sim traçar uma discussão sobre como o negro reagiu a essa religião que lhe foi imposta. Ao longo do tempo a palavra religião ganhou diversos significados e foi definida por ciências distintas como a psicanálise, a política e a sociologia que buscaram a partir de seus pilares teórico-metodológicos desvendarem o que há entre o sagrado e o profano:

> Para Durkheim toda religião é uma cosmologia e, como fator essencial de organização e funcionamento das sociedades primitivas, seria a base de toda a vida social; para Weber uma forma entre outras dos homens se organizarem socialmente; para Gramsci um tipo determinado de visão de mundo que se situa entre a filosofia (religiosidade dos intelectuais) e o folclore (religiosidade popular), não desligando-se, portanto, das estratégias de poder que organizaram diferentemente as sociedades; para Lévi-Strauss, baseando-se no "pensamento selvagem", a religião pode ser definida como uma "humanização das leis naturais, um antropomorfismo da natureza"; para Freud uma ilusão coletiva, cujo objetivo é dominar o sentimento de impotência que todo homem experimenta frente às forças hostis; para Eliade a referência primordial, o sistema de mundo das sociedades tradicionais, berço privilegiado do "homo religiosus" (HERMANN, 1997, p. 337-338).

A historiadora Naiara Alves afirma em seu texto *Irmãos de cor e fé: irmandades negras na Parahyba do século XIX* (2006), que por muito tempo no campo da história das religiões acreditou-se que o método perfeito para o estudo das religiões, era aquele que se utilizava de comparações para assim produzir questionamentos e conclusões, mas, posteriormente "notou-se que os pesquisadores que se utilizavam deste modelo acabavam

procurando por uma religião primordial".[2525] Tal método é considerado, por grande parte dos historiadores atualmente, como algo pouco eficaz e, nota-se que diante de uma diversidade temática e com inúmeras áreas dentro da história das religiões é muito mais coerente se trabalhar com uma diversidade teórico-metodológica do que se ater a um único método.

Entre os clássicos da História das Mentalidades no Brasil, está o livro de Laura Melo e Souza, O diabo e a terra de Santa Cruz (1993). Seu trabalho em termos metodológicos utilizou-se das contribuições historiográficas mais recentes no campo das religiosidades populares, procurando compreender as práticas religiosas que se construíram na colônia, com a colaboração de experiências diferenciadas.[26]

Outro autor importante para a historiografia que pensou questões relacionadas à religião e se pautou em hipóteses levantadas pela sociologia para compreender a relação do negro com a religião nas Américas foi Gilberto Freyre. No que tange

[25] ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. I*rmãos de cor e fé: irmandades negras na Parahyba do século XIX.* João Pessoa, 2006.p.28.

[26] SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

as irmandades, Freyre observou que estas instituições representavam um lugar de resistência cultural, onde os negros usavam da autorização dada pela Igreja e pelo Estado para manter suas práticas culturais e seus rituais religiosos que na visão do europeu haviam sido deixados para trás nos portos africanos. Freyre ainda afirma que os negros substituíram de forma proposital o Deus cristão e os santos católicos pelas entidades dos cultos africanos e aponta que não houve traços de sincretismo neste processo.[27]

Metodologia

A metodologia a ser utilizada para analisar tais fontes é a etnografia documental, tendo em vista o tipo de documentos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy que optamos por analisar: o "Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Francisco Xavier de Itaguahy" e o "Livro das actas da Irmandade de N.S. do Rozario da Freguezia da Villa de Itaguahy" de 1846-1858, por serem fontes muito extensas e ricas

[27] ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. *Irmãos de cor e fé: irmandades negras na Parahyba do século XIX*. João Pessoa, 2006.

em detalhes, julgo que a etnografia de arquivos cumprirá bem esse papel enquanto método de análise.

Referências

ALVES, Naiara Ferraz Bandeira. Irmãos de cor e fé: irmandades negras na Parahyba do século XIX. João Pessoa, 2006.

Encontro Estadual de História. Rio de Janeiro: ANPUH, 2014.

HERMANN, Jacqueline. "História das Religiões e Religiosidades". In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LAHON, Didier. O negro no coração do império: Uma memória a resgatar, Séc. XV- XIX, Lisboa: Secretariado Coordenador dos programas multiculturais/Ministério da Educação, 1999.

MINTZ, Sidney e PRICE, Richard. The birth of African-American culture, an anthropological perspective, Boston, Beacon Press, 1992.

RUIZ, Ricardo Muniz. A família escrava no Império do café – Itaguahy – século XIX. In ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 16, 2014, Rio de Janeiro. Anais do

SCARANO, Julita. Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII, São Paulo, Ed. Nacional, 1978. SIMÃO, Maristela. As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil do século XVIII, Itajaí, SC, Casa Aberta, 2010.

SIMÃO, Maristela. Lá vem o dia a dia, lá vem a Virgem Maria, agora e na hora de nossa morte: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos em Desterro (1860-1880), Itajaí, SC, Casa Aberta, 2008.

SOARES, Mariza de Carvalho. Devotos da Cor: Identidades étnicas e religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Marina de Mello. “Catolicismo negro no Brasil: Santos e Minkisi, uma reflexão sobre miscigenação cultural”. Afro-Ásia, 28, 2005.

VAINFAS, Ronaldo; SOUZA, Juliana Beatriz de. Brasil de Todos os Santos, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

WERNET, Augustin. Antigas irmandades e novas associações religiosas, Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica – SBPH, Curitiba, 1992.

Entre críticos e apoiadores: O jornal *La Nación*, imprensa chilena e a disputa pela hegemonia durante o Governo da Unidade Popular (1970-1973)

Daniel Amado Rodriguez Morales
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

Assume El Gobierno del Pueblo, A vitória de Salvador Allende nas eleições de 1970

A vitória de Salvador Allende nas eleições presidenciais de 1970, deram início a um novo momento na vida política e social, do Chile. O triunfo do candidato da Unidade Popular, foi o começo de um novo país que sonhava com a "via chilena para o socialismo", através de um governo que tinha como projeto superar o capitalismo, pela via democrática. Após derrotar o candidato da direita, Jorge Alessandri, Allende foi eleito presidente do Chile e anunciava a revolução que estava por vir.

A manchete do periódico *La Nacion: Assume El Gobierno del Pueblo*, do dia 4 de novembro de 1970 (*La Nacion*: 4 de nov. de 1970*)*, ressaltava o compromisso do *compañero presidente* com as camadas populares, além de enfatizar a

importância histórica da vitória de Allende para as classes populares. Um governo que chegou a *La Moneda*, com o compromisso de colocar os trabalhadores das fabricas e do campo e as classes mais marginalizadas como protagonistas da vida política chilena. Logo em seu discurso da vitória, em setembro daquele mesmo ano, Allende já deixava claro este compromisso com o povo do Chile:

> Devo este triunfo ao povo do Chile, que entrará comigo no Palacio de La Moneda no dia 4 de novembro. A vitória alcançada por vocês tem uma grande e profunda significação nacional. Declaro daqui, solenemente que respeitarei os direitos de todos os chilenos. Mas também declaro, e quero que saibam definitivamente, que ao chegar ao Palacio de La Moneda, sendo o povo governo, cumpriremos o compromisso histórico que fizemos de transformar o programa da Unidade Popular em realidade. (Discurso da vitória de Salvador Allende em 5 de setembro de 1970).

Todavia, a tarefa de Allende não era nada simples, além das dificuldades e desafios naturais de um governo que carregava consigo a proposta de um novo país, Salvador Allende desde as eleições sofreu com a forte oposição da direita, que fez de tudo para que o candidato da Unidade Popular não tomasse posse.

Se por um lado o *La Nación* foi um dos principais defensores do projeto da via chilena no Governo Allende, outros periódicos como por exemplo o Tribuna e principalmente o *El Mercurio*, e entre outros jornais, faziam grandes criticas ao Governo e algum deles, como o caso do *El Mercurio*, foram um dos principais articuladores para o golpe do dia 11 de setembro de 1973, criando um ambiente de terror e de caos social.

A pesquisa de dissertação de mestrado que se encontra em seu início, irá buscar analisar o papel do jornal *La Nación*, para principalmente contrapor os outros periódicos chilenos, principalmente o *El Mercurio*, buscando entender qual foi o papel do periódico na defesa do Governo de Salvador Allende e do projeto da Unidade Popular.

***La Nación*: A voz do Governa na imprensa**

O *La Nacion*, surgiu como um empreendimento privado de Eliodoro Yáñez, Augusto Bruna e Alfredo Escobar, políticos de filiação liberal, que pretendiam criar um jornal que rivalizasse com o *El Mercurio*. Em 1927 o periódico foi estatizado no governo de Carlos Ibañez del Campo e com isso se tornando um órgão oficial do governo.

Com isso o *La Nación* no período do governo da Unidade Popular, tinha seus editores escolhidos pelo governo, como ocorreu no caso de diretor do jornal Oscar Waiss, escolhido pessoalmente por Salvador Allende. (DOS SANTOS,2016: p.311) Emmanuel dos Santos aborda que a comparação entra *El Mercurio* e *La Nacion*, permite observar como que a imprensa período do Governo de Salvador Allende, operava principalmente a partir de uma lógica de procurar todas as áreas da vida social:

> Ficou evidenciada a importância da imprensa para as disputas política-ideológicas do período e vieram à baila questões referentes à liberdade de imprensa no processo de realização da "via chilena". Ao mesmo tempo, ficou nítido em *La Nación* as dificuldades do governo para desenvolver instrumentos eficazes para a circulação de seus pressupostos ideológicos e fim de fazer frente ao poderio das grandes empresas de comunicação vinculadas a oposição. (SANTOS, 2016, p.311).

O *La Nación* Possuía em suas capas manchetes que destacavam e celebravam o Governo da Unidade Popular. Todavia, o periódico não só apenas enaltecia os feitos de Salvador Allende na presidência e legitimar a "via chilena", mas também cumpria o papel de denunciar os movimentos golpistas,

dentro do Chile, seja pelas classes médias e dominantes, empresárias, militares e até mesmo pela própria imprensa.

O jornal em suas capas sempre buscava destacar as conquistas da Unidade Popular e exaltar a imagem do presidente Salvador Allende, além de destacar aproximação do Chile com países socialistas como China e Cuba. Na edição de 2 de janeiro de 1971, ano em que Allende inicia seu Governo, o jornal destaca em sua capa: *1971: AÑO DEL NUEVO CHILE,* chamando a atenção para o começo do Governo da Unidade Popular. Na mesma capa, o jornal também destaca o aniversário da Revolução Cubana que foi celebrado na cidade chilena de Caupolicán, no dia primeiro de janeiro, data que ocorre a revolução cubana, além de uma foto de Fidel Castro, com a legenda: *Fidel Castro: su revolución está hoy de cumpleãnos.* (*La Nación,* 2 de janeiro de 1971).

Toda essa abordagem apresentada pelo jornal logo nos primeiros dias do Governo de Salvador Allende, possibilita observar que o *La Nación* não só defendia o Governo da Unidade Popular e exaltava a imagem de Allende, mas também demostrava apoio a outros governos socialistas, que eram alinhados políticos da UP.

Segundo o site da Cultura digital udp, após o golpe militar, o *La Nación* deixou de circular e foi substituído pelo jornal *La Patria,* este supervisionado pela Associação chilena de jornalistas. Em 1990, com o retorno da democracia no Chile, o jornal voltou a circular com uma nova administração, coincidindo com o início da presidência de Patricio Aylwin.

Neste novo momento, *La Nación,* tornou-se uma empresa de capital aberto chamada de *Empresa periodística La Nación,* onde 51 % das ações pertenciam ao Estado e o restante ao capital privado. Em 2010, *La Nación* lançou sua versão digital com seções impressas, mas também disponíveis online. A última edição impressa de *La Nación* foi no dia 19 de dezembro de 2010, depois do jornal ter sido leiloado pelo Governo chileno e adquirido pela *Universidad Diego Portales*. (CULTURA DIGITAL UDP, Acessado em novembro de 2025).

Os periódicos de oposição

Dentro da imprensa de oposição ao Governo de Salvador Allende, outros jornais se destacavam como o *La Segunda, La Tercera, Tribuna,* mas foi *El Mercurio* o periódico que foi uma das principais forças de oposição contra o Governo de Allende, sendo um dos principais articuladores na tentativa de

enfraquecer o Governo da UP e contribuir para possibilidade do golpe.

Entre esses jornais que faziam oposição ao Governo Allende, o *El Mercurio* era o que mais se destacava. Se por um lado o *La Nación* era um forte jornal de apoio, quase que um porta voz do Governo de Salvador Allende, o *El Mercurio* era uma das principais vozes da oposição reacionária. Financiado pelo capital norte americano, o *El Mercurio* desde os seus primeiros anos se tornou o principal veículo de comunicação no Chile, e devido a estar ligado a grupos empresárias dos Estados Unidos, desde seus primeiros anos esteve ligado aos interesses do capital estrangeiro.

Durante o período do Governo de Salvador Allende, *El Mercurio* buscou em todo tempo o desestabilizá-lo, sendo um dos principais articuladores na busca de derrubar o Governo da UP.

Entre as edições investigadas até o momento, a do dia 30 de agosto de 1973, foi uma das que chamou mais atenção. Visto que o jornal disponibilizou toda página 7 para uma carta aberta da *Federacion De Estudiantes Universidad Católica de Valparaiso* (FEUC-V), que pedia a renúncia do Presidente Salvador Allende.

Na carta, a Universidade alegava que a institucionalidade chilena foi quebrada definitivamente, e apontando para que houvesse uma nova institucionalidade com a renúncia de Allende (*El Mercurio,* 30 de agosto de 1973). Tal carta presente no periódico possibilita uma reflexão do que era entendido como institucionalidade e democracia, pelos jornais que faziam oposição ao Governo de Allende.

O jornal *Tribuna*, era outro periódico que fazia uma forte oposição, ao Governo da Unidade Popular. Ligado ao Partido Nacional, a maior força política da direita no período e que circulou de 1971 a 1973, diferente do *El Mercurio,* o *Tribuna* possuía uma linguagem mais agressiva e direta contra o Governo de Salvador Allende, que era chamado pelo jornal de "regime marxista".

Seu lema "O jornal que não transige com os inimigos do Chile", já demonstrava o tom agressivo do jornal que acusava o Governo de Salvador Allende de levar o país ao caos, ao comunismo e causar a desordem social.

Tanto *El Mercurio* quanto o *Tribuna*, buscam apontar para o Governo de Salvador Allende como antidemocrático que rompeu com a tradição da institucionalidade no Chile.

Este posicionamento destes periódicos de oposição é interessante para que fosse observado o que estes jornais que se articularam pelo golpe de 11 de setembro de 1973 entendiam como democracia.

Metodologia

A metodologia escolhida para a dissertação de mestrado, é a análise de periódicos. Tania Regina de Luca, aborda que a partir da chamada História Nova, que ocorre na terceira geração da escola dos Annales, acontece uma renovação, um alargamento que foi imediatamente perceptível pelos títulos das pesquisas que inclui uma série de temas que antes eram ausentes no território dos estudos históricos. (DE LUCA, 2005: p. 113)

Além disso, a historiadora aborda que uma renovação dentro do campo marxista com a *New left review*, muito presente nos estudos de Eric Hobsbawn, Christopher Hill, Perry Anderson, Raymound Williams e principalmente E.P Thompson, que abandona uma ortodoxia economicista e reconhece a importância de elementos culturais, que não eram mais vistos como reflexos da realidade mais profundas, e a grande "revolução" de Thompson ao propor que fosse adotado

uma perspectiva dos vencidos, a história vista de baixo. (DE LUCA, 2005: p. 113)

O estudo da imprensa, possibilitou ao historiador investigar temáticas que por muito das vezes não se colocava em disposição em outras fontes. Com a consolidação e o reconhecimento da imprensa como fonte de pesquisa na terceira escola dos *Annales*, este grupo propôs a inauguração de novas perspectivas para análises históricas onde as temáticas passaram a incluir "o inconsciente, o mito, as mentalidades, as práticas culinárias, os corpos, as festas, os filmes, os jovens as crianças, mulheres, questões do cotidiana e entre outras questões que antes não estavam tão presentes nas pesquisas históricas. (LUCA, 2005, p. 113)

Além dessas novas perspectivas para a investigação histórica e a abordagem marxista, liderada principalmente por E.P. Thompson, uma outra característica importante foi o desenvolvimento da chamada "História Cultural", "História imediata" e "história política", que trouxeram inovações para historiografia, com perspectivas abrangentes para o estudo histórico.

> Os debates ultrapassaram as fronteiras dos novos objetos, abordagens e/ou problemas e

> introduziram outras fissuras no trato documental. Como assinalou o historiador Antoine Prost, alterou-se o modo de inquirir os textos, que "interessara menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam" e, poderíamos completar, também pelo inédito, pelas zonas de silêncio que estabelecem. (LUCA, 2005, p. 114).

O texto de Tânia de Luca, apresenta as grandes colaborações do estudo da imprensa na investigação histórica. A história contada a partir dos vencidos, além de novas perspectivas para historiografia, fizeram com que o historiador pudesse se debruçar mais no que se dizia respeito maior para acontecimentos do cotidiano, subjetividades e representações e linguagens que formaram uma certa época.

Para esta dissertação de mestrado a metodologia usada será principalmente as capas dos jornais, tanto do *La Nación* como para os outros jornais que faziam a oposição ao Governo da Unidade Popular.

Todavia, será buscado também matérias que mostram a visão dos periódicos, na procura de entender tanto que o jornal ligado ao Governo de Salvador Allende como os que faziam oposição entendia como democracia.

Conceito teórico: A disputa pela hegemonia na imprensa

Para analisar as disputas no campo da imprensa, um dos conceitos que serão usados será o de hegemonia do italiano Antoni Gramsci. Gramsci relata que a *hegemonia* é obtida e consolidada em embates que comportam questões, não somente ligadas a economia e a organização política, porém também está relacionada ao plano ético-cultural, a expressão de saberes, práticas, modos de representação e modelos de autoridade que procuram se legitimar e se universalizar. (DE MORAES, 2010: p.55)

O conceito de hegemonia nasceu no seio de uma tradição marxista para que fosse pensado as diferentes configurações sociais que se apresentavam em diferentes pontos no tempo e no espaço. (ALVES, 2010: p.71) Este conceito propõe uma nova relação de estrutura e subestrutura e busca se afastar da determinação da primeira sobre a outra, apresentando a centralidade das subestruturas ao analisar as sociedades avançadas. (ALVES, 2010: p.71)

Alguns trabalhos que trabalham o conceito de hegemonia de aparelhos privados de hegemonia com a imprensa, buscaram abordar como que a chamada "grande imprensa" constrói um consenso forjado de hegemonia. O historiador Francisco

Fonseca, talvez apresente um dos trabalhos mais relevantes na abordagem do conceito gramsciano com a questão da imprensa.

Em "O Consenso Forjado: A Grande Imprensa e a Formação da agenda ultraliberal no Brasil", Francisco Fonseca aborda como que jornais ligados a classe dominante como *O Globo, Jornal do Brasil, Folha de S. Paulo e o Estado de São Paulo*, ajudaram na ascensão do neoliberalismo do Brasil. Entendo que estes periódicos funcionavam como aparelhos privados de hegemonia e que como um agente político e ideológico (FONSECA, 2005, p.30)

> Afinal, a imprensa é uma das instituições mais eficazes na inculcação de ideias que tange a grupos estrategicamente reprodutores de opinião -, caracterizando-se (seus órgãos) como fundamentais *aparelhos privados de hegemonia* – isto é, entidades voltadas à propagação de idéias tendo em visto a obtenção da hegemonia. (FONSECA, 2005, p.30).

Felipe Basso, observa que o período de 1970 a 1973, apresenta uma grande disputa pela hegemonia, que atinge várias esferas da sociedade civil, principalmente com grandes articulações de agentes do poder privado que se movimentava para que seus interesses fossem contemplados por boa parte da população, que por sua vez era convencida que a narrativa pregada pela oposição era a verdadeira. (BASSO, 2023: p.142)

E por outro lado, apesar da ascensão da Unidade Popular, faltou uma certa organização ideológica que acabou afetando não somente os planos do Governo e a "*via chilena*", mas que também afetou outas áreas como a comunicação:

> Apesar de demostrar o comprometimento do governo para com a inovadora "via chilena", sua legitimidade e integridade democrática, e sua estrutura pluralista, a imprensa "oficial" e a favor de Allende não conseguia cativar e expandir o apoio sólido ao governo para além do operariado de das classes baixas, o que fez com que as direitas chilenas conseguissem pavimentar a via para o golpe militar. (BASSO, 2023, p. 142).

A citação acima, permite a reflexão de como que o discurso hegemônico era o da oposição ao Governo Allende. Ou seja, o discurso dos periódicos e da imprensa ligada aos interesses capitalistas. Por outro lado, permite também refletir sobre uma falta de articulação do próprio Governo da UP que acabava dialogando mais com a classe trabalhadora e que acabou "pecando" na falta de articulação com outros setores da sociedade chilena.

Pode se observar a disputa entre *La Nación* e os jornais de oposição, principalmente *El Mercurio*, através do conceito de hegemonia cultural de Antoni Gramsci. Gramsci aborda que a

classe dominante consegue manter seu poder não somente pela força, mas também hegemonia cultural, sendo a capacidade de moldar o senso comum, as ideias e os valores da sociedade fazendo com que seus interesses pareçam de todos.

O *El Mercurio* usava da sua influência para construir um "Senso Comum" Anti-Allende, por via de suas notícias, editorias e opiniões, o periódico buscava construir um senso comum de que o Governo da Unidade Popular seria um total fracasso, caótico e que tomava medidas que prejudicava os interesses do Chile. Uma construção ideológica que visava minar o Governo de Allende, o apoio popular e legitimar sua oposição. Emmanuel dos Santos diz que:

> É perceptível a significativa influencia e importância política desempenhada por *El Mercurio* na preparação e articulação do golpe. A contribuição discursiva do jornal para ruptura democrática se deu principalmente ao contribuir intensificar a polarização política do país. Para isso produzindo editorias e notícias que amplificavam os problemas socias, ações territoriais, e um discurso cuja intenção era deslegitimar o governo da UP, ao, mesmo tempo em que consagrava aos militares o papel de salvaguardar o país do "caos" e da "ameaça marxista." (SANTOS, 2020, p. 289).

Por sua vez, o *La Nación*, como um periódico estatal, e representava uma busca do Governo Allende de construir e

manter a hegemonia em volta do seu projeto político. Destacando os avanços socias, as reformas e a visão de um novo país, através da "via chilena para o socialismo", o jornal buscava promover as políticas do Governo da Unidade Popular. Sobre o *La Nación*, Emmanuel dos Santos diz que:

> De certa forma o jornal, nas conjunturas de maior radicalização, acabou por atuar como um instrumento político das posições de Allende em seu enfrentamento às críticas de outros setores das esquerdas. Isso em prejuízo de expressar a rica criatividade política do período, que superava a superestrutura política e originava novas formas e práticas de poder popular. (SANTOS, 2020, p. 290).

Os relatos sobre o *La Nación* e os jornais de oposição, principalmente o *El Mercurio*, feitos por Emannuel dos Santos permite uma nova análise sobre a disputa hegemônica dos periódicos chilenos. Os relatos nos permitem observar que a disputa hegemônica era principalmente uma disputa ideológica, durante os anos do Governo de Salvador Allende.

Objetivos da pesquisa

O trabalho de dissertação presente, possui o objetivo de investigar a participação do periódico *La Nación*, como fonte central para esta pesquisa, e seu papel na defesa do Governo de

Salvador Allende e a legitimação a "via chilena", se contraponto a outros periódicos que estão disponíveis para pesquisa que na época criticavam de diferentes formas o Governo da Unidade Popular.

Como a pesquisa ainda se encontra em estágios iniciais, ainda falta definir seus os objetivos específicos, que será analisada perante a disponibilidade das fontes, porém buscando ter o *La Nación* como a fonte principal para esta dissertação de mestrado.

Possivelmente, outros periódicos como o próprio *El Mercurio*, devem aparecer e serem investigados, nesta pesquisa, todavia o foco principal será o jornal *La Nación* e seu papel na defesa do Governo do presidente Salvador Allende e sua defesa da "via chilena".

Diferente da pesquisa de Emmanuel dos Santos que faz uma grande comparação entre o *La Nación* e o *El Mercurio*, a pesquisa presente e que se encontra em seu início, terá o periódico que apoiava o Governo Allende como o principal foco e ao invés de abordar a disputa dos dois jornais, entender como o que o *La Nación* possuía um papel importante na defesa do Governo da Unidade Popular.

Fontes

As fontes usadas para esta pesquisa de dissertação de mestrado se concentram principalmente nos periódicos encontrados no encontrados na página “cultura digital udp” da *Universidad Diego Portales* de Santiago, capital do Chile. O site possui uma vasta coleção digitalizada do periódico *La Nación*, com edições do periódico desde seu início indo até quando foi fechado pela ditadura militar chilena.

A investigação das fontes foca nos momentos mais marcantes do Governo Allende, analisando como que o *La Nación* exaltava o Governo e os feitos da Unidade Popular como a nacionalização das fábricas, nacionalização dos bancos, do cobre e também como que este periódico denunciava a oposição de direita e as articulações para construção do golpe.

A análise dos outros periódicos será mais focada nas capas dos jornais que faziam críticas ao Governo Allende, que estão presentes também no site da cultura digital UDP, na coleção Patrício Silva, professor de Ciências Políticas da Universidade de Leiden, Holanda, em 2022, contendo periódicos de agosto de 1973 até setembro daquele mesmo ano.

A coleção contém exemplares dos seguintes jornais: *El Mercurio de Santiago, La Segunda, La Tercera, ¡Puro Chile! El*

Siglo e La Tribuna. A digitalização desses periódicos foi uma ação do site da cultura digital udp em memória dos 50 anos do golpe militar no Chile.

Conclusão

Em suma, o artigo presente buscou fazer uma breve apresentação do que se pretende investigar na dissertação de mestrado. É que o percurso ainda é longo e que o projeto pode passar por ajustes, especialmente em relação ao acesso e à disponibilidade das fontes.

Todavia, este breve estudo abordou a importância de se debruçar sobre o papel da imprensa e dos periódicos nos mil dias do Governo de Salvador Allende. Procurando construir diálogos com as bibliografias aqui abordadas e outras que se juntarão a pesquisa, para que seja feita com excelência a investigação do impacto dos jornais mencionados no Governo da Unidade Popular.

Em tempos em que a imprensa ganha vem ganhando tanta força como um agente influenciador na construção de uma hegemonia política, estudar seu papel no passado se torna cada vez mais relevante, nos ajudando a entender seu papel como um agente político.

Referências

ALLENDE, Salvador. *A Revolta Desarmada:* Discursos de Salvador Allende. Ubu editora, tradução: Emerson Silva, São Paulo, 2022.

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova*: Revista de Cultura e Política, p. 71-96, 2010

BALDI, Luiz Agostinho de Paula. A categoria ideologia em Marx e a questão da falsa consciência. *Revista Katálysis*, v. 22, n. 03, p. 631-640, 2019.

BASSO, Felipe. Hegemonia Comunicacional: Disputas discursivas na imprensa chilena durante o governo Allende até o golpe militar de 1973. *Revista Histórias Públicas* 1.1 (2023): 122-145.

EL MERCURIO: 30 de agosto de 1973. Cultura digital udp. Disponível em: https://culturadigital.udp.cl/documento/el-mercurio-42/. Acessado em 13 de novembro de 2025.

FONSECA, Francisco. "Introdução"; Forjado o consenso ultraliberal: a moratória, a Constituinte e a 'tendência internacional inescapável'". *O consenso forjado*. A grande imprensa e a formação da Agenda Ultraliberal no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2005, pp: 27-46; 193-272; 441-461.

LA Nación Jornais Compay S.A. Cultura digital *Universidad Dieogo Portales*. Disponível em: https://culturadigital.udp.cl/autor/empresa-periodistica-diario-la-nacion-s-a/. Acessado em 13 de novembro de 2025.

LA NACIÓN: 2 de janeiro de 1971. Cultura digital udp. Disponível em: https://culturadigital.udp.cl/index.php/lanacion/la-nacion-19262/. Acessado em 9 de setembro de 2025.

LA NACIÓN: 4 de nov. de 1970. Cultura digital udp. Disponível em: https://culturadigital.udp.cl/index.php/lanacion/la-nacion-18664/. Acessado em 8 de setembro de 2025.

LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: História do nós e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi, et al. *Fontes Históricas.* São Paulo: Editora Contexto, 2005.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates* 4.1, 2010.

Muere en Chile a los 103 años Víctor Pey, refugiado español amigo de Allende». El Diario. 6 de outubro de 2018. Disponível em: https://www.eldiario.es/politica/muere-chile-victor-pey-allende_1_1902810.html. Acesso em 10 de maio de 2025.

PACHECO, V.; E. MENEZES. A influência da mídia na ditadura chilena: Clarín e El Mercúrio sob a perspectiva dos aparelhos ideológicos de estado. *Intercom*. XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. 2015.

SANTOS, Emannuel dos. "Os Jornais El Mercurio e La Nación e os embates políticos durante o governo da Unidade Popular". In*:* TA, Adriane Vidal; BORGES, Elisa de Campos (Orgs.*). Os 50 anos da Unidade Popular no Chile*: um balanço historiográfico. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

SANTOS, Emmanuel dos. A imprensa chilena, o jornal El Mercurio e o golpe civil-militar de Pinochet (1973). *Revista de História da UEG* 5.2 (2016): 307-328.

*TRIBUNA***:** 21 de agosto de 1973. Coleção Patricio Silva, Cultura digital udp. Acesso em 8 de setembro de 2025. Disponível em: https://culturadigital.udp.cl/dev/index.php/coleccion/coleccion-patricio-silva/documento/tribuna/.

Tecnologias sociais de resistência e a reinvenção de si: a contribuição da intelectualidade de Maria Beatriz Nascimento na História Social

Elaine Monteiro Ribeiro
Bolsista CAPES

Introdução

Quando olhamos para a história, somos tentados a ver os grandes eventos, os heróis consagrados e os movimentos que mudaram o mundo de forma visível. No entanto, há partes significativas da história, aquelas que pulsam nas veias da sociedade, e que são feitas de pequenas e grandes revoluções diárias, de saberes transmitidos em segredo e de tecnologias sociais de resistência que emergem da necessidade mais profunda de sobreviver e de existir. É essa a história que este trabalho se propõe a contar, tomando como guia o pensamento inovador de Maria Beatriz Nascimento.

A jornada que nos trouxe até aqui é, em si, um território de luta e de reinvenção. Como aponta o livro *A hidra de muitas cabeças* (Linebaugh e Rediker, 2008), o Atlântico não foi apenas um oceano de passagem, mas um espaço onde conexões são elaboradas entre os dois lados do Atlântico. A visão dos navios negreiros como "quilombos no mar" rompe com a narrativa da

escravidão como destruição total da agência negra[1]. Pelo contrário, ela nos revela que a resistência e a articulação de saberes e estratégias de sobrevivência já existiam no próprio processo da travessia. Essa perspectiva historiográfica, que Maria Beatriz Nascimento ajudou a organizar, nos mostra que a agência dos oprimidos não começou em terra firme, mas já existia no movimento das ondas, na capacidade de criar e manter laços sociais e culturais sob as condições desumanas.

É nesse contexto de luta e de (re)invenção que o pensamento de Nascimento se insere. Ela nos ensina a olhar para as tecnologias sociais de resistência criadas por mulheres e homens negros, como a própria essência de um saber ancestral e de uma capacidade de reinvenção que se manifesta em cada gesto, em cada palavra, em cada laço de afeto. Nascimento, de forma radical, ela o enxerga como um sujeito histórico que, apesar de toda a violência, soube construir o seu próprio mundo, seu território e sua própria subjetividade.

1 A perspectiva de Anthony Giddens (2003) sobre a construção do sentido de agência enfatiza a influência direta da agência na consciência da ação coletiva e na habilidade dos atores sociais de articular mudanças estruturais. Ele entende que essas mudanças, resultantes da ação dos atores sociais, não ocorrem instantaneamente. Ao invés disso, elas se manifestam de maneira processual e, em certos momentos, podem necessitar de novas gerações de atores para avançar.

A lógica invertida: a batalha pela narrativa histórica

O artigo *A mulher negra no mercado de trabalho* (1976) de Maria Beatriz é mais que um ensaio; é um ato de subversão metodológica e paradigmática. Ela nos pega pela mão e mostra que a forma como pensamos a nossa própria história foi moldada por quem sempre esteve no poder. Em sua análise, Maria Beatriz nos faz enxergar o processo de que a mulher negra, desde o período colonial-escravista, foi vista como uma máquina de trabalho e reprodução, uma força vital que sustenta a estrutura social, mas que é, ao mesmo tempo, invisibilizada e submetida a uma dupla ou tripla opressão: racial, de gênero e de classe. Ela nos convida a questionar: como pode um país se dizer tolerante, se a sua própria história foi construída sobre a negação da identidade negra?

Maria Beatriz, em seu texto, a autora nos oferece um exemplo a partir de um diálogo cotidiano, profundamente revelador:

> Certa vez, em Salvador, conversava com um jovem chefe de família que tentava convencer-me de como a Bahia era o maior centro de tolerância racial do mundo. Ao justificar tal pretensão para o seu estado, mostrou-se um adepto apaixonado da miscigenação e recorreu ao seu exemplo. Mostrou-me seus dois filhos

> pequenos, ambos mulatos, mas com diferenças de tonalidade de pele, e disse: "Está vendo? Este aqui saiu quase como eu (referindo-se ao menino mais escuro), mas este já saiu melhor; quase louro". Dizendo isto, enquanto eu e o primeiro menino olhávamos atônitos para ele, concluiu: "Deste jeito o negro vai desaparecendo e não teremos conflito racial como nos Estados Unidos"[2].

A resposta de Nascimento a esse tipo de visão é clara e humanizada: ela expõe a falácia da "democracia racial" e mostra que não se pode combater o racismo com a anulação de uma raça. O que o homem via como solução para o conflito racial, a autora via como a reafirmação de um preconceito sutil, uma tecnologia ideológica que impede a pessoa negra de existir em sua plenitude, com sua cor e sua história. Essa crítica nos mostra que a resistência não é apenas uma batalha visível, mas também uma luta diária contra ideias que corroem a identidade e a dignidade por dentro. A primeira tecnologia social, portanto, é a própria capacidade de ver e de desvendar essa realidade, rompendo com a hegemonia de um pensamento branco e europeizado que se disfarça de neutralidade.

2 ÔRÍ. Direção: Raquel Gerber. *Produção*: Raquel Gerber. Brasil: Transvideo, 1989. 93 min. DVD.

A intelectualidade de Nascimento, nesse sentido, é a tradução do conceito de “intelectualidade orgânica”[3]. Ela não separa sua produção acadêmica de sua militância e de sua experiência de vida. Pelo contrário, ela usa o saber da academia para legitimar e teorizar sobre o "saber da rua", a sabedoria ancestral e a vivência do povo negro. Sua escrita se torna uma ferramenta de poder e de autoafirmação, um mapa para que outros possam também se reconhecer como sujeitos, e não somente como reflexos da ideologia do dominador. Sua visão se alinha com a de Lélia Gonzalez (1984), que, ao teorizar sobre a "amefricanidade" e o "pretuguês", argumenta que a língua também é um campo de batalha e uma ferramenta de resistência cultural. O "pretuguês" não é apenas uma mistura linguística, mas a afirmação de um modo de pensar e de ser que carrega a história, a dor e a resistência de um povo, permitindo que o subalterno finalmente se torne sujeito e possa "falar em nosso próprio nome" (Hall, 1996 apud Ribeiro, 2024).

3 Aqui será empregada a conceituação de intelectualidade orgânica com referência às reflexões de Antônio Gramsci. Para o autor, o intelectual orgânico é um líder político e cultural que representa e defende os interesses de sua classe social, buscando construir uma hegemonia sobre as outras classes. Ele é um educador, um organizador e um dirigente, que atua no campo ideológico e no campo prático, visando transformar a realidade histórica e social. (Gramsci,1949).

O corpo-território: entre a diáspora e a invenção do novo

O pensamento de Maria Beatriz se expressa através ideia do corpo-território. Sua contribuição, ao centrar-se neste conceito, busca forjar uma epistemologia, que contesta as narrativas hegemônicas ao ressignificar o corpo da mulher negra - historicamente um objeto de violência e desapropriação - como um espaço primordial de saber, memória e resistência. Nascimento mostra como o corpo é um meio de perceber e expressar o mundo, a partir de suas trajetórias e lugares. Ele também permite rastrear as forças ideológicas que atuam na sociedade como agentes de violência e controle, que não se limitam às agressões físicas, mas abrangem também aspectos como a reprodução, o comportamento, o espaço urbano e as políticas estatais (Ribeiro, 2024, p. 24).

Em *Orí* (Gerber, 1989), Nascimento, um diálogo profundo e crítico com a geografia e a filosofia ao declarar: “A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou.” (1989). O *Orí* é importante, porque ele mostra as formas que já existem de descolonização do corpo negro e pensa em novas formas de resistir à opressão racial. O documentário discute a dor a e angústia causadas pela ruptura da imagem dos sujeitos negros e

suas histórias. A narrativa destaca a importância do corpo na construção da identidade. O corpo individual como um marco que traz marcas e lembranças da subalternização histórica coletiva. Um registro de sua história e de suas migrações. É a memória, que revive em ritmo e movimento, seja nos bailes funks, no carnaval ou na linguagem do transe espiritual. Por isso, Beatriz afirma:

> [...] a memória é o conteúdo de um continente, da sua vida, da sua história, do seu passado. Como se o corpo fosse o documento. Não é à toa que a dança para o negro é um fundamento de libertação. O negro não pode ser liberto, enquanto ele não esquecer o cativeiro, não esquecer no gesto, que ele não é mais um cativo. (O NEGRO DA SENZALA AO SOUL. Direção: Gabriel Priolli Netto e Armando Figueiredo Neto. Produção: TV Cultura. Brasil: TV Cultura, 1977.)

Enquanto geógrafos como Milton Santos e Rogério Haesbaert teorizaram sobre a desterritorialização e a multiterritorialidade como fenômenos da modernidade, Nascimento, por sua vez, internalizou esses conceitos. Para ela, o território não é apenas um espaço físico, mas uma extensão do Ser, um campo existencial onde a identidade é negociada, defendida e reinventada. Assim, a geopolítica da opressão, que violenta e desarraiga, encontra sua contrapartida na

"multiterritorialidade" do corpo negro, que resiste, inventa e se recria.

Nesse sentido, Milton Santos (2000) nos lembra que o território não é só o lugar onde a gente pisa, mas o espaço das nossas vivências e subjetividades. Em um mundo que insiste em uniformizar tudo com um "pensamento único", as mulheres negras, que foram violentamente arrancadas de suas terras, são mestras em criar territorialidades alternativas. Suas "revoluções tribais"[4] são a prova viva de que a opressão não aniquila; ela pode, na verdade, gerar uma energia de reinvenção. O que bell hooks (1990) chama de "fazer-se (de) novo" é a essência dessa tecnologia social de resistência: a capacidade de transformar a dor em matéria-prima para a construção de um novo eu, de um

4 Maria Beatriz Nascimento cunhou o termo "revoluções tribais" para descrever o conjunto de movimentos culturais que, segundo ela, manifestam-se no seio de grandes nações. Nesse sentido, ela defendia que o movimento Black Power foi um exemplo precoce desse tipo de revolução. No entanto, Nascimento questionava a eficácia de certas transformações coletivas. Ao citar movimentos como os da Palestina, Líbia, Che Guevara e das Brigadas Vermelhas, ela se perguntava: "Será que se instaurou o novo?". A autora, em um alinhamento com a perspectiva de Daniel Cohn-Bendit, sugere que a mudança como uma transformação coletiva pode não ser mais possível. CAIXA 19, Pasta 1 – Pasta 1 – documento 4, página 10 – sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

novo mundo. O corpo, nesse contexto, torna-se a primeira fronteira a ser defendida e o primeiro território a ser reinventado.

A filósofa e psicanalista Grada Kilomba, em sua obra *Memórias da Plantação*, contribui para essa reflexão ao destacar a atemporalidade do racismo, demonstrando que a violência racial não é somente um eco do passado colonial, mas uma realidade diária que causa trauma e exige uma resposta. Kilomba argumenta que a resistência não pode se limitar à simples oposição, pois no espaço vazio que surge após o ato de resistir, é preciso "tornar-se-de fazer-se (de) novo". Nesse sentido, o corpo-território é o laboratório onde essa invenção acontece, o espaço íntimo onde a dor se transmuta em força e a história da opressão se converte em alicerce para a libertação. Esse "fazer-se de novo" é o cerne da tecnologia social de resistência que Nascimento propunha: a capacidade de transformar a experiência de dor em matéria-prima para a construção de um novo ser, um novo mundo, um novo quilombo.

O conceito de corpo-território dialoga com a teoria de Paul Gilroy sobre o Atlântico Negro. Paul Gilroy (1993) nos dá uma chave para entender essa história. Para ele, o Atlântico não foi apenas um caminho de dor, mas o nascimento de um novo espaço cultural, o Atlântico Negro. É ali que a identidade negra

é constantemente reinventada, em um movimento de "dupla consciência", que é ao mesmo tempo africana e americana. As mulheres negras, com seus corpos que cruzaram o oceano, tornaram-se as guardiãs e as inovadoras desse novo território, onde a memória da opressão se transforma em uma força para a liberdade.

A obra “A hidra de muitas cabeças” (2008), de Linebaugh e Rediker, reforça essa visão ao mencionar a existência de organizações e revoltas no interior dos navios negreiros e em ilhas, que representam a luta pela autonomia. O corpo-território, na visão de Nascimento, é o microcosmo desse fenômeno macro. É o elo visceral entre a memória da diáspora e a invenção do novo, uma geografia da resistência que não está fixa no mapa, mas que se move e se recria na experiência vivida e na força coletiva que se expressa nos corpos em movimento. Se as geopolíticas globais, como a escravidão e o colonialismo, impuseram a desterritorialização do povo negro, Nascimento propõe que a resposta a essa violência está na multiterritorialidade do corpo.

O corpo da mulher negra, em particular, carrega as marcas de múltiplos territórios: a África ancestral, os navios negreiros, as senzalas e, hoje, as periferias urbanas. A

historiadora Elaine Monteiro Ribeiro, ao analisar o pensamento de Nascimento, aponta que o movimento "Black Power foi a manifestação precoce das revoluções tribais no seio do Grandes Estados e grande sociedades Nacionais"[4]. As "revoluções tribais" de Nascimento são, na verdade, atos de afirmação de novas territorialidades, mesmo que subjetivas e efêmeras. O corpo, violentado e hipersexualizado, torna-se um campo de batalha e, ao mesmo tempo, um refúgio. É a primeira fronteira a ser defendida e o primeiro território a ser reinventado.

O "pensar quilombola" de Nascimento também é uma epistemologia que se alinha à visão intelectual de Lélia Gonzalez (1984), que teorizou sobre a "amefricanidade" e o "pretuguês". O "pretuguês" não é apenas uma mistura linguística; é um ato de "fazer-se (de) novo", uma forma de "falar em nosso próprio nome"[7]. A língua se torna um quilombo em movimento, uma tecnologia social de resistência que subverte a ordem simbólica da língua portuguesa, que "é falado por ele [o dominador]. E ele diz o que quer, caracteriza o excluído de acordo com seus interesses e seus valores"[8]. Através do "pretuguês", a língua portuguesa se descoloniza e ganha a gramática da experiência negra, tornando-se um território de fala e de pensamento

autônomo. O "pensar quilombola" de Nascimento, por sua vez, é a concretização dessa tecnologia.

Essa intelectualidade orgânica de Maria Beatriz, que emerge diretamente de sua experiência de vida e de sua militância, é um legado de resistência e invenção. Ela nos convida a entender que o território não é apenas um espaço físico, mas um espaço de construção de identidade, de memória e de luta. E que o corpo, em sua materialidade e subjetividade, é o primeiro e mais vital território a ser defendido e reinventado.

A profunda dor do racismo, segundo a filósofa e psicanalista Grada Kilomba, é sua atemporalidade. Em sua obra *Memórias da Plantação* (2021), ela nos lembra que o racismo não é um eco do passado colonial, mas uma realidade diária que continua a causar trauma e violência. Kilomba argumenta que, diante dessa violência, o sujeito negro é convidado a um duplo movimento: a oposição e a reinvenção. A simples oposição não basta, pois no espaço vazio que surge após a resistência, é preciso "tornar-se-de fazer-se (de) novo", uma ideia que Nascimento materializa na prática. Esse "fazer-se de novo" é o cerne da tecnologia social que Nascimento defendia: o ato de pensar e de se reinventar se torna uma ferramenta política. O corpo-território, nesse sentido, é o laboratório onde essa

invenção acontece, o espaço íntimo onde a dor se transmuta em força e a história da opressão se converte em alicerce para a libertação

Rafael Petry Trapp, em seu artigo “Raça, corporeidade e subjetividade em Beatriz Nascimento e Eduardo de Oliveira e Oliveira” (2023), reforça essa dimensão epistemológica. Ele destaca que "Nascimento construiu um conhecimento contra-hegemônico ao colocar a perspectiva e a agência negra no centro da história, em vez de apenas adicioná-la à margem". Para isso, ela desafiou narrativas estabelecidas e utilizou metodologias interdisciplinares, valorizando a memória, a cultura e a experiência vivida, o que a coloca em diálogo com "teorias críticas, como as de Michel Foucault e Deleuze e Guattari, para questionar os discursos dominantes".

Em sua essência, a contribuição de Maria Beatriz reside na edificação de uma intelectualidade orgânica, que não se distancia da vida, mas, pelo contrário, emerge intrinsecamente da experiência vivida e da militância política. O conceito de corpo-território é, por conseguinte, a metáfora central e o pilar epistemológico dessa construção. Ao concebê-lo, Nascimento operou uma inversão radical: redefiniu o corpo da mulher negra, historicamente objetificado e desumanizado pela historiografia

oficial, e o transformou em um sujeito ativo, uma fonte autônoma de conhecimento e um agente de sua própria história.

A obra de Nascimento, portanto, não se restringe a crítica ao passado, mas se configura como uma proposta de futuro, uma tecnologia social de resistência onde "o ato de pensar seja considerado tecnologia"[5], um método de fuga e reinvenção. O "Quilombo é onde estou" deixa de ser apenas uma experiência de luta no passado para se tornar a base de uma vida plena no presente, um estado contínuo de auto-invenção e resistência. É a manifestação de uma nova civilização que, em vez de anular a diferença, a celebra, construindo uma existência baseada na autonomia, na ancestralidade e na força coletiva que se expressa nos corpos em movimento.

A filosofia de Maria Beatriz Nascimento como “tecnologia social de resistência”

[5] Se pensamento reside na defesa de que o ato de pensar seja considerado tecnologia. Citando o neurocientista Thimothy Leavy, ela aponta que o cérebro humano pode sobreviver à morte física da espécie, agindo politicamente como seu único controlador. Assim, Nascimento propõe que a mente é o território final a ser defendido, uma ferramenta para "fugir ao olho do grande irmão" e para a reinvenção constante do ser. CAIXA 19, Pasta 1 – Pasta 1 – documento 4, página 10 – sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

A frase de Maria Beatriz, "Quilombo é onde estou", é mais que um lema: é a síntese de uma filosofia de vida, uma teoria social e uma metodologia de pesquisa que transforma a percepção sobre a agência negra e a história do Brasil. Conforme a pesquisa de Elaine Monteiro Ribeiro (2024), essa ideia reconfigura o conceito de quilombo, que deixa de ser um refúgio histórico isolado para se tornar um espaço de resistência e autossuficiência que pode ser construído em qualquer tempo e lugar.

Ao propor essa visão, Nascimento construiu um outro ponto para a historiografia brasileira hegemônica até os anos 1970. O quilombo, em sua perspectiva, é uma "tecnologia social" que se manifesta nas relações cotidianas, na produção de conhecimento e na construção de laços afetivos. Nesse sentido, a luta negra é um processo contínuo de criação e reinvenção. Essa é a capacidade de "fazer-se (de) novo", como argumenta a filósofa Grada Kilomba (2019), mostrando que a oposição por si só não basta; é preciso construir uma nova subjetividade no vazio deixado pela resistência.

Essa filosofia do "quilombo-em-movimento" se conecta diretamente à ideia de corpo-território. Nascimento ressignifica o corpo da mulher e do homem negro — que a história oficial

tentou desapropriar e violentar — como o primeiro e mais fundamental espaço de saber, memória e resistência. Esse corpo, que atravessou a diáspora do Atlântico Negro — conceito de Paul Gilroy (1993) que vê o oceano não apenas como um caminho de dor, mas como o berço de uma nova cultura híbrida —, torna-se o guardião de uma história que a historiografia tradicional buscou apagar. Para Nascimento, o corpo se transforma em um mapa vivo da história, onde a memória da escravidão não é apenas trauma, mas se converte em força para a libertação.

A dissertação de Ribeiro destaca a contribuição de Nascimento para a história social da cultura, indo além da geografia física. O quilombo, portanto, é a manifestação da capacidade de um povo de construir sua autonomia e dignidade em meio à opressão, um ato contínuo de recriação de si e do mundo. Esse "pensar quilombola" de Nascimento também dialoga com a visão de outros intelectuais negros, como Milton Santos (2000), que sonhava com uma "outra globalização" baseada na solidariedade. Para Nascimento, a "tecnologia social" do quilombo é a chave para essa "outra globalização", oferecendo um modelo de organização social e política que não

se submete à lógica perversa do capitalismo e do racismo, mas que se baseia na criação de uma nova civilização planetária.

O conceito de quilombo proposto por Nascimento transcende a mera descrição de um refúgio para se tornar uma intervenção epistemológica profunda, o que permite um diálogo com as categorias filosóficas de Michel Foucault. Na dissertação defendida, Elaine Monteiro Ribeiro (2024) postula que a frase de Nascimento é a síntese de uma nova metodologia de pesquisa e uma teoria social que rompe com as narrativas hegemônicas.

Michel Foucault, em As Palavras e as Coisas (1999), propõe o conceito de "episteme" para descrever o conjunto de condições históricas que determinam o que pode ser considerado "saber" em uma dada época. O conceito de Nascimento de "quilombo é onde estou" pode ser lido como um contra-discurso, uma contra-episteme que opera em dissonância com a episteme moderna, centrada na visão eurocêntrica. Ao declarar que o quilombo não é um lugar físico do passado, mas um espaço de resistência que pode ser construído e habitado em qualquer tempo e lugar (RIBEIRO, 2024), Nascimento cria uma nova "tábua do conhecimento". Ela desafia a ordem imposta pela historiografia oficial que, por muito tempo, relegou a história

negra a um "evento" secundário e esporádico (NASCIMENTO, 2011, p. 55-64).

Essa nova episteme quilombola recusa as classificações que limitam a luta negra a "revoltas de senzala" (RIBEIRO, 2024). Foucault identificou que "a história da loucura é a história do Outro" e a "história da ordem das coisas é a história do Mesmo" (FOUCAULT, 1999, p. 22). A filosofia de Nascimento, no entanto, borra essa distinção. Ela faz do "Outro" - o sujeito negro, sua história e sua cultura - o ponto de partida para a criação de um "Mesmo" radicalmente diferente, uma nova ordem que se autodefine e se auto-organiza.

Nascimento também se aprofunda na dimensão material da existência com o conceito de corpo-território. Ela ressignifica o corpo negro, que a história oficial tentou "desapropriar e violentar" (RIBEIRO, 2024), como o espaço primordial de saber, memória e resistência. Este ponto se choca diretamente com a análise de Foucault sobre o corpo na modernidade. Em Vigiar e Punir, ele detalha como o poder opera para moldar corpos e torná-los dóceis e úteis (FOUCAULT, 2000, p. 119). Contudo, a visão de Nascimento não se encaixa nessa lógica. Seu "corpo-território" não é um corpo disciplinado, mas um

corpo-quilombo em insurreição, um espaço que resiste a ser capturado por discursos e instituições de poder.

A crítica de Nascimento ao "pacto da branquitude" (BENTO, 2022) pode ser vista como uma crítica ao próprio regime de representação. Ela demonstra como a invisibilidade da população negra e sua redução a mitos e estereótipos são mecanismos de poder. Ao afirmar a necessidade de "recuperar a identidade através da imagem"[6] e da visibilidade, ela propõe uma descolonização da subjetividade.

A metodologia de Maria Beatriz pode ser categorizada como uma "arqueologia" no sentido foucaultiano, uma vez que ela não se preocupa com uma história linear do progresso, mas sim com as condições de possibilidade do saber. Ao focar na falta de documentação sobre os quilombos e na necessidade de buscar fontes que não fossem "organizadas pelos opressores" (RATTS, 2022, p. 80-82), ela estava, de fato, praticando uma arqueologia do saber negro. Foucault, em sua análise da história, mostrou que certas formas de conhecimento e discursos foram silenciadas para que outros pudessem emergir. O trabalho de Maria Batriz é uma resposta a essa disjunção. Ela busca resgatar

6 NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. *Jornal: Última Hora***.** Rio de Janeiro Publicação: 25 de julho de 1976.

o que Foucault chamaria de um "saber subalterno", um conhecimento que se encontra nas práticas culturais, na memória coletiva e nos corpos.

Seu pensamento, quando colocado lado a lado com as ideias de Michel Foucault, revela um movimento simultâneo de alinhamento e afastamento. Sua forma de investigar o passado se aproxima da preocupação foucaultiana com o poder-saber e a maneira como a história hegemônica tenta criar continuidades onde há descontinuidade. No entanto, o ponto de divergência é claro: Nascimento transcende a análise estritamente teórica. Ela insere na sua pesquisa elementos políticos, subjetivos e corporais, transformando o trabalho de resgate do saber negro subalterno em uma prática humana e engajada.

O "pensar quilombola" de Nascimento oferece um modelo de organização social e política que não se submete à lógica do racismo e do capitalismo, e que busca uma nova civilização onde o “Quilombo é onde estou” passa a ser não apenas uma experiência de luta, mas a base de uma vida plena. Enquanto Foucault previu o desaparecimento da figura do "homem" quando o conhecimento encontrar uma nova forma, Nascimento atua para construir essa nova forma. Ela propõe que a "nova forma" já está contida na experiência do povo negro,

tornando sua obra uma intervenção necessária para a filosofia, a história e a luta por um mundo mais justo. Seu legado, portanto, é a prova de que a história, a filosofia e a resistência não são campos separados, mas sim a expressão de um mesmo "corpo-território" em constante movimento.

Referências

BATISTA, Paula Carolina. O quilombismo em espaços urbanos – 130 anos após a abolição. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 49, n. 2, p. 405-432, jul./dez. 2018.

CAIXA 19, Pasta 1 – Pasta 1 – documento 4, página 10 – sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

CAIXA 19, Pasta 1 – Pasta 1 – documento 4, página 10 – sem local, 1988-1992, localizado no Fundo arquivístico Beatriz Nascimento doado ao Arquivo Nacional.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro:* Modernidade e Dupla Consciência. Tradução de Cid Knipel Moreira. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 29, p. 11-24, 2003.

HILL COLLINS, Patrícia. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as Rosas Negras:* Lélia Gonzalez em primeira pessoa…. Rio de Janeiro: Diáspora Africana: Filhos da África, 2018.

HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor:* novas perspectivas. Tradução de Ana Luiza Oliveira. São Paulo: Elefante, 2022. (A referência a bell hooks foi baseada na menção de 1990 presente no texto original e na obra disponível nos documentos, que foi utilizada como ponto de partida para a argumentação).

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano.* Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. *A Hidra de Muitas Cabeças:* Marinheiros, Escravos, Plebeus e a História Oculta do Atlântico Revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

NASCIMENTO, A mulher negra e o amor. *Última Hora*, julho, 1976.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. *Última Hora*, Rio de Janeiro Publicação: 25 de julho de 1976.

NASCIMENTO, Nossa Democracia Racial. *IstoÉ*, São Paulo, ano 2, n. 47, p. 18-19, 23 nov. 1977.

O NEGRO DA SENZALA AO SOUL. Direção: Gabriel Priolli Netto e Armando Figueiredo Neto. Produção: TV Cultura. Brasil: TV Cultura, 1977. 45 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5AVPrXwxh1A Acesso em: 09 jan. 2024.

ÔRÍ. Direção: Raquel Gerber. Produção: Raquel Gerber. Brasil: Transvideo, 1989. 93 min. DVD. Trecho: 00: 29:40 – 00:30:14.

RIBEIRO, Elaine Monteiro. *Quilombo é onde estou:* Experiências, saberes insurgentes e a Intelectualidade negra orgânica de Beatriz Nascimento (1942-1995). Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TRAPP, Rafael Petry. Raça, corporeidade e subjetividade em Beatriz Nascimento e Eduardo de Oliveira e Oliveira. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 16, n. 41, e1992, p. 1-20, 2023.

O "Terrorismo de Barragem" e os limites do capitalismo extrativista frente à violação de direitos humanos das populações atingidas por barragem

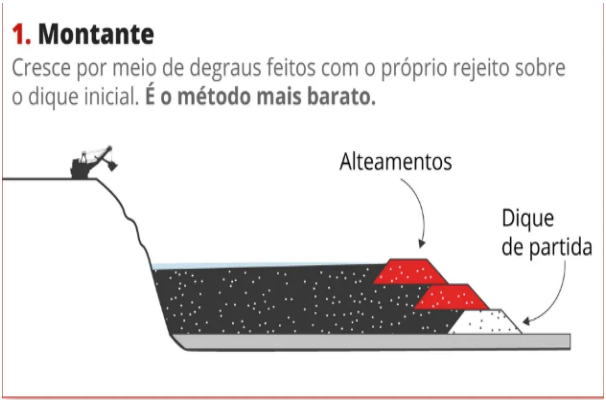
Erica Barros de Almeida Araújo
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista FAPERJ

Introdução

O conceito de "Terrorismo de Barragem", de acordo com Faraco e Seferian, foi forjado no interior dos movimentos sociais ligados às populações atingidas por barragens como a Frente Mineira de Luta das Atingidas e dos Atingidos por Barragens pela Mineração, a Articulação Internacional de Atingidos e Atingidas pela Vale, Movimento pela Soberania Popular na Mineração e o Coletivo Margarida Alves e significa *qualquer ação ou omissão ocorrida no contexto da exploração minerária que cause pânico, comoção ou mobilização de pessoas ou comunidades em decorrência de suposto risco de acidente ou desastre que se mostre posteriormente injustificado* (Articulação internacional de Atingidos e Atingidas pela Vale et alli, 2018 *apud* FARACO; SEFERIAN, 2021). A partir desta premissa, o objetivo deste artigo consiste em analisar o sentido da expressão "terrorismo de barragem" buscando articulações

com conceito de apropriação capitalista do território e as definições formuladas por Milton Santos (2004) acerca dos valores de uso e de troca da terra por atores hegemônicos e hegemoneizados tomando como exemplo as situações do rompimento das barragens do Fundão em Mariana e do Córrego do Feijão em Brumadinho.

Figura 01: A montante. Tipo de barragem que rompeu nos desastres de Mariana e Brumadinho



Fonte: Acesso em: 08/09/2025

Mariana e Brumadinho

Em novembro de 2015, vimos acontecer o maior desastre ambiental da história do país com a queda da barragem do Fundão operada pela empresa de mineração Samarco, subsidiária da Vale do Rio Doce e da companhia anglo-australiana BHP *Billiton Limited* em Mariana e três anos depois,

em 25 de Janeiro de 2019, houve outro acidente com o mesmo tipo de barragem “a montante” (figura 01) com a ruptura da barragem I do complexo de barragens do córrego do feijão pertencente à Vale na cidade de Brumadinho, localizada na região metropolitana de Belo Horizonte. O desastre de Mariana matou diretamente 19 pessoas que viviam entre os subdistritos de Bento Gonçalves e Paracatu de Baixo e provocou o maior desastre ambiental do país com o lançamento de 43 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro (figura 05) na bacia do rio doce em Minas Gerais (figura 06) que percorreram km até desembocar no mar no estado do Espírito Santo (AID, 2022, p. 04). No que se refere ao desastre de Brumadinho, segundo o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), vieram a óbito direto 272 pessoas que foram soterradas por . Ambos os desastres evidenciaram a fragilidade das medidas de segurança das barragens promovidas pelas multinacionais e o descaso com as populações que viviam dos territórios assolados pelos rejeitos da mineração (ARAUJO, 2021). Após o desastre da barragem I em Brumadinho, os movimentos sociais ligados aos atingidos denunciaram o acionamento irregular de sirenes de alerta em diversas barragens existentes no estado de Minas Gerais que causavam terror à população que vive à jusante

dessas barragens. Faraco e Sefarian, destacam, inclusive, que os falsos alertas de rompimento de barragem começaram dois dias depois do rompimento da barragem de Brumadinho e elencaram pelos menos 13 barragens que emitiram falsos sinais de alerta entre os anos de 2019 e 2021. A possibilidade da repetição do desastre de Brumadinho e Mariana levou à população dessas localidades a desenvolverem problemas de saúde mental, como ansiedade e pânico em decorrência de um estado de hipervigilância (FARACO; SEFARIAN, 2021, pp. 20-21).

Terrorismo de Barragem

No que diz respeito ao significado do termo "terrorismo" busquei alguns sentidos diversos para a palavra "terror", que, de acordo com o dicionário Michaelis, pode ser definida como: *Perturbação grave, trazida por perigo imediato, real ou não; medo, pavor* (...); *O que amedronta ou aterroriza* (...); *Causa de ansiedade ou preocupação* (...); *Regime político de arbitrariedades, perseguições e supressão das liberdades individuais*.[1] De um ponto de vista político, terrorismo pode ser definido como:

1 Para saber mais conferir: Terror | Michaelis On-line Disponível em:<(uol.com.br)>. Acesso em: 16/04/2024.

> a organização: o terrorismo, que não pode consistir em um ou mais atos isolados, é a estratégia escolhida por um grupo ideologicamente homogêneo, que desenvolve sua luta clandestinamente entre o povo para convencê-lo a recorrer a; 2) ações demonstrativas que têm, em primeiro lugar, o papel de "vingar" as vítimas do terror exercido pela autoridade e, em segundo lugar, de "aterrorizar" esta última, mostrando como a capacidade de atingir o centro do poder é o resultado de uma organização sólida e 3) de uma mais ampla possibilidade de ação: através de um número cada vez maior de atentados (veja-se a sucessão nos anos de 1878 a 1881 na Rússia) que simboliza o crescimento qualitativo e também quantitativo do movimento revolucionário (BOBBIO, 2007, p. 1242 Apud PYTLOWANCIV, 2015, p.12).

De um ponto de vista jurídico, não há uma definição para o terrorismo praticado pelo Estado no Direito Internacional. Segundo o professor chileno de Direito Penal da Universidade de Talca, Raul Carnevali Rodriguez, é pouco provável que um Estado democrático ou um governo ditatorial se autodenominem terroristas, embora possam fazer uso de medidas violentas que violam os direitos humanos de sua própria população por meio institucional ou com uso de agentes paraestatais com esse mesmo propósito (RODRÍGUEZ, 2015, p. 204). O uso do termo "terror" para designar a política de Estado que usa de violência para causar medo à sua própria população foi citado pela

primeira vez na Revolução Francesa, atrelado ao nascimento da democracia burguesa no século XVIII com o regime jacobino, sem que necessariamente esta definição fosse tipificada na lei. As relações entre Estado e terrorismo implicam em pensar as maneiras com as quais o Estado garante sua soberania sobre o território através do controle dos corpos e capitais que circulam neste território, enfocando não apenas as medidas estatais defensivas contra grupos terroristas que ameaçam a soberania estatal sobre o território, mas, os atos terroristas praticados pelo próprio Estado. Como disse a professora de Direito Penal da Universidade do Chile, Villegas Díaz: *El terrorismo es pues, un problema de Estado y para el Estado* (Díaz, 2001, p.02).

No que se refere à origem da palavra território, segundo o geógrafo Rogério Haesbaert é indicada em duas vertentes de origem latina, a primeira, *territorium,* derivada da palavra *terra,* que compreendia no sistema jurídico romano *o pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada juridisção político-administrativa (jus terrendi)* e a segunda como uma corruptela popular da primeira, tinha a grafia de *terratorium* e abarcava os sentimentos em relação ao território que ainda poderia ser derivada do termo o *terrere,* cujo significado

consistia em *assustar,* logo havia uma analogia entre território enquanto base material e sua dimensão intangível (2004, p. 43).

Outra vertente da Geografia defende uma ideia materialista de território a partir de uma base econômica. O território, neste sentido, além de conter uma base "natural", é perpassado e definido pelas relações humanas incididas sobre ele. Relações humanas que são, fundamentalmente, de base econômica, evidenciando o território como uma porção da natureza, cujas fronteiras são estabelecidas em função da exploração dos recursos naturais necessários para a reprodução material de determinado grupo (HAESBAERT, 2004, p.56). Também inserido numa perspectiva economicista, o geógrafo Milton Santos define território como:

> [...] A extensão apropriada e usada. Mas foi o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer aquilo que nos pertence… esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem (SANTOS e SILVEIRA, 2008, p. 19).

Por território usado, Milton Santos entende *como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes* (HASBAERT, 2004, p. 59). Santos também diz que o território evidencia tanto a macro estrutura que permeia a sociedade como seus usos. No que se refere aos usos, há dois modos distintos de utilização do território: como fonte de recurso para *atores hegemônicos* e como fonte de abrigo, no intuito de garantir a sobrevivência para *atores hegemoneizados* (2004, p. 59). A dicotomia entre as duas percepções sobre o território delineadas por Milton Santos se aplica nos distintos entendimentos que empresas e populações atingidas tem de território. Enquanto as primeiras vêem o território, incluído sua base material, como um fornecedor de matérias primas para a exploração de seus recursos naturais visando o lucro, o segundo grupo, que na definição dada por Milton Santos seriam de *atores hegemoneizados*, que retirariam do território não apenas recursos para sua sobrevivência, mas, possuem uma relação de identificação com o território, caracterizando uma dimensão intangível, além das motivações materiais.

O terrorismo estatal além de estar atrelado ao uso do território como fonte de recurso por atores hegemônicos dentro

da lógica de produção capitalista do espaço na América Latina também conta com a proteção de uma legalidade autoritária em nome da defesa da soberania estatal como evidenciado pelas ditaduras militares instauradas nos países do cone sul entre as décadas de 1960 e 1980 no contexto da Guerra Fria.

Pensar na produção capitalista do espaço no que se refere ao Brasil remete à própria formação do território brasileiro como fonte de recurso e no que se refere também ao capitalismo extrativista, principalmente na região que daria origem ao que hoje é o Estado de Minas Gerais. A colônia era vista pelos colonizadores como um vazio demográfico, ou nos termos do século XVIII, o *sertão* (área distante do litoral) a ser conquistado, explicitando a relação predatória entre os colonizadores e natureza. O Estado de Minas Gerais foi fundado como capitania em 1720 e a formação de seu território está relacionada com a descoberta de minas auríferas na região sendo composto por distintas levas de pessoas entre escravizados, indígenas de etnias diversas, europeus e colonos que foram para região em busca de metais preciosos (LANA, 2023).

No tempo presente, o Estado de Minas Gerais continua sendo importante território para a extração de minério de ferro e outros de importância mundial como nióbio, ferro, lítio, grafita,

níquel, alumínio, zinco e chumbo.[2] Inclusive, Minas Gerais possui importantes componentes químicos como as chamadas "terras raras", que são compostas de uma série de elementos químicos (figura 02) essenciais na fabricação de aparelhos como turbinas eólicas, motores de carros elétricos, chips de computadores e celulares, equipamentos médicos de ponta, satélites, foguetes e mísseis, dispositivos eletrônicos de última geração.[3]

As terras raras são elementos químicos importantes na transição energética que visa substituir a queima de combustíveis fósseis como o petróleo e o carvão mineral, utilizado desde a revolução industrial, por fontes energéticas limpas e renováveis.

A questão que se estabelece sobre a questão energética é a forma de extração desses minérios, que embora sejam considerados limpos, pois não emitem gases de efeito estufa na atmosfera, tem na sua extração um perigo no se refere à poluição

2 Para maiores informações conferir: Minas Gerais: Informe de Recursos Minerais atualiza conhecimento geológico da região - SGB Acesso: 11/09/2025.

3 Para maiores informações conferir: Brasil tem 2ª maior reserva de terras raras do mundo, mas ainda engatinha na exploração; veja os entraves Acesso: 12/09/2025.

da terra e das águas no seu entorno, como no caso da extração do lítio no Vale do Jequitinhonha:

> Os pesquisadores afirmam ainda que **o controle sobre as águas da região não está sendo respeitado no pedido da Sigma**. Segundo a nota técnica, as medidas mencionadas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para monitoramento e controle dos valores-limite referentes à qualidade das águas superficiais e subterrâneas, de exposição à poeira, ruído e vibrações "não configuram medidas de prevenção, mitigação ou compensação de impactos, segundo as normas do governo estadual (art. 27 da DN COPAM 217/2017". [4]

Atualmente existe uma disputa mundial por terras raras no mundo, sendo o Brasil o país com a segunda maior reserva desses minerais críticos do planeta, ficando atrás da China que domina toda cadeia produtiva desses elementos químicos, desde sua extração até a fabricação de super ímãs, agregando valor ao produto bruto. Em reportagem do G1 foi salientado que além de componente imprescindível para a fabricação de carros elétricos, os minerais extraídos das terras raras também são utilizados pela indústria militar norte americana. No centro da geopolítica mundial, as terras raras foram encontradas em abundância no sul

4 Cf, Pesquisadores pedem paralisação da extração de lítio da Sigma no Vale do Jequitinhonha - Observatório da Mineração

de Minas Gerais, na região de poços de Caldas. Inclusive, já se configura ali a entrada de mineradoras estrangeiras de maneira irregular para a exploração da região. Como o país não domina toda a cadeia produtiva, além do agravante para o meio ambiente que a mineração trás, pois em terra que há mineração, não existe agricultura, há o agravante do Brasil ser apenas um mero exportador desses minérios como *commodities*, reproduzindo uma dinâmica semelhante aos primórdios da nossa colonização.

Figura 02: Terras raras. Os 17 elementos químicos que compõem as "terras raras", muito utilizadas na fabricação de aparelhos eletrônicos



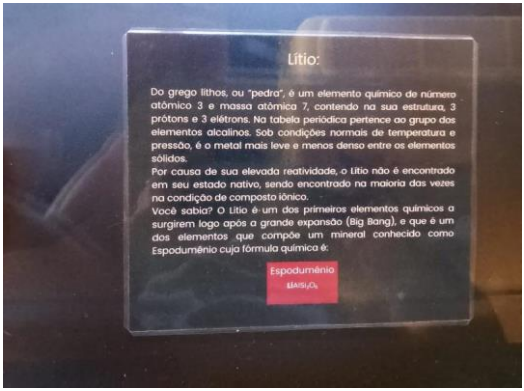
Fonte: Brasil tem 2ª maior reserva de terras raras do mundo, mas ainda engatinha na exploração; veja os entraves Acesso em: 12/09/2025

Figura 03: Combustíveis fósseis. Uma das diretrizes da transição energética consiste na redução da queima de combustíveis fósseis. Imagem confeccionada no Museu de Geociências da USP em julho de 2025.



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 04: Lítio. Placa informativa sobre o lítio no Museu de Geociências da Universidade de São Paulo. Museu de Geociências da USP. Imagem confeccionada em julho de 2025.



Fonte: Arquivo pessoal.

O desenvolvimentismo

A produção capitalista do território atrelada à defesa da soberania nacional foi a tônica do desenvolvimentismo brasileiro a partir dos anos 1940, somando-se a isso, a mesma lógica que caracterizou a colonização brasileira fundada no domínio da natureza e de seus habitantes foi a base das políticas nacionais para desenvolver industrialmente o país (CABRAL e MORAIS, 2020). Atores homogeneizados que viviam nessas regiões como indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pequenos agricultores foram subalternizados em prol dos interesses nacionais como pode ser exemplificado nas políticas empreendidas durante os governos militares em relação à mineração em terras indígenas como colocam Cabral e Morais:

> Já o Estatuto do Índio, que data de 19 de dezembro de 1973, refletiu o pensamento dominante à época do regime militar ao tratar da necessidade de integração. Segundo Barreto (2014), durante esse período, adotava-se a perspectiva do evolucionismo unilinear – desenvolvida principalmente durante a primeira metade do século XIX –, que considerava o índio como um ser primitivo em processo de evolução. A teoria que se contrapõe é o evolucionismo multilinear, que acredita que a cultura só tem sentido se compreendida em suas mais diversas formas de manifestação (BARRETO, 2014). Segundo Codato (2005), o período militar se desdobrou em uma espécie de processo pendular

> no qual se intercalavam períodos de maior e menor violência política. É possível visualizar tais momentos, por exemplo, quando se conferia certa proteção legal, enquanto, em outras situações, havia intensa violência (CABRAL; MORAIS, 2020 p.112).

A perspectiva que associa o indígena à natureza e se opõe à ideia de civilização baseada no modelo europeu é assinalada pelo filósofo camaronês Achille Mbembe a partir do conceito de *necropolítica*. Achille Mbembe trabalhou com o conceito foucaultiano de biopolítica sobre corpos racializados na escravidão moderna e para explicitar o entrelugar da colônia que é inscrito como uma territorialidade fronteiriça, não soberana como a unidade política do Estado, mas, local onde o estado de exceção consiste na regra e o colonizado não é sujeito e nem objeto, mas, caracterizado quase como inumano, é o selvagem. O controle sobre a morte que é normatizado em situações de guerra entre Estados, sofre uma anomia através do exercício indiscriminado do controle dos corpos por meio do poder de matar, ou deixar morrer do Estado, pois: Aos olhos do conquistador, "vida selvagem" é apenas outra forma de "vida animal", uma experiência assustadora, algo alienígena além da imaginação ou compreensão.

> [...] Os selvagens são, por assim dizer, seres humanos "naturais", que carecem do caráter específico humano, da realidade humana, de tal forma que, "quando os europeus os massacraram, de alguma forma não tinham consciência de que haviam cometido assassinato (ARENDT, 2012, 267 *Apud* MBEMBE, 2016, p. 133).

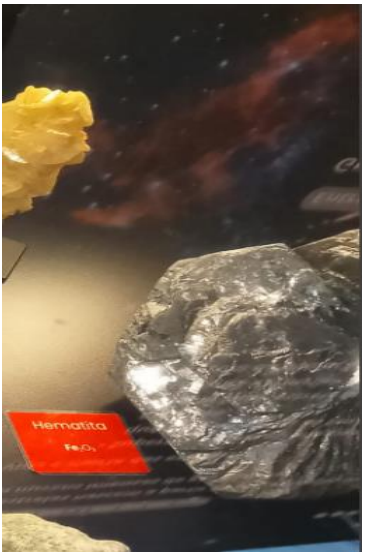
A docilização dos corpos pôde ser vista também na própria Europa com a eliminação das mulheres pela Inquisição na caça às bruxas (FEDERICI, 2017) e no terrorismo de Estado na história do tempo presente da América Latina através do uso da tortura nos corpos que se opuseram aos regimes ditatoriais no continente. Ao invés de abordar somente corpos racializados, a dicotomia civilização X barbárie que permeou a dominação da natureza e dos corpos ditos selvagens pelos europeus na Idade Moderna, pôde ser verificada na Era industrial através do extermínio racional por parte do Estado de judeus e ciganos no holocausto na II Guerra Mundial, assim como em contextos diversos no extermínio de pobres, "desclassificados", "delinquentes", "comunistas", do outro. O contexto político da América Latina entre as décadas de 1960 e 1970 evidenciou semelhanças e diferenças entre as ditaduras civis-militares que foram implantadas nos 17 países do continente. No que se refere às comparações entre Chile e Brasil, ambos tiveram como uma

das marcas do período ditatorial, a violação sistemática dos direitos humanos por parte do Estado, acarretando a morte de 2279 pessoas entre 1973 e 1990, no Chile, das quais 1.192 constam ainda como desaparecidas, e mais de 33.000 como sequestradas, torturadas e presas por causas políticas. (COMISSÃO VALECH, 2004) e no que diz respeito ao Brasil, de acordo com o segundo volume do relatório da Comissão Nacional da Verdade, houve 434 mortes e desaparecimentos entre não indígenas e 8. 350 mortes entre indígenas no período compreendido entre 1946 e 1988 (BRASIL, 2014).

Em 1942 a então Companhia Vale do Rio Doce foi fundada na região que conhecida como quadrilátero ferrífero que é composta por cidades como Itabira, Mariana, Congonhas e Itaúna às margens do Rio Doce, no intuito de desenvolver a industrialização brasileira, extraindo minério de ferro da região. O minério de ferro era transportado para o porto de Vitória pela estrada de ferro que havia sido construída às margens do rio doce no início do século XX, configurando a primeira intervenção industrial às margens do rio doce, Os Krenak, habitantes originários da região e que mantém com o rio uma relação de parentalidade se viram, ao longo de séculos, deslocados de seu território, quando não tinham suas vidas literalmente ceifadas

em nome dos interesses do capitalismo extratisvista, fosse ele representado pelo Estado Nacional ou após a privatização da Vale, pelo capital internacional[5].

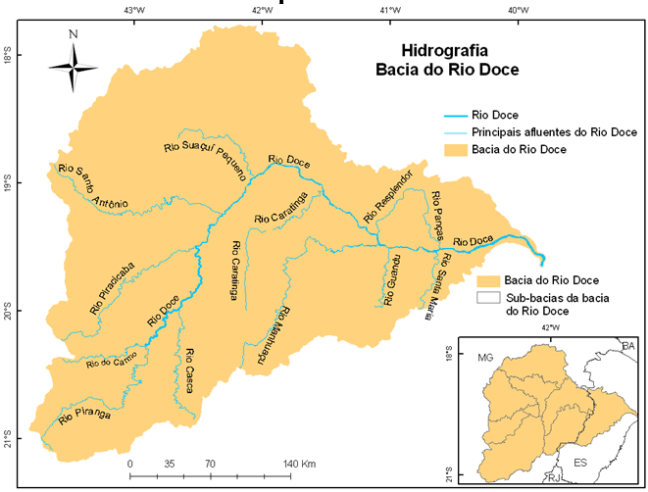
Figura 05: Hematita. O ferro metálico não é encontrado em estado bruto, mas, extraído de um minério de ferro como a hematita. Imagem confeccionada em julho de 2025 no Museu de Geociências da USP.



Fonte: arquivo pessoal.

5 Para maiores informações cf: Krenak, Sobreviventes do Vale do Rio Doce.

Figura 06: Bacia do Rio Doce. Na imagem podemos observar os afluentes do rio doce em Minas Gerais e seu caminho percorrido até desaguar no mar no Estado do Espírito Santo.



Considerações finais

A situação que se impõe sobre a exploração de minérios no território brasileiro abarca um paradoxo sobre os valores de uso e de troca dos recursos naturais em relação a diferentes interesses dos atores envolvidos. A marca da inumanização do outro característica da colonização encontra ecos na política econômica desenvolvimentista empreendida no país a partir da década de 1940, primeiro com o Estado exercendo o poder de forma direta sobre os corpos que habitavam a região, salientando a situação da etnia Krenak como exemplo de uma população que via no território que compõe o vale do rio doce cuja relação com

o território é de pertencimento, ou nos termos de Milton Santos, de territorialidade com o rio *uatu* e que ao longo de séculos viu seu direito à vida ceifado, com a agudização do terrorismo estatal no período da ditadura civil militar brasileira com a criação do reformatório Krenak[6] e posteriormente com a própria morte do rio em 2015. No entanto, embora, o Estado não seja mais proprietário de mineradoras como a Vale, privatizada durante o governo Fernando Henrique Cardoso, é ele quem regula o movimento de capitais e pessoas dentro do território e fornece licenças ambientais para a exploração das riquezas do nosso subsolo. Outro imperativo que se coloca atualmente, principalmente, com a procura de terras raras, é o antagonismo entre os valores de uso e troca do solo no que se refere aos interesses econômicos nacionais e a função do solo para as populações atingidas, cabendo novamente ao Estado equacionar interesses díspares através da criação de uma legislação que resguarde os direitos das populações atingidas frente a busca de lucro desmedido das companhias mineradoras.

Referências

6 Para maiores informações conferir: Krenak, Sobreviventes do Vale do Rio Doce. Acesso em: 12/09/2025

CABRAL, Rafael Lamera Gesta. e MORAIS, Vitória Larissa Dantas de. Os povos indígenas brasileiros na ditadura militar tensões sobre desenvolvimento e violações de direitos humanos. *Revista do Programa de Pós-graduação em Direito Mestrado em Direito e Desenvolvimento Sustentável.* Direito e Desenvolvimento, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 106-122, jan./jun. 2020.

CAVALCANTE, Fernando Gabriel Lopes. Extrativismo mineral e dependência na América Latina IN: *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*. São José dos Pinhais, v.18, n.6, p. 01-19, 2025

Desastre da Braskem em Maceió: o que realmente está acontecendo (Brasken)

FARACO, Victória Veloso e SEFERIAN, Gustavo. Limites e potências quanto ao uso do termo "terrorismo de barragens" na lida de conflitos minero-energéticos em Minas Gerais. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas* V. 15, N. 3, 2021 ISSN: 1984-1639

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização.* Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Krenak, Sobreviventes do Vale do Rio Doce

LANA, Vanessa. e VARGAS, Patrícia. 1982-. L243h 2023 *História de Minas* [recurso eletrônico] Viçosa, MG: UFV, CEAD, 2023. Disponível em: https://portalead.cead.ufv.br/site/categoria/ curta-duracao/ Acesso em 12/09/2025

MAB e Christian Aid. *O Impacto do rompimento da barragem em Brumadinho, Minas Gerais, nos direitos humanos das mulheres***,** 2022.

SERRA, Cristina. *Tragédia em Mariana:* a história do maior desastre ambiental do Brasil. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Record, 2018.

O humor gráfico como cartografia da modernidade carioca:A revista *D. Quixote* e os imaginários urbanos no início do século XX

Éricka Delmiro Dos Santos
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

O estudo da revista *Dom Quixote* (1917-1927) oferece uma oportunidade privilegiada para compreender as tensões do projeto autoritário de modernidade[1] da Primeira República, bem como os imaginários urbanos no Rio de Janeiro no início do século XX. Com suas publicações satíricas, a revista utilizou-se do humor gráfico e da crítica social para problematizar os discursos de "progresso" e identidade nacional, questionando as contradições da modernização carioca. Este trabalho propõe analisar como as charges e caricaturas da *Dom Quixote* funcionaram como uma cartografia crítica do Rio de Janeiro, revelando tanto seus territórios físicos em transformação quanto os conflitos culturais e sociais que marcavam a vida urbana.

A partir da análise de imagens e textos não só como "desenhos engraçados", mas como textos visuais e verbais carregados de ideologia e linguagens, pretende-se compreender

1 A modernidade aqui, associa-se à ideia de mudança voltada ao progresso, em contraste com o passado e com a tradição (KERN, 1984, p. 153).

como a *D. Quixote* ajudou a forjar leituras alternativas do processo de modernização carioca, questionando a centralidade do modernismo paulista e reafirmando o papel do Rio como espaço de criação cultural e de conflitos simbólicos. Nesse sentido, o periódico não apenas refletiu, mas também participou ativamente da construção das identidades e imaginários urbanos que atravessam a história da cidade em seus 460 anos.

Desde o século XIX, as revistas ilustradas desempenharam um papel de grande importância na difusão de ideias, informações e representações sociais, constituindo-se como veículos centrais de comunicação e cultura. Ao aliarem texto e imagem, essas publicações tornaram-se acessíveis a diferentes camadas da população, contribuindo para a formação da opinião pública e para a consolidação de uma cultura visual moderna. Além disso, foram fundamentais na popularização do humor gráfico, das caricaturas e das charges, que passaram a circular amplamente nesse período, funcionando tanto como entretenimento quanto como instrumentos de crítica política e social.[2]

2 DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil.* Editora Contexto, 2008, p. 78-79.

Já no início do século XX, no advento da Primeira República, durante um período de intensas transformações, a imprensa passou por múltiplos processos de inovações tecnológicas que modernizaram sua produção, o que possibilitou o aumento das tiragens, melhorias na qualidade de impressão e menor custo do impresso, propiciando a experiência da comunicação de massa. Essas inovações, possibilitaram também o uso mais amplo e diversificado de ilustrações, o que contribuiu para tornar as publicações mais atraentes e acessíveis a um público cada vez maior.[3] Os periódicos assumiram, assim, um papel muito importante como testemunho crítico das transformações urbanas e culturais em curso no Rio de Janeiro.

Ao combinar texto e imagem, revistas como *D. Quixote* não apenas informavam, mas também produziam leituras irônicas e satíricas sobre os processos de modernização que remodelavam a cidade. As charges e caricaturas expunham as contradições entre o discurso oficial de "progresso" e a realidade social marcada por exclusão e desigualdade, permitindo que o público tivesse acesso a uma visão alternativa das novas práticas sociais e culturais. Nesse sentido, a imprensa ilustrada se

3 DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil.* Editora Contexto, 2008, p. 78-79.

configurou como um espaço de disputa simbólica, capaz de registrar e ao mesmo tempo questionar os sentidos atribuídos à modernidade carioca, tornando-se fonte privilegiada para compreender os imaginários urbanos e os conflitos identitários do período.

Mais do que simples ilustrações, as charges e caricaturas funcionavam como uma verdadeira cartografia simbólica da cidade, evidenciando territórios de sociabilidade, conflitos urbanos e contradições do processo de modernização em curso na capital. Ao articular o estudo de imagem e texto, busca-se demonstrar como a revista não apenas retratou, mas também disputou narrativas sobre a cidade e sobre o Brasil. Ao problematizar a noção de progresso e ironizar as desigualdades sociais, o humor gráfico expôs as tensões entre tradição e inovação, revelando um Rio em disputa — entre elites e camadas populares, entre modelos culturais importados e práticas locais, entre o discurso oficial e a alternativas contestadoras.

Aponta-se ainda a questão do território, que não se restringe ao espaço físico da cidade, mas também envolve o território simbólico da cultura: quem tinha o direito de representar a identidade nacional? Ao analisar a *D. Quixote*, percebe-se que a modernidade carioca se expressava de maneira

plural, revelando contradições que escapavam ao discurso hegemônico paulista.

As charges como cartografia simbólica do Rio: A revista *D. Quixote* e o humor gráfico como representação crítica da cidade e das sociabilidades

Longe ainda de se consolidar, a imprensa brasileira viveu anos eufóricos já nos primeiros anos da recém proclamada república. Tal fato se deve a diferentes fatores: econômicos – com o apogeu do café; pela nova ordem política; os avanços na agilidade dos meios de comunicação; os programas de alfabetização que visavam erradicar o analfabetismo; os avanços tecnológicos que permitiram velocidade na impressão, melhorias tipográficas e nas ilustrações. As gráficas artesanais presentes no Império, agora davam lugar a modernas máquinas industriais, surgia assim um mercado editorial.[4]

Apesar desses fatores que permitiam a expansão da imprensa no país, mesmo com os esforços para tornar a população alfabetizada, ainda a maior parte era analfabeta. Neste sentido a imagem se tornou um meio de comunicação mais

4 DE LUCA, Tânia Regina de.; MARTINS Ana Luiza. *Imprensa e Cidade - Sociedade, Espaço e Tempo*. Editora UNESP, 2006, p. 37-38.

eficiente do que o texto escrito, justamente por seu poder de alcance e impacto visual. A imprensa, ao incorporar recursos gráficos variados — como litografias de qualidade, caricaturas criativas, gravuras impactantes, ornamentos em estilo *art nouveau* e até experimentações fotográficas — conseguiu ampliar significativamente seu poder de atração e persuasão. Dessa forma, as revistas ilustradas não apenas transmitiam informação, mas também criavam um apelo estético e emocional que favorecia a comunicação em massa. Esse processo consolidou a importância de profissionais especializados no trabalho gráfico, dando origem a um novo mercado editorial e cultural em torno da imagem impressa.

> Mas, no país de maioria analfabeta, a ilustração foi mais eficaz que a letra, de alcance imenso, levando-se em conta a força da imagem, decisiva para a comunicação de massa. Assim enriquecido, o periodismo potencializou-se com base em litografias precisas, caricaturas inventivas, imagens arrebatadoras de rotogravura, ilustrações florais artnouveau, nouveau, soluções fotográficas inusitadas. Logo, formouse se o novo mercado dos chamados especialistas gráficos.[5]

5 DE LUCA, Tânia Regina de.; MARTINS Ana Luiza. *Imprensa e Cidade - Sociedade, Espaço e Tempo*. Editora UNESP, 2006, p. 44.

A revista *D. quixote,* lançada em 1917 por Manuel Bastos Tigre, insere-se nesse contexto, já no início do século XX. O periódico reuniu importantes caricaturistas e escritores do período, como J. Carlos, Raul Pederneiras e Julião Machado. Com circulação de cunho nacional, a revista combinava crônicas, poemas, anúncios e principalmente charges, tornando-se importante patrimônio gráfico contribuinte na construção de uma visão irônica da vida carioca, por meio do humor gráfico.

Sendo o humor gráfico uma forma de comunicação visual que utiliza desenhos, como caricaturas, charges e cartuns, para provocar o riso e, ao mesmo tempo, estimular a reflexão crítica, este tipo de humor desempenhava uma função dupla: ao mesmo tempo em que divertia, questionava os discursos oficiais. Enquanto a caricatura exagera características físicas ou psicológicas para evidenciar a essência do retratado, a charge aborda acontecimentos atuais com ironia e crítica social, e o cartum trata de temas universais e atemporais[6].

Dessa forma, o humor gráfico vai além do entretenimento: ele se torna um recurso de análise e denúncia,

6 FREITAS, Richardson Santos de. *Humor Gráfico – Origem e chegada ao Brasil.* Nanquim, 28 mai. 2013. Disponível em: https://nanquim.com.br/historia-do-humor-grafico/. *Acesso em:* 04 set. 2025, 20:00h.

capaz de questionar a realidade e transmitir ideias de forma criativa, acessível e marcante. Neste sentido, as charges analisadas na revista *D. Quixote,* expunham as contradições do projeto de modernização urbana no Rio de, e funcionavam como um "mapa crítico" da cidade e de personagens do cotidiano, além disso ridicularizavam a política e ironizavam as elites.

O presente trabalho se utilizará da análise de charges veiculadas na revista *D. Quixote* entre 1919 e 1925, para compreender as representações da vida social e das tensões culturais no Rio de Janeiro da década de 1920. As charges, conforme referido, enquanto forma de humor gráfico, funcionam como instrumentos de crítica e reflexão sobre o cotidiano urbano, expondo, por meio da ironia e da caricatura, conflitos sociais, políticos e culturais. Essa abordagem permite identificar não apenas os estereótipos e personagens típicos da época, mas também os modos pelos quais a revista articulava uma visão crítica da modernidade e das transformações identitárias em curso.

As charges da *D. Quixote* revelam que o processo de reformas urbanas no Rio era marcado por conflitos. De um lado, o discurso de uma cidade "civilizada" e cosmopolita; de outro, a exclusão das camadas populares e a negação de suas tradições.

A sátira mostrava, por exemplo, como as demolições urbanas expulsavam moradores, ou como as autoridades exaltavam o "progresso" enquanto ignoravam problemas sociais básicos.

Outro aspecto relevante é a forma como a revista representava a vida social carioca: as ruas, tomadas por personagens em diálogo e interação, surgiam como espaços privilegiados de sociabilidade e de crítica. Nesse cenário, figuras urbanas como o malandro, o funcionário público, o político corrupto condensava tensões sociais e expunham a complexidade da identidade brasileira em formação, em contraste com o ideal de modernidade disciplinada das elites.

A análise semiótica permite perceber como elementos visuais — roupas, gestos, cenários — carregavam sentidos simbólicos, contrapondo tradição e progresso. Já ao fazer uma análise discursiva, fica evidente como legendas e textos reforçavam a ironia, desvelando posições ideológicas contrárias ao triunfalismo da modernidade. Dessa forma, imagem e palavra se combinavam para propor uma leitura alternativa do Rio moderno. A charge a seguir representa bem esse mapa crítico o qual o periódico representava.

Figura 1: Impressão dos nossos hóspedes



Fonte: Aspectos da "natureza", absolutamente em qualquer cidade civilizada do mundo Kalixto. Revista D. Quixote, ano 1922, Edição 280- p. 17.

A charge publicada pela revista *D. Quixote* em 1922, sob o título "Impressões dos nossos hospedes", deve ser compreendida no contexto da Exposição Internacional do Centenário da Independência, evento que trouxe ao Rio de Janeiro visitantes e delegações estrangeiras. Na imagem, observamos um contraste visual marcante: à esquerda, um homem de paletó, chapéu e guarda-chuva — representação do estrangeiro elegante, possivelmente um visitante europeu — olha com estranhamento para um grupo de brasileiros à direita,

que aparece descalço, malvestido, com roupas rasgadas ou informais, sugerindo pobreza e precariedade.

A legenda reforça a ironia: "Aspectos da 'natureza', absolutamente inéditos em qualquer cidade civilizada do mundo." O uso de aspas em "natureza" aponta o tom sarcástico, pois, ao invés de contemplar paisagens naturais exuberantes (um dos atrativos que o Brasil buscava exibir aos estrangeiros), o que se apresenta como "paisagem nacional" são as marcas sociais da desigualdade, vistas nos corpos maltrapilhos da população. Assim, a charge critica diretamente a contradição entre a imagem de modernidade e progresso que o governo queria projetar com a Exposição e a realidade concreta da miséria urbana que não podia ser escondida dos olhos dos visitantes.

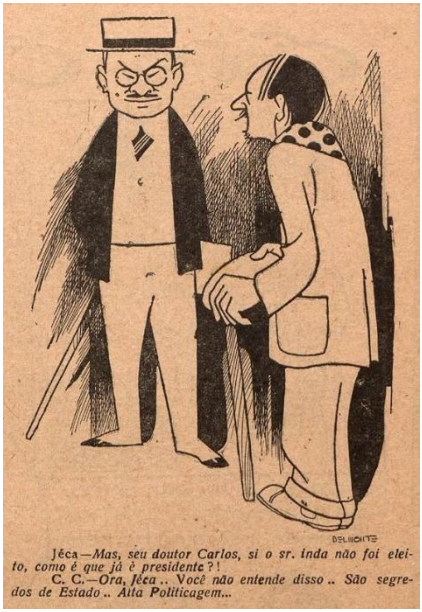
No caso dessa charge da *D. Quixote,* o tom é claramente crítico e irônico, não uma visão "naturalizada" de que o Rio seria apenas "terra de maltrapilhos". O que o autor faz é expor a contradição entre a imagem de cidade "moderna" e "civilizada" que o governo tentava exibir na Exposição Internacional de 1922 e a realidade social que saltava aos olhos dos visitantes. O uso da palavra "natureza" entre aspas na legenda já sugere ironia: em vez de mostrar ao estrangeiro a exuberância natural do Brasil ou o "progresso" urbano que se queria vender como vitrine, o

que se vê — e que acaba se tornando a "paisagem nacional" — são os pobres e descalços que habitavam a cidade.

Portanto, mais do que um retrato depreciativo da população carioca, a charge deve ser lida de maneira satírica: ela ironiza a incapacidade do Estado de ocultar a miséria diante dos estrangeiros e revela como, por trás do espetáculo modernizador, persistiam profundas desigualdades sociais. Não é uma visão de que "o Rio só tinha maltrapilhos", mas sim uma crítica ácida ao contraste entre o discurso oficial de "civilização" e a precariedade social.

A seguir, outra charge trazida da revista *D. Quixote* faz uma sátira política típica do início da década de 1920, marcada pelas disputas eleitorais e pelas manobras da chamada "política do café com leite", em que São Paulo e Minas Gerais se alternavam no poder. Na imagem, vemos dois personagens contrastantes: de um lado, o "doutor Carlos", figura caricata da elite política, trajado de forma elegante e imponente, com expressão séria e postura autoritária; do outro, o "Jeca", personagem popular, simplório, que representa o povo comum, sempre retratado como ingênuo e distante das artimanhas da alta política.

Figura 2: Sem Título



Fonte: Belmonte: Revista *D. Quixote,* ano 1924, Edição 00349, p 22.

O diálogo reforça a ironia: Jeca pergunta, com lógica simples, como Doutor Carlos já pode ser presidente se ainda não foi eleito, evidenciando a percepção popular de que as eleições pouco significavam diante das articulações prévias do poder. A resposta de Carlos desmonta qualquer ilusão democrática: “Você não entende disso… são segredos de Estado… Alta politicagem…”. O humor corrosivo está justamente em revelar o que era sabido, mas raramente dito com tanta clareza — a

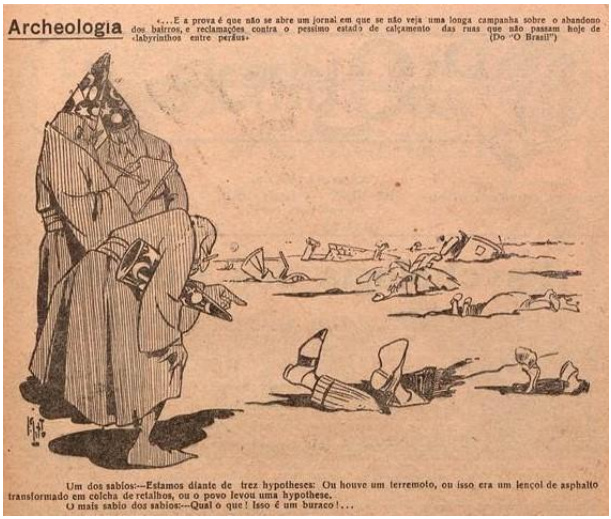
presidência não era resultado da escolha popular, mas sim de acordos e conchavos entre as elites dirigentes.

Aplicada ao contexto político e social do Rio de Janeiro (e do Brasil como um todo) na década de 1920, a charge expõe a fragilidade da democracia republicana, dominada pelo voto de cabresto, pelas oligarquias regionais e pela manipulação eleitoral. O povo, simbolizado por Jeca, aparece excluído do processo decisório, tratado como incapaz de compreender os "segredos" da política, quando na verdade é justamente quem sofre os efeitos diretos de tais práticas. Ao dar voz a essa relação assimétrica, a revista *D. Quixote* ridiculariza a classe política de forma satírica trazendo a distância entre as promessas republicanas e a realidade da representação popular. Nesse sentido, a charge funciona como mecanismo visual da exclusão política da maioria da população e do caráter antidemocrático que permeava a vida pública brasileira na década de 1920.

A charge "Archeologia", publicada na *D. Quixote* em 1924, transforma a precariedade do calçamento urbano em cena de "escavação" irônica para comentar os limites da modernização carioca no pós-Centenário. À esquerda, um grupo de "sábios" vestindo mantos e chapéus cônicos — figuras mais próximas do astrólogo carnavalesco do que do cientista —

observa e teoriza solenemente diante do que vê; à direita, o "sítio" a ser estudado são ruas esburacadas que engoliram corpos: pernas, braços e cabeças emergem do chão como se fossem vestígios de uma catástrofe antiga. A epígrafe no alto, ecoando reclamações recorrentes da imprensa sobre o abandono dos bairros e sobre o "péssimo estado do calçamento", ancora a cena no debate público da época.

Figura 2: Archeologia



Fonte: Kalixto. Revista *D. Quixote,* ano 1924, edição 350, p. 12

O diálogo embaixo acentua a sátira: os peritos alinham hipóteses grandiloquentes — terremoto, falha geológica, "lençol de asphalto" convertido em colcha de retalhos — até que o "mais sábio" reduz o mistério ao óbvio: "isso é um buraco". O humor

nasce do descompasso entre a retórica técnica e a experiência cotidiana do transeunte, e aponta para dois alvos simultâneos: a burocracia que tudo explica e nada resolve e o projeto de modernidade que investe em imagens de progresso enquanto negligencia infraestruturas básicas.

Formalmente, a composição alongada, com o vazio terroso dominando a metade direita, reforça a ideia de ruína e de cidade-armadilha; a hipérbole gráfica de pessoas soterradas pela via pública dramatiza acidentes e quedas reais, frequentes em ruas de paralelepípedos remendadas e asfaltos mal conservados. O título "Archeologia" traz o golpe final: o presente é tratado como passado, como se a cidade "moderna" já tivesse virado ruína a ser interpretada por doutos que, apesar do aparato, chegam tarde ao que o povo sabe de cor. Assim, a charge funciona como documento agudo da cultura visual de oposição: em plena década de 1920, marcada pelo centenário da Independência e pela Exposição de 1922, quando as autoridades pretendiam exibir a capital republicana como cidade cosmopolita.

A *D. Quixote* devolve a cena ao chão esburacado do cotidiano e inscreve, com humor cáustico, a distância entre espetáculo de pretendido "progresso" e vida urbana efetiva. Essa

charge se insere de maneira muito significativa no cenário político e social do Rio de Janeiro da década de 1920, período marcado por contradições profundas entre o discurso oficial e a realidade cotidiana da população. Após a Exposição Internacional de 1922, buscava-se afirmar- a cidade como capital moderna, cosmopolita e vitrine do Brasil para o mundo. Grandes obras urbanas vinham sendo celebradas como símbolos de progresso, mas, na prática, a infraestrutura básica permanecia precária: ruas esburacadas, calçamentos irregulares e bairros abandonados eram alvos constantes de críticas da imprensa e da população.

A sátira de *D. Quixote* expõe exatamente essa distância entre a retórica modernizadora e a experiência concreta do cidadão comum. Ao retratar os "sábios" especulando eruditamente diante de um simples buraco, a revista critica tanto a incapacidade administrativa da prefeitura quanto a tendência das elites intelectuais, econômicas e políticas de mascarar problemas evidentes sob discursos técnicos ou grandiosos. Ao mesmo tempo, a presença dos corpos "engolidos" pelas ruas sugere o impacto direto dessas falhas na vida da população, sobretudo das camadas mais pobres, que eram as mais afetadas pelas condições insalubres de circulação e transporte.

Politicamente, a charge dialoga com a crescente insatisfação popular em um contexto de efervescência social, marcado por greves operárias e exclusão da maioria da população. Nesse sentido, ela denuncia a face excludente do projeto de cidade pensado pelas elites republicanas: enquanto se exaltava a capital do futuro, o presente dos habitantes era marcado por descaso, improviso e desigualdade.

Modernidade às avessas: A crítica às vanguardas e ao modernismo nas páginas da *D. Quixote*

No início do século XX, foram conduzidas na capital da República reformas urbanas que incluíram a abertura de avenidas, a expansão da iluminação elétrica e a demolição de áreas populares, transformando o espaço urbano, mas também aprofundando desigualdades. O território carioca tornava-se, assim, palco de disputas entre a cidade modernizada projetada pelas elites e a cidade real, habitada pela população marginalizada.

Nesse contexto, o modernismo – entendido aqui como o movimento que propunha a renovação estética no domínio da

produção artística[7] – emergia como um movimento cultural voltado à redefinição da brasilidade. Em São Paulo, a Semana de Arte Moderna de 1922 consolidou uma narrativa hegemônica, apoiada pelas elites cafeeiras, que projetava a cidade como centro cultural do país. No Rio de Janeiro, por sua vez, intelectuais independentes e boêmios produziram outras formas de modernismo mais ligadas ao cotidiano urbano, à imprensa ilustrada e ao humor gráfico.[8]

A década de 1920 marcou um momento decisivo na configuração cultural brasileira, não apenas pelo surgimento do movimento modernista em São Paulo, mas também pelas tensões simbólicas que este gerou no restante do país, sobretudo no Rio de Janeiro. A Semana de Arte Moderna, realizada em 1922 no Teatro Municipal de São Paulo, consolidou a imagem paulista de vanguarda artística, alinhada às experiências de ruptura estética das vanguardas europeias

No entanto, a recepção do modernismo trazido pela vanguarda paulista não foi homogênea, nem tampouco pacífica.

7 MORAES, Eduardo Jardim de. *Modernismo Revisitado. Estudos históricos* - 1988/2, p. 221.
8 VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro. Turunas e quixotes*. 1ª ed. POD, KBR, Petrópolis, 2015. Disponível em: https://bit.ly/2IMeUKC.

No Rio de Janeiro os discursos modernistas foram frequentemente recebidos com sarcasmo e desconfiança, em especial pela imprensa humorística ilustrada, que desempenhou papel central na crítica e na problematização desse projeto cultural.

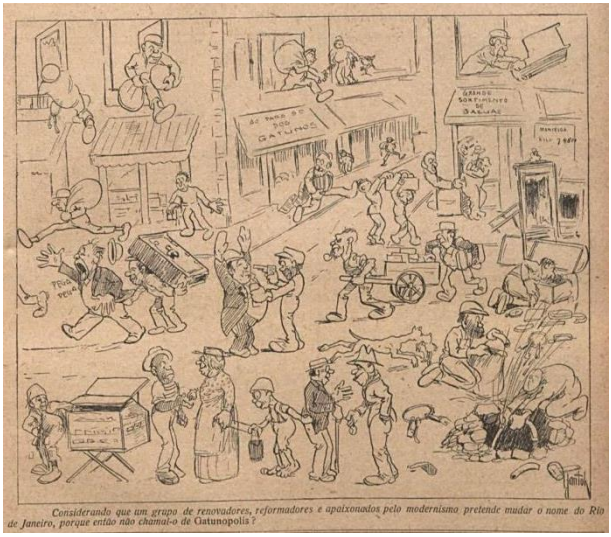
As disputas entre Rio e São Paulo, nesse período, ultrapassava a esfera cultural e tinham raízes econômicas, políticas e sociais. O Rio, como sede do governo federal, continuava a ser o principal centro de poder político e da vida editorial do país. Foi no Rio que se organizou a Exposição Internacional de 1922, pensada como vitrine do "progresso" nacional no contexto do centenário da independência. São Paulo, por sua vez, emergia como novo polo de poder econômico, sustentado pela riqueza cafeeira, e buscava afirmar sua centralidade também no campo cultural. A Semana de 22, financiada por setores da elite paulista, tinha, portanto, não apenas a dimensão estética, mas também a intenção de deslocar a hegemonia cultural carioca[9].

9 MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira***.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001, 3, imp, p.98.

Nesse cenário, a imprensa ilustrada carioca, representada aqui pela revista *D. Quixote*, tornou-se um espaço privilegiado de resistência simbólica. Por meio de charges, caricaturas e textos satíricos, a revista ironizava tanto o discurso oficial de modernização urbana do Rio quanto as pretensões vanguardistas paulistas. Essa postura crítica evidencia que a modernidade no Brasil não deve ser entendida como processo linear ou consensual, mas como campo de disputa em que diferentes projetos se enfrentavam pela autoridade de definir a identidade nacional.

Um exemplo significativo é a charge publicada em 1919, que sugere renomear o Rio de Janeiro como "Gatunópolis". A cena mostra uma cidade em caos, repleta de furtos, desordem e personagens grotescos, acompanhada pela legenda que propõe o novo nome da capital. A crítica é dupla: de um lado, questiona o discurso oficial da Exposição Internacional, que pretendia apresentar o Rio como vitrine; as reformas modernizantes, nesse caso, aparecem mais uma vez como fachada, incapazes de ocultar as contradições sociais da cidade.

Figura 4: Sem Título



Fonte: Revista *D. Quixote*, ano 1919- Edição 123- p. 13

"Considerando que um grupo de renovadores, reformadores e apaixonados pelo modernismo pretende mudar o nome do Rio de Janeiro, porque então não chamá-lo de Gatunópolis?"

As charges publicadas na revista D. *Quixote* constituem uma importante fonte para compreender as disputas culturais e simbólicas entre Rio de Janeiro e São Paulo no contexto de eventos que visavam trazer a "modernidade" (ou diferentes projetos em torno do que esta deveria ser e representar) para o centro da discussão no país. A charge abaixo, publicada na

revista, se no contexto das tensões culturais entre Rio de Janeiro e São Paulo, evidenciadas principalmente pela realização da Semana de Arte Moderna.

Figura 3: nós temos talento



Revista *D. Quixote*, ano 1922, edição 251, p.17.

Na parte superior da imagem, um grupo de homens exibe cartazes que proclamam frases como “temos talento”, “somos gênios” e “técnicos de reputação”, numa clara ironia à autoproclamação dos modernistas paulistas como representantes da vanguarda artística nacional. O tom satírico é reforçado pelo

letreiro em destaque — “NÓS TEMOS TALENTO” — que sugere a artificialidade dessa afirmação, insinuando que se trata mais de autopromoção do que de reconhecimento real. A vitrine logo abaixo, onde aparecem obras simplificadas e figuras quase grotescas, reforça a crítica: aquilo que os modernistas apresentavam como renovação estética é reduzido pela revista carioca à expressão de uma arte infantilizada e desprovida de substância. Além disso, a figura do homem caído no canto inferior direito, segurando e olhando o dedo fixamente, sugere a desconexão entre esse movimento elitizado e a realidade popular, indicando que a suposta genialidade não dialogava com as necessidades culturais e sociais mais amplas.

Nesse sentido, a charge expressa a disputa simbólica entre São Paulo e o Rio de Janeiro em torno da legitimidade de representar ou encarnar a “modernidade” brasileira – isto é, de se afirmar como centro artístico e cultural brasileiro no novo século. A crítica da revista, portanto, não se restringe ao movimento modernista paulista, mas revela o embate de prestígio e protagonismo cultural que atravessava as duas cidades naquele ano emblemático.

Três anos mais tarde, em 1925, a revista publicou outra charge emblemática, em que o modernismo é equiparado ao

futurismo, sendo este definido como “tudo quanto começa a ficar passado”.

Figura 4: Esplica-se



Fonte: Revista *D. Quixote*, ano 1925- Edição 00438, p.12

A cena, composta por um homem de aparência professoral, uma mulher de trajes exóticos com cocar estilizado e um cão magro, sintetiza a visão da *D. Quixote* sobre o movimento: mais do que vanguarda, o modernismo paulista seria um modismo efêmero, já ultrapassado na Europa e importado tardiamente para o Brasil. A presença da figura feminina com adereços indígenas, caricatura das tentativas modernistas de incorporar elementos nacionais à arte, reforça a

crítica ao que retratado, pela revista, como exotismo e ~~à~~ artificialidade do movimento.

Aqui, o riso funciona como arma de deslegitimação, ao reduzir o modernismo paulista à condição de caricatura e moda passageira. Nesse sentido, a charge não apenas ironiza a estética modernista, mas também reflete as tensões regionais e culturais entre Rio e São Paulo na década de 1920. Enquanto a capital federal buscava se afirmar como vitrine da modernidade por meio de obras urbanísticas e de eventos como a Exposição Internacional de 1922, o campo das artes no Rio mostrava maior resistência em reconhecer a legitimidade do modernismo paulista, frequentemente encarado como elitista, excêntrico e desconectado da realidade nacional. A imprensa humorística carioca, representada pela *D. Quixote*, posiciona-se, assim, como espaço de crítica e resistência, desafiando a narrativa paulista que colocava a Semana de Arte Moderna como marco incontestável da inovação artística e cultural no Brasil.

Portanto, a charge deve ser compreendida como parte de um debate mais amplo sobre os diferentes significados atribuídos à modernidade no Brasil, revelando que o modernismo não foi unanimidade, mas antes um movimento disputado, alvo de desconfiança. Longe de representar apenas

uma brincadeira isolada, a imagem demonstra como a cultura impressa ilustrada funcionava como arena de embate simbólico, no qual se confrontavam projetos distintos de identidade nacional, modernização e renovação estética.

Ao analisar essas charges em conjunto, percebe-se que a disputa simbólica entre Rio e São Paulo estava longe de ser apenas estética. Tratava-se de uma luta pela autoridade cultural de representar o "Brasil moderno". São Paulo reivindicava esse papel a partir de sua vanguarda artística, enquanto a revista carioca, por meio da sátira, questionava a validade dessa pretensão, expondo as contradições e ironizando os experimentalismos. A imprensa humorística carioca, ao ridicularizar o modernismo, buscava preservar a centralidade do Rio como capital cultural e política, ao mesmo tempo em que apontava ambiguidades de processos e projetos de modernização em curso na cidade e no país.

Assim, a análise das charges da *D. Quixote* revela que o modernismo não foi unanimidade, mas alvo de resistências e disputas, constituiu-se como campo de tensões, em que diferentes projetos se enfrentaram por meio de símbolos, representações e discursos. Ao satirizar o modernismo paulista, a *D. Quixote* não apenas criticava a estética vanguardista, mas

também se posicionava em uma disputa mais ampla sobre quem teria legitimidade para falar em nome da identidade nacional. Nesse sentido, as charges funcionam como documentos históricos que contribuem na compreensão da dimensão conflitiva de diferentes concepções de modernidade e modernismo e a importância da imprensa ilustrada como espaço de ~~e~~ crítica política e cultural.

Considerações finais

As análises realizadas ao longo deste trabalho evidenciam que o humor gráfico, no contexto da revista *D. Quixote*, constituiu-se como um recurso fundamental para compreender as contradições sociais e culturais acerca do processo de modernização carioca no início do século XX. Mais do que simples ilustração, a charge assumiu papel de linguagem autônoma, capaz de traduzir em imagens a crítica social e cultural em um país marcado pelo analfabetismo e pela desigualdade. Nesse sentido, as representações gráficas funcionaram como uma espécie de cartografia simbólica da cidade, revelando não apenas seus espaços e personagens, mas também as disputas em torno da definição de uma identidade nacional.

Ao explorar a vida social, a boemia, os símbolos urbanos e as tensões entre projetos elitistas de "progresso" e exclusão, o humor gráfico expôs a busca por um projeto de nação "civilizada", que se contrastava com a permanência de práticas e ~~figuras~~ permanências do passado. Dessa forma, as charges não apenas documentaram o momento histórico, mas também problematizaram as narrativas oficiais, desvelando uma leitura irônica e crítica dos acontecimentos, entre eles a Exposição Internacional de 1922.

Assim, pode-se concluir que o humor gráfico se tornou uma poderosa ferramenta de representação e contestação, permitindo que revistas como *D. Quixote* ocupassem um espaço de destaque na reflexão do que se entendia por modernidade, o modernismo e as identidades urbanas no Brasil. Seu valor histórico não reside apenas na comicidade, mas sobretudo na capacidade de interrogar, por meio da sátira e da ironia, os rumos de uma sociedade em transformação. Nos 460 anos do Rio de Janeiro, revisitar essas imagens permite compreender que a modernidade não foi um processo linear, mas um campo de tensões entre diferentes projetos de cidade e de nação. A *D. Quixote*, ao ironizar a vida cotidiana, ofereceu ainda uma visão

alternativa do modernismo brasileiro, mais ligada ao cotidiano urbano e às contradições sociais.

Referências

DE LUCA, Tânia Regina de.; MARTINS Ana Luiza. *Imprensa e Cidade - Sociedade, Espaço e Tempo.* São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DE LUCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luiza. *História da Imprensa no Brasil.* São Paulo: Editora Contexto, 2006, 306 p.

FREITAS, Richardson Santos de. HUMOR GRÁFICO – Origem e chegada ao Brasil. *Nanquim*, 28 mai. 2013. *Disponível em:* https://nanquim.com.br/historia-do-humor-grafico/. Acesso em: 04 set. 2025, 20:00h.

KERN, Maria Lúcia Bastos. Modernidade e Modernismo. *Estudos Ibero-Americanos,* I (1984), p. 151-160.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira.* São Paulo: Companhia das Letras, 2001, 3ª

MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo Revisitado. *ESTUDOS HISTÓRICOS* - 1988/2, p. 221.

REVISTA *D. Quixote.* Edições 1919-1925. *Disponível em:* https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=095648&pagfis=7384

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Modernismo no Rio de Janeiro. Turunas e quixotes.* 1ª ed. POD, KBR, Petrópolis, 2015. *Disponível em:* https://bit.ly/2IMeUKC.

E aí, tem patrocínio? Tem. E polêmica também

Fábio Rodrigues de Almeida
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: "A escola dá samba e o samba dá aula — uma análise dos enredos críticos das escolas de samba do Rio de Janeiro em tempos de crise democrática (2013-2023)", ainda em andamento.

A partir de uma abordagem histórico-cultural e discursiva, e do uso de fontes primárias e secundárias, o presente trabalho tem como foco a reflexão sobre o papel dos patrocínios na elaboração dos enredos das escolas de samba do Grupo Especial do Rio de Janeiro, especialmente para o Carnaval de 2013 — análise que, no entanto, observa o fenômeno em uma escala temporal ampliada. Considerando que os enredos patrocinados têm implicações nas direções temáticas, narrativas e estéticas seguidas pelas agremiações, a pesquisa se volta, também, às polêmicas suscitadas por essa prática em diferentes esferas. Nesse sentido, o estudo contribui para a compreensão das possibilidades e dos desafios que envolvem a criação

artística do campo carnavalesco, marcada por disputas simbólicas, negociações políticas e interesses mercadológicos.

E aí, tem patrocínio?

O título deste artigo inspira-se naquele apresentado pela Estácio de Sá no Carnaval de 2001: *E aí, tem Patrocínio? Temos: "José"* — uma homenagem ao jornalista negro e expoente da causa abolicionista no Brasil, José do Patrocínio.

Embora o enredo estaciano não fizesse alusão explícita à questão dos patrocínios como instrumento de atração financeira pelas escolas de samba, o título original tem uma duplicidade de sentidos, típica da linguagem momesca e em diálogo com sua época — razão pelo qual optou-se por resgatá-lo.

Afinal, se em 2001 — apesar de o homem voar na avenida — o Carnaval ainda não era feito nas estrelas, como previu a Mocidade Independente de Padre Miguel em 1985[1], o início do século XXI impunha às escolas de samba do Rio de Janeiro importantes desafios: manter-se competitivas entre si e

1 O desfile da Acadêmicos do Grande Rio em 2001, com o enredo *Gentileza, o profeta saído do fogo*, apresentou o dublê Eric Scott representando um astronauta que, utilizando um equipamento de alta tecnologia, voou sobre a pista do sambódromo do Rio de Janeiro. Já a Mocidade Independente de Padre Miguel, em 1985, levou à Sapucaí o enredo *Ziriguidum 2001, Carnaval nas estrelas*, antecipando, de forma alegórica, uma futura folia interestelar.

atrativas ao público, em sintonia com as transformações que o novo milênio trazia. Cada vez mais grandiosos, tecnológicos e luxuosos, seus desfiles buscavam consolidar-se como espetáculos de alto nível em escala global. Para sustentar essa realidade, os patrocínios — presentes desde os anos 1980, mas intensificados a partir da década de 1990 — tornaram-se peças-chave na engrenagem carnavalesca. É preponderante, nesse sentido, o fenômeno dos chamados enredos "CEP" — expressão que, sob uma lógica mais tradicional, designa uma classe de enredos que, contando com algum tipo de incentivo econômico, ocupam-se de aspectos relacionados a uma cidade, estado ou país[2]. Sob uma ótica mais ampla, no entanto, os enredos "CEP" englobam também aqueles que, mesmo não vinculados diretamente a uma localidade, recebem patrocínios associados à escolha e ao desenvolvimento do tema proposto para o desfile.

De acordo com Luiz Antônio Simas e Fábio Fabato (2015), o primeiro enredo patrocinado foi *Samba, suor e cerveja, o combustível da ilusão*, apresentado pelo Império Serrano em 1985 e desenvolvido por Renato Lage e Lilian Rabello. Na

2 No jargão carnavalesco, o termo "CEP" remete tanto às letras inicias dessas formas de organização territorial (Cidade, Estado, País) quanto, por associação irônica, ao Código de Endereçamento Postal, sistema técnico oficial de catalogação de logradouros no Brasil.

ocasião, a escola obteve "verba extra" para a realização do desfile, investida por uma famosa marca de cerveja, sem que o auxílio implicasse em interferências no conteúdo temático.

Essa dinâmica de comercialização a partir do tema ganhou força e sentido de organização na década de 1990, tendo como marco o enredo *Mais vale um jegue que me carregue do que um camelo que me derrube… lá no Ceará*, apresentado pela Imperatriz Leopoldinense em 1995 e desenvolvido por Rosa Magalhães. Com patrocínio articulado pelo então governador daquele estado, Tasso Jereissati, a escola recebeu apoio financeiro de empresários cearenses, o que contribuiu para a conquista do bicampeonato e simbolizou a institucionalização dessa prática (Bezerra, 2018).

Vieram, depois, no final dos anos 1990 e início dos 2000, diversos enredos sobre cidades e estados brasileiros, reforçando a lógica "CEP" tradicional, em que escolas de samba recorrem a temas regionais para captar recursos. Como observa Leonardo Bruno (2021 apud Sabino, 2021), houve uma "sacada" por parte das agremiações para atrair investimentos governamentais, aproveitando-se de um eixo temático já consolidado desde a década de 1960, com desfiles dedicados a importantes localidades do Brasil, porém sem contrapartida econômica.

Bruno ressalta, no entanto, que muitos enredos patrocinados do final do século XX, como o da Imperatriz Leopoldinense, em 1996 — sobre a princesa Leopoldina, com apoio financeiro do governo da Áustria —, e o da Acadêmicos do Salgueiro, em 1998 — sobre Parintins —, ainda não eram prontamente reconhecidos como projetos comercializados.

Além dos "CEP" clássicos, a busca pela ampliação de receitas naquele período deu origem, por exemplo, a enredos sobre a cerveja (novamente), o cacau e a culinária (com aporte da Nestlé), articulando-se também temas associados a empresas como TAM, VARIG e Vale do Rio Doce. Nota-se, contudo, que nem sempre a projeção de se angariar fundos a partir do eixo narrativo do desfile foi exitosa.

Pedro Sabino (2021, p. 4) assinala que esse fenômeno ocorreria devido à não formalização do acordo ou pela ausência de "algo concreto para monetizar a produção do enredo, apenas a investida da agremiação". No Carnaval de 1999, por exemplo, em que existiam entre as 14 integrantes do Grupo Especial 11 enredos com potencial de patrocínio, com os desfiles daquele ano já se aproximando, a maioria das escolas de samba não havia conseguido efetivar a chegada de novos capitais por essa via —

realidade que não se reflete em caso isolado, “adentrando o novo milênio e se repetindo várias vezes”.

Entre a lógica do patrocínio e a liberdade criativa

Se a fórmula “CEP” consolidou-se como estratégia de financiamento ao longo dos anos 1990, o início da década seguinte traria à tona tensões entre os interesses institucionais e a autonomia artística dos carnavalescos. Exemplo paradigmático é o carnaval da Imperatriz Leopoldinense de 2002, quando Rosa Magalhães desenvolveu o enredo *Goitacazes... Tupi or not Tupi, in a South American Way!* Na ocasião, a escola obteve o patrocínio de R$ 1,8 milhão da Prefeitura de Campos dos Goytacazes. No entanto, houve intensa polêmica devido a insatisfação daquela administração municipal e de parte da sociedade campista: entendia-se que o projeto não retratava a história da cidade, seus vultos e legados culturais, tampouco as riquezas e belezas locais — estrutura habitualmente esperada pelos investidores.

Distintamente, o enredo destacava aspectos do passado de Campos a partir dos índios goytacazes e da antropofagia — sobretudo simbólica. Articulava, assim, momentos históricos e estéticos: dos relatos sobre povos originários ao romantismo

indianista, passando pelo modernismo de 1922 e o Manifesto Antropófago, ilustrado por Tarsila do Amaral. Por fim, incorporava o neoantropofagismo da Tropicália, evocando Carmen Miranda como precursora da antropofagia cultural e símbolo de um Brasil alegre, exótico e estilizado sob o signo da folia. Leonardo Bora (2014) observa que, seguindo nessa direção, Rosa Magalhães evitava a linhagem "CEP" convencional, de matriz empresarial, centrada na exaltação do potencial turístico e econômico da cidade, optando por uma narrativa alegórica da brasilidade.

Bora (2014) ressalta, todavia, que interpretações equivocadas por parte de jurados e da mídia moldaram o debate pré e pós-Carnaval de 2002 sobre a escola de Ramos, que acabaria fracassando na busca pelo tetracampeonato. Em matéria da *Folha de S. Paulo* de 11 de fevereiro de 2002 — dia do desfile oficial da Imperatriz —, a jornalista Sabrina Petry afirmou que a agremiação "recebeu R$ 1,8 milhão da Prefeitura de Campos para falar das 'belezas' da cidade", porém Rosa Magalhães teria preferido "contar a história dos índios goitacás, primeiros habitantes da região", afirmando não haver "nenhuma beleza no local". Trata-se, contudo, de uma informação falsa ou distorcida: como já mencionado, tal escolha estava

fundamentada em critérios históricos e simbólicos, e não em juízos depreciativos.

Já a matéria da jornalista Débora Batista, publicada no portal UOL em 15/02/2002, traz o depoimento do prefeito de Campos, Arnaldo Vianna, que, além de manifestar desacordo com o que a Imperatriz Leopoldinense apresentou na avenida, expressa o temor de que os munícipes cobrassem uma resposta institucional diante do que assistiram pela TV. Por esse motivo, a Procuradoria do município não descartava a possibilidade de processar a escola, condicionando a decisão à análise das imagens do desfile e à verificação do cumprimento contratual. Respondendo pela Secretaria de Comunicação, Hélio Cordeiro esclarece que o investimento de quase R$ 2 milhões na tricampeã do carnaval — parte oriunda dos cofres públicos, parte de empresas como Banerj e Petrobras —, visava a promover a imagem de Campos, mas gerou frustração, pois o enredo não destacava o fato de a cidade ser berço de figuras como Nilo Peçanha e José do Patrocínio e a primeira da América do Sul a contar com energia elétrica. O estranhamento popular também foi noticiado: “Eu vi muita banana e tubarão na avenida. Nunca soube que Campos tivesse essas coisas”, comentou o técnico de informática Rodrigo Pessanha de Souza.

Embora se desconheça a existência do contrato citado e a efetivação do processo judicial contra a Imperatriz, o episódio, além de ilustrar a gestão de conflitos entre interesses políticos e econômicos nos enredos patrocinados — em tensão com a perspectiva autoral e as complexas dinâmicas internas das escolas de samba —, também põe em relevo o caráter formativo dessas agremiações. As citações reproduzidas são sintomáticas nesse sentido, uma vez que o descontentamento com o projeto de Rosa Magalhães decorre, sobretudo, do tipo de história contada, ao distanciar-se das esperadas narrativas "canônicas" e "oficiais" — materializado de forma educativa e culturalmente densa, embora percebido como desconectado daquilo que seus "mecenas" almejavam.

A polêmica dos patrocínios e a "crise do enredo" no Carnaval 2013

O início da década passada registra não apenas o momento de inserção mais notória dos enredos patrocinados na estruturação dos desfiles das grandes escolas de samba do Rio de Janeiro, mas também, consequentemente, o auge da polemização envolvendo tal prática.

Pode-se citar como icônico o caso da Unidos do Porto da Pedra, que, em 2012, desenvolveu o enredo *Da seiva materna ao equilíbrio da vida* — patrocinado pela empresa Danone — ao abordar a história do iogurte. A proposta gerou forte repercussão negativa na imprensa e entre especialistas, sendo considerada um reflexo extremo do processo de mercantilização que, há décadas, atravessava a organização da manifestação cultural de maior destaque no país. Mesmo antes de se apresentar oficialmente na Sapaucaí, a representante de São Gonçalo no Carnaval carioca foi alvo de duras críticas.

Já o autor do enredo, o carnavalesco Jaime Cezário, defendia a ideia de que falar do iogurte renderia sim um bom desfile. Queixoso do pré-julgamento recebido, em matéria assinada por Alice Fernandes e publicada em *O Globo* no dia 19 de janeiro de 2012, Cezário argumentava:

> Não consigo entender as críticas. Muitas escolas já tiveram enredos patrocinados e um produto delicioso como o iogurte gera toda essa polêmica? Os carnavais estão cada vez mais caros, então não tem como abrir mão do apoio de grandes empresas. O mais cruel dessa história é já entrar na avenida com o trabalho pré-julgado. As pessoas têm todo o direito de não gostar do enredo, mas não podem criticar sem saber o que falam.

Apesar desse apelo, o debate relativo aos limites da liberdade criativa frente aos interesses comerciais prosseguiu, somando-se a ele os juízos desfavoráveis à obviedade alegórica marcante no desfile da Porto da Pedra. A escola levou para a avenida uma comissão de frente simbolizando lactobacilos e alas com fantasias de coalhada, manteiga e queijo. O conjunto da obra, incapaz de empolgar o público presente na Sapucaí, tampouco sensibilizou os jurados, cujas notas culminaram no rebaixamento da agremiação[3].

Esse caso pode ser tomado como prelúdio do que viria a acontecer nos preparativos para o Carnaval seguinte, uma vez que os enredos divulgados pelas escolas de samba do Grupo Especial voltaram a registrar massiva presença de projetos patrocinados. A novidade, porém, é que essa diretriz, mais do que suscitar questionamentos no universo carnavalesco, converteu-se em um ingrediente relevante do processo eleitoral de 2012.

Naquele ano, o então candidato à Prefeitura do Rio de Janeiro, Marcelo Freixo, do Partido Socialismo e Liberdade

3 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2012/02/20/carnaval-2012-porto-da-pedra-tenta-mas-nao empolga.htm> Acesso em 16/01/2024.

(PSOL), propôs que a Secretaria Municipal de Cultura assumisse o controle dos desfiles das escolas de samba realizados na cidade, condicionando a liberação de verbas públicas à apresentação de enredos com "contrapartida cultural". Entre outras críticas, destacava-se a alegação de que a atuação de investidores com interesses comerciais interferia nos temas ou levava a escolhas duvidosas.

Diante da acusação — por parte de outros políticos e dos dirigentes das agremiações envolvidas na polêmica — de querer instaurar um mecanismo de censura, Freixo argumentara que tal demanda havia surgido do manifesto *Nossa avenida vai além do carnaval*, que contou com a adesão de importantes nomes do "mundo do samba", como Fernando Pamplona, cujo depoimento sobre o tema foi reproduzido por Luiz Gustavo Schimitt em matéria publicada no *Extra*, em 23 de agosto de 2012. De acordo com Pamplona:

> As escolas se vendem muito barato para os patrocinadores. Entregaram tudo para a LIESA, que faz o que bem entende, inclusive legalmente. A coisa entrou numa comercialização tão grande que há cinco ou seis anos eu não vejo mais carnaval. Que façam com cunho cultural para resgatar o carnaval!

Apesar desse tipo de crítica — um tanto romântica, dado o grau de desenvolvimento dos desfiles, e também subjetiva, por ser conceitualmente frágil qualquer tentativa de definir o que seria essa "contrapartida cultural" —, o fato é que os enredos patrocinados são apenas uma parte das estratégias de captação de verbas. Atualmente, existem departamentos de marketing qualificados em praticamente todas as escolas de samba, com a responsabilidade de negociar investimentos e promover ações ligadas ao fortalecimento de sua imagem (Alecrim, Aquino, 2013). Isso revela não uma inocência, um ato de se vender de forma artesanal, mas a aplicação de uma lógica empresarial que atravessa a estrutura orgânica dessas agremiações, articulada em consonância com interesses institucionais.

Outro aspecto relevante a se considerar diz respeito às normas que regulam a exibição de patrocínios. No Grupo Especial, a Liga Independente das Escolas de Samba (LIESA) proíbe o uso — explícito ou implícito — de *merchandising* em enredos, alegorias e adereços, alas, destaques, samba-enredo e qualquer outro meio de exposição.

As únicas exceções limitam-se às vestimentas dos empurradores de alegorias, aos prospectos com a letra do samba-

enredo e instrumentos musicais da bateria, desde que estes exibam exclusivamente a marca do fabricante.

Além de complexa — pelos pontos já apresentados —, a análise das questões que envolvem a captação de recursos pelas escolas de samba, sob o prisma discutido neste artigo, implica, finalmente, na própria definição do que se entende por enredos patrocinados. Para tanto, concebe-se, em primeiro lugar, que o enredo patrocinado é aquele que, de algum modo, atende a interesses promocionais de terceiros — frequentemente governos ou marcas privadas —, que exercem imposição ou influência sobre a escolha temática ou narrativa do desfile, aportando, em troca, recursos para viabilizá-lo.

Não obstante, deve-se recordar que a relação construída em torno dessa modalidade de enredos nem sempre é harmônica ou bem-sucedida. Ocorre ainda que, ocasionalmente, o patrocínio não seja oficializado ou publicizado, permanecendo uma penumbra quanto a ser um "mito" ou realidade. Tampouco há uma regra sobre o prévio acordo entre as partes, de modo que, por vezes, é a própria escola quem propõe o enredo com o objetivo de, no desenvolvimento do seu carnaval, obter contratos vantajosos.

Com base nesses aspectos — e recusando uma abordagem comum sobre a questão, que dicotomiza os enredos entre autorais e patrocinados —, defende-se que, mesmo no caso de patrocínio, o enredo não deixa de ser autoral.

Isto posto, propõem-se que, tipologicamente, os enredos patrocinados possam ser agrupados em quatro categorias, assim constituídas:

I) Patrocínio explícito e declarado — financiamento com comunicação pública e tematização direta;

II) Institucional/governamental — apoio de entes públicos voltado à promoção regional ou turística;

III) Cultural/indireto — parceria formal com instituições culturais ou festivais, sem caráter promocional direto;

IV) Velado ou não declarado — casos em que há fortes indícios de patrocínio, mas sem divulgação oficial.

Essa classificação contribui para compreender que a dinâmica do patrocínio, no contexto do Carnaval das escolas de samba, está longe de ser um fenômeno homogêneo — variando em grau de visibilidade, formalidade e impacto estético. Considerando tal proposição, o Quadro 1 organiza, por ordem de classificação, os enredos das agremiações que se apresentaram nos desfiles do Grupo Especial do Rio de Janeiro

em 2013, indicando informações relevantes sobre seu desenvolvimento e a tipologia de patrocínio eventualmente identificada.

Quadro 1 – Enredos do Grupo Especial 2013: presença e tipologia de patrocínios.

Escola	Criação/ Desenvolvimento	Título do enredo	Temática central	Tipo de patrocínio	Possíveis investidores
Unidos de Vila Isabel	Unidos de Vila Isabel	A Vila canta o Brasil, Celeiro do mundo – Água no feijão que chegou mais um ...	Brasil rural	Explícito e declarado. Financiamento com comunicação pública e tematização direta.	BASF e entidades da agroindústria
Beija-Flor de Nilópolis	Beija-Flor de Nilópolis	Amigo Fiel – Do Cavalo do amanhecer ao Mangalarga Marchador	Cavalos e sua relação com os seres humanos	Explícito e declarado. Financiamento com comunicação pública e tematização direta.	Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador
Unidos da Tijuca	Unidos da Tijuca	Desceu num raio. É trovoada! O Deus Thor pede passagem para mostrar nessa viagem	Alemanha e sua cultura	Cultural/indireto. Parceria formal com instituições culturais ou	Consulado da Alemanha e marcas alemãs

		a Alemanha encantada		festivais, sem caráter promocional direto.	
Imperatriz Leopoldinense	Imperatriz Leopoldinense	Pará – O Muiraquitã do Brasil. Sob a nudez forte da verdade, o manto diáfano da fantasia	Estado do Pará	Institucional/governamental. Apoio de entes públicos voltado à promoção regional ou turística.	Governo do Pará
Acadêmicos do Salgueiro	Acadêmicos do Salgueiro	Fama	Fama e celebridades	Velado ou não declarado. Há fortes indícios de patrocínio, mas sem divulgação oficial.	Revista Caras
Acadêmicos do Grande Rio	Acadêmicos do Grande Rio	Amo o Rio e vou à luta … Ouro Negro sem disputa	Petróleo/Pré-Sal	Institucional/governamental. Apoio de entes públicos voltado à promoção regional ou turística.	Petrobras

Portela	Portela	Madureira … Onde meu coração se deixou levar	Bairro de Madureira	Sem indícios de patrocínio.	Governo de Mato Grosso
Estação Primeira de Mangueira	Cid Carvalho	Cuiabá: um paraíso no centro da América	Cidade de Cuiabá-MT	Institucional/governamental. Apoio de entes públicos voltado à promoção regional ou turística.	
União da Ilha do Governador	Alex de Souza	Vinícius, no plural. Paixão, poesia e Carnaval.	Homenagem a Vinícius de Moraes	Sem indícios de patrocínio.	
São Clemente	Fábio Ricardo	Horário Nobre	Telenovelas	Sem indícios de patrocínio.	
Mocidade Independente de Padre Miguel	Alexandre Louzada	Eu vou de Mocidade com samba e Rock in Rio – Por um mundo melhor	Rock in Rio	Cultural/indireto. Parceria formal com instituições culturais ou festivais, sem caráter promocional direto.	Rock in Rio e marcas relacionadas ao evento.

Inocentes de Belford Roxo	Wagner Gonçalves	As sete Confluências do Rio Han – 50 anos de imigração da Coreia do Sul no Brasil	Coreia do Sul	Explícito e declarado. Financiamento com comunicação pública e tematização direta.	Governo da Coreia do Sul

Fonte: Autoria própria, 2024.

Sobre o Quadro apresentado, ressalva-se que a contagem de enredos patrocinados varia conforme o critério adotado na análise. Veja-se, por exemplo, a matéria assinada por Diego Barreto e publicada em *O Globo*, no dia 7 de dezembro de 2012, intitulada *Dez das doze escolas do Grupo Especial desfilarão com enredos patrocinados em 2013*. Nesse caso, o texto inclui a São Clemente, aventando um suposto apoio institucional da TV Globo ao enredo *"Horário Nobre"*. Adotou-se, no entanto, neste artigo, um critério mais estrito, considerando apenas enredos cujo patrocínio tenha sido financeiramente declarado ou amplamente documentado na imprensa.

Por outro lado, como foi possível constatar a partir da análise dos enredos patrocinados de 2013, não houve, em comparação com seus congêneres de anos anteriores, nenhuma grande inovação em relação aos temas abordados. As narrativas se estruturam, por um lado, sob o rótulo "CEP" mais tradicional

— Cuiabá, Pará, Alemanha e Coreia do Sul. Nesse nicho, teve bastante repercussão negativa o enredo da Mangueira, que, em pleno centenário de nascimento de Jamelão, optou por homenagear a capital de Mato Grosso, fato que gerou controvérsia interna e externa, por ignorar uma figura histórica da escola e por submeter sua narrativa a interesses turísticos regionais.

Houve também enredos que investiram em outro caminho amplamente explorado pelas escolas de samba há décadas, que se pode definir como "selo cultural", seja ele da musicalidade — *Rock in Rio* — ou da homenagem a personalidades da vida pública — *Fama*. Embora ambos os casos tenham sido alvo de grandes polêmicas, ao contrário do Salgueiro, onde o processo foi mais velado, a Mocidade fez questão de deixar às claras suas intenções, lançando seu projeto de carnaval na Cidade do Rock e utilizando a marca do Festival no logotipo do enredo, além das frases "Eu vou" e "Um um mundo melhor", também associadas ao evento. A escola recebeu R$ 600 mil em patrocínio da Artplan, agência de publicidade de Roberto Medina e produtora do *Rock in Rio*, arrecadando ainda R$ 1,5 milhão da Leader, R$ 500 mil da Souza Cruz e R$ 70 mil da Tim (Alecrim, Aquino, 2013).

Igualmente tradicional é a vertente de exaltação às riquezas nacionais — agricultura e petróleo. A Vila Isabel, que se sagrou campeã de 2013, apesar do desfile luxuoso e samba-enredo popular, teve que lidar com críticas em razão da narrativa ufanista apresentada e pela ausência de problematizações sociais e ambientais relacionadas à agroindústria. A narrativa da Grande Rio seguiu o mesmo viés ufanista, igualmente desprovido de maiores problematizações ambientais e sociais ao tratar da exploração petrolífera.

Até mesmo a aversão ao tema do cavalo Mangalarga Marchador por alguns é questionável, afinal, quase duas décadas antes o jegue já havia sido personagem de um desfile icônico e vencedor. No caso da Beija-Flor, vice-campeã de 2013 com outro luxuoso desfile, seu enredo atravessava a história a partir da relação dos seres humanos com os cavalos. Contando com patrocínio de R$ 6 milhões, aportados pela Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador (Alecrim, Aquino, 2013), a agremiação nilopolitana exaltava aquela raça equina como patrimônio nacional, embora tal escolha tenha sido geralmente considerada pouco relevante por parte da crítica especializada.

Acredita-se, no entanto, que a fonte da polêmica registrada em 2013 não está nos enredos em si, que, com o talento dos carnavalescos responsáveis por seu desenvolvimento e sustentados por ampla pesquisa, conseguiram manter sua relevância cultural. O incômodo maior nasce da elevada concentração de enredos patrocinados naquele momento, questão que já vinha sendo tensionada nos debates carnavalescos.

Do ponto de vista político, apesar da importância da proposta de Freixo sobre os enredos patrocinados, o contexto era desfavorável ao condicionamento da subvenção pública às escolas de samba mediante apresentação de enredos com contrapartida cultural. Além da dificuldade de definição desse conceito, conforme já alertado, havia uma boa relação entre a Prefeitura do Rio de Janeiro, tendo à frente Eduardo Paes, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e as agremiações. Assim, além do incremento das verbas destinadas ao Carnaval, articulavam-se projetos para a maior autonomia da gestão dos desfiles e que incentivavam a busca por parcerias privadas. Nesse cenário, o que se verificou foi uma intensa rejeição da administração da LIESA e de suas afiliadas à proposta e à candidatura de Freixo, ao mesmo tempo em que se

deu a intensificação do apoio à reeleição de Paes, confirmada ainda em Primeiro Turno.

De todo modo, mesmo que o apelo do manifesto *Nossa avenida vai além do carnava*l, a favor de enredos mais culturais, não tenha se firmado de imediato, fatores como a saturação do modelo "CEP" e as frequentes críticas que recebia, bem como mudanças na conjuntura econômica e política brasileira em meados da década passada acarretaram em uma gradual alteração no quadro dos enredos apresentados pelas escolas de samba do Carnaval carioca, culminando, cerca de cinco anos depois, na retomada dos chamados "enredos críticos".

Considerações finais

A análise revela que os enredos patrocinados, enquanto instrumentos de capitalização das grandes escolas de samba do Rio de Janeiro, não se limitam à oposição entre autoria e interesse comercial. Ao propor uma tipologia que considera graus de formalidade, visibilidade e intenção estética, o estudo evidencia a complexidade das relações entre cultura e mercado. Em muitos casos, apesar das polêmicas, o patrocínio convive com pesquisas de qualidade e soluções criativas, permitindo às agremiações preservar sua identidade artística — ainda que

diversos fatores tenham contribuído para o desaparecimento progressivo dos enredos "CEP" e das formas convencionais de patrocínio nos últimos anos.

Referências

ALECRIM, M.; AQUINO, W. Os mercadores do samba. *IstoÉ*, São Paulo, 07 fev. 2013. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130213135336/http://www.istoe.com.br:80/reportagens/274203_OS+MERCADORES+DO+SAMBA>. Acesso em: 17 jan. 2024.

BARRETO, D. Dez das doze escolas do Grupo Especial desfilarão com enredos patrocinados em 2013. *O Globo,* Rio de Janeiro, 7 dez. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/carnaval/dez-das-doze-escolas-do-grupo-especial-desfilarao-com-enredos-patrocinados-em-2013-6963875>. Acesso em: 16 jan. 2024.

BATISTA, D. Imperatriz pode ser processada pela prefeitura de Campos. *UOL Notícias*, São Paulo, 15 fev. 2002. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20230627023731/https://noticias.uol.com.br/ajb/2002/02/15/ult741u3289.jhtm>. Acesso em: 15 jan. 2025.

BEZERRA, L. A. *As transformações nas redes de financiamento das grandes escolas de samba (1984-2015)*. 302 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

BORA, L. A. *A antropofagia de Rosa Magalhães*. 336 f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FERNANDES, A. Porto da Pedra e o desafio de falar sobre o iogurte. *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 jan. 2012. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/carnaval/porto-da-pedra-o-desafio-de-falar-sobre-iogurte-3720075>. Acesso em: 16 jan. 2024.

PETRY, S. Imperatriz tenta o tetracampeonato hoje. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 11 fev. 2002. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SABINO, P. P. Escolas de samba como veículo publicitário: o desfile dos enredos patrocinados. *Anagrama,* São Paulo, ano 15, v. 2, jul. / dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.usp.br/anagrama/article/view/188839/178446>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SCHMITT, L. G. Escolas de samba reagem à proposta de candidato do PSOL. *Extra*, Rio de Janeiro, 22 ago. 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/escolasde-samba-reagem-proposta-de-candidato-do-psol-5882255>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SIMAS, L. A.; FABATO, F. *Pra tudo começar na quinta-feira: o enredo dos enredos*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

Rock e a onda conservadora: A atuação de Lobão e Roger Moreira na construção do antipetismo e na mobilização da extrema-direita no Brasil (2013-2018)

Fausye Mendes de Carvalho Gama Failace
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ

Introdução

Este texto decorre da pesquisa realizada na dissertação de mestrado, cujo título é: "Você é o retrato de quem te condenava: nova direita e conservadorismo no rock brasileiro (2013 a 2018)", concluída em 2025. Começamos nossa abordagem a partir de uma análise sobre a relação de dois importantes músicos do rock nacional dos anos 1980 e 1990 com o movimento de atualização das direitas no contexto brasileiro. O referido movimento, porém, não é um fenômeno novo, mas podemos observar que ganha contornos mais bem demarcados a partir do ano de 2013 (Singer, 2021).

Essa articulação das direitas vem sendo gestada desde a década de oitenta, mais precisamente com a redemocratização e, segundo Casimiro (2018), ainda estaria em curso. No entanto, nos últimos anos, principalmente a partir do segundo mandato presidencial de Lula da Silva e dos governos subsequentes de

Dilma Rousseff, podemos observar sua articulação de forma mais sistematizada. A insatisfação de frações da burguesia com os governos petistas e necessidade de retomada de um plano hegemônico das classes dominantes foram capilarizadas para a sociedade através de múltiplos aparelhos privados de hegemonia financiados por capital nacional e estrangeiro. Esses aparelhos tornaram os valores liberais e conservadores mais palatáveis, apresentando essa visão de mundo como única alternativa possível para reerguer o país afundado em "corrupção, roubalheira e crises". Mobilizou boa parte de uma sociedade descontente através das redes sociais e dos grandes conglomerados da comunicação que, exaustivamente, atribuíram a pecha de corrupta somente à administração petista e às coligações que a apoiaram. Essa adesão contou, sobretudo, com o apoio das classes médias e também com o apoio de alguns setores da classe artística e musical.

Destacamos então os sujeitos de nossa análise que são duas figuras centrais no cenário musical dos anos 1980 no Brasil: Lobão e Roger Moreira que, junto com suas bandas, desempenharam papel importante na cena do rock brasileiro. Seus álbuns, à época, contavam com canções que falavam de amor, de temas juvenis e cotidianos. Entretanto, algumas

canções ficaram marcadas com um cunho político e de protesto. Ambos foram jovens crescidos sob um estado de exceção e que em sua adolescência e juventude experienciaram uma sociedade em processo de redemocratização. A canção *Inútil*, por exemplo, já foi tema das Diretas Já, embora hoje possamos analisá-la sob outro prisma. Lobão, por sua vez, contou entre suas canções, com composições críticas à ditadura, como "Canos Silenciosos" e "O Rock errou", além de críticas sociais, como podemos observar na canção e no clipe da música "Revanche", "O eleito", dentre outras.

Embora os sujeitos estudados nesta pesquisa tenham manifestado esse posicionamento de forma mais incisiva na primeira metade dos anos 2000, é a partir da ascensão dos governos petistas e, sobretudo do governo Dilma Rousseff, que uma parcela de artistas brasileiros (não somente do gênero rock, mas também de outros gêneros musicais) passou a adotar, de forma mais contundente, um discurso e posturas conservadoras, e não raro, reacionárias. Essas posturas foram explicitadas em entrevistas, algumas vezes em shows, mas principalmente nas redes sociais. Alguns, como no caso dos sujeitos de nossa dissertação, aderiram a um discurso contra a ordem, contra as instituições públicas e leis de fomento cultural. Bradavam contra

os governos petistas, pois temiam a possibilidade da implantação de um regime comunista no país por parte destes.

Os anos 1980 e o contexto político no auge do Rock Brasil

Os anos 1980 são marcados por um processo de transição de um regime ditatorial para um governo democrático. E juntamente com esse processo de redemocratização e abertura política, podemos observar uma efervescência no campo da cultura, nas artes, no cinema e também na música. Muitas bandas e artistas emergem nesse contexto.

Após o processo gradual de abertura política, podemos observar novos demarcadores da direita no Brasil. Se durante a ditadura civil-militar, o que poderia configurar como um alinhamento à direita seria o apoio ao golpe e ao regime, agora, com a redemocratização, essa direita aos poucos vai se desenhando principalmente com lideranças empresariais e sua adesão a práticas neoliberais.

É neste contexto que emergem como músicos os personagens sob os quais essa pesquisa se debruça: Lobão e Roger Moreira. Ambos compuseram a cena do rock brasileiro dos anos 1980, junto com bandas como Kid Abelha & Os Abóboras Selvagens, Blitz, Paralamas do Sucesso, Barão

Vermelho, Vímana, João Penca & Seus Miquinhos Amestrados, dentre outras (Alexandre, 2013, p. 248). Marcos Napolitano propõe então a noção de que "talvez o rock brasileiro tenha sido a música da transição democrática da Nova República, e não a da abertura política" (Napolitano, 2010, p.390).

Lobão, com algumas bandas que fizera parte e também em carreira solo, e Roger, com a banda Ultraje a Rigor, produziram álbuns e composições à época que denotavam insatisfações de uma geração que crescera sob a ditadura civil-militar. Nesse sentido, destaca-se a importância da canção *Inútil*, de Roger Moreira, como símbolo das mobilizações pelas Diretas Já. Lobão, por sua vez, também produziu canções famosas com teor crítico à ditadura, como *Canos Silenciosos* e *O Rock errou* além de outras composições que contam com críticas sociais. Nas eleições de 1989, Lobão fez campanha para Luiz Inácio Lula da Silva na Globo em horário nobre e em rede nacional, além de ter sido militante do MST.

No entanto, em tempos mais recentes, esses músicos voltaram a ocupar os espaços das mídias não mais por suas produções musicais, mas sim sobre seus posicionamentos políticos alinhadas com pensamentos liberais, conservadores e mesmo reacionários. Apresentaram falas negacionistas e

revisionistas, manifestando apoio à ditadura civil-militar, minimizando a tortura e o tratamento que os presos e perseguidos políticos recebiam, criticando as instituições públicas, leis de fomento à cultura, bem como os movimentos sociais. Imbuídos pelo discurso da nova direita que adquiria novos contornos e mecanismos, criticavam tudo que tivesse relação com a esquerda política no Brasil, alegando que esta era corrupta e responsável pela crise pela qual o país passava.

Vamos tirar o hype da esquerda!

Conforme já citado, nos tempos mais recentes, dos anos 2000 em diante, ambos os músicos têm pautado cada vez mais seus discursos em críticas, sobretudo aos governos petistas. Após o segundo mandato de Dilma Rousseff essa crítica se torna mais acirrada e os referidos músicos retomam os meios midiáticos, mas não mais com suas produções musicais, mas sim reproduzindo em suas redes sociais um discurso conservador, elitista, armamentista e fortemente alinhado com a nova direita, que vinha recuperando cada vez mais espaço na sociedade brasileira.

Embora Lobão já tivesse sinalizado sua insatisfação com as alas à esquerda e principalmente com o PT desde o início dos

anos 2000, é um episódio de lançamento de sua autobiografia *50 anos a mil* que marcaria o seu rompimento com a esquerda. Demonstrando total desinformação, em uma de suas falas, critica a Comissão Nacional da Verdade, afirmando que ela atuaria sob um critério imparcial e dúbio para julgar os crimes cometidos durante o período do regime militar: "Aí tem que ter anistia pros caras de esquerda que sequestraram o embaixador, e pros caras que torturavam, arrancavam umas unhazinhas, não [risos]. Essa foi horrível [risos]. Mas é, é bem isso".[1]

Mesmo recebendo duras críticas após este episódio, Lobão ratifica essa declaração em 2013 no seu livro *Manifesto do Nada na Terra do Nunca*. Inicia o livro com uma poesia intitulada "Aquarela do Brasil 2.0", na qual podemos identificar uma série de críticas que vão desde moralismo, doutrinação universitária por intelectuais que recebem propina, críticas a um governo cheio de reveses, críticas ao povo que apoia este governo insinuando que este não pensa por si só e é alimentado por migalhas. Realiza críticas aos ditos "artistas consagrados" e aos subsídios da Cultura, como a Lei Rouanet. Em dado momento, se coloca como parte desse todo, com pertencimento

1 Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2011/06/cantor-lobao-exalta-ditadura-militar-e.html>. Acesso em: 04 jun. 2024.

dele a este lugar, afirmando em seus versos ser uma *Terra do Nunca*, um país que se recusa crescer, com uma "geração de frouxos com síndrome de dignidade intelectual", e comemora o fato dele se posto à margem, ser invisibilizado pela sociedade, pela grande imprensa, se colocando como o *Nada*, como quem vai denunciar e colocar um fim nessa "lambança de favorecimentos e apadrinhamentos" (Lobão, 2013). Essa própria ideia de se colocar como o *Nada*, como se não fizesse parte dessa totalidade, perpassa uma dessas referências da chamada nova direita, que é essa noção do *outsider* e do não pertencimento a nenhum grupo ou comunidade. É uma característica de políticos da direita. Donald Trump, Javier Milei e Jair Bolsonaro são claros exemplos de políticos adeptos desse discurso, de não pertencerem a política e apresentarem-se como alternativa. Sobre Bolsonaro, Demian Melo pontua que "no sistema político brasileiro, ele foi sempre um *outsider*, alguém de fora dos grandes esquemas do processo político do regime da República de 1988, e por isso, foi capaz de se colocar como alguém 'contra tudo isso que ta aí'" (Melo, 2023, p.178).

Ainda no ano de 2013, Lobão foi convidado a escrever uma coluna semanal para a *Veja*, e declarou:

> Naquele momento, a *Veja* era o epítome da voz da oposição ao PT e tida pela esquerda como semanário repulsivo e ninho de reacionários incorrigíveis. E pensando com meus botões, divaguei: "Nada mais underground e provocador que escrever na *Veja*! Simbora nessa! (Lobão, 2020, p.80).

Aqui percebemos no teor de sua fala uma intenção de provocar, de transgredir, de ir na contramão da maioria:

> Foi um dos momentos de insurreição mais abstratos de nossa história, mas também foi a primeira grande brecha para a eclosão de um segmento há muito adormecido na sociedade brasileira: a direita autoritária, os reacionários, os intervencionistas militares e toda uma gama de extravagantes insatisfeitos com o tal do lulopetismo, que, desde o fim do período militar, foi banida para o interior de seus respectivos armários e de lá não mais houvera a mínima possibilidade moral de pensar em sair (Lobão, 2020, p. 85).

Em 2016 lança o álbum "O Rigor e a Misericórdia", cujo título é pinçado de um ensaio de Olavo de Carvalho. O álbum possui várias composições que manifestavam seu posicionamento e insatisfação com a situação política na qual o país se encontrava. Destacamos a canção "A marcha dos Infames", que como o próprio título já traduz, é uma marcha, como todos os elementos que compõem esse estilo musical,

como se fosse um recrutamento, um chamamento. A inspiração da canção veio do fato de o músico ter seu nome incluído numa lista elaborada pelo PT e disposta no site oficial do partido, contendo os nomes de alguns jornalistas, influenciadores e personagens famosos por flertarem com o discurso das direitas.

Destacamos, aqui, alguns trechos da canção. Ao afirmar que, "Tanto martírio em vão/ estupro da nação/ até quando este sonho ruim/ este pesadelo sem fim?", Lobão refere-se à continuidade de governo do PT na reeleição de Dilma Rousseff, um "estupro à nação", depois de dizer "tanto martírio em vão", provavelmente referindo-se às mobilizações de junho de 2013, que antecederam as eleições. E completa se questionando se esse pesadelo não terá fim, quando diz: "[...] e um céu sem esperança / a infâmia cobriu/ com o manto da ignorância / O desastre que nos pariu [...]". Assim, está afirmando que um manto de ignorância cobriu esta pátria, que ele coloca como desastre. Em um tom elitista, o manto de ignorância ele está se referindo é o povo, à grande massa da população que reelegeu Dilma. No trecho "e o sangue dos ladrões/ de outros carnavais/ na veia de vilões / tratados como heróis". Mais uma vez refere-se ao fato de o PT permanecer no poder, com o sangue dos ladrões já conhecidos e tratados como heróis. Ele já menciona essa ideia

do político corrupto como herói, referindo-se a José Sarney, na sua música *Um bobo pra Cristo* em 1989.

Aqui, podemos identificar uma continuidade em sua fala no que tange às críticas à esquerda e aos governos do PT. Lobão afirma ter sido um dos primeiros artistas a tecer essas críticas à esquerda, que se intensificam com os episódios do *mensalão* em 2005, aliado às decepções de ter apoiado o PT por 11 anos (Lobão, 2020, p.12). O "rito de passagem", no entanto, teria sido em 2004, quando da guerra do Iraque e em relação aos bombardeios executados por aviões norte-americanos a aliados. Ali, Lobão ouviu falar pela primeira vez a expressão "fogo amigo"e decidiu ir à festa de aniversário de José Genoíno, vestindo uma camisa feita a mão com os dizeres: "100% friendlyfire". Segundo o músico,

> Me dirigi ao Genoíno com aquele friozinho na barriga que todo terrorista que se preze deve sentir antes de cometer seu atentado. Ao me aproximar numa distância de um potencial abraço, e um tanto ansioso, proferi, traduzindo sem transição os dizeres que gritavam nervosos no peito estufado, para definir melhor o 100% *friendlyfire* prateado escrito à mão: "Fogo amigo! Fogo Amigo!" Ele reagiu à mensagem me enviando um sorriso forjado por décadas de tarimba, no mais espesso e enigmático silêncio. (Lobão, 2020, p.14).

A decisão de apoiar Bolsonaro está explicitada mais claramente no seu segundo livro biográfico, *60 anos a mil*, publicado e lançado dez anos após o lançamento de *50 anos a mil.* Lobão afirmou que estava indeciso em relação aos candidatos, como que em um dilema. Mas que após o sete de setembro, "com a turbinada facada em Bolsonaro, só restavam duas opções: ou você votava em Fernando Haddad ou em Jair Bolsonaro" (Lobão, 2020, p. 231).

Lobão foi muito atuante em suas redes sociais, manifestando oposição à esquerda, ao PT e difundindo a propaganda bolsonarista com grande vigor. Trabalhou arduamente para que suas *hashtags* de apoio a Bolsonaro e de convocações para os atos golpistas alcançassem o maior número de internautas, às vezes com o alcance dos *trendtopics* em menos de 15 minutos (Lobão, 2020, p. 233).

Já Roger Moreira, em entrevista concedida à *Revista Dynamite* nº 72, datada de abril de 2004, mas republicada no site *Rock em Geral* em abril de 2010, o repórter faz trocadilho com sua canção, perguntando como será agora que "a gente sabemos escolher presidente" e Roger respondeu: "Não sei se sabe, não...". Ressaltando que 2004 era o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, podemos perceber em seu discurso já à

época um teor de crítica à competência do então presidente eleito e crítica aos programas sociais:

> O Lula é bom como oposição, mas é até bom ele ter sido eleito, para o pessoal ver como é que é. Ele tá dando continuidade, talvez não com a mesma competência, mas não se pode saber isso agora. Não tem inflação, mas tá tudo travado. Tem uma série de projetos que eu acho bobos, como o Fome Zero, é um negócio meio paternalista, acho que tem que dar condições, mesmo que demore.[2]

Desta fala podemos depreender críticas ao governo Lula e a seus programas de políticas públicas estruturais de caráter emergencial como o *Fome Zero*.

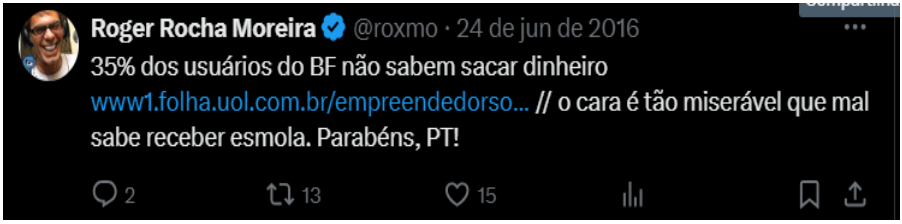
A partir de 2011, Roger Moreira passou a compor a banda do programa *talk show* do apresentador Danilo Gentili, humorista do gênero *stand-upcomedy* que desde sempre tece duras críticas ao PT e à esquerda no Brasil. Seu discurso e posicionamento político estão muito alinhados com a "nova direita". O apresentador responde a diversos processos devido a suas declarações ofensivas contra mulheres, negros, pessoas com deficiência, dentre outras minorias. Neste programa, Roger

2 Disponível em: <http://www.rockemgeral.com.br/2010/09/08/ultraje-a-rigoro-casamento-perfeito-entre-rock-e-bom-humor/> Acesso em: 13 set. 2024.

não só coaduna com o tipo de humor que Gentili trabalha, mas também se sente muito confortável para destilar toda sua ira contra a esquerda, contra as instituições públicas, contra as minorias e contra a suposta "ditadura comunista" que afirmam categoricamente que o Partido dos Trabalhadores queria implantar no Brasil.

Em postagem no *Twitter* em 2016, já sob o governo Dilma Rousseff, Roger torna não só a criticar as políticas de transferências de renda, mas chama as pessoas de miseráveis e que não sabem receber esmolas, denotando uma fala claramente classista nos moldes de sua canção oitentista que fala "a gente pede grana e não consegue pagar".

Figura 13: Roger criticando o Bolsa Família.



Fonte: acesso em: 25 abr. 2024.

Em 2017, na ocasião da produção do livro *Guia Politicamente Incorreto dos anos 80 pelo rock*, Roger foi convidado por Lobão para uma conversa sobre a época de

sucesso dos dois como músicos, "sobre a trajetória do Ultraje, a produção musical daquele período, o papel das gravadoras, a rapaziada do metiê, as panelinhas, sua visão sobre Tropicália, a MPB, entre outras tantas coisas" (Lobão, 2017) Lobão destaca, nesta parte do livro, o Ultraje como uma das bandas mais importantes do rock brasileiro, com letras somando "um humor anárquico e esbaldante" (Lobão, 2017). O encontro acabou rendendo uma parceria inédita: a composição de uma canção pelos dois músicos denotando todas as suas insatisfações com a política de esquerda no Brasil. A canção cujo título é *O Bobo*, que critica os jovens universitários de esquerda, critica manifestações, e algumas partes que são faladas os músicos tentam "imitar" a voz e forma de falar de Lula da Silva. Fala em "patrulha" provavelmente fazendo alusão ao *patrulhamento de esquerda* que a nova direita sempre reitera:

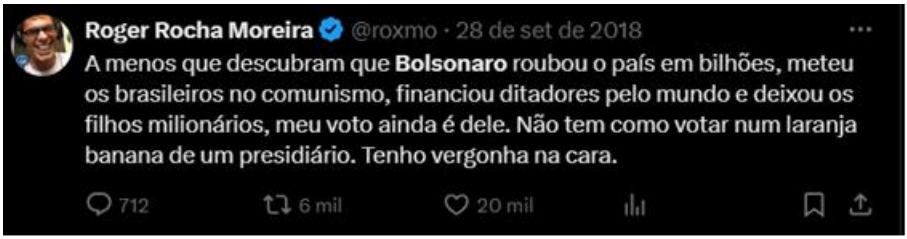
> "é tão rebelde quanto um carneirinho/ que obedece a patrulha pra não ser patrulhado/ e alguém ta rindo da sua certeza/ um revoltado bobo é uma beleza de se enganar/ você caiu feito um marreco no esquema/ que pena/ mas é que o burro não sabe que é burro/ ele só quer tirar onda no meio da manada/ Papai Noel te fez de rena" (Lobão e Roger Moreira, 2017).

A música foi a primeira parceria de Roger e Lobão. Com uma execução bem rápida, com a bateria sobressaindo bem aos

outros instrumentos e a guitarra bem delimitada, Lobão afirmou que embora a gravação tenha ficado uma "pedrada, e, como já esperávamos, a repercussão foi próxima ao nulo, mas nos divertimos a beça" (Lobão, 2020, p. 180).

Nas eleições presidenciais de 2018, Roger manifestou apoio ao candidato Jair Messias Bolsonaro, alinhado à extrema-direita. Roger é muito atuante em suas em suas redes sociais, principalmente *Instagram* e *Twitter*, nos quais posta diariamente. Em relação a seu apoio a Bolsonaro, o músico afirma no Twitter, conforme imagem abaixo, que:

Figura 16: Tuíte em apoio a Bolsonaro.



Fonte: Acesso em: 21 jul. 2024.

Podemos observar diversas de suas postagens a favor do discurso armamentista, militarista e anticomunista. Em entrevista para o site *UOL* e questionado sobre o seu discurso contribuir com a extrema-direita, ele afirma que sim, e que deveria contribuir mesmo, porque, segundo ele, já foi muito

polarizado para o outro lado e muitas coisas simples não são compreendidas por conta do "politicamente correto". Que em sua opinião deveria sim, radicalizar para o outro lado.[3]

Considerações Finais

Podemos inferir que ambos os músicos, Lobão e Roger, adotaram esse posicionamento mais alinhado à direita, mas, sem sombra de dúvidas, Roger é o mais reacionário entre os dois. Sua figura representa exatamente a personificação dessa "nova direita" que tem se configurado no Brasil. Seja agredindo minorias, rechaçando programas sociais, minimizando ditaduras ou disseminando notícias falsas, Roger, enquanto pessoa pública, angariava mais seguidores que coadunavam seu pensamento. Durante o curso desta pesquisa, suas redes sociais, sobretudo o *Twitter*, foram bastante acessadas. Cada vez que entrávamos em seu perfil, observamos o número de seguidores aumentados em cada acesso. O que não ocorria com Lobão, visto que ele já manifestou críticas e rompimento com Jair Bolsonaro e Olavo de Carvalho já nos primeiros anos de mandato de

3 Disponível em: < https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/11/13/roger-do-ultraje-a-rigor-ataca-a-esquerda-e-nega-radicalismo-ponderado.htm>. Acesso em: 10 jul. 2024.

Bolsonaro. É um demarcador social o fato de que o mais reacionário entre os dois tenha cada vez mais seguidores, enquanto o outro perde seguidores a cada postagem mais "progressista" ou crítica a Jair Bolsonaro. Álvaro Bianchi é pontual e assertivo quando fala que é no terreno cultural que estamos perdendo a guerra, no qual as "correntes tradicionalistas, conservadoras, liberais e fundamentalistas estão ganhando a guerra" (Bianchi, 2016, p.121). Roger serviu muito bem a esse projeto que Castro Rocha chama de *guerra cultural*, que se retroalimenta, dentre outras coisas, do discurso de combate à corrupção, do sentimento do *antipetismo,* da moralização aliada à pauta dos costumes que juntas vão constituir o combustível perfeito para construir cada vez mais as narrativas polarizadoras. A constante iminência de um inimigo comum, de algo constantemente a ser combatido é parte constitutiva desse radicalismo das direitas o que João Cezar de Castro Rocha vai definir como:

> "uma matriz de produção em série de narrativas polarizadoras cuja radicalização crescente engendra sem trégua inimigos imaginários, mantendo a militância em estado permanente de excitação. Sua força consiste em associar a ação política à dinâmica das redes sociais, produzindo um curto-circuito no sistema político

> representativo por meio do engajamento típico do universo digital" (Rocha, 2023, p.19).

Essa é uma diferença pontual entre os dois músicos. Lobão recebeu apoio de setores da esquerda em determinadas épocas de sua vida e de sua carreira e teve sim posturas e posicionamentos progressistas em vários momentos de sua carreira. Em mais de uma ocasião foi convidado por programas de entrevistas como *Roda Viva,* o qual já foi entrevistado algumas vezes, o que não ocorre com Roger. Até a dificuldade de coleta de material é um demarcador, pois a quantidade de material relacionado a Roger ou ao Ultraje a Rigor é ínfima e isso foi um ponto de dificuldade para a realização da pesquisa. Mesmo com todo sucesso que foi atribuído ao grupo quando do lançamento do *Nós Vamos Invadir Sua Praia*, como o primeiro disco de rock brasileiro a ganhar o Disco de ouro e de platina, foi difícil acessar material referente a eles nos anos 1980. Atualmente, Roger é muito ativo em suas redes sociais, publicando diariamente. Entretanto, suas postagens têm tido basicamente o mesmo teor de críticas ao PT e de tudo que permeie o social. Lobão, por sua vez, tem bastante material produzido, cinco livros publicados, entrevistas, *podcasts*,

programas televisivos o que demandou uma filtragem em seu material para nossa análise.

Ao analisarmos as trajetórias de vida de cada um desses músicos, podemos constatar que se assemelham em muitos aspectos. Ambos falam de um lugar de privilégios. São homens brancos, advindos de famílias com excelentes condições financeiras se compararmos com a maioria da população brasileira. Viveram uma vida financeiramente confortável, estudaram nas melhores escolas, tiveram a oportunidade de morar fora do país, embora por motivos diferentes. Roger Moreira era morador da região dos Jardins em São Paulo, e estava longe dos jovens engajados que militavam no movimento estudantil recém-surgido. Assim, "adolescente, a transgressão não ia além dos sapos que apanhava na fazenda dos pais e soltava nas aulas. Em vez de contestação juvenil, algazarra inconsequente" (Pilagallo, 2023, p. 73).

Ao traçarmos um comparativo com outras bandas da mesma época, como a Legião Urbana, por exemplo, que contava com uma série de composições contra o regime militar, contra as torturas e abusos por parte dos militares e forças policiais, vemos que sustentavam suas convicções ideológicas também

fora das canções.[4] Como pontua Mattos (2016) e também conforme foi analisado nesta pesquisa, já é possível vislumbrarmos traços desses posicionamentos ainda nos anos 1980 quando percebemos a questão do nacionalismo e da corrupção em algumas das composições de Lobão e uma ojeriza à política em canções de Roger (Mattos, 2016, p.252). Isso nos possibilita depreender que tais músicos, guardadas as devidas proporções, já demonstravam esse posicionamento de longa data, por mais que um deles tivesse por alguns momentos essa oscilação, entre se encaixar em algum padrão ou ir contra a ordem vigente, como é o caso de Lobão. A possibilidade da retomada às mídias também foi um fator condicionante, pois obtiveram lucros com o reerguimento de suas carreiras, mas não foi o único fator. Podemos inferir que ambos tornaram-se militantes da direita, sobretudo no período das eleições de 2018.

Em relação ao apoio a Jair Bolsonaro, logo nos primeiros anos de seu mandato, Lobão já discordava de sua gestão e de sua pessoa, tornando-se um crítico tanto do presidente quanto de Olavo de Carvalho. Já Roger Moreira mantém seu apoio

4 Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/a-critica-a-ditadura-militar-na-obra-da-banda-brasiliense-legiao-urbana/> Acesso em: 12 jan. 2025.

incondicional a Bolsonaro até os dias de hoje. Além disso, suas redes sociais estão sempre recheadas de postagens grosseiras, ácidas e ofensivas às minorias. Como já citado anteriormente, algumas já lhe renderam alguns processos e ordens de retirada de postagens falsas pela ministra do Supremo Tribunal Federal, Carmem Lúcia.[5]

A origem de classe de ambos os músicos é relevante, contudo, por si só, não justifica e nem elucida historicamente seus posicionamentos. O ostracismo no qual se encontravam, aliado ao ressentimento e ao recalque manifesto na crítica à MPB como uma instituição inalcançável, ao "intelectual de esquerda" e todos os cânones que permeiam este universo também são aspectos fundamentais para que possamos compreender este posicionamento. Outra questão importante é o fato de a "reinvenção" de suas carreiras coincidir com esse avanço do conservadorismo que está inserido em um processo histórico da construção desse novo projeto de estruturação da hegemonia burguesa e diretamente ligado à atualização do movimento das direitas no Brasil (Casimiro, 2020, p.11).

5 Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/19/tse-determina-que-roger-moreira-apague-postagens-com-mentiras-sobre-lula.ghtml>.Acesso em: 20 ago. 2023.

Referências

ALEXANDRE, Ricardo. *Dias de luta:* o rock e o Brasil dos anos 80. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013.

ASCENÇÃO, Andréa. *Ultraje a Rigor: nós vamos invadir sua praia*. Caxias do Sul: Belas Letras, 2011.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; ALMEIDA, Gelsom Rozentino de; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira (orgs.). *Miragem do Brasil:* dos governos PT ao golpe de 2016 e à ascensão conservadora. Rio de Janeiro: Garamond, 2020.

CASARA, Rubens R.R. *Bolsonaro*: o mito e o sintoma. São Paulo: Contracorrente, 2020.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros . *A tragédia e a farsa.* A ascensão das direitas no Brasil contemporâneo. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A nova direita no Brasil*: aparelhos de ação político-ideológica e atualização das estratégias de dominação burguesa (1980-2014) 2016. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Niterói, 2016.

CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.) *Direita, volver!* O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

DEMIER, Felipe. *Depois do Golpe:* a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X 2017.

DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs.). *A Onda Conservadora*: Ensaios sobre os Tempos Atuais Tempos Sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

FREITAS, Carolina; BARROS, Douglas; DEMIER, Felipe (orgs). *Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013 a 2023)*. São Paulo: Usina Editorial, 2023.

KAYSEL, André. *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015

LOBÃO – Cena de Cinema – Rio de Janeiro: RCA Victor, 1982.

LOBÃO – Cuidado! - Rio de Janeiro: RCA Victor, 1988.

LOBÃO – O Rigor e a misericórdia. São Paulo: Tratore, 2016.

LOBÃO – O Rock errou – Rio de Janeiro: RCA Victor, 1986.

LOBÃO – Ronaldo Foi pra Guerra – Rio de Janeiro: RCA Victor, 1984.

LOBÃO – Sob o Sol de Parador – Rio de Janeiro: RCA/BMG Music Brasil, 1989.

LOBÃO – Vida Bandida - Rio de Janeiro: RCA Victor, 1987.

LOBÃO, TOGNOLI, Cláudio. *50 anos a mil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

LOBÃO. *60 anos a mil*. São Paulo: LeYa, 2020.

LOBÃO. *Guia Politicamente Incorreto dos anos 80 pelo rock*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

LOBÃO. *Manifesto do Nada na Terra do Nunca*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. *Historiadores pela democracia*: o golpe de 2016 e a força do passado. São Paulo: Alameda, 2016.

MATTOS, Romulo. Lobão e Roger Moreira: A guinada conservadora de dois roqueiros dos anos 1980 (companheiros de viagem dos humoristas

"politicamente incorretos"). In:DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (orgs.). *A Onda Conservadora*: Ensaios sobre os Tempos Atuais Tempos Sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

MELO, Demian Bezerra de. *A miséria da historiografia*: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Contemporânea, 2014.

MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. *Marx e o Marxismo*, v.1, n.1, jul./dez. 2013.

NAPOLITANO, Marcos. MPB: a trilha sonora da abertura política (1975/1982). *Estudos Avançados*, p. 389-402, 2010.

PILAGALLO, Oscar. *O girassol que nos tinge*: uma história das Diretas-Já, o maior movimento popular do Brasil. São Paulo: Fósforo, 2023.

ROCHA, Camilla. '*Menos Marx, mais Mises'*: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2019.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Bolsonarismo*: da guerra cultural ao terrorismo doméstico: Retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio*: crônicas de um Brasil pós político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

SINGER, André. A reativação da direita no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 27, n. 3, set./dez., 2021. p. 705 – 729.

SINGER, André. *As contradições do lulismo*:a que ponto chegamos?São Paulo: Boitempo, 2016.

SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo*: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André; JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (orgs.) *Por que gritamos golpe?* para entender o impeachment e a crise.São Paulo: Boitempo, 2016.

ULTRAJE A RIGOR – Crescendo. São Paulo: WEA, 1989.

ULTRAJE A RIGOR – Nós vamos invadir sua praia. São Paulo: WEA, 1985.

ULTRAJE A RIGOR – Sexo!! São Paulo: WEA, 1987.

O Carnaval como Território de Memória: O poder das narrativas de Rosa Magalhães na Construção de uma Identidade Brasileira

Gabriel de Melo Amaral Lourenço Souza
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ

Introdução

Uma observadora do Brasil

A história do carnaval carioca, com ênfase especial na trajetória da Imperatriz Leopoldinense sob a pena criativa de Rosa Magalhães entre os anos de 1993 e 2008, pode ser compreendida como um vasto laboratório de construção da identidade brasileira para um discurso popular. Essa afirmação se baseia na constatação de que seus enredos não se limitavam a ilustrar episódios do passado ou personagens da cultura nacional; eles atuavam como narrativas performáticas, produzindo sentidos, condensando memórias e projetando imagens coletivas que propunham uma ideia de Brasil.

Nascida na cidade do Rio de Janeiro em 1947, Rosa Lúcia Benedetti Magalhães foi uma expoente das artes e do pensamento artístico brasileiro. Filha do escritor Raimundo Magalhães e da autora teatral Lúcia Benedetti, Rosa se formou

em Artes Plásticas e História da Arte na escola de Belas Artes da UFRJ, o que a aproximou de uma visão ampla e sofisticada da cultura brasileira e mundial.

Essa dupla formação se tornou marca fundamental em seu estilo como carnavalesca: a precisão histórica nos debates, a pesquisa minuciosa do visual em relação ao tempo e a capacidade de traduzir grandes narrativas em alegorias e fantasias.

Sua chegada ao carnaval aconteceu na década de 1970, em meio ao que hoje chamamos de Revolução Salgueirense, um processo de mudança nas temáticas carnavalescas e na estética dos desfiles das Escolas de Samba, promovido sob a batuta de Fernando Pamplona – professor, carnavalesco, cenógrafo e produtor -, grande responsável por descobrir e revelar nomes como ela, Arlindo Rodrigues, Joãosinho 30, Lícia Lacerda e Maria Augusta.

A tal revolução, iniciada ainda na década anterior, trazia a ideia de enredos que se remetiam de fato a cultura popular, especialmente em relação a herança Africana na cultura brasileira e nos aspectos culturais e diversos de nosso povo, pouco explorados nas narrativas da festa.

Rosa passa a integrar a equipe de Pamplona na produção do desfile de 1971 dos Acadêmicos do Salgueiro, como figurinista do enredo *Festa para um Rei Negro*, a bordo do lendário samba-enredo popularizado como "Pega no Ganzê! Pega no Ganzá!". Para construir o cenário de uma visita épica do Rei Congo ao Brasil Colonial, a equipe de artistas mergulhou no imaginário das telas de Debret e referências de outras pinturas retratistas, produções literárias e registros históricos. Ali, Rosa se provaria uma artista potente, empregando o conhecimento vasto em indumentária e mesclando os cortes da moda francesa ao rico acervo de estamparias africanas pesquisadas em enciclopédias e catálogos de museus.

Após uma breve temporada no Salgueiro, Rosa faz incursões em espetáculos e se aventura também em outras agremiações, mas, apesar de bons resultados, (um vice-campeonato e um quinto-lugar pela Portela, respectivamente em 1977 e 1978), só alcança o protagonismo da festa em 1982, quando em parceria com Lícia Lacerda, conduz o antológico *Bumbum Paticumbum Procurundum* do Império Serrano, seu primeiro campeonato.

Rosa se consolidaria após o campeonato como uma proeminente contadora de histórias, e antes de sua chegada na

Imperatriz Leopoldinense, causaria verdadeiro frisson nacional com os enredos *Ti Ti Ti do Sapoti* (1987) e *Um, dois, feijão com arroz* (1989), na Estácio de Sá, e o mágico *Me masso se não passo pela rua do Ouvidor* (1991), em sua volta solo ao Salgueiro. Os três enredos, de forma jocosa, abordavam a ideia de uma identidade nacional, buscando em coisas de nossa terra o mote carnavalesco, como o sapoti que dava nos quintais das casas, o costume de comer feijão com arroz e os aspectos e interações sociais de uma rua do centro da cidade do Rio de Janeiro.

O recorte histórico das narrativas, mesclando as datações com as questões antropológicas, a origem de certos costumes e o jeito brasileiro de interpretar as tendências do mundo, caracterizaram Rosa Magalhães como a carnavalesca das contações, uma artista sabia e habilidosa na arte de carnavalizar.

Na passagem de 1991 para 1992, após uma saída traumática de sua escola natal, ela chegaria até a agremiação de Ramos, onde já havia trabalhado em 1985, num momento de crise política da entidade. Voltava para a verde, branca e ouro do subúrbio carioca já no fim da temporada, para ajudar a concluir o projeto carnavalesco *O quê que a banana tem?,* do amigo

Viriato Ferreira, que veio a falecer de insuficiência respiratória antes mesmo de concluir a preparação do desfile.

Este casamento, com uma década e meia de duração, mudaria os rumos da festa e da própria artista, marcando a história brasileira.

Metodologia: O paradigma indiciário

Trabalhando com a análise crítica, um dos métodos utilizados para realização da pesquisa deste artigo recorre ao paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg (1989), segundo o qual o pesquisador se debruça sobre pequenos sinais, fragmentos e rastros capazes de revelar estruturas mais amplas. A carnavalesca, então, desenvolvia seus enredos a partir de detalhes aparentemente dispersos: um personagem distinto dentro de uma história conhecida, uma rua efervescente, pinturas perdidas e até os documentos esquecidos de uma expedição principesca: e com eles compunha verdadeiros mosaicos narrativos que não apenas representavam, mas construíam identidades coletivas.

Para compor o conjunto de elementos analisados seguindo o método de Ginzburg, foram utilizadas as sinopses de enredos da carnavalesca e o próprio registro em imagem dos

desfiles, para que a proposta escrita possa ser vista em seu sentido maior quando realizada em movimento.

Também foram utilizadas bases teóricas importantes sobre a questão do território, das relações de poder e narrativas, como as obras dos autores Ciro Flamarion, Milton Santos e Rogério Haesbaert trabalhados em sala de aula e transportados para esta análise.

Produzindo a História através de enredo

Uma das mais proeminentes características de Rosa Magalhães em seu ofício carnavalesco foi a "descoberta" de história pouco conhecidas ou totalmente desconhecidas do público brasileiro em seus enredos.

Um dos exemplos mais marcantes se deu em 1995, quando desenvolve o enredo *Mais vale um jegue que me carregue, do que um camelo que me derrube, lá no Ceará*, apresentado pela Imperatriz Leopoldinense. O desfile, que contava a história de uma expedição com camelos realizada por Dom Pedro II ao Sertão Cearense, abordava a morte dos animais do deserto e o resgate dos cientistas da corte e do próprio imperador através dos jegues (símbolo nordestino no imaginário Popular) como uma lição de moral, ao mesmo tempo em que

atentava para o fato de que esse mesmo sertão nordestino, era parte de todo o Brasil, motivo de orgulho para o nosso povo.

A saga fantástica pode parecer fictícia, mas trata-se de mais uma das histórias desconhecidas deste país, mesmo pertencendo ao campo mais bem preservado e documentado nacional que é a historiografia do império.

O historiador brasileiro Ciro Flamarion discorre em *História e conhecimento: uma abordagem epistemológica* (2012) sobre a necessidade da narração escrita para formalizar a historicidade de um fato, ainda que ele tenha, irrefutavelmente, acontecido:

> "Acontecimentos, pessoas, estruturas e processos do passado podem ser objetos de qualquer disciplina humana ou social e, às vezes, até mesmo de uma ciência natural. Tais elementos podem ser estudados historicamente porque pertencem ao passado, mas não é isso, porém, o que os torna históricos. Tornam-se históricos unicamente na medida em que forem representados como tema de um tipo especificamente histórico de escrita (FLAMARION, 2012. p. 13).

Ao exaltar o Nordeste em 1995, Rosa não fala apenas aos cearenses, mas ao Brasil inteiro, que é convidado a reconhecer-se naquela brasilidade. Ainda nesse sentido, o discurso da carnavalesca propõe ao país que embora os membros da nação

nunca se conheçam todos pessoalmente, sintam-se parte de uma mesma coletividade que dialoga com características como a compaixão, a simplicidade e a originalidade, tornando-nos únicos.

Essa imaginação é alimentada por símbolos, rituais e narrativas em enredos seguintes, como Cana-caiana, cana roxa, cana fita, cana preta, amarela, Pernambuco... Quero vê descê o suco, na pancada do ganzá! (2001), Goytacazes: Tupi or not Tupi, In a South American Way! (2002) e Teresinhaaa, uhuhuuu!!! Vocês querem bacalhau? (2007), onde Rosa Magalhães constrói uma tradução estética do Volkgeist (espírito) brasileiro, colocando a cachaça, a literatura, a música e as manifestações populares do país como fruto de nossa ressignificação, de nossa impressão digital marcada sobre tudo o que nos chega, distante da ideia de passividade de uma nação colonizada.

A cana-de-açúcar, como contado em 2001, virou a cachaça – que ganhou a Europa e gerou frisson político ao derrubar a bagaceira portuguesa – apenas quando encontrou nosso solo e nossa gente; e as artes e óperas europeias foram devoradas e transformadas em *Abaporu* e *Trem Caipira* por nosso povo da mesma forma que faziam os Goytacazes nos

rituais de antropofagia, quando comiam seus inimigos para absorver suas forças e tornarem-se ainda melhores (2002). O caso do bacalhau, também bem-humorado, mostrava como o peixe alvo de lendas e mitos nórdicos e que era presente nas tradições portuguesas, virou a diversão do programa tropicalista de Chacrinha e até bloco de carnaval: o Bacalhau do Batata.

Ao encenar a cultura popular dentro do espaço monumental do desfile, Rosa confere dignidade nacional a práticas antes relegadas ao popular, ao desvalorizado, ecoando que a cultura de um povo é seu maior patrimônio e transformando em documento e história aquilo que, no senso comum, seria apenas um festejo.

O desafio epistêmico e a intelectualidade no Carnaval

A ideia de que "história é chata" – um jargão repetido aos montes dentre os jovens - ganhou lastro justamente quando a experiência social passou a ser conduzida – e de certa forma mediada - por uma potente indústria cultural, dotada de tecnologias de comunicação cada vez mais fortes e pelo imaginário da modernidade.

Testemunhamos a "aceleração da história" e a crise de memória do mundo contemporâneo, em que as lembranças

acabam fixadas em “lugares de memória”, pontuais, inflexíveis, o que acabava por descolar o passado da vida presente, em movimento cada vez mais acelerado.

No Brasil, a expansão da televisão sob a ditadura (1964–1985) foi decisiva: o Estado investiu nessa vitrine para um “Brasil moderno”, convertendo o espaço público em “telespaço” e reforçando uma cultura de consumo de imagens, formatos e gêneros pop que concorriam com a narrativa histórica escolar — frequentemente marcada pelo estigma da imobilidade, que poderia ser resolvido pelo “decoreba”.

A massificação de referências norte-americanas, cuja origem remonta à “Boa Vizinhança” e ao pós-guerra, consolidou padrões culturais e mercadológicos que redefiniram expectativas de entretenimento e temporalidade (o “novo”, o “atual”, o “tech”) também no Brasil. Não por acaso, nos anos 1990 a própria política curricular brasileira reconheceu a necessidade de superar uma história escolar conteudista e pouco significativa.

Também é importante lembrar que no Brasil da redemocratização, a década de 1980 foi marcada por desilusão econômica e política, uma crise do “projeto nacional” e a reconfiguração das linguagens de engajamento, com a indústria

cultural avançada produzindo “nichos” de consumos e repertórios.

Não por acaso, as Escolas de Samba enquanto agentes de cultura, e, portanto, reflexos do pensamento e do comportamento social, deixaram os temas mais conectados a história do Brasil para investirem em enredos críticos, questionadores e, por vezes, com viés cinematográfico e tecnológico.

É importante destacar para essa análise quem era a antagonista da agremiação de Ramos no início de sua primavera *noventista*: a Mocidade Independente de Padre Miguel, do revolucionário tropicalista Fernando Pinto, com seus enredos inovadores, que misturavam artesanato e imagens tecnológicas, com indígenas sobre patins e baianas de óculos escuro, na produção de enredos como *Ziriguidum 2001, um Carnaval nas Estrelas* (1985) e *Tupinicópolis* (1987); e de Renato Lage (descoberto por Fernando Pamplona, assim como Rosa) que implementaria uma sequência de enredos futuristas, com linguagens mais temáticas e menos narrativas, visual high-tech e o uso do neon: era a própria tradução da tal modernidade, embasada em signos potentes da cultura pop e massificada pela tecnologia marcante de iluminação.

E não é preciso dizer qual lado foi o escolhido pelo público: os robôs, telões, óculos escuros e efeitos luminosos de Renato ganharam os braços do povo, enquanto as colunas, os anjos, cocares e saiotes de Rosa recebiam os olhares truncados e acusações de frieza por parte da opinião pública.

É nesse contexto que a opção estética-intelectual de Rosa Magalhães ganha sentido contra a corrente: à frente da Imperatriz Leopoldinense, ela insistiu em narrativas históricas de fôlego, ancoradas em pesquisa e traduzidas em linguagem espetacular, sob admiração de uma parcela grande dos pensadores do carnaval, e também sob os questionamentos – e por vezes, as vaias – do povo.

O geógrafo Milton Santos trabalhou, em seu livro *Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal,* a ideia da perversidade dos meios de comunicação na construção da imagem vendida:

> Um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. Conforme já vimos, as novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função

> de seus objetivos particulares. Essas técnicas da informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades (SANTOS, 2001. p. 38-39).

Essa proposição dialoga diretamente com a predileção do público ao caráter futurista e tecnológico também no carnaval: enquanto expressão do povo e espetáculo interativo, o carnaval preferido era aquele que dialogava com os desejos de consumo de seu público, com as ilusões de uma nova era pautada no consumo de tudo o que era novo, do que se lançava, do que era mais "moderno" e por tanto conferia melhor status social.

Rosa, considerada "antipopular" por seus enredos com grande densidade histórica, seguiu desafiando os enredos de consumo imediato da época, sob o silêncio absoluto de intelectuais que pouco ou nada questionavam nos rumos da opinião pública diante da festa. Optar pelo silêncio diante do domínio do espaço de comunicação pela empresa (Rede Globo) que era a grande fornecedora da publicidade tecnológica no país compõe o que Milton Santos chamara de "papel dos intelectuais" neste processo de encontro entre produção cultural e de comunicação com as demandas perversas de consumo:

> O terrível é que, nesse mundo de hoje, aumenta o número de letrados e diminui o de intelectuais.

> Não é este um dos dramas atuais da sociedade brasileira? Tais letrados, equivocadamente assimilados aos intelectuais, ou não pensam para encontrar a verdade, ou, encontrando a verdade, não a dizem. (SANTOS, 2001. p. 76).

A chegada – ou o retorno – de Rosa Magalhães ao barracão da Imperatriz Leopoldinense não fora mero acaso, e guardava pouca ou nenhuma relação com sua primeira passagem pela agremiação. Discípula de Pamplona e Arlindo Rodrigues, Rosa era considerada a herdeira do traço estético refinado, glamouroso e de acabamentos indefectíveis de Arlindo, que fora em 1980 e 1981 o artista responsável pelos dois primeiros campeonatos da escola de Ramos.

A Imperatriz Leopoldinense, que despontara como potência no início da década de 1980, tinha em seu curriculum a cancha de grandes narrativas de brasilidade mesmo antes de seu primeiro triunfo, quando Arlindo Rodrigues seguiu os trilhos que foram dar na rua Professor Lacê, e o viés temático já estabelecido na agremiação ganhou a roupagem de luxo e a tarimba da consagração.

Os dois títulos, com os enredos *O quê que a Bahia tem?* (1980) e *O teu cabelo não nega* (1981), duas narrativas repletas de brasilidade e nuances carnavalescas, consagraram a marca da escola, e com a morte de Arlindo Rodrigues em meados de 1987,

Rosa se torna uma sucessora natural de seu legado. Então, sua chegada ao comando artístico da Imperatriz foi uma conjunção bem pensada, absolutamente planejada para trazer resultados.

E eles vieram em grande estilo. O que chamo aqui de Primavera Leopoldinense, é, na verdade, uma metáfora que versa sobre o auge da carreira de Rosa e da própria escola, numa analogia entre o nome da artista e a trajetória épica da parceria com a agremiação. Essa metáfora carrega ainda um outro sentido, sendo inspirada em *A Sagração da Primavera*, de Igor Stravisnky, obra operística russa composta no período pré-revolução e considerada uma verdadeira ruptura, um marco transformador.

O uso dessa referência vai ilustrar, como veremos a seguir, o tamanho do impacto do trabalho de Rosa Magalhães na Imperatriz Leopoldinense, incluindo o aspecto transformador que mudou os rumos dos desfiles daquele ponto em diante, sob a batuta da professora.

Para o carnaval de 1992, agora sob o comando da produção artística em totalidade, Rosa Magalhães apresenta o enredo *Não existe pecado abaixo do Equador*, uma narrativa que compara a ideia de um paraíso idealizado com a América do Sul.

> Havia uma tradição que situava o Éden no coração do Brasil. Estudiosos teriam colocado o paraíso abaixo da linha do Equador, cuidando que era a parte mais temperada, mais deleitável e mais amena para perfeita habitação dos homens. E da selva tropical apresentada por Colombo, não parece demasiado pretender que é uma réplica da "Divina Floresta", por onde se chega até ao paraíso (MAGALHÂES, Sinopse da Imperatriz Leopoldinense em 1992).

O enredo, com densidade de pesquisa, aborda o imaginário europeu sobre o paraíso cristão, e as teorias de que, por conta do clima, a região austral do planeta deveria ser a sua direção. A partir disso, brinca com os seres encantados do folclore e da mata, onde curupiras são mensageiros e papagaios são anjos, encontrando até a serpente, uma jiboia. A narrativa se encerra com uma crítica atual:

> O paraíso existe. É o que provam os seus descobridores. Está maltratado e esquecido. E tal lugar não pode desaparecer. Se somos inoperantes, precisamos de ajuda. Que venham em nosso auxilio os caiporas, os sacis, os boitatás, as sereias e a mãe-d'água (MAGALHÂES, Sinopse da Imperatriz Leopoldinense em 1992).

A narrativa riquíssima, encontrou plástica refinada e bem elaborada no desfile, mas a estrutura de pensamento de espetáculo da Rosa atingiu também outros setores: a Comissão de Frente, pela primeira vez, era comandada por Fabio de Mello,

então 1º Bailarino do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, que revolucionária o quesito a convite da carnavalesca, implementando o Canon (técnica coreográfica onde um grupo de dançarinos executa os mesmos movimentos, mas com um certo atraso entre eles, criando um efeito de repetição e sobreposição) fundido aos molejos do samba e personificando personagens, com indumentária elaborada para gerar efeito poderoso de conjunto.

Essa ruptura no quesito, pensada por Rosa e elaborada por Fábio, vai de encontro a ruptura proposta pela Sagração da Primavera, que causou furor e choque nas plateias com a sua proposta quase aritmética em que o ballet buscava as mudanças musicais intensas da orquestra, trabalhando o ideário folclórico junto aos passos clássicos.

A cenografia também merece destaque, uma vez que os carros alegóricos da escola sob as mãos de Rosa tornaram-se verdadeiros cenários de teatro, muitas vezes com múltiplas composições de personagens, figurinos variados e um trabalho de decoração e pintura que os tornava particulares e intimistas, como verdadeiras polaroides para cena.

E unindo todas essas pontas, ainda havia o método de desfile implementado pelo diretor de carnaval Wagner Araújo,

que organizava as alas de maneira uniforme, sem deixar espaços, promovendo um deslocamento quase que natural do cortejo: o famoso desfile tecnicamente perfeito.

Essa primavera em verde, branco e ouro, como veremos a seguir, para além da revolução e do ditame dos desfiles nas próximas eras, foi também um ato e um auto de resistência da cultura nacional ante a febre do pop que varrera o Brasil entre as décadas de 1970 e 1980.

O território como espaço simbólico e narrativo

O conceito de território ultrapassa sua definição geográfica e assume caráter simbólico. Haesbaert (2004) lembra que os territórios são múltiplos e podem ser apropriados por diferentes grupos, funcionando como arenas de poder, e que não apenas a questão biogeográfica, mas também a cultura, a tradição e a história podem mobilizar a construção de uma identidade conectada ao território:

> É importante lembrar que, mesmo enfatizando sempre o território como instrumento concreto de poder, Sack não ignora sua dimensão simbólica. Ele não ignora o papel da cultura na definição da territorialidade, especialmente ao comparar os contextos sociais do Primeiro e do Terceiro Mundos. Pede cautela contra a total associação de mudanças territoriais com mudanças econômicas e políticas. Assim como a

> cultura, a tradição e a história mediam a mudança econômica", afirma ele, "elas também mediam o modo como as pessoas e os lugares estão ligados, o modo como as pessoas usam a territorialidade e o modo como elas valorizam terra." Assim, mesmo na sociedade norte-americana criadas são "paisagens históricas" que fortalecem ideia a de pátria e de nação e o cotidiano das pessoas não envolve apenas um "espaço esvaziável", "frio e abstrato", onde o próprio ato de consumir "propõe criar contextos de afeto e significação" (HAESBAERT,. 2004. p. 89-90).

Nessa direção, ao observamos o trabalho realizado pela carnavalesca no enredo *Brasil, mostra sua cara em... Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*, apresentado pela Imperatriz Leopoldinense no carnaval de 1999, identificamos um recorte que vai de encontro com a proposta de Haesbaert e o conceito da idealização de um território ou ressignificação do mesmo através da cultura.

A temática abordada pela carnavalesca se referia a redescoberta do acervo iconográfico produzido sob o governo de Maurício de Nassau em Pernambuco (1636-1644), pelas mãos de um notável círculo de pintores, cientistas, médicos e cartógrafos, como o médico Willem Piso, o geógrafo Georg Marcgraf, o pintor de paisagens Frans Post e o retratista naturalista Albert Eckhout.

O núcleo do enredo girava em torno do *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae*, um conjunto de quatro volumes de aquarelas, que catalogavam peixes (*icones aquatilium*), aves (*icones volatilium*), mamíferos (*icones animalium*) e plantas *(icones vegetalium*).

Essas obras representavam o Brasil de forma inédita na época, pois além de trabalharem com o rigor dos catálogos de amostras e uma estética naturalista, afastavam-se da iconografia fantasiosa e grotesca com que a Europa apresentava o tal "Novo Mundo" em seus relatos e ilustrações.

A arte de Eckhout e Post inaugurou, nas colônias americanas, a representação de paisagens, animais nativos, frutas, flores e grupos indígenas com suas particularidades (em caráter mais antropológico) rompendo com o predomínio do tema religioso e de uma ideia de bestialidade, quase anômala e intrínseca de nossos territórios, uma idealização comum proposta pelos europeus no período.

As pinturas tiveram destino curioso: algumas foram presenteadas a Luís XIV, inspirando tapeçarias da Manufatura dos Gobelins na França (fábrica histórica que abastecia a corte dos monarcas franceses nos ´séculos XVII e XVIII), outras permaneceram na Biblioteca de Brandemburgo, onde ficaram

esquecidas por quase três séculos. Redescobertas apenas em 1972, já no século XX, estavam guardadas na Biblioteca Jaguelônica, na Polônia, ao lado de manuscritos de Mozart, Bach e Brahms. O achado significou uma espécie de "redescoberta do Brasil", ou do olhar estrangeiro sobre o Brasil que se formava em si e também diante do mundo através de diversas formas de expressão nos retratos do século XVII.

O curioso é que, ao reunir tais fatos e obras, Rosa Magalhães propõe uma reflexão sobre como a identidade brasileira foi construída a partir do olhar estrangeiro, tanto na dualidade entre as narrativas de portugueses e holandeses, quanto a partir da ideia de que sobreviveram, mesmo que em situações de abandono e desaparecimento, apenas narrativas europeias, e de que não possuímos o outro lado da história (indígenas, negros, mestiços).

Outro fato curioso é o deslocamento do centro de pensamento e produção de ciência para o nordeste, algo que em 1999 era um tabu no Brasil, muito pela xenofobia generalizada que predominava no Sudeste, região produtora do conhecimento de massa para o resto do país. O ideário de um Pernambuco glorioso e científico, com expedições de pintores do quilate de Prost, era impensável no consenso popular, cuja imagem

estabelecida do lugar estava geralmente conectado com as figuras do cangaço, da religiosidade, da seca e do frevo enquanto manifestação urbana.

Rosa, ao trazer para a superfície dos desfiles a profundidade da construção imagética do Brasil, discute a própria noção que temos de nosso território e sua valoração, os estereótipos generalizados para limitar o perfil de cada espaço ocupado e principalmente suas capacidades de engendrar a cultura nacional.

O Brasil, torna-se, então, um grande emaranhado de peças soltas que só é possível compreender ao analisarmos seus pedaços, o imenso quebra-cabeça de produções e relatos, sob um prisma crítico de suas narrativas.

Conclusão

Entre 1993 e 2008, os enredos concebidos por Rosa Magalhães na Imperatriz Leopoldinense configuraram-se como verdadeiras narrativas da identidade brasileira. Mais do que a soma de desfiles vitoriosos, eles constituem uma reflexão estética e intelectual sobre o que significa ser brasileiro, marcada pela capacidade singular da carnavalesca de traduzir, para a linguagem popular da avenida, questões complexas da

historiografia. Ao resgatar episódios históricos e mitos populares, Rosa construiu um painel múltiplo e crítico do Brasil, em que cada desfile não se limita a um espetáculo visual, mas se transforma em ensaio dramatizado sobre as origens, contradições e potencialidades da nação.

Seus enredos revelaram que a "verdade histórica" proposta no carnaval é sempre relativa, construída e performada. O que se vê na avenida não é uma reprodução fiel do passado, mas um processo cognitivo que articula fontes documentais, imaginação artística e engajamento coletivo do público. Em suas produções, Rosa atualizou o debate sobre a representação narrativa da colônia, deixando claro que aquilo que "sabemos" do Brasil é sempre mediado por olhares estrangeiros e interesses específicos, tornando o desfile uma reflexão encarnada sobre o estatuto da própria verdade histórica.

Também trabalhou de forma sagaz as múltiplas territorialidades, explorando as características pontuadas pelos fatos históricos de cada região, mas sempre relegadas pelos estereótipos estabelecidos (como exemplo, a falsa atribuição de pobreza generalizada e ignorância para a região Nordeste).

A expressão do espírito do povo, presente em seus recortes regionalistas, evidenciaram que ainda que diversos,

somos um só povo, indissociável, e dono de uma identidade que molda costumes e constrói símbolos valorosos. A cada um de seus carnavais, o Brasil era convidado a se reconhecer coletivamente em narrativas de memória e esquecimento, de dúvida e silenciamento.

Conclui-se, portanto, que seu trabalho ultrapassou a esfera da arte popular para se afirmar como instância de produção de conhecimento. A Imperatriz Leopoldinense, sob sua pena criativa, fez da avenida um espaço onde o Brasil se leu e se imaginou, reinventando-se entre a ironia, a poesia e o pertencimento, num ato de pensamento coletivo, performance política e ensaio sobre a nação em permanente construção.

Referências

ARROS FILHO, Clóvis de; BUCCI, Eugênio. *A televisão na escola e a escola na televisão.* Brasília: Cortez, 2004.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

CARDOSO, C.Flammarion. História e conhecimento: uma abordagem epistemológica. In.: (Orgs) _____ VAINFAS, R. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 1-19.

COLOMBO, Rodolfo. *Rosa Magalhães.* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2023.

GALERIA DO SAMBA. *Imperatriz Leopoldinense* – Histórico e enredos. Rio de Janeiro, 1993-2008. Disponível em: https://www.galeriadosamba.com.br/. Acesso em: 17 ago. 2025.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização.* Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

OLIVEIRA, Ruam. *"Escolas de samba têm um perfil pedagógico fundamental", diz historiador*. Porvir, 9 fev. 2024. Disponível em: https://porvir.org/escolas-de-samba-tem-um-perfil-pedagogico-fundamental-diz-historiador/. Acesso em: 12 jan. 2026.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor*: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

A primeira eleição republicana no Brasil nos jornais cariocas

George Luiz de Abreu Vidipó
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ

Introdução

Neste trabalho analisaremos como a exposição dos candidatos vencedores nos periódicos influenciaram os eleitores, ou seja, como agiu o "agendamento" feito pela imprensa carioca no pleito eleitoral na Capital Federal e no estado do Rio de Janeiro. O período investigado será de 23 de junho de 1890, quando foi decretado pelo Governo Provisório a organização da eleição do primeiro Congresso Nacional e Constituinte (Decreto 511/1890) e 15 de setembro, o dia da votação e escolha dos constituintes (deputados federais e senadores). Ao longo estudo apresentar o alistamento eleitoral e o sistema da votação. Ao fim estudaremos o "agendamento" e como a imprensa influenciou no processo e contribuiu para os escolha dos vencedores.

O voto para os republicanos antes da República e o voto quando no poder

No Manifesto Republicano de 1870 os seus signatários denunciavam que o Brasil Império não era um país constitucional representativo. Para que isso acontecesse era necessário haver eleição livre, "onde a vontade do cidadão e a sua liberdade individual estão dependentes dos agentes imediatos do poder que dispõe da força pública". (PESSOA 1973, p. 46) Para eles a Câmara de Deputados e o Senado estavam sempre "à vontade do soberano [D. Pedro II]." (Op. cit., p.47) Assim a primeira eleição da nova forma de governo, os republicanos deveriam então fazer diferente, ou seja, "... a independência e a liberdade na escolha dos mandatários do povo, ainda quando ao lado do poder que impõe pela força não existisse o poder que corrompe pelo favoritismo". (Op. cit.)

Observem que os signatários do "Manifesto" elevavam a vontade do "povo" como soberana. No entanto quando no poder logo procuraram seguir as orientações da "antiga monarquia". "[Os] republicanos, que tinha criticado duramente as escusas formas de voto no Império, usam agora os mesmos métodos...". (CARONE 1975, p. 295) Para Edgar Carone a nascente república e os governadores estaduais podiam facilmente impor suas listas candidatos, onde raramente a oposição tinha um resultado positivo. (Op. cit.) O pesquisador acusa que o ministro

Cesário Alvim foi o grande responsável por criar a "Lei do Arrocho" onde os governadores, ou uma fração da classe dominante no poder, dos estados elegessem seus indicados.

O Governo Provisório na pessoa de seu ministro do Interior, Aristide Lobo e Alvaro Alvim[1], produziu três decretos eleitorais, em 1890, para a primeira eleição republicana: Decreto 220-A, de 08 de fevereiro; o 511 de 23 de junho; e o 663 de 15 de agosto. Primeiro regulava o eleitorado e sua inscrição, aceitava as inscrições antigas definidas pela Lei Saraiva de 1881. O Decreto 511, a "Regulamento Alvim", definia quem era elegível, os números de deputados por estados, organizava as mesas eleitorais, o processo da eleição, apuração dos votos e a punição para fraudes e impedimentos do pleito. Decreto 663, aditava a 220, indicando o juiz de paz como organizador e fiscalizador dos trabalhos eleitorais, indicava também dois fiscais, "cidadãos", no gozo dos direitos políticos para acompanhar a "mesa eleitoral" e assinariam as atas mesma. Nos três decretos não há nenhum impedimento a candidatura de monarquistas que vivessem no Brasil, já os degredados ou presos políticos eram impedidos.

[1] Aristide Lobo sai do Governo Provisório em 10 de fevereiro de 1890 e Cesário Alvim assumiu no mesmo dia.

Ao analisar as leis eleitorais do Governo Provisório podemos afirmar que o voto era "secreto", pois os mesários não podiam ver o que continha as cédulas (para senador e para deputados) com a "lista completa", 3 senadores e o número de deputados previsto para cada estado.

Carone ao relacionar o Regulamento Alvim à "Lei do Arrocho" ou "A Bico de Pena" se referia não a letra da Lei, mas como ela era interpretada ou aplicada no período da Primeira República. Victor Nunes Leal, primeiro estudioso de peso, sobre eleição no Brasil República usou os termos "voto de cabresto" (LEAL 1997, p. 42 e 75) e "a bico de pena" (Op. cit., p. 56) para descrever como eram eleitos os políticos nos municípios, estados e no país. Durante a Primeira República a população do país vivia majoritariamente no interior e dependente do trabalho na terra, esta tinha uma vida muito difícil e de muitas provações. Para ele a figura do "coronel", proprietário de terra e influente no município do interior, era o organizador desse sistema onde os candidatos por ele indicados, em geral a "chapa" indicada pelo governador do Estado, era os vencedores no seu município. Entretanto Leal observa que tais protagonistas controlavam os distritos rurais dos municípios, já nos urbanos esse controle era inexistente ou difuso. (Op. cit., p. 75)

Estudos mais recentes, de Paolo Ricci e Jaqueline Zulini (RICCI, Paolo; ZULINI 2013) e de Vitor Fonseca (FIGUEIREDO, 2017), observaram que houve muitos "indesejáveis" que conseguiram vencer esse processo eleitoral. Seus trabalhos demonstraram que a ação da "Verificação dos Poderes" da Câmara e do Senado atuaram em um volume muito menor do que se pensava. (Op. cit., p. 18) Para Fonseca se havia fraude da "oligarquia dominante" era porque "havia competição". (Op. cit., p. 19)

Os dois periódicos estudados nos permitirão observa todo o processo eleitoral de dois entes da Federação: o Distrito Federal e o Estado do Rio de Janeiro. O primeiro com uma área urbana bem ampla e com a maioria dos votantes; já o segundo com a maioria dos votantes em áreas rurais.[2] Leal observou que para os eleitores das áreas rurais era demasiadamente oneroso e trabalhoso sair de suas residências e se dirigirem aos postos de

[2] Marcos Veneu em seu estudo sobre processo eleitoral nos primeiros anos da República no Distrito Federal observou que as freguesias rurais de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba seguiam muito bem de perto o modelo coronelista exposto por Victor Leal. – Ver: VENEU, Marcos Guedes. Enferrujando o sonho: partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889- 1895. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1987, p. 25. – Disponível em: <http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/o-z/FCRB_MarcosGuedesVeneu_Enferrujando_sonho.pdf> – Acesso em 24/01/2025.

alistamento eleitoral, normalmente nos centros dos municípios, e posteriormente nos dias das eleições. Os chefes locais, coronéis, custeavam todo esse processo, além de serem os que ajudavam esses eleitores em situações de penúria econômica e na saúde ao longo dos anos. Leal conclui: "É, perfeitamente compreensível que o eleitor da roça obedeça à orientação de quem tudo lhe paga, e com insistência, para praticar um ato que lhe é completamente indiferente".[3](LEAL 1997, p. 57)

Nos jornais pesquisados, do século XIX, o termo "oligarquia"[4] aparecia nas edições antes da Proclamação República, era usado em críticas políticas feitas por autores fora do sistema jornalístico, jornalistas e por políticos no Parlamento. No início da década de 1880 o termo foi pouco usado, embora na *Gazeta de Notícias* anunciou que uma revista, *Ravena*, 1880,

3 LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada...,* p. 57

4 Raphael Bluteau, em 1728, assim definia o léxico "Governo de poucos. As repúblicas de Genova & Veneza foram estados oligárquicos, porque foram governados só pelos nobres. Oligarquia, vem do grego, Oligi, que quer dizer Poucos, & Arqui, que significa Domínio. (...) Os autores que escrevem das diferentes forma de governo, não repararam em alatinar, Oligarquia. (Roma que teve dois reis um governo, composto de popular e da oligarquia". Já, Luís Maria da Silva Pinto, em 1832, assim define o léxico: "Governo de uns pouco homens". – Ver: BLUTEAU, Rafael. *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botânico***.** Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu: Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728.; Pinto, Luís Maria da Silva. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto, Typographia de Silva, 1832.

debatia a "oligarquia política". (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 de maio 1880, p. 1) Na metade da década de 1880 o termo passa ser utilizado com mais frequência nos artigos de abolicionistas, nas circulares e manifesto de apoio a candidatos republicanos. Quanto aos políticos, membros de todos os partidos, usavam o termo quando se viam em desvantagem no controle do Governo. Porém quem eram os oligarcas? Quais famílias? Não indicavam, ou seu uso era sempre de forma genérica e abstrata.

Ao longo do processo eleitoral já se percebia que a "oligarquia" se manteria, os editorialistas do *Gazeta de Notícias* ou *O Paiz* foram incapazes de perceber ou denunciar, no entanto em algumas cartas-artigos aparecia algumas denúncias: "...a oligarquia funesta do tempo monárquico quer levantar mais alto o colo na principiante república!" (Op. cit., 30 de novembro de 1890, p.3) O autor, "O ex-Tabelião de Lavras" assim falava, mas escondido em um pseudônimo.

Silva Jardim e Santos Werneck membros do Diretório do Partido Republicano do Estado do Rio de Janeiro acusariam, em 1890, o governador Francisco Portella de "oligarca", nesse caso um oligarca republicano, no processo eleitoral de 1890. Como veremos ambos e o Diretório foram derrotados na eleição para

Constituinte, cumprindo assim a visão e exposição de Vitor Leal sobre o "coronelismo" e o processo eleitoral.

O alistamento eleitoral e as mulheres na primeira eleição do Estados Unidos do Brasil

O Ministro do Interior, Aristides Lobo, foi o responsável pela normatização da eleição republicana. Para isso criou uma "Comissão" com três jurisconsultos para fazerem um estudo e a proposta. Essa foi responsável pelas diretrizes do regulamento e recenseamento dos eleitores. A "Comissão" era presidida por Joaquim Felício dos Santos, e os demais, Antônio Silva Jardim[5] e B. Valladares.

A "Comissão" junto com o ministro decidiu dividir o estudo em duas partes: primeira o alistamento dos eleitores e a segunda o regulamento eleitoral. Essa iniciou suas atividades em 03 de janeiro de 1890.[6]

Felício dos Santos, era conhecido nas folhas do Rio de Janeiro, devido seu projeto do Código Civil Brasileiro. Silva Jardim era a personalidade "popular" na República, a *Gazeta de*

5 Este foi o cargo mais próximo do governo que Silva Jardim teve após 15 de novembro.
6 Somente a *Gazeta de Notícias* noticiou esse evento. Não encontramos nas Leis, Decretos e Atos Governo Provisório a nomeação dessa "Comissão".

Notícias foi responsável por elevá-lo a posição de um dos heróis da propaganda da República. Em 1890, Silva Jardim passou a ser o presidente do Partido Republicano do Estado do Rio de Janeiro. Não conseguimos nenhuma informação sobre B. Valladares, o terceiro membro da "Comissão".

No dia de 5 de fevereiro a "Comissão" apresentou o projeto inicial e os custos para o alistamento eleitoral. Ela era cuidadosa com a questão corrupção, e a princípio propunha fiscais eleitorais ligados a parte da estrutura do governo. Os ministros do Governo Provisório decidiram que o "custo" era muito elevado para financiar os fiscais e rejeitaram a proposta. (ABRANCHES 1907, p. 56)

Ao longo dos vinte dias a imprensa foi anunciando dúvidas, faltas de mesários, trocas de pessoal nas mesas de alistamento do Distrito Federal, Estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e outros estados. As dúvidas mais constantes eram como aceitar os inscritos pela Lei Saraiva de 1881 e sobre os estrangeiros naturalizados e alfabetizado em sua língua materna e não em português.

Em 15 de março de 1890 uma dúvida surgiu e causou um "certo" furor na imprensa carioca. Essa foi a solicitação de alistamento eleitoral de duas cidadãs cariocas, no distrito de

Sant'Anna da Capital Federal, Anna Jacintha Cardoso e Josefha Cardoso Faria Leal, sem profissão definida e "esposas de funcionários públicos". (GAZETA DE NOTÍCIAS, 15 de março de 1890, p.1) A mesa eleitoral teve dúvida e consultou o Ministro do Interior. Posteriormente o governador do Estado do Rio fez a mesma consulta atendendo a uma dúvida da mesa de alistamento do distrito de Itabapoana, em São João da Barra, "que senhoras requereram" ser eleitoras.

Sobre as duas senhoras cariocas, não conseguimos saber sobre seus esposos. Nos periódicos, encontramos elas sendo citadas suas presenças em obituários de familiares antes e depois de 1890. Não as encontramos junto as líderes "feministas"[7] do período. As senhoras de Itabapoana viviam em um distrito longe do centro urbano de São João da Barra. Esse distrito tinha 3126 pessoas e 1594 eram mulheres. (BRASIL 1898) Logo pessoas comuns, senhoras do lar, alfabetizadas, que se viram "motivadas" a buscar o alistamento eleitoral.

A pesquisadora Mônica Karawejcyk, em sua análise sobre o movimento sufragista feminino no Brasil, observou que as mulheres na década de 1880 que viviam nos grandes centros

[7] Gondin da Fonseca, em 1941, usava esses termos para as redatoras dos jornais femininos.

reivindicavam acesso a mais educação, melhores condições de vida e uma participação do mundo social e político. Para a pesquisadora a maior pretensão era a educação, pois poderiam apoiar melhor seus filhos. (KARAWEJCYK 2020, p. 63-69)

Houve uma exceção em 1885, uma mulher passou a ter o direito ao voto, Isabel de Souza Matos[8], dentista, através da Lei Saraiva de 1881. Mônica Karawejcyk relata que Isabel, vivendo no Rio de Janeiro, em 1890, procurou a mesa eleitoral, e requereu seu direito conquistado em 1885 e lhe foi negado pela República. Importante observar que os alistados pela Lei de 1881 eram realistados automaticamente em 1890.

A *Gazeta de Notícias* informou que a imprensa se dividiu, devido a solicitação do "belo sexo" para alistar-se, em aplausos e outra em pilherias "das quem têm por único e inocente fim - matar o adversário". (GAZETA DE NOTÍCIAS, 23 de março de 1890, p. 1) O interessante foi o cronista dizer que havia quem aplaudia. Cesário Alvim, após a consulta negou essa possibilidade do "voto feminino".

[8] Na imprensa carioca ela era conhecida como Izabel de Mattos Dillon ou Izabel Dillon, foi colaboradora do jornal "A Família", com artigos e poesias. Em 01 de outubro de 1896, o jornal O Paiz anunciou o lançamento de seu livro de poesia "Sensitivas".

O alistamento eleitoral terminou no tempo programado. Os jornais não indicaram os quantitativo dos eleitores alistados. Parece-nos que os jornais compactuaram com o Governo Provisório e omitiram essa informação. Um acordo entre a imprensa e a fonte. José Murilo de Carvalho conseguiu a informação sobre a cidade do Rio de Janeiro, em 1881 havia 6665 eleitores e 1890 passou para 28.585 eleitores. (CARVALHO *Apud* VENEU 2013, 7) Um aumento fantástico de mais de 400%. Porém não temos mais informação sobre as demais partes do país.

A campanha eleitoral para primeira eleição da República

Ao longo da Primeira República foi tentado criar-se partidos políticos nacionais, onde a ação de seus membros seria de pensar país e os seus respectivos estados. Porém a "ideologia" da Federação levou as classes dominantes dos estados e os políticos que as representavam a não aceitarem essas organizações nacionais.

Para Marieta de Moraes Ferreira (1989) no estado do Rio de Janeiro, a "política de governadores" e dos "coronéis" funcionou em todo período da Primeira República, mas em seu estudo observou que os parlamentares do estado tinham uma

tendência a se preocuparem com a política nacional e não totalmente focados nas suas necessidades regional, algo comum nos seus pares de outros estados. Para Surama Conde Pinto (2011) isso acontecia também com os parlamentares do Distrito Federal.

A pesquisadora Surama Conde Pinto observa que na Capital Federal, essa ação dos "coronéis" era mais difusa, quase inexistente. Para ela os políticos tinham que ter sempre "um sorriso" e apertarem as mãos de todos os eleitores para terem seus votos. (PINTO 2011, p. 68-69) Ela reconhece que existia o "clientelismo", através do emprego público, mas os eleitores tinham alguma autonomia nas escolhas. Marcos Veneu observa que nos distritos, mais rurais, de Campo Grande e Sepetiba, os "coronéis" atuavam com mais força.[9]

Para nós, interessa observar a primeira campanha eleitoral através dos jornais. A campanha eleitoral desde a década de 1880 era feita através de comícios em praças públicas, reuniões em residências de apoiadores, visita aos eleitores e nos jornais se publicavam circulares em que um apoiador apresentava o candidato ou o próprio se apresentava. Tinha

[9] Vitor Leal em seu estudo observou que ação dos coronéis era menor nos centros urbanos dos municípios dos estados.

também os anúncios nos jornais, na página 3 e 4, da candidatura ou de uma chapa com vários candidatos assinada por uma organização, partido ou um pseudônimo ou qualquer indicação e assinatura. Os anúncios, provavelmente, devido ao custo, não tinham uma periodicidade nas edições.

Após o alistamento iniciou a "campanha eleitoral" na cidade do Rio de Janeiro. Tenente Vinhaes e os operários foram os mais ativos nos jornais e no contato com os eleitores. Organizavam reuniões em teatros, em frente as fábricas e dos comércios da cidade. Os operários tinham dois "partidos" Partido Operário, liderado por Luís França, e o Partido do Centro Operário, liderado por Tenente Vinhaes. Outro partido que surgiu foi o Partido Católico, mas sem apoio dos Bispos do Brasil e de Roma. Os clubes republicanos da cidade indicaram nomes para deputados e senadores, mas o Diretório do Partido Republicano da Capital Federal demorou a indicar a "chapa oficial".

No estado do Rio de Janeiro as discussões políticas nos jornais, pesquisados, eram conhecidos pelos artigos, longos, assinados pela diretoria permanente capitaneada por Silva Jardim. Porém o governador Francisco Portella, indicado pelo Governo Provisório, controlava todos os cargos e postos estatais.

Portella soube ao longo de seu governo agradar os monarquistas conservadores e liberais, os "coronéis" e o Conselheiro Paulino de Souza. O Partido Conservador nas últimas décadas do século XIX fazia maioria na Assembleia Provincial Fluminense, independente do partido que se filiava ao presidente do Conselho de Ministros. Portella antes do 15 de novembro era um dos membros do Comissão permanente do Partido Republicano da província, mas após a sua indicação-nomeação para governador se retirou do Diretório. O governador e a liderança do partido passaram a caminhar de forma independente.

Na *Gazeta de Notícias* e no *O Paiz* nos meses de maio a agosto não apareceu nenhuma chapa oficial do Partido Republicano do Estado do Rio de Janeiro. Nomes independentes do Partido eram lançados, mas o "oficial" não apareceu.

O setor da economia nacional mais importante, agricultura/lavoura, força motriz do país, não se manifestou organizadamente como "sociedade civil" ao longo das eleições para a "Constituinte". Como os periódicos cariocas tinham alcance no estado do Rio de janeiro é no mínimo surpreendente o seu não posicionamento organizacional para defender seus interesses. Goyena Soares sugere que os grandes proprietários de terras, cafeicultores fluminenses, já não se importavam mais

com a lavoura. Esses já haviam migrado para os “negócios”, como finanças ou a indústria, já percebiam a decadência cafeeira. (SOARES 2024, p.145)

Marieta Ferreira irá constatar que a “chapa” indicada pelo governador do Rio foi a vencedora. Na capital foi o mesmo, a chapa indicada pelo Diretório do Partido Republicano da Capital Federal foi a vencedora. Abaixo iremos apresentar como foi o processo.

Nas Atas das reuniões do Governo Provisório não encontramos muita discussão sobre a composição das chapas ou candidatos para eleição constituinte. Por ela não podemos afirmar que os ministros e o generalíssimo Deodoro tinham uma ação única e coesa na formação das chapas oficiais nos estados.

Nos jornais se encontravam notas dos vários ministros, candidatos e apoiadores faziam reuniões para acertarem as chapas e os postos a serem candidatos. Os dois periódicos e a Ata de Reunião do Governo Provisório não nos apresentam como foi a organização das chapas oficiais dos governadores do Estado e dos ministros do Governo Provisório.

A campanha eleitoral e eleição no Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro

Após o fim do alistamento eleitoral e da lançamento do "Decreto 511, de 23 julho de 1890" que regulava as eleições e a nomeação, surgiu a primeira chapa de candidatos para o Distrito Federal sugerida pelo "Centro Federal Fluminense", sob a direção de coronel Jacques Ouriques no *Gazeta de Notícias*: Senadores: Almirante Wandenkolk, Dr. Severiano da Fonseca e Barão de Jaceguay; para deputados: Coronel Jacque Ouriques, Thomaz Domingos J. Albuquerque, Dr. João Baptista de Sampaio Ferraz, Dr. Pedro Borges Leitão, Tenente-coronel Antônio Moreira Cesar, Dr. Acacio Poycarpo F. de Aguiar, Dr. Furquim Werneck, Dr. Vicente de Souza e José Maria Lopes Trovão. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 01 de agosto de 1890, p. 3) Essa chapa tinha nomes com cargos e posições no Governo Provisório, como Wandenkolk, ministro da Marinha, Dr. Severiano da Fonseca, irmão do Generalíssimo Deodoro da Fonseca e membro do Conselho Supremo Militar, e Sampaio Ferraz, era o chefe de polícia da Capital. Também os republicanos históricos Lopes Trovão e Furquim Werneck.

No *O Paiz* a primeira chapa foi lançada pelo "Operários Puritanos": Senadores: Almirante Wandenkolk, Dr. Severiano da Fonseca e Comendador Mattos (industrial); para deputados: Roberto Kinsman Benjamin, Dr. Alfredo Madureira, Dr. Carlos

Augusto de Carvalho, Luiz França e Silva, Coronel Jacques Ourique, Dr. Henrique de Carvalho, Trajano Augusto de Carvalho, Barão de Jaceguay, Vicente de Souza e João Hippolyto da Fonseca. (O PAIZ, 23 de julho de 1890, p. 3) Observem que os nomes se repetem nas duas chapas. Algo importante nessa proposição de chapa é o não confronto aberto entre os operários e os industriais/burguesia. Nessa chapa há representantes dos operários, Kinsman Benjamin e Luís da França, presidente e vice-presidente do Partido Operário, e Vicente de Souza também era ligado aos operários.

Essas chapas adiantavam-se a proposta oficial dos Partidos Republicanos do Distrito Federal e o Estado do Rio de Janeiro. Assim esses lançamentos buscavam chegar primeiro nos corações dos eleitores. Um desses foi o Conselheiro e Senador do Império Paulino de Souza, do Partido Conservador, um dos responsáveis pelo desgaste do Império com a imposição aguerrida contra o Imperador pela indenização dos ex-proprietários de escravos. Com a República, procurou adaptar-se e continuar com sua influência no Estado do Rio de Janeiro. Com notas abaixo podemos ver sua estratégia:

> Resende, 2 O eleitorado parece inclinado a sustentar um chapa mista com os nomes de

> Quintino Bocayuva, Paulino de Souza e Andrade Pinto para senadores, e para deputados, Francisco Santiago, Alfredo Whotely e Rocha Leão. - Brevemente reunir-se-á o partido operário para eleger o seu diretório. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 3 de agosto de 1890, p. 2).

Observe, Bocayuva é o fator de união entre os republicanos e os ex-monarquistas. Paulino e seu grupo irão criar o Partido Republicano Moderado, com a defesa fixa pela "federação". Ele, embora aguerrido e intransigente com o Imperador pela "indenização", com o República sumiu seu desejo. Em 5 de agosto o seu grupo lançou uma chapa, observe a estratégia de propaganda:

> Parece definitivamente organizada a chapa de senadores e deputados pelo Estado do Rio de Janeiro.Sabemos que figuram nessa chapa os seguintes nomes: senadores, Paulino, Porciúncula e Quintino; deputados: Silva Jardim, Santos Werneck, Theophilo de Almeida, Oscar Varady, Alberto Torres, Francisco Santiago, Nilo Peçanha, Baptista Laper, Fonseca Hermes, Urbano Marcondes, Geraldo Coelho, Alfredo Chaves, Rocha Leão, Castrioto e Bulhões de Carvalho. (Op. cit., 5 de agosto, p. 3).

A estratégia era misturar os antigos monarquistas com os republicanos no poder, os históricos e os políticos famosos no Estado. Desta forma Paulino se cacifava, para senador ou deputado. Porém no Estado do Rio de Janeiro a "chapa oficial"

demorou a ser elaborada devido a um conflito de interesses entre o governador Francisco Portella e o Partido Republicano do Estado liderados por Silva Jardim e Santos Werneck.

O Diretório Central do Partido Republicano da Capital publicou sua chapa oficial: para senador Dr. Joaquim Saldanha Marinho, Alm. Eduardo Wandenkolk e Dr. João Severiano da Fonseca; para deputado Dr. Aristides da Silveira Lobo, Dr. João Baptista de Sampaio Ferraz, Júlio Borges Diniz, Thomaz Delfino dos Santos, Dr. José de Nápoles Telles de Meneses, Dr. José Silva Trovão, Dr. Furquim Werneck de Almeida, José Augusto Vinhaes, Tenente Domingos Jesuíno de Albuquerque Júnior e Coronel Alfredo Ernesto Jacques Ourique.[10] O candidato Telles Meneses era o presidente do Diretório Central do Partido Republicano da Capital e o José Augusto Vinhaes conseguia ter seu nome na chapa oficial e era representante dos operários e presidente do Partido do Centro Operário.

Na *Gazeta de Notícias* a chapa oficial para a Capital Federal foi apresentada em 20 de julho de 1890 através de um manifesto do Diretório do Partido Republicano da Capital Federal assinado pelo presidente José de Nápoles Telles de

[10] Publicando em 13 de agosto de 1890, p. 3. No O Paiz a chapa foi publicada primeiro em 29 de julho de 1889.

Menezes. Nesse manifesto ele afirmava que novos membros chegaram ao partido após o 15 de novembro, com isso os cidadãos brasileiros e cariocas iriam reconstruir a "Pátria". Para **senador**: Joaquim Saldanha Marinho, Eduardo Wandenkolk e João Severiano da Fonseca; para **deputado**: Ubaldino do Amaral, Júlio Borges Diniz, João Sampaio Ferraz, Candido Barata Ribeiro, Alfredo Jacques Ourique, Domingos Jesuíno de Albuquerque, José Augusto Vinhaes, Thomaz Delfino dos Santos e Furquim Werneck de Almeida. Quando apareceu a primeira vez a chapa oficial publicada na Gazeta *de Notícias* (13 de agosto de 1889, p.3) e o *Paiz* (29 de julho de 1889, p. 3), dois nomes foram trocados posteriormente da chapa oficial, José Nápoles Telles Menezes e José Lopes de Silva Trovão entraram e foram retirados o nome de Ubaldino do Amaral e Candido Barata Ribeiro. Tais mudanças não foram justificadas para o público.

No Estado do Rio de Janeiro a composição e divulgação da Chapa Oficial foi tumultuada e sem consenso entre o Governador Portella e o Partido Republicano. No dia 13 de agosto, em um artigo assinado por "Um Republicano Fluminense", denunciava que que Fonseca Hermes convenceu o generalíssimo Deodoro a organizar a chapa de candidatos ao

Congresso. Para o autor os indivíduos eram completamente desconhecidos e sem significação política e que Portella era um corrupto e usava as instituições do estado para fraude eleitoral, mas via no povo "sempre cioso de sua dignidade e de seus direitos, há de saber cumprir seu dever". (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 de agosto de 1889, p.3)

Em 06 de setembro, o Diretório do Partido do Estado do Rio resolve lançar ou enfatizar sua "chapa oficial" para a Constituinte, com um anúncio e assinatura do presidente Silva Jardim e dos diretores Santos Werneck, Oscar Varady e Francisco Santiago Gonçalves. Para **senador** Francisco Pinto Ribeiro, capitalista, capitão de fragata João Candido Brasil e Quintino Bocayuva; para **deputados** Alberto Martins Torres, advogado, Geraldo Candido Martins, engenheiro, Fidelis de Azevedo Alves, médico e lavrador, Euzébio de Queiroz Carneiro Matoso, médico e lavrador, Sebastião Mascarenhas Barroso, médico, José Thomaz da Porciúncula, médico, Antonio Santos Werneck, lavrador, Sebastião Eurico G. de Lacerda, advogado, João Francisco Barcellos, advogado, Gustavo Gomes Jardim, médico, Francisco Gonçalves da Silva, lavrador, Joaquim Maurício de Abreu, médico, José Baptista da Costa Azevedo, médico, Capitão engenheiro José da Silva Braga, Oscar Varady,

industrial, e Antonio da Silva Jardim, advogado. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 06 de setembro de 1890, p. 3)

Na *Gazeta de Notícias* os artigos contra "chapa" de Portella eram constantes nos meses de agosto e setembro, como: "A chapa oficial do Rio de Janeiro tem para nós o mesmo mal de quase todas as oficiais: a inclusão de nomes de homens que, adversários ontem da República, não estão nos caso de trabalhar hoje por ela". (Op. cit., 07 de setembro de 1890, p. 3)

A chapa oficial do Governador Portella era citada pela "oposição" em artigos e até feito comparação entre os indicados. (Op. cit.) No entanto Portella jamais assinou nenhum anúncio ou publicação com os nomes por ele indicado. Porém nas primeira semana de setembro passou a ser publicado de forma contínua e singela uma "chapa" para o pleito do Estado:

> Estado do Rio de Janeiro **Para senadores:** General Quintino Bocayuva, Dr. João Baptista Laper, Dr. Braz Carneiro Nogueira da Gama **Para deputados:** Alberto Olympio Brandão, Coronel Francisco Victor da Fonseca e Silva, Dr. João Severiano da Fonseca, Dr. Luiz Barreto Murat, Alcindo Guanabara, Virgílio de Andrade Pessoa, Dr. Erico Marinho da Gama Coelho, Dr. Luiz Carlos Fores da Cruz, Dr. José Gonçalves Viriato de Medeiros, Contra-almirante Dyonísio Manhães, Dr. Joaquim José de Souza Breves, Augusto de Oliveira Pinto, dr. Urbano Marcondes dos Santos Machado, Dr. Cyrillo de

Lemos Nunes Fagundes, Dr. Carlos Antonio da França Carvalho e Nilo Peçanha. (Op. cit.).

Essa chapa, do governador Portella, aparecer em anúncio tão próximo da eleição nos indica que houve muita negociação para se chegar aos nomes indicados. O conselheiro Paulino e seus correligionários estavam fora da "chapa", os produtores de café estavam representados por Souza Breves, Batista Laper e Nogueira Gama. O último era filho de um senador do Império pelo Partido Conservador,

A chapa oficial indicada pelo Partido Republicano da Capital não teve o mesmo confronto ou disputa que aconteceu no estado do Rio de Janeiro. As mudanças propostas pelo Diretório não causaram nenhum artigo de oposição, embora os que saíram da chapa Ubaldino do Amaral e Barata Ribeiro continuaram com seus nomes aparecendo em outras chapas.

A grande personalidade do Rio de Janeiro e do Brasil era o financista e banqueiro Conselheiro Mayrink. Seu nome aparecia, já a partir de julho, em chapas e anúncios individuais para Deputado Federal para o Distrito Federal e para Minas Gerais. Seus anúncios individuais apareciam em vários formatos e tamanho nos jornais do Rio de Janeiro. Sua influência

econômica na mídia-impressa era reconhecida, com o seu sarcasmo a *Gazeta de Notícias* demonstrou esta relação:

> VIAÇÃO URBANA[11]Imprensa Independente *O Paiz*, propriedade do conselheiro Francisco de Paulo Mayrink*Diário de Commercio*, propriedade do Banco Constructor (Mayrink Matta Machado e Mearin) *Novidades*. Propriedade da firma social Mayrink & Santos.
>
> *Gazeta da Tarde*, propriedade da firma social Mayrink & Brito *Diário de Notícias*, propriedade de dois acionistas do BEÚ [Banco dos Estados Unidos do Brasil] – Ninô & Lulú Já se vê que o governo não pode deixar de atender a uma imprensa assim desinteressada e independente. Ora bolas!!! (GAZETA DE NOTÍCIAS, 27 de agosto de 1890, p. 2).

Outro financista e banqueiro que se lançou em campanha para deputação foi Conde Figueiredo, em geral associado a chapa do Partido Católico, e em outras chapas. Seu investimento com anúncios foi bem menor que Mayrink. Esses dois personagens eram os representantes de uma fração da classe dominante, financistas, e optaram por não delegarem seus interesses ao intelectuais-políticos orgânicos de sua classe. Outros financistas, se lançaram, candidatos, no estado do Rio de

[11] GAZETA DE NOTÍCIAS, 27 de agosto de 1890, p. 2.

Janeiro e Capital, somente esses foram vitoriosos. Porém em outros estados essa fração dominante conseguiu ser eleita.

No Distrito Federal a chapa indicada pelo Diretório Central do Partido, foi vencedora, porém dois nomes fora dela foram eleitos: Mayrink e Conde Figueiredo. Mayrink também foi eleito em Minas Gerais, mas preferiu assumir o mandato pela Capital Federal.

No estado do Rio de Janeiro a chapa oficial do Partido Republicano foi completamente derrotada, nenhum nome conseguiu furar a indicação do governador Portella. Silva Jardim, herói da propaganda republicana, e com grande espaço na mídia carioca e sobretudo na *Gazeta de Notícias* foi derrotado nas três frentes onde seu nome foi apresentado: Estado do Rio, Minas Gerais e Distrito Federal. A vitória de Portella demonstrava a permanência da "política monarquista", o grupo político no poder elegia os seus políticos no Parlamento e nas Câmaras Legislativa, e não a oposição. Santos Werneck, assinando pelo Partido Republicano denunciou fraudes e manteve o diretório do Partido na oposição a Portella.

O Paiz e *Gazeta de Notícias* apresentaram as parciais e os números finais das eleições nos estados para o Congresso. Porém o *Diário de Notícias* fez algo mais profundo, no

levantamento da apuração do Distrito Federal, ele nomeou todos os que candidatos que receberam votos, desde Sampaio Ferraz até os que receberam um voto. Surpreendentemente a Isabel Dillon, que lançou seu nome como candidata pela Bahia, não conseguiu o alistamento eleitoral como as outras senhoras que preitearam, recebeu dois votos junto com mais 221 homens. (DIARIO DE NOTÍCIAS, 18 de outubro de 1890, p. 1-2)

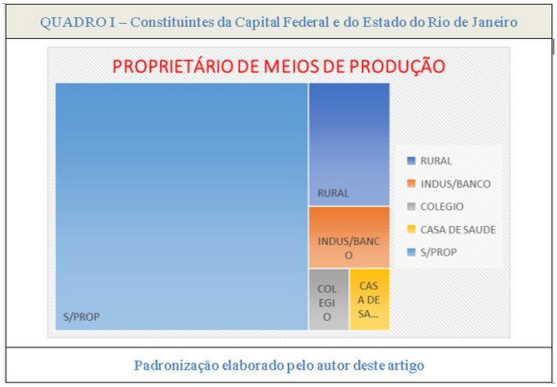
Cabe uma pequena análise das características dos Constituintes eleitos pelo Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro. O cidade do Rio de Janeiro vivia em uma bolha especulativa em sua Bolsa de Valores e uma explosão industrial; o segundo vivia em uma decadência progressiva econômica com a baixa produção cafeeira. Juntos elegeram 33 constituintes.

A maior parte dos constituintes tinham a formação superior em Direito, Militar (Exército e Marinha) e medicina. A mudança da forma de governo feita pelos militares, trouxe uma proporção de militares eleitos. Os jornalistas é um grupo importante de eleitos, estes foram identificados apenas os que viviam do ofício, porém outros tinham profissões que os sustentavam e escreviam artigos para jornais. Outro grupo interessante foi o de empreendedores, são os que tinham mais de um tipo de empresa, como bancos, indústrias, comércio e

fazendas[12], nesse caso só temos o exemplo de Mayrink e Conde Figueiredo que optaram por participar na eleição. Laper, Breves e Nogueira da Gama (todos do estado do Rio de Janeiro) eram respectivamente médicos e os outros dois advogados, porém grandes proprietários de terras e cafeicultores. Na tabela abaixo observaremos que os proprietários rurais ou proprietários dos meios de produção são infinitamente baixo dentro da Constituinte, os políticos eleitos serão dentro do possível emissários de seus interesses, mas eles não se auto representam no Congresso. Curiosamente os 75% dos representantes do Congresso Constituinte são não proprietários de meios de produção e somente 12% são proprietários rurais. Algo extremamente curioso para um país que sobrevivia da atividade rural e 80% da população vivia no interior agrário.

[12] Maria Yedda Linhares em seu levantamento dos eleitores da década de 1870, chega define o grupo de patrões (proprietários de modos de produção): Fazendeiros; Patrões de pesca; Comerciantes e negociantes; Patrões da indústria; Finanças (tipo: proprietário, corretor, capitalista); Atividades intermediárias (tipo: agente, despachante). Os médicos, engenheiros etc. Elas consideravam "profissões liberais" – Ver: LINHARES, Maria Yedda. *As listas eleitorais do Rio de Janeiro no século XIX*. In: Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien, ... p. 67.

Essa característica dos constituintes se mantém nos demais estados, com o a maioria dos eleitos de não proprietários. Décio Saes diria que esses representantes eram essencialmente da "classe média" ou "camada média". Para esse pesquisador ela após a Abolição e o 15 de novembro de 1889 acumulou "os papéis de *força dirigente* e *força principal*". (SAES 1985, p. 346) Porém a partir de 1894, Saes afirma que a "classe média"foi subtraída da condição da classe reinante pela classe dominante tradicional, ou seja, fazendeiros, comissários e exportadores. (Op. cit., 346-347).



O agendamento da imprensa na campanha eleitoral para o Congresso Constituinte Carioca e Fluminense

Walter Lippman (2008) acreditava que a "mídia" era fonte primária das imagens armazenadas em nossas cabeças. A

teoria do agendamento procurou mapear e detalhar a contribuição massiva dessas "imagens" nos temas públicos, políticos e socioeconômico. McCombs em sua pesquisa assim aborda a contribuição da mídia na vivência dos cidadãos: "A ideia teórica central é que os elementos proeminentes na imagem da audiência. Aqueles elementos enfatizados na agenda da mídia acabam tornando-se igualmente importantes para o público". (MCCOMBS 2009, p. 111)

Usaremos os nomes dos candidatos como **objetos** ou **temas**. Esses em sua maioria não usaram a mídia para apresentar suas plataforma ou circular. O candidato que mais usou os jornais para apresentar suas ideias e recebeu apoio em artigos foram Silva Jardim e Tenente Vinhaes. Desta forma optamos por ter o nome do candidato, como objeto. Isso é possível, pois o objeto "é algo para qual nossa atenção e dirigida ou algo sobre o qual temos uma atitude ou uma opinião. (...) tradicionalmente em discussões sobre agendamento aquele objeto tem sido um tema público". (Op. cit., p. 113)

McCombs observando as campanhas políticas em diversos países constatou que as cédulas, ou lista oficial dos candidatos, é um objeto de aparição e exposição na mídia produz uma "saliência", ou seja, a quantidade e a forma como são

apresentados ao público pela mídia. Esses fatores fazem com que os nomes de candidatos passem a ser discutidos nos espaços públicos, "vão consideravelmente além da saliência dos objetos e usualmente incluem a construção de uma imagem de candidato em atributos específicos são particularmente salientes". (Op. cit., p. 116).

Com isso podemos opinar que no "espaço público" as chapas e vencedores estavam na mídia-impressa, por isso era discutida pela maioria dos eleitores e na sua escolha (Veja Tabela I e II).

TABELA I

RELAÇÃO DA VOTAÇÃO DOS CONSTITUINTE E SUAS CITAÇÕES NOS PERIÓDICOS ENTRE 01 DE JANEIRO A 15 DE SETEMBRO DE 1890

Unidade da Federação	Constituinte 1890-1991	Total de votos	Gazeta de Noticias	O Paiz	TOTAL	Proporção voto por citação
Capital Federal	Eduardo Wandenkolk/Sen/CF	10.720	31	32	63	0,59
	João Severiano da Fonseca/Sen/CF	9.597	50	51	101	1,05
	Joaquim Saldanha Marinho/Sen/CF	8.335	53	65	118	1,42
	João Batista de Sampaio Ferraz/CF	8.682	36	6	42	0,48
	Lopes Trovão/CF/C21	8.448	58	79	137	1,62
	Alfredo Ernesto Jacques Ourique/CF	7.946	18	13	31	0,39
	Aristides da Silveira Lobo/CF	5.802	52	8	60	1,03
	Francisco Furquim Werneck de Almeida/CF	5.482	23	7	30	0,55
	Francisco de Paula Mayrink/CF	5.445	48	93	141	2,59
	Domingos Jesuíno de A. Júnior/CF	5.429	9	16	25	0,46
	José Augusto Vinhaes/CF	5.401	41	16	57	1,06
	Conde de Figueiredo/CF	5.354	91	112	203	3,79
	Thomaz Delfino dos Santos/CF	5.325	0	18	18	0,34
Não eleito	Silva Jardim para o Estado do Rio de Janeiro	4.114	203	167	370	8,99
Referência	Diario de Noticias, 18 de outubro de 1890, p. 1					

Silva Jardim, o herói da República na sua campanha de propaganda, José de Patrocínio e João Clapp heróis da Abolição, republicanos, e nomes conhecidos e divulgados pela imprensa nos anos de 1887 a 1889 foram preteridos pelos eleitores em prol dos candidatos novos indicados, ou apoiados, pelos que estavam no poder Executivo. Outro nome, importante para a Proclamação da República, tenente-coronel Benjamin Constant, ministro do Governo Provisório, seu nome não apareceu em nenhuma chapa no país, foi lembrado por 80 eleitores na Capital Federal. (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 18 de outubro de 2890, p.1) Havia 54 mil operários na Capital Federal e cerca de 28 mil eleitores alistados. Estimamos que cerca de 50% desses alistados eram operários (trabalhadores urbanos, empregados dos transportes, servidores do Estado)[13], porém o único defensor do trabalhador/operário vencedor da eleição foi o Tenentes Vinhaes, curiosamente membro da "chapa oficial". Porém no Distrito Federal a "chapa oficial" foi rompida por dois banqueiros ou

[13] Yedda Linhares em um estudo de lista eleitoral do Rio de Janeiro em 1876 levantou os seguinte grupos de eleitores: Trabalhadores urbanos e artesãos (24,6%), Empregados do transporte (1,9%), Empregados do serviço do Estado (21,3%), Empregados de serviços privados (4,6%), Classe dirigente (19%), Profissionais Liberais (8,6%), Lavoura e atividades extras (18,4%) e Outros (0,7%) – Ver: LINHARES, Maria Yedda. As listas eleitorais do Rio de Janeiro no século XIX. In: Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien, n°22, 1974. Numéro consacré au Brésil. pp. 41-67;

empreendedores, representantes da nova fração de classe dominante: Conselheiro Mayrinck e Conde Figueiredo.

Mayrinck teve uma ação de exposição individual não ligado a nenhuma chapa, aparecia em sua maioria em anúncios individuais. Já Conde Figueiredo iniciou sua propaganda eleitoral junto a um Partido Católico, também apareceu em anúncios individuais.

Todos os eleitos eram conhecidos na cidade, ou seus nomes eram ligados ao movimento de 15 de novembro de 1889. Sampaio Ferraz, o deputado mais votado, ficou famoso na cidade ao se tornar chefe de polícia do Distrito Federal ao combater as maltas de capoeira e era a autoridade que prendia funcionários públicos corruptos. Prendeu o irmão de um comerciante famoso na cidade, J.J. Reis, dono e fundador do jornal *O Paiz*, que era capoeirista. Os vencedores da eleição no Distrito Federal não foram aleatórios. Para o Senado observamos o mesmo comportamento, Saldanha Marinho, foi o terceiro colocado dos eleitos. Esse era um republicano histórico, foi preterido por candidatos mais atuais e dentro do movimento de 15 de novembro.

TABELA II						
RELAÇÃO DA VOTAÇÃO DOS CONSTITUINTE E SUAS CITAÇÕES NOS PERIÓDICOS ENTRE 01 DE JANEIRO A 15 DE SETEMBRO DE 1890						
Unidade da Federação	Constituinte 1890-1991	Total de votos	Gazeta de Noticias	O Paiz	Total	Proporção voto por
Rio de Janeiro	Quintino Bocaiúva/Sen/RJ	12.072	142	47	189	1,57
	João Batista Laper/Sen/RJ/C21	9.800	15	8	23	0,23
	Braz Carneiro Nogueira da Gama/Sen/RJ	9.276	14	8	22	0,24
	Francisco Victor da Fonseca e Silva/RJ	10.267	21	8	29	0,28
	João Severiano da Fonseca Hermes/RJ	10.089	23	8	31	0,31
	Nilo Peçanha/RJ	10.078	41	9	50	0,50
	Urbano Marcondes dos S. Machado/RJ	10.032	15	4	19	0,19
	Luís Carlos Fróes da Cruz/RJ	9.506	16	9	25	0,26
	Augusto de Oliveira Pinto/RJ	9.482	18	5	23	0,24
	Erico Marinho da Gama Coelho/RJ	9.417	10	5	15	0,16
	Alberto Olympio Brandão/RJ	9.412	13	16	29	0,31
	José Gonçalves Viriato de Medeiros/RJ	9.121	19	2	21	0,23
	Cirillo de Lemos Nunes Fagundes/RJ	8.932	10	1	11	0,12
	Luiz Barreto Murat/RJ	8.878	1	4	5	0,06
	Alcindo Guanabara/RJ	8.741	35	42	77	0,88
	Virgílio de Andrade Pessoa/RJ	8.620	17	20	37	0,43
	Contra-Almirante Dionísio M Barreto/RJ	8.538	5	3	8	0,09
	João Baptista da Motta/RJ	8.366	16	2	18	0,22
	Carlos Antônio de França Carvalho/RJ	8.294	21	6	27	0,33
	Joaquim José de Sousa Breves/RJ	8.113	12	3	15	0,18
Não eleito	Silva Jardim para o estado do Rio de Janeiro	4.114	203	167	370	8,99
Referência	Gazeta de Noticias, 17 de setembro de 1890, p.1					

No Estado do Rio de Janeiro observamos no senado que Bocayuva, sem ligação com a Provincia, ministro do Governo Provisório, mas um herói republicano apoiado pelo governador do estado Portella foi o mais votado. No período do Império ele fez várias tentativas eleitorais na cidade do Rio de Janeiro, como vereador ou deputado Geral, sempre derrotado. Bocayuva era em 15 de setembro um "herói" republicano e ministro do

Governo Provisório, sendo esse o principal motivo para sua eleição.

Alcindo Guanabara também não tinha ligação com o Estado do Rio de Janeiro, mas era ligado ao movimento vencedor e ao governador Portella. Esses venceram republicanos famosos como Silva Jardim, Santos Werneck, Alberto Torres e Porciúncula. Também foi rejeitado pelos eleitores o antigo "Emir" da província do Rio de Janeiro, Conselheiro Paulino de Souza.

Ao observarmos que todos os eleitos tiveram seus nomes divulgados pelos jornais carioca, seja em campanha, seja em suas vidas sociais e profissionais. O que teve menos votos, foi também o que menos apareceu na mídia-impressa na Capital Federal, Thomaz Delfino dos Santos, porém ele era o 2º delegado de Polícia da Cidade do Rio de Janeiro (GAZETA DE NOTÍCIAS, 4 de junho de 1890, p. 3), um dos fundadores do Clube Tiradentes em 1880, amigo de Marechal Floriano Peixoto. (FGV/CPDOC, 2025)

No Estado do Rio de Janeiro o menos votado eleito foi Joaquim J. de S. Breves, apareceu pouco na mídia-impressa, mas dentro da média, por ser um grande proprietário de terras e cafeicultor seu nome era conhecido na região do Vale do Paraíba.

O que menos aparece no mídia-impressa o Coronel Manhães Barreto, com uma exposição abaixo da média, com atuação brilhante na Guerra do Paraguai, foi assumindo postos até chegar a Contra Almirante, na República foi membro da Comissão Especial do Tratado de Montevideu. Sua eleição está é justificada pela novidade da República. Já Murat - advogado, jornalista e poeta – como jornalista trabalhou junto com Alcindo Guanabara, Arthur Azevedo e Raul de Pompeia. Na sua biografia não mostra nenhuma ligação com o estado do Rio de Janeiro e sua vitória estaria ligada a indicação de Portella e o "novo" que se pronunciava com a chegada da República. (PORTAL GENEALÓGICA DO GENI, 2025)

A exposição ou agendamento nas folhas impressas não foram suficientes para eleger Silva Jardim, embora foi o nome mais divulgado pelos dois jornais. Entretanto ele não soube criar apoio ou seduzir os eleitores. Era comum dizer que Silva "falava para o povo e com o povo". Qual povo? O eleitor ou o raia miúda? Ele foi lembrado pelos eleitores do Distrito Federal e do estado do Rio de Janeiro, porém não o suficiente para ser vencedor.

McCombs ao estudar a influência da mídia na eleição e nas escolhas dos candidatos afirma: "A influência causal da

[mídia-imprensa] nas imagens em nossas cabeças sobre candidatos políticos está bem documentada". (MCCOMBS 2009, p.124) Todos os eleitos tiveram seus nomes citados nos jornais. Porém a exposição ou atenção constante não determinou que tivessem mais votos. Outros fatores, na discussão dos eleitores no "espaço público" foram levados em consideração e levaram os candidatos a terem mais ou menos votos. Conde Figueiredo e Conselheiro Mayrink foram os deputados do Distrito Federal que tiveram mais exposição nos periódicos devido suas ações empreenderas-financeiras e doações filantrópicas. Talvez por isso foram os dois que conseguiram furar a chapa oficial, porém essa exposição maior não significou a liderança da votação.

Para o senado do Distrito Federal temos o terceiro colocado, com mais exposição que os demais vencedores: Eduardo Wandenkolk e João Severiano da Fonseca. Entretanto devemos observar que o primeiro era ministro do Governo Provisório e o segundo irmão do Generalíssimo Deodoro da Fonseca. O advogado Saldanha Marinho tinha apoio e simpatia dos jornais e jornalistas republicanos pela sua história, no entanto para o eleitor os dois primeiros representavam "um futuro" baseado na novidade do movimento de "15 de

novembro". Quando observamos os senadores eleitos no estado do Rio de Janeiro, Bocayuva era o ministro do Governo Provisório e foi o que teve maior exposição na mídia que o demais. Laper era médico cafeicultor em Cantagalo, onde viveu e foi deputado pela Assembleia Provincial (1884), pelo Partido Republicano, sua atuação na casa era sobre assuntos referentes a agricultura. Foi um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870, e ligado as grupo de Quintino Bocayuva. Braz Carneiro, filho de um senador do Partido Conservador pela província do Rio de Janeiro, era engenheiro e cafeicultor em Valença, fora deputado provincial pelo Rio de Janeiro duas vezes, no último biênio 1888-1889, foi eleito pelo partido Republicano e fez parte da bancada republicana liderada por Francisco Portella.

No estado do Rio de Janeiro observamos que o candidato que teve mais exposição na mídia foi jornalista Alcindo Guanabara, no entanto o mais votado, Francisco Fonseca e Silva, teve 1/3 da de Alcindo. Esse era militar, em 1889 estava no posto de tenente-coronel, em 15 de novembro de 1889 comandava o Corpo Policial da Provincia e foi nomeado pelo Governo Provisório governador do estado e posteriormente substituído por Portella. Fonseca e Silva representava o "novo" do

movimento, sem nenhuma ligação profunda com o estado do Rio de Janeiro. Podemos observar o mesmo com o segundo lugar em votação, João Severiano da Fonseca Hermes, que tinha como interesse eleitoral o parentesco com o Generalíssimo Deodoro Fonseca.

McCombs sobre os políticos e eleições conclui: "A influência da mídia nas imagens dos candidatos políticos é uma instância muito forte de atributos". (Op. cit., p.124) Para o pesquisador a maior parte de nosso conhecimento sobre os atributos dos candidatos - sua ideologia ou personalidade - se faz conhecido pela mídia (material publicitário ou matérias jornalísticas). Silva Jardim, republicano e candidato a deputado por Minas, Rio de Janeiro e Distrito Federal, teve maior a exposição nos jornais do que todos os políticos eleitos. Conde Figueiredo, deputado eleito, foi o que teve mais exposição, porém 40% menor que Silva Jardim.

Não podemos negar pela observação da fonte, os jornais, que a formação da "chapa oficial" chancelada pelo Diretório do Partido Republicano do Distrito Federal e pelo Governador do estado do Rio de Janeiro foi determinante para a vitória na primeira eleição republicana. Devemos observar que o eleitor, sobretudo da Capital Federal e dos núcleos mais urbanos do

estado do Rio de Janeiro, tivera liberdade para escolher seus representantes e negando a "chapa oficial". Como os votos para Benjamin Constant ou para Izabel Dillon, porém a maioria optava pela "chapa oficial".

Conclusão

No aspecto do "agendamento da mídia", ela foi capaz de apagar qualquer possibilidade de retorno da Monarquia como forma de governo. Possibilidade proposta pelo Decreto nº 01 de 15 de novembro de 1889, que indicava que a Constituinte teria a possibilidade de negar a República, algo que jamais apareceu em nenhum candidato na imprensa.

Assim a mídia cumpriu sua principal função no contexto do primeiro ano da República, sepultar a Monarquia. Quando analisamos a campanha eleitoral se cumpre o que McCombs repete ao longo de seu estudo que a "mídia não pode nos dizer o que pensar, ela é surpreendentemente bem-sucedida em dizer sobre o que pensar. (...) Poderia ser que as consequências disso é que a mídia é capaz **às vezes** de nos dizer o que pensar". (Op. cit., p. 115) (Grifo nosso)

Referências

ABRANCHES, Dunshee. *Actas e Actos do Governo Provisório*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907.

BRASIL. *Synopse do Recenseamento:* 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Officina de Estatística, 1898

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Glossário* **...** Op. cit.

CARONE, Edgar. *A república Velha:* Instituições e classes sociais. São Paulo: Difel, 1975.

DIARIO DE NOTÍCIAS. Rio de janeiro: Diário de Notícias, 1890.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *A república na velha província:* oligarquias e crise no Estado do Rio de janeiro (1889-1930). Rio de janeiro: Rio Fundo, 1989.

FIGUEIREDO, Vitor Fonseca. *Voto e competição na primeira república: o caso de Minas Gerais (1889-1930*). Curitiba: Editora CRV, 2017.

FONSECA, Gondin da. *Biografia do jornalismo carioca (1808-1908)***.** Rio de Janeiro: Livraria Quaresma, 1941.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias, 1889-1890.

KARAWEJCYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar:* um história da conquista do sufrágio feminino no Brasil. Porto Alegre: Edipucrs, 2020.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto.* Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LINHARES, Maria Yedda. As listas eleitorais do Rio de Janeiro no século XIX. *In*: *Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien*, n°22, 1974. Numéro consacré au Brésil. pp. 41-67.

LIPPMANN, Walter. *Opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2008.

MCCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda:* a mídia e a opinião pública. Petropólis: Editora Vozes, 2009.

O PAIZ. Rio de Janeiro: O Paiz, 1889-1890.

PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A ideia republicana no Brasil através de documentos*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1973.

PINTO, Surama Conde Sá. *Só para os iniciados:* o jogo político na antiga capital federal. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jaqueline Porto. Quem ganhou as eleições? A validação dos resultados antes da criação da justiça eleitoral. Curitiba: *REVISTA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA* V. 21, Nº 45: 91-105 MAR. 2013, p. 91-105. Disponível em: chrome-//bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4844/2013_zulini_eleicoes_validacao_resultados.pdf?sequence=1&isAllowed=y - Acesso em 01/01/2025.

SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil.* São Paulo: Paz e Terra, 1985.

SOARES, Rodrigo Goyena. *Entre oligarquias:* as origens da república brasileira (1870-1920). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

VENEU, Marcos Guedes. *Enferrujando o sonho:* partidos e eleições no Rio de Janeiro, 1889- 1895. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1987, p. 25. Disponível em: http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/o-z/FCRB_MarcosGuedesVeneu_Enferrujando_sonho.pdf. Acesso em 24/01/2025.

A territorialização do poder e a ressignificação dos Direitos Humanos no Bolsonarismo

Gerson Pereira Minguta
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

Nas últimas décadas, tem-se intensificado a ideia de que as democracias liberais atravessam uma crise estrutural, marcada pelo aprofundamento das desigualdades socioeconômicas, pela erosão das instituições políticas e pela intensificação das polarizações ideológicas. Mesmo em diferentes contextos, a promessa de estabilidade e progresso vinculada ao modelo liberal-democrático revelou-se incapaz de oferecer respostas consistentes às demandas sociais contemporâneas. Em meio a esse esgotamento, movimentos de extrema-direita ascendem em distintas partes do mundo, apresentando-se como alternativas políticas que oferecem narrativas simplificadas e soluções autoritárias diante das incertezas sociais, culturais e econômicas.

No caso brasileiro, embora seja possível identificar conexões com as tendências internacionais tais como o uso estratégico da moral religiosa, a retórica nacionalista e a crítica

às instituições democráticas, o bolsonarismo se enraíza em processos históricos e sociais específicos. Ele não pode ser reduzido a uma mera reprodução de fenômenos externos: sua consolidação reflete contradições ligadas à formação social brasileira, marcada por heranças coloniais, desigualdades estruturais, autoritarismo político e uma constante disputa em torno da definição de cidadania. É a partir dessa perspectiva que a análise do bolsonarismo deve ser conduzida, compreendendo-o como resultado de uma dinâmica que envolve tanto fluxos globais quanto territorialidades e memórias locais.

Entre as múltiplas singularidades desse processo, destaca-se como aspecto central a tentativa sistemática de ressignificação do conceito de direitos humanos. Ao esvaziar sua dimensão emancipatória, esse processo subordina a noção de direitos a narrativas de controle social, disciplina e seletividade. Sob a gestão da extrema-direita bolsonarista, particularmente por meio da atuação de Damares Alves no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, consolidou-se uma agenda voltada a redefinir quem é considerado digno de proteção. Não se trata, portanto, de uma mera mudança semântica: a apropriação do conceito de "direitos humanos" produziu fronteiras excludentes, estruturadas por critérios ideológicos que

tensionam seus princípios universais e fragilizam sua função de garantia da dignidade humana.

Esse debate ultrapassa, assim, o terreno da linguagem. Ele se inscreve em uma disputa política, social e simbólica, que redefine as formas de exercício do poder e reconfigura o modo como se articulam território, subjetividade e memória coletiva. É nesse horizonte que o presente artigo se propõe a investigar a forma como o bolsonarismo, em sua dimensão discursiva e prática, constrói uma concepção restritiva e excludente de direitos humanos. A análise busca, portanto, articular as conexões com o contexto global e, ao mesmo tempo, ressaltar as especificidades da história social brasileira, de modo a compreender os sentidos, limites e impactos dessa ressignificação no campo contemporâneo das lutas políticas e sociais.

A ressignificação dos direitos humanos sob a égide bolsonarista

A trajetória de Jair Bolsonaro, bem como os elementos políticos e ideológicos que conformaram a disputa presidencial de 2018, revelam-se centrais para a compreensão de um fenômeno que articula neoliberalismo, conservadorismo moral e

autoritarismo, configurando-se como uma ameaça aos pilares da democracia brasileira. A presente investigação, orientada pelas perspectivas da História Social, pretende contribuir para essa análise ao ultrapassar a concepção estritamente física do espaço geográfico e compreender o território como uma construção histórica, simbólica e política, configurada pelas relações de poder, pela produção social do espaço e pelas experiências vividas pelos sujeitos. Levitsky e Ziblatt (2018) destacam que essa convergência compromete os pilares democráticos e altera as regras do jogo político. Direitos antes universais passam a proteger apenas determinados grupos, enquanto exclusão social e precarização estrutural se naturalizam, consolidando desigualdades históricas e legitimando formas contemporâneas de necropolítica.

Antes de examinar os impactos da extrema-direita bolsonarista sobre as políticas públicas de direitos humanos, contudo, faz-se necessário delimitar como este estudo compreende o conceito de política pública, de modo a explicitar suas interconexões com os direitos humanos e com o papel do Estado. Para os fins desta pesquisa, adota-se a definição proposta por Souza (2006), segundo a qual a política pública constitui um campo de conhecimento que visa,

simultaneamente, “colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. A formulação das políticas públicas configura-se como o estágio no qual governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que resultarão em mudanças ou impactos no mundo real” (SOUZA, 2006, p. 26). Sob essa perspectiva, o bem-estar coletivo encontra-se intrinsecamente vinculado às formas de atuação e implementação de políticas em áreas como saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social e lazer, dimensões que, em seu conjunto, determinam a qualidade de vida da população.

A partir dessas premissas, compreende-se que as políticas públicas de direitos humanos estão diretamente relacionadas à interpretação acerca do grau de intervenção do poder público na sociedade, o que remete ao debate clássico entre Estado mínimo e Estado máximo. O primeiro, sustentado em valores liberais, privilegia a autonomia econômica e a liberdade individual, enquanto o segundo enfatiza a promoção da igualdade social e a universalização dos direitos fundamentais. Trata-se, portanto, de uma disputa de natureza ideológica, cujas escolhas refletem projetos distintos de

sociedade e de organização política. É precisamente nesse horizonte de tensões que se inscreve a análise da ascensão da extrema-direita bolsonarista, a qual redefiniu a interpretação e a implementação das políticas públicas de direitos humanos no Brasil contemporâneo.

A nomeação de Damares Alves para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) desempenhou papel central na consolidação de um "território moral" pautado em valores conservadores de matriz cristã e em retóricas anticomunistas. Embora seja comum que a atuação de um governo se alinhe às diretrizes ideológicas de seu partido e aos objetivos de sua agenda, a aliança neoliberal-neoconservadora promovida pelo governo Bolsonaro resultou em retrocessos sociais significativos ao reduzir direitos fundamentais historicamente conquistados. Ao estruturar o ministério de forma a mesclar a agenda de direitos humanos com pautas religiosas, Bolsonaro institucionalizou a prioridade das demandas de grupos conservadores, estratégia que já se anunciava desde o início de sua campanha eleitoral. Essa lógica foi operacionalizada por meio do pânico moral, sustentada na denúncia de uma suposta ameaça comunista e na acusação de doutrinação ideológica e de gênero nas escolas (MISKOLCI,

2018). Como consequência, formou-se um discurso conservador que se infiltrou em diferentes níveis da administração pública e passou a influenciar práticas, políticas e a vida sociopolítica nacional, redefinindo padrões de inclusão, proteção social e reconhecimento de direitos fundamentais.

O diferencial analítico deste trabalho consiste em evidenciar que o bolsonarismo não se limita a restringir ou negar direitos humanos, mas atua sobretudo em sua reterritorialização simbólica**,** convertendo-os em um dispositivo moral de exclusão e pertencimento. Ao articular neoliberalismo e conservadorismo religioso, o movimento constrói um "território moral" no qual apenas determinados sujeitos — cristãos, heteronormativos, patriotas e "de bem" — são reconhecidos como legítimos portadores de direitos, enquanto outros são relegados à condição de descartáveis. Nesse processo, os direitos humanos deixam de funcionar como horizonte universal de cidadania para se transformarem em uma fronteira simbólica que organiza afetos, memórias seletivas e narrativas de identidade nacional. Essa leitura permite compreender que o bolsonarismo não apenas corrói instituições democráticas, mas também reorganiza o imaginário coletivo sobre quem pode ou não ser considerado sujeito de direitos no Brasil contemporâneo.

O bolsonarismo constitui um fenômeno complexo, envolvendo diversos grupos sociais e setores da população que apoiaram Bolsonaro no segundo turno de 2018. Para compreendê-lo, é útil recorrer à história social do território, que permite analisar processos de longa duração e situar o bolsonarismo como expressão das dinâmicas estruturais da formação socioespacial brasileira. Historicamente, o território nacional foi moldado por padrões concentrados de apropriação fundiária, exploração do trabalho escravizado e exclusão de amplos segmentos da população do acesso a recursos e direitos. Essa base excludente consolidou desigualdades profundas, naturalizando hierarquias raciais, de classe e de gênero, que continuam a estruturar as relações sociais contemporâneas. Ao reafirmar discursos autoritários e antipopulares, o bolsonarismo mobiliza essas heranças e reforça mecanismos de exclusão histórica. Em sistemas democráticos, é fundamental que os direitos das minorias — em relação a opiniões e identidades — sejam respeitados. A Constituição Federal de 1988 veda qualquer forma de discriminação por raça, etnia, religião ou gênero, assegurando o direito à diferença sem violar a cidadania. No governo Bolsonaro, contudo, a política de direitos humanos se configura como instrumento de reordenamento simbólico e

político do território, determinando quem é reconhecido como sujeito de direitos e sob quais critérios.

Santos (2000) e Haesbaert (2004) destacam que o território não se reduz a um espaço físico: ele constitui um espaço de relações de poder e controle. No Brasil, a ocupação e gestão territorial historicamente combinaram intensa repressão com fragilidade na garantia de direitos, consolidando um Estado mais voltado à coerção do que à promoção da cidadania. O bolsonarismo capitaliza essa tradição, fortalecendo uma lógica policial e militarizada de controle territorial enquanto negligencia a distribuição de serviços e a efetivação de direitos. A intensificação da precarização do trabalho, o desmonte de políticas públicas e a privatização de recursos naturais, características do neoliberalismo, encontram nesse contexto sua legitimação política. Assim, direitos humanos passam a ser reinterpretados não como instrumentos de proteção universal, mas como mecanismos para reforçar hierarquias sociais e disputas simbólicas entre diversas camadas da população.

A adesão de parcelas da classe trabalhadora informal ao bolsonarismo, por exemplo, pode ser compreendida como um reflexo da frustração frente à promessa neoliberal de mobilidade social que se mostrou inatingível para muitos. Desemprego

estrutural, informalidade e precarização do trabalho levaram parte da população a enxergar nos discursos de ordem, autoridade e meritocracia uma alternativa à instabilidade material. Nesse sentido, Santos (2000) descreve a globalização dominante como uma fábula que promete integração e oportunidades para todos, mas que, na prática, reforça desigualdades. Ampliando esta perspectiva, é possível entender que o território é sempre múltiplo e híbrido, integrando dimensões materiais, simbólicas, políticas e culturais (HAESBAERT, 2004). Deste modo, a adesão ao bolsonarismo não deve ser interpretada apenas como uma escolha econômica ou política, mas como um fenômeno de territorialização o qual valores de moralidade, religiosidade e nacionalismo se sobrepõem às experiências concretas de precarização.

O bolsonarismo explorou o ressentimento, oferecendo inimigos simbólicos — como as esquerdas e movimentos sociais — e um ideal de indivíduo autônomo, armado, patriota e moralmente "correto". A precarização da vida transforma-se em campo de disputa ideológica e afetiva, potencializada pelas redes sociais e pela apropriação da violência simbólica em torno de valores morais e religiosos, especialmente entre grupos neopentecostais. Ao deslocar a centralidade da luta por direitos

concretos para disputas simbólicas e morais, o bolsonarismo reterritorializa o espaço social, incorporando valores militarizados e religiosos e aprofundando desigualdades. Haesbaert (2004) ressalta que a globalização neoliberal não elimina o território, mas aprofunda a exclusão, confinando parcelas da população em "territórios da sobrevivência", caracterizados por mobilidade forçada e imobilidade compulsória (HAESBAERT, 2004, p.338).

A ascensão de Jair Bolsonaro também se articulou a fatores políticos e culturais. Solano (2018) destaca a estratégia de confrontar adversários, a fusão de políticas neoliberais com ideais neoconservadores e a crescente militarização e cristianização do espaço público. Conceitos como nação, família e ordem tornaram-se centrais, e a politização de grupos pentecostais e neopentecostais contribuiu decisivamente para sua popularidade, sobretudo entre camadas populares. Nesse contexto, a agenda bolsonarista reforça papéis tradicionais de gênero e transfere responsabilidades de reprodução social para o âmbito privado, aprofundando a exploração de mulheres, especialmente negras e pobres. A denominada "pauta de costumes" tornou-se uma das principais bandeiras da campanha presidencial, articulando propostas como a diminuição da

maioridade penal, a flexibilização do acesso a armas e a defesa de valores conservadores como fundamento da ordem social. Após a vitória de Bolsonaro, observou-se a reconfiguração de políticas públicas que refletiam tanto sua ideologia quanto seu projeto político, consolidando uma disputa de sentido sobre os direitos humanos e sua interpretação (SILVA, 2019, p.147).

O bolsonarismo revelou-se eficaz na mobilização de afetos, medos e identidades coletivas, atuando nos processos de reprodução social, tanto em instituições como escolas e igrejas quanto no âmbito doméstico. Os ataques sistemáticos à educação, à produção artística e à diversidade identitária reforçam valores conservadores e legitimam a manutenção do status quo. A naturalização da mulher como figura central do cuidado e da família valida o trabalho reprodutivo — gratuito ou mal remunerado — desempenhado majoritariamente por mulheres das camadas populares, sustentando o modo de produção capitalista. Paralelamente, ao criminalizar a pobreza e movimentos sociais, o bolsonarismo intensifica a fragmentação de classe e a dominação sobre corpos racializados. As periferias urbanas, especialmente favelas, são representadas como zonas de ameaça à ordem, enquanto se consolidam como reservas

estratégicas de mão de obra barata, reforçando desigualdades históricas.

A aliança entre o bolsonarismo e setores neopentecostais permite a disseminação de uma agenda moral conservadora articulada ao projeto neoliberal de desmonte do Estado. A religião atua como ferramenta ideológica de naturalização da desigualdade, promovendo interpretações individualizantes da pobreza e despolitizando a miséria. A reorientação dos direitos humanos opera na esfera simbólica, transformando a proteção universal em defesa de valores conservadores e deslegitimando pautas de justiça social. A atuação da ministra Damares Alves exemplifica esse processo: ao privilegiar a sociedade civil sobre o Estado e adotar postura religiosa e conservadora, consolidou uma agenda político-ideológica que reforça valores patriarcais e familiares, legitimando a autoridade moral sobre a proteção social.

O bolsonarismo promove a construção de um ideal de masculinidade marcada pela agressividade, pelo armamentismo e por posturas antidemocráticas, fortemente presente tanto na cultura militar quanto no neopentecostalismo. Tal configuração de masculinidade atua como um pilar ideológico do regime, articulando autoridade, violência legitimada e valores morais

conservadores. Nesse contexto, direitos humanos e cidadania passam a ser avaliados conforme sua conformidade a esses padrões, reforçando uma necropolítica que converte vulnerabilidades estruturais em instrumentos de legitimação política e moral (MBEMBE, 2018). Mbembe (2018) destaca que as formas contemporâneas de subordinação da vida à lógica da morte – que ele denomina necropolítica – configuram experiências sociais específicas para parcelas significativas da população global, caracterizadas como "mortos-vivos" ou como uma condição persistente de "viver na dor". O cenário político atual, marcado pelo autoritarismo crescente, compromete avanços em direitos sexuais e reprodutivos, ao passo que grupos organizados articulam narrativas distorcidas sobre direitos humanos, buscando inseri-las no debate social e instrumentalizá-las em favor de projetos de poder que desconsideram a preservação da vida. Embora tais estratégias de manipulação conceitual não tenham se iniciado com o processo de impeachment de Dilma Rousseff (PT), este episódio contribuiu de forma sistemática para a difusão de uma compreensão distorcida dos direitos humanos, alinhada a um projeto explícito de desmantelamento da discussão universalista, essencial ao progresso social.

O projeto político-ideológico de Bolsonaro evidencia que os mais de trinta anos de democracia não foram suficientes para consolidar direitos humanos no Brasil. A lógica bolsonarista desloca a discussão sobre direitos para um plano moral, condicionando dignidade e cidadania à adesão a valores conservadores. Essa instrumentalização reforça desigualdades históricas, precariza a vida e ameaça avanços em direitos sociais, sexuais e reprodutivos. O cenário político de crescente autoritarismo evidencia a necessidade de análise crítica da manipulação de conceitos que visam enfraquecer agendas universais de direitos humanos, consolidando um projeto de poder que pouco se importa com a preservação da vida.

O governo Bolsonaro opera, portanto, dentro de um paradigma "neoliberal conservador", em que moral conservadora e domínio dos mercados se reforçam mutuamente. A análise dos discursos de Damares Alves revela como o polo conservador do governo reproduz a racionalidade neoliberal, consolidando uma agenda política e econômica que articula controle moral, desmonte estatal e aprofundamento da desigualdade social (BROWN, 2019). Essa articulação não se limita ao campo institucional, mas se territorializa por meio da construção de narrativas, memórias e identidades que legitimam

práticas excludentes e reforçam hierarquias históricas. É nesse ponto que a perspectiva da **História Social do Território** oferece ferramentas analíticas para compreender como tais discursos se enraízam em espaços concretos e simbólicos, permitindo a expansão de um projeto político que disputa não apenas o Estado, mas também os sentidos do território brasileiro.

História social do território e o bolsonarismo: memória, narrativa e regimes de historicidade

O crescimento de movimentos de extrema-direita na contemporaneidade encontra se estreitamente articulado às transformações recentes no ecossistema informacional. As plataformas digitais funcionam segundo um modelo de negócios estruturado na economia da atenção, no qual a modulação do comportamento dos usuários é instrumentalizada para a geração de lucros por meio da publicidade. Nesse cenário, a busca por engajamento favorece práticas de sensacionalismo e espetacularização, criando condições propícias para a circulação de conteúdos associados à extrema-direita. Essas dinâmicas não se limitam à esfera digital: refletem e reforçam formas de territorialização que conectam espaços físicos, simbólicos e discursivos, nos quais se materializam relações de poder,

identidades coletivas e narrativas históricas, seja por meio de discursos midiáticos, propagação de *fake news* ou estratégias de mobilização política em redes sociais.

A partir da perspectiva de Milton Santos (2000), o território não é um simples espaço físico, mas um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações, onde se concretizam relações de poder, formas de sociabilidade e identidades coletivas. Sob esse prisma, a territorialidade bolsonarista manifesta-se tanto na apropriação física de lugares — como no avanço do agronegócio sobre terras indígenas e na ocupação de espaços urbanos por manifestações públicas — quanto na ocupação simbólica de espaços discursivos e midiáticos, incluindo programas televisivos, canais digitais e grupos em redes sociais. Haesbaert (2004) contribui ao destacar que o território é sempre múltiplo e híbrido, integrando dimensões materiais e simbólicas. No bolsonarismo, essa multiplicidade é instrumentalizada por meio da construção de um "território moral", que associa determinadas áreas — geográficas, culturais ou virtuais — a uma identidade idealizada: cristã, heteronormativa, patriótica e avessa a pautas progressistas. Essa apropriação simbólica estabelece fronteiras para sujeitos e coletividades que não se enquadram nesse

imaginário, como quilombolas, indígenas, mulheres, população LGBTQIA+ e defensores de direitos humanos.

A territorialização de identidades se funda em narrativas e memórias seletivas, funcionando como instrumento central na construção do imaginário político bolsonarista. Com base em Paul Ricoeur (2007), é possível compreender a narrativa histórica como resultado de escolhas interpretativas sobre o passado, operando como mecanismo de inclusão e exclusão de memórias coletivas. Embora Ricoeur não analise diretamente fenômenos políticos como o bolsonarismo, sua teoria acerca de narrativas, memória e identidade fornece ferramentas substanciais para compreender como memórias coletivas são constituídas e legitimadas. No contexto bolsonarista, essa operação seletiva constrói uma memória oficial que valoriza determinados períodos e personagens — como o torturador Carlos Brilhante Ustra e a Ditadura Militar — enquanto silencia ou marginaliza memórias de lutas populares, resistências democráticas e conquistas sociais. Essa memória oficial não apenas organiza a percepção do passado, mas também legitima a ocupação de territórios simbólicos e físicos, reforçando o "território moral" bolsonarista e delimitando quem pertence e quem é excluído do imaginário coletivo dominante. Hartog

(2013) associa essa prática a um regime de historicidade específico, no qual o passado idealizado se projeta como a única referência segura frente a um presente percebido como ameaçador. Nesse sentido, restringe-se o horizonte de expectativa (Koselleck, 2006), bloqueando a imaginação de futuros alternativos e consolidando um clima de medo e insegurança social.

A dimensão subjetiva dessa operação é igualmente relevante. Segundo Leonor Arfuch (2010), a guinada biográfica na historiografia evidencia como relatos pessoais e experiências cotidianas — por exemplo, a figura do "trabalhador honesto que perdeu espaço para criminosos e corruptos" — são apropriados como verdades históricas e mobilizados politicamente. Essa apropriação do "espaço biográfico" transforma vivências individuais em instrumentos de persuasão coletiva, sobretudo nas redes sociais, onde a circulação de afetos fortalece vínculos identitários e intensifica a polarização do debate público.

A História Social do Território oferece, assim, um arcabouço teórico para compreender o bolsonarismo como fenômeno que articula território, memória, identidade e narrativa em um projeto de poder sedutor. Este, não se limita à administração de espaços físicos, mas busca redefinir quem

pertence a eles e quais direitos lhes são assegurados, atuando simultaneamente nos planos material — por meio de políticas fundiárias, ambientais e de segurança — e simbólico — a partir da produção de sentidos sobre nação, família e moralidade pública. Ao inscrever-se em um regime de historicidade que combina nostalgia autoritária e ansiedade frente ao futuro, o bolsonarismo não apenas reforça desigualdades estruturais, mas também delimita quais narrativas sobre o território brasileiro podem ser legitimamente reconhecidas, consolidando uma hegemonia simbólica e política.

O bolsonarismo não se limita a restringir direitos humanos por meio de medidas autoritárias ou de retrocessos institucionais. Sua atuação é mais profunda: trata-se de uma reterritorialização simbólica, que transforma os direitos em um dispositivo moral de pertencimento e exclusão. Nesse processo, consolida-se um "território moral" no qual apenas determinados sujeitos — definidos por valores religiosos, patriarcais e nacionalistas — são reconhecidos como legítimos, enquanto outros são relegados à condição de descartáveis. Tal operação, sustentada por narrativas seletivas, memórias disputadas e afetos coletivos, reorganiza os sentidos da cidadania e redefine as fronteiras do que é considerado legítimo no espaço público.

Assim, os direitos humanos deixam de constituir um horizonte universal para se tornarem instrumento de distinção, estabelecendo uma comunidade imaginada em que a democracia é subsumida pela lógica da seletividade e da exclusão. A originalidade desta análise reside em mostrar que o bolsonarismo não apenas corrói instituições ou reprime sujeitos, mas reconfigura simbolicamente os próprios alicerces da noção de direito, instaurando um regime no qual a cidadania passa a ser vivida de forma desigual, fragmentada e profundamente marcada por hierarquias morais.

Conclui-se que o bolsonarismo deve ser interpretado não apenas como expressão conjuntural de um governo específico, mas como manifestação de longa duração das desigualdades estruturais que marcam a formação social brasileira. Mais do que um fenômeno político circunstancial, constitui-se como um regime de sociabilidade autoritária, que se apropria tanto do território físico quanto do simbólico, reorganizando os sentidos de pertencimento e redefinindo os parâmetros da cidadania. Essa apropriação, assentada em narrativas seletivas, memórias disputadas e hierarquias morais, projeta-se para além dos limites temporais de uma gestão governamental, inscrevendo-se em

dinâmicas históricas mais amplas, sustentadas pelo racismo estrutural, pelo patriarcado e pela lógica neoliberal.

A análise demonstra que o bolsonarismo institui uma lógica de pertencimento seletivo, segundo a qual os direitos humanos deixam de funcionar como horizonte universal e passam a ser instrumentalizados como dispositivos de exclusão e distinção. Tal operação compromete os fundamentos democráticos, pois converte direitos em privilégios condicionados à adesão a valores conservadores, minando os princípios da igualdade e da pluralidade que sustentam a cidadania.

O enfrentamento desse legado exige, portanto, mais do que a resistência política imediata: requer a elaboração de estratégias teóricas e práticas capazes de reinscrever os direitos humanos como horizonte universal de dignidade e justiça social. Isso implica uma reconstrução das narrativas que estruturam o espaço público, bem como a criação de práticas sociais e políticas que resgatem a centralidade da vida frente às racionalidades necropolíticas. Reconhecer a historicidade do bolsonarismo, ao mesmo tempo em que se afirma a potência crítica da História Social do Território, é condição fundamental para repensar as bases de uma democracia substantiva, que não

se limite à formalidade institucional, mas se enraíze no reconhecimento plural das identidades, na justiça social e na universalidade dos direitos.

Conclusão

A ascensão do bolsonarismo e a atuação de Damares Alves à frente do MMFDH representam uma reconfiguração profunda na concepção dos direitos humanos no Brasil contemporâneo. Ao deslocar a análise para dimensões discursivas, narrativas e simbólicas, observa-se que tais direitos deixam de operar como referência universal de dignidade e igualdade para serem instrumentalizados em função de projetos políticos e morais conservadores. A história social do território fornece ferramentas analíticas contundentes para a compreensão de como memória, narrativas, identidade e território se articulam na construção de um "território moral" que define fronteiras de pertencimento e exclusão.

Nesse processo, os direitos humanos são reterritorializados e subordinados a uma lógica de distinção e seletividade, enquanto estruturas discursivas e simbólicas reforçam hierarquias sociais, normas patriarcais e pautas nacionalistas. Assim, a pesquisa evidencia que o bolsonarismo

não apenas representa retrocessos institucionais, mas reestrutura simbolicamente a própria compreensão de cidadania, legitimidade e pertencimento.

Mais do que um fenômeno conjuntural, trata-se de um sintoma de uma crise global da democracia liberal e de seus fundamentos de inclusão. Tal constatação impõe à reflexão acadêmica e aos movimentos sociais o desafio de reconstruir o horizonte dos direitos humanos em bases emancipatórias, resgatando sua função universal de justiça, inclusão e reconhecimento social. Em outras palavras, o enfrentamento ao projeto conservador não se limita à defesa de instituições formais, mas exige também a disputa por narrativas, memórias e territórios simbólicos capazes de reinscrever os direitos humanos como projeto ético e político orientado à dignidade de todos.

Referências

ARFUCH, L. *O espaço biográfico:* dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo:* a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Politeia, 2019.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização:* do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARTOG, F. *Regimes de historicidade:* presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado:* contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MISKOLCI, R. *Exclusão digital:* a nova forma de desigualdade. São Paulo: Contexto, 2018.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, C. R. da. *Menos Marx, mais Mises:* o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2019.

SOLANO, E. *O ódio como política:* a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

SOUZA, C. "Políticas públicas: uma revisão da literatura". *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

Contextualização das reformas previdenciárias brasileiras

Helena Wagner Lourenço Ferreira
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: "Interesses organizados nos bastidores das reformas da previdência nos governos Dilma, Temer e Bolsonaro", ainda em andamento. Inicialmente, vale considerar que as reformas no sistema da previdência não estão ocorrendo de maneira isolada. Elas possuem diferentes grupos de poder em disputa, interesses por de trás de cada mudança, fatores exógenos e endógenos fazendo com que essa pesquisa descortine o contexto internacional e analise diversos personagens envolvidos na trama. Esse artigo objetiva, justamente, analisar alguns interesses por trás das reformas previdenciárias.

Antes de adentrar, especificamente, no que se passa por detrás das reformas previdenciárias brasileiras, é mister entender o contexto em que essas emergiram. Não cabe nessa pesquisa explicar como e porque ocorrem as crises no capitalismo, pois, além de perder-se o foco, não se chegaria à questão central da

pesquisa. No entanto, é necessário se ter em conta que o capitalismo passa por momentos de reestruturação e vale à pena entender, de maneira muito *en passant*, o que isso pode influenciar nas ditas reformas.

Predomina na historiografia que o capitalismo está passando por uma crise estrutural desde 1970, diante do fim da paridade ouro-dólar e crises do petróleo posteriores. Giovanni Arrigui[1] já falava a respeito de ciclos sistêmicos de acumulação que, grosso modo, podem ser entendidos como que o capitalismo passa por uma fase de crescimento e, posteriormente, enfrenta um momento de queda. No entanto, quando se fala em crise estrutural do capitalismo, não nos referimos a esse período de queda de crescimento "aceitável" de um ciclo sistêmico. Fala-se de necessidade de reinvenção do capitalismo para este conseguir se perpetuar no poder e da indispensável quebra de resistência da classe trabalhadora para que este consiga implementar a reestruturação necessária. Momento de crise estrutural do capitalismo faz com que este se reorganize e às vezes até mude a sua forma de atuação. Assim,

1 Arrighi, Giovanni. *O longo século XX:* dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

já passamos pela fase do liberalismo, do estado de bem estar social e nos encontramos, atualmente, no neoliberalismo.

Diante da crise, percebe-se que o capital precisa de injeção de dinheiro e/ou de uma nova forma de transferência de mais valia através da superexploração da classe trabalhadora. É, justamente, nesse momento que se encontra a fase atual. Nesse sentido, o capital passou a requerer os fundos de pensão, que compreendem contribuições dos empregadores e dos trabalhadores, se tratando de mais-valor.

Assim, o capital ter acesso ao fundo de pensão significa reaver uma parte do salário do trabalhador para reprodução ampliada do capital. Em outras palavras, uma nova forma de superexploração da classe trabalhadora. Assim, o intuito das reformas da previdência são no sentido de jogar a administração dos recursos previdenciários para as "mãos" do sistema privado, fazer com que o dinheiro esteja à disposição do sistema financeiro para mais possibilidade de reprodução do capital. Para que isso ocorra, vários outros elementos são necessários, como será demonstrado ao longo desse artigo.

1.1 A construção da hegemonia

Um interesse que precisa ser levado em conta é a construção da hegemonia, pois, Antonio Gramsci ensina que a dominação não está apenas no campo da coerção, ou seja, do uso da violência, mas também se utiliza da produção de consenso, formando ambas, (coerção e consenso) a hegemonia. Dessa forma, pode-se verificar que nas reformas previdenciárias ocorridas a partir de 1998 houve a utilização de coerção e consenso. Através de um processo de convencimento, feito de maneira processual, as alterações constitucionais foram aceitas, ao menos por uma parte da sociedade, embora retirassem direitos conquistados anteriormente.

Diante disso, Gramsci trabalha com a ideia de Estado Ampliado, ou seja, sociedade civil mais sociedade política, isto é, hegemonia revestida de coerção, não identificando, portanto, o Estado apenas como um aparelho repressivo. Ainda segundo o autor italiano, na tentativa de se chegar a um consenso é necessário que os partidos políticos moldem as opiniões do proletariado[2], formando uma vontade coletiva, os fazendo crer que será melhor para eles apoiar aquilo que os partidos querem, ainda que seja a diminuição dos seus direitos conquistados

2 Classe trabalhadora em geral.

através de muita luta, formalizados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, realizando uma "reforma intelectual e moral".

Nas palavras do próprio Gramsci[3],

> O moderno Príncipe [partido político] deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna.

Para que essa vontade coletiva formada não se disperse em diversos pequenos desejos singulares, ela tem que ser feita através de um programa de partido político muito bem pensado e elaborado, retirando a sua espontaneidade. Gramsci ainda explica que essa reforma intelectual e moral não só deve ocorrer através de um programa de partido político, mas através de um programa específico de reforma econômica.

> uma reforma intelectual e moral não pode deixar de estar ligada a um programa de reforma econômica; mais precisamente, o programa de reforma econômica é exatamente o modo

3 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, vol. 3. p. 18.

> concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral[4].

Nesse sentido, os projetos da reforma da previdência realizados nos governos de Dilma Rousseff, Michel Temer e Jair Bolsonaro – assim como as anteriores, de FHC e Lula[5] - devem ser analisados como expressões da reforma intelectual e moral de Gramsci. Ou seja, por detrás de cada ajuste há uma intenção bem definida para a construção do consenso da classe dominante sobre a classe dominada.

Como resultado dessa reforma intelectual e moral, no Brasil, os cidadãos se veem perdendo direitos através das reformas previdenciárias ocorridas em 1998, 2003, 2011 e 2019. Dessa forma, é possível perceber que, independentemente, de qual governo esteja no poder, o resultado tem sido reformas no sistema da previdência.

Segundo Gramsci, o convencimento da sociedade a algo se completa através do trabalho dos aparelhos privados de hegemonia. Ou seja, utilização de jornais, revistas, escolas, dentre outros, que realizam uma reforma intelectual na

4 Ibid., p. 18.

5 Para mais informações a respeito das reformas previdenciárias que ocorreram no período de FHC e Lula confira a dissertação de Mestrado de Helena Wagner Lourenço Ferreira intitulada “O papel dos partidos políticos nas reformas da previdência de 1998 e 2003.”

população, fazendo com que esta passe a querer aquilo que esses aparelhos desejam. Esses, além de não serem neutros e terem uma posição bem definida, se aproximam dos partidos políticos oficiais e passam a integrar o Estado. Segundo Virgínia,

> [...] a aproximação entre partidos oficiais e "partidos" – entidades (APHs) favorece o ingresso de seus integrantes no Estado restrito, sob inúmeros formatos [...] nesse sentido, os APHs passam a constituir Estado [...] o ingresso de integrantes de APHs no Estado restrito – oficial ou oficiosamente – promove a disseminação de políticas estatais efetivas, de escopo mais amplo e extenso do que seria possível á entidade original[6].

Além dos aparelhos privados de hegemonia, as organizações multilaterais também são utilizadas para influenciar nas decisões econômicas dos países capitalistas através de persuasão de opiniões e de coerção econômica.

1.2 Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional surgiram em 1944, durante a Segunda Guerra Mundial, como resultado da Conferência Monetária e Financeira das Nações

6 FONTES, Virgínia. *Hegemonismos e política – que democracia?* In: MATTOS, Marcelo Badaró. Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Ed. Consequência, 2017, p. 209.

Unidas ocorrida em Bretton Woods. O primeiro foi criado com o objetivo de financiar a reconstrução da Europa, devastada pela guerra. O segundo foi com a intenção de impedir crises econômicas mundiais, como a "Crise de 1929". O Banco Mundial consiste em um grupo com sete instituições, mas nesse artigo, a expressão "Banco Mundial" se refere apenas ao BIRD.

Novamente em relação ao primeiro, levando em consideração o topo da hierarquia, detêm mais poder aquele país que está melhor classificado no sistema financeiro internacional. Ou seja, "os quatro primeiros acionistas são também os países mais riscos do mundo"[7]. Assim, em 2007, os Estados Unidos continham 16.38% do poder de voto, contra o Japão que, ocupando a segunda posição, detinha apenas 7.86%. Nesse momento, o Brasil possuía 2.07%. Dessa maneira, verifica-se que a disparidade para a influência de tomada de decisão dos Estados Unidos é ampla.

A Ascenção no Banco Mundial não ocorre de maneira automática quando há mudança no sistema financeiro internacional. Além dessa alteração, tem que haver relação

7 PEREIRA, Joao Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008).* Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2009. P. 43

política que capacite maior poder de voto. Além disso, é mister levar em conta que as instituições multilaterais não são monolíticas, havendo correlação de forças internamente. Segundo João Márcio, "no interior do Banco, a posição de cada membro é resultado da relação complexa entre a dinâmica internacional da acumulação capitalista e o exercício do poder político" e que "[...] a distribuição das posições na hierarquia de poder dentro do Banco [...] no topo estariam os cinco membros que detêm maior poder de voto: Estados Unidos, Japão, Alemanha, França e Reino Unido. Estes países formariam o núcleo decisório [...]" [8].

Assim, ainda que os países em desenvolvimento possuam algum poder de voto, na realidade, não conseguem modificar o teor das imposições determinadas pelos países desenvolvidos que, juntos, possuem o real poder de decisão dentro do BM. Dessa forma, tecer coalizões dentro do Banco se torna essencial para alguns Estados.

Na década de 1950, os países subdesenvolvidos solicitavam empréstimos ao Banco para se industrializarem. Na década de 1960 era imprescindível que houvesse modernização

8 Ibid., p. 48.

e crescimento econômico na América Latina para impedir o avanço do socialismo. Dessa forma, interessava aos EUA e, consequentemente, ao BM, emprestar cada vez mais dinheiro para os países da periferia, em condições facilitadas, crescendo o endividamento externo. Em 1979 ocorreu a segunda crise do petróleo e aumento dos juros impostos pelo Banco Central dos Estados Unidos.

O Banco criou um novo instrumento financeiro, condicionando empréstimos à ajustes estruturais macroeconômicos e a obrigação dos países solicitantes terem um acordo prévio com o FMI, objetivando a manutenção do pagamento da dívida. Inclusive, para Joao Márcio as recomendações do Banco Mundial eram, em linhas gerais, iguais aos do FMI.

Devido à elevação dos juros, os países em desenvolvimento que haviam realizado empréstimos tiveram dificuldades para honrar com os seus pagamentos, tendo que recorrer ao FMI e BM, iniciando o ciclo da espiral do endividamento. Além disso, com a subida dos juros ocorreu aumento da inflação, queda de renda, aumento do desemprego e, inclusive, em 1982, o México declarou moratória. Ou seja, estava-se diante da chamada "crise da dívida externa."

Como visto, os Estados da periferia realizavam empréstimos com as instituições multilaterais determinadas para se desenvolverem observando as condições necessárias para tal. No entanto, com o passar do tempo, cada vez mais a ajuda financeira estava atrelada a ajustes macroeconômicos, com influência direta na soberania dos países solicitantes. Diante de um cenário de elevação de juros e "Crise da Dívida", a opção era recorrer ao BM e ao FMI.

1.2.1 Influencia das organizações multilaterais na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Na década de 1980, o neoliberalismo ganhou força em países centrais do capitalismo, mais especificamente durante os governos de Margaret Tatcher (1979-1990), na Inglaterra e o de Ronald Rêagan (1981-1989), nos EUA. Entretanto, o Brasil andava na contramão de vários países do centro do capitalismo pois, enquanto aqueles retiravam direitos sociais, no Brasil, estes eram assegurados, ao menos na letra da Lei.

Em 5 de outubro de 1988 é promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil considerada de Bem-Estar Social. Esta inaugurou o conceito de seguridade social, o que significa dizer que anteriormente, só receberia algum benefício

aquele que tivesse contribuído para tal. Com a promulgação desta, essa lógica é alterada, passando-se a falar em seguridade social e não mais apenas em previdência. Assim, a seguridade social consiste em uma ampla forma de proteção social englobando a previdência, a saúde e a assistência social.

1.2.2 Consenso de Washington

Em 1989 ocorreu o Consenso de Washington, que consistiu em uma reunião com representantes de instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Nesse encontro, foi orientado que os países ajudados financeiramente deveriam implementar dez medidas específicas para continuar recebendo ajuda econômica.

As dez orientações consistiam em: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, determinação de juros e câmbio pelo mercado, liberalização do comércio, investimento estrangeiro direto sem nenhuma restrição, privatização das empresas estatais, desregulamentação e

respeito à propriedade intelectual. A respeito do assunto, Rafael Vaz da Motta[9] afirma que

> [...] o congresso realizado na capital dos EUA, permitiu a elaboração de um conjunto de medidas neoliberais que deveriam ser seguidas pelos países da América Latina em troca da continuidade do financiamento por parte das agências e organismos internacionais (FMI e Banco Mundial). A esse conjunto de medidas deu-se o nome de "consenso de Washington". Basicamente, podemos afirmar que o consenso de Washington fazia pate de amplo conjunto de reformas neoliberais que estava centrado na desregulação dos mercados, na abertura comercial, na liberalização dos fluxos de capitais, em uma rigorosa política monetária e fiscal e, fundamentalmente, na redução do papel do Estado nos países latino-americanos.

Segundo Duriguetto[10], as orientações visavam à expansão do mercado, à abertura externa e à crescente valorização do capital:

> [...] a defesa de uma intervenção forte em prol da garantia de um marco legal adequado para se criarem as condições propícias à expansão do mercado, á abertura externa e à crescente

9 BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta**.** *Ajuste neoliberal no Brasil:* desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002). 2013. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013, p.61.

10 DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Sociedade civil e democracia*: um debate necessário. São Paulo: Cortez Editora, 2006, p. 90.

> valorização do capital. Esses ingredientes passaram a se constituir nas condicionalidades para o crédito externo impostas a partir de meados da década de 1980 pelos organismos multilaterais, que consubstanciam o cumprimento do programa de ajuste delineado no "Consenso de Washington.

Nesse sentido, verificando as medidas, parece que o neoliberalismo objetivava reduzir o papel do Estado, pois este não deveria mais intervir na Economia, acreditando na suposta ideia de que o mercado se regularia sozinho. No entanto, sabe-se que o capitalismo necessita da ação do Estado para promover políticas econômicas que retirem os entraves que impedem o seu desenvolvimento e, ainda, que o Estado precisa ser forte para proteger os próprios cânones do sistema capitalista, como por exemplo, propriedade privada, competição e liberdade para vender a sua força de trabalho no mercado. Se o Estado não for forte o suficiente para conseguir garantir esses pilares, o próprio capitalismo não consegue se sustentar. Assim, segundo Dardot e Laval[11],

> podemos ver claramente que, em sua visão hayekiana, o neoliberalismo não somente não exclui, como pede a intervenção do governo [...] isso mostra que, para ele [Hayek] está fora de

11 DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo:* ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 181.

> cogitação aceitar a concepção libertarista do "Estado mínimo" defendida por Robert Nozick [...]

Ainda segundo os autores em questão, as organizações multilaterais, sobretudo o Banco Mundial, também entendem que o Estado tem que ser forte e não mínimo. Essa instituição chegou a propor, no seu Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 1997, "a substituição do termo "Estado mínimo" por "Estado melhor" [...] segundo o Banco Mundial, o Estado eficaz é um Estado central forte, cuja prioridade é uma atividade reguladora que garanta o Estado de direito e facilite o mercado e seu funcionamento. "[12] Para essa organização, o mercado e o Estado são complementares pois este garante as bases institucionais para que aquele consiga funcionar.

Apesar dessa diversidade de entendimentos, é notório que o Estado diminui para o cidadão, pois este passa a ver questões relacionadas à saúde, educação, água, esgoto, previdência, ou seja, seus direitos sociais consagrados na Constituição de 1988, sendo privatizados e retirados da responsabilidade do governo de fornecer tais direitos. Para Dardot e Laval[13], os cidadãos "são vistos como compradores de

12 Ibid., p. 311.
13 Ibid., p. 319.

serviços que devem “receber pelo que pagam.” E isso ocorre, independentemente, de qual presidente esteja ocupando o cargo do Poder Executivo. Corroborando com esse entendimento, Almeida e Neto[14] afirmam

> Se temos a sensação de que o Estado recuou na Europa isso ocorre fundamentalmente por conta da redução da expectativa de direitos das futuras gerações, no caso da previdência social, por exemplo, e de reformas na legislação trabalhistas [...]

Segundo Guiot[15],

> Desregulamentação, privatização e abertura econômica fazem parte da ortodoxia neoliberal no seu afã de destruir as bases do Estado intervencionista e de Bem-Estar. Trata-se de um “triplo ataque” ao campo do trabalho em especial, pois avança predatoriamente sobre os direitos sociais garantidos pela legislação e conquistados por intensas lutas dos próprios trabalhadores, ao mesmo tempo em que dilapida as estruturas econômicas e institucionais que subvencionavam o bem-estar em prol de uma maior remuneração do capital financeiro.

14 ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. NETO, Sydenham Lourenço. **E***stado, hegemonia e luta de classes:* interesses organizados no Brasil recente. Bauru, SP, Editora Canal 6, 2012, p. 143.
15 GUIOT, André Pereira. *Um "moderno Príncipe" para a burguesia brasileira:* o PSDB (1988-2002). 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 50.

As medidas neoliberais também encontraram espaço para serem implementadas porque o Estado, usando da sua força, faz o possível para quebrar a resistência da classe trabalhadora. Em que pese haver uma construção de hegemonia, tentando haver o convencimento da população para esta se tornar pró reformas, essa não é alcançado em sua totalidade. Algumas pessoas não serão convencidas e poderão oferecer resistência à implementação das mudanças. Nesse momento, o Estado usa da sua força (e ele precisa ser forte) para quebrar a resistência da classe trabalhadora.

Conforme dito, antes da implementação da agenda neoliberal, primeiro era necessário quebrar o poder do sindicato. A primeira tentativa de implementação de uma grande agenda neoliberal no Brasil ocorreu em 1982. No entanto, diante da impossibilidade do Estado de neutralizar as forças de resistência oferecidas, principalmente, do PT e da CUT, o governo não teve sucesso no seu projeto. Em 1995, a tentativa de implementar esse projeto volta à cena e diante de um cenário de diversas medidas neoliberais, privatizações, ataques aos direitos trabalhistas, os petroleiros iniciaram uma greve que durou 32 dias, considerado um símbolo do enfrentamento dos trabalhadores ao projeto neoliberal do governo FHC. No

entanto, dessa vez, o governo atuou fortemente para acabar com a resistência dos trabalhadores, demitindo diversos funcionários e colocando o Exército para ocupar algumas refinarias de petróleo.

Em não sendo possível quebrar a resistência da classe trabalhadora, outra possibilidade é enfraquecer o projeto, de acordo com Klein,

> os defensores do livre mercado se defrontaram com a pressão pública e foram forçados, invariavelmente, a atenuar e alterar seus planos radicais, aceitando fazer pequenas mudanças em vez de uma total modificação. [16]

Vale ressaltar que, segundo Stigliz, essas instituições são controladas pelos interesses dos países industrializados mais ricos do mundo, onde opera a hegemonia do capital financeiro, não representando, portanto, as pretensões dos países que são obrigados a realizarem as reformas estruturais em troca de benefício financeiro. Nas palavras desse autor[17]:

> As instituições são controladas não só pelos países industrializados mais ricos do mundo,

[16] KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque:* a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p. 21.
[17] STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios: a* promessa não-cumprida de benefícios globais. São Paulo: Ed. Futura. 4.ed, 2003.p. 46 e 63.

> mas também pelos interesses comerciais e financeiros desses países [...] embora quase todas as atividades atuais do FMI e do Banco Mundial sejam no mundo em desenvolvimento (com certeza, todas relativas a empréstimos), elas são conduzidas por representantes das nações industrializadas (por acordo tácito ou de praxe, o diretor do FMI é sempre europeu e o diretor do Banco Mundial, norte-americano). Eles são escolhidos a portas fechadas e nunca foi considerado pré-requisito que esse profissional tenha qualquer experiência no mundo em desenvolvimento. As instituições não são representativas das nações a que servem [...] A instituição, na verdade, não tem a pretensão de ser uma especialista em desenvolvimento.

Desta forma, verifica-se que essas organizações se utilizam de coerção e consenso para definirem a política que será implantada nos outros países das Américas, que diante de suas economias devastadas e da necessidade urgente de ajuda financeira, se veem propensos a adotar a cartilha do BM e FMI e, diante de interesses, o governo não quer vislumbrar outra saída, se não se curvar diante da hegemonia do capital, obedecendo as suas ordens.

1.2.3 Reformas no sistema previdenciário

Diante da coerção econômica do Banco Mundial e do FMI, juntamente com ações de agentes internos e externos, a partir da década de 1990, independente de qual partido político

estava no poder, o resultado foi reforma no sistema previdenciário. Para Virgínia Fontes[18],

> [...] a atual crise internacional da política e seu descrédito se deve – entre outros fatores - a um excesso de atividade pró-hegemônica das grandes burguesias, ou hegemonismo. A inaudita concentração e centralização de capitais favorece uma captura econômica dos partidos políticos [...] tornando-os indistintos e impondo uma pauta política crescentemente homogênea, contribuindo para indiferenciar os programas partidários. Essa captura ocorre tanto pelos recursos oferecidos aos partidos, quanto pela imposição de constrangimentos econômicos nacionais ou internacionais, bloqueando possibilidades na gestão do Estado [...]

Assim, no período de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2003) houve a primeira reforma da previdência, havendo a retirada de diversos direitos. Durante a administração de Lula (2003 - 2011), o sistema previdenciário sofreu novamente, e nos governos seguintes, não foi diferente. Há uma sucessiva tentativa de desmonte da Seguridade Social, através do ataque a Previdência Social.

Durante a gestão de Dilma Rousseff (2011 - 2016), o sistema em questão sofreu ataque através da Lei 13.183/15, retirando dos cônjuges menores de 44 anos o direito a ter pensão

[18] FONTES, op cit., p. 207.

vitalícia. No ano seguinte, foi a vez de Michel Temer (2016 - 2019) tentar endurecer as regras para se aposentar instituindo combinação de idade e de tempo mínimo de contribuição, extingindo a aposentadoria somente por tempo de contribuição. Em que pese essa proposta não ter sido aprovada, é possível verificar que as pretensões de desmonte da previdência estavam presentes.

O próximo governo, o de Jair Bolsonaro, não só coloca a lei mais rígida, como também ressuscita parte do que Michel Temer não havia conseguido aprovar, como, por exemplo, a extinção da aposentadoria por tempo de contribuição. Dessa maneira, pode-se perceber que, governo após governo, há retirada de direitos do cidadão.

O Banco Mundial é tão presente nas decisões políticas e econômicas do Brasil que emite pareceres com frequência acerca da necessidade de reformas neoliberais no Brasil, declarando suas recomendações para o enfrentamento do desiquilíbrio do sistema previdenciário. A respeito da reforma de 2016 chegou a declarar claramente: " [...] é um grande passo na

direção certa,"[19] apontando também as suas falhas, mostrando como ele entende que deveria ter sido feita.

Diante do exposto, é possível perceber que as reformas previdenciárias estão envolvidas por um contexto de crise do capitalismo em que há necessidade de injeção de mais dinheiro e/ou de uma nova forma de transferência de mais valia através da superexploração da classe trabalhadora.

Além disso, elas não ocorreram apenas pela coerção do Estado, mas também, pela construção do consenso. Ou seja, as mudanças legais são resultado da hegemonia, em que houve utilização de coerção e consenso, muito também pela atuação dos aparelhos privados de hegemonia que culmina em um Estado máximo para o que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo e mínimo para os direitos sociais.

Assim, independente de qual governo tenha ganhado as eleições, o que se vê na prática é um Estado à serviço das necessidades do capital, atuando para que a administração dos recursos da previdência seja encaminhada ao sistema financeiro.

19 WORLD, Bank. *Por um ajuste justo com crescimento compartilhado*: uma agenda de reformas para o Brasil. Relatório no. 170267. Banco Mundial. p. 9. Disponível em:< https://documents1.worldbank.org/curated/en/099540004072219265/pdf/P16851007fd497080093d60dd84cb412140.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.

Referências

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. NETO, Sydenham Lourenço. *Estado, hegemonia e luta de classes:* interesses organizados no Brasil recente. Bauru, SP, Editora Canal 6, 2012.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta**.** *Ajuste neoliberal no Brasil:* desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002). 2013. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo:* ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016

DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Sociedade civil e democracia:* um debate necessário. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

FONTES, Virgínia. Hegemonismos e política – que democracia? In: MATTOS, Marcelo Badaró. *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro, Ed. Consequência, 2017.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, vol.3.

GUIOT, André Pereira. *Um "moderno Príncipe" para a burguesia brasileira:* o PSDB (1988-2002). 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2006.

KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque*: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008).* Tese (Doutorado em História) –

Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2009.

STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios:* a promessa não-cumprida de benefícios globais. São Paulo: Ed. Futura. 4ª edição, 2003.

WORLD, Bank. *Por um ajuste justo com crescimento compartilhado:* uma agenda de reformas para o Brasil. Relatório nº. 170267. Banco Mundial. p. 9. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/en/099540004072219265/pdf/P16851007fd497080093d60dd84cb412140.pdf. Acesso em: 26 set. 2022.

Para o progresso, o chumbo e o petróleo: A Petrobras no desenvolvimento econômico dependente da Ditadura Empresarial-Militar

Henrique Nogueira Soares Marins
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da dissertação de mestrado, com o título: "Combustível e chumbo para o progresso: o papel da Petrobrás para o modelo de desenvolvimento econômico da ditadura empresarial-militar (1964-1988)". A abordagem considera o caráter de classe no golpe de 1964 e os interesses da classe dominante na formação do planejamento econômico do regime empresarial-militar e na construção de um projeto de Estado que constituísse um alinhamento entre o uso do aparelho estatal para atingir os interesses do capital multinacional e da elite orgânica brasileira.

Observando o contexto global no pós-Segunda Guerra Mundial, o petróleo se torna uma ferramenta de construção tecnológica e estratégica que configura um novo passo para todo o aparato industrial mundial. Outro fator para que se concretizasse essa mudança foi a intensificação do consumo

global e da renda, algo que trouxe espaço para um maior consumo social de artifícios que tinham como o petróleo e seus derivados partes essenciais de seu funcionamento. O reconhecido trabalho de Daniel Yergin sobre a história do petróleo mostra como se concretizou como uma disputa de poder econômica e política, além de enfatizar a relação direta entre o aumento da demanda global por petróleo e os conflitos políticos.[1] As décadas de 50 e 60 mostraram uma intensificação nos conflitos relacionados ao controle da exploração e produção petrolífera no mundo, processos que ocorreram em uma variedade de lugares, principalmente no Oriente Médio. Na década de 1970, o petróleo atinge um patamar de poder considerável se tornando um artifício político no cenário global.

No Brasil, o debate e os conflitos sobre a produção de petróleo também se intensificando nessas décadas. Sendo um tema que atingiu diversos movimentos e classe sociais, o conflito em torno da nacionalização do petróleo abriu espaço para o surgimento da estatal brasileira Petrobras, que ficaria responsável pela exploração e produção. Ela se torna uma das mais importantes ferramentas para o Estado brasileiro, e para o

1 YERGIN, Daniel. *O petróleo:* uma história de conquistas, poder e dinheiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

projeto econômico que se constrói nos governos posteriores. Atingindo os anos 60, a classe dominante e o capital multinacional projetam seus interesses e articulações para atingir o poder, o que se concretiza em 1964, na formação entre a elite orgânica e o capital. O fator principal se observa no projeto de estado e no modelo econômico que se aplica, marcado por uma atuação liberal ortodoxia do Estado e na abertura ao grande capital multinacional. Nesse contexto, a Petrobras também é aparelhada e funciona como um espaço ativo para esses interesses, sob uma pratica que alinhava o modelo de desenvolvimento com a questão da segurança nacional.

Compreender qual foi o papel da Petrobras para o modelo de desenvolvimento econômico da ditadura empresarial-militar auxilia no entendimento das estruturas de poder e de ação da ditadura, que demonstrou a relação entre Estado, empresa e classe, e como isso se torna um espaço de conflito ampliado.

O surgimento da Petrobras: um conflito de classes e o ideal de progresso

Rapidamente, é necessário compreender um pouco sobre o processo de nacionalização do petróleo brasileiro e como surge a Petrobras. Esse período consegue descrever como o petróleo é

um tema centrado na discussão política nacional, pelas linhas econômicas e sociais.

Primeiramente, observamos que esse foi um debate que se instaurou em diversos grupos e movimentos sociais, que se relacionaram com ideais de desenvolvimento econômico e social, além do poder estratégico que o petróleo traz consigo. A divisão se intensificou entra o ideal nacionalista, que defendia a monopolização do petróleo e o controle estatal no setor, em contraste com o ideal liberal que defendia a iniciativa privada na produção petrolífera, assim como do capital estrangeiro. Dias e Quagliano trazem um levantamento do histórico de conflitos e discussões que caracterizaram esse tema no Brasil.[2] Um dos principais grupos – e o que mais auxilia nesse trabalho – foi dentro das forças armadas. No ambiente militar, a divisão também se caracterizou por essa divisão entre *nacionalistas* e *liberais*, que aqui podemos ver como a diferença entre a iniciativa sobre o domínio do petróleo brasileiro.

Como podemos observar, a ação do capital estrangeiro foi marcada pela campanha contra a nacionalização do petróleo.

2 DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do petróleo no Brasil*: uma história da Petrobras. Rio de Janeiro: CPDOC/Petrobras, 1993.

Na imprensa, por exemplo, esse conflito de interesses também esteve presente, tendo grandes meios de comunicação em favor da liberação da produção de petróleo ao capital privado e internacional, como o jornal *O Estado de S. Paulo.*[3] Celso Carvalho Jr. escreve mais a fundo sobre a nacionalização e criação da Petrobras nas páginas de jornais no Brasil. Um dos primordiais pontos levantados pelo jornal nessa discussão seria a capacidade brasileira de explorar e produzir o petróleo do seu território, além de que uma medida forte nacionalista poderia afetar a relação com os Estados Unidos.[4]

Devemos considerar, de maneira rápida, dois pontos: a criação do Conselho Nacional do Petróleo e a iniciativa do Estatuto do Petróleo. O CNP entrar em vigor em 1938/1939, tendo o primeiro presidente o general Horta Barbosa. Sua principal função era regular o mercado petrolífero nacional, regulando também os importadores dessa substância.

> O pequeno grupo de militares e técnicos envolvidos na formulação do modelo de ação

[3] COSTA, Luiz Allencar Dalla. *A indústria do petróleo:* disputa por território cada vez mais profundo. São Paulo: Expressão Popular, 2021, p. 59.
[4] CARVALHO JUNIOR, Celso. *A criação da Petrobras nas páginas dos jornais O Estado de São Paulo e Diário de Notícias*. Assis: UNESP, 2005, p. 68.

> regulatória, fiscalizadora e empresarial do Estado já descrito esteve na direção do CNP de 1938 a 1943. Nesse período, o grupo em questão, sob o comando do general Horta Barbosa, combateu o capital estrangeiro e tentou fortalecer o papel do Estado na área do refino, chegando até formular a primeira proposta de monopólio. (COHN, 2017; 62).

Deve ser citado também o Estatuto do Petróleo, do governo Dutra. A proposta recebeu críticas de ambos os lados. Ela apostava na liberação do financiamento e participação do capital estrangeiro no mercado nacional de petróleo.[5] Bregman aponta que essa iniciativa ajudou a intensificar os movimentos sociais e favoráveis ao controle nacional do hidrocarboneto.[6] Um dos mais importantes foi a campanha do "Petróleo é nosso", que reuniu diversos movimentos e grupos sociais, militares inclusive. [7] Esse ponto é importante para entender como esse tema se torna um ponto de diferença dentro das forças armadas e na própria classe dominante brasileira.

5 DIAS; QUAGLIANO. Op. Cit., p. 95.

6 BREGMAN, Daniel. A Petrobras e as atividades de exploração e produção no Brasil: um breve histórico. *I Conferência Internacional de História Econômica e III Encontro Nacional de Pós Graduação em História Econômica*. Campinas, 2006.

7 Se torna importante também citar a participação da União Nacional dos Estudantes e a criação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo. "No Centro também estavam o movimento estudantil, procurando ampliar sua organização nacional, vários intelectuais, técnicos não ligados ao CNP e a imprensa nacionalista." (DIAS; QUAGLIANO. Op. Cit., p. 96.)

> Para militares. técnicos e jornalistas que lideravam as correntes nacionalistas. o Estatuto era um anátema. Abria o refino ao capital estrangeiro. reduzia o Estado a funções regulatórias e tocava no grande medo sugerido desde 1927: a exploração e a lavra do petróleo brasileiro por companhias estrangeiras. (DIAS; QUALGIANO, 1997, p. 95).

Na década de 50, e com o retorno de Getúlio Vargas a presidência da República, o debate se desenrolou em uma proposta que criava uma empresa de capital misto que teria o monopólio da produção de petróleo no Brasil, mas que como a própria definição da empresa, combinava capital público e privado. Em outubro de 1953, surge a estatal a *Petróleo Brasileiro S.A.*, a partir da Lei nº 2.004. Os primeiros passos da empresa se concentraram em construir um aparato de exploração e refinação de petróleo que colocasse o país ao desenvolvimento desse setor, além de aprimorar a mão de obra e a classe de cientistas. A ideia principal era a capacitação nacional para o setor petrolífero brasileiro.[8] Houveram críticas dos setores nacionalistas ao projeto da Petrobras.[9]

8 Os primeiros cursos de aprimoramento em petróleo e o CENAP são exemplos dessa iniciativa de aprimorar a mão de obra brasileira nesse setor.
9 COHN, 2017, p. 148.

Sobre a política econômica desse período, é preciso levar em consideração o modelo de desenvolvimento econômico que esteve no planejamento econômico dos anos 1950 e 1960. No governo Vargas, a criação da Petrobras mostra um dos pontos importantes desse projeto, que é o papel do Estado na estruturação dos setores estratégicos, principalmente por meio dessas instituições de controle. As empresas estatais foram meios de acumulação de capital para o desenvolvimento econômico capitalista. Com isso, a estrutura industrial brasileira segue um padrão nacionalista na sua produção, e o petróleo marca uma posição importante nessa linha, além de trazer uma participação considerável na transformação tecnológica brasileira. No caso do petróleo, a busca pelo aumento da oferta nacional de seus derivados se associou no desenvolvimento do aparelho tecnológico industrial.[10] Mendonça também aponta que há uma demanda do capital privado pelo papel das empresas estatais.

> O papel da empresa produtiva estatal era claro: não somente viabilizar a implementação possível de um núcleo capitalista no país, como

10 MENDONÇA, Sônia Regina de. "As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização." In.: LINHARES, Maria Yeda. *História Geral do Brasil.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

> também fornecer bens e serviços a baixo preço, de modo a propiciar economia de custos ao capital privado. A burguesia industrial, apesar de temer os excessos do intervencionismo, continuaria investindo nos tradicionais setores produtivos, à sombra dos benefícios da ação estatal. Estava lançada a semente de uma acelerada concentração de renda. (MENDONÇA, 2016, 321).

Isso mostra também o interesse do capital multinacional e privado nesse setor, que vislumbrava os aparelhos estatais para atingir suas metas econômicas.

Nos anos 1960, os anos que compreendem o governo de João Goulart, já se iniciaram com extrema tensão e conflitos políticos, marcados pela tentativa de impedir o então vice-presidente da República de assumir como chefe do Executivo. Esse ato teve participação de militares e figuras políticas, assim como a elite econômica do país, que alegavam que João Goulart tinha ligação com ideias "comunistas". Em resposta, a "Campanha da Legalidade" estruturou-se como uma resistência à tentativa de golpe militar que estava se instalando, principalmente pelos ministros militares. Esse movimento mobilizou forças populares, parte da imprensa e das Forças Armadas, com o intuito de garantir a posse e a linha de poder para João Goulart. Umas das figuras políticas de importância

para esse movimento foi o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que organizou e mobilizou a sociedade em defesa do direito de Goulart assumir a presidência.

Esse período mostrou as primeiras dificuldades de um governo marcado pelo conflito político e, principalmente, pela articulação da classe dominante brasileira e dos militares. Na Petrobras, podemos visualizar essas mudanças e conflitos, em geral na troca de presidentes e nos cargos de liderança. O governo Goulart tensiona com o interesse das elites dominantes ao propor uma série de reformas estruturais e trazer ao debate político algumas vontades populares. É necessário, para compreender o modelo de desenvolvimento econômico que entrou em vigor na ditadura empresarial-militar, entender também a formação da elite orgânica e como ela articula o golpe pelos meios econômicos, sociais e ideológicos.

A formação do golpe empresarial-militar e a Petrobras: a elite orgânica, desenvolvimento e segurança nacional

Para compreender o que conjecturou o golpe empresarial-militar, além do próprio regime que sucedeu, temos que ter em mente algumas questões. Considerando o caráter de classe do golpe de 1964, é preciso entender como se formou essa

ofensiva e quais eram seus interesses. Assim, o papel da Petrobras para a classe dominante pode ser observado com mais clareza, visto seus interesses e sua relação com o capital multinacional.

René Armand Dreifuss traz uma das mais importantes análises sobre a formação do golpe de 1964 e como a relação entre o empresariado e os militares é um ponto central para compreender os interesses econômicos da classe dominante e do capital multinacional. Primeiramente, é necessário entender o conceito de *elite orgânica* ao qual Dreifuss utiliza de maneira recorrente. O autor aponta que esse conceito significa a compreensão de empresários, tecno-empresários e intelectuais orgânicos do bloco econômico multinacional associado, se formando como uma força social que buscou pautar seus interesses corporativos e de desenvolvimento de suas estruturas, politizando em um novo nível esse grupo, em associação com o militarismo e com frações economicamente dominantes. Em "A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)", do mesmo autor, Dreifuss aponta que elite orgânica é "agentes coletivos políticos ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe, através de cuja ação se exerce o poder

de classe". O autor também se atenta em mostrar que essa elite se forma dentro das classes dominantes, sendo esse conjunto que demonstra a capacidade de articulação dos interesses e do projeto de Estado.[11]

O papel desse complexo ideológico é visto na formação e atuação do *Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais,* o IPES, assim como o *Instituto Brasileiro de Ação Democrática*, o IBAD, que foram cruciais para mobilizar e acionar os setores empresariais e dominantes da sociedade, além de coligar o capital internacional e seus interesses com a elite orgânica brasileira. O terceiro espaço foi a Escola Superior de Guerra (ESG), onde figuras militares de grande relevância também participação dessa integração ideológica, além de formar e instruir figuras de poder dentro das forças armadas, o que também chegou a indivíduos da sociedade civil.[12] O conjunto IPES/IBAD/ESG foi responsável por articular não somente a classe dominante e empresarial, mas também procurou buscar o financiamento para que a estrutura golpista fosse possível.

11 DREIFUSS, Rene Armand. A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986, p. 23-24.
12 ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil: 1964 - 1984. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 29.

Dreifuss aponta em seu trabalho que o IPES/IBAD manteve forte relação com empresárias estrangeiras.

> O próprio IBAD era um canal financeiro de fundos multinacionais para o IPES. Destacavam-se entre as corporações que faziam depósitos nas contas da rede IBAD/ADEP/Promotion S.A. a Texaco, Shell, Esso Brasileira, Standard Oil of New Jersey, Texas Oil Co., Gulf Oil, Bayer, Enila, Shering, Ciba, Gross, General Eletric, IBM, Remington Rand, AEG, Coty, Coca-Cola, Standard Brands, Cia. De Cigarros Souza Cruz, Belgo-Mineira, U. S. Stell, Hanna Mining Corp., Bethlehem Steel, General Motors, Willys Overland e o IBEC. (DREIFUSS, 1981; 207).

Maria Helena Moreira Alves nos mostra que essa mesma elite orgânica articula um projeto de Estado marcado pela presença do aspecto da segurança nacional e do desenvolvimento capitalista dependente. O ponto central da questão é a linha de ação política do Estado, ou seja, não somente um dispositivo para a derrubada do governo Goulart, mas também um projeto de Estado que formasse a estrutura de decisão estatal. O aparelhamento de toda a estrutura estatal é um dos primeiros passos desse projeto, e com isso se desenrolou uma ofensiva de tomada do poder.

A importância do Brasil no cenário internacional tem uma consistente ligação com a questão econômica,

principalmente se nos atentarmos ao papel do Brasil no sistema capitalista global. Se observamos, como propõe Maria Helena Moreira Alves, o modelo de desenvolvimento brasileiro nesse período, se revela a característica de dependência dessa estrutura, marcada por um crescimento reduzido e seguindo os interesses do sistema capitalista dominante. Esse modelo de desenvolvimento dependente se configura em uma forte intervenção externa no Brasil para que se mantenha o status de um crescimento produtivo, mas que não altere ou se desenvolva a sociedade brasileira.[13] De maneira geral, podemos observar esse ponto como a manutenção do patamar de subdesenvolvimento do país, atrelado principalmente a desigualdade econômica, social e regional. Esse modelo de desenvolvimento se perpetua no centro da Doutrina de Segurança Nacional.

A DSN – ou como Moreira Alves também acrescenta o conceito de desenvolvimento no final – foca em algumas questões, como o combate ao inimigo interno, nas estruturas de controle e dominação, no intuito de estabelecer uma política de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, contando com

13 Ibidem, p. 24.

algumas práticas keynesianas.[14] De acordo com a autora, a ideia de Segurança Nacional está fortemente integrada ao ideal de desenvolvimento, mostrando assim, a necessidade do aspecto acumulativo capitalista.

A segurança de um país impõe o desenvolvimento de recursos produtivos, a industrialização e uma efetiva utilização dos recursos naturais, uma extensa rede de transportes e comunicações para integrar o território. Assim como o treinamento de força de trabalho especializada. Desse modo, estão entre os fatores mais importantes para a segurança de um país sua capacidade de acumulação e absorção de capital, a qualidade de sua força de trabalho, o desenvolvimento científico e tecnológico e a eficácia de seus setores industriais.[15]

Para pensarmos a relação da Petrobras com o modelo de desenvolvimento da ditadura empresarial-militar e a questão de classe, precisamos nos atentar ao significado da estatal petrolífera brasileira para o regime, e como suas práticas condizem com esse modelo dependente do sistema capitalista.

14 Ibidem, p. 223.
15 Ibidem, p. 57.

A ditadura empresarial-militar e a Petrobras no modelo de desenvolvimento econômico

Se tornaria muito extenso para espaço apurar de maneira detalhada o modelo de desenvolvimento econômico da ditadura empresarial-militar, devido justamente às mudanças no decorrer do regime e dos momentos que o Estado brasileiro precisou reajustar a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento para se encaixar no contexto histórico.

Início levantando a seguinte questão: a Petrobras foi um ponto de conflito dentro do modelo de desenvolvimento econômico da ditadura e dentro da elite orgânica. Compreender isso ajuda a entender o papel da estatal petrolífera nesse projeto de Estado, ou seja, como seria usado e para quem a empresa estava a serviço. Vemos, por exemplo, no início do regime, que a Petrobras foi palco de um debate sobre a posição da empresa na economia brasileira. Nos primeiros momentos da ditadura, o marechal Ademar de Queiroz assumiu a presidência da Petrobras, enquanto o economista Roberto Campos ficou à frente do Ministério do Planejamento. Ficou marcado o conflito entre as duas figuras políticas, em relação ao papel e controle da empresa, sendo esse um conhecido debate, que remete aos primeiros momentos da exploração de petróleo no Brasil.

O conflito entre os depois ocorreu devido as intenções de Campos em desmantelar a Petrobras em diversas unidades autônomas. Queiroz resiste a essa ideia, se posto em um lugar de defesa dos interesses da estatal. Em documento da Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), é dito que o interesse em desmantelar a empresa se concentrava na vontade de Roberto Campos e de Gouveia Bulhões, enfatizando o papel de Queiroz em ser contrário a essa posição.[16]

O fator que nos interessa é que ambos, Ademar de Queiroz e Roberto Campos, faziam parte da elite orgânica que se organizou no complexo ideológico que orquestrou o golpe empresarial-militar. Roberto Campos, integrante conhecido do IPES, além de ser um dos principais nomes da CONSULTEC – organismo que indicou nomes da política econômica dos primeiros anos da ditadura – aparece como um dos principais articuladores do setor empresarial. Suas ligações se alastram no meio da classe dominante, como mostra o trabalho de Dreifuss. Sendo também um diplomado da ESG, Campos fez parte da primeira turma econômica que ajudou a formular o PAEG –

16 Justificação do voto do acionista minoritário AEPET na Assembleia Geral da Petróleo Brasileiro S.A. Realizada em: 27/08/2021. Disponível em: <justificativa-de-voto-AGE-27-08-21-protocolada.pdf>.

Programa de Ação Econômica do Governo.[17] Queiroz foi um influente militar da ESG e integrante do IPES/IBAD apontado nos estudos de Dreifuss, assumindo importantes cargos no Estado e na iniciativa privada.[18]

O conflito entre Campos e Queiroz demonstra como o papel da Petrobras gerava atrito dentro da própria elite orgânica. O significado dessa relação também pode ser mais profundo, onde a questão da segurança nacional e do uso dos recursos estratégicos influenciam as posições das figuras políticas que estavam em um momento movimento que conquistou o Estado. O ponto central é o conflito em torno de uma ferramenta de acumulação de capital do modelo de desenvolvimento econômico capitalista. A Petrobras demonstra interesse na classe dominante, mesmo que haja um embate entre diferentes propostas, o que pode ser visto como um vislumbre das rupturas que ocorrem na ditadura empresarial-militar, principalmente no seu projeto de Estado.

17 DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado... Op. Cit., p. 424.

18 Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Verbete: Ademar de Queiroz. In: _____. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/queiros-ademar-de. Acesso em: 04/08/2025.

Analisando agora os planos econômicos, alguns nos chamam a atenção, para além da citação da questão petrolífera, nos dão alguns indícios do papel da Petrobras para o Estado empresarial-militar. A participação dos setores empresárias nas políticas da Petrobras reforçam a relação do capital privado multinacional com o aparelho estatal, em uma diversidade de subsetores do ramo petrolífero e petroquímico. Nos planos econômicos, podemos observar um horizonte dessa relação, além de nos dar indícios sobre o modelo de desenvolvimento econômico da ditadura.

Na questão econômica em geral, a ditadura promoveu um forte crescimento econômico, com uma média em torno de 7% ao ano. Especificamente em 1972, a taxa de crescimento do PIB atingiu 12%, um número que foi posto nos holofotes do regime da propaganda extensiva para a população. Com isso, o ideal de desenvolvimento se baseava justamente nesse fator: o quanto o país cresceu de forma geral. Porém, as políticas econômicas de arrocho salarial, rompimento de diversas leis trabalhistas, uma brutal concentração de renda e desigualdade regional.

Os dois primeiros pontos vemos na política do PAEG, que reformulou leis trabalhistas e deu mais espaço aos bancos,

alavancando também o patrimônio privado do país e o capital privado, em especial o de grande porte.[19] Em sintonia com essas políticas, esse programa também promoveu um forte estrangulamento financeiro em pequenas e médias empresas, que foram postas ao grande capital para o aumento de suas influências.[20] Maria Helena Moreira Alves também mostra como a questão salarial foi um dos pontos mais modificados nesses momentos, com a mudança das regras e estruturas trabalhistas que garantiram um nível de estabilidade ao trabalhador. As normas sobre demissão, indenização, organização sindical e greve, tiveram efeitos e ecos diretos no mundo dos trabalhos nos anos seguintes.[21] Essas medidas tem causas muito claras ligadas ao modelo de desenvolvimento formulado pela classe dominante para a ditadura empresarial-militar, algo que também desmobiliza a classe trabalhadora e tira o excedente para acumulação da força de trabalho. Esses primeiros passos foram cruciais para a atração do capital estrangeiro.

19 BARBOSA, Wilson Nascimento. "Alguns efeitos da política econômica durante a Ditadura Militar (1964-1985), In.: *História Econômica do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Eduff - Hucitec, 2022, p. 273-275

20 DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado...* Op. Cit., p. 425.

21 ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil... Op. Cit., p. 118-121.

> As medidas econômicas adotadas também se destinavam a remover obstáculos e prover as bases iniciais para o processo de desenvolvimento pretendido pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Os principais objetivos eram, com toda evidencia, a atração de capital multinacional e o estabelecimento de uma política de controle salarial que maximizasse a exploração e com isso aumentasse os lucros. (ALVES, 2006; 97).

É necessário observar outro exemplo para podermos pensar o modelo de desenvolvimento da ditadura de maneira mais ampliada. Para isso, observamos os dois PNDs – Plano Nacional de Desenvolvimento – que foram instaurados no governo Médici e no governo Geisel, respectivamente. Analisando mais superficialmente, ambos os planos demonstraram o avanço do papel estatal em diversos setores. De maneira geral, o crescimento do planejamento estatal correspondeu aos interesses do crescimento econômico do capital, principalmente em áreas como infraestrutura e produção de recursos.

No primeiro PND, os investimentos e incentivos aos setores empresariais tiveram um espaço considerável, além de haver citações a transferências tecnológicas. O setor que mais chamou a atenção foi o da integração nacional, em grandes obras que estavam ligadas a malha rodoviária. A questão energética fez

parte desse PND, se observarmos as menções a pesquisa em energia elétrica, nuclear e espacial, juntamente com as construções de diversos centros de pesquisa que seriam sediados no Rio de Janeiro.[22] Nesse caso, a Petrobras funcionava como uma ferramenta para a influência e sustentação desses outros setores, contando também a busca pelo desenvolvimento de bases tecnológicas que pudessem aprimorar mecanismos próprios para a exploração de petróleo. Em todos esses quesitos, o capital multinacional esteve em participação com o Estado e a empresa, principalmente em setores subsidiados.

No segundo PND, temos uma discussão mais ampla, justamente no que diz respeito ao conceito de desenvolvimento utilizado. Nesse momento, tendo o setor petrolífero em análise, o choque do petróleo que ocorreu em 1973 alterou o mercado global e colocou as nações ao redor do globo em alerta, enfatizando dois pontos: a alta demanda de petróleo e a busca pelo controle político dessas reservas. O impacto foi alto, impactando também na questão monetária, com ênfase no dólar. No Brasil, o choque do petróleo é citado no II PND, como uma preocupação do Estado em promover estruturas que pudessem

22 BRASIL, República Federativa do. *I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974).* Rio de Janeiro, 1972, p. 55-60

aumentar a oferta do hidrocarboneto nacional e incentivar outras propostas de combustíveis. Com isso, o foco na atuação das empresas estatais havia aumentado, com a ideia de usar o aparelho Estado para mitigar os efeitos da crise petrolífera estrangeira.

Deve ser considerado o setor de bens de capital, com uma grande importância no II PND, e que tem uma forte atuação em conjunto com o setor petrolífero. Nesse ponto, vemos novamente a relação entre o capital privado e multinacional com o Estado e sua política econômica. O setor industrial de bens de capital reivindicou que fosse considerado primeiramente a produção nacional, algo que foi posto de lado pelo governo Geisel. A Petrobras foi um tema no meio desse conflito, quando uma proposta governamental permitiu a estatal petrolífera de importar bens de capital com isenções fiscais.[23] Dentro do II PND é enfatizado a necessidade de consumir os produtos derivados do petróleo que eram consumidos nacionalmente, na procura de uma autonomia energética, buscando se distanciar

23 BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. ABDIB e a Política Industrial no Governo Geisel (1974 1979). Rio de Janeiro: *POLIS – Laboratório de História Econômico-Social*, n° 9, 2007.

das consequências do choque do petróleo de 1973.[24] Nesse mesmo ponto, o empresariado também fazia parte do II PND, visto sua necessidade de investimento e participação na produção de bens industriais.

Outro ideal que faz parte do II PND é a manutenção da ideia de "Brasil Potência", mantendo a união entre segurança e desenvolvimento. Um fator que caminha atrelado a esses dois pontos é a segurança energética, ou seja, as bases de manter a produção de recursos estratégicos e aumentar a modernização brasileira.[25] Ambos os pontos tem ligação com o modelo de desenvolvimento e a Doutrina de Segurança Nacional que estava em vigor na ditadura, tendo os interesses do grande capital multinacional em primeiro plano, que estava, concentrados no aumento da produção e de ganhos, além das possibilidades de desenvolvimento financeiro e tecnológico, algo visto no caso da Petrobras.

Vemos então que o II PND teve um papel mais ativo do aparato Estado e de suas ferramentas, na busca por manter o

24 TOSCANO, Daniella Maria Barandier. *A influência do Sistema Petrobras sobre a ação externa go governo de Ernesto Geisel (1974-1979).* Curitiba: Editora Juruá, 2010.
25 BRASIL, Presidência da República. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).* Brasília: Imprensa Oficial, 1974.

controle produtivo e de crescimento do país, na busca pela acumulação de capital que estava ligada ao capitalismo multinacional. Mesmo que houvesse essa forte ligação entre Estado e capital, algumas áreas e setores estavam em monopólio quase total do Estado, como o do petróleo. Com isso, mesmo que houvesse conflitos internos na elite orgânica, ainda havia interesses contemplados da burguesia nacional. Esse período também ficou marcado pelas mudanças políticas, que abriram caminho para um enfraquecimento do regime, sendo posto em debate um projeto de abertura política e retorno ao modelo democrático.

Barbosa traz a reflexão sobre esse contexto econômico, enfatizando principalmente a política de crédito e endividamento externo que o Estado brasileiro tinha alavancado, sendo que o governo justificava esse fato pelo aumento do preço do petróleo e da questão do dólar no contexto global.[26]

O modelo de desenvolvimento econômico novamente se torna ponto de conflito dentro da classe dominante, além de mostrar como o projeto de Estado encarou a busca por crescimento e a necessidade em desenvolver sua capacidade de

26 BARBOSA, Wilson Nascimento. Alguns efeitos da política econômica... Op. Cit., p 276.

acumulação de capital. A Petrobras, ferramenta importante do Estado brasileiro, teve como atuação principal a ampliação da sua capacidade produtiva e o desenvolvimento de seus espaços para se ajustar aos interesses do processo de crescimento e acumulação. O capital multinacional teve uma relação forte com a estatal, promovendo seus interesses ao redor da atuação da Petrobras, como podemos ver nos setores de exploração nas subsidiárias. A necessidade de controle Estatal no setor petrolífero também entra em questão, devido ao contexto estratégico nessa área, tanto econômico como político. A questão da propaganda, relacionada a ideia de "potência" e "crescimento", também esteve presente nesse contexto. Porém, esse modelo de desenvolvimento manteve as estruturas sociais, na busca por crescimento de forma *dependente* dos interesses multinacionais.

Conclusão

Desde a articulação do golpe empresarial-militar até os últimos momentos da ditadura, o panorama econômico é de forte importância para entendermos as direções que a elite orgânica que conquistou o Estado e se colocou comandou o Brasil. Dentro dessa questão, o modelo de desenvolvimento que esteve vigente

na ditadura procurou se apoiar em crescimento para acumulação do grande capital multinacional, privado e estatal. Com isso, a concentração de renda se torna um resultado direto, assim como os problemas sociais, que foram o motor desse crescimento econômico. Em meio a isso, a Petrobras, ferramenta de controle de recursos estratégicos estatal, focou em se ajustar ao modelo de desenvolvimento de acumulação e serviço aos interesses do capital multinacional. O chamado *desenvolvimento dependente* assumiu um novo espaço, onde esse aparelho estatal da Petrobras tomou novas frentes de crescimento que pudessem compartilhar e fornece suporte ao mercado internacional de petróleo. Esse modelo teve um forte aparato no investimento estrangeiro e no crédito, o que gerou consequências no período posterior a ditadura, principalmente nos anos 1980. A análise superficial sobre o modelo de desenvolvimento nesse período no fornece um olhar sobre o conflito de interesses internos e externos, e a Petrobras como ferramenta desse projeto de Estado.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil:* 1964 - 1984. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

BARBOSA, Wilson Nascimento. “Alguns efeitos da política econômica durante a Ditadura Militar (1964-1985), *In*.: *História Econômica do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Eduff - Hucitec, 2022.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. ABDIB e a Política Industrial no Governo Geisel (1974 1979). Rio de Janeiro: *POLIS – Laboratório de História Econômico-Social*, n° 9, 2007.

BRASIL, Presidência da República. *II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979).* Brasília: Imprensa Oficial, 1974.

BRASIL, República Federativa do. *I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974).* Rio de Janeiro, 1972.

BREGMAN, Daniel. A Petrobras e as atividades de exploração e produção no Brasil: um breve histórico. *I Conferência Internacional de História Econômica e III Encontro Nacional de Pós Graduação em História Econômica.* Campinas, 2006.

CARVALHO JUNIOR, Celso. *A criação da Petrobras nas páginas dos jornais O Estado de São Paulo e Diário de Notícias.* Assis: UNESP, 2005.

COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo, Unifesp, 2017.

COSTA, Luiz Allencar Dalla. A *indústria do petróleo: disputa por território cada vez mais profundo.* São Paulo: Expressão Popular, 2021.

DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do petróleo no Brasil:* uma história da Petrobras. Rio de Janeiro: CPDOC/Petrobras, 1993.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, Poder e Golpe de Estado.* Petrópolis: Vozes, 1981.

DREIFUSS, René Armand. *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986).* Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

MENDONÇA, Sônia Regina de. “As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização.” *In*.: LINHARES, Maria Yeda. *História Geral do Brasil.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

TOSCANO, Daniella Maria Barandier. *A influência do Sistema Petrobras sobre a ação externa go governo de Ernesto Geisel (1974-1979).* Curitiba: Editora Juruá, 2010.

YERGIN, Daniel. *O petróleo: uma história de conquistas, poder e dinheiro.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

“Campistas revoltosos” e a natureza goitacá nas comunicações políticas: Discursos de autoridades régias e militares sobre o distrito campista no final do século XVIII

Hiago Rangel Fernandes
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ

Introdução

O trabalho a seguir pretende apresentar alguns levantamentos e questionamentos que estão em curso na investigação de doutoramento no Programa de Pós-graduação em História Social da UERJ. Durante o mestrado busquei analisar as comunicações políticas[1] emitidas às instâncias da metrópole portuguesa no final dos Oitocentos e início dos Setecentos, que envolveram autoridades régias e da localidade do distrito campista, além de militares e magistrados. Neste intento, foi possível concluir que elas contribuíram para algumas decisões tomadas pela Coroa portuguesa no início do século XIX, entre elas, a criação do juizado de Fora do distrito campista e rearranjo de competências dos ofícios auxiliares da justiça.

1 O conceito de comunicação política tenta dar conta do conjunto de cartas e ofícios por parte de agentes e instituições de poder em diferentes níveis que compunham o mosaico institucional do império. Como afirma Hespanha (2011), era um instrumento que garantia a governabilidade e a cimentação de laços entre os vassalos espalhados no reino e ultramar.

Nesta ocasião, foi possível concluir que agentes régios e autoridade locais contribuíram para mudanças no aparelho de poder, que relativizam a ideia genérica de uma imposição unilateral das instituições da Coroa sobre os rumos administrativos e jurídicos na América portuguesa. Partindo, portanto, da compreensão das hierarquias e relações de interdependência e desigualdade entre o poder central e os poderes regionais das conquistas, foi possível visualizar, portanto, que agentes de poder e de status, em seus diferentes níveis na conquista (como vereadores, militares, magistrados régios, vice-reis), fizeram parte do processo de tentativa de controle da ordem social escravista e da população crescente, nesse caso, de um distrito que se destacava na lavoura de cana de açúcar no final do século XVIII.

A pesquisa em andamento no doutoramento continua a mobilizar tais documentações, e visa aprofundar a análise acerca das justificativas utilizadas por tais anunciantes de diferentes instâncias, ao fazerem sugestões e solicitações de providências sobre as disputas de terras e de poder, e potenciais revoltas em Campos dos Goytacazes. Pretendo ainda analisar as invocações de determinadas representações feitas nas comunicações, especialmente por agentes régios externos ao distrito campista,

sendo um deles Joaquim Silvério dos Reis, que após ser um dos denunciantes da Inconfidência Mineira, se envolveu em conflitos entre administradores dos antigos donatários e moradores da planície goitacá. Tratam-se dos discursos de negativação dos campistas como "revoltosos", "inclinados à liberdade", "orgulhosos", "ariscos" e propensos às revoluções, ao lado de conceitos como os de "revolução" "revolta", e "liberdade" por parte desses agentes, que enfatizaram preocupações com os conflitos e o alegado "estado revoltoso dos campistas".

Busco apresentar brevemente alguns exemplos extraídos da documentação e destacar algumas leituras iniciais e possibilidades de análise. Mediante determinados exemplos extraídos também da bibliografia, o objetivo é apontar caminhos da investigação que não tratam apenas da ordem da ordem prática e objetiva da administração que envolveram os conflitos e demandas levantadas nessas trocas comunicativas, mas também aspectos conceituais e discursivos em meio às transformações do léxico e das linguagens políticas daquele contexto.

1 Os Campos dos Goytacazes como cenário e objeto: as comunicações políticas sobre o território e o aparelho jurídico-administrativo

Compreendendo uma extensa planície, o território campista[2] do recorte temporal analisado pertencia à administração política e militar da capitania do Rio de Janeiro, enquanto que era parte do território da justiça (comarca) da ouvidoria do Espírito Santo. Anteriormente sendo parte da capitania de São Tomé em 1536, foi transformada em capitania da Paraíba do Sul dos Campos dos Goytacazes, doada ao primeiro Visconde de Asseca, por serviços prestados à Coroa

2 É oportuno afirmar, portanto, que mobilizo o conceito de território não como sendo um espaço dado e pronto, mas fruto de relações de poder, discursos e interações entre agentes sociais. Nas palavras de Milton Santos (1999, p. 7), seria o "lugar de ações , paixões, poderes, forças, fraquezas, isto é, onde o ser humano manifesta a sua existência, e que o território usado nas suas relações é a combinação de espacialidade material mais a criação de identidade e de representações sobre ele". Neste trabalho, o território recortado na pesquisa de Campos dos Goytacazes do século XVIII é percebido como um espaço que foi "territorializado" a partir do esforço de administração da justiça e do poder pela metrópole e autoridades coloniais (enfatizando-se, inclusive, as mudanças e indefinições de fronteiras), e que portava também uma dimensão material, ocupada por povos originários em interação e conflitos com os colonizadores e seus descendentes. Na documentação que estamos mobilizando, a dimensão material ("natural") também foi alvo de discursos ao ser transformado num objeto de descrição por militares cartógrafos e dimensionado nas comunicações políticas que serão aqui mencionadas.

pelo seu pai, [3] o governador Salvador Correia de Sá. Mediante conflitos entre os descendentes do primeiros colonos e donatários, a Coroa portuguesa incorporou a capitania em 1754, transformando-a em distrito administrativo da capitania do Rio de Janeiro, e termo da comarca do Espírito Santo. [4]

Apesar do tom ufanista, generalista e intensificador, Lamego (1945) não estaria de todo incorreto ao dizer que boa parte da história econômica e social desse período dos Setecentos estaria marcada pela luta da posse daquele solo fértil. Em suas palavras "das questões de terras vão nascer despejos, confiscos, conflitos, sublevações e morticínios". Vão começar as devassas, as prisões e os degredos. Mas, paralelamente, vai crescer a resistência" (LAMEGO, 1945, p. 60).

É diante desse histórico, agravado pelo crescimento da população livre e escravizada, com as lavouras de cana de açúcar no final do século XVIII, é que suscitaram discursos de preocupações quanto ao controle da ordem e manutenção da atividade produtiva por parte de autoridades coloniais e régias,

3 Como o de liderar a libertação de Angola do domínio holandês (que lhe rendeu o título de visconde para o seu filho, Martim Correia de Sá e Benevides), além de postos no Estado da Índia e no Brasil e terras, como as de Campos dos Goytacazes (RAMINELLI, 2018, p. 170).
4 Ver ATALLAH, 2018 e LAMEGO, 1945.

como veremos a seguir. Durante o estágio atual da pesquisa constatei e dimensionei o papel dos conflitos entre moradores e camaristas com a administração de enormes faixas de terras pertencentes aos antigos donatários (morgado). Sendo parte da demanda pelo reforço do aparelho jurídico-administrativo nas cartas dirigidas à Coroa, foi possível identificar, inclusive, a participação de Joaquim Silvério dos Reis nesses conflitos, aquele que se afirmava como primeiro denunciante da Inconfidência Mineira de 1789.

Estando por Campos junto com o seu sogro administrador do Morgado dos Asseca, o coronel Luís Bello, Silvério dos Reis foi acusado de cometer arbitrariedades e vexações aos foreiros do morgado e vizinhos, como o de fazer despejos, cobranças indevidas, e imposições no comércio de escravizados e de açúcar aos foreiros do morgado. Da sua parte, Silvério dos Reis encaminhou ofício contendo mapa da população do distrito, e denúncias acerca de um "governo independente de campistas contra os europeus", feito pelo coronel José de Caetano Barcelos Coutinho.[5] Uma carta do alferes de milícias de Mato Grosso, José Lopes de Oliveira,

5 AHU-Rio de Janeiro, cx. 175, doc. 20.

revela também animosidades de campistas por ele ter denunciado a Inconfidência Mineira.[6]

Esses escritos, os do vice-rei e militares como Manoel Martins do Couto Reis e Lázaro Amado, expressam sugestões de mudanças administrativas para o distrito campista.[7] Em meio a elas também levantam visões sobre os conflitos, construindo uma memória sobre animosidades e levantes que ocorreram em Campos dos Goytacazes. Fazendo adjetivações acerca dos moradores campistas, esses agentes também utilizaram expressões como "inclinados à liberdade", "revolução", "revolta", "traidores", "homens de pouca fidelidade", em meio às menções que sugerem-nos as suas leituras sobre os movimentos político-sociais contemporâneos na América portuguesa e ocorridos em outras experiências coloniais.

Entende-se aqui, portanto, a possibilidade de se visualizar não apenas as justificativas enviadas para que a Coroa tomasse providências a respeito do aparelho jurídico,

6 AHU-Rio de Janeiro, cx. 179, doc. 22., novembro, 1799.
7 Sobre essas solicitações, com citações da documentação referida, sugiro a leitura da minha dissertação: FERNANDES, Hiago Rangel. *Conflitos e noções de justiça:* comunicação política, território e aparelho jurídico nos Campos dos Goytacazes (1786-1807). 2024. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

administrativo e policial do distrito goitacá, mas também a de problematizar as possíveis leituras e significações que tais atores do discurso estavam fazendo ao serem contemporâneos às experiências políticas e sociais internas da colônia, como conjurações e revoltas de escravizados, e externas, a exemplo da independência das treze colônias na América do norte, além dos conflitos nas Antilhas, como na da Ilha de São Domingos.

2 "Revoltosos" e "inclinados à liberdade": como os campistas foram descritos no final do século XVIII

Nesta ocasião, será possível trazer, ainda que superficialmente, algumas dessas referências mencionadas nas comunicações políticas que estou analisando. Iniciemos, com o ofício de Silvério dos Reis, que buscando reafirmar os serviços prestados à Coroa, apresentou a sua visão sobre os ocorridos em Campos dos Goytacazes ao dizer que cumpria determinação de um alvará régio de 1785.[8]

Para corroborar sua versão que Campos vivia continuadas desordens, com insultos e assassinatos, convoca trechos da carta de 1792 do vice-rei, Conde de Resende, que enfatizavam os povos do distrito campista como "revoltosos",

8 AHU-Rio de Janeiro, cx. 175, doc. 20.

"levantados" e "faltos de subordinação", retirados da certidão solicitada ao escrivão da câmara.[9] Entretanto, o primeiro recurso discursivo utilizado por Silvério dos Reis foi o de concatenar o passado revoltoso com o contínuo estado que alegara no início da carta (e conforme carta do pelo vice-rei, mencionada). Traça uma memória do levante de 1740,[10] que leva a pensar a maneira como a descrição de eventos passados, nas comunicações políticas, fizeram parte do processo de construção da administração e busca pelo controle da ordem social mediante os exemplos citados.

Ao destacar sobre os campistas envolvidos no levante da década de 1740, afirma um elemento que estaria presente em outros discursos sobre os Campos, como o do capitão de infantaria Manoel Martins do Couto Reis.[11] Trata-se da ideia de

9 AHU-Rio de Janeiro, cx. 175, doc. 20.

10 Os levantados protestavam contra a confirmação da capitania para Martim Correia de Sá (4º visconde de Asseca) após resistência de vereadores e descendentes dos sete capitães que tinham sesmarias pelos Campos. Foi marcado pelo fechamento da câmara, conflitos nas ruas da vila, e a invasão das terras dos Asseca, por proprietários de terras como Benta Pereira junto aos seus filhos Manuel Barreto e Mariana Barreto, e atuação de outras mulheres e homens. Ver em ATALLAH, 2018 e LAMEGO, 2005.

11 REIS, Manoel Martins do Couto, *1750?- 1826?:* descrição geográfica, política e cronográfica do Distrito dos Campos dos Goytacazes; pesquisa, transcrição e edição de Fabiano Vilaça dos Santos, Carlos Roberto Bastos Freitas e Rafaela Machado Ribeiro; introdução Arthur Soffiati, 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

continuidade do ímpeto ou génio revoltoso que se manifestou no exemplo citado do levante envolvendo campistas como Benta Pereira e seus filhos, e mantinha-se na sua descendência. Não citando especificamente o levante contra os Asseca, Couto Reis escreveu acerca da ideia de um "génio revoltoso" pela descendência, apesar de ter ressaltado um "certo progresso" na "domação dos campistas", com a criação de tropas auxiliares (REIS, 2011 [1785], p. 108).

Apesar de apontar potencialidades de recursos a partir da natureza campista, o sargento-mor de Mato Grosso, Lázaro Amado (1790), também destacou a ideia de que os campistas da sua época eram levantados, descendentes de criminosos, degredados e falidos. Em carta de 1792, o vice-rei, Conde de Resende, por sua vez, afirmara que os campistas eram necessitados de educação e "inclinados à liberdade".[12]

Considerando que tais enunciados dessas comunicações políticas possuíam em comum a pretensão de descreverem e apresentarem soluções administrativas para o distrito campista – busco pensar i) se tais discursos e preocupações com um "estado revoltoso" campista estariam ancorados num paradigma policial

12 AHU-Rio de Janeiro, cx. 175, doc. 20.

e iluminista de prevenção contra movimentos que pudessem prejudicar os interesses da Coroa portuguesa na região; ii) e se sim, em que medida as leituras desses agentes tinham como horizontes de experiências alguns movimentos internos na América portuguesa, como a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana, Conjuração Carioca e externos, como a Independência das treze colônias inglesas e a do Haiti. Por último, IV) se, na verdade, tais representações sobre os campistas seriam apenas recursos retóricos por parte desses agentes ao pedirem urgência e providências da Coroa.

Pretendo começar pelo último aspecto, enfatizando a validade de analisarmos esses discursos, por mais que estivessem caracterizados por procedimentos retóricos. Extraindo as palavras da historiadora portuguesa, Ângela Xavier (1998, p. 14), podemos considerar "que a natureza argumentativa e retórica das rotinas textuais dessa época pudesse constituir uma chave interpretativa, possibilitando uma melhor compreensão das especificidades apresentadas pelos seus conteúdos.

Considerando esse aspecto, é preciso estarmos atentos aos formatos e os mecanismos de construção textual dominante na época para entendermos, de maneira menos anacrônica e

também indiferente, a ordem lógica e as articulações que são feitas nos enunciados. Sendo assim, as comunicações políticas que estamos trabalhando também devem ser comparadas e postas em cheque para visualizarmos as fórmulas, as possíveis referências, intertextos e até intencionalidades a partir das convenções discursivas da época.

Um elemento em comum dos discursos analisados sobre os Campos dos Goytacazes é a preocupação com a ordem social do distrito, a partir de diferentes constatações por parte dos agentes envolvidos nas comunicações. No decreto de criação do juizado de fora pela regência, em 1800, foram enumeradas aquelas mais enfatizadas, como o aumento dos cabedais com a lavoura da cana de açúcar e o consequente crescimento populacional (incluindo de escravizados).[13]

A preocupação comum, portanto, era a manutenção da ordem, num distrito que requeria cuidados, tendo em vista a importância da produção para o comércio de açúcar na Europa, bem como a escravatura crescente. Tendo em vista esse cenário intratexto, extratexto (contexto e decisões administrativas da Coroa em resposta às comunicações) e intertexto (o que está

13 AHU-Rio de Janeiro, cx. 181, doc. 11.

dialogando uns com os outros), podemos dizer que não se tratava de um simples exagero retórico por parte do vice-rei Conde de Resende, dos camarários, do chanceler da Relação, e militares para tomada de providência da Coroa acerca do aparelho jurídico-administrativo e militar nesta parte da conquista, mas uma leitura (mesmo que por diferentes interesses) das dinâmicas sociais, administrativas e econômicas que estavam ocorrendo no distrito campista. Cabe a pergunta, entretanto, a respeito do tipo de leitura, e mais especificamente, em que paradigma teórico e de administração estava ancorada, e se os movimentos políticos e sociais que estremeciam dentro e fora da América portuguesa influenciaram no olhar desses anunciantes sobre a ordem social da área, e de uma "natureza revoltosa dos campistas".

Uma maneira de levantarmos hipóteses e arriscarmos para a conclusão de que estaríamos tratando de discursos ancorados no paradigma teórico e administrativo iluminista e racionalista, seria a de considerarmos os conceitos e as tópicas articuladas nos textos, e de preferência, comparando com outros tipos de escritos da época, como os dicionários. Alguns autores nos apresentam reflexões teóricas e metodológicas para esse intento. Quentin Skinner (2005) e John Pocock (2003) apontam para essa direção, enfatizando que não é suficiente buscarmos os

significados estritos das palavras nos dicionários de época, mas o seu uso pelos anunciantes, em meio às tópicas e convenções (*parole*) do contexto linguístico específico (*langue*).

Brevemente trarei aqui alguns apontamentos no sentido da forma e do conteúdo que envolveram os discursos mencionados sobre Campos e os campistas no final do século XVIII. Comecemos considerando o contexto político e ideológico em que tais discursos se colocam. Estou a falar, especificamente, da forma em que se apresentaram esses discursos (as comunicações, os mapas, as descrições sobre Campos), isto é, os "conteúdos".

José Subtil (2013) é uma referência bibliográfica importante na compreensão das práticas administrativas e discursos ideológicos, que reverberaram no império português a partir do período pombalino e período marino-joanino. A partir do conceito de governamentalidade de Foucault e a leitura comparativa de cartas, alvarás, libelos e escritos das secretarias e intendências deste período, Subtil (2013) conceituou a monarquia portuguesa deste período como sendo um Estado de polícia.[14] Construído por agentes inspirados em leituras

14 O termo "polícia" seria baseado no significado levantado em tratados como de Nicolas Delamare, Traitè de la Police". Trata-se de uma nova razão

iluministas e cameralistas setecentistas, este aparelho foi marcado pela centralização do poder e vontade de conhecimento dos territórios do império, visando o aumento da receita régia, crescimento populacional e aproveitamento dos súditos para o trabalho e recrutamento militar.

Nesse intento, as secretarias e intendências gerais de polícia conquistaram espaços e poderes a partir do ministério pombalino, emitindo orientações, editais e decisões visando o conhecimento do quantitativo populacional, a descrição de territórios, e a tomada de decisões administrativas que chocavam com competências tradicionais de tribunais e conselhos como as câmaras municipais (SUBTIL, 2013). Em relação ao Brasil, Dauril Alden (1963) nota que no último quartel do século XVIII houve uma solicitação sistemática de mapas da população e dos

de Estado voltada não para repressão, como atualmente entendemos, mas para promoção do enriquecimento do Estado, tanto quanto pudesse aumentar a população e o seu bem-estar para o trabalho e geração, consequentemente, de riqueza (SUBTIL, 2013, p. 277). A partir de Foucault (2008) em sua Segurança, Território, População, poder-se-ia entender essa maneira de governar como agir com técnicas de controle e conhecimento de todos, isto é, de policiamento da conduta, fundamentado por técnicas científicas e disciplinares. Em relação ao contexto português e do império a partir da segunda metade do século XVIII, Subtil (2013, p. 276) constata a prática do acúmulo de informações e dados sobre a população, natureza, criminalidades, doenças e alimentação, por exemplo, aliado a procedimentos administrativos que passavam por cima das antigas competências jurisdicionais dos tribunais e conselhos.

territórios por parte da Coroa portuguesa, mais especificamente a partir de década de 1770, como mostra o ofício de Martinho de Melo e Castro aos governadores e prelados da América portuguesa.[15]

A partir da leitura dessas ações administrativas e inspirações teóricas do final do século XVIII no coração do reino é que podemos situar os discursos analisados nas comunicações políticas mencionadas acima. Podemos dizer, que esse contexto administrativo e teórico (iluminista, policial e mercantilista setecentista) mencionado pode ter influenciado os agentes mencionados das comunicações em relação ao olhar para os Campos, e às soluções que apresentaram para a contenção de revoltas e prevenção do aumento da criminalidade. Vemos alguma manifestação da perspectiva de prevenção considerando o "policiamento" quando o sargento-mor Lázaro Amado (1790) afirmou a necessidade da criação de um regimento de milícias com armas e munições para evitar qualquer desacerto, e o estabelecimento de oficiais pagos em cada freguesia da vila para disciplinar a população, e levá-la a não faltar aos trabalhos durante a semana".[16] É o que também podemos visualizar na

15 ABN RJ, XXXII, 445.
16 AMADO, 1790, n.p.

carta do vice-rei, Conde de Resende, a Luís Pinto de Sousa Coutinho.[17]

Considerando o paradigma teórico e administrativo em que estavam inseridos os discursos e soluções apresentadas pelos agentes acima, cabe identificar também se o olhar contemporâneo para movimentos internos como a Inconfidência Mineira e Conjuração Baiana, e externos, como as independências dos EUA e do Haiti influenciaram na representação negativa sobre os campistas e seus temores com a manutenção da ordem, inclusive, da soberania real nessas regiões.

Essa é uma frente que ainda requer uma leitura mais profunda da documentação que está sendo mobilizada, e a comparação com outras referências levantadas acerca de outras regiões da América portuguesa. O que pode-se dizer, por ora, é que existem pequenas menções, mas bastante interessantes e significativas, sobre esses movimentos. Elas levam a pensar

17 "[...] far-se-á também necessário conservar nele um competente destacamento de tropa para fazer respeitar as ordens, ser administrada a Justiça sem subornos e interesses e conter finalmente aquele grande Povo na subordinação devida evitando-se desta sorte todos aqueles absurdos e atentandos que podem precipitar se os habitantes de um continente opulento e entranhado por tão dilatados sertões" (AHU-Rio de Janeiro, cx. 159, doc. 86).

como as autoridades régias e coloniais enxergavam e significavam esses movimentos diante dos históricos e processos que estavam lidando localmente, com as novas ideias e experiências políticas e sociais em curso no intenso final do século XVIII.

Não procurando neste momento entrar na questão historiográfica se a inconfidência mineira foi ou não um movimento majoritariamente feito por proponentes de uma independência e república na forma de governo, é possível supormos que ela esteja no panorama de Joaquim Silvério dos Reis quando denuncia uma espécie de governo soberano campista, feito pelo coronel José Caetano de Barcelos Coutinho:

> [...] combinado estes fatos em estando no funesto exemplo de alguns varões estrangeiros de pouca fidelidade que tem mostrado e alguns nacionais nas presentes revoluções, temo de possa a construir alguma desordem maior pelo desgosto em que ficam aqueles povos, a que V. Majestade pode acautelar mandando para aquele continente um governador filho deste Reino de conhecida fidelidade, igualmente um Juiz de Vara Branca, porque o Ouvidor desta comarca reside na Cabeça da mesma na distância de mais de sessenta léguas (AHU-Rio de Janeiro, cx. 175, doc. 20).

O conceito fidelidade,[18] que aparece na menção acima, parece importante, pois é aplicado para a situação denunciada como um movimento de infidelidade à Coroa portuguesa, e que era reivindicado pelo próprio Silvério dos Reis quando inicia a sua escrita afirmando o seu papel como primeiro denunciante da "Conjuração de Minas Gerais".[19] Para corroborar e levantar questionamentos acerca disso, podemos recorrer ao texto do alferes de milícias de Mato Grosso, José Lopes de Oliveira, ao afirmar que Silvério dos Reis era constantemente vexado pelos campistas, e chamado de traidor, por ter denunciado os envolvidos no movimento mineiro, além de levantar ligações entre moradores do distrito com os denunciados de participarem na Inconfidência de 1789.[20]

18 Pergunto-me, inclusive, acerca do termo "presentes revoluções", isto é, sobre qual o seu significado considerando que Silvério dos Reis esteja tratando de movimentos contemporâneos a ele. Surge a pergunta se "revolução" seria apenas no sentido de revoltas, levantes, agitações, ou de experiências que poderiam pôr em risco não só a soberania régia (risco que já era apontado por outros agentes, em casos de revoltas no período seiscentista e setecentista, como destaca Luciano Figueiredo (2023)), mas a criação de novos horizontes políticos inspirados nas ideias iluministas e liberais, como nos Estados Unidos e no Haiti.

19 "Eu como já tive a felicidade de poder mostrar a minha fidelidade como primeiro denunciante da premeditada Conjuração de Minas Gerais, espero ter agora a de V. Excelência me acreditar pondo a dita carta na real presença de Sua Magestade" (AHU-Rio de Janeiro, cx. 175, doc. 20).

20 AHU-Rio de Janeiro, cx. 179, doc. 22., novembro, 1799.

Destaca-se também a menção às revoltas de escravizados feitas nas “Martinicas”, feita pelo vice-rei, Conde de Resende, ao tratar sobre Campos dos Goytacazes com D. Rodrigo de Sousa Coutinho:

> Pertence o Distrito de Campos dos Goytacazes à Capitania do Rio de Janeiro e sendo mais considerável pela fertilidade dos seus terrenos pela beleza das suas madeiras pelos seus portos de mar, é ao mesmo tempo o mais temível pela opulência dos seus habitantes , que privando hoje grande parte dos Açúcares que se exporta e creio giram no Comércio geral de toda a Europa, ou de grande parte dela especialmente depois que as Martinicas sofreram a grande destruição ocasionada pela mesma escravatura que trabalhava nas suas fábricas me faz muita responsabilidade guardar na minha imaginação o que considero de extrema precisão fazer manifesto a Vossa Excelência, [...] e que no ano de 1795 já tratei com o [...] Luiz Pinto de Souza em Officio de 31 de Outubro sem mais força da razão que do ciúme que sempre me deveu aquella riquíssimas Província; e como depois dessa época tenha sido animada aquela grande Povoação em escravatura, em considerável número de Fábricas e gados, em foreiros, em sesmeiros e todos estes consideráveis progressos devidos ainda mais aos maravilhosos terrenos da que a indústria e inteligência dos cultivadores presentes prodigiosamente enriquecem em o imperioso tempo, bem claro fica que a natureza os protege mais do que a arte.

Como sabemos, a Martinica foi uma colônia europeia nas Antilhas, que esteve sob controle de franceses e ingleses, a depender da época, que assim como outras colônias escravagistas do Caribe, passou por revoltas de escravizados durante o século XVIII.[21] Entretanto, José Luís de Castro menciona o local no plural ao afirmar a destruição causada pelos escravizados em suas revoltas, o que leva a cogitar que não estivesse mencionando apenas a Martinica em si, mas as colônias do Caribe, incluindo a Ilha de São Domingos que foi um exemplo indesejável no imaginário senhorial com a abolição da escravidão e a independência de sua metrópole. Por mais que este trecho não seja conclusivo se o Conde de Resende estava mencionando também o Haiti - ao destacar o papel de Campos no comércio de açúcar depois da destruição das fazendas de açúcar nas Martinicas, e expressar preocupação com o aumento da escravatura no distrito - faz-nos pensar que esse e outros agentes estavam observando movimentos também externos quando tratavam sobre o distrito campista e a necessidade de controle da ordem escravista e administração do seu território.

21 Ver mais em: CANELAS, Letícia Gregório. *Escravidão e liberdade no Caribe Francês*: a alforria na Martinica sob uma perspectiva de gênero, raça e classe (1830-1848), Campinas, Universidade Estadual de Campinas (Tese)

Considerações finais

O trabalho em questão buscou levantar as temáticas e documentações em análise sobre os conflitos, demandas e dinâmicas sociais que estava ocorrendo no distrito campista do século XVIII, em aprofundamento na atual etapa da pesquisa de doutoramento. Pretendi problematizar as representações, adjetivações e estereótipos sobre os campistas como parte dos olhares de autoridades régias e coloniais acerca da administração e controle social do distrito goitacá no final do século XVIII. A partir da leitura inicial da documentação e bibliografia, levantei considerações, ainda que não finalizadas e acabadas, sobre o seu papel nos discursos sobre o aparelho jurídico, policial e administrativo deste território, num contexto de transformações das ideias, discursos políticos e administrativos do final do século XVIII.

Até o momento foi possível apontar que tais adjetivações e olhares sobre os conflitos e dinâmicas populacionais do distrito poderiam estar ancoradas num paradigma policial e iluminista de policiamento e controle da ordem, visando a manutenção dos interesses da Coroa na região. Alguns discursos dos agentes envolvidos nas comunicações sobre os Campos também sugerem que, ao resgatarem uma memória sobre revoltas

ocorridas no distrito, e também a observação de conflitos contemporâneos a eles, estivessem também contaminados pela percepção de experiências políticas e sociais na conquista e externas que prejudicavam os interesses da Coroa. Além da necessidade de aprofundamento das questões abordadas, elas abrem também espaço para dúvidas a serem investigadas, a saber, se tais discursos de temores pela ordem escravista e social campista também indicavam temores pelo estremecimento da relação "metrópole-colônia", em voga em alguns movimentos contemporâneos do final do século XVIII.

Referências

AMADO, Lazaro Cardoso. *Carta destinada ao Príncipe Regente falando sobre o Campo dos Goitacases.* [S.I], Coleção Linhares, Biblioteca Nacional, 1790.

Arquivos digitais: ABN RJ, XXXII, 445; AHU, Rio de Janeiro, CA, doc. 1258; AHU-Rio de Janeiro, cx. 175, doc. 20; AHU-Rio de Janeiro, cx. 179, doc. 22., novembro, 1799; AHU-Rio de Janeiro, cx. 181, doc. 11

ATALLAH, Claudia Cristina Azeredo. Entre a cruz e a caldeirinha: um ouvidor a serviço da monarquia nas terras dos Asseca. *Tempo*, Niterói, v.24. n.1, p.161-179, 2018.

CANELAS, Letícia Gregório. *Escravidão e liberdade no Caribe Francês: a alforria na Martinica sob uma perspectiva de gênero, raça e classe* (1830-1848), Campinas, Universidade Estadual de Campinas (Tese)

FERNANDES, Hiago Rangel. *Conflitos e noções de justiça: comunicação política, território e aparelho jurídico nos Campos dos Goytacazes* (1786-

1807). 2024. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2024.

FIGUEIREDO, Luciano. Independências e rebeliões: apontamentos sobre linguagens políticas no século XVIII. In: Maria Marta Araújo. (Org.). I*ndependência (In)dependências Minas Gerais* 1822-2023. 1ed.Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2023, v. 1, p. 36-54.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HESPANHA, António Manuel. Prefácio. In: FRAGOSO, João.; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Um reino e suas repúblicas no Atlântico Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos* XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 9-11.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

POCOCK, J. G. *A. Linguagens do Ideário Político.* São Paulo: Editoria da Universidade de São Paulo, 2003.

RAMINELLI, Ronald. Os limites da soberania régia. A capitania da Paraíba do Sul entre 1727 e 1730. *Almanack*, Guarulhos, n. 19, ago. 2018, Pp. 167-204.

REIS, Manoel Martins do Couto, 1750?- 1826?: descrição geográfica, política e cronográfica do Distrito dos Campos dos Goytacazes; pesquisa, transcrição e edição de Fabiano Vilaça dos Santos, Carlos Roberto Bastos Freitas e Rafaela Machado Ribeiro; introdução Arthur Soffiati, 2 ed. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

SALDANHA, António Vasconcelos de. *As capitanias do Brasil*. Lisboa: CNPCDP, 2001.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *Geographia*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, jun/1999, pp. 7-13.

SKINNER, Quentin. *Visões da política. Sobre os métodos históricos.* Algés: Difel, 2005.

SUBTIL, José. O direito de polícia nas vésperas do Estado Liberal em Portugal. *In* FONSECA, R. M., *As formas do direito, ordem razão e decisão*. Curitiba: Juruá, 2013, pp. 275-332.

A ação popular por equipamentos públicos de saúde na Rocinha: Uma perspectiva histórica

Ingrid Gomes Ferreira
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

O conteúdo presente ao longo das páginas deste texto é um breve resumo de alguns tópicos que se encontram na proposta do primeiro plano de redação da tese que, até então, fora desenvolvido. Dessa maneira, dar-se-á uma apresentação e reflexão crítica acerca da formação da favela da Rocinha, com início no século XX, e a sua constante expansão, até o tempo presente, observando o contexto histórico e social no que diz respeito à luta por equipamentos de saúde pública no território.

Para isso, a ação coletiva dos sujeitos históricos em questão – os moradores da Rocinha – direcionada para o acesso à saúde pública aparece como foco da análise construída trazendo como objetivo entender as táticas e estratégias utilizadas, ao longo do tempo, e o protagonismo dos sujeitos históricos e sociais. A luta histórica dos moradores se deu em vários âmbitos, envolvendo: condições básicas de

habitabilidade, infraestrutura, saneamento básico, vacinação e equipamentos de saúde.

Apesar das vulnerabilidades ainda encontradas no território da Rocinha, como alto adensamento demográfico, saneamento básico precário, baixa distribuição de renda e o crime organizado, nota-se o avanço e a conquista de melhores condições de vida a partir da ação coletiva local, a título de exemplificação desde a década de 1980 até o ano de 2020 houve a instalação de equipamentos de saúde pública, como: o Centro Municipal de Saúde Dr. Albert Sabin (CMS), a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), o Centro de Atenção Psicossocial Maria do Socorro (CAPS), a Clínica da Família Maria do Socorro, a Clínica da Família Ricardo de Lamare e o Centro de Imagem da Rocinha.

O campo teórico norteador está pautado pela produção historiográfica na área da história social, história ambiental e história da saúde juntamente com a geografia, ciência política, sociologia e antropologia urbana.

A formação e expansão da favela da Rocinha: séculos XX e XXI

A favela da Rocinha, localizada na cidade do Rio de Janeiro, mais especificamente, na Zona Sul entre os bairros de São Conrado, Vidigal e Gávea é considerada a maior favela do país – tanto em número de domicílios quanto em população – com uma estimativa de 30.371 unidades habitacionais permanentemente ocupadas e com 72.021 moradores, de acordo com dados oriundos do censo de 2022 feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao levantamento sobre Favelas e Comunidades Urbanas.[1]

Fotografia 01- Visão geral da Rocinha.



Fonte: WikiFavelas, publicado: 06h45min de 24 de abril de 2020[2].

1 Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202411/rocinha-continua-sendo-a-maior-favela-do-brasil-sol-nascente-vem-em-seguida>. Acesso em: 06/09/2025.
2 Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/index.php/Arquivo:Rocinha_-_Vis%C3%A3o_Geral.jpg> Acesso em: 06/09/2025.

O século XX fora marcado pela constituição das favelas, em razão das grandes demolições e erradicações dos cortiços na área central da cidade (ROCHA, 1995; VAZ, 1994; CHALHOUB, 1996). A historiadora Mariana da Costa (2024) aponta para o aspecto rural da região entendida à época, final do século XIX[3], como arrabalde da Gávea e a mudança induzida pelo surgimento de indústrias e linhas de bonde que acabaram por promover modificações nos tipos de ocupações dessa área nas primeiras décadas do século XX, marcando o desenvolvimento local.

A Chácara da Rocinha fora comprada no ano de 1915 pela Companhia Castro Guidão sendo loteada na década de 1920, porém antes mesmo de surgir tal loteamento já havia a ocupação por parte de trabalhadores, sobretudo negros. Mariana da Costa entendeu que nesse período observava-se que: "o território onde estava localizado o "lugar denominado Rocinha" já era ocupado por sujeitos que se aproveitavam da melhoria do

3 Oswaldo Porto Rocha e Lia de Aquino Carvalho (1995) identificaram peculiaridades na passagem do século XIX para o XX, na cidade do Rio de Janeiro, que impactaram nas configurações das habitações populares e coletivas na cidade, sendo elas: processo de industrialização, urbanização, chegada de imigrantes, adensamento populacional e concentração de capital, acompanhados da reforma urbana que a cidade iria enfrentar. Havendo "um desequilíbrio no setor habitacional que afetaria diretamente as populações de baixa renda" (ROCHA; AQUINO, 1995, p. 132).

acesso e da estrutura da região para construir sua própria alternativa de moradia" (COSTA, 2024, p. 14). Os documentos analisados pela historiadora demonstram que os lotes estavam à venda por baixos valores, por conta da situação de precariedade que o local apresentava, como a escassa oferta de serviços públicos e a notória distância do centro, sendo destinado ao grupo social dos trabalhadores de baixa renda.

Além disso, as fontes trabalhadas por Mariana da Costa já traziam desde a década de 1930 "uma incipiente organização dos moradores da Rocinha para reivindicar certas melhorias (...) numa carta endereçada a uma folha vespertina carioca em 1932 reclamava da atuação das autoridades públicas em relação à questão sanitária na localidade" (COSTA, 2024, p. 20). No decorrer dos anos com o processo de urbanização, e consequente migração nordestina para a região Sudeste do país, a expansão da Rocinha se deu exponencialmente, vindo a configurar-se como favela.

A favela da Rocinha conta com diversas territorialidades em seu interior sendo composta por diferentes regiões que coexistem como a Parte Alta e a Parte Baixa, dentre outras subdivisões. No ano de 1993 a Rocinha foi reconhecida pela Prefeitura do Rio como bairro. Até os dias atuais, a favela, segue

em expansão e reconfiguração da sua territorialidade e sociabilidade.

A condição socioespacial e a luta histórica por saúde pública

No campo da sociologia urbana, a pesquisadora, Licia do Prado Valladares traça um estudo que observa a favela, também, pelo viés do imaginário social e argumenta que ela acaba apresentando a característica de invenção constituída por representações sociais. A partir daí, "as categorias 'favela' e 'favelado' e das noções por elas expressadas, além de seus sinônimos, associações e oposições" (VALLADARES, 2005, p. 13) sofreram diversas mutações ao longo do tempo.

No ano de 2024 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) modificou a nomenclatura de aglomerado subnormal, utilizado nos Censos Demográficos desde 1991 até 2010, para Favelas e Comunidades Urbanas. Contudo, mantiveram-se os critérios básicos para classificação e identificação, sendo eles:

> I. Predominância de domicílios com graus diferenciados de insegurança jurídica da posse; e, pelo menos, um dos demais critérios abaixo:
>
> II. Ausência ou oferta incompleta e/ou precária de serviços públicos (iluminação elétrica pública e domiciliar, abastecimento de água,

> esgotamento sanitário, sistemas de drenagem e coleta de lixo regular) por parte das instituições competentes; e/ou.
>
> III. Predomínio de edificações, arruamento e infraestrutura que usualmente são autoproduzidos e/ou se orientam por parâmetros urbanísticos e construtivos distintos dos definidos pelos órgãos públicos; e/ou.
>
> IV. Localização em áreas com restrição à ocupação definidas pela legislação ambiental ou urbanística, tais como faixas de domínio de rodovias e ferrovias, linhas de transmissão de energia e áreas protegidas, entre outras; ou em sítios urbanos caracterizados como áreas de risco ambiental (geológico, geomorfológico, climático, hidrológico e de contaminação).[4]

As favelas brasileiras, sobretudo nas regiões metropolitanas, desenvolveram as condições básicas de habitabilidade, como construção das moradias, saneamento básico, fornecimento de água e luz, por meio do potencial construtivo e criativo de seus moradores em oposição a negligência apresentada pelo Estado.

O cientista político Lucio Kowarick (1979) ao tratar das questões habitacionais em bairros periféricos entende por "espoliação urbana" essa privação das condições básicas de

4 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/quadrogeografico/pdf/qg_2022_670_fcu.pdf >. Acesso em: 08/09/2025.

habitação na cidade, entendendo que "é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência" (KOWARICK, 1979, p. 59). Segundo o pensamento do autor a autoconstrução acaba sendo a solução desenvolvida por essa parcela da população que sofre com a espoliação e que encontra nesse artifício a oportunidade de ter a sua moradia.

A Rocinha, da mesma maneira que diversas comunidades espalhadas por toda a cidade do Rio de Janeiro conseguiram, mesmo sendo por esforço próprio, atingir as condições básicas de habitabilidade possuindo em quase sua totalidade casas de alvenaria e adquiriu um grande desenvolvimento na área econômica e comercial local que rompem com o estigma de espaço de pobreza e violência, apenas. Dessa maneira, "a miséria não é, pelo menos não é mais, uma característica geral e a precariedade dos equipamentos deve ser fortemente relativizada" (VALLADARES, 2015, p. 157).

Desde o surgimento até a consolidação da favela da Rocinha a ação popular efetivada de maneira coletiva, por seus moradores e diversos apoiadores externos, foi e segue sendo – até os dias atuais – uma realidade. A pauta da saúde pública se

apresenta há quase um século como uma das que mais mobiliza a luta local, conforme consta na análise documental realizada por Mariana da Costa que traz a reinvindicação por saneamento e saúde desde o ano de 1932. Porém, é a partir da segunda metade do século XX, mais especificamente a partir da década de 1960, que há uma intensificação da luta por saneamento, equipamentos de saúde e vacinação.

O Museu Sankofa Memória e História da Rocinha[5] junto com o Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP) produziu a Exposição Rocinha Pela Vida no ano de 2022, cujo cerne do trabalho desenvolvido pelo Museu foi a rememoração de campanhas na Rocinha orientadas para a promoção da saúde trazendo, também, a questão da vacinação nos episódios históricos da década de 1970 e 1980 dos mutirões para vacina. As bases documentais para a criação da Exposição foram as notícias oriundas do Jornal Tagarela e o acervo do próprio museu, que contou com fotografias, vídeos e outros documentos.

Os mutirões de limpeza das valas entre as décadas de 1970 e 1980 recebem destaque na ação coletiva que iniciou a

5 O Museu Sankofa Memória e História da Rocinha originado no ano de 2007, surge com a proposta de divulgação das memórias e histórias da favela, realização de projetos culturais e preservação do patrimônio local em suas dimensões material e imaterial.

busca por saúde no território. Numa das páginas do documento que traz a Exposição de forma digitalizada, uma notícia do Jornal Tagarela é mostrada na íntegra, datada em 1978, abordando aspectos da vida comunitária e a da mobilização para os mutirões. Percebe-se uma crítica acerca da baixa adesão de moradores e ao descaso do Estado com a favela: "No meio de algumas dezenas de milhares de habitantes nesta Rocinha, é realmente triste saber que apenas 7% a 8% lutam em prol das melhoras da favela (...) Os melhoramentos que ultimamente estão surgindo neste local, deve-se unicamente aos próprios moradores"[6].

Mais adiante há uma explicação sobre a periodicidade de reuniões dos moradores engajados com a Comlurb. O que acabara sendo deliberado coletivamente, diante do descaso do Estado, foram os mutirões de limpeza das valas que se realizaram pela solidariedade dos moradores em trabalho conjunto. Outras edições do Jornal Tagarela, presentes na Exposição, trouxeram as problemáticas da luta pelo abastecimento de água e luz, luta contra a remoção, a

6 Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Xbem919a4xcP6MLXq75o5vspq_XAxDvW/view> Acesso em: 08/09/2025. O trecho do documento citado está na página 4.

reinvindicação pela instalação de um posto de saúde e a erradicação de vetores de doença, como ratos e mosquitos.

A mobilização e organização dos moradores para a execução das ações direcionadas para o melhoramento do território se dera de maneira autônoma e coletiva. Nas campanhas de vacinação nas décadas de 1970 e 1980 houve o apoio externo por parte da Fundação Leão XIII, que promovia ações sociais em territórios favelados e periféricos. A Exposição Rocinha Pela Vida ainda trouxe imagens de campanhas de combate à dengue e de vacinação, além da implementação do Centro Municipal de Saúde Dr. Albert Sabin em 1982.

Já o Fala Roça que é uma associação de comunicação de favela surge em 2013, na Rocinha, e para além da informação e da comunicação, também, promove a preservação da história e memória da favela[7]. Por meio de sítio eletrônico, o Fala Roça, promove uma comunicação popular e aborda as questões de saúde local expondo a importância da Estratégia de Saúde da Família (ESF) e a necessidade da atuação de profissionais da saúde[8], como: agentes comunitários de saúde, agentes de

7 Disponível em: <https://falaroca.com/sobre-nos/> Acesso em: 08/09/2025.
8 Disponível em: <https://falaroca.com/cobertura-agentes-saude-cms-albert-sabin-rocinha/> Acesso em: 08/09/2025.

combate às endemias, médicos, enfermeiros, técnicos em enfermagem, dentistas, entre outros, para a erradicação de doenças no território.

Já no século XXI houve a instalação de outros equipamentos de saúde, por meio da criação do Complexo Integrado de Atenção à Saúde, inaugurado em 08 de março de 2010, trazendo em sua composição a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), o Centro de Atenção Psicossocial Maria do Socorro (CAPS), a Clínica da Família Maria do Socorro e a Clínica da Família Ricardo de Lamare. Em 2020 ocorreu a instalação do Centro de Imagem da Rocinha.

A favela da Rocinha ainda enfrenta diversos problemas no tocante ao saneamento e a saúde pública, como o alto índice de tuberculose e a existência de arboviroses como a dengue, além de ter enfrentado a pandemia de covid-19. Vale ressaltar a constante articulação dos moradores por meio de diferentes ativismos sociais, mas que encontram na ação coletiva direcionada para a luta por saúde pública, no âmbito da conquista de equipamentos de saúde, da prevenção e erradicação de doenças, um ponto de interseção para a busca coletiva por melhores condições de vida.

Relações entre história, meio ambiente e saúde

O século XX foi marcado por uma grande expansão epistemológica e empírica no âmbito da historiografia. Houve a incorporação de novos objetos de estudo acompanhados por uma gama de acervos, documentos e métodos de análises, que possibilitaram o surgimento de novos campos de estudos na história. Tal cenário permitiu que as relações sociais ao longo do tempo fossem pensadas levando em consideração aspectos específicos da sociedade, contudo relacionando-os. Assim, objetos de estudo como a cidade, a favela, a saúde pública e o meio ambiente foram tomados pela análise histórica.

O historiador José Augusto Pádua ao discorrer sobre *As bases teóricas da história ambiental* (2010), indicou que na década de 1970 a história ambiental surge como "como campo historiográfico consciente de si mesmo e crescentemente institucionalizado na academia de diferentes países" (p. 81), a partir de fatores sociológicos e epistemológicos. Os fatores sociológicos seriam correspondentes a emergência de movimentos sociais que se formaram em torno das pautas ambientais e ecológicas, tendo a "voz das ruas" suma importância na incorporação desses anseios populares nos estudos acadêmicos:

> A emergência de um "ambientalismo complexo e multissetorial" a partir da década de 1970, dotado de alto perfil na cena pública global, representou um dos fenômenos sociológicos mais significativos da história contemporânea (...) A ideia de "ecologia" rompeu os muros da academia para inspirar o estabelecimento de comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas em diferentes níveis de articulação, do local ao global. Mais ainda, ela penetrou significativamente nas estruturas educacionais, nos meios de comunicação de massa, no imaginário coletivo e nos diversos aspectos da arte e da cultura (PÁDUA, 2010, p. 82).

Já o movimento interno científico fora marcado por mudanças epistemológicas referentes "ao entendimento do mundo natural e de seu lugar na vida humana" (PÁDUA, 2010, p. 83). Houve uma "revolução cronológica" no campo das ciências naturais, que permitiu uma expansão de marco temporal no estudo da história, sobretudo a ambiental, além disso passou-se a pensar de maneira indissociável a relação do homem com a natureza levando em consideração os aspectos históricos e culturais:

> O comportamento social dos seres humanos em relação ao mundo natural, assim como a própria estruturação socioeconômica da vida coletiva, passa pelas visões de natureza e dos significados da vida humana. Pode-se dizer, em sentido inverso, que as manifestações culturais não

> ocorrem isoladas do mundo vivo, valendo-se frequentemente de elementos da biodiversidade e da experiência física no planeta ou, melhor dizendo, de lugares específicos do planeta, na constituição da linguagem e das categorias de entendimento (PÁDUA, 2010, pp. 94-95).

Ou seja, o ser humano está inserido numa trama sociocultural e esta só existe e se desenvolve na relação com a natureza. Pádua (2010), entende como um desafio para a história ambiental a superação das "divisões rígidas e dualistas entre natureza e sociedade, em favor de uma leitura dinâmica e integrativa, fundada na observação do mundo que se constrói no rio do tempo" (p. 97).

Regina Horta Duarte (2004) ao pensar sobre o caso específico do Brasil, mostra que as temáticas e pautas levantadas em torno da história ambiental foram distintas dos estudos iniciais de consolidação do campo de pesquisa. No caso da América Latina, Ásia e África as injustiças sociais também refletiram na área ambiental, pois como fora pontuado a relação entre sociedade, cultura e natureza são indissociáveis, e as demandas populares e acadêmicas que surgiram foram na chave da problemática vivenciada por esses grupos sociais ao longo do tempo. Sobre a pesquisa no campo da história ambiental e sua finalidade, entende que:

> Para o historiador, importa o que as diferentes sociedades instituíram e significaram como sendo a natureza, a forma como representaram a paisagem, as florestas, a fauna, a proximidade dos rios ou a escassez da água, as doenças que as atingiram, as catástrofes naturais. Mas também interessa como as sociedades deram respostas diferentes às condições do meio natural e como dele se apropriaram, modificando-o (DUARTE, 2004, p.154).

Essa ampliação epistemológica e empírica permite uma ruptura com a visão do homem como "elemento externo à natureza ou por ela determinado, mas como aquele que continuamente, ao reinventar a sociedade, reinventa a natureza" (DUARTE, 2004, p.157). Gilmar Arruda (2006), também aborda a necessidade da ruptura com o reducionismo e/ou determinismo geográfico, o autor entende que as ações humanas na natureza produzem impacto no imaginário social, assim as delimitações, fronteiras e organizações socioespaciais são produtos da constante interação entre sociedade e natureza.

O crescimento urbano dentro da lógica capitalista está alicerçado na desigualdade social, espacial e ambiental. Portanto, os territórios tidos como marginalizados são construídos a partir da visão comparativa com outras áreas da cidade, que estão localizadas na posição central no imaginário social, que foram ocupadas e construídas seguindo uma

concepção formal orientada para atender as necessidades do grupo social hegemônico ao passo que as áreas construídas na parte tida como inabitável ou que recebeu baixo valor de mercado diante do funcionamento da cidade, de maneira totalizante, acabam sofrendo não somente com estigmas e políticas públicas negligentes, mas acabam por desenvolver uma relação entre sociedade e natureza que reflete a problemática vivenciada de maneira geral por essa parcela da população, principalmente a tida como favelada.

A questão da saúde pública está atrelada ao ambiente, sendo produto da relação sociedade e natureza em seus diversos âmbitos, portanto "fatores socioeconômicos como distribuição de renda, condições gerais de saneamento, de trabalho e moradia, entre outros, têm exercido influência direta no processo saúde-doença" (VILANI; SALDANHA; ROCHA, 2014, p.24).

Considerações Finais

A favela da Rocinha tendo sua gênese nas primeiras décadas do século XX segue em constante expansão até a atualidade. A problemática da desigualdade econômica e social é um elemento indutor da produção social do espaço, que influenciou a formação das favelas no país. Diversas

vulnerabilidades, sobretudo as relacionadas com a infraestrutura local, permanecem nesse tipo de território, contudo desde o início do processo de surgimento houve uma articulação popular de luta por melhores condições de vida.

Historicamente, o grupo social de moradores favelados esteve organizado de maneira autônoma promovendo uma ação popular coletiva objetivando modificar o cenário de precariedade. No caso da favela da Rocinha, a questão do saneamento básico, da saúde pública e da busca pela instalação e ampliação dos equipamentos de saúde estiveram presentes no ativismo social local, que mesmo tendo diferentes origens encontraram na saúde um ponto comum para a luta.

Além disso, as instituições internas de comunicação popular e de memória local, como pode ser encontrado no Museu Sankofa Memória e História da Rocinha e no Fala Roça, auxiliam na propagação de informações que levam a uma construção social da memória servindo como catalisador para a ação no tempo presente. Portanto, entende-se que as táticas e estratégias utilizadas pelos moradores se deu por meio de articulação coletiva que agiu pelo trabalho comunitário, como nos casos dos mutirões de limpeza das valas, mutirões de vacinação e denúncias públicas referentes as negligências do

Estado. Notórias vitórias foram conquistadas como a instalação de equipamentos de saúde pública, reconhecimento como bairro, obras públicas para desenvolvimento local, entre outras.

Essa breve reflexão feita nas páginas anteriores demonstra como a luta popular se faz necessária para a modificação da realidade vivida e como as experiências pretéritas podem servir de bússola e inspiração para as lutas encaradas no presente.

Referências

ARRUDA, Gilmar. História de ríos: ¿Historia ambiental?. *Signos históricos,* México, v. 8, n. 16, p. 16-44, dez. 2006.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril, cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

COSTA, Mariana Barbosa Carvalho da. Da Rocinha ao bairro operário: processo de ocupação e formação do espaço nas três primeiras décadas do século XX. *Topoi* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 25, 2024, p. 1-24.

DUARTE, Regina Horta. Por um pensamento ambiental histórico: O caso do Brasil. *Luso-Brazilian Review,* December 2004, 41 (2), p. 144-161.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 202p.

MACHADO, Rodrigo Vilani; SALDANHA, Carlos José Machado; ROCHA, Érica Tavares da Silva. Saneamento, dengue e demandas sociais na maior favela do Estado do Rio de Janeiro: a Rocinha. *Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia*, vol. 2, núm. 3, agosto-2014, p. 18-29.

PÁDUA, José Augusto. (2010). As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, 24(68), p. 81-101.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições*: cidade do Rio de Janeiro: 1870-1920; CARVALHO, Lia de Aquino. Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro: 1866-1906 – 2. ed. – Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.*com. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 204 p.

VAZ, Lilian Fessler. Dos Cortiços às Favelas e aos Edifícios de Apartamentos - A Modernização da Moradia no Rio de Janeiro. *Análise Social*, Lisboa, v. 3, n. 127, p. 581-598, 1994.

Regime de Historicidade o Ensino de História: O Cinema como Mediador da Consciência Histórica

Isaac Carvalho de Souza Silva
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da dissertação de mestrado, cujo título é: "Das telonas a sala de aula: O uso de filmes como ferramentas didáticas para o Ensino de História", ainda em andamento. Começamos nossa abordagem a partir de uma análise de que o ato do Ensino de História na contemporaneidade tem suas implicações em realizar a superação de uma transmissão que é linear, factual e cronológica do passado. As reflexões que são trazidas por Hartog, Koselleck e Guimarães contribuem para deslocar a compreensão da história como uma simples acumulação dos fatos para entender melhor como o campo de disputa de sentido, atravessado por múltiplas temporalidades, regimes de historicidade e conflitos de memória.

Ao longo do texto serão debatidos como no contexto educacional o cinema não deve ser reduzido meramente a uma função lúdica ou ilustrativa. De outro modo, deve ser analisado

criticamente constituindo um recurso que permita que os discentes possam confrontar as narrativas, questionar as representações e refletir sobre o silêncio e as disputas de memórias. Como destaca Napolitano o filme, ao ser utilizado em sala de aula, deve ser entendido com discurso histórico, capaz de provocar debates sobre as temporalidades, identidades, a política e a cultura. Assim, a pesquisa "Das telonas à sala de aula: O uso de filmes como ferramentas didáticas para o ensino de história", busca compreender como o cinema pode contribuir para a construção da consciência histórica, tanto nos contextos escolares quanto em espaços não formais de aprendizagem, reafirmando a função social da disciplina de história na formação cidadã.

Nesse sentido, ao investigar o cinema como recurso pedagógico, este trabalho não pretende apenas analisar sua dimensão estética ou narrativa, mas sobretudo compreender como ele pode se constituir em ferramenta formadora de consciência histórica. A escolha desse objeto de pesquisa se justifica pela necessidade de repensar estratégias didáticas diante das transformações contemporâneas no modo como as novas gerações se relacionam com o tempo, a memória e a história. Assim, a análise proposta busca articular os referenciais

teóricos com experiências concretas de ensino, em contextos escolares e não escolares, ressaltando o potencial do cinema em provocar debates críticos, tensionar memórias e estimular processos de aprendizagem que ultrapassam a mera reprodução de fatos. Dessa forma, este estudo pretende contribuir para o campo da História Social e do Ensino de História, reforçando o compromisso da disciplina com a formação cidadã, crítica e plural.

Desenvolvimento

O conceito de "regime de historicidade", formulado por François Hartog, oferece um instrumento analítico imprescindível para repensar o Ensino de História em tempos de aceleração informacional e enfraquecimento das narrativas lineares. Como aponta Hartog (2013, p. 11), "o presentismo é a experiência de um tempo que se fecha sobre si mesmo, onde o presente ocupa todo o espaço e o horizonte de expectativa se contrai drasticamente". Essa concepção coloca o professor diante do desafio de reconstruir os vínculos entre passado, presente e futuro, evitando que o ensino se reduza a um consumo fragmentado de informações, sem articulação histórica mais ampla

Nesse ponto, a articulação com as reflexões de Reinhart Koselleck é fundamental. Ao propor os conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, Koselleck (2006, p. 310) afirma que “a experiência do passado e a expectativa do futuro não são simétricas, mas constituem o campo de tensões onde se forma a consciência histórica”. Em sala de aula, isso significa compreender que os estudantes não são receptores passivos, mas sujeitos que trazem suas próprias memórias e expectativas, em diálogo com os conteúdos escolares. Tal perspectiva converge com Paulo Freire (1996, p. 68), para quem “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. Dessa forma, o cinema, ao ser introduzido no ensino, deve abrir espaço para que os alunos projetem suas referências e elaborem leitura singulares.

O cinema deve ser entendido como um “discurso histórico” e não como simples ilustração. Como destaca Marcos Napolitano (2011, p. 23), “o filme não é uma cópia do real ou do passado, mas uma interpretação, construída por meio de escolhas estéticas, narrativas e ideológicas”. Obras como Race (Stephen Hopkins, 2016) e Capitão América: O Primeiro Vingador (Joe Johnston, 2011) exemplificam esse processo.

Enquanto Race seleciona e enquadra os eventos para enfatizar a luta contra o racismo nas Olimpíadas de 1936, Capitão América reelabora a Segunda Guerra Mundial a partir de uma ótica ficcional e heroica, refletindo sensibilidades políticas e culturais do século XXI

Essa abordagem se alinha à concepção de "consciência histórica" de Jörn Rüsen. Para o autor, "a consciência histórica é a operação mental com a qual os homens interpretam a experiência do passado de modo a orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo" (RÜSEN, 2001, p. 57). O cinema potencializa esse processo ao mobilizar narrativas, imagens e emoções, favorecendo a chamada "empatia histórica". Entretanto, como adverte Rüsen, tal empatia não pode significar uma identificação acrítica, mas exige do estudante a percepção de que as ações humanas se inscrevem em contextos específicos, distintos do seu.

Além disso, é preciso reconhecer que a linguagem audiovisual possui a força de construir e difundir memórias. Hartog (2003, p. 42) lembra que "o passado é sempre objeto de disputas, reapropriações e esquecimentos". Assim, ao apresentar Jesse Owens como herói universal, Race contribui para a formação de uma memória inspiradora, mas também corre o

risco de silenciar outras vozes, como as experiências de atletas marginalizados e a complexidade da política racial norte-americana nos anos 1930. É nesse ponto que a mediação docente se torna indispensável, permitindo que os estudantes problematizem o que o filme mostra e o que escolhe silenciar.

Do mesmo modo, as produções cinematográficas podem funcionar como importantes instrumentos para desnaturalizar discursos dominantes. Napolitano (2011, p. 45) reforça que "usar o cinema em sala de aula implica reconhecer que toda narrativa fílmica é um ponto de vista sobre o mundo e que, portanto, deve ser analisada criticamente". A mediação pedagógica, portanto, não deve restringir-se à apreciação estética, mas abrir espaço para o debate sobre ideologia, memória e política. Outro aspecto relevante está no diálogo entre o uso do cinema e as metodologias da educação popular. Ao valorizar os saberes e experiências dos estudantes, essa perspectiva freireana possibilita que os filmes não sejam apenas consumidos como entretenimento, mas transformados em recursos críticos de leitura do mundo. A análise cinematográfica, nesse sentido, torna-se uma prática coletiva de construção de conhecimento, na qual a experiência dos alunos é incorporada como parte essencial da aprendizagem.

Por fim, a inserção do cinema no ensino de História desafia os educadores a repensarem seu papel como mediadores culturais. Mais do que transmitir conteúdos prontos, trata-se de possibilitar que os estudantes desenvolvam autonomia interpretativa, confrontando representações e construindo suas próprias narrativas históricas. Esse movimento reafirma a função social do ensino de História, não apenas como disciplina escolar, mas como prática de formação crítica e cidadã.

O conceito de "regime de historicidade", que é formulado por François Hartog, oferece um instrumento analítico imprescindível para repensar o Ensino de História em tempos onde possui uma maior velocidade informações e pelo enfraquecimento de narrativas históricas lineares. Ao perceber que as sociedades constroem maneiras diferentes relacionar com o tempo, Hartog observa que na contemporaneidade possui um predomínio do "presentismo" que é caracterizado pela centralidade do presente e na fragilidade das referências do passado quanto ao futuro. Diante disso, o professor é colocado em um desafio de reconstruir o elo entre as dimensões temporais evitando que o ensino seja restringido a um consumo de informações desconectadas de um sentido histórico mais amplo.

Nesse ponto, a articulação com as reflexões de Reinhart Koselleck é extremamente estratégica. Ao propor os conceitos de “espaços de experiencia” e “horizonte de expectativas”, Koselleck ressalta que a consciência histórica é construída a partir da tensão entre a memória do que é vivido e as tensões do que estão por vir. Em sala de aula, essa abordagem permite compreender que o estudante não é um mero receptor passivo de conteúdo, tais abordagens são alinhadas com a crítica trazida por Paulo Freire à “educação bancária” no qual “o saber, a experiência, a cultura do povo e suas práticas não são tidas como relevantes para o processo de ensino-aprendizagem.” Assim, quando o cinema é incluído ao ensino, o educador precisa reconhecer que cada aluno projeta suas próprias referências, valores e experiências produzindo leituras singulares e por muitas vezes inesperadas.

O cinema, deve ser entendido como um “discurso histórico” como argumenta Napolitano e que não pode ser uma mera representação neutra do passado. Onde cada obra cinematográfica reconstrói ou reimagina os eventos históricos, que opera seleções, omissões, enquadramentos que refletem tanto o ponto de vista do diretor quanto as condições de produção da época. Filmes como Race (Stephen Hopkins, 2016)

e o Capitão América o Primeiro Vingador (Joe Johnston, 2011) são utilizados como exemplos. O filme Race ao narrar a história de Jesse Owens nas Olimpiadas de 1936, não se limita ao reproduzir os fatos, ele seleciona e enquadra os eventos para construir as narrativas que destaca a superação racial e o contexto político da época sendo refletido a visão do diretor as sensibilidades do século XXI. Da mesma forma, Capitão América o Primeiro Vingador, embora seja uma obra ficção baseada em uma Hq, utiliza a Segunda Guerra Mundial como plano de fundo para explorar temas como heroísmo, o patriotismo e a luta contra o fascismo. Ao reimaginá-los o filme reflete a memória histórica contemporânea e os valores que a sociedade associa a esse período. Ambos os filmes demonstram que, mesmo de gêneros distintos, o cinema atua como um campo de batalha simbólico, onde o passado é renegociado reinterpretado, nunca de forma neutra, mas sempre com um propósito discursivo.

Essa perspectiva se alinha à concepção de "consciência histórica" Jörn Rüsen, que compreende o aprendizado histórico como um processo de orientação no tempo, a consciência histórica não é apenas o acúmulo de informações factuais, mas a capacidade de atribuir sentido às experiências humanas a partir

das articulações entre o passado, presente e futuro. O cinema ao combinar narrativas, imagens e sons potencializam esse processo, pois envolve o espectador não apenas intelectualmente, mas também emocionalmente, criando condições para a chamada "empatia histórica." No entanto, tal empatia não pode ser confundida identificação acrítica, pelo contrário, exige dos estudantes a capacidade de reconhecer as diferenças entre os contextos vividos pelos personagens e o seu próprio, compreendendo que as ações humanas são condicionadas às circunstâncias históricas específicas.

As potencialidades do cinema no Ensino de História são significativas, a linguagem audiovisual capta a atenção dos estudantes e possibilita o contato com diferentes temporalidades, culturas e experiências humanas. Ao mesmo tempo, favorece o desenvolvimento de competências essenciais como a leitura crítica de fontes, a percepção de perspectivas múltiplas e a análise das relações da memória, identidade e poder. Entretanto, é preciso reconhecer os riscos de um uso instrumental e superficial, no qual as produções cinematográficas se limitam a reforçar narrativa pré-estabelecidas ou servindo como mero "intervalo lúdico" na rotina escolar. A superação desses desafios demanda uma mediação pedagógica intencional, com roteiro de

análises que considerem o contexto de produção do filme, sua linguagem estética e as possíveis interpretações. Além disso, requer a interação na prática um projeto educativo amplo, comprometido com a formação cidadã e com a capacidade dos discentes em agir criticamente no mundo.

Destaca-se um outro aspecto que pode ser observado na produção cinematográfica Race é a possibilidade de construção e circulação de memórias. Hartog lembra que “o passado é sempre objeto de disputas, reapropriações e esquecimentos" (Hartog, 2003, p. 42).” O filme apresenta Jesse Owens como uma contribuição positiva na construção de memória positiva e inspiradora, mas corre o risco de encobrir outras dimensões do contexto histórico, como a complexidade da política racial dos Estados Unidos da América ou experiências de outros atletas que são marginalizados. É nesse contexto que a mediação docente se torna imprescindível.

Conclusão

A reflexão aqui apresentada evidencia que o cinema, enquanto recurso didático no ensino de história, não pode ser reduzido a uma ferramenta de entretenimento ou mera ilustração de conteúdo. Constrói como espaço privilegiado de construção

de significados, de tensionamentos de memória e de ressignificação das experiências históricas. Ao articular os conceitos fundamentais como os de "regimes de historicidades" trazido por Hartog, os "espaços de experiências" e "horizonte de expectativas" de Koselleck e a noção de "consciência histórica" de Rüsen, se torna possível a compreensão de que o ensino de história, mediado pelo cinema, amplia os horizontes interpretativos dos discentes e fortalece sua capacidade crítica diante das representações do passado.

As análises das produções Race (2016) e Capitão América o Primeiro Vingador (2011), mostra que as produções não apenas refletem as sensibilidades de suas épocas de produções, mas também operam como discursos históricos, selecionando, omitindo e interpretando eventos conforme interesses estéticos, culturais e políticos. Esse processo, como destaca napolitano, revela que o cinema é sempre um campo de disputa simbólica e ideológica, que exige do docente uma postura crítica e mediadora, capaz de guiar os estudantes na leitura das narrativas e de seus silêncios.

O uso do cinema nas práticas educativas dialoga com a pedagogia Freiriana, que valoriza os valores prévios e experiências dos sujeitos. Ao trazer o audiovisual para o ensino

de história, cria a possibilidade de integrar memória, emoção e crítica, transformando o processo de aprendizagem em uma prática emancipatória. Mostra-se relevante em contextos de educação popular, onde o acesso às fontes tradicionais de conhecimento muitas vezes é restrito, mas é onde o cinema pode se constituir uma ponte cultural, identidade e cidadania.

Assim, reafirma-se a função social da disciplina de história para contribuir na formação de cidadãos críticos, capazes de compreender os vínculos entre o passado, presente e o futuro e de intervir de maneira consciente no mundo. O desafio que se coloca é consolidar práticas que reconheçam o cinema não como mero adereço pedagógico, mas como instrumento formador de historicidade, capaz de contribuir para uma educação plural, democrática e transformadora.

Referências

CAPITÃO AMÉRICA: O *primeiro vingador*. Direção: Joe Johnston. Produção: Kevin Feige. EUA: Marvel Studios, 2011. Filme (121 min).

CAPITÃO AMÉRICA: *O primeiro vingador*. Direção: Joe Johnston. Produção: Kevin Feige. EUA: Marvel Studios, 2011. Filme (121 min).

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia:* saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Memória, história, presente. In:____. *Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo.* Belo Horizonte: Autêntica, 2013. P. 133-191.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: _____. *Cultura política e leituras do passado:* historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: FAPERJ/Civilização Brasileira, 2007. p. 25-41.

GUIMARES, Manuel Luiz Salgado. *História e historiografia:* capítulo para uma história das histórias da historiografia. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

HARTOG, François. *Regime de historicidade:* presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. "Espaço de experiência" e "horizonte de expectativa": duas categorias históricas. In: _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro*: Contraponto; PUC-Rio, 2011. p. 305-327.

NAPOLITANO, Marcos. *Como usar o cinema na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2009.

RACE. Direção: Stephen Hopinkis. Produção: Luc Dayan, Jean Charles Lévy, Dominique Sébire. Alemanha; Canadá; França. Focus Features, 2016 (134 min).

RACE. Direção: Stephen Hopinkis. Produção: Luc Dayan, Jean Charles Lévy, Dominique Sébire. Alemanha; Canadá; França. Focus Features, 2016 (134 min).

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica:* teoria da história – fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora, Barca, Isabel, MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

Entre a Lei e a Luta: A Justiça do Trabalho e os Camponeses nas Juntas de Conciliação e Julgamento da Paraíba (1958–1964)

Ítalo Ramon Coelho de Aquino
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista FAPERJ

Introdução

O texto apresentado é fruto de minha pesquisa de Doutorado, intitulada: *"Reforma Agrária na lei ou na marra: um estudo sobre as Ligas Camponesas da Paraíba (1958–1964)"* a proposta é entender a atuação dos trabalhadores rurais paraibanos na luta por conquistas, entre elas a disputa na justiça do trabalho. Aqui é importante salientar que a história social do trabalho no Brasil exige um olhar atento para as formas pelas quais trabalhadores subalternos buscaram inscrever suas experiências no universo da luta na justiça. No caso paraibano, o estudo das Ligas Camponesas e da Justiça do Trabalho revela a complexidade de um processo em que sujeitos historicamente excluídos da esfera jurídica passaram a disputar reconhecimento em tribunais concebidos, inicialmente, para os operários urbanos, também se tornou palco de disputa para trabalhadores camponeses. Essa movimentação ganha densidade quando posta em diálogo com os debates propostos por Edward P. Thompson,

para quem o direito constituía não apenas instrumento de dominação, mas também campo de resistência e mediação de conflitos.

Nos camponeses ingleses analisados por Thompson em *Costumes em Comum* e *Senhores e Caçadores*, a justiça no caso inglês estava ancorada em práticas consuetudinárias, que conferiam legitimidade a reivindicações coletivas fundadas na tradição do caso inglês. Já no caso brasileiro, porém, a realidade foi distinta isso porque o legado do latifúndio e da escravidão manteve o trabalhador rural durante séculos à margem do reconhecimento jurídico, privado de qualquer codificação legal que garantisse sua condição de sujeito de direitos. Quando, a partir do final dos anos 1950, camponeses paraibanos ingressaram nas Juntas de Conciliação e Julgamento, não reivindicavam costumes ameaçados, mas inauguravam um espaço jurídico inédito, capaz de traduzir em linguagem legal experiências de exploração que até então permaneciam invisíveis.

É nesse ponto que a análise de Christine Ruffino Dabat sobre as JCJs de Pernambuco torna-se referência fundamental. Seu trabalho de doutoramento para a UFPE em 2003 demonstra como essas instituições funcionaram como arenas

contraditórias: se, por um lado, refletiam os limites de uma estrutura corporativista e frequentemente favorável aos empregadores, por outro, ofereciam oportunidades para que trabalhadores rurais apresentassem suas demandas, mobilizassem testemunhas e obrigassem usineiros a responder formalmente. Aqui temos um ponto fundamental deste trabalho, é de que por mais mínima que fosse a vitória por parte do trabalhador, ela já era uma vitória gigantesca dentro da estrutura latifundiária e violenta que era o campo nordestino. A Justiça do Trabalho, nesse sentido, representava tanto um instrumento de disciplinamento social quanto uma possibilidade de insurgência, abrindo fissuras na ordem estabelecida.

Na Paraíba, esse processo se entrelaçou de modo particular com a experiência das Ligas Camponesas. Surgidas em 1958 com a fundação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, as Ligas tiveram na liderança de João Pedro Teixeira, de sua companheira Elizabeth Teixeira[1]

1 AQUINO, Ítalo. *100 anos de luta:* conheça a história de Elizabeth Teixeira, a mulher marcada para viver. Brasil de Fato – Paraíba, 13 de fevereiro de 2025. Disponível em: Brasil de Fato. Acesso em: [10/09/2028].

e de militantes como Nego Fuba[2], Pedro Fazendeiro[3] algumas de suas principais lideranças. Mais do que símbolos, esses nomes expressavam a diversidade de uma mobilização que articulava a luta imediata por melhores condições de trabalho com um projeto mais amplo de transformação social onde a reforma agrária era a materialização do caminho a ser traçado. Denunciavam práticas arcaicas de exploração, como o cambão[4] e a violência física dos "cabocós"[5], e reivindicavam a reforma agrária como horizonte. Parte essencial dessa luta foi a

2 AQUINO, Ítalo. João Alfredo Dias, *o Nego Fuba*: um herói negro do povo camponês silenciado pela ditadura. Brasil de Fato – Paraíba, 2 de abril de 2025, 14h30, João Pessoa (PB). Disponível em: Brasil de Fato. Acesso em: [10/09/2025].

3 AQUINO, Italo Ramon Coelho de. *Pedro Fazendeiro e a Liga de Sapé*: Conflito Agrário na Paraíba (1964). In: XII SEMINÁRIO INTERNO DO PPGHS-UERJ, 2024. Anais. Rio de Janeiro: UERJ, 2024.

4 O *cambão* consistia no trabalho gratuito imposto ao camponês como condição para morar em uma fazenda. Exigia-se que o trabalhador cedesse dois ou três dias de trabalho sem remuneração ao proprietário. Francisco de Assis Lemos de Souza o comparou à *corveia* medieval, afirmando que essa prática mantinha relações de tipo feudal no Nordeste brasileiro. Depoimento de Francisco de Assis Lemos de Souza na Audiência Pública da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória da Paraíba sobre "Perseguição às Ligas Camponesas na Paraíba", realizada em Sapé-PB, em 15 jul. 2013. Arquivo da CEVPM-PB.

5 Segundo o relato de Assis Lemos em *O Vietnã que não houve: ligas camponesas e o golpe de 1964*, o *cabocó* consistia em submeter o trabalhador a um tanque cheio de água, onde ele era obrigado a permanecer por longos períodos com o corpo submerso até a altura do pescoço, sem poder se mover, sob risco de afogamento.

apropriação da Justiça do Trabalho como trincheira institucional, onde advogados como José Gomes da Silva, o "Zé Moscou", traduziam a experiência camponesa em linguagem processual, desafiando latifundiários não apenas no campo, mas também nos tribunais.

As fontes deste trabalho baseiam-se no levantamento e análise de fontes conservadas no acervo do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT-13), atualmente localizado na Rua Virgínio Veloso Borges, no bairro Alto da Cosibra, em Santa Rita – PB. Esses documentos anteriormente arquivados em João Pessoa e transferidos à nova sede encontravam-se sob risco de descarte institucional. A pesquisa foi realizada in loco, no momento em que o acervo era reorganizado, possibilitando a identificação de dezenas de processos oriundos de ações movidas por trabalhadores rurais contra empresas agroindustriais entre 1958 e 1964, ao todo foram levantados 40 processos. Tais documentos, convertidos aqui em fontes históricas, revelam não apenas as reclamações formais de uma classe marginalizada, mas uma gramática de conflito, resistência e expectativa moral inscrita nas margens da institucionalidade estatal.

Os processos analisados nos arquivos da Justiça do Trabalho paraibana evidenciam o caráter paradoxal da justiça do trabalho. Mesmo quando as sentenças eram desfavoráveis, como no caso de Manoel Bernardo Fernandes que veremos mais a frente que foi demitido por portar a carteira da Liga Camponesa, o simples ato de mover uma ação judicial tinha dimensão política: convertia humilhações privadas em registros públicos e obrigava os latifundiários a prestarem contas diante da lei. Ao contrário da tradição inglesa, na qual o direito consuetudinário conferia certa base de legitimidade, no Brasil rural a luta jurídica significava a criação de um espaço inédito, onde os trabalhadores rurais se afirmavam pela primeira vez como sujeitos de direitos. Assim, compreender a experiência camponesa na Paraíba exige enxergar a Justiça do Trabalho não apenas como um tribunal corporativo e limitado, mas como espaço contraditório de dominação e resistência.

1 Infância, Justiça do Trabalho e Resistência Camponesa: o Processo de Antônio Rufino da Costa contra a Usina Santa Rita (JGJ-625/58)

O processo trabalhista nº JGJ-625/58, autuado em 30 de setembro de 1958 na Junta de Conciliação e Julgamento de João

Pessoa, constitui um documento de extrema importância para se entender as contradições estruturais do mundo do trabalho rural no Brasil do século XX, particularmente no que se refere à presença sistemática de crianças e adolescentes em atividades insalubres, contínuas e juridicamente vedadas. O caso, protagonizado por Antônio Rufino da Costa, menor de idade e morador do município de Santa Rita, contra a Usina Santa Rita, adquire relevância não apenas pelo seu conteúdo jurídico, mas sobretudo pelo que revela sobre os mecanismos de naturalização da precarização da infância trabalhadora no Nordeste açucareiro.

A narrativa contida nos autos não se limita à esfera do litígio judicial, mas projeta-se como um importante documento histórico de valor analítico profundo. Antônio inicia suas atividades aos 13 anos de idade, desempenhando tarefas no setor de caldeiras e no corte de cana, funções essas que são altamente perigosas, cuja periculosidade e insalubridade tornavam o trabalho impróprio inclusive para adultos em muitos contextos. A mãe do menor, Josefa Maria da Conceição, confirma em depoimento a idade do filho e atesta seu trabalho regular por quase três anos, tendo ele atingido os 16 anos apenas em maio de 1958. A documentação evidencia que o trabalho de Antônio não foi episódico, mas parte de um vínculo prolongado,

sistemático e funcional à dinâmica produtiva da usina. A ida de um menor camponês à Justiça do Trabalho, acompanhado de sua mãe e representado por um advogado, o José Gomes de Souza não é apenas uma formalidade processual, mas sim um ato político, uma interrupção na engrenagem do silêncio social que rege a infância pobre no meio rural.

O papel de José Gomes de Souza, advogado de Antônio é particularmente importante isso porque e m um contexto em que a linguagem jurídica era amplamente inacessível à população camponesa, ele atua como interlocutor político e mediador de expectativas sociais, isso porque, José Gomes de Souza já era conhecido na política paraibana, por sua ligação com a esquerda paraibana, que levou, a ser chamado de "José Moscou" e "Advogado das Ligas Camponesas". Sua petição inicial estrutura uma narrativa coerente e juridicamente sólida da violação dos direitos do menor, ao mesmo tempo em que inscreve a experiência de Antônio em um registro normativo, isto é, busca reverter a marginalidade da infância trabalhadora através da linguagem do direito. Durante minhas leituras, pude perceber José Moscou como um "agente de mediação moral", que não apenas representa juridicamente, mas confere voz à experiência vivida de seus representados, ao inscrever no rito

processual a denúncia daquilo que era costumeiramente silenciado.

No processo de Antônio, o juiz Clodoaldo Diniz reconhece parcialmente o pleito do menor, determinando o pagamento de uma diferença salarial no valor de Cr$13.620,00. No entanto, recusa-se a reconhecer a continuidade da relação de trabalho, alegando a nulidade do contrato devido à menoridade do trabalhador. Essa decisão reproduz uma lógica jurídica que, ao invés de responsabilizar o empregador pela contratação ilícita, penaliza a vítima, transformando a ilegalidade patronal em obstáculo à reparação plena. Aqui, mais uma vez, a crítica de Thompson à neutralidade da lei ganha densidade: o direito, longe de ser um terreno imparcial, opera historicamente como instrumento da luta de classes tanto na sua letra quanto na sua aplicação seletiva.

Não se trata apenas da omissão estatal diante do trabalho infantil, mas de uma estrutura que legitima e perpetua a infância trabalhadora como normalidade social, especialmente nas regiões periféricas do país. O argumento do advogado da Usina, que declarou ser “normal o emprego de menores nas usinas nordestinas”, revela a institucionalização da violação de direitos, baseada em uma economia moral invertida, onde a infância

pobre é vista como recurso produtivo e não como sujeito de proteção. Ao acionar a Justiça, Antônio e sua mãe rompem com essa norma histórica que, mesmo em condições de opressão, exige reconhecimento, dignidade e justiça. A simples entrada de um menor camponês na Junta de Conciliação e Julgamento, representado por um advogado, é uma ação direta já que ela desloca o centro da política do silêncio e impõe à estrutura institucional o testemunho de uma infância marginalizada e explorada.

A defesa da Usina Santa Rita, representada pelo advogado Paulo Américo Maia, não negou categoricamente a prestação dos serviços, mas procurou relativizar a continuidade do vínculo. Alegou que o menor teria sido contratado apenas em períodos sazonais, durante as safras, e que sua atuação não configuraria relação contínua de trabalho. Mais significativo, porém, foi o teor da justificativa moral e social apresentada em juízo pelo defensor da usina: *"É normal que menores trabalhem nas usinas do Nordeste."* Essa fala, longe de ser um simples argumento retórico, é emblemática da forma como a exploração do trabalho infantil era socialmente naturalizada e institucionalmente tolerada no Brasil rural do período. Ao mesmo tempo em que expressava a conivência do setor

agroindustrial com práticas ilegais, também revelava uma cultura jurídica e social que relativizava os direitos da infância trabalhadora, subordinando-os à lógica da produtividade agrícola.

À luz da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em vigor desde 1943, o caso de Antônio Rufino constitui uma clara infração. O artigo 403 da CLT proibia terminantemente o trabalho de menores de 14 anos. Além disso, os artigos 404 e 405 impunham severas restrições à contratação de adolescentes entre 14 e 18 anos, vedando sua alocação em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, como era o caso. Exigia-se também anotação em carteira e exame médico prévio, condições que claramente não foram observadas.

A sentença foi proferida pelo juiz presidente Clodoaldo Diniz, com votos dos vogais Hermano Baccarini, representante dos empregadores, e Luiz Augusto Simões, representante dos trabalhadores. A Junta reconheceu parcialmente a procedência da reclamação, condenando a empresa ao pagamento de diferenças salariais relativas às safras de 1956 a 1958. Contudo, não houve reconhecimento formal do vínculo empregatício contínuo, nem qualquer responsabilização explícita pela contratação ilegal de menor, o que denota os limites da atuação

da Justiça do Trabalho em contextos de forte assimetria social e econômica. Apesar de limitada, a decisão judicial não deve ser interpretada apenas pelo seu desfecho jurídico. O simples ato de ajuizamento do processo, por um jovem trabalhador rural, assistido por um advogado e com apoio de sua mãe, contra uma usina canavieira de grande porte, constitui um gesto de insurgência moral.

Além disso, a atuação do advogado José Gomes da Silva, na defesa dos interesses de um menor camponês, revela uma dimensão pouco estudada das lutas jurídicas populares no meio rural. Sua estratégia, centrada na denúncia da ilegalidade da contratação e na afirmação dos direitos sociais previstos na CLT, evidencia a mobilização da linguagem do direito do trabalho como instrumento de contestação da ordem social dominante. Em suma, o processo nº JGJ-625/58 não se resume a uma disputa contratual: é um artefato histórico que evidencia, com clareza e contundência, os limites da proteção legal à infância no Brasil rural do século XX, e a força moral das tentativas de resistência protagonizadas por sujeitos historicamente oprimidos. Ao recorrer ao Judiciário, Antônio Rufino inscreveu sua biografia no mapa da luta popular por justiça, tornando seu gesto uma memória política que exige escuta, reflexão e denúncia.

2 A expulsão de Manoel Bernardo Fernandes: perseguição política e repressão disciplinar

O processo trabalhista de número 304-1/62, autuado na Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa, movido por Manoel Bernardo Fernandes contra a empresa Usinas São João e Santa Helena S.A., é um importante documento histórico de valor primordial para a compreensão das tensões entre trabalho, justiça e repressão no meio rural da Paraíba da década de 1960. Nele, se apresenta a tentativa de um trabalhador rural analfabeto[6] de acionar os mecanismos legais do Estado para contestar sua dispensa e reivindicar direitos laborais básicos. No entanto, por trás da formalidade do rito processual e da linguagem técnica dos autos, revela-se o que estava em disputa de modo mais profundo: o direito de organização dos camponeses e a tentativa dos setores dominantes de reprimir politicamente a emergência das Ligas Camponesas.

6 Os índices de alfabetização em Sapé ao longo das décadas também revelam a persistência de um padrão de exclusão educacional. Entre 1930 e 1940 apenas 9,4% da população era alfabetizada. Esse número cresceu lentamente para 10,77% na década seguinte, alcançando 16,7% em 1960. Ainda assim, permanecia muito aquém de garantir qualquer democratização real do acesso ao conhecimento escrito. Esses dados foram reunidos e analisados por Ítalo Ramon Coelho de Aquino em sua pesquisa *Reforma Agrária na lei ou na marra: um estudo sobre as Ligas Camponesas de Sapé (1958–1964)*.

A ação é movida no ano de 1962, marcado pela radicalização dos conflitos fundiários na zona da mata nordestina naquele mesmo ano, a execução política de João Pedro Teixeira, presidente da Liga de Sapé, por mandantes ligados ao latifúndio local, deixaria evidente o grau de enfrentamento que o movimento camponê impunha ao poder oligárquico. É nesse contexto que se inscreve a experiência de Manoel Bernardo, trabalhador da Fazenda Santo Antônio, em Santa Rita (PB), que após ser sumariamente dispensado de seu trabalho, decide recorrer à Justiça do Trabalho.

	Manoel Bernardo Fernandes (Reclamante)	**Usinas São João e Santa Helena S.A. (Reclamada)**
Data de admissão	12 de setembro de 1953	Inexistência de admissão formal; nega qualquer vínculo empregatício contínuo.

Tipo de serviço prestado	Corte, carregamento e limpeza de cana durante a moagem; serviços de roça e limpeza de estradas no período da entressafra.	Serviços por empreitada, apenas durante períodos curtos; caracteriza Manoel como lavrador autônomo ou "empreiteiro".
Continuidade do vínculo	Alega prestação de serviço contínua desde 1953 até a demissão em 1961.	Nega vínculo contínuo e sugere prestação esporádica e eventual.
Motivo da demissão	Ter saído para almoçar às 9h da manhã após uma noite de trabalho e, ao retornar, ter sido sumariamente dispensado.	Afirma que Manoel abandonou o serviço por vontade própria, sem justificativa válida.
Motivação real da dispensa	Perseguição política: Manoel era portador de carteira da Liga	Ignora ou silencia sobre a carteira da Liga. Sustenta a

	Camponesa, o que teria provocado sua demissão.	narrativa do abandono de serviço e insubordinação.
Relação com a Liga Camponesa	Era simpatizante e possuía carteira da Liga. Afirma que outros trabalhadores foram igualmente perseguidos por essa associação.	Considera a posse da carteira como "subversiva", embora não admita formalmente isso como motivação da dispensa.
Testemunhas	Relata que suas testemunhas foram intimidadas e afastadas pelo preposto da usina para não deporem.	Defesa não responde diretamente às acusações de coação, concentrando-se em desqualificar a existência do vínculo.
Direitos pleiteados	Indenização (Cr$ 18.000), aviso prévio, férias vencidas (três períodos), repouso semanal remunerado e	Reconhece apenas a possibilidade de discutir aviso prévio com base em eventual trabalho por poucos

	diferenças salariais — total: Cr$ 103.430,00.	dias; nega todos os demais direitos requeridos.
Advogado	José Gomes da Silva, também conhecido como José Moscou, ligado às Ligas Camponesas.	Paulo Maia, advogado da empresa, atuando com apoio do contador Fernando da Cruz Gouveia.
Resultado do julgamento (19/10/1962)	Pedido julgado improcedente, sob alegação de ausência de vínculo formal e abandono voluntário de serviço.	Vitória da empresa, reafirmando o padrão de decisões que desconsideravam a oralidade e os vínculos informais do trabalhador rural.

Fonte: Elaboração do autor (2025).

Representado pelo advogado José Gomes da Silva, que atuava em articulação com as Ligas Camponesas, Manoel pleiteava indenização, aviso prévio, férias e repouso semanal remunerado, totalizando Cr$ 103.430,00. O advogado da parte reclamada, Dr. Paulo Maia, sustenta a versão de que Manoel não

era empregado formal da usina, mas um lavrador autônomo, ou, como registrado nos autos, um “empreiteiro” ou “fornecedor” de cana. A manobra jurídica visava descaracterizar qualquer vínculo contratual que implicasse responsabilidades patronais estratégia bastante recorrente no ambiente rural canavieiro, como demonstrado por Christiane Ruffino Dabat em seus estudos sobre a atuação das Juntas de Conciliação em Pernambuco, onde o discurso jurídico das usinas construía os trabalhadores rurais como agentes "informais" para, assim, esvaziar o próprio conteúdo da relação trabalhista formal.

O julgamento foi presidido pelo juiz Luís Oliveira Chaves, tendo como vogais Aloísio Vasconcelos Mariz (empregadores) e Alexis Queiroz de Miranda (empregados). A sentença final negaria todos os pedidos do trabalhador, com base na ausência de provas materiais da relação empregatícia contínua, e no argumento de que Manoel teria abandonado voluntariamente seu posto de trabalho, sendo, portanto, legítima sua dispensa. No entanto, uma leitura mais atenta dos autos e do contexto em que esse processo se desenrola indica que a motivação real da demissão não reside em qualquer insubordinação profissional, mas sim em um ato de perseguição política direta: Manoel Bernardo Fernandes era portador de uma

carteira da Liga Camponesa, e isso bastou para que fosse desligado do serviço e, posteriormente, deslegitimado judicialmente.

No processo trabalhista movido por Manoel Bernardo Fernandes contra as usinas, um dos pontos centrais do litígio era o reconhecimento do vínculo empregatício contínuo entre o trabalhador e as reclamadas. Em sua petição, Manoel afirma que "o reclamante foi admitido ao serviço das reclamadas em 12 de setembro de 1953, e desde essa data vem trabalhando no corte, carregamento e limpeza de cana, durante o período da moagem, e nos demais períodos, em qualquer serviço de roça ou mesmo na limpeza das estradas da usina, como tem feito até a data da sua demissão." Esse trecho é revelador, pois demonstra que o trabalhador buscava comprovar uma relação de trabalho ininterrupta, o que era essencial para a sua estratégia jurídica.

Ao apresentar esse histórico contínuo de serviços prestados, Manoel pretendia garantir uma série de direitos: indenização pelo tempo de serviço superior a um ano, pagamento de férias vencidas acumuladas em três períodos, o direito ao aviso prévio, além do reconhecimento formal do vínculo empregatício que, segundo ele, perdurava há mais de uma década. Trata-se, portanto, de uma reivindicação baseada

na ideia de estabilidade e permanência na função, contrariando a lógica do trabalho temporário ou por empreitada.

Por outro lado, a defesa das usinas empenhou-se em descaracterizar esse vínculo, alegando que Manoel Bernardo teria prestado apenas serviços esporádicos, sob regime de empreitada, e apenas em períodos curtos de safra. Essa argumentação visava justamente enfraquecer as pretensões do trabalhador, esvaziando os fundamentos legais para a concessão dos direitos reclamados. A disputa, portanto, girava em torno da caracterização ou não da continuidade no vínculo laboral uma questão recorrente nas ações trabalhistas do meio rural, especialmente em contextos marcados por informalidades e relações desiguais entre trabalhadores e grandes empresas agroindustriais. Abaixo apresento um quadro comparativo entre as argumentações do trabalhador e da usina.

O crucial do processo de Manoel e que nos traz uma reflexão de profunda de relevância era o fato de que ele era portador da carteira da Liga Camponesa,organização vista com hostilidade pelas classes dominantes canavieiras. A simples posse desse documento foi usada pela Usina como evidência de

sua “subversão” e justificativa para a demissão[7]. Como outras testemunhas relataram, a presença da Liga era combatida dentro

7 O processo de Manoel Bernardo Fernandes contra as Usinas São João e Santa Helena S.A. (1962) explicita a sobreposição entre conflito trabalhista e perseguição política. O reclamante afirmou ter sido admitido em 12 de setembro de 1953, exercendo funções de corte, carregamento e limpeza de cana durante a moagem, além de serviços de roça e manutenção no período da entressafra. Alegou vínculo contínuo até a demissão em 1961. A empresa, em contrapartida, negou a admissão formal e qualquer relação contínua, descrevendo os serviços como de “empreitada” e Manoel como trabalhador autônomo, ou mesmo um “empreiteiro”. O motivo imediato da demissão também diverge: Manoel declarou ter saído para almoçar às 9h da manhã, após longa jornada noturna, e ao retornar foi sumariamente dispensado. A reclamada, por sua vez, sustentou a tese de abandono voluntário do serviço, sem justificativa válida. Para o reclamante, a motivação real da dispensa era política: ele possuía carteira da Liga Camponesa e afirmava que sua militância resultou na perseguição. A empresa, entretanto, considerou a posse da carteira como “subversiva”, mas evitou assumir formalmente essa condição como causa da dispensa, preferindo enquadrá-la como insubordinação. A disputa jurídica também se manifestou nas testemunhas: Manoel alegou que suas testemunhas foram intimidadas e afastadas pelo preposto da usina, impedindo que depusessem. A defesa patronal não respondeu diretamente às acusações de coação, centrando-se em negar o vínculo empregatício. Nos direitos pleiteados, Manoel solicitou indenização de Cr$ 18.000, aviso prévio, férias vencidas (três períodos), repouso semanal remunerado e diferenças salariais, totalizando Cr$ 103.430,00. A empresa apenas reconheceu a possibilidade de aviso prévio, com base em entendimento jurídico que reduzia o prazo para poucos dias, mas rejeitou todos os demais direitos. O embate também refletiu-se na atuação dos advogados: José Gomes da Silva, conhecido como José Moscou e vinculado às Ligas Camponesas, representou o trabalhador, mobilizando uma argumentação jurídica associada à luta social. Já a empresa foi defendida por Paulo Maia, com assessoria técnica do contador Fernando da Cruz Gouveia, estratégia que evidencia a combinação entre aparato jurídico e contábil na sustentação patronal. O resultado do julgamento, em 19 de outubro de 1962, foi desfavorável a Manoel: seu pedido foi julgado improcedente sob alegação de ausência de vínculo e de abandono voluntário de serviço. A vitória da

das usinas, e trabalhadores identificados como ligados à organização eram perseguidos ou sumariamente dispensados. A acusação de “insubordinação” e “preguiça” aparece como cobertura moral para o que, de fato, era uma demissão política resultado direto do fato de Manuel ser portador de uma carteira da Liga Camponesa.

A defesa patronal, conduzida por Paulo Maia, que contava com o contador das Usinas, de nome Fernando da Cruz Gouveia[8] e outros advogados da empresa, concentrou-se na tentativa de descaracterizar o vínculo empregatício, apresentando Manoel como lavrador autônomo, “empreiteiro”

empresa reafirmou o padrão de decisões que desconsiderava a oralidade e os vínculos informais dos trabalhadores rurais, revelando o peso da criminalização da militância camponesa e a dificuldade de reconhecimento jurídico das relações de trabalho no campo.

8 Fernando da Cruz Gouveia, homem de confiança de Renato Ribeiro Coutinho e figura próxima à cúpula da Usina Santa Helena, é apontado por diversos pesquisadores como operador jurídico e político da família Ribeiro Coutinho na Zona da Mata paraibana. Conforme Aquino (2021), Gouveia esteve diretamente envolvido no episódio que culminou na chamada "Tragédia de Mari", ocorrida em 1964, um mês antes do golpe empresarial militar, quando camponeses ligados às Ligas Camponesas entraram em confronto com latifundiários locais após apreenderem uma arma de uso exclusivo do Exército, até então sob posse de um jagunço a serviço da família. Gouveia teria se mobilizado para recuperar o armamento, sendo posteriormente um dos mortos no confronto. Cf. AQUINO, I. R. C. *Entre enxadas, foices, metralhadoras e fuzis: estado ampliado e luta de classes em Mari (1955–1964)*. Campina Grande: UFCG, 2021.

ou meeiro. Essa manobra jurídica, reiteradamente utilizada pelas empresas rurais, corresponde ao padrão identificado por Christine Dabat (2003) em sua análise das Juntas de Conciliação em Pernambuco, onde o discurso patronal operava para deslocar o trabalhador da condição de empregado para a de colaborador informal. Dabat (2003) ressalta como as Juntas, embora "acessíveis", funcionavam frequentemente como espaços de reprodução das hierarquias sociais do campo. Manoel, mesmo apresentando testemunhos e provas orais, viu sua ação ser julgada improcedente por ausência de "vínculo formal".

Em relação a carteira da Liga Camponesa, longe de ser um símbolo meramente organizativo, funcionava como marca identitária e elemento de reconhecimento político entre os trabalhadores. Sua posse, naquele contexto, indicava filiação a um projeto de transformação social baseado na luta por reforma agrária, direitos trabalhistas e democratização do campo, para além da carteirinha o que tinhamos ali também era um grito de sobrevivência. Para os empregadores sobretudo os do setor canavieiro, tradicionalmente associados ao poder oligárquico local, ela representava uma ameaça objetiva à sua autoridade política, econômica e moral. Como se depreende dos autos do processo, a presença da Liga dentro da Usina era objeto de

hostilidade sistemática, e os trabalhadores identificados como militantes ou simpatizantes eram frequentemente demitidos, perseguidos ou coagidos a se desvincular do movimento.

No caso de Manoel, o episódio que formalmente justifica sua demissão é revelador de uma prática disciplinar autoritária: após trabalhar durante toda a madrugada no carregamento de carros de cana, ele se retirou do local por volta das nove horas da manhã para almoçar. Ao retornar, foi sumariamente dispensado. O pretexto formal, de que teria "abandonado o serviço", esconde uma prática recorrente de repressão a trabalhadores politicamente organizados. O próprio processo registra que testemunhas foram afastadas ou intimidadas pelo preposto da empresa, e que a justificativa moral invocada "preguiça", "insubordinação" serviu como camuflagem retórica para uma demissão motivada pela posse de um documento político. Este ponto é central: a carteira da Liga Camponesa é o que marca Manoel como sujeito político ativo e transformador de sua realidade. Sua expulsão do trabalho, portanto, não se deve ao suposto desleixo funcional, mas ao fato de ousar pertencer a uma organização que reivindicava a reforma agrária e o reconhecimento da dignidade camponesa. Sua demissão é, neste sentido, uma ação disciplinar com conteúdo político

Nesse cenário, a leitura de E. P. Thompson se torna fundamental para entender a densidade histórica do processo. Ao recorrer à Justiça do Trabalho, Manoel mobilizou não apenas o direito, mas também uma gramática moral do trabalho: uma tentativa de fazer valer no espaço institucional aquilo que já era reconhecido como justo no cotidiano, além disso, apontando para uma construção de uma cultura camponesa onde o direito e a justiça se transforma em arena de luta. O gesto de acionar a justiça, mesmo sabendo das barreiras estruturais, representa uma forma ativa de resistência um uso do trabalhador camponês da lei que transforma a norma em arena de conflito e negociação. A ação de Manoel, embora derrotada, é um documento que testemunha a opressão, mas também a agência do trabalhador rural paraibano diante de uma estrutura fundiária autoritária.

3 João Severino da Silva: informalidade e recibo

A análise do processo trabalhista movido por João Severino da Silva contra a Usina São João e Santa Helena S.A., julgado em fevereiro de 1962 pela Junta de Conciliação e Julgamento de João Pessoa (processo nº JCJ 48/62), permite entender os tensionamentos e possibilidades que caracterizavam a atuação dos trabalhadores rurais nordestinos frente à Justiça do

Trabalho no período anterior à extensão formal da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ao campo, em 1963. Embora, à época, os camponeses ainda não fossem plenamente reconhecidos como sujeitos de direito trabalhista, o caso de João Severino revela como esses agentes subalternos se engajavam em estratégias jurídicas para disputar o reconhecimento institucional de suas trajetórias laborais, tensionando os limites normativos da legalidade vigente por meio da mobilização de provas, testemunhos e, especialmente, da atuação de advogados vinculados a movimentos políticos organizados, como as Ligas Camponesas como vimos no caso anterior.

João Severino da Silva se apresentava como tratorista desde 1951, alegando ter sido dispensado sem aviso prévio em junho de 1961, após uma década de serviços contínuos, sem registro em carteira, férias ou qualquer formalização contratual. A ação judicial pleiteava o pagamento de aviso prévio, férias e indenização por tempo de serviço, totalizando mais de 117 mil cruzeiros. A defesa do trabalhador foi conduzida por um advogado recorrente em ações similares e cuja militância junto às Ligas Camponesas aponta para uma articulação mais ampla entre o campo jurídico e o projeto político de organização dos trabalhadores rurais na Paraíba do início dos anos 1960. A

empresa reclamada, por sua vez, sustentou que João Severino não era empregado, mas prestador de serviços autônomo, que utilizava seu próprio trator em tarefas eventuais, sem subordinação ou habitualidade. Alegou ainda que o trabalhador teria recebido quitação geral no valor de Cr$ 3.300,00 documento apresentado como comprovação da inexistência de qualquer vínculo ou obrigação remanescente.

Entretanto, o processo judicial revela que a versão empresarial foi amplamente contestada por uma diversidade de testemunhos colhidos ao longo da instrução. Colegas de trabalho, vizinhos e moradores da usina afirmaram, de forma reiterada, que João Severino operava máquinas da própria empresa, exercia funções permanentes como corte e irrigação de cana-de-açúcar, e era amplamente reconhecido como funcionário da usina. Ainda que desprovido de contrato formal, o conjunto dos depoimentos indicava uma relação de subordinação estável e de longa duração elementos que, conforme os próprios critérios jurídicos vigentes à época, configurariam vínculo empregatício. O recurso a testemunhos de membros da comunidade, cuja legitimidade era construída no cotidiano das relações de trabalho e vizinhança, confere

densidade ao argumento do trabalhador e demonstra o papel ativo das redes locais na produção de provas e reconhecimento.

Diante da fragilidade da versão patronal e da consistência das evidências apresentadas, a Junta de Conciliação e Julgamento reconheceu parcialmente o pleito do trabalhador, condenando a usina ao pagamento de aviso prévio, férias e indenização, no valor de Cr$ 654,50. Embora muito inferior à quantia inicialmente solicitada, a decisão possui um significado político e simbólico expressivo: trata-se do reconhecimento jurídico, ainda que limitado, de um vínculo empregatício rural, em um período no qual a legislação trabalhista ainda excluía formalmente esse segmento da classe trabalhadora.

A experiência de João Severino da Silva evidencia, portanto, os modos pelos quais os camponeses nordestinos, mesmo antes do estatuto da terra de 1963, onde já se apropriavam do espaço jurídico estatal como campo de luta e visibilidade. Conforme argumenta E. P. Thompson, o direito não se reduz a um instrumento de coerção das classes dominantes, mas constitui um terreno contraditório, em que os sujeitos populares atuam, reivindicam e reconfiguram as normas segundo suas próprias experiências. Nesse sentido, o processo se revela como expressão de uma "consciência jurídica" forjada

nas práticas cotidiana de trabalho e resistência consciência essa que se articula à crítica institucional e ao desejo de reconhecimento inscrito nos gestos formais de peticionar, testemunhar e recorrer.

Christine Rufino Dabat também enfatiza que, ao acionar a Justiça do Trabalho, os trabalhadores rurais nordestinoss buscavam mais do que reparações materiais: pretendiam afirmar sua dignidade enquanto sujeitos produtivos e ao fazê-lo subvertiam a propria invisibilidade a que historicamente estiveram submetidos. O caso de João Severino, portanto, deve ser interpretado não apenas como uma demanda individual, mas como parte de um processo mais amplo de disputa simbólica e política por reconhecimento, no qual as Ligas Camponesas desempenharam papel fundamental ao oferecer suporte jurídico e político à afirmação desses direitos em contextos adversos.

Ao converter sua trajetória laboral em linguagem jurídica, João Severino da Silva com o apoio de seu advogado e de testemunhos coletivos tensionou os limites da exclusão legal e lançou mão do aparaty institucional disponível para inscrever sua história de trabalho no campo do direito. Assim, a Justiça do Trabalho aparece não apenas como instância formal de julgamento, mas como espaço de negociação moral, política e

jurídica em torno da legitimidade do trabalho rural. O processo revela, em última instância, que o campo da legalidade, longe de ser monolítico, pode se tornar terreno fértil para a luta dos subalternos por reconhecimento, memória e reparação.

4 Referências

DABAT, Paulette Yves Rufino Christine. *Moradores de Engenho:* Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2003. 6,02 MB. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7297. Acesso em: 2 ago. 2025.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência:* escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Campinas: IFCH/UNICAMP – CECULT/PUBLICAÇÕES, 2023. Disponível em: cecult.ifch.unicamp.br. Acesso em: 2 ago. 2025.

LARA, Silvia Hunold. *Direitos e justiças no Brasil:* ensaios de história social. São Paulo: Touché Livros, 2015. Disponível em: Touché Livros. Acesso em: 2 ago. 2025.

SERVOLO DE MEDEIROS, Leonilde. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses:* os comunistas e a constituição de classes no campo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa.* São Paulo: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.* Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum:* ensaios sobre a história cultural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

THOMPSON, Edward P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Quando o Céu da História Cai: cosmopolítica e historiografia periférica em A Queda do Céu

João Pedro Valviesse
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

A historiografia ocidental moderna foi construída a partir de uma perspectiva teórica específica, que separa natureza e cultura, sujeito e objeto, humano e não humano. Essa separação se enraizou nas práticas disciplinares da história que passou a privilegiar como sujeito histórico o homem racional, europeu e moderno, e, com isso, tratar outras formas de narrar o passado (indígenas, míticas, espirituais, ecológicas) como resquícios de um pensamento "pré-moderno" ou não científico. É partindo desse pressuposto que este artigo se propõe a analisar o livro *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*, de Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015), como um exercício alternativo de escrita da história, que tensiona os limites epistemológicos e ontológicos da historiografia moderna.

Em diálogo com o texto "Historiografias periféricas em perspectiva global ou transnacional: eurocentrismo em questão" (2018), de Santos, Nicodemo e Pereira, este texto propõe uma leitura de *A queda do céu* como uma forma de escrita da história

periférica, no sentido de que emerge de uma outra matriz epistêmica (a cosmologia Yanomami) e propõe uma narrativa histórica onde não apenas humanos, mas também não humanos (espíritos, rios, montanhas, fumaça, vírus) são agentes no tempo e na transformação do mundo, seja ela qual for, mas principalmente ecológica. Com isso, a obra desafia não apenas o eurocentrismo na historiografia, mas também o próprio conceito de Antropoceno, que pressupõe a centralidade da ação humana nas mudanças do planeta desconsiderando, por conseguinte, as agências de tudo aquilo que não é *Antropos*.

O trabalho de Davi Kopenawa, como foi construído em colaboração com o antropólogo Bruce Albert, resulta em um "hipertexto cosmológico e etnopolítico", nas palavras do próprio Albert (KOPENAWA; ALBERT: 2015, p. 51), que articula mitos, sonhos, visões xamânicas, narrativas históricas e denúncias políticas. A singularidade desse texto não está apenas em seu conteúdo, mas também em sua forma, que rejeita os moldes narrativos da autobiografia ocidental ou da etnografia tradicional. Além disso, o processo de desenvolvimento do texto permite a aproximação da narrativa de Kopenawa a uma escrita da história, já que no fim das contas esse texto só existe por uma vontade do xamã de fazer entender a "história" de sua etnia, e

isso pela via da escrita, que é a via dos brancos, o que mostra que o texto é endereçado para os ocidentais e por isso se enquadra em códigos que estes compreendam.

Entretanto, ao invés de enquadrar o texto de Kopenawa nas categorias clássicas da historiografia ou da antropologia, este artigo propõe tomá-lo como fonte e método, como forma de pensar historicamente desde uma narrativa que se recusa a separar cosmologia, política e história. A perspectiva adotada é interdisciplinar, envolvendo contribuições de ideias como a da cosmopolítica (Stengers), do perspectivismo ameríndio (Viveiros de Castro) e da crítica pós-colonial à ciência (Seth, Nicolazzi). O objetivo não é validar a narrativa Yanomami a partir dos critérios da história ocidental, mas sim entender o que ela exige da historiografia enquanto campo epistêmico e político.

Historiografias periféricas e o problema do eurocentrismo

No artigo "Historiografias periféricas em perspectiva global ou transacional", os autores examinam a persistência de uma matriz eurocêntrica no campo historiográfico, mesmo nas tentativas contemporâneas de superá-la por meio de abordagens como a história global ou transnacional. Segundo os autores,

essas abordagens muitas vezes expandem o objeto da história (abrangendo múltiplos territórios e sujeitos), mas mantêm inalterado o seu ponto de vista epistemológico: o Ocidente continua a ser o lugar a partir do qual a história é escrita, classificada, interpretada e codificada.

A proposta de "provincializar a Europa", inspirada no trabalho de Dipesh Chakrabarty (2000), consiste justamente em deslocar essa centralidade reconhecendo que existem múltiplas formas de produzir conhecimento histórico. Os autores defendem que as chamadas "historiografias periféricas" não devem ser apenas objetos da história, mas formas legítimas de fazer história, com lógicas próprias de tempo, agência e causalidade. Para isso, é necessário romper com os pressupostos modernos que definem o que é ou não história: a escrita, a cronologia linear, a racionalidade empírica, o sujeito autônomo e humano.

Esse desafio é exemplificado em *A Queda do Céu*. Em vez de apresentar uma narrativa histórica nos moldes tradicionais, o livro de Davi Kopenawa propõe uma narrativa do mundo em transformação, onde o passado, o presente e o futuro são atravessados por entidades espirituais (os xapiri), forças naturais, doenças, fumaças, minérios e palavras. A história não é

linear, mas cíclica e profética; os agentes não são apenas humanos, mas múltiplos, em uma composição multiespécie de tempo.

> Antigamente éramos tão invisíveis para os brancos quanto os jabutis no solo da floresta. Não tinham nem ouvido nosso nome.Os brancos não conseguem ver os espíritos. Dizem que não existem. Mas são eles que seguram o céu. Se eles forem embora, o céu vai cair. [...] Os brancos se espantam quando nos veem virando espírito com a yãkoana. Acham que ficamos doidos e cantamos sem motivo, como eles, quando viram fantasmas com sua cachaça. No entanto, se entendessem nossa língua e se se dessem ao trabalho de se perguntar "O que esses cantos querem dizer? De que floresta falam?", quem sabe acabariam entendendo as palavras que os xapiri nos trazem de onde vêm, dos confins da terra, das costas do céu e do mundo subterrâneo. Mas, como sempre, os brancos preferem ficar surdos, porque se acham muito espertos com suas pele de papel, suas máquinas e suas mercadorias. Para nós xamãs, ao contrário, o valor desses objetos é curto demais para fixar nosso pensamento. O que os espíritos nos ensinam tem muito mais peso e força do que todo o dinheiro dos brancos. O valor de seus cantos é realmente muito alto. Somos capazes de levantar a terra e o céu? Não? Pois essa é a medida de seu peso! São as antigas palavras de Omama. O que vocês chamam de futuro, para nós, é isso. É pensar que nossos filhos e genros, e depois seus filhos e seus netos, irão se tornar xamãs em nosso lugar e caberá a eles fazer com que as palavras dos xapiri sejam ouvidas na floresta. Continuando a fazer com que sejam

> sempre renovadas, vão impedir que elas desapareçam e, se os brancos não nos matarem todos e não emaranharem nosso pensamento para valer, vão continuar a se estender sem fim. (KOPENAWA; ALBERT: 2015, p. 405-406).

Essa passagem, dentre muitas coisas, mostra como a cosmologia Yanomami concebe uma materialidade diferente da do tempo histórico: o céu é um agente histórico, e os espíritos que o sustentam também, e não só como um tipo de mitologia, mas como detentores reais de um fazer mudança. A queda do céu, consequência de ações que dá nome ao livro, é tanto uma profecia quanto uma advertência ética e política sobre a destruição ambiental e espiritual promovida pelo "povo da mercadoria". Um tipo de aviso imbricado de temporalidades sobrepostas, a dos espíritos, a dos humanos, a da substância… Todas exercendo um papel inescrutável para a narrativa de Kopenawa. Isso nos leva a repensar a própria noção de agência histórica, tal como problematizada por autores como Anna Tsing (2015), para quem o Antropoceno exige pensar histórias de coabitação e interdependência entre espécies.

> Boa parte das discussões sobre o Antropoceno começam e terminam com modelagem planetária. [...] o Antropoceno é patchy, e precisamos estudar suas manchas (patches) e seus corredores. Na ecologia de paisagem, uma "mancha" é uma composição diferenciada de

> espécies e condições ecológicas; é parte de uma "paisagem" heterogênea. O Antropoceno oferece algumas manchas ecológicas diferenciadas, como grandes plantações, subúrbios, complexos industriais, instalações logísticas e muito mais. Atentar para as consequências ambientais específicas de cada mancha abre a discussão sobre justiça ambiental em geografias planetárias desiguais (TSING, 2020, p.178).

Ao considerar uma relação possível entre a proposição de Anna Tsing sobre as manchas do antropoceno, e consequentemente as não-machas, a história de *A Queda do Céu* pode ser considerada como historiografia periférica, a periferia do Antropoceno. Não no sentido de uma história marginal à uma oficial, mas como outra forma de história, uma história que não está no Antropoceno, mas as suas margens, onde sua luz não chega. Assim estamos respondendo à provocação de Santos, Nicodemo e Pereira de expandir o campo da historiografia para além de suas fronteiras disciplinares. Isso implica reconhecer que a escrita da história não é apenas um exercício técnico, mas também ontológico: ela diz respeito ao que se reconhece como real, como agente e como evento.

Além disso, como argumenta Sanjay Seth (2013), o desafio das epistemologias não ocidentais não é apenas "adicionar" outras histórias ao repertório já conhecido, mas

transformar os próprios critérios do que conta como história. Nesse sentido, a escrita de Kopenawa exige da historiografia não apenas uma escuta, mas uma reconfiguração profunda de suas bases conceituais. Escrever a história está relacionado a um processo racional (uma razão), que é estruturalmente ocidental, e a tentativa de estabelecer que todos os outras sociedades e seus indivíduos têm história é, na verdade, uma concepção eurocêntrica de como os não ocidentais se relacionam (ou devem se relacionar) com o passado. A tentativa moderna de historicizar as sociedades e os indivíduos não deu conta daqueles não ocidentais que se configuram em outros termos.

A *Queda do Céu* como escrita da história: forma, autoria e cosmologia

O livro *A Queda do Céu*, publicado em 2015, é resultado de um processo de mais de dez anos de escuta, tradução, gravação e transcrição entre o xamã yanomami Davi Kopenawa e o antropólogo Bruce Albert. O modo como essa obra foi construída desafia tanto os gêneros literários quanto as categorias convencionais da historiografia. Não se trata de uma autobiografia no sentido ocidental do termo, nem de uma etnografia no modelo clássico, mas sim de uma narrativa que

articula vida, cosmologia, memória coletiva, sonho, profecia, crítica política e saber xamânico:

> Os relatos dos episódios cruciais de sua vida mesclam inextricavelmente história pessoal e destino coletivo. Ele se expressa por intermédio de uma imbricação complexa de gêneros: mitos e narrativas de sonho, visões e profecias xamânicas, falas reportadas e exortações políticas, autoetnografia e antropologia simétrica. [...] Os dizeres de Davi Kopenawa constroem, assim, um complexo hipertexto cosmológico e etnopolítico, tecido num esforço inédito de auto-objetivação e de persuasão, resultante de uma história e de um engajamento pessoal que conferem a seu relato uma singularidade radical, inclusive no universo yanomami. (ALBERT; KOPENAWA: 2015, p.51).

Essa singularidade narrativa é inseparável de sua forma. A oralidade é o ponto de partida da obra: todas as falas foram registradas na língua yanomami e posteriormente traduzidas por Albert para o francês e, mais tarde, para o português. Nessa situação o antropólogo se coloca quase como um redator/tradutor, onde o indígena é o agente narrativo principal e o antropólogo atua como mediador linguístico e editorial, sem, contudo, assumir a autoria do pensamento ou do conteúdo. Ao contrário da tradição ocidental que privilegia a autoria individual e racional, aqui temos uma autoria compartilhada,

interlinguística e interespécie: os xapiri, os espíritos da floresta, também falam por meio de Kopenawa. Sem ingenuidades, é certo que esse modelo não está aquém de críticas, mas a singularidade e explicitude dos métodos, faz crer que a relação entre antropólogo e indigena na produção do texto foi de fato original.

Essa forma de produção textual já sinaliza a ruptura com a lógica historiográfica dominante. A história aqui não é algo documentado por registros escritos, mas transmitido por sonhos, visões, mitos e relações com entidades não humanas. Os sonhos de Kopenawa e de outros pensadores ameríndios, como Ailton Krenak, não são simples metáforas subjetivas, mas formas legítimas de produção de conhecimento histórico e político. Essa dimensão onírica, muitas vezes desqualificada pela historiografia acadêmica, é resgatada por Kopenawa como um canal genuíno de relação com o passado e com o futuro, além de estabelecer o viés da própria pessoa yanomami no presente.

Além disso, a estrutura de *A Queda do Céu* (dividida em três partes: “Devir outro”, “A fumaça do metal” e “A queda do céu”) segue uma lógica interna que articula temporalidades circulares, trajetórias de iniciação e uma crítica obscena ao mundo branco. O processo xamânico que Kopenawa narra em

“Devir outro” não é apenas uma história pessoal de aprendizado, mas a história de um modo de ver e se relacionar com o mundo. Ele aprende com seu sogro e com os xapiri a enxergar os múltiplos planos da existência e a escutar as vozes dos espíritos, das plantas, dos animais e dos minerais.

Na segunda parte, “A fumaça do metal”, a narrativa se torna histórica no sentido mais convencional: relata o contato com os brancos, as epidemias, a destruição da floresta, a chegada dos garimpeiros e missionários. Mas mesmo aqui, os eventos não são separados da cosmologia: a destruição promovida pelos brancos é também uma “perturbação dos espíritos” e uma profanação da ordem cósmica. O ouro e o minério não são apenas recursos, mas entidades dotadas de poder destrutivo, “O ouro é o alimento da terra. Quando é arrancado, ela sangra.” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 292).

Esse tipo de narrativa atribui agência histórica a elementos que, na historiografia moderna, seriam apenas cenários ou recursos naturais. A terra, o ouro, a fumaça, os rios: todos participam da transformação do mundo, não apenas como uma paisagem a ser modelada pelos seres humanos, mas como outros agentes tão ou mais importantes quanto o ser humano na transformação desse mundo. A história não é mais uma sucessão

de ações humanas, mas o resultado de uma rede densa de relações entre seres (humanos e não humanos) que atuam de forma similar, com suas particularidades, na construção e convergência desse mundo.

Essa abordagem encontra eco na proposta de Isabelle Stengers com o conceito de *cosmopolítica*, que defende o reconhecimento das múltiplas entidades (humanas ou não) que participam da construção da realidade. Em vez de subordinar a política à racionalidade moderna, a cosmopolítica propõe uma abertura à multiplicidade dos mundos e às formas divergentes de existência e saber: "nós sabemos, existem saberes, mas não nos precipitemos, não nos sintamos autorizados a nos pensar detentores do significado daquilo que sabemos" (STENGERS; 2018, p. 444). Em *A Queda do Céu*, essa multiplicidade está presente na forma como Kopenawa articula sua crítica ao povo da mercadoria: não como uma crítica moral, mas como uma crítica ao próprio modo de ser e estar, os brancos não vêem os espíritos, não escutam os xapiri, e por isso estão condenados a destruir o mundo.

A terceira parte do livro, que dá nome à obra, "A queda do céu", é a culminância dessa crítica. Trata-se de uma profecia que anuncia o fim não apenas do povo yanomami, mas da

humanidade como um todo (entendendo o conceito de humanidade como tudo aquilo que é também não humano). Esse fim não é meramente físico, mas cósmico: quando os xamãs forem silenciados e os espíritos forem embora, o céu literalmente cairá. Essa narrativa apocalíptica é também uma denúncia política, dirigida àqueles que não escutam, não enxergam e não reconhecem os vínculos que sustentam os diversos modos de vida na Terra. Uma forma de desobediência epistêmica: ao usar o livro e a escrita (instrumentos do branco) para denunciar o branco, Kopenawa reverte a lógica colonial e inscreve sua cosmologia no papel, quase uma contra-etnografia ou etnografia dos brancos.

Portanto, *A Queda do Céu* pode ser lido como uma escrita da história que desafia tanto a forma quanto o conteúdo da historiografia ocidental. Ela recusa a separação entre sujeito e objeto, entre evento e mito, entre natureza e sociedade. Sua força não está em se adequar aos critérios da história disciplinar, mas em propor outros critérios, outros modos de narrar, de lembrar, de imaginar o futuro. Como propõe Eduardo Viveiros de Castro no prefácio à edição brasileira, essa narrativa ameríndia não quer apenas ser incluída no cânone, ela quer

reinventar o cânone, fazer da história algo poroso, situado, perspectivado e sensível à pluralidade dos mundos.

Cosmopolítica e agência dos não humanos: reconfigurando a narrativa histórica

Uma das maiores rupturas epistemológicas propostas por *A Queda do Céu* reside na forma como Davi Kopenawa trata a relação entre humanos e não humanos. Na cosmologia Yanomami, a agência não está restrita aos humanos; ela é compartilhada por uma multiplicidade de entidades: os xapiri, os rios, os animais, os astros, a floresta, os minérios. Essa perspectiva não apenas relativiza o antropocentrismo moderno, como exige uma reconfiguração da noção de História: quem age, transforma, participa do tempo e do mundo não são apenas os humanos, mas uma teia vasta e interdependente de seres e coisas. A divisão moderna clássica entre natureza e cultura não consegue abarcar essa realidade outra:

> A distinção clássica entre Natureza e Cultura não pode ser utilizada para descrever dimensões ou domínios internos a cosmologias não-ocidentais sem passar antes por uma crítica etnológica rigorosa. [...] os rótulos de 'Natureza' e 'Cultura': universal e particular, objetivo e subjetivo, físico e moral, fato e valor, dado e construído, necessidade e espontaneidade,

> imanência e transcendência, corpo e espírito, animalidade e humanidade, e outros tantos.
>
> Recombinar, portanto, para em seguida dessubstancializar, pois as categorias de Natureza e Cultura, no pensamento ameríndio, não só não subsumem os mesmos conteúdos, como não possuem o mesmo estatuto de seus análogos ocidentais; elas não assinalam regiões do ser, mas antes configurações relacionais, perspectivas móveis, em suma — pontos de vista. (CASTRO, 1996, p. 249).

A agência dos não humanos, na narrativa de Kopenawa, não é simbólica ou metafórica. Ela é concreta e perspectivista. Os xapiri, por exemplo, não são apenas espíritos protetores ou arquétipos de sabedoria: eles são responsáveis por manter o céu suspenso, curar os doentes, comunicar visões aos xamãs e orientar ações no mundo. Quando ignorados ou silenciados, a sua ausência tem efeitos materiais: o céu pode cair, a floresta pode morrer, as doenças se espalham e as narrativas mudam.

> "Os brancos zombam de nós e dizem que nossas palavras não passam de mitos. Mas nossos espíritos conhecem o que vai acontecer. Sabem quando a terra está doente. Sabem quando os brancos estão demais. Sabem quando o céu vai cair." (KOPENAWA; ALBERT: 2015, p. 417).

Essa compreensão complexa de agência ecoa o que Stengers (2018) propôs em sua *cosmopolítica*: uma política que leva a sério os múltiplos agentes do mundo, não para incluí-los

simbolicamente na política humana, mas para reconhecer que eles participam ativamente na constituição do real. A cosmopolítica implica admitir que há mundos em disputa e que nem todos compartilham a mesma ontologia. Nesse sentido, *A Queda do Céu* não é apenas uma narrativa exótica, mas uma proposição política e cosmológica sobre como o mundo é e pode ser.

> Não se trata de se dirigir a eles, mas de agenciar o conjunto de maneira tal que o pensamento coletivo se construa "em presença" da questão insistente que eles fazem existir. Dar a essa insistência um nome, cosmos, inventar a maneira mediante a qual a "política", que é a nossa assinatura, poderia fazer existir seu "duplo cósmico" [doublure cosmique], as repercussões disso que vai ser decidido, disso que constrói suas razões legítimas, sobre isso que permanece surdo a essa legitimidade, eis a proposição cosmopolítica (STENGERS, 2018, p. 448).

A crítica ao antropocentrismo histórico se torna ainda mais potente quando mesclada ao conceito de Antropoceno. A ideia de que a humanidade se tornou uma força geológica capaz de alterar o clima, os ecossistemas e o sistema planetário tem sido amplamente discutido nas ciências humanas e sociais desde o início dos anos 2000. No entanto, como aponta Tsing, a noção de Antropoceno frequentemente pressupõe um "humano

genérico" (o Antropos) que apaga as desigualdades raciais, coloniais e históricas da destruição ambiental e põe na conta de toda a humanidade o desastre iminente que pode acarretar com o fim da espécie.

Ao ler *A Queda do Céu*, torna-se evidente que a destruição da floresta, o envenenamento dos rios e a degradação do território Yanomami não são responsabilidade de toda a humanidade, mas de um tipo específico de humano: o "povo da mercadoria", os brancos colonizadores e seus resquícios. Esse povo é descrito como incapaz de escutar os espíritos, sedento por ouro e fumaça, movido pela cobiça e pela cegueira espiritual. Esses humanos, que se auto-intitularam humanos em contraste aos selvagens que eles queriam dominar, agora tentam botar na conta de todos os seus débitos, "O povo da mercadoria só pensa em cavar a terra e tirar o brilho. Eles não escutam os xapiri. Eles zombam da floresta. Eles querem que tudo vire fumaça." (KOPENAWA; ALBERT: 2015, p. 290).

A crítica aqui não é apenas moral, mas teórica: há diferentes maneiras de habitar o mundo, e o povo da mercadoria escolheu uma forma de vida que destrói as redes de reciprocidade com os não humanos, com outras formas de habitar esse mundo. Assim, o conceito de Antropoceno (ao

universalizar a culpa e a agência) é colocado em xeque por essa cosmologia, que reconhece as múltiplas escalas e atores envolvidos na crise ecológica e climática. Na tentativa de responsabilizar os "homens", teóricos do Antropoceno que são esses mesmos homens, se mostram incapazes de perceber as especificidades outras de humanidade, seja por uma dificuldade de área (ciências ambientais) seja por uma cegueira cultural.

O perspectivismo ameríndio de Viveiros de Castro, mostra que os povos indígenas não compartilham a oposição moderna entre natureza e cultura. Para os Yanomami, todos os seres têm perspectiva: os animais, os espíritos, as árvores, os rios, todos possuem uma forma de consciência e agência. Esse modo de ver o mundo redefine o que é histórico, pois inscreve esses seres como agentes de transformação e dotados de uma possibilidade de memória. Como fala Fernando Nicolazzi sobre a configuração historiográfica:

> Essa formulação crítica sobre a historiografia, que é, portanto, também uma formulação crítica sobre o eurocentrismo, permite aventar a hipótese de que, mais do que uma disputa entre formações discursivas específicas (por exemplo, a ciência histórica de um lado, o mito de outro), trata-se de um debate sobre a relação, nem sempre amigável e por vezes contraditória, entre culturas de passado distintas (NICOLAZZI: 2019, p. 221).

Com isso, *A Queda do Céu* propõe uma narrativa histórica cosmopolítica, que descentraliza o humano e distribui a agência de forma transversal. Não se trata de um suplemento cultural ao modelo historiográfico dominante, mas de uma transformação da própria gramática da história: quem age, quem fala, quem transforma e quem lembra são muitos, e nem todos têm forma humana. Por isso a ideia de Antropoceno serve mais para gerar um debate entre as ciências do que propriamente uma era geológica. A ideia não abarca a multiplicidade de antropos e de não antropos do planeta Terra.

A crítica ao Antropoceno e o desafio de uma historiografia transontológica

A articulação entre a cosmologia Yanomami e a crítica ao Antropoceno não apenas amplia a noção de agência histórica multiespécie, como propõe uma alternativa ao modo como a historiografia moderna construiu sua temporalidade linear e progressiva. O tempo histórico ocidental, linear, progressivo e secularizado, é desafiado por um tempo xamânico que é cíclico, onírico, simultâneo e entrelaçado com as forças da floresta. Atravessado por figuras diversas que compõem essa cosmologia, o tempo descrito em *A queda do céu* nada tem de

antropocêntrico, o termo perde o significado não só pela diversidade de agentes, mas pela própria ideia perspectivista de humanidade, que flexiona o termo até seu último sentido.

Davi Kopenawa recusa a separação entre passado, presente e futuro: os xapiri estão sempre falando e dançando, os mortos estão presentes, e os sinais da queda do céu já estão entre nós. A temporalidade é, assim, sensível, afetiva e cambiável. Essa abordagem pode ser lida como aquilo que Fernando Nicolazzi chama de "temporalidade múltipla", em que o tempo não é um dado natural, mas uma construção histórica e cultural que varia conforme a experiência de cada sociedade e como ela se enxerga diante do mundo e decide marcar sua experiência, ou não (NICOLAZZI: 2019).

O conceito de Antropoceno, ainda que crítico à modernidade, reproduz uma noção totalizante de tempo: uma linha que vai da Revolução Industrial à Grande Aceleração, e assim ao colapso ecológico. Essa narrativa ignora os múltiplos tempos que coexistem nos mundos indígenas e periféricos. *A Queda do Céu* oferece, assim, uma perspectiva transontológica: ao invés de somar culturas a um mesmo mundo, propõe a coexistência de mundos distintos, com formas próprias de tempo, de vida e de história.

Essa abordagem se aproxima da proposta de Santos, Nicodemo e Pereira, quando defendem que é preciso romper com a visão de história como "experiência única da modernidade europeia", e passar a reconhecer a diversidade de formas de historicidade. A historiografia periférica não deve ser lida como complementar à canônica, mas como desafio à sua universalidade:

> Como pensar outras concepções do que poderíamos também chamar de história? Ou, ao menos, pensar se a história da historiografia não se apoia sobre uma aporia: sendo a história um produto da modernidade europeia, do período 1750-1850, é possível falar de fato em outras tradições historiográficas, não-ocidentais? É possível uma história da historiografia "global", que incorpore tradições que estariam fora do que poderia ser considerado história? (NICODEMO; SANTOS; PEREIRA: 2018, p.174).

Sendo assim, o livro de Kopenawa e sua narrativa não buscam apenas se encaixar em moldes acadêmicos/científicos, mas propõem uma outra forma de pensar, sentir e construir o conhecimento histórico em seus próprios termos. O que vai de encontro com a pergunta dos autores citados acima. Entender a narrativa da cosmologia yanomami proposta por Kopenawa é um passo em direção ao desprendimento das amarras ocidentalizadas da historiografia, é conceber o modo de ser e

narrar desvinculado do código historiográfico, e mesmo assim o conteúdo ser historiográfico. Assim, pensar o Antropoceno a partir de *A Queda do Céu* não é apenas acrescentar uma perspectiva indígena à discussão ecológica, mas subverter a própria premissa de que há um único mundo a ser salvo. O céu pode cair, mas não igualmente para todos.

Considerações finais

Este artigo procurou articular timidamente a proposta de uma historiografia periférica, tal como formulada por Santos, Nicodemo e Pereira, com a análise da narrativa de Davi Kopenawa em *A Queda do Céu*, entendendo-a como um exercício radical de escrita da história, em outros termos, novos aos brancos. Longe de ser um simples relato etnográfico, o livro se apresenta como uma forma de historiografia cosmopolítica, em que múltiplos seres (humanos e não humanos) participam da construção do tempo, da memória e do futuro.

Ao reconhecer a agência dos não humanos e reestruturar as categorias de tempo, sujeito e narrativa, *A Queda do Céu* propõe um desvio profundo na maneira de pensar a História. Esse deslocamento é epistemológico e ontológico, e encontra nas contribuições de autores como Viveiros de Castro, Stengers,

Tsing, Seth e Nicolazzi o amparo para desafiar as estruturas modernas da disciplina histórica, além de muitos outros autores que estão na vanguarda de pensamento interdisciplinar nas ciências humanas.

A crítica ao Antropoceno formulada a partir da cosmologia Yanomami, mostra que não se trata apenas de atribuir culpa ou agência ao humano genérico, mas de compreender que há múltiplos mundos coexistindo, e que a destruição de um deles pode significar o colapso de todos os outros. Assim, *A Queda do Céu* não é apenas um alerta: é um manifesto de insurgência ontológica, uma proposta de História por outros meios, de uma História periférica e anti-ocidental. Escrita justamente para que esses ocidentais possam se ver em um espelho, uma etnografia dos brancos e uma responsabilização pelos seus atos atrozes contra os não humanos do planeta.

Para o campo historiográfico, o desafio lançado por Kopenawa é colossal. Não basta incluir outras vozes e olhares, é preciso transformar os ouvidos e os olhos. O historiador, como o xamã, deve aprender a escutar aquilo que a razão moderna ensinou a ignorar, aquilo que está às margens, invisível, mas que

não deixa de dizer e de ser. Talvez nesse gesto, seja possível impedir, ou ao menos tentar adiar, a queda do céu.

Referências

ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. A *queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. "Xamanismo Transversal: Lévi-Strauss e a cosmopolítica amazônica", em: Ruben Caixeta de Queiroz, Renarde Freire Nobre (eds.): *Lévi-Strauss. Leituras brasileira*s, Belo Horizonte: Editora UFMG, pp. 79-124.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

CHAKRABARTY, Dipesh. *O planeta:* uma categoria humanista emergente. Dansk: Zazie, 2020.

CRUTZEN, P. J. "Geology of Mankind", in *Nature*, 415, 23, 2002. HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *Climacom Cultura Científica* - pesquisa, jornalismo e arte I Ano 3 - N. 5 / Abril de 2016 / ISSN 2359 4705.

KRENAK, Ailton. *Futuro Ancestral.* São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NICODEMO, Thiago Lima; SANTOS, Rafael Marques dos; PEREIRA, Maria Isabel Limongi. Historiografias periféricas em perspectiva global ou transacional: eurocentrismo em questão. *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 11, n. 26, p. 153–186, 2018.

NICOLAZZI, Fernando. "Culturas de passado e eurocentrismo: o périplo de tláloc". In: AVILA, Arthur; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo

(Orgs). *A história (in)disciplinada. Teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. Vitória: Milfontes, 2019, p. 211-244.

NICOLAZZI, Fernando. A escrita da história e a experiência do tempo. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 7, p. 153–174, 2011.

SETH, Sanjay. "Razão ou raciocínio? Clio ou Shiva?". In: *História da Historiografia*, n. 11, 2013.

STENGERS, Isabelle. A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 69, 2018, p. 442-464.

TSING, A. *The Mushroom at the end of the world: on the possibility of life in capitalist ruins.* Princeton, NJ: Princeton University Press, 2015.

TURIN, Rodrigo. "A catástrofe cósmica" do presente: alguns desafios do Antropoceno para a consciência histórica contemporânea. *História do tempo presente,* p.141-163, 2022.

Democracia no país e em casa: O feminismo na imprensa alternativa no Brasil e no Chile (1975 - 1991)

Joyce Simões
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as construções e transformações do feminismo na imprensa alternativa brasileira e chilena das décadas de 1970 e 1980, assim como, compreender o processo de articulação e luta dos movimentos feministas em meio a ditadura que assolava ambos os países. Com base em ampla bibliografia, buscamos analisar as semelhanças e diferenças presentes nas representações dos feminismos nos periódicos, *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*, *Fúria*, *Palomita* e *Vamos Mujer* e, procuramos investigar também, a existência de redes e sociabilidades entre os movimentos dos dois países latinos.

Entre os anos de 1950 e 1970, a América Latina passou por um período de autoritarismo institucional e cerceamento das liberdades democráticas, resultantes de uma onda de golpes de Estado que contaram com a participação direta dos EUA. As ditaduras instauradas modificaram o cenário político,

econômico e social de países como Brasil (1964 - 1985), Chile (1973 - 1990), Argentina (1976-1983), Uruguai (1973 – 1985), entre outros. A tomada de poder pelos militares iniciou um período de intensa perseguição política aos opositores do governo, práticas de tortura e sequestros deixando, ainda, um legado de mortos e desaparecidos políticos. Foi instaurada a censura à imprensa, à música, aos filmes e demais meios de manifestação cultural. O cenário internacional era marcado pela Guerra Fria e pela bipolarização entre os interesses de duas grandes potências (URSS e EUA) que disputavam a influência político-econômica mundial, tentando alcançar a hegemonia em diversos territórios do globo, entre eles, os países do Cone Sul. No fim da década de 1950, a Revolução Cubana faria com que os EUA olhassem com ainda mais atenção para a América Latina, adotando o discurso de combate ao comunismo como base para a derrubada dos governos democráticos latinos, tendo os meios de comunicação, um forte aliado para a difusão da propaganda anticomunista. Assim, o período foi marcado por governos antidemocráticos que se delinearam sob o intervencionismo estadunidense e o controle das mídias. Os governos que adotavam políticas econômicas distintas dos interesses estadunidenses tornaram-se alvo imediato, instituindo

ditaduras responsáveis por diversas violações aos direitos humanos.

A segunda metade do século XX seria marcada também por fortes transformações no âmbito cultural. Desde o período pós Segunda Guerra Mundial, movimentos como o da contracultura, da luta pelos diretos civis, o movimento negro e o movimento feminista vinham ganhando força. O cenário de disputas em território latino tornou-se, também, favorável ao desenvolvimento desses movimentos. Também na década de 1960, a entrada das mulheres na universidade, e a adoção da "mulher", enquanto um objeto de estudo. Além disso, a intensificação da presença das mulheres no espaço público, e a maior ocupação das mesmas nos postos de trabalho resulta em mudanças no comportamento social e em questionamentos quanto à estrutura familiar. Elas passaram a reivindicar maior liberdade, a perceber que poderiam ocupar novos espaços, antes destinados apenas aos homens, passando por uma reformulação de suas identidades ao marcar presença no âmbito político.

O crescimento e popularização do movimento de contracultura, na década de 1960, marca o surgimento de novas identidades culturais, derivadas da quebra dos padrões existentes, da rejeição às normas sexuais, à ideia de "moral e

bons costumes" e adoção de novas formas de sociabilidade. A "Revolução dos costumes", que ganhou força em 1968, na França, em meio a manifestações estudantis, se espalhou para outros países, inaugurando novos valores, pensamentos e costumes. Nesse contexto, passa-se a valorizar a subjetividade dos indivíduos, fazendo que categorias antes marginalizadas, passassem a ganhar espaço e visibilidade, tais como negros, mulheres, LGBT+, classes subalternas, etc. As transformações em curso colocavam em pauta a compreensão da opressão e desigualdade entre os sexos como algo mútuo em diferentes partes do mundo. Assuntos como aborto, sexualidade, a pílula, violência sexual, o corpo, a domesticidade e a desnaturalização do masculino e dos ideais de feminilidade ganhava espaço nos debates. Começaram a se formar, também, grupos de reflexão, nos quais as mulheres se reuniam para debater os temas relativos ao corpo e à sexualidade. Além disso, a década de 1970 foi um período propício para a formação de novos movimentos sociais e grupos feministas, resultando em mais debates acerca dos temas específicos das mulheres. A instituição do Ano Internacional da Mulher pela ONU, em 1975, impulsionou a publicização dessas temáticas e abriu portas para a formação de novas organizações de mulheres.

Movimentos sociais, feminismo e a imprensa alternativa

Dentro dessa conjuntura, direcionando o olhar para o caso chileno, observa-se a formação de grupos dedicados à defesa dos direitos humanos e ao enfrentamento da crise gerada pela imposição das reformas neoliberais do governo desde a instauração da ditadura. Por volta de 1980, multiplicaram-se as mobilizações femininas e formaram-se grupos diversificados de oposição à ditadura que passaram também a abraçar o feminismo, embora em sua origem, tais grupos não se consideravam como tal. O caráter feminista se estabeleceu ao incorporar nas discussões a reflexão sobre a identidade feminina, o questionamento dos papéis tradicionais de gênero e a crítica à condição desigual das mulheres na sociedade chilena. Algumas correntes de estudos caracterizam a trajetória do movimento social de mulheres chilenas na ditadura em fases. Conforme explica Sandra Palestro, existiram quatro divisões marcadas por recortes temporais[1]. A primeira ocorreu de 1973, ano em que foi instaurada a ditadura, até 1976 e designa o movimento pela denúncia da violação dos direitos humanos. Essa etapa é marcada pelo surgimento das primeiras

1 GAVIOLA, E.; LARGO, E.; PALESTRO, S. *Una historia necesaria. Mujeres en Chile:* 1973-1990. Santiago de Chile, autoedición, 1994.

organizações de mulheres e a participação desses grupos na defesa dos direitos humanos. Podemos citar como algumas dessas organizações, a Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos (AFDD), a Agrupación de Familiares de Ejecutados Políticos (AFEP), a Fundación de Ayuda Social de Iglesias Cristianas (FASIC), entre outras. Muitas dessas organizações foram criadas com o apoio da Igreja Católica, que também patrocinou programas destinados ao combate do desemprego e da fome. *Bolsas de Cesantes, Talleres Laborales e Comedores Populares* tornaram-se espaços de sociabilidade responsáveis por politizar o cotidiano.[2] Nessa primeira etapa, podemos destacar a busca por espaços sociais que possibilitasse as discussões das distintas demandas de diversos setores populares e políticos.

O segundo momento compreende o período de 1977 até 1981, quando se iniciam as reflexões dos temas específicos das mulheres e a necessidade de trazer visibilidade aos problemas por elas enfrentados. É nesse período que surgem os primeiros grupos profissionais e intelectuais organizados em torno das

[2] PARRA, Valentina Pacheco e BARAHONA, Cristiana Moyano. *Movimiento social y político de mujeres durante la dictadura militar* 1973 - 1989. *apud* TESSADA, Vanessa. *Democracia en el pais y en casa*. p. 106

ONGs e dos centros acadêmicos independentes, que promoveram debates sociais, econômicos, culturais e políticos sobre o gênero. Os primeiros espaços deste tipo foram a Asociación para la Unidad de las Mujeres (ASUMA), que desde o início, assumiu uma identidade feminista, o Círculo de Estudios de la Mujer, surgido em 1968 e o Centro de Estudios de la Mujer (CEM), criado em 1983.

A terceira fase vai de 1982 a 1986 e se destaca pela formulação de demandas específicas das mulheres e pela intensificação da mobilização política. A partir desse período, ocorre também, a multiplicação de organizações e espaços de encontros, já em um contexto de maior abertura política da ditadura. O crescimento de espaços comunitários e de encontro de mulheres possibilitou a emergência de uma nova cidadania feminina, caracterizado pelo debate "feminizado" da pobreza, das resistências às violências domésticas e a reivindicação da ideia de que o privado é político. De acordo com Tessada, em "1982 los comedores populares se convierteron en ollas comunes, espacios de participación mixta, que permitieron

entender el hambre como un problema político y el cocinar como una práctica de resistencia".[3]

O último período, vai do ano de 1987 a 1989, quando o movimento de mulheres passou a apresentar suas propostas específicas ao futuro governo civil, isto é, a elaboração de propostas políticas concretas para a democracia. Nesse momento, o debate dentro dos movimentos de mulheres era marcado por dois desafios: contribuir para a eventual transição democrática compreendendo os limites de tal processo e enfatizar seus projetos setoriais, reforçando os aspectos de sua identidade e autonomia, de forma a evitar converter-se em simples força de apoio subsidiária em projetos de partidos políticos tradicionais e patriarcais, o que resultava no adiamento das demandas feministas. Nesse contexto, alguns documentos foram criados na intenção de expressar as demandas dos movimentos de mulheres, tais como o Manifesto Feminista (1983), os Princípios e Revindicações que configuram a plataforma da mulher chilena, publicado pelo MENCH83, a Demanda da Mulher Rural, publicado pelo Departamento Feminino da Comissão Nacional Campesina (1986),

3 Ibidem. p. 135

Resoluciones, do Departamento Femenino de la Coordinadora Nacional Sindical (1985), entre outros.

O primeiro grupo de mulheres chilenas a fazer manifestações públicas durante a ditadura, foi aquele formado por aquelas cujos irmãos, filhos, maridos, haviam desaparecido. A Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos, criada em 1974, ano seguinte ao golpe militar, era formada pelas mães, esposas, filhas que buscavam saber o que havia acontecido com seus familiares. Iniciaram sua luta política pela distribuição de folhetos informativos acerca do desaparecimento das vítimas e somente em 1978 e, posteriormente, criaram o periódico *Donde están?*.

No Brasil, os movimentos de mulheres também ganharam espaço, muitas vezes, de forma semelhante ao ocorrido no Chile. Elas participaram de movimentos de base, se mobilizaram contra o autoritarismo dos militares, questionaram o conservadorismo presente na sociedade, levantaram a bandeira da anistia e foram, aos poucos, assimilando em sua luta, as reivindicações feministas. Desde o início da década de 1970, desenvolviam-se grupos em regiões periféricas, de forma clandestina, muitas vezes, associados às pequenas paróquias locais, que tinham como foco, os problemas cotidianos que

afetam a sociedade brasileira, tais como, o alto custo dos alimentos, a falta de creches para atender a população, o baixo salário e a precária condição de vida. O mais conhecido desses grupos, foi o movimento custo de vida (ou movimento contra a carestia) que, "organizadas nos bairros operários, com apoio de algumas paróquias de cunho progressista, em clubes de mães e associações de dona de casa, as mulheres da periferia lançaram um abaixo assinado contra a alta do custo de vida".[4] O movimento contra a carestia, foi o primeiro grupo de massas que ocupou as ruas após a instauração do AI-5.

Outro grupo importante, também constituído de mulheres, foi o Movimento Feminino pela Anistia, liderado por Terezinha Zerbini[5]. Criado em 1975, foi o primeiro movimento organizado na luta pela anistia dos presos e perseguidos políticos. A elaboração de um manifesto em defesa da anistia foi a primeira ação do MPFA. Posteriormente, buscou a coleta de assinaturas em defesa da anistia. Foi também por meio do MPFA, que as mulheres encontrariam espaço para a criação do

4 TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa:* a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013. p. 50.
5 DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Memórias em Disputa e Jogos de Gênero:* o Movimento Feminino Pela Anistia no Ceará (1976-1979**)**. Tese de doutorado. Florianópolis, 2009.

jornal *Brasil Mulher*, o primeiro periódico feminista dos anos 1970 e que inauguraria um novo espaço de ação para as mulheres.

Até aqui, pudemos observar uma semelhança entre os dois movimentos acima citados, no Chile e no Brasil: ambos encontraram nas publicações periódicas, uma maneira de reivindicar e publicizar suas pautas, isto é, enxergaram na imprensa alternativa, um espaço de resistência. A imprensa alternativa se constituiu como um meio importante de resistência e oposição à ditadura e os grupos de esquerda, opositores ao governo militar, movimentos sociais, grupos que lutavam pelos direitos humanos, mulheres do movimento feminista, entre outros, perceberam ali, uma maneira de reivindicar suas pautas e exigir o retorno da democracia, atribuindo à imprensa a "função social de criação de um espaço público reflexo, contra hegemônico".[6]

Uma das primeiras medidas do governo ditatorial no Chile, foi a tomada dos meios de comunicação das esquerdas. O regime autoritário estabeleceu que todas as publicações, sejam elas, livros, jornais, revistas, etc., deveriam possuir a autorização

6 KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários* – Nos Tempos da Imprensa Alternativa. São Paulo: Edusp, 2001. Pág. 10.

do governo para que pudessem circular. Todos os meios de comunicação pró Unidade Popular teriam que suspender suas atividades, os jornais foram fechados e confiscados, e os editores, obrigados a exilar-se. Dessa forma, os meios de comunicação passaram a ser manipulados pelos militares, operando por censura prévia e os jornais de oposição, tais como *Clarín*, *El Siglo* e *El Rebelde*, entraram no mundo clandestino, sendo impedidos de circular livremente. Foi na década de 1970 que surgiram os primeiros periódicos de oposição, como o *Analysis* (1977)[7] e o *APSI* (1976)[8], inaugurando novos espaços para o debate de ideias.

No Brasil, os meios de comunicação também foram afetados pela censura. Se por um lado as mídias tradicionais foram fundamentais para fomentar o apoio ao golpe e manipular a opinião pública, por outro, jornais de caráter opositor ao

7 O periódico surgiu em 1977, foi fundado pelo Cardeal Silva Henrique, com patrocínio da Academia de Humanismo Cristão e sob direção de Juan Pablo Cárdenas. o Analysis abordou temas como a crise econômica no Chile, publicou cartas de exilados e abriu espaço de fala para representantes da Unidade Popular.

8 Surgida em 1976, a Agencia de Prensa de Servicios Internacionales, buscava apresentar um novo olhar sobre o contexto internacional. Este caráter internacional foi o que permitiu o aceite para sua circulação, tornando-se a primeira revista de oposição. Ao todo, publicou 511 números até seu encerramento, no ano de 1995.

governo, eram constantemente vigiados. Apesar disso, no fim da década de 1960 e início de 1970, começaram a surgir muitos jornais alternativos. Segundo Bernardo Kucinski, entre 1964 e 1980, existiram cerca de 150 jornais como *O Pasquim* (1969), *Opinião* (1972), *Movimento* (1975), *Versus* (1975) e *Lampião da Esquina* (1978), que pertenciam à imprensa alternativa.[9] De acordo com Maria Paula Araújo, a imprensa alternativa brasileira era marcada por diferentes vertentes[10]. Era possível encontrar jornais ligados a contracultura, aos movimentos de esquerda, marcados pela influência de partidos clandestinos, e também, periódicos ligados aos movimentos sociais, como o movimento negro, que produziu o *Tição* (1978) e *Nzinga* (1985), o homossexual, como *Gente Gay* (1977) e *ChanacomChana* (1981) e o movimento feminista, responsável pelo *Brasil Mulher* (1975), *Nós Mulheres* (1976) e *Mulherio* (1981). Esses impressos foram importantes para a construção de um espaço de representação e diversos grupos, trazendo uma infinidade de conteúdo, propostas, abordagens e posicionamentos, um reflexo da própria multiplicidade dos movimentos sociais. Assim,

9 KUCINSKI, Bernardo. op. cit.
10 ARAÚJO, Maria Paula do Nascimento**.** *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

podemos compreender que, apesar do cenário de repressão ao qual se encontravam ambos os países, os movimentos sociais encontraram formas de expressar suas ideias por meio dos jornais. Diante disso, buscamos analisar jornais alternativos brasileiros e chilenos, pertencentes ao movimento de mulheres, no intuito de compreender como se deram as transformações do movimento feminista, no interior desses grupos.

Mencionamos anteriormente os jornais *Donde Estan?* e *Brasil Mulher*, ambos desenvolvidos por mulheres. Apesar disso, nenhum dos dois periódicos, em sua fundação, se considerava feminista. Carmen Torres, adotando as divisões estabelecidas por Palestro (anteriormente citadas), separou os periódicos femininos entre distintas fases.[11] A autora analisou um total de 16 grupos de mulheres que produziram periódicos durante a ditadura e concluiu que no primeiro período, de 1973 a 1976, estava apenas o Agrupación de Familiares de Detenidos Desaparecidos, com o jornal *Donde Estan?,* que tinha seu foco nos direitos humanos e nos desaparecidos políticos.

11 TORRES, Carmen. Comunicación alternativa en dictadura: el caso de Chile. In: PORTUGAL, Ana Maria; TORRES, Carmen (org.). Por todos los medios: comunicación y género. Santiago: Isis Internacional; Ediciones de Las Mujeres, n. 23, diciembre 1996.

Com relação a imprensa feminista no Brasil, é possível perceber uma articulação entre a especificidade da luta feminista com a luta mais geral, contra a ditadura militar. Muitas das mulheres que participaram dessa imprensa, também fizeram parte de grupos de esquerda, da luta armada, de partidos políticos ou vivenciaram a clandestinidade. O *Brasil Mulher* foi o primeiro jornal feminista a surgir nesse contexto. Embora não seja considerado feminista em sua origem, foi adotando aos poucos, os problemas e demandas específicos das mulheres. Fundado em 1975, em Londrina, por Joana Lopes, possuiu uma circulação nacional, sendo publicado até 1980, em períodos irregulares.

> A ideia inicial era criar um boletim para o Movimento Feminino pela Anistia que estava sendo estruturado a partir de São Paulo por Terezinha Zerbini e tinha por objetivos angariar assinaturas para pressionar o governo a conceder a anistia aos presos políticos e exilados pelo regime militar.[12]

Quando foi lançado, não se considerava um jornal feminista, chegando a afirmar em sua edição número 0, que "este

12 DEBÉRTOLIS, Karen Silva. *Brasil Mulher:* Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista. Dissertação (Mestrado), UFRGS: 2002.

não é um jornal da mulher".[13] Por possuir uma ligação forte com o MPFA e com Terezinha Zerbini, o BM nasceu com o foco político das críticas à democracia e pela reivindicação da anistia aos presos políticos. Suas integrantes foram se identificando ao longo do tempo, com a pauta feminista, e Joana Lopes, junto a outras editoras, passaram a trazer cada vez mais, o tema, sendo esse, motivo de rompimento com Zerbini. Seu conteúdo, mesclava temas como anistia, aborto, violência doméstica, trabalho feminino, maternidade, etc.

Outro periódico pertencente a imprensa feminista na década de 1970, foi o Nós Mulheres. Surgido em 1976, já se auto intitulava feminista desde sua primeira edição, no qual dizia: "Nós Mulheres decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções".[14] O NM teve uma circulação nacional e durou até 1978. Trazia temáticas como sexo, aborto, mercado de trabalho, trabalho doméstico, maternidade, creches, entre outros.

13 Brasil Mulher, Edição n° 0, 1975. Disponível em:< https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher>
14 Nós Mulheres, Edição n° 1, 1976. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/nosmulheres/>

No início da década de 1980, o jornal *Mulherio* surge por meio da concretização de um projeto desenvolvido por algumas pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, que estudavam a condição feminina no Brasil, sendo o único entre os três periódicos que contava com o apoio de uma instituição. Possuía um programa de assinaturas, mas também foi distribuído gratuitamente entre grupos feministas, espaços acadêmicos e teve seu conteúdo reproduzido em outros meios de comunicação ganhando, com isso, alcance nacional. Segundo Adélia Borges, o jornal foi um recurso importante para levar a causa feminista e as condições das mulheres para pessoas que se preocupavam ou lutavam por ela.[15] Com temas voltados ainda mais para as questões das mulheres e direcionado para o debate sobre o feminismo, o jornal traria uma ampliação e aprofundamento ainda maior dos temas tratados pelos jornais da década anterior. O jornal Mulherio circulou de 1981 a 1988.

No Chile, os principais jornais feministas surgiram na década de 1980, e também se caracterizam pela adoção de pautas relativas às questões específicas das mulheres junto a luta pelo

15 BORGES, Adélia. *Jornal Mulherio.* In: PROJETO MULHER: Mulheres em Movimento. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983.

retorno da democracia. Os jornais também apresentavam abordagens distintas, seguindo visões políticas, culturais e sociais dos grupos aos quais pertenciam.

O jornal *Fúria* surge em 1981 como uma publicação da Federación de las Mujeres Socialistas (FMS).[16] Teve um total de 6 publicações, sendo sua última publicação, em 1984. Se definia enquanto um jornal feito por mulheres para mulheres e defendia a necessidade de um espaço para abordar a opressão feminina e contribuir para sua libertação. Sua abordagem era pela perspectiva do feminismo socialista, todavia, destoava da esquerda tradicional ao alegar que o feminismo não era um divisor de lutas nem um problema secundário, mas um elemento central na libertação da sociedade, marca do ideal defendido por Julieta Kirkwood, que também integrou o jornal. Abordava temas como violência contra a mulher, opressão social e cultural das mulheres, o patriarcado e sua relação com o capitalismo, trabalho doméstico, entre outros.

16 A FMS era uma organização formada por mulheres do Partido Socialista (PS). A participação do partido na publicação do jornal, por hora aparece creditada no número 3, mas não é sinalizado em nenhum editorial seguinte, o que parece indicar uma preferência pela autonomia do movimento na publicação dos números seguintes.

O periódico *Vamos Mujer* tem seu primeiro número datado em março de 1982, entretanto, acredita-se que a primeira edição tenha sido lançada em 1981. Era publicado pelo Comité de Defensa de los Derechos de la Mujer (CODEM)[17], sendo, possivelmente, o impresso mais duradouro, chegando ao fim apenas em 1991. Sua abordagem privilegia a perspectiva das mulheres trabalhadoras, camponesas, buscando um diálogo entre a opressão das mulheres e de classe. Nos editoriais aparecem temas como a opressão das mulheres, a violência política e sexual, a luta feminista no Chile e no mundo, a sexualidade, o trabalho doméstico e denunciou as violações dos direitos humanos, especialmente a dos presos políticos.

Já em meados da década de 1980, surge o jornal *Palomita*, que foi publicado de 1985 até 1987. Surgiu por meio de um grupo de mulheres que começaram a se reunir no início da década de 1980 sobre política, sexualidade, direitos humanos e problemas cotidianos. Dessas reuniões, formou-se o grupo Las Domitilas, em 1983, que seriam as responsáveis pela publicação do periódico. Ao longo de seus 13 números, o impresso abordou

17 O CODEM surgiu, de forma pública, em fevereiro de 1980, sendo constituído por mulheres de diferentes locais de Santiago, e era formado por mulheres trabalhadoras e estudantes universitárias.

temas como a pobreza, o alto custo de vida, a violência contra as mulheres, os estereótipos de gênero socialmente construídos, o feminismo, o trabalho doméstico, a maternidade, a democracia, entre outros. Apesar de trabalhar textos curtos, o periódico conseguiu abranger uma grande variedade de temas relevantes. Sua distribuição e circulação teve o apoio da Red de Prensa Popular.[18]

Além desses jornais, muitos outros foram lançados por grupos de mulheres na intenção de ampliar o debate da opressão de gênero, a exemplo do *Liberta* (Porto Alegre, 1980) e *Brasília Mulher* (1982-1983), no Brasil ou do *Boletin de La Morada* (1986 - 1987) e *La Boletina Chilena* (1984 - 1987), no Chile. Os jornais apresentaram reivindicações de distintos setores, classes e grupos aos quais pertenciam, tornando-se um veículo de resistência para diversos movimentos sociais e também, dos movimentos feministas.

A luta das mulheres durante a ditadura, no Brasil e no Chile, resultou em transformações importantes, seja na luta dos movimentos sociais e políticos ou com relação às ideias

18 A Red de Prensa Popular foi um grupo de comunicadores populares que publicaram jornais de organizações sociais de maneira a publicizá-las, fazendo com que os temas por elas trabalhados, alcançassem outros lugares do país.

feministas. A falta de representação das mulheres em espaços de poder, a desigualdade salarial, a violência doméstica, o direito ao aborto e tantas outras pautas que foram reivindicadas na imprensa alternativa nas décadas de 1970 e 1980 ganham relevancia ao trazer as mulheres para o centro do debate, em uma perspectiva que compreende as relações de poder e opressão existentes entre os sexos, para, dessa forma, discutir o feminismo como uma manifestação política atravessada por mudanças culturais e sociais, marcado por sociabilidades, experiências/vivências comuns e atravessado por marcadores de classe, raça, gênero e sexualidade.

Referências

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada:* as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada: um novo modo de ver e fazer a história. *Revista de História Comparada.* volume 1, número 1, jun/2007.

BLOCH, Marc. "Comparasion". *Revue de Synthese Historique*, n° 9, Paris: junho de 1928

BORGES, Adélia. Jornal Mulherio. *In: Projeto Mulher*: Mulheres em Movimento. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983.

CRUZ, Iracélli Alves. *Feminismo entre ondas*: mulheres, PCB e política no Brasil. (Tese) Doutorado. UFF, Niterói, 2020

GAVIOLA, E.; LARGO, E.; PALESTRO, S. *Una historia necesaria. Mujeres en Chile:* 1973-1990. Santiago de Chile, autoedición, 1994.

JORNAL Brasil Mulher (1975 – 1979). Disponível no acervo digital da Fundação Perseu Abramo.

JORNAL Furia (1981 - 1984). Disponível em: https://boletinasfeministas.org/furia/

JORNAL Nós Mulheres (1976 – 1978). Disponível no acervo digital da Fundação Carlos Chagas.

JORNAL Palomita (1985 - 1987). Disponível em: https://boletinasfeministas.org/palomita/

JORNAL Vamos, Mujer (1981 - 1991). Disponível em: https://boletinasfeministas.org/furia/

KIRKWOOD, Julieta. *Ser política en Chile*: las feministas y los partidos. Santiago: FLACSO, 1986.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários* – Nos Tempos da Imprensa Alternativa. São Paulo: Edusp, 2001.

LUCA, Tania de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas.* São Paulo: Contexto, 2008.

MORAES, Maria Lygia Quartim. *Marxismo e feminismo no Brasil.* Campinas: Unicamp, Coleção Primeira versão, 1996.

PEDRO, Joana Maria e WOITOWICZ, Karina Janz. Nas ruas e na imprensa: mulheres em movimento durante as ditaduras militares no Brasil e no Chile. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. *Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul.* Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres.* São Paulo: Contexto, 2007.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista brasileiro:* formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

RAGO, Margareth. *Gênero e História.* Editora Compostela: 2012

SARTI, Cynthia A. *Feminismo e contexto*: lições do caso brasileiro. Cadernos Pagu. 2001.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa B. de. *Pensamento feminista conceitos fundamentais.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa*: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.

TORRES, Carmen. Comunicación alternativa en dictadura: el caso de Chile. In: PORTUGAL, Ana Maria; TORRES, Carmen (org.). Por todos los medios: comunicación y género. Santiago: *Isis Internacional; Ediciones de Las Mujeres*, n. 23, diciembre 1996.

“Um homem chamado trabalho está aqui!”: As relações de poder em Magé

Julia de Oliveira Duarte
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

Este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado em desenvolvimento, cujo objetivo é compreender as dinâmicas do neoconservadorismo[1] político no município de Magé e seus impactos sobre instituições voltadas às pessoas com deficiência, em especial a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Para refletir sobre o território mageense e os embates políticos que incidem sobre a APAE, tornou-se necessário investigar de que maneira a família Cozzolino chegou e manteve

1 O neoconservadorismo pode ser compreendido como uma racionalidade política que articula moralidade, governança e normas sociais, promovendo a regulação da sexualidade e das estruturas familiares heteronormativas. Ele não se limita a ações governamentais formais, mas se manifesta como técnicas e práticas que orientam comportamentos e moldam subjetividades, em consonância com princípios neoliberais, como a concorrência individual. Essa perspectiva combina elementos conservadores, voltados à defesa da família e de valores tradicionais, com princípios neoliberais de organização social e econômica, sendo frequentemente justificativa para políticas e discursos que veem mudanças nas relações de gênero e na participação feminina no mercado de trabalho como sinais de crise social (Biroli, Machado e Vaggione, 2020).

seu poder na cidade. Nesse percurso, a análise de publicações jornalísticas das décadas de 1970 e 1980 mostrou-se um caminho relevante para compreender as representações construídas sobre essa liderança familiar.

Segundo Antônio Seixas (2023), Renato Cozzolino foi prefeito de 1983 a 1986, seguido por seu sobrinho, Renato Cozzolino Sobrinho (1989-1992) e por Charles Cozzolino (1993-1995 e 1996). A família continuou a exercer influência com Núbia Cozzolino (2005-2008 e 2009-2010). Em 2011, Anderson Cozzolino foi prefeito e, mais recentemente, Renato Cozzolino Harb (2021-2024 e reeleito em 2025).

Em sua análise, Seixas (2023) destaca a chegada do imigrante italiano Antônio Cozzolino em 1892 em Raiz da Serra, durante um surto de malária na região. Argumenta que a chave para a longevidade da família no poder reside no "familismo", entendido como a priorização dos interesses familiares através das estruturas do Estado. O nepotismo e as alianças matrimoniais aparecem, nesse sentido, como estratégias de ampliação da influência política e de crescimento da lealdade e do apoio eleitoral. Por meio da análise da genealogia da família e de sua atuação em cargos executivos e legislativos, conclui que, mesmo com as transformações sociais e o aprimoramento

do processo democrático, a família Cozzolino se adaptou, mantendo sua influência por meio do voto popular e da presença constante de seus membros em posições estratégicas no governo municipal.

Em anos eleitorais, não é raro ouvir entre os mageenses o bordão: “rouba, mas faz”[2], quando se pergunta a razão de escolher determinado candidato. Regularmente, essa frase vem acompanhada do nome de algum membro da família Cozzolino. Seu uso parece estar não apenas associado às práticas clientelistas cozzolinistas na região, mas igualmente difundida na Baixada Fluminense com outras figuras políticas de direita.

Diante disso, este artigo se propõe a analisar o processo de ascensão e consolidação do poder político da família

2 A dissertação de Luiza Cotta (2008) examina essa expressão. Qual se tornou ligada ao político Adhemar de Barros, que atuou como interventor federal (1938-1941), governador (1947-1951; 1963-1966) e prefeito (1957-1961) em São Paulo. O termo "rouba" alude às múltiplas acusações de corrupção e desvio de verbas que permearam sua carreira. Por outro lado, o "faz" destaca sua reputação como um gestor que impulsionou grandes projetos, como a construção do Hospital das Clínicas. A expressão, popularizada pelos próprios apoiadores de Adhemar por volta da década de 1950, servia como uma réplica às denúncias de corrupção feitas por seus oponentes, como o jornalista Paulo Duarte e o governador Jânio Quadros. Para os defensores, a frase era mais do que uma mera justificativa; era um "grito de guerra" e "filosofia de trabalho". Em contraste, Quadros empregava de forma pejorativa, em sua campanha pela "moralização", frequentemente comparando Adhemar a "Ali Babá".

Cozzolino no município, tomando como aspecto principal a candidatura de Renato Cozzolino (1932-1986) à prefeitura na década de 1980. O slogan “Um homem chamado trabalho está aqui!” será examinado não apenas como uma frase de campanha, mas como síntese da estratégia política que orientou sua imagem pública: a construção de uma figura associada ao trabalho e a uma suposta proximidade com a população.

Magé, a imprensa e o “filho da terra”

A interpretação da experiência política de Magé durante a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), nos estudos de Ribeiro (2022), tem como aspecto-chave as recordações dos trabalhadores têxteis e rurais. O autor contesta as categorizações simplistas que rotulavam os trabalhadores brasileiros em 1964 como meramente passivos ou insurgentes e se propõe a construir uma narrativa que reconhece esses indivíduos como protagonistas de suas trajetórias históricas.

A Baixada Fluminense, incluindo Magé, era considerada pela Comissão Diretora de Relações Públicas do Exército Brasileiro como um “Cinturão Vermelho”, sendo apresentada como foco de atividades “subversivas”. O receio de infiltração comunista já se manifestava em 1947, quando um documento

alertou o Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, sobre o suposto avanço comunista nas prefeituras da região (Ribeiro, 2022).

Magé possuía um expressivo parque industrial têxtil e uma força de trabalho politicamente ativa. Na primeira eleição municipal após o Estado Novo (1947), candidatos ligados aos comunistas foram eleitos para a Câmara de Vereadores, muitos com experiência fabril. Entre 1945 e 1964, treze ocuparam cadeiras no legislativo mageense, defendendo melhores condições de vida e trabalho para os operários (Ribeiro, 2022).

Segundo Ribeiro (2022), em 2 de abril de 1964 a Câmara Municipal de Magé realizou uma sessão extraordinária com o objetivo de "limpar" a cidade da "influência comunista", o que resultou na destituição de dois vereadores e acelerou o processo de impeachment do prefeito José Barbosa Porto (PTB). A repressão se materializou por meio de ocupações policiais em sedes sindicais, queima de documentos e prisões de trabalhadores, muitos deles detidos dentro das fábricas. Casos de perseguição e tortura também foram registrados, como o do vereador Astério dos Santos, que perdeu a audição em decorrência de espancamentos. Além disso, a vida pregressa dos trabalhadores envolvidos em mobilizações populares era

frequentemente utilizada pela repressão como “prova de acusação”.

Se, de um lado, a ditadura silenciava lideranças populares e trabalhadores organizados, de outro, começava a se forjar, sobretudo por meio da imprensa[3], a imagem de novas lideranças políticas locais, entre as quais se destacou Renato Cozzolino. De acordo com Seixas (2023), filiado à ARENA em 1969, foi candidato pela legenda em sua primeira tentativa à prefeitura de Magé, em 1970, mas não obteve êxito. A partir dele iniciou-se a incursão da família Cozzolino na política local, que resultou na conquista dos cargos de vice-prefeito (1973-1976), na chapa de Juberto de Miranda Telles, e de prefeito de Magé (1983-1986). Esse contexto permite refletir sobre o papel dos periódicos na construção da visibilidade política do candidato. Um exemplo é a publicação da *Luta Democrática* de 6 de setembro de 1972:

3 Barros (2021) propõe compreender os jornais como fontes históricas considerando seu potencial de transmitir ideias e valores, bem como de influenciar a sociedade e representar interesses específicos. Nessa perspectiva, o jornal é concebido não apenas como veículo de informação, mas também como espaço de construção discursiva, no qual se articulam a divulgação de valores, a comunicação de projetos de ação social e a interação com contextos políticos e econômicos. Essa lente teórica ajuda a entender como a cobertura jornalística de eventos políticos articula representações, juízos e inclinações.

> Tenho confiança de que a Arena reconquistará a Prefeitura de Magé, porque os seus candidatos representam as forças vivas do Município.
>
> Esta é a opinião do ex-Prefeito Juberto Teles, novamente candidato pela Aliança Renovadora Nacional à Prefeitura de Magé, tendo como companheiro de chapa o Sr. Renato Cozzolino que, no pleito de 1970, foi o candidato mais votado da Arena, perdendo na sublegenda para o Sr. Magid Repâni, do MDB (Luta Democrática, 1972, p. 6).

No ano de 1974, Hydekel de Freitas Lima e Renato Cozzolino realizaram uma jornada cívica por Magé. Chamados pelo periódico *Luta Democrática* como "líderes populares", visitaram a Escola de Samba Acadêmicos de Santo Aleixo e destinaram 15 mil cruzeiros à agremiação em razão de suas dificuldades; também visitaram famílias de Santo Aleixo. Em seguida, dirigiram-se a Pau Grande, onde foram recebidos com aclamação pela população e pela Sociedade Musical Santa Cecília. Ao visitar a sede da sociedade, destinaram ao orçamento do Estado uma verba de 30 mil cruzeiros. Prosseguiram com a jornada por outras localidades, incluindo Raiz da Serra, Vila Serrana, Andorinhas, Novo Horizonte e Piabetá (*Luta Democrática*, 1974, p. 8)

Em praça pública, o candidato a Deputado Estadual Renato Cozzolino discursou, afirmando ser necessário fazer de

Hydekel o "arauto das aspirações do povo de Piabetá, pois só o dinamismo dos jovens, aliado à experiência dos mais velhos, se enquadra no novo espírito democrático da Nação" (*Luta Democrática*, 1974, p. 8). Logo em seguida, Hydekel pronunciou-se sobre Cozzolino:

> "O sexto distrito de Magé, Piabetá, cuja explosão demográfica é uma determinante da operosidade e labor de sua gente e que sempre tentou decidir os pleitos passados, não tendo muito êxito na elevação de seu representante a cargos eletivos, desperta agora para esta conscientização ao sufragar o nome de Renato Cozzolino no pleito que se avizinha, elegendo assim um filho da terra, profundamente arraigado com os seus problemas, de raízes profundas, cujos ancestrais já propugnavam pelo seu engrandecimento. [...] 'Quem não vive para servir, não serve para viver'. Ouso parodiar o sábio conceito, para afirmar-lhes que Renato Cozzolino serve para viver porque vive para servir. Aqui deixo todo o testemunho de minha eterna gratidão, pela maneira generosa e carinhosa com que o de Magé nos recebe." (*Luta Democrática*, 1974, p. 8).

Os esforços de Hydekel demonstraram-se ineficientes para lançar Cozzolino como Deputado Estadual. As eleições municipais de 1976 em Magé nos permite refletir acerca dos limites do poder da ARENA frente às complexas redes de

relações pessoais e familiares que estruturavam a política local (Seixas, 2023).

> As brigas políticas não se resumiram aos embates com a oposição. Prefeito e Vice-Prefeito romperam, durante o mandato. Em 1975, o Vereador Felipe Figueira, então Presidente da Câmara Municipal, chegou a tentar reconciliá-los, visando o fortalecimento da ARENA para as eleições. Renato Cozzolino não era unanimidade nem dentro do próprio partido, tendo os vereadores José Bastos (ex-líder de Juberto de Miranda Telles) e Nazir José Antunes (ex-presidente da Câmara e vice-líder do governo) defendido a candidatura ao governo municipal do Vereador Laerte Malinosky Leocornil, também do distrito de Inhomirim (Seixas, 2023, p. 403-404).

Renato Cozzolino, rompido com o prefeito Miranda Telles, abriu mão da disputa alegando problemas de saúde, mas apoiou a chapa vitoriosa do MDB, liderada por Olívio de Mattos e Hiram Menezes Monteiro. Esse apoio não pode ser compreendido apenas como uma estratégia eleitoral pontual: ele se insere em uma lógica de relações de confiança e vínculos familiares antigos, uma vez que os Mattos e os Cozzolino compartilhavam laços desde a infância (Seixas, 2023).

A composição do secretariado do segundo governo de Olívio evidencia a instrumentalização desses vínculos, ao incluir Antônio Cozzolino como titular da Secretaria Municipal de

Educação e Cultura, garantindo à família acesso direto à administração pública e às redes sociais de prestígio associadas à educação. Tal cenário evidencia que a política local não se limitava às disputas ideológicas ou partidárias; estava profundamente atravessada por laços pessoais e estratégias de inserção em estruturas administrativas que permitiam manutenção de influência social e política (Seixas, 2023).

Nesse caso observamos o que Seixas (2023) chama "familismo". Descrito pelo autor como:

> [...] uma oligarquia na qual os parentes ocupam os postos de governança e os negócios mais rendosos e se espalham pela administração do Estado por meio da distribuição de cargos. Podemos dizer que o nepotismo é uma das facetas do familismo e ocorre quando a família escolhe entre os membros da rede de parentesco os que devem ocupar os cargos burocráticos, que poderiam ser ocupados por outros indivíduos de fora do núcleo familiar, em troca de apoio e lealdade. Os indicados defendem os interesses político-partidários da família e se mobilizam, na época das eleições, a fim de ampliar o capital político familiar.

De filho da terra à um homem chamado trabalho

Goffman (1985) convida a descortinar a interação social. Observando-a não como um mero encontro de consciências individuais, mas como um processo estratégico de gestão da

impressão, em que os sujeitos buscam projetar definições específicas da situação. Tal projeção, contudo, não possui caráter absoluto: depende da aceitação, ainda que provisória, dos demais participantes, que por sua vez também mobilizam recursos para sustentar ou tensionar a cena interacional. Assim, o que se estabelece não é uma harmonia genuína, mas um "consenso operacional", isto é, um acordo prático e temporário, sustentado por convenções sociais, silêncios estratégicos e concessões mútuas.

Nesse quadro, as primeiras impressões desempenham papel decisivo, pois constituem o ponto de partida para a organização das interações subsequentes, delimitando expectativas, hierarquias sutis e papéis sociais. Dessa forma, a forma como os indivíduos se apresenta uns aos outros não apenas estrutura a interação imediata, mas também molda o curso das relações que se desenrolam no cotidiano (Goffman, 1985).

Na edição de 7 e 8 de novembro de 1982, Ademir Ullmann, candidato a vice-prefeito de Magé, justificava a confiança na vitória destacando o perfil do aliado como "[...] um homem sério e trabalhador, nascido e radicado em Magé, e que pretende realizar obras de infraestrutura urbana e de alcance

social, dando, inclusive, oportunidade aos jovens para aqui estudarem e trabalharem" (*O Fluminense*, 1982, p. 16).

"Eleitor mageense votou em clima bem festivo", publicou *O Fluminense* no dia 16 de novembro. O processo eleitoral de 1982 mobilizou intensamente o espaço público, sobretudo em Vila Inhomirim, que concentrava o maior colégio eleitoral do município com 54 seções e 17.985 eleitores. Naquele cenário, o ambiente de votação assumia contornos festivos, descritos pelo periódico como semelhantes a um carnaval, com carros decorados, bandeiras agitadas e buzinas incessantes que marcavam a presença dos candidatos. A disputa se refletia na paisagem urbana, uma vez que bairros como Piabetá, Fragoso, Ilha, Pau Grande, Raiz da Serra e Bongaba exibiam postes, fachadas de comércios e residências tomados por cartazes e faixas. Nesse contexto, sobressaíam as candidaturas de Renato (PDS) e Albino José da Silva (PMDB), apontados como os principais concorrentes à prefeitura, numa antecipação simbólica do embate político que se desenrolaria nas urnas (*O Fluminense*, 1982, p. 11).

Em 20 de novembro de 1982, o periódico *O Fluminense* anunciava em suas páginas a vitória do "filho da terra" para a prefeitura, com o slogan da campanha: "Um homem chamado

trabalho está aqui!". Segundo a matéria, vestido com "uma camisa de tecido grosseiro, de cor vinho, que mal consegue reter a volumosa barriga que ameaça despregar os botões; calça cinza escuro e sandálias de couro" e com as "mãos grossas, calejadas", prometia Renato: "Vou administrar Magé sem ódio, rancores ou perseguições, preocupando-me apenas com o bem estar do município e de sua população" (*O Fluminense*, 1982, p. 12).

> Renato Cozzolino, que só pensará na formação do seu secretariado no próximo ano, dará ênfase à agricultura no município. Para tanto, um dos primeiros projetos de lei que encaminhará à Câmara será a criação da Secretaria de Agricultura, 'pois nosso município é essencialmente agrícola, apesar das indústrias aqui existentes. Ninguém deve ignorar que a grandeza do nosso território, do qual mais de 30 por cento se prestam a agropecuária, deve ter um organismo especialmente dedicado aos problemas agrícolas, não só em sua expansão, mas também na mecanização, através de financiamento, como ainda no crescimento da produção de hortigranjeiros. Magé, todos sabem, é um dos principais fornecedores da Ceasa', revelou. Também iluminação pública e melhoria de estradas estão no seu programa de governo (O Fluminense, 1982, p. 12).

A representação de Renato, ainda na publicação de 20 de novembro de 1982, vinculava sua imagem ao trabalho e aos valores familiares. Rafael, um de seus nove irmãos, reforçou em

entrevista a ideia de que o novo governo seria conduzido sob o princípio da disciplina e da dedicação ao trabalho, excluindo aqueles que não se ajustassem a essa lógica. O discurso familiar projetava uma trajetória de esforço coletivo, destacando, desde a infância, o hábito de trabalhar e, no caso de Renato, sua posterior atuação como empreendedor. A fundação, em 1977, de um dos maiores colégios do 6º Distrito, o Centro Educacional Cozzolino, era apresentada como prova de sua capacidade de liderança e de realização, atributos mobilizados para legitimar sua candidatura e fortalecer a imagem de gestor eficiente e comprometido com o progresso local (*O Fluminense*, 1982, p. 12).

Para Goffman (1985), a análise da interação social deve considerar não apenas a forma como os indivíduos se apresentam aos outros, mas, sobretudo, a crença que eles próprios possuem acerca do papel que desempenham. Quando uma pessoa assume um papel, ela solicita implicitamente que os observadores aceitem a impressão de realidade que está sendo apresentada, seja acreditando sinceramente na veracidade de sua atuação, seja manipulando essa percepção para fins específicos.

Nesse sentido, Goffman (1985) distingue entre atores "sinceros", que se identificam com a impressão que projetam, e

atores “cínicos”, que atuam sem crença plena em sua própria representação, ainda que possam obter algum tipo de prazer ou vantagem com a reação do público. A perspectiva do autor sugere, portanto, que a definição da situação não é unilateralmente imposta pelo observador, mas construída em um jogo de convicções mútuas, no qual as máscaras sociais, ainda que artificiais, acabam por se integrar à personalidade e à identidade do indivíduo, tornando-se parte de sua maneira de ser no mundo.

Considerando a produção teórica de Goffman (1985), refletir sobre a construção midiática e familiar da imagem de Cozzolino nos leva a compreendê-la como uma encenação cuidadosamente articulada de um papel social. Ao apresentar-se publicamente como trabalhador, empreendedor e representante dos valores familiares, Cozzolino solicitava implicitamente que a população aceitasse a impressão de competência e dedicação que estava sendo projetada. Como registrado na publicação de 31 de outubro de 1983 do *Última Hora*:

> A carência do Município acabou com as divergências partidárias e o prefeito Renato Cozzolino governa sem problemas políticos, apesar de o seu partido, o PDS, ser minoritário na Câmara Municipal, onde conta com oito vereadores contra nove da oposição. Orgulhoso

> do que chama de unidade política de Magé, Cozzolino explica que ali, quando o vereador pede, o prefeito já está fazendo". Sendo verdade, é a conquista da eficiência administrativa plena (*Última Hora*, 1983, p. 2).

No entanto, no dia 16 de outubro de 1984 publicou sobre denúncias de irregularidades na administração de Renato que começaram a emergir. Segundo reportagem, o deputado Hitler Litaiff, com base eleitoral em Magé, informou que a Câmara Municipal havia criado uma Comissão Especial de Inquérito para analisar as contas do prefeito, cujo orçamento de 1985, no valor de Cr$29 bilhões, foi rejeitado por parte dos vereadores. Litaiff destacou que a maior parte das 250 obras realizadas na gestão de Cozzolino teria sido executada sem licitação, e que nove vereadores permaneceram firmes em sua posição contrária ao orçamento. Entre as distorções apontadas, chamou atenção a destinação de Cr$3,5 bilhões para manutenção do Gabinete do prefeito, com apenas oito funcionários, enquanto a Câmara receberia Cr$450 milhões para remunerar 28 servidores (*Última Hora*, 1984, p. 4).

Em entrevista ao *O Fluminense* em fevereiro de 1986, Renato destacou a escassez de empregos em Magé como um dos principais problemas do município, atribuindo-o à ausência de indústrias de grande porte capazes de absorver a mão de obra

disponível. Ressaltou o impacto negativo do fechamento da fábrica de tecidos de Santo Aleixo em 1982, cuja desativação, segundo o prefeito, comprometeu não apenas a economia local, mas também a infraestrutura social que dependia da empresa, como posto médico, dentista, cantina e clubes.

Afirmando que: “se nessa época eu fosse prefeito, faria de tudo para não permitir o fechamento dessa fábrica”. Cozzolino responsabilizou tanto o governo estadual quanto a administração municipal pela falta de apoio aos empresários da região, argumentando que a população foi a principal prejudicada, evidenciando como a gestão das indústrias em municípios menores implicava diretamente na manutenção de empregos e serviços essenciais para a comunidade (*O Fluminense*, 1986, p. 9).

Apesar das críticas a José Sarney na entrevista, em março de 1986, declarou a seguinte opinião sobre o Plano Cruzado: “[...] a medida de congelamento de preços e salários é excelentes e ‘finalmente uma decisão realmente saneadora’.” (*O Fluminense*, 1986, p. 7). No mês seguinte, minimizou os rumores sobre a possibilidade de cassação de seu mandato, descrevendo-os como “coisas políticas” típicas de qualquer administração. Segundo o prefeito, divergências entre

vereadores eram naturais, já que a Câmara contava com dezessete membros, cada um com sua própria perspectiva, o que tornava difícil conciliar interesses distintos. O presidente do Legislativo, Gastão Brust, embora tenha reconhecido a existência de atritos iniciais entre o Executivo e o Legislativo, negou que houvesse qualquer processo formal para afastar Cozzolino (*O Fluminense*, 1986, p. 7).

No dia 3 de abril, o prefeito desapropriou terrenos no loteamento Vila Offredi, no Centro, destinados à utilidade pública, afetando 43 famílias que enfrentavam litígios sobre a posse da terra. O caso mais dramático envolveu Henrique Bastos e Maria Cândida Bastos, que, mesmo adoecidos, estavam ameaçados de despejo devido a uma ação movida por Valder Offredi (*O Fluminense*, 1986, p. 7).

Posteriormente, em 11 de junho, denúncias foram apresentadas pelo deputado Carlos Fayal (PDT), que acusou Cozzolino de tentar agredir o trabalhador rural Edson de Souza Vieira e de ameaçar de morte tanto o parlamentar quanto o governador Leonel Brizola. Fayal alegou que o prefeito teria atuado em conluio com grileiros e jagunços para desalojar cerca de 200 famílias de terras da União, em favor da empresa Imbel, evidenciando práticas de coerção e o descaso com a segurança

fundiária da população. O parlamentar ainda solicitou a implementação imediata da reforma agrária na região, visando proteger os posseiros que cultivavam aquelas terras há décadas (*O Fluminense*, 1986, p. 4).

A trajetória política de Renato Cozzolino encerrou-se prematuramente em 3 de novembro de 1986, quando faleceu aos 54 anos. Foi noticiado que cerca de 15 mil pessoas compareceram ao seu enterro, demonstrando a dimensão da mobilização popular em torno de sua figura e a marca que deixou na política local de Magé (*O Fluminense*, 1986, p. 6).

Considerações finais

Em 2021, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro iniciou investigações para apurar se o prefeito de Magé, Renato Cozzolino (PP), cometeu o crime de nepotismo após ter nomeado dez parentes para cargos de confiança na administração municipal, incluindo familiares próximos como primos, tios e sua irmã, Jamille Cozzolino, que exerce a vice-prefeitura (*G1*, 2023).

Na época da denúncia, o padrasto do prefeito presidia a Câmara de Vereadores e seu pai, Jamil Harb, exercia um cargo diretivo na mesma instituição. Atualmente, Jamil preside o

MDB-Magé. Ainda segundo levantamento, desde 2021 o quadro de servidores municipais praticamente dobrou, passando de 6.275 para 13.821, sobretudo por meio de contratações comissionadas e temporárias, evidenciando possível afrouxamento da exigência constitucional de concurso público para ingresso na administração (*G1*, 2023).

Esse episódio, contudo, não se apresenta como um fato isolado, mas como parte de um conjunto de práticas que marcam a longa trajetória dos Cozzolino. Para avançar na reflexão proposta na pesquisa de mestrado, torna-se indispensável compreender como essas dinâmicas políticas se estruturam e se reproduzem no município, condicionando instituições, moldando discursos e afetando a experiência social da população local.

O presente artigo buscou refletir acerca das complexas dinâmicas de ascensão política da família, com atenção especial à trajetória de Renato Cozzolino nas décadas de 1970 e 1980. O material selecionado para análise permitiu observar a construção de sua imagem pública, exemplificada pelo slogan “Um homem chamado trabalho está aqui” e pela representação como “filho da terra”. Sua apresentação como homem sério e trabalhador, de mãos grossas e calejadas, comprometido com o progresso local,

possivelmente demonstra a encenação de um papel social cuidadosamente projetado.

Como perspectiva futura, pretende-se desenvolver uma análise mais aprofundada acerca de como a imprensa tratou as acusações descritas – se houve minimização, silenciamento ou, ao contrário, amplificação por veículos oposicionistas – e de que forma essa tensão entre a imagem pública idealizada e as práticas políticas efetivas contribuiu para consolidar a lógica popular sintetizada no bordão "rouba, mas faz".

Mais do que um recurso retórico, essa lógica ajuda a compreender as bases de sustentação de um projeto político marcado pela "cultura do favor", que se perpetua em Magé até o presente. Nesse sentido, pensar o neoconservadorismo não pode se restringir a uma análise abstrata das diretrizes nacionais, mas exige observar como ele se enraíza em contextos locais, atravessando instituições e moldando práticas de governança. A APAE de Magé, como espaço de disputadas sobre educação especial e inclusão, constitui um terreno privilegiado para compreender essas dinâmicas: nela se condensam as tensões entre políticas públicas, interesses familiares e a crescente influência de valores conservadores na Baixada Fluminense.

Referências

BARROS, José D'Assunção. Sobre o uso de jornais como fontes históricas – uma síntese metodológica. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, v. 52, p. 421-443. 2021.

BIROLI, F.; MACHADO, M.; VAGGIONE, J. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.

COTTA, Luiza Cristina Villaméa. *Adhemar de Barros (1901-1969):* A origem do "rouba, mas faz". 2008, 128f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

G1 Rio de Janeiro. Família Cozzolino: prefeito de Magé tem dez parentes nomeados na prefeitura. *G1*, Rio de Janeiro, 2 jun. 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/06/02/familia-cozzolino-prefeito-de-mage-tem-dez-parentes-nomeados-na-prefeitura.ghtml. Acesso em: 10 set. 2025.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1985.

Luta Democrática, Rio de Janeiro (RJ), 06 de setembro de 1972.

Luta Democrática, Rio de Janeiro (RJ), 17 de setembro de 1974.

O Fluminense, Niterói (RJ), 02 de abril de 1986.

O Fluminense, Niterói (RJ), 03 de abril de 1986.

O Fluminense, Niterói (RJ), 04 de março de 1986.

O Fluminense, Niterói (RJ), 04 de novembro de 1986.

O Fluminense, Niterói (RJ), 07 e 08 de novembro de 1982.

O Fluminense, Niterói (RJ), 11 de junho de 1986.

O Fluminense, Niterói (RJ), 16 de novembro de 1982.

O Fluminense, Niterói (RJ), 20 de fevereiro de 1986.

O Fluminense, Niterói (RJ), 20 de novembro de 1982.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. 1964 em Magé: memória e ação política dos trabalhadores durante a repressão. In: SALES, Jean; FORTES, Alexandre (Orgs.). *A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar:* movimentos sociais, repressão e poder local. 2 ed. Salvador: Sagga, 2022. p. 39-64.

SEIXAS, Antônio. Família Cozzolino: parentesco, instituições e poder no Município de Magé (RJ). *Revista da ASBRAP*, Belo Horizonte, n. 30, p. 377-415. 2023.

Última Hora, Rio de Janeiro (RJ), 16 de outubro de 1984.

Última Hora, Rio de Janeiro (RJ), 31 de outubro de 1983.

A Construção da História Escolar: Saberes Docentes em Perspectiva

Juliana da Silva Bragança
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ

Introdução

O ensino de História está posto hoje sob severos questionamentos advindos de diferentes setores e sujeitos sociais - inclusive estudantes - passando, nos últimos anos, por transformações profundas em sua carga horária, que em dado momento foi reduzida e, posteriormente, restaurada no currículo do que se convencionou a chamar "Novo Ensino Médio" no Brasil. Nesse sentido, é de suma importância endossar o debate que gira em torno da concepção da *História escolar* em suas particularidades e em diálogo e contraste com a *História acadêmica* e a *História cotidiana*: as três faces da História, conforme classifica Carretero.

Em diálogo que se estabelece neste artigo entre Monteiro e Tardif sobre *saberes* docentes, é interessante notar que professores e professoras ocupam um lugar de *produtores de saberes*, e não apenas de reprodutores de saberes produzidos por outras pessoas em posição de exterioridade - seja no corpo da academia, seja na construção de currículos, diretrizes ou

parâmetros educacionais, por exemplo. Nesse sentido, o artigo que aqui se apresenta oferece uma reflexão acerca da História escolar como uma construção (também) docente, que parte da mobilização de seus múltiplos saberes em sua atuação profissional cotidiana.

A História escolar

Mario Carretero em Documentos de Identidade: a construção da memória histórica em um mundo globalizado, identifica e analisa três faces de apresentação da História em nossa sociedade: a) História cotidiana, b) História acadêmica e c) História escolar. Sem hierarquizar essas representações, é reconhecido que cada uma delas possui objetivos e finalidades próprios, satisfazendo necessidades sociais específicas cada qual à sua maneira. Estamos, portanto, diante de três representações do passado, três "histórias", "três níveis de estruturação de discursos", três tipos de registro que são muito diferentes entre si , mas se confluem e influenciam mutuamente - ainda que algumas vezes de forma conflituosa (CARRETERO, 2010, p. 31). Em outras palavras, "os três tipos de história se relacionam a três registros de construção social e significativa do passado, que incorporam a identidade coletiva na complexidade que é a vida de cada indivíduo" (CARRETERO, 2010, p. 36).

A *História cotidiana* é compreendida pelo autor como um elemento da memória coletiva inscrita e circunscrita nas subjetividades de sujeitos sociais que articula relatos compartilhados em torno de identidades, sistemas de valores e crenças comuns. Faz-se presente na sociedade através de relatos orais, monumentos públicos e até mesmo através da indústria do entretenimento e da comunicação. Ela pode estar - ainda que não necessariamente esteja - vinculada a saberes científicos e acadêmicos, críticos, questionadores, sendo fruto de uma construção social onde as pessoas reconhecem um passado comum e que confere a elas um elo de pertencimento, ressignificando "de modo informal parte do 'saber ensinado' e parte do 'saber sabido'[1], e o utiliza para interpretar o presente sob o nome de 'atualidade' (CARRETERO, 2010, p. 36). Já a *História acadêmica*, científica ou historiográfica é aquela produzida por historiadores e reconhecida por pesquisadores sociais, tratando-se de um saber construído, constituído e

[1] Entende-se por "saber sabido" o conhecimento prévio que estudantes carregam e advém da História cotidiana, sendo adquiridos no meio social (inclusive a escola) em que estão inseridos estes sujeitos. Em contraponto, compreende-se por "saber escolar" - ou "saber ensinado" - o conjunto de saberes específicos intencionalmente transmitidos pela escola (CARRETERO, 2010, p. 35)

instituído sob normas e condições sociais e institucionais específicas (CARRETERO, 2010, p. 31-33).

A *História escolar*, por sua vez e enquanto disciplina do conhecimento científico do passado, "apresenta conteúdos que se estruturam enquanto discurso oficial da experiência do passado comum, aos quais agrega uma importante carga destinada a criar identificação [...] e um sentimento de lealdade e pertencimento" (CARRETERO, 2010, p. 36) e tem como finalidade ideal desenvolver habilidades cognitivas de estudantes na escola.

Em sua gênese em fins do século XIX, junto a criação do Estado-nação e inserido na perspectiva da escolarização universal e laica, o ensino da História foi apresentado "com finalidades identitárias, relacionadas ao espírito romântico e vinculadas à construção das nações", adquirindo desde então "a função [...] de arbitrar situando-se sobre as diferenças étnicas, linguísticas, culturais, socioeconômicas e de qualquer outro tipo", aprofundando diferenças e rivalidades, abrindo "fraturas transversais nas identidades" de classe social a grupo social (CARRETERO, 2010, p. 41).

Posteriormente, em meados do século seguinte, a História escolar estrutura-se "sobre a contradição entre tais finalidades e outras mais próximas a uma compreensão

disciplinar da história" relacionando identidade histórica com saberes e direitos (CARRETERO, 2010, p. 17). Atualmente, sua contradição advém da união da racionalização progressiva com a representação histórica emocional, fundindo-se como dois grandes objetivos da história escolar: românticos[2] (emotividade identitária) e ilustrados (racionalidade crítica) - ambos necessários por atenderem a demandas sociais específicas no processo de globalização. Enquanto a Ilustração pregava e defendia a ideia da liberdade na consciência e no saber, o Romantismo via no povo o fundamento da nação e prezava pela construção de pertencimento de grupo nacional. É a partir daí

que nos vemos diante do *duplo sentido* da história: oferecer informação organizada e crítica do passado e junto ao sentimento de identidade nacional, como uma "ferramenta cultural organizadora da experiência temporal da vida com capacidade de fixar identidades". Neste momento, a escola emerge como um espaço físico, uma arquitetura simbólica para uma trama de relações e que, numa dimensão quase mítica, era vista como "templo do saber" (CARRETERO, 2010, p. 36-37).

A História escolar existe hoje para que sujeitos autônomos sejam capazes de "gerir o passado, interpretar o

[2] Ainda que hoje formalmente rejeitados, Carretero defende a ideia de que a escola ainda está "presa" a estes objetivos românticos.

presente e projetar o futuro" através de uma formação cidadã, que é parte indissociável da educação desde seu estabelecimento no Estado moderno. Nos anos 1960-1970, houve profundas transformações no ensino com a incorporação das ciências sociais: "Para o ensino da história, as maiores mudanças surgiram na proposta de estimular uma compreensão complexa do presente e gerar maiores relações significativas entre ele e o passado". Oferecer historicidade e alfabetização histórica tem como objetivo preparar sujeitos a compreender o presente sob o ângulo do passado, pois "A historicidade é [...] uma capacidade que possui tanto uma dimensão cognitiva quanto cultural, pois representa um desenvolvimento intelectual no interior de um sistema complexo de construção social do sentido" (CARRETERO, 2010, p. 50)

Hoje, estamos diante de outros objetivos disciplinares e cognitivos da História escolar: aproximar estudantes da metodologia utilizada por historiadores e historiadoras, aprendendo de forma ativa a relacionar passado, presente e futuro. Em seus objetivos sociais, no terreno das identidades, busca-se valorizar passado, presente e futuro do próprio grupo (CARRETERO, 2010, p. 44-45).

Se em sua concepção a História Escolar estava inteiramente imbuída pela emotividade identitária do

Romantismo, hoje esta emotividade mistura-se com a racionalidade crítica da ilustração, criando uma paradoxo e nos levando a questionar: *é válido ainda hoje o ensino de história pautar-se sobre as mesmas finalidades e métodos acríticos*? Urge a necessidade de formularmos novas perguntas, chegando o momento inadiável de abrir a fronteira a novos personagens, ao conflito e ao "nó" do relato, uma vez que "Cada sociedade possui uma cultura dominante que é compartilhada, sustentada e interiorizada pela maioria de seus componentes" (CARRETERO, 2010, p. 18). Ora, se hoje há conflitos em torno do ensino de História na escola é porque ela é capaz de atuar no sentido de moldar a memória coletiva.

No que tange às *identidades*, é de suma importância que outros olhares sejam lançados sobre uma mesma história de forma que seja demonstrado que, muitas vezes, as coisas podem não ter ocorrido exatamente da forma como sempre foi relatado. A História escolar tem papel crucial nas relações de alteridade, entre o eu, o outro ou os outros sujeitos. Os silêncios, as negações, os apagamentos da História escolar nos levam a refletir : estamos tirando o rosto, a língua, a palavra e a identidade de grupos de pessoas na escola? "Negar, perseguir, matar, destruir as provas físicas e simbólicas, desintegrar radicalmente. Foi isso que as distintas versões das histórias

escolares de cada Estado-nação fizeram", ainda que de forma "suavizada", levando a cabo uma manifestação da *violência cultural*. Ainda hoje percebe-se grande dificuldade nas escolas em superar esta história narcisista, calcada no relato e também em acolher a chegada de outras vozes - especialmente se surgem de seu próprio interior:

> isto implicaria *reconhecer* tais rostos e competências diversas (culturais, linguísticas, educativas, comunicativas e, por fim, *humanas*) em um sentido diferente do que assume o voraz apetite da "assimilação" cultural sob a forma de variadas traduções e transposições, incluídas aí, sem dúvida, a didática. (CARRETERO, 2010, p. 19-20).

Reconhecer a humanidade na diferença implica numa necessária e ainda mais profunda *revisão de métodos e conteúdos* da própria História escolar, principalmente ao levarmos em conta as novas manifestações de identidades políticas e subjetivas em nossa sociedade. Sobre o "conteúdo" histórico escolar, *como? por quê? para quem? para que?* não são questões simples: elas trazem intensas transformações na reflexão em relação ao ensino de História, sendo necessário, inclusive, refletir sobre aquilo que se mostra e aquilo se esconde na História escolar (CARRETERO, 2010, p. 21-22).

> Reconhecemos a necessidade, e por que não dizer a urgência, de um ensino da história e das

> ciências sociais que contribua para a compreensão e aceitação dos outros [...] compreensão que não deve reduzir o conflito inerente a todo processo de construção identitária. Entendemos que o que está em jogo é o próprio sentido da função da escola na sociedade: ensinar conhecimentos 'válidos' e 'formar' cidadãos. [...] O reconhecimento da própria identidade, atravessada também pela pluralidade e a diferença pela atitude dialógica e a interdiscursividade que fazem da história um espaço povoado de sentidos e identidades múltiplas, exige que nós preparemos nossas ferramentas de compreensão, não somente para melhorar o ensino da história, na escola, mas também sua presença em contextos informais (CARRETERO, 2010, p. 27-28).

Em outras palavras, a História escolar carrega consigo a possibilidade de construir identidades numa perspectiva relacional, diferenciando "nós" de "outros", o que pode ser feito pautado no *respeito*, na *tolerância* e na *compreensão*. Entretanto, conforme mencionado anteriormente, a história escolar é romântica, emotiva, acrítica e, justamente por isso, não pode ser considerada uma adaptação da história acadêmica. Em sua especificidade, a História escolar está inserida na lógica de valores relacionados à identidade nacional e, por ser a escola "uma instituição oficial não autônoma em relação ao Estado", sua "função é formar ideológica e cognitivamente crianças e jovens", tendo em vista que os usos do passado no presente tem caráter político porque há *intencionalidade* e não *ingenuidade*

na História escolar, como alguns podem pressupor. Assim, pode-se considerar que a História escolar constrói saberes institucionais e de domínio subjetivo. Entretanto, há de se reconhecer também que a História escolar é *construída* por agentes sociais que fazem parte da instituição escolar - em especial professores, levando em conta a necessária mobilização de saberes para a sua atuação profissional.

Saberes Docentes

Na crise social em que se encontra a Educação, falta para muitas pessoas perceber o *sentido* e ter *compreensão* sobre a importância do ensino de História:

> Num mundo onde os meios de comunicação acentuam a *presentificação do tempo*[3], no qual o "aqui" e o "agora" parecem ocupar todas as atenções e esforços, e onde o antigo é qualificado como velho, obsoleto e, portanto, descartável, o estudo da História torna-se uma tarefa difícil e desafiadora, para muitos, desnecessária (MONTEIRO, 2007, p. 11).

Sem sentido, nosso público acaba sendo consumido pelo tédio que se reverte em indisciplina e fracasso escolar. Mas é importante salientar que estudar História é crucial no sentido de incentivar o estabelecimento de relações passado-presente demonstrando a essencialidade de seu ensino: trazer em seu bojo a capacidade de "contribuir para auxiliar os alunos a

compreender a historicidade da vida social, superando visões imediatistas, fatalistas, que naturalizam o social" (MONTEIRO, 2007, p. 11). Estamos, pois, diante da busca de alternativas para o enfrentamento da falta de compreensão do porquê estudar história, o que nos leva a questionar também: *como ensinar História tornando seu estudo significativo*? Vimos emergir reformas curriculares com o intuito de abordar conteúdos relevantes à demanda social e interesse de estudantes que não foram o suficiente, desembocando na culpabilização da figura do professor pelo fracasso escolar. Entre incompetência, despreparo e desmotivação, a figura do professor foi eleita como um entrave na educação. Ainda assim, mesmo com reformulação da formação de professores, mantém-se o problema. Isso se dá pelo fato de haver ampla *crise social* e *cultural* presentes no cotidiano e no currículo escolar, com profundas diferenças nas expectativas e intenções de estudantes e professores. Essa crise é ainda mais profunda na História, pois nos comprometemos com a leitura de mundo e com a formação de valores e da cidadania. O desafio curricular é encarado com estratégica atuação de professores que, superando as considerações de "dom" ou "vocação", trazem diferentes formas de atuação, com treinamento e aperfeiçoamento, *mobilização de saberes*,

habilidades, competências com subjetividades e apropriações (MONTEIRO, 2007, p. 12-13).

É interessante refletir que o problema da Educação em geral e da História escolar em específico não é apenas se o estudante aprendeu ou não o conteúdo, pois há [3] uma distância considerável entre "saber sabido" e "saber ensinado". Mais do que isso, é necessário que os conteúdos escolares sejam *didatizados*; ou seja, passem por uma *transformação qualitativa* para que possam ser compreendidos pelo público, composto por estudantes de diferentes idades e níveis de aprendizagem. Muitas vezes, a disciplina acadêmica (incluída aqui a História em sua face científica) é transposta pela escola, mas até que ponto os significados podem ser deslocados de uma esfera para outra sem perder seu valor? Dito de outro modo, ao passar pelo processo de didatização, quanto do conhecimento histórico acadêmico permanece ao ser direcionado aos estudantes e quanto dele se perde? Se, "por um lado, a transformação dos conteúdos mostra a representação que os educadores fazem dos educandos, das suas capacidades cognitivas, das suas possibilidades e expectativas", por outro, devem ser observadas também "as estratégias narrativas e determinações genéricas que

[3] Grifos meus.

devem ser empregadas para construir o discurso pedagógico". Muitas vezes as transformações são tantas, que sequer reconhece-se a História enquanto disciplina na sala de aula, criando o *paradoxo da transposição didática*: "ao simplificar os conteúdos, deformamos a disciplina, mas se não o fizermos, impossibilitamos a assimilação cognitiva e impedimos o trabalho didático" (CARRETERO, 2010, p. 48-49).

Nesse sentido, é importante ressaltar que a transmissão de conhecimentos *não* é a principal função da Escola: ela é capaz de *criar* e *legitimar saberes* através de uma rede de interações entre instituição escolar e mundo cultural e social (CARRETERO, 2010, p. 48), o que demonstra a necessidade de reconhecer a Escola enquanto produtora de saberes e a constante interação entre História escolar e as outras duas faces da História (a científica e a cotidiana). Assim, entende-se hoje o currículo enquanto produto simbólico e cultural transformado pelo professor, que atua como agente do processo educativo e integrante da cultura escolar através da *mobilização de saberes*. Este é um contraponto ao paradigma da racionalidade técnica onde, com exacerbado controle científico da prática educacional, a figura do professor se resume a um mero instrumento de *transmissão de saberes* produzidos por outras pessoas, o que nega a subjetividade do sujeito-professor e

desconsidera estudos culturais e sociológicos que enxergam o currículo como criação simbólica e cultural. Professores e professoras não só *dominam* saberes inerentes à sua prática como também *produzem* saberes neste contexto de autonomia relativa vivenciada dentro da escola e enquanto integrante da cultura escolar, relacionando *saber escolar* e *saber docente* (MONTEIRO, 2007, p. 13).

O "*saber escolar*" possui configuração cognitiva própria, relacionando-se, mas diferenciando-se do saber científico de referência: partindo das necessidades do processo educativo, chegamos à *transposição didática* entre conhecimento científico e conhecimento cotidiano em suas dimensões histórica e sociocultural. Fato é que a abordagem com base na transposição didática "permitiu avançar em relação às análises que, tendo o conhecimento científico como padrão de referência de qualidade, induziram a uma acirrada e perversa desqualificação do trabalho dos professores e da educação escolar, ignorando sua especificidade do ponto de vista cultural" e hierarquizando saberes.

Segundo Maurice Tardif, as Universidades estariam separando pesquisa e ensino, prática já concretizada no sistema de ensino de nível básico, onde muitas vezes se considera que a competência docente - técnica e pedagógica - se resume a

transmitir saberes elaborados externamente, demonstrando evidentemente a *hierarquização de saberes*. Essa hierarquização, que valoriza o conhecimento científico em detrimento de outros saberes ordinários, desconsidera também que saberes docentes têm a mesma importância estratégica de saberes científicos (TARDIF, 2017, p. 35-36). O "*saber docente*", em contraste à transposição didática, é uma categoria de análise que se apresenta útil para compreender a ação docente. Trata-se de um conjunto de *saberes práticos* fundamentais para identidades e competências profissionais, reconhecendo subjetividades e apropriações e envolvendo saberes disciplinares, saberes curriculares, saberes pedagógicos e saberes da experiência numa criação própria, significativa e única decorrente das escolhas axiológicas e processos de didatização (MONTEIRO, 2007, p. 14). Os saberes na área da Educação giram em torno de questões associadas ao currículo na perspectiva cognitiva e cultural do ensino. Na Nova Sociologia da Educação, que emergiu entre os anos 1960-1970, são delineadas críticas às teorias tradicionais a partir da análise de contextos políticos e ideológicos, levando em conta relações de força, conflitos simbólicos e formas de dominação. Nesta perspectiva, observa-se o *currículo* sob a ótica de um texto e

como *criador de realidades e identidades* (MONTEIRO, 2007, p. 22).

Pesquisa e debate sobre saberes na área da Educação são centrais e relacionam-se ao rompimento com a *racionalidade técnica* que hierarquiza saberes, considera o saber científico como único a ser almejado e desvaloriza os conhecimentos próximos à prática, onde o professor assumia apenas o papel de transmitir saberes científicos de outros profissionais (MONTEIRO, 2007, p. 19). Nesta racionalidade instrumental, cabia ao professor selecionar conhecimentos e recursos para alcançar determinados objetivos cunhados externamente. Nos currículos, definiu o que deveria ser ensinado a crianças e jovens como conteúdos universais e inquestionáveis, onde a compreensão do currículo como seleção cultural e questões de poder não eram postas. A didática, por sua vez, estava centrada em "como ensinar" buscando controle total da atenção e aprendizagem de estudantes, estando o fracasso atribuído unicamente aos alunos e suas famílias (MONTEIRO, 2007, p. 20). A racionalidade técnica foi importante em determinado momento para combater o obscurantismo e a não recorrência a conceitos e teorias da investigação científica. Mas a questão do saber enquanto categoria de análise passou a ser valorizada e o fracasso escolar - especialmente em grandes centros urbanos -

passou a ser associado à ampla e profunda crise econômica, política, social, ética e cultural que se verifica no mundo globalizado. A racionalidade técnica, no entanto, não conseguia oferecer instrumentos para lidar com estas questões, de forma que a escolarização apresentou significativos avanços no acesso mas insuficiência em resultados, ainda que com preparo dos profissionais da educação e das compensações oferecidas aos estudantes. Isto porque os saberes se dão para além de organização e didatização (MONTEIRO, 2007, p. 21).

A figura docente, se vista apenas como transmissora de conhecimentos produzidos por outras pessoas, tem sua subjetividade e saberes negados. O mesmo acontece com estudantes quando visto apenas como receptores destes conhecimentos. Assim, estando ambas as figuras sem reconhecimento de sua atuação enquanto agentes do processo educativo, vimos acentuar a crise de paradigmas do conhecimento científico: "A provisoriedade, o questionamento das verdades, o pluralismo metodológico, os critérios de validação do conhecimento científico revelam que, no mínimo, é preciso perguntar que conhecimento estamos ensinando ou queremos ensinar". Isso se torna ainda mais complexo se levarmos em conta as concepções totalizantes e homogeneizadoras que, inclusive, podem ser combatidas com

alternativas baseadas no multiculturalismo e na pluralidade, sendo muito mais proveitoso nos questionarmos sobre "*quais saberes*?" do que sobre "*qual saber*?" a instituição escolar é produtora (MONTEIRO, 2007, p. 22).

Partindo da definição de *Educação* cunhada por Tardif como "o conjunto dos processos de formação e de aprendizagem elaborados socialmente e destinados a instruir os membros da sociedade", ela toma como base os *saberes sociais* que, por sua vez, é o "conjunto de saberes de que dispõe uma sociedade". Nesse sentido, Tardif defende a necessidade de compreendermos "a natureza das relações que os professores do [...] ensino médio estabelecem com os saberes, assim como a natureza desses mesmos professores", apontando esta relação entre professores e saberes como um campo de pesquisa extremamente relevante, porém ainda inexplorado (TARDIF, 2017, p. 31-32). Ao tratarmos especificamente do saber docente, é necessário enfatizar que estamos falando de vários saberes provenientes de diferentes fontes e com os quais estabelecemos as mais diversas relações[4]. Ao contrário do que alguns pressupõem, a profissão

[4] Entretanto, é importante evidenciar que ao tratarmos de saber docente também estamos falando de um saber que, ainda que estratégico, é desvalorizado socialmente. Essa desvalorização se reflete na dicotomia que é posta entre educadores e pesquisadores, corpo docente e comunidade científica, que se estabelecem como grupos cada vez mais distintos que produzem e transmitem saberes aparentemente sem relação entre si.

docente não se resume a transmitir saberes já constituídos e produzidos por outros profissionais, tendo em vista que o saber docente é "um saber plural, formado pelo amálgama mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais" (TARDIF, 2017, p. 36), conforme apresentado a seguir:

a) *saberes da formação profissional*: "conjunto de saberes transmitidos pelas instituições de formação de professores", sendo tanto docentes quanto o ensino em si objetos de saber das Ciências Humanas e das Ciências da Educação, produzindo conhecimento e buscando incorporá-lo à prática docente de modo a concretizar a tecnologia da aprendizagem. Atrelado a estes, estão também os *saberes pedagógicos* que, oriundos de nossa formação, constituem-se em "doutrinas ou concepções provenientes de reflexões sobre a prática educativa no sentido amplo do termo, reflexões racionais e normativas que conduzem a sistemas mais ou menos coerentes de representação e de orientação da atividade educativa", a exemplo da corrente pedagógica "escola nova" (TARDIF, 2017, p. 36-37)

b) *saberes disciplinares* - definidos e selecionados pela instituição universitária e presentes na formação inicial e continuada de professores, "São saberes que correspondem aos

diversos campos do conhecimento, aos saberes que se dispõem a nossa sociedade, tais como se encontram hoje integrados nas universidades, sob a forma de disciplinas" (a exemplo da História, da Sociologia, da Biologia, da Matemática…) e que independem das faculdades de educação e/ou dos cursos de formação. Estes são saberes que "emergem da tradição cultural e dos grupos sociais produtores de saberes" (TARDIF, 2017, p. 38).

c) *saberes curriculares* - consistem em "discursos, objetivos, conteúdos e métodos a partir dos quais a instituição escolar categoriza e apresenta os saberes sociais por ela definidos e seleciona como modelos da cultura erudita e de formação para a cultura erudita". São os programas escolares que aplicamos em nosso cotidiano profissional (TARDIF, 2017, p. 38).

d) *saberes experienciais* - saberes desenvolvidos na prática docente cotidiana, em seu meio profissional e com o passar dos anos. São saberes que surgem da e são validados pela experiência: "incorporam-se à experiência individual e coletiva sob a forma de habitus e de habilidades, de saber-fazer e de saber-ser" (TARDIF, 2017, p. 39).

Sendo os saberes docentes plurais, é condição essencial da prática docente o *domínio*, a *integração*, a *mobilização* e a *articulação* desses diferentes saberes pois os saberes sociais são:

> transformados em saberes escolares através dos saberes disciplinares e dos saberes curriculares, os saberes oriundos das ciências da educação, os saberes pedagógicos e os saberes experienciais. Em suma, o professor ideal é alguém que deve conhecer sua matéria, sua disciplina e seu programa, além de possuir certos conhecimentos relativos às ciências da educação e à pedagogia e desenvolver um saber prático baseado em sua experiência cotidiana com os alunos (TARDIF, 2017, p. 39).

De fato, professores possuem e transmitem saberes disciplinares e saberes curriculares; porém estes *não* são saberes docentes, tendo em vista que estes sujeitos não são os responsáveis pela definição e seleção desses saberes recebidos em sua formação nem dos saberes transmitidos pela instituição escolar. Professores e professoras não detém controle sobre "o processo de definição e de seleção dos saberes sociais que são transformados em saberes escolares (disciplinares e curriculares) através das categorias, programas, matérias e disciplinas que a instituição escolar gera e impõe como modelo" (TARDIF, 2017, p. 41). Isto revela a *exterioridade à prática docente*, verificada inclusive na própria formação profissional de professores, que depende da Universidade e de seus

formadores, bem como do Estado e seus agentes de decisão e execução:

> as universidades e os formadores universitários assumem as tarefas de produção e de legitimação dos saberes científicos e pedagógicos, ao passo que aos professores compete apropriar-se desses saberes, no decorrer de sua formação, como normas e elementos de sua competência profissional, competência sancionada pela universidade e pelo Estado. Os saberes científicos e pedagógicos integrados à formação dos professores precedem e dominam a prática da profissão, mas não provêm dela (TARDIF, 2017, p. 41).

Já que professores não controlam saberes (disciplinares, curriculares e de formação profissional), produzem saberes através dos quais compreendem e dominam em sua prática distanciando-se daqueles adquiridos fora dela. Trata-se dos saberes experienciais, originados e aliados pela prática cotidiana e que não provêm das instituições ou do currículo nem estão sistematizados em doutrinas ou teorias: "não se superpõem à prática para melhor conhecê-la, mas se integram a ela e dela são partes constituintes enquanto prática docente". Saberes experienciais são, portanto, "um conjunto de representações a partir dos quais os professores interpretam, compreendem e orientam sua profissão e sua prática cotidiana em todas as suas dimensões" constituindo, por assim dizer, a "*cultura docente em ação*". Saberes experienciais são originados de condicionantes

para a atuação do professor em situações concretas imprevisíveis que exigem improvisação e situações transitórias e variáveis, criando o *habitus* do professor, que podem "transformar-se num estilo de ensino, em 'macetes' da profissão e até mesmo em traços da 'personalidade profissional': eles se manifestam, então, através de um saber-ser e de um saber-fazer pessoais e profissionais validados pelo trabalho cotidiano" (TARDIF, 2017, p. 48-49).

Docentes não atuam sós, mas sim em constante interação - primeiramente com seu público, composto por estudantes, mas também com seus pares. Para professores, o elemento humano é determinante e dominante, revelando a rede de interações com outras pessoas que é inerente à sua prática profissional na escola, que se apresenta como um universo institucional e meio social onde estão presentes relações sociais, hierarquias, normas, obrigações, prescrições. Assim, os saberes experienciais são condições da profissão e possuem três "objetos":

> a) as relações e interações que os professores estabelecem e desenvolvem
>
> com os demais atores no campo de sua prática; b) as diversas obrigações e
>
> normas às quais seu trabalho deve submeter-se; c) a instituição enquanto
>
> meio organizado e composto de funções diversificadas (TARDIF, 2017, p. 50).

Os saberes experienciais são o resultado da soma da prática cotidiana com as condições da profissão, entre elas a importância do partilhamento com pares, pois professores são práticos mas também formadores. Portanto, a transmissão de saberes entre pares é prática cotidiana e:

> É através das relações com os pares e, portanto, através do confronto entre os saberes produzidos pela experiência coletiva dos professores, que os saberes experienciais adquirem uma certa objetividade: as certezas subjetivas devem ser, então, sistematizadas a fim de se transformarem num discurso da experiência capaz de informar ou de formar outros docentes e de fornecer uma resposta a seus problemas (TARDIF, 2017, p. 52).

Cabe ainda mencionar que os diferentes saberes se relacionam entre si: "Os saberes experienciais adquirem também uma certa objetividade em sua relação crítica com os saberes disciplinares, curriculares e da formação profissional" e, ao avaliar outros saberes que não os experienciais, professores retraduzem-os:

> Os professores não rejeitam os outros saberes totalmente, pelo contrário, eles os incorporam à sua prática, retraduzindo-os porém em categorias do seu próprio discurso. Nesse sentido, a prática pode ser vista como um processo de aprendizagem através do qual os professores retraduzem sua formação e adaptam à profissão, eliminando o que lhe parece inutilmente abstrato ou sem relação com a

> realidade vivida e conservando o que pode servir-lhes de uma maneira ou de outra. A experiência provoca, assim, um efeito de retomada crítica (*retroalimentação*) dos saberes adquiridos antes ou fora da prática profissional. Ela filtra e seleciona os outros saberes, permitindo assim aos professores reverem seus saberes, julgá-los e avaliá-los e, portanto, objetivar um saber formado de todos os saberes retraduzidos e submetidos ao processo de validação constituído pela prática cotidiana (TARDIF, 2017, p. 53).

O saber docente é, portanto, essencialmente *heterogêneo* e professores são produtores de saberes oriundos de sua própria prática.

Conclusão

Conforme demonstrado anteriormente, Carretero defende a ideia de que a História hoje se apresenta em nossa sociedade através de três faces: acadêmica, cotidiana e escolar. Com diálogos e conflitos estabelecidos entre elas e em suas especificidades, cabe aqui refletir sobre a História Escolar como uma *construção* que se dá através de saberes e práticas oriundos da própria instituição escolar pelos agentes sociais que ali atuam - especialmente docentes. Professores são constantemente impactados pela História cotidiana, que se faz presente na escola tanto quando levada por estudantes quanto quando levada à sala de aula pelo professor ou professora de forma a aproximar o

público da discussão que se propõe. Nesse diálogo, insere-se também a História acadêmica que, presente na formação inicial e continuada de professores e professoras de História, é reelaborada e reinterpretada por docentes em sua atuação profissional cotidiana. Estamos, pois, diante da elaboração do saber escolar, oriundo da mobilização de saberes e práticas docentes, sendo os saberes docentes, de acordo com Tardif, diversos, plurais e heterogêneos, proveniente da experiência e da formação profissional docente e do currículo educacional enquanto produto histórico-cultural. Assim sendo, a instituição escolar é produtora de saberes plurais através de seus agentes: professores e estudantes.

O saber docente é tido por Monteiro como uma importante categoria de análise para a compreensão da ação docente, analisando-a em contraponto à transposição didática, que situa o profissional docente como apenas um transmissor de conhecimentos delineados por outrem, desconsiderando seu protagonismo e subjetividades. Nesse sentido, analisar saber docente enquanto o conjunto de saberes práticos que fincam as bases das identidades e competências profissionais docentes é também atuar no sentido de reconhecer e valorizar as subjetividades e apropriações destes sujeitos que envolvem saberes diversos: disciplinares, curriculares, pedagógicos e

experienciais. A análise do domínio, da integração, da mobilização e da articulação destes diferentes saberes, que são realizados por professores e professoras de forma única, é algo que pode enriquecer o debate acerca da própria construção da História escolar.

Referências

CARRETERO, M. *Três sentidos da história*. In: _____. Documentos de Identidade: a construção da memória histórica em um mundo globalizado. Trad. Carlos Henrique Lucas Lima. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. *Professores de História*: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro, Editora Mauad, 2007.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2017.

Entre a tradição e a atualização: O neointegralismo brasileiro e a atuação da FIB

Júlio Cezar de Andrade Silva
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

O presente estudo deriva da dissertação em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), intitulada Neofascismo e Neointegralismo no Brasil: um estudo sobre a atuação da Frente Integralista Brasileira (2014-2022*)*. Essa pesquisa de mestrado se concentra principalmente na Frente Integralista Brasileira (FIB), o maior grupo neointegralista em atividade no século XXI.

Do integralismo ao neointegralismo.

O integralismo foi um movimento fascista brasileiro que alcançou grande sucesso durante a década de 1930, se tornando um verdadeiro movimento de massas. O integralismo surgiu oficialmente em 1932 com a publicação do Manifesto de Outubro e a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), a principal organização integralista da história do movimento. De acordo com Hélgio Trindade, "a fundação da A.I.B em 1932 não

é um fato isolado, mas resulta da cristalização das ideias radicais de direita no Brasil nos anos 1930 e da convergência dos movimentos precursores que Salgado buscará integrar." (TRINDADE, 1979, p.134) Seguindo o modelo fascista, o movimento possuía uma liderança centralizadora e permanente, representada por Plínio Salgado, fundador, ideólogo e chefe nacional do movimento.

Da sua fundação, em 1932, até 1975, ano da morte Plínio Salgado, o integralismo vivenciou diferentes configurações. Em 1935, o movimento passa de sua fase "revolucionária" à sua fase "eleitoral". Segundo Roney Cytrynowicz, os resultados dessa transição já seriam visíveis nas eleições de 1936, quando seriam eleitos "quase três mil vereadores no país, 20 prefeitos e quatro deputados estaduais." (1998, p.9). O movimento chegou a definir a candidatura de Plínio Salgado à presidência na eleição prevista para 1938, entretanto, ela não se concretizou em razão do golpe do Estado Novo, em 1937.

A relação entre o integralismo, Plínio Salgado e Getúlio Vargas sempre se mostrou contraditória, oscilando entre críticas e elogios. O movimento enxergava na figura de Vargas, especialmente devido ao seu anticomunismo, uma possibilidade de ascensão, o que motivou o apoio dos integralistas ao golpe do

Estado Novo.[1] Apesar desse alinhamento inicial, Vargas dissolveu os partidos políticos, contribuindo para a desarticulação do integralismo brasileiro. Após o atentado perpetrado por um grupo de integralistas contra o presidente em 1938, Plínio Salgado foi preso e, a partir de 1939, iniciou seu autoexílio em Portugal, permanecendo fora do país até 1945.

Ao retornar ao Brasil, Plínio Salgado encontrou uma sociedade muito mais hostil ao fascismo, levando uma reformulação no movimento e a criação do Partido de Representação Popular (PRP). De acordo com Gilberto Calil,

> O processo de formação do PRP e as diversas opções feitas por Salgado e pela direção integralista durante os primeiros anos de estruturação partidária garantiram a adequação do integralismo ao novo contexto político, permitindo a criação de instrumento adequado à sua intervenção cotidiana na vida política brasileira. Partindo de um contexto claramente adverso, os integralistas conseguiram estabelecer alianças e obter apoios com grupos políticos dominantes, os quais foram decisivos para a obtenção e manutenção do registro partidário (2005, p. 237).

1 O golpe de 1937 teve como principal argumento um falso documento integralista conhecido “Plano Cohen”, que revelava supostamente um golpe comunista para tomar o poder.

O PRP tinha como objetivo adaptar o integralismo aos novos tempos, reforçando o discurso político-religioso cristão e abraçando o anticomunismo característico da AIB. Apesar da criação da nova sigla partidária, Salgado continuaria sendo a liderança incontestável do movimento. O PRP apoiou a ditadura civil-militar de 1964 através da participação em manifestações e discursos com retórica golpista. De acordo com Leandro Gonçalves e Odilon Neto, os integralistas "fizeram parte do bloco conservador e receberam financiamento de instituições anticomunistas, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) e o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais" (2020, p.105) Apesar disso, assim como os outros partidos, o PRP foi extinto através do Ato Institucional nº 2 (AI-2). Durante a ditadura civil-militar, a atuação integralista se deu de maneira mais protocolar, Plínio Salgado filiou-se a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e apesar de ter projetos de cunho moral, sua atuação parlamentar foi limitada e pontual.

Ainda que em alguns momentos com atuação reduzida, Plínio Salgado, esteve sempre presente em todos os setores relevantes do movimento, atuando diretamente nas decisões políticas e na interpretação da doutrina integralista. Nesse sentido, sua morte, em 8 de dezembro de 1975, representou um

impacto significativo para o integralismo, sua ausência teria como resultado imediato o início de uma nova fase para o movimento.

O Neointegralismo e as disputas pela herança do Sigma.

Entre os integralistas, a morte de um militante é interpretada como a passagem para uma "milícia do além". Segundo Odilon Neto,

> A intensidade da dedicação ao sonho e militância integralista era tamanha, que aparelhava não apenas a típica expressão militante (manifestações, mobilizações e apoio às iniciativas eleitorais), mas, também, a exterioridade e interioridade, levando o adepto a imaginar, compreender e destinar sua vida e morte ao ideal integralista. (2021, p.3).

A morte de Plínio Salgado significava para os integralistas a partida de seu grande general ao comando das “fileiras do além”, aqueles que permaneceram se tornavam órfãos de sua liderança. A morte de Salgado representou um desafio para o integralismo, uma vez que os “camisas-verdes” perderam não apenas seu fundador, mas também seu principal líder, teórico e estrategista político. Sua ausência evidenciou uma lacuna de lideranças no integralismo, Salgado era o único com carisma para unificar as distintas perspectivas presentes no

movimento. Dessa forma, surge o neointegralismo, uma nova fase para o movimento dos "camisas-verdes". De acordo com Natália Reis (2007), o conceito de "neointegralismo" é fundamental para compreender os seguidores contemporâneos da doutrina integralista, esses pertencentes a variados grupos e com perspectivas que são, muitas vezes, antagônicas. Assim, o neointegralismo pode ser caracterizado pela "ausência e pela disputa, isto é, a ausência de Plínio Salgado, o grande líder e a encarnação da doutrina integralista, e a disputa, resultado imediato desse espaço vazio que surgiu com a ausência do líder" (Gonçalves; Neto. 2020, p. 116).

A morte de Plínio Salgado desencadeou uma intensa disputa pelo legado integralista, com diversos grupos reivindicando a liderança do movimento. Em um primeiro momento, Carmela Salgado, viúva de Plínio Salgado, alcançou o papel mais próximo do que seria uma liderança definitiva. Sua principal contribuição foi no âmbito da preservação da memória e exaltação do integralismo e de Plínio Salgado. Sob sua direção, grupos e associações de neointegralistas foram organizadas, sendo a principal a Casa Plínio Salgado (CPS).

> A CPS viria a ser um local de comemoração da memória militante, dotada de arquivo e

> biblioteca próprios, mas que funcionaria também como ponto de encontro e articulação política entre antigos e novos militantes. Embora a via institucional não fosse a razão de ser da CPS (o que, em tese, exprimiria a sobrepujança da ala contrária à institucionalização neointegralista), a existência de um lugar da memória integralista possibilitou a construção de uma rede de sociabilidade, interesses e movimentações políticas. (NETO, p.4 2021).

No entanto, apesar da importância das suas contribuições, muito neointegralistas reivindicavam uma atuação política mais combativa para o movimento. Carmela Salgado, no entanto, acreditava que o neointegralismo deveria deixar de lado pretensões políticas, adotando uma carácter memorialista, de estudo e exaltação de Plínio Salgado. Assim, apesar de permanecer como uma figura respeitada dentro do movimento, acabou tendo dificuldades em se consolidar no posto de seu falecido marido.

Em 1979, os militantes Gurmeciando Dórea, Holanda Cunha e Walter Povoleri realizaram uma tentativa, sem êxito, de refundar a AIB[2]. A reorganização da entidade só se concretizou em 1987, a partir de Anésio Lara, militante histórico vinculado

2 Apesar de o integralismo ter se expressado por meio de diversas organizações, a AIB ainda hoje se destaca como a principal referência do movimento, sobretudo por ter sido o agrupamento de maior relevância histórica.

ao PRP e à CPS. Durante sua liderança, a nova AIB estabeleceu aproximações com diferentes grupos da extrema-direita brasileira, entre os quais se destacavam agrupamentos neonazistas e grupos *skinheads*[3]. Sua trajetória foi marcada por tensões internas com segmentos mais jovens do integralismo, que defendiam como estratégia principal a inserção do movimento em espaços escolares e universitários. Em contraste, Lara sustentava a necessidade de uma atuação de caráter partidário. Ademais, suas articulações com organizações da extrema-direita eram alvo de críticas dentro da própria AIB, sendo interpretadas por muitos militantes como um entrave à tentativa de dissociar o integralismo da imagem de um movimento de inspiração fascista. Segundo Jefferson Barbosa, "Os atuais militantes buscam modificar alguns de seus pressupostos buscando maior aceitabilidade perante a opinião pública. Assim como, os integralistas do período do PRP, os herdeiros do sigma na atualidade não querem a identificação com o fascismo." (2012, p.600) No entanto, embora rejeitem o rótulo, os neointegralistas demonstram, de forma recorrente, por

3 Segundo Márcia Costa (1992), o grupo *skinhead,* "Carecas do Subúrbio", surgiu como dissidência do movimento punk, e se aliou a grupos da extrema-direita como os neointegralistas da AIB de Anésio Lara.

meio de suas ações e discursos, contradições internas e elementos que evidenciam seu caráter neofascista.

Anésio Lara defendia um neointegralismo de caráter antissemita e radical, e sua atuação resultou em uma nova desarticulação do movimento na década de 1990. Essa fragmentação levou os neointegralistas a recorrerem ao culto à memória integralista, o que motivou a criação do Centro Cultural Plínio Salgado (CCPS), em São Gonçalo, considerado "um dos aparelhos mais importantes no contexto de busca pela reestruturação do movimento" (BARBOSA, 2012, p. 275). O CCPS favoreceu a reorganização neointegralista e possibilitou o surgimento de novas lideranças, entre as quais se destacou Marcelo Mendez. Este defendia um neointegralismo mais amplo e moderado, distanciando-se de grupos neofascistas e mantendo diálogo com setores da direita tradicional. Sua principal contribuição consistiu na incorporação da internet como ferramenta estratégica para a disseminação da ideologia neointegralista.[4] Apesar de sua rápida ascensão, em fevereiro de 2002, Mendez cometeu suicídio, deixando uma carta na qual

4 Marcelo Mendez foi responsável pela criação do Centro de Estudos e Debates Integralistas (CEDI), grupo neointegralista pioneiro na utilização da internet.

denunciava tanto a traição de integrantes do movimento quanto a infiltração de neonazistas em suas fileiras. De acordo com Odilon Neto e Leandro Gonçalves,

> O suicídio de Marcelo Mendez era um ato político que, no entendimento de Marcelo, era a favor do integralismo, que teria como efeito a resolução dos conflitos entre as diversas tendências dos camisas-verdes. A partir dessa ação, o Cedi seria uma espécie Fênix Integralista. A morte de Marcelo Mendez deveria significar o renascimento do integralismo. (2020, p. 83).

O suicídio do jovem líder provocou novamente a fragmentação dos neointegralistas, que apenas se reuniriam posteriormente no "I Congresso Integralista para o Século XXI", evento que contou com a participação das principais lideranças regionais e de diferentes grupos neointegralistas. Embora o encontro tivesse como objetivo a criação de uma organização unificada, inicialmente denominada Movimento Integralista Brasileiro (MIB), divergências internas e problemas relacionados ao registro da sigla resultaram em nova divisão, culminando no surgimento de três grupos distintos: a Ação Integralista Revolucionária (AIR), o Movimento Integralista e Linearista Brasileiro (MIL-B) e a Frente Integralista Brasileira (FIB).

A AIR constituiu-se como o menor e menos influente dos grupos formados a partir do congresso. Fundada por Jenyberto Pizzotti, militante histórico e liderança integralista de Rio Claro, a organização defendia o retorno a um integralismo "revolucionário", apresentando críticas à trajetória do movimento e às decisões de Plínio Salgado de transformá-lo em partido político. Essa postura foi rejeitada por grande parte dos neointegralistas, que não admitiam críticas à liderança de Salgado. Como consequência, a atuação da AIR permaneceu restrita ao espaço virtual e, atualmente, "somente seu criador, Pizzotti, esporadicamente tece algum comentário sobre o movimento atual e sobre os trabalhos dos pesquisadores do integralismo" (CARNEIRO, 2015, p. 21).

O MIL-B, por sua vez, foi fundado por Cássio Guilherme Silveira e buscava combinar o integralismo histórico da década de 1930 com debates e desenvolvimentos científicos contemporâneos, em uma concepção que seus militantes denominaram "linearismo". De acordo com o grupo, o integralismo precisaria ser reformulado para garantir sua sobrevivência e atuação no século XXI. Embora reconheça Plínio Salgado como a principal liderança integralista, o MIL-B aproxima-se do antissemitismo de Gustavo Barroso. Tal

posicionamento, aliado ao desejo de atualizar a doutrina, dificultou a expansão da organização, que enfrentou resistência tanto por seu conteúdo antissemita quanto por sua proposta de renovação. Segundo Neto e Gonçalves,

> A característica antissemita é um problema para o neointegralismo, pois remete aos traumas surgidos da atuação de Anésio Lara e da aproximação com grupos neonazistas. Por esse motivo, não é raro observar alguns neointegralistas acusando o MIL-B de pseudointegralismo, o que demonstra as disputas políticas entre esses grupos. (2020, p.171).

Apesar disso, o MIL-B continua participando de manifestações da extrema-direita e mantém seu site oficial atualizado. Contudo, diante das dificuldades de consolidação tanto do MIL-B quanto da AIB, a FIB, ao adotar uma postura mais conservadora e investir prioritariamente no uso das redes sociais, conseguiu alcançar, na atualidade, uma posição de destaque entre os grupos neointegralistas.

A Frente Integralista Brasileira

Fundada em 22 de janeiro de 2005, a FIB foi formada por militantes oriundos da CPS, do CEDI e do CCPS. Seu destaque em relação a outros grupos neointegralistas deve-se, sobretudo, à "estrutura mais organizada, a um maior número de militantes

e, como resultado disso, maior aceitação entre os neointegralistas e outros grupos da direita brasileira, inclusive os partidos políticos" (GONÇALVES; NETO, 2020, p. 171). Atualmente coordenada pelo militante Moisés Lima, que ocupa o cargo de Presidente Nacional, a atuação da FIB concentra-se principalmente nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde se localiza sua sede principal. Ainda assim, a organização mantém núcleos em diferentes estados brasileiros, como Minas Gerais, Ceará e Paraná. Adotando uma postura conservadora, sem propor alterações significativas ou críticas à doutrina original, o grupo se apresenta como "uma escola de cultura e civismo, inspirada em valores cristãos, para despertar o nosso povo em torno das reais possibilidades da nação, elevando sua autoestima e afirmando-se para a construção da mais bela civilização do século XXI" (FIB, *S.d*).

A atuação da FIB pode ser compreendida em dois eixos principais: nas ruas e nas redes. No espaço público, o grupo participa com frequência de atos e manifestações da extrema-direita. Entre esses eventos, destacam-se as manifestações "pró-vida", que reúnem diferentes grupos contrários ao avanço dos direitos das mulheres e à descriminalização do aborto; as manifestações de caráter nacionalista, como as celebrações do

dia 7 de setembro; e aquelas voltadas a críticas ao Partido dos Trabalhadores (PT). Nessas ocasiões, por meio sobretudo da panfletagem, a FIB busca atingir novos públicos e difundir sua doutrina. É comum, ainda, observar a presença da organização em conjunto com outros grupos da extrema-direita, como os monarquistas.[5]. Aparições performáticas, como a de limpeza da estátua do Borba Gato[6], em São Paulo, também têm sido observadas, essas com intuito de viralizar o movimento nas redes sociais.

A internet constitui, na atualidade, o principal meio de divulgação da doutrina, de organização interna e de formação dos militantes, sendo por meio dela que o movimento conseguiu ampliar sua presença no século XXI. Ao longo dos anos, a FIB passou a investir de forma crescente nesse espaço, deixando de atuar apenas de maneira panfletária para adotar uma estrutura integrada, tanto em termos de funcionalidade quanto de conteúdo, característica da chamada "Web 2.0". Essa nova

5 A FIB busca manter boas relações com grupos monárquicos, defendendo, inclusive nos seus principais manifestos, que não existe nada que impeça que um militante monarquista seja também integralista.

6 Em 2021, a estátua, que homenageia Borba Gato, figura historicamente ligada à violência contra povos indígenas, foi alvo de protestos. No mesmo ano, a FIB realizou uma ação performática, postadas nas redes do grupo, de limpeza da estátua.

configuração, segundo Alex Primo (2025), caracteriza-se pela potencialização das formas de comunicação, compartilhamento, organização e expansão dos espaços de interação. Hoje, a presença digital da FIB se dá sobretudo no Twitter, no YouTube e em seu site oficial, onde cada plataforma contribui, com suas especificidades, para a consolidação de sua atuação. Segundo Laís Oliva, "as redes sociais neointegralistas são um mecanismo de organização e formação intelectual política do movimento." (2023, p.92)

O site oficial da FIB constitui o principal repositório do grupo, reunindo links para todas as suas demais redes sociais. Segundo Marcia Carneiro (2011), é sobretudo por meio dessa plataforma que a organização promove encontros e eventos. Além disso, o site funciona como canal de divulgação de notas de opinião e orientações aos militantes, bem como como repositório dos principais documentos históricos do integralismo, como o Manifesto de Outubro, e de artigos e

manifestos produzidos pela própria FIB, como o Manifesto da Guanabara[7] e o Manifesto de 13 de Maio[8].

A FIB mantém dois canais ativos no YouTube. O canal oficial da organização, denominado "Frente Integralista Brasileira", conta com aproximadamente 3,470 inscritos e apresenta principalmente registros de reuniões, encontros e manifestações públicas da FIB. O canal do líder da organização, "Moisés Lima", com cerca de 4,390 inscritos, disponibiliza minicursos, audiolivros, explicações sobre a doutrina, vídeos de análise (reacts) e orientações para os militantes. Em conjunto com um Google Drive disponibilizado para os militantes, denominado "Drive Nacionalista", contendo textos e livros sobre os mais variados temas e autores, o YouTube se destaca como a principal plataforma de formação do militante neointegralista no século XXI.

Por fim, o perfil oficial da FIB no Twitter/X (@integralismo_) permite uma interação direta e relativamente

7 Lançado em 2019, o Manifesto da Guanabara é o principal manifesto da FIB, sintetizando em doze tópicos as principais perspectivas integralistas defendida pela organização.

8 O Manifesto de 13 de Maio, tem como proposta ser uma resposta contra acusações sobre os vínculos históricos do integralismo com o racismo e principalmente o antissemitismo. No entanto, partir da leitura do manifesto, é possível observar defesas de teses como a do "racismo reverso" e da "democracia racial".

informal entre os militantes e a organização. A conta possui cerca de 2,300 seguidores e mais de 3 mil publicações, que incluem desde críticas a historiadores[9], divulgação de livros produzidos por lideranças da FIB, até acenos a outros grupos da extrema-direita brasileira. Além do Twitter/X, a FIB mantinha presença em redes sociais da empresa Meta, como Facebook e Instagram, contudo, essas contas foram banidas após violações das diretrizes das plataformas.

Diferentemente de outros grupos neointegralistas, como a MIL-B e a AIR, que descartam qualquer aproximação com partidos políticos, a FIB, apesar de se posicionar como organização apartidária, buscou ao longo de sua trajetória estabelecer vínculos com legendas. A primeira dessas aproximações deu-se com o Partido de Renovação Nacional (PRONA), inserido em um contexto de chamada "direita envergonhada", o partido não hesitava em assumir seu caráter político. Inicialmente, para a FIB, essa relação significava a indicação de candidatos da sigla para os militantes e a defesa pública da atuação das principais lideranças do PRONA.

9 Segundo Tainá Cardoso, "mais do que estas releituras, negacionismos e tentativas de distanciamentos, a 'guerra contra historiadores' é também uma constante dentro do plano nacional neointegralista no contexto do uso da internet" (2022, p.77)

Destacam-se nesse período a relação da FIB com o deputado Elimar Damasceno, eleito a partir da expressiva votação de Enéias Carneiro, conhecido por elogiar militantes históricos do integralismo, por discursos contrários a grupos LGBT e pela defesa da prática da castidade como método de prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis. Em 2006, a FIB chegou a lançar Paulo Fernando[10], uma de suas lideranças, como candidato a deputado estadual pelo partido. Segundo a cânone da FIB, houve inclusive conversas avançadas com Enéias Carneiro para que o integralismo fosse adotado como ideologia oficial do PRONA, no entanto, tal afirmação carece de comprovação mais concreta.

Com o fim do PRONA, a FIB continuou indicando nomes para cargos executivos e legislativos, mas não estabeleceu relações formais com nenhuma outra legenda até as eleições de 2018, quando iniciou aproximações com o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Nessa campanha, os principais objetivos da FIB incluíram a defesa do voto em Levy Fidélix para deputado federal por São Paulo e de Rodrigo Tavares para governador do estado. Em relação à eleição

10 Paulo Fernado foi dirigente do núcleo da FIB do Distrito Federal e atualmente é o secretário nacional de assuntos jurídicos do grupo.

presidencial, a atuação no primeiro turno foi mais tímida, concentrando-se em críticas ao PT, enquanto no segundo turno a defesa do bolsonarismo foi enfática. Durante o governo de Jair Bolsonaro, Paulo Fernando integrou o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, na gestão de Damares Alves, atuando como secretário e posteriormente como assessor especial.

Posteriormente, a relação da FIB passou a se concentrar principalmente no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que aceitou a filiação de lideranças do movimento neointegralista, incluindo Moisés Lima, presidente da FIB; Lucas Carvalho, secretário-geral; e Paulo Fernando, integrante da secretaria nacional de assuntos jurídicos. A FIB passou a recomendar a filiação de seus militantes ao partido, sugerindo inclusive que poderia fornecer orientações a quem desejasse candidatar-se por meio do PTB.

Ao final, é possível perceber que o movimento integralista nunca deixou de existir, transformando-se e adaptando-se ao longo dos anos. A FIB, embora se apresente como um grupo conservador, tem demonstrado capacidade de utilizar as redes sociais de forma estratégica, mantendo-se em destaque frente a outros grupos neointegralistas. Apesar de seu

tamanho relativamente pequeno quando comparado a outras organizações da extrema-direita, suas publicações frequentemente conseguem romper bolhas e alcançar públicos diversos. Além disso, a FIB tem estabelecido relações com outros grupos da direita, incluindo partidos políticos, consolidando uma atuação que combina tradição e atualização na perpetuação da ideologia integralista no Brasil contemporâneo.

Referências

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. *Ideologia autocrática chauvinista regressiva:* crítica aos herdeiros do sigma. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista (UNESP) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, 2012.

BARBUY, Victor Emanuel Vilela. *Manifesto da Guanabara.* FIB, Rio de Janeiro, 25 jan. 2009. Editado em: 20 abr. 2021. Disponível em: https://www.integralismo.org.br/manifesto-da-guanabara/. Acesso em: 09 set. 2025.

CALDEIRA NETO, Odilon. "Adeus, verde esperança!": integralismo e a morte de Plínio Salgado. *Lócus*, [S. l.], v. 25, n. 1, 2019.

CALDEIRA NETO, Odilon. Neointegralismo: do debate historiográfico a uma possível definição. *L'Ordinaire des Amériques*, n. 226, 2021.

CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no processo político brasileiro – O PRP entre 1945 e 1965:* Cães de Guarda da Ordem Burguesa. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Estudos Gerais Instituto de Ciências Humanas E Filosofia da UFF. Niterói,.2005.

CARDOSO, Tainá Agostinho. *O neointegralismo entre as permanências e atualizações de um "projeto" de nação.* 2022. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2022.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. *Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas.* Universidade Federal Fluminense: Niterói 2007.

CARNEIRO, Marcia Regina da Silva Ramos. Participar pela direita: o novo integralismo e o direito de defender a negação de direitos numa outra democracia. *Anais do Seminário Internacional de História do Tempo Presente*. Florianópolis: Udesc; Anpuh-SC; PPGH, 2011.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. Uma velha novidade: o integralismo no século XXI. *Boletim do Tempo Presente*, [S. l.], n. 3, 2015.

COSTA, Márcia Regina da. *Os Carecas do Subúrbio:* caminhos de um nomadismo moderno. São Paulo: São Paulo, 1992.

CRUZ, Natália dos Reis. A ideologia do Sigma hoje: neo-integralismo, intolerância e memória. *História: Questões e Debates*, v. 1, p. 113–138, 2007.

CRUZ, Natália dos Reis. *O integralismo e a questão racial: a intolerância como princípio.* Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, 2004.

CYTRYNOWICZ, Roney. O fascismo brasileiro entre as oligarquias e a modernidade. In: GUERRA, Luiz Felipe Hirtz; SOMBRA, Luiz Henrique (orgs.). *Imagens do Sigma.* Rio de Janeiro: APERJ, 1998.

FIB**.** *Apresentação.* Disponível em: https://www.integralismo.org.br/apresentacao/. Acesso em: 09 set. 2025.

FRENTE INTEGRALISTA BRASILEIRA**.** Canal do YouTube, 09 mar. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/@FrenteIntegralistaBrasileira. Acesso em: 09 set. 2025.

FRENTE INTEGRALISTA BRASILEIRA**.** *Nacionalistas limpam a estátua de Borba Gato*. YouTube, 01 ago. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=LUM8gChH4RQ&ab_channel=FrenteIntegralistaBrasileira. Acesso em: 09 set. 2025.

GONÇALVES, Leandro; NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes:* do integralismo ao neointegralismo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

LIMA, Moisés. Canal do YouTube, 19 jan. 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/c/Mois%C3%A9sLimaFIB. Acesso em: 09 set. 2025.

NOVA OFFENSIVA**.** *AIB declara apoio a candidatos do PRTB em São Paulo*. 14 nov. 2018. Disponível em: https://integralismo.org.br/politica/fib-declara-apoio-a-candidatos-do-prtb-em-sao-paulo/. Acesso em: 09 set. 2025.

OLIVA, Laís Charski de. *Os novos contornos do sigma:* neointegralismo e projeto de sociedade e educação no Brasil do século XXI. 2023. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

PORTAL NACIONAL. *Lideranças integralistas filiam-se ao PTB*. 24 jun. 2021. Disponível em: https://integralismo.org.br/movimento/liderancas-integralistas-filiam-se-ao-ptb/. Acesso em: 09 set. 2025.

PRIMO, A. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. *E-Compós*, v. 9, 2007. Disponível em: https://e-compos.org.br/e-compos/article/view/153. Acesso em: 09 jun. 2025

TRINDADE, Hélgio**.** *Integralismo:* o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1979.

Joana de Jesus e Filipa da Apresentação: Freiras na mira da Inquisição no Portugal seiscentista

Karine Goulart de Almeida
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

O presente trabalho visa ao estudo do processo inquisitorial de Joana de Jesus e Filipa da Apresentação, ambas religiosas professas no Mosteiro de Bom Jesus, na cidade de Viseu, em Portugal, no século XVII. As freiras citadas receberam suas sentenças no dia 22 de setembro de 1651, por "falsa santidade", sendo penitenciadas pelo Tribunal Inquisitorial de Coimbra[1]. Nosso objetivo é investigar o teor herético contido nas ações dessas mulheres, que fizeram com que o Tribunal do Santo Ofício as afastasse do grupo das santas, classificando-as como embusteiras e/ou feiticeiras.

Para entendermos os processos inquisitoriais de Joana de Jesus e Filipa da Apresentação, e o grupo no qual estão inseridas torna-se necessário uma compreensão do que seria uma mística/visionária (RIBEIRO, 2009, p.106).

1 ANTT, Inquisição de Coimbra, Processo 6780.

As místicas, grupo que as visionárias estão incluídas, podem ser compreendidas como um grupo de mulheres que, a partir do período medieval, passaram a ser identificadas como aquelas que se diziam tocadas por Deus, sendo que muitas apresentavam dons místicos, além de visões e sonhos, como marcas de feridas que entendiam ser as marcas de Cristo, as "chagas".

> "Era habitual notar atributos como o dom da incorporação na vida dessas mulheres. Uma outra característica que encontramos é a afirmação de plenitude e êxtase no momento da escrita. O universo de uma mística e/ou visionária pode abordar inúmeros aspectos, entre eles ainda encontramos o "dom das lágrimas", os "arroubos", "silenciar e esconder" e a "anorexia santa". Outro atributo de suma importância para a compreensão da construção da santidade foi a maternidade espiritual, seguido do "casamento" e o "parto místico"". (ALMEIDA, 2024, p.420).

Desta forma, identificamos que há uma série de mulheres antecedentes e contemporâneas a Joana de Jesus e Filipa da Apresentação, o que nos atenta para uma possível construção de uma performance por parte dessas místicas. Os autores Paul Zumthor (2007), com "*Performance, Recepção e Leitura*", e Judith Butler (2019), com *"Atos performáticos e a formação de gêneros: um ensaio sobre a fenomenologia e teoria feminista"*,

juntamente com as obras sobre a construção da subjetividade psicanalítica empregada na questão mística, estão nos auxiliando no entendimento da construção dessa performance.

Ressaltamos que características da vida dessas mulheres aparecem nos relatos de visionárias sentenciadas pela Inquisição em diversos momentos da arguição inquisitorial, assim como em seus escritos, que, em muitos casos, serviram de prova aos inquisidores contra suas ações. Quase todas as mulheres citadas acima, pertencentes ao período moderno, sofreram, de alguma forma, com as investidas inquisitoriais.

O processo histórico de consolidação das visionárias

A clericalização dos fenômenos místicos, iniciada no século XII, e sistematizada no século XIII, possibilitou uma recepção positiva às místicas e visionárias. No século XIV, apesar das crises que afetaram e marcaram esse período, inclusive no campo espiritual, as místicas perpetuaram bem sua existência social, chegando com fôlego aos séculos XV e XVI.

No entanto, no século XVI, foi possível observar o fenômeno da "invasão mística". Por "invasão mística" entende-se o momento em que a Igreja, principalmente após o Concílio de Trento (1545 - 1563), vivenciou o descontrole dos fenômenos

místicos entre a população comum. Este fenômeno foi, durante algum tempo, incentivado pela própria Igreja como resposta à Reforma Protestante. (ALMEIDA, 2024, p. 420).

Como resultado dos processos relacionados a esse contexto, o século XVII passou a acolher um número considerável de questões relacionadas ao universo místico, transformando este período no "século da "santidade" (SOUZA, 1993, p.106), afirmação defendida por diversos historiadores.

O século XVII, chamado por James Amelang (2005) de "longo século XVII", por ter sido um tempo de absorção e acolhimento de diversos fenômenos do século XVI, foi marcado por um processo dúbio: tornou-se o século da santidade, mas também da descrença e descrédito nas ações místicas, o que chamamos de secularização dos fenômenos (HERMANN, 2023)[2]. Com o aumento da perseguição inquisitorial,

2 Para mais informações ver AMELANG, James S. *Autobiografias femeninas*. In: ORTEGA, M., LAVRIN, A. y PÉREZ CANTÓ, P. (Coord.). El Mundo Moderno (Historia de las mujeres en Espãna y América Latina, vol. II). Madrid: Cátedra, 2005. HERMANN, Jacqueline. Sonhos, êxtases, viagens encantadas. Mulheres visionárias diante do Tribunal do Santo Ofício português, séculos XVI-XVII. A Inquisição Portuguesa: 200 anos depois / organização Angelo Adriano Faria de Assis, Bruno Feitler, Daniela Buono Calainho, Ronaldo Vainfas, Susana Bastos Mateus e Yllan de Mattos. – 1ª ed. Lisboa: Edições da Cátedra de Estudos Sefarditas "Alberto Benveniste" – Faculdade de Letras: Universidade de Lisboa, 2023.

intensificada no século XVI, o século XVII proporcionou um alto número de mulheres penitenciadas pela Inquisição por falsa santidade. As místicas vivenciaram seu último suspiro com a epidemia de Molinosismo no século XVIII, marcando a derrocada das visionárias. (HOUDARD, 2020, p.354).

Segundo James Amelang (2005, p.163), em um estudo sobre as visionárias na Espanha moderna, 113 autoras místicas viveram de 1500 a 1750; 24 viveram no século XVIII e, após essa data, apenas 8 são detectadas. Para o autor, desde o início do século XVII, houve um aumento considerável da perseguição às visionárias movida pela Inquisição, pois um modelo católico foi estabelecido, menos extático e mais racional, portanto, mais suscetível de controle.

É justamente a ideia de uma performance continuada entre as visionárias e místicas do medievo e da modernidade que debatemos. Devemos ponderar que "as possibilidades incorporadas não são fundamentalmente exteriores ou antecedentes ao processo de incorporação em si", como afirmou Judith Butler (2019, p.216). Por isso, a performance atua como validação da presença da pessoa no mundo.

Silvia Evangelisti (2018, p.11), acredita que "a cultura mística medieval foi abraçada pela mística moderna, mas foi

revitalizada acordando com as demandas do período". Autoras como Howe (2020) apontam para um retorno, durante o período moderno, à mística medieval. Contudo, há uma mudança espiritual significativa: a grande diferenciação está na transformação do conceito de "Único", como afirmou Michel de Certeau (2015, p.4). O Único deixa de existir. Com o conhecimento da existência do Novo Mundo e o surgimento do protestantismo, instala-se uma confusão espiritual. Por mais que os protestantes pudessem ser entendidos como hereges, socialmente constituem uma religião legítima. Há também uma ideia de sexualidade mais aflorada, como sugeriram Cárcel e Alábrus (2015), que encontrou seu ápice nos êxtases de Teresa de Jesus, maior exemplo das visionárias.

Concordamos com Michel de Certeau: "devemos preservar a diferença do passado contra a sedução de semelhanças parciais, contra as generalizações que uma impaciência filosófica sugere ou contra as continuidades que uma piedosa genealogia postula". (2015, p. 15). Para o autor, "no século XVI e XVII chama-se de místico a discursos preexistentes e forma-se, assim, uma tradição mística. Há um isolamento de uma unidade "mística" no sistema de diferenciação dos discursos, que articula um novo espaço de

saber" (CERTEAU, 2015, p.24). Assim sendo, problematizamos ideia de uma performance continuada, não pelas visionárias, mas pela Inquisição, que deliberou constantemente sobre esse grupo de mulheres, reprimindo suas práticas e ações até o apagamento.

As visionárias e o Santo Ofício da Inquisição: uma questão de gênero

A Inquisição, tribunal instituído para julgar e punir as heresias, foi estabelecida na Idade Média, quando atuou principalmente contra grupos específicos, como os cátaros e beguinas. Na Época Moderna, a Inquisição tornou-se um grande tribunal de perseguição, unindo a Igreja ao poder monárquico. Assim, o leque de delitos se expandiu, ampliando o poder de atuação do Tribunal do Santo Ofício.

O Tribunal inquisitorial português, por exemplo, foi instituído em 1536, com o objetivo de investigar, julgar e punir heresias cometidas nos locais em que atuou. Segundo MARCOCCI e PAIVA (2013), o Tribunal português agiu de forma efetiva com três tribunais dentro de seu território, Lisboa, Évora e Coimbra. O processo de Joana de Jesus e Filipa da Apresentação está localizado no Tribunal de Coimbra.

Desta forma, as primeiras citações sobre as visionárias aparecem nos estudos de Laura de Mello e Souza, à saber: "Luzia de Jesus, Francisca Cotta, Maria do Espírito Santo, Maria da Cruz, Maria Antunes e Joana da Cruz" (SOUZA, 1993, p.105). Assim sendo, para Laura de Mello e Souza "a vivência mística das rés do Santo Ofício se nutria da efervescência religiosa que envolvia a península ibérica naquele século de santidade" (SOUZA, 1993, p.108).

Durante a leitura dos processos e a análise da historiografia consolidada sobre o tema, percebemos que os inquisidores agiam, em muitos momentos, com um método classificatório (SANTOS, 2021, p.91). Dessa forma, é sensato não reproduzir o discurso inquisitorial, compreendendo que o grupo de beatas, freiras e feiticeiras apresentava inúmeros elementos dissonantes.

Para a Inquisição, ser uma santa ou uma feiticeira, em muitos casos, principalmente no que se refere às visionárias, ia além da própria processada: sua identidade seria decidida e direcionada pela investigação inquisitorial, quando falsas santas não podiam ser confundidas com as verdadeiras, sendo delas apartadas por meio do método e da força". (SOUZA, 1993, p.124).

Deste modo, é possível pensar que, para o Santo Ofício, "a santa e a bruxa refletiam as duas faces inequívocas, o direito e o avesso da mesma tendência neurótica a afastar-se da realidade, à viagem ao imaginário e o mergulho no mundo visionário", como afirmou Laura de Mello e Souza (SOUZA, 1993, p.134).

Ressaltamos que essa é uma abordagem e definição da Inquisição, abraçada por parte da historiografia. Desta forma, confluímos com a posição de Georgina Santos, quando ela aponta as diferenças entre bruxas e santas e ressalta o equívoco de se reproduzir a ideia de aproximação entre as práticas desses grupos. (SANTOS, 2021, p. 91). Sendo assim, tal concepção consistiria em uma réplica do discurso inquisitorial. Daniela Calainho (2009) caminha no mesmo sentido, nos estudos referentes à feitiçaria, desarticulando a ideia de que ambos os grupos possuíam práticas semelhantes.

Para entendermos, então, a atuação das visionárias, devemos compreender dois conceitos importantes: o misticismo ascético e o misticismo fanático, desenvolvidos por Margareth Gonçalves (2005), pois a maior parte das visionárias beatas foi classificada como pertencente ao misticismo fanático. O misticismo ascético, com o qual trabalhamos, atuou mais

fortemente dentro dos conventos, onde a Inquisição entendeu haver mais método na vivência da santidade.

Embora a Inquisição tenha se voltado, na maior parte das vezes, ao misticismo fanático, as freiras do misticismo ascético não foram privadas de rigorosas sentenças. Entender a atuação das visionárias de "dentro" e das visionárias de "fora", freiras e beatas, respectivamente, também auxilia na compreensão das místicas por nós estudadas.[3]

Desta forma, refletimos sobre a afirmação de Geraldo Pieroni (2007), que aponta que 85% dos casos de "visionarismo" na Inquisição portuguesa foram preenchidos por mulheres. A questão de gênero se mostra, assim, como linha importante para o desenvolvimento de nossas pesquisas. Para Georgina dos Santos (2020), torna-se indispensável observar o caso de

3 Margareth Gonçalves explicita a diferença entre o misticismo ascético e o misticismo fanático em sua obra *"Império da Fé"*, fruto da sua tese de doutorado. GONÇALVES, Margareth de Almeida. *Império da Fé.* Andarilhas da alma da época barroca. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.
Os termos, visionárias de "dentro" e visionárias de "fora", são de responsabilidade da autora deste trabalho, em interlocução com os trabalhos de Georgina Santos. Nesses estudos, a autora aponta a importância das diferenciações entre freiras da vida monástica conventual e as beatas das ordens terceiras. Veja, como exemplo, o texto: SANTOS, Georgina Silva dos. Bruxas e freiras nas malhas da Inquisição portuguesa. In: MEGIANI, Ana Paula Torres; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *Traços da obra de Laura de Mello e Souza*.1 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2021.

visionárias penitenciadas pela Inquisição por uma vertente de gênero. Conforme argumenta a autora, isso acontece raramente nos estudos inquisitoriais relacionados às freiras e beatas, mas, sem essa análise, o estudo do grupo pode ser prejudicado, pois é evidente que a questão de ser mulher acentuava sobremaneira a vivência das visionárias.

Assim sendo, para Simone de Beauvoir, "o ideal do homem médio ocidental é uma mulher que se submeta livremente ao seu domínio, que não aceite as suas ideias sem discussão, mas que ceda diante dos seus argumentos, que lhe resista com inteligência para acabar por deixar-se convencer" (BEAUVOIR, 2009, p.306). E acrescenta, "é a sociedade que se torna responsável pela conduta da mulher, na qualidade de pai, irmão ou marido. A castidade é imposta a mulher por motivos de ordem econômica e religiosa" (BEAUVOIR, 2009, p.314). Para Michel Foucault, "o sexo funciona como um conceito unificado e uma categoria explanatória. O discurso da sexualidade é central tanto para a organização social quanto para a constituição da subjetividade" (FOUCAULT, 2010, p.49).

No caso das freiras e beatas, os confessores agiram tanto para condenar quanto para livrar as visionárias da Inquisição. A maior parte dos escritos dessas mulheres foi reproduzida a

pedido de confessores, o que é perceptível nos próprios textos, em que muitas freiras fazem menção a esta observação. Segundo Pacheco (2021), a ação positiva dos inquisidores pode ser notada quando muitos tomavam partido de suas filhas espirituais, defendendo-as do Santo Ofício, como foi o caso do confessor de Maria de Jesus, caso estudado pelo autor. (PACHECO, 2021, p.89-109).

Para Santos (2020), a atuação dos padres confessores era tão imponente que se sentiam com liberdade para tocar até nos aspectos mais íntimos das freiras. Segundo a autora,

> "Em 1720, pelo menos quatro monjas do Convento de Santa Clara do Porto já haviam sido seduzidas pelo discurso do sacerdote molinosista Frei João de Deus: Madre Anna do Rosário, Madre Maria da Piedade, Madre Joana de Jesus e Madre Luzia das Chagas. Em juízo, perante os inquisidores do tribunal do Santo Ofício de Coimbra, o padre confessou que em certa ocasião tocou o "vaso natural" da Madre Joana de Jesus, "famosa na virtude, tida e havida e por tal reputada", à vista de outras religiosas. Advogou que não procurava escândalo e se o fizera fora para alívio de sua natureza e como "remédio" e "medicina espiritual", tal como faziam os cirurgiões que nos casos de enfermidade apalpavam e molhavam a mão no "vaso natural" das mulheres. Para justificar a intimidade, o frei lembrou aos inquisidores que por serem freiras, as senhoras sentiam-se mais à vontade com seu "padre espiritual", que tocava

> em secreto suas partes pudendas, do que propriamente com um médico" (SANTOS, 2020, p.89).

Segundo os autores estudiosos do tema, "a misoginia foi notável com a santidade feminina" (ALABRÚS e GARCÍA CARCÉL, 2015, p.28). Por isso, essas mulheres tornam-se objetos de importância considerável para o estudo de gênero. Teresa d´Ávila foi considerada, por Simone de Beauvoir e por Júlia Kristeva, como uma referência para essa questão. Segundo Kristeva:

> "Teresa coloca o dramático problema da relação entre o indivíduo e o ser transcendente de uma maneira inteiramente intelectual: ela viveu como mulher uma experiência cujo o sentido ultrapassa qualquer especificação sexual. Ela é uma brilhante exceção" (KRISTEVA, 2019, p.58).

E acrescenta a autora: "Teresa não cansa de transcender, psíquica e sociopolítica, "Infinita" é a palavra, já que é considerada uma precursora de sua teoria das moradas. A monja extática, anoréxica, epiléptica e histérica será uma escritora fecunda, fundadora de uma Ordem" (KRISTEVA, 2019, p.59).

Desta forma, não podemos deixar de ponderar os aspectos de gênero para embarcarmos no processo e na vida de

Joana de Jesus e Filipa da Apresentação, bem como na atuação da Inquisição sobre elas, em Portugal, no século da santidade.

Joana de Jesus e Filipa da Apresentação: freiras visionárias na teia inquisitorial

Consequentemente, vivenciando esse século da santidade, dentro de um convento em Viseu, foi possível encontrar Joana de Jesus e Felipa da Apresentação. Joana de Jesus tinha 35 anos quando se apresentou ao Santo Ofício; informação relevante, pois a religiosa era tida como exemplar perante as outras religiosas e a sociedade de Viseu. Adepta das penitências, jejuns, orações, vida regrada, de extrema humildade e obediência, apresentando certos dons místicos, as visões de almas falecidas. No início de suas visões, Joana não contou nada a ninguém; apenas poucas religiosas conheciam essa sua característica, incluindo sua tia, Filipa da Apresentação, a segunda processada. Mas tudo mudou com a visita de um certo lavrador chamado Francisco Monteiro.

Francisco Monteiro era um lavrador conhecido na região por certos dons místicos, principalmente por conversas com almas falecidas que estavam no purgatório. Sabendo dos dons e ligação de Joana com o lavrador, algumas religiosas do convento

começaram a perguntar a Joana sobre outras pessoas falecidas, como parentes, amigos e até mesmo outras religiosas falecidas, como Jeronima dos Anjos, Cristina do Paraíso e dona Inês, entre inúmeras outras. Desta forma, assim seguiram as conversas entre Joana e o lavrador.

Interessante perguntar: se Joana era tão adepta à caridade, por qual motivo teria sido denunciada e por quem? Brites de São Pedro, religiosa deste convento, foi a denunciante e afirmou perante o Santo Ofício que Joana de Jesus mantinha contanto com um determinado lavrador que tinha fama de feiticeiro e que dizia ter dons místicos. Depois desta denúncia, todas as outras religiosas foram chamadas à mesa inquisitorial. Mas por qual motivo Brites de São Pedro denunciou Joana de Jesus e Filipa da Apresentação? Averiguamos no processo que Brites de São Pedro foi uma das religiosas que Joana de Jesus disse que precisava se emendar, pois seus dias estavam contados e, se isso não acontecesse, morreria em breve e estaria no purgatório, quiçá no inferno. Nos testemunhos, outras religiosas afirmavam que Brites de São Pedro guardava mágoas de Joana, e quando esta ia ao refeitório, comentava com suas amigas: “Lá vai a santa”, externando deboche. Com isso, e com os testemunhos das criadas, ficou notório que havia no convento

grandes conflitos entre as freiras, o que levou os inquisidores a considerarem também denúncias motivadas por vaidades e inimizades.

Outro fator importante, diante de inúmeros testemunhos, foi perceber que Francisco Monteiro pediu diversas vezes que Joana de Jesus lhe desse alguns artifícios, como panos para fazer ceroulas e outros panos com objetos, o que nos remete à circulação de bolsas de mandingas, estudadas por Daniela Calainho na obra *Metrópole das Mandingas.* Essas bolsas serviam como amuletos e eram vendidas em diversas localidades de Portugal, principalmente em Lisboa.

Outro ponto relevante é a eleição da abadessa. Joana utilizava seus dons para interferir no processo eleitoral, ou seja, para indicar quem deveria ser a nova abadessa. Nesse momento, o convento encontrava-se divido em dois grupos. Antônia de Jesus, a abadessa eleita, pertencia ao grupo oposto ao de Joana. No entanto, após ser eleita, Joana parece aceitar o resultado. Antônia de Jesus compareceu à mesa inquisitorial para defender Joana diversas vezes.

Observando que Joana está conscientemente no grupo das místicas ascéticas, a oração mental é a sua prática devocional acolhida. Em seu processo, é possível identificarmos, por meio

de seu relato, que ela considera Teresa de Jesus como sua mãe espiritual. Nesse momento, Teresa d'Ávila, já elevada ao posto de santa, é a visionária mais lida em Portugal, sendo considerada a mãe espiritual de visionárias e místicas.

Portanto, levando em consideração os aspectos apresentados, Joana e Filipa caíram na malha inquisitorial. Pela limitação de tempo, não iremos nos aprofundar na análise do processo em si, mas é necessário compreender que Joana passou por três exames inquisitoriais, e Filipa, por um, as chamadas arguições. Ambas compareceram diversas vezes aos inquisidores, buscando esclarecer fatos e aliviar a consciência. Em todas as arguições, foram sendo enredadas em uma rede de perguntas da qual era difícil de escapar.

Os exames dos inquisidores, como rara exceção, indicaram que não há, em Joana, nenhum sinal de bruxaria, nem mesmo de falsa santidade, ainda assim, ela foi sentenciada. O mesmo vale para Filipa, que recebeu uma pena mais leve. Ficou a cargo da abadessa escolher as penitências espirituais. Para os inquisidores, o culpado foi Francisco Monteiro, o lavrador.

No entanto, as freiras se deixaram levar e caíram nas armadilhas diabólicas; por isso, a punição. Foi dito a ambas que nunca mais se interessassem por assuntos que cabiam somente

aos grandes homens da Igreja, e que Joana deveria continuar investindo em seu caminho de santidade.

Para os inquisidores, foi uma pena leve, simbólica. Mas, para mulheres que viviam a vida monástica, não. Ser sentenciada pela Inquisição era ser retirada de qualquer possibilidade de ascensão social, inclusive no convento. Era ser marcada com outra chaga: não as de Cristo, mas as chagas da heresia.

Dessa forma, em vias de conclusão, estamos refletindo sobre inúmeras questões que o processo nos apresenta, contribuindo, assim, para as pesquisas sobre o Tribunal Inquisitorial e para o universo místico de visionárias nos conventos, relacionado ao modelo de santidade do período moderno, diferenciando-as do grupo das feiticeiras e somando-se à reflexão de gênero nas sociedades do Antigo Regime. Joana e Filipa poderiam ser consideradas santas, mas suas vidas foram marcadas com o cunho da heresia, limitando-as a caixas e gavetas de um arquivo documental e não aos altares da Santa Madre Igreja.

Referências

AHUMADA, Teresa, Sanchez de Cepeda. *O Livro da Vida.* Tradução: Rubens Enderle – Dois Irmãos, RS: Minha Biblioteca Católica, 2020.

AHUMADA, Teresa, Sanchez de Cepeda. *Obras completas de Teresa de Jesus.* Burgos: Editorial Monte Carmelo/Edições Loyola, 1997.

ALABRÚS, Rosa Maria y CARCÉL, Ricardo García. *Teresa de Jesús: la construcción de la santidad feminina.* Madrid: Cátedra, 2015.

ALCALÁ-GALÁN, Mercedes. Escribir desde los márgenes: la escritura como milagro en las Vidas de monjas e Humanista: *Journal of Iberian Studies*, n. 29, p. 639-659, 2015.

ALMEIDA, Karine Goulart de. Santidade e vida mística em Portugal no século XVII. *Anais do XII Seminário Interno do Programa de Pós-graduação em História Social*: Crises e desafios da História Social. [Recurso eletrônico] / coordenação: Maria Aparecida da Silva Cabral, Brenda Maribel Carranza Dávila ... [et. al.]. Rio de Janeiro : UERJ/ FFP, 2024. p.420-429.

AMELANG, James S. Autobiografias femeninas. In: ORTEGA, M., LAVRIN, A. y PÉREZ CANTÓ, P. (Coord.). *El Mundo Moderno* (Historia de las mujeres en Espãna y América Latina, vol. II). Madrid: Cátedra, 2005, p. 107-129.

ANTT, Inquisição de Coimbra, Processos 6780, Joana de Jesus e Filipa da Apresentação [1652] e 6781, Francisco Monteiro.

ANTT, Inquisição de Lisboa, Processos 11894, Maria da Visitação [1588]; 557, Joana da Cruz [1660]; 4372, Maria da Cruz]1660]; 4564, Luzia de Jesus [1660]; 1720, Mariana da Purificação [1672].

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*: os factos e os mitos. Lisboa: Quetzal, 2009, v. I, p. 241-325.

BENNASSAR, Bartolomé. Dois modelos de mentalidade inquisitorial: Métodos de sua pedagogia do medo. In: ALCALÁ, Angel (Org). *Inquisición española y mentalidad inquisitorial*. Barcelona: Ariel, 1984. p.174-181.

BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. HOLANDA, Heloísa Buarque de. *Pensamento feminista*: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 213-230.

CALAINHO, Daniela Buono. *Agentes da Fé:* Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial. São Paulo, Edusc, 2006.

CALAINHO, Daniela Buono. *Metrópole das mandingas*. Religiosidade africana e Inquisição portuguesa no Antigo *Regime*. Rio de Janeiro: Garamond. 2009.

CARDOSO, Adelaide Filomena Amaro Lopes. *As religiosas e a Inquisição no século XVII:* quadros de vida e espiritualidade. Dissertação de Mestrado em História Moderna. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003.

CARRERA, Elena. El miedo intersubjetivo en la autobiografia de Teresa de Ávila. *Studia Historica:* Historia Moderna*,* v. 40, n. 2, p. 63-111, 2018.

CATARINA DE SENA , santa, 1347-1380. *As cartas de Santa Catarina de Sena.* Tradução de João Alves Basílio. São Paulo: Paulus, 2016. Clássicos da Espiritualidade.

CATARINA DE SENA, santa, 1347-1380. *O diálogo/Santa Catarina de Sena,* (Tradução João Alves Basílio). Coleção: Espiritualidade. – São Paulo, Paulus, 1984.

CERTEAU, Michel. *A Fábula Mística. Séculos XVI e XVII.* Volume 1. 1ªed. Forense universitária, 2015.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente.* 1300-1800. Uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

EVANGELISTI, Silvia. Religious Women, Mystic Journeys and Agency in Early Modern Spain. *Journal of Early Modern History,* n. 22, p. 9-27, 2018.

FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros:* curso no Collège de France (1982-1983). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GONÇALVES, Margareth de Almeida. *Império da Fé.* Andarilhas da alma da época barroca. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

HERMANN, Jacqueline. Sonhos, êxtases, viagens encantadas. Mulheres visionárias diante do Tribunal do Santo Ofício português, séculos XVI-XVII. *A Inquisição Portuguesa: 200 anos depois* / organização Angelo Adriano Faria de Assis, Bruno Feitler, Daniela Buono Calainho, Ronaldo Vainfas, Susana Bastos Mateus e Yllan de Mattos. – 1ª ed. Lisboa: Edições da Cátedra de Estudos Sefarditas "Alberto Benveniste" – Faculdade de Letras: Universidade de Lisboa, 2023.

HOUDARD, Sophie. Afeições da alma e emoções na experiência mística. In: VIGARELLO, Georges (Dir.). *História das emoções*: da Antiguidade às Luzes. Petrópolis: Vozes, 2020.

KRISTEVA, Julia. O Segundo sexo, sessenta anos depois. *Beauvoir presente*. São Paulo: Edições Sesc, 2019.

MARCOCCI, Guiseppe. PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821).* Lisboa: A esfera do livro, 2013.

MARTINS, Mário. *Uma biografia inédita de Sor Maria da Visitação.* 1ª ed. Veriati: Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa, 1956.

MENDONÇA, José Lourenço D. de; MOREIRA, Antônio Joaquim. *História dos principais actos e procedimentos da Inquisição em Portugal.* Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1980.

MUJICA PINILLA, Ramón. *Rosa limensis:* mística, política e iconografia en torno a la patrona de América: México: IFEA: CEMCA: FCE, 2005.

PACHECO, Moreno Laborda. *Uma vida para Maria de Jesus:* um confessor em defesa de sua beata, diante do Santo Ofício de Lisboa (1700 – 1701) *VS 28* (2021) p.89 – 109.

PIERONI, Geraldo. *Entre Deus e o Diabo.* Santidade Reconhecida, santidade negada na Idade Média e Inquisição portuguesa/ Geraldo Pieroni (organizador) Carmem Lícia Palazzo, Luiz Antônio Sabeh – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

RIBEIRO, Antônio Vitor. *O Auto dos Místicos:* Alumbrados, profecias, aparições e inquisidores *(séculos XVI-XVIII)*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.

ROWE, Kathleen Erin. *Saint and Nation:* Santiago, Teresa of Avila, and Plural Identities in Early Modern Spain. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2011.

SANTOS, Georgina Silva dos. Bruxas e freiras nas malhas da Inquisição portuguesa. In: MEGIANI, Ana Paula Torres; MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *Traços da obra de Laura de Mello e Souza*.1 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2021.

SANTOS, Georgina Silva dos. Véus de Heresias. Freiras e donatas nas malhas da Inquisição portuguesa (século XVIII). *Mulheres do mundo Atlântico:* gênero e condição feminina da época moderna à contemporaneidade / [Vanessa Bittencourt ... [et al.]]; organização Georgina Santos, Elisa Garcia. -1. ed. - Belo Horizonte [MG]: Fino Traço, 2020.

SOUZA, Laura de Mello e. *Inferno Atlântico:* Demonologia e colonização. Séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a terra de Santa Cruz*: Feitiçaria e religiosidades no Brasil Colonial. 2ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

TREVOR-ROPER, H.R. *The European witch-craze of the Sixteenth and Seventeen centuries,* Londres, Penguin, 1988.

WEBER, Alison. *Teresa of Avila and te Rethoric of Femininity*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

ZUMTHOR, Paul. *Performance, Recepção e Leitura*. Cosac Naify, 2007.

A festa vai começar... A Chaleira faz tchiii!! E a poeira vai subir. Histórias e memórias de um dos mais animados blocos de rua de Niterói

Leandro Manhães Silveira
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: “Para além de fevereiro... Samba e carnaval em Niterói (1946-1985)", ainda em andamento e através dele buscarei explicar como foram os processos de surgimento, desenvolvimento, crise e consequentemente o fim de um dos mais animados e conhecidos blocos carnavalescos de Niterói, o bloco da Chaleira. Criado em 1973 por um grupo de amigos que curtiam o futebol e o carnaval no bairro Teixeira de Freitas em Niterói, o bloco, em pouquíssimo tempo deixou o território improvisado de uma garagem de um prédio no bairro e se transformou em uma das principais febres do carnaval de rua do centro de Niterói, onde desfilou anos a fio nas manhãs/tardes carnavalescas. O bloco ganhou musculatura a partir da adesão de populares de Niterói e São Gonçalo e que eram arrastados em profusão pelos foliões do bloco que logo

muito cedo criaram algumas identidades peculiares: Desfilavam com tamanco e uniformizados, compunham sambas temáticos todos os anos, sambas estes que versavam sobre o cotidiano e na maioria das vezes traziam um tom de jocosidade. As sociabilidades gestadas em torno do bloco fizeram tanto sucesso que o bloco virou atração aguardada pelos foliões nas ruas de Niterói, onde executavam um roteiro e "arrastava o povo". De 1973 até o seu derradeiro desfile em 1986, o bloco da Chaleira representou a expansão para a cidade de uma forma social de entender e executar a festa carnavalesca do bairro da Teixeira de Freitas e Morro do Castro; e dessas áreas em expansão para o centro, que trazia com ela a manutenção da forma de brincar carnaval dos blocos de embalo em um momento no qual o carnaval da cidade passava a ser hegemonizado pelas escolas de samba e seu modelo de desfile estruturado em alas, assim, o bloco da Chaleira era o território para a brincadeira carnavalesca livre das amarras das disputas e dos regulamentos, no bloco da Chaleira, os foliões poderiam brincar carnaval sem as amarras da disputa.

1 O início avassalador: Da Teixeira de Freitas para as grandes ruas da cidade

Desde a sua fundação até seu desfile que encerrou sua primeira fase de participação nas festas de Momo na cidade, em 1986, o bloco permaneceu como bloco de embalo, e não passou às categorias de bloco oficial ou de escola de samba. Um bloco de embalo era caracterizado por ser um bloco mais descontraído, reunindo em torno de si e de seus componentes outras pessoas da população da cidade que foram aderindo a proposta do bloco e se agregando ao grupo e a sua identidade carnavalesca e aos modos que o bloco buscou desenvolver as marcas próprias de fazer a folia na cidade, com desfile organizado, uniformizados, mas descontraídos e com espaços para brincar carnaval sem as amarras de um regulamento que envolvesse a disputa, algo que predominava nas escolas de samba.

Os sambistas que fundaram a Chaleira possuíam trânsitos em outras áreas de grande influência e eram territórios de samba na cidade de Niterói e em seu entorno, tais como: Barreto, Engenhoca, Riodades, Boa Vista, Caramujo, Cubango, Morro do Castro e chegou até a incorporar sambistas da Caprichosos de Pilares, no subúrbio carioca. A Chaleira expressava a integração entre dois tipos de sociabilidades muito presentes no cotidiano Fluminense, o samba e o futebol, isto porque os amigos fundadores do bloco jogavam futebol em um

clube de pelada do Morro do Castro, bairro vizinho a Teixeira de Freitas. Entre os fundadores do bloco estavam: Celso Nogueira da Silveira, Adir Furacão, Seu Caboclo, Babá, Pitico, Guará, Luiz, Pezão, Nonota, Tiãozinho, Seu Cabral e uma única mulher, a Cleuza. (CELSO NOGUEIRA, 2014.) As memórias orais dos sambistas que fundaram e experimentaram de perto a realidade do bloco da Chaleira e do carnaval de Niterói pode exercer papel fecundo e intermediário cultural entre gerações, conforme nos ensinou Eclea Bosi ao trabalhar com a memória. (BOSI, 1992, p.146). Ao nos trazer importantes pistas sobre o cotidiano do bloco e de suas relações no bairro e na cidade, os relatos orais permitem que possamos interligar nexos e enlaçar contextos que no decorrer do tempo perderam espaço dentro da memória oficial da cidade de Niterói. E um dos efeitos dos esquecimentos sobre o carnaval de Niterói incide diretamente sobre as experiências do carnaval de rua e dos blocos carnavalescos de embalo da cidade, e o Bloco da Chaleira é um representante deste conjunto de experiências carnavalescas da cidade. Oralidade e memória não oferecem de pronto um esquema com as experiências comuns sobre aqueles que nos debruçamos a estudar como nos alerta Portelli e Almeida, mas abre campos de possibilidades compartilhadas. (ALMEIDA, 2004, p.145).

No seu primeiro desfile, a Chaleira reuniu uma pequena quantidade de pessoas no Largo do Moura, a bloco não tinha uniforme e nem tempo hábil para confeccioná-lo e usando o improviso, os sambistas Guará e Pezão conseguiram camisas do Unibanco, onde ambos trabalhavam na ocasião para poder uniformizar o bloco. (Paulo Pezão, 2014.) Desde o início, a marca identitária do bloco era o "limãozinho", cachaça com limão e açúcar que os componentes do bloco consumiam e ofereciam aos que aderissem ao bloco. A Chaleira, símbolo e nome do bloco surgiu a partir do empréstimo de uma chaleira pela mãe de um dos componentes. Eles passaram a usar a Chaleira como repositório do limãozinho, que era a bebida oficial do bloco.

O primeiro trajeto carnavalesco, ainda em 1973, foi percorrer a Teixeira de Freitas até a altura do Hospital Azevedo Lima, na altura da Alameda São Boaventura, no Fonseca. No ano seguinte, o quantitativo de pessoas já alcançava cerca de mil componentes, graças ao empenho dos fundadores na divulgação do bloco, e o presidente Celso Nogueira viu a necessidade de conseguir um espaço contíguo ao prédio onde morava para realizar os ensaios. (CELSO NOGUEIRA, 2014.) A partir dos contatos políticos, os sambistas foram negociando a autorização

para desfilarem no epicentro da folia carnavalesca de Niterói, o circuito rua São João- rua da Conceição, passando pela Avenida Amaral Peixoto.

No início dos anos 1970, boa parte da população de Niterói e de São Gonçalo, além de apreciar as noites carnavalescas nas ruas do centro de Niterói na parte da noite, aproveitava-se também a folia na parte matutina. E durante o dia quem imperava na festa eram os blocos, sobretudo os blocos de embalo ou de arrastão, tais como: O Calça Lee, da Engenhoca, O Tudo Sabe e Nada Diz e Zorro, ambos do Barreto e o Tobogã, da Bonfim, no Fonseca. A linha temática dos sambas ficava a cargo dos compositores vencedores que escolhiam o tema do desfile, eram temas leves ou jocosos. Os desfiles destes blocos eram organizados através de cordas e cada bloco buscava organizar da melhor forma as suas baterias em busca dos troféus de melhor bloco, mas sem a rigidez dos regulamento das escolas de samba que circunscreviam os desfiles apenas à avenida Amaral Peixoto. (SILVEIRA, VIUG E SILVA, 2017, p.171).

A Chaleira passou a desfilar a partir de 1974 juntamente com esses blocos de embalo que abriam a festa carnavalesca da cidade, na área central. O início, ou concentração desses blocos era no Jardim São João, percorriam a Rua Visconde de Sepetiba,

cruzando transversalmente a Avenida Amaral Peixoto, chegando até a Rua da Conceição, passando em frente ao Bar Municipal, chegando até a Praça do Rink. A seguir, o roteiro de desfile se reiniciava com a volta dos blocos. Do Rink passavam pela Conceição, tomando a Visconde do Uruguai, passando novamente pela Avenida Amaral Peixoto transversalmente, uns voltavam para o Jardim São João, outros como a Chaleira, seguia para a Rua Visconde de Itaboraí, onde no antigo bar Podes Crer, fazia um ponto de encontro do bloco para onde os componentes e amantes do bloco iam "tomar a saideira". Aqui cabe nos observar e salientar como essas agremiações foram capazes de fomentar e transmitir a força da festa carnavalesca na e da cidade de Niterói naquele contexto. Como coloca Muniz Sodré, as festas e as danças, sobretudo aquelas que são remanescentes da experiência da diáspora negra elas são espacializantes, criam e delimitam os seus espaços de maneira bem peculiar, desobedecendo as métricas, a geometria e os territórios geográficos delimitados ou ordenados como o consentido ou permitido para que elas realizem suas passagens e desfiles, bem diferentes dos desfiles das escolas de samba que estavam circunscritos à avenida Amaral Peixoto.

> Ao dançar, colocando-me ora aqui, ora ali, eu posso superar a dependência para com a diferenciação de tempo e espaço, isto é, a minha movimentação cria uma interdependência com relação às diferenças correntes entre altura, largura, comprimento. Em outras palavras, a dança gera o espaço próprio, abolindo provisoriamente as diferenças com o tempo, porque não é algo espacializado, mas espacializantes, ou seja, ávido e aberto à apropriação do mundo, ampliador da presença humana, desestruturador do espaço/tempo necessariamente instituído pelo grupo como contenção do livre movimento das forças. (SODRÉ, 2019, p.124).

2 O bloco cresceu demais…

Em 1975 a turma da Chaleira era notícia na coluna Carnaval de O Fluminense, organizada pelo jornalista Levi de Moura. A nota destacava o jovem sambista Mike Nelson de 13 anos e sua habilidade para o samba e ainda destacava os laços do bloco com a casa de artigos religiosos de umbanda primar, o Primo Monteiro, dono do estabelecimento fazia parte dos pagodeiros de primeira do bloco. (O Fluminense, 04/02/1975). O relações públicas da escola na ocasião, Luiz Carlos França, se esforçava bastante para divulgar notinhas sobre o bloco na mídia em geral, e com isso angariar para a agremiação os holofotes que pudessem fazer com que ela despontasse no cenário carnavalesco. Outra nota na mesma coluna em 07 de fevereiro

dava conta de que a Chaleira ia ferver e desfilaria domingo de carnaval às 9h da manhã no centro de Niterói, com a festa seguindo até às 10h quando os sambistas fariam uma parada no bar Podes Crer, na Ponta da Areia. No bar cantarolariam os dois sambas preparados para o carnaval de 1975, abre a Janela e Oh que Beleza. (O Fluminense, 07/02/1975). O samba *Oh que Beleza* ficou na memória dos componentes remanescentes do bloco da Chaleira. Em dezembro de 2015, durante entrevista realizada no Clube Combinado 5 de julho, os sambistas cantarolaram os versos:

> Que beleza, a Chaleira vem mostrar... / Mil moreninhas sambando, a rapaziada no batuque devagar/ A bateria, que beleza e as gatinhas, que beleza/ o diretor da bateria, meu Deus também é uma beleza/ Que beleza ôôô, ôôô, que beleza/ a Chaleira chegou. (SAMBA DA CHALEIRA 1975).

Para o carnaval de 1976, o bloco recebeu 19 sambas concorrentes, com temática livre. Depois de uma semana de análise saiu vencedor o samba do compositor Matheus. A festa da rapaziada da Chaleira só fazia crescer sobretudo entre os populares de Niterói e de São Gonçalo. A vestimenta do bloco era produzida de maneira artesanal pelos foliões da agremiação que customizavam suas roupas semanas antes do desfile. Entre

os itens obrigatórios: Tamanco, chapéu paulista e o sentimento de alegria. As mulheres desfilavam de shortinho e blusinha. O bloco já possuía alas, entre as de destaque, a das crianças e a dos idosos. Cercados pela famosa corda, os foliões, munidos de sua alegoria, a famosa Chaleira, improvisada a partir de uma Kombi que foi desmontada para esta finalidade, o povo da Chaleira ia arrastando o povão das ruas do centro, cantarolando seus sambas.

Sem contar com a subvenção oficial da municipalidade para organizar seus desfiles, mas muito animados, os componentes da Chaleira fizeram bonito no carnaval 77, com um samba de Pezão e Luiz Carlos França que reverenciava a alegria e o jeito engraçado de animar o carnaval do centro de Niterói.

> Este ano eu não vou marcar bobeira (Bis)/Vou tirar onda com o Bloco da Chaleira/ Quando eu chegar na cidade/ Que levantar a tampa/E a fumaça subir/Todo mundo vai gritar, chi! /A Chaleira está aí/Olá, lá olê, lê/Não abaixe o fogo/Deixe a Chaleira ferver. (SILVEIRA, VIUG E SILVA, 2017, p.199).

Foi em 1978 que a sambista Rosemary Pacheco conheceu o bloco da Chaleira e seu namorado Pezão. A partir daquele momento se integrou ao bloco e passou a atuar

ativamente nos ensaios de disputa de samba, organizando torcida, fazendo enfeites e vibrando para que os sambas da parceria de Pezão saíssem vencedores nas disputas internas. Mas de imediato também se entusiasmou em ir para os desfiles na avenida. Segundo a sambista: “Sabia sambar, torcia pelo samba de Pezão, fazia coração para a torcida, de dia era Chaleira, de noite voltava pra Viradouro... (ROSEMARY PACHECO, 2014). Era um tempo em que os compositores contavam com torcida pequena, praticamente só a família e amigos próximos iam torcer e ajudar na disputa. Eram pequenos cartazes de papel e /ou jornal picado, talco, papel laminado, tiras de bambu com fitas, xerox da letra do samba tiradas sem custo no trabalho, os sambas eram curtos e viravam sucesso nos ensaios.

Em 1979, o divulgador e relações públicas do bloco, Luiz Carlos França junto com a diretoria conseguiu levar os ensaios do bloco para a área central da cidade de Niterói. Assim como fizeram as escolas de samba Cubango e Viradouro, a Chaleira passou a ensaiar naquele contexto no Fluminense Atlético Clube, situado à Rua Xavier de Brito, 22; Centro. (Jornal da Zona Norte, 02/2009). O bloco cresceu tanto que o número de componentes e acompanhantes triplicou nos carnavais subsequentes. Em 1980 foi o único bloco de arrastão a desfilar

com um carro alegórico nos festejos de encerramento do carnaval niteroiense, na madrugada de terça-feira de carnaval. Aqui temos importantes mudanças nos horários dos blocos de embalo e arrastão. Deslocá-los para o final da festa, tirando-os da abertura matutina carnavalesca tinha algum objetivo específico ou era apenas um detalhe da nova organização carnavalesca? É necessário não perder de vista que vários blocos de embalo se transformaram rapidamente em escolas de samba entre o fim da década de 1970 e início da década seguinte: Ilha, Sossego, Camisolão entre outros são exemplos dessa movimentação, e até a Associação das Escolas de Samba de Niterói e São Gonçalo passou a ter a categoria blocos entre os seus grupos afiliados, passando a ser denominada Associação das Escolas de Samba e Blocos de Niterói e São Gonçalo no final dos anos 1970.

De algum modo, podemos afirmar que para a municipalidade parecia mais fácil disciplinar esses blocos deslocando-os para dias e horários mais apropriados para esse processo de contenção, organizar início, ordenar e estipular troféus para os vencedores se transformou em tática para esse fim, sobretudo para aqueles que naquele momento não ensejavam ou não tinham condições reais para se tornar filiados

da Associação, entre os quais podemos citar: Chaleira, Tudo Sabe e Nada Diz e Tobogã. A Chaleira fez sucesso novamente em 1980, e segundo reportagem de O Fluminense foi um dos que mais agradaram a plateia e o público. O troféu que recebeu como prêmio foi entregue pelo presidente de honra da Beija-Flor de Nilópolis, Aniz Abrãao David, o Anísio. O 12º Batalhão de Polícia acompanhou os desfiles com um destacamento de 90 homens que contou com a ajuda do efetivo da guarda municipal niteroiense. (O FLUMINENSE, 21/02/1980). A presença da Polícia e da Guarda Municipal denota o crescimento do bloco, mas também mostra que apesar das tentativas de ordenamento dos blocos de embalo, eles mantiam viva uma de suas maiores características: um desfile descontraído, alegre e que permitia a adesão daqueles que quisessem acompanhá-los, mesmo que do lado de for a das cordas.

A Chaleira cresceu tanto que seus diretores buscaram ou se viram obrigados a constituir outros contatos para dar conta desse movimento de crescimento. Com a ajuda do português Antônio Noronha, que passou a ser uma espécie de patrono do bloco, os sambistas começaram a organizar os seus ensaios em espaço mais amplo na Teixeira de Freitas. O patrono do bloco cedeu um terreno para os ensaios, esses eventos chegavam a

comportar mais de 2000 pessoas. (LUIZ CARLOS FRANÇA, 2014).

3 O Bloco da Chaleira do ápice do sucesso ao fim…

Entre 1980 e 1986 o bloco da Chaleira experimentou momentos de glórias e de dificuldades. Sucesso total no início dos anos 1980, o bloco chegou a receber convites do então prefeito de Niterói Moreira Franco em 1982 para se transformar em escola de samba, convite este que não foi aceito seja por falta de estrutura, seja porque os seus dirigentes quisessem manter a característica de bloco de embalo/ arrastão.

Com a criação do sambópolis entre 1981 e 1983, também conhecida como passarela do samba de Niterói e ainda como "desfile no deserto" entre os sambistas[1], o carnaval espontâneo de rua de Niterói começou a sentir os reflexos da intervenção da municipalidade sobre o grande território carnavalesco, já tão tradicional da cidade, a área que ia do Jardim São João ao Rink, com destaque para a Avenida Amaral Peixoto. Mesmo com a possibilidade de desfiles de blocos no antigo território, a "desterritorialização" e (re)territorialização das escolas de

1 Os desfiles de Escolas de samba passaram a ser realizado na Rua 100, paralela a Rua Visconde do Rio Branco, onde hoje está situado o Caminho Niemeyer.

samba afetou a dinâmica carnavalesca da cidade. Muitos foliões chegavam cedo na área, brincavam nos blocos e ficavam até os desfiles das escolas de samba, passavam o dia na folia do centro de Niterói ou iam em casa e voltavam mais tarde. Com a divisão dos territórios, o público acabou se dividindo e a tendência foi o esvaziamento das duas sociabilidades. Todo o discurso e providência para criar a passarela do samba visou organizar o espetáculo das grandes escolas, criar camarotes, área vip, trazer a TV Educativa (TVE-RJ) para a realização da transmissão dos desfiles das escolas de samba, estimular o turismo para a cidade e convencer o niteroiense a não deixar a cidade em direção à região dos Lagos no carnaval. Mas o efeito real após três anos de experiência foi oposto. (JORNAL ICARAÍ, 18 a 25/02/1983).

Os foliões das escolas de sambas estavam insatisfeitos e saudosos desfiles da Amaral Peixoto e o que se viu de fato foi o esvaziamento do carnaval de rua da cidade. Com a transição política tensa e a cidade financeiramente falida em 1982 e com a posse de Waldenir Bragança em 01/02/1983, a apenas 10 dias para o carnaval, os reflexos negativos sobre o carnaval de 1983 foram imensos. A sensação de que a cidade ficou vazia imperou sobre o carnaval que tinha como tema: “A minha pipa está no ar” A Prefeitura concentrava esforços para incentivar o povo a

lotar o sambópolis. A realidade mostrou-se diferente do desejo. Com ingressos caros no sambópolis, o mais barato era Cr$ 200,00, o povo ficou do lado de fora até que a prefeitura liberou as entradas no primeiro dia de desfiles. Quem tinha condições de viajar, optou pela região dos Lagos, cerca de 8000 carros se dirigiram para essa área, ou seja, Niterói ficou vazia. (SILVEIRA, VIUG E SILVA, 2017, p.236).

Apesar da volta do carnaval para a Avenida Amaral Peixoto em 1984, os desfiles de blocos avulsos e de embalo como a Chaleira continuaram em uma espécie de ostracismo. O carnaval de rua de Niterói que até poucos anos antes era vibrante, colorido e alegre parecia ter perdido o brilho. Nos jornais A Tribuna e Icaraí é visível que havia um esforço da mídia e de alguns clubes da zona Sul de reativarem o carnaval de rua a partir do incentivo aos blocos de clubes como o Canto do Rio e Regatas, a festa carnavalesca concentrada há décadas no quartel general do centro da cidade arrefeceu e timidamente se espraiou de volta para os bairros, com o apoio também da prefeitura que passou a estimular a festa nos bairros, descentralizando o carnaval.

No derradeiro desfile do bloco da Chaleira em 1986 houve um esforço de alguns de seus diretores e fundadores para

colocar o bloco nas ruas da cidade. Os sambistas do bloco àquela altura enfrentavam divergências internas e diante ao contexto de crise carnavalesca na cidade e crise econômica nacional, colocar o bloco na rua foi um enorme desafio. Luiz Carlos França liderou o processo e o desafio. Sem instrumentos de percussão para desfilar fez contato com o pessoal da Cubango e do Bloco Beriguibar, situado à Rua Maurício de Abreu, em Neves, São Gonçalo e conseguiu a bateria do bloco emprestada, 20 peças, com 4 surdos de ferro. Luiz Carlos tornou-se uma espécie de presidente improvisado, conseguiu um trio elétrico e realizou o "derradeiro" desfile a partir do Jardim São João até a Amaral Peixoto (LUIZ CARLOS FRANÇA, 2014).

Os integrantes Ailton e Tuninho foram às pressas até São Paulo para comprar os chapelões e os tamancos. O sambista Coco, quase que profeticamente, compôs o samba daquele carnaval: "Disseram que a Chaleira ia acabar/ Mais isso eu não posso acreditar/ Chaleira vem descendo a Teixeira/ Trazendo a tradição desse lugar/ E na Avenida eu quero ver você sambar". (SAMBA DA CHALEIRA, 1986).

Passados 22 anos, em 2018 o Bloco da Chaleira foi reativado. Desfila apenas pelas ruas da Teixeira de Freitas. Não tem patrocínio e quem o organiza atualmente é uma junta

governativa da Vila Oliveira. De certo não estamos mais falando do fenômeno que foi nos anos 1970 e início dos anos 1980, mas o conjunto de experiências vividas e produzidas coletivamente pelos integrantes do bloco carnavalesco Chaleira produziu um conjunto de significados, sentimentos de pertencimentos e identidades locais e para a cidade que sobreviveram a borracha do tempo, aos silêncios de cuícas, pandeiros, surdos e tamborins e segue neste novo contexto expressando os modos e identidades de fazer e brincar o carnaval do pessoal da Teixeira de Freitas e Morro do Castro. (JORNAL DAKI, 28 /06/2020).

Referências

A TRIBUNA, *Coluna Vamos sambar* 19/02/1976.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Encantos e desencantos da cidade: trajetórias, cultura e memória de trabalhadores pobres de Uberlândia-1970-2000. in: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto e KHOURY, Yara Aun. (Orgs.). *Muitas memórias, outras histórias.* São Paulo, Olho d'Água, 2004.

BOSI, Eclea. *Memória da cidad*e: Lembranças Paulistanas. In: O Direito à Memória, São Paulo: SMC, 1992.

Entrevistas de Luiz Carlos França, Celso Nogueira, Rosemary Pacheco e Paulo Pezão concedida a Leandro M. Silveira, Matheus Viug e Winnie Delmar em 19 e 20/12/2014.

HOBSBAWM, Eric; RAGER, Terence (Eds.). *La Invención de la Tradición.* Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

JORNAL da Zona Norte, 02/2009.

JORNAL Daki, 28/06/2020.

JORNAL Icaraí, 18 a 25/02/1983.

KHOURY, Yara Aun. *Muitas memórias, outras histórias*: cultura e o sujeito na história in: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto e KHOURY, Yara Aun. (Orgs.). Muitas memórias, outras histórias. São Paulo, Olho d'Água, 2004.

MOREIRA, Viviane Pereira. *Vozes da periferia*: as relações socioespaciais do morro do Castro. Dissertação de Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação, 2021.

O FLUMINENSE, 04/02/1975.

O FLUMINENSE, 07/02/1975.

O FLUMINENSE, 21/02/1980.

POLLAK, Michael. *"Memória, esquecimento e silêncio".* Revista Estudos Históricos, v. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15.

PORTELLI, A., Janine Ribeiro, T. M. T., & Ribeiro Fenelón, R. T. D. (2012). *O que faz a história oral diferente*. Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 14. Recuperado de https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233.

SILVEIRA, Leandro. M.; VIUG, Matheus. T.; SILVA, Winnie Delmar S. *Antigamente é que era bom*: A folia niteroiense entre 1900-1986. 1. ed. Niterói: Niterói Livros, 2017. 262p.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade*: a forma social negro-brasileira. Ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

ZIBECHI, Raul. *Territórios em resistência:* cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

A Operação Lava Jato a partir das páginas jornal O Estado de S. Paulo: O discurso da corrupção como uma estratégia de mobilização antipetista

Letícia Crespo Bomfim
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista FAPERJ

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da dissertação de mestrado, cujo título é: "A Operação Lava Jato no jornal *O Estado de S. Paulo*: a construção em torno do consenso do antipetismo (2014-2016)", ainda em andamento. Começamos nossa abordagem a partir da hipótese de que o jornal *O Estado de S. Paulo*, alinhado com uma agenda política e econômica neoliberal, mobilizou a Operação Lava Jato e suas consequências como parte de uma estratégia que teria como objetivo final o enfraquecimento do "lulismo" e, consequentemente, do governo petista de Dilma Rousseff. Dessa forma, inserindo a pesquisa em uma perspectiva gramsciana, o jornal agiu como *aparelho privado de hegemonia*[1].

1 Para Antonio Gramsci, os aparelhos privados de hegemonia são mecanismos formados por escolas, sindicatos, partidos, imprensa e outras instituições, organizadas no interior da sociedade civil, e que são responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias formadoras da consciência social. São, portanto, os agentes da hegemonia, os portadores materiais da produção ideológica que buscam consolidar apoio na sociedade

O conceito de corrupção: o cenário brasileiro e internacional

A corrupção torna-se uma pauta de interesse público, como um inconveniente a ser combatido, a partir da construção do Estado Moderno, do Estado-nação, e da necessidade de legitimá-lo. Ao incorporar a igualdade jurídica entre seus cidadãos e a abertura das instituições do Estado para todos – independente da classe a qual pertence –, o Estado capitalista burguês se apropria deste conceito com o objetivo de distinguir formalmente os recursos públicos e privados. Para Boito Jr., esta divisão é apenas formal, pois, na realidade, os recursos do Estado estão à disposição da classe capitalista. Desta forma, levando-se em conta que classe social tem uma percepção (baseada em valores) acerca do conceito de corrupção, a luta contra a corrupção esconde o perfil de classe do Estado na sociedade burguesa, serve à sua própria dominação. Logo, a corrupção deve ser tratada como ideologia: "no caso, uma representação inconsciente, deformada e interessada sobre a natureza e o funcionamento do Estado capitalista" (BOITO JR., 2017, p.13).

civil, seja para manter a dominação por parte dos grupos dominantes, seja para construção de projetos contra-hegemônicos pelas classes subalternas (GRAMSCI, 2010).

No Brasil, o discurso anticorrupção já foi utilizado em diversos contextos históricos, como nos governos Vargas (1930-45 e 1951-54), na campanha de Jânio Quadros (1959), no golpe de 1964 (além da agenda anticomunista, a luta contra a corrupção também foi assumida), no impeachment de Collor em 1992 e no governo de Fernando Henrique Cardoso, que sofreu acusações de compra de votos para a aprovação da PEC da reeleição. E, nos governos petistas, dois casos, que viram escândalos políticos com enormes consequências: o Mensalão, ainda no governo Lula, em 2005, e a Operação Lava Jato, a partir de 2014. Ao analisarmos estes cenários, o que fica bastante claro é a mobilização da corrupção como instrumento político, seja para incorrer em descrédito de políticos ou ainda para destacá-los como notáveis quando assumem compromissos com uma agenda anticorrupção.

Devido a esta complexidade do tema, ao rejeitar o que podemos chamar de "tradição moralista e normativa" dos estudos sobre corrupção, que atribuem a corrupção a heranças históricas e culturais, a desvios éticos ou ações de quadrilhas, Marcos Bezerra aponta que a corrupção passa a ser um objeto de disputa de sentidos no contexto das lutas sociais. O termo é apropriado de diferentes formas como convém ao contexto e ao

grupo que a mobiliza. O autor compreende que o que é considerado ato corruptivo no Brasil é uma atividade institucionalizada, integra o funcionamento do real do Estado, da prática política e de suas formas de sociabilidade, ou seja, a mobilização das redes de relacionamentos de pessoas de diferentes posições institucionais (funcionários, políticos, autoridades governamentais) (BEZERRA, 2018, p. 17). Faz uso do funcionamento do Estado e de suas instituições legítimas, mobilizando mudanças legais para transformar os interesses de pessoas e grupos públicos e privados em ações e medidas de caráter governamental (IBIDEM, p. 216-217).

Hoje, o debate acerca da corrupção, ou melhor, a agenda anticorrupção, não é assunto apenas local, doméstico, mas tornou-se internacional. A partir da dissolução da União Soviética e o crescimento da globalização, na década de 1990, o tema ganha maior importância global; além de diversos países elaborarem leis anticorrupção, órgãos de âmbito internacional[2] levam a corrupção para o centro do debate. Isso se justifica pela apropriação do conceito como uma estratégia para a expansão

2 Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA), Banco Mundial, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), Fundo Monetário Internacional (FMI) o Fórum Econômico Mundial e a Transparência Internacional (TI).

do capital transnacional, da agenda neoliberal, que ganha fundamento moral. (BEZERRA, 2018, p. 15)

Ao trabalhar o conceito de corrupção na esfera internacional, Peter Bratsis destaca que é assumido um discurso ideológico de manipulação de que a corrupção é a responsável pela pobreza e pelo subdesenvolvimento de países periféricos. Este discurso serve para justificar as desigualdades sem que de fato as explique, suas causas estruturais e, desta forma, o assunto passa a ser mobilizado para que o capital transnacional passe a justificar suas interferências em certos Estados, principalmente os periféricos, utilizando o discurso de que isso garantiria modernizações, fosse econômica ou política (BRATSIS, 2017, p. 22). Este movimento internacional, acaba por elevar o debate em torno da corrupção a uma questão pública de extrema relevância. Bezerra afirma que esta agenda anticorrupção não objetiva apenas ao controle de tais práticas, mas "tem se prestado a usos sociais distintos: regulamentação de relações políticas e comerciais, deslegitimação de governos e governantes, mobilizações sociais, lutas políticas" (BEZERRA, 2018, p. 16).

A Operação Lava Jato: pessoalização, judicialização e midiatização nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*

A *Operação Lava Jato* deveu-se a uma investigação iniciada em março de 2014 deflagrada pelo Ministério Público Federal do estado do Paraná, que logo uniu-se à uma força tarefa composta também pela Polícia Federal e ações do Supremo Tribunal Federal (STF). A Lava Jato revelou um grande esquema de corrupção na Petrobrás e em grandes obras de infraestrutura. Segundo site do Ministério Público, esta é considerada a maior investigação anticorrupção e de lavagem de dinheiro já conduzida na história do Brasil, atingindo centenas de políticos e algumas das maiores empresas do país, estatais e empreiteiras (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL).

O Ministério Público Federal traz os seguistes dados acerca da operação: a Lava Jato teve 79 fases até 12 de Janeiro de 2021, contando com a abertura de diferentes núcleos de investigação no Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal. Além disso, a apuração de evidências que envolviam pessoas com foro privilegiado teve como resultado a abertura de inquéritos no STF e no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Somando-se as várias frentes de investigação, as ações judiciais levaram à mais de 1000 mandados de busca e apreensão, além de prisões temporárias e preventivas – que, como será

destrinchado, entendemos que foram estratégias para constranger os investigados, que, pressionados, acabaram por assinar acordos com o MPF – e à condenação de mais 300 pessoas. [3]

No que diz respeito a estrutura do escândalo, o MPF destaca que o esquema funcionava a partir da seguinte repartição: (i) as empreiteiras, que "cartelizaram em um "clube" para substituir uma concorrência real por uma aparente. Os preços oferecidos à Petrobras eram calculados e ajustados em reuniões secretas nas quais se definia quem ganharia o contrato", isto em detrimento dos cofres públicos; (ii) funcionários da Petrobrás, que eram cooptados para que favorecessem aquelas empresas ao restringir as participantes dos processos de licitações – incluindo sempre a ganhadora do processo (de cartas marcadas), celebrando aditivos desnecessários e com preços excessivos, além de vazarem informações sigilosas; (iii) operadores financeiros, que intermediavam o pagamento da propina e a entregavam disfarçada de dinheiro limpo ao beneficiários; e por último (iv) os agentes políticos, pessoas que

3 Apenas em Curitiba, foram realizadas 1450 mandados de busca e apreensão, 163 prisões temporárias e 132 prisões preventivas, segundo dados do site do MPF.

integravam ou se relacionavam a partidos políticos, responsáveis por indicar e manter os diretores da Petrobrás, postos-chave na estatal, para manter o esquema deflagrado.

É verdade que quando se trata da Operação Lava Jato, existem muitas opiniões divergentes. A Operação Lava Jato é compreendida por muitos como um processo necessário para a moralização da política brasileira e, por outros, como uma Operação que se dá de forma arbitrária e com um precípuo de atingir a classe política. É com essa última perspectiva que se alinha essa pesquisa. A Operação Lava Jato teve como principal consequência a radicalização da política e a criminalização do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff e Luiz Inácio Lula da Silva.

A investigação da Lava Jato foi um mecanismo de ataque ao sistema político brasileiro. Segundo Avritzer há um "pessoalização" da Operação, dos elementos criminais, ou seja, hipóteses acerca de um crime que desgastassem um partido ou um político ganham uma grande relevância – neste caso, o Partido dos Trabalhadores e suas lideranças. A Lava Jato ganha ares de uma investigação moralizante contra o governo federal, a Petrobrás e empresários que de alguma forma haviam contribuído para os programas governamentais petistas. Sobre

isso, Martusceli ressalta que foram esses os alvos que a direita, amparada moralmente pela Lava Jato, escolhe em sua empreitada antipetista: o PT, Dilma e Lula porque eram a expressão das reformas sociais, políticas e econômicas no limite do capitalismo neoliberal; a Petrobrás, que era a empresa símbolo de tais reformas, "alicerce fundamental para a ampliação de gastos com políticas sociais"; e os empresários, destacando-se os da construção civil, as empreiteiras, que financiavam as campanhas eleitorais do partido – muito embora isso tenha sido feito em todos os partidos (MARTUSCELI, 2016, P. 27).

Para além disso, consideramos que a Operação Lava Jato teve como principal personagem em seus desdobramentos o Poder Judiciário, que torna-se ator político, com atuação fundamental dos meios de comunicação. Assim, mesmo sendo nosso objeto de análise um jornal, é imprescindível entendê-lo como uma ferramenta para o que André Singer chama de judicialização da política naquele contexto. O autor faz referência ao fato de juízes e promotores mudarem regras democráticas para atingir um fim objetivo, como a criminalização de certos adversários políticos (SINGER, 2018, p. 245). Fabiana Rodrigues destaca algumas destas mudanças,

como as adaptações momentâneas em arranjos judiciais de certos processos e que não se tornavam regras de modo a regular as operações que se seguiam; a seletividade baseada em critérios discricionários e que muitas vezes eram quase arbitrários. Rodrigues denomina este fenômeno como um "voluntarismo político" por parte dos funcionários públicos do sistema de justiça brasileiro, que colocam os fins acima dos meios para alcançar e mesmo justificar determinados resultados na Operação, que só são possíveis devido ao grande engajamento por parte destes funcionários (RODRIGUES, 2020, p. 117-118).

Em artigo publicado em 2004, o próprio juiz Sérgio Moro, responsável pela Operação Lava Jato na 13ª Vara Criminal do Paraná, tratando de um outra operação contra casos de corrupção, a Mani Pulite (Mãos Limpas) na Itália, fez considerações acerca das estratégias utilizadas pelo judiciário italiano, e acabou colocando luz sobre os mecanismos utilizados para atingir tais resultados: as prisões preventivas, que teriam como objetivo fazer o isolamento dos investigados, que ficariam pressionados a confessar, temerosos de que outros o fizessem primeiro e eles perdessem benefício, as delações premiadas e a publicidade conferida ao desenrolar das ações dos investigadores. (MORO, 2021)

Jorge Chaloub percebe que Moro era convicto de que, em momentos específicos, os objetivos legítimos deveriam ser priorizados. Entendemos serem esses objetivos aqueles que julgasse subjetivamente mais importantes, trata-se de uma noção particular do direito. Desta forma, há uma relativização das leis, seus princípios absolutos e abstratos, que deve ser aceita caso tenha eficácia em torno do objetivo que se quer alcançar, seja "conferir prioridade ao princípio da publicidade com relação ao princípio da privacidade ou, ainda, relativizar a presunção da inocência em nome da necessidade de um combate rigoroso e eficaz a certos tipos de criminalidade" (CHALOUB, 2018, p. 234-236).

Moro buscava em seu trabalho uma eficácia que se resumia no "desmonte de um sistema corrupto", condicionada não apenas aos avanços das ações do judiciário, mas também ao apoio da opinião pública, obtida através da ampla divulgação das investigações e seus resultados. No artigo já mencionado de Sergio Moro, o então juiz defende que a publicidade da Operação Mani Pulite teve como resultado não só o favorecimento de novas colaborações – já que os investigados tinham informações de outros acordos de delações –, mas também a garantia de apoio da opinião pública aos

investigadores e suas ações (MORO, 2021, p. 55-56). Além da publicidade dos passos dos investigadores, o interesse público pela operação era mantido através de vazamentos destas ações para a imprensa. Assim, no contexto da Operação Lava Jato no Brasil, entendemos que a judicialização tem efeitos maiores através da mobilização dos meios de comunicação, que lhe garantem legitimidade e visibilidade. Assim, através da espetacularização, do linchamento midiático e dos vazamentos seletivos, as denúncias eram vistas como prova material ou mesmo a condenação prévia do investigado por essa mesma opinião pública.

O jornal *O Estado de S. Paulo* faz parte do processo debatido. Utiliza a Operação Lava Jato para fazer oposição a Dilma Rousseff, ao PT e também Lula e, assim, enfraquece-los perante a sociedade brasileira. Para refletirmos as estratégias utilizadas, destacamos dois momentos diferentes nos quais o jornal assume um posicionamento político escrachado: a eleição de 2014 – quando teve o objetivo de impedir a reeleição de Dilma Rousseff e eleger Aécio Neves; e, depois que Rousseff é afastada pelo processo de impeachment, Michel Temer, então presidente interino, é citado em delações e, mesmo assim, sua

posse é defendida em detrimento da manutenção de Dilma no poder.

No processo eleitoral de 2014, o jornal assume apoio a Aécio Neves, candidato pelo PSDB, nos editoriais. O candidato seria o símbolo da honestidade e da modernidade no Brasil. Naquele contexto, ocorrem vazamentos seletivos acerca da delação de Paulo Roberto Costa[4], tanto no 1º turno, quanto no 2º. Costa denunciou o pagamento de propinas para agentes públicos em troca de contratos com a Petrobrás; o esquema abastecia as campanhas eleitorais, políticos e agremiações recebiam o equivalente a 3% de comissão sobre o valor de cada contrato na estatal. É destacada a participação do ex-diretor Renato Duque – acusado de ser responsável pela arrecadação de dinheiro para partidos – e do tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, que, segundo Costa, negociava as comissões. Evidente que o conteúdo teria afetado o governo em qualquer outro momento. No entanto, ocorre em meio às campanhas eleitorais daquele ano. Assim, os vazamentos e as massivas publicações em torno disto tem como objetivo afetar negativamente a campanha de reeleição de Dilma Rousseff – justamente no momento no qual

4 Ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, envolvido no esquema investigado na Operação Lava Jato.

a presidente e Marina Silva apresentavam empate técnico no 1º turno

Em editorial, a situação é colocada da seguinte forma: "o assalto tolerado à petroleira decerto servia para satisfazer os membros da base aliada, de modo a assegurar a coligação eleitoral que daria à candidata quase metade do tempo do horário de propaganda. Se assim é, Dilma tirou da roubalheira proveito material [...]" (OESP, 9/09/201, p. A3). Para os editorialistas, a corrupção no Brasil seria fruto do patrimonialismo histórico nas instituições desde os tempos coloniais; mas teria sido o "lulopetismo" que havia aprimorado "em benefício próprio os métodos da corrupção" (OESP, 22/09/2014, p. A3). Os dois escândalos seriam exemplos do "mar de lama" que se afundava o país, "[...] dão a medida de até que ponto os 12 anos de governos do PT degradaram a moral pública" (OESP, 28/09/2014, p. A3); "o partido do governo cuja antiga cúpula foi condenada por corrupção, pego de novo em traficâncias." (OESP, 10/10/2014, p. A6). Assim seguem outros editoriais e artigos, afirmam que no esquema que drenava os recursos da maior estatal do país, "como tem sido habitual", apareciam as digitais do PT (OESP, 12/10/2014, p. A3); ou ainda diziam que

avançar sobre o dinheiro público era uma "loucura incontida" do partido (OESP, 17/10/2014, p. A2).

Quanto à publicação das delações, o jornal não deixa de se posicionar frente às críticas feitas ao juiz Moro. Diante do contexto no qual foram tornados públicos os depoimentos, Rousseff, em entrevista, afirma que havia uma manipulação política das investigações, que se tratava de um golpe. Isto é o que basta para que o Estadão se coloque em defesa da Lava Jato e de Sérgio Moro. Parece que endossando o Caderno de Política, os editorialistas defendem que Dilma "flerta com o autoritarismo daqueles que não conseguem aceitar o contraditório e a alternância no poder" (OESP, 16/10/2014, p. A.3). Em outro, afirmam ser "produto de má-fé" alegar que a publicidade dos depoimentos tratou-se de vazamento seletivo, além de atribuir dolo ao juiz Sérgio Moro. Dora Kramer é tão incisiva quanto os editorialistas do jornal, afirma que Moro e os procuradores da Lava Jato deveriam ser acusados de manipulação política se escondessem os depoimentos, que deveriam ser públicos por lei; "se alguém está querendo dar o golpe [...] é o PT quando recorre ao velho truque do João sem braço" (OESP, 15/10/2014, p. A.6).

Entendemos que os vazamentos e sua divulgação tiveram como objetivo desqualificar Dilma Rousseff e o PT para que,

assim, ela não conquistasse a sua reeleição. A delação e a divulgação tem o *timing* perfeito para garantir a derrota de Rousseff. De qualquer forma, apesar das primeiras fases e delações da Operação Lava jato, somados aos massivos ataques a Dilma, a presidente conquista a reeleição no segundo turno. No entanto, a vitória não lhe garante estabilidade política – mesmo sua vitória havia sido por uma pequena margem de diferença (51,6%) –, mas, pelo contrário, o segundo governo Dilma é acossado pelas consequência da Operação Lava Jato e, continuamente, pelo jornal.

Ao vencer, Dilma propõe diálogo e se compromete a "ser melhor". O Estadão reage:

> Nesse momento, ademais, a sociedade está de olho postos em outra questão – os escândalos da Petrobrás. No ano que se aproxima, os desdobramentos judiciais das delações judiciais das delações premiadas [...] com a provável identificação da trintena de políticos que teria citado em conexão com a lambança – e que deve [grifo nosso] incluir parlamentares do PT, PMDB e PP, pelo menos –, representarão um obstáculo de monta para a distensão política que Dilma apregoa. Nesse clima, não convém esperar o advento de uma presidente 'muito melhor do que fui até agora'" (OESP, 28/10/2014, p. A3).

Como o candidato da oposição não vence, a Operação Lava Jato toma outros rumos no jornal. Agora servia ao processo de impeachment, para pressionar a classe política em direção a isto, o que é alçado em 2016.

Desde 2015, Michel Temer, então vice-presidente, havia rompido com o governo. E em outubro de 2015, seu partido, o PMDB divulgava o programa "Ponte para o Futuro". Tal programa sinalizava para o mercado um novo ajuste neoliberal e pregava a necessidade de um controle fiscal permanente. Isto também servia aos interesses do Estadão, que defensor daquela agenda, passa a apoiar Michel Temer como uma solução a Dilma Rousseff e ao PT. Após afastamento de Dilma em abril de 2016, os editorialistas defendem que Temer estava longe de ser a solução que os brasileiros sonhavam. "É contudo o que temos para reverter o pessimismo que um PT revanchista tenta incutir nos brasileiros" (OESP, 02/06/2016, p. A2). Mesmo quando seu nome é ligado a esquema de propina na Petrobrás em delação premiada, o jornal O Estado de S. Paulo não se coloca tão combatente quanto o fez com Dilma:

> "a denúncia contra Remer deve ser investigada e se comprovada, o levará a julgamento quando não estiver mais exercendo o mandato presidencial. Porém, esta citação de Temer não

> pode ser pretexto para que o país experimente a paralisia que muitas vezes precede a catarse. O governo não pode perder um minuto no combate, entre outros, ao enorme desajuste das suas contas, com todas as consequências negativas na atividade econômica, provocado pela farsa do populismo irresponsável do PT com os recursos públicos. Em resumo: a corrupção é endêmica, mas está sendo combatida. A tarefa mais difícil e complexa de tirar o país do buraco é responsabilidade do governo que, gostemos ou não, saiu das urnas de 2014." (OESP, 17/06/2016, p. A3).

Conclusão

Através da análise do jornal, fica evidente que os meios de comunicação e, nesse caso, especificamente o jornal *O Estado de S. Paulo*, são mobilizados com objetivos escusos de retirar o PT do poder. O processo eleitoral de 2014 foi um "ensaio" que não dá certo e que tem como consequência do seu resultado a radicalização da política brasileira nos anos seguintes através da Lava Jato. O posicionamento do jornal quanto às denúncias contra Michel Temer deixam evidente que a finalidade da mobilização da Operação Lava Jato no jornal: o enfraquecimento do "lulismo" e, consequentemente, do governo petista de Dilma Rousseff e seu impeachment. Assim, o jornal assume um papel de *aparelho privado de hegemonia* que busca construir um consenso contra o governo e seu projeto político.

Referências

AVRITZER, Leonardo. “Operação Lava Jato, Judiciário e Degradação Institucional” In: KERCHE, Fábio; FERES JUNIOR, João (orgs.). *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. Editora Contracorrente. Edição do Kindle, 2018.

BEZERRA, Marcos Otavio. Corrupção e Produção do Estado. *Repocs*, v.14, n.27, jan./jun. 2017, p. 99-130.

BEZERRA, Marcos Otavio. *Corrupção: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil.* 2ª Edição - Rio de Janeiro (RJ): Papéis Selvagens, 2018.

BOITO JUNIOR, Armando. A corrupção como ideologia. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 44, 2017, p.9-19.

BRATSIS, P. A corrupção política na era do capitalismo transnacional. *Crítica Marxista*, n.44, p.21-42, 2017.

CHALOUB, Jorge Gomes de Souza; LIMA, Pedro Luiz. Os juristas políticas e suas convicções: por uma anatomia do componente do golpe de 2016 no Brasil. In: *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza, v.49, n. 1, p.202-252, mar./jun., 2018

KANAAN, Gabriel Lecznieski. *Sob as asas da águia: a burguesia brasileira e o capital-imperialismo – de Lula a Bolsonaro (2003-2023)*. 805 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social). Universidade Federal Fluminense, 2023.

BIBLIOTECA NACIONAL. Localização: Seção de Periódicos (PRc-SPR 00002).

MARTUSCELLI, Danilo. As lutas contra a corrupção nas crises políticas brasileiras recentes. In: *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, Uberlândia, v. 6, n. 2, 2016.

MORO, Sergio. Considerações sobre a Operação Mani Pulite. In: *R. CEJ*, Brasília, n. 26, p. 56-62, jul./set. 2004.

MORO, Sergio. *Contra o sistema da corrupção*. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2021

O ESTADO DE S. PAULO. O acervo de também está disponível para a consulta on-line através do sítio: https://acervo.estadao.com.br.

RODRIGUES, Fabiana Alves. *Lava Jato: aprendizado institucional e ação estratégica na Justiça.* 1ª Edição – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2020.

SINGER, André. *O lulismo em crise:* um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe:* entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016

VELASCO E CRUZ, Sebastião. *Contracorrente:* ensaios de teoria, análise e crítica política. São Paulo: Editora Unesp, 2019

Ecos de um presente traumático: memória, negacionismo e o ensino de história em tempos de pandemia

Livia Paladino Lopes
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ

Introdução

A pandemia de Covid-19, deflagrada em 2020, impôs à sociedade global uma ruptura abrupta e profunda, cujos efeitos transcenderam a esfera sanitária e se instalaram como um evento histórico total, reconfigurando as relações sociais, políticas e, de modo particular, as práticas educacionais. A transição emergencial para o ensino remoto transferiu a sala de aula, um ambiente de mediação pedagógica relativamente controlado, para a esfera digital, um espaço de discursos múltiplos, fluidos e, por vezes, antagônicos. Nesse novo contexto, o ensino de História, especialmente no que tange à abordagem de temas socialmente controversos, viu-se confrontado com desafios exponenciados, uma vez que as tensões entre narrativas históricas, memórias coletivas e movimentos negacionistas, já presentes no debate público, invadiram o ambiente de aprendizagem com uma força inédita.

Nessa arena digital, a distinção entre a história acadêmica, a escolar e a cotidiana tornou-se ainda mais difusa, expondo os estudantes a um fluxo contínuo de informações onde coexistem a análise criteriosa, a memória afetiva familiar e a desinformação deliberada. Este cenário foi agravado pela sinergia entre o negacionismo científico, que questionava a própria pandemia, e o negacionismo histórico, que se aproveitou do clima de incerteza para reforçar ataques a consensos sobre períodos sensíveis como ditaduras militares e a escravidão. Assim, a tarefa docente de mediar um "passado vivo", cujas feridas e disputas ainda reverberam no presente, tornou-se uma empreitada de alta complexidade, demandando uma reflexão aprofundada sobre o papel da disciplina histórica em tempos de crise.

Diante do exposto, o presente trabalho busca aprofundar a compreensão sobre os desafios e as estratégias pedagógicas que emergiram nesse período de excepcionalidade. A delimitação do tema se ancora, portanto, na seguinte problemática: como a mediação de temas sensíveis no ensino remoto de História, durante a pandemia, reflete as tensões entre memória, negacionismo, testemunho e disputas no espaço das

narrativas históricas? Para responder a esta questão, o trabalho parte de algumas hipóteses centrais.

Primeiramente, supõe-se que a migração para o ambiente digital, ao dissolver as fronteiras da sala de aula tradicional, intensificou o choque entre as memórias afetivas e coletivas dos alunos e a abordagem crítica e metodológica da disciplina histórica, fragilizando a autoridade do discurso escolar. Em segundo lugar, postula-se que os movimentos negacionistas se valeram da instabilidade social e da arquitetura das redes digitais para disseminar narrativas simplificadas e distorcidas, tornando a tarefa de mediação do professor ainda mais complexa e conflituosa. Por fim, levanta-se a hipótese de que, como resposta a esse cenário, o recurso ao testemunho, tanto de eventos passados quanto da própria crise pandêmica, se consolidou como uma ferramenta pedagógica essencial para humanizar o passado, fomentar a empatia e construir uma resistência eficaz às abstrações do negacionismo.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar as tensões e as reconfigurações no ensino de temas históricos sensíveis durante a pandemia de Covid-19, à luz dos conceitos de memória, negacionismo e testemunho. De modo específico, pretende-se: investigar as dinâmicas do confronto entre as crises

de memória e o discurso negacionista na arena digital; examinar o potencial pedagógico do testemunho como instrumento de humanização e desenvolvimento da empatia histórica; e, por fim, refletir sobre os desafios e as possibilidades que esse contexto impôs à prática docente e à função social da disciplina de História. A relevância desta pesquisa justifica-se tanto no campo acadêmico quanto no social. Para a comunidade científica, o estudo contribui com as áreas de Ensino de História, Educação e Memória Social, ao oferecer uma análise aprofundada de um fenômeno recente e de grande impacto, que redefiniu as práticas pedagógicas e intensificou debates epistemológicos sobre a natureza do conhecimento histórico. Para a sociedade e, em particular, para os educadores, o trabalho se mostra relevante ao sistematizar os desafios enfrentados e ao apontar caminhos pedagógicos possíveis para a formação de uma cidadania crítica, capaz de lidar com a complexidade do mundo contemporâneo e de se posicionar de forma consciente e fundamentada diante dos discursos que buscam manipular o passado para controlar o presente.

A metodologia empregada para a realização desta pesquisa foi a de revisão bibliográfica narrativa, com abordagem qualitativa. O levantamento das fontes ocorreu em bases de

dados confiáveis, como Google Scholar, Periódico Capes e Scielo, utilizando um recorte temporal que abrange publicações entre os anos de 2005 e 2025. Para a busca, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: "ensino de História", "temas sensíveis", "pandemia", "memória", "negacionismo" e "testemunho". Adotaram-se como critérios de inclusão: artigos completos publicados no idioma português e disponíveis gratuitamente nas plataformas mencionadas. Foram aplicados como critérios de exclusão a eliminação de textos incompletos, resumos, ou materiais cujo acesso integral não era gratuito.

A estrutura do trabalho foi organizada de modo a conduzir o leitor de uma contextualização do problema a uma análise aprofundada de suas tensões centrais, culminando em reflexões sobre as implicações pedagógicas. Inicialmente, o texto se dedica a apresentar o cenário da crise pandêmica como um catalisador das disputas em torno do passado, com foco na ascensão do negacionismo na arena digital. Na sequência, a investigação se aprofunda nos conceitos de memória e testemunho, examinando-os como ferramentas de resistência e de humanização no ensino de temas sensíveis. Por fim, a conclusão sintetiza os argumentos desenvolvidos e aponta para a importância de uma prática docente crítica e eticamente

comprometida com a defesa da democracia e dos direitos humanos.

O passado em disputa: negacionismo e crises de memória na arena digital

A crise sanitária da Covid-19 transcendeu seu caráter epidemiológico para se instaurar como um divisor de águas na percepção do tempo e do espaço social, acelerando a migração da vida pública para o ambiente virtual (Pereira, Seffner, 2018). Nesse novo cenário, o ensino de História foi particularmente afetado, pois a sala de aula, antes um espaço físico de mediação controlada, dissolveu-se numa arena digital onde narrativas históricas concorrentes, memórias familiares e discursos negacionistas passaram a disputar a atenção e a validação dos estudantes com uma intensidade sem precedentes (Carretero, 2010). A mediação de temas sensíveis, já complexa no ensino presencial, tornou-se um desafio ainda maior, exigindo dos educadores novas estratégias para lidar com um passado que se mostra cada vez mais vivo e conflituoso (Gil, Camargo, 2018).

Porém, o que se entende por um tema sensível? Mével e Tutiaux-Guillon (2013) afirmam que as decisões didáticas são decisões políticas e que a liberdade do docente consiste em fazer

escolhas. Os autores apontam que, a partir dos anos 1990, a discussão passou a denominar os temas sensíveis como: “questões quentes”, “sensíveis” ou “difíceis”, “vivas” ou “controversas”, “socialmente vivas”... Em um texto diferente, Tutiaux-Guillon aborda uma questão delicada, caracterizada por ser emocionalmente carregada, politicamente sensível, intelectualmente complexa e de grande relevância para o presente e futuro coletivo.

No cenário pandêmico, para além de uma mera mudança de plataforma, a transposição do ensino para o meio digital representou uma alteração fundamental na ecologia da informação histórica a que os jovens estão expostos (Carretero, 2010). Nesse ambiente, a distinção entre a história acadêmica, a história escolar e a história cotidiana torna-se fluida e, por vezes, imperceptível, com os alunos transitando entre o conteúdo curado pelo professor, as memórias afetivas partilhadas em casa e uma torrente de narrativas simplificadas ou distorcidas que circulam nas redes sociais (Pereira, Seffner, 2018). Essa sobreposição de fontes e autoridades cria um campo fértil para a crise das narrativas, onde a versão escolar da história passa a ser apenas mais uma entre tantas outras, muitas vezes com maior apelo emocional e viralidade (Catroga, 2015).

Com efeito, a pandemia evidenciou uma perigosa sinergia entre o negacionismo científico e o histórico, fenômenos que, embora distintos em seus objetos, partilham de uma mesma estrutura retórica baseada na desconfiança em especialistas, na promoção de teorias conspiratórias e no apelo a uma suposta "verdade" oculta que se opõe ao consenso estabelecido (Pereira, Seffner, 2018). A mesma lógica que levou à negação da eficácia de vacinas ou da gravidade do vírus foi mobilizada para questionar eventos históricos consolidados, como a ditadura militar ou a realidade da escravidão, transformando o debate público e a sala de aula virtual em palcos de uma guerra informacional (Gil, Camargo, 2018).

Nesse contexto de incertezas, a memória coletiva é convocada a desempenhar um papel central, não como um repositório passivo do passado, mas como um campo de batalha ativo e em permanente construção (Catroga, 2015). A crise do presente, marcada pelo trauma e pela instabilidade, atua como um gatilho para a reabertura de feridas históricas, reativando disputas memoriais que pareciam adormecidas (Sarlo, 2007). Temas sensíveis, que tocam em traumas e injustiças, tornam-se particularmente voláteis, pois a experiência coletiva da pandemia ressoa com outras memórias de sofrimento, tornando

a sociedade mais suscetível tanto à empatia quanto à manipulação (Pereira, Seffner, 2018).

Ademais, é crucial distinguir a memória, enquanto vínculo afetivo e identitário com o passado, da história como disciplina, que se orienta por um método crítico de análise de fontes e busca uma representação verídica do ocorrido (Ricoeur, 2007). Enquanto a memória tende a unificar e a oferecer consolo, a história problematiza, diferencia e complexifica, muitas vezes gerando desconforto ao desafiar lembranças consolidadas (Hartog, 2017). Na arena digital, onde a velocidade e a emoção prevalecem sobre a análise ponderada, a voz da memória frequentemente se sobrepõe à da história, intensificando os conflitos em torno da representação do passado (Sarlo, 2007). É justamente essa insistência de um passado que não se esgota em sua cronologia que Pereira e Seffner (2018) conceituam como "passado vivo". Temas como o racismo ou os legados autoritários não são eventos mortos e disciplinados em livros didáticos; são realidades que persistem no presente, cujos efeitos continuam a moldar a vida social. A pandemia, como experiência traumática vivida em tempo real, aguçou a percepção social sobre esses passados que "não passam", tornando a abordagem de temas sensíveis em sala de aula um

exercício de conexão direta entre as dores do ontem e as angústias do hoje, o que demanda uma sensibilidade pedagógica redobrada por parte dos docentes (Gil, Camargo, 2018).

A narrativa histórica escolar, tradicionalmente incumbida de construir um sentimento de identidade e pertencimento nacional, viu-se diretamente confrontada por essa explosão de memórias e contramemórias (Carretero, 2010). O relato muitas vezes unificado e heroico, proposto pelo currículo oficial, passa a ser contestado por memórias familiares, comunitárias e de grupos identitários que reivindicam seu lugar na história, questionando silenciamentos e omissões (Catroga, 2015). O professor, especialmente no ambiente remoto, encontra-se na difícil posição de mediador entre uma versão oficial do passado e uma pluralidade de memórias que emergem com força, como ilustra a situação sobre o debate da ditadura militar brasileira (Gil, Camargo, 2018).

Diante disso, a própria autoridade do historiador e do professor é posta em xeque, uma vez que a escrita da história, com sua exigência de distanciamento e prova documental, parece perder força perante a aparente autenticidade da memória vivida e do apelo emocional do negacionismo (Hartog, 2017). O historiador, que opera com a evidência documental e a crítica

das fontes, vê seu ofício ser desafiado por discursos que operam na lógica da crença e da convicção pessoal, dispensando a necessidade de provas (Sarlo, 2007). Essa tensão entre o saber crítico e as narrativas baseadas na fé representa um dos maiores desafios pedagógicos da era digital (Carretero, 2010).

Os estudantes, por sua vez, encontram-se no epicentro dessa disputa, bombardeados por uma multiplicidade de versões do passado cuja veracidade não conseguem aferir sozinhos (Gil, Camargo, 2018). A ausência do espaço físico da sala de aula, que funciona como um ambiente de decantação e mediação, deixa-os mais vulneráveis à desinformação e às narrativas que reforçam preconceitos ou oferecem explicações simplistas para realidades complexas (Carretero, 2010). A tarefa do professor de História, portanto, transcende a simples transmissão de conteúdo para se tornar um exercício de educação para a criticidade, ensinando os alunos a navegar nesse ecossistema informacional conflituoso (Pereira, Seffner, 2018).

Em suma, o período pandêmico não representou apenas um desafio logístico para o ensino de História, mas catalisou e tornou explícita uma profunda crise epistemológica e social sobre a representação do passado (Ricoeur, 2007). A arena digital converteu-se no espaço por excelência onde a memória,

o esquecimento, o negacionismo e a história se enfrentam de forma aberta e muitas vezes violenta (Catroga, 2015). Responder a essa questão central sobre como mediar temas sensíveis nesse contexto exige, portanto, não apenas novas ferramentas digitais, mas, sobretudo, uma reafirmação do compromisso da História com a verdade, a criticidade e a formação de uma cidadania democrática e plural (Hartog, 2017).

Pedagogias da empatia: o testemunho como ferramenta de humanização e resistência

Em resposta aos desafios impostos pela desinformação e pelas narrativas abstratas do negacionismo, emergem pedagogias que buscam recentralizar a dimensão humana da História (Pereira, Seffner, 2018). Nesse sentido, o testemunho surge como uma ferramenta pedagógica de extraordinária potência, pois ele desloca o foco dos grandes processos e estruturas para a experiência vivida, para o sofrimento e a resiliência dos sujeitos históricos (Gil, Camargo, 2018). Ao dar voz àqueles que vivenciaram os acontecimentos, o testemunho funciona como um poderoso contraponto à frieza dos fatos disciplinados, promovendo uma aprendizagem baseada na empatia e na humanização do passado (Sarlo, 2007). O

testemunho, enquanto relato de uma experiência vivida, funciona como a ponte fundamental entre a memória individual e a construção da história coletiva (Ricoeur, 2007). Para o ensino de História, sua força reside na capacidade de materializar o passado em uma narrativa pessoal, permitindo que os alunos se conectem emocionalmente com os eventos estudados (Catroga, 2015). A história de uma mãe haitiana cuja filha é chamada de "negra escrava" na escola, por exemplo, transforma o conceito abstrato de racismo em uma dor concreta e imediata, gerando um impacto que dificilmente seria alcançado por uma aula puramente expositiva (Gil, Camargo, 2018).

Por conseguinte, a abordagem de temas sensíveis através do testemunho permite humanizar o passado e, ao fazê-lo, desenvolver nos estudantes a empatia histórica, que é a capacidade de se colocar no lugar do outro e compreender suas ações e sentimentos dentro de seu contexto (Carretero, 2010). Ao invés de apresentar a história como um passado "frio e disciplinado", o testemunho a revela como um campo de experiências humanas, com dores, medos e esperanças (Pereira, Seffner, 2018). Essa conexão afetiva é crucial para uma aprendizagem significativa, pois transforma os sujeitos

históricos de meros nomes em livros para pessoas com quem os alunos podem se relacionar (Hartog, 2017).

Além de sua função humanizadora, o testemunho atua como uma potente ferramenta de resistência ao negacionismo (Pereira, Seffner, 2018). O discurso negacionista opera frequentemente pela generalização, pela descontextualização e pela negação da experiência subjetiva (Sarlo, 2007). A força do testemunho reside precisamente em sua particularidade e em sua carga afetiva, que tornam mais difícil a sua desqualificação. A voz de um sobrevivente de um campo de concentração ou de uma vítima de tortura possui uma autoridade moral e existencial que desafia diretamente a abstração desumanizadora das narrativas que buscam apagar ou minimizar o sofrimento (Ricoeur, 2007).

Contudo, é fundamental que o uso do testemunho em sala de aula seja acompanhado de uma abordagem crítica (Sarlo, 2007). A valorização da experiência subjetiva não pode significar uma renúncia ao rigor analítico que caracteriza a disciplina histórica (Hartog, 2017). Beatriz Sarlo adverte para os riscos de uma "guinada subjetiva" que transforma o testemunho em um ícone da verdade, isento de crítica. O testemunho deve ser tratado como o que ele é: uma fonte histórica, valiosíssima,

mas que, como qualquer outra fonte, precisa ser contextualizada, comparada e interpretada criticamente, a fim de não se cair numa epistemologia ingênua que iguala lembrar a entender (Sarlo, 2007, p. 21).

A própria pandemia de Covid-19 ofereceu um laboratório em tempo real sobre a produção e a circulação de testemunhos (Gil, Camargo, 2018). Os relatos de médicos na linha de frente, de pacientes que sobreviveram à doença e de famílias enlutadas tornaram- se parte central da construção da memória coletiva sobre a crise. Essa experiência contemporânea pode ser utilizada pedagogicamente para demonstrar aos alunos como os testemunhos são produzidos e como eles se tornam documentos históricos essenciais para a compreensão de eventos traumáticos, estabelecendo um paralelo com outros contextos históricos, como as ditaduras ou o Holocausto (Pereira, Seffner, 2018).

O papel do professor na mediação de testemunhos é, portanto, absolutamente central (Gil, Camargo, 2018). Cabe ao docente não apenas selecionar as fontes, mas também criar um ambiente de escuta sensível e de debate crítico em sala de aula, mesmo no formato virtual. Isso implica preparar os alunos para lidar com narrativas potencialmente traumáticas, gerir as

emoções que delas emergem e, ao mesmo tempo, fornecer as ferramentas analíticas para que o testemunho seja compreendido em sua complexidade, como uma representação do passado e não como o passado em si (Ricoeur, 2007; Carretero, 2010).

A força do testemunho reside em sua capacidade de conectar o passado ao presente, transformando a sala de aula num espaço de vivências. Um exemplo notável dessa dinâmica é descrito por Pereira e Seffner (2018), quando uma aula sobre a escravidão, inicialmente apática, é subitamente transformada pela passagem de uma viatura policial. A associação imediata feita por uma aluna ("estão perseguindo um negro") desencadeia uma série de testemunhos dos próprios estudantes sobre suas experiências com o racismo, tornando o "passado vivo" uma realidade palpável e imediata. Nesse momento, a história deixou de ser um conteúdo externo para se tornar uma experiência compartilhada. Nota-se:

> Imediatamente a sala fica inundada de observações feitas por outros alunos, nem consigo anotar tudo, pois são muitas falas ao mesmo tempo, mas se escutam afirmações como: "Quando entro no supermercado X (grande rede em Porto Alegre), sempre o fiscal fica me seguindo". "Na padaria lá na faixa os outros pegam o pão no balcão e vão pagar no caixa. Quando sou eu, eles levam o pão ao caixa, eu pago, e só depois eles me entregam o pão".

> "A minha mãe e eu fomos no crediário, e ela deixou a bolsa na cadeira, enquanto ia beber água no bebedouro, e quando voltou e pegou a bolsa de novo, o guarda veio perguntar se a bolsa era dela mesmo". "Eu disse pra minha tia que eu nem quero mesmo tênis novo no Natal, porque negrão com tênis novo é roubada na certa, é muita explicação o tempo todo". O passado ligado à raça e à escravidão não passou; bastou uma sirene, e ele invadiu a sala (Pereira; Seffner, 2018, p. 26).

Essa pedagogia da empatia, ao dar centralidade ao testemunho, também cumpre uma função de reparação, dando futuros ao passado, como sugere Fernando Catroga (2015). Ao resgatar e valorizar as vozes das vítimas e dos grupos silenciados, o ensino de História contribui para a construção de uma memória coletiva mais justa e plural. Não se trata apenas de entender o que aconteceu, mas de reconhecer o sofrimento e de assumir um compromisso ético com o futuro, para que as injustiças do passado não se repitam. Esse movimento confere à disciplina histórica uma dimensão cívica e política fundamental (Ricoeur, 2007).

Em conclusão, o testemunho, quando mobilizado de forma crítica e sensível, se revela uma ferramenta pedagógica insubstituível para enfrentar os desafios do negacionismo e da abstração histórica na era digital (Pereira, Seffner, 2018). Ele

permite resgatar a dimensão humana e vivida do passado, promovendo uma aprendizagem baseada na empatia e na resistência (Gil, Camargo, 2018). Ao articular a subjetividade da experiência com a objetividade da análise histórica, o professor capacita os alunos a se tornarem leitores críticos e cidadãos conscientes, reafirmando o papel da História não como um mero relato do passado, mas como um diálogo permanente e necessário para a construção de um futuro mais justo e humano (Catroga, 2015; Sarlo, 2007).

Conclusão

A presente pesquisa de revisão bibliográfica partiu da constatação de que a pandemia de Covid-19, ao transferir compulsoriamente as práticas de ensino para o ambiente digital, não apenas impôs desafios logísticos, mas catalisou e intensificou um conflito já existente em torno da representação do passado. A análise aprofundada das dinâmicas que se estabeleceram nesse novo cenário revelou que a arena virtual se converteu em um campo de batalha simbólico, onde a disciplina histórica, com seu rigor metodológico, se viu diretamente confrontada pela força afetiva das memórias coletivas e pela retórica corrosiva do negacionismo. Este trabalho demonstrou

que o ensino de temas sensíveis nesse contexto deixou de ser um mero exercício de transmissão de conteúdo para se tornar uma prática de mediação de conflitos, exigindo dos educadores uma postura crítica, eticamente engajada e pedagogicamente inovadora para navegar em um ecossistema informacional cada vez mais polarizado.

A investigação em torno do problema central do trabalho levou à elucidação de que a mediação de temas sensíveis no ensino remoto refletiu e amplificou as tensões sociais, pois o espaço digital aboliu as fronteiras físicas e simbólicas da sala de aula. Nesse ambiente, a autoridade do professor foi desafiada por uma multiplicidade de fontes de informação e desinformação, e as narrativas escolares passaram a competir diretamente com as memórias familiares e com discursos negacionistas de grande apelo emocional. A resposta para essa problemática complexa apontou para a necessidade de adotar pedagogias que, em vez de evitar o conflito, o acolhessem como uma oportunidade de aprendizagem, utilizando o testemunho como ferramenta central para humanizar o passado, promover a empatia e construir uma resistência significativa à desumanização proposta pelo negacionismo.

Os objetivos traçados no início da pesquisa foram sistematicamente alcançados. O objetivo geral de analisar as tensões e reconfigurações no ensino de temas sensíveis foi cumprido ao longo de toda a argumentação. Especificamente, a investigação das dinâmicas de confronto entre memória e negacionismo na arena digital foi efetivada no primeiro capítulo de desenvolvimento; o exame do potencial pedagógico do testemunho como instrumento de humanização e resistência foi central no segundo capítulo; e a reflexão sobre os desafios e possibilidades para a prática docente permeou toda a discussão, culminando nestas considerações.

As hipóteses levantadas na introdução foram confirmadas pela análise da literatura. A pesquisa corroborou que a migração para o ambiente digital de fato intensificou o choque entre memórias afetivas e a disciplina histórica. Da mesma forma, confirmou-se que os movimentos negacionistas se valeram ativamente do contexto de instabilidade para atacar consensos históricos. Por fim, a análise da bibliografia validou a hipótese de que o testemunho se consolidou como uma ferramenta pedagógica crucial de resistência e fomento à empatia, mostrando-se uma resposta direta e eficaz aos desafios impostos.

A principal limitação desta pesquisa reside em sua natureza metodológica. Sendo uma revisão bibliográfica, suas conclusões se baseiam na análise do discurso acadêmico existente, não em uma investigação empírica de campo. A coleta de dados, focada em bases como Google Scholar, Periódico Capes e Scielo, e restrita a publicações em língua portuguesa, pode não ter abarcado a totalidade da produção internacional sobre o tema. Essa característica, contudo, abre caminhos para futuras investigações.

A partir das lacunas identificadas, sugerem-se novas frentes de pesquisa. São necessários estudos de caso etnográficos que observem, na prática, como os professores mediaram temas sensíveis em salas de aula virtuais durante a pandemia. Investigações longitudinais poderiam analisar o impacto a longo prazo dessas experiências na consciência histórica dos estudantes. Adicionalmente, pesquisas comparativas entre o contexto brasileiro e o de outros países enriqueceriam a compreensão do fenômeno em escala global, assim como a análise dos novos materiais didáticos e recursos digitais desenvolvidos nesse período poderia revelar importantes inovações e desafios pedagógicos. Por fim, este trabalho reafirma a centralidade e a urgência do ensino de História em um

mundo pós-pandêmico. A experiência da crise sanitária e de seus desdobramentos sociais e políticos demonstrou que a educação histórica não é um luxo acadêmico, mas um pilar fundamental para a formação de uma cidadania crítica, resiliente à desinformação e comprometida com os valores democráticos. A tarefa de ensinar a pensar historicamente, de cultivar a empatia e de defender a complexidade do passado contra as simplificações do negacionismo é, hoje, mais do que nunca, uma responsabilidade ética e um ato de esperança no futuro.

Referências

CARRETERO, Mario. *Documentos de identidade: a construção da memória histórica em um mundo globalizado.* Porto Alegre: Artmed, 2010.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; CAMARGO, Jonas. Ensino de história e temas sensíveis: abordagens teórico- metodológicas. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 13, p. 139-159, 2018.

HARTOG, François. *Evidência da história*: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MÉVEL, Yannick; TUTIAUX-GUILLON, Nicole. *Didactique et enseignement de l'Historie- géographie au Collège et au Lycée*. Paris: Publibook, 2013.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. *Revista história hoje*, v. 7, n. 13, p. 14-33, 2018.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

Pastoral e Paroquial: a coexistência de diferentes grupos de juventude na Arquidiocese de Niterói (anos 1980-1990)

Marcelo Macêdo de Almeida
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto é parte das discussões feitas durante a pesquisa da tese de doutorado cujo título é: "A juventude da arquidiocese de Niterói: a disputa do campo religioso entre progressistas e conservadores (1973-2003)", ainda em andamento. No desenrolar das observações, vemos que a Pastoral da Juventude (PJ) foi oficialmente instituída em 1973 e, em seus primeiros anos, se caracterizou como um movimento de encontros semanais e retiros, marcados por uma religiosidade de tom mais emotivo e intimista, centrada na relação pessoal do jovem com Deus. De acordo com Sofiati (2004), os primeiros Encontros Nacionais da PJ, apesar de já indicar uma certa preocupação social, não lhe conferiam muito destaque. Essa dimensão de engajamento e compromisso social começou a ganhar centralidade somente na virada para os anos 1980, quando se

consolidou a chamada “PJ orgânica[1]”, identificada pela adoção de práticas comunitárias e por maior engajamento em questões sociais. Ainda assim, há a permanência da “Pastoral de Juventude Genérica” citada por Boran e Dick (1983), formada por grupo de jovens que não superaram a dicotomia fé-vida e cultivam uma espiritualidade desencarnada.

O desenvolvimento inicial da PJ evidencia tanto sua vocação espiritual quanto a busca de um papel mais ativo na sociedade. Esse processo foi marcado por disputas entre diferentes correntes teológicas e pelo diálogo com os desafios sociais e políticos da época. As experiências ocorridas na Arquidiocese de Niterói, para além de se inserirem a esse contexto, apresentam suas próprias experiências e características, cuja relevância histórica permanece pouco explorada até aqui.

Contexto histórico da Pastoral da Juventude em Niterói (1970–1980)

1 A juventude católica e os engajados com a metodologia da Teologia da Libertação chamam de “trabalho orgânico” aquele que volta suas atenções para um voluntariado de trabalho de cunho social, onde a mensagem religiosa não se faz desligada das “boas ações”.

A Arquidiocese de Niterói formalizou sua estrutura de Pastoral da Juventude em 1975, dois anos após o I Encontro Nacional realizado no Rio de Janeiro, acompanhando o movimento nacional de expansão. Nos anos seguintes à sua criação, a PJ foi se estruturando como espaço de encontro e formação juvenil nas comunidades paroquiais. Nesse período, os grupos locais de Niterói, em sua maioria, permaneciam ligados diretamente às paróquias, atuando sobretudo em torno de questões familiares e pessoais dos jovens. A partir dessas experiências iniciais, começaram a se formar um pequeno núcleo de articulação com o objetivo de visitar as mais diversas comunidades e incentivar a criação de novos Grupos Jovens (SANTANA, 2002).

Esse movimento da cúria local, a partir da segunda metade dos anos 1970, ocorreu em paralelo a eventos decisivos no plano nacional. O 3º Encontro Nacional da PJ, realizado em 1978, consolidou dois de seus pilares fundamentais: a opção pela atuação a partir de pequenos grupos de base; e a retomada do método do *ver–julgar–agir*, herdado da Juventude Operária Católica (JOC), como instrumento de leitura crítica da realidade (PIERDONÁ & FURLANETTO, 1990). O engajamento social da pastoral se consolidaria pouco tempo depois no 4º Encontro

Nacional, de 1984, que estabeleceu de forma explícita a prioridade pela formação integral do jovem e a atuação pastoral segundo recortes de classe social (SOFIATI, 2004).

Já naquele período algumas tensões internas já eram registradas quanto aos rumos futuros da pastoral. Boran (1982) divide a PJ do período em três grupos distintos: os tradicionalistas, de cunho moralista; os socialmente engajados; e os que tinham vontade de estar engajados, mas encontravam resistência do clero. Essa diversidade de posicionamentos refletia não apenas o pluralismo interno da Igreja, mas também as diferentes percepções e diálogos com a Teologia da Libertação e com o Concílio Vaticano II. Dentro deste cenário há ainda um fator de caráter local ocorrido em 1980, quando Padre Olímpio assume a coordenação da PJ de Niterói e divide a juventude em setores regionais, uma vez que a arquidiocese abrange cidades desde Niterói e São Gonçalo até a Região dos Lagos. Desta forma surgem os núcleos regionais: Niterói Centro-Sul; Niterói Centro-Norte; São Gonçalo; Alcântara; Rural; e Lagos (SANTANA, 2002).

Desse modo, a distância geográfica, a falta de apoio de parte do clero e a rejeição a propostas de maior participação leiga ajudavam ao surgimento de grupos de juventude mais

"genéricos" definidos por Boran e Dick (1983). Assim, enquanto os processos formativos promovidos em encontros e seminários nacionais da PJ aos poucos ampliavam a compreensão dos grupos de base, permitindo maior aproximação com a realidade da juventude em escolas, bairros e locais de trabalho[2] (SOFIATI, 2004). Em Niterói, grupos isolados tinham diferentes tipos de organização e identificação com a estrutura central da pastoral arquidiocesana.

A trajetória da Pastoral da Juventude em nível nacional já foi abordada por diferentes autores que enfatizaram o contexto histórico e as tensões entre espiritualidade e engajamento social, como (BORAN, 1982; DICK & BORAN, 1983; SOFIATI, 2004). Contudo, a experiência da PJ na Arquidiocese de Niterói, assim como a sua relação com as pastorais de juventude ditas genéricas permanece pouco exploradas. Na PJ local os grupos ditos genéricos se assemelham aos elencados por Lima (2012), que afirma que há a mistura de jovens de diferentes classes sociais sem levar em conta suas especificidades, pois a igreja local entendia a reunião de jovens como o fim em si da pastoral, sem se ater ao foco da transformação da realidade social.

2 Desse processo surgem a Pastoral de Juventude do Meio Popular, Pastoral de Juventude do Meio Rural, dentre outras.

A seguir, serão elencadas três experiências de grupos de juventude genéricos que ocorreram na Arquidiocese de Niterói, organizadas segundo diferentes níveis de engajamento com a metodologia e as diretrizes da Pastoral da Juventude.

Liderança renovada, Grupo Jovem carismático

O grupo de juventude mais distante da metodologia e da pedagogia da Pastoral da Juventude era, sem dúvida, o Dom Bosco, sediado em uma das capelas da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Boa Esperança, em Rio Bonito, no Vicariato Rural. Fundado em meados dos anos 1990, ele surgiu a pedido do pároco como um grupo de jovens que frequentavam a comunidade à época. Desde o início, não manteve ligação institucional com a estrutura da PJ da arquidiocese, sediada em Niterói.

Na virada para os anos 2000, dois irmãos chegam ao grupo para auxiliar na sua condução, uma vez que os jovens que lá estavam não sabiam como planejar o futuro do grupo. A intervenção foi feita a pedido do vigário geral da Arquidiocese de Niterói, o monsenhor João Alves Guedes. Um dos irmãos, Thiago Carlos da Silva, lembra que os dois frequentavam, desde criança, um dos grupos de Renovação Carismática Católica

(RCC) mais importantes de toda a diocese – o Grupo de Oração Jesus Vive e é o Senhor – que teve a figura de cônego José Geraldo, precursor da RCC em Niterói, como um de seus principais incentivadores.

Thiago conta que ao chegarem ao Dom Bosco, por meio de um amigo, se depararam com um grupo que seguia a espiritualidade da RCC e que, embora não fosse tecnicamente um Grupo de Oração, apresentava todas as suas características.

> Era um grupo jovem comum, não pertencia à Renovação. Só que como lá tinha o Grupo de Oração Shalom, que é o grupo de oração que a gente passou a participar depois (...). A gente foi participar lá, então a gente participava do Grupo de Oração Shalom, servindo na música, e no sábado a gente tinha o Grupo Jovem Dom Bosco [que] era um anexo do grupo de oração. Então tudo o que acontecia no grupo de oração, acontecia no grupo jovem também (Depoimento de Thiago Carlos da Silva em 17 de março de 2023).

O Dom Bosco reunia um grupo de jovens que frequentavam as missas ou outros movimentos da paróquia, mas que sentiam a necessidade de estar juntos de outros jovens. Existiam outros movimentos católicos com o tema juventude na comunidade, como o Encontro de Jovens com Cristo (EJC) ou mesmo o Encontro de Adolescentes com Cristo (EAC), mas

esses eram de encontros sazonais. Diogo Carlos da Silva, irmão de Thiago, ao falar da concentração de jovens que ocorria em torno do grupo jovem afirma que "no Grupo Jovem Dom Bosco nosso carisma era totalmente voltado a Renovação Carismática" e cita ainda outros grupos jovens das capelas que, apesar de menores, seguiam metodologia parecidas, como o Grupo Jovem Mária de Deus e o São Francisco.

Diogo ressalta, no entanto, que embora o Dom Bosco não fosse formalmente um grupo da PJ, tampouco era um grupo de oração da RCC. Contudo, na prática, a espiritualidade vivida por aqueles jovens era a experiência no Espírito Santo e efusão dos carismas.

> A gente não era vinculado à Renovação Carismática. Mas o que a gente vivia dentro do Grupo Jovem Dom Bosco era a Renovação Carismática, porque era o uso dos dons e carismas, era a oração língua, era a partilha da palavra, era uma pregação querigmática (Depoimento de Diogo Carlos da Silva em 17 de março de 2023).

Na percepção de Thiago e Diogo, o Dom Bosco seria um típico grupo jovem da Pastoral da Juventude, assim como os grupos das capelas. Na concepção daqueles jovens que olhavam a realidade religiosa a partir de uma paróquia totalmente ligada a RCC, Pastoral da Juventude era reunir jovens, independente da

metodologia de trabalho. Essa confusão conceitual revela a força simbólica da PJ enquanto referência de juventude católica:

> A gente tinha a noção de que a Pastoral da Juventude eram todos os jovens. Então nós éramos a Pastoral da Juventude. Hoje a gente entende que PJ, que a Pastoral da Juventude, é um movimento, um carisma especifico que é diferente e bem distante do que a gente queria fazer aqui. Mas na época a gente achava que era tudo a mesma coisa (Depoimento de Thiago Carlos da Silva em 17 de março de 2023).

O caso do Grupo Jovem Dom Bosco exemplifica de forma prática o que Boran e Dick (1983) chamaram de "pastorais genéricas", formadas por grupos inseridos na vida paroquial e que não superavam a dicotomia fé–vida e cultivavam uma espiritualidade desvinculada de compromisso social típico da PJ. Ao mesmo tempo, evidencia como a espiritualidade carismática, ofereceu um espaço de pertencimento juvenil mais imediato e afetivo, funcionando como alternativa à pedagogia mais estruturada da PJ.

Liderança reticente, Grupo Jovem conformado

Ao contrário do Dom Bosco, que viveu alheio aos acontecimentos da Pastoral da Juventude, o Grupo Jovem Luz da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, em Porto Novo,

São Gonçalo, sabia e participava das reuniões da direção arquidiocesana da pastoral. Contudo, definitivamente não era um dos grupos mais engajados na metodologia e pedagogia da PJ em relação à transformação da realidade social.

Jacqueline Rocha da Silva afirma que conheceu o Luz quando tinha 14 anos, em 1980, pois a irmã já tinha feito a primeira comunhão e a crisma e começou a participar do grupo na paróquia. Contudo, ela lembra que a pastoral foi descontinuada pelo cônego José Geraldo devido a "problemas" que não soube, ou não quis, detalhar. Em 1987, a pedido do padre, ela assume a liderança do Grupo Jovem Luz. José Geraldo é o mesmo sacerdote carismático que, cerca de uma década depois, faria um pedido parecido aos irmãos Diogo e Thiago em Rio Bonito.

Sendo São Gonçalo uma cidade mais próxima da sede arquidiocesana da Pastoral da Juventude, o não engajamento social do grupo jovem era algo mais difícil de ser contido. José Geraldo chegou a Porto Novo em 1978, vindo de Niterói, onde já tinha incentivado e auxiliado na formação de Grupos de Oração da RCC. Ele conta que sua mudança foi, dentre outras coisas, devido ao fato de Dom José Gonçalves da Costa, à época bispo coadjutor de Niterói, não gostava da Renovação

Carismática. O que o levaria a ser enviado para Rio Bonito anos mais tarde, mas por onde passou incentivou a RCC[3].

Após o 1º Congresso da Pastoral de Juventude da Arquidiocese de Niterói, realizado em 1985, houve um expressivo aumento no número de grupos da PJ na igreja local. Desta forma, mesmo sendo um crítico da Teologia da Libertação e tendo pausado o Grupo Jovem em 1984, José Geraldo resolveu reativá-lo em 1987 após uma cobrança por parte dos jovens. Quem conta isso é a Jacqueline e ressalta que, para assegurar não ter os mesmos atritos coma juventude local, o padre a nomeia coordenar o grupo, mesmo já participando do grupo de Renovação Carismática. Ela lembra que os jovens tinham a ação social como prática.

> Os jovens daqui faziam coleta de alimento [distribuíam em] em orfanato, asilo, coisas assim. Chegaram a ir ao lixão [de Itaúna]. Chegaram a fazer isso, esse trabalho de ir pro lixão. Eles coletavam bastante alimentos pra poder ajudar e fazer esse trabalho. De asilo, levar comida, sopão. Adolescentes e jovens daqui faziam isso que eu me lembro (Depoimento de Jacqueline Rocha da Silva, em 6 de julho de 2023).

3 Depoimento de José Geraldo da Silva, em 21 de agosto de 2022.

Jacqueline conta que, quando foi designada para a coordenação do Grupo Jovem Luz, ficou preocupada por ter experiência apenas com grupo de oração, pois quem tinha passado brevemente pela PJ foi sua irmã, e que o cônego José Geraldo deixou claro que queria um "grupo sério" e a autorizou a conduzir as reuniões com as mesmas características da espiritualidade carismática. Porém, ao contrário do Dom Bosco, ali ela teve que ter certa negociação com os outros jovens que tinham certa experiência com a metodologia da pastoral e que lhe davam dicas de como as reuniões deveriam seguir, fazendo o grupo ser um misto de ação de arrecadação de alimentos para ajudar aos mais necessitados e vigílias carismáticas.

Como representante da pastoral da paróquia, Jacqueline acabou participando das reuniões da coordenação arquidiocesana, em que se falava da necessidade de transformação social e das metodologias típicas dos grupos jovens. Ela afirma que por vezes "batia de frente" com outros membros da coordenação por conta da diferença de visão teológica.

> Alguns jovens tinham essa coisa voltada muito para a Teologia da Libertação. E, na época, eu me lembro que a gente tinha aprendido sobre isso. Eu me lembro que eu li um livro até falando

> sobre a Renovação versus essa questão, alguns pontos, uns contrapontos. Eu li sobre isso, então eu sabia o que não era muito legal e, às vezes, a gente entrava em choque. (Depoimento de Jacqueline Rocha da Silva, em 6 de julho de 2023).

Quando havia evento da PJ em nível arquidiocesano, o Grupo Jovem Luz se fazia presente, mas após os eventos da PJ, a coordenação se reunia para fazer uma avaliação do que tinha passado, aprender com possíveis erros e destacar o que houve de melhor, o que sempre trazia novos atritos. Enquanto Jacqueline queria mais "profundidade espiritual", os jovens voltados à TdL queriam mais "ações concretas". Porém, além de participar dos eventos da PJ, o grupo de Porto Novo também se fazia presente em retiros de carnaval da RCC, a eventos da Canção Nova que aconteciam no Maracanãzinho, e até mesmo no primeiro Cerco de Jericó[4] realizado na Arquidiocese de Niterói. O que criava uma dupla identidade ao grupo.

As experiências do Grupo Jovem Luz, com dificuldades de se consolidar na paróquia e a metodologia dos grupos de base a partir da resistência da liderança, para além do que Boran (1982) descreveu sobre os grupos que desejavam o engajamento

4 O Cerco de Jericó, na Renovação Carismática, trata-se de uma semana ininterrupta de oração, baseada na história bíblica de Josué, com o objetivo de derrubar "muralhas espirituais" e bênçãos por meio do Espírito Santo.

social, mas esbarravam em obstáculos do clero. No caso do grupo de Porto Novo, essas barreiras também se manifestavam na própria liderança jovem, que reforçava a espiritualidade carismática em detrimento à pedagogia da PJ atendendo a um pedido do sacerdote. Como afirma Sofiati (2004), assim como outros grupos juvenis dos anos 1980, o Luz também não conseguia superar o caráter assistencialista de suas ações, como a distribuição de alimentos em instituições de caridade.

Liderança comprometida, Grupo Jovem reticente

O terceiro grupo ocorreu de forma distinta dos dois anteriores. O União de Jovens de Itaboraí (UJI), um dos primeiros grupos da PJ fundados na arquidiocese em 1973, tinha uma liderança que se abriu para a metodologia da PJ e era engajada nas ações da pastoral em nível arquidiocesano, mas internamente, nas reuniões do grupo, a metodologia dos pequenos grupos de base e o trabalho voltado à transformação social. Porém, o conservadorismo na matriz de São João Batista, em Itaboraí, era o que impedia de que o trabalho típico de um grupo da PJ fosse levado adiante.

Maria Cândida Pereira Quadrelli, nascida em Petrópolis, conta que se mudou com a família para Itaboraí aos 12 anos,

onde terminou os estudos. Foi nesse período que passou a frequentar a igreja e conheceu a Pastoral da Juventude, participando dos encontros e reuniões a convite de outros jovens da matriz de São João Batista, no centro da cidade. Cândida lembra que a paróquia tinha uma estrutura que chamou de "ortodoxa", ou seja, mais fechada e conservadora.

O pároco na época era um padre diocesano português bem tradicional, padre Domingos Gonçalves das Eiras, que havia virado notícia alguns anos antes por ser acusado de bater em uma criança de 8 anos por o atrapalhar a rezar uma ladainha[5] e fazia campanha pelo fechamento do Lar da Criança Margarida Leal, que atendia de forma precária há cerca de 50 crianças na cidade. Porém, em vez de buscar ajuda financeira e institucional para o abrigo, ele fazia campanha para que ele encerrasse as atividades[6].

Cândida comenta que após terem contato com os padres franciscanos, as portas começaram a se abrir e o grupo passou a ter contato com a coordenação arquidiocesana da Pastoral de Juventude. A partir desse contato, as lideranças do grupo tiveram

5 PADRE agrediu menor na Igreja. O Fluminense, edição 20734 de 12 de maio de 1970.
6 ELES são órfãos de tudo. Só Deus sabe que eles existem. O Fluminense, edição 20842 de 6 de agosto de 1971.

conhecimento da metodologia da pastoral e com obras de teólogos voltados a Teologia da Libertação. Logo depois ela veio a assumir a coordenação do grupo e depois a representação da pastoral no Vicariato Rural, o qual pertence a igreja de Itaboraí. Mas comenta que a arquidiocese ia no "caminho contrário" e isso influenciava a percepção dos jovens do grupo quando se tentava fazer alguma ação mais social esbarrava na própria resistência dos jovens, que achavam que se aderissem estariam desrespeitando a hierarquia da igreja.

> A maioria dos padres, o nosso próprio bispo, eles não seguiam essa tendência, essa linha. Então isso já criava uma disruptura dentro do próprio meio dos jovens, porque o grupo que eu pertenci de origem era um grupo que seguia muito essa linha mais ortodoxa, achavam que a gente estava misturando política. Era um momento também que a gente estava entrando numa militância partidária, quando o PT nasceu, eu entrei pra faculdade, então assim, eram muitas mudanças de conceitos, de visão de mundo, tudo acontecendo ao mesmo tempo. E o jovem na sua radicalidade acaba criando "ou é um lado ou é o outro" (Depoimento de Maria Cândida Pereira Quadrelli, em 26 de agosto de 2023).

Isso fez com que o UJI começasse a atuar de duas formas distintas. Por um lado, nas reuniões do núcleo de coordenação eram debatidos os preceitos da Teologia da Libertação, das Comunidades Eclesiais de Base, e eles participavam com

frequência das ações arquidiocesanas com outros grupos de outras cidades, acompanhando toda a evolução do encaminhamento para o trabalho social da pastoral. Por outro lado, nas reuniões realizadas semanalmente nos salões paroquiais, essa discussão mais social não era levada adiante.

Outros grupos do chamado Vicariato Rural, em outras paróquias, funcionavam de forma parecida, tendo uma liderança engajada com as questões sociais que esbarravam em uma trava conservadora das paróquias e capelas. Em algumas comunidades, devido a condições sociais locais, o trabalho social conseguia fluir um pouco mais, principalmente na Paróquia de São Pedro Apóstolo, em Venda das Pedras, que era ligada a ordem dos franciscanos[7] e que davam apoio como podiam aos jovens do Vicariato Rural.

> Sempre tinha um franciscano, um seminarista, que atuava com essa missão, e ali [Venda das Pedras] era o espaço acolhedor que a gente tinha. A gente sempre tinha na PJ um padre que nos orientava, um padre assessor, que nos orientava. E os nossos sempre foram os franciscanos. Os franciscanos sempre apoiaram essa e orientaram essa jornada que a gente teve (Depoimento de

7 A paróquia de São Pedro Apóstolo já não pertence a ordem franciscana atualmente.

> Maria Cândida Pereira Quadrelli, em 26 de agosto de 2023).

A trajetória do UJI ilustra bem os grupos que desejavam engajamento social, mas que acabavam encontrando barreiras no clero e no ambiente paroquial definidos por Boran (1982). Mas, para além disso, esse engajamento era a partir da liderança jovem. O conservadorismo que servia de barreira neste caso estava também dentro da própria juventude local. Sofiati (2004) já havia apontado como esse tipo de impasse enfraquecia a pedagogia da PJ, que se apoiava justamente na articulação dos grupos de base e na leitura crítica da realidade, o que era impossível de ser feita no UJI. Assim, embora tivesse uma liderança comprometida, o grupo permanecia reticente, vivendo a tensão entre a proposta de transformação social e a pressão por conformidade com a hierarquia eclesial.

Resultados preliminares

A partir da análise desses grupos de juventude da Arquidiocese de Niterói pode-se perceber a coexistência de dois tipos de grupos de juventude. Os que são como os exemplos descritos anteriormente e que definimos como "grupos paroquiais", em contraste com os "grupos pastorais". Enquanto os "grupos pastorais" vivenciavam toda a articulação da PJ

orgânica, por meio da sua interação com a coordenação arquidiocesana da pastoral, seguindo sua pedagogia e metodologia, buscando atuar em pequenos grupos de base usando o método do *ver-julgar-agir* e a referência da transformação da sociedade, os "grupos paroquiais" se estruturavam dentro daquilo que as suas realidades locais permitiam, ora adaptados às preferências do clero local, aos seus líderes imediatos ou às condições sociorreligiosas.

No caso dos dois primeiros grupos, apesar de ambos terem lideranças renovadas, a espiritualidade carismática acabou prevalecendo de formas distintas. O Dom Bosco acabou assumindo a identidade de um "grupo de oração" ao entender a Pastoral da Juventude apenas como uma "reunião dos jovens", ignorando por total desconhecimento o seu caráter transformador. Já o Grupo Jovem Luz vivia uma espiritualidade hibrida, pois apesar de sua liderança participar da coordenação arquidiocesana da PJ, se negava em aceitá-la e trazer a metodologia para o grupo, apesar de alguns conhecerem a prática social. Ao levar a experiência carismática para a prática paroquial, o alcance do compromisso social priorizado pela PJ era reduzido a ações assistenciais sem o compromisso de mudança da realidade social.

Já o União de Jovens de Itaboraí trazia dentro do grupo toda a expressão da tensão de forma nítida: embora suas lideranças fossem engajadas e dialogassem com a Teologia da Libertação e com a transformação social, a resistência conservadora da paróquia, da arquidiocese e dos próprios jovens que frequentavam as reuniões, limitava que a prática dessas orientações de engajamento social fosse levada adiante no cotidiano do grupo. De forma prática, o Luz teve ações sociais assistencialistas mais regulares que o UJI, que não via nelas uma real ação transformadora da sociedade.

Em comum esses três grupos apresentam o fato de que enfrentaram dificuldades em se consolidar dentro da pedagogia da PJ, em maior ou menor grau, devido à interferência de lideranças clericais mais conservadoras, como afirma Boran (1982). Apesar disso, a PJ conseguiu formar alguns quadros militantes no Vicariato Rural que propôs alguma leitura crítica da realidade, porém, como observa Sofiati (2004), essa pedagogia não encontrava terreno fértil em paróquias mais refratárias à Teologia da Libertação e acabavam ocorrendo o que Lima (2012) aponta que, muitas vezes, a noção de "Pastoral da Juventude" era entendida como uma "reunião de jovens", sem considerar o seu caráter transformador da sociedade.

Enquanto esses “grupos paroquiais” esbarravam nas condições locais, os “grupos pastorais” se integravam melhor a um projeto eclesial mais amplo, orientado pela coordenação da PJ e vinculado ao projeto histórico das Comunidades Eclesiais de Base e da Teologia da Libertação. Isso não significa que eles não enfrentassem o conservadorismo do clero de Niterói, apenas que conseguiam se desvencilhar de amarras locais e fazer um trabalho social relevante, mesmo à revelia do clero. Os grupos paroquiais analisados aqui se caracterizam por terem sido, cada um aos seus motivos específicos, freados pelas pressões do clero.

Este artigo buscou evidenciar a diversidade das experiências da juventude católica da arquidiocese de Niterói, salientando que para compreender sua trajetória é necessário distinguir esses dois modelos de grupos de juventude, o pastoral e o paroquial, e reconhecer que os impasses vividos pela PJ local iluminam os limites reais de implementação do projeto pedagógico da Pastoral da Juventude nas igrejas locais.

Referências

BORAN, Jorge. *Juventude, o grande desafio.* Paulinas, São Paulo, 1982.

BORAN, Jorge. *Pastoral da juventude no Brasil.* Loyola, São Paulo, 1983

LIMA, Francisco das Chagas Galvão de. *Pastoral de Juventude do Meio Popular: práticas educativas e cidadania.* João Pessoa: Dissertação de Mestrado, UFPB, 2012.

PIERDONÁ, E, & FURLANETTO, I Souza. *História da PJ no Brasil.* Instituto de Pastoral da Juventude, Santo Ângelo, 1990.

QUADRELLI, Maria Cândida Pereira Quadrelli. Publicitária. Liderança do União Jovem de Itaboraí. Entrevista concedida a Marcelo Macêdo de Almeida, por meio de videochamada, em 26 de agosto de 2023.

SANTANA, Cláudia da Conceição. *Pastoral da Juventude: desafio ao papel social da Igreja Católica.* (Monografia) FFP/Uerj. São Gonçalo, 2002.

SILVA, Diogo Carlos da. L*iderança do Grupo Jovem Dom Bosco e fundador do grupo Reinflama.* Entrevista concedida a Marcelo Macêdo de Almeida, em Rio Bonito/RJ, em 17 de março de 2023.

SILVA, Jacqueline Rocha da. Professora. *Liderança do Grupo Jovem Luz e ligada a Renovação carismática Católica*. Entrevista concedida a Marcelo Macêdo de Almeida, em São Gonçalo/RJ, em 6 de julho de 2023.

SILVA, José Geraldo da. *Sacerdote pioneiro dos encontros da Renovação Carismática Católica na Arquidiocese de Niterói*. Entrevista concedida a Marcelo Macêdo de Almeida, em São Gonçalo, em 21 de agosto de 2022.

SILVA, Thiago Carlos da. *Liderança do Grupo Jovem Dom Bosco e fundador do grupo Reinflama Entrevista concedida a Marcelo Macêdo de Almeida*, em Rio Bonito/RJ, em 17 de março de 2023.

SOFIATI, Flávio M. *Jovens em movimento: o processo de formação da Pastoral da Juventude do Brasil.* São Carlos: Dissertação de Mestrado, UFSCar, 2004.

Lucíola, *Diva* e *Senhora*: A representação da mulher e do casamento na trilogia de José de Alencar

Maria Clara Araújo Monteiro
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ

Introdução

Neste estudo investigaremos a representação da figura feminina e da instituição do casamento na trilogia de José de Alencar, composta pelas obras *Lucíola*, *Diva* e *Senhora,* publicada entre 1860 a 1874. José de Alencar foi escritor, bacharel em direito, jornalista e político, tendo atuado como Senador e Ministro da Justiça pelo Partido Conservador. Aspectos que se cruzam em sua produção literária.

A mulher e o casamento são temas recorrentes em suas obras. A trilogia em questão gira em torno desses objetos, não apenas por trazer diferentes perfis de mulheres como protagonistas, mas também por apresentar o casamento como o final feliz para a mulher das elites. Lucíola surge como a prostituta de luxo que, ainda que possuísse uma alma pura, teria o casamento negado por ser impura socialmente. Diva retrata uma dama da sociedade que despreza seu amado até que o casamento se torne a realização do amor. Senhora, uma jovem pobre que ascendeu socialmente devido a uma herança, compra

um marido, transformando o casamento em uma troca comercial até a redenção da protagonista.

José de Alencar e suas mulheres

O texto decorre do projeto de pesquisa da dissertação de mestrado, ainda em andamento, têm como intuito a investigação das representações acerca da figura da mulher e da instituição do casamento na trilogia de José de Alencar, composta por *Lucíola, Diva e Senhora,* publicada entre 1860 a 1874, que retrata a aristocracia da época do segundo reinado e suas relações sociais internas.

José de Alencar, migrante do Ceará, foi escritor, bacharel em direito, jornalista e político, tendo atuado como Senador e Ministro da Justiça pelo Partido Conservador, atuando na resistência a passagem para a modernidade e as liberdades individuais. Filho do padre e Senador José Martiniano Pereira de Alencar, devido aos costumes mais flexíveis da época, casou-se com sua prima Ana Josefina de Alencar, onde a união resultou em José de Alencar Martiniano Júnior, taxado de "filho de padre", apelido que reverberou em sua vida e no modo que

defendeu a união entre Estado e Igreja[1]. Sendo um escritor que é referência no romantismo brasileiro, fazendo parte da primeira onda do movimento, esses aspectos de sua vida se cruzam em sua produção literária, utilizando sua influência social para tentar regular o que deveria visto ou não, "Como se a realidade fosse controlada pelo o que se imaginava (relação entre o que se pensar e o que é a realidade) dela."[2], sendo a sociedade, mulher, casamento e relações sociais assuntos recorrentes em suas obras.

O romantismo volta-se para si, retratando os dramas, utopias, amores trágicos e desejos[3], a trilogia de Alencar apresenta esses assuntos de forma bem individual, cada obra se dedicando a apresentar e trabalhar com um perfil distinto de mulher e suas questões e relação com o casamento. "O autor centra os enredos no relacionamento entre um homem e uma mulher que, frequentemente, vivem dificuldades e devem

[1] PARANHOS, Adriano Ribeiro. "*Sentir, pensar e agir em José de Alencar:* ideias jurídicas e cultura política no Segundo Reinado.". Universidade Federal Fluminense. 2018. p.4.
[2] PARANHOS, Adriano Ribeiro. "*Sentir, pensar e agir em José de Alencar*: ideias jurídicas e cultura política no Segundo Reinado.". Universidade Federal Fluminense. 2018. p. 7.
[3] CÂNDIDO, António (2004). *O Romantismo no Brasil*, 2.ed, São Paulo: Humanitas. [5] MORATELLI, Marilia Couto. "Lúcia, Emília e Aurélia: uma ideia de mulher. Representações femininas pela pena de José de Alencar". UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. 2024.

superar obstáculos diversos a fim de serem merecedores do amor e da união, normalmente representados pelo casamento"[4]. Apresentado como a realização para as mulheres das elites. Alencar publicou durante as décadas diversos romances, que foram divididos em quatro categorias principais, os indianistas, regionalistas, históricos e os urbanos[5], os romances urbanos utilizam-se da matéria que a cidade lhe proporciona para criar seus personagens, como: topografia urbana, relações sociais, trajes, linguajar[6], onde reside a trilogia feminina de Alencar.

Alencar caminha do externo para o interno, em seus personagens, inicia a descrição do que é visto, trajes, feições, voz, gestos, ressaltando traços que indicam, para o autor, características da personalidade de seu personagem, até chegar a alma e o temperamento. Os romances de José de Alencar

[4] BASTOS, Alcmeno. "*No Romance Urbano De José De Alencar*, Os "Perfis De Mulheres" e a Tensão Entre Os Impulsos De Realismo e Romantismo". Universidade Federal do Rio de Janeiro. Diadorim, Rio de Janeiro, Revista 17 volume 1, p. 20-27, Julho, 2015.
[5] FERNANDES, Alcinda Lima dos Anjos. *"As mulheres em José de Alencar: Lucíola e Senhora".* Universidade de Cabo Verde. 2009.
[6] FERNANDES, Alcinda Lima dos Anjos. *"As mulheres em José de Alencar: Lucíola e Senhora".* Universidade de Cabo Verde. 2009

seguiam o formato de folhetim, retratando a alta sociedade carioca[7].

Lucíola, a primeira das três, publicada em 1862, apresenta Lúcia como protagonista, uma prostituta de 19 anos, que exerce essa profissão desde os 14 anos. Uma mulher bela, que frequenta as altas camadas da sociedade carioca, devido a sua enorme beleza e a influência de seus clientes, foge dos padrões da mulher romântica ao frequentar a noite carioca[8]. A narração se dá por Paulo, jovem advogado que chega a capital do Império e, inicialmente, encara Lúcia como uma encantadora jovem e pura, porém, logo seus amigos o alertam sobre a profissão da mulher e lhe afirmam, que ela é têm uma personalidade "geniosa", onde não aceita "mestres" e têm em sua liberdade, seu verdadeiro domínio sobre os homens, ao poder escolher quem mantém ou não como cliente. Paulo a conhece e movido pela inicial paixão, inicia uma relação com a prostitua, porém, diferente de seus antigos clientes; Paulo e a Lúcia estabelecem uma relação de respeito, onde eles vivem

[7] CANAM, Soila. "Evas e Liliths: *As Mulheres de José De Alencar*". UFMT. 2016. p.6.
[8] MORATELLI, Marilia Couto. "*Lúcia, Emília e Aurélia*: uma ideia de mulher. Representações femininas pela pena de José de Alencar". Universidade de São Paulo. 2024. p. 70.

uma paixão que, ainda que possua momentos carnais, segue em um caminho casto, que se torna cada vez mais um amor puro e sem consumação. O casamento é negado a Lúcia, por si própria e por Paulo não ter lhe oferecido a possibilidade. Ainda que tenha sofrido a transformação social e encontrado o amor de Paulo, aos seus próprios olhos e a visão social, Lúcia se vê como impura e não merecedora do sentimento puro que seria o amor, não sendo digna ao casamento e, Paulo, promete nunca se casar com nenhuma mulher após seu envolvimento, contudo, em nenhum momento propõe que os dois se unam em matrimônio.

Diva, o segundo perfil de mulher, foi publicada pela primeira vez em 1864, nos apresenta Emília Duarte, uma jovem bela e caprichosa que afirma nunca ter se apaixonado e que nunca sentirá amor, de extremo pudor e alma livre. A narrativa se dá através de cartas enviadas por Augusto Amaral, o médico que tratou de sua pneumonia quando era estava no início da puberdade e ainda não havia desabrochado sua beleza, para Paulo, o personagem narrador de Lucíola, conectando ainda que momentaneamente as obras. A menina já demonstrava um gênio forte e um certo desagrado com a presença do rapaz, com uma castidade exacerbada apresenta-se como oposto a devassidão de

Lúcia[9], com extrema devoção a religião católica. Depois de alguns anos viajando e se estabelecendo em sua carreira, Augusto reencontra a jovem em um baile, que eram espaços de educação para as jovens da época, aprendendo sobre moda, etiqueta e conduta[10], onde Emília, devido seus status sociais, tinha a plena consciência do papel que deveria desempenhar aos olhos dos presentes. Após o encontro, a narrativa segue com a moça dando sinais ambíguos a Augusto, em momentos ela parece ceder a seu afeto e em outros, o trata com desdém e baixa tolerância, quando o médico confessa seus sentimentos, ela o rejeita até o momento que ele desiste e decide se afastar completamente. O livro se encerra com a declaração de Emília, afirmando que o ama e que quer ser sua esposa, Augusto afirma que jamais deixaria de amá-la. O casamento é o final da jornada dos dois, onde Emília entende e aceita seu amor.

Senhora, o último perfil de mulher apresentado na trilogia, foi publicada em 1874, conta a história de Aurélia Camargo e Fernando Seixas, o casamento é o foco da obra.

[9] FERNANDES, Alcinda Lima dos Anjos. *"As mulheres em José de Alencar: Lucíola e Senhora".* Universidade de Cabo Verde. 2009. p. 70

[10] MORATELLI, Marilia Couto. "Lúcia, Emília e Aurélia: uma ideia de mulher. Representações femininas pela pena de José de Alencar". Universidade de São Paulo. 2024. p. 77

Aurélia é uma jovem que recentemente ascendeu na sociedade, devido a uma herança que seu avô lhe deixou; realiza um contrato de casamento que se configura como a compra de seu marido Fernando por uma quantia de cem contos de réis. O casamento nesse caso é uma troca comercial que Aurelia realiza como uma vingança pois, Fernando fora seu namorado que recuou na proposta de casamento, já que a moça na época não possuía um dote alto e ele precisava de uma quantia maior para ajudar a família. Então, ao ascender socialmente, Aurelia oferece uma quantia maior ao ex namorado, fazendo isso de forma anônima e quando o casamento ocorre, a moça afirma que apenas o comprou pela satisfação. Inicialmente uma jovem doce e imaculada, sofre transformações psicológicas após a decepção com Fernando, sua tristeza a torna ressentida e rancorosa, motivando sua vingança[11]. Os dois mantem um casamento de aparências, sem intimidade, até o momento que Fernando, ao economizar, paga a esposa o valor de seu dote e diz que agora possuí sua liberdade novamente, porém, afirma que a ama e os dois podem viver o casamento romanticamente. O matrimonio desse caso, inicia-se deturpado onde a mulher, além de ter

11 CANAM, Soila. *"Evas e Liliths*: As mulheres de José de Alencar". UFMT. 2016. p.4.

comprado o marido, exerce poder sobre sua vida, que não era de acordo com as normas sociais, a harmonia retorna a história quando Aurelia sai da posição de poder e Fernando retoma seu status de senhor.

Conclusão

Alencar encaixa-se em uma escrita lírica, não apenas pelo estilo literário, por sua sensibilidade, regada de harmonia e graça para representar a sua imaginação da realidade[12], suas mulheres ainda que transgressoras em um primeiro olhar, são seres repletos de pureza, carisma, elegância. O autor constrói sua representação feminina entre extremos, da transgressão a pureza. Todas principiam suas narrativas de pontos onde são vistas como geniosas e não seguidoras da ordem social, sendo os conflitos que suas protagonistas se envolvem com seus parceiros o fio condutor que direciona a narrativa para a redenção através do amor e a união matrimonial. As mulheres sofrem uma transformação ao decorrer das histórias, recebendo suas redenções através do sentimento de seus parceiros e encontrando

[12] FERNANDES, Alcinda Lima dos Anjos. *"As mulheres em José de Alencar: Lucíola e Senhora".* Universidade de Cabo Verde. 2009. p. 25.

a verdadeira felicidade no casamento, salvo Lucíola, que devido seu passado condenável socialmente, tem esse direito negado pela própria personagem. Em Lucíola, a ambiguidade da protagonista reafirma a ordem estabelecida, onde nem a própria moça se enxerga como um ser digno de amor[13].

As características marcantes de José de Alencar como escritor deu-se em sua defesa da instituição familiar e os papéis femininos dentro dessa ordem social. Sua escrita guia o leitor a interpretar como uma mulher deve se portar, como boa esposa e mãe, envolvendo a "caridade, a beneficência, o zelo e a abnegação", visto com o ideal para a harmonia do lar e a criação dos filhos[14]. Os caminhos construídos por Alencar, reafirmam

sua crença a respeito do casamento ser a origem da família e uma base sólida na sociedade. Suas mulheres e os matrimônios que realizam agem de maneira pedagógica para as moças da conjuntura.

Referências

13 AVELAR, Maria Edith Maroca de. *Mulheres Que não são de Atenas: Lucíola, de José de Alencar e a Pedagogia do Feminino*. 2002. p.9.

14 MORATELLI, Marilia Couto. "*Lúcia, Emília e Aurélia*: uma ideia de mulher. Representações femininas pela pena de José de Alencar". Universidade de São Paulo. 2024. p. 34.

AVELAR, Maria Edith Maroca de. "*Mulheres que não são de Atenas*: Lucíola, de José de Alencar e a pedagogia do feminino". 2002.

BASTOS, Alcmeno. "*No Romance Urbano De José De Alencar, Os "Perfis De Mulheres" e a Tensão Entre Os Impulsos De Realismo e Romantismo*". Universidade Federal do Rio de Janeiro. Diadorim, Rio de Janeiro, Revista 17 volume 1, p. 20-27, Julho, 2015.

CANAM, Soila. "*Evas E Liliths*: *As Mulheres de José de Alencar*". UFMT. 2016.

CÂNDIDO, António (2004*). O Romantismo no Brasil*, 2.ed, São Paulo: Humanitas.

FERNANDES, Alcinda Lima dos Anjos. "*As mulheres em José de Alencar*: Lucíola e Senhora". Universidade de Cabo Verde. 2009.

MORATELLI, Marilia Couto. *"Lúcia, Emília e Aurélia:* uma ideia de mulher. Representações femininas pela pena de José de Alencar". Universidade de São Paulo. 2024

PARANHOS, Adriano Ribeiro. "*Sentir, pensar e agir em José de Alencar*: ideias jurídicas e cultura política no Segundo Reinado.". Universidade Federal Fluminense. 2018.

A trajetória política de Iara Iavelberg: uma análise sobre gênero e Terrorismo de Estado durante a ditadura civil-militar no Brasil (1967-1971)

Maria Olivia Corrêa Bezerra
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Esta pesquisa é fruto do trabalho que vem sendo desenvolvido atualmente no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ FFP). Este estudo tem como objetivo compreender a atuação das mulheres na luta armada durante a ditadura civil-militar no Brasil, tomando como objeto de análise o caso da militante e guerrilheira Iara Iavelberg, integrante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). O recorte temporal adotado compreende o período de 1967, ano em que Iara passou a integrar de forma efetiva a militância armada, até 1971, quando foi morta pela Operação Pajussara, em Salvador, no aparelho em que se escondia com outros dois militantes.

Trajetória política de Iara Iavelberg

Iara Iavelberg nasceu em 7 de maio de 1944, no bairro do Ipiranga, em São Paulo, no seio de uma família judaica tradicional, filha de David e Eva Iavelberg. Estudou na Escola Israelita do Cambuci e, em 1960, casou-se com Samuel Haberkorn, do qual se divorciou em 1965. Aos 20 anos, ingressou no curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, onde iniciou sua participação política por meio do Movimento Estudantil. Com a intensificação dos mecanismos repressivos da ditadura civil-militar, Iara vinculou-se à luta armada. Carla Luciana Silva (2021) destaca que os primórdios da militância de Iara não foram muito diferentes do que os dos demais guerrilheiros, visto que esta vinha de uma família de classe média e circulou em meio ao movimento estudantil de São Paulo, assim como outros militantes, atraídos por formas mais arriscadas de luta. Primeiramente, Iara entrou na Organização Revolucionária Marxista–Política Operária (POLOP) e, após o racha desta organização, passou a integrar a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e, posteriormente, já próximo a sua morte, Iara integrou o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8).

A morte de Iara é cercada por diversas controvérsias. Em agosto de 1971, o imóvel onde escondia-se foi cercado pelas forças repressivas e, durante a operação, Iara buscou refúgio em um pequeno banheiro do apartamento vizinho, onde permaneceu até ser delatada por um dos moradores aos agentes do DOI-CODI. Iara foi morta aos 28 anos, com um disparo no peito, durante a Operação Pajussara. Segundo a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP 2007, p.174) a versão oficial inicialmente divulgada pelo regime militar ocorreu somente um mês após a morte da guerrilheira, junto com o anúncio da execução de Carlos Lamarca e José Campos Barreto. Esta apresentou inúmeras controvérsias, uma vez que o laudo assinado pelo médico-legista Charles Pitex registrava que Iara teria cometido suicídio, ao se ver cercada pelas forças repressivas. No laudo da operação, leia-se "no dia 19/08/1971 foi montada uma operação pelo CODI/06 para estourar este aparelho (...). Iara Iavelberg, a fim de evitar sua prisão e sofrendo a ação dos gases lacrimogêneos, suicidou-se" (COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013, p.2). No entanto, em 1998, o irmão e a sobrinha da guerrilha entraram com uma ação judicial contestando a versão inicial apresentada pela polícia política e o laudo do IML assinado por Pitex. Porém,

somente em 2003 houve, de fato, a exumação dos restos mortais de Iara e, três anos depois, o perito alegou que não houve resultados compatíveis com um suicídio. Assim, a conclusão final do caso é de que Iara Iavelberg fora assassinada pelo CODI/6 de Salvador na chamada Operação Pajussara, liderada pelo major do exército Nilton Cerqueira (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2013). Desta forma, treze anos após ações judiciais apresentadas pelos familiares da guerrilheira, seu corpo pôde, enfim, ser retirado da área reservada aos suicidas no Cemitério Israelita de São Paulo.

A trajetória de Iara Iavelberg sob a ótica das relações de gênero

A trajetória de Iara como um todo é significativa para fomentar os debates de gênero, pois auxilia na compreensão sobre a relevância das mulheres na militância armada durante a ditadura. É plausível afirmar que a historiografia sobre a participação das mulheres na resistência ainda é relativamente recente, levando em consideração que estas foram, por muito tempo, constantemente associadas às trajetórias masculinas, ocupando locais subalternos e coadjuvantes nas narrativas do protagonismo masculino. Ana Maria Colling aponta que os

historiadores teriam hierarquizado a história de forma que o masculino sempre surgiria como superior ao feminino, destacando que "A História se transformou em relato que esqueceu as mulheres, como se, por serem destinadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora do tempo, fora dos acontecimentos." (COLLING 2013, p.31)

É possível apontar que a participação das mulheres na guerrilha é significativa, pois estas mulheres que aderem aos movimentos de resistência rompem com ideais impostos ao corpo feminino desde o seu nascimento. O ambiente privado e do lar era o ambiente destinado às mulheres, para que criassem filhos e cuidassem de seus maridos. As mulheres que optaram por aderir à militância são inseridas no ambiente público e político, que era predominantemente masculino. Caroline Rios Costa (2022) afirma que a escolha das mulheres que integravam a militância representava uma ruptura com os padrões de comportamento impostos pela sociedade conservadora do regime militar, que restringia o corpo feminino ao espaço privado. Por conta disso, por desafiarem o sistema que impõem normas rígidas de controle sobre seus corpos, estas mulheres, quando capturadas, eram submetidas a torturas desmoralizantes baseadas em diferenciações de gênero. Todos os militantes

capturados pelas forças de repressão eram igualmente torturados, o que se diferenciava eram os aspectos sexuais ligados às torturas femininas. As mulheres quase sempre eram vítimas de abusos sexuais, estupros e abortos forçados.

> "Os militares, de início, subestimaram a capacidade das mulheres, mas, ao vê-las atuando na luta, inclusive com uso de armas, tiveram reações de ódio e repúdio. Isso porque as militantes políticas daquela época romperam com preconceitos e barreiras machistas. Tiveram até que enfrentar a própria organização política de esquerda em que atuavam. A esquerda também tinha preconceito e as discriminava. Assim, as militantes tiveram que subverter a ordem do estado ditatorial e a ordem interna de suas organizações políticas." (TELLES 2015, p.1011).

Nota-se, desta forma, que a tortura destinada ao corpo feminino tinha a intenção de desmoralizar o lado mulher e punir o lado militante, ou seja, era uma tortura dupla; ao lado da física e da quebra moral que a tortura produz, cabe as mulheres uma cota de violência sexual, estupros (as vezes seguido de gravidez); estes eram rituais de humilhação a que são submetidas por serem mulheres (GARCIA 1997, p.327). A mulher que se tornava militante política nos partidos de oposição era vista pela repressão como alguém que havia cometido dois pecados: o de se opor e questionar a política golpista e o de desconsiderar o

lugar destinado à mulher, rompendo os padrões sociais impostos a seu corpo (COLLING, 2019). Ainda, Joan Scott (1995), ao trabalhar com o conceito de gênero, expõe a forma como os governos autoritários se apropriaram das diferenciações de gênero no campo da política,

> "A conexão entre os regimes autoritários e o controle das mulheres tem sido observada, mas não tem sido estudada a fundo [...]os governantes emergentes legitimaram a dominação, a força, a autoridade central e o poder dominante como masculinos (os inimigos, os forasteiros, os subversivos e a fraqueza como femininos) e literalmente traduziram esse código em leis que puseram as mulheres no seu lugar (interditando-lhes a participação na vida política, [...] impondo códigos de trajar para as mulheres)" (SCOTT,1995, p. 90-91).

Como mencionado anteriormente, estas diferenciações de gênero postas em território de sistemas de dominação autoritários, como a ditadura civil-militar no Brasil, se exacerbaram a partir do tratamento destinado às prisioneiras mulheres nos porões do Dops. As mulheres sequestradas sofriam abusos psicológicos e físicos, eram xingadas, mutiladas e violentadas duplamente, houve "afirmação de controle ou de força corporificou-se numa política sobre as mulheres [...] a

diferença sexual foi concebida em termos da dominação e do controle das mulheres" (SCOTT 1995, p.91)

As mulheres militantes que optaram pela luta armada também adentraram um ambiente completamente masculinizado. A guerrilha era composta, em sua maioria, por homens jovens universitários ou militares desertores. Entretanto, mesmo que fossem maioria, os homens não foram os únicos que pegaram em armas para resistir; as mulheres estavam presentes na luta armada em números relevantes. De acordo com o *Brasil Nunca Mais,* na guerrilha urbana as mulheres correspondiam de 15% a 20% do total de integrantes (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985); ou seja, apesar de maioria masculina, o percentual de mulheres é relevante, sobretudo, levando em consideração que as mulheres não tinham papéis ativos na política daquele momento. Muitas mulheres integraram a guerrilha urbana e rural, outras participaram de ações políticas, organizaram imprensa clandestina (com a distribuição de materiais impressos) e cuidaram de moradias que serviam como aparelhos (TELLES 2015.p.1007). Ainda assim, a presença delas era constantemente criticada pelos próprios companheiros de luta. Muitos homens guerrilheiros questionavam a presença feminina nos treinamentos, reduzindo as mulheres a papéis

acessórios e desacreditando de sua força física para pegar em armas e participar dos treinamentos.

O caso de Iara e sua participação na VPR também pode ser associado a esta perspectiva. Iavelberg esteve presente em diversas reuniões da VPR, além de ser uma das únicas mulheres a participar ativamente nos treinamentos com táticas de guerrilha do grupo no Vale do Ribeira, por volta de 1970, mesmo que por um curto período. Iara era uma figura de relevância na VPR, "uma das mulheres mais importantes da VPR foi uma mulher judia, de classe média alta, que amava vestir-se bem, estar bem-informada culturalmente [...]" (SILVA 2021, p.267). Em uma das inúmeras correspondências trocadas entre Iara e seu companheiro Lamarca, é importante destacar a forma como o guerrilheiro elogia a importância intelectual de Iara ao movimento,

> Aqui os companheiros te consideram muito como a companheira que me deu condições políticas para deslanchar — e acho que esta é a visão nacional e internacional sobre você. Também no Chile e em Cuba seu nome foi lançado. Acho que — como representante da mulher brasileira — escolheram bem. Não estou estimulando a motivação, apenas relatando — mas contente também. (OLDACK, 1989, p.141).

Ainda assim, nota-se que havia preconceito dos companheiros com sua presença nos treinamentos armados "enquanto esteve lá ela era testada nas atividades mais pesadas" (SILVA 2021, p.171), pois a consideravam fraca e acusavam-na de retardar os treinamentos. Na biografia do sargento Darcy, um dos ex-membros da VPR, nota-se a forma como ele criticava a presença de Iara nos treinamentos com armas: "Iara manifestou interesse em incorporar-se aos treinamentos. De imediato, os militares, e em especial Darcy, opuseram-se: frágil, desajeitada, sem o hábito de caminhar, com asmas, encontraria dificuldades no mato cheio de mosquitos". (PEDROSO 2003, p.266). Nota-se que, mesmo dentro das próprias organizações de luta armada, as mulheres eram vistas como sujeitos inferiores, reduzidas pelos próprios companheiros de resistência. Maria do Carmo, uma companheira de luta de Iara na VPR, e que também esteve no Vale do Ribeira, recorda um pouco da experiência das duas durante o treinamento:

> "- Além do desajeito, mulher menstruada não entra na água – agrediam os sargentos. – a coluna atravessa um rio, ela fica.
>
> - Devagar, companheiro. A medicina já provou que menstruo não sobe à cabeça. Até lavamos o cabelo".

> - Mulher, vá lá. Mas mulher de alguém, é transtorno. - Descarregavam o medo e o stress em bodes expiatórios. Difícil sobreviver sadio, respeitoso- repara Maria do Carmo. - Chegaram a dizer que Iara provocava outros homens, devido à fama de namoradeira no passado. O falatório deixava-me péssima, cheguei à indisposição física. Ela, porém, manejava bem a ciumeira. rainha da Tolerância, segura de si." (PATARRA 1992, p 357).

Por meio desta, é passível de análise a forma como as diferenciações de gênero também se mostraram fatores de reprodução de normas sociais ligadas às mulheres presentes no treinamento armado. Da mesma forma que esta experiência de treinamento da VPR é considerada um momento relevante para a história da guerrilha, é notável como também se mostra importante para discussão acerca das diferenciações de gênero dentro das próprias organizações de luta armada por meio do caso de Iara. Neste momento, é possível associar o debate ao que Joan Scott (1995) aponta como noção de gênero, de forma que este seria um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. A trajetória de Iara na luta armada e nos treinamentos é uma dentre tantas outras histórias que compõem a militância feminina; além do caso de Iavelberg no Vale do Ribeira, é possível recuperar para este estudo, os depoimentos da militante e guerrilheira Vera

Magalhães, que também demonstram as distinções de gênero dentro dos grupos de esquerda revolucionária: “Eu era a única mulher no meio de sete homens. Fiz um puta esforço para chegar lá [na direção]. A minha militância política foi uma batalha, porque, além de tudo, havia o preconceito machista.” (BASTOS 2007, p.50)

Na tarefa de reconstrução da memória feminina na ditadura civil-militar e nos movimentos de luta armada, a figura de Iara mostra-se representativa. Isso pois, a trajetória política de Iavelberg evidência o processo pelos quais as mulheres militantes que aderiram à guerrilha, transgrediram as barreiras impostas pelo regime militar e pelo sistema conservador patriarcal. A recuperação da história de Iara ilustra a forma como as mulheres desafiaram os padrões socialmente atribuídos a elas, ainda que, de certa forma, permanecessem condicionadas a estes. Iara era uma figura naturalmente visionária e revolucionária, quebrou convenções, se divorciou, retomou os estudos na universidade e integrou várias organizações de luta armada, “foi uma militante vinte e quatro horas por dia, das ações cotidianas e decisões mais domésticas, até a morte na luta armada” (BRANDÃO 2014, p.172). Ainda, Juliana Marques do Nascimento (2020), ao abordar a trajetória política de Iara,

aponta a maneira como a militante dotava de grande liberdade sexual, analisando as reações sociais diante dos comportamentos transgressores de Iara, pois, "entende-se muito do papel e das possibilidades de vida de uma mulher de classe média nos anos 1960 e 1970 e o quanto Iara ousou subvertê-los, encontrando, porém, muita resistência" (NASCIMENTO 2020, p.213). Na audiência sobre o caso de Iavelberg, realizada em 2013 pela Comissão Nacional da Verdade de São Paulo, foi lido um memorial que descreveu características significativas da militante,

> "Defendia a universidade livre, a justiça social, o fim da miséria e a derrota do imperialismo [...]devorou muitos livros adotados pela esquerda brasileira. Ela era um grande quadro intelectual, militou ao lado da atual Presidente Dilma Rousseff. Decidiu tornar-se guerrilheira. Namorou Carlos Lamarca e viveu uma relação intensa. Amaram-se. Da VPR Iara e Lamarca foram juntos ao MR8. Clandestinos, estavam entre os mais procurados pela repressão política. Com cartazes espalhados em diversos lugares" (BRASIL. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. CNV 04/03/2013).

Nota-se, assim, que Iara é uma figura relevante na discussão de gênero na luta armada. No entanto, mesmo com esta vasta trajetória, a memória da guerrilheira foi e ainda é

constantemente associada ao seu relacionamento amoroso com Carlos Lamarca. Este fato torna-se evidente nas inúmeras reportagens que abordam o caso de Iara Iavelberg e as discussões sobre a exumação do corpo da guerrilheira. Na maioria das matérias, nota-se a forma como a figura de Iara é constantemente associada à figura de Lamarca, tratando-a somente como "a amante de Lamarca", omitindo seu nome e anulando sua rica trajetória política na militância. Em 23 de setembro de 2003, o jornal O Estado de São Paulo publicou a manchete: "Corpo de companheira de Lamarca é exumado em SP". Esta reportagem aponta ainda um destaque para o adendo "Psicóloga foi namorada de Dirceu"; este é somente um dentre diversas manchetes que abordam o nome de Iara; ainda, de acordo com Juliana Marques do Nascimento (2019), embora a sociedade brasileira não esteja mais sob um contexto autoritário, esta continua com uma estrutura fortemente patriarcal, diretamente refletida nas narrativas biográficas. Mesmo quando optam por adentrar o espaço público e se engajarem em causas revolucionárias, as trajetórias dessas mulheres são desconsideradas e vistas como brandas, existe ainda uma tentativa, movida pelos papéis de gênero, de posicionar estas mulheres em uma ligação direta com papéis considerados de

“feminilidade” (NASCIMENTO, 2019). Ou seja, é possível afirmar que o papel subalterno de “amante” reservado à memória de Iara Iavelberg, mesmo diante de sua rica trajetória de militância e sua participação em diversos movimentos de luta armada, evidencia a desigualdade palpável nas representações deste passado.

A morte de Iara Iavelberg na Operação Pajussara: uma análise sobre Terrorismo de Estado

Como mencionado anteriormente, a morte de Iara foi fruto da Operação Pajussara, uma dentre as várias operações montadas pelos serviços da repressão, com a intenção de capturar opositores da esquerda e executar Carlos Lamarca. O próprio esquema de montagem e execução da operação, envolvendo a morte de militantes associados ao guerrilheiro, por meio de espionagem e sequestro de pessoas associadas ao MR-8, faz parte de estratégias adotadas e formuladas pelo Terrorismo de Estado (TDE). Iara tornou-se um dos principais alvos desta repressão, muito por conta de seu relacionamento com Lamarca. Na década de 1970, a militante foi considerada uma das pessoas mais procuradas pelo regime militar, algo notável por meio da análise de sua ficha no Dops, cujo nome de Iara acompanha

inquéritos em diferentes datas, dentre estas, leia-se no dia 14 de junho de 1971: “A fichada pertence a VPR e está sendo procurada, conforme cartaz de Bandidos e Terroristas Procurados v/p procurados.” (COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, 04/03/2013).

O autor Enrique Serra Padrós mobiliza o conceito do TDE para configurar um sistema de dominação e disciplinamento ao qual o setor dominante recorre quando ameaçado. Este sistema esteve presente em ditaduras civil-militares em todo o Cone Sul, com o objetivo de aplicar a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), possibilitando, assim, o controle da força de trabalho e a eliminação dos questionamentos sociais e manifestações promovidas pela oposição. Padrós aponta ainda que a DSN não foi a única matriz doutrinária das ditaduras civis-militares de Segurança Nacional do Cone Sul, mas foi a que obteve maior impacto e “a que amalgamou e sintetizou a contribuição de outras correntes do pensamento de direito que foram, em parte, absorvidas e retransmitidas por ela na região.” (PADRÓS 2012, p.3). Padrós ainda aponta que o TDE abrange práticas restritivas com repressão e violência no âmbito tanto político, quanto civil,

> ‘Inegavelmente, os mecanismos implementados pela violência estatal visaram, prioritariamente, quebrar a espinha dorsal das organizações sociais e políticas e dos indivíduos que, de alguma maneira, ofereciam resistência ao projeto em andamento; impuseram também, em restritivas commas anestésicas de convivência, fosse pela “cultura do medo’, pela autocensura ou pela possibilidade de cooptação. A apatia e a autocensura ficaram como rescaldos do temor da volta do recurso à força e condicionaram e/ou inviabilizaram ações políticas mais incisivas de resistência, de questionamento e de identificação das responsabilidades do passado recente procurando atingir a elaboração da memória histórica e a própria análise histórica” (PADRÓS 2007, p.4).

O TDE esteve presente nas salas de tortura, na perseguição política, nos sequestros e até mesmo na omissão de informações aos familiares de vítimas da ditadura. Este Terrorismo de Estado também se faz presente na forma como a mídia manipulou informações sobre a morte de militantes ou quando tratava os opositores do governo como terroristas. No caso de Iara, nota-se aspectos do Terrorismo de Estado em relação à sua morte por conta de seu assassinato com um tiro no peito pela Operação Pajussara, além da forma como seu corpo foi reconhecido com um caixão lacrado pela família, sob vigia de militares (Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, 2013, p.64). Ainda, é possível apontar, da mesma forma, a

maneira como a mídia sempre a tratava como ‘amante”, com a intenção de objetificá-la, associando-a a seus relacionamentos antigos com ex-companheiros de luta. Renan Quinalha aponta que “sob um regime autoritário com pretensão de controle total da vida social, é possível pensar que a moral é politizada a um nível ainda mais acentuado, alçado e instrumento direto sem mediação da violência estatal” (QUINALHA, 2020. p, 1732-1735).

Nota-se que houve um cenário de guerra contra um “inimigo interno” da pátria. Na busca por defender o Brasil desta hipotética ameaça interna, surge também o Sistema Nacional de Informações (SNI), que age como um mecanismo de controle de todas as atividades de informação no território nacional, sobretudo aquelas que dizem respeito à “segurança” da nação brasileira, “a medida da importância do SNI, criado em 13 de junho de 1964, com o objetivo de “superintender e coordenar em todo o território nacional as atividades de informação em particular as que interessem à Segurança Nacional.” (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO 1985, p.71). Esta guerra instaurada pelo governo militar chegou às fábricas, ruas, mídia, cultura e universidades. Padrós denomina que o Terrorismo de Estado se pautou pelo uso da força bruta e da violência física e

psicológica, instaurando o medo daqueles que se opusessem ao regime. Os assassinatos, sequestros e torturas eram políticas de Estado para o governo ditatorial. O temor proporcionado pelas táticas do TDE adentra todas as instituições, transformando-se em mecanismos de controle e poder de todas as camadas sociais, freando possíveis resistências. (PADRÓS 2007, p.4)

É importante mencionar este debate acerca do Terrorismo de Estado para o presente estudo pois, os mecanismos criados e impostos pelo TDE rodeiam os fatos em torno da perseguição e do assassinato de Iara Iavelberg e de centenas de outros militantes. A perseguição intensa, a montagem da Operação Pajussara, já mencionada, e a morte de Iavelberg com um tiro no peito, expõem aspectos já aqui mencionados que compuseram a repressão instaurada pelo TDE. Além disso, o debate sobre as diferenciações de gênero presentes no tratamento dos agentes da repressão às mulheres militantes capturadas pelo regime militar também se encaixa no Terrorismo de Estado. A violência de gênero incorporada aos porões da ditadura, nas salas de tortura, estruturou-se por uma hierarquização das relações entre homens e mulheres já existente na sociedade, onde a dominação de um sexo implicava a subalternização do outro. Ademais, as torturas ligadas à abusos

sexuais, abortos espontâneos e à ofensas físicas e morais às mulheres militantes tinham, além do objetivo de desmoralizá-las como mulheres, a intenção de instaurar o terror às demais militantes.

Referências

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. 3º ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRASIL. *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva*. 001-Relatório Operação Pajussara Iara Iavelberg. São Paulo. CNV. Disponível em: http://comissaodaverdade. al.sp.gov.br/mortos desaparecidos/iara-iavelberg

BRASIL. *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva*. Ficha do Dops: Iara Iavelberg. São Paulo. CNV, 04/03/2013. Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos desaparecidos/iara-iavelberg.

BRASIL. *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva*. 001-Relatório Operação Pajussara Iara Iavelberg. São Paulo. CNV. Disponível em: http://comissaodaverdade. al.sp.gov.br/mortos desaparecidos/iara-iavelberg.

BRASIL. *Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva*. Ficha do Dops: Iara Iavelberg. São Paulo. CNV, 04/03/2013. Disponível em: http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/mortos desaparecidos/iara-iavelberg.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos. Contribuição da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo: 16a audiência pública sobre o caso de Iara Iavelberg, realizada no dia 4 de março de 2013.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Mortos e desaparecidos políticos*. Contribuição da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo: 16a audiência pública sobre o caso de Iara Iavelberg, realizada no dia 4 de março de 2013.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

COLLING, Ana Maria. CAVALCANTI, Ary Albuquerque Junior. Militantes e Guerrilheiras: as mulheres e a ditadura militar no Brasil. *Revista Especialidades.* 2019,v.1,n. 1.

COLLING, Ana Maria. Gênero e História. Um diálogo possível? *Revista Contexto & Educação*, v. 19, n. 71-72, p. 29-43, maio 2013.p: 31.

COSTA, Caroline Rios. A resistência também tem rosto de mulher: a atuação política de mulheres na ditadura militar brasileira. *Revista Historiar,* vol. 13, n. 25, pp. 156-173, 2022.

Estado de São Paulo. "Corpo de companheira da Lamarca é exumado em São Paulo*". O Estado de São Paulo*, 23 de setembro de 2001, p.9.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero na militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política.1997

NASCIMENTO, Juliana Marques do. Corpo feminino, sexualidade e a ditadura civil militar no Brasil: narrativas sobre a militante Iara Iavelberg. In: CARLONI, Karla; FORTES, Carolina Coelho. *Mulheres Tecendo o Tempo: experiências e experimentos femininos no medievo e na contemporaneidade*. Curitiba: CRV, 2020. P.213.

NASCIMENTO, Juliana Marques. *Guerrilheiras e biografias: a imagem da mulher militante nos ciclos de memória sobre a ditadura civil-militar brasileira*. Anpuh, 2019

OLDACK, José. *Lamarca: o capitão da guerrilha.* 12 ed. São Paulo: Global, 1989,

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura civil-militar uruguaia; doutrina e segurança nacional. *Varia História*, Belo Horizonte, vol.28, no 48, p.495-517: jul/dez 2012.p.3.

PADRÓS, Enrique Serra. *Terrorismo de Estado e luta de classes: repressão e poder na América Latina sob a doutrina de segurança nacional*. Associação Nacional de História- ANPUH. XXVI Simpósio Nacional de História, 2007.

QUINALHA, Renan Honório. Censura moral na ditadura brasileira: entre o direito e a política. Rev: *Direito e Práxis.*, Rio de Janeiro, v.11,n.3, 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & realidade*, 20 (2). 1995

SILVA, Carla Luciana. A revolução da VPR, a Vanguarda Popular Revolucionária. *Coleção Tempos Históricos*, n. 18. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

Aprendizagem histórica e futuros possíveis a partir do trabalho com temas sensíveis.

Marina de Freitas Giovanette
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: "Aprender para o mundo vivido: os sujeitos diante da potencialidade do ensino e aprendizagem da história", ainda em andamento. Começamos nossa abordagem a partir do tratamento do movimento Escola sem Partido, pois entendemos que as perspectivas sobre educação e sobre a prática dos professores de história é diretamente afetada pelas pautas levantadas por e através dele. O segundo momento do trabalho será destinado a pensar sobre as consequências deste movimento na prática em sala de aula e a maneira como os professores continuam a prática alinhados à uma perspectiva de construção de futuro. A partir de entrevistas com professores de história realizadas em 2022, buscaremos entender como a aula, especificamente a aula sobre a ditadura militar brasileira, foi

transformada a partir do contexto de ataque aos professores. Por fim, a partir das entrevistas com professores realizadas em 2025, discutiremos sobre a prática docente como fazer de esperança.

O Movimento Escola sem Partido e a mudança sobre os professores de história

O Movimento Escola Sem Partido foi fundado pelo procurador geral e advogado Miguel Nagib e passou a ocupar os debates públicos sobre educação sobretudo a partir do ano de 2010 (Miguel, 2016, p. 595). Segundo seu fundador, inicialmente o principal objetivo do movimento era o combate à chamada "doutrinação marxista" que estaria sendo realizada nas salas de aula do ensino básico e superior. Para Nagib, os professores se aproveitavam da sua liberdade de cátedra para realizar discursos em sala objetivando influenciar os alunos a se filiarem a partidos de esquerda, logo, seria necessário lutar por uma escola "neutra", onde os professores seriam responsáveis apenas por expor o conteúdo de maneira objetiva.

Segundo Miguel (2016), a importância do MESP cresce quando o movimento se agrega à "outra vertente da agenda conservadora: o combate à chamada 'ideologia de gênero'" (2016, p. 595). A teoria da "ideologia de gênero" ocupa um lugar

de protagonismo no Brasil contemporâneo e está frequentemente relacionada ao debate sobre gênero e sexualidade nas escolas. Ainda de acordo com o autor, essa teoria se baseia em uma leitura superficial da literatura feminista e queer, considerando-a uma afronta aos valores católicos, especialmente no que se refere aos papeis ocupados por homens e mulheres nas sociedades. Portanto, "trata-se de uma invenção polêmica dos meios conservadores católicos que visa caricaturar e, assim, deslegitimar um campo de estudos" (Garbagnoli, 2014, p.149 apud. Miguel, 2016, p. 598), o campo dos estudos de gênero. Sendo assim, é uma teoria responsável por alimentar a oposição à realização dos debates suscitados por esse campo nos espaços de ensino e aprendizagem.

Para Miguel (2016), a pauta da ideologia de gênero é importante na popularidade do MESP porque está relacionada ao receio que as famílias conservadoras possuíam da educação sobre gênero. Assim, a incorporação desse debate no movimento promoveu sua aderência popular. Nesse mesmo momento, o autor afirma que há uma grande virada de chave, pois começa uma disputa entre a escolarização e a autoridade das famílias, onde o primeiro grupo passa a ser visto como um inimigo do segundo. A partir de então, o Escola Sem Partido fortalece sua

acusação contra as escolas afirmando que estas realizam uma “doutrinação ideológica” e passa a propor "medidas para impedir que professores e professoras expressem, em sala de aula, opiniões consideradas impróprias" (2016, p. 595).

Fernando Penna (2017) acrescenta que o intuito do MESP ultrapassa as questões legais, a disputa por projetos de lei, e é principalmente uma disputa pela opinião pública. O autor destaca quatro pontos presentes nesse discurso, o primeiro ponto é a concepção de escolarização pautada na afirmação de que o professor não é educador, e sim instrutor. Nesse sentido, o aluno e sua família são considerados “clientes” que contratam um serviço de cunho educacional. Tal concepção defende que a função do professor é transmitir o conhecimento de forma neutra, sem a mobilização de valores e a discussão da realidade do aluno. Outro ponto é a desqualificação do professor. Defende-se que “nenhum pai é obrigado a confiar no professor” (Penna, 2017, p. 38). Visto que a relação entre família e professor é considerada uma relação de clientela, argumenta-se que o responsável por determinar o que deve ser ensinado é o familiar. Nesse sentido, o professor deve ser privado da sua liberdade de expressão (Miguel, 2016; Penna, 2017).

Para o MESP, a educação formada após a redemocratização está contaminada pelo "marxismo cultural" e se diferencia da educação "neutra" que estava no país nos anos anteriores, ou seja, nos anos de Ditadura Militar, realizando uma exaltação do modelo ditatorial de educação. Apesar de não ter vencido enquanto projeto de lei, Fernando Penna afirma que o movimento venceu na batalha pela opinião pública.As características discursivas que o compõem estão presente diariamente na realidade escolar, como podemos observar segundo o relato a seguir:

> [...] eu trabalhava muito a questão de gênero também em Sociologia e Filosofia. Quando eu via que alguns meninos que ficavam sem entender, eu voltava e explicava novamente. E ai um pai – foi tanto que eu sai dessa escola – um pai chegou na direção em reunião e disse que *eu estava ensinando o filho dele a ser homossexual, a ser gay* [...] (Entrevista com a Professora D, 2022, grifo nosso).

Na fala acima, é possível perceber a maneira como a questão da "ideologia de gênero" é manifestada nas escolas. O relato da professora entrevistada nos mostra a maneira como uma aula sobre a questão de gênero se tornou uma acusação de "estar ensinando o filho de outra pessoa a ser gay", como se a

sexualidade pudesse ser aprendida tal qual uma fórmula matemática.

A reclamação do pai é motivada por uma questão moral e individual e a manifestação desse incômodo vai de encontro com a ideia de clientela tratada anteriormente. Nessa lógica, o contratante (o pai) ficou insatisfeito com o serviço prestado (a aula de Filosofia e Sociologia) e reclamou com a empresa responsável (a escola). Tal reclamação demonstra a intenção do pai em retirar da escola e da professora a responsabilidade de promover uma educação plural, que trata da questão de gênero porque entende seu papel na luta contra as desigualdades e os preconceitos. Tudo isso porque a discussão realizada em sala de aula não está de acordo com seus preceitos.

Em suma, a relação hostil que o Escola sem Partido estabeleceu com a comunidade escolar pode ser explicitada pela seguinte passagem que encontramos na seção "Quem somos" no próprio site:

> [...] A imensa maioria dos educadores e das autoridades, quando não promove ou apoia a doutrinação, ignora culposamente o problema ou se recusa a admiti-lo, por cumplicidade, conveniência ou covardia. O Escola sem Partido foi criado para mostrar que esse problema não apenas existe, como está presente, de algum modo, em praticamente todas as instituições de

> ensino do país. Com esse objetivo, colocamos à disposição da sociedade um acervo permanente de informações sobre o tema, e um espaço no qual estudantes, ex-estudantes e pais poderão expressar suas opiniões sobre professores, livros e programas curriculares que ignoram a radical diferença entre educação e doutrinação. Se você sente que seus professores ou os professores dos seus filhos estão comprometidos com uma visão unilateral, preconceituosa ou tendenciosa das questões políticas e sociais; se percebe que outros enfoques são por eles desqualificados ou ridicularizados e que suas atitudes, em sala de aula, propiciam a formação uma atmosfera de intimidação incompatível com a busca do conhecimento; se observa que estão engajados na execução de um projeto de engenharia social, que supõe a implementação de uma nova escala de valores, envie-nos uma mensagem relatando sua experiência (acompanhada, se possível, de elementos que possam comprová-la). Ajude-nos a promover a liberdade de pensamento e o pluralismo de ideias nas escolas brasileiras.[1]

É seguro afirmar, portanto, que o MESP é responsável por moldar a maneira como parte da sociedade civil entende a comunidade de professores, assim como, é inevitável apontar que essa nova leitura sobre os professores afeta principalmente a maneira como as aulas de história acontecem.

[1] A autodescrição completa está disponível em: <http://escolasempartido.org/quem-somos/>. Acesso em: 02 de set. de 2025.

O professor como inimigo e a docência como fazer de esperança

> Em 2016, quando começa a crise do governo Dilma e esse eixo de tempo que vai da queda da Dilma até a eleição do Bolsonaro ocorreu um fenomêno que é muito interessante, você foi minha aluna, foi testemunha disso. Até esse período de tempo, entre 2016 e 2018, o professor de história era o mais simpático da escola, as pessoas tinham uma certa simpatia pelo professor de história, a aula de história era a mais leve, mais engraçada, era um grande bate papo, a gente sentava, a gente conversava, tinha um programa mas era… e quando chegou 2016 eu passei a ser o inimigo. Quando veio o "escola sem partido" e as redes sociais se tornam esse campo de disputa tão intensa, aí começa uma campanha contra professores que supostamente sejam marxistas e doutrinadores, eu passei a ser visto como o inimigo. (Entrevista com o Professor E, 2022. Grifo nosso).

A resposta acima foi dada por um professor da educação básica em entrevista realizada no ano de 2022 na qual foi perguntado sobre as mudanças percebidas ao longo dos anos de docência. Este, professor há mais de 20 anos, atuante nas redes pública e privada, traz na resposta um desabafo: aquele que era entendido como o professor amado, bem recebido pelos estudantes, passa a ser visto como um inimigo. A partir desta fala, é possível indagar sobre o que na aula de história pode ser

enxergado como uma ameaça: seriam as aulas demasiadamente contrastantes com a perspectiva familiar ou religiosa? Seria o professor de história alguém capaz de manipular um aluno? Para os adeptos do MESP, a resposta para todas essas perguntas seria "sim". Para o professor, o MESP é um dos grandes construtores dos discursos que minam sua prática diariamente.

Outro professor aponta que uma das maiores consequências observadas é a falta de abertura dos estudantes para o debate:

> No finalzinho de 2014, 2015 e 2016 o que a gente observa de embate é o aluno fazendo de forma bem tímida, então ele fazia esse embate em forma de pergunta, "mas e isso? mas e aquilo?" e aí ia colocando alguns pontos em forma de pergunta, dando a possibilidade da gente de falar "é, não é". De 2016 para cá, esses questionamentos não são mais questionamentos, são falas, são imposições, "e isso? e isso isso e isso?" Ele já está colocando uma coisa, não está te perguntando, já te coloca uma informação como se aquela informação fosse um conhecimento, e aí não existe debate porque ele confunde informação com conhecimento e vai embora. Ai isso fica mais, como a gente pode dizer, aflorado. Começa a ter essa divisão né, de 2016 pra cá, ou ele entra completamente armado, ou ele deleta aquela aula. (Entrevista com o Professor F, 2022).

A partir deste relato, é possível perceber que não somente a relação professor-aluno é afetada, mas também a maneira como os alunos se portam em aula. A partir do momento em que os estudantes não se colocam disponíveis ao debate, o processo de ensino e aprendizagem ficaprejudicado, pois a conversa é impossibilitada. Veja bem, é importante salientar que não estamos defendendo que os alunos não construam conhecimento a partir de outros lugares, mas apontamos que a construção de conhecimento histórico passa, definitivamente, pelo diálogo com as aulas de história. Ainda sobre a impossibilidade do diálogo, o professor E aponta:

> "não posso sair da minha posição de educador, então preciso dialogar. Até onde vai esse diálogo, depende muito do aluno, da capacidade dele de escutar, de não fazer daquele um momento de desestruturação da aula, mas é o diálogo e para o diálogo com isso, só o dado concreto. [...] Não posso te falar que tive sucesso nesse diálogo porque a figura do professor foi completamente eclipsada nos últimos anos pelas redes sociais, pelo discurso do Escola Sem Partido, pelo conflito político, a gente vive numa sociedade que não dá importância pra escola. (Entrevista com o Professor E, 2022).

É perceptível, portanto, um sucessivo afastamento entre docentes, discentes e a aula de história sobre a Ditadura Militar. O movimento de demonização dos professores de história, as

acusações de doutrinação, as ameaças de demissão, o fortalecimento do negacionismo, afetou a interação dos alunos com as aulas. Além disso, afetou também os objetivos traçados pelos professores a cada aula e dificultou o exercício de uma educação que visa, como está previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), "identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos." (Brasil, 2017).

Como apontado na introdução deste trabalho, nossa discussão não termina na desesperança. Pelo contrário, buscamos, através da análise de conjuntura e do testemunho dos professores entender o lugar em que professores de história ocupam hoje e, principalmente, perceber como esses professores, mesmo afetados pelo contexto, continuam atuando nas "brechas". A chave que conecta os professores entrevistados em 2022 com os professores entrevistados em 2025 é o apontamento que Paulo Freire faz em *Educação e mudança*, "Uma educação sem esperança não é educação" (2019, p. 37) e aqui é importante destacar o que caracteriza a esperança mencionada pelo autor: não uma esperança passiva, mas aliada à análise da concretude, à pesquisa e a luta, passível de

transformar realidades. E entendemos que essa esperança ativa é aquela que parte da conjuntura para pensar "futuros possíveis" a partir da aula de história, esta que move o fazer docente, seja em 2022 ou 2025. Monteiro e Penna (2011), ao discutirem sobre a relação entre o ensino de história e a historiografia apontam que entender o ensino de história como lugar de fronteira implica entendê-lo a partir das contribuições dos campos da educação e da história, da prática pedagógica e do entendimento da especificidade da disciplina ensinada, especificidade esta que está diretamente ligada à formação de cidadãos.

A transição democrática é caracterizada por uma preocupação com a "formação de uma cidadania democrática" (Bittencourt, 2018, p. 142) que depende profundamente das transformações educacionais. Para Freire (2020), existe um esforço educativo que se relaciona com a transição, o desejo por uma educação que "colocasse [as massas brasileiras] numa postura de autorreflexão e de reflexão sobre o seu tempo e seu espaço" (2020, p. 52), educação que investe no diálogo, no "esforço de democratização" e supera nossa "inexperiência democrática" (2020, p. 123). Para o autor, é necessário pensar a transição democrática dentro do que ela é: um momento de trânsito, de tensão entre o velho que insiste em permanecer, do

novo que luta para se estabelecer e do jogo de forças que existe entre ambos.

Assim, a educação na Nova República é construída como fruto dessas tensões, a democracia prevalece e busca-se repensar a maneira como a história do mundo e do Brasil é tratada nas escolas. De acordo com Bittencourt (2018), não é possível desvincular esse processo da atuação dos movimentos sociais, em especial o movimento negro e indígena. A partir das disputas efetivadas por estes movimentos, a história é remodelada em favor da diversidade e da multiculturalidade[2]. Assim como, aqui acrescentamos, se remodela também a partir da luta das vítimas diretas e indiretas da ditadura militar que, ao serem silenciadas pela Lei de Anistia (1979), encontram na organização política a saída que as levará à justiça e à verdade. Logo, a educação, em construção na recente democracia, estabelece objetivos

[2] Neste contexto, destaca-se a aprovação das leis. As leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que determinam a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica. Entretanto, é importante salientar que a aprovação das leis não indica uma mudança imediata, sabemos que muitas escolas e professores enfrentam dificuldades na sua aplicação, especialmente diante do avanço do conservadorismo e do fortalecimento político de determinados grupos religiosos que entendem tais leis como ameaça à formação das crianças e adolescentes. Sendo assim, entendemos que o assunto não está encerrado, mas utilizamos este exemplo para apontar uma mudança de posicionamento do Estado brasileiro em relação à educação e ao ensino de história.

específicos para o tratamento da diversidade, dos temas sensíveis, dos sentidos do ensino de história e, principalmente, do currículo escolar.

Alberti (2014) em sua palestra denominada "O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas" define os temas sensíveis como aqueles que apresentam alguma dificuldade em ser tratados em sala de aula e em sociedade. Para Andrade; Gil; Balestra (2018) o que é determinado como sensível também é fruto de uma disputa de poder, especialmente porque "o estudo dos temas sensíveis no espaço escolar provoca alguns deslocamentos epistemológicos e pedagógicos, por trazer para o centro do debate reflexões que ainda não são consenso no campo da história" (2018, p. 6), assim, tal determinação está relacionada ao tempo e espaço no qual essa aula está inserida, mas partem de uma premissa comum: são sensíveis os tópicos que partem de algum acontecimento de injustiça, violência, dor… Para Alberti, o objetivo ao tratar desses temas em sala de aula é "suscitar a reflexão dos alunos" (2014, p. 3), logo, o conhecimento sobre o horror não basta em si mesmo, mas depende da transformação deste conhecimento em "trabalho de reflexão" (2014, p. 3). Assim, o trabalho do ensino de história sobre os temas sensíveis está sempre relacionado ao tempo

presente, ou melhor, às demandas do presente em relação ao passado.

Nesse sentido, de acordo com Pereira e Seffner (2018), o estabelecimento do que são os temas sensíveis se relaciona com a presença de um passado traumático no presente, a ideia de um passado que não passa, pois, as injustiças e a dor causada por aqueles acontecimentos ainda ressoam em determinada sociedade. Para os autores, estudar os passados sensíveis significa colocar o estudante diante de algo que desperta indignação frente à injustiça e a violação dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, essa história deve estar voltada para um futuro possível de tolerância e justiça e efetivação dos direitos humanos. Nesse sentido, os autores destacam a necessidade de aproximação entre o ensino de História e a educação em Direitos Humanos.

> É o que eu falo pra eles, eu não posso ensinar, é… Formação do nazismo e fascismo pra vocês se vocês não sabem interpretar o que tá aqui por trás, pra mim, história tem que ser interpretativa, eu quero que eles apliquem aquilo no cotidiano [...] Ele tem que saber construir essas conexões pra além de passar no vestibular, aquilo tem que ter aplicabilidade na vida dele porque o que não tem aplicabilidade na sua vida você esquece, agora o que tem aplicabilidade você guarda pra vida toda: "então quando a gente vê o horror do

> que foi a escravidão, a gente vai querer repetir isso? Não! Porque todos somos iguais, temos uma Constituição de 88 que devemos saber resguardá-la porque ela nos garante uma série de direitos, inclusive o direito de vocês de estudar é uma construção histórica, a escola nem sempre foi feita pras nossas classes sociais, pra [sic] nossas cores de pele", então pra mim ele tem que saber aplicar, saber lembrar e levar isso pro cotidiano. (Entrevista com o Professor Y, 2025).

É interessante notar como o professor se preocupa na construção de uma aula sobre temas sensíveis alinhada às perspectivas democráticas, uma educação pautada não somente com o conteúdo, mas em como a discussão em sala de aula pode contribuir para a formação dos estudantes. Ao enfatizar a necessidade da "aplicabilidade", o professor materializa a especificidade epistemológica do ensino de história e demonstra que a aula sobre temas sensíveis formulada a partir das demandas do *hoje* é aquela capaz de retomar o diálogo com os estudantes.

Em outro trecho da entrevista, é possível perceber o esforço que este professor faz ao buscar relacionar o ensino de história à perspectiva democrática e para a garantia de direitos:

> A escola tem que se voltar cada vez mais pra [sic] formação cidadã e pra [sic] uma coisa que tá [sic] faltando muito, faltado demais, que é uma coisinha chamada empatia, hoje cada vez

> mais a gente vê o esgotamento da empatia, o esgotamento de alguns valores que são fundamentais pra [sic] uma sociedade democrática, você vê por exemplo, alunos sem saber do 6º ano pedindo volta da ditadura militar, e você tem que explicar pro cara, cara, a cidadania não é só aquilo que tava na Grécia antiga, ela é um conceito muito mais amplo e te garante isso aqui e isso aqui [...] mas voltando a questão da cidadania e da democracia, elas tão ali como um valor que a gente tem perpetuar na sala de aula, na escola, mostrar a importância desses direitos, o direito de você ter água encanada, escola, de você ser cidadão [...] então, você explicar pra eles a importância da cidadania pra [sic] que esses valores não sejam perdidos. (Entrevista com o Professor Y, 2025).

Sendo assim, a aula de história passa a ser lugar de construção de presentes e futuros possíveis. Ao abordar a necessidade do desenvolvimento de empatia, ao entender que a cidadania discutida na aula sobre Grécia antiga abre espaço para tratar sobre a cidadania hoje, especialmente para o diálogo sobre os direitos dos estudantes, o professor abre a porta para que os alunos tragam também o seu presente para a sala de aula.

Assim, à título de conclusão, gostaríamos de destacar que entender os motivos pelos quais trabalhamos é aspecto fundamental da própria realização do trabalho, ou seja, mesmo diante do contexto de enfrentamento, é a esperança na construção de um ensino de história plural, multicultural e

democrático que mantém as aulas de história pulsantes, esse compromisso está presente na fala de todos os professores entrevistados. Os professores que abriram suas experiências para nós em 2022, apesar de sobrecarregados pelo contexto de questionamento, permaneceram em sala buscando elaborar aulas que pudessem chegar aos estudantes. Os professores em 2025, em um contexto diferente, talvez com um pouco mais de liberdade, mas ainda muito imbricado pelo pós 2013, buscam a utilização de termos como "cidadania" e "democracia" para, nas brechas, trabalhar as questões formativas. Ao final, todos eles, assim como eu, a professora que vos escreve, permanecemos no chão da escola, dia-a-dia, elaborando aulas que possam se tornar verdadeiramente significativas para os nossos estudantes.

Referências

ALBERTI, Verena. *O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas. (Palestra)*. In: Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, 4., Caicó (RN), Centro de Ensino

ANDRADE, J. A. de, Gil, C. Z. de V., & Balestra, J. P. (2018). *Apresentação-Dossiê: Ensino de História, Direitos Humanos e Temas Sensíveis*. Revista História Hoje, 7(13), 4–13.

BITTENCOURT, C. M. F. *Identidades e ensino da história no Brasil*. In: Carretero, Mario; Rosa, Alberto; González, María Fernanda. (Org.). Ensino da história e memória coletiva. 1ªed.Porto Alegre: Artmed, 2007.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; EUGENIO, Jonas Camargo. *Ensino de história e temas sensíveis*: abordagens teórico-metodológicas. In: Revista História Hoje, v.7, nº 13, 2018. ROCHA, João Cezar de Castro. Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós- político. 1. ed. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021. v. 1. 464p.

GIOVANETTE, Marina de Freitas. *O ensino de história da ditadura militar: disputas de memória em tempos de negacionismo histórico* / Marina de Freitas Giovanette. – 2023.

MIGUEL, Luis Felipe *Da "doutrinação marxista" à "ideologia de gênero" - Escola Sem Partido e as leis da mordaça no parlamento brasileiro.* Revista Direito e Práxis, vol. 7, núm. 15, 2016, p. 590-621 Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa; PENNA, Fernando de Araújo. *Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. Educação & Realidade,* Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 191-211, abr. 2011.p. 33-52.

PENNA, F. A. *O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional*. In: Gaudêncio Frigotto. (Org.). Escola 'Sem' Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. 1ed.Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, v. 1, p. 35-48.

SUPERIOR do Seridó (*CERES)* da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 17-1 nov. 2014.

Memória e patrimônio: frutos da imigração italiana em Porto Real (RJ)

Miguel Ferreira de Oliveira
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ

Introdução

Antes de ser um município no sul fluminense do Rio de Janeiro, Porto Real foi fazenda e, de 1873 a 1879, colônia. Comprada pela Coroa brasileira por 150 contos de réis para se tornar uma colônia de imigrantes, a fazenda era localizada no sul fluminense, próxima à Resende e à Barra Mansa, com o objetivo de ser uma "fazenda-modelo" (Júnior, 1874, p. 171) e alternativa para a cafeicultura da região (Whately, 1987). A respeito do público-alvo, Porto Real recebeu estrangeiros de diversas nacionalidades: espanhóis, portugueses, franceses, belgas, italianos, entre outros.

O último grupo se destaca em relação aos outros ao longo do tempo. Diferente do restante, a presença italiana em Porto Real tem continuidades no presente com a construção de um patrimônio da imigração na região, organizado e mantido por descendentes através de associações e eventos dentro e fora do

atual município, que foi distrito de Resende até 1995[1]. Destacamos três nesse processo: a Associação Vittorio Emanuelle II, fundada em 1989, que pode ser considerada a mais importante no processo que estamos estudando; A Cachaça Adelina, de 1995, uma fábrica de bebida artesanal fundada por descendentes de Adelina Malavasi, líder do primeiro grupo italiano que chega à colônia; e a Casa do Imigrante, de 2012, fundada pela prefeitura municipal de Porto Real como um espaço de memória da presença italiana na região.

Essas associações, assim, buscam não apenas preservar e reelaborar memória e tradição, mas também construir e atribuir uma identidade ao município.

Este trabalho é parte de uma pesquisa maior, ainda em desenvolvimento.[2] Aqui, buscamos compreender a confecção do patrimônio da imigração italiana no município de Porto Real, localizado na região do sul fluminense, estado do Rio de Janeiro. Tal patrimônio é preservado, construído e reelaborado por

[1] Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/porto-real/historico.> Acesso em 03 set. 2025. Porto Real figura como distrito de Resende de 1890 ao ano em destaque. Antes disso, de acordo com Sodré (1948), Porto Real é parte da freguesia da cidade, isto é, do centro político-administrativo resendense.

[2] Este texto decorre do projeto da pesquisa da dissertação de mestrado, cujo título é: "O patrimônio da imigração italiana em Porto Real (RJ)".

instituições da região, as quais voltamos a nossa atenção para a compreensão desse processo. Analisamos, também, entrevistas realizadas em 2023 com membros da Associação Vittorio Emanuelle II, radicada no município, que podem ser encontradas no acervo do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores (CMIIF)[3]. Considerando esses detalhes, utilizamos alguns conceitos amplamente debatidos por alguns autores da área das ciências humanas, como patrimônio, memória e história oral.

Uma breve discussão metodológica

O patrimônio, conceitualmente, pode ser definido em poucas linhas para Canani (2005, p. 164): "como um conjunto de bens, materiais ou não, direitos, ações, posse e tudo o mais que pertença a uma pessoa e seja suscetível de apreciação econômica." O significado histórico do termo tem certa continuidade com essa proposição. Guimarães (2012) atribui o patrimônio a uma ressignificação do passado por parte de um

[3] O Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores é um grupo de pesquisa e extensão vinculado ao Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP-UERJ). Fundado em 2010, o grupo centraliza suas pesquisas no estudo dos movimentos migratórios no Brasil do século XIX até a atualidade, e também cuida da parte acadêmica do Museu da Imigração da Ilha das Flores.

grupo. Considerando a transformação da História em disciplina, o autor indica que é o Estado a primeira instituição a investir na confecção de um patrimônio. Em suas palavras,

> o interesse contemporâneo pelo patrimônio deve ser interpretado segundo as demandas próprias às nossas sociedades contemporâneas, segundo aquilo que inicialmente apontamos (...) como o novo regime emocional sob o qual nos voltamos para o passado (Guimarães, 2012, p. 98).

Aprofundando essa questão, Meneses (2018) aponta que há três dimensões para o patrimônio:

> o valor de comemoração (memorizar junto); o valor histórico; o valor de antiguidade. O primeiro tem a dinâmica social das lembranças e dos esquecimentos, e almeja a permanência de algo tido como caro à identidade comunal. O segundo (o valor histórico) quer reconhecer uma capacidade de vislumbrar, na sequência do tempo,a construção das experiências concretas que forjaram a identidade. O terceiro (o valor de antiguidade) quer desvelar a origem radical do bem cultural que se memoriza. Os três estão imbricados na leitura que se quer para a experiência vivida pela sociedade, para a história de determinado grupo social (Meneses, 2018, p. 31).

Se o patrimônio histórico é a seleção de elementos que constroem um passado comum a um grupo ou a uma nação, a memória tem um papel capital em sua confecção. A partir do

trecho destacado, também é possível indicar que o patrimônio é uma constante reinterpretação do passado, o que torna a sua construção um tanto teleológica. Esta é outra semelhança que encontramos com a memória. Nos elucida Catroga (2015, p. 31) ao argumentar sobre o papel desta a partir do século XIX:

> As transformações sociais, culturais e simbólicos impeliam os indivíduos, as famílias, as novas associações (assentes no contrato), as classes, os novos Estados-Nação a procurarem no passado (...) a sua legitimação. E é a mesma estrutura teleológica (como uma retrospectiva ao contrário) que se encontra nas convocações postas ao serviço da prática instituinte e de reconhecimento das identidades colectivas (...).

A memória, assim, é um resgate a um passado que faz sentido não apenas ao indivíduo, mas a um coletivo. O autor também indica que existe uma diferença entre o "eu individual" e "eu coletivo", pois a memória é única para cada pessoa; no entanto, ela compartilha de uma narrativa com outros de seu mesmo grupo, e daí surgem as identidades coletivas, que destaca no trecho supracitado.

Tratando-se de grupos imigrantes no Brasil, Paiva (2015) destaca que existe certo interesse em um investimento turístico por parte desses grupos em seus patrimônios, e assim, além da capitalização de seus elementos culturais, há um maior

reconhecimento destes. Nas palavras do autor (2015, p. 225), "o transcurso do tempo, as transformações geracionais, processos de hibridação cultural, incorporação de novas dinâmicas e sentidos são alguns dos elementos que ganham visibilidade a partir da presença do turismo." Em Porto Real, a Associação Vittorio Emanuelle II busca, através da realização de eventos dentro e fora do município, propagar o patrimônio material e imaterial da imigração italiana. Diferentemente de Penedo (atribuído a um passado finlandês) e Gramado (passado alemão), que tiveram certo sucesso na construção dessa imagem (Fagerlande, 2012), os descendentes de italianos presentes em Porto Real ainda tentam fazer essa conexão, e os membros da Associação atribuem isso à política.

> "Então a gente sabe o lado social da festa também. O importante é o cultural, mas o lado social... e a gente quer mostrar isso para o poder público que não é dinheiro jogado fora, é investimento. Você... cada R$1,00 que você coloca em uma festa... se você gasta em uma festa R$ 200.000,00 ela vai gerar para a cidade pelo menos R$ 600.000,00 porque o dinheiro fica aqui. O pessoal vem e na outra segunda-feira está tudo no comércio, vira imposto, vira serviços. Aí tem política no meio, aquele negócio, muda governo, entra governo, ninguém... aí esse ano não teve, não conseguimos fazer ano passado, foi prorrogando

> o prazo, “vou fazer, vou fazer”, conversa…” Paulo Marassi.

Historicizar relatos orais também é um trabalho de memória. Mesmo que Paulo esteja falando de uma questão contemporânea, é algo que vai de encontro com a preocupação de preservação patrimonial por parte da Associação Vittorio Emanuelle II. É por isso que considerar a história oral também é importante para compreendermos a nossa pesquisa. Bem como toda fonte histórica, os relatos possuem suas distorções, mas Alberti (2008, p. 166) reforça: “considera-se que a análise dessas ‘distorções’ pode levar à melhor compreensão dos valores coletivos e das próprias ações de um grupo.” Desse modo, a análise das entrevistas tem papel capital para a nossa pesquisa.

Imigração italiana no Brasil e a relação com Porto Real

A título de contextualização, alguns detalhes são importantes. Em primeiro lugar, a imigração no século XIX no Brasil está relacionada com a promulgação de leis abolicionistas, e no caso de Porto Real, destacam-se aquelas que vêm antes: Lei Feijó (1838), Lei Eusébio de Queirós (1850) e Lei do Ventre Livre (1871). O fim da escravidão estava no horizonte, e a substituição pela mão de obra estrangeira aparecia como alternativa. Para além disso, trazer imigrantes também

estava atrelada à questão racial desde o início do século (Seyferth, 2002; Fernandes e Costa, 2020). Quanto aos italianos, é aos fins do século XIX, com a unificação do território e a Revolução Industrial, que o deslocamento de italianos ganha um novo impulso maior, e boa parte dos imigrantes são baseados no campo e no norte italiano. Segundo Bertonha (2006, p. 82), "(...) a concorrência das grandes propriedades agrícolas que iam se formando e das novas indústrias (...) arruinava milhões de pequenos agricultores e artesãos." Além disso, para compensar a crise econômica causada pela guerra civil, o rei Vítor Emanuel II taxou a população de maneira muito rígida, e vários dos agricultores não conseguiram pagar esses impostos (Reznik et al, 2022). Bertonha (2006) ainda reforça que, entre 1870 e 1900, mais de cinco milhões de italianos saíram do território, sendo boa parte do norte.

Mesmo que o Brasil não fosse o destino preferido pelos imigrantes, independente de sua nacionalidade, muitos vieram para o país. Para termos uma noção, entre os séculos XIX e XX, figurou entre os quatro principais destinos na América, junto dos EUA, Argentina e Canadá (Klein, 2000). Antes dos italianos, havia um grande destaque aos germânicos, e Trento (1989) aponta que a transição para os italianos se deu por conta de uma

maior proximidade cultural aos brasileiros. Os germânicos, mesmo que cristãos, eram, em sua maioria, protestantes, enquanto os italianos, majoritariamente católicos. O idioma, assim como o português, tem raiz latina. Portanto, os primeiros italianos a se fixarem em Porto Real se encontravam num contexto em que o Brasil precisava de imigrantes e aqueles tinham razões para sair de sua terra natal.

Os primeiros italianos a chegar na região são, em maior número, da província de Módena, localizada ao norte do país, e vieram em cinquenta famílias. Somando os problemas acima apontados, Guerrazzi e Pinto (2002) destacam que existem razões específicas para a vontade de sair do local: a cheia do rio Pó, que corta a região da Emília-Romanha, e um severo inverno, o que trouxe complicações para a agricultura local. A intenção inicial era formar uma colônia em Santa Catarina com o nome de Teresa Cristina, em homenagem à imperatriz. No entanto, uma epidemia de febre amarela fez com que o grupo fosse transferido temporariamente a Porto Real; apesar disso, decidiram ali permanecer por terem se adaptado às terras (Reznik et al, 2022). Para sermos mais precisos, esse grupo, que continha naturais de Módena, Concórdia, Mântua e outros, sai do porto de Gênova no dia 22 de dezembro de 1874 e chega ao

porto do Rio de Janeiro em 17 de fevereiro de 1875 (Secchi, 1998)

A colônia teve quase 300 italianos durante os seus anos de funcionamento, isto é, entre 1875 e 1879, ano de sua emancipação[4]. Nota-se, pela continuidade na atualidade, que o número de italianos continuou considerável, e até o momento desta pesquisa, não encontramos informações exatas entre a emancipação e o presente. Sabe-se, no entanto, que boa parte da população do atual município de Porto Real não possui relação com os italianos, sendo seus descendentes uma minoria (Lima, 2005).

Uma das principais fontes para compreender as impressões desses estrangeiros sobre a colônia se encontra no relato de Enrico Secchi, concordiano e secretário de Clementina Tavernari[5], líder da viagem das primeiras cinquenta famílias

[4] Esta estimativa foi feita a partir da consulta de relatórios do ministério da Agricultura entre os anos de 1874 e 1880. Os arquivos estão disponíveis para a consulta em: https://digitalcollections.crl.edu/. Acesso em 23 out. 2025.
[5] Secchi (1998) explica que este é o nome de batismo da italiana em questão. No decorrer de seu relato, o autor a chama de Adelina Malavazi (em vez de Malavasi, como indica de Constantino (2012), Vendrame e Karsburg (2025), Mari e Ansaloni (2016), entre outros). Ela teria adotado o pseudônimo após se tornar uma refugiada política na Suíça por ter participado de conflitos no Piemonte nos fins dos anos 1840.

italianas a Porto Real, publicado em 1998 em português e italiano pela Editora Baraldini, radicada em Módena. Escrito de memória, entendemos que, a partir da análise de seus escritos, à luz de Candau (2014), Secchi descreve a trajetória de um professor do ensino primário e chega ao Brasil para mudar de vida, tornando-se comendador e agente consular da Itália no país. Também é nesse relato que é possível compreender a experiência de Secchi em Porto Real, mesmo que tenha vivido lá apenas por onze anos (Secchi, 1998). Por conta disso, consideramos que a obra de Enrico Secchi é um dos pontos de partida para a construção do patrimônio da imigração italiana na região, que abordaremos posteriormente. Como mencionamos, Porto Real era uma fazenda, comprada pelo Estado brasileiro com o intuito de fundar uma colônia para imigrantes. Lima, em sua dissertação de mestrado, resume em algumas linhas a razão para o nome da região (anteriormente conhecido como Minhocal) e a sua função até a compra em 1873:

> Em 1825, houve uma "pendenga" entre os proprietários do Porto do Simão e os herdeiros do português quanto aos limites de suas terras. A contenda foi grande, a ponto do Vigário da Vara aconselhar recorrerem ao arbítrio de Dom Pedro II. De comum acordo, levaram o litígio ao Imperador, pedindo lhe que determinasse quem tinha razão sobre a questão. Ele interferiu dando

> ganho de causa aos Marques. Como forma de agradecimento, isso por volta de 1824, os irmãos ofereceram ao Imperador alguns alqueires situados às margens do Paraíba, no trecho onde o rio faz uma grande volta. (...) Utilizada pela Família Imperial como local de descanso durante as viagens à Província de São Paulo, para se chegar até lá era preciso que o Imperador viajasse com sua comitiva de trem até o povoado de Floriano, onde um barco já o aguardava, e subisse o rio até um pequeno porto particular. Sempre recebido pelo Conde Wilson, proprietário das terras contíguas e de quem era grande amigo, ele seguia posteriormente para a mansão. A origem do nome atribuído ao local está, portanto, nessa combinação entre o pequeno porto e a Família Real. (Lima, 2005, p. 43-44).

A compra da fazenda de Porto Real pelo valor de 150 contos de réis foi motivo para comentários do jornal O Globo. [6]De acordo com a edição de 28 de setembro de 1876, a terra de Porto Real é "pedaço de terra sáfaro e ingrato nas mãos de seu dono primitivo, que não acharia por ele quem lhe oferecesse 40 contos de réis (...)". Descrito por Tavares (2023) como um jornal

[6] Periódico fundado em 1874 por Manoel Gomes de Oliveira, não possui relações com "O Globo", fundado por Irineu Marinho em 1925. Esta informação está disponível em: https://agenciasdenoticias.uff.br/2024/02/11/aat/. Acesso em 26 ago. 2025. O excerto que destacamos no texto pode ser encontrado em Tavares (2023).

republicano, podemos interpretar o trecho como uma crítica à política imigrantista que a Coroa adotava naquele período.

De acordo com fontes oficiais, no entanto, as terras de Porto Real eram frutíferas. Conforme o ministro da Agricultura Costa Pereira afirma,

> (...) adquirida a fazenda de Porto-Real junto á estrada de ferro D. Pedro II, nas melhores condições de solo e clima, a pouco mais de uma hora de viagem das cidades de Rezende e Barra Mansa e seis da côrte, n'ella vai ser creado mais um importante nucleo colonial, tendo em seu centro uma pequena fazenda-modelo (...) (Júnior, 1874, p. 171).

Assim, a colônia de Porto Real tinha uma importância geográfica considerável, já que estava localizada no Vale do Paraíba fluminense e próxima a duas cidades de destaque para a cafeicultura do Rio de Janeiro, que enfrentava uma crise à época da fundação da colônia (Whately, 1987). Com foco na plantação da cana de açúcar, as terras mediam 1300 hectares com 102 lotes demarcados de 8 a 12 hectares. Além do açúcar, Porto Real contava com pés de arroz, milho e 100 pés de café. Costa Pereira também chama a atenção para a presença de 100 cabeças de gado na fazenda e a instalação de mecanismos para a colheita do açúcar (Júnior, 1874, p. 189).

Instituições de patrimônio da imigração italiana em Porto Real

Emancipado em 1995, o município de Porto Real conta com cerca de vinte mil habitantes, como aponta o último recenseamento realizado pelo IBGE.[7] Reconhecemos a importância da iniciativa dos descendentes (e no caso da Casa do Imigrante, do poder público) para a patrimonialização desse passado imigrante. No entanto, temos que destacar que isso não é unanimidade em Porto Real. Como referido anteriormente, os porto-realenses com ancestralidade italiana são minoria no município, habitando nos bairros do Centro e Ettore. Além disso, estariam em bairros de classe média, diferente do restante do município, que é composta, em sua maioria, por negros sem relação de ancestralidade com os italianos (Lima, 2005).

Não temos a clara dimensão de quantos indivíduos seriam, independente de cor ou raça, sem ligação aos italianos de Porto Real. Contudo, a consulta a dados mais recentes

[7] Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/porto-real.html>. Acesso em 27 out. 2025.

apontam que boa parte da população do município continua negra[8].

Tabela 9605 - População residente, por cor ou raça, nos Censos Demográficos					
Variável - População residente (Pessoas)					
Município - Porto Real (RJ)					
Ano - 2022					
Cor ou raça					
Total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
20.373	8.431	3.600	37	8.288	17

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Atualizado em 22/12/2023[9].

Entender como os demais munícipes de Porto Real compreendem e absorvem os movimentos feitos pelos descendentes de italianos ainda é um campo a ser explorado por esta pesquisa, mas Lima (2005) nos indica que os outros habitantes da região não são tão integrados e participantes. Até mesmo entre os descendentes não há unanimidade. Em

[8] Segundo a Lei nº 12.288/2010 (artigo 1º, inciso IV), a população negra é "o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga".

[9] Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9605#/n6/3304110/v/allxp/p/last%201/c86/all/l/v,p+c86,t/resultado> Acesso em: 27/10/2025.

depoimento colhido por Lima (2005, p. 117), Lauro Ciro Pederassi afirma:

> Não, não é um clube. Eles fizeram uma associação Vittorio Emanuelle, que parece que já foi uma gafe, porque o Vittorio Emanuelle na época, podia ser considerado um boa gente, e hoje os italianos que vem aqui já acham que o Vittorio Emanuelle era um safado. [risos]. É pra te mostrar que ninguém sabe nada, porque tinha uma estátua do tal Vittorio Emanuelle que fizeram na praça. Depois, na guerra, vieram ai [sic], arrancaram a estátua, disseram pra jogar no Paraíba e sumiram com ela. Então como o nome que tinha era esse foram lá, Associação Vittorio Emanuelle, e os outros italianos que chegaram aqui disseram "Pô, por que Vittorio Emanuelle?" "Pô, Logo Vittorio Emanuelle?" [risos].

De fato, um busto de Sua Majestade foi inaugurado na praça de mesmo nome (Secchi, 1998), que ainda existe. Além disso, também é verdade que o monumento foi lançado no Rio Paraíba, especificamente durante a Segunda Guerra Mundial por conta da política nacionalista de Vargas (Tavares, 2023). Aqui, no entanto, destacamos que, segundo o entrevistado, alguns italianos sentem certo estranhamento com o nome da Associação, já que o então rei teria unificado a Itália a partir de um longo processo que deixou a Itália numa forte crise econômica. Lauro Pederassi, por sua vez, parece dar certa importância para a percepção dos europeus. Assim, retornamos

à tese de Paiva (2015), que aponta a patrimonialização como um distintivo de identidade, e mesmo que o entrevistado não esteja envolvido na criação das instituições, é por elas afetadas, já que elas criam e organizam um passado coletivo ao grupo de descendentes.

A Associação Vittorio Emanuelle II, de 1989, é a única a ser inaugurada antes do ano da emancipação de Porto Real. Com o objetivo de preservar e divulgar a cultura italiana, a Associação conta com a realização de cursos de culinária e dança tradicional e do idioma italiano. A instituição também é responsável pelos grupos de dança As Polentinhas, Belle Ballerine e Le Picole Ballerine. Este último já se apresentou em outros municípios fluminenses, como Niterói, Barra Mansa, Resende e Volta Redonda.

Além disso, a Associação Vittorio Emanuelle II tem um programa de rádio na emissora Colônia FM chamado de "Programa Momento d'Itália" aos sábados de 9h às 12h onde apresentam músicas italianas. A Associação, que leva o nome do monarca responsável pela Unificação, também é responsável pelo projeto "Memória Viva", onde arquivam entrevistas feitas com porto-realenses descendentes e não descendentes de Porto

Real.[10] A sede se encontra na Rua Ernesto Cianelli nº 100, no bairro Nova Colônia.



Associação Vittorio Emanuele II
Porto Real - RJ
Brasil
Fonte: Emilia-Romagna Brasil.

Em Porto Real, também se encontra a sede da Cachaça Adelina, que ainda será visitada para a elaboração desta pesquisa. Esta foi fundada em 1995, e segundo o seu portal *online*, "As origens familiares remontam ao ano de 1874 quando nossos parentes formaram a Primeira Colônia Oficial de Italianos na cidade, e tiveram o apoio do Imperador Dom Pedro II para produzirem cachaças na colônia, já no ano de 1876." Seu nome é inspirado em Adelina Malavasi, a líder do primeiro

[10] Disponível em: <https://emiliaromagnabrasil.com.br/associacoes-emilia-romagna-brasil/associacao-vittorio-emanuele-ii-de-porto-real/>. Acesso em 03 set. 2025. A Associação possui um perfil nas redes sociais: https://www.instagram.com/a.vittorioemanueleii/.

grupo de italianos que chegou a Porto Real.[11] O endereço da empresa é: Avenida Fernando Bernardelli, sem número, Centro do município.

Fonte: Cachaça Adelina.

Segundo o site da Câmara Municipal de Porto Real, a Casa do Imigrante é onde se pode localizar objetos pertencentes a imigrantes italianos e seus descendentes “com a finalidade de promover resgate da cultura italiana do município”.

Localizada no interior do Horto Municipal, o espaço, de iniciativa pública, funciona de terça a domingo, de 8h às 12h e de 13h às 16h.[12]

Frente da Casa do Imigrante. O busto é de Clementina Tavernari



Fonte: Acervo CMIIF.

[11] Disponível em: https://adelinabrasil.com.br/. Acesso em 03 set. 2025. Assim como a Associação, também possui um perfil nas redes sociais: https://www.instagram.com/cachacaadelina/. Acesso em 03 set. 2025.
[12] Disponível em: https://www.cmportoreal.rj.gov.br/pagina/ler/2089/pontos-turisticos. Acesso em 03 set. 2025.

Quanto às entrevistas, participaram Humberto Ettore Neto, Paulo Henrique Marassi, Ariosto Pederassi e Paulo César (informou não ser descendente, mas esposo de uma) no 4 de março de 2023, e no dia seguinte, Isaltina Bassoli Cavassi, Maria Bernardelli de Almeida, Regina Célia Cianelli e Vera Lúcia Pereira Cianelli Graciani.

Notamos nas duas entrevistas certas similaridades nas narrativas imigrantes: situações precárias de vida de seus antepassados, e até mesmo vividas por eles. Humberto, por exemplo, informou que morava na casa de sua tia junto de outros familiares, pois não haviam casas para todos. Os entrevistados informaram que, de acordo com seus parentes mais velhos, a viagem para o Brasil foi turbulenta e precária, dormindo no chão do navio e sem conforto. É interessante comparar essas histórias com aquela narrada por Enrico Secchi, que por ser assistente de Clementina Tavernari, dormiu na primeira classe do Anna Pizzorno. Outra semelhança que notamos é que todos eles têm uma ligação muito próxima à agricultura, tendo não só trabalhando nas plantações como também os seus pais, especialmente com cana de açúcar e no comércio com São Paulo, já que Porto Real se encontra próxima à fronteira.

Os entrevistados do dia 4 também destacaram certa preocupação em valorizar as tradições locais, tendo a Associação feito diversas apelações ao poder público municipal para um maior investimento no turismo local, comparando a colônia de Porto Real a Penedo, um dos exemplos mais célebres de patrimonialização turística da imigração no estado do Rio de Janeiro. Indicamos um trecho dessa entrevista anteriormente neste mesmo texto.

Considerando que as entrevistas foram realizadas pouco após o fim da pandemia de COVID-19, os entrevistados nos disseram que, antes dessa crise humanitária, havia um grande retorno de pessoas não apenas do município, mas de outros lugares, dentro e fora do Rio de Janeiro, mas com a pandemia, o retorno ainda estava sendo gradual. Ao visitarmos o perfil no Instagram, notamos que a Associação segue ativa, promovendo atividades e festivais na região.

Enquanto isso, as entrevistadas do dia 5, destacaram suas práticas culinárias em suas falas. O *caplon*, comida regional, tem sua origem ligada ao *capeletti*, típico prato italiano. Significando "pequeno chapéu", o prato é composto de massa de trigo recheada de carne suína, dando um aspecto similar à peça de roupa, enquanto o *caplon* ("grande chapéu") é recheado de

moranga japonesa. Segundo as entrevistadas, isso se dá pelo fato da condição de vida em Porto Real ser precária para os colonos, assim como também foi para eles por boa parte do tempo.[1313] Como não tinha uma grande criação suína à disposição dos moradores, era necessário improvisar para manter viva essa tradição. Assim, substituíram o recheio, originando o *caplon*.

As entrevistadas também destacaram de forma breve a respeito do grupo de dança Le Piccole Ballerine. Vera Cianelli apontou que "as meninas da dança é mais de fora. Assim, de fora que eu digo é que não é descendente. Tem uma ou duas descendentes só. O grupo até diminuiu um pouco (...)". Ou seja, a Associação é aberta para os porto-realenses que não possuem ligação com os italianos. Não à toa, Paulo César é membro diretor da Associação. Isso indica que, atualmente, a integração entre descendentes de italianos e não descendentes em Porto Real é um pouco maior do que há cerca de vinte anos atrás, na pesquisa de Lima (2005).

Conclusão

[13]A título de exemplo, Humberto Ettore Neto nos informa na entrevista que Porto Real passou a ter energia elétrica apenas a partir dos anos 1970.

Nota-se, como afirmamos no início do texto, que há uma maior expressividade da descendência italiana no município de Porto Real, em contrapartida das outras nacionalidades estrangeiras que habitaram na colônia. Através de instituições, particulares ou privadas, os descendentes representam, traduzem e criam formas de manter um passado em comum. Em uma história que tem como ponto de partida a chegada das primeiras cinquenta famílias há 150 anos atrás, em Porto Real encontramos uma continuidade entre o passado e o presente.

Duas considerações precisam ser feitas. Primeiramente, sabemos, através das entrevistas com os membros da Associação, que a integração entre o grupo de descendentes e o restante da cidade é um pouco maior do que outrora, mas qual é a dimensão disso? Qual é o interesse dos demais porto-realenses nos festivais e eventos, além dos cursos e dos espaços de memória organizados? E aqueles fora do município, considerando a preocupação da Associação com o turismo? São perguntas ainda a serem respondidas.

Em segundo lugar, ressaltamos que este artigo é parte de um trabalho em andamento. Novos questionamentos podem surgir, e nem todos podem ser respondidos, mas um caminho pode ser traçado para a compreensão do patrimônio da imigração

italiana em Porto Real. Também apontamos que mais entrevistas serão realizadas, com o intuito de atualizar a perspectiva dos depoentes e compreender o ponto de vista dos mantenedores das outras instituições apontadas. Portanto, neste texto, buscamos sintetizar parte dos esforços feitos em Porto Real para a preservação da memória local.

Referências

ALBERTI, Verena. *Fontes orais:* Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.).

ALMEIDA, Thomaz José Coelho de. *Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da décima sexta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1877.

BERTONHA, João Fábio. Um povo de emigrantes. In: *Os italianos*. São Paulo: Editora Contexto, 2006. CANANI, Aline Sapiezinskas Krás Borges. Herança, sacralidade e poder: sobre as diferentes categorias do patrimônio histórico e cultural no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 163-175, jan./jun. 2005.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade.* São Paulo: Contexto, 2014.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015.

DE CONSTANTINO, Núncia Santoro. Viajantes italianos, imigração e italianidade no Brasil. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 38, p. S312-S325, 2012.

Depoimento de Humberto Ettore Neto, Paulo Henrique Marassi, Ariosto Pederassi e Paulo César. 04/03/2023.

Depoimento de Isaltina Bassoli Cavassi, Maria Bernardelli de Almeida, Regina Célia Cianelli e Vera Lúcia Pereira Cianelli Graciani. 05/03/2023.

FAGERLANDE, Sergio Moraes Rego. *A Construção da Imagem nas cidades turísticas:* tematização e cenarização em colônias estrangeiras no Brasil. 2012. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro: 2012.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento; COSTA, Julianna Carolina Oliveira. História da Imigração (1830-1880). In: REZNIK, Luís (Org.). *História da Imigração no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GUERRAZZI, Amedeo Osti; PINTO, Beatriz Volpato. Da Concordia al Brasile. *In*: GUERRAZZI, Amedeo Osti et al. *Dal Secchia al Paraíba:* L'emigrazione modenese in Brasile. Verona: Cierre Edizioni, 2002.

JÚNIOR, José Fernandes da Costa Pereira. *Relatorio apresentado a Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da décima quinta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Pública.* Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874.

JÚNIOR, José Fernandes da Costa Pereira. *Relatorio apresentado á Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da décima quinta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1875.

KLEIN, Herbert. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (Org.) *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 2000.

LIMA, Raphael Jonathas da Costa. *Açúcar, Coca-Cola e automóveis:* ação político-empresarial na construção de um "município modelo" em Porto Real (RJ). 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro: 2005.

MACEDO, Manoel Buarque de. *Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da décima sétima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

MARI, Marisa et al. Reperti dal Sud America dei medici Luigi Bompani (1814-1879) e Giuseppe Casari (1852-?) nei Musei modenesi. *Atti della Società dei Naturalisti e Matematici di Modena*, v. 147, p. 351-370, 2016.

MENESES, José Newton Coelho. O patrimônio e a compreensão do passado. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia (Orgs.). *História pública em debate:* patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

PAIVA, Odair da Cruz. Imigração, patrimônio cultural e turismo no Brasil. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 211-237, jul./dez. 2015.

SECCHI, Enrico. *Um sonho:* la Merica! E meus 56 anos de Brasile/diário de Enrico Secchi. Módena: Baraldini Editore, 1998.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53, p.117-149, março/maio, 2002.

SINIMBÚ, João Lins Vieira Cansanção de. *Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da décima sétima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1878.

SINIMBÚ, João Lins Vieira Cansanção de. *Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da décima sétima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1879.

SODRÉ, Alfredo. 1889-1890. In: *Rezende*: os cem anos da cidade. Resende: [*s.n.*], 1948.

TAVARES, Eduardo Diogo. *A colônia real:* história do núcleo modelo da colonização no império de D. Pedro II. São Paulo: UICLAP, 2023.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico:* um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel, 1989.

VENDRAME, Maíra et al. Por uma “Micro-história em movimento”: trajetórias, redes e intermediários nas migrações transatlânticas. In:

VENDRAME, Maíra; CEVA, Mariela (Orgs.). *Migrações atlânticas*: trajetórias, conexões e redes migratórias entre Europa e América Latina. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2025.WHATELY, Maria Celina. A percepção da crise. In: *O café em Resende no século XIX*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

A Odebrecht como Burguesia Interna: Ascensão, Colapso e a Reconfiguração do Bloco no Poder Pós-Lava Jato

Miguel Tarnapolsky Vieira
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

O presente trabalho é fruto do projeto de pesquisa da dissertação de mestrado "ODEBRECHT DA ASCENSÃO À QUEDA: uma empresa integrante da burguesia interna e sua relação com o Estado nos governos petistas (2003-2016) ", que ainda está em andamento. Nos propomos, então, a analisar a trajetória da Odebrecht, reconhecendo-a como uma proeminente representante da Burguesia Interna brasileira[1]. Abordamos a ascensão da empresa durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), período que, em oposição ao discurso midiático de corrupção inédita, representou uma continuidade amplificada de sua relação orgânica com o Estado. Contudo, este cenário foi drasticamente alterado pelo subsequente colapso impulsionado pela Operação Lava Jato e pelo Golpe

[1] A definição de burguesia interna que utilizamos vai no sentido do que define POULANTZAS (2015) e desenvolve BOITO (2018), nos afastando do conceito de burguesia nacional de Mao Tsé-Tung, que pressupunha uma burguesia nacional como potencial aliada dos trabalhadores na luta contra o capitalismo.

institucional de 2016[2]. Investigamos, em seguida, como essa crise gerou uma profunda reconfiguração do Bloco no Poder (POULANTZAS, 2015), resultando na abertura de espaço para a burguesia associada ao capital internacional e na desnacionalização de ativos outrora sob controle nacional.

Para fundamentar essa análise, utilizamos como referencial teórico os conceitos de Fração de Classe e Bloco no Poder de Nicos Poulantzas, que compreende o Estado como a condensação de relações de força (POULANTZAS, 2015). Também recorremos a Armando Boito, que elucida a rivalidade entre burguesia interna e associada no Bloco no Poder (BOITO,2018), e aos conceitos de Antonio Gramsci, como o de Estado Ampliado e Aparelhos Privados de Hegemonia, que influenciam as decisões estatais e constroem Consenso para interesses de grupos específicos (LIGUORI, 2017).

Na análise empírica exploramos detalhadamente os deslocamentos de capital da Odebrecht após 2016, evidenciando o domínio de compradores estrangeiros nos ativos da empresa. As fontes incluem o Ranking da Engenharia Brasileira (*Revista*

[2] Usamos a definição de golpe de autores como Löwy, que apontam a existência de golpes com verniz de legalidade na América Latina com objetivo de implantar uma política neoliberal derrotada nas urnas. (LÖWY, 2016, p. 64-65).

O Empreiteiro), Relatórios Anuais da Odebrecht, dados do BNDES, além de uma vasta gama de fontes secundárias e jornalísticas de grande circulação para sustentar a análise da reconfiguração hegemônica.

Pico e Queda: O Crescimento da Odebrecht nos Governos do PT e seu Declínio com a Lava Jato

A Odebrecht é um dos principais exemplos da burguesia interna brasileira, mantendo uma relação intrínseca com o Estado nacional desde suas origens na Bahia em 1942. Essa conexão foi fundamental para sua consolidação como uma das maiores construtoras do país, especialmente durante a ditadura civil-militar (CAMPOS, 2017). Nessa perspectiva, constatamos que a relação da Odebrecht com o Estado nos governos do PT (2003-2016) não representou um ineditismo na corrupção, como veiculado pela grande mídia, mas sim uma continuidade amplificada de laços já existentes há décadas.

O discurso hiperbólico em relação à corrupção foi repercutido por todas as grandes corporações da comunicação brasileira. Segue mais um exemplo, agora através de uma capa da revista *Época* (2017), um veículo das Organizações Globo, onde temos uma síntese de todo discurso dominante acerca da

corrupção do PT junto às empreiteiras e aqui mais especificamente junto a Odebrecht. Observaremos a seguir, um grande exemplo do notório exagero replicado repetidamente, a despeito da longa trajetória da Odebrecht dentre os mais diversos governos, com denúncias e indícios de corrupção existentes no passado, é sempre exposto que seria com o PT que começou o "maior esquema de corrupção do mundo"[3]:

Figura 1 – A República da Odebrecht, o maior esquema do mundo



Fonte: *Época*, 2017

Fica, então, explícito que, para além da continuidade de suas relações com o Estado brasileiro até as entranhas, a Odebrecht dá um salto em volume de capital de diversificação

[3] *Época*, 2017. Disponível em: <https://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/04/lista-de-fachin-uma-bomba-sobre-brasilia.html>. Acesso em: 30 maio 2025.

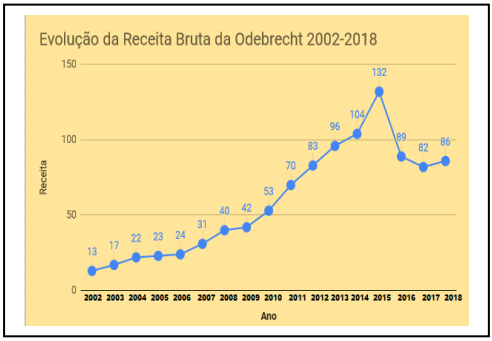
de suas atividades econômicas já no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (ROCHA, 2013. p. 68). Compreendemos que, apesar de ser falsa a afirmação da mídia e formadores de opinião neoliberais de que Lula teria inaugurado uma relação inédita de corrupção sem precedentes entre o Grupo e o Estado brasileiro, se confirma na verdade uma continuidade amplificada de uma relação iniciada décadas atrás.

Nos governos Lula e Dilma, a Odebrecht atingiu seu auge, com um crescimento acelerado e uma diversificação e internacionalização que alcançaram patamares inéditos. A Odebrecht em 2007 mantinha 47% dos trabalhadores empregados no exterior, e 70,4% de sua receita no exterior, mas Fontes destaca a característica de origem e controle decisório nacional desse capital internacionalizado (FONTES, 2010). Constatamos que a empresa demonstrou utilitarismo político, doando quantias iguais, 8 milhões de reais ao PT e ao PSDB nas eleições de 2014, indicando seu interesse em manter apoio a diferentes setores da política institucional. Verificando as doações de campanha, observamos que à época a empresa apontava que poderia compor uma aliança encabeçada político-

institucionalmente pelo PT ou pelo PSDB, segundo o site *Meu Congresso Nacional*.[4] [5]

Em 2015, a receita bruta da empresa chegou a 132 bilhões de reais um valor dez vezes superior ao último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, de acordo com os relatórios da empresa:

Gráfico 1 - Evolução de Receita Bruta da Odebrecht (2002-2018)



Fonte: Relatórios anuais da Odebrecht: anos 2014-2018

4 Meu Congresso Nacional é um site voltado divulgação de dados relacionados a política dirigido por grupo de cientistas da computação e eventuais colaboradores que, sob a liderança do Professor Kellyton Brito do Departamento de Computação da UFRPE, esteve em pleno funcionamento de 2013 a 2020, servindo muitas vezes de fonte para a grande imprensa. O veículo foi constantemente processado para retirada de seu material do ar.

5 Meu Congresso Nacional, 2014. Disponível em: <http://meucongressonacional.com/eleicoes2014/empresa/08091102000171 > Acesso em: 06 jun. 2016.

Notamos que é inegável que a Odebrecht.SA teve um crescimento acelerado a partir do primeiro governo Lula impulsionado mais ainda no governo Dilma. Notamos que realmente nos governos do PT a Odebrecht alcançou patamares inéditos. O início da operação Lava Jato, atingiu economicamente a empresa que despenca de 2015 para 2016 e continua a diminuir sua receita moderadamente em 2017. Em 2018 o grupo apresenta uma leve recuperação.

Apesar do fortíssimo abalo sofrido pela Lava Jato, não podemos ainda decretar agora o fim político-econômico da Odebrecht.SA, que tenta se adaptar à nova realidade, como veremos abaixo. A empresa sofreu duramente com o Golpe de 2016 e com a operação Lava Jato, mas ainda figurava como uma das maiores e mais importantes empreiteiras do país que batalhava para se manter e se reestruturar. Entretanto, é inegável que a Lava-Jato reduziu o grupo de tamanho e importância. O impacto financeiro sofrido é grande e a recente notícia sobre o pedido de recuperação judicial coloca o fim da Odebrecht como uma realidade palpável. A Odebrecht manteve a liderança no Ranking da Engenharia até 2013 (CAMPOS, 2016. p. 25) e foi a principal empresa contratada para obras federais da Copa do

Mundo e das Olimpíadas, além de projetos estratégicos como a construção do primeiro submarino nuclear (PINTO, 2013).

Contudo, é importante ressaltar que a base para esse crescimento foi consolidada desde a década de 1990, com sua participação nas privatizações, na aquisição de títulos podres, os *junk bonds*, que garantiram estabilidade e as bases para sua internacionalização e diversificação produtiva. A aquisição de ativos estatais sub-precificados, os *junk bonds*, ou títulos podres - operação de alto risco e elevada possibilidade de não cumprimento - com uma posterior especulação das "moedas de privatização" e sua troca por ativos reais levaram a uma capitalização financeira em detrimento dos cofres públicos, ou seja, na prática ocorreu uma transferência de renda do patrimônio público para o privado. Com a cronologia dos 10 maiores grupos econômicos do Brasil de 1975 a 2005, elaborada por (ROCHA, 2013), que tem como fonte as revistas *Exame* e *Valor*, observarmos o crescimento da Odebrecht com sua entrada no ranking dos dez maiores grupos econômicos brasileiros. Destaca-se o grande desempenho alcançado já no final do primeiro mandato de Lula, ilustrando que a empresa estava mais do que nunca atuante dentro do aparelho de Estado.

É nítido que o cenário de crescimento da Odebrecht mudou drasticamente com a Operação Lava Jato e o Golpe institucional de 2016, que tiveram um efeito devastador na Odebrecht. Os impactos foram severos como o declínio da Receita bruta da Odebrecht despencou de 132 bilhões de reais em 2015 para 82 bilhões em 2017, e o grupo apresentou uma diminuição de 40% em sua receita bruta total em 2018. Houve, também, a redução da força de trabalho da empresa com o quadro de funcionários foi drasticamente encolhido de 274 mil em 2015 para apenas 50 mil em 2019. Neste mesmo período, adquiriu um endividamento massivo, as dívidas externas da Odebrecht atingiram 98,5 bilhões de reais, sendo 65 bilhões de reais devidos a credores externos, superando o faturamento do grupo. [6]

A revista *OE* é um aparelho privado de hegemonia dos empreiteiros e recolhe seus dados das empreiteiras de maneira voluntária. A empresa ficou ausente do Ranking da Engenharia em 2016 e 2017, o que pode ter sido uma decisão política para

[6] UOL, 2019, Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2019/06/18/o-que-e-a-recuperacao-judicial-e-como-ela-afeta-o-futuro-da-odebrecht-alvo-da-lava-jato.htm> Acesso em: 11 dez. 2019.

evitar exposição em um momento de crise. Embora tenha retornado ao primeiro lugar em 2018, apesar da queda de receita, o que pode ser interpretado como uma tentativa de construir uma narrativa de volta à normalidade. Em junho de 2019, o grupo entrou com pedido de recuperação judicial para evitar a falência, após o fracasso do plano de alienação de ativos, especialmente a não concretização da venda da Braskem.

Abaixo, tabela referente à posição da Odebrecht no Ranking da Engenharia da revista *O Empreiteiro*.

Tabela 1 – Posição da Odebrecht Ranking Nacional da Engenharia da *OE* (2014-2018)

ANO	POSIÇÃO
2014	1
2015	1
2016	N/A
2017	N/A
2018	1

Fonte: Ranking Nacional da Engenharia da revista *O Empreiteiro* (2014,2015,2016,2017,2018)[7]

7 O EMPREITEIRO. Ranking da Engenharia Brasileira. Edição agosto de 2014, N° 533 p. 294. Disponível em:

Outra possibilidade para a ausência seria, não a vontade ou decisão da Odebrecht, em si de estar fora dos holofotes neste período, mas um acordo com seus pares, em que a empresa permanecendo no topo do Ranking a despeito dos escândalos de corrupção, poderia afetar negativamente a imagem do setor como um todo, tendo sido possivelmente acordado de forma cavalheiresca que seria ocultada a Empresa tendo em vista uma publicidade negativa que resvalaria nos outros integrantes do setor da construção civil.

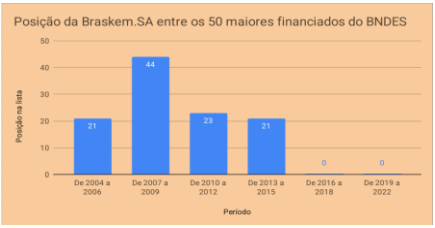
Conclui-se que, em 2018, a Odebrecht avaliava que já ser possível trabalhar sua imagem publicamente sem ter mais prejuízos do que ganhos, ou que já é aceitável para seus pares que ela volta a figurar publicamente como a maior empresa do

O EMPREITEIRO. Ranking da Engenharia Brasileira. Edição julho de 2015, 543, p. 244. Disponível em: https://revistaoe.com.br/acervo-revista-oempreiteiro/#flipbook-df_117077/1/. Acesso em: 4 jun. 2016.
O EMPREITEIRO. Ranking da Engenharia Brasileira. Edição julho/agosto de 2016, n. 554, p. 130. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/360204218/ranking-2016-2-pdf. Acesso em: 8 jun. 2025.
O EMPREITEIRO. Ranking da Engenharia Brasileira. Edição julho/agosto de 2017, n.562. Disponível em: https://revistaoe.com.br/acervo-revista-oempreiteiro/#flipbook-df_117154/1/. Acesso em: 1 dez. 2017.
O EMPREITEIRO. Ranking da Engenharia Brasileira. Edição julho/agosto de 2018, n. 569, p. 84, 92. Disponível em: https://www.concremat.com.br/wp-content/uploads/2018/09/Revista-O-Empreiteiro.pdf. Acesso em: 8 jun. 2025.

setor mesmo diante dos escândalos midiáticos sem que haja prejuízo às demais. A partir de 2016 como veremos a Odebrecht começa a vender seu patrimônio para tentar se reerguer.

A partir das informações obtidas pelo portal da transparência do BNDES, podemos constatar que após o golpe de 2016 a empresa sofreu um grande revés nas aprovações de financiamentos via BNDES. No período de 2016 a 2018, a empresa não mais figura entre as 50 mais beneficiadas pelo banco, o que se repete no período de 2019 a 2022. Com base na mesma planilha, fizemos um recorte da evolução do valor financiado entre 2004 e 2015, não estendemos até 2022 pois como a empresa não está mais entre a 50 mais financiadas os dados não são fornecidos pelo BNDES.

Gráfico 2 – Posição da Braskem entre os 50 maiores financiados do BNDES (2004-2022)



Fonte: BNDES[8]

[8] BNDES. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/consulta-operacoes-bndes/maiores-clientes>. Acesso em: 08 jun. 2025.

O BNDES também criou sua *holding*, o BNDESPar, que teve um crescimento significativo multiplicando por dez seu valor na bolsa, de 2003 a 2010. Isso permitiu a atuação de maneira ativa no financiamento de grandes empresas brasileiras. Em 2011, a Braskem figurava como uma das principais acionistas do BNDESPar, com uma participação societária permanente. O BNDESPar desde as privatizações dos anos 1990 foi o principal financiador dos consórcios vencedores, aderindo a modelo de participações minoritárias capitalizando os grupos privados, mostrando-se como um instrumento de excelência da política dos "Campeões Nacionais". Ou seja, o Estado coloca capital na empresa, porém permanece sem o controle.

Nova Correlação de Forças: Como a Crise da Odebrecht Abriu Espaço para a Burguesia Associada no Bloco no Poder

A crise da Odebrecht e o subsequente esvaziamento de seu capital e influência não criaram um vácuo, mas sim uma reconfiguração do Bloco no Poder, abrindo espaço para a ascensão da burguesia associada ao capital internacional. O plano de alienação de ativos da Odebrecht, iniciado em 2016 com o objetivo de levantar aproximadamente 12 bilhões de reais, revelou um movimento político e econômico significativo.

A maior parte do capital deslocado decorrente da alienação de ativos da Odebrecht se dirigiu para o exterior. Em termos de número de transações, 78,88% dos negócios foram firmados com empresas estrangeiras, e apenas 22,22% com grupos nacionais. Em valor, dos 12,955 bilhões de reais em negócios identificados, 92,8% do montante foi adquirido por compradores estrangeiros, enquanto apenas 7,2% permaneceram com grupos nacionais. Este movimento demonstra um grande enfraquecimento da soberania econômica, transferindo ativos estratégicos antes sob controle nacional para o capital externo

Gráfico 3 – Percentual de capital: estrangeiro e nacional (2016-2019)



Fontes: Relatórios anuais Odebrecht (2016-2019), O Globo, Valor, Época, O Petróleo[9], Veja, G1, Infomoney, Exame, Seu Dinheiro, Isto é Dinheiro, Época Negócios, Moneytimes[1011]

[9] *O Petróleo* é um veículo de imprensa focado em notícias e análises sobre finanças, economia e investimentos, foi fundado em 2016 com foco em tópicos de economia de países emergente está desde 2025 é propriedade da Seo Prime Soluções Web Ltda.

[10] O *Money Times*, veículo de imprensa, pertencente ao capital financeiro, é focado em notícias e analises sobre investimento é uma empresa do grupo Empiricus, que também é dono do site *Seu Dinheiro* e da Empiricus Research. O grupo como um todo foi vendido em 2021 para o banco BTG Pactual.

[11]*O Globo*, 2019 Disponível em: https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/o-que-querem-odebrecht-e-petrobras-com-venda-da-braskem.html Acesso em: 07 jun. 2025

Valor, 2019. Disponível em: https://www.valor.com.br/empresas/6253401/venda-da-braskem-entra-em-compasso-de-espera Acesso em: 07 jun. 2025

Valor, 2019. Disponível em: https://www.valor.com.br/empresas/6252397/bolsa-de-nova-york-suspende-negociacao-de-recibos-da-braskem Acesso em: 07 jun. 2025

Valor, 2019. Disponível em: https://www.valor.com.br/empresas/6096011/venda-da-braskem-para-lyondellbasell-volta-avancar Acesso em: 07 jun. 2025

O Globo, 2019. Disponível em: https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/venda-da-braskem-na-reta-final.html(acesso: Acesso em: 07 jun. 2025

Época, 2019. Disponível em: https://epoca.globo.com/guilherme-amado/venda-da-braskem-para-holandesa-esfria-23547318 Acesso em: 03 dez. 2019

O Petróleo, 2019. Disponível em: https://www.opetroleo.com.br/odebrecht-agiliza-negociacoes-para-venda-da-braskem/ Acesso em: 07 jun. 2025

Veja, 2019. Disponível em: https://veja.abril.com.br/blog/radar/mp-usa-venda-da-braskem-como-argumento-para-bloqueio-de-r-7-bilhoes/ Acesso em: 07 jun. 2025

G1, 2019. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/13/braskem-tem-prejuizo-

Compreendemos que o movimento do capital de move da Odebrecht, um representante da burguesia interna, para o capital controlado externamente. Esse movimento, sabemos, não

de-r-179-milhoes-no-4o-trimestre-com-queda-na-producao-no-mexico-e-eua.ghtml Acesso em: 07 jun. 2025
Valor, 2019. Disponível em: https://www.valor.com.br/empresas/5647893/venda-da-braskem-deve-ser-assinada-com-lyondellbasell-ate-outubro Acesso em: 07 jun. 2025
Infomoney, 2019. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/mercados/acoes-e-indices/noticia/7508714/braskem-dispara-ate-com-noticia-sobre-venda-petrobras-sobe-com Acesso em: 07 jun. 2025
O Petróleo, 2019. Disponível em: https://www.opetroleo.com.br/odebrecht-agiliza-negociacoes-para-venda-da-braskem/ Acesso em: 07 jun. 2025
Money Times, 2019. Disponível em: https://moneytimes.com.br/mais-perto-da-venda-braskem-lidera-ibovespa/ Acesso em: 07 jun. 2025
Exame, 2019 Disponível em: https://exame.abril.com.br/negocios/braskem-deve-divulgar-alta-nos-ganhos-enquanto-espera-venda/ Acesso em: 09 dez. 2019
Isto é Dinheiro, 2019. Disponível em: https://www.istoedinheiro.com.br/o-proximo-passo-da-braskem/ Acesso em: 13 dez. 2019
Época Negócios, 2018. Disponível em: https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2018/08/epoca-negocios-petrobras-nega-existencia-de-pressao-interna-contra-venda-de-fatia-na-braskem.html Acesso em: 07 jun. 2025
Seu Dinheiro. 2018. Disponível em: https://www.seudinheiro.com/braskem-embraer-e-a-polemica-gafisa-apresentam-seus-balancos-de-2018-nesta-semana/ Acesso em: 07 jun. 2025
Infomoney, 2019. Disponível em: https://www.infomoney.com.br/mercados/acoes-e-indices/noticia/7476629/braskem-dispara-com-odebrecht-negociando-venda-vale-siderurgicas-caem-ate Acesso em: 07 jun. 2025

é puramente econômico, mas profundamente político, já indicando os beneficiários da Lava-Jato, das novas políticas públicas pós golpe e fornecendo indicadores do padrão de como vai se formando a nova correlação de forças dentro do Bloco no Poder.

Entre os compradores estrangeiros, destacam-se, a canadense Brookfield, uma empresa de gestão de ativos com amplos interesses em infraestrutura, energia e imobiliário no Brasil, que adquiriu a Odebrecht Ambiental e a Rutas de Lima. A russa Alrosa e a angolana Endiama, que compraram participações na Sociedade Mineira de Catoca, no setor de mineração. O fundo soberano de Singapura, GIC, que, atuando no Brasil desde 2015 (às vésperas do golpe), financia empresas como SDI Gestão e Barzel Properties no setor imobiliário e está alinhado à agenda ultraliberal. A gestora americana Farallon e o fundo árabe Mubadala, ambos com interesses em infraestrutura e imobiliário no Brasil, defendendo a abertura de mercado e privatizações. O conglomerado japonês Mitsui, através da Gumi, que atua em transportes, gás e mineração, e já foi acusado de cartel no metrô de São Paulo. A estatal chinesa China Three Gorges (CTG), a segunda maior produtora de energia de capital privado no Brasil, que considera o país prioritário em sua

estratégia internacional e elogiou as reformas ultraliberais do governo Temer.

Embora o predomínio tenha sido de capital estrangeiro, alguns grupos nacionais também adquiriram ativos, aproveitando a oportunidade gerada pela crise de seus rivais da burguesia interna. Exemplos incluem o Grupo NC, que se diversificou para energia eólica, e a Transpes, do setor de transportes, cujo sócio-diretor é um deputado do partido Novo, alinhado às políticas ultraliberais pós-golpe. Contudo, mesmo alguns compradores nacionais, como a SDI Gestão e a Barzel Properties, eram, na verdade, veículos de investimento financiados pelo fundo soberano de Singapura (GIC), evidenciando a associação entre o capital financeiro internacional e parceiros locais alinhados à agenda ultraliberal.

O fracasso na venda da Braskem, um dos principais ativos da Odebrecht, para a norueguesa LyondellBasell em 2019, devido à instabilidade jurídica, política e financeira, foi um fator crucial que impulsionou o pedido de recuperação judicial da Odebrecht.

Esse movimento de transferência de ativos e a consequente reconfiguração do Bloco no Poder corroboram a tese de Boito (2016) de que o golpe de 2016 representou uma

disputa entre frações de classe pelo controle do Estado e pela apropriação da riqueza naciona[1]. Nesse conflito, a burguesia associada ao capital internacional obteve sucesso em impor sua hegemonia, implementando políticas ultraliberais, como o programa "Ponte para o Futuro" do MDB, que favorecem a abertura da economia e as privatizações[12]. No documento *Ponte para o futuro* consta que: "é necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação" (MDB, p. 32). Assim sendo, pode-se notar diferenças da nova proposta em relação à plataforma neoliberal no Brasil, uma vez que não se colocava em questão os gastos vinculados à saúde e educação presentes na Constituição Federal de 1988. Doravante, o ultraliberalismo exige o "orçamento inteiramente impositivo" (IDEM p. 33), o que coloca, então, em risco os direitos conquistados com a vinculação constitucional nos investimentos em educação e saúde, direitos estes que até então não eram questionados pelo mais convicto defensor do neoliberalismo no Brasil, ou na fase dos governos de FHC.

[12] MDB-RS,2016. Disponível em <https://www.mdb-rs.org.br/fl_adm/uploads/documentos/Uma_ponte_para_o_futuro.pdf >Acesso em: 08 jun. 2025.

O capital-imperialismo, caracterizado pelo predomínio do capital monetário e pela expropriação global de mais-valor, opera por uma combinação de violência e hegemonia, associando-se a interesses internos para consolidar sua dominação (FONTES,2010). A movimentação de capital que descrevemos, majoritariamente direcionada para o exterior e para o controle por entidades financeiras ou conglomerados com forte atuação nesse setor, demonstra um grande enfraquecimento em termos de soberania econômica. Ativos estratégicos antes sob controle nacional da burguesia interna passam agora para o controle desse capital externo. O predomínio desse capital estrangeiro de perfil financeiro e sua crescente influência na política econômica brasileira pode ser compreendido como uma manifestação do capital imperialismo. Sabemos que nesse sentido todo capital imperialismo é internacional por princípio. Ele busca a apropriação de riquezas e a determinação da política em economias periféricas, como o Brasil. Entretanto a dinâmica do Bloco no Poder e a própria natureza desse capital reconhecem e necessitam da associação com interesses internos para consolidar sua hegemonia, no caso em questão vimos uma clara associação aos grupos internos que se opunham ao governo Lula e pretendiam através de uma reconfiguração das políticas

públicas uma ampliação significativa de seu poder político-econômico.

Os compradores identificados nesse processo são, em sua maioria, representativos desse perfil de capital financeiro. Trata-se frequentemente de empresas de gestão de ativos, fundos de investimento e grandes conglomerados com atuação diversificada, cujo foco é a aquisição de ativos para gerar rendimentos financeiros e capitalização.

Considerações Finais

A trajetória da Odebrecht, um símbolo da burguesia interna brasileira, foi drasticamente alterada pela Operação Lava Jato e pelo golpe de 2016, que a levaram a uma situação quase terminal. O processo de alienação de seus ativos, realizado como parte de seu plano de reestruturação, resultou na aquisição majoritária do capital por compradores estrangeiros, representando 92,8% do montante transacionado e 78,88% do número de negócios. Essa movimentação de capital, predominantemente direcionada para o exterior e para entidades financeiras ou conglomerados com forte atuação nesse setor, demonstra um grande enfraquecimento da soberania econômica, com ativos estratégicos antes sob controle nacional passando

para o capital externo. O predomínio desse capital estrangeiro de perfil financeiro e sua crescente influência na política econômica brasileira manifestam o avanço do capital-imperialismo, que busca a apropriação de riquezas e a determinação das políticas em economias periféricas como o Brasil.

O material analisado tende a ir ao encontro a tese de Armando Boito (2016) de que o golpe de 2016 representou uma disputa entre frações de classe pelo controle do Estado e pela apropriação da riqueza nacional. Nesse conflito, a burguesia associada ao capital internacional impôs sua hegemonia, implementando políticas ultraliberais que favorecem a abertura da economia e as privatizações. O enfraquecimento da Odebrecht, legítima representante da burguesia interna, criou um vácuo que está sendo ocupado por outras frações de classe, inclusive com a associação entre capital financeiro internacional e parceiros locais alinhados à agenda ultraliberal. Sabemos, porém, que é há necessidade de mais acumulo e continuidade de nossa pesquisa para aprofundar a análise tanto da Odebrecht como o de outros representantes das frações de classe para dar robustez a hipótese. Diante da crescente subalternidade econômica e da hegemonia do capital-imperialismo, que se aprofunda com a transferência massiva de ativos estratégicos

para interesses externos e a continuidade de políticas ultraliberais, resta, também, como desafio futuro compreender como o Brasil e suas classes trabalhadoras irão se posicionar e resistir a essa nova correlação de forças.

Referências

BOITO, Armando "Os atores e o enredo da crise política" In *Por que gritamos golpe?* Editora *Boitempo,* 2016.

BOITO, Armando "*Reforma e Crise Política no Brasil*: os Conflitos de Classe nos Governos do PT", editora UNESP, 2018.

CAMPOS, Pedro H. P. "*Os Odebrecht, os Camargo e os Andrade*: as grandes famílias brasileiras da construção civil", 2016.

CAMPOS, Pedro H. P. *Estranhas Catedrais: As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988 EDUFF,* 2017.

FONTES, Virgínia. "*O Brasil e o capital-imperialismo:* teoria e história". 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010,jan. /abril de 2018.

LIGUORI, Guido. Estado. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale "*Dicionário do Pensamento Gramsiano***"**. 1. ed. Rio de Janeiro: Boitempo, v. 1, 2017. p. 261-264.

LÖWY, Michel. "*Da tragédia a farsa:* o golpe de 2016 no Brasil", In: *Por que gritamos golpe? Boitempo*, 2016.

ODEBRECHT S.A. *Relatório Anual 2*016. [S.l., s.d.]. (Cópia de arquivo pessoal do autor).

ODEBRECHT S.A. *Relatório Anual* 2017. [S.l., s.d.]. (Cópia de arquivo pessoal do autor).

ODEBRECHT S.A. *Relatório Anual* 2018. [S.l., s.d.]. (Cópia de arquivo pessoal do autor).

ODEBRECHT S.A. *Relatório Anual* 2019. [S.l., s.d.]. (Cópia de arquivo pessoal do autor).

PINTO, João Roberto L. "O*s donos do Rio*", In *Relatório 2013 da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da ALERJ*, pag. 39, Rio de Janeiro, 2013.

PINTO, João Roberto L. e MANSOLDO, Felipe F. "A Fibria, o BNDES e o 'novo' papel do Estado no capitalismo brasileiro: do 'Estado-empresário' ao 'Estado-empresa'". In: *Revista Internacional de Direitos Humanos e Empresas*. Juiz de Fora: Homa/UFJF, ano II, n. 2, 2017.

POULANTZAS, Nicos *O Estado, o poder, o socialismo*, Paz e Terra, 2015.

ROCHA, Marco A. M. da. *Grupos Econômicos e Capital Financeiro: uma História Recente do Grande Capital Brasileiro*. Campinas, Instituto de Economia da UNICAMP, Tese de Doutorado, 2013.

Em legítima defesa da ordem: perfil de um criminoso no alvorecer da República (1910-1915)

Milena Dutra Medeiros
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da dissertação de mestrado, cujo título é: "Em Legítima Defesa Da Ordem: Perfil de um Criminoso No alvorecer da República (1910-1915) ", ainda em andamento.

O Rio de Janeiro do início da república tentava se modernizar, varrer para debaixo do tapete a *sujeira colonial*, importar uma roupa e uma cor europeia. As elites e a crescente burguesia tinham para o Brasil o projeto de modernidade, a ciência, o trabalho e a educação salvariam o país da dessa herança. Organizar uma sociedade nesses moldes implica em tornar seus cidadãos civilizados e, sendo assim, afastar todos os que eram considerados perniciosos, todos que atrapalhassem esse projeto, ébrios, vadios, capoeiras, entre outros. A capital federal, no início do século XX, assistiu ao encontro entre o passado e o futuro. O início da república é também um momento de muitas transformações sociais. O início da industrialização no

Brasil, gera a necessidade de um novo tipo de controle sobre os mais pobres. A mão de obra livre precisava ser manejada e preparada para o novo mundo.

A idealização do progresso também causa reflexos nessa conjectura, uma vez que o projeto das elites era modernizar o Brasil, se espelhando no que havia, para eles, de melhor na civilização. As elites e os profissionais estão congruentes com todas as discussões e teorias jurídicas e médicas dos países europeus. Na tentativa de replicar o molde do que consideravam civilidade, os que eram responsáveis pela administração pública e justiça agiam, reprimindo e excluindo aqueles que não correspondiam a esse ideal. Embora a pena de morte já não seja permitida desde o império[1], a possibilidade da exclusão pela morte ainda se fazia presente, uma vez que, ao eliminar um mau elemento, o assassino pode ser considerado um herói.

A medicina científica, o discurso do desajustado, muitos estereótipos são reforçados pelo discurso médico e justificam a ação da justiça e da polícia sobre a população pobre. Em um contexto de transformações intensas, migrações, falta de moradia, desemprego, miséria, doenças e criminalidade,

[1] A pena de morte foi aplicada no Brasil pela última vez em 1876, embora só tenha sido extinta no código penal de 1890.

justificou o discurso preconceituoso de uma elite[2] e entranhou em uma memória coletiva o perigo vindo da pobreza e de sujeitos com certos estereótipos.

As elites se preocupavam em educar a mão de obra livre e estrangeira para o trabalho, aos poucos era cerzido nos indivíduos a importância do trabalho, da moral e dos bons hábitos. A justiça e a educação vão normalizar comportamentos e inserir nos indivíduos os comportamentos ideais para uma sociedade capitalista. A república pretende transformar a massa disforme em coesa, imbuída de sentimento de pertencimento e reconhecimento coletivo.

Utilizando um processo-crime de homicídio ocorrido em 1910[3] no Rio de Janeiro, pretendo analisar como ser um português, sem trabalho fixo, tatuado e transeunte no centro da cidade fez da vítima José Martins, um tipo temido pela

[2] As elites como o conjunto de instituições que compõem o Estado, exercendo a governabilidade a partir das instituições de poder. Como pensado por Foucault em Microfísica do Poder, o poder não está em apenas em uma instituição, é exercido de diversas formas na sociedade, através de leis, punições e ideologias.

[3] João Cordeiros de Barros/ Justiça, 1910. Homicídio doloso qualificado. Maço/fundo 4088/10096. HD: MDO 00026491. Pasta 18-0608_BR_RJ_22. Gaveta: FIC-RES-7-GAV4. Acervo permanente do poder judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

sociedade. Um homicídio, artigo 294[4] do código penal de 1890[5], justificado por legítima defesa, artigos 32[6], parágrafo dois, o que entra em conflito com o parágrafo dois[7] do artigo 34[8], visto que houve um policial presente na cena do crime, ao que parece os estigmas da vítima foram preponderantes para que o júri considerasse que o agressor estava agindo em defesa de toda a sociedade. Os processos-crime permitem entender a relação entre os desviantes, ou assim considerados, e a justiça. E os traços deixados por homens comuns, os cidadãos em seu cotidiano, que disputavam entre si os espaços de moradia, trabalho, suas querelas amorosas e estratégias de vida.

A primeira parte desse artigo apresenta os eventos ocorridos no processo-crime, como decorreu o julgamento, a repercussão e as justificativas do assassino. Na segunda parte, avalio como os avanços científicos e a ideia de progresso fizeram com que o crime começasse a ser pensado pela perspectiva da medicina. Na terceira parte, apresento como

[4] Matar alguém.
[5] BRASIL. Código Penal de 1890. *Decreto nº 847*, de 11 de outubro de 1890.
[6] Não serão também criminosos: os que o praticarem em defesa legítima, própria ou de outrem.
[7] "impossibilidade de prevenir ou obstar a acção, ou de invocar e receber soccorro da autoridade publica".
[8] Para que o crime seja justificado.

o discurso moralizador foi uma forma de controle político e social na primeira república. A seguir farei uma discussão sobre algumas das preocupações no período, os estrangeiros, as tatuagens e a vagabundagem e como essas características foram associadas à criminalidade. Por fim, discorro sobre a necessidade de controle e educação necessárias às transformações sociais e produtivas do período.

O processo- crime

Os confrontos entre brasileiros e portugueses eram comuns no início do século XX pelos mais diversos motivos e o crime de motivação passional era um deles. Assim, o brasileiro acusado de assassinato, João Cordeiro de Barros, justifica sua querela com o português, José Martins, tiveram uma "questão", por uma mulher. O processo de interrogação de João e o desfecho do processo são reveladores sobre os dois indivíduos e o contexto em que, o crime aconteceu, desvela uma visão de mundo da época.

A moça em questão, Juracy, apesar de ser o suposto pivô da briga, não tem nome ou rosto no processo, mas é protagonista

nas reportagens dos jornais como a Flor do Charco[9]. O acusado alega legítima defesa e é absolvido com unanimidade de votos. A defesa do seu advogado alega que João Cordeiro de Barros é um bem-feito da sociedade, livrando-a de um mal maior. O mal era o português e todas as características que esse carregava, pobre, sem emprego, português e tatuado, que o tornava potencialmente perigoso para a sociedade.

Não o bastante, João é acusado de um segundo assassinato, e é novamente inocentado alegando legítima defesa. Dessa vez, o acusado era negro e estava supostamente alcoolizado. Tiveram uma briga na pensão em que João Cordeiro de Barros trabalhava. As vítimas têm características duvidosas para a época, em comparação ao assassino, que é brasileiro, branco, com emprego fixo e alfabetizado. Sobre a moça, Juracy, que sequer foi interrogada, não sabemos nada sobre. Uma moça "direita" nessa época não podia estar desacompanhada, muito menos às voltas com qualquer rapaz. Esse era um modo de controlar não apenas o corpo da mulher, também dos homens que não poderiam estar perdendo noites nos alcouces. A

[9] Jornal do Brasil 25/10/1910. Arquivo Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional: Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_03&pagfis=4781.

sociedade civilizada precisava arrancar as ervas daninhas do seu quintal, dessa forma, os corpos disfuncionais tinham três caminhos, a prisão, a morte ou o exílio (FOUCAULT:2015). O português foi morto e a moça, provavelmente, exilada, ou seja, a mandaram sumir[10].

A condenação era, antes de tudo, moral. O processo corre em torno da discussão sobre quem é bom para a sociedade, quem é um risco, uma disputa quase maniqueísta, entre o bem e o mal. Enquanto o brasileiro João cordeiro tem a nacionalidade certa, tem emprego, sabe ler e escrever, a vítima era um português, com as vestes desgastadas, sem emprego fixo e com o corpo tatuado. O assassino tinha bons antecedentes, o assassinado era o pior que se poderia ser, e sua segunda vítima era um negro alcoolizado. O que livrou João cordeiro de dois assassinatos e, no primeiro processo, ainda lhe deu o epíteto de herói, livrou a sociedade de um mal maior.

O crime solucionado pela medicina

A expectativa de resolver os problemas da humanidade e, por conseguinte, o da criminalidade, é resultado das grandes

10 A polícia, segundo Bretas, às vezes procedia dessa forma. Mandavam sumir quem causasse, segundo eles, problemas (BRETAS: 1997).

transformações assistidas na transição do século XVIII para o século XIX. As transformações técnicas, a industrialização os avanços científicos e por consequência, movimentações sociais, deram ao mundo um horizonte maior e mais distante de expectativas: quanto maiores as transformações no espaço de experiência, maiores as possibilidades para o horizonte de expectativa (KOSELLECK: 2006).

As leituras para a pesquisa, de onde provém o presente artigo, fizeram-me perceber indícios da expectativa de resolver o problema da criminalidade com a medicina, que o mundo poderia ser corrigido e melhorado através da ciência e do progresso, antes que houvesse teorias afirmando o fato. A modernidade modifica a relação dos homens com o tempo, antes o tempo era o da natureza, agora é do progresso. Segundo Koselleck (2006), no final do século XVIII, surge o conceito de progresso, como um dos resultados da diluição do mundo medieval pelo capitalista. A percepção de tempo, como linear e progressivo, aumenta a distância entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa de uma forma nunca possível. A percepção de um futuro melhorado atua no presente, ou seja, no espaço de experiência, tanto quanto o passado, a realidade é transformada pela ideia de progresso. “O objeto de uma

perfeição possível que antes só podia ser alcançada do além foi posta a serviço de um melhoramento da existência na terra" (Koselleck: 2006: 316).

A modernidade também traz a percepção de que nem todos estavam no mesmo nível de evolução, o progresso de uns refletia o atraso de outros. Grupos, países e classes pretendiam alcançar e superar uns aos outros. As desigualdades de progresso se mostravam em diferentes níveis de formação, não somente técnica, mas intelectual e moral (KOSELLECK: 2006).

Na segunda metade do século XIX, surge a teoria do Homem criminoso, de Cesare Lombroso, que propunha identificar os potenciais criminosos por suas características físicas e mentais. Suas ideias foram divulgadas no primeiro congresso de criminologia e tiveram muita repercussão, embora na Europa a empolgação não tivesse durado tanto tempo, no Brasil perduraram por bastante tempo. A identificação dos potenciais criminosos, antes mesmo que tivessem cometido o crime, talvez tenha marcado a trajetória da justiça a ponto de perdurar, no Brasil, até os dias de hoje. A elite brasileira lia Lombroso e, um dos seus maiores discípulos no Brasil, João Vieira Araújo, é citado pelo advogado de defesa no processo no qual o português é assassinado. O discurso jurídico absorveu o

discurso médico, defendia-se que a justiça deveria analisar o criminoso e não o crime, alguns sujeitos apresentariam ameaça à sociedade. Uma das características que representariam o atavismo de um sujeito era seu gosto por tatuagens, um indivíduo tatuado sentia menos dor e teria um intelecto inferior (LOMBROSO: 2016)

Outra influência para a polícia foi a Bertilonagem, método de Alphonse Bertillon, policial francês que cria um método antropométrico para ajudar na identificação de criminosos (PESSOA: 2018). Os postos de identificação acabaram por se tornar fontes estatísticas para alimentar as pesquisas sobre o crime e o criminoso, além disso, a presença de indivíduos nessas estatísticas justifica a atuação da polícia sobre eles. O corpo policial sofre uma série de transformações para se adequar às demandas da época (BRETAS: 1997).

Crime e Moralidade

O discurso jurídico, que já ansiava ser guiado pela ciência e pela medicina, apropria-se do entendimento de que os indivíduos não são iguais. A justiça deve analisar, portanto, o indivíduo e não apenas o crime ou delito. Ao contrário do que

defendia Beccaria[11], o código penal deveria universalizar as leis. O primeiro código penal republicano[12] do Brasil tem essas duas inspirações, embora a elite brasileira, leitoras de Lombroso e Bertillon, não estivesse satisfeita com a pouca influência das tendências da criminologia. Na prática, aparentemente, essa influência foi bem-sucedida.

A diferença entre crime e pecado, no qual o Beccaria defendia a separação, na criminologia é a fonte que desvela e constrói o criminoso. O poder deve suprimir e acabar com o mal, os homens sem moral e deve recompensar os que fazem o bem. Não apenas a justiça deve ser praticada a favor dos homens de bem, como toda a sociedade pode se levantar contra os amorais, afinal o inimigo social está contra toda a sociedade (FOUCAULT, 2015). Todo o andamento do inquérito ajuda a inocentar ou culpar o acusado, uma vez que é um julgamento moral, não apenas sobre o crime cometido. Conhecer o prisioneiro, segundo Foucault (2015), é importante para saber o quanto de vigilância é preciso ter para com ele, dessa forma se utiliza sua ficha criminal, biografia e caráter.

[11] Fundador da escola clássica do direito penal. Em sua obra *Dos Delitos e das Penas*, Beccaria discute a necessidade de um direito penal mais justo, defendendo a universalidade das leis.
[12] BRASIL. Código Penal de 1890. *Decreto nº 847*, de 11 de outubro de 1890.

A Bertilonagem ou antropometria criminal é a técnica criada por Alphose Bertillon para reconhecer criminosos e torná-los identificáveis. Os postos de identificação são criados primeiramente para identificação de criminosos, passando posteriormente a englobar toda a população. A técnica foi aderida por vários países, como Brasil, Portugal e Argentina. Os presídios portugueses, por exemplo, passaram a ter postos antropométricos, em que os sujeitos eram analisados por médicos, leitores de Lombroso e Bertillon. O resultado dessa relação foi a determinação de que os homens não são iguais, não praticam crimes pelos mesmos motivos, não reagem à prisão da mesma forma. A análise sobre os presos, idade, gênero, profissão, fisionomia, histórico, eram uma forma de entender melhor a sociedade, o que leva um homem a ser criminoso. Muitos médicos fazem estatísticas e testam a correlação entre os dados e os crimes. A identificação do criminoso passa pelos seus hábitos, e cada tipo de criminoso carrega uma característica. Lombroso as qualifica de forma às vezes psicológica, às vezes físicas. E a forma de entender como o indivíduo atua e perceber seu jeito de agir, o vagabundo, por exemplo, é brincalhão. Os envenenadores seriam de classes mais elevadas, simpáticos e

sociáveis, e suas vítimas, normalmente mulheres (LOMBROSO:2016).

Medo da criminalidade, cidades cheias, anseio por identificar os criminosos e a esperança de o fazer antes que se pudessem cometer um crime. Através da repressão, coibir comportamentos considerados danosos à sociedade, enquanto se moldava o que era um cidadão ideal. Ao mesmo tempo, em que o desenvolvimento do capitalismo modifica a organização territorial, a migração de pessoas do campo para a cidade e a emigração entre países, as grandes cidades, como Rio de Janeiro, Paris, Nova York, Londres, têm problemas com a violência. O medo da burguesia também consistia no seu capital exposto, o capital era, cada vez, mais investido em máquinas e estoques, ou seja, o trabalhador tinha ao seu alcance o capital burguês. " Assim, no momento em que a riqueza assumia novos riscos ao se capitalizar, era preciso toda uma série de organismos de correção..." (FOUCAULT: 2015:98). Uma sociedade que pune crimes e ataca as falhas morais, os modos de ser, preguiça, devassidão, jogos, hábitos e tendências psicológicas. Outrossim, uma maneira de ensinar e inculcar condutas favoráveis ao desenvolvimento capitalista, educar para uma vida de virtude e

temperança. No século XIX o exercício moral é a própria expressão do poder.

Mata galego

Embora as elites tenham incentivado a vinda de europeus para o Brasil, os portugueses eram vistos como europeus de segunda linha, e ainda sim eram preferíveis - pensamento da época - para o trabalho (RIBEIRO: 2017). A disputa por empregos foi um ponto crucial para a reação xenofóbica aos imigrantes. Segundo Chalhoub (2017), os brasileiros diziam que os portugueses trabalhavam até a exaustão, juntavam tudo que podiam. Os que podiam abrir seus próprios comércios exploravam seus conterrâneos e os brasileiros.

Os portugueses vieram para o Brasil em grande número, estimulados pela expectativa de uma vida melhor e estimulados por seu país que passava por uma crise intensa (Pasckes:1991). As disputas por empregos eram uma das queixas por parte dos brasileiros que viam os portugueses como uma concorrência desleal, uma vez que trabalhavam por qualquer miséria, segundo diziam.

Outra questão era a disputa por moradia. A população do Rio de Janeiro cresceu de forma vertiginosa na transição do

século XIX para o XX. A cidade não tinha saneamento básico e as pessoas viviam em cortiços, a situação se agrava com as reformas Pereira Passos[13], e parte da população acaba expulsa do centro da cidade.

A maioria dos migrantes portugueses era de homens jovens. Dessa forma, a disputa nas relações amorosas também era uma questão. Os rapazes portugueses e brasileiros entravam em conflitos por causa de mulheres. Os portugueses eram conhecidos por serem bastante racistas, e muitos dos processos nos quais se envolviam eram resultados de ofensas racistas que proferiam aos brasileiros negros (RIBEIRO: 2017).

Dessa forma, mesmo que as elites estivessem estimulando a vida de estrangeiros, incluindo os portugueses, como uma forma de assegurar uma boa forma de mão de obra para o Brasil, que pretendia se encaixar em um modelo de civilidade europeia, o cotidiano era muito diferente, e as disputas entre brasileiros e portugueses foram bastante intensas e deixaram rastros nos inquéritos policiais e processos de justiça.

[13] A reforma Pereira Passos (1902-0196) foi um processo de reforma e higienização do Rio de Janeiro, derrubando os cortiços e abrindo avenidas para modernizar a cidade aos moldes da Belle Époque.

Alguns jornais defendiam que a violência e a periculosidade vivida na época eram frutos dessa imigração (RIBEIRO, 2017).

As tatuagens

A vítima tinha em seu corpo algumas tatuagens, o brasão de armas e escudo da família real portuguesa, os Bragança. Tinha também iniciais e o nome de uma mulher tatuados, motivos bastante comuns entre os tatuados. Os motivos das tatuagens de José Martins eram bastante comuns em meio aos pobres e trabalhadores portugueses, e as suas escolhas parecem indicar a resposta mais simples: nacionalismo (BASTOS, 1903) (SILVA, 2025).

A tatuagem era uma forma de conhecer esses indivíduos e eram estudadas a partir daqueles que estavam no sistema criminal ou que por algum motivo eram avaliados por um médico legista; afinal seus corpos estavam à disposição do estado e desses médicos (JEHA, 2019). Era quase um trabalho antropológico pelo qual o médico legista poderia obter informações sobre o indivíduo, como local onde vivia e sua profissão (LOMBROSO, 2016). A recorrência de indivíduos tatuados no sistema prisional e a tendência da época em estatísticas, pretendendo compreender os criminosos, fazem

com que ocorra uma correlação entre eles. Entre os médicos responsáveis por elaborar e divulgar essas ideias estava Cesare Lombroso, que acreditava se tratar de um indício de selvageria entre os homens, além de usarem algo, para ele, considerado primitivo, o fazia por vaidade e por serem menos sensíveis à dor. E esse seria um sinal da tendência desses homens ao crime.

> Destes homens que concentram no organismo humano tantas anomalias, como nos crimes, tanta constância nas reincidências, pretendo estudar a biologia e a psicologia. E começarei da característica que é mais psicológica que anatômica: A tatuagem (LOMBROSO: 2016:30).

Lombroso fez muitas de suas pesquisas no sistema prisional e em suas análises as tatuagens tiveram um papel bastante relevante, um indicativo do quanto o indivíduo era primitivo, menos sensível à dor, e se utilizava de códigos, inscritos no corpo, como forma de comunicação:

> A primeira, a primeiríssima causa da difusão da tatuagem, entre nós, creio que seja o atavismo (hereditariedade): ou a espécie de atavismo histórico, que é a tradição como se a tatuagem fosse um dos caracteres especiais do homem primitivo e do homem em estado de selvageria. (LOMBROSO, 2016, p.43).

Os motivos pelos quais os homens decidem se tatuar são os mais triviais, alguns pelo lugar em que nasceu, devassidão, amor, ócio, e facções criminais e imitação. Esse último se evidencia dentro das prisões, sem o que fazer, os presos começam a se tatuar, o que talvez reforce a visão de que os tatuados são desocupados e menos civilizados (LOMBROSO: 2016).

Em Portugal, nas primeiras décadas do século XX, os médicos portugueses Rodolpho Xavier e Álvaro Teixeira bastos, ambos entusiastas de Lombroso, estudam as tatuagens nas cadeias portuguesas, Lisboa e Porto, respectivamente. Através do trabalho de ambos os médicos, além de um vasto catálogo com precisas observações sobre as tatuagens, pode se perceber que a tatuagem, embora vista com descriminação, era algo comum no período, e os temas não eram tão variados. Era possível compreender algumas coisas sobre o indivíduo através delas, a profissão era uma delas. Outro motivo das tatuagens que chama a atenção é o nacionalismo, os portugueses tatuavam bandeiras e escudos portugueses por amor a sua pátria (SILVA: 1925) (BASTOS: 1903).

O Ócio

O controle da vadiagem na república era uma forma de controle social, além de manter os indivíduos operantes, se organizava uma nova sociedade pautada no trabalho livre e urbano. Mesmo que o processo de industrialização brasileira estivesse despontando, as elites, se espelhando na Europa, seu ideal de civilização, consumiam discursos jurídicos e médicos, pensavam e tentavam organizar o Brasil nesses moldes. Outrossim, a modernidade dependia de novos sistemas de organização territorial e vigilância. Enquanto os indivíduos ainda não tinham seus corpos domesticados pela fábrica, foi preciso atuar com distintos graus de repressão. O poder e controle de uma classe sobre a outra era legitimado pelo discurso do inimigo social.

O inimigo social é aquele que atenta contra toda a sociedade, que atrapalha seu funcionamento, que gera prejuízo à sociedade. Aquele que atentasse contra um indivíduo estaria rompendo o pacto social, portanto, agindo contra toda a sociedade. A imagem do inimigo social vai se delineando desde o século XVIII, segundo Foucault. As mudanças econômicas e políticas no século XVIII criaram a necessidade de fixar os indivíduos em volta da produção. Se na idade média o crime era mendicância, no século XVIII passa a ser não produzir. Aquele

que não produz atrapalha o funcionamento da sociedade e, portanto, é seu inimigo. Surge então a figura do inimigo social. “O ingresso no mundo da delinquência está no fato de vaguear, de não estar fixado a uma terra, de não ser determinado por um trabalho” (FOUCAULT: 2015:44). O vagabundo é hostil à sociedade, porque não produz e acaba por se comportar de forma selvagem.

A preocupação com a vadiagem é bastante pertinente à criminologia, para Lombroso: “O ocioso é, antes de tudo, legalmente uma variedade dos criminosos, e talvez aquele que mais comumente povoa as prisões” (LOMBROSO: 2016). O corpo de delinquente era preguiçoso, tinha a tendência à inércia, seja o criminoso nato ou o demente moral, ambos tinham aversão ao trabalho, embora tivessem muita disposição para festejos e orgias.

Existe a necessidade no capitalismo de transformar a força de trabalho em força produtiva, condição fundamental para o funcionamento do capitalismo. Tudo que pode distrair esse corpo do trabalho, da produção, seria problemático. O poder na sociedade capitalista atua não apenas pela justiça, mas pela moral (FOUCAULT: 2015). A moral é o que coíbe comportamentos indesejáveis, mesmo que não seja um crime,

será reprovável. As moças, mesmo trabalhadoras, não podem sair sozinhas, o álcool atrapalha o cotidiano do trabalhador, a vigilância em torno da classe laboriosa educa de forma repressiva.

A identidade do indivíduo vai se moldando à sua ocupação. A identidade do indivíduo, segundo Catroga (2015), está nas suas memórias e nos signos que esse carrega, ao mesmo tempo em que essas memórias se formam em uma relação tensional com as memórias coletivas. Como os sujeitos são classificados, atendidos ou oprimidos socialmente, forma-se a esse indivíduo a sua identidade, seu entendimento sobre o seu lugar no mundo. Da mesma forma, o resto da sociedade aprende a separar os trabalhadores dos não trabalhadores, os trabalhadores braçais dos bacharéis. O seu trabalho poderia trazer certa dignidade e prestígio, ou, ao contrário, advogar contra o sujeito.

Não ter um trabalho não poderia ser considerado uma mazela, uma vez que era sempre considerado uma opção. O homem que se encontrasse na condição de pobreza seria responsável por sua condição, ocupação não faltaria para aqueles que desejam trabalhar. Os políticos tendencialmente acreditavam que um bom cidadão tinha gosto pelo trabalho,

sendo assim tinham possibilidade de conforto e poupança. Como aponta Chalhoub (2017), o ócio era o maior dos vícios, um cidadão sem virtudes, tem muitos vícios, logo “pobres" e “viciosos” significava, para os parlamentares, o mesmo (CHALHOUB: 2017).

Justiça e educação do corpo

A ideologia sanitarista colocava os pobres como contagiosos, propagadores de doenças, não apenas pelos seus vícios. A teoria dos miasmas era utilizada para tal afirmação, a inalação das águas sujas e da putrefação fariam dos moradores do centro da cidade doentes contagiosos.

> E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam foco de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos (CHALHOUB: 2017: 34).

No pensamento político da época, era preciso limpar a cidade de todas as formas, as classes perigosas eram contagiosas e a solução consistia em **“**Reprimir os supostos hábitos de não

trabalho dos adultos; a mais longo prazo, era necessário cuidar da educação dos menores.” [14]

Em um dos capítulos de *O homem Delinquente*, Lombroso associa o comportamento criminoso ao de meninos. Para ele, os meninos nascem com tendências à violência, à vaidade e aos vícios e um comportamento indisciplinado. Como os delinquentes e selvagens não pensam no futuro e partem para ação, precisam ser educados desde a mais tenra infância. “tem-se a natural explicação de como a demência moral se originou só por falta de todo o freio nos excessos desde a infância, cujos maus hábitos, não interrompidos pela educação, seriam como uma continuação.” (LOMBROSO: 2016: 71)

Muitas das tendências do criminoso são observadas na infância dos meninos, segundo Lombroso, que precisam ser educados para se tornarem bons sujeitos. Essas tendências podem ser alimentadas através da imitação, dos seus pais ou do meio em que vive, e pode ser contida, nas crianças que apontam tendência à delinquência, “sendo a demência moral e as tendências criminosas unidas indissoluvelmente” (LOMBROSO: 2016:72). As elites dirigentes estavam

[14] Classes perigosas se refere ao entrelaçamento entre a ideia de pobreza, ócio e má índole (CHALHOUB: 2017).

preocupadas em coibir comportamentos indesejados, utilizando os mecanismos da justiça e educação para os cidadãos, principalmente as crianças, para se tornarem futuros trabalhadores, em consonância com o ideal de cidadania da época.

A disciplina deveria ser menos custosa e violenta, “o corpo humano entra numa máquina de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompões” (FOUCAULT: 2025 :135). Por meio de instituições, quartéis, escolas, conventos e as fábricas, o corpo vai sendo disciplinado, aprendendo a agir com forme uma ordem múltipla. Os corpos deveriam estar sujeitos a multiplicidades de poder, o poder não é algo único e dado, o poder está nas relações. A vigilância é fundamental para o modelo econômico capitalista, torna os indivíduos operantes com menos recursos, mediante sansões que sofrem os indivíduos que praticam alguma falta ou desvio.

A justiça e a medicina, que têm seus discursos entrelaçados no século XIX, ajudam a pontuar o controle moral sobre as massas de indivíduos que se pretende controlar. A relação de poder nessa sociedade se estabelece pelo controle jurídico e moral. (FOUCAULT 2025: 2016).

A preocupação com os menores era latente na república. Educar tanto para a questão moral, para as questões técnicas e para transformar os indivíduos em uma nação coesa, em cidadãos brasileiros. Os homens responsáveis pelo policiamento da cidade agiam de forma repressiva, enquanto as novas normas para o cidadão ideal se inseriam nos sujeitos. O escrutínio sobre aqueles que desviavam a esse ideal educava suas ações. Para aqueles que, por ventura, fossem à justiça, o julgamento moral poderia se sobrepor ao crime cometido. As testemunhas vão alegar o caráter, ou a falta dele, do réu, e os crimes de assassinato, por exemplo, vão ao júri popular que não tem nenhuma aptidão técnica e dão sua sentença baseada em sentimento. Interessante destacar que o direito positivista critica o júri por esse motivo, embora defendam o julgamento com base na persona dos envolvidos. (BRETAS: 1997) (FAUSTO: 2019).

A questão era que alguns indivíduos eram considerados nocivos e deviam ser excluídos, aqueles que viviam conforme as normas, beneficiados (FOUCAULT: 2015), mesmo que tivesse cometido um assassinato. É o que se observa no processo de João Cordeiro de Barros, mesmo cometendo dois assassinatos, pôde ser julgado como um homem de bem. As características de

assassino e assassinado são preponderantes para a conclusão do julgamento.

A justiça e a educação são ferramentas da modernidade para formar um cidadão ideal para uma sociedade capitalista, disciplinar os corpos e organizar a sociedade do trabalho. Para uma nação do futuro, era imperativo educar os jovens pobres, esses precisavam ser orientados em questões higiênicas e morais. Era preciso educar os maus comportamentos desde a infância, para que se tornasse um bom cidadão, trabalhador. Educar o corpo aos horários, as atividades, ao respeito à hierarquia.

Conclusão

Os primeiros anos da república foram bastante conturbados, muitos agentes pretendiam encontrar o seu espaço na política. Embora sob o signo da democracia e com inspiração iluminista, a nova política permanecia ligada às antigas elites dirigentes, uma nova roupa para um corpo velho.

Com a nova república as transformações científicas, políticas e sociais dão forma ao mundo que se apresenta. O Brasil, se industrializando, tem expectativas de se tornar uma grande nação. Os fluxos migratórios dos campos para a cidade,

os estrangeiros vindos de todas as partes, se tornam um grande desafio para a administração pública. Processos similares a outras grandes cidades, o Rio de Janeiro fervia.

A organização da capital que se abria para a modernidade dependia de grandes reformas, como retirar os cortiços, reocupar o centro da cidade e limpar os caminhos para os portos. A nova capital seria reformada aos moldes da Belle Époque, estaria organizando, limpando. O centro da capital, cheio de morros e cortiços, daria lugar a empresas, bancos, teatros. A reocupação do centro da cidade era uma nova reorganização dos espaços, retirando os pobres problemáticos e trazendo investidores, livrando a cidade dos lugares sujos e perniciosos.

A perspectiva de futuro se impunha no presente, as elites da capital letradas nas novas tendências científicas pretendiam replicar as teorias vindas de fora, começando pela capital. A pretensão da criminologia de reconhecer os homens perigosos, por seu físico ou comportamento, não permeou apenas a mente das elites, ou médicos e advogados, mas se alastrou para o cotidiano. Certos estereótipos viraram sinônimo de problemas, motivos de suspeição.

Ainda hoje, muitas características são associadas ao perigo e a crença de que a pobreza é falta de desejo de trabalhar

repercute e alimenta o discurso neoliberal. Culpabiliza o indivíduo por sua condição, desconsiderando o sistema que gera a desigualdade, alimenta o preconceito e a repressão sobre os mais vulneráveis.

Referências

BASTOS, Álvaro Teixeira. *A tatuagem nos criminosos*: estudo feito no posto anthropometrico da cadeia da relação. Porto: Tipografia a vapor de Arthur José de Sousa & Irmão, 1903.in: https://hdl.handle.net/10216/16453 Acesso em: 20/03/2023.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na Cidade*: o exercício cotidiano da autoridade Policial no Rio de Janeiro, 1907- 1930. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados:* O Rio de Janeiros e a República que não foi. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. 2. ed. São Paulo: companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, Maria Alice de Rezende. *Cidade e fabrica*: a construção do mundo do trabalho na sociedade brasileira. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp, 1983.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

FAUSTO, Bores. *O Crime da Galeria de Crista*l: E os dois crimes da mala. São Paulo: Companhia das letas: 2019.

FOUCAULT, *A Sociedade Punitiva:* Curso no Collège de France (1972-1973) - São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

_____*Microfísica do poder*- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

_____ *Vigiar e punir:* nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2025.

LOMBROSO, Cesare. *O Homem Delinquente.* São Paulo: ícone, 2016.

PASCKES, M. L. N. de A. *Notas sobre os imigrantes portugueses no Brasil: (sécs. XIX e XX).* Revista de História, [S. l.], n. 123-124, p. 81-93, 1991. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18636. Acesso em: 5 jul. 2022.

PESSOA, Gláucia T. de Aquino. *Gabinete de Identificação e Estatística. Dicionário da Primeira República.* Arquivo Nacional. 2018. Disponível em: https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/620-gabinete-de identificacao-e-estatistica. Acesso em: set. 2024.

RIBEIRO, Sabina Gladys. *O Rio de janeiros dos fados, minhotos e alfacinhas:* O antilusitanismo na primeira república. Niterói: Eduff, 2017.

SILVA, Rodolfo Xavier. *Crimes e Prisões*. Lisboa: Instituto de Criminologia, 1925.

O governo de D. Pedro II e o ambiente dos tronos reais: construção de poder

Millena Lemos Precioso
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista FAPERJ

Introdução

Este trabalho é resultado de parte de uma pesquisa que visa a compor a tese de doutorado intitulada "Os tronos de D. Pedro II como símbolos de poder: de objetos ocultados a itens musealizados", pesquisa esta que encontra-se em pleno desenvolvimento. Nela, consideramos que os objetos, as coisas materiais, possuem grande relevância no contexto histórico e de construção da identidade de um povo, como ele se comporta, seus costumes.

Assim, iniciamos nossas análises buscando compreender, primeiramente, que o Brasil Imperial foi um período de nossa História em que a monarquia era a base de nosso governo. Dos sessenta e sete anos de império que vivemos, quarenta e nove tiveram D. Pedro II como poder central. Ou seja, dos sessenta e seis anos que D. Pedro II viveu, por quarenta e nove anos ele foi imperador do Brasil, função que ele nasceu e foi criado, ao longo de sua célere juventude, para

exercer, assumindo esta posição sem ao menos ter completado os quinze anos de idade.

Desde muito cedo, em sua juventude, Pedro de Alcântara viveu um intenso processo de tornar-se adulto. Esta foi uma das formas de acelerar sua legitimação como homem, imperador, governante e soberano. O seu precoce amadurecer foi um tema amplamente abordado por Schwarcz (1999) e não é nosso verdadeiro foco na presente pesquisa detalhar tal assunto, contudo, se faz relevante pontuar que esta perspectiva nos possibilita começar a compreender que grande parte de nossas práticas (sociais e políticas) foram também construções, assim como a figura, ou seja, a imagem, de nosso próprio imperador.

Neste sentido, entendemos que o processo de fabricação do poder imperial de D. Pedro II teve início em uma fase bastante conturbada de nossa história: saímos de um período regencial complexo, com intensas disputas e um Brasil salpicado de rebeliões, para uma monarquia frágil e encarnada na figura de um jovem imperador. Era preciso convencer o povo de que o Império estava entrando nos trilhos e que a população finalmente poderia confiar naquele nobre, mas ainda jovem, indivíduo.

O projeto de construção do poder monárquico de D. Pedro II buscava se sobrepor à crise política que se instalara no

Brasil no decorrer do Período Regencial, olhando para um momento mais adiante, espiando o futuro de um grande império e seu genuíno imperador, advindo, mesmo que naturalmente brasileiro, de uma casa real europeia legítima.

Foi neste sentido que um complexo e amplo projeto de construção da nação brasileira foi idealizado e colocado em prática. Um considerável aparato foi arquitetado tendo em vista a legitimação, afirmação e manutenção do poder e dos privilégios das elites, do império e da monarquia reinante.

A lógica do luxo e da pompa monárquica foi grandemente utilizada como meio disseminador de um conjunto de ideias que educava e doutrinava a população que naquele dado momento assistia àquela situação política, àquela encenação de exercício do poder. É neste sentido que vemos inúmeros bailes, jantares, pinturas, litogravuras, cerimônias, objetos comemorativos, cenários, espetáculos, um fausto que celebrava a casa reinante brasileira encarnada na figura de D. Pedro II.

Consideramos a relevância dos objetos na História e como foram e são amplamente utilizados para se construir ideais, disseminar comportamentos, transmitir ao outro diversas concepções que terão impacto significativo no seu

comportamento, numa primeira instância e, em seguida, na conduta coletiva, segunda instância e setor primordial para que se alcance a legitimação e manutenção do poder.

Entendemos os objetos como artigos altamente relevantes no contexto de concessão de poder e soberania, de convencimento e manipulação, de composição de cenários para que os espetáculos pudessem ser encenados. Os objetos compõem parte relevante na construção e certificação de concepções, e mais que isso, eles são testemunhas oculares silenciadas por sua natureza inanimada, mas capazes de confessar sutil e, às vezes, declaradamente, as ideias e intenções de um grupo, a finalidade de um indivíduo, o objetivo mais íntimo de alguém. Os objetos contam histórias, confessam segredos, revelam realidades que, muitas das vezes, desconhecemos. As coisas participam da construção da História ao mesmo tempo em que elas possuem sua própria história, e é possível acessá-la.

Os tronos naturalmente já estão impregnados de poder, mas vão assumindo esta ou aquela feição à medida em que vão ganhando, com o tempo, a personalidade daquele ator que o ocupa. Todavia, diferentemente do que se pode imaginar, os tronos não têm uma vida passiva, limitada à recepção da

atmosfera em que está inserido. Ele também a cria, ele também é central nesta conjuntura.

As ideias de Ernst Kantorowicz (1998) acerca dos dois corpos do rei corroboram com nosso entendimento acerca da misticidade e sacralidade que envolve um monarca. O citado autor explica que um rei possui dois corpos, um material, que envelhece, e outro invisível, que habita o campo das ideias. Essa ideia foi sobreposta às nossas análises acerca dos tronos, pois compreendemos que estes possuem uma presença para além da matéria. Sua natureza não se prende somente à do mobiliário e equipamentos de interiores. A face mágica e nebulosa que naturalmente carrega estão fortemente presentes em sua materialidade.

Para esta pesquisa, compreender a relevância dos objetos e seus usos no escopo social e, assim, dos tronos e seus significados no contexto monárquico, em especial, durante o Segundo Reinado no Brasil, é primordial. Pois num segundo momento, seguiremos para uma análise acerca dos domínios da memória e do esquecimento no processo histórico. Ou seja, a construção da memória, inclusive ao se utilizarem objetos em seu processo e, para além disso, os usos que indivíduos fazem

do esquecimento na tentativa de manipulação da narrativa histórica.

Os tronos são, por si só, símbolos de poder que perpassam a História e chegam, até os dias atuais, encarnando essa face de autoridade e domínio. Mas essa influência é muito mais complexa e profunda. Podemos, na atualidade, visitar tantos tronos e incontáveis objetos que estiveram inseridos em momentos históricos que buscamos acessar de alguma forma partindo do presente e voltando nossos olhares ao passado. Esse movimento nos mostra a relevância destes objetos no processo de construção da História na mesma medida em que a tentativa de silenciá-los, ocultando estes objetos, mostra uma outra face da construção da narrativa, a tentativa de operar sua feitura sem a participação daquelas ideias, daquela influência, da atmosfera daqueles indivíduos que, por ventura, tornaram-se malquistos pelos sujeitos que ora controlavam a narrativa que se produziria dali em diante.

Os tronos de D. Pedro II passaram por esta tentativa de apagamento e isso não se deu apenas pelo fato de serem bens utilizados pela realeza. A estratégia para obliterar os tronos de sua influência original foi diferente da utilizada para outros tantos bens pertencentes ou utilizados pela Família Imperial

Brasileira. E este é um relevante ponto de reflexão ao qual nossas atenções se voltam com entusiasmo neste trabalho.

Construções sociais partir dos objetos e os tronos de D. Pedro II em contexto

Quando um objeto é confeccionado por um indivíduo, geralmente já possui sua função predeterminada. Contudo, a criatividade e, de certa forma, a necessidade, fazem com que os usuários daquele objeto o apliquem de forma distinta da que fora inicialmente concebido. Podemos citar exemplos que estão em nosso dia a dia e que ilustram esse fato: Um copo, objeto concebido para depositar líquidos e auxiliar para que sejam bebidos por um indivíduo, pode também ser utilizado como suporte de lápis a canetas; pneus de carro podem ser utilizados como matéria prima para confeccionar outros objetos e até móveis; canetas servem como presilhas de cabelo, garrafas servem de castiçais, etc.

As situações que pontuamos acima são ordinárias e banais, mas as adaptações que o ser humano faz com os objetos que estão à sua volta para facilitar seu dia a dia e a execução de suas tarefas acontecem a todo momento. Se ajustarmos nosso olhar para perceber essas adaptações que as pessoas fazem,

poderemos notar que os objetos, de modo geral, são recorrentemente utilizados de forma diversa da que foram inicialmente idealizados. Pode parecer insignificante pontuar isto, dado que as pessoas têm total liberdade para utilizarem seus objetos da maneira que bem lhes cabe, mas é interessante sinalizar e perceber que, pelo(s) uso(s) que as pessoas dão às suas coisas, aquele artefato pode passar a ter um significado diferente do que teria se fosse utilizado da forma que fora concebido num primeiro momento.

Podemos apreender, assim, que uso e função não necessariamente caminham juntos. Os usos que uma coisa tem e a função que desempenha não são obrigatoriamente a mesma e nem ao menos precisam ser semelhantes. Podemos, aqui, tomar como exemplo um trono, já antecipando nosso objeto de interesse que discutiremos mais adiante. Um trono não deixa de ser um móvel de descanso, como uma cadeira, por exemplo. Ao mesmo tempo, um trono não se limita somente a ser um móvel de descanso. Na verdade, um trono exerce diversas funções e se portar como móvel de descanso é a menos importante delas e, muitas vezes, esta função, a de descanso, nem está em sua gama de funções a cumprir.

Dependendo do objeto a que nos referimos, suas funções podem estar menos atreladas à coisa prática e mais ligadas ao campo do imaginário. De fato, um trono acomoda um monarca, por exemplo, e isso não significa que ele está em momento de descanso. Será que um rei descansaria à frente de súditos, chefes de estado, alta nobreza, inimigos? Diversas podem ser as mensagens passadas por um rei ao se colocar junto de seu trono, como exclusividade, patente, monopólio, privilégio inerente ao cargo que exerce, que fora concedido por Deus e do qual ninguém tem o poder de o alienar. Esta citada função de um trono real é muito mais voltada a estabelecer laços com o imaginário do que o de ser útil nas práticas do dia a dia. Sua função é a de construir uma experiência, um sentimento, uma percepção e, consequentemente, gerar um comportamento, uma forma de pensar em conformidade, legitimar uma ideia, possibilitar sua permanência e manutenção.

Os objetos, de forma geral, estão inseridos na gama que a cultura material abarca. E com Marcelo Rede em seu texto "História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material" (1996), entendemos que a cultura material tem relevante participação na demonstração de poder (REDE, 1996, p.271), na construção da permanência de um indivíduo na

posição que se fabricou para que ele ocupasse no escopo social. Assim, concordamos com o autor quando expõe que:

> (...) não se poderia falar dos aspectos materiais da cultura (ou da cultura material) sem falar simultaneamente da imaterialidade que lhes confere existência (sistemas classificatórios; organização simbólica; relações sociais; conflitos de interesse, etc.).
>
> (...) A cultura material é material pela sua "fisicidade" (esta sim imanente), mas não por estar presa a pretensos níveis materiais da vida social. No jogo social, a sua função depende de configurações mutáveis, que não estabelecem fronteiras prévias entre as várias dimensões culturais. (REDE, 1996, p. 273).

Existe uma cadeia de ação e reação constante entre o mundo material (e os objetos que abrange) e a estrutura social que o cerca, posto que se complementam. Assim, "o universo material não se situa fora do fenômeno social (...). Ao contrário, faz parte dele, como uma de suas dimensões e compartilhando de sua natureza, tal como as ideias, as relações sociais, as instituições" (REDE, 1996, p. 274).

Não é nosso foco na presente pesquisa discutir os meandros das concepções acerca de cultura material, pois consideramos como sendo o conjunto de elementos concretos e palpáveis de um povo o que nos ajudam a identificar,

caracterizar e analisar a sua história e sua cultura. E é este o caminho que seguiremos ao considerar a relevância de um objeto (neste caso, os tronos de D. Pedro II) na conjuntura social e política em que se inseriu – compreender sua relevância, mapear sua tutoria, entender os processos que sofreu: valorização e exposição; depreciação e ocultamento; apreciação e musealização. Cada uma das fases anteriormente citada será abordada mais adiante numa tentativa de apresentar como o móvel em questão participava ativamente do campo sócio-político mesmo quando ocultado pelos temores republicanos. Para chegarmos ao fim e ao cabo de nossas análises, levantaremos algumas questões pertinentes para que, finalmente, sejamos capazes de compreender a efetiva relevância dos tronos de D. Pedro II em cada momento de sua vida social, nascendo no Império, perpassando a Primeira República e finalmente chegando ao Estado Novo varguista, com seu renascimento e ressurgimento para o âmbito social brasileiro. Neste momento de nossa apresentação, se faz relevante expandir nossas análises acerca do campo da História das Coisas e, para tanto, estreitaremos nossas análises à obra "A Vida Social das Coisas", de Arjun Appadurai (2008).

Ao longo da construção da história da humanidade podemos identificar um infindável número de objetos e símbolos que se colocam naqueles grupos sociais e que, de alguma forma, assumem tal ou qual posição, passam a representar uma pessoa, uma ideia, um estilo de vida, uma crença. Ou seja, comunicam algo, passam para aquele grupo a ideia que pretendem defender ou levantar questionamentos. Contudo, todo e qualquer objeto passa, primeiramente, por um processo de construção, tanto a elaboração material (a coisa em si, o objeto físico) quanto a confecção simbólica (o que de fato ela representa ou a que serve).

Tomaremos como exemplo um objeto que se inclui numa categoria que sempre teve nossa atenção. Uma cadeira é um móvel de descanso que visa acomodar aquele que a utiliza. Contudo, quando nos remetemos à história destes objetos, nos deparamos com outra realidade: em muitas sociedades as cadeiras eram utilizadas, por exemplo, como forma de expor as figuras mais relevantes daquele recinto, daquela casa, daquela família. Esta é uma ideia se perpetua, em parte, até os dias atuais, mesmo com a popularização intensa que este móvel viveu (em qualquer lugar podemos localizar cadeiras sendo utilizadas pelas mais diversas pessoas, das mais variadas

posições políticas, sociais e econômicas), até hoje, muitas sociedades reservam a cadeira à cabeceira da mesa para o patriarca, pra uma figura relevante dentro daquele grupo familiar. Muitas vezes, esta cadeira é até mesmo diferente das demais, maior, mais confortável, mais vistosa.

Temos aqui dois pontos que se conectam ao mesmo tempo em que podem se repelir: o uso prático e o uso psíquico. Ou seja, os objetos têm sua utilidade material, isto é, para que de fato servem às pessoas que os utilizam no campo material, palpável, prático, sem a necessidade de muita elaboração cognitiva, intelectual, psíquica ou psicológica. Se te sentes cansado e depara-se com uma cadeira, senta-se e repousa. Ato simples e lógico dentro daquela realidade em análise. Por outro lado, quando aquele objeto tem sentido e valor agregados a si (seja porque alguém idealizou esse feito ou porque isso se deu de forma espontânea), ele assume um novo espaço psicossocial dentro daquele grupo ou sociedade. Então se aquela cadeira é de uso costumeiro do vovô, então ela o representa, mesmo que ele não esteja lá, ainda que ele já tenha até mesmo falecido. Aquela cadeira específica passa a ter um proprietário perpétuo, passa a representá-lo parcialmente. Como se os objetos, ou parte deles, fossem capacitados a se impregnarem da aura de seus donos,

carregando consigo algo como uma capa que os revestisse, a essência daquele que os utilizara.

Considerando o que fora explanado anteriormente, se torna mais didático compreender a questão do uso prático e do uso psíquico dos objetos, assim como os símbolos e ícones. Por mais que tenham uma serventia social, muitos deles têm uma serventia que ultrapassa a lida prática do dia-a-dia, carregando consigo ideias, conjecturas, pessoas, presenças, influências, comportamentos etc.

Um objeto confeccionado por um indivíduo, teoricamente, estaria sujeito ao uso prático ou psicossocial que aquele indivíduo delegaria a ele cumprir. Porém, o caminho que esta coisa vai percorrer se desenha de forma alternativa. Uma pessoa constrói um objeto e ele tem um uso padrão dentro de determinada sociedade, mas sua função não necessariamente é a mesma que a de seu uso. A função de um objeto tanto pode se utilizar de seu uso para concretizar-se, quanto pode não se utilizar.

Um trono, antes de tudo, antes de qualquer análise intelectual mais profunda acerca de sua serventia, é uma cadeira, ou seja, móvel de descanso que serve para repousar o corpo. Esta é a sua função prática, possibilitar o descanso. Contudo, quando

inserimos esse objeto no âmbito social, percebemos que, historicamente, a cadeira é um objeto que simboliza poder e hierarquia social. Ela representa e comunica algo ou se remete a alguém. Quando essa cadeira toma a roupagem e ambiência de um trono, sua função social e política transcendem ainda mais ao uso prático daquele objeto. Pois ele próprio, neste caso, o trono, passa a figurar como centro de poder, posto que quem o ocupa detém essa posição, e porque ele é ocupado por esse ator, então este também se legitima como possuidor do poder que alega possuir.

Vale ressaltar a essa altura que, até o dado momento, não estamos nos referindo a nenhum trono específico, nem de sociedade característica, apenas a sua figura psíquica, posto que os tronos podem assumir roupagem profundamente diversas nas mais variadas sociedades. Então, em nossa sociedade de raízes profundamente ligadas à influência europeia, entendemos que tronos são vistosos, geralmente confeccionados com materiais de fidalguia comprovada, como metais e pedras preciosas, tecidos nobres e raros, que até mesmo podem espantar e intimidar aqueles que o vislumbram, seja pelas suas dimensões, iconografia ou ambos.

Existe neste contexto um processo de legitimação recíproca entre o torno e seu ocupante e ela não é limitada a eles, ou seja, ela não se estabelece somente no espaço entre o objeto e o seu usuário. Ela passa a ser uma ferramenta de validação de ambos na sociedade. Então, se ocupo um trono, é porque reino, assim como, se reino, posso ocupar o trono. Funciona como uma retroalimentação que perpassa os limites da intimidade entre objeto e usuário, chegando aos indivíduos e seu imaginário. O que é relevante nessa questão são as relações sociais produzidas a partir dessa interação, pois elas irão se materializar no comportamento individual e coletivo, determinando o tipo de ação e forma de pensar, o comportamento, o respeito às instituições construídas pelo ser humano para governar outros seres humanos.

Assim, entendemos que há um traço psíquico que possibilita a edificação de toda essa conjuntura social e política. Pois:

> "(...) não se poderia falar dos aspectos materiais da cultura (ou da cultura material) sem falar simultaneamente da imaterialidade que lhes confere existência (sistemas classificatórios; organização simbólica; relações sociais; conflitos de interesse, etc)." (REDE, 1996, p. 273).

As coisas e a cultura material de modo geral são concretas por serem palpáveis, por serem apreendidas por ao menos um de nossos cinco sentidos corpóreos – visão, audição, tato, paladar e olfato. Mas quando falamos de sua inserção no corpo social, seus usos e funções, então aquelas determinadas coisas passam a estar num outro campo muito mais variável e amplo. Um objeto material não tem a sua função ou relevância somente definidas pela sua forma física. Essas definições são determinadas pela construção psíquico/comportamental no contexto da lida social. É assim que o objeto físico se desprende do seu uso imediato, passando a assumir funções variadas.

Assim, no caso de um trono, ou sejam, móvel de descanso, se considerarmos suas classificações tipológicas, sua função principal deixa de ser o descanso. Pois mesmo que seu usuário não esteja presente, ele continua habitando, no imaginário individual e coletivo, um espaço que não se refere somente a um objeto qualquer, como um móvel de descanso, e a construção desse pensamento é um fenômeno social. Este móvel possui, dentre suas funções, a de centralizar o poder e promover sua legitimação. Nesse âmbito, podemos identificar que, além dos usos e funções de determinada coisa, há também o que ela significa dentro de determinada sociedade.

É possível analisar um grupo social a partir dos usos, funções e significados que ela confere a seus objetos materiais. Ou seja, considerando não somente para que servem, mas, sobretudo, o que representam naquele grupo específico. José Reginaldo Santos Gonçalves em "Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios" afirma que:

> "A interpretação antropológica de quaisquer formas de vida social e cultural passa necessariamente pela descrição etnográfica dos usos individuais e coletivos de objetos materiais. Não apenas pelas razões evidentes de que esses objetos preenchem funções práticas indispensáveis, mas, especialmente, porque eles desempenham funções simbólicas que, na verdade, são pré-condições estruturais para o exercício das primeiras." (GONÇALVES, 2007, p. 8).

As funções simbólicas assumidas pelos objetos materiais podem conferir, determinada posição social deste ou daquele indivíduo, ou dado grupo dentro de uma sociedade, pois, muitas vezes, eles ajudam na demarcação dessa posição. É possível compreender que o Império Brasileiro se edificou em bases ricas de rituais e símbolos tendo em vista a ordenação da sociedade, a legitimidade do poder e a sua manutenção. Assim, objetos e poder têm uma íntima relação, onde o segundo utiliza os primeiros de forma ampla, concedendo-lhe funções e

significados que são capazes de alterar seu status social, passando a figurar um objeto de poder que tem, em torno de si, uma atmosfera social condizente com sua nova roupagem subjetiva. Assim, é possível compreender que:

> "(...) nós usamos objetos para fazer declarações sobre nossa identidade, nossos objetivos, e mesmo nossas fantasias. Através dessa tendência humana a atribuir significados aos objetos, aprendemos desde tenra idade que as coisas que usamos veiculam mensagens sobre quem somos e sobre quem buscamos ser." (WEINER, p. 159, apud GONÇALVES, 2007, p. 26).

Qualquer indivíduo na sociedade se utiliza de objetos materiais para externar sua identidade e tornar de conhecimento público a sua posição social, sobretudo quando a busca é, inicialmente, por se construir essa identidade. É claramente compreensível que D. Pedro II, no seu contexto político, se utilizasse de meios como o uso de objetos materiais para demonstrar sua posição e divulgar seu poder.

Nesse sentido, retornamos ao diálogo com Appadurai, pois consideramos que, assim como as pessoas, as coisas também possuem uma vida social e que seu valor (de estima) não necessariamente depende de um possível valor de mercado, mas sim, do grande desejo de possuí-las (APPADURAI, 2008). Nesta mesma perspectiva, Kopytoff (2008) nos explica que um

objeto, é constituído a partir de um meio tanto cultural quanto cognitivo, pois é produzido tendo por finalidade ser visto por aquele grupo como determinado tipo de coisa:

> "Quais são, sociologicamente, as possibilidades biográficas inerentes a esse "status", e à época e à cultura, e como se concretizam essas possibilidades? De onde vem a coisa, e quem a fabricou? Qual foi a sua carreira até aqui, e qual é a carreira que as pessoas consideram ideal para esse tipo de coisa, e quais são os mercados culturais para elas? Como mudam os usos da coisa conforme ela fica mais velha, e o que lhe acontece quando a sua utilidade chega ao fim?" (KOPYTOFF in APPADURAI, 2008, p.92).

A busca pelas respostas a todas essas perguntas nos encaminha para a composição do perfil daquele objeto, da sua história. E nos permite compreender, dentre outras coisas, os usos que ele teve, a função que desempenhou e o que significou dentro daquela sociedade. Kopytoff (2008) afirma que as sociedades complexas se identificam imensamente com a singularização, promovendo ainda mais a ideia que o exclusivo e restrito promove. Essa singularidade de determinada coisa conecta-se diretamente ao espaço e tempo aos quais ela fazia parte. Ou seja, é pela sua posição espaço-temporal que aquele objeto é de fato aquele objeto – com suas funções práticas e psicossociais definidas – e mais nenhum outro. Esse

entendimento a respeito dele traz consigo sua aprovação coletiva como detentor de determinado poder, ideia, influência. Confere-se uma identificação generalizada com aquela representação, o que nos sinaliza o uso do cognitivo e do inconsciente nesse processo de reconhecimento, o que também permitirá a intencional legitimação.

A presença e o caráter que os objetos possuem dentro da sociedade representam a vida social que lhes foi conferida ou que as circunstâncias acabaram criando. Essa vida social a que nos referimos e que os objetos possuem, ultrapassa as questões meramente práticas do dia-a-dia. Como Adrian Forty na obra "Objetos de Desejo" explica:

> "Se o único propósito de uma xícara fosse servir de suporte para líquidos, poderia muito bem haver um único design, mas as xícaras têm outros usos: como artigos de comércio, servem para criar riqueza e satisfazer o desejo dos consumidores de expressar seu sentimento de individualidade, e é da conjunção desses objetivos que resulta a variedade de designs." (FORTY, 2007, p. 22).

Se uma xícara pode representar riqueza e individualidade, um trono pode trazer significados ainda mais profundos, de maior influência e poder. Claro que não há a intenção de comparar um trono a uma xícara, buscamos com

essa explanação, ilustrar a seguinte questão: um objeto, seja ele qual for, é passível de passar por um processo de singularização que o torna um objeto de desejo. O sentimento gerado a partir disso pode, dependendo da sua utilidade, imputar a ele poder e influência dentro de uma sociedade. Essa rota leva o trono a ser, para qualquer indivíduo, um centro de poder, o qual a maior parte da sociedade respeita, aceita e se deixa influenciar e governar. No caso, os tronos de D. Pedro II, seja o utilizado no Senado para a cerimônia da Fala do Trono, seja o utilizado para o exercício de seu poder de fato, ambos se cercavam dessa aura de poder, de fausta sacralidade mandatória.

Quando analisamos algo material é preciso compreender que há um campo invisível onde aquele objeto se insere. Esse campo é definido tanto pela coisa em si e sua função prática, quanto pelos seus ornatos, sua forma, cor e aspectos visuais. Esse conjunto (coisa + funções + caracteres visuais) irá construir e/ou influenciar a sua função social, favorecendo a elevação de seu valor simbólico e garantindo que a sua finalidade ante a sociedade esteja intimamente conectada ao campo das ideias e à uma submissão coletiva devidamente legitimada. A imagem do objeto, o sentimento que nos causa e a relevância simbólica que

possui, alimentam nosso imaginário e, assim, comportamentos individuais e práticas sociais.

Neste sentido, os tronos de D. Pedro II, exibem a atmosfera celestial e mágica que se buscava trazer para a imagem do imperador. A comunicação e ensinamentos que os tronos do Senado e do Conselho Supremo Militar de Justiça passam, se aproximam. Contudo, a figura emblemática do trono do Senado é um símbolo quimérico, a esfinge grega, que além de toda ambiência mágica nos remete, também, a um ar de mistério e de ambiente (psicossocial) impenetrável para os indivíduos comuns naquele ambiente sagrado, o ambiente (psicossocial) de poder. Em ambos os tronos, o poder transbordava os limites do impalpável e se fazia presente no mundo material, retroalimentando o imaginário e assim formando um ciclo recorrente de alimentação mútua.

Os citados tronos de D. Pedro II, considerando que nossa cultura foi fortemente influenciada pela europeia, carregavam consigo não somente a exuberância e opulência da própria monarquia, mas a sua influência, sua lembrança, sua comemoração e sua permanência. Eles perpetuavam ideias, compunham um imaginário social, construíam e preservavam uma realidade forjada, garantiam a manutenção de

comportamentos, conceitos e privilégios nobiliárquicos elitistas. Os tronos encarnavam a face mágica e sagrada da própria monarquia.

Referências

APPADURAI, Arjun. *A vida social das coisas*: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

BARBOSA, Maria Izabel. *A contribuição de Bossuet à glória do rei so*l. Akropólis, Umuaram, v. 15, n. 1 e 2, p. 62-72, jan./jun. 2007.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*; tradução Maria Leticia Ferreira – I. ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos*: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda, 2007.

HEIDEGGER, Martin. Que é uma coisa. *Doutrina de Kant dos princípios transcendentais*. Lisboa: Edições 70, 1987.

KANTOROWICZ, Ernest H. *Os dois corpos do rei*: Um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LOPES, Marcos Antônio. *O imaginário da realeza* [Livro eletrônico]: cultura política ao tempo do absolutismo. Londrina: EDUEL, 2015.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de Menezes. *Do teatro da memória ao laboratório da Historia*: a exposição museológica e o conhecimento histórico. São Paulo: Anais do Museu Paulista, 1994.

REDE, Marcelo. *História a partir das coisas:* tendências recentes nos estudos de cultura material. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 4, p. 265-282, 1996. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/anaismp/v4n1/a18v4n1.pdf. Acesso em: nov. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*: D. Pedro II, um monarca dos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

A Avenida Presidente Vargas e a Igreja de S. Pedro dos Clérigos

Montgomery O. Miranda
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ

A Avenida Presidente Vargas, principal via que liga o Centro do Rio de Janeiro aos subúrbios da zona norte, tem suas origens mais remotas no Plano Agache, encomendado pelo prefeito Prado Júnior (1926-30), e que tinha por objetivos promover a remodelação, extensão e embelezamento da cidade. Aquele planejamento, entretanto, foi colocado de lado durante a gestão do prefeito Pedro Ernesto (1931-36), que assumiu a administração do Distrito Federal pouco tempo depois dos acontecimentos políticos que mudaram os rumos da república brasileira em outubro de 1930. Pedro Ernesto, contudo, seria afastado do cargo, sob a acusação de envolvimento no movimento comunista de 1935, abrindo caminho para a ascensão de um interventor indicado pelo presidente Getúlio Vargas: Henrique Dodsworth (1937-45), que gozava de grande prestígio entre os meios empresariais e de engenharia no Rio de Janeiro. Durante a XI Feira Internacional de Amostras do Rio de Janeiro, ocorrida em 1938, o presidente Vargas autorizaria

Dodsworth a iniciar a construção da avenida que levaria seu nome. O projeto, norteado por um discurso de modernidade, contudo, selaria o destino de diversos lugares de memória do Centro Histórico do Rio de Janeiro, dentre os quais uma das mais importantes igrejas coloniais da cidade: a Igreja da Venerável Irmandade do Príncipe dos Apóstolos de São Pedro, popularmente conhecida como Igreja de S. Pedro dos Clérigos.

A abertura da Avenida Presidente Vargas não seria mera intervenção da gestão municipal no tecido urbano, mas uma iniciativa que transcendia os esforços do interventor federal Henrique Dodsworth, já que o projeto contava com a simpatia do presidente Getúlio Vargas, simbolizando os ideais de modernidade que o regime do Estado Novo (137-45) pretendia exibir. A abertura da Avenida Presidente Vargas fazia parte de um conjunto maior de projetos e obras que seriam executadas durante aquele período no Distrito Federal pelo interventor Dodsworth, como, por exemplo, melhoramentos viários nas zonas sul e norte, urbanização da esplanada do Castelo etc. A abertura da Avenida Presidente Vargas, entretanto, pela sua magnitude e simbolismo é provavelmente a realização mais lembrada. Ademais, foi esta a obra que condenaria diversos patrimônios da cidade e lugares de memória, alguns dos quais

remontavam ao período colonial. Estima-se que, além de destruir quatro templos coloniais,[1] o Paço Municipal, a Escola Benjamin Constant, a Praça XI,[2] parte do Campo de Santana ou Praça da República, os Largos do Caim e de S. Domingos, um asilo e um hospital, a inauguração da Avenida Presidente Vargas custaria a demolição de 958 edifícios residenciais e comerciais (LIMA, 1990, p. 38).

Lugares de memória, sabemos, é um conceito consagrado pelo historiador Pierre Nora, que não se limita necessariamente ao "lugar topográfico" (RICŒUR, 2007, p. 415). Como sublinhou Kury, a concepção de lugares de memória foi definida de "forma fluída, sem significados categóricos, mas que expressam um conjunto, seja de instituições, seja de

[1] Igrejas de S. Domingos Gusmão; da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Calvário da Via Sacra; da Venerável Irmandade do Príncipe dos Apóstolos S. Pedro, popularmente conhecida como S. Pedro dos Clérigos; e a Capela de N. S. da Conceição do Cônego. Destas, as duas primeiras hoje se encontram no bairro da Tijuca, respectivamente, nas ruas José Higino, 120, e Conde de Bonfim, 50. A Irmandade de S. Pedro encontra-se na Avenida Paulo de Frontim, 566, no bairro do Rio Comprido.

[2] Praça Onze de Junho, data emblemática da batalha naval do Riachuelo (1865), na qual a frota brasileira repeliu e aniquilou as forças paraguaias. No Rio de Janeiro, contudo, houve um apagamento sobre a homenagem aos militares da Marinha: os cariocas, num informalismo típico, conhecem a localidade simplesmente como Praça Onze, preservando a memória daquela região como berço das escolas de samba. NETO, Lira. *Uma história do samba: as origens*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 104-125.

edificações, crenças ou mesmo de livros que marcaram a constituição de uma identidade francesa, em diversos períodos históricos" (2018, p. 10). O Centro Histórico do Rio de Janeiro, área primitiva de ocupação da cidade, está repleto de lugares de memória: antiquários, bares, confeitarias, celebrações, confrarias, conjuntos arquitetônicos, equipamentos culturais, igrejas coloniais, praças, restaurantes, ruas, sebos etc. Além dos lugares de memória, há também os lugares de amnésia, conceito desenvolvido pelo antropólogo Joël Candau:

> Na estação de caminhos de ferro de Nice, existe até uma placa comemorativa que recorda que os comboios de deportados partiram dessa cidade. Mas, nas proximidades, o viajante de passagem pode ficar no hotel Excelsior sem que nada (placa, estátua, monumento) lhe assinale que este estabelecimento foi uma das sedes da Gestapo (quartel-general da IV seção antijudaica) onde oficiou Alois Brunner e onde se fazia a triagem e o interrogatório dos deportados de Auschwitz via Drancy. Este hotel é um lugar de amnésia, o simétrico exato de um lugar de memória (2005, p. 155).

Resumidamente, lugares amnésicos são os lugares de memória que, por razões diversas, caíram no esquecimento. O Centro Histórico do Rio de Janeiro também esconde incontáveis lugares amnésicos, muitos dos quais são patrimônios sombrios ou difíceis (MENEGUELLO, 2020, p. 245-248): cemitérios,

patíbulos, pelourinhos, locais de chacinas e espaços de linchamentos (HINKE, 2023, p. 282-326). A utopia perseguida por muitos historiadores é revelar e problematizar os lugares amnésicos, algo que sabemos que, por mais que nos esforcemos, jamais será realizado plenamente. A longa faixa viária, que conecta a Igreja de N. Senhora da Candelária, até a região da Cidade Nova, guarda incontáveis lugares de amnésia, muitos dos quais pretendo revelar em meu trabalho acadêmico desenvolvido no doutorado em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O presente artigo, contudo, se limita a discorrer sobre um destes lugares amnésicos, a Igreja de S. Pedro dos Clérigos, demolida ao final da obra de abertura da Avenida Presidente Vargas, vítima de um discurso de modernização autoritária. Curiosamente, muitos autores, antes ou depois dos fatídicos anos de 1940, já denunciavam as mazelas promovidas em nome da "modernidade" ou do "progresso", como, por exemplo, Dostoiévski, Lima Barreto, Walter Benjamin, Marshall Berman, Slavoj Zizek etc.

O destino da Igreja da Venerável Irmandade do Príncipe dos Apóstolos de São Pedro, popularmente conhecida como Igreja de S. Pedro dos Clérigos, por conta de seu inegável valor

artístico e histórico, capturaria as atenções das autoridades envolvidas no projeto, além de matérias na imprensa, apesar da censura. Segundo o memorialista Moreira de Azevedo, a Irmandade dos Clérigos de S. Pedro teria suas origens na Ermida de S. José ainda no século XVII (1969, p. 385). Em 1733, depois de um desentendimento entre os religiosos de S. José e de S. Pedro, estes últimos buscaram casa própria, obtendo a doação de um terreno na Rua do Carneiro,[3] e iniciando as obras de edificação da igreja, cujo arquiteto, supõe-se, foi o tenente-coronel José Cardoso Ramalho, o mesmo que fez a Igreja da Glória (GERSON, 2015, p. 80; AZEVEDO, 1969, p. 387). Construção de arquitetura singular, apresentava traçados curvilíneos que nenhum outro templo na cidade ostentava, sendo ricamente adornada no seu interior por talhas de Mestre Valentim. A unicidade daquele templo pode ser medida pela avaliação de German Bazin, "estudioso da riqueza e originalidade da arquitetura colonial brasileira" que, avaliou que S. Pedro dos Clérigos

[3] A Rua do Carneiro seria depois conhecida como Rua de S. Pedro (AZEVEDO, 1969, p. 386). A Igreja de S. Pedro dos Clérigos localizava-se na esquina da Rua de S. Pedro, que desapareceu sob o asfalto da Avenida Presidente Vargas, com Rua do Ourives, atual Rua Miguel Couto, a qual foi amputada com a abertura da referida avenida.

> era uma das poucas igrejas tipicamente barrocas edificadas no Brasil. Era também uma das raras e possivelmente a primeira do continente americano a ter uma planta curvilínea, tanto na fachada quanto no corpo do prédio e nas torres (COSTA, 2005, p. 72).

Ilustres personalidades foram sepultadas na Igreja de S. Pedro, como, por exemplo, dois importantes memorialistas da cidade, Luís Gonçalves dos Santos, conhecido pelo apelido de padre Perereca, e Monsenhor Pizarro e Araújo, além do poeta Silva Alvarenga e, finalmente, o padre José Maurício Nunes Garcia, famoso compositor de música sacra do período joanino (ANDRADE, 1986, p. 115-116). Era neste templo que D. Pedro II ouvia missa em sua data natalícia (GERSON, 2015, p. 81). O embrião do Colégio Pedro II surgiu no templo de S. Pedro dos Clérigos: em 1750 foi fundada uma obra social denominada Órfãos de S. Pedro, a qual seria posteriormente ocupada na Capela de S. Joaquim, localizada na esquina da Rua Camerino com Rua Larga de S. Joaquim, atual Rua Marechal Floriano, onde hoje se encontra o Colégio Pedro II campus Centro.

A Igreja de S. Pedro dos Clérigos contava com mecanismos de proteção, sendo tombada pelo SPHAN desde 1938. O presidente Getúlio Vargas, todavia, num despacho datado em 8 de janeiro de 1943, revogou unilateralmente os

mecanismos de proteção do templo católico colonial, condenando-o. É imperativo relembrar que o país na época vivia em regime ditatorial, observação que não escapou ao engenheiro José de Oliveira Reis, chefe da Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro entre 1938 e 1945, que qualificou a abertura da Avenida Vargas como "indiscutivelmente uma obra espetacular, monumental", afirmando que "um fator importante a considerar: durante o período da ditadura não tinha Câmara, não tinha ninguém para atrapalhar" (FREIRE; OLIVEIRA, 2008, p. 19).

A pesquisa acadêmica é como uma *matrioska*: a cada boneca que abrimos, revela-se outra. O entrevistado, personagem fundamental no processo de construção da nova via, demonstrou uma grande naturalidade ao associar o regime ditatorial com a eficiência administrativa. E não estava só. Como demonstrou Aspásia Camargo, "esta predisposição contra o Congresso, que refletia a generalizada falência das democracias parlamentares" era disseminada por autores dos mais diversos matizes ideológicos, como, por exemplo, o jurista Temístocles Cavalcanti, futuro ministro do Supremo Tribunal Federal, e João Mangabeira, um dos parlamentares encarcerados na onda repressora patrocinada pelo governo Vargas após a revolta comunista de 1935 (1989, 28-29; p. 62). Outro autor endossa a

mesma interpretação sobre o pensamento brasileiro daquela época:

> Cada vez mais, perdeu-se a esperança na democracia liberal, considerada lenta e burocrática. Os governos fortes entraram na ordem do dia, como dotados de poderes que os permitiam agir mais rápido para soluções emergenciais e de curto prazo. No Brasil, não foi diferente. Autores como Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, entre outros, defendiam uma reforma no Estado brasileiro, dotando o Poder Executivo de maior possibilidade de ação, e propagavam ideias de alteração do Poder Legislativo, sendo que alguns defendiam até o seu fim (MOURELLE, 2023, p. 16).

O pragmatismo autoritário do engenheiro, portanto, não era um elemento isolado. A ideologia autoritária brasileira, que exercia grande influência no pensamento político nacional, se destacava pela urgência de um governo forte, com poderes capazes de promover uma desejada modernização brasileira. Hélgio Trindade, definiu a geração de 1930, aquela dos homens que pavimentaram a Avenida Presidente Vargas, como "antiliberal" (1979, p. 99). Segundo Medeiros, "ser 'atual' e 'moderno', para as elites e classes dirigentes do mundo ocidental dos anos 30 era, em grande parte, ser da 'direita'" (1978, p. 528).

Documentos existentes no arquivo do SPHAN, contudo, revelam os esforços presidente da instituição, Rodrigo Melo

Franco de Andrade, no sentido de tentar proteger os bens culturais que seriam arrasados com a obra, sobretudo a Igreja de S. Pedro dos Clérigos. Tombada, nem mesmo os apelos do presidente do SPHAN ao arcebispo, em carta datada em 9 de dezembro de 1943, tiveram efeitos. A Igreja de S. Pedro dos Clérigos seria derrubada em 1944. Houve, contudo, ao menos um projeto para tentar remover o templo colonial de seu local original para que a construção fosse preservada.[4] Edison Passos, secretário de Viação e Obras Públicas, autorizado por Dodsworth, buscou uma solução incomum para tentar salvar a Igreja de S. Pedro dos Clérigos: erguê-la empregando macacos hidráulicos e deslocá-la por cerca de cem metros utilizando rolos de aço (COSTA, 2005, p. 73). O engenheiro Fernando Lobo Carneiro revelou que foi designado pelo diretor da Divisão de Indústria da Construção do Instituto Nacional de Tecnologia, Paulo Accioly de Sá, para realizar o estudo que viabilizasse o traslado da Igreja de S. Pedro dos Clérigos empregando os rolos de aço. Em Detroit, duas igrejas, uma episcopal e outra metodista, respectivamente, pesando 25 mil e 20 mil toneladas,

[4] Brasil Gerson cita o caso da Igreja dos Anjos em Lisboa, que teria sido desmontada e remontada em 1911 para a abertura da Avenida Almirante Reis (2015, p. 82). O *Diário da Noite*, edição de 11 de fevereiro de 1944, noticia que a prefeitura desmontaria e remontaria a Igreja de S. Pedro dos Clérigos.

haviam sido transportadas desta forma. Mas havia um elemento que inviabilizava a iniciativa: existia a alegação de que o Brasil não produzia aço naquela época[5] e o produto, essencial ao esforço de guerra, encontrava-se escasso no mercado internacional. O engenheiro Lobo Carneiro desenvolveu uma nova técnica, que se tornaria referência internacional, que propunha substituir o aço pelo concreto.[6] A Franki, empresa de fundações e infraestrutura já havia deslocado imóveis na Europa com sucesso utilizando rolos de aço.

No caso da Igreja de S. Pedro dos Clérigos havia outros elementos complicadores que aumentavam o risco de desabamento durante o traslado: o templo, que pesava 6.900 toneladas, tinha paredes de espessuras variáveis, construídas com materiais típicos do século XVIII, como, por exemplo, "pedras, azeite de baleia e uma variedade de cacos de louça" (Ibidem). A Franki comunicou que não seria possível garantir o sucesso da empreitada: a igreja colonial poderia ruir durante a

[5] A informação não é correta, pois o país já contava com pelo menos três empresas siderúrgicas em funcionamento. Talvez a quantidade e/ou a qualidade do aço produzido não atendesse as necessidades técnicas para o projeto de produção dos rolos de aço, agravado, claro, pela escassez do produto no mercado internacional por conta do conflito mundial. História do aço - Instituto Aço Brasil (acobrasil.org.br). Consultado: 30/10/2023

[6]Clube do Concreto.: A Origem do Brazilian Test - Lobo Carneiro. Consultado: 30/10/2023.

tentativa de deslocamento. Alguns setores da imprensa criticavam o projeto de deslocamento do templo colonial. O *Diário da Noite*, edição de 1º de dezembro de 1943, sublinhava o alto custo do traslado da igreja, enfatizando que seria melhor empregar tais recursos na construção de escolas ou hospitais para tuberculosos. No caso de insucesso, claro, um possível preço político a ser pago pelo interventor federal. Daí a decisão final de derrubá-la.

Alguns fatores foram decisivos para que o projeto de abertura da Avenida Presidente Vargas ocorresse. Um deles foi a substituição do prefeito Pedro Ernesto (1931-36) por Henrique Dodsworth (1937-45).[7] Pedro Ernesto, apelidado de "mãe dos tenentes" ou "tenente civil" (MOURELLE, 2010, p. 77-78), pelas suas relações próximas com os jovens oficiais do movimento militar que selou o ocaso da I República (1889-1930), era também médico da família Vargas.[8] A proximidade

[7] O cônego Olímpio de Melo ocupou a prefeitura do Rio de Janeiro entre 1936 e 1937. É razoável qualificar sua administração como um tampão até que Vargas se tornasse ditador e indicasse Dodsworth como interventor federal. A importância de Pedro Ernesto pode ser medida também pelo uso de seu nome para batizar a câmara dos vereadores do Rio de Janeiro, o hospital da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a mais importante honraria do legislativo carioca.

[8] Segundo Mourelle, Pedro Ernesto salvou a vida de um dos filhos de Vargas e evitou a amputação de uma perna da esposa de Vargas após um acidente de

com o movimento tenentista e a intimidade com Getúlio Vargas fariam com que Ernesto ascendesse rapidamente na política brasileira pós-1930, tornando-se interventor no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Durante sua gestão, como veremos, houve a revogação do Plano Agache (REIS, 1977, p. 106). Reis ainda sublinha que "entre os pontos altos do seu governo, houve dois, muito justamente reconhecidos por gregos e troianos: foram os hospitais e as escolas" (Ibidem, p. 105).[9]

O secretário de educação de Pedro Ernesto era o professor Anísio Teixeira, o qual defendia um projeto de escolaridade obrigatória, pública, gratuita e laica, sendo, desta forma, atacado pelos setores sociais mais conservadores, como, por exemplo, o ideólogo católico Alceu Amoroso Lima (LEVINE, 1980, p. 206-207). Pressionado, Ernesto substituiu Teixeira por Francisco Campos, um advogado que seria responsável pela redação de documentos que consubstanciavam uma tradição autoritária no Direito brasileiro: a Constituição de 1937, o Ato Institucional de 1964 e o anteprojeto da Constituição de 1967. Sem Teixeira no governo, Pedro Ernesto se converteu

carro (2010, p. 78). Levine diz que Ernesto salvou a vida da esposa de Vargas após um desastre automobilístico em abril de 1933 (1980, p. 208).

[9] Pedro Ernesto foi também o primeiro prefeito da cidade a enxergar o potencial turístico do carnaval, patrocinando escolas de samba.

no alvo da extrema-direita, qualificado como "comunista latente" (Ibidem).[10] O prefeito, que gozava de grande popularidade[11] e, por conta disso poderia se converter num futuro adversário político de Getúlio Vargas, foi acusado de envolvimento com a revolta comunista de novembro de 1935, e acabaria sendo deposto e preso. Segundo José de Oliveira Reis

> Tramaram uma série de intrigas e Pedro Ernesto, infelizmente, foi preso. Este em cárcere privado, e lá sofreu um grande desgosto que contribuiu muito para seu falecimento precoce. Ninguém naquela ocasião podia ter a pretensão de ser presidente da República, que o Getúlio não deixava (FREIRE; OLIVEIRA, 2008, p. 23).

Marx escreveu que a história ocorre como tragédia e se repete como farsa (1974, p. 335). O fato singular não se repete, mas o evento histórico, moldado por determinadas circunstâncias, sim. Vargas decretaria a intervenção no Distrito

[10] A retórica anticomunista causou as perseguições contra professores universitários, escritores, artistas, músicos, jornalistas e diversas outras categorias profissionais no país entre 1935 e 1937 (LEVINE, 1980, p. 208-209).

[11] Evidência de que Pedro Ernesto era um prefeito muito querido pelos cariocas foi a grande manifestação popular ocorrida na porta do Hospital da Ordem Terceira da Penitência na Tijuca em 14 de setembro de 1937. Ao receber alta depois de uma internação, uma multidão empurrou o carro que levava o prefeito da Tijuca até a Esplanada do Castelo, não sem antes realizar uma parada na União Geral das Escolas de Samba na Praça XI (SARMENTO, 2001, p. 254-255). *Jornal do Brasil*, 15.9.1937, p. 8.

Federal com o lacônico argumento de que "a lei orgânica da cidade previa a criação de um tribunal de contas e tal não havia se concretizado" (Ibidem, p. 211). Desta forma, o fechamento da câmara municipal do Rio de Janeiro em abril de 1937 foi a tragédia que antecedeu o golpe de 10 de novembro daquele mesmo ano.

O afastamento de Pedro Ernesto abriria espaço para que Henrique Dodsworth, sobrinho do engenheiro e prefeito Paulo de Frontin (1919), assumisse o cargo de interventor federal em 2 de julho de 1937. No governo Dodsworth, Edison Passos, presidente do Clube de Engenharia e secretário de Viação e Obras, desempenharia um papel relevante e equivalente ao que Frontin cumpriu na administração Passos (Ibidem). Segundo Reis,

> Um dos pontos altos da Administração Henrique Dodsworth, na esfera administrativa, e também na Secretaria Geral de Viação e Obras, por recomendação do Secretário, foi o restabelecimento da Comissão do Plano da Cidade, revogada e extinta pelo Prefeito Pedro Ernesto. Com a criação do Plano da Cidade e do Serviço Técnico do Plano da Cidade foram retomados os estudos e planos urbanísticos do Prof. Alfred Agache e readaptados às novas condições da cidade (1977, 110).

O Plano Agache, encomendado durante a gestão de Prado Júnior (1926-30), foi "o primeiro Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento da Cidade", o qual tinha por objetivos "orientar o seu crescimento normal, sistematizar a sua expansão natural, metodizar a vida coletiva, e, inclusive, organizá-la administrativamente para atender as suas necessidades futuras" (Ibidem, p. 89-90). O Plano Agache, entretanto, seria colocado de lado na administração de Pedro Ernesto (1931-36), sob o argumento de que "nem em 50 anos ele seria exequível" (Ibidem, p. 92).

Henrique Dodsworth foi definido por um autor como "figura tradicional da política carioca que desfrutava de amplo diálogo com os grupos empresariais do Rio de Janeiro [que] alinhava seu governo às aspirações dos empreiteiros cariocas ao estabelecer um grande programa de obras públicas como carro-chefe deu sua administração" (DA SILVA, 2018, p. 149). A abertura da Avenida Presidente Vargas era o principal elemento do Plano de Transformação e Extensão da Cidade, constituído ainda pela "urbanização da Esplanada do Castelo, a abertura da Avenida Brasil e a duplicação do Túnel do Leme" (Ibidem, p. 148). A criação da conhecida avenida, portanto, "não foi

idealizada, apenas executada pelo Plano da Cidade" (FREIRE; OLIVEIRA, 2008, p. 22).

Se a concepção urbanística da Avenida Presidente Vargas já estava presente no Plano Agache, encomendado durante a administração do prefeito Prado Júnior (1926-30), podemos afirmar que o projeto começou a ganhar vida na XI Feira Internacional de Amostras do Rio de Janeiro de 1938. A Feira de Amostras constituía uma versão nacional das exposições universais ocorridas no final do século XIX, sobretudo em grandes cidades europeias e estadunidenses, cuja primeira edição ocorreu em Londres em 1851, e que tinham, entre outros objetivos, exibir inventos e inovações tecnológicas.[12] No Rio de Janeiro, a Feira Internacional de Amostras, que perdurou por mais de uma década, teve sua primeira apresentação em 1928, e buscava ser uma "celebração anual da modernidade", combinando "espaço de negócios, exibição de produtos, festejos e diversões", introduzindo e popularizando a Art Déco, exibindo as novidades das indústrias elétricas e mecânica e demonstrando

[12] D. Pedro II, imperador que governava um país ainda escravocrata, parecia nutrir uma grande curiosidade intelectual por inventos tecnológicos. Numa das suas raras viagens ao exterior em 49 anos de reinado, inaugurou a Exposição do Centenário da Filadélfia em 1876 ao lado do presidente norte-americano Ulysses Grant (MORRIS, 2009, p. 152).

uma “vontade de autoafirmação nacional perante o mundo” (SEGAWA, 2019).

A grande envergadura do projeto da Avenida Presidente Vargas,[13] contudo, fez com que o interventor Henrique Dodsworth não tivesse muito entusiasmo pelo projeto (FREIRE; OLIVEIRA, 2008, p. 24). A visita do presidente Getúlio Vargas na XI Feira Internacional de Amostras, entretanto, mudaria a história. No estande da Secretaria de Viação e Obras havia uma maquete, produzida pelo arquiteto Nelson Muniz Nevares, exibindo o nome da avenida. Vargas teria dito a Dodsworth: “Dr. Henrique, vamos fazer essa avenida” (Ibidem). Os cariocas, claro, ainda não sabiam. Mas naquele momento estariam selados os destinos de diversos lugares de memória da cidade do Rio de Janeiro, como, por exemplo, a Igreja de S. Pedro dos Clérigos.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e seus tempos.* Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

[13] O custo inicial da obra era na ordem de “US$ 15.935.845,00 o que equivalia a 84% das receitas da prefeitura em 1939”. O projeto foi possível graças aos aportes financeiros do Banco do Brasil (DA SILVA, 2018, p. 151).

AZEVEDO, Moreira de. *O Rio de Janeiro. Sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades.* 2 volumes. Rio de Janeiro: Livraria Brasiliana Editora, 1969.

BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil.* Rio de Janeiro: Editora Record, 1983.

BENJAMIN, Walter. *Baudelaire e a modernidade.* Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2017.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade.* São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

CAMARGO, Aspásia (org.). *O golpe silencioso.* Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1989.

CANDAU, Joël. *Antropologia da memória.* Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

COSTA, Terezinha. *Engenharia da transparência: vida e obra de Lobo Carneiro.* Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2005.

DA SILVA, Pedro Sousa. *Avenida Presidente Vargas: a fúria demolidora da reforma urbana do Estado Novo na cidade do Rio de Janeiro (1938-45).* In.: Revista Cantareira. Edição 29, Jul-dez. 2018. Dossiê modernização conservadora no Brasil (XIX-XXI).

DE HOLLANDA, Daniela Maria Cunha. *A barbárie legitimada: a demolição da Igreja de São Padro dos Clérigos do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

DULLES, John W. F. *Getúlio Vargas. Biografia política.* Rio de Janeiro: Renes, 1967.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Novas memórias do urbanismo carioca.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

LIMA, Evelyn Furkim Werneck. *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990.

FURTADO, Fernanda; REZENDE, Vera F. *O financiamento da abertura da Avenida Presidente Vargas: estratégias institucionais e legais.* Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. N. 10, 2016, p. 175-191.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio.* Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias, 2015.

HINKE, Monty. *A educação não formal e os roteiros culturais no centro histórico do Rio de Janeiro: os lugares de amnésia.* Lisboa: Lison International Press, 2023.

KURY, Lorelai (org.). *Lugares de memória: a França no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2018.

LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas, 1934-38: os anos críticos.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Napoleão Bonaparte.* São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MENEGUELLO, Cristina. (org.). *Dicionário temático de patrimônio.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

MORRIS, Charles R. *Os magnatas: como Andrew Carnegie, John D. Rockefeller, Jay Gould e J. P. Morgan inventaram a supremacia econômica americana.* Porto Alegre: L&PM, 2009.

MOURELLE, Thiago Cavaliere; LAGO, Mayra Coan; FRAGA, André Barbosa (org.). *Dicionário do governo Vargas: da revolução de 1930 ao suicídio.* Rio de Janeiro: 7Letras, 2023.

MOURELLE, Thiago Cavaliere. *O trabalhismo de Pedro Ernesto: limites e possibilidades no Rio de Janeiro dos anos 1930.* Curitiba: Juruá, 2010.

NETO, Lira. *Getúlio.* São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PRADO, D. Lourenço de Almeida. *Entre política e educação: ensaios e artigos.* Rio de Janeiro: Editora Marques Saraiva, 1999.

REIS, José de Oliveira. *O Rio de Janeiro e seus prefeitos.* Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1977.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento.* Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. *Brasil: uma biografia.* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SEGAWA, Hugo. *Cenário de modernidades: a feira internacional de amostras do Rio de Janeiro.* 2019. 119302.pdf (docomomobrasil.com) Acesso em: 30/10/2023.

SILVA, Pedro Sousa da. *Avenida Presidente Vargas: a fúria demolidora da reforma urbana do Estado Novo na cidade do Rio de Janeiro (1938-1945).* REVISTA CANTAREIRA - EDIÇÃO 29 / JUL-DEZ, 2018.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello.* São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STUCKENBRUCK, Denise Cabral. *O Rio de Janeiro em questão: o Plano Agache e o ideário reformista dos anos 20.* Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas: IPPUR: FASE, 1996.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30.* São Paulo: Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

O conceito de aprendizagem no campo do ensino de História

Naicon Brinco
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ

Introdução

> "Conceitos como tais não têm História. Contêm, mas não tem História" (KOSELLECK, 2020, p. 424).

A epígrafe acima, que Koselleck toma emprestada de Friedrich Nietzsche, e diz nela haver um certo exagero, levanta a seguinte questão: se conceitos não têm História, que narrativa poderíamos construir sobre a aprendizagem no campo do ensino de História? Para refletir sobre este questionamento, recorremos inicialmente à compreensão do autor acerca dos conceitos.

O conceito, para Koselleck (2020), é uma formação linguística polissêmica, uma arena de disputa de sentidos carregada de experiências, no qual o significado emerge do uso e da oposição a outros conceitos. Não havendo correspondência exata entre a realidade e o conceito, mas sim um estado de tensão com suas próprias historicidades. A História Social e a História dos Conceitos encontram-se em constante tensionamento, entre mudanças e acontecimentos e as elaborações linguísticas. O

autor indica, portanto, para a possibilidade de se historicizar um conceito a partir das tensões existentes entre a realidade extralinguística e a História contida nos próprios conceitos.

Esse movimento de historicização é desenvolvido na obra *História dos Conceitos* (KOSELLECK, 2020), em diálogo especialmente com a História Social. O autor compreende que há um desafio teórico nesse tipo de investigação, pois os conceitos podem envelhecer e receber novos significados, carregando consigo ou não, significados anteriores. A dinâmica de mudanças linguísticas "envolve simultaneamente preservação e transformação, continuidade e invenção, permanência e reformulação" (2020, p.10). Neste processo, ao nos movimentarmos para historicizar o conceito de aprendizagem, ele não possuiria em si uma história, pelo caráter singular e único de cada uso. No entanto, é possível uma historicidade nos sentidos que se acumulam e se modificam, que interpelam e são interpelados pelo presente. Dialogando com mudanças sociais, políticas, educacionais e acadêmicas a partir dos sentidos com que é preenchido.

Na análise de tais sentidos, apoiamo-nos nos estudos do Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 1997, 2006; FARACO, 2009), considerando a linguagem para além dos sistemas abstratos de

regras, como fenômeno ideológico que afeta as consciências e a produção do conhecimento. Nesta perspectiva, a palavra, os enunciados e as enunciações são constituídos coletivamente, a partir da historicidade social, tanto em seu caráter sincrônico quanto diacrônico. Há um constante posicionamento das palavras em relação a outras palavras na construção dos significados. O significado de um conceito pode encontrar uma certa estabilidade, apesar de suscetível a mudanças, estando os conflitos situados especialmente nas disputas de sentido.

Diferentemente do enunciado, que se encontra na ordem factual-lógica, os sentidos são da ordem do dialógico, ignoram os limites do enunciado e não respeitam a soberania das vozes sociais (BAKHTIN, 1997, p. 342). Em diálogo com seus contextos, a palavra possui a força de modificar a compreensão dos acontecimentos e da realidade, inserindo-se em uma arena de lutas de orientações e valores, por vezes contraditórios.

Neste tensionamento, para Koselleck (2020), todo acontecer social está relacionado a uma operação comunicativa que não é o todo da História, porém, sem a qual poderia não haver História. O discurso não poderia, nessa perspectiva, ser separado dos acontecimentos em curso. Os discursos relacionados à aprendizagem estão situados em um tempo e um

espaço, sendo enunciados por corpos imersos na temporalidade, em um determinado evento, respondendo a discursos que se movimentam, expandem-se e se contraem socialmente.

Fronteiras das escolhas: metodologia de seleção e pesquisa

Em nossa revisão bibliográfica sobre a aprendizagem no campo do ensino de História, utilizamos três *corpus* documentais: os anais do *Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História* (ENPEH), os anais do *Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História* (Perspectivas) e artigos da *Revista História Hoje*, compreendendo o período de 1988 a 2020 (BRINCO, 2025a).

Escolhemos esses dois eventos devido à sua relevância para o campo do ensino de História. Por se tratar de *Encontros*, muitos dos textos apresentados correspondem a pesquisas em andamento, assim como a relatos de professores da educação básica a partir de suas experiências. Consideramos tais eventos espaços privilegiados para investigar os sentidos que circulam no campo, por serem ambientes de experimentação. No qual os pesquisadores apresentam seus textos para dialogar com outros acadêmicos, recebendo contribuições diversas. O processo de publicação também se mostra mais abrangente do que em

periódicos revisados por pares. São “espaços de relevantes debates epistemológicos, no qual é possível acompanhar o crescimento, consolidação e declínio de diferentes abordagens de pesquisa no âmbito nacional” (BRINCO, 2025c, p. 2).

A escolha da *Revista História Hoje* se deu por ser um periódico nacional revisado por pares que apresenta, desde 2012, “uma ampla e diversificada visão sobre a aprendizagem no ensino de História” (BRINCO, 2024a), consolidando-se como relevante espaço de discussão do campo.

Entre 1988 e 2020 selecionamos inicialmente para este estudo 76 artigos que apresentavam os termos *aprendizagem* ou *aprendizagens* no título, tratando o título como uma enunciação (BAKHTIN 2006, 1997). Para refinar, analisamos a totalidade do enunciado de cada artigo, tendo como referência três critérios com base nos estudos do círculo de Bakhtin: “1) tratamento exaustivo do objeto de sentido; 2) o intuito, o querer dizer do locutor; e 3) as formas típicas das estruturações do gênero do acabamento” (Bakhtin, 1997, p. 299). O autor ressalta que o tratamento exaustivo é relativo, dado o caráter inesgotável do objeto de sentido nas ciências. Contudo, o enunciado é atravessado por uma abordagem, por objetivos e intencionalidades, um querer-dizer, um intuito discursivo. Em

tal constituição, são delimitadas fronteiras e escolhas em que o subjetivo do pesquisador se entrelaça ao objeto de sentido, em uma situação concreta na publicação de um texto acadêmico/científico. Atravessado por um contexto sócio-histórico externo ao campo científico, nas demandas sociais e experiências pessoais, e num contexto interno ao campo, na legitimação pelos pares. Neste ínterim, os textos que analisamos são do gênero acadêmico/científico, que possuem, de certa maneira, uma estruturação estável com objetivos, metodologias, fontes, resultados e referenciais teóricos.

Ao direcionar o primeiro olhar para o título, buscamos a intencionalidade discursiva do enunciado em sua enunciação primeira, por meio da qual os pesquisadores anunciam o objeto de sentido do seu texto. Na investigação dos sentidos mobilizados no uso do conceito de aprendizagem, entendido como um campo de disputas, compreendemos que alguns textos não adotavam a aprendizagem como principal objeto de sentido.

Nesta camada de refinamento, fundamentada nos estudos de Bakhtin (2006, 1997), analisamos os artigos como enunciados que debatem e transformam os sentidos da aprendizagem na produção acadêmica, de modo responsivo e propositivo. Com a premissa de que o conceito apresenta

características como generalização, polissemia e acúmulo da experiência histórica (Koselleck 2006, p. 108). Na qual a polissemia é entendida como a multiplicidade de significados e sentidos que buscam apreender a realidade. A partir destas convergências, estabelecemos o diálogo entre tais autores, no entendimento da palavra como portadora de certa neutralidade, cujos sentidos são disputados por diferentes vozes sociais, sempre contingentes e em movimento.

Nessa seleção, dos 76 artigos analisados, 52 foram mantidos no *corpus* de estudo. Em seguida, optamos por concentrar a investigação em textos voltados à Educação Básica, focados em jovens adolescentes dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Por fim, dedicamo-nos à análise de como o conceito de aprendizagem acumulou sentidos e transformou significados, entre 1988 e 2020, em um conjunto de 42 artigos.

Resultados

Entre 1988 e 2008, as investigações dos participantes dos eventos *Perspectivas* e do *ENPEH* estavam direcionadas sobretudo para o ensino, ainda que a palavra aprendizagem estivesse presente na expressão *ensino-aprendizagem*. Portanto,

não há textos em nosso conjunto de artigos neste período, pois o conceito de aprendizagem se movimentava de maneira secundária em investigações fora do escopo desta investigação. No entanto, para fins de historicidade do tema, apresentamos um panorama de como o conceito foi mobilizado neste período. Todas as afirmativas estão referenciadas em artigos publicados nos anais, citados de forma indireta e presentes nas referências bibliográficas deste texto. Tais pesquisas podem ser consultadas no repositório que construímos no Zenodo[1] (Brinco, 2025a).

A década de 1980 foi atravessada, no Brasil, por um contexto sócio-histórico de reabertura política. A pesquisadora Maria Lima (SANTOS, 2023) destaca as preocupações presentes no meio educacional após ditadura militar brasileira (1964-1985). No âmbito nacional, buscava-se superar os processos de ensino-aprendizagem centrados em técnicas de transmissão e memorização. Já na literatura internacional, ganhava destaque o estabelecimento de parâmetros quantificáveis para aferir a qualidade do aprendizado dos estudantes. Entre 1988 e a primeira metade da década de 1990, o conceito de aprendizagem associado à transmissão e à

[1] Disponível em:< https://zenodo.org/records/15272228> Acesso em: 12 de Set. de 2025.

memorização parecia estar envelhecendo. Deixando de corresponder à realidade sócio-histórica e à intencionalidade discursiva de um novo contexto nacional marcado pelo processo de redemocratização, e de um contexto internacional afetado pela expansão da política econômica e dos ideais do neoliberalismo.

A teoria da aprendizagem construtivista atendia às demandas das discussões educativas da época ao centralizar a construção do conhecimento no estudante, romper com a predominância da memorização e compreender a aprendizagem como um processo que envolve a participação ativa dos alunos na experiência do aprender. As metodologias com base no construtivismo também dialogavam com a multiplicidade de tipos de fontes que se expandiam na historiografia. Experiências com músicas, jogos, iconografia e dramatizações foram discutidas por professores pesquisadores neste período, com uma primazia do *fazer* aliado ao *ler* e *escrever*, além da valorização da experiência (ALENCAR, 1988; LAGE; MAY, 1995; SOARES; MAY, 1995). O método historiográfico subsidiou metodologias voltadas para o desenvolvimento de habilidades típicas das ciências históricas, como *comparar*, *refletir*, *problematizar* e *avaliar*. Com críticas à aprendizagem

baseada em *descrever*, *classificar* e *generalizar* (PELLANDA, 1988). A psicologia cognitiva, junto com a pedagogia e ao ensino de História, foi mobilizada para a compreensão da aprendizagem como um processo psíquico individual do aluno, relacionado às experiências sociais, em que o professor poderia recorrer a técnicas motivacionais (BARNEWITZ, 1988).

Entre 1997 e 2008, também houve críticas à aprendizagem baseada na memorização e na essencialização do passado, com a proposição de práticas de pesquisa em sala aula (SILVA, 1996). Reforçou-se a ideia de que o conhecimento é uma construção reflexiva, constantemente reelaborada (SARTORI; MACHADO, 1999), e que o uso de documentos com os estudantes pode criar situações de aprendizagem crítica (SILVA, 1996; FURMANN; SCHMIDT, 2004). Nos anos 2000, a Didática da História, de origem alemã, e a Educação Histórica, de origem inglesa, despontaram nos debates como possibilidades de pesquisa sobre aprendizagem a partir da epistemologia da História (BARCA, 2005; MIRANDA et al., 2006). Na esteira dessas abordagens está o crescimento da mobilização da consciência histórica, cognição histórica e dos chamados conceitos de primeira e segunda ordem (ABUD,

2005; SCHMIDT, 2005; MIRANDA et al., 2006; OLIVEIRA; SIMAN; ZAMBONI, 2006).

Os 42 artigos que compõem o *corpus* deste estudo foram publicados entre 2008 e 2020. Durante a análise dos textos, elaboramos uma tabela no Excel contendo as seguintes colunas "Ano", "Título do Artigo", "Autores", "Instituição dos autores", "Local da Instituição", "Tipo de Pesquisa", "Procedimento metodológico", "Fontes" e "Principais referências teóricas de aprendizagem". A tabela está disponibilizada no *google drive*[2]. As análises a seguir discutem os aspectos temporais e espaciais, investigando como o conceito de aprendizagem se movimenta na produção acadêmica de diferentes regiões brasileiras.

A região Sul do país consolidou-se, de certa maneira, como um polo de produção intelectual da Didática da História, destacando-se a presença de Jörn Rüsen em quase todos os artigos publicados por pesquisadores vinculados a universidades dessa região. Outros autores citados frequentemente são Peter Lee, Isabel Barca, Maria Auxiliadora Schmidt, Bodo von

2 Disponível em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1yhd_UGL2Fnw0_fJT-Jxwp7_gv5e_EXD-/edit?usp=drive_link&ouid=115729378417749035542&rtpof=true&sd=true > Acesso em: 12 de set. de 2025.

Borries e Rosalyn Ashby, além da pesquisadora do ensino de História Flávia Caimi. A aprendizagem é, com frequência, associada à formação da consciência histórica e aos procedimentos que envolvem os conceitos de segunda ordem. Esses referenciais da História são postos em diálogo, inicialmente, com teorias provenientes da psicologia e da Educação. Em 2011, um artigo do Paraná (GRENDEL, 2011) integrou as contribuições de Peter Lee, Isabel Barca com as de Vigotski, Piaget, Bruner, Ausubel, Luria e Leontiev. Contudo, essa tendência não se manteve ao longo dos anos, com aprofundamento das pesquisas fundamentadas a partir da epistemologia da própria História, exceto em casos pontuais, como o diálogo com Bruner feito em 2019 (SOUZA, 2019).

Os estudos sobre aprendizagem na região Sul, em 2011 e 2015, utilizaram como fontes narrativas cadernos escolares (GRENDEL, 2011). Em 2019, as pesquisas exploraram interseções entre ensino de História e a Neurociência, analisando as relações entre aprendizagem e emoções (SCORSATTO; SCHMIDT, 2021). No ano seguinte, discutiu-se a potencialidade do digital por meio do *WebQuest,* sob a ótica da Didática da História (NASCIMENTO; HAHN, 2020). Além de um texto teórico reflexivo (MOREIRA, 2020) baseado em revisão

bibliográfica, que discute aprendizagem histórica a partir do que a autora nomeia de Educação Histórica. Observamos na segunda metade da década de 2010 um movimento de afastamento das pesquisas da Didática da História em relação aos referenciais da Educação e da Pedagogia, com crescente mobilização de autores da História, especialmente Jörn Rüsen, Rosalyn Ashby e Peter Lee, além da portuguesa Isabel Barca, formada em Londres com orientação no doutorado de Peter Lee, e do espanhol Mario Carretero, professor de psicologia cognitiva.

Na Região Sudeste observamos uma diversidade de abordagens, com diferentes ênfases ao longo do período analisado. Em 2008, um artigo de São Paulo articula Bakhtin, Vigotski e, secundariamente, a consciência histórica discutida por Rüsen (SANTOS, 2008). Enquanto em 2011, uma pesquisadora de Minas Gerais propõe uma abordagem que articula Paul Ricoeur e Rüsen (ALMEIDA, 2011) na análise de livros didáticos, dialogando com os conceitos de narrativa, memória e ensino de História. A incorporação dos estudos de Rüsen no Sudeste foi tímida, marcada por tentativas esporádicas de apropriação da Didática da História alemã junto a estudos cuja centralidade não residia na cognição. Essas iniciativas não

se consolidaram na região ao longo do tempo, até nosso recorte final de 2020.

Em 2012, destacam-se, nas referências em diferentes estudos, autores como Bakhtin, Helenice Rocha, Circe Bittencourt, Ana Maria Monteiro e Yves Chevallard, com foco na análise discursiva de aulas e produções escritas dos estudantes (GOMES; GOULART, 2012; SANTOS; OLIVEIRA; SILVA, 2012). O diálogo com autores do campo da Educação no Sudeste mostrou-se mais intenso do que em outras regiões, com textos que mobilizaram contribuições do pesquisador da educação popular Miguel de Arroyo e da pedagogia crítico-social de José Libânio (NÚBIA TORTELLI, 2020). Abordagens que articulam Paul Ricoeur, Paulo Freire, Vera Candau, Miriam Leite, Edméa Santos, Demerval Saviani, Fernando Seffner, Vigotski, Virginia Cuesta, Flavia Caimi e Reinhart Koselleck demonstram a proximidade proposta entre História e os estudos provenientes da Educação no campo do ensino de História (ANDRADE; NASCIMENTO, 2020; BRINCO; CABRAL, 2020). A perspectiva pós-fundacional com Gert Biesta, Jorge Larrosa e Oliver Marchart é articulada a Paul Ricoeur, Flávia Caimi e Carmen Gabriel, especialmente na

análise das refigurações narrativas dos discentes da Educação Básica (MARTINS; BARBOSA; GABRIEL, 2020).

O diálogo entre História e as pesquisas em Educação consolidou-se como uma tradição no Sudeste, considerando ainda que a pesquisadora que propõe o ensino de História como um lugar de fronteira (MONTEIRO; PENNA, 2011), Ana Maria Monteiro, é oriunda desta região. Sua abordagem aproxima duas áreas que, por vezes, encontravam-se distantes, ou mesmo, conforme a pesquisadora, foram hierarquizadas nos cursos e pesquisas de História.

A região Nordeste apresentou um foco em teorias mais gerais da aprendizagem, mobilizando autores como Lev Vigotski, o comportamentalista (behaviorista) Frederic Skinner, o construtivista Jean Piaget, a educação progressiva defendida por John Dewey, o cognitivista David Ausubel, além de referências a Jan Comenius e sua pansofia, e ao pesquisador da cultura escolar e disciplinar André Chervel. Também se aproximou da perspectiva da Didática da História, porém, com pesquisadores mantendo o diálogo com a pedagogia e teorias da aprendizagem de outras áreas. Além da construção do debate com a abordagem da taxonomia da aprendizagem de Benjamin Bloom.

Na Bahia, em 2012, há a articulação entre a historiografia, com Fernand Braudel, Edward Thompson, Reinhart Koselleck e George Duby, a Didática da História, com Isabel Barca e Maria Schmidt e estudos sob o viés da discursividade e da linguagem, com Ernesta Zamboni e Sandra Oliveira, além da hermenêutica de Paul Ricoeur (FERREIRA; MARQUES, 2012). De Pernambuco, um pesquisador publicou uma resenha analítica das obras de Mario Carretero, aprofundando as discussões na perspectiva da Didática da História (ALPHEN; BARBOSA, 2012). O diálogo com Benjamin Bloom e Lori Anderson permitiu articular a taxonomia da aprendizagem, em suas análises quantitativas e qualitativas, aos estudos do currículo de Circe Bittencourt (OLIVEIRA; FREITAS, 2012).

Em 2013, na Bahia, o diálogo com os autores da Didática da História teve continuidade, em articulação com os estudos de Flávia Caimi (AGUIAR, 2013). No Sergipe, em 2020, um artigo direcionou o olhar para a pedagogia crítica, explorando as dimensões libertadoras e sociais a partir das obras de Paulo Freire e Dermeval Saviani (ANDRADE; NASCIMENTO, 2020).

No Centro-Oeste, foram construídos diálogos com a Educação Histórica e com o quadro teórico pós-fundacional. Em comum entre ambas as perspectivas, o foco em abordagens empíricas voltadas à análise de narrativas produzidas por jovens estudantes. No Mato Grosso, em 2015, destacamos a análise de narrativas históricas gráficas, com a produção de quadrinhos mobilizando referências da Didática da História, como os estudos de Rüsen, Schmidt e Borries (FRONZA, 2015). Já em 2018, há articulação de autores como Isabel Barca, Benoit Falaize, Borries, Marcos Napolitano e Marília Gago para analisar ideias históricas de alunos a partir do uso do cinema (SCORSATO *et al*., 2018; TRENTIN; FRASSON, 2018). Em 2019, uma pesquisa articula a cultura de presença de Hans Gumbrecht e a consciência histórica de Rüsen, ao explorar o uso de jogos eletrônicos na aprendizagem, mantendo diálogo também com Martin Heidegger (FREITAS, 2021). No Mato Grosso do Sul, em 2020, é mobilizado como referenciais Patrícia Azevedo, Ana Maria Monteiro, Virginia Cuesta, Fernando Pena, Sebastian Plá e Helenice Rocha, em diálogo com autores pós-fundacionais, como Biesta, Marchart e Carmem Gabriel, no desenvolvimento de uma pesquisa etnográfica crítica sobre os sentidos do escrever nas aulas de História (SANTOS, 2020).

Na região Norte, o único artigo selecionado é proveniente do estado de Roraima (GALVÃO; VALLE, 2020), tratando-se de um trabalho de pesquisa-ação e relato de experiência sobre a produção e utilização de jogos em sala de aula. O estudo dialoga com as pesquisas sobre ensino desenvolvidas por Marieta Ferreira para fundamentar as práticas e análises sobre aprendizagem. Suas discussões são voltadas para aprendizagem significativa e práticas ativas em sala de aula.

No âmbito da participação internacional, as colaborações ocorreram principalmente com pesquisadoras portuguesas e espanholas (SOUZA; GAGO, 2008; ALPHEN; BARBOSA, 2012; MOREIRA, 2020), em diálogo com a Didática da História.

Entre 2008 e 2020, há uma proeminência da Didática da História como arcabouço teórico mais recorrente. O autor Jörn Rüsen emerge como referência mais citada, em 27 dos 42 artigos. Além dele, aparecem frequentemente no campo da Didática da História autores como Peter Lee, Isabel Barca, Maria Auxiliadora Schmidt, Bodo von Borries e Rosalyn Ashby. Entre os teóricos comumente mobilizados na área da educação destacam-se Vigotski, Freire, Ausubel, Bruner, Piaget, José Carlos Libâneo e Miguel Arroyo, articulados com a

historiografia e epistemologias próprias da História. Já os artigos que operam com teorias da narrativa, do discurso e com maior centralidade na linguagem, citam com frequência Paul Ricoeur, Bakhtin, Helenice Rocha e Circe Bittencourt. No tratamento da aprendizagem do tempo, as referências constantes são Koselleck e Hartog. Ana Maria Monteiro e Yves Chevallard são dois autores mobilizados nos debates do conhecimento histórico escolar.

Nos anos mais recentes, há aproximações com a neurociência, especialmente por meio das contribuições de Antônio Damásio e Richard Atkinson. Além do crescimento da mobilização do quadro teórico pós-fundacional, referenciada em Gert Biesta, Jorge Larrosa, Oliver Marchart e Carmen Gabriel.

Considerações Finais

Nossas análises partiram da premissa de que o conceito de aprendizagem é mobilizado em diversos espaços, entre eles o acadêmico, o legislativo, o curricular e nas práticas em sala de aula. Recebendo múltiplas significações e sentidos, que estão em constante negociação e disputa, afetando consciências e a produção de conhecimento (BAKHTIN, 2006) seja na academia ou no conhecimento histórico escolar. Nesse sentido, tratamos a

linguagem não apenas como um indicador da realidade, mas como fator de constituição dela. Nessa perspectiva, nos aproximamos aos estudos de Koselleck, cuja prática teórico-metodológica investigou tanto as experiências elaboradas conceitualmente quanto a elaboração e movimentação de conceitos no tempo e no espaço, considerando que a pesquisa da História dos Conceitos não é "materialista nem idealista; investiga tanto as experiências e estados de coisas que são capturados conceitualmente, quanto o modo como essas experiências e esses estados de coisas são conceitualizados" (KOSELLECK, 2020, p. 116).

No presente texto, enquanto um recorte da tese de doutorado, discutimos o conceito de aprendizagem no campo do ensino de História com base, especialmente, nos artigos selecionados. Este trabalho está inserido em uma investigação mais ampla, que inclui um panorama dos eventos acadêmicos *ENPEH* e *Perspectivas* (BRINCO, 2025c) e da *Revista História Hoje* (BRINCO, 2024a), discussão sobre documentos curriculares como a Base Nacional Comum Curricular e o Caderno de Orientação Curricular de Macaé (BRINCO, 2024b). Também compõe nossa pesquisa a produção de estudantes da Educação Básica em sala de aula (BRINCO, 2024c, 2024d),

reunidos em materiais disponíveis em um *e-book* aberto para comentários e sugestões, divulgado no *site* da escola municipal em onde foi desenvolvido[3] (BRINCO, 2025b). Ademais, abordamos o contexto sócio-histórico, político e econômico em que a pesquisa se desenvolve, ressaltando os sentidos de aprendizagem como socialmente constituídos, negociados e refratados (BRINCO, 2023a, 2023b).

Koselleck (2020), ao investigar o conceito de Estado e palavras comumente associadas a ele, como *território*, *fronteira* e *cidadania*, analisa a formação de redes conceituais. Em nosso estudo, observamos que a aprendizagem se vincula a uma rede de noções e termos que se modificam ou permanecem ao longo do tempo, como *autonomia*, *competências*, *emancipação*, *habilidades*, *cidadania*, *educação*, *flexibilidade*, *adaptação* e *compreensão*. Essas palavras não são meramente somativas, mas contribuem preenchendo o conceito de aprendizagem com sentido, reunindo experiências e características teórico-metodológicas, movimentando-se por diferentes linhas teóricas e discursos sociais.

3 Disponível em: < https://colegioelzaibrahim.odoo.com/> Acesso em: 13 de setembro de 2025.

Nessa dinâmica, os conceitos contêm "coeficientes temporais de mudança", com uma estrutura temporal interna que remete *ao passado*, nas maneiras com que foram utilizados, *ao presente*, podendo ser constituídos como instrumentos de controle, e *ao futuro*, ao abrir e indicar limites das expectativas (KOSELLECK, 2006, p. 299, 300).

Por nos posicionarmos em favor das práticas de ciência aberta (BRINCO, 2025), todos os materiais utilizados nesta pesquisa estão disponíveis no *ciberespaço*, incluindo a tabela com os artigos e suas informações, assim como todos os textos dos anais em um repositório digital, indicados no decorrer deste texto.

Referências

ABUD, K. M. Combates pelo ensino de História. Em: NETO, J. M. A. (org.). *Dez anos de Pesquisas em ensino de História. Livro de anais do VI ENPEH*. Londrina, Paraná: AtritoArt, 2005. p. 50–55.

AGUIAR, E. P. Reflexões sobre a educação histórica e a aprendizagem histórica. Em: MESQUITA, I. M, *et. al.* (org.). *Anais do X Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História*. Aracaju, SE: Editora Diário Oficial, 2013. p. 1–11.

ALENCAR, F. Conhecer fazendo: Perspectivas do ensino de História. Em: NADAI, E. (org.). *Seminário "Perspectivas do ensino de História"*. São Paulo, SP: FEUSP, 1988. p. 130–139.

ALMEIDA, F. R. História e memória entre linhas: a memória como plano de aprendizagem histórica nos livros didáticos de história. Em: DIAS, M. DE F. S.; ZAMBONI, E. (Ed.). *IX Encontro Nacional de Pesquisadores do ensino de História. América Latina em Perspectiva: culturas, memórias e saberes. Livro de anais.* Belo Horizonte: Centro Pedagógico/UFMG, 2011, p. 1–12.

ALPHEN, F. van; BARBOSA, L. F. Entretecendo ensino e aprendizagem na construção do saber histórico escolar. (E. Zamboni, M. C. B. Galzerani, Eds.) Em: *Anais do VIII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e III Encontro Internacional de Ensino de História: Tema: Ensino de história: memórias, sensibilidades e produção de saberes*. São Paulo: FE/UNICAMP; CMU, 2012. p. 1-18

ANDRADE, L. A. O. M. de; NASCIMENTO, L. R. do. Aprendizagem e aprendizagem histórica nas pedagogias de Paulo Freire e Dermeval Saviani (1979-2018). Em: GASPAROTTO, A.; MEINERZ, C. B. (Ed.). *Anais do XI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História: Histórias, Memórias e Projetos para o ensino de História no Brasil*. Ponta Grossa, PR: ABEH, 2020. p. 1–9.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 2° ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARCA, I. Educação Histórica: uma nova área de investigação? Em: Neto, J. M. A (org.) *Dez anos de pesquisas em ensino de História. VI Encontro Nacional de Pesquisadores e Ensino de História*. Londrina, Paraná: AtritoArt, 2005. p. 15-25.

BARNEWITZ, M. N. Ensino, História e Biografia. Em: NADAI, E. (org.). *Seminário Perspectivas do ensino de história. Anais.* São Paulo, SP: FEUSP, 1988. p. 324–334.

BRINCO, N. (Pós)pandemia Covid-19, tecnologias digitais e educação: um olhar a partir do campo do ensino de história e da experiência na sala de aula da educação básica. Em: Lima, C.C.R (org.) *VII Encontro Estadual de Ensino*

de História: (re)formas educacionais e itinerários (re)formativos: tempo presente, futuros possíveis e ensino de história. Salvador, BA: UFBA, 2023a.

BRINCO, N. de S. Ensino de história na educação básica e a expansão do capital imperialismo no ciberespaço. *Revista TransVersos*, n. 27, p. 70–91, 10 maio de 2023b.

BRINCO, N. de S. Sentidos de aprendizagem em História: disputas, encontros e possibilidades. Em: Silva, A. P. B. R. *Anais do XI Seminário Interno do Programa de Pós-graduação em História Social: Experiências e saberes: história, Política, tecnologias e resistências*. São Gonçalo, RJ: UERJ/FFP, 2024a.

BRINCO, N. de S. Sentidos de aprendizagem em disputa na BNCC: análise do Caderno de Orientação Curricular de Macaé. Em: CABRAL, M. A. DA S.; DÁVILA, B. M. C. (org). *Seminário Interno do Programa de Pós-Graduação em História Social.* Rio de Janeiro: UERJ/FFP, 2024b. p. 575–587.

BRINCO, N. de S. Liberdades, Heróis e Narrativas. Em: Zamboni, R.; Galzerani, M.C.B. *Anais do XIII Encontro Perspectivas do Ensino de História [livro eletrônico]: territórios, saberes e afetos.* Ponta Grossa, PR: Associação Brasileira de Ensino de História, 2024c. p. 383–397.

BRINCO, N. de S. Múltiplos letramentos no ensino de história: entre o analógico e o digital nos processos de aprendizagem em História da Educação Básica. Em: AMOROSO, M. H. DE B.; REIS, T. DE S. (org.). *Anais do 21° Encontro de História da ANPUH-Rio: História, Democracia, Igualdade e Diversidade*. Rio de Janeiro: ANPUH-Rio, 2024d. p. 1–8.

BRINCO, N. de S. *Corpus documental dos Anais do ENPEH e do PERSPECTIVAS (1988-2020): Anais do Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e do Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História (1988-2020).* Zenodo, 2025a. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.15272228>. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRINCO, N. de S. *Liberdades, Heróis e Narrativas (e-book interativo com hipermídia)*. Rio das Ostras, RJ: Edição Própria, 2025b.

BRINCO, N. de S. Curadoria digital e ciência aberta: organização dos anais do ENPEH e Perspectivas (1988-2020). *Revista História Hoje*, v. 14, n. 31, 10 jul. 2025c. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/1325>. Acesso em: 27 jul. 2025.

BRINCO, N. S.; CABRAL, M. A. da S. Ensino de História, aprendizagem significativa e a atuação do professor: desafios do tempo presente. *Revista História Hoje*, v. 9, n. 18, p. 55–76, 23 dez. 2020.

FARACO, C. A. *Linguagem & Diálogo. Ideias Linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2009.

FERREIRA, C. A. L.; MARQUES, E. dos S. Espaço e tempo como dimensões do conhecimento e objeto de ensino-aprendizagem em História. *Revista História Hoje*, v. 1, n. 2, p. 227–246, 2012.

FREITAS, Rafael. A aprendizagem histórica em oxímoro: o jogo eletrônico e o câmbio entre a cultura de presença e a cultura de sentido. *In*: SANTOS, Amauri Junior da Silva (Org.). *Ensino de história entre fios e lavrados: relatos, resumos e esperanças de um evento: XII Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História.* Cárceres, MT: UNEMAT, 2021. v. 3 p. 261–262.

FRONZA, M. As Narrativas históricas gráficas como expressão da aprendizagem histórica de jovens estudantes do ensino médio – Perspectivas da Educação Histórica. *Revista História Hoje*, v. 4, n. 8, p. 81–103, 2015.

FURMANN, I.; SCHMIDT, M. A. A utilização de documentos históricos em sala de aula na educação para a defesa dos direitos humanos. Em: FERREIRA, A. M. et al. (org.). *V Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História Sujeitos, Saberes e Práticas*. Rio de Janeiro, RJ: UERJ, 2004. p. 1–12.

GALVÃO, S. M.; VALLE, H. S. Produção e utilização de jogos nas salas de aulas de história: uma possibilidade lúdica para aprendizagem significativa numa escola pública de educação básica. In: GASPAROTTO, A.; MEINERZ, C. B. (org.). *Anais do XI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História: Histórias, Memórias e Projetos para o ensino de História no Brasil*. Ponta Grossa, PR: ABEH, 2020. p. 1–10.

GOMES, D. A.; GOULART, J. de C. Processo de ensino e aprendizagem na compreensão e leituras de imagens. Em: ZAMBONI, E.; GALZERANI, M. C. B. (org.). *Anais do VIII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e XIII Encontro Internacional de Ensino de História*. Campinas, SP: FE/UNICAMP; CMU, 2012. p. 1–17.

GRENDEL, M. T. De como a didatização separa a aprendizagem histórica do seu objeto: estudo a partir da análise de cadernos escolares. Em: DIAS, M. DE F. S.; ZAMBONI, E. (org.). *IX Encontro Nacional de Pesquisadores do ensino de História. América Latina em Perspectiva: culturas, memórias e saberes. Livro de anais.* Florianópolis, SC: UFSC/CCD, 2011. p. 1–17.

KOSELLECK, R. *Futuro Passado*. Rio de Janeiro: PUC Rio/Contratempo, 2006.

KOSELLECK, R. *Histórias de conceitos; Estudos sobre a semântica e a pragmática da linguagem política e social*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

LAGE, L.; MAY, S. A arte como procedimento no ensino de História. Em: NIKITIUK, S. M. L. *et al*. (org.). *Anais do II Encontro de Professores Pesquisadores na e a do Ensino de História: o ensino de história com objeto de pesquisa*. Niterói. RJ: EDUFF, 1995. p. 253–260.

MARTINS, M. L. B.; BARBOSA, A. R. de F.; GABRIEL, C. T. Refigurações narrativas discentes nas aulas de História: reflexões sobre aprendizagens dessa disciplina escolar. *Revista História Hoje*, v. 9, n. 18, p. 145–169, 23 dez. 2020.

MIRANDA, S. R. et al. Mediadores culturais da aprendizagem temporal: práticas de memória e compreensões do passado pela criança. Em: SIMAN, L. M. DE C.; RICCI, C. R. F. M. S. (org.). *ENPEH: novos problemas e novas abordagens. Livros de anais do VII Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História*. Belo Horizonte, MG: FAE/UFMG, 2006. p. 1–8.

MONTEIRO, A. M. F. C.; PENNA, F. A. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. *Educação & Realidade*, v. 36, n. 1, 2011.

MOREIRA, A. I. Para uma aprendizagem histórica: dos mitos aos desafios. *Revista História Hoje*, v. 9, n. 18, p. 101–124, 23 dez. 2020.

NASCIMENTO, É. D. D.; HAHN, F. A. A metodologia Web Quest no ensino de História: uma experiência com estudantes da educação básica. *Revista História Hoje*, v. 9, n. 18, p. 233–257, 23 dez. 2020.

NÚBIA TORTELLI, N. A participação dos estudantes na construção do processo de ensino e aprendizagem nas aulas de história: um relato de experiência pedagógica na e. E. Prof.ª Alice Paes de Uberlândia/MG. Em: GASPAROTTO, A.; MEINERZ, C. B. (org.). *Anais do XI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História: Histórias, Memórias e Projetos para o ensino de História no Brasil*. Ponta Grossa, PR: ABEH, 2020. p. 1–10.

OLIVEIRA, M.; FREITAS, I. Currículos de História e expectativas de aprendizagem para os anos finais do ensino fundamental no Brasil (2007-2012). *Revista História Hoje*, v. 1, n. 1, p. 269–304, 2012.

OLIVEIRA, S. R. F.; SIMAN, L. M. de C.; ZAMBONI, E. Entre o ensinar, o aprender e o compreender a História: a construção do conhecimento histórico em alunos da 3ª série do ensino fundamental. Em: SIMAN, L. M. DE C.; RICCI, C. R. F. M. S. (org.). *ENPEH: novos problemas e novas abordagens. Livros de anais do VII Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História*. Belo Horizonte, MG: FAE/UFMG, 2006. p. 1–14.

PELLANDA, N. Decifra-me ou te devoro: a emergência do pensamento crítico. Em: NADAI, E. (Ed.). *Perspectivas do ensino de História*. São Paulo, SP: FEUSP, 1988. p. 386–391.

SANTOS, C. M.; OLIVEIRA, J. V.; SILVA, L. S. As dimensões sociais no ensino e aprendizagem de história. Em: ZAMBONI, E.; GALZERANI, M. C. B. (org.). *Anais do VIII Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e XIII Encontro Internacional de Ensino de História*. Campinas, SP: FE/UNICAMP; CMU, 2012. p. 1–15.

SANTOS, M. A. L. dos. A expressão linguística dos saberes: aspectos da relação entre a aprendizagem da língua escrita e o desenvolvimento da consciência histórica. Em: ABUD, K. M. *et al*. (org.). *Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História (ENPEH). A pesquisa no*

ensino de História: Metodologia e Perspectivas. São Paulo, SP: FEUSP, 2008. p. 1–13.

SANTOS, Maria Aparecida Lima dos Santos. Sentidos do escrever nas aulas de História: a aprendizagem inserida em redes de significação. *In*: GASPAROTTO, Alessandra; MEINERZ, Carla Beatriz (Orgs.). *Anais do XI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História: Histórias, Memórias e Projetos para o ensino de História no Brasil*. Ponta Grossa, PR: ABEH, 2020. p. 1–10.

SANTOS, M. A. L. Sentidos de aprendizagem da História: epistemologia e produção de conhecimento em um campo de pesquisas. Em: GABRIEL, C. T.; MARTINS, M. L. B.; ANDRADE, J. A. (Ed.). *Aprendizagem e Avaliação em História na Escola: Questões epistemológicas*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X: FAPERJ, 2023. p. 109–127.

SARTORI, A.; MACHADO, M. B. P. A produção de textos na disciplina História. Em: AZAMBUJA, B. M.; TRAMONTINI, M. J. (org.) *Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História*. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 1999. p. 638–646.

SCHMIDT, M. A. Itinerários de pesquisa em ensino de História. Em: NETO, J. M. A. (org.). *VI Encontro Nacional de Pesquisadores de Ensino de História: Dez anos de pesquisas em Ensino de História*. Londrina, Paraná: AtritoArt, 2005. p. 113–121.

SCORSATO, Sergio Antônio *et al.* Ideias históricas de jovens estudantes do ensino médio acerca da primeira guerra mundial: cinema e aprendizagem histórica da burdening history. *In*: GASPAROTTO, Alessandra; MEINERZ, Carla Beatriz (Orgs.). *Anais do X Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e XXIII Jornada de Ensino de História e Educação: "da pequena para a grande roda": encontro de saberes e poderes no ensino de história*. Porto Alegre, RS: Faced UFRGS, 2018. p. 1215–1222.

SCORSATO, S. A.; SCHMIDT, M. A. A emoção e Ensino Aprendizagem de História: analisando as ilustrações sobre escravização e violação dos direitos humanos no Brasil existentes em duas coleções de livros didáticos de História do Ensino Médio. Em: SANTOS, A. J. DA S. (org.). *Ensino de história entre fios e lavrados: relatos, resumos e esperanças de um evento: XII Encontro*

Nacional de Pesquisadores do Ensino de História. Cárceres, MT: UNEMAT, 2021. p. 278–281.

SILVA, C. B. Os labirintos da construção do conhecimento histórico. Em: BITTERNCOURT, C. M. F. (org.). *II Encontro "Perspectivas do ensino de História". Livro de anais.* São Paulo, SP: FEUSP, 1996. p. 605–616.

SOARES, M. C.; MAY, S. Cinema como recurso auxiliar do ensino. Em: NIKITIUK, S. M. L. et al. (Ed.). *Anais do II Encontro de Professores Pesquisadores do Ensino de História: o ensino de história com objeto de pesquisa*. Niterói. RJ: EDUFF, 1995. p. 203–214.

SOUZA, D. A.; GAGO, M. Concepções de professores e os sentidos de aprendizagem dos alunos: que articulação? Em: ABUD, K. M. et al. (Ed.). *Anais do VIII Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História (ENPEH). A pesquisa no ensino de História: Metodologia e Perspectivas.* São Paulo, SP: FEUSP, 2008. p. 1–12.

SOUZA, É. C. de. Da aprendizagem conceitual à orientação temporal: pressupostos e indagações das/às investigações em educação histórica. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 16, p. 50–69, 20 dez. 2019.

TRENTIN, Pedro Ernesto Stela; FRASSON, Rodrigo. Ideias históricas de jovens do Ensino Médio acerca da Primeira Guerra Mundial: cinema e aprendizagem histórica da "burdening history". In: GASPAROTTO, Alessandra; MEINERZ, Carla Beatriz (Orgs.). *Anais do X Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História e XXIII Jornada de Ensino de História e Educação: "da pequena para a grande roda": encontro de saberes e poderes no ensino de história*. Porto Alegre, RS: Faced UFRGS, 2018. p. 1323–1329.

VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente*. 4. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1991.

VIGOTSKI, L. S. *Pensamento e Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

As dimensões educativas da Reforma Agrária em Portugal. um projeto de emancipação humana e autonomia

Pedro Freitas de Almeida
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

Este artigo é decorrente da tese de Doutorado em andamento intitulada: *Revolução dos Cravos e a Reforma Agrária: Portugal, território de produção de saberes.* E nele, buscaremos compreender como a Reforma Agrária foi motivada por fatores históricos acumulados. Neste sentido, a ação direta dos trabalhadores, juntamente à conjuntura de abertura revolucionária do PREC, obrigou o Estado a desenvolver uma legislação que possibilitasse legalizar as ocupações de terras e a formação de cooperativas. Isso porque a Revolução dos Cravos para nós não foi apenas o fim de uma ditadura fascista que durou 48 anos, ela representou e implicou em algumas outras transformações radicais no país. Talvez a mais notável destas, tenha sido a Reforma Agrária, representando, um momento de empoderamento para os trabalhadores agrícolas.

As primeiras ocupações de terras surgiram de iniciativas locais, muitas vezes organizadas por sindicatos rurais, comissões

de trabalhadores agrícolas e militantes do PCP e do MFA. Os pequenos agricultores e proletários agrícolas(*jornaleiros*), ocuparam as terras com o objetivo de distribuí-las aos pequenos produtores, pôr fim ao latifúndio, nacionalizar as grandes propriedades, criar cooperativas agrícolas, implementar políticas de apoio à agricultura familiar, diminuir as importações de produtos alimentícios e estabelecer preços mínimos para produtos agrícolas. Tais ocupações tinham como base reivindicações históricas de acesso à terra, melhoria das condições de vida, e combate ao fascismo.

Muito embora os primeiros documentos lançados pelo MFA e o novo governo não citassem a necessidade de uma Reforma Agrária, a mobilização no campo fez com que a democratização do acesso à terra fosse uma das principais bandeiras e transformações produzidas pela Revolução dos Cravos. Depois do 25 de Abril os trabalhadores rurais começaram a se organizar, antes mesmos dos decretos que legalizaram a Reforma Agrária, por meio de comissões de trabalhadores agrícolas e sindicatos rurais, sob apoio dos partidos mais radicais e do MFA.

> A Reforma Agrária, ocorrida nas zonas rurais do Ribatejo e Alentejo, eclodiu ainda nos finais de

> 1974 em alguns concelhos do Baixo Alentejo (Costa, 2014, p. 213) e desenvolveu-se sobretudo nos dois anos seguintes. Atingiu o apogeu nos finais da década de 1970, com a criação e pleno funcionamento de mais de meio milhar de empresas coletivas de produção agrícola e pecuária. Porém, ainda nestes anos, devido à forte ofensiva de que foi alvo, entrou numa fase de decadência. Algumas das Unidades Coletivas de Produção (UCP's) e Cooperativas Agrícolas (CA's) desapareceram ao longo da década de 1980. Muitas outras, apesar das dificuldades crescentes, foram sobrevivendo ao longo dos anos de 1990. E algumas, menos afetadas ou melhor administradas, lograram ultrapassar a entrada no século XXI.[1]

A partir de 1975, portanto (com o crescimento da influência das forças de esquerda no interior do governo e dos conselhos revolucionários), a Reforma Agrária passou a ser tratada como prioridade da revolução. Portugal era o país, economicamente, mais atrasado da Europa, e a isso responsabilizava-se a estrutura agrária arcaica, baseada em grandes propriedades de terra e no latifundismo. A revolução dos Cravos tinha por objetivo acabar com o latifúndio e redistribuir as propriedades, a fim de modernizar o campo português. A consolidação da Reforma Agrária em Portugal exigia do Estado revolucionário a criação de uma base legal que reconhecesse e

[1] FONCECA, Teresa. O Centro de Documentação e Arquivo da Reforma Agrária. Um precioso património documental a preservar e divulgar. 2024

ampliasse as ocupações de terra e o poder popular em ascensão. Em vários casos, primeiro ocorria a ocupação, e em segundo o Instituto da Reforma Agrária(IRA) e as autoridades militares locais eram informados e solicitados a legalizar e apoiar o processo de formação de UCPs.

> Isto aconteceu no nosso país, acontece e tem acontecido em todos os países. Não há nenhum país onde a grande propriedade agrária latifundiária predominou que fosse desenvolvido. Era atrasada a Rússia dos tsares, eram atrasados os países balcânicos, antes da revolução sociálista. Era atrasada a Polónia, são atrasados os países do Próximo Oriente onde predomina a grande propriedade agrária de raiz feudal, é atrasado o Sul da Itália, a Espanha, Portugal, o Brasil, todos os países onde predomina a grande propriedade agrária latifundiária.
>
> A grande propriedade agrária latifundiária significa implicitamente a exploração intensa das massas camponesas, significa a existência do absentismo com as suas contradições profundas. E, logicamente e inevitavelmente, uma situação destas não permite desenvolvimento de um país.[2]

Estava claro para as principais forças políticas que defendiam a revolução que sem uma Reforma Agrária radical

[2]GERVÁSIO, António. MIGUEL, *Francisco Pela Reforma Agrária:* A Terra a quem a Trabalha.15 e 18 de julho de 1975

não haveria progresso e desenvolvimento em Portugal. O país continuaria sendo o país mais atrasado da Europa. Foi nesse contexto que se elaboraram os primeiros decretos-lei sobre expropriações, estabelecendo critérios para a ocupação legal de terras. O mais significativo foi o Decreto-Lei nº 406-A/75, que conferiu legalidade a várias ocupações realizadas até então. A distribuição da terra entre os pequenos agrários representava pôr fim ao latifúndio, ao fascismo e aos resquícios de feudalismo, e iniciar os ideais de um Portugal democrático e mais justo.

> Não é possível a construção de um regime democrático em Portugal sem alterar radicalmente a política agrária, sem eliminar o domínio da agricultura pelos grandes agrários, sem entregar grande parte da terra cultivável (hoje nas mãos de um pequeno grupo parasitário) a quem a trabalha.[3]

Além do DL 406-A/75, outros decretos também regulamentaram o processo: Decreto-Lei nº 409/75, de 1º de agosto: Estabeleceu as competências do Instituto da Reforma Agrária (IRA) que foi encarregado de administrar terras expropriadas, acompanhar tecnicamente as UCPs; delimitar as zonas de intervenção da Reforma Agrária e intermediar conflitos

[3] _____*Realizar a Reforma Agrária Entregando a Terra a Quem a Trabalha. Programa do PCP* Edições avante. 1974 In: O PCP e a Luta pela Reforma Agrária. Cadernos do PCP 7. Edições avante.

fundiários. O instituto, enfrentou uma série de dificuldades práticas: escassez de técnicos, sobreposição de competências com outras entidades, disputas internas, e a pressão por parte dos trabalhadores. O processo de legalização das UCPs podia levar meses, gerando insegurança e disputas com antigos proprietários que contestavam judicialmente a expropriação.

No Sul de Portugal havia grandes propriedades de terra, em sua maioria improdutivas, que serviam como fazendas de caça ou veraneio, às elites portuguesas que lucravam com a especulação. Muito poucos trabalhavam nesses latifúndios, eram trabalhadores quinzenais, sem maior vínculo empregatício. Nessas regiões, o desemprego era o mais alto do país. Já no Norte de Portugal, havia pequenas e médias propriedades. O objetivo então era fomentar a produção e dar terra para quem não tinha terra alguma, e esses incentivos davam-se também a partir da formação de UCPs.

> Portugal está dividido em duas grandes zonas: ao sul, temos o grande latifúndio com muitas centenas e milhares de hectares de terra de um só senhor ou de uma só família. Ao norte temos a pequena e muito pequena propriedade.
>
> No que se refere à concentração da terra, o que caracteriza Portugal não é a pequena propriedade, mas sim o grande latifúndio. Por exemplo: 3% do total das explorações agrícolas,

> ou seja, 2600, têm mais terra do que 780 000 explorações, mais terra do que 97% do total dessas explorações agrícolas!
>
> (...) Na opinião do PCP não haverá em Portugal uma só reforma agrária, mas, digamos, duas reformas agrárias. Na zona da grande propriedade a reforma agrária passa pela expropriação dos latifundiários e das grandes explorações agrícolas capitalistas. Os limites da expropriação são determinados por lei, de acordo com a natureza dos terrenos, dos tipos de cultura e outros.
>
> (...)Na zona da pequena e média propriedade a reforma não passa pela expropriação do pequeno e médio campesinato. Aí a reforma agrária não consiste em tirar a terra, mas, ao contrário, dar-se terra a quem tem pouca ou não tem nenhuma e dar ájuda finánceira e técnica. A reforma agrária não tira a terra aos pequenos e aos médios camponeses, como a reacção propaga aos quatro ventos. O PCP defende que a reforma agrária se faça com a participação activa dos assalariados agrícolas e dos pequenos e médios camponeses e de acordo com a sua vontade. Defendemos o respeito da propriedade dos pequenos e médios camponeses.[4]

Durante o fascismo, os pequenos proprietários eram oprimidos em detrimento de beneficiar os grandes proprietários, que mandavam no país. Os grandes proprietários eram também grandes industriais e donos do capital especulativo, donos de bancos de crédito e diversificavam seus negócios como elite e

[4] Idem

parte do governo fascista. As leis serviam aos grandes proprietários que taxavam os pequenos, explorados pelos impostos e por toda a infraestrutura fascista.

O Decreto-Lei nº 407/75, de 30 de julho: Regulamentou a organização e funcionamento das UCPs. As terras ocupadas passaram a ser exploradas por Unidades Coletivas de Produção, organizadas segundo princípios de autogestão, divisão de lucros e trabalho coletivo. Cada UCP era organizada e fundada em uma assembleia de trabalhadores, que definia regras internas, planejamento agrícola e distribuição do trabalho. Muitas recebiam assistência técnica do IRA. Em algumas regiões, as UCPs chegaram a organizar redes de cooperação, trocando máquinas, sementes e excedentes. Havia também iniciativas de criação de escolas, postos de saúde e bibliotecas nos antigos casarões das herdades ocupadas.

As UCPs ultrapassaram 550 por todo país ao longo do Processo Revolucionário em Curso. A realização da Reforma Agrária prometia não só prosperidade, mas também dignidade para os trabalhadores do campo. Era uma medida que fazia parte da transição da etapa da revolução democrática para a revolução socialista. Acabar com a agricultura atrasada, enquanto se mudava o modo de produção, não era um desafio simples. As

terras, além de representarem um novo modo de produção, deveriam ser modernizadas a partir de investimentos estatais.

> A realização da Reforma Agrária e de outras medidas que beneficiarão directamente os proletários rurais e a grande maioria dos camponeses permitirá elevar o seu nível de vida, salvar da miséria e da ruína os pequenos agricultores e transformar a atrasada agricultura portuguesa numa agricultura progressiva e florescente, base indispensável de uma vida desafogada para todos os portugueses e de uma economia nacional próspera e independente. Permitirá também eliminar o poder dos latifundiários e grandes capitalistas da agricultura, que constituem uma base social da reacção e do fascismo.[5]

Apesar de Portugal ser agrário, na maior parte de seu território, ainda era um importador de produtos alimentícios e de matéria prima, sobretudo das colônias. Foi, então, objetivo da Reforma Agrária, uma agricultura de subsistência capaz de nutrir a demanda alimentícia da população portuguesa.

Nas terras do Sul, de grandes propriedades, faltavam empregos às mulheres e apenas o chefe de família era contratado. Já nas terras do Norte, mulheres e filhos trabalhavam. Por isso um tema chave da Reforma Agrária era a agricultura familiar, visando acabar com a exploração das

5 Idem

famílias. As mulheres também passaram a ter participação política na sociedade, com as assembleias dos trabalhadores, eram aprovadas, por vezes, equiparação salarial e, diversas delas, aparecem como dirigentes do processo.

Nas terras ocupadas se formaram UCPs (Unidades Coletivas de Produção). Estas, lideradas muitas vezes por sindicatos agrícolas e associações camponesas, queriam gerir coletivamente a produção, segundo o modelo das comunas socialistas. Por tanto, se havia uma palavra de ordem que definia a ocupação das grandes propriedades rurais essa palavra era "terra a quem nela trabalha". Nossa pesquisa se propõe a mostrar que estes milhares de trabalhadores camponeses não se apossaram apenas da terra, mas de sua autonomia histórica, e que o processo de Reforma Agrária tornou-se essencial para a formação de jovens e adultos trabalhadores.

O trabalho associado na forma de cooperativas agrícolas foi, portanto, considerado a "forma fundamental da organização socialista na agricultura". Os trabalhadores viram-se convidados a participar de assembleias e conferências para unificar a luta e ratificar o Processo Revolucionário em Curso. Em meio a este momento político, os agricultores desenvolviam saberes. A Conferência da Reforma Agrária, organizada pelo PCP,

organizou delegações de trabalhadores, a fim de exigir do governo o avanço da Reforma Agrária e o saneamento dos organismos e da estrutura fascista.

O momento histórico potencializou a participação política dos agricultores nas decisões políticas do país, com isso os trabalhadores perceberam que a vida não era só a enxada e a terrinha, e assumiram papel ativo no processo. Associativamente, mobilizaram seus saberes e aprenderam coletivamente.

> Os trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção/Cooperativas Agrícolas e técnicos progressistas reunidos em plenário na Conferência da Reforma Agrária saúdam calorosamente os pequenos e médios agricultores (proprietários, rendeiros e seareiros) vítimas como eles o foram da desenfreada exploração e opressão dos agrários, dos grandes intermediários e dos senhorios ricos e expressam sua firme determinação de fortalecer cada vez mais a aliança dos trabalhadores rurais e pequenos e médios agricultores para que, lado a lado, se conquiste definitivamente uma vida melhor para todos os que trabalham a terra. Em particular, saúdam e manifestam a sua solidariedade aos rendeiros que hoje lutam pela aplicação da lei do Arrendamento Rural e exigem do Governo e outros órgãos de poder que façam cumprir a lei. VIVA A REFORMA AGRARIA

> VIVA A ALIANÇA DOS TRABALHADORES RURAIS E PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES. Évora, 3l de outubro de 1976[6].

Nessa atmosfera revolucionária, mobilizam-se novos saberes constantemente, diferente dos trabalhos repetitivos de quem tem um patrão. A educação de trabalhadores se desenvolve também na prática laborativa, entendemos o ambiente de trabalho como lócus de formação humana. A todo tempo os trabalhadores têm de tomar decisões coletivas dos rumos econômicos e sociais da ocupação da terra. É a necessidade empírica que forja a nova experiência desses trabalhadores.

A democracia também aparece, portanto, como ferramenta educativa dos trabalhadores. O direito ao voto e a obrigatoriedade de assembleias, para definir o rumo das UCPs era algo ao qual os agricultores não estavam acostumados. Nas assembleias surgiu também a necessidade de se registrar tudo em atas e documentos que justificassem a formação dessas cooperativas. Equipes de trabalho também foram montadas para este fim.

> Não pensemos que as cooperativas se resolvem por um decreto. O processo da formação das cooperativas e do seu desenvolvimento é um

[6] Idem.

> processo longo e difícil. Para que uma cooperativa possa viver, necessita em primeiro lugar de ser constituída na base da decisão inteiramente voluntária daqueles que a constituam. Não pode haver qualquer pressão, não pode haver qualquer obrigação para pertencer a uma cooperativa. Tem de ser a vontade, o desejo livremente expresso dos pequenos e médios agricultores que constituem a cooperativa. Esse princípio de voluntariedade das decisões (de que seja respeitada a vontade de todos, de que haja o direito de sair da cooperativa, como houve a liberdade de entrar nela) deve ser plenamente respeitado para que uma cooperativa possa ser eficiente e possa resolver os problemas dos pequenos e médios agricultores.[7]

A formação de UCPs, derivava de diversos fatores, dentre eles a formação (política e tecnocientífica) dos trabalhadores cooperados. A democracia interna aparece como um dos vetores determinantes para a fundação de uma cooperativa. O trabalho duro e disciplinado era outro elemento fundamental para o sucesso de uma cooperativa. A cooperativa dependia também de uma conjuntura favorável e de apoio governamental para fomentar a educação de jovens e adultos trabalhadores.

7 CUNHAL, Álvaro. *II Conferência de Camponeses do Norte*, Sessão de Encerramento Porto, 16-2-75 In: O PCP e a Luta pela Reforma Agrária. Cadernos do PCP 7. Edições avante.

A formação de uma cooperativa colocava em ascensão os rumos da revolução portuguesa. Para que a UCP desse certo, precisava-se que a revolução socialista ganhasse força, do contrário a cooperativa se veria isolada, sem os recursos necessários para sua existência. Cada cooperativa que avançava era um pedacinho do socialismo que era vitorioso.

> Mas mais ainda, formar uma cooperativa não chega. Numa sociedade capitalista, porque vivemos ainda nela, uma cooperativa para poder sobreviver, para ser eficiente, necessita de créditos, necessita de máquinas, necessita de adubos, necessita de pesticidas, necessita duma tecnologia, necessita de aumentar produções unitárias, necessita de mercados, necessita de uma reorganização da própria produção agrícola. Se não fizer isso não poderá resolver as dificuldades que hoje, separados uns dos outros, defrontam os pequenos e médios agricultores.[8]

Nesse sentido, a formação e educação de trabalhadores era fundamental para o triunfo da revolução. Graças ao 25 de Abril, os trabalhadores tornaram-se agentes protagonistas da história do país. O MFA deu início a revolução portuguesa, mas a revolução depende do apoio popular. Sem o povo uma revolução não pode representar a democracia nem o socialismo. O putsch militar foi só o estopim para a participação popular,

[8] Idem

trazendo consigo a voz do povo por tantos anos silenciado pelo fascismo.

> Elas mostram que os trabalhadores agrícolas tomaram o seu destino nas próprias mãos, que estão firmemente decididos a defender os seus interesses vitais, e pôr fim ao desemprego, à fome e à miséria, a transformar a actual agricultura, que os grandes agrários condenaram ao atraso e ao abandono, numa agricultura desenvolvida, que assegure aos trabalhadores agrícolas a vida a que têm direito e assegure ao País os géneros de que o País necessita.[9]

O registro cinematográfico também ocorreu pela criação das cooperativas cinematográficas, oriundas da gama de intelectuais que se interessavam pelos acontecimentos revolucionários em Portugal. Destacamos os filmes Torre Bela, Lei de Terras e, mesmo, as coberturas jornalísticas da RTP. Os trabalhadores reuniam-se para verem-se nas telas, ressignificando, assim, a sua atuação histórica e política.

Os panfletos e jornais classistas eram mais uma motivação para que esses trabalhadores se pusessem a ler e escrever. Tinham eles material documental que tratava dos problemas cotidianos e que registravam suas ações e demandas.

9 CUNHAL, Álvaro. *I Conferência de Trabalhadores Agrícolas do Sul,* Sessão de Encerramento (Évora, 9 de fevereiro de 1975) In: O PCP e a Luta pela Reforma Agrária. Cadernos do PCP 7. Edições avante.

Os trabalhadores foram, enfim, ouvidos e foi, então, dado a eles sua devida importância.

Percebemos que os processos de ocupação de terra e os rumos da revolução geraram uma nova práxis para esses trabalhadores. A todo tempo se viam convidados a experimentar uma nova prática e a relacioná-la, teoricamente, para acumular as conquistas revolucionárias. Para esse contingente de agricultores, com grande número de analfabetos, temos de concordar que muito se modificou e que muitos saberes foram constantemente mobilizados.

> O Partido Comunista não pretende ensinar os camponeses. Pretende por um lado transmitir-lhes a sua experiência e, por outro lado, aprender com eles e, se tomou a iniciativa deste encontro, não é porque tenhamos na mão soluções para vos apresentarmos mas porque queremos saber, das vossas bocas, quais são os problemas dos campos e quais são no vosso entender também as soluções para esses problemas.
>
> (...)
>
> Pois bem, o que nós dizemos aos pequenos e aos médios agricultores é o seguinte: dizei vós o que é necessário fazer para defender os vossos interesses, o que é necessário fazer para resolver os vossos problemas. Tomai a solução dos vossos problemas nas vossas próprias mãos. Podeis vós próprios decidir do vosso futuro.
>
> (...)

> Por isso não é neste momento a mim que me compete falar mas a vós próprios que ireis falar nas Comissões ou nas Sessões de trabalho em que participais.[10]

"Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário" (Lenin, O que fazer?). Outro legado educativo da revolução foi a adesão de trabalhadores a movimentos e partidos políticos. Vemos com bons olhos a participação política de trabalhadores e a vinculação desses a partidos políticos. Não há dúvidas de que a filiação a organizações e partidos políticos, mais centralizados ou menos centralizados, contribui para a formação teórica e prática de trabalhadores.

> 7. O proletariado agrícola do Sul está dando provas de elevado amadurecimento político. Apesar das suas condições de vida não serem nada boas, não o vemos a fazer reivindicações empoladas, irrealistas, a fazer greves ou manifestações de rua hostis ao processo revolucionário em curso. Não! Vemo-lo voltado para a batalha da produção, para a construção de um Portugal democrático e socialista, trabalhando semanas e semanas sem os agrários pagarem um tostão, ou passando meses no desemprego, ou trabalhando nas herdades controladas sem salários ou com subsídios baixos. Se não fosse a luta firme dos assalariados agrícolas, o povo português teria este ano menos

[10] CUNHAL, Álvaro. *I Conferência De Camponeses Do Norte, Sessão de Abertura* (Porto, 29-12-74) In: O PCP e a Luta pela Reforma Agrária. Cadernos do PCP 7. Edições avante.

> trigo, menos cevada, menos milho, as terras estariam mais incultas, a reforma agrária estaria mais atrasada, à sabotagem económica dos agrários seria bem maior.[11]

A revolução mudou os índices quantitativos e qualitativos da luta política. Com ela, mais trabalhadores passaram a interagir politicamente. O que estava em questão eram os rumos de uma revolução socialista. Enquanto politizaram-se, esses trabalhadores tiveram de assimilar conhecimentos técnico-científicos como Matemática, Língua Portuguesa, Geografia e História. Nunca antes na história eles haviam sido convidados a interagir tanto com esses saberes como neste momento do PREC.

A Cooperativa Torre Bela, um estudo de caso.

Uma das cooperativas de maior importância foi a Cooperativa Agrícola Torre Bela. Considerada uma ocupação selvagem, ela teve início na terça-feira, 23 de abril de 1975. Alguns cineastas acompanharam esta ocupação desde o primeiro dia e produziram um documentário que leva o nome da cooperativa

[11] GERVÁSIO, António. MIGUEL, Francisco Pela Reforma *Agrária: A Terra a quem a Trabalha*.15 e 18 de Julho de 1975.

. Localizada na Freguesia de Manique do Intendente, conselho de Azambuja, ao Sul de Portugal, Torre Bela servia como reserva de caça da família real de Bragança. A fazenda tinha apenas dez trabalhadores regulares até a formação da ocupação. Além do documentário, foi produzido um manifesto da cooperativa pelos trabalhadores ocupados. O manifesto da cooperativa traz na primeira página os dizeres:

> Nós os trabalhadores da torre bela estamos em luta contra o feudalismo, o capitalismo, a burguesia latifundiária e os nossos próprios defeitos.
>
> Que as terras por nós recuperadas nos dêem os meios da nossa própria recuperação humana e social.
>
> Que o trabalho, o comer, o discutir, o aprender e o gerir constituam um só tempo.
>
> O tempo de viver.
>
> Sem privilégios, individuais ou de grupo, braços abertos à fraternidade entre todos os explorados do mundo.[12]

Como camponeses sem técnicas agrícolas, sem maquinário, com pouca escolaridade e sem nenhuma organização política que desse o rumo da ocupação,

[12] _____Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela: Torre Bela duma Tapada Real... a uma Cooperativa Agrícola Popular ou o fim do Feudalismo em Portugal. Abril de 1975.

conseguiram um triunfo tão grande como o lançamento de um manifesto político? *Torre Bela* é uma grande reflexão sobre os saberes do trabalho associado embutidos em uma ocupação de terra. Os índices de analfabetismo na ocupação eram de 40%. Mesmo com todas as dificuldades, os trabalhadores organizaram uma Cooperativa que tinha como objetivo acabar com a alienação do trabalho e produzir a vida associativamente. Os trabalhadores foram, gradativamente, dando conta das demandas organizacionais dos espaços, objetos e ferramentas coletivas.

> Prefácio
>
> Empurrados pela comissão de trabalhadores a interpretar um anseio de todos os cooperadores que desejavam celebrar o 1° aniversario com uma informação feita por gente nossa; ideia aplaudida em Assembleia Geral, alguns foram encarregados de elaborar uma brochura simples que respondesse um pouco às mil perguntas que andam no ar e informasse um pouco os incrédulos empenhados em menosprezar o nosso trabalho. Apoiados pelo grupo sócio-cultural trocamos por uns dias as enxadas pelas esferográficas e as forquilhas, serrotes e tratores pelas maquinas de escrever, fizemos de noite horas de trabalho e decidimos lançar para público uma primeira experiência que há-de continuar com uma participação mais activa e directa 'de cada um dos cooperadores para mostrar que a par do tamanho e cultivo das terras, também cultivamos outras culturas que tanto como o trabalho nos enobrecem como

> HOMENS. De certo modo, os nomes todos da lista dos cooperados somos já autores desta brochura e das que tentaremos lançar no futuro.[13]

O documento produzido pela cooperativa tinha por objetivo acabar com o "Feudalismo em Portugal". A palavra de ordem remete ao latifúndio e aos resquícios de feudalismo que persistiam nas terras ao Sul do país. Enfatiza o manifesto a necessidade do trabalho coletivo e do avanço da cooperativa para pôr fim ao individualismo e à exploração do trabalho humano.

> Será que vamos aprender as lições da história, para não cairmos de novo em individualismos-egoístas? Só trabalhando coletivamente a terra e aprendendo a planificar as diversas possibilidades de bem a explorar e administrar com a participação activa e responsável de todos, é que deixará de haver uns a mandar e outros a trabalhar, uns a serem explorados e outros a terem os lucros. É nisto que estamos empenhados há um ano e dum modo cada vez mais conscientes queremos, com a nossa cota parte, contribuir para o novo capítulo da história do nosso povo.[14]

O manifesto *Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela: Torre Bela duma Tapada Real... a uma Cooperativa Agrícola Popular ou o fim do Feudalismo em Portugal*, continua

[13] Idem
[14] Idem

a contar toda a história da cooperativa e, em seguida, oferece depoimentos de cooperados de como suas vidas transformaram-se ante a decisão de ocupar a fazenda do Duque de Lafões.

> Celestina Tomas da Bernada - 35 anos - natural de Pontével - cooperadora - Estou muito melhor na cooperativa. Tive muitas dificuldades na vida. Queria trabalhar e não tinha aonde. Aqui trabalho e vejo o resultado. Quero dizer, tenho conforto e as crianças também andam bem tratadas e bem vestidas. Quando havia trabalho lá fora, era só para as comadres e compadres, por isso acho que aqui estou muito melhor. Se fosse a contar a minha vida, fazia um romance. A viver com 4 crianças em casa só com 2 quartinhos, 4 na mesma cama e eu e o meu marido ao lado... sofri muito.[15]

Na cooperativa Torre Bela, os salários eram iguais para homens e mulheres e se proclamava o fim das opressões e da exploração do trabalho. O depoimento de Celestina mostra que a Reforma Agrária trouxe dignidade para ela e para sua família. No depoimento de Manuel Francisco percebe-se que é completamente diferente trabalhar de forma associativa de trabalhar para patrões:

> Manuel Francisco – coperador.
>
> - A diferença de trabalhar aqui ou para o patrão é como o dia para a noite. É que antigamente

[15] Idem

> andava aí pisado. Hoje praticamente anda-se à vontade. Sou igual a todos os meus camaradas, não há aqui capatazes, nem Patrões. Sou um membro da comissão de talhadores, e penso que só com a ajuda de todos os meus camaradas é que podemos ir para a frente.[16]

O documento continua com o critério para a escolha dos primeiros cooperados. Apesar das terras serem grandes, a falta de maquinário e o abandono das atividades produtivas, até então, deixava claro que não podiam ser muitos.

A escolha dos primeiros 40

> Era claro que pelo abandono em que se encontravam as terras e dificuldades de maquinaria e financiamento, seria imprudente ficarem mais de quarenta cooperadores, Como fazer uma escolha? Ninguém teve coragem de sê oferecer ou sugerir critérios complicados. Espontânea e desinteressadamente começou-se a nomear:
>
> - os mais necessitados,
>
> - os que não tinham trabalho há mais tempo,
>
> - os mais abandonados por não ter família,
>
> - os que mais frequentemente eram rejeitados e desprezados quando ofereciam a sua força de trabalho na praça...
>
> Não foram os melhores nem os mais capazes que ficaram.

[16] Idem

> Assim nasceu â primeira grande família que se ia abalançar numa aventura sem precedentes, mas marcada por traumatismos dê toda â espécie aparentemente irrecuperáveis e que parecia eliminar à partida todas as possibilidades de êxito.[17]

Nos intervalos entre o trabalho e durante as refeições, os cooperados conversavam sobre a produção, distribuíam tarefas e refletiam sobre as perspectivas do crescimento da cooperativa. Até o tempo livre, era um momento para a formação de trabalhadores que aprendiam uns com os outros.

> A princípio nem sequer sabíamos fazer uma reunião, queríamos falar todos ao mesmo tempo, ninguém se entendia, " - Esperar pela minha vez para falar! Fui proibido de falar tanto tempo e agora não posso falar quando me apetece? Isso é que era bom."
>
> Era uma confusão
>
> - Para que as reuniões? São uma pura perda de tempo.- Diziam alguns preocupados com a produção até descobrirmos que umas horas perdidas a planear podem-nos fazer ganhar tempo e dinheiro e que as pessoas humanas não são máquinas de mera produção.
>
> Agora tentamos fazer reuniões mais regulares e pôr a funcionar as equipas de trabalho. Cada um por sua vez fala, critica, é criticado, aprende e procura comunicar o que vai aprendendo. Lentamente vamos aprendendo a fazer o resumo

[17] Idem

> das reuniões o que nos obriga a avançar e a progredir.[18]

Torre Bela é só um exemplo de como o trabalho associado nas UCPs serviram à educação de trabalhadores. Não foi a única, mas foi muito significativa. Apesar de terem sido muitas, não restaram registros escritos da maioria, e hoje conta-se com poucos manifestos de cooperativas. Quem melhor do que o próprio cooperativado para depor sobre sua experiência de classe e sobre essa pedagogia do trabalho associado.

Referências

CUNHAL, Álvaro. *(I CONFERÊNCIA DE CAMPONESES DO NORTE, Sessão de Abertura (Porto, 29-12-74)* In: O PCP e a Luta pela Reforma Agrária. Cadernos do PCP 7. Edições avante.

CUNHAL, Álvaro. *II Conferência de Camponeses do Norte, Sessão de Encerramento Porto, 16-2-75* In: O PCP e a Luta pela Reforma Agrária. Cadernos do PCP 7. Edições avante.

_____ *Cooperativa Agrária Popular da Torre Bela: Torre Bela duma Tapada Real... a uma Cooperativa Agrícola Popular ou o fim do Feudalismo em Portugal*. Abril de 1975

_____ *Realizar a Reforma Agrária Entregando a Terra a Quem a Trabalha. Programa do PCP* In: O PCP e a Luta pela Reforma Agrária. Cadernos do PCP 7. Edições avante. 1974

[18] Idem

FONCECA, Teresa. *O Centro de Documentação e Arquivo da Reforma Agrária. Um precioso património documental a preservar e divulgar.* 2024

GERVÁSIO, António. MIGUEL, *Francisco Pela Reforma Agrária*: A Terra a quem a Trabalha.15 e 18 de Julho de 1975.

Os Tapetes de Sal de Corpus Christi em São Gonçalo: conexões entre patrimônio, memória e oralidade

Pedro Henrique Rocha Robaina
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

Os Tapetes de Sal, bem como a Procissão Eucarística de *Corpus Christi* foram reconhecidos como patrimônio do município de São Gonçalo, por meio da assinatura da Lei 12/2005. Esse reconhecimento jurídico possibilita destacar a importância dos festejos para a cidade, pela participação de ampla parcela da sociedade, bem como do incremento que esta celebração gera a cidade, no campo da economia, do emprego e da cultura. Entre as prerrogativas pelas quais esta manifestação foi reconhecida, está o entendimento de que tais festejos contribuem no ponto de vista histórico, cultural e religioso para a cidade.

Mas o que é o patrimônio? O significado etimológico desta palavra constitui uma relação tanto da parte conceitual como de sua práxis, propriamente dita. O termo - que se aproxima do conceito de "herança" (pater – monium; pai -

recebido) - demonstra certa relação entre o ato de transmitir à posteridade aquilo que se quer conservar, expressando as reações de continuidade e preservação, de bens que foram construídos ao longo do tempo. Assim sendo, o patrimônio não se limita aos objetos de matriz materiais, os ditos patrimônios de pedra e cal (GONÇALVES, 2009, p. 24), mas abraçam também os bens de natureza imaterial, como os saberes, as práticas religiosas e as manifestações culturais.

Ao refletir sobre essa etimologia, podemos considerar que o campo do patrimônio está profundamente ligado a um sentido simbólico e prático. Em primeiro lugar, no seu sentido simbólico, a identificação de um bem material ou imaterial na categoria de patrimônio, possibilita o seu reconhecimento como parte integrante da identidade de determinado local, destacando seu valor atribuído coletivamente (FONSECA, 2017, p. 38). Em segundo lugar, na questão prática, o reconhecimento viabiliza a manutenção, a conservação e a transmissão desse bem, possibilitando o seu acesso pelas gerações futuras. Desse modo, podemos afirmar que as práticas política e sociais são fatores indissociáveis do patrimônio, pois, a partir delas que são geradas as possibilidades de preservação.

Por prática social, entende-se o conjunto de significados, rituais e reconhecimentos que são atribuídos ao patrimônio, propriamente dito, expressando um modo coletivo de vivenciar as tradições construídas no passado, eclodir e fazer eclodir as memórias coletivas e individuais e endossar a identidade, estabelecendo um vínculo de pertencimento com o passado, no presente. Do ponto de vista da prática política, a esfera patrimonial passa a ser considerada como um campo de negociações, conflitos, lutas e permanências, espaço profícuo para a conservação do bem patrimonial e da legitimação identitária.

Nesse ínterim, a história dos Tapetes de Corpus Christi e da Procissão Eucarística da citada cidade não são apenas um espaço de manifestações culturais ou de celebração religiosa, mas se configuram como um espaço de sociabilidade, com ênfase na dimensão simbólica. O evento revela um esforço para o reconhecimento social e de reafirmação do catolicismo enquanto instituição e elemento agregador da identidade local.

O processo de patrimonialização dos Tapetes e da Procissão Eucarística

Os processos de patrimonialização dos bens materiais ou imateriais agregam, antes de tudo, uma fonte de reconhecimento social da memória histórica de determinados grupos. Constitui-se como uma prática que vai além das intenções de preservação e conservação, mas legitima a relevância cultural do bem patrimonial para a sociedade. A partir desse entendimento, as práticas sociais são institucionalizadas, o que viabiliza o seu reconhecimento jurídico e oficial como parte integrante da identidade coletiva do local. Assim sendo, as políticas de patrimonialização possibilitam, de maneira prática, a salvaguarda da representatividade dos grupos sociais, assegurando a esses grupos a legitimidade do espaço social.

Desse modo, as políticas patrimoniais precisam ser compreendidas como um processo de caráter político e social, que atravessa relações de poder, com a constante permanência da presença do poder estatal. O reconhecimento patrimonial se dá, em primeira medida, pelo interesse e adesão da sociedade civil, dos grupos e movimentos sociais, na preservação, no destaque e na conservação de um bem cultural. O interesse de tais grupos destacam a importância do bem imaterial/material, como expressão da memória e dos valores que são compartilhados coletivamente.

Nesse sentido, José Reginaldo Gonçalves destacou:

> Algumas categorias aparecem de modo recorrente nos discursos do patrimônio. Elas mobilizam e dão direção aos empreendimentos de preservação dos diferentes patrimônios. Assim, é comum que se assuma como um dado que os patrimônios materiais ou imateriais expressam ou representam a "identidade" de grupos e segmentos sociais. Um tipo de arquitetura, assim como uma culinária, uma atividade festiva, uma forma de artesanato ou um tipo de música, pode ser identificado como "patrimônio cultural" na medida em que é reconhecido por um grupo (e eventualmente pelo Estado) como algo que lhe é próprio, associado à sua história e, portanto, capaz de definir sua "identidade". Defender, preservar e lutar pelo reconhecimento público desse patrimônio significa lutar pela própria existência e permanência social e cultural do grupo (GONÇALVES, 2015, p. 213).

A relação dialógica entre os conceitos de patrimônio e identidade é uma realidade fundamental para a compreensão dos processos de reconhecimento. As políticas que envolvem os reconhecimentos jurídicos e administrativos do patrimônio passam pelo princípio da aceitação, pelas relações de poder, pela afirmação e permanência de determinados itens identitários. A cultura patrimonial transita em um constante ambiente de escolhas, permeadas por questões políticas e ideológicas (VOGT, 2011, p. 29). Considerando que a patrimonialização

permite eternizar – calculadas as proporções que o termo sugere – o passado no presente e transmiti-lo ao futuro, estabelece-se certa relação entre o desejo de conservação e o perfil da cultura da classe dominante: quanto mais semelhante, mais unida a ela.

De certa forma, o processo de patrimonialização dos Tapetes de Corpus Christi e da Procissão Eucarística também caminha nessa linearidade. Em primeiro lugar, esse bem imaterial é um ato com caráter religioso, pois expressa a fé e os valores espirituais de uma instituição religiosa. É uma manifestação imaterial que se exibe nas principais ruas da cidade de São Gonçalo, fruto das práticas litúrgicas que expressam uma identidade religiosa. Não obstante, a predominância do caráter religioso da celebração, não abstém a sua importância cultural, política e social para o município.

Embasado nessa perspectiva, o historiador e antropólogo francês Joel Candau destacou a relação entre identidade, memória e patrimônio. Com base nas contribuições de outros autores, Candau compreendeu o campo do patrimônio como o espaço de conservação dos vestígios do passado, e, como tal, o espaço onde as ficções da história e as narrativas sobre o passado são construídas (CANDAU, 2023, p. 159). De fato, o campo do patrimônio pode ser considerado como um espaço onde as

ideologias, que constroem e estruturam a sociedade, estão latentes. É nesse passado heroico, muitas vezes romantizado, que as narrativas sobre o patrimônio são edificadas, haja vista que a as escolhas patrimoniais não são neutras.

Toda ação patrimonial perpassa por uma escolha política. Assim como a memória — também considerada como um local de disputa sobre o que lembrar ou esquecer —, o campo do patrimônio parte do mesmo princípio. Néstor García Canclini, em um artigo consagrado sobre o campo do patrimônio cultural, salientou essa questão. Ao estabelecer um estudo sobre os processos de construção dos bens patrimoniais por meio da memória, o autor afirmou:

> O Patrimônio cultural serve, assim, como recurso para produzir as diferenças entre os grupos sociais e a hegemonia dos que gozam de um acesso preferencial à produção e distribuição dos bens. Os setores dominantes não só definem quais bens são superiores e merecem ser conservados, mas também dispõem dos meios econômicos e intelectuais, tempo de trabalho e de ócio, para imprimir a estes bens maior qualidade e refinamento (CANCLINI, 1997, p. 97).

À luz dessa perspectiva, é possível destacar que a Igreja Católica, desde o período colonial, está inserida nas relações de poder da cidade de São Gonçalo, mediando a criação de valores

religiosos e estruturando a vida social das pessoas. A atuação dos padres, dos religiosos, leigos atuantes, está para além do ponto de vista religiosos, estendendo-se para os âmbitos políticos, culturais e sociais. Assim, as celebrações de *Corpus Christi*, bem como outras manifestações da religiosidade católica, como a Procissão de São Gonçalo de Amarante, o Auto da Paixão da Igreja Matriz, entre outros patrimônios, reforçam a relação entre o poder religioso e o poder político, tão presentes no decorrer da trajetória histórica da cidade.

No que tange à análise do processo de patrimonialização dos Tapetes de Sal e da Procissão Eucarística da Festa de *Corpus Christi*, a oralidade é um fator primordial para o seu entendimento, considerando a pouca disponibilidade de fontes escritas. A transmissão dos acontecimentos passados pela oralidade, constitui uma prática metodológica válida para o incremento do conhecimento histórico. A partir da coleta de informações por meio de entrevistas, é possível destacar a historicidade dos acontecimentos, revelando detalhes precisos dos eventos, que muitas das vezes não estão documentados.

Desse modo, a História Oral, como defende Verena Alberti, se configura como um ambiente privilegiado para a constituição de narrativas sobre o passado, utilizando como

fonte histórica, os discursos daqueles que vivenciaram os acontecimentos (ALBERTI, 2013, p. 31). Nessa mesma perspectiva, Sônia Freitas destacou a importância dos relatos dos indivíduos, atores muitas vezes pouco reconhecidos dos processos históricos. A autora reconhece a singularidade dos discursos para a compreensão da história, uma vez que, a utilização dessas fontes traz à tona memórias que são muitas vezes silenciadas, contribuindo, desse modo, para o campo da pesquisa histórica (FREITAS, 2002, p. 50).

Outra reflexão contundente sobre a oralidade foi estabelecida por Mikhail Bakhtin e por Michel Foucault, acerca da construção das narrativas históricas. Para Bakhtin, o discurso é constituído a partir da construção de um sistema de linguagens, onde o falante, na utilização expressiva da linguagem, constitui uma narrativa para o ouvinte, esperando dele uma reação responsiva (BAKHTIN, 2016, p. 23). Sendo assim, Foucault salienta que toda ação discursiva é fruto de um processo de construção simbólica intencionalmente fabricada, que determinam como as palavras são ditas, o que é omitido e quais sentidos se quer estabelecer (FOUCAULT, 2014, p. 9).

Nessa perspectiva, o processo de patrimonialização teve seu início em 2005, quando Aparecida Panisset (PFL) foi eleita

para o cargo de prefeita da cidade. Conhecida popularmente, e segundo o Jornal Extra (2011) como a "prefeita que adora uma guerra santa" em alusão ao caráter religioso e fundamentalista da sua gestão administrativa, Panisset teria dado sinais de um certo desconforto com o financiamento das celebrações de *Corpus Christi* para a edição de 2005. Essa postura é um sinal evidente da forte relação da forte influência da religiosidade pessoal de Aparecida – que era assumidamente evangélica – sobre a administração pública.

Nessa conjuntura, o ato de não disponibilizar o capital financeiro para a celebração colocaria em xeque que a esta ocorresse com as estruturas habituais. Para evidenciar o cenário ilustrado, nos dispusemos a entrevistas o ex-vereador Miguel Moraes (PT). O citado foi vereador do município de São Gonçalo por dois mandatos, sendo considerado o principal articulador na Câmara Legislativa para o processo de patrimonialização da celebração. Assim, nos relatou Miguel:

> Logo que nós assumimos a câmara dos vereadores, eu como católico e a prefeita como evangélica e naquele primeiro momento, o primeiro sinal que se percebeu foi a ordem para tirar os crucifixos das instituições de governo, dos gabinetes e aquilo causou uma pequena preocupação. Quando foi no período do carnaval, já não teve o carnaval. E o Padre

> Ademar que era o vigário geral aqui do município, esteve na Prefeitura para conversar, porque naquele primeiro momento já existia um comentário de que também não teríamos o tapete de *Corpus Christi*, nem a procissão, que não teriam apoio da prefeitura. E o Padre Ademar me chamou e disse: "Miguel, você é católico e eu não sei quantos católicos temos na Câmara, mas estamos vivendo uma situação de preocupação e a gente precisa da prefeitura porque há toda uma mobilização".

Nas gradações das entrevistas, procuramos o Padre Ademar Hermelindo Pimenta, mencionado anteriormente. Na época ele exercia a função de Vigário Episcopal do município. Este encargo lhe concedia, entre os tantos privilégios e obrigações, a coordenação de todos os eventos católicos que tivessem determinada amplitude, no âmbito vicarial. O presbítero, ao comentar a situação, corroborou a afirmação feita pelo vereador: a patrimonialização dos tapetes só se tornou viável, a partir do apoio de candidatos católicos ao projeto de lei que viabilizasse o reconhecimento da Marcha para Jesus como patrimônio. As datas de ambas os processos são próximos. Afirmou o sacerdote:

> Por isso então quando Miguel Moraes viu a questão de ver o documento e aquele negócio todo com a Prefeita, que a gente tinha um bom relacionamento, uma boa conversa, se criou esse diálogo todo até chegar ao ponto de colocar

> patrimônio cultural e religioso do município sobre a orientação da Igreja Católica. Isso foi um diálogo que a gente teve na Câmara dos Vereadores, com os vereadores que são cristãos (...) para eles votarem esse projeto – Miguel Moraes já falou com você – eles também exigiram o decreto de que a Prefeita colocasse a Marcha para Jesus (...) por isso quando Miguel Moraes trouxe (o documento) achando que eu não iria aprovar – muito pelo contrário – pois era um espaço que a Igreja Católica precisava ter, só que eu não esperava que fizesse um documento (...) eles só votaram o projeto a nossa favor, por conta da Marcha pra Jesus. **Foi uma questão política.**

A questão política em torno dos processos de patrimonialização é uma realidade que já afirmamos anteriormente. Esses processos não se limitam aos princípios de valorização da cultura, da religiosidade ou da tradição, mas refletem um ambiente em que circulam interesses políticos, estratégias de apagamento, valorização ou esquecimento. As narrativas coletadas por meio de entrevistas aos atores sociais envolvidos com o evento, sintetizam esse entendimento.

Em outro momento da entrevista, o ex-vereador levantou o nome de Roberto Ferreira, vereador e membro da Comissão de Justiça e Redação do Legislativo municipal. Além de trabalhar no Legislativo, Roberto foi pastor atuante em algumas igrejas evangélicas da cidade. Segundo consta nos relatos de Miguel

Moraes, Roberto foi o principal articulador entre os vereadores protestantes para conseguir a margem de votos necessária para a patrimonialização dos tapetes. No entanto, essa prerrogativa surgiu na expectativa da concessão dos votos dos vereadores católicos no processo de patrimonialização da "Marcha para Jesus", evento realizado pelas igrejas protestantes da cidade.

Até o presente momento temos a expectativa de realizar uma entrevista para a obtenção de mais detalhes sobre o processo e pelas narrativas que seriam estabelecidas pelo pastor. Tais tentativas não têm sido exitosas, haja vista a demanda de sua agenda pastoral. Entretanto, ao analisar as atas das discussões da Sessão Ordinária do dia 10 de maio de 2005, reunião cujo projeto de lei fora apresentado por Miguel Moraes, é possível destacar a seguinte fala de Roberto, escrita e lavrada em ata:

> Em discussão projeto do vereador Miguel Moraes; para discutir Pastor Roberto Ferreira: essa mesa hoje dá um grande exemplo de democracia e o Brasil é um país que dá um grande exemplo de religião e no Brasil temos a oportunidade de viver toda religião, temos 500 denominações diferentes e conseguimos viver em comunhão. Parabenizo o vereador por esse projeto da Igreja Católica e tenho certeza que o projeto Marcha para Jesus também será

> aprovado por esta casa, onde será feita no dia 14 às 15h e todos estão convidados.

Àquela altura, alguns jornais publicaram em seus editoriais o fim da polêmica. A patrimonialização, desta forma, promulgada pela Lei 12/2005, formulou a garantia do financiamento sobre todos os subsídios necessários para a efetivação do evento, além de garantir à Igreja Católica, a tutela sobre essa manifestação imaterial no município.

Figura 1 – Fim da polêmica: SG terá festa de Corpus Christi.



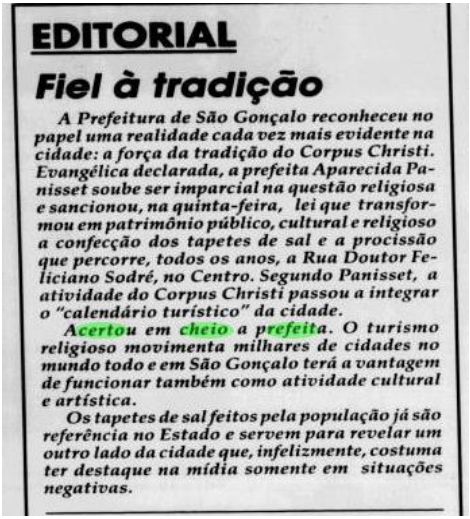
FIM DA POLÊMICA

SG terá festa de Corpus Christi

Nos Atos Oficiais de hoje, a prefeita está nomeando os membros da Comissão que estão encarregados de coordenar os preparativos que envolvem a Festa de Corpus Christi, uma tradição na cidade. Ao que tudo indica, o tradicional tapete, confeccionado com sal grosso e serragem, está garantido. *Página 2*

Fonte: O Nosso Jornal. 18 de março de 2005

Figura 2 – Fiel à tradição



EDITORIAL

Fiel à tradição

A Prefeitura de São Gonçalo reconheceu no papel uma realidade cada vez mais evidente na cidade: a força da tradição do Corpus Christi. Evangélica declarada, a prefeita Aparecida Panisset soube ser imparcial na questão religiosa e sancionou, na quinta-feira, lei que transformou em patrimônio público, cultural e religioso a confecção dos tapetes de sal e a procissão que percorre, todos os anos, a Rua Doutor Feliciano Sodré, no Centro. Segundo Panisset, a atividade do Corpus Christi passou a integrar o "calendário turístico" da cidade.

Acertou em cheio a prefeita. O turismo religioso movimenta milhares de cidades no mundo todo e em São Gonçalo terá a vantagem de funcionar também como atividade cultural e artística.

Os tapetes de sal feitos pela população já são referência no Estado e servem para revelar um outro lado da cidade que, infelizmente, costuma ter destaque na mídia somente em situações negativas.

Fonte: O Fluminense (RJ) – 28 de maio de 2005.

Nesse sentido, apesar da ausência do relato do vereador Roberto Ferreira, a análise da documentação levantada permite compreender as articulações em torno da patrimonialização. O discurso levantado por Roberto Ferreira destaca a busca por reconhecimento institucional de outra celebração, em vista do apoio a uma manifestação distinta da fé cristã. Outrossim, a valorização patrimonial não é um campo estático, mas um ambiente que exige práticas constantes e concretas, como veremos a seguir.

A Legislação Patrimonial dos Festejos de *Corpus Christi*

Seguindo essa política de afirmação, tão comum na manutenção do patrimônio, torna-se necessário destacar a presença de outros mecanismos jurídicos que foram criados, no decorrer do tempo, para proteger, conservar e visibilizar esse patrimônio imaterial. Tais práticas jurídicas não só garantem a permanência dos festejos, sua conservação e valorização, mas ilustram o valor simbólico das práticas culturais no município, bem como viabilizam a obtenção da verba necessária para sua manutenção.

A Lei nº 12/2005, instituída a partir dos debates em torno do projeto de lei nº 18/2005, estabeleceu os Tapetes de *Corpus Christi* e a Procissão Eucarística como Patrimônio Público, Cultural e Religioso da cidade de São Gonçalo. Essa legislação, aprovada em totalidade na Câmara dos Vereadores, viabilizou a sua permanência em um período periculoso e garante a sua transmissão independentemente de quem ocupe a cadeira do executivo. Além disso, consagra o reconhecimento institucional dos festejos como item agregador da identidade local da cidade.

Sobre os efeitos da lei, é possível enfatizar a questão da inclusão das celebrações na provisão orçamentária da cidade, uma vez que se torna prerrogativa da Igreja Católica, a solicitação de subvenção do evento, destinada a aprovação do

poder público administrativo. A partir de dados levantados do portal de transparência da Prefeitura, para se ter uma ideia do que se investe, na edição de julho de 2023, foram gastos os valores de R$ 70.624,60 com as estruturas de palcos, grades e iluminações, subvencionados pelo poder público. Se comparados ao ano anterior, o orçamento utilizado para os mesmos itens foi de R$ 52.439,24, com uma diferença quantitativa de R$ 18.203,36.

Além da Lei nº 12/2005, outro marco legal foi a aprovação do Projeto de Lei nº 079/2005 que resultou na Lei nº 036/2005 de autoria do vereador Miguel Moraes. O Projeto de Lei ambicionava instituir o Tapete de Corpus Christi como Cartão Postal Histórico da cidade de São Gonçalo, bem como instituía outras providências, tais como: 1) a obrigatoriedade de que em todos os lugares se vincule os Tapetes ao turismo; 2) a permanência das imagens dos tapetes no site da Prefeitura; 3) a subvenção dessas divulgações pelo poder público.

O projeto de lei foi aprovado por maioria simples na Câmara e foi submetido à apreciação da prefeita Aparecida Panisset. Desse modo, a prefeita decidiu vetar os três itens apresentados, alegando que tais prerrogativas invadem a

autonomia do Poder Executivo, não respeitando, dessa forma, a igualdade e independência dos poderes constituídos:

> Ocorre que os artigos 2º e 3º da proposição em exame impõe ao Poder Executivo a adoção de medidas administrativas da sua competência privativa, motivo pelo qual extrapola os limites de competência do legislativo, posto que estabelecem, para o poder executivo, postura impositiva (...) invadiu, assim, órbita de competência do Executivo (art. 33, II, da Lei Orgânica do Munícipio de São Gonçalo), imiscuindo-se em área tipicamente de função administrativa da Prefeita, o que implica em afronta clara ao princípio constitucional da independência e da harmonia dos Poderes, comtemplado no artigo 5º da Constituição Federal (...) Outrossim, convém salientar, que a viabilização dos indigitados dispositivos demandaria gastos substanciais. Trata-se de investimentos específicos que, naturalmente, gerariam aumento de despesa.

Nessa seara, há um claro limite entre as políticas de valorização do patrimônio cultural e os limites da autonomia na administração pública. De fato, a análise da Lei Orgânica do Município de São Gonçalo possibilita a ênfase na independência dos poderes, bem como a harmonia. Desse modo, as políticas patrimoniais, para serem bem recebidas, requerem que estejam dentro dos limites legais que lhes são impostas.

Posteriormente, outros dois projetos de lei foram criados na esfera estadual e que ainda estão em trâmites. O primeiro é de autoria do Deputado Estadual Douglas Ruas que declara os tapetes de sal produzidos em virtude da festa litúrgica, como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado. Tendo por base as novas prerrogativas da Constituição Federal de 1988, o projeto de lei busca valorizar o festejo religioso por conta da mobilização estrutural que sua celebração fornece para o Estado.

O segundo foi de autoria do Professor Josemar (PSOL) que transfere de forma simbólica a capital do Rio de Janeiro para São Gonçalo, no dia de *Corpus Christi*. Essa proposta que aparenta ser ainda mais ambiciosa, é fundamentada a partir da contribuição que os festejos fornecem, tanto para a cultura local, tanto para o Estado do Rio de Janeiro. Ambos os projetos buscam por valorizar o *Corpus Christi*, patrimônio de São Gonçalo, como um fator identitário e de relevância social.

Conclusão

Com base no exposto, podemos destacar a importância da patrimonialização para a manutenção dos Tapetes de *Corpus Christi* e da Procissão Eucarística em São Gonçalo. Além de se tratar de uma manifestação de fé, fruto de uma identidade

religiosa associada a uma religião presente nas interações políticas e sociais da cidade, esse instrumento jurídico consolida a celebração como um item agregador da identidade local e possibilita a captação de recursos para sua manutenção, bem como destaca a sua conservação e permanência.

A questão da memória coletiva sobre o passado histórico da celebração é um fator primordial para o reconhecimento dessa celebração como parte integrante da História Local da cidade. Essa memória – que é constituída por diferentes atores sociais: padres, diáconos, líderes de pastorais, políticos e pela sociedade – busca pelo resgate das vivências em torno das celebrações, ressignifica as experiências culturais em torno do patrimônio e viabiliza a construção de narrativas sobre determinadas situações que não tenhamos fontes escritas, como é o caso das dificuldades envolvendo o processo de patrimonialização.

A oralidade também é uma chave teórica essencial para o campo do patrimônio e para a análise investigativa dos processos históricos. Por meio dos relatos individuais, emanados pelos atores sintagmáticos, é possível contextualizar os acontecimentos do passado, bem como possibilitar a criação de narrativas que fundamentam os fatos históricos. A utilização de entrevistas, como vimos, possibilitou a análise do processo

patrimonial, pois viabilizou o acesso a informações que não constam em documentos oficiais e que acabaram por permitir a análise das ligações e contradições dos depoimentos.

Nesse sentido, as decisões em torno da patrimonialização, bem como a aprovação de outras leis que foram sendo inseridas no rol do reconhecimento patrimonial, caminham para uma política de valorização dos festejos de *Corpus Christi*, reforçando os laços entre o poder religioso, o poder secular, na medida em que contribuem para o acesso a cultura pela sociedade civil. Tais medidas, no entanto, não são neutras, pois toda ação em torno da memória histórica perpassa por questões políticas, conflitos, negociações e coalizações de interesses.

Referencias

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral.* 3. ed. revista e atualizada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. *Os gêneros do discurso.* Tradução de Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

CANCLINI, Néstor García. *O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional.* Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 23, p. 95-115, 1994.

CANDAU, Joel. *Memória e Identidade.* Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2023

Extra. Aparecida Panisset: a prefeita que adora uma guerra santa. *Extra*, Rio de Janeiro, 27 jul. 2023. Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/religiao-e-fe/aparecida-panisset-prefeita-que-adora-uma-guerra-santa-2734123.html. Acesso em: 1 set. 2025.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio: uma questão de valor.* In: _____. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2017. p. 35-74.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.* Tradução de Laura Fraga de Almeida. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FREITAS, Sônia Maria de. *História oral: possibilidades e procedimentos.* 2. ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; FFLCH/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição.* Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan.–jun. 2015. DOI: 10.1590/S0103-21862015000100012.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *O patrimônio como categoria de pensamento*. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.) Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25–33.

Jornal *O Fluminense*. Niterói. Diversos. Disponível em: Hemeroteca Digital Brasileira (1980 – 2009)

MORAES FILHO, Miguel de. 70 anos, aposentado. Vereador por dois mandatos na cidade de São Gonçalo, pelo Partido dos Trabalhadores. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. RJ, São Gonçalo. Julho de 2023.

O Nosso Jornal. São Gonçalo. Diversos. Disponível em: Faculdade de Formação de Professores (2002 – 2009)

PIMENTA, Ademar Ermelindo. 74 anos, padre. Entrevista concedida a Pedro Henrique Rocha Robaina. RJ. Maricá. Setembro de 2024.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Projeto de Lei 1282/2023, de 13 de junho de 2023. Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Rio de Janeiro o tapete de sal de São Gonçalo. Autor: Douglas Ruas

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Projeto de Lei 4406/2024, de 07 de novembro de 2024. Transfere de forma simbólica a capital do Estado do Rio de Janeiro para o Município de São Gonçalo no dia de Corpus Christi. Autor: Professor Josemar.

SÃO GONÇALO. Câmara Municipal. *Ata da Sessão Ordinária do dia 10 de maio de 2005*. São Gonçalo, 2005.

SÃO GONÇALO. Lei nº 012/2005, de 31 de maio de 2005. Esta Lei institui como patrimônio público, cultural e religioso a procissão pelo dia de Corpus Christi e a confecção do tapete do município de São Gonçalo. Diário Oficial da Câmara Municipal, 31 de maio de 2005.

SÃO GONÇALO. Lei nº 029/2005, de 14 de junho de 2005. Esta Lei institui como patrimônio público, cultural e religioso a Marcha para Jesus no Município de São Gonçalo. Diário Oficial da Câmara Municipal, 14 de junho de 2005.

SÃO GONÇALO. Lei nº 036/2006, de 29 de março de 2006. Esta Lei institui como cartão postal histórico do Munícipio de São Gonçalo o tapete de *Corpus Christi* e dá outras providências. Diário Oficial da Câmara Municipal, 29 de março de 2006

SÃO GONÇALO. Prefeitura Municipal de São Gonçalo. Portal de transparência, acesso em 01 set. 2025. Disponível em: https://transparencia.pmsg.rj.gov.br/execucao/despesas-paga-periodo

VOGT, Olgário Paulo. *Patrimônio cultural: um conceito em construção.* Métis: História & Cultura, Caxias do Sul, v. 7, n. 13, 2011.

“É canto para orixá”: noções de negritude construídas pelos jovens desfilantes do Império do Tijuca

Phellipe Patrizi Moreira
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ

Introdução

> Não seria um grande exagero dizer que a folia me fez virar historiador, assim como também não o é a afirmação de que o Carnaval se tornou uma vivência cotidiana de minha formação, sendo personagem comum dentro das minhas aulas de História. (Ferreira, 2019, p.15).

A frase escrita pelo professor e pesquisador Emerson Ferreira, em seu livro *Sou da negritude o fruto e a raiz: os sambas afro-brasileiros da Nenê de Vila Matilde* (2019), reproduzida na epígrafe deste texto, traduze o caminhar investigativo que trilhei até chegar a pesquisa que desenvolvo no curso de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS), na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), as escolhas que me fizeram chegar a este tema e os acontecimentos que despertaram o meu interesse para esta pesquisa.

Assim como Ferreira, o meu envolvimento com as escolas de samba desde tenra idade, despertou em mim o

interesse pela história. Por essa razão, costumo me apresentar não como um historiador que fez das agremiações um objeto recorrente de suas análises, mas como um sambista que encontrou no campo da história a possibilidade de pensar as potencialidades das narrativas carnavalescas de levantar questões para uma ampla audiência, especialmente aquele sentado nos bancos escolares, acerca de temas como memória, negritudes e religiosidades afro-brasileiras. Tal diálogo entre escolas de samba e educação começa a se estabelecer para mim ainda na adolescência, quando cursando o que hoje se denomina de 8° ano do Ensino Fundamental, em 2007.

Certa vez, durante uma aula de história, a professora nos solicitou que dividíssemos em pequenos grupos e escolhêssemos determinados fatos históricos para serem apresentados diante de toda a turma. O grupo no qual fiz parte, selecionou como tema a Chegada da Corte Portuguesa ao Brasil. Na ânsia de procurar fontes sobre o período, lembrei-me dos enredos da Imperatriz Leopoldinense, São Clemente e Mocidade Independente de Padre Miguel apresentariam no próximo carnaval, versavam sobre o episódio histórico. Como no ano seguinte, se celebrava o bicentenário da Vinda de Família Real para o Brasil, as

agremiações cariocas participaram das comemorações em torno da efeméride.

Instigado pela leitura das letras dos sambas, recorri às sinopses e, em seguida, às referências bibliográficas mencionadas no final destas para me preparar melhor para o seminário. Na medida em que me debruçava sobre os escritos acerca do assunto, crescia a vontade de saber mais. Fiz, portanto, da curiosidade mobilizada pelos enredos das escolas de samba, o abre-alas para a busca de novos saberes. Florescia em mim, a inspiração para me tornar um historiador, que fez desse entrelaçamento, a indagação para novas investigações. Não por acaso, que concluo o curso de licenciatura com a defesa da monografia com tema que me impulsionou a escolher esta área de estudo, a fim de compreender como as fontes de informação consultadas pelos carnavalescos, diretores dos departamentos culturais e compositores, estruturam suas representações desse fato histórico, nos enredos e nas letras dos sambas, respectivamente.

Se na graduação optei em entrevistar as lideranças artísticas das escolas de samba, na especialização em Ensino de histórias e culturas africanas e afro-brasileiras, reduzi o número de entrevistados e me detive às figuras dos carnavalescos e os

enredistas (pesquisadores) de duas agremiações: a Estação Primeira de Mangueira e ao Paraíso do Tuiuti no carnaval de 2019 com o objetivo de identificar os narrativas desenvolvidas pelas escolas de samba como potentes canais de afirmação da identidade negra a partir de homenagens a personalidades negras pouco conhecidas do grande público, em especial os da educação básica. Já no mestrado, realizado na área da Educação, redirecionei o meu olhar a outro grupo que compõe o enlace entre a cultura popular e a formação escolar: os educadores. Assentado nos atravessamentos da experiência das escolas de samba na trajetória de vida de três professores da rede pública municipal do Rio de Janeiro, o trabalho visava compreender como o samba reverberava em suas práticas docentes e como este pode servir como dispositivo gerador de ações antirracistas na sala de aula.

No doutorado, acredito que seja necessário realizar entrevistas com outros agentes sociais, que também estão envolvidos nessa relação, estabelecida entre o samba e a educação, mas que ainda não haviam sido incluídos como sujeitos da pesquisa: os estudantes da educação básica. Diante dessa constatação, saltam questões como: quais os atravessamentos da experiência da escola de samba na vida de

adolescentes em fase escolar, em especial aqueles matriculados nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, onde há a regência de um professor especialista em História? Que conexões estabelecem entre os saberes que circulam nas agremiações carnavalescas e as aulas de História? Que apropriações fazem dos temas desenvolvidos pela escola de samba da qual desfilam?

Para uma melhor análise do objeto estudado, optei em delimitar o campo de estudo para apenas uma agremiação, neste caso, o do Grêmio Recreativo Escola de Samba Educativa (G.R.E.S.E.) Império da Tijuca A escolha por focar nesta escola de samba, em detrimento a tantas outras, fundamenta-se no fato desta carregar na extensão de seu nome, a palavra educativa. Essa decisão é corroborada pela escassez de produções acadêmicas que abordem sua história nos repositórios da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), bem como no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, além do Portal de Periódicos da mesma instituição[1]. Somado a isso, a

1 Durante a consulta realizada entre os dias 27 e 28 de janeiro de 2025, com a palavra-chave "Império da Tijuca" nos portais da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, além do Portal de Periódicos da CAPES, não foram localizadas obras dedicadas exclusivamente ao tema, constatou-se apenas algumas menções isoladas ao nome da agremiação em publicações de distintas áreas

regularidade com que a agremiação incorpora em seus enredos, narrativas de valorização das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras.

Se o Império é da Tijuca, a escola de samba é educativa?

Fundado em 8 de dezembro de 1940, por nomes como Joaquim Augusto de Oliveira (Seu Quincas), Rodolfo Augusto de Oliveira, Fernando Matos, João Escrevante, Mário Pereira (Marinho da Muda), Manuel Pinto, Emídio Cadó, entre outros, o G.R.E.S.E. Império da Tijuca é uma agremiação carnavalesca localizada no Morro da Formiga, no bairro da Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro. A escola se caracterizou por ser a primeira a adotar o termo império em seu nome, fato que a consagrou popularmente com o título de "o primeiro império do samba". Devido a isso, carrega em seu pavilhão verde e branco, uma coroa, acompanhada por um ramo de café e outro de tabaco, símbolos imperiais associados a agricultura brasileira.

do conhecimento. Na busca pelo nome da escola de samba no BDTD, por exemplo, resultou em somente um documento: a dissertação de Antonia Lelisa Fonteles Satana, intitulada A música como recurso pedagógico na Educação Geográfica para o ensino do conceito de região, defendida em 2024, pelo Programa de Pós-graduação em Ensino de Geografia pela UERJ. Nele, consta apenas uma menção a nome da escola de samba, na página 189, inserida na legenda que se refere a uma atividade didática baseada na letra do samba de enredo do carnaval de 1996.

Além de se destacar pelo pioneirismo, o primeiro império do samba se diferenciou também por ter incluído a expressão educativa ao seu nome. Isso se deve ao fato de que, no momento de sua fundação, uma das principais preocupações de suas lideranças era com a formação educacional dos membros da comunidade. Por conta disso, que, nos primeiros nove anos de existência, a agremiação tenha abrigado em sua quadra de ensaios, uma escola de alfabetização, a qual conseguiu atender até cinquenta estudantes, em dois turnos: tarde e noite. Em matéria produzida para o *Jornal do Brasil* com personalidades da escola, intitulada *Sambar não é só sambar*, o jornalista Francisco Duarte discorreu sobre essa questão e constatou que:

> Fernando Matos, secretário, responsável pela redação dos estatutos, baliza (mestre-sala da porta-bandeira), já ensinava a algumas crianças em sua casa, na Rua Juscelina Fernandes, antigo Caminho do Grotão. Foi sua ideia de abrir um curso na sede da escola. Luis Pacheco, hoje com 63 anos, tecelão aposentado, tio da futura mulher de Fernando, ajudou-o: enquanto Fernando dava aula à tarde, depois que voltava do Pedro II, Luís o fazia à noite, depois do trabalho, seu e de seus alunos (*Jornal do Brasil,* 1980, Caderno B, p.6).

Com o intuito de ampliar a oferta de atividades culturais e formativas para a juventude do Morro da Formiga, Fernando de Mattos e Manuel Pinto, ao lado de outros sambistas da

agremiação, disponibilizaram a quadra de ensaios da agremiação uma diversidade de cursos, como de culinária, corte e costura, e principalmente, o de escoteiros. Denominada Tropa José do Patrocínio, o grupo que promovia uma educação cívica por meios de festas, jogos e músicas. Com o registro oficial na União de Escoteiros, funcionou durante cerca de sete anos na seda da verde e branco e atendeu a sessenta crianças e adolescentes da comunidade, tal como afirmou o compositor Sinval Silva em entrevista ao jornalista responsável pela mesma matéria destacada acima, a qual recorri em diversos momentos dessas reflexões iniciais.

Outro que integrante da escola que registrou seu depoimento foi Antônio de Almeida, membro do velha-guarda. Nas palavras proferidas pelo baluarte, o ideário educativo defendido pela agremiação do Morro da Formiga ganha destaque. O sambista refuta a ideia de quem o carnaval, principalmente aquele promovido pelas agremiações, são apenas espaços recreativos. Em sua concepção, as escolas de samba devem atuar com fins pedagógicos, ao possibilitarem, por meio de seus discursos e suas práticas, a circulação de saberes e aprendizagens. O bamba encerra o seu comentário com a frase que tornou o título da reportagem: “(...) samba e carnaval têm

que ser unicamente cultura e mensagem de ensinamento. Confio nos que acreditam em fraternidade. Sambar não é só sambar (*Jornal do Brasil,* 1980, Caderno B, p. 6).

Nessa mesma direção do argumento, o historiador Guilherme Faria (2018) afirma que os enredos são instigantes canais de emissão de discursos acerca do cenário político, social e cultural do país, nos quais são propagadas diferentes versões da história, tornando perceptível as disputas pelos usos do passado em plena Avenida. É nesse palco onde desfilam memórias que está "(...) em jogo uma pedagogia e uma imensa conversa sobre os assuntos que interessam a diversas camadas sociais. Dentre esses assuntos, destaca-se a temática racial" (Faria, 2018, p. 193). Assunto esse tão presente nos enredos do Império da Tijuca, em especial a partir de 1971, em o *Misticismo da África para o Brasil*, quando a escola desenvolveu o primeiro enredo monográfico sobre religiões de matriz africana do carnaval carioca, segundo os pesquisadores Fábio Fabato e Luiz Simas (2015).

Nas duas últimas décadas, a escola de samba verde e branca apresentou na Avenida Marquês de Sapucaí, uma série de enredos que, em maior ou menor grau, fizeram alusão às personalidades negras, às religiões de matriz africana e a história

do povo negro no Brasil. Esses temas são comumente referidos como “enredos afro”, conforme observado nos desfiles: *O Intrépido Santo Guerreiro* (2007); *Suprema Jinga - Senhora do trono Brazngola* (2010); *Negra, pérola mulher* (2013), quando conquistou o título de campeã da antiga Série A (atual Série Ouro); já no Grupo Especial, cantou *Batuk* (2014); no ano seguinte, ao retornar para a segunda divisão, desfilou com *O Império nas águas doces de Oxum* (2015); *Olubajé - um banquete para o Rei* (2018) e *Império do Café – O Vale da Esperança* (2019). Neste último, a narrativa apresentada orbitou sob a perspectiva dos africanos escravizados do Vale do Café, localizado na região do Vale Paraíba, no Sul Fluminense. Território caracterizado pelos latifúndios dedicados à produção cafeeira. Em um trecho do livro Abre-Alas[2], a escola justificou a escolha do tema com a identidade que a caracterizou em seus carnavais: “(...) sempre preocupada e voltada para temas culturais, decidiu para o carnaval 2019, enaltecer mais uma vez a trajetória do povo negro que tanto fez para o engrandecimento da nossa nação” (Caribé, 2019, p.1).

[2] Livro entregue ao corpo de jurados com a finalidade de detalhar e informar sobre o processo criativo da escola para aquele carnaval.

Em suas mais recentes apresentações (2020-2025),[3] a agremiação optou por continuar a desenvolver temas que se alinham com esse perfil étnico-referenciado que a caracterizou. Como prova disso, em *Quimeras de um eterno aprendiz* (2020), o então carnavalesco Guilherme Estevão optou em celebrar os oitenta anos da agremiação a partir do ideário tão presente em suas narrativas carnavalescas e projetos sociais: a educação. Para isso, levou para a Avenida a trajetória do Homem-livro, o carteiro carioca, que recolheu mais de 55 mil livros pelos lixos da cidade e com eles construiu a biblioteca comunitária Tobias Barreto. No desfile, houve também uma homenagem a grandes educadores brasileiros, Paulo Freire, Florestan Fernandes e Anísio Teixeira. Na sinopse do enredo, o carnavalesco explicou tal prerrogativa, ao destacar: "(...) a vocação educativa, ostentando em seu pavilhão o termo e trazendo conhecimento ao Morro da Formiga. Uma escola se construiu dentro de uma outra escola, pela tropa de José do Patrocínio, por oitenta anos fazendo história" (Estevão, 2020, p.1).

[3] Em 2021, não houve desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro devido ao isolamento social imposto pela pandemia do coronavírus (Covid-19), que assolou várias partes do mundo. Por conta disso, a contagem se restringe a cinco apresentações no período de seis anos.

Já em 2022, com o enredo *Samba de Quilombo: a resistência pela raiz,* homenageou o Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba (G.R.A.N.E.S.) Quilombo. Fundado em 8 de dezembro de 1976, por um grupo de compositores, liderados por Antônio Candeia, que estavam insatisfeitos com os rumos mercadológicos tomados pelos cortejos negros carnavalescos. O refrão principal do samba-enredo, composto por Paulinho Bandolim, Guilherme Sá e Edgar Filho, resume o traço recorrente em suas apresentações: "Quem leva a noite na cor/ De verde e branco é rei/ Mostra seu valor/ No Império da Tijuca/ Negritude é lei".

No ano seguinte, a escola retratou a relação do pintor argentino Hector Julio Paride Bernabó, o Carybé, com as religiosidades de matriz africana, com o enredo *Cores do Axé*. Em um trecho da sinopse, escrita pelos enredistas Felipe Tinoco, Juliana Joannou e Leonardo Antan, a influência das culturas africanas e afro-brasileiras no desenvolvimento dos carnavais da verde e branco foi destacada:

> Historicamente, o Império da Tijuca apresenta relevantes enredos que buscaram inspiração na cultura afro-brasileira. Como forma de afirmação dos saberes negros, contra o racismo e a intolerância religiosa, sempre se faz necessário afirmar os conhecimentos e as artes

> que envolvem as religiões de matrizes africanas (Tinoco, Joannou, Antan, 2022).

Seguindo essa tradição de exaltar à negritude, em 2024, escola celebrou a vida e as obras da cantora, compositora e cirandeira, Lia de Itamaracá. A artista de oitenta anos, é natural do estado de Pernambuco, onde, em 2005, recebeu o título de Patrimônio Vivo e em 2018, foi agraciada com o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal de Pernambuco. Contudo, a agremiação conquistou apenas a décima quinta colocação, o que provocou o seu rebaixamento para a terceira divisão do carnaval carioca (Série Prata), cujos desfiles acontecem na Estrada Intendente Magalhães, em Campinho, Zona Norte da cidade.

Em 2025, foi a vez das religiões afro-brasileiras, como o candomblé, dominarem a narrativa, com o enredo *Ebó – oferenda para os deuses.* Nela, os orixás do panteão iorubano, como Exu, Oxum e Oxumarê, foram lembrados, bem como as comidas oferecidas a cada uma dessas divindades, em um ritual de fé, devoção e purificação. Após a apuração das notas, a escola terminou em décimo lugar, colocação que a fez permanecer na Intendente Magalhães e não retornar aos desfiles da Marquês de Sapucaí, como havia projetado.

Enredos como os detalhados acima ajudam a traçar um perfil narrativo da escola Morro da Formiga a partir da regularidade com que ela opta em abordar temas relacionados à negritude e às religiosidades de matriz africana. Essa frequência com que essas histórias desfilam pela avenida pode provocar questões relativas à memória e à identidade dos desfilantes. Diante dessa hipótese, surgem algumas questões: de que forma os componentes se apropriam dos saberes expressos nos enredos desenvolvidos pela agremiação? No caso específico dos sambistas em situação de ensino e aprendizagem, como essa experiência atravessa as suas vidas?

"No Império da Tijuca, negritude é lei": o potencial dos enredos afro

No campo das Ciências Humanas, não é raro encontrar estudos recentes que destacam o potencial das escolas de samba de narrar histórias para uma ampla audiência, bem como de promover debates públicos se semelha ao que muitos professores de história individualmente já fazem em suas aulas de aulas, porém para uma recepção menor dos que acompanham os desfiles das escolas de samba no carnaval. Em virtude disso, muitos desses estudos buscam entrelaçar os saberes

afrodiaspóricos presentes nos desfiles de carnaval com os conhecimentos escolares.

Após a repercussão provocada por desfiles como o do Paraíso do Tuiuti, em 2018,[4] e da Estação Primeira de Mangueira, em 2019[5], Hebe Mattos e Martha Abreu (2019) redigiram um texto no *blog Conversa de historiadoras* intitulado "Viva o Carnaval!", em que destacam que o papel de anunciar uma narrativa pública e coletiva da História não se restringe a figura do carnavalesco, mas perpassam os diversos segmentos que compõem os cortejos das escolas de samba: os casais de

[4] Com o enredo *Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão?*, o G.R.E.S. Paraíso do Tuiuti em 2018 alcançou a melhor colocação de sua história, com o vice-campeonato, com um desfile marcado pelas críticas ao governo do então presidente do país, Michel Temer, e a grupos políticos reacionários. A repercussão foi tão grande, que se tornou o assunto mais comentado na rede social *Twitter*, atual X. Para saber mais, veja em: https://www.jb.com.br/carnaval-2018/noticias/2018/02/12/paraiso-https://www.jb.com.br/carnaval-2018/noticias/2018/02/12/paraiso-do-tuiuti-vira-assunto-mais-comentado-do-twitter.htmldo-tuiuti-vira-assunto-mais-comentado-do-twitter.html. Acesso em: 10 fev. 2025.

[5] Em 2019, com o enredo *História para ninar gente grande*, o G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira conquistou o campeonato naquele carnaval ao retratar personalidades negras, indígenas e populares que, em certa maneira, não estavam presentes nas páginas dos livros escolares de História. O samba-enredo que embalou a apresentação da escola fazia menção ao nome da vereadora carioca Marielle Franco, assassinada em 14 de março de 2018. Fato que causou comoção nacional e contribuiu para a popularização da letra da canção. Para saber mais, veja em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/06/politica/1551902790_097820.html. Acesso em: 11 fev. 2025.

mestres-salas e porta-bandeiras, passistas, ritmistas, compositores, baianas, dentre outros. Nesse sentido, elas situam "as escolas de samba como lugar privilegiado de produção de pensamento crítico sobre a história do Brasil, local de produção de história pública no sentido mais sofisticado e abrangente do termo" (Abreu, Mattos, 2019).

Nessa mesma direção, no ano seguinte, outras historiadoras também abordaram o tema e corroboram a importância dos cortejos afro-brasileiros na disseminação de narrativas. No texto "Sobre sambas-enredo e ensino", publicado no Portal *Geledés*, Clícea de Miranda, Idalina de Freitas e Maria Claúdia Ferreira (2020) destacaram as escolas de samba como espaços de promoção de aprendizagens, sobretudo no que refere às heranças africanas. Para tal conclusão, elas elaboraram um breve um estudo comparativo entre os desfiles da Unidos do Viradouro de 1994, *Tereza de Benguela–Uma Rainha Negra do Pantanal* e o apresentado pela agremiação paulistana Barroca Zona Sul, em 2020, *Benguela, a Barroca Clama a Ti, Teresa,* em que homenagearam a mesma personalidade negra: liderança homônima do Quilombo do Quariterê (Piolho), no Mato Grosso, no início do século XVIII.

Nesse período, outro historiador que se dedicou sobre o tema foi Emerson Porto (2019), mencionado na epígrafe deste texto. Ao se concentrar nos estudos nas letras dos sambas afro da Nenê de Vila Matilde, o autor concluiu que os desfiles, nos quais as culturas afro-brasileiras e africanas estão em primeiro plano, se configuram, em certa medida, como atos de reafirmação de identidade negra. É, por meio desse desfilar de histórias, que personagens que outrora foram invisibilizados pela historiografia oficial, podem ganhar repercussão e se tornar assunto de debates públicos. Em uma competição, marcada por canto, dança e batucada, o que está em jogo não é somente o campeonato de melhor escola, mas as disputas em torno da memória e da cultura nacional que forjam a sociedade.

Em resumo, as ideias apresentadas anteriormente demonstram como as agremiações conseguem compartilhar para um grande público histórias como de figuras que influenciaram a formação nacional, mas que frequentemente não eram vistas nos livros didáticos. No entanto, essa evidente associação entre os desfiles de carnaval e a educação formal é discutida a partir das percepções dos professores. Mas o que os estudantes que desfilam no carnaval realmente pensam sobre isso? Essa conexão, frequentemente mencionada por pesquisadores entre

os enredos afro e as aulas de História, é facilmente percebida por eles? Quais relações eles estabelecem entre o que aprendem na escola e o que vivenciam na Avenida? Por que não incluir as visões desses da juventude do samba quando o assunto é carnaval e práticas educativas?

Em virtude disso, esta pesquisa demonstra-se relevante e original ao concentrar as análises nos jovens sambistas em situação de ensino e aprendizagem, em detrimento a maioria dos estudos, em que os selecionados para participar das entrevistas são os professores, carnavalescos. Além disso, a ausência de estudos especializados sobre a escola de samba educativa Império da Tijuca torna essa investigação como uma produção que visa contribuir para o campo científico da história social da cultura.

Diálogos entrecruzados entre samba, educação e identidade negra

Ainda acerca da matéria *Sambar não é só sambar,* em entrevista ao jornalista Francisco Duarte, do *Jornal do Brasil,* com Sinval Silva destacou a adoção de cada um dos termos que compõem o nome da agremiação:

> Grêmio, porque aquilo era um prolongamento de nossos lares. Recreativo, porque um dos seus objetivos era divertir. Escola de samba, porque era para ensinar samba, mesmo. Educativa, e aí este seu símbolo, porque realmente educava, abria espaço para que seus frequentadores pudessem progredir na vida. O império tem uma história mais comprida, mas a intenção era deixar claro que a escola era mais fechada, para ser dirigida por um grupo só, tudo com muita hierarquia. Um dia talvez chegasse a se transformar em república, como aconteceu com o Brasil, mas no começo era mesmo um império. Finalmente, Tijuca, em homenagem ao nosso bairro (16 fev. 1980, Caderno B, p. 6).

É interessante pensar como o nome de uma escola de samba, situada em uma favela carioca, pode estar vinculado ao período imperial brasileiro. Segundo as palavras do sambista, a prerrogativa pela escolha da expressão se relaciona ao regime monárquico em virtude da restrição do comando da agremiação a um grupo familiar[6] e não a uma prática democrática em que se realiza um pleito para eleição de um presidente. Em contrapartida, devemos sinalizar que as escolas de samba são associações fundadas aproximadamente três décadas após a

[6] Ver mais em: UM morador da comunidade assume a presidência do Império da Tijuca e leva a escola à elite do carnaval. *Revista Explosão in samba,* 2018. Disponível em: < https://www.revistaexplosaoinsamba.com.br/post/2018/05/04/um-morador-da-comunidadeassume-a- presid%C3%AAncia-do-imp%C3%A9rio-da-tijuca-e-leva-a-escola-%C3%A0-elite>. Acesso em: 01, nov. 2023.

instauração da república no país, ocorrida a partir de um golpe de Estado em 15 de novembro de 1889, sob égide das lideranças militares, sem quaisquer indícios de participações populares e de ex-escravizados. Devido a esse perfil excludente, historiador José Murilo de Carvalho nomeou uma de suas obras como Os *bestializados: Rio de Janeiro e a República que não foi* (1987).

O historiador nos ajuda a compreender o contexto social em que decorreu a passagem do período imperial para o republicano, marcado pela exclusão social, cujo governo era comandado por membros das elites e não escolhido pelas massas populares. Os ventos de bonança de um novo amanhã perderam o fôlego. A novidade trazida pela república não representou profundas mudanças no cenário político e econômico brasileiro. Sinval aborda a possibilidade "de quem sabe um dia" se tornar uma república como o país. Nessa transição de império para regime republicano, seriam os moradores da Formiga que proclamaram essa república?

A noção de samba expressa nesse texto vem do pesquisador Muniz Sodré (1998) como círculo comunitário, também tem suas contraditórias, discriminações e silenciamentos, uma vez que é atravessado por diferentes ideias, indivíduos, ideologias e, sobretudo, a necessidade de diálogo

com diversas instâncias para conquistar o seu reconhecimento e legitimação. Estudar a cartografia dos redutos negros cariocas a partir dos escritos de Sodré (1998) nos auxilia a vislumbrar as tramas políticas e os transmites de negociação com o poder público que conduziram o samba urbano desde o seu nascedouro em solo carioca, ao estrelato internacional, cujas tias baianas ocuparam papéis de destaque em seu assentamento.

As discussões seguem os passos de outros autores que também se dedicaram a analisar o nascimento do samba, bem como das escolas de samba, em meio à conjuntura política da passagem da monarquia para a república no Brasil, na virada do século XIX para o XX. A ideia consiste em investigar as bases conceituais que fortalecem a compreensão de como esses circuitos comunicativos do samba culminaram com o atual formato dos cortejos momescos, tal como os conhecemos hoje. O legado das amarras do sistema escravista, herdado pela festa, alumina os itinerários formativos das agremiações carnavalescas, ensinando-as, desde cedo, sobre a importância de atos de resistência para não sucumbirem aos mecanismos de controle e dominação sobre os corpos negros, suas culturas e modos de agir e pensar.

A atenção às narrativas cantadas, dançadas e tocadas na Avenida pode plantar questionamentos sobre os papéis ocupados pelos estratos negros da sociedade brasileira. Alguns temas, não tão em voga nos ambientes escolares em décadas passadas, desfilaram pela Sapucaí na contramão da historiografia oficial. Para tentar finalizar esse coser inicial, destacamos o Jesus Martin-Barbero (1997), no que tange a discussão do conceito de mediador cultural. Seria o carnavalesco este facilitador de alguns temas para as grandes massas populares? Visto que ao desenvolverem enredos, fazem circular pela cidade: alegorias, fantasias e saberes.

Embora Barbero não aborda a questão das funções do carnavalesco, a pesquisadora Maria Laura Cavalcanti (2006), se dedica a este estudo a analisar que o talento de alguns carnavalescos "consiste também na capacidade de verbalizar, de forma muito didática e sistemática, os processos sociais em curso dos quais são partes integrantes. Os carnavalescos são intelectuais, muitas vezes com claras propostas de atuação na 'cultura popular'" (Cavalcanti, 2006, p.72). Desse modo, eles se configuram como mediadores culturais da Avenida, ao desenvolver enredos que, ao fazer circular pela cidade:

alegorias, fantasias, que promovem trocas, compartilhamentos e discussões.

Considerações finais

A escola de samba educativa Império da Tijuca apresenta em sua história uma série de enredos cuja temática central versa sobre a cultura afro-brasileira. Os resultados iniciais apontam que a maioria dos entrevistados entende negritude como sinônimo de luta pelo combate ao racismo e defesa pela liberdade religiosa, além de conseguirem identificar o impacto da memória escravista nos cotidianos das populações negras brasileiras.

Em razão disso, a agremiação assume um papel de propagador e mensageiro dos saberes afrodiaspóricos para a comunidade. Alguns desses jovens sambistas podem ter conhecidos histórias e personagens negros por meio dos enredos, antes mesmo desses tais temas serem abordados na escola. Portanto, as apropriações que esses jovens fazem da experiência no Império da Tijuca frequentemente diverge do que é ensinado na educação básica. Isso pode ocorrer devido à falta de um aprofundamento na história do negro no Brasil nas aulas

de história, ou pela extensão do que eles entendem por educação: para além dos conteúdos curriculares.

Referências

ABREU, Martha. MATTOS, Hebe. "Viva o carnaval!" *Conversa de historiadoras*, 2019. Disponível em: https://conversadehistoriadoras.com/2019/03/07/viva-ocarnaval/?fbcli. Acesso em: 10 out. 2023.

BARBERO, Jesus-Martin. *Dos meios às mediações*: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997, p. 45–89.

CARIBÉ, Jorge. Abre-alas Império da Tijuca. *G.R.E.S.E. Império da Tijuca,* 2019. Disponível em: https://www.imperiodatijuca.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Abre-Alas-Imp%C3%A9rio-da-Tijuca.pdf. Acesso em: 06 jan. 2024.

CARNAVALESCO. Império da Tijuca define enredo e levará história de Lia de Itamaracá para Sapucaí no Carnaval 2024. *Site Carnavalesco*, 31 mar. 2023. Disponível em: https://carnavalesco.com.br/imperio-da-tijuca-define-enredo-e-levara-historia-de-lia-de-itamaraca-para-sapucai-no-carnaval-2024/. Acesso em: 07 jan. 2024.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Carnaval carioca:* dos bastidores ao desfile. 3° ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

DUARTE, Francisco. "Sambar não é só sambar". *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16, fev. 1980. Caderno B, p.6. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1980_00312.pdf. Acesso em: 19 out. 2023.

FARIA, Guilherme José Motta de Souza. "As escolas de samba cantam sua negritude nos anos de 1960: uma página em branco na historiografia sobre o

movimento negro no Brasil". In: ABREU, Martha; XAVIER, Giovana; MONTEIRO, Lívia; BRASIL, Eric. *Cultura Negra vo1 1*: festas, carnavais e patrimônios negros. Niterói: Eduff, 2018.

FERREIRA, Emerson Porto. Sou da Negritude, o fruto e a raiz: os sambas afro-brasileiros da Nenê de Vila Matilde. Rio de Janeiro: Rico Editora, 2019.

IMPÉRIO DA TIJUCA. *Samba-enredo 2022 - Samba de Quilombo: a Resistência Pela Raiz.* Disponível em:https://www.letras.mus.br/grese-imperio-da-tijuca/samba-enredo-2022-samba-de-quilombo-a-resistencia-pela-raiz/. Acesso em: 05 jan. 2024.

IMPÉRIO DA TIJUCA. *Samba-enredo 2023 – Cores do Axé.* Disponível em: https://www.letras.mus.br/grese-imperio-da-tijuca/samba-enredo-2023-cores-do-axe/. Acesso em: 06 jan. 2024.

MIRANDA, Clícia Maria Augusto de; FREITAS, Idalina Maria Almeida de; FERREIRA, Maria Claúdia Cardoso. Sobre sambas-enredo e ensino: um lugar para Tereza de Benguela nas aulas de história. *Humanas***:** Pesquisadoras em Rede, 25 jul. 2020. Disponível em: https://www.humanasrede.com/post/sobre-sambas-enredo-e-ensino. Acesso em: 28 set. 2023.

SIMAS, Luiz Antônio; FABATO, Fábio. *Para tudo começar na quinta-feira***:** o enredo dos enredos. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2015.

SODRÉ, Muniz. *Samba, o dono do corpo.* 2° ed. Rio de Janeiro: Maud, 1998.

Quadrinhos nas aulas de História: uma reflexão sobre aprendizagem por intermédio de recursos didático/afetivos

Priscilla Damasceno Rodrigues
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista FAPERJ

Esta comunicação é resultado da pesquisa de doutorado que estamos desenvolvendo desde 2022, a respeito de como as histórias em quadrinhos podem ocupar o lugar de materiais histórico/didáticos/afetivos. No quarto capítulo deste trabalho, utilizamos uma metodologia que buscou captar registros qualitativos e quantitativos, analisando como os/as estudantes apreendem o conteúdo de História, através da linguagem quadrinística. Nesse caminho, organizamos rodas de conversas ao final das aulas regulares, onde utilizamos as narrativas históricas gráficas. As rodas também fizeram parte da dinâmica de culminância de nossa análise, no final do ano letivo, momento que chamamos de laboratório de quadrinhos históricos, a fim de registrarmos as emoções e percepções dos/das discentes.

Segundo o professor Marcelo Fronza, os quadrinhos construídos com roteiros historiográficos, seja por professores/as, ou pelos/as estudantes, podem ser considerados

como artefatos históricos/didáticos, como material de síntese do conhecimento apreendido, e também como fontes históricas. Nesse sentido, um dos primeiros passos para o desenvolvimento desta pesquisa foi a construção dos quadrinhos históricos, com os quais trabalhamos o conteúdo do primeiro semestre do sexto ano do Ensino Fundamental. Os roteiros que foram elaborados passam por temáticas que envolvem as narrativas criacionistas; a África em sua condição de berço da humanidade; a antiguidade africana, através das experiências vividas no Egito e Reino de Kush; povos originários do atual Brasil, através da experiência da etnia Krenak e finalmente a história das indígenas mulheres, considerando a questão étnica e de gênero. Acreditamos que estudantes podem aprender com mais qualidade através da leitura dos quadrinhos históricos, pois se envolvem de maneira mais disponível e positiva nas aulas com esse tipo de material. Uma abordagem adequada, sensível e mobilizadora pode promover uma comunicação melhor com a realidade e a subjetividade dos/das estudantes.

Nos capítulos iniciais desta tese revisitamos nossa construção teórica desenvolvida durante o curso de mestrado, trazendo à tona a relevância da modalidade narrativa no fazer historiográfico acadêmico e didático, nesse quadro trabalhamos

o conceito de narrativas históricas gráficas e sua aplicabilidade no ensino de História. Partimos para os autores/as que nos apoiaram nas reflexões acerca do papel das emoções no aprendizado da nossa disciplina. Henri Wallon, bell hooks e Paulo Freire foram nossos principais aportes nesse caminho. Em seguida trouxemos os quadrinhos como possibilidade de recurso didático de um projeto educacional com direto compromisso antirracista. Durante nosso trajeto fizemos apontamentos que nos conduzem a ideia defendida nesta tese de que a escolha e elaboração das narrativas históricas em formato de quadrinhos também reflete um engajamento afetivo por parte da/do docente que deseja tocar a subjetividade dos/das estudantes de forma científica e afetuosa.

No ano letivo de 2024, lecionamos para as três classes de sexto ano da Escola Municipal Calouste Gulbenkian, assim as turmas 1601, 1602 e 1603, ganharam a condição laboratório de nossa pesquisa. Três grupos compostos por uma faixa etária similar, pareando entre 10 e 13 anos, aproximadamente, mas que guardavam suas particularidades, o que consequentemente refletiu em nosso trato coletivo, no andamento do roteiro das aulas e na aprendizagem de cada estudante. Observar essas especificidades cientificamente é extremamente estimulante e

desafiador e vivenciar com essas/as jovens a magia dos olhos brilhantes quando se sentem conectados com os temas e as abordagens das aulas é um acréscimo de riqueza que o chão da escola nos oferece muitos anos antes de nascer a ideia dessa tese.

A metodologia com a qual trabalhamos, buscou captar registros qualitativos e quantitativos a respeito de como os/as estudantes apreendem o conteúdo de História, através da linguagem quadrinística. Nesse caminho, organizamos rodas de conversas ao final das aulas onde utilizamos as narrativas históricas gráficas. As rodas também fizeram parte do projeto de culminância de nossa pesquisa no final do ano letivo, momento que chamamos de laboratório de quadrinhos históricos, a fim de registrarmos as emoções e percepções dos/das discentes. O roteiro das perguntas que foram feitas nessa ocasião pretendeu suscitar os seguintes questionamentos: como esses jovens (ou ainda crianças) se sentem com esse tipo de aula? Quanto essa abordagem interfere no processo de aprendizagem histórica? Qual o papel das emoções nesse processo? Como conteúdos sensíveis e mobilizadores, adequados a realidade dos/das estudantes funcionam como pontes subjetivas e gatilhos cognitivos? Qual a importância das relações afetivas entre professores/as e alunos/as e entre os/as próprios/as estudantes?

Como um ambiente acolhedor, lúdico e empático potencializa as relações humanas e o processo de aprendizagem? Como eles descobriram que aprenderam a história contada com esse tipo de narrativa quadrinizada?

A roda de conversa apresenta relevância enquanto metodologia de pesquisa, especialmente, mas não exclusivamente, na área da Educação. Em um artigo publicado na Revista Temas em Educação Adriana Ferro Moura e Maria da Glória Lima (2014) apresentam a possibilidade da escolha deste instrumento na apreensão de dados científicos da pesquisa narrativa, avaliando que este tipo de abordagem investigativa se debruça em compreender os significados que o grupo focal atribui ao fenômeno estudado. Segundo as autoras a roda de conversa pode transformar caminhos, criar e amadurecer opiniões, além de produzir dados respeitáveis, cheios de conteúdos e sentidos. Ao pesquisar a importância das emoções no aprendizado de História, utilizando quadrinhos e através de uma culminância relacional de caráter leve e interativo, chegamos à captura e observação de informações que converge com a prática escolar afetuosa, que temos defendido durante todo nosso trabalho.

Nessa dinâmica de fala e escuta promovida durante as rodas de conversa encontramos a metodologia que julgamos condizente com as preocupações e pautas levantadas e observadas nessa pesquisa. O exercício de verbalizar e ouvir sua própria fala e a dos/das colegas de classe funcionou em nossos grupos focais, no caso as turmas do sexto ano, como um importante fator de estímulo afetivo e cognitivo, durante todo nosso processo. Havia necessidade de organização e respeito nos momentos de expressão, os entrecruzamentos de falas poderia acontecer e seria até mesmo bem-vindo, contanto que o ambiente participativo e inclusivo prevalecesse e que o bom aproveitamento coletivo e subjetivo fosse possível nesses encontros. Pelas rodas de conversa captamos o significado que os indivíduos ou grupos atribuem ao problema social e humano que investigamos.

Compreendemos o caráter subjetivo e também coletivo dos dados que buscávamos cercar nesses encontros. Em nosso caminhar, cultivamos o cuidado em catalogar e posteriormente analisar o que as falas apresentavam e o que escondiam, sem esquecer da necessidade de considerarmos cientificamente até que ponto elas atendiam as expectativas da pesquisadora enquanto materiais suscetíveis para o amadurecimento de nossa

tese. Acreditamos, contudo, que as rodas de conversas se apresentaram como um caminho de compartilhamento, síntese e troca de grande valia para este trabalho, produzindo resultados científicos satisfatórios.

O material didático quadrinizado que foi utilizado nas aulas do primeiro semestre do ano letivo de 2024 foram elaborados durante os dois semestres, sendo que a maior parte já tinha sido manuseada e trabalhada nas turmas antes do recesso de julho. Nos encontros que foram programados para o apagar das luzes do período letivo, tivemos a oportunidade de registrar os dados observados acompanhando o seguinte roteiro: exposição das obras na mesa da professora, apresentação individual de cada uma das obras que traziam abordagens diversas – além das obras que desenvolvemos especialmente para essa pesquisa, foram apresentadas outras obras quadrinizadas com temáticas semelhantes e perspectivas variadas – passando para escolha da obra que os/as estudantes gostariam de trabalhar através de suas artes autorais ou copiando trechos de seus interesses e depois dos desenhos recolhidos iniciamos nossa roda de conversa onde os/as estudantes tiveram espaço de fala aberta, respondendo perguntas que atenderam diretamente a investigação do nosso problema de pesquisa.

Sobre as aulas com as quais trabalhamos nossa modalidade de pesquisa, optamos por criar um diário de pesquisa, registrando momentos desde a elaboração do plano, recursos didáticos utilizados, logística oferecida pela unidade escolar, além das ações e reações dos estudantes durante esses encontros específicos.

Dedicamos todo o segundo semestre do ano letivo de 2024 para finalização das obras quadrinizadas de nossa pesquisa; para o levantamento de obras de outros autores/as quadrinistas que trabalham conteúdos programáticos semelhantes aos propostos pelo currículo da SME-RJ para o Ensino Fundamental e, finalmente, para organização do roteiro de perguntas e dinâmica que faria parte da culminância do nosso trabalho. Aqui nasceram as duas últimas obras “Borun/Krenak: o povo do Rio Doce” e “Cultura e resistências das indígenas mulheres: corpos-território de ancestralidade e potência”. Nesse movimento encontramos obras riquíssimas com as quais pudemos construir multiperspectivas a respeito dos temas históricos que foram abordados em nosso laboratório. Nosso objetivo nesses encontros foi observar e catalogar de forma sistemática as impressões dos/das estudantes em relação às emoções que mobilizam quando se deparam com uma aula de

história que traz uma história em quadrinho como material didático básico.

Fizemos uma cuidadosa coletânea reunindo quadrinistas indígenas e não indígenas africanos e brasileiros, compilando obras que dialogassem com as temáticas que trabalhamos durante o ano e no laboratório final. Citamos "Fronteira" (Aguiar, Dahil e Luiz, 2020); "Povos Indígenas em Quadrinhos" (Macedo, 2012); "Séno Mókere Káxe Koixómuneti. Sol: a Pajé surda" (Souza, Cezar e Ponnick, 2021); "AfroHQ" (Braga, 2010); "Aya de Yopougon" (Abouet & Oubrerie, 2011) e "Dandara" (Costa, 2021). A primeira obra trata-se de uma aventura cultural e romântica versando sobre o encontro entre Caboquinho e Kika dois personagens de universos muito distintos. Um jovenzinho amazonense – que retrata a coragem e riqueza mesclada pela ancestralidade indígena e a cultura dos caboclos locais – acaba encontrando de forma mágica a menina marroquina e juntos vão desbravar o ambiente mitológico manauara. A segunda obra citada é resultado de décadas de pesquisa desenvolvida por Sérgio Macedo. O autor constrói um vasto apanhado utilizando fontes diversas como publicações nacionais e internacionais, de órgãos governamentais – como a FUNAI – e não governamentais, trabalhos de mestrado,

materiais audiovisuais como filmes e documentários, unindo, portanto, documentos sobre diversos povos originários do atual Brasil. Acaba decidindo retratar em sua obra as etnias com as quais manteve contato direto, tais como: os yanomamis, os xavantes, os povos do Xingu, os kayapós e os suruís. Ainda nesse primeiro grupo temático encontramos a preciosa obra de Ivan Souza, Kelly Priscilla Cesar e Julia Ponnick que é uma bela demonstração da língua indígena de sinais utilizada pelos surdos-mudos da etnia terena. As autoras e o autor reforçam o reconhecimento e a preservação das línguas de sinais indígenas que nesse quadrinho é apresentada em formato plurilíngue, sinalizada também na Língua Brasileira de Sinais. A narrativa conta a história de Káxe uma indígena mulher surda e anciã que desempenha a função religiosa de pajé (Koixómuneti) em sua comunidade.

O segundo bloco temático composto por narrativas africanas e/ou afro-brasileiras contou com a participação de verdadeiras relíquias que reforçam a influência de África na cultura e religiosidade local, evidenciando o passado do continente enquanto berço da humanidade e gerador de ciências e saberes variados, que, contudo, sofreu e sofre seculares tentativas de apagamento, opressão e demonização. A primeira

obra que citamos aqui é de autoria de Amaro Braga e traz um misto interessante de personagens das religiões de matrizes africanas atravessando e narrando importantes eventos e contextos históricos. Exu, Oxaguiã e Nanã são alguns dos orixás que protagonizam as primeiras cenas organizando a "roda da vida" como um marco de reunião espiritual, seguido de várias cenas que perpassam a história do continente mãe, da diáspora para o Brasil, o doloroso processo de escravização e finalmente a cultura e resistência afro-brasileira até os dias atuais.

A segunda e terceira obras deste grupo retratam um contexto histórico mais contemporâneo. Na série "Aya de Yopougon" acompanhamos o cotidiano de jovens da Costa do Marfim que vivem as típicas confusões, paixões e dilemas da juventude de sua geração, fugindo de clichês banhados de dores que geralmente são atribuídos ao cotidiano africano. A crônica não busca silenciar os pontos sensíveis vividos pelos amigos e familiares do bairro de Yopougon, mas foca na construção de um retrato social honesto, porém cheio de sabores, cores, belezas, amores e amizades. Seguindo o caminho das pautas políticas e culturais atuais temos o quadrinho "Dandara" produzido com a parceria dos professores Bruno Maciel Costa e Jairo de Souza, obra feita por profissionais da educação, preocupados e

engajados na prática docente antirracista, valorizando e representatividade dos negros e negras na sociedade brasileira.

O processo amadurecimento de nossa metodologia aconteceu especialmente durante o último ano da pesquisa. Buscávamos um método de captação de dados capazes de registrar de forma mais precisa possível as sensações, os afetos e sentimentos que perpassam a subjetividade dos/das estudantes antes, durante e depois que ministramos uma aula utilizando quadrinhos. As rodas foram fundamentais para culminância da pesquisa. Nesses encontros organizamos a dinâmica dos laboratórios de quadrinhos históricos, respeitando nossos interesses científicos, sem abrir mão da proximidade humana de nossa relação docente/discente construída durante todo ano letivo de 2024.

Essa etapa final funcionou como uma síntese do caminho que trilhamos juntos nos meses antecedentes, onde utilizávamos os materiais quadrinizados como parte de uma sequência didática comprometida em comunicar e trocar conhecimentos históricos de forma envolvente, empática e lúdica. Ao londo de todo o processo mantivemos a preocupação em fazer das aulas de História um ambiente respeitoso empático e participativo aos alunos e alunas de cada uma das turmas, para além de registros

sépticos e estritamente qualitativos e quantitativos. Uma pesquisa na área da Educação, em nosso caso específico no escopo do ensino de histórica, que se debruça em observar e catalogar aprendizagem e emoções humanas, traz consigo esse ponto essencial.

Organizamos a logística do laboratório deixando todo material impresso preparado para em seguida encadearmos uma leitura na ordem das aulas que foram ministradas no primeiro semestre. Realizamos essa atividade na primeira semana do mês de dezembro de 2024, exatamente no apagar das luzes do ano letivo. Na primeira parte da dinâmica, as turmas foram organizadas em duplas e o material todo ficou exposto na mesa da professora. Ao final da exposição oral e das leituras, cada aluno e aluna recebeu uma atividade impressa contendo seis questões objetivas e uma proposta de desenho, onde escolheriam um dos temas trabalhados durante o ano, construindo uma pequena narrativa quadrinizada contando seu tema favorito.

Na quinta-feira demos continuidade ao laboratório, organizando as salas de cada uma das três turmas para nossa roda de conversa. No verso da folha de atividades, que utilizamos na primeira etapa, organizamos oito questões principais para basear nossa interação e dar bastante espaço às falas dos/das estudantes.

Assim, introduzimos nossa conversa relembrando com os/as estudantes os conteúdos históricos ministrados no ano corrente e como foram nossas aulas com e sem o uso dos quadrinhos. Falamos sobre nossa interação humana durante o período e finalmente solicitamos que respondessem oralmente às perguntas que seriam feitas, de forma mais tranquila e honesta possível.

Seguimos para os registros das respostas dos/das estudantes. Sobre a primeira pergunta, a respeito de como se sentiam quando a professora utilizava quadrinhos nas aulas de História tivemos poucas variações entre as três turmas. Na turma 1601 a maior parte dos presentes verbalizou que gostavam desse tipo de dinâmica, uma menina disse que se sentia "normal" e um menino respondeu que se sentia "feliz", sorrindo e balançando os braços para cima. Na turma 1602 a maioria respondeu que gostava desse tipo de aula. Aqui não tivemos respostas ou manifestações passionais, expressando o que geralmente acontecia na prática das aulas com a utilização desse material. A turma aceitava bem essa prática, sem muitos questionamentos ou demonstrações excessivas de emoções. Na turma 1603 uma aluna respondeu que não gostava muito e que preferia copiar os textos no quadro. Alguns estudantes responderam que se sentiam

normais e uma parcela menor – os alunos com faixa etária mais baixa, entre 11 e 12 anos – disseram que gostavam muito das aulas com os quadrinhos.

A partir da segunda pergunta sentimos que as três turmas começaram a apresentar uma postura mais à vontade e ficaram mais participativos na roda de conversa, verbalizando suas respostas com maior riqueza de detalhes, expressando melhor suas opiniões e percepções. Na turma 1601, houve um aluno que manifestou que gostava mais das aulas com as leituras do livro didático e as cópias da lousa. Curioso dado, o mesmo menino, com o qual construímos uma interação carinhosa desde o início do ano letivo, fazia excelentes reproduções dos quadrinhos curtos e das ilustrações que foram feitas na lousa durante várias aulas do ano. Intrigada, a professora pergunta ao mesmo se gostaria de explicar sua resposta, ele então relata que tinha preguiça de desenhar e que copiar e ler os textos era mais rápido, comentou sorrindo como se quisesse manter nossa curiosidade com seu mistério maroto. Nessa mesma turma a maioria apontou que gostava mais das aulas com os quadrinhos, porque não gostavam muito de copiar os textos da lousa. Na turma 1602 a maioria das crianças respondeu que preferiam as aulas com os quadrinhos. Algumas meninas e meninos inclusive explicaram

que quando liam as historietas conseguiam entender melhor o conteúdo através das imagens e cenas. Na turma 1603 a maior parte dos presentes disse que preferia as aulas com os quadrinhos e um menino, que apresentou desde o início do ano graves problemas com leitura e escrita, comentou que as aulas com HQs eram as melhores, porque ele entendia mais os conteúdos. De fato o interesse e engajamento do mesmo nas referidas aulas era visivelmente maior e apesar de infelizmente mostrar traços de um processo deficitário de alfabetização até aquele momento, gostava de manusear as historinhas e caprichava no desempenho nos desenhos solicitados

A terceira pergunta teve uma resposta praticamente coletiva nas três turmas. Questionados se gostavam de histórias em quadrinhos e o porquê dessa resposta, a afirmativa criou um coro que parecia refletir um gosto sincero, de maneira geral. Um menino da turma 1601, que constantemente levava mangás e outros tipos de HQs para ler nos intervalos das aulas apresentou uma empolgação um pouco mais apaixonada em sua resposta. Os/as demais estudantes sorriram com a manifestação do colega e pareciam entender o motivo de sua euforia.

Passamos para pergunta número quatro e aqui houve algumas variações entre as respostas. Caminharam para o

sentido que construíram na primeira pergunta, o diferencial é que nessa altura da roda de conversas já conseguiam ou se sentiam mais livres para responder. Na turma 1601, parte afirmou que se sentia mais envolvida e outra faixa da classe alegou que se sentiam "normais". Na turma 1602, a maioria quase absoluta expressou que se sentiam mais empolgados/as ou envolvidos/as nas aulas onde utilizamos os quadrinhos históricos. Na turma 1603, os/as estudantes que se manifestaram disseram que se sentiam mais envolvidos com este tipo de aula. Nem todos se manifestaram nessa pergunta, mas deixávamos incessantemente claro que externalização das respostas não era obrigatória.

A pergunta seguinte foi "como vocês descobriram que aprenderam os conteúdos históricos ministrados através dos quadrinhos?" E esse quinto bloco de respostas além de variado apresentou análises mais problematizadoras por parte dos/das discentes. Na turma 1601 alguns alunos e alunas responderem que perceberam que aprenderam o conteúdo histórico trabalhado quando começaram a realizar as atividades propostas, que decorreriam à leitura e explicação de cada quadrinho trabalhado. Alguns/as não quiseram opinar nessa pergunta, mas mantiveram atenção e respeito às respostas dos/das colegas. Na turma 1602

a resposta generalizada dialogou com o que haviam expressado na questão número dois, alegando que durante a leitura coletiva, que costumeiramente fazíamos de cada quadrinho, já começavam a assimilar parte do conteúdo e que a partir da segunda leitura, que faziam sozinhos, percebiam que estavam entendendo e aprendendo sobre o tema da aula. Na turma 1603 a maior parte da turma alegou que percebiam que estavam começando a aprender o assunto quando a professora fazia pausas na leitura e explicava os pontos do conteúdo contidos em cada cena dos quadrinhos. Nessa turma, o mesmo menino citado na segunda questão revelou que achava que aprendia mais ao olhar os desenhos das cenas.

Em relação a sexta questão, as três turmas apresentaram respostas e atitudes muito semelhantes, entoando um quase uníssono "sim" imediatamente depois que terminávamos a pergunta. Além de afirmarem que acreditam aprender melhor com abordagens mais lúdicas como as histórias em quadrinhos, acrescentaram que também gostam de aulas com uso de músicas, filmes ou qualquer outro tipo de brincadeiras. Explicaram que com essas ferramentas as aulas ficam "menos chatas". Alunos e alunas com faixa etária um pouco maior da turma 1603, beirando 13 anos, apresentaram a mesma linha de respostas,

demonstrando que também gostavam de atividades mais leves e divertidas. Professores/as que atuam no Ensino Fundamental II percebem que cada ano de vida (entre 10 a 15 anos, em casos de estudantes com idades regulares) esses jovens adquirem interesses, posturas e opiniões diferentes, estão em constante transformação hormonal e ressignificando seus papéis sociais, contudo, no caso que investigamos, mesmo os/as "mais velhos/as" verbalizaram seu interesse por aulas com metodologias brincantes.

Na sétima pergunta os estudantes se sentiram abertos não somente para confirmar a importância de relações afetuosas entre professores/as e estudantes entre discentes e discentes, como deram exemplos das aulas que mais gostavam justamente por terem mais afinidades com determinados docentes. Alegaram que a "educação" (gentileza) e o carinho dos professores/as os/as deixam mais calmos/as e atentos/as. Segundo os/as presentes, professores/as composturas mais sisudas os deixam mais comportados e que também aprendem muito com esses profissionais, mas o ambiente da aula não é tão livre e empolgante como a atmosfera que construídas por professores/as "mais legais". Relataram ainda que o respeito entre os colegas de classe é muito importante durante as aulas,

para se manterem mais concentrados e para que ninguém fique triste ou ofendido nesses momentos. Concluíram as respostas dessa questão relatando que percebem que quando algum/a aluno/a está aborrecido ou cabisbaixo, não consegue aprender direito. Respostas que trouxeram uma verbalização atenta e empática, deixando a professora/pesquisadora reflexiva e orgulhosa.

Antes de chegarmos na oitava e última questão, fizemos uma breve explicação de que estaríamos nos referindo à relação de afetos positivos tais como carinho, respeito e empatia. O "sim" absoluto chegou finalmente nessa resposta. As três turmas, com características bem específicas e diversas concordaram de maneira muito enfática, assentindo que as relações afetivas são muito relevantes para o processo de aprendizado. O efeito direto dessa pergunta foi um momento de coletividade e vibração, quando afirmavam a importância das emoções positivas no exercício de aprendizagem. Uma menina da turma 1603 assegurou que quando gosta de um professor/professora e a classe estabelece um pacto de colaboração, agindo respeitosa e carinhosamente entre os colegas e para com os/as docentes, ela consegue dedicar mais atenção ao tema ministrado, aprendendo mais e melhor.

Essas respostas foram muito elucidativas no sentido de analisarmos como pode acontecer o processo de aprendizado dos/das estudantes através deste tipo de metodologia. Aqui percebemos a aprendizagem acontecendo em três momentos subsequentes e encadeados: 1) na leitura coletiva, textual e imagética, seguida da explicação por parte da professora; 2) na leitura e reanálise subjetiva; 3) e finalmente durante a feitura da atividade de fixação e síntese proposta. Os estudos do paradigma narrativista no escopo do Ensino de História, acrescidos das pesquisas da neurociência e Psicologia da Educação, que foram explorados nos capítulos um e dois desta pesquisa, dialogam com nossas hipóteses previamente levantadas, caminhando, nessa altura, para construção de nossa tese.

As HQs, que neste trabalho chamamos de narrativas históricas gráficas, se apresentam como pontes cognitivas, além de ferramentas didáticas e imagéticas possíveis nas aulas de História, especialmente para crianças e jovens. Acreditamos que estudantes podem aprender com mais qualidade através da leitura dos quadrinhos históricos, pois se envolvem de maneira mais disponível e positiva nas aulas com esse tipo de material comprometido cientificamente com o ensino de História e com uma roupagem artística, empática e lúdica. Uma abordagem

adequada, sensível e mobilizadora pode promover uma comunicação melhor com a realidade e a subjetividade dos/das estudantes. Há importância das emoções no processo de aprendizagem, uma vez que seres humanos são relacionais. Relações amorosas e saudáveis curam e abrem caminhos para experiências escolares significativas e eficazes, refletindo no aprendizado dos/das estudantes. Segundo bell hooks (2000): "se todas as políticas públicas fossem criadas no espírito do amor, não teríamos que nos preocupar com o (...) fracasso de escolas em ensinar às crianças"

Referências

ABOUET, Marguerite & OUBRERIE, *Clemant. Aya de Yopougon*. v.1. Editora L&PM. Porto Alegre. 2011.

AGUIAR, Eunuquis; DAHIL, Malika & LUIZ, José. *Fronteira. Manaus*: Dois Traços. 2020.

BATISTA, Ruimar. *África é o berço da humanidade*. In. Acesse Piauí https://www.acessepiaui.com.br/ver_coluna2/1969/A-Africa-e-o-berco-da-humanidade-

BRAGA, Amaro. *AfroHQ:* História e cultura afro-brasileira e africana em quadrinhos. Recife. Edição do autor. 2010.

BANIWA, Braulina KAINGANG, Joziléia & MADULÃO, Giovana. *Mulheres:* corpos-territórios indígenas em resistência! Organização: Kassiane Schwingel. Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia: Conselho de Missão entre Povos Indígenas de Diaconia: Conselho de Missão entre Povos Indígenas, 2023.

COSTA, Bruno Maciel. *Dandara*. Edição do autor. Fortaleza. 2021.

DORRICO, Trudruá & NEGRO, Mauricio. *Originárias:* uma antologia feminina de literatura indígena. São Paulo Companhia das Letrinhas, 2023.

GUARANI, Emerson & PREZIA, Benedito. *A criação do mundo e outras belas histórias indígenas*. Goiânia. Editora Formato. 2011

HOOKS, bell. *Tudo sobre o amor:* novas perspectivas. São Paulo. Editora Elefante 2000.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Editora: Companhia das Letras, 2019.

_____. *Futuro Ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

_____. *A Vida Não É Útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MACEDO, Sérgio. *Povos Indígenas em quadrinhos*. Campinas: Zarabatana Books. 2012.

MOURA, Adriana Ferro & LIMA, Maria Glória. *A reinvenção da roda:* roda de conversa: um instrumento metodológico possível. In: Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan.-jun. 2014

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo. Companhia das letras. 2001.

RIBEIRO, Regina Maria de Oliveira. *Narrativa:* articulações entre pensamento e linguagem na aprendizagem histórica. Artigo publicado na Revista Eletrônica Documento/Monumento. v.12, p.60-81, 2014.

SEVIN-EROL, A., BEGUN, DR & YAVUZ, A. et al. *Um novo primata da Turquia e a radiação de hominídeos do Mioceno tardio*. In: Commun Biol 6, 842 (2023). https://doi.org/10.1038/s42003-023-05210-5

SOUZA, Ivan de; CEZAR, Kelly Priscilla Lóddo & PONNICK, Julia. Séno Mókere Káxe Koixómuneti. *Sol*: a Pajé surda. Araraquara: Letraria. 2021

WARSCHAUER, Cecília. *Rodas em rede*: oportunidades formativas na escola e fora dela. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2001.

Sílvio Romero: apropriações, sociabilidades e disputas no campo intelectual

Raphael Luís de Farias Silva
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista FAPERJ

Introdução

O presente trabalho deriva do projeto de pesquisa de mestrado em andamento intitulado "Sílvio Romero: Trajetória Intelectual, circulação e apropriação de ideias raciais em sua obra (1870- 1914)", que tem como objetivo analisar as obras do professor, advogado, crítico literário e poeta Sílvio Romero afim de pensar e refletir como o conceito de raça foi construído, debatido e utilizado no final de século XIX e início do século XX, período esse marcado pelas discussões sobre raça, identidade e fim do trabalho escravo no Brasil.

Nesse contexto de discussões acerca do conceito de raça e da identidade nacional, intelectuais tiveram papel decisivo nesse período ao formular teorias raciais, refletir sobre a identidade nacional e propor caminhos para superar o atraso do país. Dentre esses intelectuais, a Geração de 1870 se destaca por se envolver intensamente nesses debates, criticando o modelo escravista e discutindo os rumos da sociedade brasileira. Dentro

dessa geração de intelectuais, enfatizamos a figura de Sílvio Romero, cuja produção literária e crítica contribuiu de forma significativa para o pensamento de sua época.

Sílvio Romero: Reflexões acerca de sua trajetória

Para melhor compreender os embates no campo intelectual de Sílvio Romero e as ideias desenvolvidas por ele, se faz necessário analisar a sua trajetória, para que se possa entender o contexto histórico e social em que ele se encontrava e as redes de sociabilidade estabelecidas ao longo de sua carreira.

Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero, que mais tarde atenderia apenas como Sílvio Romero, nasceu no dia 21 de abril de 1851, no Sergipe, na cidade de Lagarto, sendo filho da brasileira descendente de portugueses Maria Joaquina Vasconcelos da Silveira e do comerciante português André Ramos Romero (RIO, 1908).

Embora dotado de privilégios financeiros que permitiriam que ele tivesse acesso à educação, os primeiros anos de Romero foram marcados pela adversidade, já que, no mesmo em que nasceu, uma epidemia de febre amarela se espalhou por diversas províncias da região norte, atingindo a mãe de Romero

que, incapaz de amamentá-lo, o que fez com que ele fosse separado de seus pais e enviado para o engenho de seus avós, com cerca de 6 semanas de nascido (MENDONÇA, 1938).

Romero remete a esse período de forma romanceada, afirmando que a vivência naquele lugar de belos trechos de matas e rios foi fundamental para a formação de sua identidade cultural e intelectual, como evidenciado no seguinte trecho: "Tudo que sinto do povo brasileiro, todo meu brasileirismo, todo meu nativismo vem principalmente dahi" (RIO, 1908, p. 39).

Esse período também foi o momento em que ele teve seu primeiro contato com os escravizados, onde ele cita especialmente a escravizada Antonia, a quem ele se refere como "mucama de estimação", que ficou responsável por cuidar dele no período em que ficou no engenho. Também foi no engenho onde Romero teve seu primeiro contato com a religião, como visto no seguinte trecho: "bem cedo aprendi as orações e habituei-me tão intensamente a considerar a religião como coisa séria" (RIO, 1908, p. 39).

Essa estadia no engenho durou até ele atingir a idade de 5 anos, quando, outra epidemia, dessa vez de cólera, o forçou a retornar a casa de seus pais, em 1856. O retorno, contudo, não lhe trouxe o acolhimento esperado, criado à distância, tinha

poucos vínculos com seus irmãos. Além disso, a vila de Lagarto estava em péssimo estado devido ao surto da doença, chegando ao ponto de Romero testemunhar sua irmã mais nova, Lydia, sucumbir às consequências dessa doença e, pouco tempo depois, sua mãe também veio a falecer pelas mesmas causas. Posteriormente, ao refletir e relatar sobre essa fase de sua vida, Romero afirmaria que ela resultou em um:

> estado d'alma que se produziu em mim e ainda hoje perdura digo-o á puri dade, quer me acredite, quer não. Habituei-me cedo a ser paciente, sofredor, ao mesmo tempo desconfiado, suspicaz, talvez, e, ainda por cima, resistente, belicoso (RIO, 1908, p. 39).

Essa frase de Romero pode ser compreendida como um esforço de romancear sua trajetória de forma a conferir uma origem e longevidade ao seu temperamento combativo que, por vezes, era criticado por outros intelectuais e que, como veremos mais à frente nesse trabalho, o fez protagonizar diversas polêmicas com seus contemporâneos. Dessa forma ele não apenas legitima sua postura intelectual polêmica, mas também constrói uma identidade marcada pela dor e pela resistência.

Em 1863, aos 12 anos, Romero é enviado ao Ateneu Fluminense. Ao contrário da sua infância no Norte. Em sua resposta para João do Rio, ele fala brevemente sobre esse

período, reconhecendo alguns professores que foram importantes durante aquele momento e afirmando que foi nesse período que ele despertou o gosto pela literatura através das aulas do Padre Gustavo Gomes dos Santos, que dava aulas de latim.

Romero também afirma que foi nesse período em que ele primeiro teve contato com ideias alemãs, citando os professores do Ateneu Francisco Primo de Souza Aguiar e o barão de Tautphoeus como responsáveis por sua fascinação por ideias e conceitos germânicos "(...) os dois últimos, é claro, devo o meu germanismo histórico, político, social" (RIO, 1908, p. 45).

Romero retorna do Ateneu Fluminense em 1868, com 17 anos e parte para ingressar na Faculdade de Direito do Recife. É nesse período que ele conhece Tobias Barreto, entra em contato com as ideias evolucionistas e cientificistas que estavam sendo difundidas na região e passam a integrar a chamada Escola do Recife, um grupo de intelectuais ligados à Faculdade de Direito do Recife e liderados por Tobias Barreto. Graças ao fato dessa Faculdade ser a mais acessível aos alunos do norte do país, a Escola do Recife conquistou uma grande influência nos estados dessa região (PAIM, 1999).

Esse contato com a Escola do Recife foi um ponto muito importante na carreira de Romero, sendo um momento que permitiu a ele estabelecer contatos que perdurariam por toda a sua carreira, principalmente no caso de Tobias Barreto, que constantemente era elogiado e defendido em suas obras. Ainda sobre Barreto, ele foi responsável por apresentar diversos textos para Romero, por isso, em sua resposta a João do Rio, ele reconhece que foi profundamente influenciado pelo "allemanismo litterario, pregado em Pernambuco, por Tobías Barreto" (RIO, 1908, p. 45).

Esse período coincide com os últimos anos da Guerra do Paraguai (1864–1870), um conflito que contou com a participação de pessoas escravizadas. Essa participação, junto das ideias cientificistas que já estavam sendo debatidas pela intelectualidade, fomentou reflexões sobre a escravidão e teve grande influência nas discussões acerca da abolição, da raça e da construção da identidade nacional (BARRETO, 2002).

Foi esse o contexto em que Romero iniciou sua carreira, formulando ideias sob a influência de paradigmas cientificistas e desempenhando um papel central na construção e no debate acerca dos conceitos de raça e identidade nacional (ALONSO, 2002).

Entender esse percurso percorrido por Romero se faz necessário para rastrear com quem ele formou redes de sociabilidade, quais as ideias ele teve contato e se apropriou ao longo de sua carreira, além de nos permitir entender as motivações e interesses que ele possuía ao se apropriar dessas ideias e elaborar as suas próprias.

Principais leituras de Sílvio Romero

Como estudado por François Sirinelli "um intelectual se define sempre por referência a uma herança" (2003, p. 248), dessa forma, ao se inserir no campo, um intelectual constrói um diálogo constante com as ideias que já foram produzidas por outros intelectuais, se colocando como um herdeiro que dará continuidade às ideias discutidas, ou que irá romper com essas ideias. De qualquer forma, a continuidade ou a ruptura dessas discussões se dão por meio do reconhecimento e do estudo daquilo que já foi construído anteriormente.

Dessa forma, ao iniciar sua carreira, Romero e os diversos outros intelectuais que ficariam conhecidos como a geração de 1870 foram influenciados pelas suas redes de sociabilidade, herdando as discussões sobre raça, nação,

progresso e identidade nacional que estavam sendo amplamente discutidas no meio intelectual.

Para Romero, a chave para entender a identidade brasileira seria a literatura, já que esta demonstra os costumes e tradições brasileiras e permitia que se identificasse as influências históricas, raciais e culturais do país. Devido a isso, uma de suas principais influencias foi o francês Edmond Scherer (1815-1889), que defendia que haveria dois modos de se escrever a história literária do país, como pode ser visto a seguir:

> Ha dois modos, disso muito bem Edmond Scherer, de escrever a historia litteraria: póde-se pender para as considerações geraes, referir os efteitos ás suas causas, distinguir, classificar. Mas póde-se tambem tomar por alvo reviver este mundo de poetas e escriptores do meio que tão grandes cousas produziu, procurar sorprender estes homens em sua vida de todo o dia, desenharlhes a physionomia, recolher as picantes anecdotas a seu respeito, e é forçoso declarar que esta segunda maneira, de escrever a historia litteraria encerra muito attractivo (ROMERO, 1903A:5).

Alegando que o segundo modo era impossível de ser feito no Brasil devido a sua curta história e produção literária autêntica, Romero opta pelo primeiro método, buscando classificar e distinguir as causas e os efeitos dos hábitos e memórias do povo brasileiro.

Na busca de identificar quais seriam esses elementos que explicassem as especificidades do brasileiro, Romero se apropriou de autores que estudaram a influência do meio na evolução dos indivíduos e no desenvolvimento de suas civilizações. Entre os autores que estudavam essa questão, Romero apropriou-se principalmente de Henry Thomas Buckle (1821-1862) e Michel Lévy (1809-1872).

No caso de Buckle, sua principal influência nas ideias de Romero vieram da obra *History of Civilization in England* (1857) em que ele argumentava que a alimentação, o solo e, principalmente, o clima desempenhavam um papel decisivo no desenvolvimento dos indivíduos, determinando a sua capacidade, ou incapacidade, de constituir uma civilização. Já Lévy o influenciou por meio de sua obra *Traité d'Hygiène* (1869), onde estabelece relações entre as condições climáticas e diferentes dimensões da vida humana, argumentando que o clima influencia não apenas em questões físicas, mas também nos aspectos emocionais e morais dos indivíduos.

Essas perspectivas influenciaram no entendimento de Romero, o fazendo defender que o calor e a umidade proveniente do clima tropical presente no Brasil era responsável, ao menos em parte, de produzir um povo apático, superficial, preguiçoso

e atrasado como evidenciado no seguinte trecho onde ele discute as ideias de Lévy: “o rapaz aos vinte annos, entre nós, quasi sempre ' está viciado e aos trinta é velho de corpo e de espirito” (ROMERO, 1903A, p.47).

Apesar de se apropriar dos textos desses autores, Romero não concordava totalmente com suas ideias. Para ele, o desenvolvimento das civilizações era um processo extremamente complexo e o clima, embora importante, não poderia ser a única forma de se explicar a evolução das diversas sociedades ao redor do mundo. Ele também defendia que, embora o clima tivesse influenciado em fatores negativos para a população brasileira, ele também trazia suas contribuições positivas, como evidenciado nesse trecho em que ele traça diferenças entre Portugal e Brasil: “a acção do clima tem contribuído para nossa integração nacional; na litteratura ella tem ajudado a effusão sentimental de nosso lyrismo, mais doce, suave e ardente do que o lyrísmo herdado dos portugueses” (ROMERO, 1903A, p.49).

Romero também defendia que os fatores históricos, culturais e raciais também deveriam ser analisados para se conseguir explicar a evolução humana e o desenvolvimento de suas sociedades. Dessa forma, ele se apropriou dos estudos de

Hippolyte Taine (1828-1893), que defendia a compreensão do homem baseado na análise de três principais elementos: a raça, o meio e o momento histórico.

Romero se apropriou das ideias de Taine sobre como a arte e a religião eram moldadas por questões históricas e biológicas, como evidenciado a seguir "(…) desde Taine e Renan, admittiu-se, além disso, o influxo divergente das raças nas creacões religiosas e artísticas" (ROMERO, 1903, p. 51) e, a partir disso, entendeu as manifestações artísticas, como a literatura, como frutos das questões sociais e raciais do país.

Outra grande influência foi o diplomata francês Conde Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), figura essa que ele orgulhosamente se referia como um de seus mestres. A sua principal influência nas obras de Romero ocorreu por meio da obra *Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas* (1853-1855), onde Gobineau defendia a superioridade moral, intelectual e física da raça branca e condenava a miscigenação por entendê-la como um processo que causava degeneração das qualidades que a raça branca possuía. Ao falar sobre o povo brasileiro, Gobineau alegava ser um povo desequilibrado, viciado e com aversão a trabalho, ponto esse que, como

mostrado na leitura de Romero sobre Lévy, o autor brasileiro também concordava.

Apesar de admirar a figura de Gobineau, ele discordava de seu "mestre" no que dizia a respeito da miscigenação, onde, para Romero, ela não representava um meio de degeneração, mas que sim que esse impacto poderia ser positivo para o desenvolvimento e progresso de uma civilização.

Para Romero, o povo brasileiro teve origem a partir da interação entre as três raças – negros, indígenas e brancos, e, por isso, o povo brasileiro seria mestiço "quando não no sangue, nas idéas" (ROMERO, 1903, p. 4). Dessa forma, os elementos a serem identificados e classificados para se entender a identidade brasileira seria a interação entre as três raças que, para ele, formaram o Brasil para assim definir qual seria a identidade do povo brasileiro.

Em busca da identidade nacional

Na busca por identificar as contribuições das três raças para a constituição da identidade brasileira, Sílvio Romero analisou os costumes, história, literatura e grau de evolução de cada uma para assim identificar suas principais contribuições

para o desenvolvimento da nação e a formação de uma identidade nacional:

> Incontestavelmente o portuguez é o agente mais robusto de nossa vida espiritual. Devemos-lhe as crenças religiosas, as instituições civis e políticas, a lingua e o contado com a civilisação européa. Na poesia popular a sua superioridade como contribuinte é, portanto, incontestável (ROMERO, 1903A, p. 85).

Ao analisar a raça negra, ele argumentava que a opressão causada em ser retirado de seu local de origem e explorado em um sistema escravocrata dificultava em muito rastrear todas as suas contribuições, sobretudo as contribuições intelectuais, como visto no seguinte trecho:

> era arrancado de seu solo; ninguém ou quasi ninguém lhe estudava a lingua; impunha-se-lhe uma estranha; era escravizado com rigor e não se lhe dava tempo senão para trabalhar mais e mais, e esquecer suas tradições da infancia. D'ahi a quasi impossibilidade em que estamos hoje no Brasil para assignalar o que, pelo lado intellectual, lhe devemos" (ROMERO, 1903A, p. 83).

De acordo com Romero, não haviam estudos sobre os mitos, costumes e pensamentos dos povos africanos, por isso, suas contribuições referentes à história, literatura e pensamento brasileiro ficariam, por muito tempo, sem serem reconhecidas.

Apesar disso, ele defendia que, no decorrer da curta história do país, o negro teria interagido mais com o homem branco do que o indígena e, por isso, sua contribuição para seria superior ao povo indígena:

> Temos hoje muitos pretos que sabem ler e escrever; alguns formados em direito, medicina, ou engenharia; alguns commerciantes e ricos; outros jornalistas e oradores. Ao negro devemos muito mais do que ao indio; elle entra em larga parte em todas as manifestações de nossa actividade. Cruzou muito mais com o branco (ROMERO, 1903A, p. 74).

Já sobre os indígenas, de acordo com Romero, eram atrasados ao ponto de não possuírem uma literatura ou história "as raças indígenas da America não poderiam jamais ter uma historia; não escreviam, regularmente" (ROMERO, 1888, p. 24). Além disso, ele também alegava que os indígenas não interagiram com o branco, mas sim que fugiram da civilização trazido por ele "(..) ainda hoje foge diante da civilização. Como que uma lei desconhecida o repelle para longe de nossas instituições" (ROMERO, 1903B, p. 165) e, por isso, representavam o mais baixo contribuinte para a identidade brasileira.

Ao analisar as contribuições das três raças, Romero concluiu que as raças negras e indígenas, por mais que tivessem

contribuído para a construção do país e da identidade do povo brasileiro, eram incapazes de constituir uma sociedade voltada para o ideal de progresso "o Brasil não deve contar seriamente com os indios e negros como elementos de uma civilisação futura, ainda que estenda até elles os benefícios do ensino primário". Apesar disso, ele também defendia que a raça branca, indicada por ele como o principal agente civilizador entre as três raças, também não era capaz de civilizar o país, já que, diferente das raças indígena e negra, sua evolução teria ocorrido para suportar o clima da Europa, e não o clima tropical do Brasil.

Dessa forma, a solução para o atraso brasileiro estava na união da capacidade intelectual do homem branco e da capacidade física dos negros e indígenas. Deste modo, Romero passou a defender a miscigenação como forma de superar o atraso do país ao gerar indivíduos capacitados para trazer o progresso e a civilização para o Brasil: "transportemo-nos, em espirito, ao futuro do Brasil: ahi veremos um povo mixto, mais apto e capaz do que seus progenitores para a cultura das terras; porque serão habituados desde o nascimento ao clima e á vida do paiz" (ROMERO, 1903A, p. 55).

Esse processo de miscigenação deveria ser feito de forma controlada a partir do incentivo da imigração de povos europeus

que pudessem trazer o desenvolvimento e o sangue europeu para o país e, em após alguns anos, faria com que as raças indígena e negra desaparecessem do país, como mostrado no exemplo a seguir: “os indios e negros puros tendem a diminuir. Desapparecerão n'um faturo talvez não muito remoto, consumidos na lucta que lhes movem os outros ou desfigurados pelo cruzamento” (ROMERO, 1903A, p. 33).

Com base nisso, é possível entender que as teorias de Romero defendiam o branqueamento da população a partir da mestiçagem, que iria aperfeiçoar o homem branco e desaparecer com os negros e indígenas. Dessa forma, a sua teoria, embora não conferisse o status de degenerado para as populações não brancas, ainda as estigmatizava como sendo inferiores e atrasadas e defendia que, em um futuro próspero, essas raças iriam desaparecer do país.

Circulação e apropriação de ideias

Ao identificar as principais referências de Romero, fica claro que ele foi fortemente influenciado por ideias vindos da Europa e, ao analisar as suas obras, fica claro que ele não foi apenas um replicador dessas ideias, mas que ele se apropriou seletivamente delas e as ressignificou de forma que

conversassem com os interesses da intelectualidade de definir uma identidade nacional e formular teorias para alcançar o progresso. Dessa forma, a dinâmica da circulação de ideias trabalhada por Carlo Ginzburg nos ajuda a entender as apropriações feitas por Romero ao longo de sua carreira.

Ao identificar as principais referências de Romero, percebe-se sua forte influência de ideias europeias. No entanto, a análise de suas obras mostra que ele não se limitou a reproduzi-las, mas sim que se apropriou delas de forma seletiva e as ressignificou, adaptando-as para definir uma identidade nacional e elaborar teorias voltadas ao progresso. Nesse sentido, o conceito de circulação de ideias, trabalhada por Carlo Ginzburg, ajuda a compreender as apropriações realizadas por Romero ao longo de sua trajetória.

No artigo "Tusitala e seu leitor polonês" (2004), Carlo Ginzburg relaciona a escrita do antropólogo e etnólogo polonês Bronislaw Malinowsky com o conto "O demônio da garrafa", do romancista escocês Robert Louis Stevenson, apelidado de Tusitala (contador de histórias). Ao mostrar como a obra em inglês de um escritor escocês influenciou um antropólogo polonês, Ginzburg demonstra a dinâmica da circulação de ideias, evidenciando que ideias, práticas e crenças podem atravessar

fronteiras geográficas e culturais, impactando o pensamento e a produção intelectual de autores em contextos distintos. Ginzburg também demonstra que essa circulação não implica em uma simples repetição, mas abre espaço para interpretações e apropriações que podem divergir da intenção original do autor.

Nesse mesmo sentido, Roger Chartier (1990) e Robert Darnton (1990) ajudam a compreender que a circulação de ideias não implica em uma transmissão totalmente fiel às concepções originais de seus autores, mas sim que esses conteúdos passam por processos de mediação e, ao serem recebidos, são reinterpretados e ressignificados de acordo com o contexto social, político e cultural de cada leitor.

Dessa forma, podemos entender que as apropriações presentes na obra de Sílvio Romero refletem as condições, os contextos e as discussões ocorridas no período, como o fim da escravidão e a transição do período monárquico para o republicano e as discussões sobre a identidade nacional e o futuro do Brasil. Lilia Schwarcz demonstra como a adaptação desses paradigmas foi necessária para não inviabilizar a construção de qualquer projeto nacional no país:

> Mas adoção dessas teorias não podia ser tão imediata nesse contexto. De um lado, esses

> modelos pareciam justificar cientificamente organizações e hierarquias tradicionais que pela primeira vez — com o final da escravidão — começavam a ser publicamente colocadas, em questão. De outro lado, porém, devido à sua interpretação pessimista da mestiçagem, tais teorias acabavam por inviabilizar um projeto nacional que mal começara a se montar. É na brecha desse paradoxo — no qual reside a contradição entre a aceitação da existência de diferenças humanas inatas e o elogio do cruzamento — que se acha a saída original encontrada por esses homens de ciência, que acomodaram modelos cujas decorrências teóricas eram originalmente diversas (SCHWARCZ, 1993, p, 24).

Essa preocupação em adaptar essas ideias de forma a não inviabilizar a construção de um projeto nacional é perceptível na apropriação seletiva de Romero das ideias de Lévy e Buckle, onde, como já afirmado anteriormente, ele rejeita a influência totalmente negativa do clima tropical no povo brasileiro.

Essa discordância pode ser relacionada com o projeto de civilização que ele buscava formular para solucionar o suposto atraso da nação brasileira. Se o clima fosse o fator definitivo na determinação da superioridade ou inferioridade dos povos, isso significaria que o Brasil estaria condenado ao atraso, já que, independentemente das teorias e modelos formulados que visassem levar o país rumo ao progresso, não haveria uma forma

se alterar o clima do país, o que inviabilizaria a defesa de qualquer projeto nacional elaborado ou defendido por Romero.

As ideias de Gobineau também apresentam essa apropriação seletiva, onde Romero adapta parte das ideias de seu "mestre", mas não apenas rejeita a ideia de miscigenação como algo que causa a degeneração e o atraso, como defende o uso da miscigenação como forma de se levar o país para o progresso, como já citado nesse trabalho.

Dessa forma, ao se apropriar e ressignificar de diversas e usá-las como base para a formulação de um pensamento próprio, Sílvio Romero evidencia que o leitor não é um receptor passivo, mas um agente ativo na circulação do conhecimento. Sua trajetória intelectual mostra como o processo de leitura envolve escolhas, interpretações e adaptações que dependem diretamente do contexto histórico, social e cultural em que o leitor está inserido. Assim, a recepção e a apropriação de ideias por Romero revelam não apenas a influência europeia em sua obra, mas também como tais influências foram reelaboradas em diálogo com os debates e desafios específicos da realidade brasileira de seu tempo.

Disputas e sociabilidades

Algo perceptível analisar a figura de Sílvio Romero é que suas obras não são apenas um meio de divulgar as suas ideias, mas também uma ferramenta de disputa no campo intelectual, sendo marcadas por um caráter polêmico e uma escrita combativa, que buscava desqualificar não só ideias que Romero discordava, mas também o autor delas.

Esse estilo combativo também é notado nas obras de Tobias Barreto, que Barreto foi um dos que mais se destacou ao utilizar esse tipo de escrita para defender ou rebater ideias, porém a escrita de Romero era ainda mais agressiva que a de seu amigo e mentor, com constantes humilhações e ataques direcionados a honra de seus adversários. Essa prática de Sílvio Romero pode ser analisado a partir dos conceitos de campo e simbólico do autor Pierre Bourdieu

A partir de Bourdieu, é possível inferir que o conceito de "Campo" diz respeito a um espaço social estruturado que segue suas próprias regras, normas e lógicas. De acordo com Bourdieu, cada campo possui um capital específico e os diversos agentes disputam pelo capital específico de cada campo, como legitimidade, cargos, reconhecimento, financiamento, prêmios e reconhecimento, tanto entre o público quanto entre os seus pares (BOURDIEU, 1989).

Bourdieu demonstra que em determinados campos, como o intelectual e o científico, ocorre uma luta pelo monopólio da competência e da autoridade como forma de lhe garantir um poder simbólico que garanta a legitimidade de seus discursos e das suas posições em meio ao campo específico em que estão inseridos. Então é possível concluir que parte do capital simbólico pelo qual os agentes competem é o reconhecimento, a legitimidade e o prestígio (BOURDIEU, 1999).

Essa disputa pelo reconhecimento é muito presente nas obras de Romero, onde ele constantemente enfrenta outros intelectuais para defender as suas próprias ideias e as ideias da Escola do Recife, sempre ressaltando a contribuição e a importância dessa Escola e de seus membros, principalmente de Tobias Barreto.

Esse embate pelo prestígio fica evidente em seu longo embate com Machado de Assis, que foi criticado em diversas de suas obras. Ao analisar o embate, fica evidente que, por mais que houvesse uma divergência de ideias entre ambos, esses ataques a Machado de Assis foram influenciados principalmente por questões pessoais.

Um dos principais pontos que movia essa intriga era uma insatisfação e frustração por conta da falta de reconhecimento de Romero e de seus colegas da Escola do Recife. Romero defendia a existência de uma conspiração da crítica literária fluminense que tinha como um de seus objetivos criticar e diminuir a contribuição de autores da região norte, como pode ser visto no seguinte trecho: "vamos ler alguns trechos de um desdenhado e perseguido, relegado ainda hoje para terceiro ou quarto plano pela famosa conspiração do silêncio da crítica fluminense: Tobias Barreto" (ROMERO, 1897, p.42).

Devido a crer nessa suposta conspiração literária, Romero achava que o sucesso de Machado de Assis era uma farsa e que ele era alguém privilegiado pela crítica, enquanto ele e Tobias Barreto eram injustiçados, como pode ser visto no seguinte trecho:

> Se tivéssemos sido, eu ou Tobias Barreto, que houvéssemos escripto aquillo, nós, a quem a parvoice nacional conferio uma espécie de privilegio para levarmos pancada, que sóvas não nos desancariam a propósito de taes versos! Machado de Assis, porém, ha sido galardoado com o privilegio opposto, e não quero perturbal-o no seu doce consórcio com as glorias do Brasil (ROMERO, 1897, p.25-26).

Dessa forma, vemos que esse embate entre Silvio Romero e Machado de Assis evidencia a postura polêmica de Romero e demonstra como ele utilizava de suas obras como um meio de combater diretamente aos seus contemporâneos em busca de mais reconhecimento para si. Esse embate também demonstra a importância das redes de sociabilidade defendidas por Sirinelli (2003), onde essas redes não apenas guiaram as leituras de Romero, como influenciaram em seus posicionamentos, fazendo-o defender seus colegas da Escola do Recife de supostas injustiças cometidas pela crítica literária.

Considerações Finais

Ao iniciar a pesquisa sobre Sílvio Romero, partimos de duas hipóteses. A primeira era de que suas teorias estavam profundamente influenciadas pelas redes de sociabilidade e pelo meio social e intelectual do qual fazia parte. O desenvolvimento da pesquisa confirmou essa hipótese. Romero, por meio de suas sociabilidades e por meio de jornais revistas que divulgavam teorias cientificistas, teve contato com doutrinas europeias e as ressignificou para se inserir nas discussões da intelectualidade sobre raça, progresso e identidade brasileira.

A segunda hipótese considerava a influência das subjetividades em sua produção intelectual. As estratégias retóricas empregadas para persuadir seus leitores, as disputas com outros intelectuais, os vínculos de amizade e solidariedade e até o ressentimento frente à crítica literária fluminense que, segundo ele, não reconhecia o valor de sua obra nem da Escola do Recife marcavam sua escrita.

Essa hipótese também se confirmou. Romero utilizava suas obras não apenas como espaço de produção teórica, mas como instrumento de legitimação pessoal e de afirmação de seus colegas da Escola do Recife no campo intelectual brasileiro.

Referências

ALONSO, Angela Maria. *Idéias em Movimento:* A geração 70 na crise do Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARRETO, Luiz Antonio. "*Silvio Romero, uma Informação Bibliográfica*". In: Autores Brasileiros: (edição comemorativa). Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju, SE: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (Obras completas/ Sílvio Romero). pp. 589-620.

BOURDIEU, Pierre. *Intelectuales, política y poder*. Eudeba. Buenos Aires, Argentina. 1999.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural − entre práticas e representações.* Lisboa: DIFEL, 1990.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette* – Mídia, cultura e revolução. SP: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. *"Tusitala e seu leitor polonês".* In: Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa, São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 91-113.

MAGALHÃES, Artur. *Sylvio Roméro de Perfil. Portugal:* Porto: Typ. a vapor de Arthur José de Souza, 1915.

MENDONÇA, Carlos Sussekind: *Sílvio Romero:* sua Formação Intelectual 1851-1880. São Paulo, Edit. Nacional, 1938**.**

PAIM, Antonio. *A Escola do Recife - Estudos complementares à história das idéias filosóficas no Brasil.* V5. Londrina,PR: Ed. UEL, 1999.

RIO, João do. *Momento Literário*. Editor H. Garnier, Rio de Janeiro, 1908.

ROMERO, Sílvio. *Ethnographia brazileira*: estudos críticos sobre Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Theophilo Braga e Ladisláo Netto. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves Ca, 1888.

ROMERO, Silvio. *Historia da Litteratura Brasileira* - Tomo I. H. Garnier, livreiro-editor. Rio de Janeiro, 1903A.

ROMERO, Silvio. *Historia da Litteratura Brasileira* - Tomo II. H. Garnier, livreiro-editor. Rio de Janeiro, 1903B.

ROMERO, Silvio. *Machado de Assis*: Estudo Comparativo da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: Laemmert C. Editores, 1897.

SIRINELLI, Jean-François. "*Os intelectuais*". In: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 231-269.

O Brasil entre o Teonacionalismo e o Patriotismo Importado: A Guerra Cultural a Serviço do Neoimperialismo

Raquel Matoso da Silva
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES/FAPERJ

Introdução

Este texto deriva do projeto de pesquisa de dissertação de mestrado, intitulado “Mulheres negras e a luta por igualdade racial e os impactos no movimento negro evangélico”. Iniciamos com uma análise da rearticulação do projeto nacional brasileiro durante o governo Bolsonaro (2019-2022), contrastando-a com as concepções tradicionais de identidade e patriotismo. Argumentamos que a narrativa oficial desse período representou uma ruptura significativa, ao fundir um suposto nacionalismo com valores religiosos conservadores e um imaginário político moldado por interesses capitalistas transnacionais.

A análise demonstra como essa ideologia se estruturou no tripé "Deus, Pátria e Família", slogan de campanha que funcionou como eixo central de uma guerra cultural. Sob um discurso autodenominado patriótico, identifica-se a operação do

que vamos denominar teonacionalismo[1] de matriz cristã, com forte apelo evangélico, setor com crescimento exponencial na última década no Brasil. Trata-se de uma forma de patriotismo que, em nossa interpretação, foi culturalmente importada estrategicamente alinhada com a direita cristã estadunidense.

O projeto em questão, embora atraísse conservadores cristãos, católicos e espíritas, e encontrasse eco em setores minoritários e mais conservadores de religiões de matriz africana e até mesmo do samba (como evidenciado pelo apoio da liga de escolas de samba à candidatura do Bispo Marcelo Crivella à prefeitura do Rio de Janeiro em 2016)[2], teve seu

[1] Termo pensado para designar a fusão entre um projeto de poder nacionalista e uma agenda política baseada em dogmas cristãos conservadores, resultando em uma simbiose estratégica entre o Estado e lideranças religiosas. Este fenômeno opera por meio: (a) da sacralização e idealização da identidade nacional, onde o culto a pátria é exaltado como veículo de valores cristãos; (b) do "sincretismo" simbólico distorcido, que mistura ícones nacionais, religiosos e de outras nações (bandeiras, linguagem e economia); (c) da adoção do sionismo cristão como dogma geopolítico, fundamentado na interpretação de que o apoio a Israel é um imperativo divino; e (d) da promoção de uma engenharia social que busca conformar a sociedade a uma utopia política baseada nesses valores. Diferencia-se do nacionalismo que estamos acostumados a vivenciar no território por seu caráter explicitamente teopolítico e de uma teocracia formal por aspirar a hegemonia dentro de estruturas estatais existentes.

[2] Apoio formal da LIESA a Crivella (2016) em fonte partisan, acessada em 11/08/25. A expectativa de continuidade do apoio municipal, destacada na fonte, não se concretizou, ilustrando a ironia e complexidade de alianças políticas momentâneas. O mundo do samba fecha com Crivella. Rio de

principal impulso em vertentes cristãs radicais, notadamente evangélicas. Seu objetivo ia além da fé, inserindo-se em um plano político explícito, promover a ascensão de um futuro presidente evangélico e abrir caminho para uma possível teocracia. Por fim, é importante ressaltar o caráter neoimperialista dessa agenda, enraizada em redes internacionais de empresarial.

Essa proposta do sentimento nacional apresenta um contraste radical com a construção da identidade brasileira nas últimas duas décadas, período pós governo cívico militar, marcado por políticas públicas voltadas para o bem-estar social. Isso nos leva a refletir sobre a nossa reação quando questionados sobre a nossa nacionalidade, é comum respondermos de imediato que somos brasileiros, sem precisar de períodos de reflexão. Contudo, essa declaração, embora pareça simples, oculta um processo de construção de identidade que, longe de ser inato, é moldável e decorre de intenções políticas e culturais políticas.

Janeiro, 2016. Disponível em: https://republicanos10.org.br/noticias/mundo-do-samba-fecha-com-crivella/. Acesso em: 11 ago. 2025.

Isso nos permite compreender a crítica de historiadores renomados ao nacionalismo, revelando sua natureza paradoxal no caso do Brasil. Como lembra Partha Chatterjee, embora tenha sido um instrumento crucial no combate ao colonialismo, com suas particularidades, como as pressões internas e a atuação do herdeiro da coroa portuguesa que levaram à independência, o nacionalismo também, após a separação, consolidou as hierarquias coloniais. Como observa o autor, nas ex-colônias, o nacionalismo frequentemente não representou uma ruptura radical, mas sim uma rearticulação do poder sob uma nova roupagem, um processo claramente visível no caso brasileiro.

Ambiência política e formação sócio histórica brasileira

A nação, como salienta Hobsbawm, é uma construção histórica em constante transformação, e não uma entidade fixa. Essa compreensão nos permite enxergar a disputa política como um processo dinâmico, frequentemente contestado e reinventado. No entanto, na última década, o Brasil assistiu à ascensão de um projeto nacional conservador que promoveu uma série de rupturas sociais.

Este projeto não apenas distanciou da cultura que emergiu após os governos militares mais recentes, mas

intencionalmente propôs uma redefinição radical da brasilidade, com uma mistura de saudosismo militar, sionismo, identificação estadunidense, purismo classista baseado em racismo e misoginia mais aprofundado que já se tinha visto no períodos anteriores. Fundamentada em valores religiosos cristãos evangélicos, um saudosismo militarista e uma agenda transnacional de extrema-direita, essa nova identidade transformou o patriotismo em uma chave teonacionalista, confrontando diretamente as narrativas identitárias preexistentes.

A extrema-direita brasileira tem utilizado a ideologia da democracia racial, idealizada por pensadores como Gilberto Freyre, para sustentar sua narrativa. Apesar de ser amplamente refutada por movimentos sociais e pela academia, essa concepção ainda é um pilar central no projeto de Brasil defendido por esses grupos, frequentemente aliada a um discurso anti-identitário. Setores conservadores instrumentalizaram essa narrativa evasiva para desarticular os avanços obtidos pelas lutas sociais. As pautas identitárias foram massivamente atacadas, transformando o ativismo por direitos em uma suposta ameaça à nação. Sob esse pretexto,

desqualificaram-se as lutas das mulheres, da comunidade LGBTQIAPN+, dos povos indígenas e da população negra.

O discurso anti-identitário operava por meio de afirmações reducionistas: classificava as reivindicações como sem sentido, culpava o "politicamente correto" por supostamente radicalizar questões de direito fundamental, de liberdade de expressão e atacava o feminismo por destruir a feminilidade e desafiar a suposta submissão das mulheres aos maridos. Da mesma forma, atribuía ao esquerdismo a responsabilidade por exigir direitos trabalhistas que, na visão desses setores, sobrecarregavam a classe empresarial e burguesa.

O que nos faz pensar que historicamente o apagamento histórico dos não brancos da identidade nacional foi metódico ao longo dos anos, estratégico e profundamente violento. O protagonismo negro indígena, visível nas irmandades abolicionistas, nas inúmeras revoltas escravas como a dos Malês, e nas resistências quilombolas foi progressivamente eliminado do cânone nacional.

Paralelamente, as culturas indígenas e africanas foram sistematicamente classificadas como "atrasadas" e "não civilizadas" por um aparato estatal que as considerava um obstáculo à modernidade. Para implementar este ideal eugenista,

o Estado brasileiro promoveu, a partir do final do século XIX, uma política agressiva de imigração europeia, que oferecia subsídios e terras para famílias brancas enquanto negligenciava deliberadamente a população negra e indígena. Esta política não era mera substituição demográfica; configurava um projeto explícito de "branqueamento" e limpeza étnica, onde a imigração massiva de europeus era vista como solução para "purificar" a nação racial e culturalmente.

O resultado foi uma dupla violência epistêmica e política. A narrativa oficial não apenas atribuiu às elites brancas o papel exclusivo de agentes da emancipação, mas também apaga deliberadamente a participação do Estado na promoção de um ideal de nação branca, europeizada e civilizada, forjado à custa das populações originárias e afrodescendentes.

Longe de ser um ponto desconexo, esse projeto eugenista constituiu um pilar central na formação da identidade nacional brasileira. Suas consequências ecoam nas estruturas de desigualdade contemporâneas, onde a noção de "família tradicional" ainda carrega implicitamente o ideal branco e de classe média; onde a expressão "cidadão de bem" corresponde ao arquétipo do homem branco cristão; e onde a legitimidade

política permanece atrelada à proximidade com os interesses da elite dominante.

Essa manipulação da memória coletiva exemplifica com precisão o que Eric Hobsbawm denominou de invenção das tradições, um mecanismo sistemático por meio do qual as classes dominantes constroem narrativas históricas que legitimam e naturalizam seu domínio. Trata-se de um processo intencional, fundamental para converter a Independência e a Proclamação da República em meras transições de poder entre elites, preservando intactas as profundas desigualdades que hoje reverberam no cenário político nacional.

Qualquer tentativa de ruptura com esse padrão hegemônico foi, por natureza, sistematicamente interpretada como uma ameaça. É nesse cenário histórico que se contextualiza o golpe militar de 1964, momento em que líderes políticos impediram a posse do vice-presidente João Goulart e impuseram um regime de exceção em nome da ordem e do conservadorismo. Ao longo de vinte anos, justificou-se a perseguição política em nome da defesa da nação contra supostos inimigos comunistas, alinhando-se a um projeto específico de cidadão de bem e a uma determinada visão de família tradicional. Esse ciclo autoritário só chegaria ao fim com

o processo de abertura democrática, que culminou na promulgação da Constituição de 1988.

Esse panorama remete diretamente à crise política de 2016, marcada por uma insatisfação crescente em setores da classe média. O descontentamento amplificou-se especialmente com as decisões econômicas e após a regulamentação da Proposta de Emenda à Constituição conhecida como PEC das Domésticas, que estendeu direitos trabalhistas a uma categoria historicamente marginalizada. A medida simbolizou a inclusão de segmentos sociais até então excluídos dos benefícios das políticas trabalhistas, que haviam permitido a ascensão econômica de grupos tradicionalmente vulneráveis , que já entendiam a importancia das cotas raciais nas universidades, como demonstrado no filme "*Que Horas Ela Volta?"* de Anna Muylaert.

A manipulação do descontentamento social de 2013, que inicialmente eram protestos estudantis pela redução das tarifas de transporte público, foi progressivamente direcionada para gerar instabilidade política. Esse processo foi intensificado pelas tensões da eleição de 2014, na qual Dilma Rousseff venceu Aécio Neves na disputa presidencial, mas que não garantiu uma câmara legislativa que estivesse a seu favor. Esse cenário

culminou no impeachment de Dilma em 2016, sob acusação de manobras fiscais, devido a dificuldades enfrentadas no cenário internacional oriundas da crise internacional de 2008. Esse episódio, marcado pela notória carta de Michel Temer, então vice-presidente, buscando justificar seu ressentimento e alinhamento com a oposição.

A administração Temer (2016-2018) implementou uma reconfiguração política marcada por retrocessos sociais e pela formação de alianças estratégicas com o setor empresarial. Essas alianças resultaram em reformas trabalhistas que beneficiaram a classe empresarial burguesa, um movimento que coincidiu com o crescimento acentuado das igrejas evangélicas. Uma parcela significativa desse empresariado identificava-se como cristã evangélica, alinhada ao neopentecostalismo. Este movimento, que teve suas origens em pastores como Edir Macedo e RR Soares, tem sido reconfigurado por Silas Malafaia, que adotou as ideias de mentores estadunidenses como Mike Murdock e Myles Munroe sobre vida cristã, prosperidade financeira e lobby político.

Essa fusão entre interesses econômicos e valores religiosos não se restringiu à esfera econômica, mas também encontrou ressonância no plano cultural e simbólico. A

campanha em redes sociais em torno de Marcela Temer, com o slogan "*Mulher bela, recatada e do lar*", foi crucial para suavizar a imagem presidencial, transcendendo um simples evento midiático para se tornar um marco na ressignificação do papel da mulher submissa que apoia o homem. Sob a liderança da pastora Ana Paula Valadão e de outras figuras evangélicas, como Elizete Malafaia (esposa de Silas Malafaia), uma narrativa específica foi desenvolvida para mobilizar valores tradicionais, transformando-os em capital simbólico para certos atores políticos. Essa estratégia abriu caminho para a consolidação da tríade "Deus, pátria e família", que se tornou um pilar central do projeto bolsonarista. Posteriormente, Michelle Bolsonaro emergiu como a representação viva desse ideal feminino propagado na sociedade brasileira.

O processo eleitoral de 2018 representou o ápice da polarização política no Brasil, catalisada por um antipetismo intensificado por eventos traumáticos como a Operação Lava Jato, a prisão de Lula e o assassinato de Marielle Franco. Esses fatores fragilizaram as instituições democráticas e permitiram a emergência de uma realidade política distópica. Esta nova realidade foi construída na oposição a um inimigo interno caricatural, uma esquerda retratada como marxista, anticristã e

feminista, narrativa amplificada por setores da sociedade alinhados aos interesses de camadas empresariais (ou, em termos marxistas, da burguesia).

A campanha bolsonarista assimilou o lema "Deus, pátria e família", consolidando um projeto político que articulava de forma coerente um ideal de submissão feminina, uma agenda conservadora e um pseudo-patriotismo exacerbado.

Eventos como o atentado contra Bolsonaro, perpetrado por Adélio Bispo, foram instrumentalizados como rituais de justificação messiânica nas redes sociais. Principalmente em grupos de WhatsApp e Facebook, as *big techs* evidenciaram seu poder ao sacralizar a figura do candidato, prefigurando uma estratégia de mobilização baseada no martírio e na polarização maniqueísta, similar à observada nos Estados Unidos. Essa sincronia revela a operação de estratégias políticas transnacionais que, na formulação do geógrafo Milton Santos, atuam como vetores de uma globalização perversa, geradora de desigualdades e exploradora do trabalho.

Nesse ecossistema político, o bolsonarismo se manifestou por meio de militantes de direita que se apropriaram de símbolos nacionais como a bandeira, o hino e a camisa da seleção brasileira transformandos em emblemas de uma

identidade política sectária. O resultado não foi um patriotismo unificador, mas a criação de bolhas exclusivistas, definidas pela oposição agressiva a "outros" internos: esquerdistas, petistas e defensores dos direitos humanos e das pautas de gênero.

Este nacionalismo performático, carregado de um saudosismo militar de extrema direita, revelava uma contradição fundamental: aliava-se, paradoxalmente, a uma submissão cultural aos Estados Unidos e a uma agenda sionista, mostrando seu caráter profundamente seletivo e antagônico aos interesses nacionais.

Nesse cenário, o campo religioso evangélico, especialmente o neopentecostal, mas sem excluir os pentecostais e históricos, emergiu como um ambiente propício para a acumulação e transformação de capital simbólico, onde a fé se converteu em uma iniciativa política no contexto de uma guerra cultural. A adesão de grandes líderes evangélicos ao projeto bolsonarista foi catalisada pela eficácia simbólica de seu discurso, que se posicionava como defensor dos valores cristãos contra a esquerda. Esse alinhamento foi consolidado por forte o identitário, embora de identidade católica, Jair Bolsonaro foi batizado pelo pastor Everaldo Dias Pereira[5] no rio Jordão, um ritual que sinalizou claramente sua inserção no contexto

evangélico para suas bases, entendendo a importância do campo evangélico.

A expansão da igreja evangélica ultrapassa a esfera eleitoral, inserindo-se profundamente no tecido social, conforme análise de Viviane Costa (2023) em "*Traficantes evangélicos: Quem são e a quem servem os novos bandidos de Deus*"[3]. O expressivo crescimento das igrejas pentecostais, neopentecostais, notadamente em áreas periféricas sob o domínio de grupos como o tráfico e as milícias, transcende a esfera meramente religiosa, configurando-se como um processo social de grande envergadura que pavimenta o caminho para uma aliança ideológica.

Nesses locais, a convergência de interesses entre líderes religiosos e facções criminosas forja uma cultura comum de poder, na qual valores evangélicos são instrumentalizados para

[3] Pastor e presidente do PSC, partido pelo qual Jair Bolsonaro foi eleito em 2014, realizou o batismo do então deputado no Rio Jordão, em Israel, durante uma viagem em 2016. Em 28 de agosto de 2020, Everaldo foi preso pela Polícia Federal na Operação Placebo, que investigava desvios de verbas no combate à pandemia de COVID-19 no Rio de Janeiro. A mesma operação resultou no afastamento do então governador do RJ, Wilson Witzel. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/08/4871770-preso-pela-pf--pastor-everaldo-batizou-bolson aro-no-rio-jordao.html>. Acesso em: 11 ago. 2025.

legitimar o controle territorial. É dessa simbiose que emerge a identificação de traficantes com a cultura evangélica, um elo fundamental para compreender a gênese de um projeto teonacionalista, que abrange todas as esferas possíveis.

A materialização mais crua desse projeto ocorre em nível local, onde a doutrina se traduz em ação violenta. O caso emblemático do Complexo de Israel, onde a facção evangélica do Terceiro Comando Puro (TCP) expulsou terreiros, ilustra como o nacionalismo radical religioso de viés neopentecostal opera na prática. Sua lógica é intrinsecamente excludente e racista, pois visa purificar o território de quaisquer manifestações culturais e religiosas que não se submetam a um paradigma branco-eurocêntrico. Essa purificação não é um fim em si mesma, mas a construção de um microestado teocrático, um laboratório para um modelo de sociedade que grupos fundamentalistas almejam escalonar para a nação inteira.

Este processo de limpeza religiosa local, financiado pelo crime e legitimado por púlpitos e milícias, gera um movimento: internamente, promove uma purificação que marginaliza dissidentes e cria uma massa de "desigrejados"; externamente, fortalece uma comunidade homogênea e politicamente mobilizada.

É essa massa coesa, doutrinada sob a ideologia do teonacionalismo, que se torna a base de apoio para a ambição de poder em escala nacional. O objetivo final desse projeto é a conquista do Estado, culminando em um presidente evangélico que encarne seus princípios. Jair Messias Bolsonaro não foi a causa, mas sim a expressão política máxima dessa corrente: a implementação concreta de uma agenda que havia sido gestada e testada nas fronteiras entre o sagrado, o crime e o poder nas periferias do Brasil.

As igrejas evangélicas progressistas se colocaram como refúgios seguros para aqueles impactados pelos recentes acontecimentos políticos. Elas acolheram pessoas evangélicas LGBTQIAPN+, militantes de esquerda e todos que estavam exaustos dos discursos de extrema políticos de extrema direita, presentes nos púlpitos da maioria das igrejas.

A proliferação de movimentos sociais em âmbito nacional, como a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, Núcleos de Fé e Política, Novas Narrativas Evangélicas e a rearticulação de outros, como o Movimento Negro Evangélico, evidenciam uma intensa disputa dentro do próprio campo religioso. Essa batalha busca o monopólio da legitimidade para definir o que significa ser cristão evangélico e brasileiro,

levantando a questão: quem detém a autoridade para estabelecer os limites simbólicos da nação e com base em que parâmetros religiosos de inclusão e exclusão?

O Movimento Negro Evangélico teve um papel central na contestação de uma narrativa única e eurocêntrica que negligencia a contribuição negra na trajetória do protestantismo brasileiro e da luta por direitos sociais. Atuantes desde a década de 1970, figuras pioneiras como Joaquim Beato, Olímpio Santana e Maria da Fé Viana combateram ativamente narrativas racistas e o apagamento histórico dentro das igrejas.

Esses líderes desempenharam um papel crucial no resgate da memória do protestantismo negro no Brasil. Eles realçaram a atuação essencial de figuras históricas como Joaquim José Pereira (o Lutero Negro), Flora Maria Blamer e Mãe Maria da Nação Nagô.

Além disso, João Cândido e Solano Trindade se destacaram na luta antirracista e na afirmação da fé libertadora no país.

Internamente, o movimento trabalhava a identidade negra dentro de igrejas evangélicas que, em sua maioria, reproduziam estruturas racistas.

O moviemnto Negros evangélico denunciava que a igreja brasileira não estava imune ao racismo, fundamentando sua luta na Teologia Negra da Libertação de James Cone. Essa perspectiva estabeleceu um diálogo profundo e necessário com a Teologia da Libertação latino-americana de pensadores como Frei Betto, Leonardo Boff e Paulo Freire, ampliando o foco da libertação de classe para incluir centralmente a questão racial.

Essa resistência teológica foi crucial para a rearticulação do movimento em 2017, que se posicionou em oposição frontal às igrejas conservadoras. Sua agenda política centra-se no bem viver e na reparação, propondo uma nova hermenêutica bíblica que ressignifica e reposiciona o continente africano no centro da exegese, enfatizando a luta antirracista na diáspora negra brasileira.

Para além do campo religioso, tais movimentos desempenharam um papel crucial na oposição à agenda bolsonarista. Eles expuseram como a noção de patriotismo foi cooptada como ferramenta de mobilização política, operando em níveis nacional e global. Essa apropriação gerou um profundo sentimento de desconexão em grande parte da sociedade, especialmente entre a esquerda e movimentos sociais, que já não

se viam representados por esses símbolos e pleiteavam uma ressignificação da identidade nacional patriótica.

Esta dinâmica entre uma narrativa oficial e uma realidade popular diversa já havia sido magistralmente capturada por Machado de Assis na dicotomia entre "o país real e o país oficial"[7] que coaduna com Hobsbawm, que advoga pela valorização das aspirações das pessoas comuns em contraposição a ideais homogeneizantes.

No contexto recente do Brasil, tais ideais foram projetados pelo teonacionalismo. Sob uma análise weberiana, este fenômeno transformou o conflito político em uma batalha escatológica, adquirindo um caráter singularmente beligerante e, em última instância, antipatriótico, ao servir exclusivamente aos interesses de uma fração da burguesia como se viu nos últimos dois anos.

Em suma, o nacionalismo brasileiro, quando examinado através das lentes teóricas de Hobsbawm, Anderson e Chatterjee, como todo nacionalismo revela-se um conceito de extrema complexidade, mas com as particularidades de um país forjado na emancipação do jugo de uma colônia, constantemente manipulado pelas elites econômicas mundiais. Se, para Anderson, a nação é uma comunidade que existe no imaginário,

para Lenin, um constructo funcional à industrialização, a instrumentalização do Estado pela classe burguesa dominante, conforme a tradição marxista apropria-se dessas construções.

O sentimento de patriotismo e nacionalismo é distorcido sendo usado como arma ideológica, promovido pelas elites para mascarar seus interesses particulares sob uma falsa ideia de unidade. Esta visão, como apontado, falsifica o conceito de nação, representando-o não como um projeto histórico plural, mas como uma comunidade natural e homogênea, frequentemente associada a teorias supremacistas que apagam a multiplicidade inerente à formação nacional.

No Brasil contemporâneo, o governo Bolsonaro se valeu de um nacionalismo reacionário e excludente. Esta estratégia se baseou na produção de informações sem veracidade e desinformação e em ataques contínuos a pilares democráticos como cultura, ciência e educação, cultivando um ambiente propício ao extremismo.

As políticas de favorecimento a setores ruralistas e empresariais, o negacionismo pandêmico com consequências catastróficas e o alinhamento a uma agenda moral conservadora fragilizaram o tecido social. Esta combinação, somada ao desgaste de suas próprias bases de apoio, pavimentou o caminho

para a derrota eleitoral e, posteriormente, para o ataque de 8 de janeiro de 2023 em brasília, um episódio que ecoou a invasão ao Capitólio estadunidense e expôs a crise de um patriotismo vazio, violento e golpista.

A eleição de Lula em 2022 significou uma rejeição a esse projeto, mas a tensão persiste, intensificada pelo contexto internacional. A reeleição de Donald Trump, com sua retórica protecionista, reforça globalmente essa onda nacionalista de caráter imperialista, que se opõe à soberania dos povos. Diante desse cenário, a mera defesa de um patriotismo cívico tradicional revela-se inadequada.

Considerações finais

Em resumo, a guerra cultural opõe um nacionalismo reacionário a um projeto que visa reconstruir a soberania nacional, distanciando-a dos interesses norte-americanos. Para contrapor essa manipulação de cunho burguês e empresarial, é fundamental recorrer a outros modelos e experiências constitucionais como as da Bolívia e do Equador, analisadas a partir do conceito de Estado Plurinacional. Como propõe Alberto Acosta, essa perspectiva defende uma ressignificação radical do termo nacional, que passa a valorizar os povos

originários e os segmentos quilombolas e a própria natureza como fundamentais para a identidade do país. Dessa forma, reconhece-se que suas lutas por liberdade são centrais para a disputa plural na construção de uma nova identidade nacional.

Este modelo demonstra que a reconstrução do imaginário nacional só é viável através do reconhecimento positivo da diversidade e da soberania popular exercida pelos diversos setores sociais. Dessa forma, a emancipação brasileira do jugo imperialista está intrinsecamente ligada à sua capacidade de descolonizar seu próprio imaginário e edificar uma política alicerçada na inclusão e no pluralismo. Tornando-se, efetivamente, uma nação de todos os seus povos, absorvendo a epistemologia evocada por Célia Xakriabá "Antes do Brasil da coroa, existe o Brasil do cocar" e Ailton Krenac, por sua vez, nos alerta que se continuarmos a atuar na na agenda imperialista colonizadora caminharemos para o autoextermínio ao ignorarmos a diversidade dos povos e a natureza, acelerando o fim do mundo nesse processo de capitalismo perverso, denunciado pelo professor Milton Santos.

Referências

ASSIS, Machado de. Comentários da semana. *Revista Prosa Verso e Arte*. Disponível em: https://www.revistaprosaversoearte.com/o-pais-real-esse-e-

bom-revela-os-melhores-instintos-mas-o-pais-oficial-esse-e-caricato-e-burlesco-machado-de-assis/. Acesso em: 11 ago. 2025.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: r*eflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados:* orígenes de la Nación Argentina (1800-1846). Buenos Aires: Ariel, 1997.

CHIARAMONTE, José Carlos. *El mito de los orígenes en la historiografía latinoamericana.* Buenos Aires: Instituto Ravignani, 1991. (Cuadernos del Instituto Ravignani, n. 2).

COSTA, Viviane. *Traficantes Evangélicos.* Quem são e a quem servem os novos bandidos de Deus. Rio de Janeiro: GodBooks, 2023.

FERNÁNDEZ BRAVO, Álvaro (Comp.). *La invención de la nación.* Lecturas de la identidad de Herder a Homi Bhabha. Buenos Aires: Manantial, 2000. p. 27-52.

GELLNER, Ernest. *Naciones y nacionalismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

GARCÍA LINERA, Álvaro. *A potência plebeia:* ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Boitempo, 2010.

HERDER, Johann Gottfried. *Abhandlung über den Ursprung der Sprache*. Berlim: Voss, 1772.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780:* programa, mito e realidade. Tradução de Maria Célia Paoli e Estevão Martins. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Londres: Workers Educational Association, 1848.

PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (Org.). *Nacionalismo no Novo Mundo:* a formação de Estados-nação no século XIX. Tradução de Patricia de Queiroz Carvalho Zimbres. Rio de Janeiro: Record, 2008.

ASSIS, Machado de. *Comentários da semana. D*iário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 29 dez. 1861. In: ASSIS, Machado de. Obra Completa. Rio de Janeiro: Edições W. M. Jackson, 1938. v. 3.

Mundo do Samba apoia Crivella. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://republicanos10.org.br/noticias/mundo-do-samba-fecha-com-crivella/. Acesso em: 11 de agosto de 2025.

Família, casamento e condição feminina nos romances de Amélia de Freitas Bevilacqua (1902-1940)

Roberta Alcântara Gomes da Silva
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista FAPERJ

Este texto decorre do projeto de pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: "Amélia de Freitas Bevilacqua: Família, casamento e condição feminina no início do século XX no Brasil (1902-1940)", ainda em andamento. Nossa proposta para esse trabalho é refletir sobre a condição feminina, casamento e família no início do século XX no Brasil, a partir do pensamento e da atuação de Amélia de Freitas Bevilacqua. Identificamos nas obras da escritora a recorrência desses temas, especialmente os romances que giravam em torno de questões familiares e conjugais. As protagonistas das histórias da escritora eram mulheres insatisfeitas com sua realidade, evidenciando as injustiças sofridas pelas mulheres em uma época em que projetos modernizantes estabeleciam normas e códigos de conduta rígidos que buscavam discipliná-las, normatizá-las e reduzi-las aos papéis de esposa, dona de casa e mãe. Nesse sentido, é de nosso interesse investigar de forma mais aprofundada como Amélia retratava essas questões nas tramas

de seus romances, buscando compreender seu pensamento e os posicionamentos que assume.

Para compreender as tramas escritas por Amélia e a forma com que encarava as questões familiares e a condição feminina, devemos voltar nosso olhar para o contexto histórico em que ela vivia e produzia. A passagem à modernidade no Brasil introduziu um conjunto de transformações políticas, econômicas, sociais, ideológicas e urbanísticas, alcançando seu ápice na virada do século XIX para o século XX, com a reestruturação do Estado em 1889. De acordo com Gizlene Neder e Gisálio Cerqueira Filho a mudança de regime político oportunizou modernizações como o fim do trabalho escravo, a intensificação da urbanização e da industrialização, a introdução de novas práticas de sociabilidade inspiradas na *belle époque* francesa, a secularização do Estado e a expansão do processo de formação de uma ordem burguesa no país (2007, p.14-15).

Essas transformações eram empreendidas por meio de projetos de reformas modernizantes que eram encabeçados pela intelectualidade brasileira, composta, majoritariamente, por juristas e bacharéis em direito. Inspirados pelas principais correntes de pensamento da Europa, como o liberalismo e o positivismo, esses intelectuais orquestraram um discurso

pautado nas noções de “civilização, “progresso” e “ordem”, visando transformar o Brasil em uma nação. No entanto, Neder e Cerqueira Filho observam que surge, entre esses intelectuais, uma resistência política, ideológica e afetiva às mudanças realizadas por eles (2001, p.114). Havia, portanto, na construção de seu discurso uma forte presença de concepções tradicionais, o que faz com que as ideias que estavam na base dos projetos republicanos sofressem uma leitura conservadora.

O cenário que se delineia no país, portanto, apresenta rupturas e continuidades. Ao mesmo tempo em que avanços da modernidade atingiam o Brasil, muitas tradições eram conservadas e atuavam na apropriação e na adaptação das deias à realidade brasileira. Dessa forma, a República ganhou contornos moderno-conservadores e seus projetos se preocupavam em controlar e disciplinar a sociedade, a partir de práticas e regras altamente autoritárias, punitivas e excludentes, enquanto conjugava concepções tradicionais e conceitos modernos (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007, p.14).

Como a família é uma instituição essencial para a consolidação e manutenção de valores dentro da sociedade, já que permite que eles sejam passados de geração em geração, acreditamos que os projetos também se direcionaram para dentro

dos lares. Para Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, os reformadores esforçaram-se para disciplinar toda e qualquer iniciativa considerada ameaçadora à ordem familiar, que era "o mais importante suporte do Estado e a única instituição capaz de represar as intimidadoras vagas da modernidade" (1998, p.371-372).

De acordo com Neder e Cerqueira Filho, foi estabelecida uma nova organização familiar inspirada no modelo ideal de família moderna, nascido no bojo da ascensão burguesa na Europa, para substituir a característica família do período colonial e do Império, marcada por ser extensa e centrada no *pater-familia* (2007, p.15). A família agora deveria ser nuclear, limitada ao casal e seus filhos. Nessa família, a mulher se torna a "figura-chave de suporte ao homem", que deveria ser competente, dedicada, prendada e educada. Deveria ir à escola, aprender a ler e escrever para educar seus filhos (NEDER; CERQUEIRA FILHO, 2007, p.15). Para Angela Almeida, a mulher é transformada em "rainha do lar", a boa esposa e mãe que se ocupa dos afazeres do lar e vive em função de seus filhos, sendo o elo entre eles e o pai (1987, p.61). No entanto, essa família continuava patriarcal. O pai só se fazia presente para exercer sua autoridade: "a mulher 'reina' no lar dentro do

privado da casa, delibera sobre as questões imediatas dos filhos, mas é o pai quem comanda em última instância. Ou seja, no padrão ideal, ele deve comandar" (ALMEIDA, 1987:61).

Considerando-se as rupturas e continuidades, identificamos que o discurso predominante naquela época, no que se refere à família, ao casamento e à mulher, espelhava essa dialética ao combinar permanências culturais de concepções religiosas e a medicina moderna. Configura-se, através delas, instrumentos para a normatização da família, do casamento e da mulher. Houve, por exemplo, o ressurgimento de manuais teológicos moralistas do século XVI que indicavam como deveria ser o "casamento perfeito" e a "perfeita casada", além de disporem normas a serem seguidas pelos casais, pela família e, especialmente, pela mulher. De acordo com Neder e Cerqueira Filho, esses manuais tinham "sua reflexão quase sempre apontada contra a mulher, que é vista como fonte suprema e permanente de pecado, alvo de aperfeiçoamento em razão de sua intrínseca imperfeição" (2007, p.138). Nesses manuais recomendava-se que as mulheres assumissem uma postura recatada, que fossem pacientes, disponíveis, caladas, limpas e, sobretudo, honestas, fiéis e obedientes.

Identificamos também a presença de conceitos modernos do cientificismo no novo modelo ideal de família e, principalmente da medicina higienista. Acreditamos que os projetos modernizantes voltados à família tiveram como principal alvo, a mulher, com o objetivo de redefinir seus papéis e comportamentos no interior da estrutura familiar. De acordo com Margareth Gonçalves, esse discurso era completamente normativo e procurava limitar a mulher ao lar, realçando a importância de exercerem as funções de esposa e mãe (1987, p.45). Analisando os estudos médicos higienistas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a autora afirma que havia um privilegiamento de um tipo particular de mulher, a "boa mãe" e "boa esposa", em detrimento de outros tipos, como a mulher mundana, a de "vida fácil", a prostituta, e a que teve coragem de rejeitar o papel de esposa e mãe (GONÇALVES, 1987, p.44). Os próprios títulos dessas teses indicam essa inclinação, bem como a preocupação em higienizar o corpo feminino. Podemos citar, como exemplo: *Dissertação sobre a puberdade da mulher*; *Da menstruação*; *Algumas reflexões sobre a cópula, onanismo e prostituição do Rio de Janeiro*; *Considerações higiênicas e médico-legais sobre o casamento relativamente à mulher*; *Dos*

casamentos sob o ponto de vista higiênico; entre outros trabalhos (GONÇALVES, 1987, p.43).

Diante disso, percebemos que os ideais de "rainha do lar", de "boa esposa" e "boa mãe" já estabelecidos pelas concepções religiosas, foram reafirmados por esse discurso, como biologicamente naturais à mulher. Para Gonçalves, realmente existia nesse contexto uma ligação entre o discurso religioso e o médico, o que fica provado pelos próprios estudos realizados na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que frequentemente utilizavam noções e princípios cristãos. Isso se explica se levarmos em consideração o cenário de rupturas e continuidades estabelecido e as relações dialéticas entre modernidade e tradição. Nas palavras da autora, o Brasil:

> (...) país de recente emancipação política, expressava o descompasso entre uma organização social tradicional, de base agrária escravista e as ideias e práticas de índole "progressista". E, nesse contexto, a medicina higienista, tal como presente nos textos da faculdade de medicina, apresentava os paradoxos e ambiguidades da sociedade brasileira da época (GONÇALVES, 1987:45).

A partir dessas elucidações, compreendemos que a conjunção das concepções da moral cristã e os novos conceitos da medicina higienista constituem o novo modelo ideal de

família. Seguindo esses princípios a nova família brasileira deveria ser disciplinada, virtuosa e higienizada, pois, somente assim, contribuiria para a construção de uma sociedade civilizada e de uma nação evoluída, fundamentada pela ordem e pelo progresso, lema gravado na bandeira republicana. No que se refere a condição feminina, a mulher deveria dominar somente o espaço da casa e cuidar dos filhos e do marido. Ela deveria ainda ser educada e higienizada para conseguir transmitir esses ensinamentos para seus filhos.

A trajetória de vida de Amélia também nos oferece provas sua forte reflexão sobre esses temas, em especial no que diz respeito aos direitos da mulher. Nascida em Jerumenha, no Piauí, no dia 7 de agosto de 1860, filha de Teresa Carolina da Silva Freitas e de José Manuel de Freitas, Amélia escrevia desde muito jovem, sobretudo, graças ao incentivo do pai (LIRA, 2011, p.38). De acordo com José Luís Lira, seu pai era um magistrado e político de renome. Formado na Faculdade de Direito de Olinda, José Manuel foi juiz de paz e chefe de Polícia no Piauí, desembargador e presidente das províncias do Piauí, Maranhão e Pernambuco (2011, p.38). Além disso, era colaborador de inúmeros periódicos de cunho liberal e abolicionista e frequentavam sua casa vários intelectuais e

pessoas de prestígio social, fazendo com que Amélia crescesse em um ambiente intelectualmente estimulante (LIRA, 2011, p.44).

Na década de 1890, começou a publicar seus textos, com o incentivo de seu marido, Clóvis Bevilacqua e de seu irmão, João Alfredo de Freitas, em jornais locais de Recife, onde residiam, e na *Revista do Brasil*. Nessa época, não assinava seus textos com seu nome completo, apenas com as iniciais "AFB", não explicitando, portanto, o gênero. Somente em 1902, Amélia publicou seu primeiro livro, *Alcyone*. Iniciou-se assim, um longo período marcado por inúmeras publicações de livros, contos, artigos de periódicos, traduções e palestras, até 1940, quando, com 80 anos e com as capacidades mentais se deteriorando, Amélia encerrou sua produção. Ela faleceu aos 86 anos, em 17 de novembro de 1946 (LIRA, 2011, p.39).

Um marco da sua trajetória como escritora e que evidencia sua luta pelos direitos das mulheres é a sua candidatura a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, em 1930. Amélia foi rejeitada por ser mulher. A maioria dos imortais acreditava que somente homens deveriam ser aceitos, de acordo com os Estatutos da instituição. Por conta disso, ela publicou, no mesmo ano, o livro *A Academia Brasileira de Letras e Amélia*

de Freitas Bevilacqua, que denuncia o acontecido e os "imortais misogenistas" (BEVILACQUA, 1930, p.11), bem como reúne diversos artigos que foram publicados em sua defesa. De acordo com Wilton Silva esse livro possibilitou que Amélia desabafasse em face ao preconceito sofrido e à invalidação de sua candidatura. Para o autor, o livro cumpre a função de: "registrar de forma clara os preconceitos dos quais a autora fora vítima, pois ao mesmo tempo em que legitima sua pretensão e dimensiona o componente misógino da Academia também estabelece um contraponto de afirmação da memória pessoal, de literata e de mulher, em contraste com o silêncio da instituição" (2004, p.151).

A partir dessas elucidações, acreditamos que Amélia, de fato, tinha uma predileção pelos temas relacionados à família, ao casamento e a condição feminina. Acreditamos que eram temas importantes para ela, o que fica evidente na sua produção intelectual. Tanto os artigos publicados em revistas e jornais, os contos, as poesias, os ensaios e as palestras, quanto seus romances indicam isso. Ela tratava frequentemente de assuntos como a educação, a saúde da mulher e o divórcio. Em seus romances, especialmente, as questões familiares e conjugais eram centrais e através das suas tramas denunciava as angústias

e injustiças da condição feminina naquele contexto. Assim, Amélia estava em uma posição de luta pelos direitos das mulheres e por uma família mais igualitária.

De acordo com Silva, como literata Amélia não seguia o padrão de histórias escritas para mulheres naquela época, não limitando seus escritos "à folhetins romanescos afrancesados, com mulheres submissas e limitadas ao papel de mães e esposas, sendo, ao contrário, recorrente os temas da paixão, da angústia e da insatisfação com a realidade" (2004, p.144). Para Algemira Mendes, as obras de Amélia problematizam questões em voga na literatura do final do século XIX e início do século XX, fugindo da "visão determinista reservada à mulher" (2006, p.252) na sociedade da época. A autora acredita que as histórias escritas por Amélia representam as injustiças dessa sociedade, ao mesmo tempo em que evidenciam a sua luta pelos direitos das mulheres (MENDES, 2006, p.253). Um exemplo disso é a não submissão das suas protagonistas, ao compreenderam sua posição (MENDES, 2006, p.259).

Acreditamos que, de fato, ela tinha um pensamento mais progressista, sobretudo no que diz respeito aos direitos da mulher. Dessa maneira, passamos a encarar suas obras por essa ótica. Compreendemos a partir de Alfredo Bosi que as obras

literárias são "individuações descontínuas" e, enquanto individuações, "podem exprimir tanto reflexos (espelhamentos), como variações, diferenças, distanciamentos, problematizações, rupturas e, no limite, negações das convenções dominantes no seu tempo" (2002, p.10). Nesta perspectiva, compreendemos ser preciso pensar o período como parte integrante da obra, percebendo sua atuação e influência na construção da obra e de que forma ele é representado. É importante considerar se os textos refletem, ou seja, validam e defendem os costumes, os modos de vida e as ideologias do período ou se os problematizam, denunciando as injustiças, as desigualdades e os silêncios.

Da mesma forma que devemos pensar o contexto como parte da obra, devemos também encará-la como parte do contexto. Adriana Facina nos auxilia a completar essa ideia. Para a autora, deve-se pensar a relação entre literatura e história como uma interação (2004, p.223). Dessa maneira, podemos entender que as obras literárias estão historicamente situadas, posto que também fazem parte da dinâmica social e, assim, são um produto histórico que busca expressar realidades também históricas, produzido numa sociedade específica, por um indivíduo que também está inserido nela (FACINA, 2004, p.50). Para a autora,

portanto, é importante não só inserir a obra em seu contexto, mas também reconhecer os escritores por trás dessas obras como produtos de sua época e de sua sociedade. Isso não significa negar a existência do talento individual, mas sim reconhecer que por trás de determinada obra há "sempre um indivíduo de carne e osso, sujeito aos condicionamentos que seu pertencimento de classe, sua origem étnica, seu gênero e o processo histórico do qual é parte lhe impõem" (FACINA, 2004, p.46).

Tendo isso em vista, para analisar os romances de Amélia, utilizaremos o método proposto por Antonio Candido. De acordo com o autor, para que uma análise crítica de uma obra literária seja completa, é necessário levar em conta como os fatores externos, ou seja, o contexto social, atua na constituição do texto, se tornando, assim, interno. Candido não está interessado apenas em descobrir se o contexto oferece valores estéticos e materiais, como a ambientação, os costumes e as ideias; mas também, se ele está presente no que há de determinante no texto enquanto obra de arte (2006, p.14-15). Nesta perspectiva, não devemos encarar a obra literária como independente de seu contexto, do mesmo modo que não devemos interpretá-la como um mero reflexo da realidade. Texto e contexto atuam um sobre o outro em um equilíbrio dinâmico.

Uma boa análise literária considera, então, as relações dialéticas entre eles, entendendo o contexto como parte integrante do texto, tal qual outros elementos que o compõem.

Analisando os romances de Amélia, a partir desta lógica, observamos que ela, ao descrever o cotidiano e a vida de suas protagonistas femininas, deixa em evidência os costumes e valores da época em que está inserida. Contudo, de forma sutil e efetiva, utiliza-se destas características estéticas para lançar luz no que ela, de fato, se importa: as desigualdades no interior da família e do casamento; a submissão imposta às mulheres, bem como a falta de direitos civis para elas, especialmente, as mulheres casadas; e a falta de acesso à educação.

As protagonistas dos romances de Amélia, quase sempre mulheres, cujos nomes também intitulam alguns dos romances, mostram-se insatisfeitas e frustradas com a realidade e, sobretudo, com a forma como são tratadas no casamento. As relações conjugais pautam os enredos da maioria dos romances de Amélia que aqui analisamos. Muito diferente da felicidade conjugal estabelecida pelo modelo ideal dos projetos republicanos, os casamentos da época são apresentados sob uma ótica negativa. A falta de compreensão dos maridos diante das insatisfações de suas esposas evidencia os conflitos e a

infelicidade de ambos e, principalmente, as frustrações das esposas. Compreendemos que, em seus romances, o casamento está diretamente relacionado a uma ideia de aprisionamento da mulher. Devemos considerar também o papel da sociedade nessas histórias, representada pelos círculos sociais dos casais protagonistas. Consideramos que esses grupos traduzem os novos modos de vida estabelecidos pelos projetos modernizantes e, ao julgá-las e maltratá-las, nos sinalizam que essas personagens não se encaixam e que precisam ser normatizadas.

Um romance emblemático na bibliografia de Amélia é *Angústia*, de 1913. Essa história, ambientada na *belle époque* carioca, narrada por uma mulher do convívio dos protagonistas, nos conta sobre o turbulento casamento de Tereza e Artur Lourenço. Tereza é descrita como uma jovem mulher muito determinada e orgulhosa, que não cedia às tentativas do marido em controlá-la, nem aos seus rompantes violentos de ciúme. Ela era uma mulher estudada, gostava de ler, tocar piano e passear. Artur considerava que esses não eram comportamentos de uma mulher casada e, por isso, a proibia de fazer tudo o que gostava, o que deixava Tereza inconformada.

Nesta história, identificamos um anseio por liberdade por parte da protagonista e um desespero por não conseguir alcançá-la. Em conversa com sua mãe, afirma que "aquele homem é um desequilibrado, ou um perverso muito grande. Não posso e nem quero, absolutamente, viver mais em sua companhia, esta agressão que ele faz contra mim é muito vil, por tudo irrompe em questões, às vezes até porque canto e toco piano" (BEVILACQUA, 1913, p.68-69). Completa, anunciando uma decisão: "esse drama, que se vai desenrolando na minha existência, tem alguma coisa de desumano e, eu não quero, não posso mais suportar. Peço-lhe permissão para tratar do meu divórcio" (BEVILACQUA, 1913, p.69). Sua mãe, contudo, a desaconselha: "Perdoe seu marido, procure compreendê-lo e moldá-lo a seu gosto. Em pouco tempo estarão envolvidos em uma ternura mútua, feita somente de grande afeição" (BEVILACQUA, 1913, p.70). A senhora tenta, também, conversar com seu genro que, enraivecido com a teimosia e resistência de Tereza em obedecê-lo, não a escuta. Arthur acredita que Tereza não o ama como ele a ama. Tomado pelos ciúmes e pela angústia diz que Tereza "não é mulher que saiba se isolar, num *téte-à-téte* apaixonado, com marido como eu, que lhe sacrificaria até a vida. É uma ingrata muito grande. É casada,

mas é namoradeira; tem grande prazer em se sentir conquistada; abusa dos atrativos que a natureza lhe deu" (BEVILACQUA, 1913, p.91).

Tereza afirma, em carta para a mãe que, as imposições e proibições do marido ficam cada dia mais severas. Segundo ela:

> todos os homens, na opinião de Arthur, são meus apaixonados. Diz sempre que faço deles coleção. Quando, uma vez por outra, nos falamos, é somente para brigar. Que recriminações amargas! Só se eu fosse um monstro! Não quer que eu chegue à janela, que leia romances, que frequente bailes e teatros, não posso cantar nem tocar piano. Outro dia, arrebatou-me das mãos um livro oferecido pelo primo Antonio, e espatifou completamente. Tudo o que faço aborrece-o e é motivo para questão. Alguém bateu palmas no corredor, e ele, logo, assombrado, me disse: "Com certeza é o Ramos. Vá depressa para dentro, não quero que lhe fale. Deite-se na cama". Sem refletir, obedeci. O doido embrulhou-me toda, cobrindo-me com o lençol até cabeça, e disse-me, ao mesmo tempo, no ouvido: "Fique bem quieta; não se mexa nem fala enquanto aquele pedante estiver aí. Se sair do quarto, mato- a!". Mamãe compreende, isso é debaixo da ação do ciúme que ele faz, mas avalia minha triste situação. Eu que amo mais do que a vida, a minha liberdade... (BEVILACQUA, 1913:96-97).

Por tudo isso, acreditamos que Thereza não se enquadre no modelo ideal de mulher, ao não se conformar em ser aprisionada pelo casamento e não aceitando a submissão ao

marido. Ela agia como queria e não obedecia às exigências e proibições de Arthur, que reagia com agressividade. As brigas entre o casal eram constantes e desgastavam ambos. Ressaltamos o papel de destaque que o grupo de amigos tem nessa história. Como Thereza não se encaixava, era vista como uma mulher teimosa, namoradeira e cruel. Desconfiavam de sua índole e até mesmo de sua fidelidade. Surgiu entre esses amigos e conhecidos um boato de que o filho do casal, Marcos, não era na verdade filho legítimo de Arthur. Esse boato chega aos ouvidos de Artur. Torturado pela dúvida e pelos ciúmes, ele decide confrontar Tereza e a acusa de traição. Ofendida, ela confirma que a criança não era seu filho. Tendo a certeza de que todas as suas desconfianças eram verdadeiras, eles se separam e não mantêm contato. A narradora, porém, deixa claro que Marcos era "um retrato vivo de Artur Lourenço" (BEVILACQUA, 1913, p.176). Tereza era orgulhosa demais para ceder. Era também a sua oportunidade de finalmente ter paz e reconquistar sua liberdade.

Em resumo, Arthur era, assim, visto pelo seu grupo de amigos como um pobre coitado, cuja vida se tornou um inferno por causa de sua esposa problemática. Acreditamos que as fofocas difundidas por esse grupo cristalizam muito bem as

ideias em circulação sobre o modelo ideal de família, de casamento e de mulher. Enquanto esse grupo representa os projetos modernizantes, Thereza representa o alvo a ser controlado, disciplinado e normatizado e, quando resiste, é malvista, maltratada e difamada. Entendemos que Amélia quer, através dessa história, nos mostrar a situação da mulher naquela época e o preço a pagar pela resistência. Através de alegorias e analogias e de uma narrativa do cotidiano, sua crítica evidencia a falta de direitos para as mulheres e a limitação ao lugar de boa esposa e mãe, que devia ser obediente e prendada, calada e educada somente o suficiente para bem transmitir conhecimentos aos filhos.

Em *Jeanete*, romance publicado em 1933, encontramos similaridades na personalidade dos protagonistas, apesar do intervalo de duas décadas entre os romances, o que nos faz refletir sobre as mudanças nas relações conjugais e os avanços da condição feminina no período. Neste romance conhecemos os recém-casados Amaral e Jeanete Geleda. Assim como Thereza, Jeanete é descrita como uma mulher inteligente, forte e contestadora. Foram essas características, inclusive, que atraíram Amaral: “a inteligência muito lúcida, os julgamentos bastante sólidos, a réplica mordaz, o gosto acentuado pela

meditação e ainda a direitura inflexível, na franqueza áspera da Jeanete lhe agradavam, preferia estes dons mundanos, que o cercavam, afetando sabedorias" (BEVILACQUA, 1933, p.8). No entanto, eram essas particularidades também que faziam com que Jeanete não fosse bem-vista em seu círculo social, sofrendo "injuriosas recriminações". Além disso, não era considerada um bom partido pela família de Amaral, que a achava "pouco razoável" (BEVILACQUA, 1933, p.13).

Jeanete se casou por amor e, por isso, decidiu conter sua personalidade e ser uma esposa obediente, virtuosa e feliz para seu amado, assim como a boa esposa do modelo ideal deveria ser. Mas ela se viu enganada ao descobrir outros relacionamentos do seu marido, enquanto já estavam noivos. Desiludida com seu casamento, Jeanete reflete se fez o certo ao se casar e se o seu relacionamento com Amaral foi sempre feliz ou ela estava apenas se enganando. Amaral não via motivos para essa reação já que ele era homem e era natural que ele precisasse de companhias femininas enquanto era solteiro. Acreditava que Jeanete deveria compreendê-lo e deixar de ser tola. Ela, porém, parece tomar consciência de que, ao negar seus instintos e personalidade para ser uma boa esposa para Amaral, cometeu um grande erro: "Agora, submetida, obediente, vejo surgir do

crepúsculo do seu passado incorreto, a lama denegrida, a desgraça irremediável, arrancando a minha felicidade, me despertando, na revolta horrorosa, todas as tristezas" (BEVILACQUA, 1933, p.38). Refletindo, ela sente que era mais feliz solteira. Casou-se por amor e achava que era amada também, mas, ao encontrar a carta, entendeu que o amor de Amaral era fingido. Pensava: "Tudo na vida é mentira vergonhosa. O destino das mulheres é precário, absurdo, muito humilhante. Eu era imensamente feliz; partiu deste amor fingido o exaltamento do meu cérebro, a crueldade e o rancor" (BEVILACQUA, 1933, p.38). Jeanete associa o seu casamento a uma prisão, mesmo amando seu marido: "Não tenho direitos, nem liberdade, presa a esta corrente" (BEVILACQUA, 1933, p34). Notamos nessas passagens a desesperança de Jeanete ao perceber que somente seus sentimentos pelo marido não fariam com que ela tivesse um casamento feliz, porque, afinal, o vínculo conjugal também significou seu aprisionamento e a limitação dos seus direitos. Ela lamenta:

> Ontem, crente e feliz, hoje, desiludida, não sentia pelo marido senão desprezo, repugnância… "Ah vida! Sempre a mulher a acreditar no homem! Absurda cegueira! Infeliz de mim que me enganei, me enlodei nas falsidades de um perverso fingido e desleal! Que

> dor tão grande para os meus sentimentos!... Não é possível situação mais deprimente e miserenta!" O marido, um tanto afastado, olhava a Jeanete, piedosamente. A desgraçada compreendeu, e o seu despeito subiu de ponto. Fez-lhe tanto mal, tanta tristeza aquela compaixão, como se fosse um novo insulto, e furiosamente, voltou-lhe as costas... (BEVILACQUA, 1933, p.18).

Como o mal já estava feito e elas estava presa ao casamento com Amaral. Jeanete decide se vingar do marido, o provocando sobre amores que teve enquanto era solteira. Ela contou ao marido que um dos seus pretendentes era muito belo e que ela se deixou levar pelos sentimentos e pelas declarações e o beijou. Amaral ficou irritado, mas sua raiva se transformou em puro choque quando ela revelou que este moço era seu irmão Joseph, que morrera há dois anos. Esta revelação faz com que ele pare para pensar em seu comportamento pela primeira vez. A história se encerra assim, com Jeanete finalmente se sentindo vitoriosa: "A esperta Jeanete, que através das pálpebras cerradas, observava a angústia do marido, piscava os olhos, muito feliz, por ter se vingado" (BEVILACQUA, 1933, p.45).

Nesta história acompanhamos mais uma dinâmica complexa entre o casal protagonista. Ao mesmo tempo em que vemos um marido que deseja que sua esposa seja submissa,

obediente, virtuosa e que aceitasse calada o desrespeito e a traição, vemos uma esposa questionadora, que não aceita ser limitada ou desrespeitada. Compreendemos que Amaral deseja a "boa esposa" como estabelecia o modelo ideal de família e, por mais que tenha tentado, Jeanete não se encaixa neste papel. Ela não aceita ser enganada e, por isso, vemos no decorrer da trama uma disputa de poder entre os dois. Como Jeanete é mais esperta que o marido, consegue a vingança que queria, diante de suas condições. É importante salientar também que neste romance não temos informações sobre a ambientação. Tudo se desenrola no interior do lar do casal, o que intensifica a sensação de aprisionamento da protagonista feminina.

Por tudo isso, acreditamos que ambas as histórias nos informam sobre como Amélia encarava as questões relacionadas à família, ao casamento e à condição da mulher. Encarando essa obra, a partir do método de Candido, percebemos que o contexto é parte integrante do texto, ao adicionar dimensão social, que se relaciona com o período em que Amélia vivia e produzia. Texto e contexto estão atuando um sobre o outro, em uma relação dialética. Nesse sentido, reconhecemos que através de seus livros, Amélia revelava suas críticas e denunciava as injustiças e

angústias vividas pelas mulheres numa sociedade marcadamente patriarcal.

Referências

ALMEIDA, Angela Mendes de (Colab.). *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, EDUFRRJ, 1987.

BEVILACQUA, Amélia de Freitas. *Jeanete*. Rio de Janeiro: Besnard Fréres, 1933.

BEVILACQUA, Amélia de Freitas. *A Academia Brasileira de Letras e Amélia de Freitas Bevilacqua*. Rio de Janeiro, Besnard Frères, 1930.

BEVILACQUA, Amélia de Freitas. *Angustia*. Rio de Janeiro: Typographia Besnard Frères, 1913.

BOSI, Alfredo. *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

FACINA, Adriana. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FANINI, Michele Asmar. "A (in)elegibilidade feminina na Academia Brasileira de Letras". In: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v.22, n.1, p.149-177.

LIRA, José Luís. *De Clóvis para Amélia: Correspondência inédita do jurista Clóvis Bevilacqua para sua mulher, a escritora Amélia de Freitas Bevilacqua*. Sobral: UVA/USEL, 2011.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Luiza. "Recônditos do mundo feminino". In: SEVCENKO, Nicolau. *História da vida privada no Brasil*, vol.3. São Paulo Companhia das Letras, 1998. p.367-422.

MENDES, Algemira Macedo. *Maria Firmina dos Reis e Amélia Beviláqua na História da Literatura Brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. "Os filhos da lei". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)*. São Paulo, v.16, n. 45, p.113-125, 2001.

NEDER, Gizlene; CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *Ideias jurídicas e autoridade na família*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

SILVA, Wilton Carlos Lima da. "Amélia Bevilacqua que era mulher de verdade: A memória construída da esposa de Clóvis Bevilacqua". In: *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v.11, n.2, jul-dez, p.138-161, 2004.

Apagamentos da Memória do Rock Brasileiro dos anos 1970

Roberto Alexandre
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

Este texto decorre do projeto de pesquisa da tese de doutorado *Barra Lúcifer: história e memória do rock brasileiro dos anos 1970*, ainda em andamento, e apresenta um panorama do que já foi desenvolvido até aqui. A proposta combina os eixos teóricos do projeto e a análise construída nos três primeiros capítulos da investigação, oferecendo uma visão integrada das práticas e circulações culturais que marcaram a cena roqueira da década. O ponto de partida é a articulação entre levantamento hemerográfico e análise de arquivos audiovisuais, com o objetivo de reconstruir experiências, disputas e sociabilidades ligadas ao rock no Brasil dos anos 1970.

A década de 1970, no que se refere ao rock brasileiro, costuma ser representada por uma retórica do silêncio, imagem de clausura cultural associada ao endurecimento do regime militar (sobretudo após o Ato Institucional nº 5, de 1968) e às práticas de vigilância e censura conduzidas por órgãos como o DOI-CODI e a Divisão de Censura de Diversões Públicas. Essa

leitura, no entanto, é parcial, pois naturaliza um vazio que nem sempre existiu. Ao reduzir os anos 1970 a um hiato entre a contracultura dos anos 1960 (Tropicália, movimentos estudantis e a produção de 1967–69) e a explosão midiática do rock nos anos 1980 (o chamado movimento BRock), a narrativa dominante marginaliza dezenas de práticas, circuitos e agentes; músicos, técnicos, produtores locais, locutores de rádio e organizadores de festivais, que atuaram de modo persistente e criativo.

A proposta central deste trabalho é defender que houve rock brasileiro nos anos 1970, muito além dos quatro nomes canônicos: Novos Baianos, Secos & Molhados, Rita Lee e Raul Seixas, que concentram a memória pública. Desde já, cumpre delimitar uma posição metodológica: trata-se de um enfoque historiográfico, não de crítica musical ou jornalismo cultural. O objetivo não é julgar esteticamente obras e artistas, mas compreender o quê, como, onde e porquê determinada produção e circulação cultural ocorreram. O compromisso é temporal e analítico, evitando enquadramentos normativos e privilegiando a reconstrução contextual dos processos sociais, institucionais e simbólicos que moldaram memórias e esquecimentos. Para tanto, analisam-se evidências concretas: produção fonográfica,

cobertura de imprensa, publicações alternativas, programação televisiva e redes informais. O objetivo é restituir agentes, espaços e eventos à narrativa histórica, mostrando sua densidade social e cultural.

No plano dos festivais, o repertório setentista inclui, entre outros: Festival de Verão de Guarapari (1971), I Concerto Pirata (1971), Feira de Música Experimental (1972), Dia da Criação (1972), Festival Transa-Som-Folk-Pop-Rock de Pedra Azul (1973), 1º Concerto de Música Pop — Sábado Som (1974), Banana Progressiva (1975), Festival de Águas Claras (1975), Hollywood Rock (1975), Som, Sol e Surf – Saquarema (1976) e Festival de Rock de Camboriú (1977). Esses encontros funcionaram como espaços de sociabilidade juvenil, experimentação, circulação e não episódios exóticos, mas nós de uma rede cultural em expansão.

A imprensa também registrou esse movimento. Revistas e colunas como *Geração Pop*, a revista *Pop*, a versão brasileira da *Rolling Stone*, bem como *Rock A História E A Glória*, além de periódicos de grande circulação como *O Globo*, *Manchete* e *Jornal do Brasil*, e veículos alternativos como *O Pasquim*, produziram críticas, resenhas e crônicas que documentaram shows, lançamentos e controvérsias. Colunistas como Luiz

Carlos Maciel, Torquato Neto, Nelson Motta, Ezequiel Neves e Tárik de Souza atuaram como mediadores entre as cenas locais e um público em formação. A televisão, por sua vez, com programas como *Sábado Som/Rock Concert* e *Hello Crazy People* (TV Globo), ou *Hallelluiah* (TV Tupi), ampliou a visibilidade de bandas e experimentos sonoros, ainda que com limitações e tensões próprias.

No campo teórico, a pesquisa articula a teoria da memória coletiva à história cultural e à sociologia dos campos simbólicos. Parte-se do princípio de que as memórias públicas são seletivas: não porque fatos não tenham ocorrido, mas porque agentes institucionais e editoriais decidiram quais mereciam ser lembrados. O apagamento parcial do rock setentista não é acidente documental, mas resultado de disputas por legitimidade cultural, escolhas de mercado, políticas editoriais e trajetórias institucionais que favoreceram outros gêneros.

A outra memória aqui proposta não visa reescrever cânones por vaidade cronológica, mas enfrentar um problema hermenêutico: compreender como o rock dos anos 1970 entrou, ou foi excluído, da história cultural brasileira. Defender que "houve rock brasileiro nos anos 1970" significa reivindicar a complexidade das práticas culturais daquele período – seus

êxitos e fracassos, suas ambivalências políticas e suas formas de sociabilidade – abrindo caminho para uma história mais plural, crítica e fiel às evidências.

Do espírito ao léxico: escuta, nomeação e hierarquias institucionais

O "espírito do rock" é mais do que um estilo musical: é som, sociabilidade e cultura em tensão com normas estabelecidas. No Brasil, esse "espírito" foi frequentemente esvaziado ao ser diluído sob a categoria abrangente da MPB, operação que deslocou significados e impôs hierarquias. Da escuta ao vocabulário, da experiência sensorial às disputas institucionais, abre-se um campo no qual o rock se apresenta tanto como força estética quanto como identidade em disputa.

A experiência auditiva é a porta de entrada: o *backbeat*, a guitarra elétrica, a fisicalidade do som e sua capacidade de marcar corpos e tempos. Mas a mesma intensidade que moveu juventudes foi, pouco a pouco, corroída pela aceleração tecnológica e pela efemeridade digital. O ritual de ouvir um disco, de gravar uma fita, de associar lembrança e objeto perdeu-se com a circulação instantânea das músicas, reduzidas a arquivos voláteis. Nesse novo regime, "rock" tornou-se uma

palavra flutuante, uma etiqueta que já não carrega a densidade de genealogias nem a espessura da experiência.

Apesar disso, o gênero mostrou-se polimorfo, adaptando-se e reinventando-se. Como substância musical, trouxe ritmos, formas e estruturas; como atmosfera simbólica, tornou-se campo global de significados. No Brasil, essa dupla dimensão não se restringiu à imitação: foi tradução criativa. O rock dialogou com samba, baião e choro, alimentou experiências psicodélicas, progressivas e regionais, produziu expressões híbridas que escapam de catálogos rígidos. Essa reinvenção constante tornou-o um espaço de experimentação.

Não se pode esquecer, contudo, suas raízes afrodiaspóricas. O R&B e o blues são a seiva que alimenta sua origem, e o apagamento dessa herança, pela apropriação e pelo branqueamento, consolidou narrativas parciais que naturalizam desigualdades. Recolocar essas genealogias em evidência é mais do que um gesto de justiça histórica: é condição para entender o rock sem mutilar sua própria memória.

No Brasil, essa história se fez por múltiplas vias. O cinema e Elvis Presley abriram o caminho para Jovem Guarda, iê-iê-iê, Tropicália e Clube da Esquina. O rock foi consumo de segmentos urbanos, matéria-prima para programas de TV e

filmes, mas também vanguarda política e invenção estética. Festivais e circuitos marginais lhe deram abrigo e moldaram sua fisionomia própria. Não há linearidade de cópia: há síntese e criação, há um campo híbrido resistente às classificações fáceis.

A ditadura, no entanto, interferiu decisivamente. A MPB, consolidada como categoria estética e institucional, canonizou repertórios, consagrou alguns nomes e marginalizou outros. Ao mesmo tempo, a censura e a repressão ergueram barreiras contra a difusão plena do rock, enquanto escolhas editoriais e mercadológicas deslocavam o eixo do prestígio para um terreno mais "legítimo". O rock permaneceu à margem, não só no palco, mas também nos arquivos.

Essa trajetória foi atravessada por dicotomias: ingenuidade ou revolução, moda ou resistência, símbolo ou estrutura. Tentativas de inserção comercial fracassaram repetidas vezes, alimentando uma invisibilidade que ainda hoje ecoa. O saldo dos anos 1970 é feito de vitórias estéticas pontuais, mas também de derrotas comerciais constantes, um terreno marcado por tensões, não por epopeias.

Recuperar esse percurso exige uma arqueologia da memória musical: recolher vozes marginalizadas, desafiar mitos consolidados, recompor a pluralidade das experiências que

moldaram o rock brasileiro nos anos 1970. O arquivo: capas, cartazes, colunas, programas, depoimentos, é testemunho de que o rock existiu e que sua forma não cabe em uma única sigla. A partir daqui o olhar se volta às cenas concretas: festivais, palcos e arenas onde o espírito do rock se manifestou, foi disputado e, muitas vezes, esquecido.

Memória em disputa: entre lembranças vivas e arquivos ausentes

A distinção entre memória e História não é detalhe semântico, mas chave para compreender o apagamento do rock brasileiro nos anos 1970. A memória é um tecido vivo: pulsa em corpos, circula em fonogramas de pequena tiragem, em recortes de jornal guardados em pastas, em fotografias amadoras de festivais e clubes. A História, por sua vez, exige organização, prova e contraste, operação dependente da institucionalização de vestígios. Essa diferença explica por que tantas experiências do período permaneceram à margem do relato historiográfico.

Como sugere Michael Pollak (1989), a memória não se forma apenas pelo que é lembrado, mas também pelo esquecimento e pelo silêncio que a atravessam; operações seletivas que delimitam quais experiências sobrevivem e quais

são condenadas a desaparecer. Esse filtro, longe de ser neutro, é parte das disputas de poder que organizam os arquivos culturais. Maurice Halbwachs (1990) lembra que a memória é social: não recordamos isoladamente, mas em grupos que oferecem molduras de lembrança. Pierre Nora (1993) acrescenta que, quando a memória coletiva se fragiliza, as sociedades erguem "lugares de memória" — monumentos, museus, efemérides que cristalizam recordações. Para o rock setentista, o problema foi duplo: a experiência coletiva existiu em shows em teatros, pequenos ginásios e festivais e em programas de televisão como *Sábado Som*, mas faltaram instituições que fixassem essa memória como patrimônio cultural. Sem esses marcos, restaram fragmentos dispersos.

Essa lacuna foi preenchida por uma "metamemória" (CATROGA, 2001, p.15): representações posteriores que reescreveram o passado. Tanto a imprensa dos anos 1970 quanto os balanços memorialísticos das décadas seguintes selecionaram o que "merecia" ser lembrado. Certos nomes ganharam centralidade, enquanto outros foram relegados à nota de rodapé. O valor dos canônicos não se discute, mas é preciso reconhecer que sua visibilidade operou como filtro, ofuscando práticas e

agentes igualmente significativos, como bandas regionais, produtores independentes e técnicos de som.

A imprensa atuou de modo ambíguo. Revistas como *Manchete* e jornais como *Jornal do Brasil* e *O Globo* cobriram o rock ora como modismo, ora como ameaça, ora como curiosidade exótica. Esse enquadramento não foi neutro: manchetes, cortes e ênfases funcionaram como técnicas de domesticação. Como observa Michael Pollak (1989), a memória coletiva é atravessada por relações de poder; e, segundo Henry Rousso (1991), regimes e instituições constroem o passado tanto pelo silenciamento direto quanto pelo enquadramento seletivo. No Brasil da ditadura, a censura não eliminou totalmente o rock, mas o perseguiu e relegou à periferia, onde sua circulação se deu em cartazes de banca, anúncios locais e registros esparsos, materiais que só muito tempo depois passaram a ser tratados como fontes legítimas.

Pierre Bourdieu (2006) oferece outra chave decisiva: a memória é resultado de lutas simbólicas em campo. Detentores de poder cultural como os editores, programadores de rádio, diretores de gravadoras, definiram categorias, conferiram selos de legitimidade e traçaram um mapa em que alguns pontos se tornaram centros, enquanto outros permaneceram marginais.

Quem ficou fora desse mapa teve menos chance de ser arquivado, reeditado ou citado. A historiografia herdou esse desenho e, ao repeti-lo sem crítica, reproduziu o apagamento.

Esse processo produziu um efeito performativo: repetir que "não havia rock nos anos 1970" tornou-se profecia autorrealizadora. Menos pesquisas levaram a menos fontes visíveis; a escassez confirmava a tese do vazio; e o círculo se fechava. Romper esse ciclo exige política ativa de investigação: revisitar acervos regionais, buscar colunas secundárias, recolher memórias orais de técnicos, produtores e ouvintes. A ética do pesquisador, aqui, é a de cruzar evidências: nem toda lembrança é prova, mas a convergência entre jornais, programas de TV e entrevistas reduz o risco da "ilusão biográfica" (BOURDIEU, 2006).

As pegadas materiais que resistem – reportagens, cartazes de festivais, discos pouco conhecidos, registros fotográficos – mostram pluralidade: entusiasmo, deboche, curiosidade, crítica. Uma cena existiu, mesmo que fragmentada e marginalizada; em certas ocasiões, nem tão marginal assim. Recuperá-la não é nostalgia, mas reparação intelectual. Como alerta Jacques Le Goff (1990), a memória é um campo de

disputas; reconhecer fios soltos e agentes esquecidos é tarefa central de uma história cultural plural.

Compreender o rock dos anos 1970 em sua complexidade significa admitir seu caráter contraditório: marginal e criativo, precário e inovador, reprimido e insistente. Essa história não cabe em mitos fáceis nem em vazios fabricados. Ela se escreve nos interstícios e justamente por isso, merece ser narrada com rigor, atenção e justiça.

Amplificadores e improvisos: logística, repressão e improviso nos festivais

Os festivais da década de 1970 não foram apenas desfiles de artistas e cartazes coloridos, muito menos apenas as competições musicais televisionadas. Foram dispositivos sociais e materiais, nos quais precariedade técnica, improvisos de palco e vigilância estatal moldaram tanto a sonoridade quanto a memória dos eventos. Estruturas como amplificadores, geradores, caminhões, policiamento ostensivo e contratos de som incompletos foram tão determinantes para a experiência quanto os próprios repertórios apresentados. Guarapari, o Concerto Pirata e o Dia da Criação exemplificam como a história do rock brasileiro se escreveu não apenas em canções, mas

também em negociações com prefeitos, improvisos técnicos e tensões com o aparato repressivo.

O Festival de Verão de Guarapari, em fevereiro de 1971, é um caso emblemático. Anunciado como "Woodstock tropical" (*Manchete*, nº 984, 27 fev. 1971, p. 20)), encontrou estradas precárias, exigências fiscais inesperadas, retirada de equipamentos por falta de pagamento e forte presença policial. A empresa Amplicord chegou a desligar o som em protesto contra inadimplência, gerando atrasos, desistências de artistas e um público que reagiu com vaias e dispersão. A revista *Manchete* cunhou a fórmula do "festival que não houve", cristalizando na memória uma narrativa de fracasso quando, na verdade, o evento expôs tensões entre mercado, autoritarismo e contracultura.

No festival Dia da Criação (Duque de Caxias, 1972), relatado por Ezequiel Neves na *Rolling Stone* brasileira, a ausência de empresa de som contratada obrigou cada banda a trazer sua própria aparelhagem. O palco transformou-se num "labirinto de amplificadores", cabos emaranhados e improvisos técnicos que impactaram diretamente os repertórios: músicas encurtadas, *jams* improvisadas, solos reduzidos. O calor das lâmpadas, o cheiro de gasolina dos geradores e o barulho

constante da aparelhagem tornaram-se parte da experiência estética. Esses detalhes logísticos, aparentemente menores, explicam muito da atmosfera local e da singularidade da cena.

O Concerto Pirata em 1971 oferece outro tipo de lição. Anunciado no Clube Monte Líbano, cogitado para a Lagoa Rodrigo de Freitas e cronicado por Torquato Neto em sua coluna *Geléia Geral* no *Última Hora*, o festival foi mais rumor do que acontecimento fechado. Nelson Motta, seu idealizador, chegou a planejar patrocínios e gravações, mas o projeto oscilou entre oficialidade e clandestinidade. O termo "pirata" acabou virando metáfora de um modo de operar frente aos entraves institucionais: flexível, mutável, às vezes apenas promessa. Essa plasticidade tensionava espontaneidade e mercado, resistência e mercantilização, revelando como a contracultura negociava permanentemente sua autonomia.

A presença policial foi, em todos os casos, fator estruturante. Em Guarapari, prisões de "hippies" e operações no acampamento não apenas reduziram o público, mas enviaram mensagem clara: grandes reuniões juvenis seriam objeto de controle. Isso afetou a composição do público e o comportamento dos artistas, que subiam ao palco não só com medo de fracasso comercial, mas sob o risco de se tornarem

alvos da repressão. Pollak (1989) lembra que a memória coletiva se constrói tanto pelo vivido quanto pelo silenciado; e, nesse caso, o silenciamento ocorreu não só pela censura às letras, mas pela própria vigilância dos corpos.

A cobertura midiática, por sua vez, domesticou esses eventos. Quando *Manchete* ridicularizou Guarapari como "o festival que não houve", ajudou a cristalizar uma memória que supôs fracasso onde talvez houvesse tentativa. Quando a imprensa reduziu o Concerto Pirata a uma quase ficção, produziu mais que informação: operou uma "pedagogia" da memória (NORA, 1993), ensinando ao público que certas experiências deveriam ser vistas como fiasco ou folclore, neutralizando sua força disruptiva. O humor editorial funcionava, nesse contexto, como técnica de desarmamento simbólico.

Ainda assim, esses festivais deixaram rastros: áudios captados por espectadores, colunas alternativas em jornais como *O Pasquim*, fotografias amadoras e relatos orais de músicos e técnicos. Bourdieu (1996, p. 192-193) lembra que a legitimidade cultural é produto de lutas simbólicas em campo: quem controla arquivos, patrocínios e narrativas consolida quais memórias permanecem. Ao revisitar esses vestígios, percebe-se que a cena

não foi fantasma, mas prática social concreta, feita de improviso, precariedade e invenção.

O estudo dos festivais mostra que cena não é apenas repertório ou discografia, mas também logística, contratos, tensões políticas e redes de circulação. Para compreender plenamente o rock dos anos 1970, é preciso ouvir tanto as guitarras quanto os geradores, ler tanto os *setlists* quanto os despachos fiscais. Só assim se restitui densidade a uma "outra era dos festivais". Uma cena feita de risco, repressão, humor e improviso, que atravessou o Brasil de Guarapari a Duque de Caxias e deixou marcas duradouras na memória cultural.

Entre o som, o político, o privado e a promessa

Entre o ruído político e a promessa da "distensão", a abertura anunciada como "lenta, gradual e segura" reconfigurou o terreno cultural: não foi apenas retórica estatal, mas vetor de novas janelas de circulação que atraíram mídia, patrocínio e atores privados interessados em domesticar e rentabilizar a energia juvenil. Nesses interstícios, os festivais de meados e do fim dos anos 1970 funcionaram como cenários de uma liberdade provisória – nunca plena, sempre ensaiada – lugares onde a música se convertia em laboratório de convivência, de

experimentação estética e de negociações práticas com o poder. A televisibilidade e o patrocínio ampliaram plateias e profissionalizaram logística, ao mesmo tempo em que impuseram moldagens que diluíam partes do vivido; a vigilância e os limites impostos pelo aparelho repressivo permaneceram, invisíveis, à volta de cada refrão e cada brado coletivo. Assim, entre improvisos técnicos e estratégias de edição, entre curadorias híbridas e mecanismos de mercado, delineou-se uma cena ambivalente: produtora de invenções e de memórias precárias, campo de disputa simbólica onde se testaram formatos que, embora domesticados ou esquecidos, dariam material e método para projetos mais consolidados na década seguinte.

A entrada de atores privados e da grande mídia transformou práticas e formatos. A televisão, em particular, funcionou como catalisadora de visibilidade e modeladora de forma: ganhou escala a audiência, perdeu-se parte da intensidade do acontecimento. O 1º Concerto de Música Pop – Sábado Som patrocinado pela Rede Globo em 1974 sintetiza essa dupla face: permitiu que bandas alcançassem plateias nacionais, mas submeteu performances a cortes, moldagens e estratégias de edição que descaracterizavam elementos do vivido. A televisibilidade trouxe público, fundos e profissionalização

logística; também instalou uma estética do consumo que suavizava contradições e encobria rupturas.

Festivais emblemáticos exibiram, com clareza diversa, essa tensão entre experimentação e mercadoria. O Hollywood Rock no Rio de Janeiro, em 1975 ofereceu promoção massiva e promessa de megashow, mas revelou fragilidade técnica, dispersão de público e crítica severa. Foi um espetáculo grande em intenção, deficitário em execução. Em contrapartida, o Festival de Águas Claras numa fazenda em Iacanga em 1975, organizado por produtores independentes, preservou um ethos comunitário e improvisado: falhas técnicas coexistiram com intensidade coletiva e com a construção de um imaginário de "Woodstock brasileiro". Em Saquarema, o Som, Sol e Surf em 1976 combinou música, práticas esportivas e contracultura de praia, demonstrando que encontros à beira-mar podiam operar como laboratórios de sociabilidade, mesmo sob vigilância policial e tentativas de replicar modelos estrangeiros.

Esses eventos funcionaram como laboratórios técnicos e sociais: experimentou-se microfonação em campo aberto, captação audiovisual precária, esquemas de patrocínio híbrido e montagens pós-evento que tentavam transformar fragilidades em narrativa vendável (LPs, filmes e edições televisivas). A

improvisação virou repertório; a edição, estratégia de mitigação. Ao mesmo tempo, surgiram formas de escolher e apresentar que mesclavam veteranos e novatos, diálogos entre rádio, imprensa e TV, e arranjos de produção que seriam reaproveitados pela indústria cultural na década seguinte.

O significado político desses encontros ultrapassa a lógica do consumo. Mais que vitrines, funcionaram como espaços de invenção de formas coletivas: plateias que se reconheciam, redes profissionais informais, trocas entre centros e periferias. A memória tardia – visível hoje em documentários, depoimentos e arquivos resgatados – revela tanto o apagamento institucional quanto a persistência de traços formativos: procedimentos técnicos, redes de atores e estéticas de público que atravessaram gerações e alimentaram projetos posteriores.

Relegados por muito tempo à margem da historiografia cultural, alguns festivais, em especial o Festival de Águas Claras e o Som, Sol e Surf de Saquarema, guardaram sementes que só floresceriam na década seguinte; neles, corpos, sons e ideias cruzaram-se num presente fugaz, porém carregado de futuro. Redescobertos no século XXI por documentários e depoimentos que reconstroem memórias silenciadas, esses fragmentos apontam para um Brasil alternativo que teimava em pulsar à

margem das engrenagens do esquecimento. Mais que meros espetáculos, esses encontros funcionaram como gestos de resistência: cena em movimento, utopia materializada.

Conclusão

O argumento nuclear afirma algo reparador: houve cena de rock no Brasil dos anos 1970, não um fantasma ocasional, mas um tecido contínuo de práticas, agentes e lugares cuja invisibilidade posterior foi construída por escolhas institucionais, editoriais e mercadológicas. Reintegrar essa cena ao relato histórico não é nostalgia; é correção analítica que confronta uma narrativa que, por repetição, naturalizou lacunas e eclipsou formas de sociabilidade sonora.

Três lições orientam a síntese. A primeira é que a luta pelo vocabulário é luta por memória: nomear significa distribuir recursos simbólicos e materiais, decidir quem terá acesso a estúdios, rádio, imprensa e arquivo, e determinar quais vozes serão lembradas. A segunda distingue memória de História: a memória pulsa em objetos, afetos e relatos orais; a História exige prova, contraste e cruzamento documental, só a convergência entre hemerotecas, fitas e testemunhos permite que lembrança se torne evidência. A terceira lição aponta que festivais e encontros

regionais não foram episódios dispersos, mas nós de invenção técnica e sociabilidade: neles se testaram curadorias híbridas, esquemas de patrocínio e procedimentos logísticos que alimentaram redes de circulação mesmo na precariedade.

Desse diagnóstico decorrem implicações práticas urgentes. É necessário priorizar a salvaguarda e a digitalização de materiais dispersos, sejam eles: fitas cassete, recortes locais, cartazes e fotografias amadoras, fomentar micro-histórias que situem práticas locais em circuitos maiores e reconhecer técnicos, produtores e plateias como sujeitos históricos com agência interpretativa. Métodos de pesquisa devem incorporar a materialidade do evento: contratos, gravações e edições televisivas são documentos que revelam decisões estéticas e condicionamentos institucionais.

Há, simultaneamente, um imperativo ético. Restaurar presenças subalternizadas é ato de reparação simbólica: políticas culturais, curadorias comunitárias e programas educativos podem reinserir esses fios na narrativa pública. Projetos colaborativos de memória pública, desenvolvidos com comunidades e agentes locais, legitimam acervos periféricos e reduzem o risco de instrumentalização elitista.

Rejeitar a ideia do hiato não implica substituir um cânone por outro, mas ampliar o repertório de legitimidade. Mostrar que a cena roqueira setentista persistiu é proposta metodológica e política: convocar arquivos, redes e vozes para construir uma história plural, crítica e ancorada em provas. Onde houve ruído e improviso, pulsa invenção; onde houve esquecimento, há tarefa historiográfica e justiça cultural a cumprir. A pesquisa futura deve também articular parcerias institucionais para recuperação física de acervos e incentivar publicações acessíveis que devolvam às comunidades afetadas o protagonismo de sua própria história cultural, e fortalecer redes de memória.

Referências

ADORNO, Theodor W. "Educação após Auschwitz". In: _____. *Escritos sociológicos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995. (Se for capítulo, manter conforme o seu arquivo.)

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALEXANDRE, Ricardo. *Dias de luta: o rock e o Brasil dos anos 80*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2013.

ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. "Memória serve pra quê? Uma análise 'do que deve ser esquecido' e 'do que pode ser lembrado' na história". In: *Anais do Encontro Regional da ANPUH-RIO*, 14., 2010, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ANPUH, 2010.

ARAÚJO, Paulo Cesar de. *Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

BAHIANA, Ana Maria. *Almanaque anos 70*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BAHIANA, Ana Maria. *Nada será como antes: MPB nos anos 70*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BAIA, Silvano Fernandes. *A historiografia da música popular no Brasil (1971–1999)*. Tese (Doutorado em História Social) — Universidade de São Paulo, 2011.

BALDASSARINI JUNIOR, Sérgio (dir.). *Jovem aos 50 anos* [filme]. YouTube, 25 mar. 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3kbfUX4EpLM. Acesso em: 15 ago. 2024.

BENJAMIN, Walter. "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica". In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, pp. 167–182.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CAMARGO, Aspásia; DINIZ, Eli (org.). *Continuidade e mudança no Brasil da Nova República*. São Paulo: Vértice, 1989. (Cap. "As Dimensões da Crise", Aspásia Camargo, pp. 20–56.)

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CHACON, Paulo. *O que é rock?* São Paulo: Brasiliense, 1989.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

DAPIEVE, Arthur. *BRock: o rock brasileiro dos anos 80*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DINIZ, Sheyla Castro. *Clube da Esquina: mineiridade, romantismo e resistência cultural nos anos 1960*. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FRIEDLANDER, Paul. *Rock and Roll: Uma História Social*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

GINZBURG, Carlo. "Matar um mandarim chinês". In: _____. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 199–218.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914–1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HUYSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

HUYSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KAMINSKI, Leon Frederico. *A revolução das mochilas: contracultura e viagens no Brasil ditatorial*. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal Fluminense, 2018.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MOTTA, Nelson. *Noites Tropicais: solos, improvisos e memórias musicais*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

MUGNAINI JR., Ayrton. *Breve história do rock*. São Paulo: Panda Books, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. *História & música – história cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. (Coleção História &... Reflexões, 2.)

NAPOLITANO, Marcos. *Juventude e Contracultura*. São Paulo: Contexto, 2023.

NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959–1969)*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2010.

O BARATO DE IACANGA. Direção: Thiago Mattar. Produção**:** Deborah Osborn , Felipe Briso, Gilberto Topczewski. BigBonsai, São Paulo, 2019. Documentário: 94 min.

PINHEIRO, Igor Fernandes. *Não fale com paredes: contracultura e psicodelia no Brasil*. Lexington: KDP, 2019.

POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, pp. 200–212.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento e silêncio". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POMIAN, Krzysztof (dir.). *Enciclopédia Einaudi: tempo/temporalidade*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993, vol. 29.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RITMO ALUCINANTE. Direção: Marcelo Pietsch França. Rio de Janeiro: Alfa Produções Artísticas Ltda., 1976. 1 vídeo (aprox. 85 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v= FypA7qFN0Fk &t=210s Acesso em: 24 ago. 2025.

ROUSSO, Henry. *O Síndrome de Vichy: história e memória na França*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SAGGIORATO, Alexandre. *Anos de chumbo: rock e repressão durante o AI-5*. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade de Passo Fundo, 2008.

SANTOS, Maria Clara dos; OLIVEIRA, Felipe da. "Rock e ditadura: imprensa e resistência nos anos 1970". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 2, 2005, pp. 317–342.

SOCIEDADE DOS DOCUMENTARISTAS BRASILEIROS (prod./dir.). *Tropicália* [documentário]. YouTube, 6 nov. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=iEfgEjNrThA&t=2667s. Acesso em: 15 ago. 2024.

SOM, SOL & SURF – SAQUAREMA. Diretor: Hélio Pitanga. Rio de Janeiro, 2018. Documentário. 80 min.

TODOROV, Tzvetan. "Los usos de la memoria". In: _____. *Memoria del mal, tentación del bien: indagación sobre el siglo XX*. Barcelona: Ediciones Península, 2002, pp. 191–211.

VILELA, Ivan. "Apresentação". *Revista USP*, n. 87, 2010, p. 6–12. DOI:10.11606/issn.2316-9036.v0i87p6-12. Acesso em: 26 out. 2022.

Quilombo Pedra do Sal: território, identidades e representações afrodescendentes na cidade do Rio de Janeiro

Roberto Castro de Lucena
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ

Introdução

Esse texto resulta do projeto da pesquisa de doutorado, intitulado: "Quilombo urbano Pedra do Sal: resistência, memória negra e espaço de disputas na cidade do Rio de Janeiro". Ainda em processo, visa examinar as tensões e conflitos entre dois grupos sociais, que lutam pela posse definitiva dos imóveis, situados em um território histórico conhecido como a Pequena África, na região portuária do Rio de Janeiro: a comunidade quilombola Pedra do Sal e a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (VOT), organização religiosa vinculada à Igreja Católica. Essa disputa tomou novos contornos a partir da criação, pela Prefeitura, de um projeto de transformação urbanística, o "Projeto Porto Maravilha", iniciado em 2009. Nos últimos anos, a entrada desse novo ator social traz à luz às questões que vão para além da disputa dos imóveis e do espaço geográfico. A partir da implementação do Projeto, algumas ocorrências na região

deixaram os moradores assustados, como: aumento exorbitante dos aluguéis, ordens de despejos em ritmo acelerado, ameaças de expulsão, relatos sobre intolerância religiosa etc. Esses eventos, que lembram o processo de gentrificação, forçou inúmeras saídas de famílias do bairro.

A principal hipótese que embasa essa pesquisa é a de que a correlação de forças no conflito, que já era desigual, tornou-se mais desfavorável aos quilombolas com a união de forças entre o poder público, representado pela Prefeitura do Rio, e o poder religioso, representado pela VOT, que, munidos por interesses comuns, vêm tornando insustentável a permanência dos descendentes quilombolas na região. Importa saber que ações foram mais efetivas, tanto nas estratégias dos grupos mais poderosos, juridicamente e politicamente falando, para obter seus ganhos, como quais ações estão sendo efetivadas em contrapartida pelo grupo quilombola, bem como se há perspectivas para ações futuras que permitam reverter esse contexto desfavorável. Ainda, é possível cogitar que, se esses grupos de poder não tivessem se aliado, a disputa poderia ter outros contornos e caminhado para diferentes desfechos. Ou ainda, que tal união possa ter propiciado que a outra parte do conflito fosse impulsionada a agir de forma coletiva e

organizada, para, com ações mais assertivas, evitar perder totalmente seu território e, quem sabe, reaver o que já fora perdido.

Entendemos que a proposta desse estudo está conectada à proposta do curso de Doutorado em História Social deste Programa de Pós-Graduação, visto que ambas partem da compreensão de território enquanto espaço social, contemplando tanto o espaço físico, como as redes desenvolvidas por movimentos sociais e representações, seus agentes e as instituições. A pesquisa faz um movimento que vai do Brasil Colônia ao Brasil Republicano, com ênfase nas questões contemporâneas que envolvem a História Social, englobando atores diversos. Também se relaciona com a linha de pesquisa "Território, Identidades e Representações". Isto posto, propomos investigar uma disputa territorial que inclui aspectos fundamentais relacionados ao processo de caracterização de identidades políticas e culturais do grupo de remanescentes do quilombo da Pedra do Sal. A linha de pesquisa proporciona abertura para a micro-história, o que interessa a esse estudo, quando abordaremos a história do cotidiano do grupo quilombola e de seus indivíduos em particular, atores que estão constantemente significando e ressignificando o espaço.

Esta pesquisa justifica-se ainda por contribuir com os estudos sobre as formas de organização das comunidades tradicionais quilombolas, ampliando e diversificando o conhecimento da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo sobre sua história, seu cotidiano e suas formas de resistência, trazendo maior visibilidade aos quilombos contemporâneos e aos conflitos que enfrentam. Faz-se também relevante o fato de que as políticas públicas envolvendo tais comunidades sejam confrontadas com as mobilizações e representatividades culturais e políticas da própria comunidade, identificando caminhos mais profícuos para a resolução dos conflitos.

Nosso objetivo é verificar quais os principais aspectos envolvidos na disputa territorial da região do quilombo da Pedra do Sal, englobando diferentes atores sociais: o Estado, uma organização religiosa e os quilombolas. Já os objetivos específicos será verificar a tramitação do pedido para titular os imóveis reivindicados pela Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal (ARQPEDRA); identificar as estratégias das partes envolvidas na luta pela posse definitiva dos imóveis da região, apontar outras disputas nesse conflito além da disputa jurídica pelo território, discutir o

processo de gentrificação na região à luz do "Projeto Porto Maravilha", empreendido pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, verificar a posição política dos diferentes atores sociais, a saber: comunidade quilombola, Estado, organização religiosa, demais membros da sociedade civil (frequentadores locais e comerciantes), em relação aos processos de gentrificação e de preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural na região.

Para compor e embasar esse estudo, recorremos a autores dedicados a essa literatura: a teoria do antropólogo Fredrik Barth (2000) sobre "os grupos étnicos e suas fronteiras"; Flávio Gomes (2006) e as "terras de pretos"; Wlamyra Albuquerque (2009) e sua percepção sobre processo de racialização no fim do século XIX na Bahia; Silvio Almeida (2018), para embasar aspectos raciais; Sidney Chalhoub (1996) e o conceito social de histórico de "classes perigosas". O conceito de patrimônio cultural será tratado a partir da ampliação que lhe trouxe a Constituição de 1988, que reconheceu os bens culturais de natureza material e imaterial. Giovanni Levi (2000) trará a abordagem da "micro-história". Ruth Glass e Neil Smith (2006) embasarão a discussão do conceito de gentrificação e a abordagem criada por Edward Thompson (2009), cujos

procedimentos coloca em relevo a ação do homem na reconstituição do processo histórico.

Em relação aos grupos étnicos e suas fronteiras, Barth (2000, p. 26) acredita que, embora ninguém mais sustente a ideia de que cada população mantém sua cultura através de uma "indiferença hostil em relação aos seus vizinhos", ainda persevera a visão ingênua de que isolamento social e geográfico foram fatores responsáveis que garantiram a conservação da diversidade cultural. Ao examinar a natureza das fronteiras étnicas, o autor apontou dois aspectos inadequados dessa visão: a) apesar da interlocução, as fronteiras étnicas permanecem. Ou seja, as distinções entre os grupos étnicos não dependem da falta de contato, mas implicam processos de exclusão e de incorporação, por meio dos quais, "apesar das mudanças de participação e pertencimento" no percurso de suas vidas, estas distinções são preservadas; b) há relações sociais estáveis, frequentemente vitais, que não só atravessam essas fronteiras, mas também se baseiam na existência de status étnicos dicotomizados. Isto é, as distinções étnicas não dependem da falta de interação, e sim o oposto, pois são constantemente a própria base sobre a qual sistemas sociais são construídos." Para o antropólogo, as diferenças culturais podem persistir apesar da

interação interétnica e da interdependência entre os grupos étnicos.

Gomes, pesquisador de comunidades quilombolas, sublinha a importância do termo ‘campo negro’.

> Podemos ver em todos esses contatos entre quilombolas, cativos e taberneiros, envolvendo, circunstancialmente, mascates, lavradores, agregados arrendatários, fazendeiros e até mesmo autoridades locais (muitas das quais também proprietárias de fazendas), bem mais do que uma conexão estritamente econômica. Constituíram a base de uma teia maior de interesses e relações sociais diversas, por meio das quais quilombolas souberam tirar proveito, visando à manutenção de sua autonomia. Representava um verdadeiro campo negro no qual as ações dos agentes históricos envolvidos tinham lógicas próprias, entrecruzando interesses, solidariedades, tensões e conflitos, defino, aqui, campo negro como uma complexa rede social permeada por aspectos multifacetados, envolvendo, em determinadas regiões do Brasil, movimentos sociais, assim como práticas econômicas com interesses multifacetados (Gomes, 2006, p. 45).

Na região portuária, foco espacial desse estudo, houve um grande crescimento demográfico e comercial após 1870, cenário esse que trouxe problemas de moradia, transporte e higiene à população. Aqueles que tinham uma melhor situação econômica se mudaram para outras localidades. Já os

trabalhadores, negros oriundos da Bahia, do Vale do Paraíba e os imigrantes pobres preferiram permanecer no centro por conta da oferta de trabalho nos trapiches, estaleiros e no comércio de café. A Pedra do Sal se tornou uma referência de acolhimento de migrantes predominantemente negros – herança dos tempos do comércio de africanos. Nesse território, fundaram agremiações de trabalho, culto e lazer, constituindo, portanto, a primeira colônia de migrantes negros no morro da Conceição[1]. Assim, os quilombolas da comunidade da Pedra do Sal imprimiram em sua cultura elementos de resistência, reciprocidade e autonomia que se assemelham ao conceito de campo negro criado pelo autor citado.

Na segunda parte do século XIX, até a abolição da escravidão, a Pequena África abrigou uma população negra livre, evadida das fazendas, e muitos trabalhadores pobres. Era uma região configurada por casas coletivas, de refúgios urbanos. Até as primeiras décadas do século XX, era comum encontrar terreiros de samba, de jongo, de candomblé, pátios e avenidas dos cortiços e das vilas – que também se transformavam em terreiro –, casas de zungu, chafarizes, tabuleiros das Baianas.

[1] Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em: 16/09/2024.

Para Souty (2013), a importância da presença negra na região é bem documentada, tanto no campo religioso com seus rituais, como nas festas, nas artes, no trabalho e nos movimentos de luta e resistência. Trata-se de uma outra conformação de territorialidade, que se expressa na identidade coletiva.

Segundo Chalhoub (1996, p.23), já nos últimos anos do século XIX, o então prefeito Barata Ribeiro prometeu combater com rigor os emblemáticos cortiços cariocas – chamados pejorativamente de Cabeças de Porco – que integravam centenas de casinhas com inúmeros moradores entre velhos e crianças. Na visão das autoridades, tal espaço era destinado à 'valhacouto de desordeiros'. A demolição do Cabeça de Porco se tornou "num dos marcos iniciais, num dos mitos de origem mesmo, de toda uma forma de conceber a gestão das diferenças sociais na cidade: a) a construção de uma ideia de que 'classes pobres' e 'classes perigosas' são duas expressões que simbolizam praticamente o mesmo sentido; b) a ideia de que uma cidade só pode ser "administrada," ou seja, governada, segundo critérios técnicos ou científicos: "trata-se da crença de que haveria uma racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas, que deveria se nortear então à condução não-política, "competente" e "eficiente", das políticas públicas." A união dessas duas

crenças serviu para conter o exercício pleno da cidadania, inclusive contribuindo para o genocídio de cidadãos. Ainda hoje, os quilombolas sofrem com o estigma de população perigosa.

A recente reportagem, publicada pelo jornalista Tayguara Ribeiro, da Folha de São Paulo, nos situa acerca da disputa pelo território em um dos pontos culturais cariocas mais frequentados ultimamente na cidade do Rio de Janeiro.

> Ameaças de morte e briga com igreja marcam quilombo Pedra do Sal, no Rio Região onde fica a comunidade no Rio é berço do samba e foi a porta de entrada para pessoas escravizadas. Na região portuária do Rio de Janeiro acontece uma das rodas de samba mais tradicionais da cidade. A fama rompeu fronteiras e tornou a Pedra do Sal um ponto turístico da capital fluminense. O lugar é emblemático para o ritmo, foi lar de Tia Ciata. Na casa dela e nas redondezas o estilo foi ganhando os contornos atuais. Ali surgiu a primeira música do gênero, registrada por Donga. Mas boa parte de quem circula pela região nem sequer imagina que está em um território quilombola[2].

Esse pequeno trecho diz muita coisa sobre a Pequena África. Primeiro destaca o aspecto violento por causa da disputa

[2]Disponível em:< https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/04/ameacas-de-morte-e-briga-com-igreja-marcam-quilombo-pedra-do-sal-no-rio.shtml>. Acesso em: 19/09/2024.

pelo território na zona portuária do centro do Rio de Janeiro. Depois, aponta com orgulho, o gênero musical que muito nos orgulha também, o samba, como principal produto consumido por nós e no exterior. Porém, mostra o lado sombrio da história que muito nos entristece, o porto, por onde desembarcaram milhares de africanos escravizados. Indivíduos que resistiram à opressão de um sistema baseado no trabalho forçado, resistiram à ordem escravocrata e, mesmo assim, deixaram suas marcas inapagáveis na música, na dança, na culinária, na língua, na religiosidade etc. Portanto, estar nesse lugar, é estar conectado com as raízes de uma população que escreveu a história de resistência do Brasil.

Em seu conceito original, cunhado por Ruth Glass, em 1964, gentrificação se refere a um processo que está atrelado à especulação do mercado imobiliário, com consequente valorização dos imóveis da área, atraindo uma nova classe para a região (2018). É o que podemos observar com o desenvolvimento do "Projeto Porto Maravilha", que, com o fundamento de revitalização urbana, chegou para alterar significativamente o contexto físico e social da Zona Portuária do Rio. Smith (2006) alega que a gentrificação envolve uma mudança social e também física em relação à habitação local. A

dita reabilitação das áreas antes degradadas, abandonadas pelo próprio poder público, vem acompanhada de uma mudança considerada positiva para as classes média/alta, que passam a ocupar esses espaços, porém às custas de uma exclusão das classes que antes viviam na região. Estas, por sua vez, precisam buscar outras áreas para habitar. Para a autora, o próprio termo "revitalização" é utilizado com o propósito de neutralizar críticas ao processo de gentrificação, tornando-o mais aceitável, já que a mudança urbana traz um viés de qualidade de vida aos cidadãos, que poderão usufruir de um espaço público mais organizado e com melhorias em sua infraestrutura. Ao mesmo tempo, essas transformações se configuram, em tese, em abertura de espaços mais democráticos, de acesso a todos, sem considerar as implicações que acarretam. Uma delas é que a mudança oriunda da especulação imobiliária traz consigo uma alteração nos padrões econômicos da região, já que o antigo comércio local passa a ser substituído por outros com venda de mercadorias menos acessíveis aos moradores originários. Além disso, desenvolvem-se novas oportunidades de consumo, com a entrada em cena dos shopping centers e de diferentes formas de lazer. Entramos no que Smith trata como gentrificação generalizada, tornando a região alvo de uma disputa acirrada ou

intensificando conflitos já existentes. Alcântara assim explica esse processo:

> Em sua definição primeira, o termo refere-se a processos de mudança das paisagens urbanas, aos usos e significados de zonas antigas e/ou populares das cidades que apresentam sinais de degradação física, passando a atrair moradores de rendas mais elevadas. Os "gentrificadores" (*gentrifiers*) mudam-se gradualmente para tais locais, cativados por algumas de suas características - arquitetura das construções, diversidade dos modos de vida, infraestrutura, oferta de equipamentos culturais e históricos, localização central ou privilegiada, baixo custo em relação a outros bairros -, passando a demandar e consumir outros tipos de estabelecimentos e serviços inéditos. A concentração desses novos moradores tende a provocar a valorização econômica da região, aumentando os preços do mercado imobiliário e o custo de vida locais, e levando à expulsão dos antigos residentes e comerciantes, comumente associados a populações com maior vulnerabilidade e menor possibilidade de mobilidade no território urbano, tais como classes operárias e comunidades de imigrantes. Estes, impossibilitados de acompanhar a alta dos custos, terminam por se transferir para outras áreas da cidade, o que resulta na redução da diversidade social do bairro. (Alcântara 2018:1).

Ou seja, um ambiente entrelaçado pelo racismo, preconceito e discriminação racial. No entender de Almeida (2018), *o racismo* é uma forma sistemática de discriminação que

tem a raça como esteio, e que se manifesta por meio de práticas conscienciosas ou instintivas, resultando em desvantagens ou privilégios, conforme a sua identidade étnica. Embora sejam semelhantes, o racismo é diferente do preconceito racial e da discriminação racial. *"O preconceito racial* é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias" (Almeida 2018, p.25). Já a *discriminação racial,* se configura quando há tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, o racismo se configura como discriminação racial, ou seja, se manifesta pelo seu caráter sistêmico. Trata-se, a rigor, de um processo em que as condições de subserviência e de privilégio partilhados entre grupos raciais se propagam nos meios políticos, econômicos e de interação (Almeida 2018). O racismo, segundo os relatos na região portuária, estimula à segregação racial e espacial nos bairros e periferias em prejuízo da diversidade.

> Durante muitas décadas, no período colonial, aquele espaço no qual hoje fica o bairro da Saúde foi o ponto do maior mercado escravagista do Brasil. Somente entre 1775 e 1830 chegaram ao local entre 500 mil e 900 mil africanos escravizados. Os seus descendentes, ao longo

> dos anos, foram criando uma comunidade no entorno. "O quilombo surge em cima de um tripé: porto, samba e santo. O samba nasce na Pedra do Sal. A primeira casa de santo surgiu em nossa comunidade. E o porto. A lida da minha comunidade é o trabalho no porto", afirmou o portuário Damião Braga, 56, um dos líderes do quilombo Pedra do Sal. O local também reuniu pessoas negras libertas e acolheu migrantes negros do pós-abolição, em busca de uma vida melhor na então capital do país. Lá se aquilombaram. Hoje, as famílias remanescentes lutam para manter viva essa história. E também o território. "Nós éramos 25 famílias. Hoje já não temos mais isso. Ao longo desse período, muitos faleceram, outros desanimaram em função da pressão existente. A nossa questão econômica não gira em função da roda de samba, isso era mais diversão. O nosso ganha-pão é o trabalho do porto, a estiva, os navios", disse Damião.[3]

De acordo com o fragmento da reportagem, quase um milhão de africanos escravizados aportaram naquele território. Isso ajuda a entender o porquê de o artista Heitor do Prazeres ter denominado o território como “Pequena África.” Essa população, trabalhou, morou, resistiu, se reproduziu e produziu sua cultura e suas experiências de vida nesse espaço. Portanto, há mais de cem anos que a população negra criou raízes, se

[3] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/04/ameacas-de-morte-e-briga-com-igreja-marcam-quilombo-pedra-do-sal-no-rio.shtml>. Acesso em: 19/09/2024.

identifica e é identificada por moradores e comerciantes da localidade, além de levar o sustento para sua família via trabalho no porto.

Em 2011, no desenrolar das obras Porto Maravilha, foi redescoberto o Cais do Valongo. No ano seguinte, a Prefeitura Municipal da Cidade do Rio de Janeiro (PMCRJ) transformou o Cais do Valongo em um monumento preservado e aberto à visitação pública. Desse modo, o Patrimônio passa a integrar o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, reunindo-se ao Jardim Suspenso do Valongo, Largo do Depósito, Pedra do Sal, Centro Cultural José Bonifácio e Cemitério dos Pretos Novos. (Mapa de Conflitos -2010).

Souty (2013) explica que no fim do século XIX, a elite da jovem República (políticos, médicos higienistas, 'modernizadores', adeptos do embranquecimento) concebia a região portuária como um espaço urbano desinteressante e pobre onde as 'classes perigosas' se reunia. A elite temia revolta de ex-escravizados e de trabalhadores, além da insalubridade e, portanto, riscos de propagação de epidemias. Esses bairros com grande concentração de negros personificava o atraso e o passado colonialista e escravista.

Ainda segundo o autor, entre 1902 e 1906, Pereira Passos o prefeito da época, encantado pela modernização da cidade de Paris e inspirado nas reformas urbanísticas, higienistas e disciplinares do prefeito Hausmann, pôs em prática uma operação de transformação da região central e portuária: foi construído um porto moderno e industrial, realização de aterramentos, abertura de ruas e avenidas; para realização dessa obra grandiosa, boa parte do centro foi destruído. Cortiços e habitações populares coletivas, espaços de sociabilidades, mas visto pelas autoridades como um antro de desordeiros, foram sistematicamente demolidos. Essa intervenção política do 'bota abaixo' deu início ao processo de 'favelização' da cidade.

Em diferentes momentos da história da cidade do Rio de Janeiro, observa-se esse movimento de destruição/modernização. Em jogo, estão especulação imobiliária, gentrificação, segregação socioespacial e políticas de remoção dos mais pobres. De acordo com o antropólogo, o processo atual de "revitalização" urbana, o "Projeto Porto Maravilha", que a rigor começou na primeira década do ano 2000, foi acelerado por conta dos megaeventos, Copa do Mundo em 2014 e Jogos Olímpicos em 2016.

> Essa cidade negra, que concentra manifestações culturais historicamente perseguidas como o candomblé, o samba e a capoeira, começou a ser apagada pelas políticas higienistas e reformas urbanas do início do século XX. Os projetos reformistas se estenderam ao século XXI, bem como a expulsão dos pobres e negros das áreas centrais. As obras mais recentes, voltadas para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, fez disparar o preço dos aluguéis e aumentou a pressão do poder público sobre os quilombolas[4].

Mesmo com os quilombolas acossados por meio do processo de gentrificação, é flagrante como a cultura negra resiste e dialoga com estudiosos e público interessados no tema afrodescendente. Segundo a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), o conceito contemporâneo de quilombo não se remete a "resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou comprovação biológica[5]". Também não significa que os grupos vivem isolados ou constituem uma população puramente homogênea, assim como sua formação nem sempre foi resultado de revoltas. São grupos que desenvolveram práticas de resistência, primando por manutenção e reprodução da sua sobrevivência em determinado

[4] Disponível em: <https://www.atlasdochao.org/ponto/biblioteca-nacional/2022>. Acesso em: 06/09/2024.
[5] Disponível em: <https://portal.abant.org.br/>. Acesso em: 19/09/2024.

espaço. Baseado nesse conceito jurídico, os quilombolas do quilombo Pedra do Sal vêm buscando seus direitos. As lutas pelo território em disputa têm dois eixos: garantir a permanência dos moradores atuais e resistir a ordens de despejo originárias do projeto de 'Humanização do Bairro'[6].

A Pedra do Sal é um local que carrega o simbolismo da resistência negra e é palco de diferentes formas de racismo, sendo que sua investigação deve considerar seu processo sócio-histórico e político. O conflito na região assume, inclusive, aspectos que podem ser investigados a partir da concepção de racismo religioso. Este diz respeito a um conjunto de práticas violadoras de direitos, que expressam a discriminação pelas religiões de matriz africana, assim como pelo seu território sagrado, tradições e culturas afro-brasileiras.

> Como exemplo de tal prática, destacamos: violência física, violência psicológica, violência simbólica, xingamentos, constrangimento, perseguições, perda do patrimônio e bens patrimoniais, depredação, invasão e/ou expulsão do território (favelas, bairros periféricos, bairros centrais, terrenos ou da sua propriedade), falsas denúncias de perturbação da ordem, exposição da imagem de religiosas/os/es para fins de

[6] Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em:19/09/2024.

> ofensa à sua moral e ao seu caráter, em razão da sua religião e/ ou crença[7].

Um grupo de historiadores italianos, propõe uma maneira de abordar a história social "acompanhando o nome próprio dos indivíduos ou dos grupos de indivíduos" (Levi 2000, p.17). Segundo esses autores, a escolha do individual não se opõe a do social, possibilitando uma abordagem diferente desse último, colocando em relevo, ao longo de um percurso específico (o destino de um homem, de uma comunidade, de uma obra), a complexa rede de relações e a diversidade dos espaços e dos tempos nos quais se inscreve. A rigor, trata-se de uma história vista de baixo: uma análise micro-histórica, que reúne duas faces. Empregada em pequena escala, permite uma reconstituição do vivido "inacessível a outras abordagens historiográficas". Em contrapartida, identifica as estruturas invisíveis segundo as quais esse vivido se articula.

À guisa de conclusão, trazemos Prost (2011), e sua afirmação de que o historiador não deve se dar por satisfeito em elaborar uma "simples questão", ainda que ela seja uma questão simples, visto que, "em seu bojo", sugere uma ideia das fontes

[7] Disponível em: <https://criola.org.br/wp-content/uploads/2018/06/. Acesso em: 20/06/2023.

documentais e dos prováveis procedimentos de pesquisa. Portanto, pressupõe, segundo o autor, uma noção básica das várias fontes e imagina sua utilização por métodos que já tenham sido observados em outros estudos.

O desenvolvimento da pesquisa prevê uma metodologia qualitativa, utilizando os seguintes procedimentos: revisão bibliográfica; entrevistas semiestruturadas com representante dos quilombolas, dos demais atores sociais rivais e com demais membros da comunidade (frequentadores das atividades culturais e comerciantes locais); registros de relatos orais e pesquisa em fontes documentais variadas. Tais fontes documentais incluem o Relatório Antropológico do quilombo da Pedra do Sal, notícias e reportagens veiculados na mídia impressa e digital, a Legislação em vigor e arquivos públicos.

Thompson (2009) propõe um método lógico de investigação apropriado a materiais históricos, dirigido, sempre que possível, a analisar hipóteses quanto à estrutura. Fundamenta-se em um diálogo entre conceito e evidência, um diálogo dirigido por hipóteses e pesquisa empírica, ou seja, uma ação simultânea. Assim, o interrogador é a "lógica histórica" e o interrogado, com suas especificidades, é a evidência. Cabe

enfatizar que essa lógica não se revela automaticamente, é preciso esmero, ou seja, se faz necessário interrogá-la.

Santos (2009), em seu texto intitulado “Por uma Globalização”, se opõe radicalmente a um modelo de globalização sustentado pelos pilares da tirania da informação e do dinheiro. Para ele, sustentam uma situação em que o progresso técnico é dirigido por um pequeno grupo de atores globais para seu usufruto exclusivo. Tal atitude gera aprofundamento da competividade, a produção de novos totalitarismos e crescimento da desigualdade social. Ao passo que os Estados não se importam com a em regulação da vida coletiva.

A análise das informações coletadas no processo será realizada de acordo com uma proposta de análise de conteúdo, buscando revelar e interpretar padrões comuns, capturando experiências e narrativas de cada grupo ou indivíduo, assim como suas perspectivas diante do problema apresentado. Bardin (1977) acredita que a abordagem quantitativa fundamenta-se na frequência de surgimento de certos elementos da mensagem. Já a abordagem não quantitativa, recorre a indicadores não frequenciais passíveis de inferências.

Braun e Clarke (2006) descrevem que a análise, especialmente a temática, envolve um constante movimento para frente e para trás pelo conjunto de dados produzidos. Assim, a escrita se torna parte integral da análise, não é apenas algo deixado para o fim. Moraes (1999) reforça que aos dados é preciso sempre retornar, em um processo que refina a busca por significados.

> Os dados não falam por si. É necessário extrair deles o significado. Isto em geral não é atingido num único esforço. O retorno periódico aos dados, o refinamento progressivo das categorias, dentro da procura de significados cada vez melhor explicitados, constituem um processo nunca inteiramente concluído, em que a cada ciclo podem atingir-se novas camadas de compreensão (Moraes 1999:7-32).

O autor indica ainda que a pesquisa qualitativa implica em análises subjetivas, nunca uma leitura neutra, visto que a linguagem "do pesquisador, bem como a linguagem cultural e os seus significados, exercem uma influência sobre os dados da qual o pesquisador não pode fugir". Acreditamos, assim, que a análise de conteúdo se apresenta como uma abordagem crítica, apostando na participação ativa do sujeito como produtor de conhecimento.

Feitas essas considerações, propomos pesquisar tais questões envolvendo o quilombo da Pedra do Sal considerando que o território é um ambiente marcado por relações com atributos diversos, englobando não só a posse territorial, mas aspectos históricos, socioculturais e econômicos, visto que a área hoje se configura em um importante centro de turismo, valorizado pela revitalização urbanística empreendida. Consideramos relevante observar as posições políticas dos diferentes atores sociais, bem como a forma como a comunidade quilombola se relaciona com as políticas públicas do Estado na busca pela permanência no território e, ainda, como se organiza para a preservação de seu patrimônio cultural.

A presença histórica dos escravizados africanos no Valongo

De acordo com informações trazidas por Mattos e Abreu (2012). Até meados do século XVIII, a região no entorno da Pedra do Sal era conhecida genericamente como Prainha, e a Pedra do Sal, especificamente, era chamada Pedra da Prainha. Era um lugar pouco habitado e muito próximo ao mar. Esse cenário, na época, dividia o espaço com a Fortaleza, o Palácio do Bispo, a Igreja de São Francisco e a Cadeia do Aljube, para onde os escravizados eram conduzidos caso cometessem algum

crime. Algumas chácaras despontavam nos morros vizinhos da Conceição e da Providência. Escravizados e afrodescendentes libertos já frequentavam a região, trabalhando nos trapiches do sal e subindo os morros próximos.

As autoras argumentam que, a partir da segunda metade do século XVIII, os trapiches e o comércio da região passaram a ter maior interlocução com a cidade, embora com um certo ar de isolamento devido à proteção dos morros acima citados. E foi justamente esse relativo recuo do espaço ao redor da Pedra do Sal que desenvolveu o comércio de africanos escravizados. Entre as décadas de 1760 e 1830, lamentavelmente, o território se tornou conhecido por se tratar de depósito e venda de 'carne humana' vinda da África, chamado Valongo (Vale Longo).

Ainda segundo as autoras, em 1769, o então Vice-Rei, Marquês do Lavradio, resolveu afastar, para além dos limites da cidade, o comércio de africanos. No seu entender, era necessário distanciar do centro da cidade esse triste e insalubre negócio. Autoridades da Câmara e moradores temiam doenças trazidas nos navios e a falta de zelo com óbitos frequentes. Nessa época, a presença negra sobressaía na paisagem no território da Pedra do Sal. Tanto os jovens quanto os mais velhos movimentavam a economia local. Trabalhavam em atividades diversas, a saber:

recepção, comércio, alimentos, transporte, cura de doenças, enterramentos etc.

No início do século XIX, a região passou a ter seus espaços mais acessados da cidade devido ao comércio de mercadoria humana. Antes de serem acomodados nos galpões e barracões com capacidade até 400 lugares, uma legião de escravizados recém-chegada passava pela rua do Valongo (atual Camerino). Mattos e Abreu (2012), destacou que no ano de 1817 havia mais de 30 grandes estabelecimentos comerciais no Valongo. Viajantes estrangeiros também costumavam visitar a região e deixavam suas anotações denunciando os horrores do tráfico africano sobre o território da Pedra do Sal. Certa vez, viajantes relataram que em uma 'loja de carne' havia mais de 300 crianças entre 6 e 13 anos, todas acocoradas esperando serem compradas.

As autoras acima citadas (2012), expuseram que com a chegada da Família Real na região, na primeira década do século XIX, mobilizou ainda mais a população, o mercado de escravizados do Valongo, os comerciantes e os trabalhadores escravizados dos trapiches, dos ancoradouros, dos estaleiros e das firmas comerciais. Esse encadeamento foi muito lucrativo para os comerciantes que negociavam com a 'mercadoria negra',

redundando na melhoria da malha urbana, como: a implementação de um sistema de transporte marítimo no local.

Segundo o Relatório Técnico (2010), a realização de melhorias na região foi um dos fatores que aumentou o adensamento populacional. Esse novo quadro sugeria transformações e investimentos na criação de novos aterros na área. Um dos assuntos considerados irremediáveis e constrangedores era a insalubridade e odor insuportável oriundo do Cemitério dos Pretos Novos. Situado próximo da rua do Valongo, o quintal era acusado também de propagar doenças na cidade. O Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro registrou entre 1824 e 1830 um total de 5.868 óbitos de pretos novos na Freguesia de Santa Rita. Em 1830 o cemitério foi fechado. A pressão inglesa pelo fim do tráfico, resultado do acordo assinado pelo reconhecimento da Independência do Brasil, com fim previsto para 1831, deve ter subsidiado os argumentos das pessoas que defendiam o enterramento dos pretos novos em outro local.

O Relatório Técnico (2010) informa que com o fim do comércio negreiro em 1831 pôs fim também no comércio de negros do Valongo. Com receio de terem suas mercadorias apreendidas, os comerciantes optaram pelo comedimento. Com

isso, as transações eram realizadas nos portos clandestinos de desembarque, em praias mais isoladas do litoral.

Recentemente descoberto, os vestígios arqueológicos estão abertos à visitação no cemitério dos Pretos Novos, próximo ao Valongo. As ossadas foram encontradas depois da reforma de uma casa na região. As pesquisas arqueológicas realizadas no sítio acerca da descoberta confirmam a prática de incineração coletiva dos corpos e a presença de uma comunidade em sua maioria jovem, originária da África Central, conhecida como "povos de língua Banto". O Relatório Técnico (2010) explica que há outros registros que indicam a permanência de africanos e seus descendentes no território após o fim das atividades negreiras. Áreas clandestinas de desembarque de africanos, que substituíram o Valongo como espaços de recuperação, quarentena e enterros, constituíram a base territorial dos quilombos de Campinho da Independência, Bracuí, Marambaia e Rasa.

De acordo com o relatório citado, (2010), com o fim do comércio negreiro do Valongo e o avanço da produção de café pelo Vale do Paraíba Fluminense, os barracões que serviam de depósito de escravizados foram transformados em trapiches de café, que se multiplicaram entre a Pedra da Prainha (do Sal) e a

Gamboa, ou seja, a estrutura comercial que servia outra dinâmica econômica foi incorporada para uma nova dinâmica comercial. Em torno de 1830, houve um grande crescimento nos embarcadouros do litoral graças à instalação dos armazéns para exportação de café. Na Prainha, os 'traficantes e atravessadores' foram embora e as pontes de atracação construídas no século anterior, aos poucos, foram substituídas por armazéns de café. Essas edificações se espalharam por toda a Prainha e seus arredores.

Durante as duas primeiras décadas do século XIX, a Câmara Municipal criou um "plano geral de comunicação pela marinha da cidade", (RTID 2010, p.40), ligando à Prainha ao Saco de São Diogo, facilitando a acessibilidade do litoral em toda sua extensão. Em 1819, foi aberta a rua Nova de São Francisco da Prainha/parte da Sacadura Cabral. Um ano depois, parte da obra entre a Prainha e o Valongo foi concluída. A rua, contudo, só foi finalizada alguns anos mais tarde, quando uma parte aguda da pedra foi cortada – a Pedra do Sal – que incidia do Morro da Conceição ao mar.

Para que o projeto de aterro fosse realizado, o Relatório Técnico (2010) esclarece que era preciso estabelecer o recuo da Pedra da Prainha/do Sal. Para pôr em prática essa tarefa, 10

homens escravizados foram destacados e 12 barris de pólvora foram usados para implosão da pedra. Um dos maiores problemas para a realização da tarefa foi enfrentar a batida do mar na atual Pedra do Sal.

Em 1830, um grupo de trabalhadores responsáveis pela execução do projeto, dentre eles um indivíduo chamado Francisco Martins Esteves, protestou pelo "arbitramento do foro estabelecido pelos terrenos que à própria custa criaram dentro do mar." (RTID 2010, p.42). Segundo eles, depois de realizado obras de "benefício público", conectando as vias e ampliando a área urbanizada, abrindo a rua Nova de São Francisco da Prainha (atual Sacadura Cabral), até a praia do Valongo, esperavam obter o usufruto do terreno em frente conforme acordado. Na época, a Câmara Municipal costumava conceder usufruto das terras para trabalhadores contratados com esse objetivo.

Na ocasião, Marechal de Campo Francisco Manoel da Silva e Mello, encarregado de toda obra, inclusive da construção de um cais, se incomodou com o que ele denominou de 'inconveniente intromissão' dos irmãos da Ordem Terceira da Penitência (VOT), que argumentaram, sem provas, ter direito à área. Pelo visto a disputa pelo território é antiga.

> "[...] se a Ordem Terceira tinha alguma legitimidade para embaraçar, retirada da grande pedreira a pedra necessária para obra pública para que não alistou a tempo reclamando, os seus direitos, ou possessões, antes praticou o contrário deixando decorrer dezoito, ou vinte meses daquele trabalho na pedreira sem aparecer pessoa alguma para (?) a benefício público, nem para pretender zelar a sua posse, se aquela porção de marinha lhe pertencia por algum preterido título, porque não obteu (?) aos mais indivíduos, que naquela Praia foram os primeiros estabelecimentos, e continuam a contrair outros..." (Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro **apud** RTID 2010:43).

O trecho de documento, 'solicitando uma revisão no cálculo do foro', é indício de que um grupo de negros sofreu injustiça. Ou seja, alguma parte, não cumpriu com o combinado. Indica que um grupo de trabalhadores escravizados, desafiando as mudanças climáticas e colocando suas vidas em risco, com o objetivo de receber um pedaço de terra não foi atendido. O autor indaga o porquê dos irmãos da VOT não se apresentarem quando a obra estava em curso. Esse mesmo autor destacou que tais representantes tiveram 20 meses para formalizar seu pedido. Mas só reivindicaram as terras depois que um grupo de trabalhadores concluiu o projeto. Ademais, ele questiona por que não se apresentou nenhum documento comprovando que aquele espaço pertencia a irmandade. Infelizmente, as injustiças

sofridas pelos africanos escravizados e seus descendentes atravessaram o tempo. Mas alguma reparação histórica deve ser urgentemente realizada.

O RTID (2010), sublinha que o amplo território e os inúmeros prédios que atualmente pertencem à VOT, entre a igreja da Ordem e a Pedra do Sal, só foram reconhecidos nas primeiras décadas do século XX. Em 1942, a Prefeitura do Distrito Federal, via Secretaria Geral de Finanças, considerou seu amplo domínio na região. No entanto, segundo o assento do livro de óbitos de 1704, que está catalogado no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, do Padre Mota, apontado pela VOT como legitimador de suas propriedades na região, em ofício remetido ao Incra (em 17 de outubro de 2006), não confirma esse amplo domínio desde o período Colonial.

Koselleck (1979) alega que duas categorias, experiência e expectativa, criadas por ele, são apropriadas para incidirmos no tempo histórico, pois ambas tecem passado e futuro, servindo como porta de entrada para se tentar descobrir o tempo histórico, pois elas guiam as ações concretas no movimento social e político. Mas tais conceitos não são exclusivamente descobertos no percurso da execução concreta da história. Na condição de categorias, eles indicam as formalidades que permitem que o

nosso saber histórico decifre tal execução. Eles destinam à temporalidade do homem e da mulher e, por consequência, de certa forma meta-historicamente, à temporalidade da história.

Ainda conforme sua abordagem, a experiência é o passado atual, onde os eventos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência, há uma fusão tanto da criação racional quanto das formas inconscientes de comportamento, que podem estar ou não presentes no conhecimento. Ademais, na experiência de cada indivíduo, transmitida por gerações e instituições, sempre tem guardada alguma experiência alheia. Nessa perspectiva, a história é também concebida como conhecimento de experiências alheias.

Koselleck (1979) afirma que algo semelhante pode ser dito sobre a expectativa: ela é também simultaneamente ligada à pessoa e ao interpessoal. Também a expectativa se corporifica no hoje, é futuro presente, voltado para o não vivido ou apenas para o previsto. Esperança, desejo, ansiedade e medo, mas também a análise racional e a curiosidade compõem a expectativa. O autor argumenta que, embora se relacionem, não são simétricos complementares que articulem passado e futuro tal qual imagens especulares recíprocas, mas sim o oposto, experiência e expectativa apresentam maneiras diferentes de ser.

Segundo o historiador (1979), passado e futuro nunca chegam a coincidir, da mesma forma que uma expectativa nunca pode ser subtraída totalmente da experiência. Uma experiência, uma vez vivida, está completa à medida em que suas ocorrências se situam no passado, à medida que a experiência futura, prevista como expectativa, se fragmenta em inúmeros momentos temporais.

Ainda de acordo com o Relatório Técnico, o testamento deixado por Padre Mota, expresso no documento de assento, a Ordem Terceira só seria herdeira de um trapiche, em frente à igreja de São Francisco da Prainha, e mais uma quantia de quarenta mil réis. Seus outros bens foram deixados para outras organizações religiosas e uma chácara na Gamboa para seus 'mulatinhos libertos' para que eles não ficassem desprotegidos. O Alvará do Príncipe Regente, datado no dia 10 de setembro de 1821, conferiu à VOT, 'perpetuamente, livre de foro' um território restrito, vizinho da igreja e do seu antigo trapiche.

O RTID (2010) mostra que, de acordo com a publicação da Nova Numeração dos Prédios da Cidade do Rio de Janeiro, organizada por Cruvello Cavalcante, encarregado da numeração em 1878, figura a VOT na condição de proprietária de alguns prédios na rua da Saúde, do Escorrega e Funda. Todavia, em

locais próximos à igreja e não no território pleiteado pelos remanescentes de quilombo.

Nas áreas onde foram realizados aterros, entre 1818 e 1830, e no Largo da Prainha, em 1826, o território pleiteado pelo quilombo ao redor da Pedra do Sal, a VOT surge timidamente na condição de proprietária das terras ou imóveis da região até as primeiras décadas do século XX. Durante o século XX, outras pessoas são apontadas como tendo direito aos aforamentos. Por fim, segundo Santos, todos os terrenos da Pedra do Sal estão submetidos ao pagamento de foros, de sesmarias, marinhas e acrescidos à Municipalidade (RTID, 2010 apud Santos, 1965).

Tensões, conflitos e Resistência na Pequena África

Desde o período Colonial, agrupamentos de pretos praticando o seu sagrado não eram bem aceitos pelas autoridades. No Império, essas práticas culturais também foram reprimidas. O período republicano reeditou os mecanismos repressores a tais práticas religiosas professadas por indivíduos negros, muito por conta de sua cor e suspeita de serem ligados a vadiagem, capoeiras, prostituição, feitiçaria e sambistas – aspectos associados a malandragem. Embora essas populações

adquirissem autonomia para driblar a repressão. (Arantes apud Mattos, Abreu, 2012).

Mattos e Abreu (2012) expõem que as reformas urbanas da era Passos, os terreiros de culto afro-brasileiras decidiram migrar para outras regiões da cidade, provocando, portanto, um refluxo populacional dos bairros que compunham a Pequena África: Saúde, Gamboa e Santo Cristo. A partir de 1950 houve um desmembramento espacial da Pequena África, uma vez que as áreas portuárias foram afastadas da Cidade Nova. O novo porto deslocaria as antigas construções do mar. Os laços com a cidade, lentamente, iam se desfazendo e isolando, gradualmente, os três antigos bairros portuários.

Em contrapartida, segundo as autoras citadas, a região portuária e suas formas arquitetônicas não acompanharam a modernização e a verticalização dos bairros da Zona Sul carioca. As tradições negras se reinventaram na região, e meio a isso, em 12 de agosto de 1951, os trabalhadores da estiva fundaram o Afoxé Filhos de Ghandi do Rio de Janeiro, com sede na rua Camerino, no coração do antigo mercado do Valongo. Nas décadas de 1960 e 1970, a implantação da Avenida Perimetral acentuou ainda mais o isolamento subdividindo os bairros. (Cardoso apud Mattos e Abreu et al., 1987).

As professoras afirmam que a identidade dos remanescentes do quilombo da Pedra do Sal se deu a partir da mobilização de militantes negros das famílias tradicionais ligadas à religião de matriz africana em diferentes terreiros. Essa mobilização fomentou o debate sobre o resgate da memória da resistência das últimas gerações de escravizados e de seus descendentes do quilombo da Pedra do Sal, incluindo os embates pelo direito à moradia com a VOT. O tenso debate religioso não deve ser pormenorizado na dimensão do conflito.

O quilombo da Pedra do Sal está situado em um espaço histórico de resistência negra à opressão sofrida desde os tempos da escravidão brasileira e nele se inserem os marcos simbólicos e territoriais identificados com a memória e a história negra desta emblemática região: o local do mercado de escravizados africanos, o Valongo; o cemitério dos Pretos Novos; os trabalhadores do Porto e a Pedra do Sal, com as memórias do samba e do santo.

> O quilombo da Pedra do Sal emergiu de um contexto de discussão sobre os significados e os usos do patrimônio histórico e cultural negro inscrito na Zona Portuária do Rio de Janeiro e reconhecido oficialmente a partir do tombamento da Pedra do sal, em 1987, como patrimônio material do Estado do Rio de Janeiro. Defende a manutenção e o revigoramento de

> uma memória afro-brasileira na área, marcada pelo samba, pelo candomblé e pelo trabalho negro no porto, e tem como objetivo visibilizar um patrimônio cultural imaterial herdado de seus antepassados escravos e africanos, um dos mais importantes grupos formadores da sociedade e cultura brasileiras. (Mattos e Abreu, 2012:24).

A Pequena África tem uma vida intensa. Um espaço histórico carioca muito frequentado por turistas de toda parte do mundo. Durante o dia, guias turísticos apontam os vestígios históricos predominantes da memória negra: arquitetura, dança, artes, literatura. À noite, trabalhadores, sobretudo informais e comerciantes, arrebatam um público diverso com a culinária afrodescendente e as rodas de samba. Homens, mulheres e crianças, remanescentes de uma população de escravizados que desembarcaram para trabalhar compulsoriamente no Cais do Valongo, defendem o legado de seus ancestrais, marcado pelo samba, pelo candomblé e pelo trabalho no porto. Portanto, reconhecê-los como "legítimo herdeiro deste patrimônio material e imaterial" é reconhecer sua importância na formação da cultura brasileira.

O grupo de remanescentes da comunidade quilombola da Pedra do Sal se autodenominou legítimo herdeiro do patrimônio material e imaterial acima citado. Em seu apoio, figuram os

artigos 215 e 216 da Constituição de 1988, que abarcam a noção de direitos às práticas culturais, e o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o registro e a proteção de bens culturais de natureza imaterial de grupos que constituíram o patrimônio cultural brasileiro. (Mattos e Abreu, 2012).

Conforme as duas autoras citadas, embora a área Pedra do Sal esteja tombada como patrimônio material do Estado do Rio de Janeiro, o grupo de remanescentes reivindica para si a guarda do ambiente físico e simbólico, ou seja, do território ao redor da Pedra do Sal enquanto espaço de celebração e trocas de vivências dos afrodescendentes na região. Para além do espaço material da Pedra do Sal, esse espaço de celebração representa a presença cultural dos afrodescendentes na cidade do Rio de Janeiro: memória do samba, do candomblé e de trabalho negro no porto. Esse quilombo urbano está instalado em um espaço valorizado e dotado de infraestrutura, sofrendo pressão de um grupo religioso organizado para que saia da localidade. Em função disso, os quilombolas também acessaram o art. 68 ADCT- CF/88, por este estabelecer que "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-

lhes os títulos respectivos”[8]. Entretanto, esse é um processo lento e burocrático e, enquanto esperam por uma resolução jurídica, tensões e conflitos atravessam o cotidiano dessa comunidade, implicando em uma luta contínua para se manter no território. Até o presente, o quilombo Pedra do Sal recebeu a certidão de autorreconhecimento da Fundação Cultural Palmares/MinC em fevereiro de 2005. O certificado é o passo inicial para a promoção das ações de identificação, reconhecimento e titulação de terras quilombolas, conforme garante o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003[9]. Já em 2014, a comunidade quilombola conquistou a regularização urbanística de boa parte do território no Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro e foi reconhecida com Área de Especial Interesse Cultural (AEIC), incorporando a área reconhecida no RTID e parte municipal do território. No entanto, a lei que estabelece AEIC não foi implementada por não ter dotação orçamentária.[10]

[8] Disponível em: < Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/. Acesso em: 19/09/2024.
[9] Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br. Acesso em:19 set 2024.
[10] Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br. Acesso em: 16/09/2024.

Em 1999, a prefeitura do Rio de Janeiro anunciou, sob a gestão de Luiz Paulo Conde, um projeto de revitalização da região portuária da cidade com planejamento de restauração e modernização da área onde está localizada a comunidade quilombola da Pedra do Sal. (Mapa de Conflitos -2010). Há depoimentos de moradores que até 1987, o mesmo ano de tombamento da Pedra pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), alguns inquilinos pagavam aluguel de até 2 reais. Conforme relato dos moradores da área, o acesso aos imóveis implicava, em alguma medida, ter boas relações com a direção da Ordem. Ocorre que, Padre Eckart, ao ser indicado pelo Bispo D. Eugênio Sales para resolver a situação falimentar da VOT, reajustou o valor dos aluguéis exorbitantemente, equiparando-os ao valor de mercado. Tal iniciativa, coincidiu, justamente, com a revitalização urbana da região portuária. (RTDI, 2010)

Sentindo-se acossados, Damião e Marilúcia, dois ativistas quilombolas, ambos ligados à Associação de Moradores da Saúde (AMAS), organizaram um movimento de ocupação das casas que se encontravam fechadas e sem moradores, sobre o domínio da Irmandade. E foi por meio da luta coletiva que ambos ocuparam os imóveis vazios e fechados,

no início da década de 1990. Depois desse movimento político, a VOT determinou que seus imóveis desocupados fossem destelhados para evitar novas ocupações (RTID, 2010).

Outro passo importante, no sentido de ampliar e unificar a luta, baseado na sua ancestralidade quilombola, foi a criação, em 2004, da Associação dos Remanescentes do Quilombo da Pedra do Sal (ARQPEDRA). Apoiados pelo movimento negro e quilombola do Estado, a criação da organização quilombola redundou em um processo administrativo junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Rio de Janeiro (INCRA). (Mapa de Conflitos, 2010).

Enquanto isso, Padre Eckart, com aporte financeiro do exterior, criava um projeto social denominado "Humanização do bairro". Porém, para o sucesso do programa, o primeiro passo seria recuperar os últimos imóveis ocupados por moradores tradicionais da parte baixa do Morro da Conceição e do entorno da Pedra do Sal. Os coordenadores do programa alegavam que as pessoas que ocupavam essas casas eram "ambulantes vindo de fora", sem relação com o bairro, ao contrário da comunidade de origem portuguesa, historicamente vinculada à localidade e de melhor reputação. O projeto pontuava que as tradições portuguesas e a obra social da VOT cumpririam o papel de

“humanizar o bairro”, recuperando famílias pobres e desajustadas. A ideia central era de que estes precisam ser recuperados e educados segundo os preceitos da Ordem Terceira. Uma vez realizado o projeto, os moradores desalojados das casas da localidade acima indicada seriam “recompensados pelos dividendos sociais do projeto.” (RTID, 2010, p. 25).

Os efeitos do projeto de humanização do bairro redundaram em discórdia, desesperança, acentuou os conflitos e agilizou os despejos judiciais. Inquilinos que ocupavam as casas há dezenas de anos foram submetidos a humilhação e a despejo judicial, quando se negaram a negociar a desocupação do imóvel. Pessoas assistiram seus móveis sendo jogados na rua, casas lacradas na ausência do morador, crianças com crise de choro e pessoas assustadas sem ter para onde ir. O projeto de “humanização do bairro,” na prática se mostrou o oposto. Porém, os integrantes da ARQPEDRA observaram que a grande maioria das pessoas despejadas eram vinculadas a religiões de matriz afro-brasileira. (RTID, 2010).

Santos (2000) considera que a situação atual do mundo globalizado, fomentador da perversidade, é passível de reversão. A alternativa seria transformar a matéria base da crueldade na construção de um mundo mais humanizado. Bastaria, portanto,

consubstanciar as duas principais mutações em curso: a mutação tecnológica e a mutação filosófica da espécie humana. O elemento tecnológico, portanto, seria demandado com a emergência das técnicas da informação, as quais são constitucionalmente divisíveis e acessíveis a todos meios e culturas, mesmo que hoje sua aplicabilidade desumana esteja a serviço dos grandes capitais. Mas quando seu acesso se tornar democrático e acessíveis a todos, essas técnicas estarão ao serviço do homem.

A situação dos quilombolas da Pedra do Sal, que já era de vulnerabilidade, se tornou desesperadora quando, em 2009, em uma conjuntura de indicava megaeventos no Brasil – Olimpiadas e Copa do Mundo – o prefeito Eduardo Paes lançou o projeto "Porto Maravilha" – *Parceria Público Privada* – que consistia em revitalizar a zona portuária da cidade do Rio de Janeiro. Por consequência, as tensões e os conflitos, nesse histórico território, agora objeto de especulação imobiliária, ganhou mais fôlego com a chegada de novos agentes. (Mapa de Conflitos, 2010).

> O Porto Maravilha foi concebido para a recuperação da infraestrutura urbana, dos transportes, do meio ambiente e dos patrimônios histórico e cultural da Região Portuária. No

> centro da reurbanização está a melhoria das condições habitacionais e a atração de novos moradores para a área de 5 milhões de metros quadrados (m²). A chegada de grandes empresas, os novos incentivos fiscais e a prestação de serviços públicos de qualidade estimulam o crescimento da população e da economia. Projeções de adensamento demográfico indicam salto dos atuais 32 mil para 100 mil habitantes em 10 anos na região que engloba na íntegra os bairros do Santo Cristo, Gamboa, Saúde e trechos do Centro, Caju, Cidade Nova e São Cristóvão[11].

Assumimos a ideia de que é possível promover mobilidade urbana, crescimento sustentável e estímulo à cultura local sem exclusão social. Nessa perspectiva, acreditamos que o estabelecimento do "Projeto Porto Maravilha", com investimento da prefeitura do Rio, não pode servir de justificativa para a remoção de uma população por causa de sua classe social, sua cor e suas crenças. A região delimitada para a pesquisa, Zona Portuária da cidade do Rio de Janeiro, está integrada à Pequena África, região que tem a marca da resistência e da cultura negra. Assim, o estudo, quando se propõe a discutir o processo de gentrificação e, consequentemente, da marginalização e segregação de determinado grupo e de seu

[11] Disponível em: <https://www.ccpar.rio/projeto/porto-maravilha/. Acesso em: 06/09/2024.

patrimônio histórico e cultural, está, mais uma vez, conectado à proposta da linha de pesquisa: Território, Identidades e Representações, pois tratará temas que se conectam aos processos de constituição de identidades sociais.

Referências

ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O Jogo da Dissimulação*: Abolição e Cidadania Negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALCÂNTARA, Maurício Fernandes de. "Gentrificação". *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2018. Disponível em: http://ea.fflch.usp.br/conceito/gentrificacao. Acesso em: 06 set 2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é Racismo Estrutural*. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARTH, Fredrik. Os grupos étnicos e suas fronteiras. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000, p. 26.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2. p. 77-101. 2006.

CHALHOUB, Sidney. Cortiços e classes perigosas. In.: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril:* Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 23.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas:* Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 45.

KOSELLECK, Reinhart. "Espaço de experiência" e "horizonte de expectativa": duas categorias históricas. In:. Futuro passado: contribuição à

semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro, 2011. p. 305-327.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial:* trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARTINS, Joana; NOBRE, Ana Luiza; SPERLING, David. *Atlas do Chão*. Disponível em: https://www.atlasdochao.org/ponto/biblioteca-nacional/2022. Acesso em: 06 set 2024.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, RS, v. 22, n. 37, p. 7- 32, 1999.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. *De volta à cidade*: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

SOUTY, Jérôme. Dinâmicas de patrimonialização em contexto de revitalização e de globalização urbana. Notas sobre a região portuária do Rio de Janeiro. *Revista Memória em Rede*, vol.5, n.9, 2013, p. 143 – 164.

THOMPSON, Edward Palmer. Intervalo: a lógica histórica. In: THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. [S/L] 2009. 55-73.

Acumulación originaria: inserción capitalista y luchas por la reproducción social en el resguardo indígena de Cañamomo y Lomaprieta 1938-1940

Santiago Arenas Martinez
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introducción

Con este trabajo buscamos cuestionar la acumulación primitiva como un proceso *esencialmente* económico, para ser repensado de forma preliminar desde la dimensión territorial, corporal, racial y reproductiva. Partiendo de Bhattacharya:

> El proceso de acumulación no es indiferente a las categorías sociales de raza, sexualidad o género; al contrario, procura organizar e moldear esas categorías, que, a su vez, actúan sobre la forma determinada de extracción de trabajo excedente (BHATTACHARYA, 2023, p. 133).

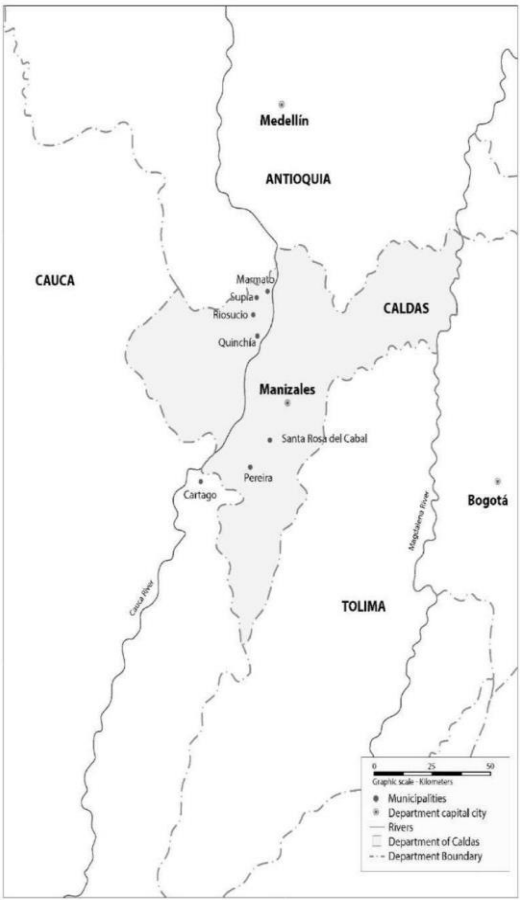
La estrategia metodológica parte de una perspectiva marxista y consistirá en un diálogo crítico entre las hipótesis de la *acumulación primitiva* y la *TRS*, con los rasgos propios de la acumulación primitiva en la comunidad. *La dialéctica del conocimiento histórico* que (THOMPSON, 1981, p. 71) propone se trata de una cuestión de diálogo, en el sentido más crítico (…) "de que una tesis (el concepto, o hipótesis) es puesta en relación

con su antítesis (determinación objetiva ateórica) y de ello resulta una síntesis (conocimiento histórico). para comprender integralmente el fenómeno".

Nuestro material de trabajo será un libro de Appelbaum, complementado con correspondencia entre la comunidad y el Estado que reposa en el Archivo General de la Nación. Escogimos las fuentes de acuerdo con el material disponible sobre el periodo en cuestión. Confiamos en que la dialéctica del conocimiento histórico no solo nos permitirá explicar el fenómeno desde nuevos ángulos; también nos permitirá enriquecer su comprensión acerca de la acumulación primitiva, al integrar las dimensiones territoriales, raciales y reproductivas desde la TRS, y a la luz del resguardo indígena de Cañamomo y Lomaprieta, en el periodo señalado. El resultado de lo que aquí hacemos es la síntesis de esas categorías socioespaciales explicadas en la concreción de la acumulación originaria en el caso de la comunidad en cuestión.

El resguardo indígena de Cañamomo y Lomaprieta está ubicado en el centro- occidente colombiano, en las estribaciones orientales de la cordillera occidental de los Andes. Hace parte de la zona occidental del departamento de Caldas y, junto a otras seis comunidades afro-indígenas -como San Lorenzo, El

Guamal y La Montaña-, integra el área rural de Riosucio y Supía, cabeceras municipales que comparte fronteras con los departamentos de Antioquia y Risaralda.



Fuente: (LOPERA, 2021, p. 405)

Acumulación originaria

La acumulación originaria, en términos de Marx, es una *escisión* que incluye toda una serie de procesos históricos, una serie que, precisamente, es de carácter dual:

> Por una parte, disolución de las relaciones que convierten a los trabajadores en propiedad de terceros y en medios de producción de los que éstos se han apropiado, y por la otra, disolución de la propiedad que ejercían los productores directos sobre sus medios de producción (MARX, 2009, p. 893).

Una parte de los medios de producción -situado históricamente en el contexto de las comunidades étnicas colombianas- es la tierra que integra el territorio. "El territorio es el piso más la población, (…) es la base del trabajo, de la residencia, de los cambios materiales espirituales y de la vida, sobre los cuales él influye" (SANTOS, 2022, p. 94). La acumulación primitiva, en el contexto de las comunidades étnicas colombianas, no solo supone convertir a las personas en fuerza de trabajo para terceros, ni la pérdida de la tierra como medio de producción, también significa la escisión con el territorio como base integral de la existencia social.

Años después el mismo Marx aclaró que el proceso inicialmente descrito se limitó al desarrollo del capitalismo de Europa occidental. En una carta escrita en 1877 y dirigida a la

revolucionaria rusa Vera Zasúlich, agregó -con relación a países como Rusia que tienen formas comunales- que:

> Si Rusia aspira a convertirse en un país capitalista calcado sobre el patrón de los países de la Europa occidental –y durante los últimos años, hay que reconocer que se ha infligido no pocos daños en este sentido–, no lo logrará sin antes convertir en proletarios a una gran parte de sus campesinos; y una vez que entre en el seno del régimen capitalista, tendrá que someterse a las leyes inexorables, como otro pueblo cualquiera. Esto es todo (MARX, 2015, p. 207).

Y aunque Marx no cierra este fenómeno como un proceso histórico, es De Angelis quien reafirma que la acumulación primitiva no puede ser reducida a un acontecimiento histórico pasado, "sino que se encuentra necesariamente presente en los sistemas capitalistas "maduros" como proceso inherente que, dada la naturaleza conflictiva de las relaciones capitalistas, asume un carácter continuo" (ANGELIS, 2012, p. 1).

Por lo tanto, la acumulación primitiva con las características ya descritas fue más allá de Europa -como agrega Marx-, al decir que "el descubrimiento de las comarcas auríferas y argentíferas en América, el exterminio, esclavización y soterramiento en las minas de la población aborigen (…)

constituyen factores fundamentales de la acumulación originaria" (MARX, 2009, p. 939). Este proceso es vigente en términos histórico-sociales, donde se expresa continuamente como aparato de desposesión y reproducción del capital a través de la relación reproducción ampliada-acumulación primitiva entre países capitalistas desarrollados y los menos desarrollados.

Inserción de minas en el capital antioqueño-inglés

La sobreacumulación de los países capitalistas más desarrollados, a través de los países menos desarrollados, generalmente coincide con el impulso de los segundos por disputar la generación de riqueza de los primeros. (HARVEY, 2004, p. 129) sostiene que "la sobreacumulación se presenta cuando excedentes de capital ociosos no encuentran salidas en sus límites nacionales, derivando en inversiones en otros países" (muchos de ellos con escaso o nulo desarrollo capitalista) con formas imperialistas, para garantizar la generación de plusvalor. Y agrega que, de manera paralela y generalmente complementaria, la inserción a la relación capitalista por parte de los países precapitalistas (HARVEY, 2004, p. 123), como es el caso de Colombia, se dio también por motivaciones internas,

que históricamente fue a través de la economía de exportación agrícola desde finales del siglo XIX.

Las condiciones propicias para la acumulación por despojo provienen de la liberación de medios de producción a bajo costo -a veces sin costo- que la burguesía promueve a través del Estado. De esa manera el capital sobreacumulado puede hacerse con esos medios y hacerlos rentables (HARVEY, 2004, p. 119). Y como ya dijimos, la mayoría de las veces los Estados de los países en transición al capitalismo, confabulan con la burguesía imperialista para facilitar la inserción de los activos al mercado capitalista. La lógica de la acumulación imperialista necesita expandirse a otras latitudes y genera dependencia, muchas veces, a través de la deuda pública. De hecho, varias minas de Marmato, como veremos más adelante, fueron cedidas a ingleses como forma de pago por los préstamos derivados de la independencia colombiana.

Observemos cómo el Estado colombiano operó como bisagra entre los intereses capitalistas, y las minas del noroccidente Caldense -incluyendo Cañamomo y Lomaprieta-, abaratando sus costos. Adolfo Romero, quien para 1939 era el abogado de Resguardos Indígenas, fue enviado por el Departamento de Tierras del Ministerio de Economía para

evaluar las condiciones de los resguardos y dar vía libre a su parcelación. La ley 89 de 1890 estableció que los resguardos serían extinguidos a partir de 1940 con la finalidad de que los indígenas fueran progresivamente civilizados e insertados a la vida ciudadana de la república.

En esa labor fue informado por autoridades y particulares sobre la existencia de minas sin uso y a reserva del Estado. Allí informó al Departamento de Minas del Ministerio de la Economía Nacional que:

> (…) "Como al país le interesa el desarrollo de la industria minera, considero que sería conveniente para los intereses generales que esas minas dejaran de ser objeto de reserva; que pudieran ser denunciables; o que la Nación pudiera venderlas mediante remate, cotizándolas a un precio equitativo, porque el señalamiento de un valor exagerado las dejaría sin postor, habida cuenta de su posible escaso rendimiento" (…) (AGN, 1938, hoja 144 recto).

Es probable que estas minas no hayan sido vendidas o, en su defecto, fueron subastadas a precios irrisorios. Según (APPELBAUM, 2007, p. 228), aunque el Estado asumió el control de las minas en 1940, los cambios en el mercado internacional del oro y el hallazgo de nuevas minas más ricas, desincentivó la inversión de capitales en la región. Lo que dio

lugar al cierre de varias minas. Lo interesante aquí es que la acumulación por despojo no fue mediada por el Estado sobre el aire, en cambio, al mismo tiempo el Estado requirió apoyarse en la narrativa del progreso capitalista como pilar de ese puente despojador. El acaparamiento primitivo a base de las minas del resguardo indígena fue apalancado por la burguesía caldense-nacional en el Estado, en estrecho vínculo (contradictorio o dependiente) del capital extranjero. Y para alcanzar una marcha superior, debió acudir a la retórica del "progreso" capitalista como parte constitutiva de la expoliación minera.

Desde el último tercio del siglo XIX, los empresarios antioqueños fijaron su interés en el mercado de tierras indígenas que se abrió en las tierras del norte caucano, con la intención de especular tierras de futuro poblamiento dedicado a la agricultura cafetera. Como es lógico, sin el desarrollo técnico necesario para explotar las minas, los pequeños mineros colombianos quedaron en situación desventajosa frente al capital minero exterior. En otras palabras, las minas estuvieron a disposición y sin competencia interna para que el capital inglés las monopolizara e incorporara al círculo de producción como materia prima de exportación. Sin capitales que se confrontaran mutuamente, la sobreacumulación externa y el desarrollismo interno se

complementaron como acaparadores de tierras y minas indígenas.

Al cabo de pocos años, el monopolio inglés, al menos para ese momento, se convirtió en una traba en el proceso de acumulación primitiva para los mineros en ascenso. Marx deja en claro que "el motor de la acumulación originaria es la pura *ganancia"* (MARX, 2009, p. 915). "A partir de allí se puede inferir que, en cuanto los capitales, sean nacionales o externos, se encuentran mutuamente, entran en competencia (al menos hipotéticamente) hasta que uno de los dos sucumba y el otro siga generando plusvalía" (MARX, 2009, p. 953). Con el éxito de los terratenientes antioqueños y manizaleños sobre la producción de café, hubo facciones burguesas que concentraron capitales e invirtieron en las minas que hasta entonces habían sido mayoritariamente explotada por ingleses, para acrecentar su lucro.

El resultado de esta pugna entre capital nacional y extranjero fue la expropiación del segundo por parte del primero a través del Estado. Siguiendo a Marx (MARX, 2009, p. 953), "según las leyes inmanentes del capitalismo, la acumulación de capital a costa de otros capitalistas supone el traspaso de los medios de producción expropiados a manos del capitalista

victorioso", es decir, supone la concentración de propiedad privada en pocas manos. Sin embargo, los capitalistas de la región, en lugar de insertar las minas en su propiedad, las nacionalizaron y pasaron a manos del Estado:

> Una parte importante del sector minero, es decir, las principales minas y refinerías del cerro Marmato, estaban en manos de compañías extranjeras. A través de Marmato-Supía-Riosucio extraían el oro [con probable rumbo a Inglaterra][4], En 1905, en los meses siguientes a la fundación del departamento de Caldas, el gobierno de Reyes derogó todos los acuerdos con la *Western Andes Mining Company* y declaró de propiedad de la nación varias de las minas importantes, entre ellas la mayoría de las del cerro de Marmato (APPELBAUM, 2007, p. 226–227).

La expropiación capitalista también adquirió formas estatales o públicas impulsadas por sectores de la burguesía nacional en el poder, como ocurrió con las minas cercanas al resguardo que, sin suspender la acumulación, la reconfiguró, asegurando nuevas condiciones para la reproducción del capital nacional.

La inserción de las minas de la región y del resguardo indígena Cañamomo y Lomaprieta fue intermediada por el Estado, como eje articulador entre la burguesía antioqueña-nacional y la sobreacumulación inglesa. Así permitió, por una

parte, la expropiación económica apoyada en el "progreso", por otra parte, promovió la dependencia entre capitales para la explotación aurífera. Por último, reajustó la acumulación con la nacionalización de las minas para garantizar el ciclo de acumulación de la burguesía nacional.

Inserción de trabajo racializado de Cañamomo-San Lorenzo

La racialización, propuesta desde la TRS, produce diferencias geográficas y corporales que son reproducidas por las relaciones capitalistas a través del todo social y que, al mismo tiempo, reproducen el modo de producción y sus relaciones sociales. Ferguson señala que "todos nacemos y trabajamos para reproducir el mundo en locales sociohistóricos y geográficos específicos".

Y de manera más específica, señala que (…) las vidas de las personas "son valoradas de formas diferenciadas en el capitalismo y las relaciones capitalistas se aprovechan y ayudan a reproducir esas diferenciaciones a través de medios políticos, económicos y sociales de racialización y racismo" (FERGUSON, 2017, p. 28–29). Para Bannerji, (…) "la raza es nada más y nada menos que una forma de diferencia, creando *un modo* de producción a través de actos prácticos y culturales de

racialización. La raza es esa diferencia y no puede existir por sí misma(APPELBAUM, 2007, p. 73). La racialización es constitutiva al capitalismo.

Veamos cómo los tratados y relatos de viajes de finales del siglo XIX contrastaron a los antioqueños con los indígenas y, con ello, comprender de qué manera fue (y sigue siendo) promovida la racialización capitalista para diferenciar territorios y personas por medio de todas las formas posibles para reproducir el capital. De esa manera, se justificó la separación de las comunidades indígenas de sus resguardos, al mismo tiempo que fundamentó la inserción de sus tierras y habitantes en el mercado capitalista, a manos de colonos y empresarios antioqueños en detrimento de las comunidades. De acuerdo con Appelbaum:

> Escritores como Alfred Hettner compararon la naturaleza industriosa y progresista de los antioqueños con la pereza y el atraso que, de los inmigrantes antioqueños, percibían en los indígenas. En su semblanza los "pueblos indígenas" fronterizos del Hettner les atribuye el despertar de Cauca (incluido Riosucio) y el haber rescatado a estos adormecidos pueblos del estancamiento. Por ejemplo, Hettner describe el resguardo indígena de Quinchía, un "callejón sin salida" para el cual la única esperanza era (LACRECIENTE 2007, p. 73).

Siguiendo nuestra discusión sobre *racialización*, veamos ahora de qué manera amplía nuestra comprensión acerca de la *sobreacumulación,* a base de medios de producción y mercados más lucrativos en zonas no capitalistas. Para mantener abiertas oportunidades lucrativas es tan importante el acceso a medios de producción más baratos como el acceso a nuevos mercados, de lo que se desprende la necesidad de obligar a los territorios no capitalistas no sólo a comerciar (lo que efectivamente ayuda), sino también a permitir la inversión de capital en operaciones rentables utilizando fuerza de trabajo, materias primas, tierra, etc., más baratas" (HARVEY, 2004, p. 113). Por lo tanto, la acumulación capitalista se sostiene tanto en buscar medios de producción más económicos y mercados más rentables en territorios no capitalistas, como también en regiones con personas racializadas por el capitalismo para extraer mayores ganancias. Este proceso se presenta de forma desigual en las geografías y sus corporeidades, pues sus dimensiones se acrecientan en lugares con personas aun no insertadas o recién insertadas (generalmente por la fuerza), en el círculo de producción capitalista.

El 8 de noviembre de 1939, el procurador Jorge Gutiérrez emitió un concepto jurídico indicando las condiciones de las

comunidades indígenas de Riosucio, en el marco de la parcelación del resguardo indígena de San Lorenzo. Allí indicó que:

> El indígena suele ser mendaz y ladino, y de ahí que los que con él contratan acostumbren a exigirle muchas garantías para suplir en algo la desconfianza que inspira. Pero de otro lado, se explota de manera exagerada su timidez y su estado de primitivismo, que se miran con despreocupación por las autoridades locales (AGN, 1938, hoja 148 recto).

A la par, la comunidad indígena de San Lorenzo experimentó arduas condiciones para su inserción económica en el mercado laboral, a través de la forma de *jornal* [1], tras la pérdida voluntaria de sus tierras a mediados de 1940. Felipa Bueno y Rafael Bueno, ambos integrantes de la comunidad, que comparte límites con el resguardo de Cañamomo y Lomaprieta, narran los hechos a través de una entrevista de Ángela Gómez en 1992:

> La gente [de la comunidad] fue saliendo a trabajar, se jodían mucho por las tierras calientes, por la orilla del [río] Cauca a trabajar, a buscar jornalitos ¿Sabe cómo les pagaban un jornal a esa gente de por allá abajo que ellos se

[1] Estipendio que percibe el trabajador por cada día de trabajo. Fuente: https://dle.rae.es/jornal

> iban toda la semana o un mes a trabajar? *Ganaban infelices cinco centavos al día* (APPELBAUM, 2007, p. 99).

De otro lado, las comunidades negras de la región tampoco escaparon de las cruentas condiciones a las que fueron sometidas durante la esclavitud y en la relación asalariada por cuenta del empresariado minero local e inglés. A través de los censos oficiales del siglo XIX de Riosucio, Supía y Marmato, Appelbaum nos cuenta que:

> [Desde mediados del siglo XIX] los ingleses y concesionarios locales, explotaron las minas de la montaña de Marmato [y Guamal] con cuadrillas de esclavos compuestas por hombres, mujeres y niños. Una vez liberados, estos anteriores esclavos y sus descendientes se convirtieron en trabajadores. Vivían en pequeñas aldeas (…) de forma precaria sobre las minas de oro, en las socavadas y erosionadas laderas del cerro (APPELBAUM, 2007, p. 226).

Con la separación de la comunidad de su territorio, no le queda más remedio que estar condenada a vender -ya sea de forma comunitaria o por cuenta de cada uno de sus integrantes- su fuerza de trabajo a los capitalistas, bien quienes ahora son los propietarios de sus tierras, o a los de la región. La relación del capital presupone la escisión entre los trabajadores y la propiedad sobre las condiciones de realización del trabajo

(MARX, 2009, p. 893). Y (…) el trabajador, cuya única fuente de ingresos es la venta de su fuerza de trabajo:

> No puede desprenderse de toda la clase de los compradores, es decir, de la clase de los capitalistas, sin renunciar a su existencia. No pertenece a tal o cual capitalista, sino a la clase capitalista en conjunto, y es incumbencia suya encontrar un patrono, es decir, encontrar dentro de esta clase capitalista un comprador (MARX, 1977: 18-19) (MARX, 1977, p. 18–19).

Así, la acumulación capitalista no solo extrae mayores ganancias de San Lorenzo (comunidad indígena) y El Guamal (comunidad negra) según su relación con el círculo capitalista. También puede extraer más ganancias según las relaciones sociales de producción que organiza y requiera el capital, "como la esclavitud, que está firmemente enraizada en el capitalismo" (BANNERJI, 2022, p. 10). En esa dinámica el capital requiere excedentes de fuerza de trabajo no absorbidos plenamente, para aumentar el nivel de dependencia de las comunidades y garantizar ganancias exorbitantes con míseros salarios que apenas permitan la reproducción precaria de las personas y sus familias.

Según (BHATTACHARYA, 2023, p. 126), (…) "por la propia naturaleza de ese proceso, la comunidad siempre es reproducida como desprovista de aquello que necesita".

Además, (…) “la relación de trabajo asalariado permea los espacios de la vida cotidiana no remunerada”, como la (re)producción de la fuerza de trabajo” (BHATTACHARYA, 2023, p. 133). Aquí la TRS nos permite comprender -aunque de manera parcial- la dimensión reproductiva del trabajo asalariado que no muestra por sí misma la acumulación originaria.

La desposesión de las comunidades del noroccidente caldense, más específicamente las de Cañamomo y Lomaprieta, a costa de la acumulación capitalista, se caracterizó, por una parte, por un ciclo de racialización del todo social, entretanto, lucrativo por apoyarse en un desarrollo socio-geográfico desigual. Y, al mismo tiempo, se caracterizó por las formas productivas y reproductivas funcionales a la acumulación capitalista, sustentadas en la dependencia y la precariedad laboral.

Luchas por la reproducción social contra la acumulación primitiva

Al proceso de despojo antes descrito, Marx aporta una correlación entre la miseria, la servidumbre y la explotación, que a su vez generan rebeldía y capacidad organizativa de la clase trabajadora, como resultado de la producción social capitalista y

del monopolio de la propiedad capitalista. A menos que la comunidad asuma como naturales las leyes de oferta y demanda que rigen las relaciones de producción capitalista.

Por tanto, las luchas de la clase trabajadora constituyen un elemento continuo de estas relaciones (MARX, 2009, p. 953). Además, los conflictos de clase representan bloqueos en el proceso de acumulación, orientados a reducir la brecha de acceso entre productores y medios de producción. Así, en territorios marcados por la desposesión territorial y la racialización, también por la pauperización reflejada en la miseria y la servidumbre, toda estrategia pensada para profundizar o revertir este movimiento expresa la lucha de clases en el seno de la acumulación primitiva (ANGELIS, 2012, p. 15).

¿Pero a qué clase trabajadora nos referimos cuando hablamos de lucha de clases en contextos atravesados por la acumulación primitiva? La *clase trabajadora*, en los términos propuestos por (BHATTACHARYA, 2023, p. 134), debe ser entendida como todos en la clase productora que durante su vida participaron de la totalidad de la reproducción de la sociedad, independientemente de que esa labor haya sido pago o no por el capital. A renglón seguido, cuando hablamos de *luchas* contra la acumulación por desposesión, no hablamos de cualquier tipo de

movilización, tampoco únicamente de demandas salariales, en cambio, nos referimos a todas aquellas cuyas exigencias están estrechamente relacionadas con la posibilidad de la reproducción de la vida.

En otras palabras, a un conjunto diverso de demandas que configuran las condiciones propias en que se reproduce la vida en nuestra sociedad. Entre ellas hacen parte los procesos de expropiación y expoliación a las comunidades indígenas (VARELA, 2023, p. 11). Las luchas de clases en escenarios de acumulación primitiva, más específicamente, en comunidades étnicas racializadas y pauperizadas, van más allá de luchas salariales para situarse en demandas que amplíen sus posibilidades de reproducción social. En palabras de Mariátegui, "No nos contentamos con reivindicar el derecho del indio a la educación, a la cultura, al progreso, al amor y al cielo. Comenzamos por reivindicar, categóricamente, su derecho a la tierra" (MARIÁTEGUI, 2007, p. 36).

Veamos en detalle esa pugna (contradictoria) entre los indígenas de La Iberia – facción del resguardo Cañamomo y Lomaprieta – por la titulación de tierras, y los funcionarios del gobierno colombiano por la parcelación de tierras. Iniciemos con el punto de vista indígena. En una carta fechada del 17 de

noviembre de 1938, el presidente de la Liga Campesina de la Iberia, Manuel Reyes, le escribe al presidente de la república, Eduardo Santos, lo siguiente:

> (…) Desde tiempo inmemoriales somos legítimos poseedores de las tierras conocidas con el nombre de "La Iberia, Cañamomo y Lomaprieta", pero es el caso exelentisimo señor de que en esta población algunos ricos se han adueñado de ellas, estrechándonos de tal manera que hoy no tenemos siquiera donde vivir, acontentamiento de las autoridades de ésta, y este el motivo para dirigirme a Ud. Como único que podrá remediar nuestra triste situación. Le enviamos copias de los títulos de propiedad para que Ud se entere del derecho que nos asiste (AGN, 1938, p. 125 recto).

Ahora consideremos la contraparte indígena, es decir, la visión de un funcionario del Estado. En otra carta fechada en el 29 de septiembre de 1939, Adolfo Romero escribió al Departamento de Tierras que:

> (…) Debe principiarse [la parcelación de tierras] por el Resguardo de "San Lorenzo", ubicado en Riosucio, por estas razones: Porque su división la reclaman los parcialistas; porque es el que menos tiene problemas [de tierras] pendientes; porque el Municipio citado es el que más necesita esa medida, dada su importancia [económica]; y porque la división de este Resguardo puede encauzar la de "Cañamomo" y "la Montaña" que fueron de concepto adverso [a

> la separación individual del Resguardo] (AGN, 1938, hoja 31 recto).

La separación, como primer movimiento de la burguesía en la lucha de clases, también consistió en desplazar a la comunidad de sus medios de existencia a lugares que no permitieron su reproducción social en las mejores condiciones. Al mismo tiempo, esa separación puso de manifiesto el importante rol que juega el Estado en dicha lucha. Tal confrontación no transcurrió únicamente en el territorio, sino que ocurrió debido y por medio del Estado que, por demás, fue el árbitro de esa disputa que encerró la relación contradictoria comunidad-burguesía. En razón a que no solo fue a quien se le pidió el reconocimiento de los títulos de tierras, sino también quien ordenó los mecanismos para su despojo a la comunidad. Y el motor que impulsó a la burguesía para desplegar la acumulación originaria a través del Estado fue la obtención de lucro.

El segundo movimiento, como respuesta de los indígenas a la arremetida burguesa, fue impulsado por la necesidad de condiciones mínimas para la reproducción de la comunidad. Ese movimiento se expresó por medio de la solicitud respaldada por la Liga Campesina de La Iberia a través

del Estado, para frenar, o en el mejor de los casos, suspender el despojo de tierras y, en consecuencia, favorecer las condiciones de reproducción esenciales. Y aunque se podría llegar a pensar que su único objetivo fue acortar distancias con la tierra, es decir, con su medio de producción, no basta con pensarlo de esa manera. Pues cobra más claridad y sentido cuando se piensa la lucha por la tierra como la lucha por la primera condición y la lucha de luchas de la reproducción social: de ahí se deriva la lucha por la vivienda, la alimentación, las escuelas, los rituales, etc., muchas de ellas lideradas y laboradas por mujeres en su mayoría (BHATTACHARYA, 2023, p. 116).

La lucha por la tierra en el Resguardo Indígena Cañamomo y Lomaprieta, entre 1938 y 1939, fue una lucha de clases configurada en el marco de la acumulación primitiva, entre la burguesía y la comunidad indígena, mediada por el Estado y caracterizada por la racialización, el despojo territorial y la defensa de la reproducción social.

Conclusión

La acumulación primitiva en el resguardo Cañamomo y Lomaprieta entre 1938-1940, en sus fases de *inserción-luchas por la reproducción social,* fue desarrollada y reflejada como

una expoliación racializada y geográficamente desigual. Su mantenimiento dependió de formas productivas y reproductivas precarias, que dieron como resultado luchas y resistencias de la comunidad con el objetivo de garantizar su reproducción social digna. A partir de estas reflexiones se abren nuevas posibilidades para investigar sobre la acumulación primitiva en contextos del desarrollo desigual capitalista, racializados y atravesados por luchas de clases que definen el territorio, sus comunidades y la acumulación de capital.

Referências

ANGELIS, De Massimo. *Marx y la acumulación primitiva*. El carácter continuo de los "cercamientos" capitalistas. 2012.

APPELBAUM, Nancy Penny. *Dos plazas y una nación - raza y colonización en Riosucio, Caldas 1846- 1948*. Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2007.

Archivo General de la Nación. [Ministerio de Gobierno – División de Asuntos Indígenas. Caja 13, carpeta 1, registro 2. (1938/1940. Folios 23-185]

BANNERJI, Himani. *Construindo a partir de Marx*: reflexões sobre "raça", gênero e classe. v. 13, n. 3, p. 2079– 2101, 2022.

ENCRUCIJADAS. Revista Crítica de Ciencias Sociales, v. 23, n. 2, 2023.

FERGUSON, Susan. *Feminismos interseccional e da reprodução social:* rumo a uma ontologia integrativa. Cadernos Cemarx, 2017.

HARVEY, David. *El Nuevo Imperialismo.* Ediciones Akal ed. Madrid, España.

LOPERA, Gloria. *We Have the Land Titles: Indigenous Litigants and Privatization of We Have the Land Titles:* Indigenous Litigants and Privatization of Resguardos in Colombia, 1870s-1940s. University of Florida, 2021.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana***.** Tercera edición ed. Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.

MARX, Karl. *El Capital*. Tradução: Pedro Scaron. Segunda ed. México: Siglo XXI, 2009. v. Tomo 1, Volumen 3

MARX, Karl. *Karl Marx Escritos sobre la Comunidad Ancestral.* Segunda ed. La Paz.

MARX, Karl. *Trabajo asalariado y capital.* Editorial Progreso, 1977.

SANTOS, Milton. *Por otra globalización:* del pensamiento único a la conciencia universal. USP, PPGH: CAPES; CLACSO, 2022.

THOMPSON, E. P. *Miseria de la teoría***.** Editorial Critica, 1981.

VARELA, Paula. Las luchas por nuestra reproducción social: debates teóricos y combates sociales.

Os Historiadores Campistas: breve abordagem sobre o fazer historiográfico e a memória coletiva no início do Século XX

Sophia Rodrigues Saraiva
Mestranda em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CNPq

Introdução

Este texto decorre do projeto da pesquisa da dissertação de mestrado, cujo título é: "Entre Lembranças e Esquecimentos: O papel dos historiadores campistas na produção da memória regional na primeira metade do Século XX", ainda em andamento. Começamos nossa abordagem a partir do olhar sobre as diversas possibilidades de compreender a produção historiográfica. Isso porque um dos objetivos principais da pesquisa é analisar a construção e consolidação da identidade regional através de livros e impressos produzidos na primeira metade do século XX em Campos dos Goytacazes, cujos autores encontram-se anterior a profissionalização do ofício do historiador no Brasil e, mesmo assim, são classificados como produções históricas. Nesse viés, a partir de uma revisão bibliográfica é possível historicizar conceitos importantes para

o debate atual da Teoria da História como: memória; usos do passado; identidade; e o fazer historiográfico.

Segundo Koselleck em "Teoria da História e Hermenêutica" (2014), o fazer historiográfico está profundamente relacionado com a capacidade do indivíduo de se compreender dentro de uma temporalidade. Para além de uma categoria de análise, o autor observa como o conceito de "tempo" é essencial para produção de sentido na teoria da história, visto que é a partir de um referencial temporal que se compreende o ambiente de produção e a consciência de um determinado grupo. Além disso, apresenta o papel da história como meio que os homens encontraram para fugir da própria finitude e, dessa forma, tentar compreender o sentido da existência, assim: "O homem, projetado para compreender, não tem outra opção senão conferir sentido à experiência da história, ou, por assim dizer, assimilá-la hermeneuticamente. (KOSELLECK, 2014, p.92).

Outra autora importante no debate sobre memória, história e teoria é Beatriz Sarlo (2017), ao questionar como podemos entender o tempo passado e a questão da memória. Ao atribuir que o passado é uma zona conflituosa, compreende-se que há disputa de narrativas, principalmente, quando desloca-se

para o fim do século XIX quando o fazer histórico e suas operações começam a se orquestrar dentro do mercado simbólico do capitalismo tardio e compreendem um lugar de privilégio nas instituições escolares (p.11). Além disso, Sarlo continua a ideia de que as "visões do passado" são construções que entende os próprios produtores de história dentro de uma dimensão subjetiva. Nesse sentido, voltando ao Koselleck, ao analisar uma fonte devemos estar conscientes que esta não carrega em si a potência de uma narrativa histórica, esse papel é atribuído ao historiador, que com os olhos do presente, analisa o passado, visto que "Nenhuma fonte textual contém a história que, mais tarde, se constituirá e ganhará expressão em fontes textuais posteriores" (2014, p.108).

Em uma outra vertente, Ivan Jablonka irá compreender o fazer historiográfico a partir de uma de uma abordagem literária que assimila a escrita da história como uma partilha entre o que entende-se como os princípios de ficção prazer e os "os terrenos áridos do real e do verídico" (2017, p.10). Logo, o foco está na questão da escrita, sendo assim, o que está sendo valorizado é a maneira que essa história está sendo produzida, sua narrativa. Esse entendimento da escrita da história como além de uma marca objetiva, pensando no viés literário, traduz que "Antes

mesmo de ser um ofício, a história é uma maneira de pensar encarnada numa escrita" (JABLONKA, 2017, p.15).

Para compreender o local de produção e o público alvo do autor que será abordado, é válido ressaltar a busca de legitimação do trabalho intelectual em instituições nacionais, internacionais e regionais – como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos e a Academia Fluminense de Letras –, ainda que essas entidades letradas tenham perdido a exclusividade na produção do saber histórico e geográfico com o advento e a consolidação dos cursos de graduação e, posteriormente, de pós-graduação, mantiveram-se como espaços relevantes de sociabilidade acadêmica. A partir do desenvolvimento da pesquisa, será possível traçar uma linha de entendimento que compreende autores como Alberto Frederico de Moraes Lamego (1870-1951) e, seu filho, Alberto Ribeiro Lamego (1896-1985) como historiadores de ofício e, seus livros, *Terra Goytacá à luz de documentos inéditos* (1913-1947); *A Planície do Solar e da Senzala* (1934); e *O homem e o Brejo* (1945) como produções históricas e geo-históricas.

Uma breve história de Campos

Primeiramente, cabe ressaltar a delimitação territorial na cidade de Campos dos Goytacazes (citado no texto como Campos) no interior do Estado do Rio de Janeiro. A historiografia mais atualizada interpreta região como um conceito polissêmico, não apenas ligado a recortes espaciais, construídos por entidades político-administrativas, tais como os Estados-nacionais, como também a questões de identidade e de representação (RECKZIEGEL, 1999, p. 15-22). A região é percebida nesse sentido ampliado, evocando o campo das lutas simbólicas (BOURDIEU, 2006), a partir do qual, portanto, tornar-se-ia possível investigar aspectos relativos aos debates sobre identidade e memória social. Para Haesbaert (2004), o território pode ser entendido como espaço de apropriação e comprometimento que se relaciona com o entendimento do Ser. Em outras palavras, os homens ao se relacionarem com um determinado território se apropriam afetivamente do espaço a partir da construção de uma identidade social que é indissociável à existência humana em sociedade. Nesse sentido, "Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, "territorial" (HAESBAERT, 2004, p.20).

Trata-se, então, da interpretação de um território como espaço vivo que traduz, a partir do corpo social ali existente, a cultura, história e memória de um povo.

Dessa forma, a ideia de território parte da concepção que "o conhecimento do território é indissociavelmente uma produção do território" (REVEL, 1989, p.104). Ao pensarmos o espaço geográfico e/ou político, sendo este uma determinada região ou território estabelecido por fronteiras, como o próprio sujeito da história, buscaremos estudar os homens no tempo e no espaço (BARROS, 2017). Nesse sentido, entende-se que os laços de pessoalidade e identidade são incorporados na vivência para que indivíduos, que não necessariamente possuem relações de parentesco entre si, considerem-se um só grupo – que nesse caso são os "campistas".

A cidade de Campos destaca-se pela sua história regional, composta por lutas abolicionistas com José do Patrocínio, presidentes como Nilo Peçanha e pioneirismo nas artes com Mercedes Baptista sendo a primeira mulher primeira negra a integrar o corpo de baile do Theatro Municipal do Rio de Janeiro, além de outros personagens caracterizados e considerados heróis regionais. De maneira a contextualizar, a história campista remonta à época colonial, ainda como

Capitania de São Tomé – depois chamada de Paraíba do Sul –, criada em 1539 (PRATA, 2020, p.457).

A área, segundo Alberto Lamego (1913), possuía 30 léguas de costa e era ocupada por inúmeras nações indígenas, as principais seriam *Guarús* e *Goitacá*. Os relatos obtidos a partir dos escritos de Júlio Feydit e Alberto Lamego, relatam dificuldades na efetividade da colonização por conta das diversas batalhas a partir da resistência indígena. Segundo Luís Emílio Gomes (2014), após essa primeira tentativa de empreitada colonial pela coroa, há um período de abandono e relativa autonomia dos ocupantes que derrotaram os indígenas utilizando da pecuária como atividade econômica (p.18). Em 1674 a capitania é doada para Visconde de Asseca, filho do governador do Rio de Janeiro Salvador Correia de Sá, tal situação levou a uma série de disputas territoriais por hegemonia entre os representantes do donatário e os detentores das terras na região.

Ademais, com o passar dos séculos, a região irá se destacar, economicamente e politicamente, após o sucesso da produção açucareira, que possibilitou o desenvolvimento de uma aristocracia rural. A região passa a atender o mercado externo, a partir de uma estrutura econômica ligada ao açúcar com mão de

obra escravizada. Por conta da sua localização geográfica, entre Minas Gerais, Espírito Santo e a capital, tornou-se ponto estratégico ocasionado pela facilidade de fluxo e escoamento de produtos (CHRYSOSTOMO, 2011, p.58). Nesse sentido:

> O vale paraibano foi, realmente, em certo momento, com a sua sociedade agrária e culta, requintada e aristocrática, (...) com sua luzida fidalguia de barões e viscondes, condes e marqueses, todos vivendo suntuosamente como gentis-homens, orgulhosos de seus títulos e de seus brasões, nos seus ricos solares do interior, bem exprime ainda, nas ruínas imponentes de hoje, a grandeza e a magnificência daquele período fascinante da nossa vida rural (VIANA, Oliveira, Prefácio In: LAMEGO, Alberto R, 1934.*)*.

Entretanto, segundo Fernandes (2009), no século XIX, a província fluminense deixou de ser considerada a fortificação do regime a partir da República, por conta do apogeu do Vale do Paraíba com a produção cafeeira, de modo que:

> (...) o novo estado passara a um papel secundário no direcionamento da política nacional e pela desestabilização de sua economia. Grupos políticos divergentes disputavam o poder durante toda a Primeira República. A liderança de Nilo Peçanha, que se estendeu do governo de Alberto Torres (1898-1900) até a intervenção federal em 1923, não conseguia suplantar as divergências e formar um grupo que implementasse uma política de

> recuperação política e econômica do Estado do Rio de Janeiro e que o tornasse capaz de competir com as novas forças hegemônicas do país, São Paulo e Minas Gerais (FERNANDES, 2009, p. 18).

Nesse sentido, Marieta de Moraes Ferreira (1994) caracteriza a contextualização deste período, final do século XIX e início do século XX, como uma transição marcada pelas "visões de um presente e de um futuro definidos em função do que foi ou do que se supõe ter sido um passado" (FERREIRA, 1994, p.16).

Além disso, deve-se considerar que as produções e as obras intelectuais regionais escolhidas para análise, são construídas em torno do campo intelectual que está inserido dentro de uma elite político-econômica. Dessa forma, podemos buscar relações entre quem estava escrevendo sobre Campos com o pertencimento e ligações com a classe dirigente campista. Isso porque tais escritores formaram um apanhado historiográfico sobre a cidade e contaram a história "vista de cima", colocando no não-lugar os goitacás, escravizados das fazendas de cana de açúcar e até mesmo os trabalhadores livres e pobres. Assim, os intelectuais campistas no início do século XX irão articular as fontes históricas documentais com a institucionalização de uma *verdade histórica.*

Os Lamegos

Alberto Frederico de Moraes Lamego nasceu em Itaboraí em 1870, filho de portugueses de uma família da aristocracia rural. Formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais e em 1906 migrou para Europa, onde frequentou diversos arquivos públicos e familiares, leilões, antiquários e, aos poucos, colecionou cópias de documentos sobre a História do Brasil. Ainda na Europa, começou a escrita da primeira edição de *Terra Goitacá: À luz de documentos inéditos* (1913), que foi primeiramente publicada em Paris e possui outros cinco volumes apresentando os principais documentos coletados na Europa que tratam sobre a história campista. Tornou-se sócio correspondente do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro em 1915, após indicação de Oliveira Lima (FERNANDES, 2006), além de ter sido membro da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos e da Academia Fluminense de Letras.

O autor encontra-se anterior à profissionalização do ofício do historiador, tendo como ponto de definição, entre outros aspectos, a constituição de cursos de graduação e de pós-graduação em História no Brasil, sobretudo após os anos de 1930. Ressalta-se que os estudos históricos em tal contexto se associam ao que Manoel Salgado Guimarães (2002) comenta

sobre a prática no século XIX, que estaria entre o amadorismo e o profissionalismo[1]. Segundo Rui Fernandes, o momento de disciplinarização da história foi marcado por uma disputa institucional para consolidar uma "memória disciplinar que desqualificou os discursos precedentes/concorrentes. A prática antiquária foi um desses discursos desqualificados pela história ciência, no entanto foi um saber que deixou profundas marcas no campo historiográfico que se constituía" (2006, p.2). A escrita da história nesse período ficava a cargo dos"historiadores de ofício", que para Anhezini (2005), podem ser definidos como sujeitos que praticam a história e aprenderam o fazer historiográfico no cotidiano, buscando incessantemente nos documentos a base da escrita histórica (p.481). Nesse período a ideia de historiador estava relacionada a erudição e a possibilidade de buscar a *verdade histórica* em fontes documentais que elucidaram as lacunas do passado.

Já Alberto Ribeiro Lamego, fez sua formação acadêmica na Europa, mais especificamente na *Royal School of Mines do Imperial College of Science and Technology* e no curso de

[1] Vale ressaltar que Guimarães utilizou em seu texto como panorama a França em 1833 após a fundação do Instituto Histórico de Paris.

licenciatura em Engenharia na Universidade de Londres. Quando retornou ao Brasil, em 1920, foi admitido como geólogo no Ministério da Agricultura e, posteriormente, tornou-se diretor de Geologia e Mineralogia no referido Ministério. Na esfera literária dedicou-se publicou *A Planície do Solar e da Senzala* (1934); *O Homem e o Brejo* (1945) que faz parte da tetralogia, que contém *O Homem e a Restinga* (1946), *O Homem e a Guanabara* (1948) e *O Homem e a Serra* (1950). Importante ressaltar sua participação como sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1977, foi membro da Academia Fluminense de Letras, da Academia Campista de Letras e do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. Seu contexto de produção está relacionado com um discurso emergente sobre universidades no Brasil, há como exemplo a criação do curso de história na Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934.

Enquanto intelectuais do seu tempo, eram homens com prestígio social consolidado e engajados politicamente. Nesse sentido, segundo Ângela de Castro Gomes, o que irá distinguir o trabalho intelectual como historiográfico seria a relação com a pesquisa histórica documental (1996, p.101). Logo, podemos compreender que tal papel foi desempenhado por Alberto Lamego durante os catorze anos que passou na Europa. Lá ele

teve acesso a arquivos como os da Torre do Tombo e o Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, onde adquiriu “vultoso número de peças em vários leilões". Formou, assim, um excepcional acervo (...)” (SOFFIATI, 1992, p. 22) destinado ao IHGB e à Universidade de São Paulo[2] .

De maneira geral, apesar da necessidade de uma construção biográfica sobre os autores, os livros *Terra Goytacá à luz de documentos inéditos* (1913-1947); *A Planície do Solar e da Senzala* (1934); e *O homem e o Brejo* (1945) são os objetos de pesquisa. Entretanto, mais do que analisar as obras é necessário aprofundar a pesquisa nos meios pelos quais estas foram desenvolvidas, distribuídas e rememoradas constantemente na sociedade. Cabe, agora, compreender como a produção intelectual dos Lamegos se articulam com o conceito de memória coletiva, partindo do pressuposto que ao articular uma determinada visão de passado, tem-se como intenção a

[2] Tal afirmação é confirmada por Arthur Soffiati (1992), a partir da venda do acervo pessoal de Alberto Lamego em 1935 para a recém-criada Universidade de São Paulo por 200 contos de réis. A venda teve intermédio de Mário de Andrade, então Diretor do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, com ajuda de Affonso D’Escragnolle Taunay, amigo pessoal de Alberto Lamego.

construção de uma narrativa conciliadora capaz de formular um ideal de cidadão e, por conseguinte, uma identidade coletiva.

O conceito de memória e os usos na História

De maneira categórica, quando falamos de conceitos na história, entende-se como aquilo que será o eixo do objeto de pesquisa e a orientação teórico-metodológica. Nesse sentido, como poderíamos definir o conceito de memória como objeto da ciência histórica? Pioneiro nessa discussão, o sociólogo Maurice Halbwachs (1877-1945), no início dos novecentos, apresentava a possibilidade de se perceber a memória não apenas a partir do âmbito individual ou mesmo biológico: ela faz parte de um fenômeno social, à medida que é construída pela coletividade, ao mesmo tempo em que colabora com a sua própria constituição (HALBWACHS, 1990). Assim, permitiu-se a inclusão dessa discussão no campo da historiografia, já que a memória sempre é limitada pelo espaço e pelo tempo. Segundo Halbwachs, portanto, os grupos humanos também forjaram memórias, sendo indispensável essa problemática para a compreensão também de outro conceito chave: o de identidade.

Outro sociólogo que teve grande contribuição para essa discussão foi Michel Pollack (1948-1992). A partir de seus

trabalhos, foi possível investigar alguns elementos constitutivos das memórias (reais ou projetadas), tanto no âmbito individual, quanto no coletivo. Um deles vem a ser aqueles vividos pessoalmente ou "por tabela", algo que o autor denomina como "memória herdada". Nela, incluem-se acontecimentos, pessoas e lugares. Conclui-se, partindo desta análise, o quanto o sentimento de identidade tem a ver com a herança que recebemos enquanto grupo social, pois ela garante a sensação de unidade espacial, de continuidade temporal e de coerência na unificação dos aspectos heterogêneos que compõem um indivíduo ou uma comunidade. Invoca-se, desse modo, que, além de herdada, a memória coletiva também é seletiva e construída – o que significa dizer que ela não é, por si só, um dado natural (POLLACK, 1992, p. 201-202).

Nesse viés, a memória pode tornar-se categoria de análise dentro dos estudos históricos, principalmente quando entendemos que a ciência da história não é estática, pois, está sempre em movimento e transformação, da mesma forma que os homens. Estes, sentem a necessidade de guardar e eternizar, isso porque: "Ente memorioso imbuído de expectativas, o homem, ao narrar-se como história, apazigua os acontecimentos, inscrevendo-os em espaços e tempos que ordena por eixos e

sentidos" (CATROGA, 2021, p.8), com o objetivo de driblar a sua própria finitude (*Ibidem*).

Assim, buscamos compreender "metamemória", a partir da ideia de construção de representação e comemoração de um determinado passado de maneira coletiva (CATROGA, 2021, p.9, *apud*, CANDAU, 1996). De tal forma, que a subjetividade do sujeito é construída em relação com os valores sociais que são traduzidos na história de determinado território, nesse sentido, "A formação do eu será, assim, inseparável da maneira como cada um se relaciona com os valores da sociedade e grupo em que se situa e do modo como, à luz do seu passado, organiza o seu percurso como projeto." (*Idem*, p.16).

No mais, coloca-se em questão a subjetividade do olhar do historiador que apesar de usar uma teoria objetiva especializada, ainda carrega em suas escolhas metodológicas o ambiente de produção, ideais de uma determinada época e objetivos específicos, desse modo:

> Assim, pois: os fatos não existem isoladamente, mas têm ligações objetivas; a escolha de um assunto de história é livre, porém, dentro do assunto escolhido, os fatos e suas ligações são o que são e nada poderá mudá-los; a verdade histórica não é nem relativa, nem inacessível como uma extraordinária extrapolação de todos

> os pontos de vista, como um "geometral" (...). (VEYNE, 1998, p.42).

Interessante analisar a intencionalidade por trás das construções historiográficas, pois, compreende-se que toda história parte de questões do presente, de maneira que os objetivos de interesses são reconfigurados a partir de diferentes temporalidades. Devemos estar atentos não apenas para o que é visível dentro da obra, mas também para o não-dito, o esquecimento, aquilo que foi deliberadamente silenciado. A partir dessa perspectiva, torna-se essencial problematizar os textos e as narrativas, pois devemos "(...) compreender o texto como uma superfície cheia de altos e baixos, silêncios e lacunas, que deveriam ser interrogados como elementos constitutivos da narrativa acerca do passado" (GUIMARÃES, 2007, p.26) e " É preciso ter clareza que lembrança e esquecimento caminham juntos, como processos ativos e necessários à vida social, e que a escrita pode ser a forma mais rápida para o fácil esquecimento" (*Idem*, p.28).

Partindo dessa premissa, compreende-se que a história de Campos foi construída e baseada para atender uma noção de memória capaz de forjar uma identidade regional baseada em um passado comum. Nesse sentido, Alberto Lamego e Alberto

Ribeiro Lamego buscavam na origem geo-histórica do município as características básicas que, de maneira determinista, moldaram o ideal campista. Isso pode ser confirmado a partir da análise de Gomes (2014) que ao utilizar os escritos de Júlio Feydit e Alberto Lamego para compreender os conflitos pela terra entre 1674 à 1752, identifica que:

> Lamego e Feydit foram portadores e arautos em suas obras de uma memória construída por parte da sociedade campista que se arrogavam descendentes dos heróicos homens e mulheres que libertaram a região do julgo e da tirania. Os grandes proprietários da capitania demonstraram sua valentia e nobreza, arrogando para si a descendência dos que derrotaram os bravos indígenas Goytacazes e colonização das terras e ressaltando os sacrifícios pessoais e de propriedades na luta de conquista da planície. Assim sendo, os campistas eram herdeiros de um passado de valentia e glória. Ambos autores criaram uma memória de realce dos serviços prestados ao Rei, à colonização, à liberdade ou ao desenvolvimento da região, reivindicando um status diferençado por esse passado de abnegação e importância, diante dos feitos de seus supostos descendentes. (GOMES, 2014, p.57).

Já Alberto Ribeiro Lamego em *Planície do Solar e da Senzala* (1996), primeira edição de 1934 e prefácio de Oliveira Viana, explora um saudosismo do Período Imperial, visto que neste período, segundo o autor, o Norte Fluminense presenciou

o protagonismo político e econômico que se perdeu durante a República. O autor tenta explorar as origens do povo fluminense e caracterizar estes como diferentes do resto do Brasil e, também, da Capital que na época do autor estava localizada na cidade do Rio de Janeiro. Há um ideal de colonização pacífica, de modo que identifica o fluminense como trabalhador dedicado, aplicado no campo. Diferencia a formação social da região pelo aspecto da estrutura agrícola, que é destituída de uma tradição "belicosa", além disso, afirma:

> Solares organizadores, dos clãs patriarcais de senhores de engenho, que formaram criadouros, que fizeram lavouras, que erigiram usinas… Solares de alegria e dor, de vida e morte, caldeirões emolientes de disparidades étnicas: risos genésicos de namorados e agonias surdas no tronco… denguice amorosas de sinhazinhas românticas… bondade infinita de velhas "Nhás" doceiras… lágrimas africanas fertilizando risos de senhores moços… (...). Solares sangrentos, dos levantes das chacinas, das repressões: Benta Pereira e seus filhos… Mariana Barreto a tremenda… arengas terroristas de clérigos rebeldes… povo indomável!..." (LAMEGO, 1996, p.30).

Pode-se afirmar que Alberto Ribeiro Lamego em sua obra procura identificar as características do povo campista a partir de determinações geográficas e de um passado baseado na luta e superação de dificuldades. As constantes disputas pela

hegemonia da memória se observam pela necessidade de propagar apenas um ideal de mundo, mitigando as diferenças e silenciando outros personagens históricos como os goitacás, africanos escravizados e, posteriormente, os abolicionistas que não eram vistos como protagonistas da história de Campos.

Como já dito anteriormente, o conceito de memória que chamamos atenção vincula-se à construção de um passado a partir da História que leva em consideração a necessidade de organização social que reduz as diferenças e produz um sentimento de pertencimento. Ademais, tais visões do passado continuam reverberando no presente na esfera pública, pois "(...) parecem responder plenamente às perguntas sobre o passado. Garantem um sentido, e por isso podem oferecer consolo ou sustentar a ação. (...) Ao contrário da boa história acadêmica, não oferecem um sistema de hipóteses, mas certezas." (SARLO, 2007, p.15)

Considerações finais

O presente texto buscou realizar um panorama geral sobre a pesquisa da dissertação de mestrado, "Entre Lembranças e Esquecimentos: O papel dos historiadores campistas na produção da memória regional na primeira metade do Século

XX", que ainda está em andamento. Principalmente no que tange às discussões teóricas-metodológicas sobre o conceito de memória aplicado na ciência histórica e como esta se relaciona na pesquisa.

Ademais, leva-se em consideração que no momento dessa produção o fichamento de *Terra Goytacá à luz de documentos inéditos* (1913) está em andamento e o de *A Planície do Solar e da Senzala* (1934) encontra-se finalizado. Sendo assim, produções futuras podem apresentar visões e enfoques diferentes, visto que o trabalho historiográfico está sempre em transformação e o olhar do historiador está sempre se modificando. Em suma, a análise inicial da obra de Alberto Lamego (1913) nos permitiu observar o uso recorrente de notas de rodapé como forma de indicar documentos inéditos consultados, muitos dos quais são transcritos na íntegra, conferindo ao leitor um contato direto com as referências escolhidas para compor a narrativa da História de Campos. Além disso, são frequentes as referências à *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, o que revela o esforço de Lamego em manter-se vinculado à produção historiográfica brasileira da época, mesmo estando radicado na Europa durante a elaboração do primeiro volume. Até o momento, observa-se

que sua abordagem articula o uso de fontes primárias documentais com uma bibliografia composta por historiadores e pensadores, conformando a possibilidade de um debate historiográfico coeso, bem fundamentado.

Por fim, até o momento, pode-se concluir que estudos sobre a memória coletiva oferecem ao historiador instrumentos fundamentais para compreender os processos de construção e disputa de identidades regionais. Nesse viés, utilizando a definição de Fernando Catroga (2021), entende-se memória coletiva como sendo o " (...) modo concreto e histórico como os vários grupos constroem e transmitem o passado comum" (p.19), além disso, é importante compreender que "A formação do eu de cada indivíduo será, assim, inseparável da maneira como ele se relaciona com os valores da(s) sociedade (s) e grupo (s) em que se situa e do modo como, à luz do seu passado, organiza o seu percurso como *projecto*" (p. 20). Assim compreende-se que a memória é indissociável da construção do ser social e participa ativamente na produção de legitimidades, operando como campo estratégico de intervenção simbólica sobre o passado, de maneira que certas memórias são valorizadas e outras silenciadas coletivamente.

Referências

ANHEZINI, Karina. “Comemoração, memória e escruta da história: o ingresso de Afonso de Taunay no IHGB e a reintegração do pai”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, ANPUH, São Paulo, junho, 2011.

ANHEZINI, Karina. Como se escreveu a história do Brasil nas primeiras décadas do século XX. *Varia História*, Belo Horizonte, v.21, n° 34, julho de 2005, p. 474-483.

BARROS, José d’Assunção. “Memória e história: uma discussão conceitual”. *Tempos históricos*, vol. 5, 1o semestre de 2011, p. 317-343.

BARROS, José d’Assunção. *História, espaço, geografia: diálogos interdisciplinares*. Editora Vozes, Petrópolis/RJ, 2017.

BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região”. In: . *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

CATROGA, Fernando. *Memória, história, historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

CHARTIER, R. “Texto, impressão, leituras”. In: HUNT, L. (org.). *A nova história cultural.* São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 211-238.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. *Ideias em ordenamento, cidades em formação: a produção da rede urbana na província do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. Campos: a capital sonhada de uma província desejada (1835-1897).

COSTA, Aryana Lima. A Escola Uspiana de História: panorama das contribuições da história da historiografia para um tema clássico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.40, n°85, 2020.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. Colecionismo e história. Reflexões sobre a prática historiográfica de Alberto Lamego na década de 1910. *Usos*

do Passado – XII Encontro Regional de História, ANPUH, Rio de Janeiro, 2006.

FERNANDES, Rui Aniceto Nascimento. *Historiografia e a identidade fluminense: A escrita da história e os usos do passado no Estado do Rio de Janeiro entre as décadas de 1930 e 1950*. 2009. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores: A política cultural do Estado Novo*. Editora FGV, 1° edição, Rio de Janeiro, 1996.

GOMES, Luís Emílio. *Entre déspotas e heróis: conflito pela terra em Campos dos Goytacazes e suas visões na historiografia (1674-1752)*. 2014. 110f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Departamento de História, 2014.

GOMES, Luís Emílio. Os conflitos de Terra em Campos dos Goytacazes pela ótica de Julio Feydit. *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh* - Rio de Janeiro, 2014.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *RIHGB*. Rio de Janeiro, a. 156, nº 388, p. 459-613, jul-set. 1995.

GUIMARÃES, Manoel. Entre o amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX.

GUIMARÃES, Manoel. O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Civilização Brasileira, 2007. p. 25-41.

GUIMARÃES, Manoel. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido. *História em revista*. Pelotas/RS,

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização. Do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990. JABLONKA, Ivan. "O terceiro continente". ArtCultura, Uberlândia, v. 19, n. 35, p. 9-17, jul.-dez. 2017.

HISTÓRIA (São Paulo. Online), v. 30, p. No.1 Franca, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. "Teoria da História e Hermenêutica". Estratos do Tempo. Estudos sobre a História. Trad. Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014, p. 91-109.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e o Brej*o. Rio de Janeiro: Lidador, 1974.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *Planície do Solar e da Senzala*. Imprensa Oficial, Rio de Janeiro, 2° edição, 1996.

LAMEGO, Alberto. *A terra goytacá à luz de documentos inéditos*. 2ª edição. Campos dos Goytacazes: Ed. Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, s/d. 5 volumes.

NICODEMO, THIAGO; SANTOS, Afonso C. dos; PEREIRA; Mateus Henrique de Faria. U*ma Introdução à História da Historiografia Brasileira (1870-1970).* FGV Editora, Rio de Janeiro, 2011.

POLLACK, Michael. "Memória e identidade social". *Estudos históricos*. Rio de Janeiro. v. 5. n. 10, p. 200-2012, 1992.

PRATA, Maria Carolina R. Queiroz. As pedras da memória: patrimônio urbano e cultural em Campos dos Goytacazes. *Assis*, São Paulo, v.16, n.2, p. 444-468, 2020.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. "História regional: dimensões teórico-conceituais". *História – debates e tendências.* Passo Fundo, v. 1, n.1, pp. 15-22, 1999.

REVEL, Jacques. 1989. Conhecimento do Território, Produção do Território, Capítulo IV. In: *A Invenção da Sociedade*, Difel: Lisboa; Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, pp 103-158.

SARLO, Beatriz. "Tempo passado"; "Crítica do testemunho: sujeito e experiência". *In*: *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva.* Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007, p. 9-44.

SOFFIATI, Arthur. *Mário de Andrade em Campos dos Goitacazes.* Niterói/RJ: EDUFF, 1992.

TOPOI, Rio de Janeiro, p.184-200, 2002. v. 6, p. 21-36, 2000.

VEYNE, P. *Nem fatos, nem geometral, mas tramas*. _. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4a ed. Brasília, 1998. p.41-50.

Intelectuais e os discursos do militarismo: a alcunha *revolucionária* e sua continuidade entre os movimentos tenentistas e a ditadura militar a partir da atuação de Godofredo Tinoco na região fluminense entre as décadas de 1930 e 1960

Taiany Felipe
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ

Introdução

A dimensão pública da atividade intelectual, em suas relações de poder, é tomada atualmente como objeto de estudo por diferentes disciplinas e, mais do que nunca, coloca como questão a multiplicidade de espaços de trocas intelectuais e organização de ideias que se espraiam na contemporaneidade em busca de soluções para os problemas de ordem coletiva. É pautado tanto essa condição histórica do papel das ideias na coletividade, em vista de seu potencial cada vez mais elevado à prática, quanto de seus formuladores, com a constante participação de novos personagens no debate público. No Brasil, a categoria dos intelectuais surge historicamente com essa missão de responder aos problemas nacionais e apontar a uma nova ordem. Seja ainda no Império, cooptados e organizados para a construção do poder monárquico (Carvalho, 2007), ou já

no século XX, onde isolados buscaram forjar um novo ideal de país e regime republicano (Martins, 1987), a intelectualidade brasileira já demarcava seu lugar no quadro de formulação do Estado enquanto elite política.

Considerando tal contexto, objetiva-se analisar a atuação intelectual de Godofredo Nascentes Tinoco (Macaé, 1997 - Campos dos Goytacazes, 1983), a partir de dois diferentes contextos em que esteve inserido nas tramas ideológicas e políticas do século XX, especificamente no território Fluminense. Trata-se de dois momentos em que sua produção discursiva e prática social estiveram, em grande medida, em defesa dos movimentos militares basilares desse século, sendo eles o tenentismo da década de 20 e começo de 30 e a ditadura civil-militar dos anos 60.

Formado em direito pela Universidade Livre do Rio de Janeiro em 1918, Godofredo Tinoco segue caminho comum aos intelectuais do século XIX e XX; com formação humanística que os encarregava de atribuições amplas (entre a política, a arte, a advocacia, funcionalismo público ou magistério) próprias do caráter enciclopédico desse grupo (Sá, 2006). Nessas denominações, ao longo do século XX Tinoco teve uma ampla produção literária que caminhou entre as áreas do direito,

imprensa, estudos de caso, política, literatura, história e teatro, além de ocupar diversas funções, de delegado à diretor da Academia Campista de Letras - ACL e instituições afins. Foi principalmente em instituições de imprensa, cultura e educação que teve seu nome marcado, ora como fundador, ora como importante apoiador e/ ou dirigente. Nessas funções, Tinoco também buscou responder às diversas questões políticas e sociais de sua época. Nessa busca, se ligou a outros personagens e movimentos nacionais que tinham como pauta determinada a mudança na formação dirigente do país.

Nomes como Eduardo Gomes e Juarez Távora são constantemente relacionados a Tinoco quando se trata especialmente desse seu primeiro contexto de atuação, em que se engendra o movimento tenentista e esses seus personagens célebres. Essas menções se dão, principalmente, em face da função de Tinoco como mensageiro desses dois militares entre o Norrte e Sul do país durante as movimentações que dariam início à chamada 'revolução' de 1930, que pôs fim ao revezamento político entre as oligarquias da primeira estrutura republicana. Ressalta-se que, anteriormente a esse caso, já se construía um estreitamento dos laços entre Tinoco e militares de baixa patente em vista dos primeiros acontecimentos que concebem o

tenentismo enquanto movimento. A pesquisa antecedente constatou a associação direta entre a participação de Tinoco no tenentismo com suas filiações ao movimento regional cunhado como *nilismo*.

O nilismo foi um movimento em torno de Nilo Peçanha (1867 – 1924), personagem político de Campos dos Goytacazes que se colocou no cenário estadual e nacional enquanto deputado e presidente da República nas primeiras décadas do século XX. Essa importância elevou seu nome dentro do estado do Rio de Janeiro e especialmente na cidade de Campos, fazendo surgir um grupo de aliados políticos que a partir de seu nome e atuação política se identificariam dentro de um projeto para o Brasil, estado e município. Godofredo Tinoco compõe o nilismo de forma intensa, tendo em seu cerne familiar inspiração direta para se associar a esse grupo e ao seu projeto, no caso, a figura de seu irmão César Tinoco, braço aliado importante na trajetória pessoal e política de Nilo antes mesmo do nascer republicano em 1989. Vimos, portanto, que soma-se a interferência de Peçanha no pensamento de Godofredo o movimento tenentista desenvolvido a partir dos acontecimentos de 1922, quando o mesmo político campista foi alçado como candidato em oposição a Arthur Bernardes em sua representação do regime

oligárquico vigente, assim dando origem à Reação Republicana. No processo que se segue, o tenentismo será abraçado pela facção nilista como uma continuidade do que Nilo não alcançou, considerando a derrota eleitoral e sua morte em 1924. César e Godofredo Tinoco, base desse grupo em Campos, foram assíduos na defesa do tenentismo a partir de então, acompanhando o desenvolvimento desse movimento em suas aspirações nacionais desde quando grupo de caráter militar até sua formulação como grupo político.

A partir dessas redes de sociabilidade, amplamente expostas nos aparatos discursivos que Tinoco tinha em mãos, especialmente pela imprensa com seu diário O Dia[1], podemos rastrear as trajetórias coletivas das palavras, os atores políticos e suas sociabilidades, conforme fez Morel em seu estudo da modernidade política do Rio de Janeiro (2005). Aqui, serve-nos

1 O jornal O Dia foi criado em 1924 após a prisão de César Tinoco - irmão de Godofredo e nilista de primeira ordem - devido a sua participação no primeiro movimento de 5 de julho de 1922, e de ter seu antigo jornal, O Rio de Janeiro, também com direção de Godofredo, fechado pelas forças legalistas. Godofredo defendia a função do jornal como sendo o único diário revolucionário do estado do Rio, com "um trabalho ininterrupto de 'crear ambiente' no estado do Rio (1931, p. 11). Portanto, foi nesse dispositivo de imprensa, declaradamente tenentista, que Tinoco e demais nilistas propagaram as filiações, bandeiras políticas e discursos que manifestaram coletivamente no percurso desde sua criação.

para a compreensão de um contexto macro da disputa ideológica, entre o nacional e o regional, tendo a atuação de Tinoco como ponto de partida.

Os resultados obtidos na pesquisa de mestrado mostraram a profundidade da atuação de Tinoco entre as décadas de 1920 e 1930, até sua filiação ao Clube 3 de Outubro, agrupamento final do tenentismo. O que se indaga agora é a continuidade desse discurso filiado às demandas militares posteriores em vista da clara permanência dos vínculos com Eduardo Gomes e Juarez Távora. Logo, questiona-se: quais são os desdobramentos da atuação política de Tinoco após o fim do tenentismo enquanto grupo definido? Poderíamos ainda pensar numa continuidade desse afinco que teve na defesa da participação militar na política mesmo após os anos 30? Como estará seu posicionamento e de seus correligionários frente aos novos moldes do militarismo após 32 e ainda na década de 1960?

São perguntas que guiam o atual momento dessa pesquisa e que se justificam em alguns elementos. A começar pela validade que se tem dentro do campo da história social ao se enquadrar, dentre seus múltiplos interesses e objetivos, nos temas sobre grupos sociais e círculos de sociabilidade (Barros, 2005; Castro, 1997), que em nosso caso aponta mais diretamente

aos movimentos sociais e às ideologias. No que diz respeito aos nossos objetivos, compreende-se a importância de expandir o escopo analítico sobre atuação intelectual de Tinoco, agora atentando às possibilidades de mudanças ou variações em seu discurso e posicionamento político frente a novos contextos e, quiçá, traçar um novo perfil intelectual ou mesmo repensá-lo a partir da análise de sua ampla trajetória.

A questão regional em Campos dos Goytacazes

A cidade de Campos dos Goytacazes deve ser considerada como vetor para a análise das disputas de poder a partir da ideia de região como uma demarcação política e também simbólica do espaço (Gebara, 1987), considerando as ferramentas ideológicas que dispõe seus grupos hegemônicos e dissidentes em distintos momentos. Esse traço deve ser ressaltado na pesquisa uma vez que os debates nacionais que chegam à cidade, e que os vemos em parte incorporados em Tinoco, são rearranjados sob a ótica e demanda local, ora em seus conflitos regionais entre a metrópole e o interior, ora em suas identidades arraigadas. Aqui acena-se diretamente ao rastro discursivo em torno da capitalidade da cidade. A apropriação de Campos dos Goytacazes enquanto núcleo do circuito econômico

e cultural, direciona o debate na compreensão da produção de sentido por suas frações de classe que corroboraram com as narrativas de anseio por tornar a cidade capital do Estado no século XX. Mais profundamente, esse espectro de capitalidade refere-se à produção e circulação de uma identidade regional que foi evocada ao longo de dois séculos nos projetos que buscaram tornar a então Vila de São Salvador uma província e, quando cidade, capital do Estado (Chrysóstomo, 2011).

De acordo com Albuquerque (2008), um recorte histórico e espacial sobre uma região explica-se pelas práticas e narrativas, sendo ela, portanto, "fruto dos saberes, dos discursos que a constituíram e que a sustentam". Guiado por esta identidade regional remanescente que demarcava a cidade, diversos intelectuais contemporâneos a Tinoco, especialmente correligionários do nilismo, recuperaram a legitimidade do projeto de capital em arranjos políticos específicos, como após a vitória da Reação Republicana e a entrada de Getúlio Vargas no Catete em 1930. Lamego (1930) foi um dos responsáveis por reavivar esse debate e indagar a legitimidade de Niterói, então capital administrativa do Estado, por sua condição intensamente metropolitana não representar todo o espírito fluminense. Ele ainda enfatiza que é a região do Norte Fluminense, onde Campos

está localizada, a responsável por grande parte das receitas federais e estaduais, sendo a cidade onde "se concentra a enorme produção dos municípios do Norte e grande parte da dos limítrofes que os avizinham". O mesmo manifesto foi identificado nas capas do O Dia durante o cume da campanha tenentista em 1930. Em linha argumentativa bem semelhante, há escritos de Tinoco, ainda em 1967, convocando a mesma identidade que forjou a cidade sobre atributos beneméritos de capitalidade e representação estadual e nacional. Logo, condensando os questionamentos da futura pesquisa, está o território como pano de fundo para a compreensão da continuidade das articulações e disputas ideológicas aqui já expostas, de modo que coloca-se em voga a adaptação dessa narrativa sobre a cidade em confronto com o todo Fluminense em debates posteriores aos já estudados.

O intelectual no enquadramento teórico

O trabalho analítico sobre as ideias organiza-se na História desde o início do século XIX a partir das abordagens da chamada história das ideias, história conceitual e história intelectual. Segundo Whatmore (2015, p. 23), tais categorias já eram enunciadas desde o XVII, mas constituíram-se

metodologicamente no campo da História intelectual "quando foi reconhecido que os limites da ação possível pelos atores históricos estavam sendo limitados pela contemporânea cultura das ideias". A passagem de 'ideia' como ação psicológica e epistemológica para histórica a partir do XVIII, deu-se no mesmo contexto em que a história é atribuída enquanto parte significativa dos estudos metafísicos, principalmente no momento em que os discursos estão sendo cooptados enquanto emergentes nas ações políticas. Como tal, tanto a história das ideias quanto sua nova variante, a história intelectual, marcaram especialmente o pensamento do século XX. Ambas áreas de estudo podem ser vistas como produtos da especulação deste século sobre a relação entre ideias e processos históricos, os quais tornaram mais proeminentes dentro dos estudos humanísticos (Idem, p. 25).

Logo, constata-se que a atribuição da história intelectual enquanto disciplina é bem recente, referente ao momento em que o papel da linguagem na compreensão dos processos históricos, os quais não são necessariamente progressivos, eleva a necessidade de se analisar as ações que reverberam nas palavras. Nesse sentido, ergueram-se questões sobre a conformação do comportamento de atores sociais pelas práticas linguísticas e,

portanto, sobre como suas formas simbólicas podem ser captadas na história. Tratava-se então de "procurar o Zeitgeist, visões de mundo, ideias unitárias, mentalités, exemplos de hegemonia cultural, campos de discurso, sistemas de signo, epistemes e palavras-chaves" (Whatmore, 2015, p. 26). Contudo, mesmo com diferenças pontuais das tradições, "todas elas absorveram, ainda que cada uma a seu modo, a influência da mudança de perspectiva analítica operada nas ciências humanas como um todo, desde então, pelas chamadas 'viradas' histórica, lingüística e interpretativa" (Ambrosini, 2010, p. 2). De certo modo, isso contribui para a busca de referências nas diversas perspectivas sobre a prática do campo, ampliando o escopo analítico em suas múltiplas possibilidades.

Não obstante, a história das ideias que se desenvolveu no XX conta com importantes reformulações metodológicas sobre o campo de estudo e suas variantes, partindo hegemonicamente de pressupostos não positivistas sobre a história. A discussão sobre a linearidade das ideias e do processo histórico foi predominante nos estudos vintecentistas e reverberou em toda ciência. Arthur Onken Lovejoy com sua obra The Great Chain of Being - A Study of the History of An Idea (1936), não só difundiu a história das ideias enquanto disciplina na América do

Norte como estabelece seus alicerces na concepção da oscilação do desenvolvimento histórico e das ideias, se diferenciando de qualquer abordagem teleológica ou dos ditos historiadores whig. No entanto, na segunda metade do século, a tradição alemã de Lovejoy será contestada por sua característica essencialista. Em seu caso, especificamente pelas ideias-unitárias que são, a grosso modo, os sistemas de ideias que se mostram plenos ao longo da história.

Na Alemanha Ocidental, a história conceitual também contribuiu para esse novo modo de analisar as ideias de maneira que "levou duas gerações de estudiosos a mapear as mudanças sociais e políticas a partir de mais de 120 conceitos usados na linguagem, culminando no léxico de vários volumes e de longos artigos, o Geschichtliche Grundbegriffe que apareceu entre 1972 e 1997" (Whatmore, 2015, p. 30). O papel de Reinhart Koselleck foi essencial para essa abordagem ao tratar das condições do pensamento alemão moderno fora do emprego das falsas teologias das ideias, relacionando conceitos/realidade ou ideias/tempo, e assim identificando sua materialidade nos eventos históricos e nas mudanças sociais. Segundo Whatmore (2015), as décadas de 1960 e 1970, com sua condição pós-estruturalista, também trouxeram uma nova abordagem de

influência para o campo das ideias. Com a participação de filósofos franceses, como Jacques Derrida, Gilles Deleuze, e Michel Foucault, tal abordagem consistiu na elementarização do texto como determinante por si só, considerando apenas seu contexto cultural que, por sua vez, era compreendido nos próprios argumentos do discurso textual. O olhar para a recepção e transformação das ideias nessa ordem, buscou, como no caso de Foucault, sistemas de conhecimentos ou 'epistemes' os quais "[...] foram regidos por regras que operavam sob a consciência dos atores históricos, totalizando conceitos vinculados que davam substância às ideias e determinavam seus limites" (idem, p. 35)14 . O método genealógico foucaultiano, contudo, foi criticado por seu caráter de descontinuidade sistemática sobre as ideias, já que estas são apanhadas enquanto um "[...] 'sistema de representações através do qual vemos o mundo' e no qual não há sujeito unificado que possamos identificar como um agente de significado" (ibidem) .

Uma outra modalidade que reverberou no XX e se tornou dominante no campo desde 1970, diz respeito ao 'contextualismo linguístico' articulado pelos historiadores da Escola de Cambridge na década de 60. John Pocock, John Dunn e Quentin Skinner atribuíram ao campo a relevância da

reconstituição linguística como chave de análise do momento em que os discursos estudados foram proferidos. Para isso, questionar as palavras e intenções do autor dessas ações inscritas mostra-se primordial.

> Neste ponto começava a tomar forma uma historiografia com ênfases bastante características: primeiro, sobre a variedade de "linguagens" em que o debate político pode se desdobrar [...]; e, segundo, sobre os participantes do debate político, vistos como atores históricos, reagindo uns aos outros em uma diversidade de contextos lingüísticos e outros contextos históricos e políticos que conferem uma textura extremamente rica à história, que pode ser resgatada, de seu debate (Pocock, 2003, p. 25).

O método skinneriano, como já mencionado, foi de suma importância para fixar novos paradigmas, e principalmente fomentar as bases do contextualismo linguístico. Suas críticas tanto ao textualismo, dos textos autônomos e das 'ideias perenes', quanto ao contextualismo sociológico, onde as propriedades linguísticas são desconsideradas, encaminham à busca da tradição intencionalista que compreende um texto segundo o pensamento intencionado propriamente pelo seu autor "num universo de convenções linguísticas que são, ao menos em parte, exclusivas do contexto de enunciação" (Silva, 2010, p. 306).

A atenção dada à linguagem no método skinneriano, que parte da filosofia da linguagem, das ‘palavras como atos’ de Ludwig Wittgenstein (Areco, 2018, p. 213), mostra-se fundamental para as amplas abordagens que vêm desde então compondo o campo de estudos das ideias, e principalmente das ideias políticas. Contudo, nessa análise ela é aproveitada aproximando-se das contribuições de Antonio Gramsci com seu método de estudo a partir da historicidade das fundamentações filosóficas, na busca contra o materialismo vulgar, do fatalismo mecânico da estrutura, e do idealismo da consciência enquanto reflexo passivo do real. A sua forma de apanhar o fazer histórico implícito da filosofia, implica em entendê-la como parte da elaboração de soluções para problemas da vida prática, portanto, a proposta de ‘filosofia da práxis'. [...]

Essa aproximação entre as contribuições de Skinner e Gramsci já foi realizada, segundo Areco (2018), por Joseph V. Femia (1981) em sua crítica aos métodos revisionistas nos estudos das ideias. O grau de historicidade fornecido por Skinner em sua crítica às verdades universais e as ‘ideias perenes’ é assimilado às mesmas constatações gramscianas “a saber, que em cada época coexistam muitos sistemas e correntes de filosofia” (Gramsci, 1978, p. 15). Todavia, o fechamento das

convenções linguísticas skinnerianas em seu próprio contexto e que, por isso, só é passível de iluminar o seu exato momento de enunciação, distinguindo-se de qualquer aproximação entre passado e presente, seria, para Femia, produzir um determinismo linguístico que parece desconsiderar "que o pensamento político lida com lutas não dissolvidas ou resolvidas pelo poder e entre classes" (Areco, 2018, p. 205). Do ponto de vista da linguística, primordial na abordagem representada por Skinner, Gramsci também localiza as cisões e conflitos de classe decorrentes da diferença entre língua escrita e falada, culta e popular, dos intelectuais e do povo, responsáveis pelas "descontinuidades que tornam mais complexa a reconstituição de um contexto linguístico, posto que tais movimentos "forçam" a criação de diferentes níveis e estratos linguísticos [...] com maior ou menor propensão a se provincializar" (Ibidem, p. 224 - 225). Cabe, portanto, o trabalho sobre as disposições linguísticas de forma que não as apreenda necessariamente como resistentes ou sem movimento nos conflitos históricos, bem como considera Gramsci.

Para o marxista sardo, seria de caráter positivista apanhar o estudo do passado como desinteressado do presente, concebendo assim uma historiografia de objetividade absoluta

que fragmenta a relação entre objeto e sujeito própria realidade efetiva. Nesse sentido, não seria válido separar a filosofia da política, quando pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são, também elas fatos políticos.

Assim como destaca Areco, desviar dos pressupostos que conduzem a escolha dos fatos e sua articulação seria ignorar sua ligação a um complexo histórico junto do processo integral de desenvolvimento da cultura. Tal condição, contudo, não isenta a historiografia de seu diagnóstico objetivo da realidade concreta.Seguindo esses esclarecimentos acerca do fazer prático das ideias, Gramsci aponta a uma forma de analisar a intelectualidade no espectro do mundo social, onde configura-se a participação efetiva dos intelectuais enquanto organizadores da cultura:

> O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, "persuasor permanente", já que não apenas orador puro - e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece 'especialista' e não se chega a 'dirigente' (especialista mais político) (Gramsci, 1985, p. 8).

A função orgânica do intelectual do mundo da produção econômica, corresponde diretamente a classe à qual pertence já que, nessa função, cumpre papel homogeneizador das vontades e da ação coletiva a fim de estabelecer sua hegemonia.

Na esteira dessa afirmação é possível reiterar que são os intelectuais os principais responsáveis por traduzir em termos teóricos e, sobretudo, nos marcos de um plano de ação política, os objetivos almejados pelos diferentes grupos e classes sociais que disputam os espaços formativos na sociedade; isto é, as funções de domínio e de direção cultural (Souza, 2017, p. 189).

A integralização do Estado (Estado Integral), pressuposto da abordagem gramsciana, dá coerência à efetivação do trabalho do intelectual sobre a cultura por considerar que este atua a partir e em prol do projeto ético-político da classe em que é representante. Nesse sentido, o Estado é compreendido em duas camadas superestruturais, as quais são denominadas:

> [...] “sociedade civil" (isto é, o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no

> governo “jurídico”[...] (Gramsci, 1985, pp. 10 - 11).

A atenção de Gramsci ao Estado deve-se à sua relação intrínseca com as superestruturas, onde nelas encontram-se as diferentes modalidades de dominação de classe e de reprodução da ordem social. Esta direção, contudo, não minimiza o fator produtivo da estrutura econômica, mas o que se coloca em voga é a relação de forças que são cingidas a essa estrutura objetiva por meio dos grupos sociais - e frações de classe - por ela criada. Isso significa afirmar que o desenvolvimento da economia e da política, intimamente vinculados e marcados por processos e reações recíprocas, não implica em admitir que as transformações ocorridas no mundo econômico repercutem de pronto sobre as superestruturas e vice-versa.

Percebe-se que, embora não se tenha consenso definido, algumas características se mostram proeminentes na perspectiva geral de autores e as vertentes apresentadas sobre o tema. Enquanto Julien Benda (1927), um dos autores mais citados sobre a temática, contornou a figura do intelectual como condição de um grupo exclusivo de características raras, não sendo numerosos ou desenvolvendo-se de modo rotineiro, Antonio Gramsci em seus Cadernos do Cárcere reconheceu

todos indivíduos como intelectuais, embora nem todos cumpram essa função. Enquanto Benda problematizou a forma como os intelectuais perdiam sua autoridade para "a organização de paixões coletivas", onde nesse sentido estava A Traição dos Intelectuais (La trahison des clerc) em sua associação com questões políticas- ideológicas, Gramsci defendia a qualidade dos intelectuais orgânicos em ser parte de um conjunto de funções sociais onde nessas se colocam como produtores e divulgadores das ideias. Contudo, podemos compreender em ambas definições, mesmo que se mostrem em primeiro momento contraditórias, é que a figura intelectual se faz presente no debate público e pode ser encontrada em diversos momentos da história, conforme elucida Said (2005, p. 24):

> Não houve nenhuma grande revolução na história moderna sem intelectuais; de modo inverso, não houve nenhum grande movimento contrarrevolucionário sem intelectuais. Os intelectuais têm sido os pais e as mães dos movimentos e, é claro, filhos e filhas e até sobrinhos e sobrinhas.

Edward Said, aliás, reitera essa visão da intelectualidade e de quem a concebe como dentro da dimensão do público, onde o intelectual deve se agregar a interesses para além dos pessoais, compactuando conscientemente com a representação de ideias e

problemas ignorados, dando corpo a eles e voltando-se para um público. Em suas palavras (idem, p. 25),

> No fim das contas, o que interessa é o intelectual enquanto figura representativa — alguém que visivelmente representa um certo ponto de vista, e alguém que articula representações a um público, apesar de todo tipo de barreiras. Meu argumento é que os intelectuais são indivíduos com vocação para a arte de representar, seja escrevendo, falando, ensinando ou aparecendo na televisão. E essa vocação é importante na medida em que é reconhecível publicamente e envolve, ao mesmo tempo, compromisso e risco, ousadia e vulnerabilidade.

No Brasil, o intelectual com essa função surgiu explicitamente na década de 1920 e institucionalmente na de 1930. No entanto, vemos seu rastro ainda no século XIX quando a atividade intelectual no Brasil era caracterizada por uma centralidade conferida pela monarquia, que considerava as agências intelectuais como parte integrante da política. Instituições como academias, institutos e museus foram criados e apoiados pelo Estado, tornando-se espaços de produção intelectual e inovação técnico-científica. Segundo esboço de Maria Alice de Carvalho (2007), a monarquia toma para si a organização de uma camada intelectual a partir da criação desses espaços e dando a ela uma dimensão pública, tornando-a parte

de sua estratégia de construção de poder. Com a queda da monarquia em 1889, essa centralidade e apoio estatal à atividade intelectual ruíram, levando a uma reconfiguração do papel dos intelectuais na sociedade. A proclamação da República marcou o fim desse cenário, contudo, deixando como legado uma estruturação da vida intelectual em três ramos distintos: redes culturais, escolas de ensino superior e quadros isolados do antigo Estado imperial. Ainda nas palavras de Carvalho (idem, p. 20),

> o Brasil no século XIX foi palco de intensa atividade intelectual, conjugada à ação diretiva do Estado. A intervenção estatal nesse plano não derivou fundamentalmente da adesão monárquica ao iluminismo tardio, ou de inclinações pessoais de D. Pedro II – embora as tivesse – para se acercar de sábios. Indica, antes, uma concepção política da prática intelectual, entendendo-a como reserva de soberania do rei e, nessa dimensão, como matéria de interesse público.

Muito desse legado foi constituído pela chamada 'geração de 1870', movimento de nomes consagrados na literatura e em movimentos em prol de debates sobre as causas do Brasil. Figuras como Machado de Assis, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa compunham esse movimento de intelectuais que emergiu em um período de transformações profundas, influenciado por eventos como a Guerra do Paraguai e a própria

transição para a República. Esses pensadores, imbuídos de um espírito de renovação e modernização, buscavam não apenas promover avanços culturais, mas também engajar-se ativamente em questões sociais e políticas cruciais para o país. Movidos por ideais iluministas e positivistas, os intelectuais da geração de 1870 defendiam a educação como pilar fundamental para o progresso nacional, acreditando no poder transformador da ciência e da cultura. Além disso, muitos deles se destacaram como abolicionistas e na defesa da República como forma de governo. Ao mesmo tempo, vale ressaltar que a atuação dessa geração na literatura e nas artes contribuiu para a construção de uma identidade cultural brasileira bastante única. Ainda sobre esse grupo, Luciano Martins (1987, p. 7) elucida que

> Suas motivações para essas primeiras tomadas de posição coletivas, enquanto intelectuais que reivindicam a liderança moral da nação, eram diversas; entre elas, encontram-se tanto o sentimento de desonra de viver com o que era condenado pelo "mundo civilizado" como autênticos ideais liberais republicanos hauridos nos clássicos europeus e no exemplo da revolução americana.

Após a instalação da República, parte dessa geração, aglutinada ao pacto republicano “percebido como a panacéia contra todos os males que distanciavam o país desse mundo

civilizado" transmitirá seu olhar de renúncia para a história colonial sob a ótica do esquecimento. Foi, sobretudo, nas primeiras décadas do século XX que grupos intelectuais forjaram mais claramente um ideal de Brasil. Esse ideal, contudo, não se diferencia em muito aos de outros atores e grupos sociais aqui já deflagrados nessa contestação geral da condição vigente no país. O clima daquela experiência republicana inaugurada pelos militares e consolidada pelas oligarquias, não era o que a elite intelectual modernizante esperava. No entanto, não houve da parte dessa intelligentsia em construção um projeto definido, um plano a ser comparado, apenas a esperança de que, com a mudança do regime político, pudesse ter havido a resolução dos males que contribuíam para a ausência de uma nação. Martins (1987, p. 9) ao comparar a intelligentsia brasileira à russa em sua capacidade de pensar de forma utópica, isto é, a partir da imaginação e idealização de uma sociedade diferente da existente, constata que a primeira

> reivindica a liderança moral da nação, mas mostra-se incapaz de pensar uma nova sociedade. Tudo o que fazia a força da intelligentsia russa está ausente aqui: trata-se de uma intelligentsia desprovida de pensamento utópico. A utopia é substituída por uma esperança, relegada a um futuro impreciso: os mitos do "país do futuro" e do "gigante

> adormecido"; ou, então, toma a forma mistificada de louvores patrióticos a um país idealizado e imaginário (o ufanismo).

Sem um projeto ou teoria de sociedade a ser organizado, o que estava em jogo para essa intelligentsia, nesse primeiro momento republicano, eram formas de conter o certo isolamento social em que estavam imersos. Isolamento esse que estava ligado a própria necessidade de se constituir-se como grupo de referência, na criação de um estatuto social para si, mas que tinha como empecilho a ausência de receptividade das suas criações. A forma com que depois essa intelectualidade buscou organizar no plano prático essas demandas foi bastante heterogênea, podendo ser vista de forma mais ampla e organizada a partir de 1930 com a aparelhagem cultural dentro do Estado Novo e, especialmente com ministério de Gustavo Capanema (1934-1945). Toda a nova roupagem política entre a tradição e modernização que se apresenta após a Revolução de 1930 e instauração de uma 'novo' tipo de República com Getúlio Vargas, teve forte apelo sobre os intelectuais, especialmente os modernistas que vão compor diversos cargos na burocracia estatal. Essa assimilação dos intelectuais de forma institucionalizada está diretamente ligada à sua organização na década anterior. A forma com que defenderam questões

nacionais, incumbindo-as à intervenção estatal, mesmo aos que se localizavam na vertente liberal vigente nos Estados Unidos, os colocou como o que se tinha disponível para preencher os cargos públicos do Estado Novo.

> Mas esse foi um movimento que não se restringiu ao Brasil. Ao contrário, perpassou toda a América Latina. A montagem de um Estado nacional com vistas ao estabelecimento de políticas de proteção para esferas importantes da vida social - educação, saúde, cultura, artes e arquitetura, patrimônio, administração etc. - justificou a demanda de especialistas, envolveu intelectuais de várias áreas do saber e deu chance a homens ilustrados propositivos ou, como quis Guerreiro Ramos, pragmáticos críticos, capazes de sugerir e desenhar propostas de ação para todos esses campos. (BOMENY, 2001, p. 17).

Em suma, percebe-se que no Brasil essa associação entre intelectuais e política, tão indagada e alvo de divergentes defesas entre teóricos, tomou dimensões concretas onde a própria literatura em demasiado extensa comprova a relevância histórica dessa relação.

Referências

ACHA, Omar. Marxismo e historia intelectual en la Argentina (y más allá): notas para una investigación. *ARCHIVOS*, año IX, nº 18, marzo de 2021-agosto de 2021: 15-36

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. O Objeto em Fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras* (Campo Grande), v. 10/17, p. 55-67, 2008.

ALVES, Heloiza. *A elite local e a modernização urbana em Campos dos Goytacazes:* um projeto político 1930-1950. Tese (Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, Campos dos Goytacazes, 2013.

AMBROSINI, Diego. As "viradas" lingüística, histórica e interpretativa: novos paradigmas teóricos em História das Idéias e a relação estrutura. Agência. 34 º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS ST 34 *Teoria Política***:** instituição e ação política Sessão 2 Ação e Pensamento Políticos: entre o telos aristotélico e a teoria política sem telos, 2010.

ARECO, Sabrina. A Filologia Vivente de A. Gramsci. *Mediações*, Londrina, v. 24 N.1, P.209-227, Jan.-Abr. 2019.

BARATA ZICMAN, R. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História:* Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, *[S. l.]*, v. 4, 2012.

BARROS, José D'Assunção. *Campos da História:* especialidades e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BLOCH, Marc. *Apologia da História* ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CAMARGO, A. M. A. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. 45, p. 26-39, 2009.

CARVALHO, Maria Alice. Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - VOL. 22 Nº. 65. 2007.

CELLARD, André. A análise documental. In: *A pesquisa qualítatíva:* enfoques epistemológicos e metodológicos. Tadução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHRYSÓSTOMO, Maria Isabel de Jesus. *Campos:* a capital sonhada de uma província desejada (1835-1897). História (São Paulo), vol. 30 nº1, p.56-89, 2011.

DUARTE, Renato Crivelli. *Arquivos pessoais:* institucionalizações e trajetórias. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2018

GOMES, Ângela de Castro. *Nas malhas do feitiço:* o historiador e os encantos dos arquivos privados. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121- 128, jul. 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, volume 1 [recurso eletrônico]: introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce / Antonio Gramsci; tradução de Carlos Nelson Coutinho. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. recurso digital

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História.* Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Civilização Brasileira, 3.a edição. 1978.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a organização da Cultura.* Coleção Perspectivas do Homem, Volume 48, série filosofia, 5ª edição. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

IUMATTI, Paulo Teixeira; NICODEMO, Thiago. Arquivos pessoais e a escrita da história no Brasil: um balanço crítico. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 38, no 78 • pp. 97-120

LOVEJOY, A. *The great chain of being:* A study of the history of an idea. Routledge; 2017 Jul 12.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais,* 2(4), 65-87. 1987

MENESES, Ulpiano. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89 103- 128, jul. 1998.

MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira.* São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2001.

MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos, imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840), Ed. Hucitec, 2005.

NEDEL, Letícia. Memória familiar, história política e tempo presente: a circulação do arquivo pessoal de Getulio Vargas durante o regime militar. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – *ANPUH* • São Paulo, julho 2011.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o Estado. In: *A Revolução de 30:* seminário internacional realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getulio Vargas. Brasília, D.F.: Ed. Universidade de Brasília, c1982. 722 p. (Coleção Temas Brasileiros, 54.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político* / J. G. A. Pocock; Sergio Miceli (org.); tradução Fábio Fernandez. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. - (Clássicos; 25)

RODRIGUES, Rodrigo Rosselini. *As políticas para a educação primária em Campos dos Goytacazes* – RJ entre 1931 e 1937. Tese de doutorado – UENF. Campos dos Goytacazes, 2020.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão:* médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. História e Saúde collection. ISBN: 978-85-541-308-1

SILVA, Helenice. Fragmentos da História intelectual: entre questionamentos e perspectivas. Papirus (Coleção Textos do Tempo), São Paulo, 2002.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma história política.* Trad. Dora Rocha. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

SOUZA, Eliezer. Bourdieu, Gramsci e Foucault: Notas para análise de fontes impressas para história da educação a partir da história intelectual. *Revista de História e Historiografia da Educação* - ISSN 2526-2378 Curitiba, Brasil, v. 1, n. 3, p. 182-207, setembro/dezembro de 2017.

STRINGUETTI, Lucas Mateus. O brigadeiro Eduardo Gomes: uma análise dos seus discursos políticos (1922-1950). Dissertação de mestrado – UNESP. Assis, 2018.

TREBITSCH, Michel. Correspondances d'intelectuels: les cas des lettres d'Henri Lefebvre à Norbert Guterman (1935-1947). In: *Sociabilites Intellectualles:* lieux, milieux reseaux, Les Cahier de L'IHTP, Paris, CNRS, 1992.

WHATMORE, Richard. What is Intellectual History?. *What is History Series,* Polity, 2015.

Educação Profissional no Brasil (1909-1961): a formação do Ensino Industrial e a difusão das Reformas Educacionais

Tatiana Pantoja Oliveira-Araújo
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ

Introdução

Este trabalho decorre do projeto de pesquisa de doutorado intitulado ‘‘Na corda bamba do poder: Igreja Católica, Estado e Escola Industrial de Macapá (1948-1964)’’, que está em andamento. Neste estudo, analisamos a História da Educação Profissional no Brasil de 1909 a 1961. Tem por objetivo analisar a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, as propostas dos escolanovistas, as Reformas de Francisco Campos e de Gustavo Capanema, as chamadas Leis de Equivalência, e a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (LDB/1961).

Examina também o papel do *Boletim da CBAI* e da revista *Ensino Industrial* como estratégias para a difusão do Ensino Industrial. Como aporte teórico e metodológico, procedeu-se a uma análise de conteúdo e a as implicações do texto e contexto, proposto por Michel de Certeau, e dos conceitos de Representação e Práticas de Roger Chartier.

As Escolas de Aprendizes Artífices e as propostas reformistas da Década de 1920 na Educação Profissional

Uma das primeiras iniciativas do Estado republicano em relação à Educação Profissional foi a criação de dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, por meio do Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909, durante a presidência de Nilo Peçanha. Essas escolas ficaram sob a gerência do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, tendo como uma das incumbências o desenvolvimento do ensino agrícola e profissional, inclusive dos estabelecimentos industriais (AFONSO; SANTOS, 2020).

De acordo com Morais (2015), as Escolas de Aprendizes Artífices tinham seu diferencial por possuírem currículos, metodologia didático-pedagógica e prédios próprios, oferecendo diversos cursos de formação profissional. No entanto, não escapavam de problemas comuns às outras instituições escolares, como infraestrutura precária, carência de professores ou despreparo dos mesmos para a docência e a alta evasão de alunos.

Neste mister, a preocupação do governo em direcionar os desafortunados da fortuna para essas escolas fez a associação de sua clientela "a um tipo de aluno – os pobres, os órfãos, os

desvalidos da sorte – e à uma função político-ideológica – a manutenção da ordem pública e social por meio da formação de trabalhadores ordeiros e disciplinados" (MORAIS, 2015). Para Afonso e Santos (2020) o projeto de criação das Escolas de Aprendizes Artífices foi, desde o início, elaborado como estratégia de controle das classes populares.

Entre as décadas de 1910 e 1920, a industrialização no País foi ganhando cada vez mais ímpeto, embora ainda fosse forma incipiente e complementar à economia primária exportadora (FAUSTO, 2010).

Deste modo, novas reivindicações para mudanças na educação começaram a ganhar tom de urgência. Debates acirrados entre grupos católicos e escolanovistas eram realizados na Associação Brasileira de Educação (ABE), sendo que os primeiros foram perdendo seu poder de persuasão em favor dos segundos (Carvalho, 1998).

O movimento da Escola Nova sustentava a necessidade de uma renovação pedagógica e reestruturação da educação pública. Seus adeptos, como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, galgaram cargos importantes e desencadearam importantes reformas educacionais nos Estados e no então Distrito Federal (ARANHA, 2006). Dessa forma, essas reformas

foram relevantes para o início da mudança da concepção sobre a educação profissional.

Em São Paulo, foi instituído um conjunto de diretrizes para as escolas profissionais, definindo as artes e ofícios que poderiam ser ministrados em instituições femininas e masculinas. Por sua vez, no Rio de Janeiro, o quinto ano da escola primária foi convertido em um curso pré-vocacional, bem como os cursos complementares, e foram instituídas escolas profissionais masculinas e femininas (NAGLE, 1976).

O Governo Federal também adotou medidas para reformar a educação profissional. Em 1920, foi criado o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico. Conhecida como Comissão Luderitz, esse órgão inspecionou diversas escolas, publicou livros técnicos e elaborou um Projeto de Regulamento do Ensino Profissional e Técnico, apresentado em 1923 (NAGLE, 1976). No entanto, continuava com a visão regenerativa em torno da Educação Profissional, baixando atos que previam a internação compulsória de para encaminhamento de aprendizagem profissional.

Em análise da evolução do sistema educacional brasileiro a partir dos anos 1930, Romanelli (1986, p. 28) classificou-a em três fases, sendo a primeira situada no período

de 1930 a 1937, marcada pelas reformas empreendidas por Francisco Campos e pela luta ideológica entre os “ ‘pioneiros’ ” e conservadores. A segunda fase destacou-se entre 1937 a 1946, quando eclodiu o Estado Novo, que outorgou as Leis Orgânicas de Ensino (Reformas Capanema) e de criação do SENAI e SENAC, ao mesmo tempo que ocorreu um "intervalo das lutas ideológicas em torno dos problemas educacionais.” Essas disputas voltaram a ocorrer na terceira fase, entre 1946 a 1961, em torno da formulação e votação da LDB/1961. Percorrendo esse caminho investigativo, no próximo tópico analisa-se as Reformas de Francisco Campos e o início da montagem da dualidade no ensino público brasileiro, destacando a Educação Profissional.

As Reformas de Francisco Campos, a dualidade de ensino e a Educação Profissional

Nos anos de 1930, surgiu um novo contexto social e econômico pautado pela urbanização e pelo crescimento do setor industrial, com a chegada de Getúlio Vargas ao Poder. O modelo pautou-se pelo do nacional-desenvolvimentista e o Estado tornou-se o promotor do progresso, com incentivos à indústria de base e ao parque energético.

O Governo Vargas atendeu às reivindicações da ABE, criando o Ministério da Educação e Saúde (MEDEIROS, 2020). Por outro lado, consentâneo aos estudos de Palma Filho (2005), a nomeação de Francisco Campos como Ministro da pasta contou com forte apoio da igreja católica, procurando atrair o apoio do clero católico. Com esse fim, também foi permitida a volta do ensino religioso católico.

As Reformas de Francisco Campos são compostas por um conjunto de Decretos-Leis (DL). Para fins propostos neste trabalho, destacamos o DL n. 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do Ensino Secundário, dividindo-o em dois ciclos: curso ginasial, com duração de 5 anos, oferecendo uma formação geral e comum a todos estudantes, e curso complementar com a duração de dois anos, com a subdivisão entre pré-jurídico, pré-médico e pré-politécnico, voltado para a preparação para o Ensino Superior na área de sua escolha. Na seara da Educação Profissional, houve regulamentação do Ensino Comercial e da profissão de contador. (PALMA FILHO, 2005).

Anteriormente às Reformas de Francisco Campos, a Igreja Católica conseguiu a hegemonia no segmento do Ensino Superior, com suas escolas particulares voltadas para a elite e o

Estado, incipientemente, concentrava sua rede, com algumas exceções, no Ensino Primário (DALLABRIDA, 2009).

Consentâneo às análises de Dallabrida (2009), as Reformas de Francisco Campos modernizaram a educação e concederam-lhe uma organicidade a nível nacional, proporcionando um Estado Educador. No entanto, acabou institucionalizando um ensino dual, no qual somente a elite e as classes médias tinham condições de concluir o Ensino Secundário, ficando as camadas populares restritas ao Ensino Primário e Educação Profissional.

Isso porque somente os mais favorecidos podiam se submeter às exigências colocadas pelo DL n. 19.890/1931: primeiramente, ser aprovado nos exames de admissão, tendo apenas uma única opção de ginásio secundarista, tempo longo de estudos, que chegava até 7 anos, ter frequência obrigatória de, pelo menos, três quartos das aulas, possibilidades limitadas em transferências, ter sucesso na engrenagem examinadora de avaliação, que funcionava de forma regular e sistemática, obter êxito no cumprimento da seriação anual das disciplinas ministradas, somada a uma rígida distribuição do tempo escolar.

Os autores Souza e Silva (2022, p. 242) ressaltaram que as Escolas de Aprendizes Artífices passaram para a gerência do

Ministério da Educação e Saúde e permaneceram existindo até 13 de janeiro de 1937, quando foram transformadas em Liceus Industriais com a Lei n. 378/1937, que também extinguiu a Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás. Os autores também analisaram as disposições do Decreto n. 21.353/1932 que "aprovou o regulamento da Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, órgão que substituiu o Serviço de Remodelação do Ensino Profissional Técnico".

Aos poucos, o governo Vargas passou a compreender que a formação técnica era estratégica para o desenvolvimento industrial do país. Por meio do Golpe de 1937, Vargas instalou o Estado Novo e fortaleceu seu autoritarismo no País e, por meio do novo ministro do Ministério de Educação e Saúde, empreendeu novas reformas educacionais, das quais trataremos no tópico seguinte.

As Reformas Capanema e a Educação Profissional

Gustavo Capanema ascendeu ao cargo de Ministro da Educação e Saúde em 1934, graças ao destaque que obteve na política em Minas Gerais e ao apoio recebido por intelectuais católicos, entre eles Alceu Amoroso, sendo um fator expoente do pacto entre o Governo Vargas e a Igreja Católica

(SCHWARTZMAN, 1986). Ressalta-se que as disputas dos projetos de educação entre escolanovistas e católicos continuam se desenrolando no cenário nacional, com concessões ora a um grupo, ora a outro.

A preocupação com a Educação Profissional estava vislumbrada desde o início da administração de Capanema, quando foi criada a já citada Superintendência do Ensino Profissional. Contudo, as medidas mais importantes foram dadas a partir de 1937 e se estenderam até mesmo um ano depois da Queda do Estado Novo, quando foram baixados vários DL que se tornaram as Leis Orgânicas de Ensino (LOE). Pelo alcance significativo na estrutura de ensino que essas modificações implementaram, esses dispositivos legais ficaram conhecidos pelo epíteto de Reformas Capanema. O Quadro 1 apresenta uma sistematização das LOE.

QUADRO 2: Sistematização Leis de Equivalência

Lei	Data	Disposições Principais
Lei nº 1.076	31 de março de 1950	- Assegura matrícula para estudantes que concluíram o 1º ciclo dos ensinos comercial, industrial ou agrícola nos cursos clássico e científico, mediante exame das disciplinas faltantes. - Permite matrícula em cursos superiores para diplomados técnicos comerciais mediante vestibular.

		- Estabelece prazo de 60 dias para instruções dos exames.
Lei nº 1.821	12 de março de 1953	- Regula equivalência entre cursos de grau médio para matrícula no ciclo colegial e superiores. - Permite matrícula no curso clássico ou científico para estudantes de cursos ginasial, comercial, industrial, agrícola, normal regional e formação de oficiais. - Define condições para matrícula em cursos superiores para quem tenha concluído cursos técnicos, normal e outros. - Exige exames para completar cursos ginasial ou colegial onde necessário. - Determina que o Poder Executivo realize estudos para estabelecer o regime de equivalência e promulgue atos regulamentares.
Lei nº 3.552	16 de fevereiro de 1959	- Define a organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura. - Estabelece objetivos dos cursos: cultura geral, iniciação técnica, formação para atividade especializada. - Regula cursos de aprendizagem, básicos e técnicos, com duração e estrutura. - Define critérios de matrícula baseados na aprovação de ciclos anteriores. - Organiza conselhos de representantes e professores para administração e gestão da escola. - Estabelece diretrizes para material didático, planos de cursos, exames,

		avaliação, contabilidade e financiamento. - Regulamenta a adaptação gradual do ensino estadual, municipal e particular ao padrão federal.

Fonte: elaborado pela autora, com base nas leis citadas.

Em análise às LOE elencadas, verifica-se que o aluno, após concluir o Ensino Primário, tinha dois percursos escolares: cursar o Ensino Secundário ou o Ensino Profissionalizante. O encaminhamento nesses percursos dependia ainda de submissão em exames de admissão e em testes de sanidade física e mental, de aptidão para as atividades inerentes dos cursos e de atestado de saúde.

A LOE do Ensino Industrial concedia diplomas de artífice, mestre industrial e técnico, mas não previa qualquer relação direta com o ingresso em cursos de nível superior. Não havia dispositivo que assegurasse aos concluintes direito ou facilidade de acesso ao ensino universitário, a não ser que fosse na mesma área de formação, com o ensino superior técnico.

O DL n. 8.530/1946, que trata da LOE do Ensino Normal, regulou a formação de regentes e professores primários em dois ciclos (regentes e formação geral de professores) e cursos de especialização e administração escolar, mas não menciona possibilidade ingresso em nível superior, limitando-se

a articular o curso de segundo ciclo do normal com a faculdade de filosofia "ressalvadas as exigências peculiares à matrícula," mas sem reconhecer ao concluinte do normal o direto acesso automático ao ensino superior.

Por sua vez, o DL n. 9.613/1946, que dispõe da LOE do Ensino Agrícola, estabeleceu o ensino agrícola em iniciação e cursos técnicos, conferindo diplomas de operário agrícola, mestre e técnicos. Não prevê qualquer mecanismo de acesso ou equivalência para o ingresso em cursos universitários agrícolas ou de outra natureza.

O artigo 3º da LOE do Ensino Secundário garantia que quem concluir o curso ginasial e qualquer dos cursos de segundo ciclo – clássico ou científico – mediante aprovação nos exames de licença teria "assegurado o direito de ingresso em qualquer curso do ensino superior, ressalvadas, em cada caso, as exigências peculiares à matrícula." Assim, o acesso ao nível universitário está expressamente permitido tanto para licenciados no ginásio (exame de licença ginasial) quanto para concluintes dos cursos clássico e científico (exames de licença clássica ou científica).

Fica assim patente que a dualidade do ensino herdada das Reformas de Francisco Campos se manteve, possuindo as

camadas mais privilegiadas melhores chances de cursar o Ensino Secundário, sendo propedêutico ao Ensino Superior de acesso, enquanto para as classes populares eram dirigidas para o Ensino Profissional. Isso correspondia a formação, de um lado, de uma elite dirigente, e do outro, a formação de mão de obra qualificada. Nessa questão, Dallabrida (2009, p. 190) enfatizou que esse legado se manteve no "mínimo até a década de 1960, quando passou a ser questionada, mas não necessariamente suprimida nas práticas escolares."

No setor privado, o Estado também fez sua ingerência ao criar o chamado "Sistema S". O SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) foi criado pelo Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942 e o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) foi criado por um decreto em 10 de janeiro de 1946, atribuído à Confederação Nacional do Comércio para organização e administração. Por sua vez, o SESI (Serviço Social da Indústria) foi criado em 1946, regulamentado pelo Decreto nº 57.375/65, para atuar em programas de saúde, segurança no trabalho, educação dos trabalhadores da indústria e promoção social (RODRIGUES, 2007).

As Leis de Equivalência, Lei de Diretrizes e Bases da

Educação de 1961 e as reorientações para o Ensino Profissional

A implementação das LOE finalizou em 1946, após a Queda Estado Novo, mas ainda imbuída do seu projeto educacional. Não obstante, logo surgiram dificuldades em relação rigidez dos DL das Reformas Capanema, especialmente a que diz respeito à atualização entre os cursos industriais e os novos avanços da industrialização no Brasil nos anos 1950, no tocante ao currículo, às novas profissões emergentes, ao engessamento administrativo e a alta evasão escolar (CUNHA, 2005).

Com a abertura democrática, foi possível reabrir o Congresso Nacional, que colocou as Reformas Capanema em discussão e revisão das Reformas Capanema. Na tentativa de suprimir algumas de suas limitações, foram promulgadas as chamadas Leis de Equivalência do Ensino, que facilitaram a convalidação de cursos e diplomas entre os diferentes níveis e modalidades escolares. As disposições dessas leis foram sistematizadas no Quadro 2.

QUADRO 2: Sistematização Leis de Equivalência

Lei	Data	Disposições Principais

Lei nº 1.076	31 de março de 1950	- Assegura matrícula para estudantes que concluíram o 1º ciclo dos ensinos comercial, industrial ou agrícola nos cursos clássico e científico, mediante exame das disciplinas faltantes. - Permite matrícula em cursos superiores para diplomados técnicos comerciais mediante vestibular. - Estabelece prazo de 60 dias para instruções dos exames.
Lei nº 1.821	12 de março de 1953	- Regula equivalência entre cursos de grau médio para matrícula no ciclo colegial e superiores. - Permite matrícula no curso clássico ou científico para estudantes de cursos ginasial, comercial, industrial, agrícola, normal regional e formação de oficiais. - Define condições para matrícula em cursos superiores para quem tenha concluído cursos técnicos, normal e outros. - Exige exames para completar cursos ginasial ou colegial onde necessário. - Determina que o Poder Executivo realize estudos para estabelecer o regime de equivalência e promulgue atos regulamentares.
Lei nº 3.552	16 de fevereiro de 1959	- Define a organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura. - Estabelece objetivos dos cursos: cultura geral, iniciação técnica, formação para atividade especializada. - Regula cursos de aprendizagem, básicos e técnicos, com duração e estrutura. - Define critérios de matrícula baseados na

		aprovação de ciclos anteriores. - Organiza conselhos de representantes e professores para administração e gestão da escola. - Estabelece diretrizes para material didático, planos de cursos, exames, avaliação, contabilidade e financiamento. - Regulamenta a adaptação gradual do ensino estadual, municipal e particular ao padrão federal.

Fonte: elaborado pela autora, com base nas leis citadas.

As Leis de Equivalência garantiram a mobilidade acadêmica, permitindo que estudantes de cursos profissionalizantes continuassem seus estudos em outras modalidades. Tentavam suprir as falhas da Reforma Capanema, que não previa mecanismos formais de convalidação entre níveis e especializações, nem a possibilidade de prosseguimento de Estudos que não fossem na mesma área de formação (MEDEIROS NETA et al, 2018).

Entretanto, o legado da dualidade de ensino se manteve, pois a estrutura das Reformas Capanema permaneceu. As Leis de Equivalência proporcionam maior flexibilidade e acesso no sistema dualista já estabelecido, mas não representaram reformas capazes de transformar as bases estruturais da divisão do ensino profissionalizante e regular, que continuaram coexistentes e segmentadas nas décadas que se seguiram.

A elaboração e promulgação da LDB/1961 constitui um marco significativo na trajetória da educação brasileira, sendo fruto de um extenso e tumultuado processo de tramitação. O cenário histórico de sua criação expôs as tensões políticas, ideológicas e sociais do período de redemocratização após o Estado Novo, caracterizado por debates acalorados sobre o papel do Estado na educação e a relação entre os setores público e privado no ensino brasileiro (SILVA, 2013).

A estrutura de ensino passou a ter os níveis: Educação Pré Primário, ministrada em escolas maternais ou jardins-de-infância para crianças até os 7 anos de idade; Ensino Primário, obrigatório e com duração de 4 anos (curso elementar) a 6 anos (curso complementar); Primeiro Ciclo do Ensino Médio, que era o Ginásio, com duração de 4 anos, sendo requisito para o Segundo Ciclo secundário (incluindo cursos clássicos, científicos e técnicos/profissionais), com duração de 3 anos e, na última etapa, o Ensino Superior. A legislação trouxe avanços ao criar possibilidades de trânsito entre diferentes percursos.

A LDB/1961 estabelecia que a educação profissional deveria ser oferecida em níveis médios, como parte do ensino secundário ou em cursos especializados voltados à formação técnica e profissional, tendo por finalidade preparar para o

exercício de profissões e atender à demanda do mercado de trabalho. Deveria oferecer habilitação profissional específica para setores industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, articulando-se ao desenvolvimento econômico nacional.

O Boletim CBAI e a revista Ensino Industrial e a divulgação do Ensino Industrial

A Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (CBAI) foi criada em 1946 no contexto da industrialização brasileira e da política de alinhamento com os Estados Unidos, atuou como um instrumento organizador e modernizador do ensino industrial no Brasil. Sua função central foi promover a cooperação técnica e educativa entre os dois países para fortalecer a formação de mão de obra técnica especializada necessária à expansão industrial do país (FALCÃO; CUNHA, 2009).

O *Boletim da CBAI* se tornou o principal canal de divulgação e comunicação das atividades dessa Comissão, servindo para informar professores e diretores das escolas industriais sobre avanços no ensino, técnicas pedagógicas, gestão escolar, legislação e atividades da rede federal. Publicado de forma regular entre 1947 e 1961, o periódico difundiu a

ideologia do industrialismo, vinculando a educação ao trabalho, à democracia e à missão social do professor, em uma articulação entre valores americanos e a cultura brasileira. Trata-se de uma fonte rica em textos, imagens, legislações e notícias, produzidos predominantemente por colaboradores brasileiros, mas também por técnicos americanos, e que refletia tanto o projeto escolanovista do ensino quanto a adoção dos princípios tayloristas na formação do trabalhador industrial (MEDEIROS-NETA et al, 2023)

A Revista Ensino Industrial foi criada em novembro de 1962 e circulou até 1964, sendo interrompida com o golpe cívico-militar. Consistia em uma publicação conjunta da Diretoria do Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Cultura, tornando-se tornando uma continuidade direta do *Boletim da CBAI*. Dessa forma, manteve o foco na modernização do ensino técnico e na formação de mão de obra qualificada para a indústria, divulgando representações de que a educação industrial era fundamental para superar o "atraso" do país e promover seu desenvolvimento econômico (AMORIM, 2018).

Além de atualizar professores e diretores sobre alterações legislativas, os periódicos traduziram as políticas federais em práticas pedagógicas inspiradas nos princípios

tayloristas e nos preceitos escolanovistas. Ao publicar depoimentos de técnicos americanos e de especialistas brasileiros, fortalecia o intercâmbio técnico-cultural defendido pela CBAI, reforçando a adesão das instituições de ensino industrial aos parâmetros de qualidade e eficiência estabelecidos nos DL. Nesse contexto, a revista tornou-se um instrumento de mediação entre o poder central e as escolas, canalizando a pressão normativa do governo para a rotina escolar e, ao mesmo tempo, registrando adaptações locais, o que contribuía para a difusão homogênea, mas também flexível, da política educacional industrial em todo o país (AMORIM, 2018, FALCÃO; MEDEIROS-NETA et al, 2023).

Considerações finais

Os postulados metodológicos propostos por Certeau (1995) aplicam-se à análise da organização e estruturação da Educação Profissional, pelo viés dos dispositivos legais. Com isso, foi possível examinar que o discurso histórico e a produção do saber são sempre situados em lugares sociais específicos, inscritos em contextos institucionais e culturais. Isso significa que a legislação educacional, assim como as reformas, devem ser compreendidas como práticas históricas construídas dentro

de campos discursivos e tensões sociais, e não meramente como documentos técnicos neutros.

As representações, conforme o conceituado por Chartier (2002), em torno da industrialização como motor de modernização e crescimento econômico, foi fundamental para que se dispusessem práticas para promover a qualificação da mão de obra e a passagem de uma preocupação em dar ocupação aos desvalidos da fortuna, como o era, no início da República brasileira, para uma nova concepção da importância da Educação Profissional, doravante os anos de 1930.

Todavia a análise do período de 1909 a 1961 revelou uma marca permanente na educação profissional brasileira, que é sua utilização como instrumento de controle social, consolidando uma dualidade educacional que separava a formação das elites da preparação técnica das classes trabalhadoras. Este estudo demonstra como a educação profissional se tornou parte essencial do projeto de modernização conservadora do Estado brasileiro, servindo simultaneamente aos interesses de industrialização e manutenção da ordem social.

Referências

AFONSO, José A. M. M.; SANTOS, Renato M. B. Estratégias de controle das classes perigosas: o ensino profissional do império à república. *Trabalho Necessário*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 183-207, jan.-abr., 2020.

AMORIM, Mário L. A educação para a vida em uma era tecnológica: a revista Ensino Industrial no período 1962-1964. *Acta Scientiarum. Education***,** v. 40, n. 4, 2018.

ARANHA, Maria L. de A. *História da educação e da pedagogia*: geral e Brasil. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Ensino Industrial. Diário Oficial da União, Seção 1, publicado em 9 fev. 1942. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. Decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Ensino Secundário. Diário Oficial da União, Seção 1, publicado em 10 abr. 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. Decreto-Lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Ensino Primário. Diário Oficial da União, Seção 1, publicado em 4 jan. 1946. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Ensino Normal. Diário Oficial da União, Seção 1, publicado em 4 jan. 1946. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. Decreto-lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Diário Oficial da União, Seção 1, publicado em 23 ago. 1946. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. Decreto-lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Diário Oficial da União, Seção 1, publicado em 23 ago. 1946. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. Lei n. 1.076, de 31 de março de 1950. Assegura aos estudantes que concluírem curso de primeiro ciclo do ensino comercial, industrial ou agrícola, o direito à matrícula nos cursos clássico e científico e dá outras providências, publicado em 12 abril 1950. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1076-31-marco-1950-363480-publicacaooriginal-1-pl.htmll>. Acesso em: 10 jun. 2025.

_____. Lei n. 1.821, de 12 de março de 1953. Dispõe sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de graus médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores, publicado em 16 mar. 1953. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L1821.htm>. Acesso em: 10 jun. 2025.

_____. Lei n. 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências, publicado em 27 dez. 1961. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3552.htm>. Acesso em: 10 jun. 2025.

_____. Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, publicado em 17 fev. 1953. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CARVALHO, Marta M. das C. de. *Molde nacional e fôrma cívica*: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CERTEAU, Michel de. A Operação Histórica. *In*: LE GOLF, Jacques; NORA, Pierre (dirs.). *História: novos problemas*. 2. ed. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 17-48.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

CUNHA, Luiz A. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005. E-book.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma de Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. *Educação*, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago, 2009.

FALCÃO, Luciane Q.; CUNHA, Luiz A. Ideologia, política e educação: a CBAI (1946/1962). *Revista Contemporânea da Educação*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 2009, p. 149-176.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*: História e Historiografia**.** 16a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

MEDEIROS, Gabriel S. L. de. Era Vargas: a educação como instrumento político. *Id on Line*, Cariri, v. 14, n. 50, p. 835-853, maio 2020.

MEDEIROS NETA, Olívia M. *et al*. Organização e estrutura da educação profissional no Brasil: da Reforma Capanema às Leis de Equivalência. *HOLOS*, v. 4, 2018, p. 223–235.

_____; CAMPOS, Ísis de F; SOUZA, Francisca L de. *Educação Industrial no Brasil por uma história da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial*. Natal: EDUFRN, 2023.

MORAIS, Renan A. Ensino Profissionalizante na República Velha (1889-1930): a escola ideal e a escola real. *In*: Encontro Mineiro Sobre Investigação Na Escola, 6., 2015, Uberaba, Uberlândia e Ituiutaba. *Anais eletrônicos*…

Uberaba: UNIUBE, 2015. Disponível em: https://uniube.br/eventos/emie/arquivos/2015/anais_eletronicos/95.pdf. Acesso em: 22 maio 2024.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 1a Reimp. São Paulo: EPU, 1974; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.

PALMA FILHO, João C. A Educação brasileira no período de 1930 a 1960: a Era Vargas. In: _____ (org.). *História da Educação*: Cadernos de Formação. 3. ed. São Paulo: Santa Clara Editora; PROGRAD/UNESP, 2005, p.61-74.

RODRIGUES, José. "Formar homens que o Brasil necessita, eis a tarefa da educação": o pensamento pedagógico empresarial na Era Vargas. *HISTEDBR On-line*, Campinas, n.26, p.160 –182, jun. 2007.

ROMANELLI, Otaiza de O. *História da educação no Brasil*. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SCHWARTZMAN, Simon. A política da Igreja e a educação: o sentido de um pacto. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 13/1, mar. 1986.

SILVA, Tais A. da. A Igreja Católica no debate da LDB de 1961 - ação, estratégias e manutenção da influência da hierarquia católica através da estrutura do Estado. 2013. 145 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2013. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/13106. Acesso em: 29 abr. 2023.

SOUZA, Francisco das C. S.; SILVA, Edilana C. da S. Políticas educacionais e verticalização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (séculos XX e XXI). *Vértices*, Campos dos Goytacazes/RJ, v.24, n.2, p. 236-266, maio/ago. 2022.

Entre Dores e Paixões, No Rio da Negritude: Racialização do Espaço Urbano e as Classes Perigosas nas Reformas Passos (1902-1906)

Thyago Soares Pena
Mestrando em História Social no PPGHS/UERJ

Introdução

Neste trabalho, analiso as reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro durante a administração de Pereira Passos (1902-1906) como uma verdadeira política de memória: não apenas constroem ruas e avenidas, mas também constroem narrativas sobre quem pertence ao centro e quem deve ser esquecido. Em Catroga (2001), memória nunca existe sem esquecimento; lembrar é sempre selecionar e, portanto, apagar outras versões do passado. Essa chave interpretativa permite ler o urbanismo como uma operação que "lembra" certas paisagens, atores e temporalidades, enquanto "esquece" outras, sobretudo aquelas associadas aos modos de vida populares e negros.

As mensagens de Passos, preservadas no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, quando associadas às medidas e decretos que as acompanharam, revelam como o discurso oficial

reforçou a exclusão de práticas ligadas às populações negras e de seus meios de subsistência. Longe de configurarem apenas intervenções modernizadoras, essas reformas mobilizaram a categoria das chamadas "classes perigosas" como atualização de um dispositivo racial que associava negros à criminalidade e à desordem, legitimando sua marginalização e deslocamento. Ao transformar o centro da cidade em vitrine da modernidade, experiências negras que sustentavam a vida urbana foram relegadas ao esquecimento, convertidas em ausência e clandestinidade.

A historiografia, que também nasce como um meio de combate ao esquecimento, uma nova *ars memoriae* exigida pela decadência da transmissão oral e pela afirmação da racionalidade escrita, tem o papel de revisitar quantas vezes forem necessários os processos que instituíram a cidade moderna a partir da exclusão de corpos negros. Assim, evidencia-se que a segregação não pode ser explicada apenas por fatores sociais ou econômicos, mas pela construção racializada do espaço urbano. Recuperar esse debate é iluminar não apenas as marcas de violência e silenciamento no passado, mas também as permanências que ainda estruturam a vida urbana do Rio de Janeiro.

Aplicando essa lente, as demolições, interditos sanitários e regulações compulsórias deixam de ser meros instrumentos técnicos e passam a figurar como dispositivos de memória: ao interditar e derrubar cortiços, o poder público reinscreve a cidade como um palimpsesto, substituindo referências populares por um centro "civilizado" e higienizado. Esse ponto é exemplar para Catroga (2001): uma memória urbana projetada para consumo externo requer o esquecimento ativo de sociabilidades tidas como indesejáveis.

A construção dos espaços habitacionais na República, especialmente no Rio de Janeiro, envolve significados que vão além da moradia. Os cortiços e outras formas coletivas de habitação, comuns no período, foram associados à precariedade e à desordem, tornando-se símbolos negativos no imaginário social. Essa visão externa ignorava as dinâmicas cotidianas, onde vidas pulsavam e comunidades se organizavam de forma criativa.

Refletir sobre esses espaços não é apenas revisitar projetos urbanos, mas compreender como estereótipos ligados às classes populares e às pessoas pretas alimentaram desigualdades e reforçaram o racismo estrutural. Mais do que a realidade, essas imagens refletiam os preconceitos de quem as

produzia, servindo para justificar exclusões e invisibilizar a importância desses ambientes na formação das cidades e das relações sociais.

Os discursos que emergiram ao longo desse período revelam não apenas uma tentativa de controle simbólico, mas também práticas concretas de exclusão que se expressaram por meio das políticas de urbanização e dos julgamentos impostos às pessoas estigmatizadas. Contudo, é no espaço dessas habitações populares e cortiços que encontramos um rico campo de experiências. Mais do que lugares de decadência, esses espaços eram territórios de resistência e reinvenção, carregados de histórias que permanecem vivas no tecido urbano e na memória coletiva.

Compreender os espaços habitacionais do Rio de Janeiro republicano implica revelar a tensão entre o olhar normativo externo e as vivências internas que moldavam esses lugares. Essa disputa entre julgamentos e experiências oferece uma chave para interpretar não só o passado, mas também as origens dos problemas urbanos que marcam a cidade.

As Reformas Passos e o protótipo da nova urbe civilizada

Pereira Passos emerge na história do Rio de Janeiro como um símbolo de modernidade e transformação urbana, personificando o espírito de progresso que marcou o início do século XX. Sua imagem, frequentemente associada à monumentalidade das obras públicas e à ambição de alinhar a capital brasileira aos padrões das grandes metrópoles europeias, reflete tanto o entusiasmo desenvolvimentista quanto as contradições sociais de sua época. A sua visão, pautada pelo ordenamento do espaço urbano e pela valorização estética da cidade, dialogava com ideais de civilidade e higienização, mas também contribuía para o agravamento das desigualdades e o deslocamento das populações mais vulneráveis. Nesse retrato complexo, Pereira Passos não é apenas o arquiteto de ruas largas e avenidas arborizadas, mas também uma figura cuja atuação política reverbera os dilemas de uma sociedade em transição, tensionada entre o desejo de progresso e a realidade excludente de suas reformas.

O período Passos marcou uma fase de profundas transformações na história do Rio de Janeiro, impulsionadas, sobretudo, pela necessidade de ajustar o ambiente urbano, em sua acepção mais ampla, às exigências de criação, concentração e acumulação de capital. De fato, o rápido crescimento

econômico do país e da cidade, o aumento das atividades de produção e circulação, assim como a crescente inserção da economia nacional no sistema capitalista internacional, demandavam uma reorganização espacial compatível com a nova configuração social em que o país se encontrava (ABREU 2003: 223).

A projeção para uma urbe carioca renovada, teria como seu objeto as diferentes zonas do centro da cidade, inaugurando uma tentativa de difundir o ideal de civilização que colocasse o Centro como o coração da civilização, o ponto de partida da modernização da estética urbana e do capital industrial. A administração da prefeitura de Passos, estaria responsável por executar as principais medidas que tomassem como retórica a difusão da estética civilizadora para população carioca, além de inaugurar o progresso dos espaços viários com os alargamentos, melhoramentos e as aberturas das vias, ruas, avenidas e vielas.

A administração de Pereira Passos propôs um modelo de integração urbana baseado na abertura e reforma de vias que conectassem diferentes áreas da cidade, tendo o Centro como símbolo do ideal civilizador. Embora houvesse interesse em atrair parte da população para essa região, a historiografia questiona os reais objetivos dessa política de “integração”.

As reformas de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, priorizaram a reorganização socioespacial do Centro, sob uma estética conservadora e elitista. Embora alheias aos problemas urbanos e habitacionais da cidade, marcaram o início de grandes intervenções urbanas voltadas à remodelação dos espaços cariocas. Nesse processo, destacam-se dois eixos centrais: o controle da circulação e o controle urbanístico (ABREU, 2003).

As reformas do governo Passos podem ser entendidas a partir de dois eixos principais. O primeiro dizia respeito à modernização da infraestrutura urbana para facilitar a circulação de pessoas e mercadorias, destacando-se o alargamento de vias e avenidas e a reestruturação do porto, essenciais ao comércio internacional (ABREU, 1987: 53). O segundo eixo operava no plano legislativo e executivo, por meio de decretos voltados ao controle das habitações e dos hábitos populares, considerados ultrapassados e incompatíveis com a imagem de uma cidade civilizada. Embora distintos, ambos os projetos, o de modernização material e o de disciplinamento social, convergiam na transformação do centro do Rio de Janeiro em vitrine da modernidade, associada à higienização dos espaços (DE AZEVEDO, 2018: 27).

Estas grandes reformas tornaram-se um grande evento de disseminação da ideia de modernização para a cidade. O julgamento central desta política de reformas, neste sentido, consistiria em evidenciar um projeto de reorganização estrutural da cidade como um espaço de integração da população carioca a uma urbe civilizada, ao qual estas intervenções estariam intrinsecamente relacionadas ao entendimento de uma "pedagogia da civilização" (DE AZEVEDO 2015: 72):

> Para isso criou três vias de ligação do Centro com os arrabaldes do subúrbio e deixou projetada uma quarta avenida – com o traçado próximo da atual Avenida Radial Oeste – com os seus estudos para execução avançados. Além disso, estabeleceu uma ligação franca com a Zona Sul, com a criação da Avenida Beira Mar, que vinculou diretamente essa área da urbe com o bairro de Botafogo. Com isso, a ideia de Passos era evocar a presença dos habitantes das mais diversas áreas da cidade no Centro. Havia na sua disposição viária uma clara convocação ao usufruto do espaço central da urbe pelos seus cidadãos (DE AZEVEDO, 2016).

A reforma urbana do Rio de Janeiro foi conduzida sob forte tentação estética, e este novo traçado urbano e a arquitetura monumental não buscavam apenas reorganizar o espaço físico, mas também atribuir à cidade valores considerados centrais da civilização, como ciência, arte e cultura. Essa "nova semântica

urbana" pretendia seduzir os cariocas, direcionando-os a novos usos do espaço público e vinculando a experiência urbana ao ideal de progresso e modernidade (ABREU, 2003: 220).

Entretanto, esse projeto convivia com contradições marcantes com a intenção de projetar o Brasil como nação moderna e cosmopolita esbarrava em uma realidade ainda marcada por traços coloniais: ruas estreitas, cortiços e a convivência de elites e trabalhadores em áreas centrais. Além disso, a ausência de obras monumentais e a associação do Rio à insalubridade e às epidemias reforçavam a imagem de atraso, especialmente diante da comparação com Buenos Aires, vista como rival no cenário internacional. Assim, transformar a capital em vitrine de civilização tornou-se um imperativo político e simbólico para as elites nacionais, que buscavam reposicionar o país no mundo.

Mensagens do Prefeito Passos: a retórica política como instrumento de exclusão social

A administração de Pereira Passos (1902-1906) marcou uma transformação profunda no espaço urbano do Rio de Janeiro, apresentada pelo próprio prefeito como um esforço de modernização, saneamento e embelezamento da capital. As

mensagens oficiais de 1903 e 1904 registram detalhadamente as condições precárias da cidade, como ruas estreitas, calçamento ruim, limpeza deficiente e edificações insalubres, e delineiam uma série de intervenções que buscavam reorganizar a cidade segundo padrões europeus de civilidade e ordem pública (1903, p.5-6; p.7). No entanto, a análise dessas mensagens revela que tais reformas não se limitaram à melhoria estética e funcional do espaço urbano. As medidas de higiene, fiscalização, regulamentação de práticas comerciais e controle da mendicidade funcionaram como instrumentos de exclusão social e racial, afetando principalmente populações negras e pobres. A transformação do centro da cidade em vitrine da modernidade implicou o deslocamento ou a invisibilização de modos de vida e experiências que sustentavam a vida urbana, configurando a modernização urbana como um projeto racializado, em que a ordem, a moral e a saúde públicas serviam de justificativa para a marginalização.

> As condições da cidade, dia a dia, pioravam; os raros melhoramentos que nela se iam introduzindo mal compensavam o contínuo agravamento dos seus, há muito proclamados, defeitos de toda sorte. Velhas usanças se mantinham que, em muitos casos, negavam os foros da capital e mesmo de simples habitat de um povo civilizado (1903, p. 5-6).

Nesta passagem, Passos faz algo crucial para o projeto de reforma: ele constrói o problema. Não fala só de buracos e esgotos, associa explicitamente a degradação material a "velhas usanças" e ao "habitat" de um povo que, segundo ele, ainda não atingiu um padrão de civilidade. Linguisticamente, o enunciado desloca o foco da técnica (infraestrutura) para a moral/cultural: o que precisa ser transformado não é apenas a pedra na rua, mas os costumes que ocupam e definem a cidade. Essa sutileza retórica é central para sua lógica de exclusão, porque transforma práticas cotidianas (venda ambulante, criação de animais, festas populares etc.) em patologias urbanas, elementos a serem eliminados em nome do "habitat civilizado". Ao fazer isso, Passos prepara o terreno para justificar intervenções que serão tanto físicas (avenidas, calçamento) quanto biopolíticas (higiene, fiscalização, polícia administrativa). Em termos de racialização, mesmo sem nomear a raça, o discurso funciona classificando como "atraso" modos de vida historicamente vinculados às populações populares e negras, tornando essas populações legitimamente passíveis de intervenção e remoção.

Como observa Maurício Abreu (1987), a Reforma Passos representou o primeiro grande exemplo de intervenção direta e maciça do Estado sobre o espaço urbano carioca, pautada pelo

controle da circulação e pelo controle urbanístico. A denúncia das "velhas usanças" feita por Passos deve ser entendida nesse contexto: mais do que problemas de infraestrutura, tratava-se de um ataque às práticas econômicas, formas de lazer, costumes e hábitos que não correspondiam ao modelo urbano europeu que se buscava impor. Assim, ao mesmo tempo em que restringia modos de vida populares, especialmente aqueles vinculados à população negra, a reforma criava as condições para beneficiar o capital financeiro e imobiliário, legitimando a transformação do centro em vitrine da modernidade e relegando ao esquecimento as experiências urbanas que sustentavam a cidade até então.

> Comecei por impedir a venda pelas ruas de vísceras de rezes expostas em tabuleiros, cercados pelo voo contínuo de insetos, o que constituía espetáculo repugnante. Aboli, igualmente, a prática rústica de se ordenharem vacas leiteiras na via pública, que iam cobrindo com os seus dejetos; cenas essas que ninguém certamente acharia dignas de uma cidade civilizada. … Mandei também, desde logo, proceder à extinção de milhares de cães que vagavam pela cidade, dando-lhe o aspecto repugnante de certas cidades do Oriente e isso com grave prejuízo da segurança e da moral pública… (1903, p. 7).

Esse trecho é exemplar da operação de *outroficiação* que sustenta a reforma: práticas alimentares e de subsistência são qualificadas como "espetáculo repugnante" e "rústicas", termos fortemente depreciativos que não descrevem apenas um problema de saúde, mas atribuem uma carga moral e estética negativa. A referência às "cidades do Oriente" é dupla: cria uma oposição civilizacional (Ocidente moderno vs. Oriente arcaico) e racializa indiretamente o que se pretende remover, associando o que é local e popular a uma alteridade exótica e indesejável. A proibição da venda de vísceras e do ordenho nas ruas não é neutra: atinge circuitos de alimentação e renda de baixa escala, afetando identidades alimentares e modos de subsistência urbanos que, no Rio do fim do século XIX e início do XX, estavam fortemente vinculados às populações negras e mestiças. A eutanásia/"extinção" de cães também é simbólica: visar animais de rua é uma forma de higienizar visualmente o espaço, tornando-o palatável às novas normas burguesas. Portanto, a passagem demonstra como o pretexto da higiene serve à remoção material e simbólica de práticas e sujeitos indesejados.

> Tenho procurado pôr termo à praga dos vendedores ambulantes de bilhetes de loteria, que por toda parte perseguiam a população incomodando-a com infernal gritaria e dando à

> cidade o aspecto de uma tavolagem. Muito me preocupei com a extinção da mendicidade pública, o que mais ou menos tenho conseguido, de modo humano e equitativo, punindo os falsos mendigos e eximindo os verdadeiros da contingência de exporem pelas ruas sua infelicidade, proporcionando-lhes agasalhos e conforto... (1903, p. 6-7).

Aqui Passos mobiliza uma retórica de controle moral e de distinção social. Rotular vendedores e mendigos como "praga" e "infernal gritaria" constrói a imagem de um espaço público invadido por ruído, sujeira e desordem, tudo isso oposto ao ideal de cidade civilizada. Observe dois mecanismos importantes: (1) a criminalização/patologização do trabalho informal (vendedores ambulantes), tratada como incômodo para o público; (2) a classificação assistencialista da pobreza, distinção entre "falsos" e "verdadeiros" mendigos, que legitima punição seletiva enquanto naturaliza soluções institucionais (asilos, caridade privada). Essa dupla estratégia permite que o poder público pareça "humano" ao alojar "verdadeiros" pobres, enquanto elimina do espaço público aqueles que atrapalham a visibilidade e a circulação do novo centro urbano. Na prática, trata-se de um dispositivo que disciplina corpos e regula a presença de pobres nas ruas, deslocando-os para instituições ou empurrando-os para a invisibilidade.

> Não quer isso dizer, entretanto, que eu considere um regime favorável, tanto à administração como ao público, a dualidade que deixo assinalada. Ao contrário, sou pela completa unificação dos serviços da higiene pública, sob a alçada de uma autoridade que administre com verdadeira plenitude de poderes. É o que sugere o exame do assunto e o que ensina a prática de todos os países civilizados, inclusive a Inglaterra... (1903, p. 43).

A unificação dos serviços de higiene reforça o caráter técnico-político da reforma, ao centralizar a gestão sanitária e ampliar a capacidade repressiva do Estado. O apelo a "países civilizados" legitima o controle sobre populações vistas como vetores de doença, convertendo a saúde pública em instrumento disciplinar. Assim, a reforma sanitária de Passos não é neutra: articula técnica e normatividade, afetando sobretudo pobres e negros, cujas casas e práticas passam a ser alvo de vigilância e regulação.

> Para atender às condições sanitárias do momento, julguei necessário criar, o que fiz pelo decreto 400 de 9 de março de 1903, um serviço extraordinário de inspeção sanitária das habitações. Os profissionais por mim contratados para esse fim desempenharam sempre satisfatoriamente os seus deveres… (1903, p. 44).

A criação de um "serviço extraordinário de inspeção sanitária" significa introduzir agentes estatais no interior dos

lares, um nível de intromissão que reconfigura a autonomia doméstica e as práticas íntimas. A linguagem de eficácia ("desempenharam sempre satisfatoriamente") oculta a experiência dos inspecionados: visitas, autuações, advertências e possíveis remoções. Este dispositivo institucional transforma habitações em objetos técnicos e sujeitos em riscos sanitários a serem geridos. Para o seu argumento, essa passagem é valiosa porque demonstra concretamente como a higienização operava por meio da vigilância direta das populações vulneráveis, criminalizando condições de vida e justificando intervenções que muitas vezes tinham efeitos de expulsão ou coerção.

> Aos agentes fiscais, sob a inspeção da Diretoria de Higiene e Assistência Pública, coube o encargo da execução do decreto 493 de 14 de março de 1903, que proíbe a mendicidade pública e os pedidos de esmolas pelas ruas… expedi o decreto 430 de 8 de junho, proibindo os balões de fogo, as fogueiras e fogos de artifício nas ruas e praças públicas. Pelo decreto 431 de 14 de maio, proibi também a exposição de artigos de comércio nas ombreiras de vãos das portas das casas comerciais… (1903, p. 59-60).

Este agrupamento legal revela a amplidão do controle sobre a vida pública: não só mendicidade e comércio ambulante, mas também práticas festivas e formas de exposição comercial são regulamentadas. A marginalização da mendicidade

transforma a pobreza em problema de ordem pública, sujeita à repressão por agentes fiscais; a proibição de fogos e da exposição de mercadorias regula comportamentos culturais e econômicos que estruturavam a sociabilidade urbana. Observa-se um entrelaçamento entre higiene, moralidade e segurança: o cotidiano é normatizado em nome de uma imagem de cidade "limpa" e "ordenada". Essa caixa de ferramentas administrativa, decretos, agentes, fiscalização, demonstra como a exclusão era implementada por instrumentos burocráticos e policiais, não apenas por discursos moralizantes.

No plano de ação da reforma urbana municipal, a finalidade maior a ser perseguida era a consecução de hábitos considerados "civilizados" na cidade. Para tanto, o prefeito Pereira Passos inaugura um conjunto de decretos que estabelece uma série de proibições de hábitos (ABREU 2003: 223), costumes e formas de lazer que passaram a ser considerados indesejáveis para a nova cidade (BENCHIMOL, 2013), tais qual: tornar ilegal a prática de acender fogueiras nos logradouros públicos, a venda de vísceras de animais, a prática de escarrar no chão, a venda de leite retirado das vacas na porta das casas, a prática de soltar balões, de andar em pés descalços, ou de realizar o comércio ambulante, entre outras.

> Sempre após os folguedos do carnaval, havia recrudescência de mortalidade, em grande parte atribuível aos excessos a que o entrudo levava grande parte da população. Este ano o fato não se deu. O povo desta capital foi assim recompensado da gentileza com que se prestou a coadjuvar a prefeitura na extinção de velho costume, pouco digno de nosso adiantamento social (1904, p. 11).

Nesse trecho, Passos celebra a contenção de festas populares, o que é notável porque o entrudo e o carnaval eram espaços centrais de sociabilidade popular e de afirmação cultural, especialmente das camadas negras e mestiças. A articulação entre festa e mortalidade (discursiva e científica) serve para desautorizar práticas culturais, enquadrando-as como perigosas para a saúde pública. O elogio ao "coadjuvar a prefeitura" mostra que a supressão cultural foi apresentada como consentida ou até construída como colaboração popular com o poder. Isso ajuda a evidenciar a dimensão cultural da exclusão: além de expulsar economicamente, o projeto passista procurou recortar e reformatar o repertório cultural da cidade, reduzindo espaços de manifestação popular e de pessoas pretas.

As mensagens de Pereira Passos, quando analisadas em conjunto, deixam claro que a modernização da cidade foi sustentada por uma lógica de exclusão. Ao mesmo tempo em que

proclamavam a necessidade de higiene, embelezamento e ordem, essas falas criminalizavam práticas cotidianas ligadas às populações negras e populares, traduzindo modos de vida em sinais de atraso ou ameaça à civilização. Ainda que não se apresentem em palavras diretas, cabe ao historiador evidenciar os discursos estigmatizantes ali embutidos, pois lidar com uma história de alteridades exige tornar visíveis as ausências e os silenciamentos. Nesse sentido, é inegável reconhecer que tais enunciados se articulam e são endossados por padrões que bebem do racismo estrutural em um contexto pós-abolição. O que poderia parecer apenas um plano técnico de reformas urbanas, penso que neste momento revela-se, assim, como parte de um projeto racializado de reorganização social do espaço, no qual a cidade moderna só poderia existir mediante a marginalização de certos corpos e experiências. Dessa forma, a "civilização" proposta por Passos se revela inseparável da produção de exclusões que atravessaram o século XX e ainda estruturam a vida urbana no Rio de Janeiro.

Atualização de categoria: as "classes perigosas" como ferramenta de racialização e criminalização dos espaços de habitação

No final do século XIX, as preocupações com as consequências da abolição da escravidão levaram à adaptação desse conceito europeu de "classes perigosas" para justificar políticas de repressão à ociosidade. A organização do trabalho era vista como uma necessidade urgente para disciplinar a população livre e evitar o "perigo" representado pelos recém-libertos. Nesse contexto, os debates parlamentares absorveram e amplificaram ideias como as de Frégier, vendo na criminalização da ociosidade uma ferramenta para garantir a ordem e o progresso (CHALHOUB 1996: 22).

Para Mattos (2008) Os fins dos anos antecedentes a virada do século XX, demonstram a intensificação das políticas e ações com o objetivo de arrasar as habitações populares (cortiços) na cidade do Rio, e não obstante, das manobras silenciosas do Estado para criminalizar as camadas que estavam à margem sem nenhum subsídio e segurança. Os diversos âmbitos da estrutura política e administrativa contribuíram para o aumento da perseguição dos populares, com a manutenção da suspeição de crime contra os pobres e negros e os movimentos para desestruturação de cortiços

A associação entre pobreza e criminalidade gerou impactos significativos na formação das práticas de controle

social e segurança pública no Brasil. Desde as primeiras décadas do século XX, a atuação policial (CHALHOUB 1996: 22-23) nas grandes cidades tem se estruturado sobre o princípio da suspeição generalizada, que presume todos os cidadãos como potenciais infratores até que se prove o contrário. Dentro dessa lógica, a condição socioeconômica desempenha um papel central na construção de estigmas, levando a uma diferenciação na aplicação da suspeita, onde determinados grupos sociais, frequentemente os mais pobres e os negros, são vistos como alvos prioritários da ação policial (CHALHOUB 1996: 23).

Em meados do século XIX, após a instauração da emancipação (CHALHOUB 1996: 23) de todos africanos livres, e com este decreto, segundo Juliana Santos de Lima (2019: 173), africanos livres no Brasil obtiveram liberdade formal, mas permaneceram sob constante monitoramento estatal, justificado como medida de proteção. Era obrigatório declarar endereço e ocupação legítima à polícia, restringindo a independência dos emancipados, para uma chamada "proteção do Governo". Essas informações passaram a ser registradas em livros de matrícula específicos para os recém-libertos, uma estratégia imperial voltada para o controle social. A descrição detalhada de traços físicos e marcas corporais nos registros permitia à polícia

identificar e localizar essas pessoas, garantindo que, mesmo fora da tutela direta do Estado, elas continuassem sob supervisão, e esse sistema burocrático demonstra como o controle racial e social persistiu após a abolição formal.

É inegável observar que, a atenção as habitações coletivas se potencializaram neste período onde estes negros recém-libertos, caminhavam para ocupação irregular em cortiços ou estalagens no Centro da cidade, em busca da autossuficiência, ou melhor, da sobrevivência frente a realidade deste "velho novo mundo". Assim, é possível pensar que cerca de grande parte das parcelas de populares residentes nos cortiços/habitações coletivas, eram os escravizados libertos (CHALHOUB 1996: 23).

Estes cortiços para os escravizados construíam uma imagem de subterfúgio, onde estes buscavam as melhores condições, seja para libertação antes do processo de abolição, seja para subsistência e acolhimento no processo pós-abolição: "Em suma, o que estou querendo sugerir é que o tempo dos cortiços no Rio foi também o tempo da intensificação das lutas dos negros pela liberdade, e isto provavelmente teve a ver com a histeria do poder público contra tais habitações e seus moradores." (CHALHOUB 1996: 28-29).

Os pobres, apesar das tipificações e os debates, passaram a partir deste conceito a serem considerados reais vetores de epidemias, sendo imputada toda ideia de nocividade as habitações e aos hábitos cotidianos. Assim, estas localidades após serem potencializadas com uma grande concentração de população nos espaços do Centro da cidade, são estigmatizadas pela ideia higienista de que seriam principais meios de propagação de doenças e vícios de todos os tipos a população carioca, e, principalmente, aos estrangeiros que adentravam a cidade (CHALHOUB 1996: 30).

Conclusão

As reformas urbanas empreendidas por Pereira Passos, ao início do século XX, não podem ser compreendidas apenas como um projeto de modernização material ou de adequação estética da capital federal aos modelos europeus. Trata-se, sobretudo, de um processo de seleção memorial que, à luz de Catroga (CATROGA 2009: 12), pode ser interpretado como a tentativa de fixar uma memória hegemônica da cidade, impondo a prevalência de certas lembranças, vinculadas ao ideal de civilidade e progresso, e o consequente esquecimento de outras, associadas às práticas cotidianas de populações negras e pobres.

Essa operação de memória, como enfatiza o autor, é sempre tensional e marcada por disputas, revelando que o espaço urbano não é neutro, mas lugar de construção e de apagamento de identidades coletivas.

Nesse sentido, a experiência carioca evidencia que a exclusão não se limitou ao plano físico da cidade. A destruição dos cortiços e o deslocamento de milhares de moradores constituíram também uma estratégia de racialização do espaço urbano, na qual o negro e o pobre foram tratados como corpos indesejáveis, indissociáveis do perigo e da desordem. Ao atualizar o ideário das chamadas "classes perigosas" as reformas passistas transformaram o centro em vitrine da modernidade, ao mesmo tempo em que relegaram ao esquecimento as memórias sociais que sustentavam a vida urbana em sua diversidade.

Conclui-se, portanto, que o período que institui-se os empreendimentos das reformas Passos devem ser analisados não apenas como um marco urbanístico, mas como um dispositivo de memória racializada: ao mesmo tempo em que monumentalizaram a modernidade, institucionalizaram o esquecimento das populações negras e pobres que, privadas de espaço e de representação, viram suas experiências convertidas em ausência. Recuperar esse debate é essencial não apenas para

compreender o passado da cidade, mas para iluminar as permanências de exclusão que ainda estruturam o urbano brasileiro.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. Jornal: *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Ed.: n. 10, p. 161-177, 2003.

ABREU, Mauricio. ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio/Zahar, 1987.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930 – Primeira República (1889-1930)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2013.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

_____. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história***.** Coimbra: Almedina, 2009.

_____. *Entre deuses e Césares: secularização, laicidade e religião civil.* Coimbra: Almedina, 2006.

CHALHOUB, Sidney, *Visões da Liberdade: Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epóque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

DE AZEVEDO, André Nunes. *A grande reforma urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Mauad Editora Ltda, 2018.

_____. A Reforma Urbana do prefeito Pereira Passos e o ideal de uma civilização nos trópicos. *Intellèctus*, v. 14, n. 2, p. 72, 2015.

_____**.** A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro e o apelo visual da urbe reformada como retórica e enlevo civilizador. *Revista Maracanan*, v. 12, n. 14, p. 161-174, 2016.

LIMA, J. S. *O protagonismo dos africanos livres em anúncios de jornais: uma janela para o tráfico ilegal de escravos no Brasil (1818-1864).* 2019, 210f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói/RJ, 2019.

MATTOS, Romulo Costa. *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na primeira república*. 2008. 275f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

RIO DE JANEIRO (D.F.) *PREFEITO (1902-1906*: PEREIRA PASSOS). Mensagem do Prefeito Pereira Passos. Rio de Janeiro: [s.n], 1903.

RIO DE JANEIRO (D.F.) *PREFEITO (1902-1906*: PEREIRA PASSOS). Mensagem do Prefeito Pereira Passos. Rio de Janeiro: [s.n], 1904.

RIO DE JANEIRO (D.F.) P*REFEITO (1902-1906*: PEREIRA PASSOS). Mensagem do Prefeito Pereira Passos. Rio de Janeiro: [s.n], 1903.

RIO DE JANEIRO (D.F.) *PREFEITO (1902-1906*: PEREIRA PASSOS). Mensagem do Prefeito Pereira Passos. Rio de Janeiro: [s.n], 1904.

O Correio da Manhã na campanha da Cruzada Nacional de Educação: o combate ao analfabetismo na década de 1930

Vanessa Carvalho Nofuentes Navarro
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ-FFP
Bolsista CAPES

Introdução

Com o advento da República no Brasil, a constituição de 1891 consolidou o que podemos chamar de um federalismo educacional, caracterizado pela descentralização do ensino: o ensino primário e secundário era responsabilidade dos municípios e estados e a União era responsável, em linhas gerais, pelo ensino superior.

Ao caracterizar a escola primária brasileira nos anos 1920, NUNES (2003) afirma que a escola lembrava Macunaíma, o herói sem nenhum caráter de Mário de Andrade: "heterogênea, ambígua, conflitante, desenraizada, descontínua, em constante busca de identidade" (NUNES 2003, p. 393). Mesmo com o movimento de reformas educacionais empreendidas durante a Primeira República, ao final da década de 1920, a maior parte da população brasileira não sabia ler, escrever e contar.

Sem dúvidas, 1930 representou um momento de inflexão na história do Brasil. Não somente pelos acontecimentos de outubro daquele ano que culminaram com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, mas, sobretudo, pela criação de políticas de

Estado que consolidaram reivindicações sociais presentes nas décadas anteriores. Dentre essas, e de forma significativa, destaca-se a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em novembro de 1930, para "educar e curar" o Brasil, "livrando-o de seus grandes males e proporcionando-lhe um futuro promissor e moderno" (GOMES 2000, p.13). A Constituição de 1934 define a educação como direito de todos, sob a responsabilidade dos estados e municípios se mantinha o ensino primário, integral gratuito e de frequência obrigatória, cabendo à União traçar as diretrizes da educação nacional. A década de 1930 foi contexto de algumas reformas relacionadas ao ensino secundário e superior e mesmo com índices de analfabetismo apontados como alarmantes, o ensino primário seria alvo de preocupações do governo federal somente após 1937.

A Cruzada Nacional de Educação foi fundada em 1932 por Gustavo Armbrust com objetivo de combater o analfabetismo no Brasil. O movimento se caracterizou como uma ação que objetivava colaborar com o governo provisório na solução do problema da instrução primária. Sua atuação se daria por meio de campanhas financeiras junto à sociedade em geral visando a fundação de cursos de alfabetização e/ou escolas primárias em todo o território nacional. Ao longo dos anos de atuação da Cruzada, a campanha passaria a enviar "apelos" aos

municípios do Brasil em datas como o 13 de maio e o aniversário do presidente Getúlio Vargas para que se fundasse, pelo menos, uma escola primária em cada município.

Sendo a Cruzada Nacional de Educação[1] um movimento pouco estudado pela historiografia, chama-nos a atenção o quantitativo de notícias que aparecem no jornal Correio da Manhã e o perfil de jornal "oficial" de propaganda da Cruzada que se configura ao longo dos anos. O Correio da Manhã foi um dos periódicos mais importantes em circulação na cidade do Rio de Janeiro no século XX. Fundado em 1901 por Edmundo Bittencourt, passou a ser propriedade de Paulo Bittencourt nos anos 1930, tendo M. Paulo Filho como diretor e Costa Rego como redator chefe. O jornal carioca era diário e matutino, conhecido como jornal de opinião, consolidou-se como um dos principais órgãos da imprensa brasileira (BARBOSA 2007).

Para analisar a ação dos envolvidos nesse movimento de combate ao analfabetismo, nos apropriamos das ideias de Sirinelli (1996) ao definir que todo grupo de intelectuais se organiza a partir de afinidades e de uma “sensibilidade ideológica ou cultural” comum. Isto forma o que se chama de estrutura organizacional de sociabilidade que, por sua vez,

[1] A partir daqui, utilizaremos a sigla CNE ao nos referirmos à Cruzada Nacional de Educação.

alimenta “microclimas” em meio aos quais as atividades e comportamentos intelectuais são desenvolvidos. Nessa espécie de microcosmos particular, os jornais se destacam como pontos de encontro de itinerários individuais e coletivos, lugar precioso para análise do movimento das ideias. Entendemos que um jornal é, portanto, “[...] lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade [...]” (SIRINELLI 1996, p. 249). Assim, nosso objetivo é analisar as notícias sobre a CNE veiculadas pelo Correio da Manhã, buscando compreender como o tema do analfabetismo é abordado e de que forma o periódico manifestou seu apoio à campanha empreendida.

A Cruzada Nacional de Educação nas páginas do Correio da Manhã

Ao longo da década de 1930, notícias sobre a CNE invadem as páginas de diversos periódicos brasileiros e o Correio da Manhã se destaca pelo apoio dado ao movimento desde sua fundação. Para se ter uma ideia desse quantitativo, em 1932, são 69 notícias. Vale lembrar que o ano de 1932 foi marcado pelo movimento constitucionalista em São Paulo contra o governo de Getúlio Vargas, ocupando boa parte do noticiário. Em 1933, são 90 notícias relacionadas à CNE, seguindo numa crescente até o ano de 1938. Assim, temos o

seguinte quantitativo de notícias, respectivamente: 118 em 1934; 121 em 1935; 244 em 1936; 161 em 1937; 106 em 1938; 58 em 1939 e 58 em 1940[2].

A CNE foi idealizada e presidida desde sua fundação por Gustavo Armbrust. Médico e membro da Igreja Presbiteriana, Armbrust esteve à frente do movimento até a década de 1950, quando veio a falecer. A sessão solene de inauguração dos trabalhos da instituição ocorreu no edifício do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) em fevereiro de 1932[3].

De modo geral, as notícias veiculadas dão conta das ações empreendidas pela Cruzada ao publicarem: quantitativo de escolas fundadas, com elogios à cada nova escola instalada; palestras realizadas sobre o tema do analfabetismo no Brasil; realização de concursos; apoio de instituições diversas como a Associações de Empregados do Comércio, a Companhia Imobiliária Brasileira, clubes desportivos e, sobretudo, o apoio

[2] Levantamento feito na Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional a partir das "entradas": Gustavo Armbrust e Cruzada Nacional.

[3] Além de Armbrust, a 1ª Diretoria eleita era composta por: Isabel Cunha, professora atuante no Sindicato dos Trabalhadores de Ensino do Rio de Janeiro, no Centro dos Professores Noturnos, na Liga Anticlerical e na Coligação Nacional Pró Estado Leigo; Américo Silvado, Almirante da Marinha, membro do Conselho Nacional de Educação (1931-32); Francisco de Oliveira Passos, industrial, presidente do Centro Industrial do Brasil e da Federação Industrial; e Alberto Teixeira Boavista, diretor do Banco Boavista e do Banco do Brasil, membro do Rotary Club do Rio de Janeiro e presidente da Associação Bancária do Rio de Janeiro.

que a CNE recebeu das forças armadas. Divulgavam-se, ainda, os eventos promovidos pela Cruzada e/ou em favor dela, telegramas recebidos dos municípios, dos estados e do governo federal em adesão à campanha de combate ao analfabetismo. Muitos desses telegramas eram transcritos no jornal.

Ao longo da década de 1930, são inúmeras as notícias no Correio da Manhã com o título "Cruzada Nacional de Educação", "A campanha contra o analfabetismo" ou "O combate ao analfabetismo". Mantinha-se um "padrão" na forma de intitular as notícias sobre a Cruzada, o que indica que havia intenção em criar uma vinculação com o movimento. Havia comentários constantes sobre as ações da Cruzada na coluna Tópicos & Notícias que ocupava, em geral, a página 4 do periódico. Repetidas vezes, esses comentários eram de críticas ao que se chamava de "erudição pedagógica" ou "ofensiva dos técnicos", sempre enfatizando que, para promover a instrução do povo, eram necessárias ações práticas no lugar de discursos, artigos de jornais e "propaganda teórica inútil" (PELA instrução popular 1932, p. 4; CRUZADA Nacional de Educação 1932, p.4). Os títulos dessas notícias eram, muitas vezes relacionados a analogias como "a boa sementeira", "o trabalho de formiga" ou manifestações de apoio ao utilizar ideias como "campanha séria", afirmando que havia muitos "indiferentes à educação

popular", eram os "técnicos teóricos" que desacreditavam do movimento de combate ao analfabetismo que estava se iniciando (O TRABALHO de formiga 1932, p.4). Questionava-se se o novo regime implantado em 1930 ia dar continuidade ao desprezo das administrações anteriores em relação à instrução popular.

A partir de maio de 1932, já surgem as primeiras notícias de escolas fundadas pela Cruzada na capital com cursos diurnos e noturnos para crianças e adultos. Em novembro daquele ano, menciona-se a fundação de algumas diretorias regionais da CNE.

Inúmeras são as divulgações dos Programas da CNE na Rádio Educadora, na Rádio Sociedade, na Rádio Club, na Rádio Philips e na Mayrink Veiga. Sobretudo na Rádio Educadora e na Rádio Sociedade, os programas consistem em palestras sobre temas relacionados à educação e o analfabetismo, além de programas musicais que poderiam "contribuir para a educação artística do povo". A CNE chegou a ocupar espaço no Programa da Hora do Brasil a partir de 1935. Membros da ABI também falaram nas rádios sobre a campanha da Cruzada. É o caso, por exemplo, de M. Paulo Filho, redator chefe do Correio da Manhã, que teceu elogios à Gustavo Armbrust e à CNE no microfone da Hora do Brasil em maio de 1936.

Os exemplos de apoios recebidos pela CNE divulgados nas páginas do Correio da Manhã são muitos e dos mais variados. Para divulgação da CNE nos estados, destacamos o apoio recebido da Companhia Brasileira Cinematográfica que produziu um pequeno filme em visitas realizadas às escolas da CNE no subúrbio do Rio de Janeiro (COMBATE ao analphabetismo 1934, p. 2). O movimento contou, dentre outros, com apoio da Revista Brasil Feminino dirigida por Iveta Ribeiro, da Livraria Alves, da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, sob presidência de Bertha Lutz, e de empresas como a Fábrica de Pólvora Estrella e dos Laboratórios Raul Leite S.A.

Merece destaque o apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Em junho de 1932, a ABI havia enviado à CNE um telegrama de agradecimento pela inclusão do nome de seu presidente, Herbert Moses, em sua comissão de honra (A A.B.I. e a educação nacional 1932, p. 5). Em outubro de 1933, a CNE enviou ofício à ABI pedindo apoio à imprensa para atuar em outros estados e municípios com envio de manifestos aos jornais do Brasil. A troca de correspondência entre as instituições foi publicada no jornal, afirmando que estavam "irmanadas" no mesmo ideal de combate ao analfabetismo. O presidente da ABI destaca que a imprensa, "veículo de todo movimento cultural, não podia ficar inerte neste empreendimento nobre [...] é com a

mais viva satisfação que os jornalistas se vêem na vanguarda da campanha [...]". À essa manifestação de apoio, Armbrust responde que a CNE não pode dispensar o apoio da imprensa para "irmanadas, levarem avante a luta por um Brasil maior e melhor" (A IMPRENSA na Cruzada [...] 1933, p.5; CRUZADA Nacional de Educação, 1933, p. 2). A imprensa, por intermédio da ABI, sempre apoiou as ações da CNE e, embora, nesta análise, nosso foco seja o Correio da Manhã, outros jornais também apoiavam a campanha de combate ao analfabetismo.

Alguns nomes assinaram notícias sobre a CNE no período analisado. Dentre estes, destacamos Rachel Prado, escritora, jornalista e educadora que se voluntariou para atuar na CNE como professora de escola ao ar livre em 1932 (PRADO 1934, p.6). Em apoio à CNE, escreveram também Costa Rego, Mario Pinto Serva, Bastos Tigre, entre outros. A partir de 1935, Gustavo Armbrust assina diversos textos publicados no Correio da Manhã[4].

As campanhas financeiras para instalação e manutenção de escolas chamadas de Semana de Alfabetização estiveram

[4] São 22 textos de Armbrust entre 1935 e 1945, cujos títulos versam sobre: o combate e/ou morte ao analfabetismo; cooperação da juventude; primeiros frutos de uma grande obra; um novo 13 de maio; exemplos edificantes; apelos aos prefeitos; a segunda abolição; escravos da ignorância; sacrifício necessário.

presentes nas principais notícias veiculadas na década de 1930. Em abril de 1933, a CNE realizou a 1ª Semana de Alfabetização visando a instalação de 50 escolas de emergência para crianças que não conseguiram se matricular por falta de vagas nas escolas do Distrito Federal (CRUZADA Nacional de Educação [...] 1933, p.3). O evento de encerramento da Semana de Alfabetização de 1934 ocorreu sob a presidência de Getúlio Vargas, contando com a presença de Gustavo Capanema e outros ministros (CRUZADA Nacional de Educação 1934, p.3).

Menciona-se que, em 1934, a CNE tinha cerca de 42 escolas com 2.000 alunos no Distrito Federal, 7 escolas no Estado do Rio, 4 no Espírito Santo, 2 em Minas Gerais e algumas nos estados do norte. Em setembro de 1936, há notícias sobre cerca de 800 escolas criadas pela CNE em todo o Brasil. Em 1937, a campanha tinha como objetivo criar 4.500 escolas no dia 13 de maio e para o ano de 1938, a meta era criar, pelo menos, 3 escolas primárias em cada município e uma escola modelo da CNE. Em janeiro de 1938, Armbrust cita mais de 2.400 escolas instaladas direta ou indiretamente pela CNE em todo o país, contando com patrocínio de instituições como as Escolas Militar, Naval e de Aviação, da Polícia Militar, Associação Comercial do RJ, Associação dos Construtores Civis do RJ,

Tênis Club, Sindicato Brasileiro dos Bancários e Moinho Fluminense (O QUE tem feito [...] 1938, p.3).

Correio da Manhã em campanha no combate ao analfabetismo

Em 21 de janeiro de 1932, um comunicado de fundação da CNE foi publicado em diversos jornais da capital federal[5]. A primeira notícia relacionada ao movimento no Correio da Manhã é de 8 de janeiro de 1932, informando que Gustavo Armbrust e Américo Silvado iriam propor ao governo provisório, por intermédio do ministro da educação, a criação de uma Cruzada que promoveria "Semanas de Educação" destinadas a conseguir donativos para o funcionamento de escolas primárias (CRUZADA de educação 1932, p. 4). Em 15 de janeiro, o jornal abre espaço na primeira página para que Gustavo Armbrust

[5] "O problema do analfabetismo excede na sua gravidade a todos os mais problemas (sic) do Brasil. A renovação da Pátria sem a remoção desse tremendo obstáculo é uma utopia. Nós abaixo assinados numa tentativa honesta de auxiliar o governo provisório, seriamente empenhado nesta benemérita campanha, resolvemos fundar a Cruzada Nacional de Educação, cujo alvo inicial é abrir uma escola de alfabetização e educação em cada município do Brasil. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1932. - Francisco Campos, Pedro Ernesto, Belisário Penna, Gustavo Armbrust, Isabel Cunha, Americo Silvado, J.A. de Mattos Pimenta, M. Paulo Filho, Roberto Marinho, Herbert Moses, Barbosa Lima Sobrinho, Paulo Bittencourt, Frederico Barata, Anisio Teixeira, Isaias Alvez, Virgilio Antonio de Carvalho, Celina Padilha, Mario Góes, Domingos de Góes Filho. CRUZADA Nacional de Educação. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã,* ed. 11383, p. 2, jan. 1932.

apresente o plano da CNE após viagem realizada pela Bahia e região norte. Armbrust destaca que a Cruzada receberá alunos "calçados ou descalços" e que vai matricular crianças, jovens e adultos:

> Constatando que, sem a iniciativa particular, jamais poderá o governo brasileiro atacar praticamente o problema da instrução, concebeu o dr. Gustavo Armbrust a fundação da Cruzada [...] - O problema urgente para o Brasil é alfabetizar, alfabetizar em massa o maior número possível de brasileiros. [...] Organizada para penetrar enormemente camadas sociais, a Cruzada Nacional de Educação possuirá, no plano nacional, uma diretoria central, sob a presidência de honra do titular da pasta da Educação [...] O traço que distinguirá as escolas da Cruzada será a democracia mais ampla entre seus alunos. [...] A Cruzada de Educação é, pois, a primeira tentativa prática que se faz, entre nós, para a instrução de camadas consideráveis da nossa população [...] (PODERÃO ser alphabetizados, annualmente, 100.000 [...] 1932, p. 1).

Um comunicado oficial da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação é publicado em 21 de janeiro afirmando que a fundação da CNE "constitui mais um auspicioso indício desse movimento promissor que se incrementa também nos Estados pela agremiação do magistério e das classes cultas e operosas, decididas a empreender a guerra santa contra o analfabetismo"

(CRUZADA Nacional de Educação 1932, p. 8). Tal comunicado foi publicado em outros periódicos, como o Diário de Notícias que não poupou críticas ao então ministro da educação, Francisco Campos, quanto ao apoio à uma campanha de combate ao analfabetismo e ao uso da expressão “guerra santa”.

Em 27 de janeiro de 1932, o Correio da Manhã possibilita à Armbrust responder à Carneiro Leão que, em matéria publicada no Jornal O Globo, aponta dificuldades, sobretudo financeiras, que o plano de alfabetização elaborado por Armbrust enfrentaria. Em sua resposta, o presidente da Cruzada esclarece que a única despesa seria com o professor e que a proposta por ele elaborada só se faz impossível se todos em um município forem analfabetos, caso contrário, basta um para ensinar a quem precisa a ler, escrever e contar (CRUZADA Nacional de Educação 1932, p.2).

Em 16 de novembro de 1933, a matéria “Favelas Escolares” nos chama a atenção. Menciona-se entrevista dada por Anísio Teixeira sobre o ensino primário, onde ele “condena” o esforço de um grupo de brasileiros que, nesta capital, iniciou a cruzada da alfabetização. Teixeira, então diretor da instrução pública no Distrito Federal, afirmara que em "instalações inadequadas não pode haver trabalho educativo", fazendo uma advertência aos jornais que aplaudem verdadeiras "favelas

escolares". Tomando partido da CNE, o texto do Correio da Manhã questiona se a campanha deve parar até que se façam instalações adequadas. Afirma, ainda, estranhar que a hostilidade contra “tão louvável iniciativa” tenha partido de um “educador oficial”. Por fim, aponta que o mal não está em educar "de qualquer forma, debaixo de árvores ou em casebres e galpões", o mal é “a burocracia escolar” (FAVELLAS escolares 1933, p. 4).

Interessante notar que esses embates aparecem em diversas notícias e demonstram um ambiente de disputas nesse contexto. Um embate entre as grandes teorias educacionais e pedagógicas modernas e novas e as campanhas de alfabetização. As notícias que evidenciam essa disputa estão mais presentes entre os anos de 1932 e 1934, contexto em que os grupos intelectuais estão se articulando, sobretudo, em função da organização política do país e da proximidade de formação da Assembleia Constituinte.

Em 1934, ganharam destaque notícias de viagens realizadas por um grupo de jovens da Associação Universitária ao norte e nordeste do país em propaganda pela CNE para estimular os governos estaduais e municipais a investir mais na difusão do ensino primário. Naquele ano, também ganhou espaço nas páginas do jornal o “Correios dos Estados” que trazia

notícias das ações da CNE em todo o país e lista de adesão dos prefeitos. A partir de 1936, as ações da Cruzada no Estado do Rio ganham destaque com ênfase ao apoio dado pelo interventor Amaral Peixoto. De 1935 em diante, surgem cada vez mais notícias sobre o apoio "incondicional" do Exército, da Marinha e da Polícia Militar do Distrito Federal à CNE. Muitas escolas foram patrocinadas por essas instituições, recebendo nomes como "Almirante Saldanha da Gama" e "Duque de Caxias".

Em dezembro de 1935, o Correio da Manhã dá destaque ao I Congresso Nacional contra o Analfabetismo, organizado pela CNE com apoio da ABI. Sob o lema "Salvemos o Brasil do Analfabetismo", o evento visava despertar a opinião pública e mobilizar as "forças vivas da nação" na criação de escolas (A CAMPANHA contra [...] 1935, p.3). Sob presidência de Herbert Moses, a comissão executiva do Congresso era composta por diretores de jornais da capital, diretores das estações de rádio e das agências telegráficas. Em carta enviada ao Correio da Manhã, a CNE agradece o êxito na realização do Congresso que havia comprido sua missão, contanto com presença do ministro Gustavo Capanema em sua sessão inaugural, realizando visita à Vargas com crianças das escolas da Cruzada e evidenciando que há muito interesse no movimento que conquistou novos adeptos.

Em fevereiro de 1936, divulga-se um plano de ação da CNE cujas metas eram: 1- Uma escola primária em cada município até 13 de maio daquele ano; 2- Alistar voluntários; 3- Solicitar aos diretores de colégios primários e secundários ao menos uma matrícula gratuita para criança ou jovem reconhecidamente pobre; 4- Criar uma biblioteca ao lado de cada escola; 5- Mobilizar alunos de todo Brasil; 6- Realizar um congresso em cada capital dos estados (O PROGRAMMA da Cruzada [...] 1936, p.2). As notícias dão conta de que o ministro da educação se dirigiu aos governadores transmitindo o programa da Cruzada e solicitando patrocínio oficial para a execução do programa, considerando louváveis os "esforços em proveito da instrução das populações brasileiras" (O MINISTÉRIO da Educação [...] 1936, p.4). Ainda em 1936, para comemorar seu aniversário de 35 anos, o Correio da Manhã publicou uma edição de 78 páginas dedicada à CNE.

Em 1937, o periódico divulga um concurso de legendas promovido pela CNE com frases que resumam o desejo de combater e a necessidade de extinguir o analfabetismo do Brasil. A comissão julgadora era composta por Lourenço Filho, Hebert Moses e Anna Amelia Carneiro. As legendas vencedoras seriam irradiadas na Hora do Brasil (UM Brasil grande [...] 1937, p.6). Uma solenidade denominada "Trevas e Luz" promovida pela

CNE contaria com a cooperação de Lourival Fontes pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, sendo transmitida pela Rádio do Ministério da Educação. Destaque também para o comunicado/apelo feito por Lourenço Filho, então Diretor do Departamento Nacional de Educação, aos diretores de estabelecimentos do ensino secundário, em cooperação com a campanha da CNE, pedindo a criação de cursos primários noturnos para adolescentes e adultos (MAIS quatrocentos [...] 1937, p.2). Por fim, ainda em 1937, destacamos a publicação no Correio da Manhã do livro "Quero aprender a ler". A história e suas ilustrações ocupariam uma página inteira da edição de 11 julho. A obra foi dedicada por Barros Vidal à CNE e sua campanha contra o analfabetismo (QUERO aprender [...] 1937, p. 53).

Tendo em vista a comemoração do cinquentenário da abolição em 1938, a CNE fundou a Escola Darcy Vargas (n. 41) mantida pelo Corpo de Fuzileiros Navais. Essa é apontada como uma escola modelo, de "construção moderna", que contaria com cinema, rádio, biblioteca, assistência médica e dentária e distribuição de merenda aos alunos. Em 1939, o Correio da Manhã destaca a instalação da Comissão Nacional do Ensino Primário que tinha entre seus membros Gustavo Armbrust ao lado de Lourenço Filho, Euclides Sarmento, Everardo

Backheuser, Nóbrega da Cunha, Alberto Ribeiro de Cerqueira Lima, e Maria dos Reis Campos.

Em julho de 1939, crianças de escolas da CNE visitaram Francisco Campos, ministro da justiça em agradecimento ao decreto que declarou a CNE obra de utilidade pública em 1932[6], quando era ministro da educação, numa "manifestação de confiança e fé" nas palavras de Armbrust. O ministro declarava ser "um prazer ver um ideal de ontem transformado hoje numa grande realidade" (UMA visita [...] 1939, p. 8).

Em busca de um lugar para a CNE

Podemos afirmar que houve ampla mobilização social na campanha de combate ao analfabetismo empreendida pela CNE anos 1930. Tal mobilização contou com apoio da imprensa escrita e radiofônica, bem como do governo Vargas e de diversos estados e municípios brasileiros. A CNE traçou as mais diferentes estratégias na tentativa de fundar "escolas por toda parte". O Ministério da Educação de Getúlio Vargas acompanhou as iniciativas da CNE desde sua fundação. De Francisco Campos (1930-1932), passando por Washington Pires (1932 a 1934) e chegando a Gustavo Capanema (1934 a 1945), todos os titulares da pasta manifestaram apoio à Cruzada.

6 Decreto n. 21.731, de 15 de agosto de 1932.

Com uma rede escolar de ensino primário que continuava muito aquém do necessário, com pouquíssimo investimento por parte dos poderes públicos e diante de uma população majoritariamente analfabeta, a CNE se apresentava como uma solução prática para a educação do povo.

É evidente o apoio que o movimento recebeu da imprensa. Nos jornais, nas rádios, nas revistas, a campanha da CNE se fez presente num contexto em que os intelectuais tinham papel fundamental junto à imprensa na massificação de informações. Tais intelectuais reivindicavam, cada vez mais, seu lugar de atuação junto ao Estado e os meios de comunicação eram terreno fértil para divulgação de suas ideias e projetos.

Retomando Sirinelli (1996), é possível classificar como intelectuais todos aqueles que atuam como criadores ou mediadores culturais, o que incluiria jornalistas, escritores, médicos e uma ampla gama de indivíduos. Ao mesmo tempo, o termo intelectual deve ser adotado com base na noção de engajamento, de atuação nos debates políticos da sociedade. Observa-se que o Correio da Manhã se posiciona a favor das ações da CNE, em contraposição aos que denominava como "técnicos". Esses eram, sobretudo, representantes do escolanovismo, criticados como aqueles tinham "muita teoria" e "pouca atuação prática". No caso específico do ensino primário,

essa ação/atuação representava fundar escolas e mobilizar a sociedade no sentido de mantê-las. Apesar das duras críticas feitas pelo escolanovismo às campanhas que queriam apressadamente ensinar a ler, escrever e contar, a CNE sobreviveu por, pelo menos, mais uma década.

A CNE se alinharia cada vez mais ao Estado Novo, configurando-se como "braço" do governo junto à sociedade na difusão do ensino primário. Nos anos 1940, a CNE se manteve ativa. A realização da "Campanha do Tostão" foi amplamente divulgada na imprensa.

Por fim, consideramos importante inserir a CNE na história da educação brasileira, tendo em vista que foi um movimento efetivo e ativo junto à sociedade, contando com os mais diversos apoios, com ênfase ao apoio recebido do governo Getúlio Vargas. Apesar de tamanha mobilização, a CNE ficou esquecida pela historiografia. Esse esquecimento é tema relevante para essa pesquisa em andamento.

Referências

A A.B.I. e a educação nacional. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed. 11505, p. 5, jun. 1932. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Cruzada%20Nacional%22&pagfis=12054. Acesso em: 28 ago. 2025.

A CAMPANHA contra o analphabetismo. A Cruzada Nacional de Educação vae promover o 1 Congresso Nacional contra o Anlaphabetismo. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed.12552, p.3, out. 1935. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Gustavo%20Armbrust%22&pagfis=30332. Acesso em: 28 ago. 2025.

A IMPRENSA na Cruzada Nacional de Educação. Um officio à A.B.I. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã,* ed. 11929, p. 5, out. 1933. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Cruzada%20Nacional%22&pagfis=18874. Acesso em: 28 ago. 2025.

BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

COMBATE ao analphabetismo. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed. 12001, p.2, jan. 1934. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Cruzada%20Nacional%22&pagfis=20147. Acesso em: 28 ago. 2025.

CRUZADA de educação. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã,* ed. 11372, p. 4, jan. 1932. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=%22Gustavo%20Armbrust%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=10043. Acesso em: 28 ago. 2025.

CRUZADA Nacional de Educação. Inauguraram-se hontem, em sessão solene, os trabalhos dessa instituição. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed. 11395, p.2, fev. 1932. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Cruzada%20Nacional%20de%20Educa%c3%a7%c3%a3o%22&pagfis=10392. Acesso em: 13 ago. 2024.

CRUZADA Nacional de Educação. O início da Semana de Alphabetisação. O programa da grande campanha e uma festa de cordialidade. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed.11770, p.3, abr. 1933. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Cruzada%20Nacional%20de%20Educa%c3%a7%c3%a3o%22&pagfis=16120. Acesso em: 13 ago. 2024.

CRUZADA Nacional de Educação. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed. 11562, p.4, ago. 1932. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Gustavo%20Armbrust%22&pagfis=12909. Acesso em: 28 ago. 2025.

CRUZADA Nacional de Educação. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed. 11382, p. 8, jan. 1932. Disponível em:https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Cruzada%20Nacional%22&pagfis=10203. Acesso em: 28 ago. 2025.

CRUZADA Nacional de Educação. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed. 11388, p. 2, jan. 1932. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=%22Gustavo%20Armbrust%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=10287. Acesso em: 28 ago. 2025.

CRUZADA Nacional de Educação. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã,* ed. 11932, p. 2, out. 1933. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Cruzada%20Nacional%22&pagfis=18935. Acesso em: 28 ago. 2025.

CRUZADA Nacional de Educação. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed.12224, p.3, set. 1934. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Cruzada%20Nacional%22&pagfis=24206. Acesso em: 28 ago. 2025.

FAVELLAS escolares. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed. 11952, p. 4, jan. 1933. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Cruzada%20Nacional%22&pagfis=19293. Acesso em: 28 ago. 2025.

GOMES, Angela de Castro. O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Capanema: o ministro e seu ministério.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

MAIS quatrocentos cursos primários nocturnos. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed.13006, p.2, abr. 1937. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Cruzada%20Nacional%22&pagfis=39450. Acesso em: 28 ago. 2025.

NUNES, Clarice. "(Des)encantos da modernidade pedagógica". *In:* LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. 3ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

O MINISTÉRIO da Educação e o programma da Cruzada [...]. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed.12664, p.4, fev. 1936. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=%22Gustavo%20Armbrust%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=32467. Acesso em: 28 ago. 2025.

O PROGRAMMA da Cruzada Nacional de Educação para 1936. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed.12655, p.2, fev. 1936. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=%22Gustavo%20Armbrust%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=32297. Acesso em: 28 ago. 2025.

O QUE tem feito a Cruzada Nacional de Educação. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed.13241, p.3, jan. 1938. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Gustavo%20Armbrust%22&pagfis=44354. Acesso em: 28 ago. 2025.

O TRABALHO de formiga. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed. 11627, p.4, nov. 1932. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Gustavo%20Armbrust%22&pagfis=13837. Acesso em: 28 ago. 2025.

PELA instrução popular. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed. 11378, p.4, jan. 1932. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=%22Gustavo%20Armbrust%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=10135. Acesso em: 28 ago. 2025.

PODERÃO ser alphabetizados, annualmente, 100.000 brasileiros? Eis o problema que a Cruzada Nacional de Educação se propõe a resolver. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed. 11378, p. 1, jan. 1932. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&pesq=%22Gustavo%20Armbrust%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=10132. Acesso em: 10 dez. 2024.

PRADO, Rachel. Cruzada Nacional de Educação. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã,* ed. 12163, p. 2, jul. 1934. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Cruzada%20Nacional%22&pagfis=23091. Acesso em: 28 ago. 2025.

QUERO aprender a ler. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed.13088, p.53, jul. 1937. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Cruzada%20Nacional%22&pagfis=41310. Acesso em: 28 ago. 2025.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

UM Brasil grande [...]. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed.13036, p.6, mai. 1937. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Gustavo%20Armbrust%22&pagfis=40082. Acesso em: 28 ago. 2025.

UMA visita de creanças das escolas da Cruzada [...]. Rio de Janeiro, *Correio da Manhã*, ed.13702, p.8, jul. 1939. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&Pesq=%22Gustavo%20Armbrust%22&pagfis=53113. Acesso em: 28 ago. 2025.

Refúgio, Maternidade e Infância: um estudo sobre o discurso visual em *A Noite Ilustrada*

Vanessa Mendonça Leite
Doutoranda em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Este texto decorre do projeto da pesquisa da tese de doutorado, cujo título é: "Imigração e Infância: uma investigação fotojornalística (1912-1955)", ainda em andamento. O objetivo desse estudo de caso é analisar a representação visual dos refugiados, em especial mulheres e crianças, retratados nas páginas da revista carioca "A Noite Ilustrada". As imagens estão reunidas na matéria intitulada "Natal de Sombras", assinada por Eva Bann, com fotografias de Max Ottoni e publicada em 21 de dezembro de 1948. A intenção é analisar a forma como a representação dos refugiados foi construída, considerando as narrativas visuais e discursivas que conformaram sua presença no espaço público e midiático do pós-guerra. Além de suscitar reflexões sobre a presença, por vezes ignorada, da temática da maternidade e infância nos processos e experiências migratórias.

O exame de representações visuais implica reconhecer que estas não constituem simples reflexos de uma realidade

pretérita, mas formas mediadas de construção de sentido. Assim, a representação é sempre dotada de historicidade, pois reflete convenções culturais, escolhas discursivas e enquadramentos específicos que orientam tanto a visibilidade quanto o esquecimento. Ao aproximar essa reflexão do campo da Cultura Visual, torna-se possível compreender as imagens como discursos que participam da produção de sentidos sobre sujeitos e experiências.

História Cultural e Representação

Na década de 1960, na esteira dos movimentos sociais que eclodiram durante o período, o campo disciplinar da História passou, mais uma vez, por um processo de renovação historiográfica, que diversificou e ampliou o potencial do que poderia se considerar como fonte e objeto passível de verificação pelo historiador. A Nova História (*Nouvelle Histoire*) contestava os modelos estruturais dominantes a época, trazendo à baila uma "História vista de baixo" e convertendo em estrutura e mentalidade os mapas conceituais considerados por demais abstratos e generalizantes. Nas palavras de Jaques Le Goff, "os progressos da democracia nos levam a procurar mais o lugar dos 'pequenos' na história, a colocarmo-nos ao nível da vida

cotidiana, e isso impõe-se segundo várias modalidades, a todos os historiadores" (LE GOFF, 1990, p.27).

A Nova História Cultural pode, assim, ser definida como o campo do saber histórico que constitui uma área multidisciplinar e engloba uma grande variedade de temas e métodos. Um dos aspectos mais característicos dessa prática historiográfica foi voltar-se em direção as parcerias com a compreensão sociológicas e antropológica, principalmente no que concerne a concepção de cultura, que possibilitou a inauguração da Antropologia Histórica. A partir dessa contribuição interdisciplinar, os historiadores culturais foram encorajados a adotar uma noção mais ampla do que se constituía como seu principal objeto de estudo, a cultura. Dessa forma, a tendência nas ciências humanas hoje é tratar de uma pluralidade de culturas, em detrimento de uma perspectiva única e generalizada. A chamada "virada cultural" foi responsável por uma revisão e até mesmo por uma renovação teórica, a partir da evolução da definição antropológica da cultura, como a caracterização de um determinado modo de vida comum a um grupo ou a uma época.

Peter Burke (2008, p.31) qualifica a Nova História Cultural como sendo diversificada, tanto no plano coletivo como

no individual, por essa razão, não existe entre os historiadores um consenso entre seus limites e suas fronteiras. Esse novo estilo de História Cultural pode ser encardo como uma resposta aos desafios produzidos pela expansão do domínio da cultura, possibilitando aos historiadores tomarem consciência de problemáticas novas ou até então ignoradas.

Frequentemente, noções de representação, linguagem e práticas somam-se ao conceito de cultura, compondo um universo de estudo mais abrangente. A linguística, nesse quadro, torna-se chave de compreensão para a noção de representação desenvolvida por Stuart Hall e para os princípios da análise semiótica das imagens. A linguagem opera como um sistema representacional, visto que é através dela que comunicamos e representamos para outros indivíduos nossos conceitos, ideias e sentimentos. “A representação pela linguagem é, portanto, essencial aos processos pelos quais os significados são produzidos (...)” (HALL, 2016, p.17).

A representação, entendida como produção de sentido pela linguagem, funciona como o elo que conecta linguagem, cultura e significado. Se o sentido é historicamente estabelecido e, portanto, nunca fixado de forma imutável, a compreensão de um significado envolve necessariamente a interpretação, que se

torna elemento essencial da metodologia pela qual o sentido é atribuído e apreendido. Nesse procedimento, escritor e leitor desempenham papéis de igual valor, uma vez que signos ininteligíveis não podem ser interpretados e, portanto, não são significativos.

Dessa forma, a linguagem é percebida como um fenômeno social, já que sua construção não reside em aspectos individuais do sujeito, mas nas relações entre sujeitos, na cultura. Na concepção semiótica de análise, inclusive os objetos podem operar como significantes na produção de sentido.

Reconhecendo a natureza da cultura como necessariamente interpretativa, sua finalidade não recaí em produzir verdades absoltas, ao contrário, geram uma cadeia infinita de interpretações que se seguem, inevitavelmente envolvidas nesse "círculo de sentidos". Desse modo, os estudos desenvolvidos a posteriori demonstraram maior interesse na concepção deste conceito como uma fonte para a produção do entendimento social, constituído como um sistema aberto e conectado de maneira mais íntima as práticas sociais e as questões de poder.

A trajetória do A Noite Ilustrada

A Noite Ilustrada caracterizava-se como pertencentes ao gênero das revistas de variedades, cujas publicações eram marcadas pela "(...) apresentação cuidadosa, de leitura fácil e agradável, diagramação que reservava amplo espaço para imagens e conteúdo diversificado (..)" (LUCA, 2008, p.121). Estar categorizada como revista de variedades cumpria ainda uma função estratégica, pois oferecia a possibilidade de abranger uma gama variada de situações, o que permitia alcançar o máximo possível de público leitor (LUCA, 2008). Por conseguinte, importa compreender a maneira pela qual a representação dos refugiados é exposta nas páginas da revista, a fim de, depreender o grau de interferência de suas concepções políticas e interesses empresariais nas posições tomadas frente questão da acolhida desses indivíduos, sem prescindir, contudo, da reflexão acerca da relação entre os construtores da informação e o público-leitor alvo, desconsiderando qualquer sentido de mera passividade destes últimos.

A Revista *A Noite Ilustrada* teve seu primeiro exemplar lançado em setembro de 1930 e surgiu como a seção de rotogravura do jornal *A Noite*. Sua criação transcorre no contexto de estreia da nova sede da empresa na Praça Mauá, juntamente com a renovação de maquinários e linotipos, que

inaugurava uma fase de prosperidade sob a presidência de Geraldo Rocha. Contudo, o apoio irrestrito às oligarquias dominantes nas eleições daquele ano, custou à empresa sua breve experiência de bonança. A declarada oposição a Getúlio Vargas, candidato presidencial da Aliança Liberal, mesmo após sua vitória, despertou a animosidade da administração governamental recém constituída, que resultou no empastelamento do *A Noite* e na prisão de seu proprietário. As dificuldades de estabilização financeira, decorrentes desse episódio, provocaram a penhora dos bens de Geraldo Rocha, que ao falhar na quitação das dívidas cedeu suas posses ao grupo São Paulo – Rio Grande, administrado por Guilherme Guinle. Sob o novo comando, *A Noite* e *A Noite Ilustrada* gozaram de uma fase de recuperação e expansão, estando esta última entregue à direção de Gil Pereira e à gerência de Vasco Lima. Tatiana Bulhões destaca o espaço privilegiado que o semanário reservava à publicação das imagens, uma disposição gráfica que acentuava a "primazia de fotografias em relação aos textos" (BULHÕES, 2017, p.360). Este período de revitalização foi marcado também pela inauguração da *Rádio Nacional*, uma emissora de radiodifusão criada como material complementar de função informativa e as revistas *Carioca* e *Vamos Ler*, voltadas

para o segmento audiovisual e literário, respectivamente. Apesar de adotar uma linha editorial mais cautelosa, com a ausência da crítica mais aguerrida ao poder estabelecido, o fantasma da encampação rondava o cotiado do jornal. O medo não era infundado, uma vez que controlada pelo governo, desde outubro de 1930, a São Paulo – Rio Grande não havia regularizado a situação e sua desapropriação finalmente concretizou-se em março de 1940.

Portanto, no período desta pesquisa, o periódico e seu semanário estavam integrados ao patrimônio da União e constavam anexados às Empresas Incorporadas do Patrimônio Nacional. O período de 1940 a 1957 foi marcado por uma longa crise, que ocasionou a elevação do custo e diminuição da receita de suas publicações. Concomitantemente, passou a perder seus leitores, pois, segundo Marieta de Morais Ferreira (2001), o consideravam uma corporação cujo único compromisso era tecer elogios às instituições governamentais. Em 1946, a partir de um Decreto-Lei expedido pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra, o periódico foi arrendado à sociedade anônima constituída por seus funcionários. Não obstante, apesar da transferência ter sido bem recebida pela imprensa em geral, o veículo não resistiu as sucessivas crises e impasses

administrativos, que resultaram no fim de suas tiragens em dezembro de 1957.

Um breve panorama contextual

O contexto nacional do pós Segunda Guerra Mundial significou a retomada da política de imigração dirigida, estabelecida pelo governo de Getúlio Vargas a partir da instituição da Lei de Cotas. Devido às leis de restrição a imigração, adotadas pela política varguista, a realidade do fluxo imigratório no Brasil era consideravelmente distinta do que prevaleceu desde fins do século XIX, com quedas abruptas no índice de entrada de imigrantes no país. Todavia, ao término da guerra e graças à mudança na balança política brasileira com as eleições de 1946, as autoridades admitiram uma abertura na política imigratória, considerando a vinda de refugiados do conflito, na condição de imigrantes. Assim, o Brasil vislumbrou uma boa oportunidade em conjugar a necessidade de desenvolvimento econômico a ajuda humanitária, através da seleção de refugiados qualificados. O perfil ideal de imigrante residiu naquele que exercia, principalmente, a profissão de agricultor ou técnico de indústria, situação que se revelou paradoxal, pois se o discurso humanitário foi utilizado para

acolher esse perfil de refugiado, também foi uma ferramenta de exclusão daqueles que não se encaixavam nesse retrato.

A recepção dos refugiados

"Natal de Sombras", assim é intitulada a matéria de Eva Ban[1] em parceria com o fotógrafo Max Ottoni[2], publicada em 21

1 Nascida em 16 de março de 1934, na cidade gaúcha de Ijuí, Eva Maria Ban era filha de imigrantes húngaros. Ainda aos 12 anos escrevia artigos e poesias para pequenos jornais locais e tempos depois, aos 17 anos, já publicava no Correio do Povo, Folha da Tarde e possuía um programa próprio de disc-jóquei na Rádio Gaúcha de Porto Alegre. Na Suíça, cursou medicina e direito por dois anos, mas abandonou ambos e, descobrindo-se poeta, encontrou no jornalismo o canal de expressão dos anseios humanos e a oportunidade de transformar o mundo através da escrita. Eva Ban mudou-se para o Rio de Janeiro e atuou como colaboradora de vários jornais e revistas, entre eles: A Noite Ilustrada, O Cruzeiro, Manchete, Diário da Noite, Cigarra, Carioca, Vamos Ler, etc. Destacou-se por reportagens de denúncia a falsa mendicância, tráfico de drogas e de mulheres. Posteriormente, assumiu a função de correspondente internacional em Nova Iorque, entre os anos de 1967 e 1979, também em 1987. Suas pinturas levaram-na a expor em várias cidades norte-americanas e suas obras encontram-se em coleções espalhadas pela América e Europa. *Fonte: Europa Publications (org.). International Who's Who in Poetry 2004. – 12th ed. – England: Taylor & Francis, 2003. p. 215. / FILHO, Antonio Cabral. Eva Bán sem Medo nem Segundo Tempo. Letras Taquarenses Blog, 14/09/2016. Disponível em: <https://letrastaquarenses.blogspot.com/2016/09/eva-ban-sem-medo-nem-segundo-tempo.html>. Acesso em: 20/08/2025.

2 Max Ottoni, nasceu em 15 de agosto de 1918, em Paris, na França. Filho de franco-brasileiros, foi convocado pelo serviço militar para compor as fileiras do exército francês, em 1939. Um ano depois, foi capturado e levado como prisioneiro para a Alemanha. Quando de sua libertação, foi incentivado pelo irmão, que trabalhava como editor-chefe, a se dedicar a técnica fotográfica. Em 1947, Max Ottoni se transferiu para o Brasil, onde publicou reportagens de fotojornalismo para o A Noite Ilustrada. Contratado pelo jornal Paris

de dezembro de 1948, por *A Noite Ilustrada*. O texto da reportagem, que ganhou anúncio de destaque na capa da edição, trata do primeiro natal em que os refugiados passariam longe de seus territórios de origem, longe da destruição resultante da guerra. Na tentativa de sensibilizar o leitor sobre a realidade vivida por esses imigrantes, a autora compara a pobre e difícil circunstância do nascimento do menino Jesus a condição miserável dos pequenos refugiados recém-chegados a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. O material veiculado é apresentado em quatro páginas e conta com oito fotografias, que serão exploradas a seguir.

Match, foi enviado para a China de Chou En Lai e para a Rússia, governada por Nikita Khrushchov. O fotógrafo, produziu inúmeras imagens durantes suas missões, algumas das quais foram exibidas em exposições organizadas na Alemanha e em Paris. Profissional internacionalmente reconhecido, Max Ottoni retratou diversas personalidades, como Charles Trenet, Sasha Guitry, Boris Vian, Henry Salvador, Lucienne Dlille, Gérard Philippe, General de Gaulle, Juan Péron, Paul Claudel, Juliette Gréco, Marcel Cerdan, Brigitte Bardot, Michèle Morgan, Maurice Chevalier e entre outras.
*Fonte: REYNOLDS, Patrick. Biographie Max Ottoni Photographe. Le Musee Prive, [s.d.]. Disponível em: <https://www.le-musee-prive.com/biographie-artiste/712-biographie-max-ottoni-photographe.html>. Acesso em: 20/08/2025.

Figura 01 – Refugiados recém-chegados ao Brasil



Fonte: "Natal de Sombras". A Noite Ilustrada. Edição 1034. Rio de Janeiro, 21/12/1948. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional.

A figura 01 foi escolhida como chamariz da reportagem supracitada, é notabilizada como capa daquela edição do semanário. No primeiro plano desta cena, encontra-se uma mulher sentada com um bebê sobre suas pernas, possivelmente mãe e filho(a). Suas mãos entrelaçam-se envolta do corpo da

criança, enquanto seu olhar absorto parece refletir pensamentos distantes. Se ao seu lado é possível localizar a provável figura de uma mala, no sentido oposto, em segundo plano, identifica-se outra mulher, cuja ficha presa na roupa permite saber que o grupo ao qual pertencem são de imigrantes recém-chegados ao país, informação reforçada pela presença da mala. Existe, nessa imagem, um contraste causado por duas figuras femininas dispostas a partir de suas diferenças. Se a primeira mulher, com o bebê em seu colo, possui vestes mais simples e os cabelos escondidos sobre uma modesta bandana, que em uma usabilidade mais prática funciona como proteção ao sol ou ao frio, e sem nenhum outro adereço; a segunda veste-se de modo mais elegante e sofisticado, interpretação corroborada por sua postura e a utilização de maquiagem, como o batom e joias, como o relógio, além de notar-se os óculos escuros, uma proteção a agressão da luz solar. Nesta composição, frente a dois tipos distintos de refugiados, o fotógrafo opta por destacar a figura da desafortunada mãe e sua pequena criança.

Importa sublinhar que as poses e os objetos que compõem uma imagem abrem caminho para a leitura conotada, ou seja, permitem acesso ao sentido presente em outras camadas da produção, menos óbvia a uma primeira vista. Isto porque,

“(...) esses objetos são indutores comuns de associações de ideias” (BARTHES, 1990, p.17) e constituem-se como elementos de significação lexical estáveis, de modo que estabelecem uma sintaxe. As peças de roupa ou objetos dispostos, enquanto dispositivos historicamente situáveis, possuem significados precisos, por isso, ao valorizá-los na *mise-en-scène* o fotógrafo induz a geração de um sentido simbólico da imagem.

> (...) o código de conotação não era, na realidade, nem “natural”, nem “artificial”, mas histórico, ou “cultural”; código em que os signos são gestos, atitudes, expressões, cores ou efeitos, dotados de certos sentidos em virtude dos usos de uma determinada sociedade: a ligação entre o significante e o significado, isto é, a significação propriamente dita, é aqui, se não imotivada, pelo menos inteiramente histórica. (BATHES, 1990, p.21).

Figura 02 – Um sorriso tímido



Fonte: "Natal de Sombras". A Noite Ilustrada. Edição 1034. Rio de Janeiro, 21/12/1948. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 52.

A figura 02, de estética marcada por um jogo de luz e sombras e que se concentra no registro do rosto dessa senhora de sorriso tímido, é uma das imagens que abrem a reportagem no interior da revista.

A fotografia jornalística, enquanto um objeto dotado de autonomia estrutural, não deve ser considerada um aporte isolado, visto que se comunica com o elemento textual e é a partir dessa conjugação que se revela a totalidade da informação. Portanto, é indicado a análise em separado desse sistema, a fim

de que seja possível alcançar a compreensão sobre sua complementariedade. Neste aspecto, Roland Barthes ressalta que o próprio texto, seja o corpo da notícia ou a legenda atribuída, pode funcionar como uma mensagem destinada a conotar a imagem ao suscitar um ou vários sentidos outros ao registro. A imagem não performa mais como ilustração a serviço do texto, para esclarecê-lo ou concretizá-lo, antes, a palavra "(...) torna a imagem mais pesada, impõem-lhe uma cultura, uma moral, uma imaginação (...)" (BARTHES, 1990, p.20). A depender da apresentação textual e estilística, o efeito interpretativo que o componente verbal causa ganha outros contornos. Uma produção escrita que aproxime mais a palavra da fotografia pode criar a enganosa sensação de objetividade da informação, numa espécie de tradução neutra da imagem. É possível, ainda, que dispositivos como a legenda, por exemplo, expressem um sentido totalmente novo, produto de especulações, ou diametralmente oposto ao referente visual.

A julgar pelo critério de seleção de refugiados elegido pelo governo brasileiro, a senhora retratada nesta segunda imagem, chegou ao país acompanhada de sua família, composta por outros integrantes, provavelmente, mais jovens e que atendessem as exigências das autoridades. No entanto, é a

imagem de uma velha e frágil senhora que os editores da reportagem e dirigentes da revista decidem por transmitir, cuja legenda fixada parece cumprir a função de selecionar um sentido para o esboço de sorriso que surge no rosto dessa sobrevivente.

Figura 03 – O retrato da guerra



Fonte: "Natal de Sombras". A Noite Ilustrada. Edição 1034. Rio de Janeiro, 21/12/1948. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 52.

Juntamente com a figura 02, a figura 03 acima também foi escolhida para estampar a primeira página da matéria publicada. Familiarizado com o horror da guerra e seu rastro de destruição, Max Ottoni capta em sua fotografia uma mulher de rosto cansado e abatido, magra e frágil, ou seja, o fotógrafo revela as marcas que o conflito infligiu àquele ser humano. A perspectiva de exaustão é mais uma vez evocada na figura da criança dormindo nos braços da mãe, em uma posição que não aparenta ser das mais confortáveis. Novamente, a ficha na roupa da mulher revela sua recente chegada a Hospedaria de Imigrantes, o que também significa um recomeço, a esperança de uma vida melhor em outro país. Para além, é possível criar certos paralelos de referência simbólica entre a fotografia e a representação de Maria e o Menino Jesus na arte sacra, numa aura quase divina e devotada da maternidade. Apesar do resultado fotográfico escurecido, que não permite captar detalhes do ambiente envolta, nota-se, ao fundo, a presença de outras pessoas, inclusive, possivelmente, de outra criança, dessa vez desperta e que também compartilha de uma ficha em sua vestimenta.

Não raro, imagens provocam efeitos e sentidos que ultrapassam as potencialidades da estrutura textual, talvez por

sua habilidade em mobilizar repertórios conceituais e imagéticos concretizados através das relações culturais e históricas de uma sociedade. Conforme argumenta Isaac Camargo,

> No meio impresso, a imagem é plana e fixa. Portanto, para que chame a atenção do leitor, deve incorporar outras táticas e estratégias que o mobilizem e provoquem nele novas inflexões perceptivas e reflexões conceituais. O valor apelativo recorre ao evocativo e não se dá apenas pelo uso da imagem em si, mas, principalmente, pelo modo como ela é articulada no meio impresso. Com isso, uma imagem significa muito mais na relação que estabelece entre os diferentes níveis de percepção social, na estrutura sociocultural na qual ela está inserida, do que apenas pela estrutura impressa na qual reside. (CAMARGO, 2012, p.165).

Outra questão imbricada no processo do ato fotográfico diz respeito a interferência cultural e ideológica do operador que media a captura do fragmento temporal. Inevitavelmente a imagem produzida reflete as concepções de seu autor, a escolha técnica, o campo visual que condensa ou sintetiza o acontecimento, os enquadramentos, iluminação e diversos outros elementos se constituem como recortes e edições da mensagem que se deseja transmitir.

Figura 04 – Na Hospedaria de Imigrantes



Fonte: "Natal de Sombras". A Noite Ilustrada. Edição 1034. Rio de Janeiro, 21/12/1948. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 53.

Nesta figura 04, a objetiva do fotógrafo se concentra em registrar o contato entre, possivelmente, mãe e filho numa

situação mais despojada. A figura da jovem, inclusive, traz nos lábios um sorriso aberto dirigido ao pequeno bebê em seus braços, assim como a atenção do seu olhar. Ao contrário da fotografia anterior, esta expressa certa vivacidade, enfatizada pela interação da criança com o ambiente a seu redor e por uma expressão simpática no rosto da mãe. Desta vez, é possível notar que a ficha na roupa da mulher está marcada com o número "304", o que pode significar que ela funcionaria como um modo de identificação desses refugiados no espaço da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, segundo um aspecto mais burocrático de controle. Ao fundo, passa quase despercebido a presença de um homem, com a cabeça abaixada.

A frase destacada na legenda parece agregar alguma expectativa futura com relação a pequena criança. Transmite a sugestão de que como cidadão a ele(a) cabe usufruir dos direitos garantidos, mas que também deve cumprir suas obrigações e deveres para com a nação. Não é incomum notar a presença acentuada das crianças entre o contingente de refugiados fotografados pela imprensa e mesmo nesta reportagem. A esperança que provavelmente recaía sobre os pequenos era a de que acolhê-los também significaria garantir a mão-de-obra para

o futuro e que, a partir de então, contribuiriam com o progresso do país. Frequentemente,

> Na representação criada pela imagem fotográfica, o universo infantil é um simulacro do adulto, no qual todas as potencialidades necessárias para formar um cidadão realizado são apresentadas como condição natural e inerente ao grupo social do qual provém. (MAUAD, 2005, p.164-165).

Figura 05 – Repouso ao chão



Fonte: "Natal de Sombras". A Noite Ilustrada. Edição 1034. Rio de Janeiro, 21/12/1948. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 53/55.

Aqui, mais uma vez, a atmosfera de cansaço parece ser insinuada, não apenas pelos dois bebês dormindo ao chão, mas pela presença da mulher que se deixar ficar também no pavimento, numa postura inclinada em que os braços sobre as pernas, cumprem a função de sustentar-lhe a cabeça, em cujo rosto volta-se para baixo, indicando uma posição de exaustão ou enfado. Interessante observar o arranjo dos corpos das crianças, em que aquela, em primeiro plano, apresenta-se mais próxima da presumível mãe, com a face orientada em direção ao campo visual da mulher a sua frente; enquanto a outra identifica-se mais afastada, ao lado da figura feminina. Contudo, é razoável que esta sensação seja uma espécie de ilusão de ótica ou trucagem[3], gerada pelo enquadramento e angulação da câmera, que captura o episódio numa orientação de cima para baixo. O plano *plongée*, enquanto agente do processo de conotação, pode atribuir sentidos de fragilidade e vulnerabilidade a cena.

Roland Barthes estabelece a conotação como a codificação do produto fotográfico, ou seja, é "a imposição de

[3] Segundo aponta Roland Barthes, a trucagem consiste em um artifício que, ao se utilizar do verniz de verdade que a fotografia produz pela fidedignidade de sua estética, aproxima ou afasta artificialmente elementos da imagem, em um truque visual. Caracteriza-se, portanto, como uma intervenção no interior do plano de denotação da fotografia.

um sentido segundo a mensagem fotográfica propriamente dita, elabora-se nos diferentes níveis de produção da fotografia (escolha, processamento técnico, enquadramento, diagramação)" (BARTHES, 1990, p.15).

No que se refere a materialidade do suporte e sua montagem/diagramação, algo curioso acontece em relação a esta imagem. Por duas vezes ela é incluída no espaço da matéria: na primeira, surge dividida entre as duas primeiras páginas e, na segunda, é utilizada como a fotografia que encerra o discurso visual, a última apresentada.

Figura 06 – Um lanche no Brasil



Fonte: "Natal de Sombras". A Noite Ilustrada. Edição 1034. Rio de Janeiro, 21/12/1948. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 53.

Diferente das reproduções anteriores, na figura 06 a criança não é retratada junto da mãe ou qualquer outro familiar. O enquadramento valoriza apenas o rosto do menino, com o olhar voltado para cima, fixado em algo ou alguém que retém sua atenção, num plano fechado que não permite uma visão mais geral do ambiente ou das pessoas presentes. A captura do momento em que ele se alimenta, pode ser lida, a partir das informações trazidas no texto noticiado e na legenda, em oposição a escassez que, frequentemente, assolava os refugiados nos campos espalhados pela Europa e como no Brasil eram recebidos com fartura. Isto também poderia se revelar como o prognóstico de um futuro mais próspero, ainda que incerto.

Figura 07 – Uma criança entre as malas



Fonte: “Natal de Sombras”. A Noite Ilustrada. Edição 1034. Rio de Janeiro, 21/12/1948. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 54.

Nesta figura 07, que obteve uma folha inteira do impresso dedicada à sua exibição, observa-se a figura de um menino sentado por entre as bagagens, com o corpo inclinado sobre as malas, de frente a um gradeado. A posição,

aparentemente desconfortável, sugere cansaço, mas o jogo de luz e sombras não revela o rosto da criança. Mais uma vez, o foco da cena volta-se inteiramente para o menino e não inclui a presença de nenhuma outra pessoa ou desvela maiores informações do ambiente. O destaque atribuído a esse registro na página da revista, pode se revelar como uma escolha em realçar na imagem no menino a fadiga e o desconforto dos recém chegados a uma terra e língua estranhas. É possível, também, que sua proeminência guie o olhar do leitor a uma certa beleza estética.

Roland Barthes apresenta o procedimento do esteticismo enquanto uma composição visual propositalmente tratada de modo a apresentar-se como arte, através de inspirações estéticas. Esse recurso, frequentemente, opera como catalizador dos sentidos simbólicos da mensagem, pois recupera simbologias já estabelecidas "(...) para impor um significado habitualmente mais sutil e mais complexo que aqueles permitidos por outros procedimentos de conotação" (BARTHES, 1990, p.18).

Figura 08 – Novos habitantes



Fonte: “Natal de Sombras”. A Noite Ilustrada. Edição 1034. Rio de Janeiro, 21/12/1948. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 55.

Esta última figura 03 retomas elementos já vistos anteriormente, como o plano fechado na figura da mulher e do bebê, que dorme em seus braços. Contudo, chama a atenção a contraposição entre o sono profundo e tranquilo do bebê e o

cansaço estampado no rosto da mãe. Seu esgotamento é, ainda, reforçado pelo desalinho do cabelo. A ficha é outro componente que não passa despercebido as lentes do fotógrafo. Interessante notar como nesta imagem, em diferença as outras, a luz parece estar mais acentuada ou exacerbada.

Considerações Finais

No *A Noite Ilustrada*, como mídia representativa do gênero das revistas ilustradas, texto e imagem se articulam com o objetivo de narrar uma história ao leitor. Portanto, para que seja possível acessar o discurso visual veiculado, se faz necessário uma leitura não apenas de alguns fragmentos da sequência fotográfica, mas de todo o seu encadeamento.

Em se tratando da reportagem "Natal de Sombras" e das imagens acima discutidas, nota-se que se o texto publicado cria paralelos entre as circunstâncias do nascimento de Jesus na história bíblica, aproveitando-se da proximidade do Natal, e as dificuldades e precariedades enfrentadas pelos refugiados nos campos da Europa para gerar certa sensibilização no público, o fotografo também o faz através, é claro, de outros artifícios.

A narrativa fotográfica se concentra completamente em retratar a presença de mulheres e crianças, especialmente a partir

da representação da maternidade e da infância, em complementariedade. Esta escolha, principalmente, na captura de rostos e corpos exaustos, pode evocar ideias de fragilidade e vulnerabilidade, ideias essas que, não por acaso, eram e ainda são muito associadas a figuras femininas, infantes e idosas. A fotografia que estampa a capa da revista dá o tom do que o leitor iria encontrar nas outras imagens associadas a matéria. Seria, portanto, uma espécie de síntese do discurso apresentado. Outro elemento bastante recorrente são as fichas que indicam, além de uma forma de identificação, a recente chegada daquelas pessoas ao Brasil e a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. Talvez uma indicação do início de uma nova jornada. A expectativa que incidia sobre esses novos habitantes, pode ser percebida na figura das crianças que significariam uma garantia de futuro. Eva Ban escreve que "(...) são uma promessa, uma promessa melhor do futuro, do que a palavra dos políticos".

É possível constatar, ainda, que a maioria dessas fotografias segue uma orientação vertical, com planos bem fechados. Boa parte delas possui, inclusive, pontos bem escurecidos no produto fotográfico ou uma luz branca bastante acentuada, podendo ser uma limitação técnica ou jogo intencional de luz e sombra. Dessas imagens, as que possuem

maior espaço de exposição nas páginas da revista são: aquela que estampa a capa da edição, a imagem do menino sentado por entra as bagagens e a figura da mulher que se deixar estar ao chão junto as crianças. As três fotografias marcam pontos centrais da narrativa examinada, em que a primeira anuncia o enfoque que será empregado pelo olhar do fotógrafo; a segunda imagem pode ser lida como um retrato que condensa a vulnerabilidade, a exaustão e, até mesmo, a melancolia dos refugiados que aportam em um país de língua e cultura desconhecidas e tão diferente das suas; a terceira, escolhida para encerrar o percurso fotográfico, pontua a presença da figura maternal em velar pelo sono das crianças, mesmo quando o cansaço da viagem a visita no espaço da Hospedaria de Imigrantes, que opera como um local de transição, mas, igualmente, de cuidados e descanso. Um fato curioso encontrado nessas fotografias e em todas as outras ligadas a matéria, acha-se na postura das personagens que em momento algum perscrutam ou encaram a câmera de Max Ottoni, seus olhares desviantes, ao contrário, parecem se deter em algo que está para além do que as lentes podem capturar.

As imagens não se configuram como meros reflexos da realidade, mas como construções narrativas mediadas, que

integram o passado e conferem inteligibilidade à experiência dos refugiados. A fotografia, portanto, desempenha um papel central não apenas documental, mas operando como espaço de memória e como instrumento de produção de sentidos sociais. Portanto, a reportagem em questão não apenas registrou a chegada dos refugiados, mas os inscreveu em uma narrativa visual e simbólica que atua na conformação da percepção pública sobre sua presença no Brasil. Mais do que um testemunho fotográfico, "Natal de Sombras" revela-se como um dispositivo de visibilidade, cuja análise tem o objetivo de contribuir para compreender, questionar e problematizar os modos pelos quais maternidade e infância foram mobilizados na construção da experiência migratória.

Referências

BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BIBLIOTECA NACIONAL "Natal de Sombras". *A Noite Ilustrada*. Edição 1034. Rio de Janeiro, 21/12/1948. Hemeroteca Digital Brasileira: Acervo Biblioteca Nacional. p. 1, 52-55.

BULHÕES, Tatiana da Silva. "Ampliando o Alcance da Propaganda Integralista: fotografias e textos na imprensa carioca (Fon-Fon!, Diário de Notícias e A Noite Illustrada)". In: GONÇALVES, L. P.; SIMÕES, R. D. (Org.). *Entre Tipos e Recortes: histórias da imprensa integralista*. – 2ª ed. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017. p. 353-374.

BURKE, Peter. *O Que é História Cultural?* Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CAMARGO, Isaac Antonio. *Ética, imagem e fotografia na mídia informativa impressa*. Londrina: Discursos Fotográficos, v.8, n.12, jan/jun 2012. p. 161-193.

Europa Publications (org.). *International Who's Who in Poetry 2004*. – 12th ed. – England: Taylor & Francis, 2003.

FERREIRA, Marieta de Morais. "NOITE, A". In: ABREU, A.; BELOCH, I.; LATTMAN-WELTMAN, F; LAMARÃO, S. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. p. 4105-4107.

FILHO, Antonio Cabral. *Eva Bán sem Medo nem Segundo Tempo*. Letras Taquarenses Blog, 14/09/2016. Disponível em: <https://letrastaquarenses.blogspot.com/2016/09/eva-ban-sem-medo-nem-segundo-tempo.html>. Acesso em: 20/08/2025.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicure, 2016.

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. São Paulo: Editora Unicamp, 1990.

LUCA, Tania Regina de. *"História dos, nos e por meio dos periódicos"*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. – 2ª ed. – São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MAUAD, Ana Maria. *Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade de século XX*. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v.13, n.1, jan/jun 2005. p. 133-174.

NOBRE, Itamar de Morais; GICO, Vânia de Vasconcelos. *Imagem fotográfica, cultura e sociedade*. Discursos Fotográficos. Londrina, v.7, n.10, jan/jun 2011. p. 107-126.

REYNOLDS, Patrick. *Biographie Max Ottoni Photographe*. Le Musee Prive, [s.d.]. Disponível em: <https://www.le-musee-prive.com/biographie-artiste/712-biographie-max-ottoni-photographe.html>. Acesso em: 20/08/2025.

REZENDE, Bruno Lisita. *A apropriação da imagem fotográfica no discurso jornalístico: o real e sua representação*. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal, 2016.

"Mestre dos Mestres Prudêncio": personagem do folclore, da cultura popular, da história e da memória de Cariacica/ES

Vinícius de Aguiar Caloti
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista CAPES

Introdução

Prudêncio da Conceição Nascimento nasceu em Boa Vista, Cariacica, Espírito Santo, Brasil. Filho do "Puxador" Antônio Borges, mestre da centenária Banda de Congo "Palmeiras do Sertão" de Piranema, foi uma das personagens mais importantes da identidade cultural, história social, memória coletiva, folclore e tradição do Município de Cariacica. Descendente de escravizados, o afamado mestre reconhecido por seu notório saber popular cultural foi considerado o "Mestre dos Mestres das Bandas de Congo de Cariacica" pela referida Prefeitura Municipal de Cariacica em 2019, em homenagem *post-mortem* cuja condecoração foi entregue ao seu filho Mestre Ezequiel, visto ser um dos maiores organizadores do Carnaval de Congo de Máscaras de Roda D'Água, um festejo realizado em homenagem à Nossa Senhora da Penha, Padroeira do Estado do Espírito Santo, que existe na circunregião desde meados do

século XIX, chegando a aglutinar 40.000 pessoas, após a instalação de uma leva de escravizados remanescentes da repressão à Insurreição de Queimado (1849), em quilombos no entorno do monte Mochuara.

Não obstante analfabeto, o saudoso mestre fomentou o "Conselho das Bandas de Congo de Cariacica" em 1984 e a "Associação das Bandas de Congo de Cariacica" (ABCC) em 2003. Registrou a agremiação "Unidos de Boa Vista" em 1954, coordenou bandas de congo por mais de 16 anos, inclusive a "banda mirim" vinculada à Unidos de Boa Vista, hoje extinta. Militante histórico do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Movimento Negro no Município de Cariacica, o Sr. Prudêncio foi o primeiro "intelectual orgânico" (GRAMSCI, 2002) capixaba a registrar bandas de congo em Cartório de Registro Civil. Isso aconteceu em um período sócio-histórico e cultural situado no qual a sociedade capixaba cerceava as organizações e os movimentos negros que realizavam apresentações culturais, especialmente manifestações folclóricas afro-brasileiras. Aliás, um período no qual registrava-se somente bandas marciais nos cartórios cíveis. Nosso ilustre personagem da cultura popular também fundou a Fanfa-Congo da APAE de Campo Grande (Cariacica) em 1993, abarcando apenas pessoas com deficiência

(PcDs), ao entremesclar a fanfarra e congo, ademais da “Cia Cumby” em 1997, que em *kimbundu* (variante do *bantu*) significa “Filhos do Sol”, ao sair da mencionada Unidos de Boa Vista, com a intenção de fundar uma banda com os membros de sua família.

A agremiação da APAE de Campo Grande possibilita a inclusão, a socialização, a musicalização e um subsídio nas atividades terapêuticas desenvolvidas dentro da instituição com PcDs, ao prestar atendimentos especializados para pessoas com transtorno do desenvolvimento intelectual (TDI) e deficiências múltiplas (DMs), inclusive formando músicos profissionais atuantes nas sociedades cariaciquense e capixaba. Cabe-nos aqui um pequeno relato sobre a biografia do artista Dione Ramos da Silva, ex-aluno da APAE de Cariacica, amigo da APAE e integrante das Bandas de Congo "Mestre Jeffinho" e "Mestre dos Mestres Prudêncio Resgate Cultural", regidas respectivamente pelos Mestres de Congo Jeffinho e Ezequiel, que é considerado o maior “casaqueiro” e “congueiro” PcD do Município e um dos melhores músicos no cenário espíritossantense[1]. Já a Cia Cumby busca uma releitura do

1 Disponível em: <https://diversidadeedescolonizacao.ufes.br/conteudo/sessao-solene-da-

congo, notadamente a partir do rap e do reggae, configurando uma bricolagem de ritmos musicais, com a intenção de se apresentar em palcos de grandes eventos, divulgando sobretudo ideias e memórias afetivas coletivas sobre a vida quotidiana e a cultura congueira, entrelaçadas a histórias de vida, histórias de família e histórias comunitárias, mais além da municipalidade.

Mestre Prudêncio e os congueiros de Cariacica levaram as suas histórias, memórias e canções, chamadas "peças de congo", para fora do Município, do Estado do Espírito Santo e do Brasil. Aos poucos, a sua "herança cultural" (BOURDIEU, 1964) retorna à cena, por meio da Banda de Congo tradicional "Mestre dos Mestres Prudêncio Resgate Cultural", regida pelo Mestre Ezequiel, formada pelos filhos e netos do "Seu Prudêncio", membros da comunidade e amigos que se incorporaram à família extensa dessa ilustre personagem folclórica, assim como o neuroatípico Professor de Ensino Religioso da rede municipal de educação que escreve esse texto. Com o propósito de conhecer essas e outras histórias, utilizamos a pesquisa etnográfica de campo "com observação participante" (MALINOWSKI, 1978) no Terreirão Cultural da Cia Cumby, de

camara-de-cariacica-homenageia-pcds-na-semana-nacional-da-pessoa-com> Acesso em: 10/09/2025.

maneira a empregar o procedimento "história de vida" (ALBERTI, 2004) na condução de entrevistas com os filhos e netos do Mestre Prudêncio. Anelamos compreender um pouco mais acerca da biografia do Mestre Prudêncio, um "personagem-lugar de memória" (NORA, 1993), por meio de suas memórias, além da história, memória social e tradição cultural de Cariacica. Desse modo, esboçaremos alguns lineamentos sobre a importância do congo no Espírito Santo, o Carnaval de Congo de Máscaras de Roda D'Água, em Cariacica e o trabalho realizado pelo seu filho, Mestre Ezequiel, herdeiro do seu legado cultural.

Bandas de Congo: núcleo base do congo capixaba

O Congo é um dos símbolos mais significativos e difundidos da cultura capixaba, presente em diversas manifestações tradicionais. Reconhecido como o primeiro patrimônio cultural imaterial registrado pelo Governo do Estado do Espírito Santo em 2014, ele desempenha um papel fundamental na identidade local. No entanto, a sua importância como referência cultural das comunidades negras do Estado ainda é pouco explorada. De acordo com membros da Comissão Espírito-Santense de Folclore, as bandas de congo estão

presentes em vários Municípios capixabas, com destaque para a região de Roda D'Água, em Cariacica, um dos principais redutos dessa tradição. A localidade sedia uma das maiores festividades do congo no Estado, que, n'algumas edições, chegou a reunir mais de quarenta mil pessoas, reforçando sua relevância cultural e comunitária.

Do mesmo modo, o congo se tornou um bem cultural muito presente em muitos trabalhos artísticos nas esferas do cinema, música, artes plásticas, teatro, *et al* – ansiosos por aglutinar a cultura capixaba em seus produtos ou "mercadorias culturais", também incrementando "valores de uso" e de "troca" (MARX, 2007) às mesmas, ao engendrar um forte apelo comercial baseado no "sentimento", ou melhor, na "alma" e na "identidade cultural" capixabas. Diversos grupos musicais se projetaram no cenário capixaba e nacional lançando mão do ritmo do congo (BRAVIN, 2008; CARVALHO, 2004; SANTOS, 2013). Como exemplos, Martinho da Vila, em seu disco *O Canto das Lavadeiras* (1989), fez uma gravação de uma música tradicional do congo, a cantiga *Madalena do Jucu*, posteriormente (re)gravada por diversos(as) cantores(as), obtendo sucesso nacional e internacional, assim como o robô *Spirit* que, ao aterrissar no Planeta Marte, em 2004, após ser

transportado pela sonda Perseverance, foi acordado pela música *Da da da* (2001) da banda Casaca, um grupo musical regional que mescla pop-rock, reggae e congo, projetando o congo capixaba.

Quando consideramos o "campo acadêmico" (BOURDIEU, 2011), concebemos que são poucos os trabalhos que apresentam o congo capixaba como objeto de investigações científicas. Contribuições significativas foram realizadas nas últimas décadas, partilhando-se dos estudos dos folcloristas e das pesquisas efetuadas em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, de maneira a superar os relatos do século XIX de religiosos e viajantes, tais quais as crônicas de François Biard (1858) em *Deux années au Brésil* (1862, p. 197), Levy Rocha (1860) na *Viagem de D. Pedro II ao Espírito Santo* (1960, p. 97), Bispo Pedro Maria de Lacerda (1880-1886) nos cadernos manuscritos de sua visita pastoral ao Espírito Santo, Padre Antunes de Siqueira (1893) no *Esboço histórico dos costumes do povo Espíritossantense* (1893, p. 43), marcados por "olhares etnocêntricos", evolucionistas e "não relativistas" (GEERTZ, 1978) que idealizavam os grupos folclóricos, a princípio como "primitivas bandas de congo" e "bandas de índios" (SANTOS NEVES, 1980, p. 3), nas quais posteriormente houve

ingerências, apontando-se para a "intromissão do elemento negro no folguedo ameríndio" (SANTOS NEVES, 1980, p. 8).

Essas acepções foram sorvidas pelas produções dos folcloristas capixabas, assim como Santos Neves, sobretudo no período entre 1944 e 1982, tornando-se uma referência posteriormente empregada para a maioria das produções subsequentes nas quais a ênfase seria numa homogeneização das bandas de congo, ao desconsiderar as vicissitudes de singularidades dos grupos e regiões do Espírito Santo, imobilizando-os temporalmente, como se não houvesse antagonismos e transformações sócio-históricas e culturais. Assim, tais estudos confeccionaram um inventário das bandas de congos, partindo de uma concepção cartesiano-positivista e essencialista ao focalizar elementos constituintes das bandas, detalhando alguns aspectos tais quais as cantigas, as vestimentas, os instrumentos utilizados e a quantidade dos componentes. Exemplarmente, citamos as obras *Atlas Folclórico do Brasil* (1982) cunhado pela Fundação Nacional da Arte e o Instituto Nacional do Folclore e *O congo no Espírito Santo: Uma panorâmica das bandas de congo (2009)*, nas quais a pesquisadora Maria de Lourdes Ribeiro e o maestro Jaceguay

Lins perfilham a *práxis* dos folcloristas na composição de descrições e análises deveras influenciadas por Santos Neves.

Em *Canto de tambor e sereia: Identidade e participação nas bandas de congo da Barra do Jucu, Vila Velha/ES* (2002), Nascimento e Menandro (2002) efetuaram uma crítica a essa acepção, por exemplo esboçada por Santos Neves (1980, 2008) e Lins (2009), arraigada em fontes cujos estudos remontam a um período oitocentista. Logo, assinalado por um ideal romântico, inclusive idílico-indigenista e por um "racismo científico" (SCHWARCZ, 1993), senão um "racismo de Estado" brasileiro (FOUCAULT, 2010) no qual a idealização de um indígena "típico ideal" (WEBER, 1972) caracterizado por traços europeus era fabulado simultaneamente com uma política eugenista de branqueamento populacional, baseada numa *epistème* racista, ao conceber que a matriz negra implicaria em prejuízos à constituição do "povo brasileiro" (RIBEIRO; ORTIZ, 1985). Segundo Nascimento e Menandro (2002), é mais cordata a compreensão de que as bandas de congo capixabas guardam relação com elementos culturais das matrizes negra, indígena e lusitana. Aliás, elementos fundacionais de uma civilização brasileira singular e mestiça fundada entre os trópicos (RIBEIRO, 1995; FREIRE, 2019). Compreensão que se tornou

um consenso científico dentro do campo acadêmico das ciências humanas e sociais que investigam a temática do congo capixaba.

Não obstante tal configuração sobre o congo, pairam dúvidas sobre os pesquisadores acerca da gênese do bem cultural. Santos (2013), em sua dissertação *Processos organizativos e identidade afro-brasileira: A transmissão cultural do congo em Cariacica/ES* (2013) e Oliveira (2005), na sua tese *O projeto político do território negro de Retiro e suas lutas pela titulação da terra* (2005) compreendem que o congo capixaba pertence a um tronco comum às congadas em nosso país, guardando relação com as coroações de reis negros no Brasil escravista em duas investigações muito consequentes. Santos (2013) focaliza a transmissão cultural no seio das bandas de congo de Cariacica e das famílias congueiras, salientando a história de vida de alguns mestres e a memória coletiva de algumas famílias na comunidade. Da mesma forma, constrói registros etnológicos sobre os carnavais de congo de 2011 e 2012, trazendo algumas discussões sobre o processo de institucionalização da Associação das Bandas de Congo de Cariacica. Oliveira (2005) focaliza a Banda de Congo Unidos do Retiro, situada na comunidade quilombola homônima, em Santa Leopoldina/ES, próxima às margens do rio Mangaraí.

Nesse estudo antropológico, o congo é interpretado como um dos elementos que demarca sinais diacríticos e fronteiras étnicas pertinentes à coagulação da identidade sócio-cultural dessa comunidade na construção de um projeto político em torno da "Associação dos Herdeiros do Benvindo Pereira dos Anjos" - ancestral desses quilombolas, que desencadeou a indivisibilidade do seu território. O antropólogo se remete a historiadores como Cléber Maciel e Maria Stella Novaes, avocando registros ainda mais remotos que os descritos por Santos Neves (2008) sobre o congo no Estado do Espírito Santo, ao recordar uma apresentação de uma banda de congo em 1854, numa festa em São José do Queimado, na qual se celebrou uma missa, referenciando-se ao diploma legal Postura nº 3, de 10 de julho de 1854, por meio do qual o Governo Provincial interditou a realização de danças e batuques de escravizados, frisando que várias apresentações de congo ainda "pedem licença" às autoridades, com vistas à realização de suas atividades (OLIVEIRA, 2005).

Outros indícios que apontamos estão inscritos em relatos de viajantes estrangeiros e em jornais mencionados nos trabalhos de Santos Neves (1980, 2008) que retratam a presença de negros e indígenas nesses grupos folclóricos, nos quais não

estão noticiadas algumas descrições nas quais prevalecem a matriz negra, afora uma aquarela de Debret (1768-1848) reproduzida por Lins (2009) que exibe uma banda de negros, aduzindo um instrumento similar ao reco-reco. Ambos os registros são bem anteriores às descrições que Santos Neves e Lins utilizaram para atestar a suposta gênese indígena das bandas de congo. Indo adiante da gênese das bandas de congo capixabas, quer sejam indígenas ou negras, ressaltamos que a melodia das bandas de congo constitui uma importante referência cultural para as comunidades tradicionais que vivem no território étnico de Roda d'Água, compondo uma tradição que guarda diversos elementos das culturas afro-brasileiras, indígena e portuguesa, formando uma referência com fortes entrecruzamentos híbridos (HALL, 2004; HANNERZ, 1997).

A partir de uma pesquisa etnográfica de campo, interpretamos o congo como um "sinal diacrítico" (BARTH, 2000) ou "negativo fotográfico" das identidades afro-brasileira e afro-capixaba, considerando a perspectiva da interação social com os demais segmentos etno-culturais formadores do "processo civilizatório brasileiro" (RIBEIRO, 1995; SANTOS, 2013). Dito isso, adiante passamos às nossas considerações

sobre o congo de Cariacica, com vistas a entendermos o legado de nossa personagem folclórica.

Notas sobre o "Congo de Máscaras" de Roda D'Água

O Carnaval de Congo de Máscaras de Roda D'Água é uma celebração que ocorre há mais de 150 anos em Cariacica, Espírito Santo - Brasil, em homenagem à Nossa Senhora da Penha, Padroeira do Estado Espírito Santo cuja origem se vincula aos "escravos fugidos" da circunscrição ao território. O festejo pode ser descrito por um auto de fé, tradição e alegria, sendo demarcado por um sincretismo entre o catolicismo popular e as religiões de matriz africana, abrangendo um público que antanho orbitou até 40.000 pessoas, advindas de várias regiões do Estado e, até mesmo, do país. Atualmente, o Carnaval de Congo é desencadeado por um cortejo, guiado pelo andor de uma Santa bem aprumada. A caminhada que dista da Bica de Roda D'Água ao campo do América é percorrida pelos integrantes das bandas de congo e por brincantes mascarados, travestidos do "personagem mítico" João Bananeira, culminando com uma "missa congueira", outrossim coadjuvada pelos batuques das agremiações, de modo a ultimar-se por um momento solene de reza da Ave Maria.

Imagem 1 - Cortejo do Carnaval do Congo de Máscaras de Roda D'Água com a imagem de Nossa Senhora da Penha, Padroeira do Estado do Espírito Santo.



Fonte: Século Diário, publicado: Abril 6, 2018.

Imagem 2 - Carnaval de Congo de Máscaras de Roda D'Água



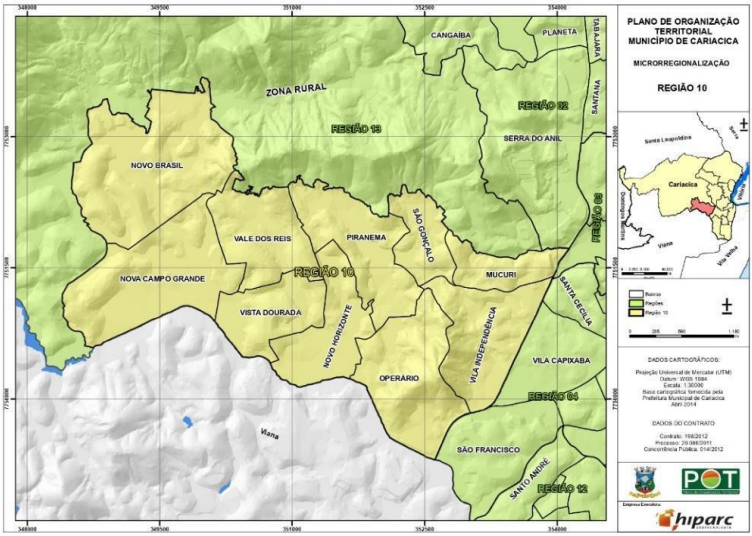
Fonte: Folha Vitória, publicado: Abril 19, 2017.

O território de Roda d'Água abarca uma franja de terras, que vai do Bairro Vale dos Reis (região 10) até a localidade chamada Encantado (região 13)[2], apresentando dez bandas de congo[3], conforme observamos nos três mapas a seguir:

[2] Dentro do Plano de Organização Territorial do Município de Cariacica (CARIACICA, 2014), os bairros Piranema, Novo Brasil e Vale dos Reis pertencem à região 10, enquanto Roda D'Água, Boa Vista, Taquaruçu e Encantado situam-se no setor 1 da região 13. Todavia, tais regiões não foram particularizadas na produção cartográfica cariaciquense.

[3] Hoje, as bandas de congo ativas na região são: Santa Isabel, Mestre Tagibe, Mirim Mestre Cemir (Roda D'Água); São Sebastião de Taquaruçu, Unidos de Boa Vista, São Benedito de Boa Vista, Mestre dos Mestres Prudêncio

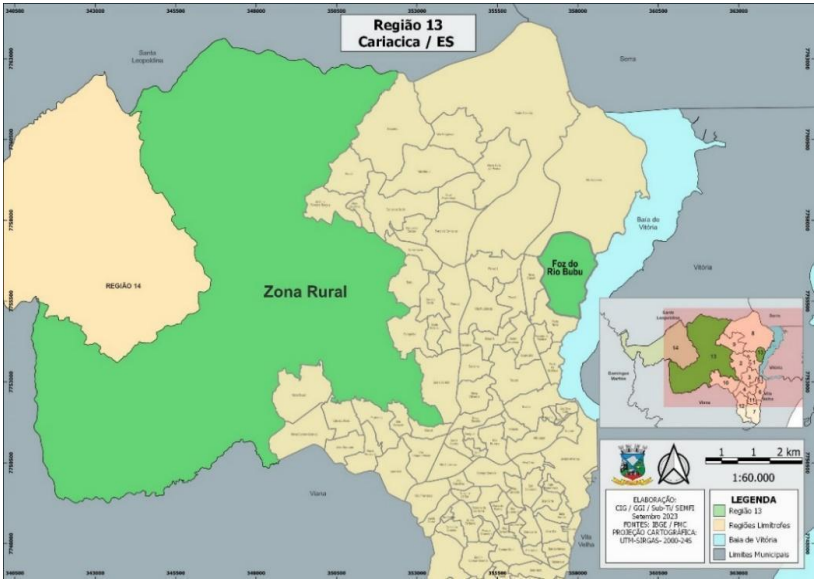
Imagem 3 - Plano de Organização Territorial do Município de Cariacica: região 10 (2014)



Fonte: Prefeitura Municipal de Cariacica, publicado: 2014.

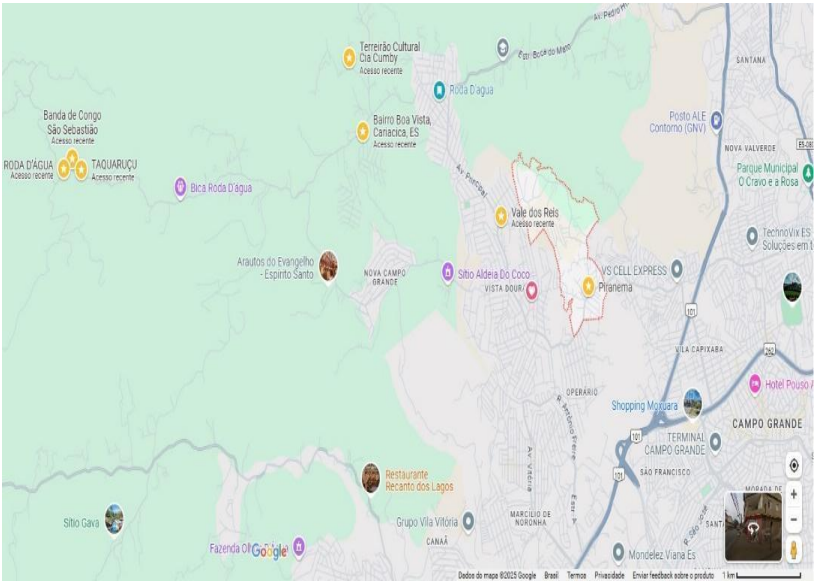
Resgate Cultural (Boa Vista); São Benedito de Piranema, Afro-Dandaras (Vale dos Reis), APAE de Cariacica.

Imagem 4 - Plano de Organização Territorial do Município de Cariacica: região 13 (2014)



Fonte: Prefeitura Municipal de Cariacica, publicado 2014.

Imagem 5 - Território do Congo de Cariacica: Roda D'Água estendida (2025)



Fonte: *Google Maps*, publicado 2025.

Em sua maioria, as bandas de congo são configuradas por homens e mulheres descendentes de escravizados que nasceram naquela região ou para lá se relocalizaram, exercendo várias atividades econômicas para a sua sobrevivência, amiúde trabalhos subalternos. As agremiações se nucleiam em torno da Associação das Bandas de Congo de Cariacica (ABCC-ES), orquestrando variadas festas ao longo do ano, tendo como o seu acume o Carnaval de Congo de Máscaras realizado oito dias

depois do domingo de Páscoa e, portanto, com uma data móvel, seguindo o calendário litúrgico católico, em homenagem à Nossa Senhora da Penha, padroeira do Estado do Espírito, com grande reverência a São Benedito, o "Santo dos pretos", padroeiro e "irmoneiro", consoante uma hermenêutica da tradição Yorubá que concebe cada indivíduo como descendente de uma linhagem de Orixás (LYRA, 1981). A propósito, duas das bandas de congo da região acotiam o nome do santo, a saber, "São Benedito de Boa Vista" e "São Benedito de Piranema".

Quando refletimos sobre a procedência do Congo de Máscaras de Roda D'Água, a partir de entrevistas antanho realizadas com Mestre Prudêncio, observamos em seus relatos que muitos negros fugiram para a mencionada região, (re)configurando o congo que se "brincava" na Serra/ES, após a Insurreição de Queimado em 1849.

> [...] Eles [fugitivos da repressão de Queimado] correram para aquela região de Moxuara ali, que é hoje a Banda de Congo da Unido de Boa Vista, que ainda permanece aquele povo que é nós mesmos, e tal! Este povo aqui, então! O povo de Roda d'Água com Taquaruçu onde eles tocavam no Adriano. É um morro que tem, tinha um lugar isolado ainda tá lá! Muito alto, eles tocavam lá e Piranema tocava naquele pico do outro lado, mas isso é também devido à polícia não ir lá para mexer com eles, eles faziam os tambores que

> nem esses que eu faço de tronco oco de madeira e tocavam lá nos morros. [...] Os negros que fugiram do Queimado, tudo conhecia o congo e aí eles trouxeram a cultura né! (Mestre Prudêncio apud SOUZA, 2005).

De mais a mais, Mestre Tagibe da Banda de Congo que leva o seu próprio nome, ao conversar conosco em sua Casa de Congo acerca da origem da festividade do Carnaval de Congo de Roda D'Água, aduziu a seguinte resposta:

> [...] o relato que se fala no passado é [que] os escravos fugiram da rebelião que houve no navio na costa capixaba, então uns se esconderam em Queimados e depois pegaram as cabeceiras de Roda d'Água (FERREIRA, 2024).

Ambos os relatos acima transcritos dizem respeito a dois fatos históricos que se presentificam em outras várias narrativas, quais sejam, o naufrágio no navio Palermo, que engendrou as festas de puxada e fincada de mastro e a Insurreição de Queimado, relembradas todos os anos no dia 19 de março, em frente ao sítio arqueológico e histórico da Igreja de São José do Queimado, no Município da Serra (SANTOS, 2011). Para Quintino (2018), os ritos de puxada e fincada do mastro singularizam o congo capixaba, em relação àqueles dos demais estados, tornando-o *sui generis*. Maciel (1992, p.42-47) observa que negros insurretos em Queimado se articularam com

escravizados de variadas localidades, dentre as quais, Cariacica. Os estudos de Oliveira (2005) ponderam sobre a existência de refugiados de Queimado na região de Retiro, em Santa Leopoldina/ES, enquanto Santos (2011), partindo dessas fontes, obtempera acerca da grande possibilidade de existência duma rota de fuga de Queimado para Roda d'Água, perpassando por Retiro.

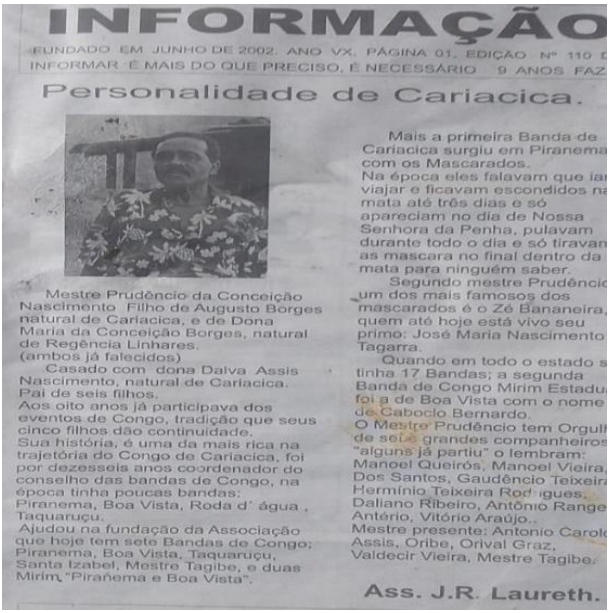
Assim, consideramos o Carnaval de Congo de Máscaras um evento de caráter festivo, ritualístico e atual, ao mesmo tempo que celebra "lugares de memória" (NORA, 1993) em tempos pretéritos, tais quais espaços, objetos, rituais, símbolos, ou mesmo "textos culturais" que a comunidade adotou como referências para a construção de sua identidade coletiva, visto os congueiros narrarem emocionadamente as recordações por eles vividas e aquelas "vividas por tabela" (POLLAK, 1992), herdadas por seus ancestrais e de sua comunidade, que outrora realizavam essa celebração a qual lhes transmitiu, o que delineia o congo como um evento e um acontecimento de memória. Após discorrermos sobre as bandas de congos capixabas e o Carnaval de Congo de Máscaras de Roda D'Água é mister abordarmos o legado cultural do Mestre Prudêncio, a partir do trabalho

realizado por Mestre Ezequiel, sobretudo com a Banda de Congo "Resgate Cultural".

Banda de Congo "Mestre dos Mestres Prudêncio Resgate Cultural"

Contam-se várias histórias em Cariacica sobre Mestre Prudêncio. Como exemplo, ouvimos que ele começou no congo com um ano de idade e que a primeira banda a ser cartoriada na região foi a Unidos de Boa Vista, pelas suas mãos. Da mesma forma, que ele encabeçou um movimento para lavrar em cartório as bandas de congo existentes em Roda D'Água, ao afirmar junto a Mestre Tagibe que o congo trouxe desenvolvimento para a região, a saber, abertura de estradas, asfaltamento, escolas, unidade de saúde, água encanada, energia elétrica, praças etc. "O congo trouxe tudo para o Município de Cariacica, para a região de Roda D'Água e Boa Vista" (Mestre Prudêncio *apud* PALAURO, 2012).

Imagem 6 - Fragmento da matéria Personalidade de Cariacica saudando o Mestre Prudêncio, em razão dos serviços prestados à cultura do Município



INFORMAÇÃO

FUNDADO EM JUNHO DE 2002. ANO VX. PÁGINA 01. EDIÇÃO Nº 110 D
INFORMAR É MAIS DO QUE PRECISO, É NECESSÁRIO 9 ANOS FAZ

Personalidade de Cariacica.

Mestre Prudêncio da Conceição Nascimento Filho de Augusto Borges natural de Cariacica, e de Dona Maria da Conceição Borges, natural de Regência Linhares. (ambos já falecidos)

Casado com dona Dalva Assis Nascimento, natural de Cariacica. Pai de seis filhos.

Aos oito anos já participava dos eventos de Congo, tradição que seus cinco filhos dão continuidade.

Sua história, é uma da mais rica na trajetória do Congo de Cariacica, foi por dezesseis anos coordenador do conselho das bandas de Congo, na época tinha poucas bandas; Piranema, Boa Vista, Roda d´ água , Taquaruçu.

Ajudou na fundação da Associação que hoje tem sete Bandas de Congo; Piranema, Boa Vista, Taquaruçu, Santa Izabel, Mestre Tagibe, e duas Mirim "Piranema e Boa Vista".

Mais a primeira Banda de Cariacica surgiu em Piranema com os Mascarados.

Na época eles falavam que iam viajar e ficavam escondidos na mata até três dias e só apareciam no dia de Nossa Senhora da Penha, pulavam durante todo o dia e só tiravam as mascara no final dentro da mata para ninguém saber.

Segundo mestre Prudêncio um dos mais famosos dos mascarados é o Zé Bananeira, quem até hoje está vivo seu primo: José Maria Nascimento Tagarra.

Quando em todo o estado s tinha 17 Bandas; a segunda Banda de Congo Mirim Estadu foi a de Boa Vista com o nome de Caboclo Bernardo.

O Mestre Prudêncio tem Orgul de ser grandes companheiros "alguns já partiu" o lembram: Manoel Queirós, Manoel Vieira Dos Santos, Gaudêncio Teixeir Hermínio Teixeira Rod´ gues, Daliano Ribeiro, Antônio Range Antério, Vitório Araújo..

Mestre presente: Antonio Carol Assis, Oribe, Orival Graz, Valdecir Vieira, Mestre Tagibe.

Ass. J.R. Laureth.

Fonte: Informação Cariacica, publicado: 2002.

Imagem 7 - Quadro do saudoso Mestre Prudêncio feito pelo artista plástico Luciano Cardoso



Fonte: do autor, publicado: 2025.

Com a coagulação da Banda da APAE de Campo Grande em 1993, Seu Prufêncio formou o seu filho Ezequiel como mestre das bandas da APAE e Cia Cumby. Esta foi constituída no morro da Fonte Grande (Vitória/ES) com os seus filhos, em razão do desejo de popularizar o congo de Cariacica, a partir de releituras mediante o rap e o reggae. De 2010 até 2017, ano de seu falecimento, Mestre Prudêncio e a Cia Cumby abriram o

Carnaval de Congo, ao apresentarem espetáculos que envolviam o rap, a dança e o congo.

Imagem 8 - Mestres Ezequiel e Prudêncio em apresentação da Cia Cumby. Da esquerda para a direita, temos uma casaca de origem indígena, fabricada pelo Sr. Ezequiel e um tambor de "oco de pau" confeccionado por "Seu Prudêncio" no Terreirão Cultural, conforme a tradição dos escravizados na região datada do período da Província do Espírito Santo, no Brasil Império do século XIX



Fonte: Acervo familiar, publicado: 2022.

Em sua propriedade rural, o Mestre-Artesão, de forma idêntica, um pequeno produtor rural de alimentos orgânicos e agroecológicos, abrigou uma oficina com a intenção de fabricar

instrumentos musicais para suprir as bandas de congos na região, usando o “pau tambor”, o cedro e o “pau Brasil” para a produção de tambores, além da “taquara” e o “bambu” para fazer casacas, ao contrário dos tupiniquins e guaranis do norte do Estado, que utilizam, respectivamente a “siriba-roxa” e a “tagibubuia”, madeiras extraídas nos entornos de suas comunidades.

Imagem 9 - Mestre Prudêncio fabricando um tambor de congo Casaca em processo de fabricação no Terreirão Cultural pelo Mestre Ezequiel



Fonte: acervo familiar, publicado: 2023.

Imagem 10 - Mestre Ezequiel segurando uma máscara da personagem mitológica [africana] João Bananeira do século XIX e uma casaca [indígena] feitas no Terreirão Cultural. Apoiados sobre o tablado, observamos uma máscara pronta de animal silvestre e dois moldes em argila para a construção de outras



Fonte: acervo familiar, publicado: 2022.

Após o falecimento do Mestre Prudêncio, a Banda Cia Cumby foi excluída da programação do Carnaval de Congo, não obstante o seu histórico de treze anos de sucesso em apresentações no festejo, juntamente com bandas regionais de renome, inclusive nacional, tais como “Manimal” e “Casaca”, em função de conflitos dentro da Associação (ABCC) que o

Mestre Prudêncio aliás ajudou a erigir. Há três anos, o Mestre Ezequiel retomou o legado de seu pai com a Banda de Congo tradicional “Mestre dos Mestres Prudêncio Resgate Cultural” cujo projeto existe há 25 anos e em setembro de 2025 “ressuscitou a Cia Cumby”, não obstante as inúmeras dificuldades sociais, econômicas e institucionais para movimentar o “Ponto de Cultura” Terreirão, a mais importante Casa de Congo na atualidade, em Cariacica. O nome da primeira banda mencionada alude a um título que o Mestre Prudêncio ganhou da Secretaria de Cultura da Prefeitura em 2019, que homenageou com uma placa condecorativa na região de Campo Grande os vinte maiores agitadores culturais da história citadina, através da Lei de Incentivo à Cultura Municipal João Bananeira.

Imagem 11



Foto: acervo familiar, publicado: 2025.

Imagem 12 - Alguns integrantes da Banda de Congo “Mestre dos Mestres Prudêncio Resgate Cultural” prontos para uma apresentação na inauguração do mercado municipal de Itacibá, em Cariacica



Fonte: acervo familiar, publicado: 2025.

Imagem 13 - Aniversário do Mestre Ezequiel no Terreirão



Fonte: Acervo familiar, publicado em maio, 2025.

Finalmente, precisamos salientar que os congueiros da região de Roda D'Água são descendentes dos escravizados que lutaram pela sua liberdade na Insurreição de Queimado em 1849, ao enfrentarem o aparelho militar da Província do Espírito Santo, no período do Brasil Império. Atualmente, constituem-se como pessoas que integram as frações subalternas da classe trabalhadora brasileira. Aliás, gente muito simples, digna e altiva. Majoritariamente trabalhadores rurais que tiveram poucas

oportunidades de frequentar os “bancos da educação formal” em suas trajetórias existenciais, formando-se na “escola da vida” e encontrando muitas dificuldades para viver como “fazedores de cultura popular”. O caso particular de alteridade do Mestre Ezequiel nos parece emblemático. “Trabalhar com cultura [congo]” lhe parece ser uma missão, um sacerdócio. Para levar o legado cultural e as memórias de seu pai adiante, desdobra-se em várias direções e ações, visando a filiação da Resgate Cultural na ABCC, os shows da Cia Cumby na Grande Vitória, afora a realização de múltiplas atividades culturais em sua Casa de congo, inclusive o Pré-Carnaval do Terreirão existente há 40 anos, onde aciona o bar do espaço cultural com a finalidade de saldar contas.

Considerações finais

Mestre Prudêncio é uma personagem da identidade cultural, da história, da memória social e do folclore de Cariacica, assim como tantos outros mestres antigos, alguns deles esquecidos, assim como os Srs. Dos Santos, Queiroz, Gaudêncio, Valdeci e Tagibe. Em sua maioria, são descendentes de escravizados que desataram a rebelião de Queimado, em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Todos eles

tiveram uma vida muito difícil! Mestre Prudêncio chegou a passar fome nos tempos antigos e a "beber água com sal" para se manter de pé no trabalho de eito, a fim de adquirir a sua pequena propriedade e viver uma vida digna de pequeno produtor rural, não obstante a sua genialidade na cultura congueira. Mestre Tagibe - vigia aposentado e Mestre Valdeci – trabalhador braçal aposentado, também pequenos produtores, revelaram-nos memórias afetivas nas quais, quando jovens, trabalharam no escoamento da produção da região para o mercado da Vila Rubim, no centro de Vitória/ES, percorrendo distâncias de mais de 20 km montados em lombos de burros, ou mesmo à pé, através de caminhos e estradas muito difíceis, há quase 60 anos.

Mestre Ezequiel, Ceir, Mestres Cemir, Cidney e Darinha se desdobram para "não deixar a cultura morrer" e levar adiante o trabalho dos Mestres Prudêncio, Pereá, Gaudêncio, Hermínio, Dos Santos, Jeoval. É comum ouvirmos em suas narrativas e histórias de vida, expressões tais quais "lições que papai nos ensinou" (Mestre Ezequiel), bem como demonstrações de fé, seja em Santa Bárbara (Mestra Darinha), São Sebastião (Mestre Valdeci) ou São Benedito (Rainha Benedita). Neste artigo, buscamos apresentar um pouco acerca do trabalho do Mestre

Prudêncio e das memórias afetivas de ilustres personagens da cultura popular e do folclore de Cariacica e do Espírito Santo, com o propósito de mostrar algumas conexões entre os traços biográficos do Mestre dos Mestres Prudêncio e aspectos da identidade, história, memória social e tradição cultural de Cariacica.

Referências

A TRIBUNA. Festa em ritmo de congo em Cariacica. A Tribuna, Vitória, 24 de abril de 2006, Cidades, p. 5.

BARTH, Fredrik. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas.* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BIARD, François. *Deux années au Brésil.* Paris: Hachette, 1862.

BRAVIN, Adriana. *Congopop:* Mídia, música e identidade capixaba. Vitória: Ed. do autor, 2008.

CARIACICA (ES). *Plano de organização territorial do município de Cariacica*. 2014. Disponível em: https://cariacica.es.gov.br/pagina/pot. Acesso em: 14 de abril de 2025.

FERREIRA, *Itagiba Cardoso. Entrevista concedida a Vinícius de Aguiar Caloti*. Cariacica, 23 de julho de 2024.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 52. ed. rev. São Paulo: Global, 2019.

LINS, Jaceguay. *O Congo no Espírito Santo*: Uma panorâmica das bandas de congo. Vitória: EDUFES, 2009.

MACIEL, Cleber. *Candomblé e Umbanda no Espírito Santo - Práticas Culturais Religiosas Afro-Capixabas*. DEC/ UFES: Vitória - ES, 1992.

___. *Negros no Espírito Santo*. Vitória: DEC/SPDC/UFES, 1994.

MAZÔCO, Eliomar Carlos. *O Congo de Máscaras*. Vitória (ES): UFES – Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1993.

NASCIMENTO, Adriano Roberto Afonso do; MENANDRO, Paulo Roberto Meira. *Canto de Tambor e Sereia: Identidade e Participação nas Bandas de Congo da Barra do Jucu,* Vila Velha/ES. Vitória: EDUFES, 2002.

NEVES, Guilherme Santos. *Bandas de congos*. Rio de Janeiro: MEC/Secretaria de Assuntos Culturais/FUNARTE, 1980. (Cadernos de Folclore, 30).

OLIVEIRA, Osvaldo Martins. *O projeto político do território negro de Retiro e suas lutas pela titulação das terra*s. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia), PPGAS-UFSC, Florianópolis.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro:* a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges. Congo. In: FUNARTE. *Atlas Folclórico do Brasil*: artesanato, danças e folguedos: Espírito Santo. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1982.

SANTOS NEVES, Guilherme. *Coletânea de estudos e registros do folclore capixaba: 1944-1982.* Vitória: Centro Cultural de Estudos e Pesquisas do Espírito Santo, 2008.

SANTOS, José Elias. *Processos organizativos e identidade afrobrasileira*: A transmissão cultural do congo em Cariacica/ES. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

SILVA, Nathalia Brunet Procópio da. *Quem vai organizar*? Ainda não entrou na minha cabeça!: Etnografando o Carnaval de Congo de Máscaras de Roda

D'Água / Cariacica (ES). 2018. 159f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

Protestantismo em Nova Friburgo no século XIX: imigração, conflitos e identidade

Vinner Stutz de Oliveira
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ

Introdução

O estudo da presença protestante em Nova Friburgo, desde a fundação da colônia em 1819, revela uma tessitura histórica marcada por tensões religiosas, adaptações culturais e estratégias de sobrevivência em meio a um contexto oficialmente católico. A chegada de colonos suíços, dentre os quais se encontrava um contingente calvinista, deu início a um processo de formação religiosa singular, em que a prática protestante, inicialmente clandestina e doméstica, buscava afirmar-se frente às pressões institucionais do Império e da Igreja Católica. A constituição de sociedades de vigilância e a realização de ritos domésticos ilustram a resistência inicial de tais grupos diante das adversidades locais.

Com a vinda dos imigrantes alemães em 1824, sob a liderança do pastor Friedrich Sauerbronn, inaugura-se uma nova etapa de institucionalização do protestantismo na cidade. O exercício do culto, ainda restrito às casas, foi gradativamente ampliado pela anexação de imóveis e pela construção de espaços

adaptados, revelando a astúcia de Sauerbronn em conciliar as exigências legais com as necessidades comunitárias. Os embates com o vigário Jacob Joye, em torno do proselitismo e da visibilidade pública, demonstram a delicada negociação entre liberdade religiosa e vigilância católica na primeira metade do século XIX.

As décadas seguintes testemunharam tanto a expansão do protestantismo quanto seu deslocamento para as zonas rurais. A debandada de colonos alemães para regiões como Cantagalo, Macaé e a serra fluminense, somada à precariedade econômica da comunidade, transformou o culto doméstico em prática dominante, embora persistissem esforços de ampliação institucional por parte de Sauerbronn. A sucessão por João Gaspar Meyer consolidou a presença luterana em Nova Friburgo, expandindo sua influência não apenas na esfera religiosa, mas também na política local, onde o pastor desempenhou papéis de destaque.

No final do século XIX, a chegada do presbiterianismo, liderado por John Kyle, reconfigurou o panorama religioso friburguense. O compartilhamento de templos entre presbiterianos e luteranos, seguido por disputas judiciais após a morte de Meyer, reflete a complexa relação entre cooperação e

rivalidade interdenominacional. Ao mesmo tempo, a migração de protestantes para áreas rurais, acompanhada de pedidos de institucionalização de cemitérios próprios, atesta a perenidade da fé protestante e sua adaptação às transformações sociais e políticas do Império e da República.

Primeiros protestantes em Nova Friburgo

O contato inicial do protestantismo com Nova Friburgo remonta à própria fundação da colônia, em 1819, com a chegada dos primeiros suíços. Apesar do contrato firmado entre D. João VI e o empresário Niklaus Gachet estipular a vinda apenas de famílias católicas, razões de ordem econômica e industrial, ligadas às vontades de Gachet, levaram à inclusão de um contingente de protestantes, particularmente suíços francófonos vinculados à tradição calvinista. A presença desses colonos, embora minoritária, já denotava a complexidade da formação religiosa no seio da colônia recém-criada.

Durante a longa espera para o embarque em Dordrecht, na Holanda, para seguirem rumo ao Brasil, esses calvinistas foram exortados a manterem-se firmes em sua fé, organizando-se de modo a resistir às pressões católicas que enfrentariam no Brasil. O pastor local, C. G. Merkus, prestou-lhes auxílio,

convidando-os a participar dos cultos e estimulando os jovens à profissão pública de fé.[1] Nesse contexto, amadureceu a ideia de instituir um Colegiado de Fiscalização — também denominado Comissão de Vigilância —, destinado a preservar a coesão comunitária, a liberdade de culto e a formação educacional protestante das futuras gerações em Nova Friburgo.

Esse colegiado, composto por cerca de 190 membros, estruturou-se de maneira formal, com diretoria, professores e secretário, revelando a intenção de fundar um núcleo sólido de resistência religiosa em terras brasileiras. Contudo, uma vez instalados em Nova Friburgo, os colonos protestantes enfrentaram imediata hostilidade de parte dos católicos locais, do vigário Jacob Joye e das autoridades imperiais, personificadas no Monsenhor Miranda (inspetor da colônia suíça). A pressão institucional e social foi de tal ordem que a maioria dos calvinistas acabou por ceder ao catolicismo, esvaziando o projeto inicial de coesão comunitária.

[1] Nos ritos das igrejas reformadas, ou calvinistas, existe o sacramento do batismo, mas junto dele, a pública profissão de fé. No batismo adulto, a pública profissão de fé é realizada de forma conjunta, mas no batismo infantil - aceito nas igrejas reformadas - se espera a criança ter idade de discernimento para professar de forma pública a sua fé, dizendo de fato crer nas Escrituras e obedecê-la.

O fracasso do Colegiado de Fiscalização resultou, ainda, de uma expectativa frustrada: a crença de que receberiam auxílio material e espiritual de igrejas protestantes europeias. Esse suporte, contudo, jamais se concretizou, deixando os colonos isolados diante da hegemonia católica. Os registros históricos indicam não apenas conversões forçadas ou induzidas, mas também episódios de conflito físico e tensões latentes entre os diferentes grupos religiosos no interior da colônia.

Aqueles poucos calvinistas que não se converteram buscaram preservar sua fé de maneira discreta, no âmbito doméstico e familiar. Tal prática contrastava com os católicos, cujos ritos eram públicos e coletivos, ao menos até a chegada dos imigrantes alemães em 1824, que instituíram de modo mais estável a tradição luterana. Cumpre salientar que, até 1869, nem mesmo o catolicismo dispunha de templo próprio em Nova Friburgo, recorrendo a espaços improvisados, como o Château ou a Escola Suíça. Essa ausência de edificações religiosas consolidadas, tanto católicas quanto protestantes, evidencia a precariedade e os embates que marcaram a constituição do campo religioso friburguense em suas primeiras décadas.

Alemães luteranos e sua inserção na comunidade friburguense

Com a debandada dos suíços em Nova Friburgo, a cidade viu a chegada da imigação alemã para suprir a saída de boa parte da colônia anterior. O pastor Friedrich Sauerbronn, vindo da Alemanha ao Brasil em 1823, chegara amparado por contrato que lhe garantia não apenas o exercício pleno do ministério protestante, mas também ordenado fixo e a liberdade de realizar cultos domésticos. Sua liderança, entretanto, extrapolava o campo estritamente espiritual: assumia-se como guia prático da comunidade alemã recém-instalada em Nova Friburgo. Essa instalação, marcada pela surpresa de não se fixarem no local inicialmente prometido, implicou enfrentar casas abandonadas e precárias, outrora pertencentes aos colonos suíços. Cabia a Sauerbronn e à sua comunidade fazer florescer a prática religiosa em meio a tais adversidades.

Os primeiros cultos ocorreram em 1824 em uma modesta casa de barro e bambu, convertida em espaço de adoração. Poucos anos depois, em 1827, uma capela foi erguida, mas logo demolida por infringir as restrições constitucionais quanto ao culto público não-católico. Perante as contínuas denúncias do padre Jacob Joye, Sauerbronn voltou-se à estratégia de ter a igreja sob a aparência de uma residência comum, como se encontra na Constituição de 1824 na permissão para cultos não-

católicos. Assim, por meio de pedidos reiterados à câmara municipal, obteve a cessão de imóveis contíguos que ampliaram gradualmente o espaço de culto, sem que este fosse oficialmente reconhecido como templo.

Nesse período, delineou-se uma tensão constante entre Joye e Sauerbronn. O padre acusava o pastor de realizar cultos e ritos públicos, ultrapassando o âmbito doméstico permitido. Alegava ainda a ocorrência de proselitismo, diante da conversão de um habitante local, supostamente católico, ao luteranismo. Sauerbronn, por sua vez, negava tais imputações, argumentando que o indivíduo já possuía raízes protestantes. As autoridades da colônia, embora atentas às denúncias, muitas vezes interpretavam-nas como exageradas, criticando a postura fiscalizadora do vigário. Os embates, nesse contexto, pareciam circunscrever-se mais às lideranças eclesiásticas do que à população em geral.

Outro ponto de fricção residiu na questão dos sepultamentos. Com a morte do filho de Sauerbronn, surgira a necessidade de um espaço funerário para os protestantes, até então impedidos de usufruir os cemitérios controlados pela Igreja Católica. A aprovação para a construção de um cemitério protestante marcou um passo decisivo na institucionalização da

presença luterana, assegurando não apenas o sepultamento de alemães e suíços, mas também um espaço simbólico de afirmação identitária frente ao controle católico dos cemitérios.

Embora tal conquista tenha suscitado novas reclamações de Joye, o estabelecimento do cemitério revelava transformações orgânicas no tecido social friburguense. A coexistência de espaços confessionais distintos, ainda que permeada por tensões, antecipava os embates mais amplos que, nas décadas seguintes, acompanhariam a diversificação religiosa no Brasil. A experiência de Sauerbronn, portanto, ilustra como a presença protestante se consolidou em meio a restrições legais, resistências locais e estratégias de adaptação, inscrevendo-se na história religiosa do país como um processo de contínua negociação entre imposição e autonomia.

A debandada alemã, semelhante ao êxodo suíço anterior, provocou em Nova Friburgo um quadro de reordenação espacial. Muitos colonos deslocaram-se para regiões próximas, como Cantagalo, a serra de Macaé, o noroeste fluminense e a fronteira com Minas Gerais; outros preferiram destinos mais distantes, como o Sul e o Nordeste do país. Não obstante, uma parte significativa manteve-se nos arredores da cidade, especialmente nas fazendas de café, que se revelavam atrativas pela

prosperidade do cultivo. Nesse contexto, Sauerbronn assumiu a função itinerante de líder espiritual, visitando regularmente os fiéis dispersos e recebendo, por vezes, solicitações de acompanhamento pastoral em Minas Gerais, que, embora recusadas, originaram viagens a Nova Friburgo por parte desses colonos.

Esse processo de dispersão alterou sensivelmente as práticas religiosas locais. Tanto católicos quanto protestantes registraram o declínio de participantes nos cultos públicos, o que conduziu a uma ênfase crescente no espaço doméstico como locus da experiência espiritual. O culto familiar, com ritos celebrados em residências e fazendas, tornou-se o modelo predominante, revelando a adaptação das comunidades religiosas à realidade rural e ao isolamento geográfico. Essa prática, disseminada não apenas em Nova Friburgo, mas também em localidades vizinhas, produziu uma religiosidade intimista e descentralizada, ainda que periodicamente assistida pela presença pastoral.

Apesar do retraimento da participação nos templos, Sauerbronn manteve-se ativo em pleitear junto à câmara municipal a concessão de imóveis para ampliar os espaços de culto. Entre 1836 e 1837, conseguiu a anexação de casas no

centro da cidade, justificando o pedido com a precariedade das instalações existentes. Contudo, surgiram dúvidas quanto à pertinência de tais solicitações, já que coincidiam com o movimento de dispersão dos colonos e com o fortalecimento do culto doméstico. As contradições entre a narrativa oficial, os relatos comunitários e os registros públicos evidenciam a complexidade do processo, no qual a figura de Sauerbronn se inscrevia como mediador entre fé, poder e sobrevivência institucional.

A situação financeira do pastor e de sua comunidade constituía outro desafio recorrente. Documentos oficiais e correspondências revelam dificuldades constantes, agravadas pelo peso de uma família numerosa e pelas obrigações de deslocamento pastoral. Embora algumas cartas descrevessem condições relativamente favoráveis de subsistência, persistiam suspeitas quanto ao uso de recursos enviados da Alemanha. A ausência de transparência alimentava desconfianças entre fiéis e vizinhos, insinuando possíveis desvios, ainda que nunca confirmados formalmente. Essa tensão, entretanto, não chegou a comprometer totalmente o prestígio do pastor, que se manteve na liderança até sua morte, em 1864.

A liderança luterana do Rev. Meyer em Nova Friburgo

Com sua morte, a condução da comunidade luterana passou a João Gaspar Meyer, teólogo suíço formado em Zurique, que já atuava como assistente pastoral desde 1854.[2] Meyer, discípulo de Sauerbronn, representou a continuidade da tradição luterana e esteve presente em um marco decisivo: a inauguração, em 1857, de um templo público protestante em Nova Friburgo, conquista que assinalava a transição de uma prática restrita ao espaço privado para uma maior visibilidade social. A fundação desse templo inseria a comunidade friburguense no movimento mais amplo de expansão das missões protestantes no Brasil, acompanhando iniciativas de figuras como Kalley e Simonton.

A consolidação do templo, localizada na atual Praça Marcílio Dias, não apenas redefiniu a vida religiosa urbana, mas também influenciou a dinâmica demográfica e cultural da cidade. A opção de muitas famílias por manter o culto doméstico gerou um novo equilíbrio entre campo e cidade, ao mesmo tempo em que ondas posteriores de imigração alemã, ligadas às incipientes indústrias locais, revitalizavam o cenário urbano. Em 1868, sob a liderança de Meyer, a Igreja Luterana de Nova Friburgo já contava com cerca de 1.500 membros,

[2] Meyer passa a ser o Reverendo da Igreja Luterana no dia 01/07/1864, Sauerbronn falece no dia 18/12/1864.

majoritariamente urbanos, consolidando-se como um polo de afirmação identitária e de integração comunitária no contexto religioso e social da região.

A liderança de João Gaspar Meyer em Nova Friburgo estendeu-se por todo o restante do século XIX e alcançou os primeiros anos do século XX, quando faleceu em 1906. Sua atuação pastoral não se restringiu à esfera religiosa: Meyer projetou-se como figura política e comunitária de relevo, atuando de maneira recorrente junto à câmara municipal por meio de petições em favor da comunidade luterana, sobretudo nas décadas de 1860 e 1870. Tal engajamento demonstrava uma maior inserção dos protestantes nos circuitos institucionais da vila, movimento que já se esboçara no ministério de Sauerbronn, mas que encontrou em Meyer uma presença ainda mais constante.

O acúmulo de intervenções de Meyer nas instâncias públicas sugere sua eleição para cargos políticos de destaque. Ele exerceu mandatos como vereador, chegando à presidência da câmara em diversas ocasiões, além de ter sido nomeado Juiz de Paz de Nova Friburgo.[3] Esse protagonismo é notável, pois se

3 Atas da Câmara Municipal de Nova Friburgo. Aparecendo a primeira vez como vereador na Ata da sessão extraordinária em 8 de junho de 1869 e

inscreve no contexto de um Império oficialmente católico e de uma Primeira República que, mesmo sob o signo do Estado laico, continuava permeada pela hegemonia católica em espaços públicos e políticos. Assim, a trajetória de Meyer constitui exceção significativa, revelando como o protestantismo pôde, em alguns casos, alcançar visibilidade e influência em ambientes historicamente dominados pelo catolicismo.

No âmbito religioso, Meyer deu continuidade à prática itinerante de Sauerbronn, visitando localidades do município e regiões fronteiriças da Serra Fluminense para atender aos fiéis dispersos, mantendo vivos os ritos domésticos do luteranismo. Essa estratégia pastoral, entretanto, passaria a enfrentar transformações com a chegada dos presbiterianos ao interior do estado do Rio de Janeiro, primeiro em Campos dos Goytacazes, em 1877, e depois em Nova Friburgo, a partir do fim da década de 1880. A inserção presbiteriana inaugurou uma nova dinâmica

permanecendo com seu nome nas atas como membro da câmara municipal até o ano de 1891. Tendo como hiato alguns meses do ano de 1889 para o ano de 1890, provavelmente pela extinção das Câmaras Municipais, quando reaparece como intendente até o ano seguinte. Sendo presidente da Câmara as primeiras vezes como interino entre 1877 e 1880, e como presidente nos anos de 1885, 1886 e 1887. Também consta nas atas que foi eleito Juiz de Paz no ano de 1898.

no campo religioso local, estimulando maior institucionalização e presença pública.

A chegada dos Presbiterianos na cidade nas últimas décadas do século XIX

A chegada do pastor John Kyle, missionário enviado pela Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, marcou o início do proselitismo presbiteriano em Nova Friburgo. Após experiências missionárias no Rio de Janeiro e em Campos, Kyle fixou residência na cidade serrana em 1891, acompanhado de alguns membros da Igreja de Campos, inclusive descendentes de famílias alemãs. Sua presença representou não apenas a continuidade da expansão presbiteriana no Brasil, mas também uma concorrência direta ao luteranismo, cuja base rural mostrava-se suscetível à reorganização.

De fato, a estratégia presbiteriana revelou-se eficaz, sobretudo nas áreas rurais do município, onde igrejas foram fundadas ao longo do final do século XIX e início do XX. Nesses distritos, muitos luteranos, até então praticantes de cultos domésticos, passaram a aderir ao presbiterianismo, atraídos pela proximidade das novas congregações e pela possibilidade de culto público mais regular. O processo levou, inclusive, à

absorção de antigas comunidades luteranas, como a de São José do Ribeirão, transformada posteriormente em igreja presbiteriana. Assim, consolidou-se uma transição do culto doméstico para o culto público, refletindo as novas condições de mobilidade e de aceitação social do protestantismo.

Kyle permaneceu à frente do trabalho presbiteriano em Nova Friburgo até 1907, quando foi sucedido por Thomas Porter. Sua atuação coincidiu com os últimos anos de Meyer, encerrando simbolicamente uma etapa em que o luteranismo dominara a cena protestante local. A sobreposição das duas trajetórias — a longa liderança de Meyer e a ascensão do presbiterianismo com Kyle — ilustra o processo de pluralização religiosa na região, em que tradições distintas, ainda que oriundas de matrizes comuns, disputavam espaços de culto, fiéis e legitimidade, compondo um quadro multifacetado do protestantismo friburguense na transição entre Império e República.

Nos primórdios de sua instalação, os cultos presbiterianos em Nova Friburgo caracterizaram-se por uma dinâmica singular: alternavam-se entre reuniões domésticas realizadas na residência de John Kyle — de caráter público e proselitista — e cerimônias conduzidas no templo da Igreja

Luterana, cedido generosamente em virtude da amizade entre Kyle e Meyer. Essa cooperação ecumênica atingiu tal grau de proximidade que, em 1898, a própria organização jurídica da Igreja Presbiteriana local ocorreu no interior do templo luterano, espaço em que Kyle, inclusive, chegou a dirigir inúmeros cultos luteranos durante a senilidade de Meyer.

Esse convívio interdenominacional, que se traduzia em cultos conjuntos e ausência de hostilidades, expressava a naturalidade com que as manifestações públicas de fé protestante se consolidavam em Nova Friburgo, sem maiores atritos com o catolicismo. A amizade entre os pastores alcançou tal nível que Meyer chegou a propor a Kyle como seu sucessor à frente da Igreja Luterana. No entanto, o forte apego dos luteranos à tradição germânica inviabilizou a aceitação de um presbiteriano como herdeiro espiritual de sua comunidade, e o próprio Kyle também não foi muito favorável à indicação. Esse apego identitário refletia-se também na manutenção do alemão como língua das atas da igreja até 1876, quando as novas gerações, mais familiarizadas com o português, impuseram a transição linguística.

A preocupação em preservar a tradição germânica levou à tentativa de continuidade da liderança luterana pela via

hereditária, com a inserção de Adolfo Meyer, filho de João Gaspar Meyer, como pastor em 1911. Contudo, sua formação incompleta em um seminário presbiteriano e sua curta permanência à frente da comunidade revelaram a fragilidade desse arranjo. Nesse interregno, a igreja subsistiu sob a administração de seus próprios membros, auxiliada por pastores presbiterianos locais e por lideranças luteranas oriundas do Rio de Janeiro, até a chegada, em 1937, do pastor alemão Johannes Edward Schlupp, que restabeleceu o ministério pastoral luterano em caráter oficial.

O falecimento de Meyer, entretanto, inaugurou tensões latentes entre luteranos e presbiterianos, quando estes reivindicaram a posse do templo luterano, alegando a dispersão da comunidade original e sua incorporação orgânica à Igreja Presbiteriana. O litígio judicial, porém, reconheceu a legitimidade da comunidade luterana enquanto proprietária e construtora do templo, assegurando-lhe a vitória. Tal decisão favoreceu a revitalização luterana nos anos subsequentes, reforçada pela chegada de numerosos operários alemães atraídos pela instalação das fábricas têxteis, muitos deles professando a fé luterana e reforçando numericamente a congregação.

Paralelamente, nas áreas rurais de Nova Friburgo e da Serra de Macaé — em especial no atual distrito do Sana —, a migração de famílias protestantes manteve viva a prática dos ritos domésticos dos luteranos. Esses núcleos, embora pouco assistidos pela liderança central de Sauerbronn ou Meyer, preservavam sua identidade confessional e se reconheciam como pertencentes à Igreja Luterana, ainda que seu culto se mantivesse essencialmente familiar e comunitário, marcado pela irregularidade do contato pastoral.

A permanência da fé protestante nesses espaços rurais manifestou-se, sobretudo, nos requerimentos para a criação de cemitérios próprios, apresentados à Câmara Municipal a partir da década de 1860. Esses documentos, endossados pelo pastor luterano, demonstram a institucionalização progressiva da presença protestante em regiões afastadas. Em Nova Friburgo, a normalização dos cultos protestantes desde a fundação da cidade garantiu um cenário mais tolerante, em que católicos e protestantes possuíam cemitérios distintos, administrados por suas respectivas igrejas. Esse contexto local se entrelaçou ao debate nacional sobre liberdade religiosa, intensificado nas décadas de 1860 e 1870 e culminando na secularização dos

cemitérios em 1890, já na República, quando o monopólio católico sobre os ritos funerários foi finalmente superado.

Conclusão

A trajetória do protestantismo em Nova Friburgo, desde os calvinistas suíços até a chegada de pastores presbiterianos no final do século XIX, demonstra a capacidade de adaptação e resiliência de comunidades religiosas em um país majoritariamente católico. A oscilação entre culto doméstico e público, a disputa por espaços físicos e simbólicos, bem como a inserção política de figuras como Meyer, evidenciam as múltiplas formas de negociação com o poder instituído e com outras denominações.

Se, de um lado, o luteranismo estabeleceu as bases iniciais da prática protestante na região, de outro, o presbiterianismo dinamizou o campo religioso ao ampliar sua presença em áreas rurais e urbanas, atraindo fiéis que antes vivenciavam sua fé em círculos familiares. Essa diversificação reforça o caráter plural do protestantismo brasileiro, que, em Nova Friburgo, encontrou terreno fértil para se consolidar precocemente em comparação com outras localidades do interior.

Assim, a experiência friburguense não se limita a uma história local, mas insere-se em um quadro mais amplo de circulação de ideias, pessoas e práticas religiosas. A convivência, as tensões e a institucionalização gradual do protestantismo em Nova Friburgo constituem não apenas um capítulo singular da história religiosa fluminense, mas também um testemunho do processo de construção da pluralidade religiosa no Brasil oitocentista.

Referências

ARAÚJO, João Raimundo de. *Nova Friburgo:* a construção do mito da Suíça Brasileira (1910-1960). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, p. 295, 2003.

ARQUIVO MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO. Nova Friburgo: Impressões - Lembranças. 1820-1861.

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO. Sessão de 11 de janeiro de 1837.

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO. Sessão de 31 de agosto de 1836.

ATAS DA IGREJA LUTERANA DE NOVA FRIBURGO. Coleção 1 e Coleção 2 Centro de documentação D. João V.I

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO D. JOÃO VI. R*equerimento para a instalação de um cemitério protestante na localidade de Cachoeiros de Macaé* feito por Conrad Sattler em 25 de junho de 1863.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO D. JOÃO VI. *Requerimento para a instalação de um cemitério protestante na localidade de São Bento*, no Sana, feito por Guilherme Emmerich em 16 de junho de 1863.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO D. JOÃO VI. *Requerimento para a instalação de um cemitério protestante na localidade de Rio Bonito*, Nova Friburgo, feito por João Klein em 1864.

FUNDAÇÃO DOM JOÃO VI. "*Fundo da Administração de Nova Friburgo*". Cx1, n.322.

FUNDAÇÃO DOM JOÃO VI. "*Fundo da Administração de Nova Friburgo*". Cx1, n.326.

HECHT, Joseph. *A Imigração Suíça no Brasil:* 1819-1823. Missão Primícia, 2009.

JOYE, Padre Jacob. *Anotações sobre a viagem dos imigrantes suíços em 1819.* Nova Friburgo/RJ: Associação Fribourg, 2005.

LOPES, Ronald. *Unidos pela morte, separados pela vida:* Cemitérios protestantes na vila de Nova Friburgo marcada por uma colonização católica (1818-1889). In: XXII Encontro de História da Anpuh Rio. 2016.

MARRETTO, Rodrigo Marins. *O opulento capitalista*: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo (c.1829-c.1873). Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 168, 2018. Fluminense. Niterói/RJ, p. 483, 2019.

MAYER, Jorge Miguel. *Raízes e Crise do Mundo Caipira*: o caso de Nova Friburgo. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 564, 2003.

MULLER, Armindo. *O Começo do Protestantismo no Brasil*. Porto Alegre: Est Edições, 2003.

NICOULIN, Martin. *A Gênese de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1995.

SOARES, Caleb. *150 anos de paixão missionár*ia. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

TEIXEIRA, Mateus Barradas. *Conflitos religiosos em torno da instalação dos protestantes luteranos em Nova* Friburgo nas primeiras décadas do século XIX. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal .

Experiências da modernidade nos subúrbios cariocas: perspectivas para uma belle époque suburbana

Vitor de Almeida
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ
Bolsista FAPERJ

Introdução

O ano de 2025 marca os 460 anos de fundação da cidade do Rio de Janeiro. Entre os mais de quatro séculos e meio de sua história, o período entre 1763 e 1960 deixou seus vestígios na história local de diferentes formas, pelo fato de ter sido centro admistrativo da América portuguesa, sede da corte imperial brasileira e capital da República. Nesse período, nos termos de seus marcos de urbanização, quase cem anos separam as reformas urbanas impostas pelas administrações de D. João VI e aquelas praticadas logo na primeira década do século XX, já sob regime republicano.

O processo decorrido da Grande Reforma Urbana[1] a experiência com a modernidade se materializa no espaço urbano

1 Em sua tese de doutorado, André Nunes Azevedo apresenta a ideia da Grande Reforma Urbana, sendo a conjugação das intervenções municipais e federais urbanas sobre a cidade do Rio de Janeiro, durante os governos de Francisco Pereira Passos e Rodrigues Alves. Cf. AZEVEDO, André Nunes.

da capital federal, quando as intervensões sobre o que, enfim, se estabelecia na cidade é vista como um marco de sua modernização no início do século XX. Como fato histórico que desencadeou importantes e profundas mudanças urbanas, sociais e culturais, pretendemos propor uma análise sobre a circulação desse processo nos subúrbios cariocas, bem como observar as práticas resultantes desse processo.

Tal iniciativa nos leva a perceber como foram tomadas essas experiências por seus difusores através, principalmente, da imprensa local. À essa inicitiava de experiências com as ideias e práticas referentes ao moderno, com seus impactos na zona suburbana da cidade, damos o nome de *Belle Époque* suburbana, período em que identificamos uma mobilização por esses ideias em torno de uma identidade social suburbana que partia dos intelectuais que se propuseram a promover tais preceitos nos subúrbios cariocas, bem como atuaram como agentes sociais e políticos de reivindicações por melhorias locais e produção de uma representação suburbana em relação à área central da capital.

Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as Ideias de Civilização e Progresso. Rio de Janeiro: Ed. PUC Rio; Mauad X, 2016.

Demografia suburbana e a imprensa local na Primeira República

A composição social dos subúrbios cariocas da Primeira República foi analisada por diferentes perspectivas dentro do campo das Ciências Humanas e Sociais, especialmente na segunda década do século XXI (Fernandes, 2011; Mendonça, 2015, 2017; Serfaty, 2018; e Melo, 2022). Estas abordagens trouxeram diferentes olhares sobre as experiências vividas pelos suburbanos do início do século XX em diferentes cenários de seu cotidiano, desfazendo a perspectiva passiva, submissa e homogênea tanto do corpo social suburbano, quanto de suas ações enquanto agentes históricos que tensionam, reivindicam e produzem o espaço a partir de suas necessidades, suas vontades, suas negociações, estratégias e táticas.

Neste cenário, estamos falando de um contexto de ampla expansão demográfica da cidade e de seus subúrbios. Em 1890, o total de cariocas era de 522.651 pessoas, passando, em 1906 a 811.443 habitantes, um crescimento de 55%. Os subúrbios, onde 92.906 pessoas tinham sua morada em 1890, viu sua população aumentar em 50%, passando para 185.687 suburbanos. As freguesias de Inhaúma, Irajá e Campo Grande chegaram a ultrapassar ou se aproximar de um aumento população de 100%

(Inhaúma quase triplicou sua paopulação). Era “uma imensa cidade nova ligada à antiga, [ocupando] uma área dilatadíssima, quase toda densamente povoada, aglomerando-se a população em torno das estações de parada da Estrada de Ferro Central, e sendo cada uma dessas estações uma cidadezinha pitoresca”[2].

A partir de 1920, a cidade bate a marca de um milhão de habitantes, contando 1.157.873 pessoas. Os suburbanos passam a representar 33% da população (380.160 habitantes). Em números absolutos, o subúrbio dá um salto demográfico de 104% no espaço de uma década e meia, compondo um terço de moradores da cidade[3].

As mudanças espaciais influenciaram na vida moderna que se estabeleceu na cidade, em especial com o advento da República e a relativa tranquilidade política promovida pela então presidência de Campos Sales (1898 – 1902), que fez ressurgir as forças tradicionais no cenário político após um período inicialmente conturbado do estabelecimento do novo

[2] IBGE. *Recenseamento do Districto Federal, realizado em 20 de setembro de 1906*, p. xliv. Consultado em 17/09/2025. Acesso disponível em: http://www.ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv49678.pdf .
[3] IBGE. *Recenseamento do Brazil. realizado em 1 de setembro de 1920*: população do Rio de Janeiro (Districto Federal)/ Directoria Geral de Estatística. Acesso em: 15/09/2025. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=26383.

regime político que tomou lugar com a derrubada do Império brasileiro. Jeffrey Needell (1993) diz que "as condições para a estabilidade e para a uma vida urbana elegante estavam de novo ao alcance da mão" (Needell, 1993; p. 39).

Neste processo, notou a revista *Fon Fon* as transformações na paisagem suburbana e em seu cotidiano:

> Em dias destes últimos, houve nos subúrbios nada menos de dois incêndios. Os subúrbios já têm o seu jornal, e estes incêndios vêm a calhar para o seu noticiário. Decididamente aquelas regiões precisam ser descobertas. (...) Com jornal, incêndios, carros para damas delicadas, não é de admirar que amanhã tenham os subúrbios também a sua praia de Botafogo, como gentlemen, snobs, smarts, e outros moluscos da coleção de Victor Vianna[4] .

Enfim... *Le suburbe s'éville!* Ou, em português, "o subúrbio desperta!", como descreveu D. Picolino na mesma revista *Fon Fon,* um ano depois: "a vida, a animação, souci de smartismo está se transportando para os subúrbios"[5]. Desta forma, ao tratarmos da proposta de estruturar a perspectiva de uma *Belle Époque* suburbana, trazemos uma contribuição analítica para as transformações pelas quais passaram os bairros

[4] *Fon Fon*, 27 de julho de 1907, p. 7.
[5] *Fon Fon,* 6 de junho de 1908, p. 14.

suburbanos no início do século XX. Para isso, partimos das experiências locais que estão dispostas na imprensa local, fontes nas quais identificamos a percepção dos sujeitos históricos que presenciaram as mudanças urbanas, sociais e culturais e seus impactos na região.

Maurício de Almeida Abreu (1987) já apontava para a importância de tais fontes para entedermos as transformações urbanas pelas quais passou o Rio de Janeiro, quando de sua transição de cidade escravista para capital da República. O geógrafo nota que a imprensa local era negligenciada enquanto fontes a serem utilizadas, uma vez que eram "testemunhas oculares do processo de transformação da cidade escravista em espaço capitalista [que] registraram, de forma notável, todas as aspirações, tensões, lutas, conquistas e derrotas daqueles que viveram o processo de construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro" (Abreu, 1987; p. 13).

Essas páginas, portanto, são registros de experiências vividas por um grupo de agentes históricos que estavam em contato direto com as intensas transformações urbanas na capital federal. Neste sentido, vale destacar que cabe aqui entendermos essas "experiências" a partir do que é dito por E. P. Thompson (1981), que afirma ser a experiência uma "resposta mental e

emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos interralacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento" (Thompson, 1982; p. 15). Desta forma é que

> A experiência surge espontaneamente do ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filófosos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao mundo. (...) Essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados (Idem; p. 15-16).

Acreditamos, com isso, que as experiências pensadas e praticadas nos subúrbios nesta conjuntura influenciaram na inserção destes emergentes bairros no processo da modernidade. É a partir daqui que podemos pensar em como se deu tais ações naestas localidades.

Uma modernidade suburbana

Apesar da importância das fontes da imprensa suburbana apontada por Maurício de Almeida Abreu, a falta de conservação dos documentos fez com que muito desse material se perdesse, ou estivesse disónível para consulta apenas de forma parcial. Eis,

portanto, um desafio encontrado para adentrarmos na proposta de observar nosso objetivo.

Mesmo com os empecilhos descritos, os fragmentos documentais oferecem importantes observações sobre a experiência dos suburburbanos diante das intensas mudanças que vivenciaram. Observa Leandro Climaco Mendonça (2017) que uma fração dos moradores dos subúrbios, "muitos dos quais homens de letras com inserção no jornalismo", lutaram para instrumentalizar a seu favor a imagem depreciativa que era registrada na grande imprensa sobre a região. Ao disputar os modos de ver e qualificar seus territórios, "propuseram sentidos e significados procurando transformar estereótipos e preconceitos em vias de se estabelecer como uma característica essencial daqueles bairros, em traço definidor de suas identidades como jornalistas" (Mendonça, 2017; p. 13-14).

Os posicionamentos desses jornais e revistas são explícitos em sua defesa à causa suburbana. São manifestados fortalecimento de uma identidade social local, dando diferentes motivos para valorização da região e de seu progresso. É sob as consequências dos impactos da Grande Reforma Urbana na então capital do país que, então, foram mobilizadas algumas representações do potencial suburbano para a constituição de

uma identidade suburbana, levando-as à disputa de seu estabelecimento em momentos de rupturas. Dessa forma, como é dito por Michael Pollak (1992), "a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos" (Pollak, 1992; p. 5).

São dois vetores propostos para observações sobre essas experiências que resumiriam o potencial suburbano frente às mudanças que se abatiam sobre a cidade, os quais destacamos o que estrututra a circulação da modernidade suburbana, sendo tais alicerces a presença da imprensa, a pujança do comércio local e a forte presença operária, e as práticas modernas, como a presença do teatro, do cinema e a prática esportiva nos subúrbios. Nos concentraremos apenas no primeiro ponto, uma vez que o segundo ainda está em construção, como parte da pesquisa de doutorado em andamento.

Pensando a modernidade suburbana

A presença de uma imprensa local é exaltada como fator sintomático da causa do progresso dos bairros suburbanos. As vozes suburbanas, no anseio de se posicionar diante das transformações que ocorriam com o advento da República,

utilizavam suas páginas como eixo de inserção da região suburbana no processo de mudanças que ocorriam.

Como instrumento de inserção dos subúrbios no processo civilizatório, jornais e revistas surgem nos bairros suburbanos como instrumentos de inserção dos agentes suburbanos no debate sobre a cidade que se reproduzia. Como vemos na *Tribuna Suburbana*: "É grande, nobilíssima e importante a missão do jornalismo em todo mundo civilizado, e é reconhecendo esta tão alta missão que tímidos entraremos na luta"[6]. O *Echo Suburbano* marca: "um jornal assinala sempre um marco no caminho do progresso: além do aproveitamento do trabalho do operário, há o aproveitamento das aptidões intelectuais dos que escrevem"[7]. Outro jornal que aponta a importância da imprensa suburbana é o *Commercio Suburbano*, quando diz que "A imprensa leva aos quatro cantos do mundo civilizado a notícia do Progresso nas Ciências, Artes e Letras, caminhando impávido, a seu lado, como bons camaradas, quase xipófagos"[8]. Em *O Subúrbio,* as linhas de sua quarta edição agradecem a receptividade dos leitores pelo esgotamento do

[6] *Tribuna Suburbana*, 17 de janeiro de 1910, p. 1.
[7] *O Echo Suburbano,* 10 de agosto de 1901, p.1.
[8] *Commercio Suburbano,* 15 de maio de 1902, p. 1.

terceiro número e salienta seu papel protetor dos interesses suburbanos: "*O Subúrbio* irá por diante, confiado na proteção dos que amam o lugar onde habitam e desejam o seu adiantamento"[9].

O surgimento da imprensa suburbana caracteriza, neste sentido, o progresso evidenciado pela parcela letrada dessa sociedade em construção no processo de estabelecimento da República. Através dessas páginas é que se exaltam as características dessa "linha de frente" na disputa pela valorização dessas áreas da cidade que se expandiam e se desenvolviam em termos geográficos e sociais.

O *Jornal Suburbano*, dá ênfase à essa identidade suburbana, incluindo suas características territoriais de um espaço em vias de transformação, através da propaganda dos interesses da região:

> Resta-nos esse consolo ao menos, a nós que vamos combater seriamente para que alguém tome a sério a existência desta parte dos subúrbios – Irajá e toda a zona que se divide com o Estado do Rio. E, conformados com a nossa própria modéstia, jornalistas roceiros, pugnados pelos interesses da roça, pedimos licença aos

[9] *O Subúrbio*, 27 de julho de 1907, p. 1.

> mestres para tomarmos parte na missão da coletividade jornalística[10].

Ao usar do expediente de sua identidade "roceira", pedindo "licença aos mestres", o editorial do jornal citado marca posição: seus interesses estão voltados para os subúrbios, espaço marcado pela transição do rural para o urbano. "Nessa construção da identidade", dita Pollak (1992), "há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo" (Pollak, 1992; p. 5). A imprensa suburbana, portanto, delimita as fronteiras do pertencimento que forjam o diferencial dos periodistas suburbanos frente aos ditos "mestres" da grande imprensa.

O estabelecimento de uma imprensa local é um dos símbolos do progresso do subúrbio carioca e seu trilhar nos caminhos da civilização. Sendo outra importante expressão desses rumos que tomavam os bairros suburbanos na escrita de seus jornalistas, o comércio era sinônimo de orgulho local. A *Gazeta Suburbana*, um dos mais longevos jornais suburbanos, surge para cumprir seu dever relativo aos subúrbios traz informações importantes sobre o comércio da região. Exalta, por

[10] *Jornal Suburbano,* 28 de junho de 1911, p. 1.

exemplo, a procura pelo comércio suburbano como consequência do aumento populacional da cidade. Vejamos os trechos na íntegra:

> Com o progressivo aumento da população do Distrito Federal, como grande desenvolvimento do nosso comércio, os subúrbios, outrora abandonados e desprezados, tornaram-se ultimamente procurados e conhecidos.
>
> Tudo tem aumentado nos subúrbios: a população, o comércio, a indústria. Tão grande é o desenvolvimento atual da zona suburbana que quase todos os jornais diários viram-se na necessidade de, ao noticiário geral, acrescentar um suplemento consagrado unicamente aos subúrbios.
>
> Apesar, porém, deste desenvolvimento patente, os subúrbios continuam desprezados da parte das autoridades municipais; enquanto a renda da Prefeitura é empregada em melhoramentos da zona urbana e dos arrabaldes chics, os subúrbios vivem no mais completo abandono[11].

O aumento populacional da cidade é notado. O comércio é visto como um ponto de atenção ao progresso do subúrbio carioca. Seu desenvolvimento é tamanho que, segundo a publicação, os grandes jornais não puderam mais ignorar a região, dando-lhe espaço em suas páginas. Mas o destaque ao

[11] *Gazeta Suburbana*, 8 de setembro de 1910, p. 1.

comércio suburbano já era inflado anos antes de a *Gazeta Suburbana* fazê-lo.

É assim que os jornais *Progresso Suburbano* e *Commercio Suburbano* dão notoriedade à classe comercial e seus estabelecimentos. O primeiro destaca seu intuito de fazer conhecida a potencialidade do comércio suburbano, "a fim de lhe dar impulso e desenvolvimento para que possa nivelar-se ao do centro comercial" [12]. A busca pela valorização do comércio suburbano a fim de torná-lo reconhecido a ponto de ser um diferencial no progresso da cidade é objetivado no segundo título, que ostenta o comércio em seu nome e diz ter se apartado do *Progresso Suburbano* em decorrência da necessidade de dar maior destaque ao comércio local:

> Apresentamo-nos, pois, a esse público inteligente, digno e independente, particularizando o comércio, essa classe de trabalhadores infatigáveis, cuja posição, por melindrosa em sua natureza, requer o máximo critério, a mais elevada consideração. (...) Eis porque, em geral, os jornais se consagram ao Comércio, dedicando-lhe um cuidado todo particular, tornando conhecidos seus artigos, já nos caricatos reclames, já na bem lançada crônica, já em uma notícia circunstanciada, já, enfim, num bem elaborado artigo de fundo. Mas, se é verdade que falamos do Comércio em geral,

12 Progresso Suburbano, 2 de março de 1902, p. 1.

> restringimos nosso devotamento ao Comércio Suburbano, tomando-o no seu conjunto, para título do nosso modesto jornal. Deixamos, mui voluntariamente, e de comum acordo a parte honrosa que, de modo imerecido, ocupamos n*'O Progresso Suburbano*, para levantar nossa tenda à sombra do Comércio Suburbano que, dia a dia, se desenvolve, tornando-se da Cidade do Rio de Janeiro uma poderosa parcela, cuja importância, em futuro muito próximo, pesará consideravelmente nos seus destinos[13].

É claro nos trechos dos dois jornais o quanto constroem em torno do comércio suburbano um contraponto ao centro da cidade. No primeiro caso, a ode feita ao comércio suburbano como fator de progresso da região tem como objetivo um nivelamento entre as duas zonas comerciais. No segundo, vemos que não apenas há uma decisão de construir um jornal focado apenas na questão do comércio suburbano, como também há o intuito de dignificá-lo e elevá-lo ao ponto de tratar como "uma poderosa parcela" que pesará no progresso comercial da capital.

A *Revista Suburbana* de 1922 traz um exemplo da contundência da exaltação de um processo de construção de uma centralidade. Em suas linhas, o Méier é considerado "a capital da zona suburbana". Ao estruturar a ideia de que o bairro representa uma capital dentro da região que crescia, coloca em

[13] *Commercio Suburbano*, 15 de maio de 1902, p. 1.

pé de igualdade com o centro urbana e a importante e grandiosa Avenida Rio Branco – anteriormente denominada Avenida Central, grande símbolo da Grande Reforma Urbana. A revista é taxativa: "Poder-se-ia aqui viver dez ou mais anos sem ir à Avenida, que o curso normal da nossa vida jamais deixaria de ver esse ritmo perpétuo de todos os dias". Como característica de sua centralidade, o comércio também é exaltado: "tem sua vida diurna rumorosa e febril com seus pregoeiros de mil e um negócios"[14].

Na dialética de confronto entre as potencialidades comerciais da região central da cidade – que ainda não passara pela Grande Reforma Urbana no período de escrita do *Commercio Suburbano* e do *Progresso Suburbano* – com o destaque dado à pujança do comércio suburbano, a identidade social suburbana surge como uma ferramenta que dá contornos de valorização ao comércio local tendo como referência o Outro. A atenção dada à chamada "zona urbana" fortalece a necessidade da valorização local por meio da construção de elementos que justifiquem tal atitude. Como diz Pollak (1992): "A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos

[14] *Revista Suburbana,* 20 de agosto de 1922, p. 13.

outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros" (Pollak, 1992; p. 5).

Se o comércio aparece como uma alavanca que elevaria o subúrbio ao patamar merecido de participação no progresso da capital federal, o trabalho que dele provinha, a classe laboriosa que nele servia, assim como outros operários que viviam nos bairros centrais da região suburbana, era mais um motivo de orgulho e de potencial, nas observações da imprensa local. No jornal *Progresso Suburbano*, identificamos uma ode aos trabalhadores como verdadeiros produtores dos intuitos teóricos do progresso e da civilização:

> Ave, obreiros do progresso! Fatores diretos de todas as maravilhas da ciência, de todos os engenhos da arte. Sem o vosso precioso concurso, as fábricas não trabalhariam, as oficinas não se abririam, os mais grandiosos e surpreendentes inventos não sairiam dos domínios da teoria para a utilidade prática. Nada se move sem o vosso auxílio, pois sois a *alma mater* da civilização![15].

A *Revista Suburbana* de 1918 abre espaço para uma seção voltada aos operários. Seu articulista, Pinto Machado, um dos expoentes da mobilização de classe no período, escreve na

[15] *Progresso Suburbano,* 2 de março de 1902, p. 1.

revista: “Todos sabem que é na zona suburbana que vivem em sua maioria os operários das várias indústrias particulares e do Estado”. E descreve o intuito da seção:

> Para auxiliar todas as conquistas nobres do operariado, para estarmos ao lado do Trabalho, para a estabilidade da paz entre os homens, esta seção aqui está, entregue aos próprios interessados que sobre assuntos que lhes digam respeito terão liberdade ampla, podendo atacar hábitos e costumes, sem, no entanto, descerem ao terreno pessoal.

Ao lado do operariado que não apenas vivia nos bairros suburbanos, como também trabalhava na região, o *Echo Suburbano* marca sua posição ao lado dos trabalhadores do matadouro de Santa Cruz. As reivindicações por melhorias nas condições de trabalho e de vida daqueles que tiravam seu sustendo do local ganha a nobre justificativa para o merecimento:

> Os operários, verdadeiros produtores da riqueza nacional, merecem; têm direitos ao reconhecimento dos governantes. Fatores de tudo que representa o progresso e o bem-estar, são, no entanto, os únicos que nada têm por si e para si. É que fabricam os gozos para os outros, deixando a miséria para as suas famílias...[16]

[16] *Echo Suburbano*, 20 de agosto de 1911, p. 1.

Com os exemplos aqui apresentados, observamos uma mobilização de elementos a partir do subúrbio carioca para mostrar que, mesmo vistos como espaços desprezados pela municipalidade, aderiam e se apropriavam das expressões da modernidade. A imprensa, como símbolo do progresso e de civilização, tem importante papel nos bairros suburbanos não apenas mostrando que a região se modernizava, mas também exaltando uma identidade social local. Delimitava, assim, ferramentas que marcavam a importância dos bairros suburbanos no desenvolvimento da cidade e do país.

Como plataformas do progresso, suas páginas exaltavam o comércio local, dando-lhe peso e até mesmo equiparando com o comércio da região central. Do outro lado, mostrava o valor da classe operária que vivia nos subúrbios e sua importante contribuição para o progresso do país e na construção da civilização brasileira. Dessa forma, a imprensa suburbana servia como "guarda-chuva" dessas expressões que se desenvolviam nos e pelos subúrbios. Suas visões de progresso e civilização corriam consoantes com os ideais materialistas de rompimento com o passado, prezando pela harmonia social e a ordem. O comércio transformava e desenvolvia os bairros, tornando-os movimentados e pontos de atração da população de outras áreas

da cidade. O operariado suburbano materializava as ideias com a força de seu trabalho e, assim, impulsionava o país rumo à pretendida civilização.

Considerações finais

Este trabalho teve como obejtivo apresentar um panorama da pesquisa de doutoramento em construção. Mesmo de forma parcial, acreditamos ter trazido importantes elementos já levantados no material que foi analisado. Acreditamos, com isso, estar diante de uma possibilidade analítica sobre o processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro através de uma perspectiva que tem como intuito fugir do eixo de observação concentrado nas áreas centrais da cidade.

Tal procedimento pode ser entendido no campo das "múltiplas modernidades". Shmuel Eisenstadt (2000) aborda essa dinâmica na percepção da existência de diferentes programas de modernidade, cuja proposta é ser uma:

> história contínua de constituição e reconstituição de uma multiplicidade de programas culturais [que são] carregados adiante por atores sociais específicos em estreita conexão com ativistas sociais, políticos e intelectuais, além de movimentos sociais perseguindo diferentes programas de modernidade, contendo diferentes visões sobre o que torna as sociedades modernas (Eisenstadt, 2000; p. 2).

Evidente que as experiências da modernidade nos subúrbios não se limitaram ao que mostramos até aqui. Outras tantas práticas foram forjadas nos bairros suburbanos, inclusive como resultado dos pontos que foram aqui expostos. Isso mostra que, ao propormos aprofundar os estudos e análises sobre a história do Rio de Janeiro a partir da fuga dos lugares-comuns que sustentam a imagem de "Cidade Maravilhosa", podemos encontrar respostas que preencham lacunas sobre as formas de viver a cidade, especialmente pela ótica do carioca suburbano. Assim, também, servir de inspiração para que pesquisas sobre outros subúrbios e periferias não apenas do Rio de Janeiro, como do país, surjam no campo historiográfico.

Referências

ABREU, Maurício de A. *A periferia de ontem:* o processo de construção do espaço suburbano do Rio de Janeiro (1870-1930). *Espaços & Debates*. Revista de estudos regionais e urbanos. Ano VII, vol. 1, n. 21, 1987.

AZEVEDO, André Nunes. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro*: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Rio de Janeiro: ed. Puc-Rio, 2016.

COMMERCIO SUBURBANO (1902)

ECHO SUBURBANO (1911)

EISENSTADT, Shmuel. Multiple modernities. *Dedalus*, v. 129, n. 1, 2000.

FERNANDES, Nélson da Nóbrega. *O Rapto Ideológico da Categoria Subúrbio*. Rio de Janeiro, 1858-1945. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

FON FON (1907-1908)

GAZETA SUBURBANA (1910)

IBGE. *Recenseamento do Brazil. realizado em 1 de setembro de 1920*: população do Rio de Janeiro (Districto Federal)/ Directoria Geral de Estatística. Acesso em: 15/09/2025. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=26383

IBGE. *Recenseamento do Districto Federal*: realizado em 20 de setembro de 1906. Disponível em: ibge.gov.br/biblioteca/visualizacao/livros/liv49678.pdf.

JORNAL SUBURBANO (1911)

MELO, Victor Andrade de. *Cidade expandida:* estudo sobre o Esporte nos subúrbios cariocas. Rio de Janeiro: ed. 7 Letras, 2022.

MENDONÇA, Leandro Climaco. *Jornalismo como missão*: militância e imprensa nos subúrbios cariocas, 1900-1920. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense. Instituto de História, 2017.

MENDONÇA, Leandro Climaco. Nas margens dos trilhos, da cidade e do poder: imprensa suburbana na cidade do Rio de Janeiro, 1880-1940. *Escritas*, v. 7, n.1, p. 44-64, 2015.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical*: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

O ECHO SUBURBANO (1901)

O SUBÚRBIO (1907)

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992.

PROGRESSO SUBURBANO (1902)

RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

REVISTA FON FON (1907)

REVISTA SUBURBANA (1918)

REVISTA SUBURBANA (1922)

SERFATY, Elaina. *Pelo Trem dos Subúrbios*: disputas e solidariedade na ocupação do Engenho de Dentro (1870-1906). Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2018.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1981.

TRIBUNA SUBURBANA (1910)

Escritos sobre a Etiópia:
O fiar da trama jesuítica sobre a Etiópia no século XVII

Wallace de Oliveira Machado
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ

Introdução

O conceito de Etiópia é extremamente complexo e ronda uma variedade de generalizações e aproximações conceituais. Pode-se dizer que a Etiópia do mundo contemporâneo não necessariamente era a mesma que foi pensada pelos portugueses no período medieval e na primeira modernidade. Ao afirmar Etiópia, de fato refere-se ao mesmo lugar que a Etiópia atual, com algumas variações, situada na região do Chifre da África. Mas no que tange ao conceito de Etiópia para portugueses e abexins, no século XVI, pode-se dizer que não é a mesma coisa. O termo etíope significa "cara queimada", em uma alusão aos negros africanos em contato no Mediterrâneo, termo esse em vigência desde a Antiguidade (BETHENCOURT, 2018, p. 24, 39). Enquanto África seria uma província do Império Romano e *africani* os seus habitantes. Houve, durante alguns momentos, a preferência por *Aetiópia* sobre o termo África na Europa, por exemplo, quando Santo Isidoro de Sevilha, no século V, usou o

termo para determinar todo o continente (MUDIMBE, 2013, p. 51–52).

Na Idade Moderna, um outro nome seria proposto, Etiópia a Alta, que tem como ideia separar aquilo que seria a interpretação da Etiópia enquanto África daquilo que seria o Estado da Etiópia, ou a Índia do Preste João (CARAMAN, 2001, p. 1339). Essa nomenclatura serviria também para separar o termo em Etiópia Alta e Baixa, esta última seria a região do Monomotapa, ou Etiópia exterior. Parte do processo de idealização ocidental foi generalizar, erroneamente, a região da atual Etiópia com a Índia. Posteriormente, eles anexaram a região ao reino mitológico cristão do Preste João (ALMEIDA, 1999, p. 260). Aquilo que os europeus buscavam era mais uma idealização do que de fato o contato com a verdadeira Etiópia ou Abissínia.

Este preambulo sobre a Etiópia na Idade Moderna serve para salientar que aquilo que os portugueses almejavam levava em consideração apenas a sua visão colonialista de viajante (TODOROV, 2006). A expansão portuguesa pela África, no século XV, tinha em si uma ideia de contactar esse monarca cristão nas Índias para asfixiar os domínios muçulmanos no Norte da África.

A busca do Preste João das Índias, e com isso da Etiópia mais adiante, foi um dos objetivos lusitanos na costa ocidental africana. O que nos mostra que havia um cruzadismo latente neste período, dando continuidade às guerras de reconquista (THOMAZ, 1998, p. 158–163). Assim sendo, a coroa portuguesa buscou, para além da via marítima ao Cabo Sul da África, atingir o reino da Índia pela via Mediterrânica. Duas empresas foram enviadas, nos anos de 1486 e 1487, pelo monarca português: a primeira era feita pelos padres Antônio de Lisboa e Pêro de Monterroio, que chegaram até Jerusalém, entretanto não progrediram por não dominar a língua árabe; a segunda foi a empreitada de Pêro da Covilhã e Afonso Paiva[1] (RUSSEL-WOOD, 1998, p. 23–24).

Somente no século XVI Portugal logrou um contato estável com a Etiópia, principalmente por causa da rota do Cabo da Boa Esperança e do estabelecimento de Goa, em 1510. Essencialmente pelo fato de contornar o cordão de isolamento feito pelo Califado Mameluco e depois pelo Império Otomano no norte, que isolava o reino cristão da Etiópia das demais

[1] A empresa de Covilhã foi frutuosa em entrar na Etiópia, porém nunca saiu. Os portugueses só souberam dos percalços pelo fato da embaixada de 1515 ter encontrado Covilhã na Etiópia.

potências europeias em um "cordão sanitário" (SILVA, 2006, p. 293–299). A embaixada, por idas e vindas dos governadores, só conseguiu adentrar no continente africano em 1520, permanecendo até o ano de 1526, quando retornou para Portugal, marcando o primeiro momento estável das relações entre Portugal e Etiópia, que vão até a primeira metade do século XVII.

A construção da Narrativa Jesuítica

O contexto da missão inaciana na Etiópia apresenta-se como uma fase mais adiantada, ou madura, do contato dos portugueses com os etíopes[2]. Armanda Rodrigues, em sua dissertação "*Cousas do Preste João*...", afirma que o contexto do século XVII seria uma segunda fase de contato, centrada em uma questão religiosa. Notoriamente, ela considera a relação mercenária dos portugueses, do fim de meados do século XVI, como uma continuidade da primeira fase (RODRIGUES, 2008,

[2] Proponho a divisão da presença portuguesa na Etiópia em três fases distintas e sucessivas, que estão interligadas entre si pela necessidade dos portugueses e dos abexins. A primeira fase seria a dos aventureiros, com o processo de idealização moldando a visão do homem português. A segunda fase a dos "mercenários" ou "fronteiros" representa a entrada de portugueses que passam a se radicar e construir família na região, atuando como mercenários para as lideranças etíopes. A fase mais madura, foi a missionação, com a chegada da companhia jesuíta.

p. 41). No entanto, divido dessa forma à medida que considero tanto a primeira quanto a segunda fase apresentaram um mesmo intento religioso que a terceira. Logo, divido a partir de um contexto cronológico e temático, pois entendo que a ideia religiosa jamais possa ser retirada do bojo interpretativo.

Os jesuítas em missão na Ásia ansiavam pela empresa etíope, ou pela empresa nas terras do Preste João. Antes da chegada do patriarca, faziam o processo de conseguir jovens abexins a fim de que esses se convertessem e pudessem auxiliar a entrada da missão na Etiópia, sendo educados no Colégio de São Paulo de Goa. Em uma epístola do Pe. Nicolau Lancelote ao Padre Loyola, em 1548, antes da nomeação do patriarca, foi demarcada a importância da Etiópia para a conversão de toda a África (WICKI, 1948, p. 342).

Em alguma medida, a Etiópia é pensada como uma localidade chave para o processo de conversão de toda a África, assim como Ormuz pode ser entendido como um dos centros irradiadores para a Península Arábica e a Pérsia, e o Japão para todo o Extremo Oriente. Partindo dessa perspectiva, vê-se a composição da história da Etiópia pela perspectiva jesuítica com mais propriedade.

Esta obra em questão, *"A História Geral da Ethiopia a Alta"*, foi uma publicação muito aguardada pelos jesuítas, principalmente pelo caráter totalizante que ela possui, dando conta da história dessa região, tão importante para os inacianos e que, ao mesmo tempo, suscita as maiores controvérsias.

Ela foi impressa na oficina de Manuel Dias, com 732 fólios, com textos em duas colunas, dividida em seis livros, cada um com uma média de quarenta capítulos. O texto base seria de Manuel Almeida, porém foi acrescido e editado pelo padre Baltazar Thellez (Baltasar Teles), que o compôs com base em outros autores que estiveram em missão na Etiópia e produziram relatos. Ele foi um filósofo, teólogo e historiador, nascido em 1596 em Lisboa, entrou para os jesuítas em 1610, acabou por lecionar humanidades e retórica nos colégios de Braga, Évora, Lisboa e Coimbra. Publicou a *"Chronica da Companhia de Jesus na Provincia de Portugal"* em dois volumes, em 1635 e a *"Summa Universae Philosophiae"*, em 1642, antes de atuar na edição do livro sobre a Etiópia a Alta (LEITE, 2001, p.3718). Um dos elementos presentes como paratextos é uma espécie de carta, que se comporta como uma nota, escrita pelo próprio padre Baltasar Teles, afirmando que o trabalho editorial da obra foi um pedido particular do Pe. Gosovino Nikel.

Ele inicia a carta ao padre Nikel falando da Etiópia como o lugar mais escondido, ou longe da terra, distante do universo. Seguiu a poética clássica, usando como expressão em latim "*Ultimus Aethiopum locus est*". Ele afirmou que a tarefa dada por Nikel era para que ele aperfeiçoasse o texto de Manuel de Almeida, adjetivado por ele de "boa memória", para construir a história do Império da Etiópia a Alta. Explicou que repartiu a obra monumental em seis livros, como está presente, e os dedicou ao santo missionário São Francisco Xavier, o apóstolo do Oriente.

Em seu prólogo, o padre Teles começa falando do Preste João e como foi famoso na Península Ibérica, suscitando debates curiosos a respeito da Etiópia. A região seria encantada nas obras literárias, como rica e cheia de mistérios. Ele depõe essa ideia com base nas histórias do Palmerim e no uso de outros autores que enriqueceram o imaginário europeu[3].

No decorrer do prólogo, ele não fica apenas fiando a trama sobre a Etiópia encantada. Gasta uma quantidade substancial de fôlego na justificativa de sua atividade,

[3] Palmerim da Inglaterra de Francisco de Moraes, escrito por volta de 1544. Porém, outros livros mais antigos falam do Preste João e acabaram intensificando a mitologia ao redor da Etiópia como "As viagens de Mandeville", do século XIV.

defendendo-se do fato de não ter ido à Etiópia e ter escrito sobre ela. Para isso, reivindica dois historiadores romanos: Tito Lívio e Políbio. Para ele, Tito Lívio tem uma superioridade técnica ao descrever a passagem dos cartagineses sobre os Alpes, quando comparado com Políbio, sendo que Tito Lívio não estava no tempo das invasões cartaginesas, enquanto Políbio era muito mais próximo. A partir dessa premissa, ele apresenta as fontes que leu como um argumento de autoridade, como o padre Pero Paes, jesuíta chamado de primeiro apóstolo na Etiópia, que deixou manuscritos sobre a passagem que esteve na Etiópia, entre os anos de 1603 e 1622, ano de sua morte.

Outra fonte utilizada foi o já citado Pe. Manuel de Almeida. Este foi apresentado como autor principal do livro. Ele nasceu em Viseu, Portugal, em 1580. Em 1622, foi em missão para a Etiópia como visitador, passando por todos os lugares que tinham uma missão jesuítica. Enquanto esteve na Etiópia, começou a escrever o que seria o livro *História Geral da Etiópia* (CARVALHO, 2001a, p.83).

Outra testemunha muito utilizada foi o próprio patriarca, D. Afonso Mendes, que, nas palavras de Teles, seria o Tito Lívio Lusitano. Outras fontes, como cartas ânuas e demais correspondências, são usadas como fios que tecem essa trama

sobre a Etiópia, cercando-a de vários lados para que a produção em si não apresente lacunas. Se dentro de uma tradição da composição de crônicas o "eu vi" é superior ao "eu ouvi", pondo a visão e a experiência em primeira pessoa como um argumento de autoridade (HARTOG, 1999, p. 274–275), neste contexto o "eu li" passou a tentar se equiparar ao "eu vi", sendo a diversidade de fontes e a erudição um substituto da viagem e um argumento de autoridade para legitimar a obra.

O editor/autor, para completar a legitimidade de sua ação de composição da obra, acresce a informação sobre o distanciamento que se possui de sua figura como sujeito e os temas abordados nos textos. Ele não seria movido nem pela "paixão de ódio" ou o "respeito do amor" (Telles; D'Almeida, 1660). Para isso, cita novamente Tito Lívio em latim que na tradução seria aproximadamente: "As coisas mais importantes são tão ambíguas que, enquanto alguns consideram como certo o que ouviram, outros transformam a verdade em seu contrário, e ambos crescem com o tempo".

Por último, ele faz uma ressalva de que, no processo da composição do livro, buscou se distanciar dos outros historiadores que narram feitos épicos, como batalhas e a alternância de príncipes e tiranos, evocando Cícero, que afirma

ser uma desgraça perder tempo dos homens com notícias sobre a guerra. Ele afirma que é uma outra guerra que o preocupa: a guerra contra a heresia. Em outro excerto, pode-se ver como ele acentua essa "missão" proposta pelo livro, de combater a heresia, a malignidade dos cismáticos e a ignorância dos gentios[4].

Ele encerra apenas confirmando que não entrou a fundo na história dos jesuítas martirizados na Etiópia para que não fosse contra a bula *Santissimus Dominus Noster* do Papa Urbano VIII, emitida em 1625. Essa bula proibia o culto particular de santos e mártires que ainda não haviam sido beatificados pela Igreja. Esta parte apresenta-se como uma ressalva pequena, mas significativa, principalmente por ser, ao que parece, um tema sensível entre a Igreja e a Companhia de Jesus. Desta forma, o livro não se destina como uma plataforma para beatificação desses martirizados, ou uma propaganda.

Outras epístolas são usadas para legitimar não apenas a atuação do editor, mas a existência do livro em si, como os pareceres dos Pe.: Jerônimo Lobo, que foi provincial da Companhia de Jesus em Goa; Doutor Rodrigues, jesuíta e

[4] Essas partes não possuem uma paginação dentro do livro, porém está presente no prólogo do editor.

qualificador do Santo Ofício; Pe. Mestre e Doutor Leam de Lacerda, qualificador do Santo Ofício, encarregado pelo Rei de Portugal. Todos os pareceres evocam a autoridade do "eu vi" como pedra angular para a criação da obra, citando os autores usados por Baltasar Teles. Todos os padres endossaram a figura do editor em seu legítimo ofício. Bem como outras partes que compõem os paratextos do livro, como um elogio ao editor.

Dessas partes, muito interessante é o poema feito por um teólogo da Companhia de Jesus, Pe. Andreas Cardoso. Que em cinco estrofes divididas em quatro versos cada, apresentou um enaltecimento a Baltasar Teles e sua obra, do mesmo modo que uma crítica direta à Etiópia. Vide que na primeira estrofe afirma que o trabalho de Telles, assim como um sol, poliu e iluminou as trevas da Etiópia. O poeta apresentou tons dicotômicos sendo as trevas os etíopes e a luz, em contrapartida, os portugueses. Havia no olhar do autor do poema um certo pessimismo sobre os abexins.

Mais uma vez os paratextos trazem um elogio ao editor. Ele reforça que a história base é a do Pe. Almeida, contudo afirma o trabalho de expansão e polimento do Pe. Teles, e no último parágrafo compara Teles ao Imperador Romano

Augusto[5]. O jesuíta foi superior a esse em seu processo de reforma, pois o imperador teria transformado a Roma de tijolos em mármore, enquanto o jesuíta teria transformado a Etiópia, que nas estrofes anteriores já tinha sido pintada como sombras, em ouro. Isso apresenta os elementos mais cruciais para pensar a Etiópia segundo a visão jesuítica, principalmente após a expulsão dos mesmos.

Evoca-se essa ideia por causa da natureza adversa ao papel do editor. Uma vez que, no livro da Etiópia a Alta, há uma pluralidade de fontes quem ganhou corpo foi a figura do Editor, Baltazar Teles. Ele acabou por se colocar em evidência, acima dos autores que compõem o texto, e para isso buscou uma forma de legitimar-se. O principal fato para essa busca de legitimidade seria por nunca ter ido a Etiópia, logo não é uma fonte ocular. Os elementos paratextuais buscam essa legitimidade constantemente para o Editor, induzindo o leitor, de alguma maneira, a aceitar as inferências do mesmo no texto. Deve-se notar que nos paratextos não se reivindicou o notório conhecimento do editor presentes nas outras obras por ele

5 Nota-se como interessante usar uma figura de um imperador pagão para elogiar um sacerdote cristão.

produzidas. A legitimidade estava no trato das fontes oculares e no respeito para a composição do livro.

Um dos elementos mais importantes que compõem os paratextos e, também, reivindicam uma legitimidade para o editor está na carta do último patriarca jesuíta na Etiópia, D. Afonso Mendes. Este inicia a carta afirmando que tomou conhecimento do livro quando chegou em Goa, assim que foi degredado da Etiópia. Afirmou que a confecção desse livro era há muito prometida e, como os demais, deferiu elogios para o editor, afirmando que o mesmo atuou como a pomba que carregou um ramo de oliveira para a arca de Noé anunciando a terra. Ele confirmou que fez parte do processo de escolha de Teles para a composição da obra. Em sua visão, a mão acurada de Teles só engrandeceria o texto, pelo fato de algumas fontes não serem lusitanas de nação, como Pe. Paes que era castelhano. Desta forma, Teles aportuguesou alguns elementos. O último patriarca faz uma ressalva da importância na composição do livro para desmistificar a história da Etiópia, saindo do senso comum e das falsas histórias que eram veiculadas antes das viagens portuguesas para aquela terra. Ele afirma que não se pode confiar nas histórias dos abexins, em decorrência da mistura que os nativos fazem entre lendas e verdade.

Boa parte dos paratextos apresentam dois elementos: a legitimidade do editor; e a crítica aos abexins. Nesta parte, trago um dos elementos mais marcantes no início do livro, que é o frontispício da obra:

Imagem: Frontispício do livro História da Etiópia a Alta



Fonte: ALMEIDA, Manoel; TELLEZ, Balthazar. História geral de Ethiopia a Alta: Ou Preste Joam, e do que nella obraram os padres da companhia de Jesus composta na mesma Ethiopia. Coimbra: Oficina de Manoel Dias, 1660.

Como se pode notar, a obra apresenta um encontro da corte etíope com quatro jesuítas. Acima, no centro, encontra-se o escudo de Portugal, ladeado por copas de palmeiras. Abaixo, temos quatro escudos ou brasões episcopais dos patriarcas jesuítas. Estão presentes os nomes dos patriarcas em ordem: João Nunes Barreto (1555-57); André de Oviedo (1557-77); Afonso Mendes (1622-1636) e Apolinário de Almeida. O único brasão que difere dos demais é o do primeiro patriarca, tendo em conta que ele possui uma cruz patriarcal, com um traço menor acima do maior, indicação arcebispal ou patriarcal. Os demais possuem a indicação das iniciais da Companhia de Jesus "IHS". Na representação dos brasões, a presença de um nome e a ausência de outro se faz notar. Um patriarca não se faz presente nesta apresentação: Melchior Carneiro, que, assim como Apolinário, foi Bispo de Nicéia e coadjutor de João Nunes Barreto. Ele foi patriarca de 1577, após a morte de Oviedo, até 1581 (VAZ DE CARVALHO, 2001b). Essa supressão deve ter ocorrido pelo fato de ele ter exercido essa função em um período em que a missão tinha esfriado após a morte de Oviedo, sendo os missionários deixados à própria sorte até a atuação de Filipe I de Portugal, que em 1588 enviou Pedro Paes e, anos depois, sendo escolhido um novo bispo, Afonso Mendes. Carneiro não

entrou na Etiópia, sendo mais participativo na China e no Japão. Em contrapartida, o bispo de Niceia e coadjutor de Afonso Mendes, D. Apolinário, foi missionário na Etiópia desde 1629 e, após o exílio do patriarca, manteve-se na terra sofrendo as perseguições de Fasiladas[6], com outros irmãos inacianos, bem como foi enforcado em 1638 (VAZ DE CARVALHO, 2001c, p. 80).

A representação apresenta quatro padres vestidos de casula e com chapéus que a princípio lembram o galero clerical, e apenas um entre eles está com a mitra. Outra representação é que há duas cruzes de patriarca e apenas uma cruz sem o traço menor em cima, ao lado do religioso com a mitra. Provavelmente esse seria Apolinário, dado que ele foi apenas um bispo coadjutor do patriarca, morrendo antes de receber a sagração.

Além dos anjos que escoram os brasões nas duas palmeiras, ao centro, abaixo do título do livro, em uma espécie de altar de três degraus, está uma figura negra vestida com trajes reais e um chapéu, segurando um cetro na mão esquerda. A

6 Fasiladas foi o imperador da Etiópia que assumiu após Socínios, em 1632, ele marcou o início da dinastia gondarina e rompeu com a política de proximidade com os cristãos católicos de seu antecessor.

figura está ladeada por dois soldados, ao que parece, com trajes mais simples, sendo que um deles carrega uma lança. Há no canto direito mais três personagens com os mesmos trajes que olham com desconfiança para os jesuítas. Há expressões contrastantes com punhos cerrados e erguidos, com a presença de arco e flecha, e apenas um dentre eles parece acanhado, até amedrontado. Da imagem dos nativos, além das expressões que vão do amedrontamento à desconfiança, os trajes do negus etíope, ao centro, visivelmente fogem do padrão da imagem, com roupas que seriam mais de um nobre europeu com capa de arminho, cetro e chapéu do que de fato o monarca etíope. Como afirmou Teles, os monarcas da Etiópia não usam cetro, muito menos uma cruz, como era esperado ao relacionar a imagem do rei com a do Preste João (TELLEZ; D'ALMEIDA, 1660, p. 50).

De todos os elementos importantes presentes nesta imagem, a frase ao fim em latim é a mais significativa: "LUX IN TENEBRIS LUCET ET TENEBRE EAM NON COMPREHENDERUNT Io: 1". Esta frase consta no prólogo de João 1:5, "A luz brilha nas trevas e as trevas não a compreenderam". Torna-se significativa essa frase no contexto da imagem e da história da Companhia de Jesus na Etiópia,

principalmente sendo menos de 28 anos após a expulsão e martírio de membros da ordem.

O frontispício se apresenta como uma ilustração de uma cena que nunca existiu, de todos os patriarcas se encontrando com o Preste João, ou o Negus da Etiópia, apresentando a missão aos leitores. Porém, traz consigo a frase que melhor elucida a visão dos inacianos sobre os etíopes. Para se compreender melhor esta parte, é preciso mergulhar na obra e no contexto da missão inaciana na Etiópia, para concatenar essas diversas partes de acordo com a intenção proposta pelo autor.

O contexto da visão inaciana na obra

Ao longo da análise do livro, fora o texto propriamente dito, um elemento fica claro nessa composição totalizante sobre a Etiópia: havia um ressentimento da ordem jesuítica em relação aos etíopes. A perseguição, a expulsão e o martírio são indicativos suficientes para explicar esse ressentimento, desde a atuação do Imperador Fasílides e de seus predecessores na Etiópia. Os elementos paratextuais envolvem declaradamente a empresa inaciana com a relação às trevas etíopes, no que tange à religiosidade e sua abertura para o catolicismo. O que resulta numa leitura guiada pelos capítulos, seguindo três arcos

históricos aglutinados em um só: a história da Etiópia, a da navegação portuguesa e a da Companhia de Jesus. O editor leva o leitor a compreender a história das navegações portuguesas e a história da missão jesuítica como partes de um evento escrito pelas mãos de Deus, crucial para a história da Etiópia.

O Padre Teles, no primeiro capítulo do segundo livro, assumiu uma premissa de determinismo ao dizer que a atuação divina levou os portugueses para a região da Etiópia desde o princípio das navegações, com D. Henrique. Um argumento teleológico teologal, não obstante interessante ao pensar como a obra tem importância na visão jesuítica em conjunto com a história portuguesa (TELLEZ; D'ALMEIDA, 1660, p. 99).

No livro, a Companhia pretende transmitir e difundir a história da Etiópia a partir de sua visão, o que patentemente seria de se esperar. Mas alguns elementos ilustram essa perspectiva, e a organização da obra e o desenvolvimento dos capítulos condicionam essa interpretação. Se os elementos paratextuais dão o tom da interpretação e do que se pode esperar no texto, a organização do livro nos confere pontos vitais para a história da Etiópia à luz da Companhia de Jesus: a crítica aos abexins, o endosso aos portugueses e a relação determinista divina como elementos que dão coesão aos feitos.

Pode-se afirmar que o livro tem como base a crítica aos abexins sem correr o risco de cair na mitologia das doutrinas ou na mitologia da prolepse[7], segundo o que foi apresentado por Skinner (SKINNER, 2005, p. 85–103). Pelo contrário, o autor deixa claro o suficiente, nos elementos supracitados, chamando os abexins de cismáticos, da mesma maneira que apresenta nos capítulos do livro como a religiosidade presente na Etiópia é malvista na ótica inaciana. Vide a forma que o padre caracteriza os etíopes no livro um, ao explicar como a heresia adentrou no território: "porque não há entre eles se não uma como sentina de erros, de cismas, de heresias, e de costumes depravados, sem mais que umas imperfeitas sombras, por lhe não chamar de trevas de cristandade" (TELLEZ; D'ALMEIDA, 1660, p. 89). Essa ideia condiz muito com a que foi apresentada no frontispício do livro, da noção do prólogo de S. João. O jesuíta acaba por se apresentar como luz perante as trevas etíopes, tal como elas não as compreenderam e as renegaram. O padre dá continuidade criticando os elementos religiosos que eles

7 Que se constitui na busca em extrair uma doutrina de um determinado autor, sendo que o mesmo não a deixou claro, possibilitando entrar em uma discussão que não era o foco do mesmo no momento da pesquisa e da escrita. O outro erro seria a própria teleologia, quando se parte de uma cadeia de elementos posteriores em retrospectiva para explicação do significado.

possuem, afirmando que nenhum sacramento é válido, tendo em vista que são escorados no erro da heresia e da cisma.

Pode-se dizer, no tocante aos pecados que o historiador pode cometer, que a obra de Teles de certa forma cai no problema da teleologia ao explicar a navegação portuguesa a partir da missão jesuíta, como um evento que foi condicionado a isso. Ele propõe que as interpretações errôneas dos portugueses sobre as Índias do Preste João, o que ocasionou as empresas de Covilhã e de D. Rodrigo de Lima, foram caminhos traçados por Deus para levar a salvação para a Etiópia. O mesmo se diz da armada de Afonso de Albuquerque contra os turcos, que abriu caminho em 1505, sem saber que navegava para o Império Abexim (TELLEZ; D'ALMEIDA, 1660, p. 101). Algo semelhante é dito sobre o próprio fundador da ordem, que o nascimento de Inácio de Loyola estava traçado como um dos objetivos de Deus para a conversão do Oriente.

Não é preciso reafirmar que se trata de um texto religioso, logo o caráter determinista não seria uma novidade. Contudo, um outro elemento entrou em cena: a dileção aos portugueses. No livro segundo, quando relata as passagens de D. Cristóvão da Gama contra o muçulmano chamado O Granhe (O

canhoto)[8], o herói português preso e torturado se negou a render-se aos infiéis e se entregou de bom grado aceitando o seu destino, sendo martirizado (TELLEZ; D'ALMEIDA, 1660, p. 132). Notório ato de bravura que se apresenta, expondo o martírio dos portugueses na Etiópia para salvar os etíopes das mãos dos captores. Todavia, mais notório ainda é a perseguição sofrida pelos portugueses por aqueles a quem eles deram a vida para libertar (TELLEZ; D'ALMEIDA, 1660, p. 137).

O livro começa a explicar o processo persecutório sofrido pelos portugueses que resistiram dentro da Etiópia, e que eles se animavam, "feitos em um corpo" (TELLEZ; D'ALMEIDA, 1660, p. 142), pela causa que possuíam de lutar pela verdadeira fé católica perseguida pelos cismáticos. Ele diz que a perseguição dos portugueses se motiva por vários fatores: por eles serem estrangeiros naquela terra; pelos abexins possuírem inveja do esforço dos portugueses; e pela interpretação abexim de que a fé portuguesa seria a cismática, por não ter os mesmos elementos judaicos (TELLEZ; D'ALMEIDA, 1660, p. 145).

[8] Ahmad bin Irahim al-Ghazi era líder dos muçulmanos na região de Adal, responsável pela morte de D. Cristóvão da Gama em 1542.

Na apresentação da passagem dos portugueses radicados na Etiópia, fala que a capacidade deles foi explorada para "amansar a terra", sendo usados como mercenários e colocados nas situações de maiores adversidades. Apresentando assim a Etiópia como um purgatório para o povo lusitano.

> Como os de que fala Isaias, q morando nas trevas da noyte, & nas sombras da morte, esperavam, q lhes nacesse a fermosura do dia mais claro. Ali estam estes nossos portugueses penando no purgatório de Ethiopia, servindo lhe aquela sua esperança tam dilatada, juntamente de tormento, & de alivio, posto que já hoje o alivio he nenhum, o tormento grande (TELLEZ; D'ALMEIDA, 1660, p. 146).

Mais uma vez se ensaia a ideia dicotômica de luz e trevas. Estando os portugueses na Etiópia abandonados, estariam eles submersos nessas trevas sem fim, como um castigo. Em um fragmento, Teles dá a entender que esses "pregos" na carne lusitana eram necessários para que a vitória contra os muçulmanos fosse conquistada, como se todos esses elementos fossem partes de um plano maior (TELLEZ; D'ALMEIDA, 1660, p. 142). Aqui evoca-se novamente Skinner, ao pensar a motivação e a intenção do autor (SKINNER, 2005, p. 140–142). Neste caso, os elementos que atuariam na dualidade motivação (externa)/intenção (interna) passam a ser

muito próximos. Ajuda-nos a compreender a obra e suas palavras quando se entende que a motivação é o espírito da ordem religiosa em dar conta de um processo histórico totalizante, ao mesmo tempo que busca justificar-se na própria intenção. Mais uma vez, não se nega o evento da expulsão e do martírio dos inacianos como elemento que condicionou a intencionalidade. Logo, a obra tem como motivação não apenas expor a brutalidade e as trevas dos abexins, mas também, ao que parece, há uma intenção de justificativa dessa "derrota", como mais uma relação determinista das obras divinas. Não seria meramente a ilação de "ser um plano maior", mas a crença oportuna de explicar o fracasso da missionação como parte de uma vitória maior: a luta contra o islã.

Considerações finais

A pesquisa em questão ainda está em seu início, porém alguns elementos levam a crer que a composição da obra, paratextos e texto, traz consigo mais do que a transmissão da História da Etiópia pela perspectiva inaciana. A atuação do editor aparece no período, pela ordem, como uma escolha acertada, possibilitando a compilação de várias perspectivas em uma só obra. Esta obra, por ter sido pensada no momento mais

crítico da missão, teria sido afetada pelo dissabor dos jesuítas frente à relação com os abexins, assim como pelo martírio dos seus membros. Como pode-se notar nos pareceres, o caso dos martírios é muito complexo, não apenas o de Cristóvão da Gama, mas dos demais jesuítas que morreram com o bispo Apolinário de Almeida. Embora o livro não se sustente como uma plataforma ou campanha aos martirizados, apresenta-se como um enaltecimento às suas virtudes e devoção à missão. O que nos leva a problematizar a missão: seria de fato converter os etíopes e colocá-los no caminho reto? Ou auxiliar os portugueses e suas famílias que estavam à própria sorte? Ou ambos os objetivos? Essa ainda é uma questão em aberto na pesquisa. No entanto, pode-se ter certeza de que a composição do livro, enquanto obra para além do texto, e sua intencionalidade acabaram por defender dois pilares: o martírio e o determinismo. Endossou esse espírito martirológico nos portugueses e com isso suas virtudes, que enfrentaram as dores do purgatório com base no plano divino; ao mesmo tempo que reafirmou o determinismo presente na obra divina, que foi o que traçou o desfecho da missão na Etiópia.

Referências

ALMEIDA, André. *Da Demanda do Preste João à missão Jesuíta da Etiópia*. Lusitania Sacra, v. 11, n. 2ª série, p. 247–294, 1999.

BETHENCOURT, Francisco. Racismos: *Das cruzadas ao século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BOXER, Charles. *O Império Colonial Português* (1415-1825). Lisboa: Edições 70, 1969.

CARAMAN, P. Etiópia *in:* Charles O'NIEILL, Joaquín DOMINGUEZ, (Orgs.) *Dicionário Histórico da Companhia de Jesus:* Biográfico Temático. Madrid: Universidade Pontificia Comillas, 2001.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEITE, A. Baltasar Teles *in*: Charles O'NIEILL, Joaquín DOMINGUEZ, (Orgs.) *Dicionário Histórico da Companhia de Jesus*: Biográfico Temático. Madrid: Universidade Pontificia Comillas, 2001

MUDIMBE, Valentim. *A ideia de África*. Mangualde: Edições Pedago, 2013.

RODRIGUES, Armanda. *Cousas do Preste*: Da Verdadeira Informação à História de Etiópia- Visões da Etiópia em Francisco Álvares e Pêro Pais. Mestrado—*[S.l.]*: Universidade Aberta, 2008.

RUSSEL-WOOD, A. S. R. *Um mundo em movimento*: os portugueses na África, Ásia e América. Lisboa: DIFEL, 1998.

SILVA, Aberto da Costa e. *A enxada e a Lança.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SKINNER, Quentin. *Visão da Política*: sobre os métodos históricos. Algés: DIFEL, 2005.

TELLEZ, Balthazar; D'ALMEIDA, *Manoel. História Geral de Ethiopia a Alta*. Coimbra: Oficina Manuel Dias, 1660.

THOMAZ, Luís Filipe. *De Ceuta a Timor.* Lisboa: DIFEL, 1998.

TODOROV, Tzvetan. *A Viagem e seu relato*. Revista de Letras, v. 46, n. 1, jun. 2006.

VAZ DE CARVALHO, J. Almeida, Apolinar de *in*: Charles O'NIEILL, Joaquín DOMINGUEZ, (Orgs.) *Dicionário Histórico da Companhia de Jesus*: Biográfico Temático. Madrid: Universidade Pontificia Comillas, 2001c.

VAZ DE CARVALHO, J. Almeida, Manuel *in:* Charles O'NIEILL, Joaquín DOMINGUEZ, (Orgs.) *Dicionário Histórico da Companhia de Jesus*: Biográfico Temático. Madrid: Universidade Pontificia Comillas, 2001a.

VAZ DE CARVALHO, J. Carneiro, Melchior Miguel *in:* Charles O'NIEILL, Joaquín DOMINGUEZ, (Orgs.) *Dicionário Histórico da Companhia de Jesus*: Biográfico Temático. Madrid: Universidade Pontificia Comillas, 2001b.

WICKI, Josef. *Documenta Indica*. Roma: Tipografia Pio X, 1948. v. 1.

A Família Portuguesa nos Livros de Registros da Hospedaria da Ilha das Flores na década de 1920

Wanderson Silva Bonifácio Junior
Doutorando em História Social no PPGHS/UERJ

Introdução

A imigração portuguesa desempenhou papel central na configuração social, econômica e cultural do Rio de Janeiro ao longo do século XIX e início do XX. A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, criada em 1883, foi um espaço estratégico para a recepção, triagem e encaminhamento desses imigrantes, funcionando como elo entre as políticas públicas brasileiras e os projetos de vida das famílias lusitanas. Este artigo busca analisar os diferentes arranjos familiares portugueses registrados na Hospedaria durante a década de 1920, período marcado por transformações políticas e sociais tanto em Portugal, com a instabilidade econômica, quanto no Brasil, que ainda se firmava como destino privilegiado da diáspora lusitana. A partir dos livros de registro, pretende-se compreender as estratégias migratórias adotadas, os impactos da conjuntura internacional e nacional sobre os fluxos emigratórios, bem como as

experiências das famílias portuguesas que se deslocaram em busca de melhores condições de vida.

A Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores

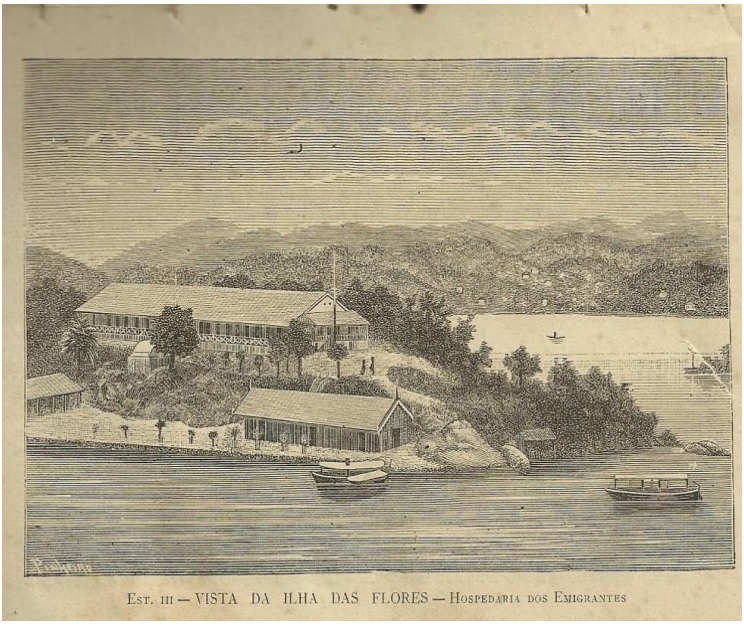
A Hospedaria da Ilha das Flores foi um local criado pelo Império para atender a interesses nacionais. Esses interesses incluíam a atração de mão de obra para o trabalho no campo, a questão racial (já que se defendia que trazer "a civilização para o país atrasado" significava trazer europeus, vistos como um povo racialmente superior), e, por fim, a questão do vazio demográfico.

Em 1883, foi comprada a Ilha que era vista como local adequado para a construção da Hospedaria, propriedade particular do senador José Ignácio Silveira da Motta. Segundo o relatório da comissão do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, que avaliou as condições da Ilha das Flores, "o terreno da ilha está, em grande parte, inculto; a porção, porém, aproveitada em jardim, horta, pomares e roças mostra a feracidade natural, pelo desenvolvimento e viço do arvoredo e plantações" (IMPERIAL apud REZNIK.; FERNANDES, 2014, p. 3). A ilha ainda contava com muitas árvores frutíferas, plantas leguminosas, galinheiros,

currais, a casa do senador (que tinha um anexo para a recepção de hóspedes), armazéns destinados à guarda de instrumentos de trabalho e barcos, casas de empregados espalhadas por diferentes locais da ilha, e seis tanques para a criação de peixes que comportavam até 6 mil unidades (REZNIK; FERNANDES, 2014, p. 242).

Imediatamente após a aquisição da ilha, começaram as obras do prédio da Hospedaria, com capacidade inicial de 800 a 1000 pessoas e localização estratégica por dois motivos. O primeiro era o potencial sanitário do local. Por se tratar de uma ilha, ela não tinha contato permanente com a capital, logo ficava afastada dos surtos pandêmicos que lá existiam. Dessa maneira, a Ilha tinha uma lógica de quarentena reversa, isolando os imigrantes da zona portuária do Rio de Janeiro que era suja e doente. O segundo motivo era a beleza do local. A ilha possuía uma beleza marcante, que servia como propaganda da política imigratória brasileira.

Figura 1 - Vista da Hospedaria

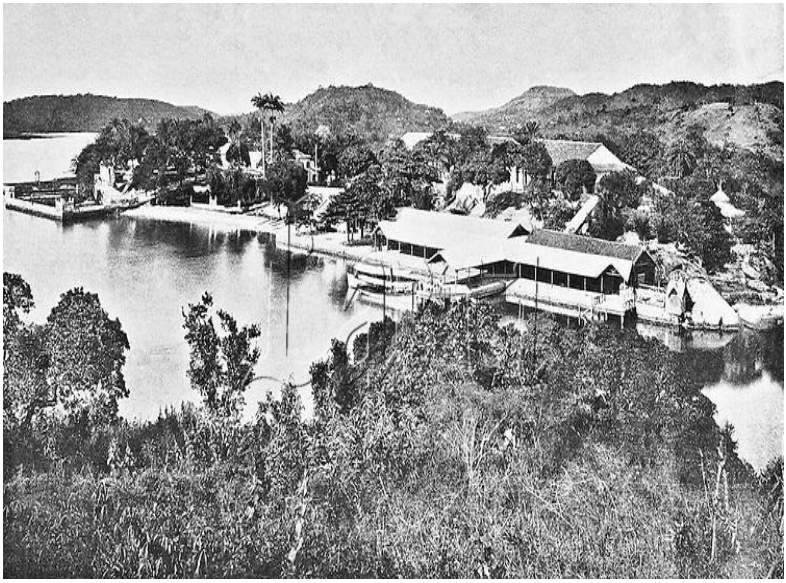


Fonte: FERREIRA, Felix. A província do Rio de Janeiro. Notícias para o emigrante. Rio de Janeiro: Imprensa a vapor H. Lombaerts & Comp., 1888. p. 23.

O roteiro geral dos imigrantes na Ilha das Flores geralmente passava pelo desembarque no Cais e, imediatamente, seguia para o Escritório da Diretoria, local onde eram registrados pelo escrivão. Nos livros de registros eram computados os seguintes dados: procedência, nome do navio, nome, idade, estado civil, data de entrada e saída, nacionalidade, profissão e destino.

Após este procedimento, os imigrantes passavam por um consultório médico para um *check-up*, com o objetivo de prevenir doenças infecciosas (COSTA, 2015, p. 58). A inspeção médica funcionava como uma triagem: caso o imigrante estivesse saudável, receberia sabão e roupas de camas limpas para cuidar de sua higiene. Caso estivesse enfermo, seria encaminhado para o Hospital de São João Batista, em Niterói. Em casos mais simples, o imigrante seria direcionado para as enfermarias existentes na própria Ilha das Flores (REZNIK apud COSTA, 2015, p. 60). O imigrante ficava por volta de 8 dias e, neste período de estadia, deveria procurar emprego nas lavouras de café, nas cidades ou, então, adquirir terras nos núcleos coloniais. O Estado ficava com o papel de fornecer as passagens gratuitas.

Figura 2 - Cais do Desembarque em 1909



Fonte: Coleção Laeti. Acervo: Centro de Memória da imigração da Ilha das Flores/ UERJ.

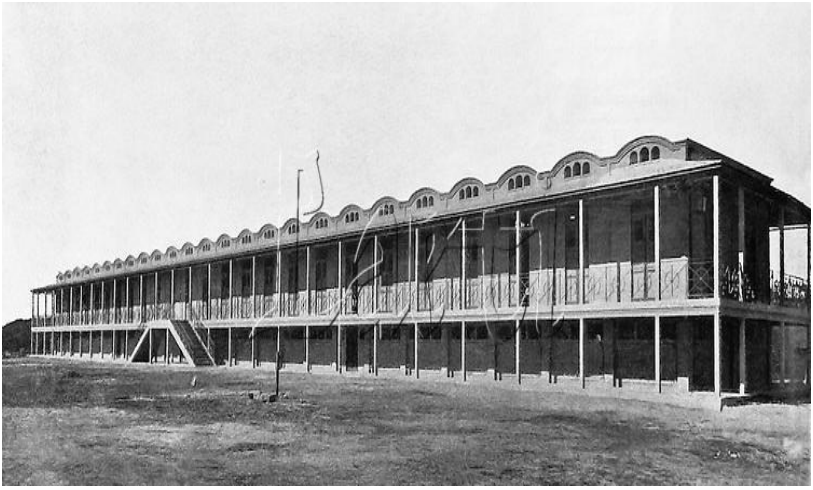
No início do funcionamento da Hospedaria, tanto homens quanto mulheres eram alojados na mesma estrutura, pelo fato de só haver alojamentos na Ala Sul da Ilha. Com a construção de novos alojamentos, ocorreu uma separação de gênero. Em 1888, foram construídos novos alojamentos de madeira e, posteriormente, em 1907, foram levantados três pavilhões em alvenaria na Ala Sul.

Os novos alojamentos foram construídos com o pé-direito elevado, com a finalidade de garantir uma boa circulação

de ar e evitar a propagação de doenças como a tuberculose. É importante notarmos os materiais usados nas construções, pois eles nos demonstram as concepções sanitárias em voga nos respectivos momentos de construção. As estruturas feitas de madeira demonstram uma preocupação com as doenças infecciosas que assolavam o Rio de Janeiro — como a febre amarela e a cólera. Caso houvesse algum surto, a construção seria queimada para acabar rapidamente com a disseminação das doenças.

Os edifícios de alvenaria nos mostram uma ruptura com a concepção de que construções de madeira eram a melhor medida para interromper surtos de doenças. Isso se deve ao fato de que, em 1907, as noções de microbiologia e a ideia de que um conjunto de fatores provoca as doenças, que porventura se transmitiam por vetores, foram apropriadas e aplicadas nas novas construções da Ilha (REZNIK; COSTA, 2019). No complexo, ainda havia uma cozinha e um refeitório com capacidade para 400 pessoas.

Figura 3 - Alojamentos da Ala Norte construídos em alvenaria em 1909



Fonte: Coleção Laeti. Acervo: Centro de Memória da imigração da Ilha das Flores/ UERJ.

As obras de melhorias e expansão da capacidade da Ilha das Flores ocorreram à medida que existia demanda. Portanto, as experiências cotidianas na Hospedaria incentivaram as intervenções no espaço da Ilha. Como veremos na tabela abaixo, desde o ano de seu início de funcionamento até 1890, a Ilha das Flores desfrutou de um aumento expressivo na entrada de imigrantes, resultado das políticas públicas de imigração. Nesse sentido, a criação de novos alojamentos é consequência do aumento do fluxo imigratório que usufruía dos serviços da Ilha.

Para aumentar os alojamentos, em 1888, foi necessária a criação de um edifício exclusivo para a enfermaria.

Tabela 1 - Imigrantes ingressos no Brasil, no Porto do Rio de Janeiro e na Hospedaria da Ilha das Flores (1883 – 1890)

Ano	Brasil	Rio de Janeiro	Ilha das Flores
1883	24.827	---	7.402
1884	19.608	17.999	8.138
1885	29.408	22.727	10.579
1886	25.741	22.236	12.501
1887	54.990	33.310	18.834
1888	131.745	55.863	33.384
1889	65.187	---	26.848
1890	107.100	85.162	66.494

Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1883-1890 apud Costa 2015

Outras melhorias aconteceram. Em 1889, foi feito um plano orçamentário para estender a capacidade para três mil pessoas. Dentro deste plano, estavam inclusos: a expansão do armazém, do refeitório e de um compartimento exclusivo para os serviços da secretaria, além da expansão dos alojamentos, já exposta no parágrafo anterior.

Em 1890, também ocorreram novas construções. Foi construído um necrotério próximo a uma praia no interior da Ilha, assim como uma moradia para o Ajudante do Administrador. Além disso, foram feitos mais cinco quartos para alojamento dos serventes, quatro mictórios em diversos locais, sarjetas com extensão de 244 metros para a canalização de águas pluviais, por meio de manilhas, um alpendre de madeira coberto de zinco abrangendo toda a frente da Hospedaria e uma cobertura em toda a extensão do cais para preservar as bagagens (COSTA, 2015, p. 63).

Portanto, a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores representou o processo de amadurecimento das políticas públicas de imigração da nação. A criação de uma hospedaria oficial expõe um aprofundamento no processo de transição da mão de obra escrava para a mão de obra imigrante. Não somente isso, a Hospedaria teve o papel de controlar, fazer a triagem e encaminhar os imigrantes recém-chegados. Além disso, as melhorias feitas na Hospedaria mostram a preocupação de fornecer a melhor experiência possível para os imigrantes que chegavam, que em contrapartida, mudaram o patamar da nação como país receptor.

E(I)migração Portuguesa

No período da Grande Imigração, a economia europeia passava por uma fase de expansão do capital. Entre 1870 e 1890, a produção de ferro dos cinco principais países produtores mais do que duplicou. A produção de aço, indicador adequado da industrialização no período, multiplicou-se por vinte. Nesse momento, as economias industriais alemã e norte-americana tiveram grande progresso, e a revolução industrial chegou a novos países, como Rússia e Suécia. O investimento estrangeiro na América Latina atingiu valores astronômicos na década de 1880, ocasionando a chegada de mais de 200 mil imigrantes de origem europeia por ano à Argentina e ao Brasil (HOBSBAWM, 2016, p. 61).

Apesar de o século XIX ter sido um período de expansão econômica advinda da industrialização, não podemos afirmar o mesmo em relação ao quadro da economia lusitana. Portugal encontrava-se na periferia da economia capitalista, com baixo desenvolvimento das forças produtivas, o que consequentemente limitava o padrão de vida da população. Por conseguinte, a pobreza de grande parte dos portugueses era a norma. Assim, uma das opções de ascensão social era emigrar para o continente americano, sendo o Brasil o destino preferido.

As explicações para a partida eram variadas, mas a questão da terra era fundamental para entender a pressão exercida sobre os emigrantes portugueses. O direito de primogenitura tornava a terra indivisível em Portugal. Como consequência, os filhos que não tinham acesso ao patrimônio muitas vezes casavam-se tardiamente, tornavam-se celibatários ou eram levados à emigração (MENEZES, 2019, p. 30).

Na segunda metade da década de 1860, houve um novo regimento que garantiu a partilha de terras. Contudo, isso gerou novos problemas de acesso, pois as propriedades não eram grandes o suficiente para serem divididas sem provocar tensões em famílias numerosas. Desse modo, a terra tornou-se inviável do ponto de vista econômico. Além disso, vivia-se, naquele momento, uma baixa dos preços agrícolas: a arrecadação com a exportação desses produtos diminuiu consideravelmente, perpetuando a pobreza. Com poucas perspectivas em Portugal, já que o país não se industrializara suficientemente para absorver esses trabalhadores do campo, restava a opção de sair do país. Essa conjuntura agravou-se nas décadas finais do século XIX com o ataque de pragas aos vinhedos portugueses, que levou à destruição de milhares de áreas produtivas; os responsáveis foram a filoxera e o oidium.

Havia ainda outros fatores de expulsão, como a perseguição política e a fuga do serviço militar obrigatório. No primeiro caso, tratava-se da saída de pessoas envolvidas com o movimento operário português. Quanto ao serviço militar, para os jovens portugueses essa era uma questão importante: muitas famílias preferiam enviar os rapazes ainda muito jovens ao Brasil, perto da idade de terem de servir, para fugir do serviço militar nas colônias africanas. Podemos ver o temor das famílias sintetizadas no depoimento abaixo:

> "(a gente) veio porque meus dois irmãos iam fazer o serviço militar. Então, naquela época, quando faziam o serviço militar, Portugal era muito aliado com a África, então os que iam não voltavam. Os que voltavam eram sem uma perna, sem um braço. Havia aquelas guerras lá, ainda hoje tem ... indo para Espanha, para aquela parte toda, para Marrocos, tudo aquilo. Então, todos eram convocados para lá, que já era a época deles fazerem o serviço militar. Então minha mãe, para meus irmãos não irem, porque quem ia não voltava, e se voltava, voltava aleijado, né. Meus irmãos, meu irmão Antônio e meu irmão Francisco estavam na época de fazer o serviço militar. Então, meu pai mandou uma carta de chamada e trouxe eles para cá, para eles não irem para a África, nem saírem de lá, né. E nós chegamos ... você quer dizer quando nós chegamos" (Maria Dominguez apud BONIFÁCIO JUNIOR, 2023, p.50).

Explicamos acima os fatores de expulsão de Portugal, isto é, a pressão que a conjuntura portuguesa exercia sobre a população lusitana e que justificava a escolha da emigração. Entretanto, não expusemos a razão da atração exercida pelo outro lado do Atlântico sobre os portugueses durante a Grande Imigração.

As narrativas a respeito dos brasileiros alimentavam os sonhos de muitos portugueses no tocante às oportunidades existentes no Brasil, contribuindo para a formação do mito do enriquecimento fácil em terras brasileiras (MENEZES, 2019, p. 29). No entanto, apesar de terem existido casos de ascensão econômica — usados por engajadores como propaganda para estimular o fluxo emigratório —, não era isso que realmente motivava a saída rumo ao Brasil. A emigração era impulsionada pela existência de oportunidades concretas de trabalho, sobretudo melhores salários em ocupações comuns.

Essas condições perduraram até o início da Primeira Guerra Mundial, quando a emigração transatlântica da Europa em direção ao continente americano diminuiu vertiginosamente em razão do conflito de proporções globais, que obrigou muitos europeus a lutar por suas nações. Curiosamente, apesar de Portugal ter enviado dezenas de milhares de homens para

combater em terras vizinhas, pouco se fala — ou se guarda memória — dos combatentes portugueses. Não houve, por parte do Estado português, tentativa efetiva de preservar a memória desses soldados que ficaram com sequelas ou morreram, em contraste com outras nações participantes do confronto (CORREIA, 2009, p. 349).

O movimento emigratório português só foi retomado com o fim da guerra. Contudo, a emigração de 1920-1930 apresentou especificidades inexistentes nos períodos anteriores. A influência do conflito global não pode ser minimizada: além do envio de milhares de combatentes, uma economia pouco desenvolvida, debilitada pela guerra, impactou duramente a população. A inflação em níveis astronômicos diminuiu consideravelmente o poder de compra, e as tensões sociais, somadas à instabilidade política, culminaram na ascensão do regime salazarista. A essas questões somavam-se pressões já presentes no século XIX, como a relacionada à distribuição da terra, que continuava a afetar potenciais emigrantes.

Tipos de imigrantes portugueses e estratégias

Sob um ponto de vista geral, há três grandes grupos de imigrantes portugueses na segunda metade do século XIX e

início do século com suas respectivas estratégias. O primeiro grupo é de jovens, quase sempre do sexo masculino e alfabetizados, que emigravam bem providos de contatos estabelecidos anteriormente. Desde jovens, eram preparados por familiares para que o ato de emigrar se tornasse uma decisão profissional, uma carreira. Estes constituíam o grupo mais ambicioso, tanto pela idade, quanto pela preparação. Eles esperavam enriquecer no Brasil, devido à chance de conseguir vencimentos muito superiores aos que se tinha em Portugal, principalmente nas aldeias do interior, e a economia brasileira fornecia essa possibilidade. O protótipo desse tipo de imigrante era o daquele que começava como caixeiro, aprendia o negócio, formava laços com o patrão, casava com a herdeira ou tomava conta do empreendimento quando o patrão regressasse a Portugal (LEITE, 1999, p. 193-194).

Nos casos de maior sucesso, o enriquecimento pessoal era acompanhado de reconhecimento social na terra natal. Algumas pessoas recebiam comendas e títulos nobiliárquicos e ficaram tão marcadas na cultura lusitana que algumas trajetórias foram imortalizadas na literatura (LEITE, 1999, p. 194).

O segundo grupo era o de homens adultos, às vezes casados, que partiam para o Brasil para exercer funções que

outrora atuavam em seu país natal em momentos de *boom* econômico no país de destino (LEITE, 1999, p. 193-194). Era muito comum acontecer com artesãos e pedreiros, que aproveitavam uns anos de salários elevados no Brasil para acumular renda com o objetivo de compensar dívidas ou aproveitar anos excepcionais de trabalho no Brasil (LEITE, 1999, p. 194). Estima-se que no final do século XIX e início do século XX um emprego de pedreiro na cidade do Rio de Janeiro pagava entre 2 a 4 vezes mais que o mesmo emprego em Portugal. Desse modo, tornava-se muito atrativo passar um período trabalhando no outro lado do atlântico (LEITE, 2004, p. 194).

O terceiro grupo é formado pela emigração familiar, que em alguns casos poderia indicar uma situação drástica ou desesperança com a situação atual. O ato de sair de sua terra natal com toda a família é um forte indicador de que a situação estava insustentável, tendo em vista que o deslocamento tende a ser definitivo devido à dificuldade de juntar recursos e resolver todos os trâmites burocráticos para possibilitar a emigração de uma família extensa. Essas são questões que colocam obstáculos na tentativa de pensar a emigração familiar como temporária. Outra opção ao cenário de crise da família seria a de

desesperança com as possibilidades de emprego que a terra lusitana proporcionava. Esse tipo de emigração era mais comum em períodos de crise econômica.

Famílias nos livros de registro

Os livros de registro da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores compõem uma série documental na qual é possível encontrar registros de entrada e saída de imigrantes e, dependendo do período, de migrantes do Norte e Nordeste. Estes últimos se fizeram presentes na Hospedaria no início da década de 1920, motivados pela seca na região.

Quando o imigrante chegava à Hospedaria, deveria ser registrado. Nesse processo, era obrigatória a entrega de seus dados ao funcionário responsável pela tarefa. O ingressante fornecia informações como: o vapor em que viajou, procedência, nome, sexo, parentesco, idade, estado civil, nacionalidade e profissão. Quando deixava a Ilha das Flores, o escrivão registrava o destino, o meio de transporte e eventuais observações. Havia outros campos disponíveis para preenchimento, mas estes eram menos relevantes e, muitas vezes, permaneciam em branco. Esse fenômeno não era incomum, mesmo em dados considerados fundamentais, como

parentesco, nome e estado civil, que com frequência apareciam ausentes.

Na década de 1920, registraram-se pouco mais de três mil famílias portuguesas na Ilha das Flores, em seus mais variados arranjos. Havia famílias sem filhos, famílias com filhos, grupos de irmãos desacompanhados dos pais, tios e tias com sobrinhos, famílias estendidas e a presença de viúvos e filhos.

As diferentes composições familiares registradas na Hospedaria são relevantes porque podem representar estratégias de imigração e revelar distintos cenários, já que nem todo deslocamento seguia o mesmo padrão. Os registros, portanto, contribuem para elucidar essas diferenças nos processos migratórios.

As famílias sem filhos aparecem com certa frequência nos registros, mas não constituíam o arranjo predominante. Apesar de serem comuns, não eram dominantes, já que, desde 1886, a taxa de natalidade em Portugal manteve-se elevada até o final da década de 1920, considerada o auge desse índice (PEIXOTO, p. 153). Assim, era habitual que as famílias portuguesas tivessem filhos e que as mulheres se tornassem mães ainda jovens. A chegada de famílias sem filhos pode

indicar a tentativa de construir um futuro em novo território e, provavelmente, a decisão de emigrar de forma definitiva. Isso porque, como já destacado neste texto, a emigração familiar tendia a ser permanente, em virtude dos elevados custos da viagem e das burocracias envolvidas.

As famílias com filhos eram muito comuns, mas apresentavam arranjos variados. Essa diversidade merece atenção, pois demonstra diferentes estratégias migratórias. Quando chegavam famílias compostas pelo patriarca e por um filho em idade apta ao trabalho, é possível que a estratégia fosse a de enviar os homens ao Rio de Janeiro para conseguir empregos urbanos, acumular recursos e enviar remessas ao restante da família que permanecera em Portugal. Essa estadia poderia ser temporária ou definitiva. Caso optassem por permanecer no novo país, os membros enviavam dinheiro e preparavam a vinda dos demais familiares.

A partir dessa lógica, podemos compreender outro arranjo frequente nos registros: o de mulheres com filhos, mas sem o marido. Esse modelo sugere a provável reunião da família no destino, estratégia bastante comum entre migrantes portugueses e em movimentos migratórios em geral. Geralmente, um membro da família arriscava-se em um novo

território e, se obtivesse sucesso, retornava à terra natal em melhores condições ou trazia os demais familiares para junto de si. Essa estratégia foi utilizada por imigrantes portugueses no passado e ainda é recorrente entre diferentes grupos étnicos ao redor do mundo, inclusive nos deslocamentos internos no Brasil. As migrações do Norte e Nordeste para o Rio de Janeiro, durante os grandes eventos da Copa do Mundo e das Olimpíadas, também seguiram essa lógica. Assim, a chegada de mulheres casadas com seus filhos representava um forte indício de reencontro familiar, embora não seja possível afirmar com certeza. Esse foi o caso de Rosa da Cunha de Jesus e suas filhas adolescentes, que emigraram para o Rio de Janeiro acompanhadas de cinco filhos (três meninas e dois meninos) com o objetivo de reencontrar o marido, Francisco José de Almeida. Contudo, ao chegarem, não conseguiram localizá-lo, mesmo após um ano de buscas. Diante disso, Rosa solicitou ajuda financeira ao governo português para retornar à sua terra natal, alegando que, sem o apoio estatal, temia ver suas filhas recorrerem à prostituição para sobreviver. No entanto, o auxílio solicitado contemplava apenas ela e as filhas, enquanto os dois filhos permaneceriam no Brasil para assumir as funções do pai (NUNES, 2000, p. 56-57).

A Ilha também recebeu famílias compostas apenas por irmãos, geralmente dois homens, ou um homem e uma mulher. Essa configuração era menos comum e aparece poucas vezes nos registros. A presença de dois irmãos do sexo masculino poderia indicar duas estratégias: a de uma "emigração de carreira", preparada pela família para garantir sustento aos que permaneceram em Portugal; ou a de uma tentativa de reencontro com familiares já estabelecidos no Rio de Janeiro, como o pai ou outro parente.

No caso de um irmão acompanhado de uma irmã, a historiografia não documenta estratégias específicas relacionadas a esse tipo de arranjo. Ainda assim, é possível supor cenários, como a hipótese de que o deslocamento estivesse relacionado ao recomeço após a perda dos pais.

Os registros também apontam casos de famílias compostas apenas por tias e sobrinhas ou tios e sobrinhos. A presença de tias e sobrinhas solteiras é pouco documentada e raramente aparece sem associação a um homem. Pela natureza da fonte, não é possível saber se migraram de forma independente ou se havia um homem aguardando sua chegada. Tal questão é relevante, pois a imigração feminina sem acompanhamento familiar era frequentemente estigmatizada

pela associação à prostituição. No entanto, o trabalho das mulheres portuguesas solteiras não se limitava a essa atividade, já que muitas se empregavam como domésticas (SILVA, 1986). Assim, é possível que se tratasse de mulheres que vinham enfrentar os desafios de uma sociedade machista com poucas oportunidades para solteiras estrangeiras, ou de casos de reunião com parentes já estabelecidos.

A situação envolvendo tios e sobrinhos era diferente e bem mais comum. Era relativamente frequente que jovens, alguns ainda em idades em que hoje seria proibido o trabalho, viessem acompanhados de seus tios para buscar oportunidades no Brasil, enviar recursos para a família ou tentar uma vida no continente americano. Esse arranjo se assemelha à trajetória do imigrante português José Bento Silvares, que chegou ao Brasil em 1917 para trabalhar com o tio em uma fazenda de café em Bauru (BONIFÁCIO JÚNIOR, 2022).

A Hospedaria também registrou a entrada de famílias estendidas, compostas por numerosos membros, incluindo pai, mãe, filhos, sobrinhos, primos e até criados. Esse tipo de arranjo indica fortemente a intenção de um deslocamento definitivo, dada a quantidade de integrantes e as implicações logísticas envolvidas.

Por fim, aparecem nos registros famílias compostas por viúvos ou viúvas. Em ambos os casos, acompanhados de seus filhos, esses arranjos sugerem a tentativa de recomeçar a vida em um novo território após a perda do cônjuge.

Considerações finais

A análise dos livros de registro da Hospedaria da Ilha das Flores na década de 1920 evidencia a diversidade dos arranjos familiares portugueses e as múltiplas estratégias de adaptação diante das adversidades vividas em sua terra natal. Ao identificar a presença de famílias nucleares, estendidas, de viúvos e viúvas, irmãos, tios e sobrinhos, observa-se que cada configuração pode revelar um projeto migratório próprio, marcado por expectativas de mobilidade social, tentativas de reencontro familiar ou estratégias de sobrevivência em contextos de crise. A documentação mostra que, longe de ser homogêneo, o processo migratório português foi dinâmico e atravessado por experiências que dialogam com as transformações econômicas e políticas de Portugal e do Brasil. Assim, o estudo da Hospedaria da Ilha das Flores permite não apenas compreender a importância dos portugueses na formação da comunidade portuguesa no Rio de Janeiro, mas também refletir sobre a

imigração como fenômeno social amplo, no qual as famílias se constituem como protagonistas fundamentais na construção de novos espaços de vida.

Referências

ARQUIVO NACIONAL. *Livro de registro* nº 109, 19/01/1920 à 02/10/1922, , AN 003-95.

ARQUIVO NACIONAL. *Livro de registro* nº 110, 27/10/1922 à 17/07/1924, , AN 069-94.

ARQUIVO NACIONAL. *Livro de registro* nº 111, 17/07/1924 à 31/12/1925, , AN 061-94.

ARQUIVO NACIONAL. *Livro de registro* nº 112, 03/01/1928 à 30/03/1929, , AN 061-94.

ARQUIVO NACIONAL. *Livro de registro* nº 113 02/01/1928 à 08/09/1929, , AN 060-94.

ARQUIVO NACIONAL. *Livro de registro* nº 114, 03/01/1928 à 31/12/1929, , AN 060-94.

ARQUIVO NACIONAL. *Livro de registro* nº 115, 02/01/1928 à 25/04/1930, , AN 070-94.

ARQUIVO NACIONAL. *Livro de registro* nº 116, 01/07/1929 à 31/01/1931, , AN 063-94.

ARQUIVO NACIONAL. *Livro de registro* nº 117, 16/09/1929 à 05/09/1932, , AN 065-94.

ARQUIVO NACIONAL. *Livro de registro* nº 118, 05/04/1929 à 22/06/1931, NA, 062-94.

ARQUIVO NACIONAL. *Livro de registro* nº 120, 04/01/1930 à 10/02/1933, HIF.0.0120.

ARQUIVO NACIONAL. *Livro de registro* nº 121, 27/04/1930 à 03/09/1932, AN 062-94.

BONIFÁCIO JUNIOR, W. *Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro e a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, na Década de 1920*. 2023. 112f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

_____. Memória e Imigração: A Trajetória de José Bento Silvares no Estado de São Paulo. In: *Jornada de História da UFBA, 2022, Salvador. Edição especial:* Anais da Jornada de História da UFBA (2021). Salvador: Revista de História da UFBA, 2021. v. 10. p. 1-11.

CORREIA, S. "*A memória da guerra*". In: História da Primeira República, Coordenação Fernando Rosas, Tinta da China, 2009.

COSTA, J. C. O. *Hospedaria da Ilha das Flores*: um dispositivo para a efetivação das políticas imigratórias (1883 – 1907). 2015. 104f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.

HOBSBAWM, E. *A era dos impérios*: 1875-1914. Editora Paz e Terra, 2016.

LEITE, J. C. *O Brasil e a emigração portuguesa* (1855-1914). In: Boris Fausto (Org.). Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP, 1999.

_____. *Mitos e realidades da emigração portuguesa* (1851- 1973). In Actas das V Jornadas de História Local. Fafe: Câmara Municipal de Fafe. 2004.

MENEZES, L. M. *Portugueses no Rio de Janeiro. Negócios, trajetórias e cenografias urbanas.* 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Ayran Eireli, 2021. v. 1. 336p.

NUNES, R. B. P*ortuguese Migration to Rio de Janeiro,* 1822-1850. The Americas, v. 57, n. 1, p. 37-61, 2000.

PEIXOTO, João. *Indicador conjuntural ou descendência final? — Da quebra à retoma da fecundidade nas sociedades europeias*. Análise Social, Lisboa, v. 28, n. 122, p. 481-508, 1993.

REZNIK, Luís; COSTA, J. C. O. *Como manter saudáveis nossos imigrantes: preceitos higienistas na constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores.* História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 26, n.1, p. 15-32, jan.-mar. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v26n1/0104-5970-hcsm-26-01-0015.pdf. Acesso em: 10 de nov. de 2020.

REZNIK, L.; FERNANDES R. A. N. *Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores*, In: História (São Paulo) v.33, n.1, p. 234-253, jan./jun. 2014. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/his/v33n1/12.pdf >. Acesso em: 09 de nov. de 2020.

_____. *Política imigratória e recepção de imigrantes*: a experiência da Ilha das Flores. Navegar, vol. 2, nº 3, Jul.-Dez. 2016, pp. 77-107.

O apagamento das mulheres na historiografia de São Gonçalo

Yonara Costa
Doutoranda

Introdução

> "recuperar, pela história, a voz e as marcas de testemunhas que nos permitam ouvir e enxergar o passado no presente." Mary Del Priore.

O texto de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, “Como entender a história da interseccionalidade”, explora a trajetória desse conceito, que, embora popularizado por Kimberlé Crenshaw na década de 1990, teve suas ideias centrais elaboradas nas décadas de 1960 e 1970 a partir dos movimentos sociais dos Estados Unidos, especialmente por mulheres não-brancas.

Nesse contexto, esta pesquisa busca mulheres gonçalenses que sofreram apagamentos se alinha com a perspectiva da interseccionalidade, por ir ao encontro das personagens femininas que atuaram nos âmbitos político, educacional e cultural, mas que foram pouco registradas na historiografia local. O artigo de Himani Bannerji, "Construindo a partir de Marx" (2022), critica a noção de interseccionalidade

como um simples "exercício aritmético de adição" de “raça”[1], gênero e classe. Em vez disso, ela defende que essas categorias são inseparáveis e vividas "em conjunto e ao mesmo tempo". Bannerji argumenta que a teorização sobre o social deve ser complexa e não-fragmentada, e esse ponto de vista é fundamental para a análise do projeto do apagamento das mulheres de São Gonçalo.

A pesquisa sobre as mulheres de São Gonçalo demonstra como o apagamento de suas histórias não é apenas uma questão de gênero, mas é profundamente entrelaçado com outras formas de desigualdade. O projeto, ao destacar a ausência de mulheres nos livros de história e sua marginalização em jornais locais[2], onde comumente eram retratadas apenas como "esposa ou filha", evidencia como o patriarcado moldou a produção cultural e as oportunidades de participação social. A proposta de Bannerji nos

[1] A autora Himani Bannerji, em seus estudos, utiliza o conceito de "raça" entre aspas para enfatizar que ele é uma construção social e histórica, e não uma realidade biológica. Ela questiona e desconstrói essa categoria, mostrando como ela foi historicamente criada para justificar a dominação e a desigualdade. Desta forma, ela nos força a refletir sobre sua artificialidade e sobre o poder que tem de moldar as relações sociais, a política e as hierarquias. Bannerji costuma-se referir às mulheres como brancas ou não-brancas.

[2] A pesquisa leu as edições do jornal O São Gonçalo no ano de 1970 em busca de referência às mulheres.

convida a ir além, questionar como a classe e a “raça” dessas mulheres também mediaram suas experiências e contribuíram para a invisibilidade. A vida das mulheres de São Gonçalo não deve ser vista apenas sob a ótica de gênero, mas sim como um complexo de relações sociais onde gênero, “raça” e classe se entrecruzam de forma inseparável, determinando as condições de vida, desafios e formas de resistência.

Este artigo apoia-se na teoria da interseccionalidade para demonstrar o processo de "apagamento" de vozes femininas e a necessidade de uma abordagem histórica que socializa o conceito de classe para incluir gênero e “raça”. O trabalho de resgatar as memórias de Maria Domícia dos Santos e Aída de Souza Faria, por exemplo, não é apenas um ato de reconstituição do passado, mas um gesto político de reinterpretar a história de São Gonçalo a partir das experiências vividas por mulheres, ao romper com o pensamento fragmentado para construir um futuro mais justo e igualitário.

Em vez de apenas descrever um percurso de vida, problematizamos o conceito de biografia partir da perspectiva de Leonor Arfuch. No livro "O espaço biográfico – dilemas da subjetividade contemporânea" (2010), a autora propõe uma abordagem que privilegia o diálogo, afastando-se da visão

tradicional e linear da vida. Inspirada por conceitos bakhtinianos, Arfuch entende que a subjetividade se constrói na interação com o outro, o que desafia a barreira entre o público e o privado. Assim, contar a história de alguém não se resume a relatar fatos, mas a dar voz a essa história, em um processo que é, por si só, criativo e dinâmico: "contar a história de uma vida é dar vida a essa história" resume a ideia da biografia como espaço de construção.

Desenvolvimento

> "O que querem as mulheres? Assim como Eva, elas querem morder a maçã - mas sem serem expulsas do Paraíso."Michelle Perrot.

Assim como nos disse Michelle Perrot (2007), as mulheres pouco vistas também eram pouco estudadas, visto que os livros, em sua maioria, eram (e são) feitos por homens, o que favoreceu seu apagamento. Perrot frequentemente discute a dificuldade em encontrar fontes históricas que deem voz às mulheres, já que muitas vezes elas não eram consideradas importantes o suficiente para deixar registros escritos. E ainda assim, quando o faziam, seus nomes muitas vezes não eram assinados.

Nessa perspectiva, as obras de Mary Del Priore, como "Sobreviventes e Guerreiras" (2020), ao revelar as múltiplas facetas da vida das mulheres ao longo de diferentes períodos históricos, oferecem ferramentas analíticas para que novas pesquisas possam avançar no sentido de desvendar as singularidades e as diversidades das trajetórias femininas, tanto em âmbito nacional quanto local. O livro de Del Priore revela os mecanismos que silenciaram as vozes femininas em um contexto nacional, auxiliando-nos a identificar padrões similares em nível local, como a ausência de mulheres nos livros de história de São Gonçalo. Essa narrativa, dominada por uma perspectiva masculina, prioriza os grandes eventos políticos e as ações de homens poderosos.

A invisibilização das mulheres na história de São Gonçalo, perpetuada por uma cultura que as relegava a papéis secundários e limitados, contribui para um ciclo de violência que persiste até os dias de hoje. Ao negar o protagonismo feminino e desvalorizar suas contribuições, a sociedade cria um ambiente propício à opressão e à violência. A invisibilidade histórica, ao naturalizar a subordinação feminina, pode gerar uma cultura de tolerância à violência, o que dificulta o combate ao feminicídio.

Na leitura dos historiadores que se debruçaram sobre os personagens da cidade, às mulheres cabe sempre o papel de professora, mãe e/ou catequista. A escolha pelo magistério, especialmente no passado, pode ser compreendida como uma extensão do papel tradicionalmente atribuído às mulheres, relacionado ao cuidado e à educação, influenciando sua representação nas biografias.

No livro "Musas gonçalenses" (2011), Salvador Matta e Silva dedica a obra "ao magistério feminino gonçalense", pois suas biografadas são, em maioria, professoras. O autor observa que algumas mulheres pediram para não constar no livro, o que nos faz questionar os motivos por trás dessa decisão.

Em "A guerra não tem rosto de mulher", Svetlana Aleksiévitch conta a história de mulheres russas que lutaram na Segunda Guerra Mundial, sendo muitas vezes vistas com preconceito por suas famílias e pela sociedade. A experiência dessas mulheres reflete a possível reticência das mulheres de São Gonçalo em ter suas histórias contadas. A autora conta que muitas mulheres, quando procuradas para a pesquisa, não quiseram dar o relato, enquanto outras foram orientadas por seus maridos a não se "emocionarem" durante as entrevistas.

O texto de Matta e Silva chama as mulheres de extraordinárias e "que, apesar de seus sofrimentos, conseguiram realizar obras que marcaram o Município de São Gonçalo", mas as biografias apenas citam lugar de nascimento, formação e atividades profissionais, sem detalhar os obstáculos enfrentados. Não há referências à cor da pele, orientação de gênero ou aos sofrimentos mencionados na introdução.

A historiadora Sabrina Loriga, que debate o lugar da biografia, afirma que os textos biográficos não devem seguir um único padrão, contrariando a ideia de uma forma única de escrita biográfica. Mesmo cientes das diferentes formas de biografar, percebemos uma mudança de postura significativa nos livros do historiador Matta e Silva ao contar a história dos homens e das mulheres, onde os homens têm descrições prolongadas e as mulheres são descritas com ênfase em ideais cristãos, magistério e maternidade.

Para exemplificar, no livro "O município de São Gonçalo: uma história em resumo" (2021), a professora Maria Nelma Carvalho Braga lista 17 nomes de pessoas que engrandeceram a cidade, apenas duas mulheres são citadas: Aída Vieira de Souza e Maria Estephania Mello de Carvalho. As duas

são citadas por razões similares, ambas educadoras que fundaram escolas tradicionais no município.

Aída foi fundadora e diretora do tradicional Colégio Santa Terezinha – situado no centro da cidade. Enquanto Maria Estephania – filha do médico Modesto Alves Pereira – nasceu em Cantagalo, viveu em Ipanema, foi aprovada em vestibular para medicina, abandonou o privilégio da casa dos pais para se casar com um homem cuja família não aprovara (muito provavelmente por ser um homem de menor poder aquisitivo). Como o marido trabalhava em Niterói, fixaram residência na cidade; Estephania dava aulas particulares, até a morte prematura da filha de apenas dois anos de idade. Depois disso dedicou prioritariamente ao magistério, fundou escola e curso na cidade Niterói.

Em 1941, a professora assume o "ginásio" em São Gonçalo, época os alunos da cidade precisavam ir para Niterói para concluir o que chamamos hoje de educação básica. A professora também foi a primeira a oferecer ensino médio no município. Os historiadores afirmam que a vida cultural da cidade passou a girar em torno do Colégio São Gonçalo.

O historiador Salvador Mata e Silva tem um livro inteiro dedicado a Estephania de Carvalho, e afirma que a cidade deve

muito à educadora, como se as atividades da professora fossem caridade para São Gonçalo, quando na verdade a educadora participou de um "chamamento" do então prefeito para abrir uma escola que atendesse os estudantes. Estephania também atuou em outras frentes na cidade.

Em discurso para o presidente da LBA – Legião Brasileira de Assistência, a professora discursou:

> (...) defronta-se o Homem com a Mulher, a mulher em toda grandeza da palavra e toda a pujança de suas magnificências. Entre elas, uma predominando: a Maternidade... Ser mãe é sofrer num paraíso; é ver sua vida, seu corpo, sua alma reviver (...).

Mata e Silva (1991) afirma ainda que a professora Estephania teria recebido convite para ser vereadora ou prefeita da cidade, mas nunca aceitou. Confere também a ela, o fato de primeiro ônibus em São Gonçalo, por conta do pai da educadora.

Para Saffioti,

> (...) no controle de sua sexualidade e, por conseguinte, de sua capacidade reprodutiva. Seja para induzir as mulheres a ter grande número de filhos, seja para convencê-la a controlar a quantidade de nascimentos e o espaço de tempo entre os filhos, o controle está em mãos masculinas, embora elementos femininos possam intermediar e mesmo implementar esses projetos. (2015, p. 113.).

Para Saffioti, a reprodução e a maternidade não são apenas questões biológicas, mas ferramentas de controle social, em que o poder de decidir sobre o corpo feminino permanece nas mãos masculinas, mesmo quando mulheres (ou "elementos femininos") intermediam e promovem esses projetos. A citação se conecta ao discurso de Estephania de Carvalho, que, como membro da LBA, exalta a maternidade como a "grandeza" e a principal "magnificência" da mulher. Embora a educadora seja digna de nota, ela e se encaixava em papéis sociais mais aceitáveis para uma mulher branca e de classe média-alta da época (professora, benfeitora, figura materna). Com estes adjetivos sua vida foi registrada em livros e monumentos, o que garante sua permanência na memória coletiva.

Em contraste, as personagens que buscamos para a pesquisa, como Maria Domícia dos Santos e Aída de Souza Faria, são justamente as que não aparecem como exemplos de virtude materna ou religiosa, pois suas histórias desafiaram o patriarcado de maneiras que a historiografia local não estava disposta a registrar.

> Os homens estão aí. A história dos homens está aí, onipresente. Ela ocupa todo o espaço e há muito tempo. As mulheres sempre foram concebidas, representadas, como uma parte do

> todo, como particulares e negadas, na maior parte do tempo. Podemos falar do silêncio da História sobre as mulheres. Não é de espantar, portanto, que uma reflexão histórica participe dessa descoberta das mulheres sobre elas próprias e por elas mesmas, aspecto de sua afirmação no espaço público. (Entrevista disponível em: http://www.ambafrance.org.br/abr/label/label37/dossier/01perrot.html.).

No livro "Eles nasceram em São Gonçalo" (1995), Salvador Matta e Silva cita 39 homens e 11 mulheres que o autor destaca por seus feitos pela cidade. Entre elas está Maria Domícia dos Santos, uma cantora lírica preta e periférica sobre quem, atualmente, há pouquíssimas referências. Maria Domícia foi uma mulher que viajou pelo Brasil e pela Europa por conta de sua competência artística, terminou seus dias dando aula de canto nas tradicionais escolas de São Gonçalo. Apesar de sua trajetória, o nome Maria Domícia dos Santos só é lembrando por suas ex-alunas e por poucas pessoas mais velhas que ainda residem na cidade ou que mantêm alguma relação com São Gonçalo. Enquanto na cidade o palhaço Carequinha – George Savala Gomes – dá nome a diversos espaços culturais na cidade:

> A teoria da formação racial também se aplica ao racismo inconsciente de cor que acompanha a integração racial. Em uma formação racial inconsciente de cor, as pessoas reconhecem

> erroneamente a hierarquia racial, não conseguem ver a discriminação racial, e ao escolher permanecer “inconscientes” a respeito do racismo, perpetuam-no. (COLLINS, 2022).

A invisibilidade de Maria Domícia, em contraste com a onipresença de Carequinha, pode ser analisada justamente à luz da teoria de Collins. O "racismo inconsciente de cor" opera na historiografia local ao naturalizar a celebração de figuras masculinas e brancas, ao passo que as conquistas de uma mulher preta, por mais notáveis que sejam, são invisibilizadas. A omissão de Maria Domícia é o resultado de um processo seletivo que privilegia determinadas narrativas e apaga outras, perpetua hierarquias raciais e de gênero. A ausência da figura pública de Domícia nos espaços públicos da cidade é um exemplo contundente de como a interseccionalidade de “raça”, classe e gênero opera para determinar quem é digno de ser lembrado e quem é relegado ao esquecimento. Para Arfuch, a subjetividade não é um “eu” fixo e isolado, mas um mosaico constituído em diálogo com o social. As narrativas biográficas não apenas contam uma história de vida, mas também revelam as normas, valores e ideologias da sociedade que as produz.

É nesse mesmo campo de batalha que outras mulheres, como Aída de Souza Faria, tiveram que lutar por seu lugar. A

trajetória de Aída, a primeira vereadora eleita em São Gonçalo em 1962, vai além da política e reflete a complexidade do apagamento feminino. O incômodo de sua eleição foi tanto que houve um hiato de 30 anos para que outra mulher ocupasse uma cadeira na Câmara Municipal, o que evidencia a grande resistência que ela enfrentou. Além da carreira política, Aída foi ativa na cultura local, principalmente como colunista do jornal "O São Gonçalo", também publicou um livro sobre o próspero bairro de Neves que viu crescer. Essa faceta de sua vida é crucial, pois demonstra que, mesmo em um período de pouca representatividade, ela buscava registrar a história e a vida da cidade. No entanto, o fato de seus escritos não terem alcançado o mesmo reconhecimento dos homens da época reforça a tese de que a autoria feminina foi historicamente cerceada. A luta de Aída por um espaço de poder é a mesma dos dias de hoje, onde o município conta com apenas duas mulheres na vereança e teve, em toda a sua história, apenas uma única prefeita. Seu legado, portanto, não é apenas um feito do passado, mas um obstáculo que persiste e da necessidade contínua de um levante para resgatar essas vozes e histórias.

A "ilusão biográfica" ao colocar essas mulheres como "musas gonçalenses" sem contar suas lutas, reduz as

experiências, desafios e complexidade das subjetividades dessas mulheres. Para Arfuch, contar uma vida é além da experiência de ser historiador, mas mediar escolhas de narrativa. Matta e Silva não apenas registrou, como também interpretou e moldou a história de acordo com as expectativas e preconceitos da época, o que resultou numa narrativa masculina e patriarcal, assim seguem com os demais que utilizam a mesma fonte para pesquisa da história local.

Ao perguntar às pessoas sobre Maria Domícia, apenas algumas pessoas mais velhas lembram-se da existência dela, nada na cidade faz referência ao passado glorioso da cantora. Ela cantou em várias situações importantes da cidade, em vários casamentos, mas não está no álbum de fotografia das famílias. A ausência de Maria Domícia em oposição à onipresença do palhaço Carequinha é um exemplo perfeito do que Arfuch chama de "dilemas da subjetividade contemporânea". A historiografia não estava preparada para reconhecer a subjetividade complexa de uma mulher negra e periférica, pois sua história não se encaixava no padrão patriarcal e racista de "sujeito digno de ser lembrado". A subjetividade de Maria Domícia foi apagada porque ela não se adequava aos papéis sociais esperados.

Por outro lado, há hoje no município, o título – na Câmara Municipal de São Gonçalo – escritora Aída de Souza Faria, pois a professora estava dentro de um padrão aceitável: mulher branca e benfeitora. Em 1968, enquanto cursava Direito, ela assumiu uma posição "bastante incomum para uma mulher naquela época"[3]: a direção de um presídio feminino, cargo que manteve por nove anos. Essa faceta de sua trajetória, juntamente com sua longa carreira como colunista do jornal *O São Gonçalo* e sua incursão na política, onde "incomodou a classe política da época", demonstra a multiplicidade de sua subjetividade.

A biografia de Aída, assim como a de Maria Domícia dos Santos, revela os preconceitos da sociedade que as registrou. Enquanto a história de Domícia apagada por sua "raça" e origem periférica, a de Aída foi "filtrada". Em ambos os casos, a subjetividade complexa das mulheres foi negada ou limitada a papéis que se encaixavam na narrativa masculina e patriarcal, o que reforça o argumento de Arfuch de que as narrativas biográficas não são apenas registros de vida, mas também revelam as normas, valores e ideologias da sociedade que as produz.

[3] Disponível em: <https://www.cmsg.rj.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/LDO_2021.pdf> . Acesso em: 08/2025.

O texto de Sarlo nos lembra que contar uma vida não é um processo neutro, mas uma mediação de escolhas narrativas. Em "Tempo Passado", a autora afirma que:

> Há décadas o olhar de muitos historiadores e cientistas sociais inspirados no etnográfico deslocou-se para a bruxaria, a loucura, a festa, a literatura popular, o campesinato, as estratégias do cotidiano, buscando o detalhe excepcional, o vestígio daquilo que se opõe à normalização e as subjetividades que se distinguem por uma anomalia (o louco, o criminoso, a iludida, a possessa, a bruxa), porque apresentam uma refutação às imposições do poder material ou simbólico. Mas também se acentuou o interesse pelos sujeitos "normais", quando se reconheceu que não só eles seguiam itinerários sociais traçados.

Apesar da busca por essas "anomalias", a historiografia de São Gonçalo optou por uma abordagem que silencia as singularidades. A falta de registro sobre os obstáculos enfrentados por essas mulheres e a omissão de detalhes sobre cor da pele ou orientação de gênero demonstram que a história local se tornou, de fato, um espaço de normalização em vez de um espaço de celebração da diversidade. Em última análise, o historicídio aqui analisado é uma manifestação da mesma lógica que Sarlo critica: a transformação da memória em um produto simplificado, que privilegia a "normalidade" patriarcal e racista,

além de perpetuar a invisibilidade. O resultado é uma história incompleta, que nega às mulheres o direito de serem sujeitos complexos e protagonistas de suas próprias narrativas.

Conclusão

> "Não eram poucas as mulheres tanquistas em tanques médios, mas em um tanque pesado eu era a única. Às vezes penso em pedir que algum escritor registre a minha vida. Eu mesma não consigo fazer isso do jeito certo..." Svetlana Aleksiévitch.

Ao resgatar as narrativas femininas do passado, podemos identificar padrões, desafios e conquistas que moldaram a experiência feminina ao longo dos séculos. Esta pesquisa não apenas valoriza o legado das mulheres que nos antecederam, mas também serve como um instrumento para trazer à tona as histórias de mulheres que enfrentaram obstáculos semelhantes aos de hoje.

Em “Memória, História e historiografia”, Catroga retoma a importância de selecionar e resgatar a memória como condição necessária para que façamos as pazes com o tempo pretérito.

Ou seja, contar as histórias de Maria Domícia e Aída de Souza Faria é lutar por igualdade e colaborar para um processo

contínuo que exige a conscientização e o engajamento das novas gerações. Ao conhecer a história das antepassadas, as mulheres podem desenvolver um sentimento de pertencimento a uma comunidade e fortalecer a identidade.

A invisibilização das mulheres na história de São Gonçalo é um resultado de uma construção patriarcal que privilegia as narrativas masculinas e subordina as experiências femininas. Os historicídios não são acidentais, mas sim o resultado de processos de silenciamento intencionais que visam a preservação do poder de determinados grupos sociais. É por isso que a mulher aparece nas biografias como figura materna, religiosa ou benfeitora, mas não é considerada protagonista na historiografia.

A luta de Aída como vereadora reflete a dificuldade que mulheres ainda têm em ocupar e se manter em cargos de poder, enquanto a invisibilidade de Maria Domícia, na música, demonstra a falta de reconhecimento de talentos femininos. A luta para resgatar essas histórias é fundamental para romper com esse ciclo, dando às mulheres de São Gonçalo o direito à cidade e a uma história mais justa e completa.

Em 18 de agosto de 2025 foi publicado o artigo: “De machismo a microfone desligado – como é ser a única vereadora

de uma Câmara Municipal", do *The Intercept Brasil*, ao abordar o cotidiano da única mulher em uma câmara municipal, reforça que o desafio não é apenas a conquista do espaço, mas a permanência e a atuação efetiva em um ambiente ainda majoritariamente masculino. Essa é a manifestação atual do mesmo "hiato de 30 anos" que sucedeu a eleição de Aída, provando que a invisibilidade feminina aos espaços de poder ainda é uma realidade que precisa ser enfrentada.

Ao caminhar hoje – agosto de 2025 – pelo município, percebemos que a luta por representatividade continua. O projeto "Cidade Ilustrada", que transforma fachadas em murais que contam a história do município, apesar da intenção de valorizar a cultura local, reproduz o mesmo viés encontrado na historiografia tradicional. Os graffitis, ao representarem majoritariamente figuras masculinas — de palhaços a jogador de futebol —, reforçam visualmente a narrativa de que os homens são os únicos protagonistas dignos de monumentos e de espaços públicos. Essa seletividade, ainda que inconsciente, perpetua o historicídio e a invisibilidade feminina. O que o artigo de Michelle Perrot discute sobre o silêncio da história, vemos hoje transposto para o espaço urbano, onde a história das mulheres

permanece à sombra, esperando ser grafada com a mesma proeminência.

Referências

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. Tradução de Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea.* Tradução de Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

BANNERJI, Himani. Construindo a partir de Marx. In: LEVINE, R. (Org.). *Marxismo e os Dilemas da Interseccionalidade*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2019.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BRAGA, Maria Nelma Carvalho. *O município de São Gonçalo: uma história em resumo. São* Gonçalo: Apologia Brasil, 2021.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade.* São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

DEL PRIORE, Mary. *Sobreviventes e guerreiras.* São Paulo: Planeta, 2020.

GUIÃO FILHO, Homero Thomaz. *História de São Gonçalo.* São Gonçalo: s/n., 1968.hooks, bell. *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo.* Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2019.

LOBO, Yolanda; FARIA, Lia (Orgs.). *Vozes femininas: do Império e da* **República**. Rio de Janeiro: Faperj, 2008.

LORIGA, Sabrina. *O pequeno x: da biografia à história*. São Paulo: Autêntica, 2011.

PERROT, Michelle. As mulheres e a história. In: PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PERROT, Michelle. *A mulher na História.* Entrevista concedida à Embaixada da França no Brasil. Disponível em: http://www.ambafrance.org.br/abr/label/label37/dossier/01perrot.html. Acesso em: 26 de agosto de 2025.

RECH, Ramana. Como é ser a única mulher vereadora em uma Câmara Municipal. *The Intercept Brasil,* 18 ago. 2025. Disponível em: https://www.intercept.com.br/2025/08/18/como-e-ser-a-unica-mulher-vereadora-em-uma-camara-municipal/.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência.* São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva.* Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Salvador Mata e. *Estephania de Carvalho: vida e obra.* Niterói: Editora Cromos, 1991.

SILVA, Salvador Mata e. *Eles nasceram em São Gonçalo*. São Gonçalo: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1995.

SILVA, Salvador Mata e. *Musas gonçalenses.* Niterói: Muiraquitã, 2011.

SILVA, Salvador Mata e. *Estephania de Carvalho: vida e obra*. Niterói: Editora Cromos, 1991.

SILVA, Salvador Mata e. *Eles nasceram em São Gonçalo*. São Gonçalo: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1995.

SILVA, Salvador Mata e. *Musas gonçalenses.* Niterói: Muiraquitã, 2011.

PARTE II



Egressos



A Degradação Ambiental no Amazonas em comunidades durante a Ditadura Militar

Agda Lima Brito
Doutora em História PPGHS/UERJ

Introdução

Em 1966, instigados pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais – MECOR, foram realizados estudos com o propósito de formular políticas de desenvolvimento para a região amazônica. As medidas propostas culminaram em ações conhecidas como "Operação Amazônia", que teve início em 1964, logo após o estabelecimento da ditadura militar, sendo anunciada pelo Marechal Humberto Castelo Branco, em Macapá. Castelo Branco, em pronunciamento, lançou mão da operação organizada pelas "Casas Militar e Civil da Presidência da República, pelo MECOR"[1]. Nesse contexto, a equipe decidiu elaborar projetos de lei para instituir a "Operação Amazônia".

A Amazônia passou a ser concebida pelo governo de Castelo Branco como área de centralidade estratégica, o que demandou um novo planejamento — visto que, antes da

[1] Operação Amazônia-Álbum. *República do Brasil-Estado do Pará*. v.1. outubro 1967, p. 6.

constituição da SUDAM, existia a SPVEA, que também elaborara planos voltados ao "desenvolvimento" regional — para transformá-la numa região nodal. Na década de 1960, ressurge a antiga noção de Amazônia como vazio demográfico, um grande "vazio populacional", sendo necessário ocupar essas zonas; o professor Davi Leal já aponta que essa ideia de vazio populacional na região colaborava, desde meados do século XIX, com a consolidação de genocídios contra diversas etnias amazônicas, além de alimentar o discurso de escassez de trabalhadores. Assim, novamente tornaram-se invisíveis aquelas pessoas que habitavam essas áreas — referimo-nos a povos da floresta, ribeirinhos e demais trabalhadores inseridos no ecossistema da mata.

Dito isso, foi formado um grupo intitulado "Grupo de Estudos para a Reformulação da Política Econômica da Amazônia", ele criou leis que foram aprovadas na década de 1960, sendo classificadas como "Operação Amazônia"[2]. Essa operação mostrava como pensavam em estratégias do Estado Nacional, intervindo na Amazônia legal, isto é, na tentativa de

[2] MOURA, Carla Denise da Silva. *Programa de assistência ao cooperativismo na Região Amazônica:* estudo sobre uma experiência cooperativista na Região Amazônica na década de 60. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Manaus, AM: UFAM, 2010, p. 38.

modernizar a região em diversos setores, transformando o espaço naquelas localidades, além de proteger a região e suas fronteiras.

O relatório elaborado pelo *Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais* visava elaborar políticas de desenvolvimento, mas também de segurança para a Amazônia, para isso seria necessário seguir a referência da SUDENE, que foi feita para o Nordeste. Ao seguir, a experiência nordestina reformularia a legislação federal da região, por isso expuseram decretos de leis, caso fossem aprovados, e seriam benéficos para a Amazônia em diversos setores, a exemplo, o decreto sobre a Zona Franca, logo, os estímulos fiscais beneficiariam a economia do Norte, incentivando a pesquisa na região, atraindo o interesse de outros países estrangeiros, assim como de outras regiões do Brasil, no investimento e cooperação para o desenvolvimento daquele lugar[3].

Para Miranda, o governo militar também teria investido meios de atrair o interesse de empresários, fechando assim parcerias que culminaram em projetos de desenvolvimento para

[3] OPERAÇÃO AMAZÔNIA. Relatório Apresentado pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias, ao Exmo, Sr. Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. MERCO -5-4/66.

a região Amazônica. Tudo isso divulgado por meio da imprensa, de modo que o empresário entendesse que seria muito lucrativo investir ali, nunca dando a entender que o governo militar precisava desses investimentos para consolidar seus planos na região, em suma, explica-se ainda que:

> O foco absoluto do governo, portanto, é a sua legitimação em várias frentes: com os empresários (oferecendo a possibilidade de novos e lucrativos negócios); com parte da população amazônida (que se entusiasma com a esperança de crescimento econômico da região); com o meio internacional capitalista (que passa a ver o Brasil como lugar propício para investimentos, na perspectiva de um capitalismo em ascensão, distante do "perigo vermelho"); com grupos nacionalistas e entidades militares (visto que a ocupação e desenvolvimento da Amazônia são tidos como estratégicos para a manutenção da unidade nacional) e, por fim, esse conjunto de projetos solidifica os lemas de "integrar para não entregar", "desenvolver com segurança", "Brasil, país do futuro", "terra sem homens para homens sem-terra", dentre outros, criando um sentimento ufanista entre a população geral e beneficiando a popularidade do regime.[4]

[4]MIRANDA, Camila Barbosa Monção. *Ditadura Militar e Amazônia:* Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas. 2018, p. 183.

Acreditavam que os problemas na região deveriam ser tratados de modo global, ainda mais quando tratavam sobre investimentos na Amazônia, e não atuar de modo isolado em lugares considerados críticos, expondo assim o anteprojeto de decreto que iria organizar a Operação Amazônia.

Nesse sentido, Castelo Branco discursou em 1966, no Teatro Amazonas, na cidade de Manaus, na *Solenidade de Instalação da I Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia*[5]*,* e deixou claro que deveriam ser executadas as metas. Para ele, os projetos da Operação Amazônia seriam viáveis em diversas áreas, tais como: atividades industriais agrícolas. Para que esses projetos se concretizassem, o governo estaria disposto a assegurar esses investimentos, sendo a Operação necessária para integrar a região.

Em discurso, Castelo Branco apontou falhas na SPVEA, e revelou que ela não teve seus projetos aprovados durante seu funcionamento, o governo militar agora dedicava sua atenção

[5] Discurso do Amazonas. P*ronunciamento pelo Presidente Humberto Castelo Branco, dia 03 de dezembro de 1966, no Teatro Amazonas*, Manaus, na solenidade de instalação de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia; In: ministerio do interior – superientendencia do desenvolvimento da Amazônia. Operação Amazônia (discursos).

para a SUDAM e essa teria o papel de auxiliar no desenvolvimento da Amazônia.

Após a substituição da SPVEA pela SUDAM, os projetos dos militares ficavam pautados em um tipo de desenvolvimento que degradava a região, e não levavam em conta as populações que moravam em região de mata, mas por outro lado, incentivava grandes projetos de empresários que vinham atraídos pela política fiscal, contribuindo para o avanço de propostas que causaram tensões e expropriações nas regiões, tais como: madeireiras, pecuária, mineração, e acabaram implicando em disputas na década de 1980[6].

Por fim, a "Operação Amazônia" deveria movimentar fundos privados e públicos, a fim de demonstrar como o novo governo tornaria a região considerada periférica, desenvolvida, através da organização de planejamentos elaborados para a região Norte[7].

Na Lei Nº 5.173, do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, no Capítulo II, foi criada a Superintendência do

[6] FERREIRA, Sylvio Mario Puga e BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. As origens da política brasileira de desenvolvimento regional: o caso da SPVEA. Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas, n. 266, abr. 2016, p. 21-22.
[7] KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. Estud. av. vol.16 no.45 São Paulo May/Aug. 2002.

Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM que marcaria uma nova fase na política da região, ficando responsável por "planejar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia[8]". Assim, suas principais atribuições presentes no Art. 10 eram:

> a) elaborar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e coordenar ou promover a sua execução, diretamente, ou mediante convênio com órgãos ou entidades públicas, inclusive sociedades de economia mista, ou através de contrato com pessoas ou entidades privadas;
>
> b) revisar, uma vez por ano, o Plano mencionado no item anterior e avaliar os resultados da sua execução;
>
> c) coordenar as atividades dos órgãos e entidades federais e supervisionar a elaboração dos seus programas anuais de trabalho;
>
> d) coordenar a elaboração e a execução dos programas e projetos de interesse para o desenvolvimento econômico da Amazônia a cargo de outros órgãos ou entidades federais;
>
> e) prestar assistência técnica a entidades públicas na elaboração ou execução de programas ou projetos considerados prioritários para o desenvolvimento regional, a critério da SUDAM;

[8] O novo sistema de ação do governo federal na amazônia. Legislação básica/volume i. Superintencia de desenvolvimento da amazonia. Editora spencer, s.a rio de janeiro, gb/1967.

> f) coordenar programas de assistência técnica nacional, estrangeira, ou internacional, a órgãos ou entidades federais;
>
> g) fiscalizar a elaboração e a execução dos programas e projetos integrantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia ou de interêsse para o desenvolvimento econômico da região a cargo de outros órgãos ou entidades federais;
>
> h) fiscalizar o emprêgo dos recursos financeiros destinados ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia, inclusive mediante o confronto de obras e serviços realizados com os documentos comprobatórios das respectivas despesas;
>
> i) julgar da prioridade dos projetos ou empreendimentos privados, de interêsse para o desenvolvimento econômico da Região visando à concessão de benefícios fiscais ou de colaboração financeira, na forma da legislação vigente;
>
> j) sugerir, relativamente à Amazônia, as providências necessárias à criação, adaptação, transformação ou extinção de órgãos ou entidades, tendo em vista a sua capacidade ou eficiência e a sua adequação às respectivas finalidades;

A SUDAM deveria garantir que o plano deveria funcionar, assim como fiscalizar a verba destinada à Valorização Econômica da Amazônia. Nesse contexto, ela passou a ter um papel essencial na integração e desenvolvimento da região.

Foi criado o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento, elaborado pela SUDAM, funcionou entre 1967-71, o Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento foi organizado durante a gestão do General de Divisão Mário de Barros Cavalcanti, sendo responsabilidade da autarquia SUDAM seu funcionamento[9], o Plano seria contínuo, ou seja, passível de mudanças e revisões, tanto que após ele, outros surgiram, como o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974) e o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979)[10].

No capítulo III do Plano Quinquenal, intitulado *"*Programas setoriais*",* fizeram um diagnóstico sobre o extrativismo, apontando-o como um problema social, e não como uma solução econômica para a região, o que não significou que abandonaram a extração do látex. Nesse sentido, apontavam medidas que poderiam auxiliar para que os recursos naturais fossem mais bem explorados, dentre eles temos o extrativismo mineral, extrativismo vegetal da borracha, oleaginosas e óleos

[9] Ministério do interior. Superintendência do desenvolvimento da Amazônia. I plano quinquenal de desenvolvimento 1967-1971. SUDAM, serviço de documentação e divulgação belém. 1967.
[10] SUDAM. 13 anos de SUDAM. Belém, 1979, p 5-6.

essenciais, como também a madeira, extrativismo animal, a caça, a pesca[11].

Dentro do Plano Quinquenal destacamos como foi citada a questão do extrativismo, pois no diagnóstico realizado, citam alguns problemas tanto no extrativismo vegetal como animal. Em outras palavras, isto para eles tratava-se de um sistema bruto de coleta, sem técnicas e sem tecnologia, o que implicaria em um atraso para a região. Assim, a exploração da madeira, por exemplo, segundo o planejamento, deveria ser feita de modo organizado e com maquinário adequado.

Interessante pensar que a respeito da exploração da madeira, destacamos que a política de aproveitamento da floresta teria que atender a um processo de exploração da vegetação de forma racional, fazendo replantio das espécies mais valiosas, da mesma forma, a agricultura foi amplamente incentivada no Plano Quinquenal e visava contribuir com a economia.

Ressaltamo que o processo de desmatamento ocorreu juntamente com o aumento de rebanhos na região, percebe-se

[11] Ministério do interior. Superintendência do desenvolvimento da Amazônia. I plano quinquenal de desenvolvimento 1967-1971. SUDAM, serviço de documentação e divulgação Belém. 1967, p. 97-115.

que anteriormente a 1960, tratava-se de 5 milhões de cabeças, ocorreu um deslocamento superior a 40% do rebanho para a Amazônia, que viera de todo Brasil, isso tudo em menos de 50 anos, provocando aumento do desmatamento, o autor aponta que "Desde a década de 1960, a área desmatada aumentou 14 vezes e o rebanho, 16 vezes, numa correlação direta entre desmatamento e aumento do rebanho"[12].

Assim como nos demais tópicos acerca do extrativismo, chama-nos atenção para a forma que seria retirada da região, pois estariam preocupados em não degradar, o que na realidade não ocorreu, em suma, no período da ditadura militar houve uma acentuada e crescente degradação da Amazônia[13].

Boa parte do crescimento da economia e a construção de obras na Amazônia acabaram por gerar uma onda de devastação

[12] FILHO, João Carlos de Souza Meirelles. *É possível superar a herança da ditadura brasileira (1964-1985) e controlar o desmatamento na Amazônia?* Não, enquanto a pecuária bovina prosseguir como principal vetor de desmatamento. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 9, n. 1, p. 219-241, jan.-abr. 2014, p. 228.

[13] SANTOS, Renato Prado. *Os principais fatores do desmatamento na Amazônia (2002-2007*): uma análise econométrica e espacial. Dissertação (Mestrado em Centro de Desenvolvimento Sustentável) Brasília, 2010, p. 69-70.

na mata, comprometendo a floresta, a fauna e flora, e as populações que ali viviam[14].

Os militares consideravam a Amazônia região central, por isso elaboraram propostas focadas na criação de obras de integração, como a Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá Santarém e Porto Velho Manaus, essas rodovias viriam a integrar a região ao resto do país, além disso, houve incentivos na agricultura.

Para Filho, desde a ditadura militar que o governo incentiva o crescimento sobre a floresta Amazônica, assim, ele enfatiza ainda que:

> Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em menos de cinco décadas, de 1960 a 2010, a área desmatada alcançou 754 mil km2 (75,4 milhões de hectares), cerca de 18% do bioma amazônico (IBGE, 2011a), número que apresenta pequena diferença sobre o do Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES) (INPE, 2011). Acredita-se que o desmatamento anterior a 1960 seria inferior a 50 mil km2 (6,6% do total). Assim, 704 mil km2 (70,4 milhões de ha), ou 93,4%, teriam sido desmatados em 50 anos, uma média de 14,08 mil km2 /ano (1,4 milhões de hectares/ano), área equivalente à

[14]MIRANDA, Camila Barbosa Monção. Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas. 2018. p 189.

> soma da superfície de três estados – Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.[15]

Na década de 1970, explodiram na região os problemas causados pelo desmatamento, onde cerca de 10 milhões de hectares já tinham sido desmatados[16].

A SUDAM trabalhava sobre a ótica governamental de que seria necessário povoar a região para garantir sua colonização, assim como para que suas metas fossem cumpridas, visando seu desenvolvimento e sempre de olho em incentivos vindos de outros lugares.

Quando surgiram as rodovias, como já citamos, a mais famosa foi a rodovia Transamazônica, que visava ligar o Norte ao Nordeste, a fim de atrair essa população nordestina que foi fortemente atingida pela seca de 1970 para a Amazônia, estabeleceu-se o objetivo de ocupar a região e incentivar o

[15] FILHO, João Carlos de Souza Meirelles. *É possível superar a herança da ditadura brasileira (1964-1985) e controlar o desmatamento na Amazônia?* Não, enquanto a pecuária bovina prosseguir como principal vetor de desmatamento. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 9, n. 1, p. 219-241, jan.-abr, 2014. p. 222.

[16] PRATES, Rodolfo Coelho Prates e BACHA, Carlos José Caetano. *Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. Economia e Sociedade*, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 601-636, dez, 2011. p. 610.

andamento das colônias agrícolas[17]. Entretanto, essas estradas não deixavam também de ser um meio de povoar a região, colonizar e se apropriar dela, pelos militares.

Nesse plano, novamente entrou em pauta a ocupação da Amazônia, ou seja, acreditavam que seria importante interligar a Amazônia e o Nordeste para que essas regiões fossem desenvolvidas economicamente, buscando também a integração delas com restante do país, julgavam que "Valorização e Desenvolvimento são o binômio de uma estratégia global para a Amazônia"[18].

Ressaltamos ainda que na década de 1970 foi feito um acordo onde seriam criados assentamentos na região, muitos nordestinos acabaram migrando da região.

Acerca do extrativismo e agricultura, no PDA contamos com medidas que buscavam superar o atraso na região, investindo nesses setores.

Na extração vegetal seria preciso que tal atividade fosse racionalizada, dessa maneira, na agricultura e pecuária seria

[17] CORDEIRO, Werley da Costa. Políticas de desenvolvimento de estado para a Amazônia a partir do Estado Novo. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015, p. 20.
[18] Ministério do interior. Superintendência do desenvolvimento da Amazônia. SUDAM. Plano de desenvolvimento da Amazônia (1972 - 1974). Agosto, 1971, p. 14.

necessário romper com a forma tradicional de se trabalhar nesse setor, isto é, investir em diversos setores que ajudassem a corrigir esses problemas de abastecimento na região, como também em técnicas de trabalho, em créditos para os produtores e políticas de incentivo nas rodovias para criarem núcleos coloniais, visando a ocupação[19].

Como citamos acima, desse PDA podemos destacar não só a Transamazônica, mas também os núcleos de colonização ao longo do surgimento da rodovia, causando mudanças na economia e na ocupação da região, sobretudo no Pará.

Podemos dizer que a degradação da região tem relação com esses projetos de desenvolvimento, porque contribuem para a precarização do trabalho de pequenos agricultores na região dentro do período estudado. Esse processo de degradação tem um crescimento maior na década de 1970, e ainda que o Pará tenha sido fortemente atingido, não excluiu as demais regiões da Amazônia de sofrerem com esse tipo de desenvolvimento de ocupação:

> Pode-se dizer que o desmatamento e a degradação da Amazônia Legal sempre

[19]Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. SUDAM. Plano de desenvolvimento da Amazônia (1972 - 1974). Agosto, 1971, P. 16-17.

> estiveram ligados aos fluxos migratórios e às tentativas de desenvolvimento econômico da região. Percebe-se, entretanto, que, apesar dos diversos fluxos migratórios, a cobertura vegetal permanecia praticamente íntegra até o início dos anos 1970, havendo determinados focos ligados aos povoamentos que se estabeleciam. Com a abertura de estradas, o que possibilitou a ocupação mais fácil de terras mais distantes e os incentivos fiscais e creditícios, observou-se a modificação no perfil econômico da região, que passou a contar com grandes latifúndios voltados para a pecuária, para a plantação de monoculturas e para a exploração da madeira. Como consequência desta política econômica, as taxas de desmatamento passaram a crescer acentuadamente ano após ano, mantendo-se nesta crescente mesmo em tempos de crise financeira.[20]

Ocorreu a criação de sucessivos planos acerca da região da Amazônia, em todos eles, ainda que fossem ressaltados os aspectos positivos dentro deles, demonstraram um profundo desconhecimento em relação à imensa região da Amazônia, fato admitido inclusive pelos técnicos que realizaram esses planejamentos, ressaltando que deveriam ocorrer pesquisas em torno da região, para melhor entender o seu funcionamento.

[20] RAMOS, Marina Courrol. *O Desenvolvimento Econômico na Amazônia Legal:* seus Impactos Sociais, Ambientais e Climáticos e as Perspectivas para a Região. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS. p. 362.

Porém, observamos que não ocorreu uma fiscalização sobre o desenvolvimento dessas leis nos interiores, o que ocorreu de fato é que os tópicos dos planos em relação aos trabalhadores não foram adiante, houve a construção de obras, rodovias, extração de madeiras, atividades essas que contribuíram para que houvesse conflitos na Amazônia.

Na realidade, essas metas não ajudaram a "melhorar a vida do homem amazônico", conforme citado nos relatórios desses planos e muito menos a vida dessas famílias. Em outras palavras, é notório que visavam fins econômicos e, sobretudo, no período da ditadura, exercer o controle sobre a região Norte consoante a exploração de seus recursos de modo totalmente irresponsável.

A ideia de segurança nacional, sem dúvida serviu de justificativa para as ações do governo que tinham interesse em "defender suas fronteiras", Silva aponta ainda que:

> "f) "integrar para não entregar" – uma das máximas mais conhecidas produzidas pela Doutrina de Segurança Nacional, era uma espécie de síntese do método a ser utilizado para se alcançar a meta de Nação-potência (CONTADOR, 2007, p. 221 e 222) além de ser um norte para a ocupação do "vazio demográfico" – ideologia que o próprio lema gestara. A ideia principal consistia em ocupar para que a integração econômica fosse possível.

> Sob essa lógica, o território brasileiro só se tornaria "completo", soberano, se essa sentença fosse posta em prática"[21]

Evidente que essas medidas não implicaram uma serie de benéficos conforme apontam os planos, visando muito mais interesses políticos, do que sociais.

Segundo Matos, na década de 1970, intensificaram-se as derrubadas na região da Amazônia, causando preocupação em relação aos impactos na biodiversidade, isto é: "Embora áreas extensas ainda permaneçam intactas, a taxa de perda da floresta é dramática, em especial no 'arco do desmatamento', ao longo das bordas sul e leste."[22], indicando que durante o regime militar as taxas de desmatamento cresceram consideravelmente.

Além disso, esse tipo de investimento em atividades que estimulam o desmatamento, como a pecuária, apesar de serem lucrativas para os grandes proprietários, não apresentam qualidade de vida aos trabalhadores rurais, sendo inclusive

[21] SILVA, Antenor Alves. *A Doutrina de Segurança Nacional e a organização do espaço amazônico*. Antenor Alves Silva. – Salvador: Editora Pontocom, 2015.p.66.
[22] MATOS, Felipe Luís Lacerda de Carvalho Cidade. *Análise das Taxas Anuais de Desmatamento na Amazônia Legal a partir da Relação entre Autos de Infração e Área Desmatada no período entre 2000 e 2014*. Dissertação (Mestrado em Geografia, Análise de Sistemas Naturais) UNB, 2016, p. 24.

excludentes em níveis sociais[23]. Pesquisadores acreditam que o modelo realizado em 1970 para o desenvolvimento do país, contribuiu para esse desmatamento e continua até o tempo presente[24].

No entanto, sabemos que esses sujeitos históricos sempre resistiram historicamente, não se colocando enquanto vítimas, pelo contrário, os trabalhadores das áreas rurais no Brasil sempre lutaram por suas terras, seus espaços de trabalho, algo que no Brasil tem se tornado uma luta diária na vida de quem mora em área rural e vive de sua produção.

Analisando entrevistas de trabalhadores que moravam em comunidades nesse período percebe-se que ocorreram conflitos a medida que essas atividades se instalam na região, uma vez que são atividades que estavam degradando o ambiente em que viviam, tendo em vista que, essas famílias se utilizavam dos recursos da floresta para sobreviver.

No relato da entrevistada Maria de Nazaré, que viveu no seringal no rio Manacapuru, nos relatou como os primeiros

[23] Banco Mundial Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira. 1ª ed. Brasília, 2003, p.16.
[24] Ver SANTOS, Renato Prado. *Os principais fatores do desmatamento da Amazônia (2002-2007)* – uma análise econométrica e espacial. (Dissertação UNB), Brasília, 2010.

indícios de desmatamento em maior escala do que já estavam acostumados, estariam prejudicando a vida daquelas pessoas, explicou-nos ainda o que seria um igapó para os peixes e como a derrubada prejudicava esses animais:

> Igapó é um rio com aqueles paus grandes ali dentro daquele rio, fica cheio peixe comendo aquelas frutas que caí, aqueles bichinhos que caem das árvores, aí eles estavam desmatando tudo, eles derrubavam quando o rio enchia já não tinha mais aqueles paus para os peixes ficar a vontade de baixo, mas foi, teve proibição.
>
> Mas quando nós estávamos lá, quase não tinha moto serra não, era mais no machado, depois que nós viemos para cá, aí quase todo mundo já tem moto serra.[25]

Na fala de dona Nazaré, fica claro como é necessário preservar os igapós para que os peixes pudessem se reproduzir ali, gerando alimento para essas famílias, que também viviam do pescado na região.

Nazaré enfatiza que entraram em conflito com as pessoas que desmatavam naquela região, fazendo com que os moradores proibissem os invasores de tirar madeira, com isso, a comunidade pediu que se retirassem e parassem de desmatar,

[25] SOUZA, Maria de Nazare. depoimento. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

explica que houve tentativas por parte dos moradores de conter essas pessoas que desmatavam dentro daquela localidade, uma vez que estavam interferindo no ecossistema natural da floresta e em suas vidas.

O marido de dona Nazaré, seu Raimundo Pereira, também se mostrou incomodado com o fato de estarem realizando derrubada de madeira, citando que: *Na nossa comunidade não tinha extração de madeira, a gente só tirava madeira para uso, fazer canoa, casa, não tinha isso... Já depois que começou essa (retirada) de madeira, eu não sei como foi para surgir isso*[26].

Seu Raimundo ainda tentou-nos explicar o porquê de estarem naquele período, retirando tantas árvores, segundo ele, talvez fosse pelas madeireiras que vinham surgindo, mas depois justificou que nem havia tantas, dito isso, ainda enfatizou que para ele não fazia sentindo retirar madeira: *É um prejuízo, porque você vende a madeira toda, depois vai precisar da madeira e não tem, e outra coisa, além de você precisar também, acaba a floresta, aí fica da maneira que está.*[27].

[26] PEREIRA, Raimundo Gomes. depoimento. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.
[27] PEREIRA, Raimundo Gomes. depoimento. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

Tanto dona Nazare quanto seu Raimundo pensam uma organização de trabalho que não exploram de forma predatória, retiram o suficiente para se manter, concordamos com Albuquerque quando conclui em sua pesquisa sobre famílias trabalhadoras do Vale do Juruá, em que a natureza e cultura se confundem, pois, a produção teria de ocorrer de forma alinhada com a natureza[28].

Com isso, a história desse casal vai de encontro com de muitos moradores nas matas amazônicas[29], que prezavam pelo ambiente para poder, através dele, ter uma vida melhor, livre da pressão sofrida anteriormente na década do período de alta da borracha, isto é, aprenderam a extrair sem degradar e utilizar-se dos recursos que a floresta pode oferecer, com isso Raimundo falou-nos de como as derrubadas atrapalhavam suas vivências na mata. Deste modo, à medida que as ações daqueles que causavam derrubadas foram se intensificando, a permanência de pessoas residentes nessas regiões se tornou cada vez mais difícil e perigosa.

[28]ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. *Natureza, Cultura, Poder e Violência no Vale do Juruá* – Acre. Natureza e Poder, v. 23, 2001, p. 295

[29] Foram produzidas entrevistas com homens e mulheres para a pesquisa de doutorado "Eu trabalhei também": o cotidiano das trabalhadoras nos seringais do Amazonas no Pós - Segunda Guerra – (1950 - 1970), 2022.

Conclusão

Evidentemente que essas ações contribuíram para o crescimento do desmatamento, poluição, a degradação em regiões da Amazônia no decorrer dos anos, o governo Militar, os planos para Amazônia, facilitaram a entrada de investidores em terras amazônicas, incentivando a pecuária, agricultura extensiva e a construção de estradas, sem realizar fiscalizações e despreocupados com os povos da floresta que habitavam a região. É imprescindível que se aprofunde o estudo desses processos de degradação enfrentados pela Amazônia, para compreender como as políticas voltadas para a região foram nocivas e contribuíram para a consolidação de um modelo de desenvolvimento que prejudica diretamente as comunidades tradicionais, os moradores das florestas, aqueles que dependem dos recursos naturais para viver.

Referências

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. *Natureza, Cultura, Poder e Violência no Vale do Juruá.* ACRE, v. 23, 2001.

BANCO MUNDIAL. *Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira*. 1ª ed. Brasília, 2003.

CORDEIRO, Werley da Costa. *Políticas de desenvolvimento de estado para a Amazônia a partir do Estado Novo. Monografia*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

FILHO, João Carlos de Souza Meirelles. *É possível superar a herança da ditadura brasileira (1964-1985) e controlar o desmatamento na Amazônia?* Não, enquanto a pecuária bovina prosseguir como principal vetor de desmatamento. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 9, n. 1, p. 219-241, jan.-abr, 2014.

KOHLHEPP, Gerd. *Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira*. Estud. av. vol.16 no.45 São Paulo May/Aug. 2002.

MATOS, Felipe Luís Lacerda de Carvalho Cidade. *Análise das Taxas Anuais de Desmatamento na Amazônia Legal a partir da Relação entre Autos de Infração e Área Desmatada no período entre 2000 e 2014.* Dissertação (Mestrado em Geografia, Análise de Sistemas Naturais) UNB, 2016.

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. *Ditadura Militar e Amazônia*: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas. 2018.

MOURA, Carla Denise da Silva. *Programa de assistência ao cooperativismo na Região Amazônica:* estudo sobre uma experiência cooperativista na Região Amazônica na década de 60. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Manaus, AM: UFAM, 2010.

O NOVO *sistema de ação do governo federal na Amazônia*. Legislação básica/volume I. Superintendência de desenvolvimento da Amazônia. Editora Spencer, S.A Rio de Janeiro, gb/1967.

OPERAÇÃO AMAZÔNIA. *Relatório Apresentado pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais,* Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias, ao Exmo, Sr. Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. MERCO -5-4/66.

OPERAÇÃO AMAZÔNIA-Álbum. *República do Brasil-Estado do Pará*. Volume 1. outubro 1967.

PEREIRA, Raimundo Gomes. depoimento. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

PRATES, Rodolfo Coelho Prates e BACHA, Carlos José Caetano. *Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia.* Economia e Sociedade, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 601-636, dez, 2011.

RAMOS, Marina Courrol. *O Desenvolvimento Econômico na Amazônia Legal: seus Impactos Sociais, Ambientais e Climáticos e as Perspectivas para a Região.* Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS.

SANTOS, Renato Prado. *Os principais fatores do desmatamento da Amazônia (2002-2007)* – uma análise econométrica e espacial. (Dissertação UNB), Brasília, 2010.

SILVA, Antenor Alves. *A Doutrina de Segurança Nacional e a organização do espaço amazônico.* Antenor Alves Silva. – Salvador: Editora Pontocom, 2015.

SOUZA, Maria de Nazaré. depoimento. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

SUDAM. 13 Anos de *SUDAM*. Belém, 1979.

SUDAM. *Ministério do interior. Superintendência do desenvolvimento da Amazônia. I Plano Quinquenal de Desenvolvimento 1967-1971*. SUDAM, Serviço de Documentação e Divulgação Belém. 1967.

SUDAM. *Ministério do interior. Superintendência do desenvolvimento da Amazônia. Sudam. Plano de desenvolvimento da Amazônia* (1972 -1974). Agosto, 1971.

Entre o mar e o concreto: a invenção da Praia de Ramos – Lazer e balneabilidade nos subúrbios carioca (1940-2002)

Jean Victor Barreto Costa
Mestre em História Social no PPGHS/UERJ

Introdução

Este artigo resulta da dissertação de mestrado defendida em 2024, cujo objetivo foi analisar as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que conformaram e modificaram o território da Praia de Ramos e, posteriormente, o Piscinão de Ramos. O trabalho explora as transformações empíricas e simbólicas que definiram este espaço como uma área de lazer popular no subúrbio carioca, contrapondo-o às praias elitizadas da Zona Sul, que no contexto da pesquisa se torna um ponto de corte comparativo para analisar a balnearização do Rio de Janeiro. Ao focar no período de 1940 a 2002, a dissertação analisa o processo de balnearização de Ramos no subúrbio carioca, os desafios enfrentados no contexto de urbanização do Rio de Janeiro e o que forjou um processo de exclusão social e espacial. Colocando em evidência os conflitos e a diversidade de experiências entre diferentes camadas sociais.

Neste ponto, é necessário abordar sobre os conceitos que são diretrizes interessantes para compreensão das dinâmicas

sociais do desenvolvimento territorial urbano do Rio de Janeiro, envolvendo assim a construção da Praia de Ramos e em seguida o Piscinão de Ramos. Aqui destaco os conceitos de território, lazer, balneabilidade, subúrbios, favela e memória que sustentam o desenvolvimento da pesquisa e dão possibilidades de contato e nexo entre as reflexões sobre a construção da Praia de Ramos e a construção Piscinão de Ramos.

É necessário entender território, como território usado, isto é, espaço que ganha sentido pelos usos, práticas e identidades que o constituem cotidianamente (SANTOS, 1999, p. 8), atravessado por relações de poder que oscilam entre dominação e apropriação (HAESBAERT, 2007, p. 20-22). Nesse horizonte, indaga-se quem habita e organiza o litoral norte da Baía de Guanabara, quais aparelhos institucionais ali operam e como as práticas sociais se expressam no espaço, tomando a Praia de Ramos como chave para entender a consolidação do Rio de Janeiro como cidade balneária e as escolhas políticas que elegeram certas praias como vitrines da modernidade. O estudo assume uma perspectiva endógena, sendo o pesquisador historiador, fotógrafo e morador, e ancora-se em abordagem interdisciplinar e multifocal combinando cultura material e amplo leque de fontes (MENESES, 2003, p. 26): jornais e

revistas ilustradas, documentos de arquivo, fotografias, mapas, novelas e peças publicitárias. Dialogando com a cultura visual (MAUAD, 2008; KORNIS, 2007) e com os debates sobre memória e representação (HALBWACHS, 1968; POLLAK, 1992; SMOLKA, 2000; HALL, 2016), o trabalho trata imagens e narrativas midiáticas não como ilustrações, mas como dispositivos produtores de realidades, que forjam estereótipos e identidades sobre o subúrbio.

Do ponto de vista histórico, a pesquisa destrincha um litoral marcado por saneamento precário e reformas higienistas à modernização desmedida que valorizou a Zona Sul, empurrando populações populares para áreas periféricas e estigmatizadas. Entre as décadas de 1930/40 e 2002, acompanha-se a invenção da Praia de Ramos como espaço de lazer popular, seu sufocamento socioambiental e a ressignificação estatal com o Piscinão, para compreender como lazer, território e desigualdade se imbricam na experiência urbana carioca.

A invenção da Praia de Ramos (1940-1960)

A trajetória da Praia de Ramos está inscrita nas contradições da modernização e urbanização carioca do século

XX. Se Copacabana tornou-se a vitrine da cidade balneária, associada ao cosmopolitismo e à distinção social, Ramos foi, desde cedo, marcada como praia suburbana, espaço de trabalhadores, pescadores e moradores das favelas vizinhas. Essa contraposição não é apenas geográfica, mas sobretudo simbólica: revela como o Estado, os agentes privados e a mídia entre disputas e interesses constroem representações distintas do litoral, delimitando quais espaços seriam promovidos como cartão-postal e quais seriam relegados ao estigma da pobreza.

O território que viria a se tornar a Praia de Ramos integrava, no século XIX, a Fazenda Engenho da Pedra e o Porto de Maria Angu, região estratégica para a circulação de mercadorias e fiscalizações alfandegárias (BARBOSA; CUNHA; BARBOSA, 2021). A instalação da Estrada de Ferro do Norte, em 1886, articulada pelo capitão Luiz José Fonseca Ramos, foi decisiva para consolidar um núcleo urbano na área, que logo se transformaria em bairro. A urbanização, porém, não se deu de forma linear: foi marcada por tensões entre interesses privados, como os da família Vieira Ferreira, e políticas públicas que ora valorizavam, ora marginalizavam o território.

Na década de 1920, o coronel Joaquim Vieira Ferreira empreendeu um ambicioso projeto de loteamento, a “Villa

Gerson", que pretendia transformar Ramos em uma "Copacabana dos subúrbios" (CHRISÓSTOMO, 2019). Anúncios de venda de terrenos exaltavam a proximidade com a praia, enquanto jornais noticiavam festas e inaugurações que buscavam conferir prestígio ao empreendimento. Contudo, ao contrário do balneário de Copacabana, apoiado por uma articulação robusta entre capital privado e poder público, Ramos dependia das iniciativas de sua elite local, cuja influência era limitada frente aos interesses centralizados na Zona Sul.

Ainda assim, a praia consolidou-se como espaço de sociabilidade popular. Reportagens da revista *O Cruzeiro* e de jornais como *Correio da Manhã* registram tanto o crescimento da frequência balneária quanto os preconceitos associados a Ramos, caracterizada como "praia do pobre" (A CIGARRA, 1956). As imagens publicadas, frequentemente comparando Ramos à Zona Sul, reforçavam estereótipos de inferioridade: ausência de infraestrutura, areia suja, frequentadores fora dos padrões de beleza das elites. Como observa Ferreira (2022), a fotografia de um cão vira-lata estampada em página inteira na *O Cruzeiro* de 1948 tornou-se metáfora do olhar discriminatório sobre a praia e seus banhistas.

Ao mesmo tempo, Ramos se afirmava como espaço de práticas e resistências populares. Sociedades locais reivindicavam pavimentação, postos de salvamento e equipamentos de lazer. O Iate Clube de Ramos, fundado em 1941, expressa essa ambiguidade: nascido do esforço da elite leopoldinense em afirmar status, buscava também dialogar com a classe trabalhadora por meio de articulações com o Estado e com o Serviço de Recreação Operária (SRO), que montou uma barraca na praia em 1945 para atender operários com aulas de natação, empréstimo de material esportivo e atividades culturais (SANTOS, 2007). Nesse arranjo, a praia tornou-se território híbrido, atravessado por disputas entre dominação e apropriação (HAESBAERT, 2007).

A invenção da Praia de Ramos, portanto, não pode ser compreendida como mero processo de ocupação do litoral. Trata-se de um fenômeno social, economico e político, em que imagens, narrativas e práticas se entrelaçam para produzir sentidos. Como observa Mauad (1999), a fotografia e as revistas ilustradas desempenharam papel central na construção de imaginários urbanos no século XX, funcionando como dispositivos de normatização de comportamentos. Em Ramos, tais representações oscilavam entre o exotismo do “subúrbio

pitoresco" e a estigmatização da "praia dos pobres", contribuindo para delimitar seu lugar no mapa simbólico da cidade.

Se, por um lado, a praia era negligenciada em termos de investimentos públicos e marcada por dificuldades de acesso, por outro consolidava-se como destino privilegiado das populações da Zona Norte e da Baixada Fluminense. Ramos, assim, tornava-se espaço de lazer popular, afirmando uma identidade suburbana que desafiava, ainda que de forma desigual, a hegemonia da Zona Sul como expressão máxima da modernidade carioca.

A análise de sua invenção revela, portanto, como o território suburbano foi historicamente construído por meio de disputas materiais e simbólicas. Mais do que uma praia, Ramos se tornou metáfora das contradições da cidade partida: espaço de exclusão e estigma, mas também de sociabilidade, memória e resistência.

O sufocamento da Praia de Ramos (1960-1990)

Assim sendo, vimos como a modernização carioca organizou novas sociabilidades balneárias e redesenhou a cartografia simbólica da cidade, separando o "moderno" e o

"civilizado" do "rústico" e "popular". Este capítulo investiga a outra face desse processo: os condicionantes materiais e políticos que, entre meados do século XX e os anos 1980–2000, comprimiram a Praia de Ramos em um cinturão de aterros, indústrias, esgotos e remoções, convertendo-a em zona de sacrifício socioambiental. O termo "sufocamento" é aqui empregado no sentido etimológico de *suffocare* — "sufocar, asfixiar", originalmente "estreitar", "garganta, entrada estreita". Essa é a imagem, diante dos aterros e do lixo, através das imagens de mapas é que se percebe, uma praia que teve as suas entradas estreitas, asfixiadas, estranguladas. Diante disso, é interessante pensar que esse foi o caminho de muitas praias cariocas que estavam situadas nas orlas da Baía de Guanabara, a exemplo das Praias no centro da cidade, mais ao norte com o fim das praias de São Cristóvão, Caju, Maria Angu, Penha, entre outras. (BARBOSA, CUNHA, BARBOSA. 2021)

A pergunta-guia é direta: quais decisões de Estado, políticas de infraestrutura e regimes de representação converteram um balneário suburbano pujante em sinônimo de poluição e abandono? A resposta exige articular três dimensões: (i) lixo e industrialização na Guanabara; (ii) rodoviarismo e aterros (Avenida Brasil e Ilha do Fundão); e (iii) favelização e

estigmas midiáticos, que moldaram a imagem pública de Ramos e, por consequência, sua própria governabilidade.

A Baía de Guanabara tornou-se, desde o século XIX, infraestrutura de descarte para uma capital em crescimento. O vazadouro da Ilha de Sapucaia (1865) foi pensado como solução técnica, mas operou como mecanismo espacial de segregação ambiental: resíduos flutuantes permaneciam por longos períodos dentro da baía, ancoravam em manguezais e praias, e requalificavam essas margens como lugares do "resto" (MACHADO, 2012, p. 46; AMADOR, 2013). Quando os ganhos imobiliários alcançaram áreas como Botafogo, São Cristóvão e Lagoa, os vazadouros centrais foram desativados e o problema deslocado para o fundo da baía — precisamente a faixa onde se inscreve Ramos (MACHADO, 2012, p. 50).

Essa ideologia do lixo tem caráter simultaneamente material e simbólico: não se trata apenas de "onde despejar", mas de quem pode ser exposto a resíduos e odores. A modernização higienista, ancorada na autoridade médico-sanitária, legitimou uma geografia seletiva da limpeza, expulsando usos indesejados do centro e consolidando zonas periféricas de sacrifício (MACHADO, 2012). As reportagens do *Correio da Manhã* reiteram o quadro: em 1956, "Copacabana de

Ramos" iguala as praias "na sujeira e lama", mas sublinha que em Ramos a sujeira "salta aos olhos" por carecer de qualquer "beleza natural" que a disfarce (CORREIO DA MANHÃ, 1956, p. 3). Em 1972, "Mato sufoca praça" propõe, em tom desesperado, pavimentar toda a área para dar fim ao ciclo de abandono (CORREIO DA MANHÃ, 1972, p. 14). O jornalismo de denúncia, nesse sentido, é também máquina de classificação: não apenas informa, mas cristaliza um repertório de valores urbanos sobre quem e o que deve ser limpo e belo

A industrialização reforça o ciclo. Entre 1920 e 1960, o número de estabelecimentos industriais no Rio cresce de 2.000 para cerca de 7.000, com forte expansão rumo à Leopoldina e ao eixo da futura Avenida Brasil (AMADOR, 2013, p. 374). Petroquímica, farmacêutica, curtumes e metalurgia aportam na borda da baía, elevando as cargas orgânicas e bacterianas e degradando a balneabilidade (AMADOR, 2013). Quando, nos anos 1980–1990, derrames de óleo e esgotos não tratados se somam ao assoreamento dos canais (Cunha, Fundão, Penha), a Praia de Ramos é periodicamente interditada, sem que isso iniba sua ocupação popular — fato percebido pelos próprios banhistas como evidência de dupla medida entre Zona Sul e subúrbio (O GLOBO, 1989).

A Avenida Brasil (aberta em 1946) é um divisor histórico. Concebida nas trilhas do rodoviarismo nacional e integrada ao projeto desenvolvimentista, a via encurta distâncias logísticas, barateia o escoamento fabril e valoriza terrenos marginais por meio de grandes aterros (COSTA, 2005; ABREU, 1987). Mais que um traço viário, a Brasil é eixo de urbanização e industrialização: atrai fábricas, induz moradias operárias, acelera a favelização em suas bordas e reordena a hierarquia metropolitana (TORRES, 2018, p. 287). Ao mesmo tempo, remove manguezais fundamentais à renovação hídrica, reduzindo a resiliência ecológica da Guanabara.

Em paralelo, a Ilha do Fundão (1949–1952) nasce de um megaprojeto de aterro que unifica oito ilhas (Fundão, Baiacu, Cabras, Pindaí do Ferreira, Pindaí do França, Catalão, Bom Jesus e Sapucaia) para sediar a Cidade Universitária. O custo ambiental foi alto: oito canais de circulação de maré foram eliminados, bloqueando fluxos, intensificando assoreamento e agravando a poluição na faixa da Maré–Ramos (AMADOR, 2013, p. 184, 277). Não se trata de um “acidente colateral”, mas do efeito esperado de uma modernização por aterros, em que a produção de solo urbanizável dita a régua de intervenção (ABREU, 1987, p. 101).

Essas obras convivem com gestos eleitorais e políticas de espetáculo. Em 1965, o governo Lacerda inaugura a “nova Praia de Ramos”, com jardim, quadras, boxes para pescadores e camada de areia aplicada por draga — no mesmo ciclo em que remoções reconfiguram o entorno (JORNAL DO BRASIL, 1965; CORREIO DA MANHÃ, 1963). É a lógica do embelezamento episódico: intervenções que maquiam a paisagem sem alterar a matriz de poluição (canais, emissários, efluentes fabris) que inviabiliza a balneabilidade no médio prazo.

A favelização no entorno da Baía é coeva à industrialização e à expansão viária. Entre 1948 e 1960, 47 favelas se instalam próximas à Avenida Brasil (AMADOR, 2013, p. 182). No território que se consolidará como bairro da Maré, formam-se, entre 1940 e 1962, núcleos como Timbau, Baixa do Sapateiro, Marcílio Dias, Parque Maré, Rubens Vaz, Roquete Pinto, Parque União, Nova Holanda e Praia de Ramos (REDES DA MARÉ, 2019). A crise habitacional e a política de remoções da Zona Sul empurram populações para áreas alagadiças e de aterro, enquanto programas estatais alternam assistência pontual (SERFHA, Cruzada São Sebastião) e deslocamentos forçados.

O incêndio de 1958 na Favela da Praia de Ramos, onde 1.200 moradias destruídas, cerca de 6.000 desabrigados. Expõe a vulnerabilidade material e o repertório paternalista-punitivo do Estado: albergues emergenciais, policiamento truculento e a reafirmação do "problema favela" como *caso de polícia* (CORREIO DA MANHÃ, 1958). Em 1960, a manchete "Caixa d'água vazia" resume a contradição: o poder público constrói unidades, mas não garante água, afetando inclusive o Balneário (CORREIO DA MANHÃ, 1960). Em 1969, removem-se Vila União e Parque Rubens Vaz sob o argumento de que a "paisagem de pobreza" distorce a imagem da cidade, e até de que a remoção permitiria "duplicar" a Praia de Ramos (CORREIO DA MANHÃ, 1969, p. 7).

O discurso midiático participa ativamente da estigmatização. Em 1963, o *Correio* fala em "ponto de atração para marginais", contrapondo uma Ramos idílica do passado a um presente de "detritos, lixo e lama" (CORREIO DA MANHÃ, 1963). Já em 1948 e 1956, *O Cruzeiro* e A Cigarra haviam dado o tom ao fixar imagens que exotizam corpos e práticas, do "vira-lata" ao banhista "fora do padrão", e classificam Ramos como "praia de pobre", categoria que opera como dispositivo moral de desqualificação (O CRUZEIRO, 24 jan. 1948; A CIGARRA,

1956; FERREIRA, 2022, p. 205–206). A categoria de subúrbio carioca, como argumenta Fernandes, emerge justamente desse rapto ideológico que associa periferia ferroviária à baixa respeitabilidade e à carência (FERNANDES, 2011, p. 55–56).

Apesar disso, a persistência do uso popular é notável. Em plena década de 1970, reportagens registram 70 mil pessoas aos domingos nas areias, num cenário de poluição e comércio informal (CORREIO DA MANHÃ, 1972). Essa permanência revela que a praia, mesmo degradada, continua a ser direito e recurso: lugar de sociabilidade, de memória e de luta por reconhecimento, ainda que sistematicamente ignorado pelas políticas de saneamento e gestão costeira.

Cada mergulho é um flash: o Piscinão de Ramos (2000-2002)

Nos tempos em que a Praia de Ramos era o ponto do verão suburbano, o pesquisador que escreve estas linhas ainda não havia nascido. Sua referência primeira vem das memórias dos mais velhos: lembranças entrelaçadas de lazer e de trabalho, de banhos de mar e de economia informal, de sociabilidade nas areias e cotidiano de pesca. Quando, em 2001, ganhou força a notícia da construção do Piscinão de Ramos, emergiu um sentimento difuso de esperança entre moradores e

frequentadores: a promessa de devolver algum grau de qualidade de vida a um território por décadas marcado pela poluição da Baía de Guanabara, oferecendo uma alternativa salubre para crianças e adultos que, nos dias de calor, ainda se arriscavam nas águas escuras por falta de opção. A obra, ao mesmo tempo equipamento de lazer e signo urbano, reativou uma pergunta central para este trabalho: como as disputas simbólicas e materiais em torno do lugar mobilizam a política e reorganizam as imagens públicas de Ramos? O que muda e o que persiste quando o balneário popular é reconfigurado sob a forma de um "monumento" contemporâneo?

Para avançar nessas questões, será feito o esforço que articula três blocos analíticos e empíricos, imprensa, telenovela e fotografia, como um mosaico de enunciações que dão forma às representações do território. No plano metodológico, não se pretende acionar plenamente a História do Tempo Presente, mas tomar dela algumas chaves para pensar continuidades e inflexões nas imagens construídas sobre a Praia/Piscinão de Ramos. Ao fazê-lo, assume-se a cidade como campo de disputas onde bens e artefatos (monumentos, museus, praças e, aqui, um piscinão) adquirem dimensão simbólica inédita e reconfiguram usos, percepções e identidades urbanas (OLIVEIRA, 2002).

A inauguração do equipamento em 2001 deu-se no cruzamento de agendas políticas e pressões sociais. De um lado, a obra ancorava-se em um repertório de reivindicações locais, como o "Abraço da Praia de Ramos", que explicitava a dimensão ambiental e o direito ao lazer no subúrbio. De outro, inscreveu-se em um tabuleiro de rivalidades entre níveis de governo e projetos de poder, com acusações cruzadas de oportunismo eleitoral, críticas a custos e questionamentos ao uso de recursos compensatórios ambientais. A controvérsia sobre eventuais superfaturamentos e a opção por uma piscina de água salgada tratada, em vez de enfrentar a despoluição estrutural da baía, alimentou narrativas antagônicas: para uns, tratava-se de resposta pragmática e imediata à insalubridade histórica; para outros, um atalho que consolidaria o abandono da praia "original".

Esse impasse é eloquente do que a literatura chama de "urbanismo de emergência": soluções focalizadas, capazes de ativar sentidos de pertencimento e fruição no curto prazo, mas que também podem cristalizar desigualdades e deslocar para o futuro as transformações de fundo. A própria denominação popular — "Piscinão de Ramos" — funcionou como operador de memória. De um lado, reencenou a Praia de Ramos como

lugar de lazer do trabalhador, conectando-se a uma linhagem que remonta ao balneário do período Vargas; de outro, a marca "piscinão" insinua exceção e remendo, um grande artifício técnico erguido ao lado de uma natureza degradada. É na tensão entre essas duas camadas que o equipamento se torna, simultaneamente, um lugar de memória (NORA, 1984) e um dispositivo de governo, apto a organizar práticas, corpos e fluxos (SMOLKA, 2000; POLLAK, 1992).

Memória, aqui, não é depósito de lembranças, mas prática social que seleciona, hierarquiza e reinscreve experiências no presente (SMOLKA, 2000). Essa dimensão aparece com nitidez no testemunho de moradores colhidos pela imprensa à época — relatos que lamentam a impossibilidade de banho desde fins dos anos 1970 e, ao mesmo tempo, celebram a perspectiva de "voltar à praia", ainda que por meio de uma solução artificial. Nesses enunciados, a memória de um passado balneário legitima o direito a um presente de lazer, ao passo que naturaliza a "piscina-monumento" como substituta provisória (ou permanente) da paisagem perdida.

A telenovela, como se sabe, ocupa posição central na esfera pública brasileira, articulando melodrama, consumo e pedagogia cultural (WILLIANS, 1977;MORIN, 1984;

KORNIS, 2007). Em O Clone (TV Globo, 2001), a personagem Odete, suburbana, trabalhadora do circo, mãe obstinada pela ascensão da filha — cristalizou um tipo social amplamente reconhecível, cujo bordão "cada mergulho é um flash" inscreveu o Piscinão no imaginário nacional. Ainda que o equipamento só apareça de forma tímida na cena do último episódio, seu nome e sua frequência por Odete funcionam como merchandising social: uma operação simbólica que "normaliza" o novo espaço de lazer popular, conectando-o à rotina de um núcleo narrativo querido pelo público.

À luz de Stuart Hall (2016), importa notar que a novela não "espelha" a realidade; ela produz significados e estabiliza leituras. Ao associar o Piscinão à performance cômica e exagerada de Odete, a representação mobiliza estereótipos do "suburbano carioca" (fala, humor, improviso), ao mesmo tempo em que amplia a visibilidade do equipamento e legitima sua apropriação. Essa ambivalência é constitutiva da representação: ela pode reforçar marcas de diferença e exotização, mas também abrir frestas de reconhecimento e orgulho (HALL, 2016). Em termos de memória coletiva, a presença recorrente do Piscinão na trama ajuda a produzir um arquivo afetivo: uma sequência de

imagens, piadas e situações que, repetidas, sedimentam sentidos compartilhados (POLLAK, 1992).

A imprensa do período operou em registro semelhante, frequentemente usando a comparação com a Zona Sul como figura retórica. Chamadas que opunham "emergentes da nova orla" aos "saudosistas do Leblon" exibiam composições fotográficas quase espelhadas — lajes e coberturas, churrasqueiras e varandas, palmeiras e calçadões — sugerindo uma equivalência paródica ("a Vieira Souto do subúrbio"), mas sem resolver o desequilíbrio histórico de infraestrutura, renda e prestígio. A comparação, recurso antigo em Ramos, reaparece aqui como mecanismo de tradução (tornar inteligível pela semelhança) e de hierarquização (reafirmar a diferença).

As representações fotográficas oferecem um fio longo para pensar continuidades e descontinuidades na economia visual de Ramos. Nas séries de Jean Manzon para *O Cruzeiro* (década de 1940/50), a Praia de Ramos surge em preto e branco como balneário popular vibrante, mas também como "fora de lugar" em relação ao ideário de modernidade asséptica. Corpos, brincadeiras, vendedores e improvisos compõem um quadro que, ao mesmo tempo em que celebra a vitalidade popular,

desliza para o registro do exótico e do pitoresco — o "outro" interno da metrópole.

Seis décadas depois, Júlio Bittencourt (2009–2012) revisita o território já sob a gramática do Piscinão. As imagens, agora coloridas e de alto contraste, investem no detalhe e na atmosfera: protetor solar espesso, bronzeadores, churrascos, cabelos descoloridos, corpos em repouso. Há potência estética e diversidade de situações; mas também persiste uma ênfase no "caos" do lazer popular, facilmente lido, por públicos externos, como reafirmação de exotismo. Em ambos os casos, a câmera opera como mediação cultural (Williams, 1977; Martín-Barbero; Canclini), produzindo o "lugar" que fotografa: não apenas registra, mas monta um sentido social, um regime de visibilidade (Mauad, 2008; 2010).

A fotografia, portanto, não é prova neutra. É lugar de memória e instrumento de disputa, que tanto pode fixar estigmas quanto abrir leituras contra-hegemônicas. A comparação entre Manzon e Bittencourt expressa permanências de um repertório imagético (o improviso, a lotação, a alegria ruidosa) e revela atualizações formais (cor, proximidade, gesto). Vista em série, essa produção compõe um arquivo que condiciona como Ramos é visto e narrado.

O Piscinão de Ramos condensa duas histórias que correm em paralelo e se cruzam: a do direito ao lazer nos subúrbios e a do governo da cidade por meio de artefatos urbanos espetaculares. Como monumento, cria um ponto de ancoragem simbólica que reaviva memórias do antigo balneário; como política pública, oferece fruição imediata em um cenário de degradação ambiental e desigualdade histórica, ao preço de adiar enfrentamentos estruturais (saneamento e despoluição da baía). A novela, a imprensa e a fotografia participaram ativamente dessa reconfiguração, ora reforçando estereótipos, ora ampliando reconhecimento e pertencimento.

Em última instância, o caso revela a força das representações na produção do espaço. A Praia/Piscinão de Ramos segue sendo um lugar de memória popular e uma arena de disputas simbólicas: nele, moradores e frequentadores afirmam sua presença e identidade; nele também se projetam olhares externos que variam entre a curiosidade, a condescendência e a admiração estética. Entre continuidades e mudanças, o equipamento se inscreve na longa história de Ramos como território de lazer do trabalhador, ao mesmo tempo em que evidencia os limites de um urbanismo que, muitas vezes, concilia celebração e contenção. Reconhecer essa ambivalência

é condição para pensar políticas que, para além do monumento, enfrentem as raízes socioambientais da desigualdade e façam do lazer um direito efetivamente compartilhado.

Considerações finais

Esta dissertação analisou o processo histórico de construção, transformação e ressignificação da Praia de Ramos e, posteriormente, do Piscinão de Ramos, compreendendo-os não apenas como equipamentos de lazer, mas como territórios atravessados por disputas materiais, simbólicas e políticas. Ao longo de oito décadas, esses espaços condensaram tensões estruturais do desenvolvimento urbano carioca: a oposição persistente entre Zona Sul e subúrbios; a lógica higienista e a racionalidade dos aterros; a expansão industrial e rodoviária; a precarização ambiental; e os rearranjos de memória e representação que produzem e reproduzem desigualdades.

A investigação demonstrou que, desde os anos 1940, Ramos foi convocada a ocupar um lugar ambíguo: vitrine da modernização para as classes trabalhadoras e, ao mesmo tempo, margem sacrificável da cidade. Empreendimentos como o Villa Gerson, a atuação do SRO, o Iate Clube e, mais tarde, a construção da Avenida Brasil articularam uma promessa de

integração que jamais se cumpriu de modo equânime. A praia "inventada" como balneário do operariado foi, paulatinamente, sufocada por sucessivos aterros, pela poluição crônica da Baía de Guanabara, pelo avanço industrial e pela ausência de políticas de saneamento e manutenção compatíveis com a escala das transformações em curso. Sob essa pressão, o território acumulou estigmas: de "praia suja", "imprópria", "exótica" — atributos que operaram tanto no plano material quanto no simbólico.

Ao qualificar esse processo de "sufocamento", a pesquisa evidenciou a interdependência entre fatores urbanos (industrialização, rodoviarismo, mercado de terras), ambientais (assoreamento, resíduos, contaminação) e sociais (segregação, favelização, desassistência), sem reduzir a degradação a um único vetor causal. À luz do Habitat de Lefebvre, mostrou-se como um espaço concebido para o lazer popular foi convertido em paisagem de desigualdades, onde a produção do urbano — orientada por interesses econômicos, eleitorais e técnicos — impôs usos e sentidos que pouco dialogaram com a vida cotidiana dos moradores.

A criação do Piscinão de Ramos, em 2001, reordenou parte desse quadro. Ao mesmo tempo em que respondeu a

demandas históricas por lazer salubre, inscreveu-se em lógicas de curto prazo e em disputas político-eleitorais, sem enfrentar estruturalmente a despoluição da baía. Como "monumento" contemporâneo, o Piscinão ativou memórias e reconfigurou práticas de sociabilidade, reiterando a centralidade de Ramos como espaço de lazer dos subúrbios. Mas o fez sob ambiguidades: entre a celebração da pertença popular e a persistência de fronteiras simbólicas que seguem demarcando quem pode ser visto e de que forma pode ser visto no mapa afetivo da cidade.

Nesse ponto, as representações midiáticas desempenharam papel decisivo. O recorte fotográfico — de Jean Manzon à documentação contemporânea de Júlio Bittencourt — e a telenovela O Clone ajudaram a consolidar um repertório visual e narrativo sobre Ramos: um território "outro", investido de exotismo, caos, improviso e, por vezes, de uma vitalidade que é celebrada ao mesmo tempo em que é hierarquizada. Essa gramática imagética, longe de ser apenas reflexo, atua, organiza percepções, pauta políticas, molda a memória coletiva e interfere na experiência do espaço. Ao recuperar essas camadas, a pesquisa buscou tensionar o olhar — não para negar os problemas materiais que atravessam Ramos, mas para

evidenciar como eles são enquadrados, comparados e administrados de modo desigual quando cotejados às praias "legítimas" da Zona Sul.

Os achados permitem três sínteses complementares. Primeiro, Ramos é um laboratório privilegiado para observar a reprodução de desigualdades urbanas no Rio de Janeiro: ali, decisões infraestruturais de grande escala (aterros, vias, campus universitário) operaram como tecnologias de ordenamento que redistribuíram benefícios e custos socioambientais. Segundo a "praia do trabalhador" e o "piscinão do povo" mostram que políticas de lazer podem, simultaneamente, ampliar direitos de uso e cristalizar fronteiras sociais, sobretudo quando desvinculadas de saneamento, moradia e gestão ambiental. Terceiro, imagens e narrativas de jornais, novelas, fotografias, campanhas públicas não são periféricos: são dispositivos de governo das sensibilidades urbanas, capazes de legitimar prioridades, estigmas e pertencimentos.

Do ponto de vista teórico-metodológico, este trabalho reafirma a potência de articular história urbana, cultura visual e estudos de memória para compreender a produção social do espaço. Ao tratar a documentação fotográfica e audiovisual como fontes ativas — imagens-documento e imagens-

monumento —, tornou possível seguir os rastros de continuidades e inflexões nas representações sobre Ramos, conectando-as às transformações materiais do território.

Como limites, reconhece-se que a escala da pesquisa não abrangeu de modo exaustivo a diversidade de vozes locais — sobretudo mulheres, trabalhadores informais, pescadores, juventudes — que constituem a experiência ordinária do lugar. Pesquisas futuras podem aprofundar: (i) etnografias de usos e conflitos cotidianos no Piscinão e em seu entorno; (ii) avaliações de políticas de saneamento e seus efeitos na Baía de Guanabara; (iii) cartografias comparadas de lazer popular em outras franjas metropolitanas; e (iv) análises de recepção das imagens de Ramos em diferentes públicos, para compreender como circulam e se reapropriam esses repertórios.

Em síntese, a Praia de Ramos e o Piscinão não são apenas capítulos locais da história do lazer: são chaves para ler a cidade que o Rio escolheu (e escolhe) construir. Neles, exclusão e resistência caminham juntas. Ao sublinhar a centralidade desses territórios na história urbana carioca, esta dissertação sustenta que reconhecer seus conflitos e potências é condição para políticas públicas menos estigmatizantes e mais redistributivas — políticas que tratem o lazer como direito, a memória como

patrimônio vivo e a paisagem como bem comum. Entre a invenção da praia e a invenção do piscinão, permanece a invenção cotidiana de pertencimentos que teimam em afirmar, no coração do subúrbio, o direito de todos à cidade.

Referências

A MANHÃ. *Arrecadação dos impostos fluminenses*. Rio de Janeiro. 30 dez. 1925. p. 05. Acesso em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=116408&pasta=ano%20192&pesq=Maria%20ang%C3%BA&pagfis=15

ABRANTES, Vera Lucia Cortes. *Imagens produzidas pelo fotógrafo Tibor Jablonsky:* suportes materiais para construção da memória do trabalho no Brasil (1950-1968). Anpuh RJ - XII Encontro Regional de História: Usos do Passado. 2011.

ABREU, Maurício de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro.* 1987, p. 108.

ALENCAR, Mauro. *A telenovela como paradigma ficcional da América Latina.* In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

ALENCAR. Mauro. *Futebol e Novela na memória do povo*. Trabalho apresentado no NP14 – Núcleo de Pesquisa Ficção Seriada, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.

AMADOR, Elmo Silva. *Baía de Guanabara*: ocupação histórica e avaliação ambiental. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.

AMOROSO, Mauro. N*unca é tarde para ser feliz?*: A imagem das favelas pelas lentes do Correio da Manhã. - 1.ed. - Curitiba, PR: CRV, 2011.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

BARBOSA, Jorge Luiz; CUNHA, Diogo; BARBOSA, Ana Thereza de Andrade. *As águas encantadas da Baía de Guanabara*. Rio de Janeiro: Numa Editora. 2021.

BATISTA, Paulo Francisco Donadio. *Em trajes de Adão:* praias de banho na cidade do Rio de Janeiro: pudor e classe social (1808-1948) / Paulo Francisco Donadio Baptista. -- Rio de Janeiro, 2019.

BORELLI, Silvia Helena Simões. *Telenovelas Brasileiras*: Balanços e perspectivas. São Paulo em Perspectiva, 15(3) 2001.

BORGES, Déborah Rodrigues. *Fotografia Popula*r: Apontamentos históricos e conceituais. VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar Universidade Federal do Piauí – UFPI.

BRUM, Mario Sergio Ignácio. *Cidade alta*: história, memórias e o estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. 2011. 361 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

BURGOS, Marcelo Baumann. *Dos parques proletários à Favela Bairro*: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. "Um século de Favela", ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs). 5ª ed. -Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CARDOSO, Adauto Lucio. *O Programa Favela-bairro*: Uma avaliação. Seminário de Avaliação de Projetos IPT. 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion; MAUAD, Ana Maria. "*História e Imagem:* Os exemplos da fotografia e do cinema." Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.). "Domínios da história : ensaios de teoria e metodologia" - Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. "*Uma Copacabana nos confins suburbanos:* a ideia de balnearização do bairro de Ramos/RJ (anos 1920-1940)" Dossiê Balneomar; número 39, 2019.

COELHO, Tiago da Silva. *Migração nordestina no Brasil varguista*: diferentes olhares sobre a trajetória dos retirantes / Tiago da Silva Coelho; orientador: René Ernaini Gertz. -- Porto Alegre: Ed. do autor, 2012.

COLPO, Caroline Delevati; AZEVEDO, Domingos Sávio Campos de; ABREU, Karen Cristina Kraemer. *Piscinão de Ramos:* Beneficio Comunitário ou segregação Social?. 2005. https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/bocc-karen-piscina.pdf (Acessado em 08/10/2024).

CORREA, Deputado Estadual Andre. *Dicró Piscinão de Ramos*. Youtube, 2012. Disponível em: DICRÓ Piscinão de Ramos. Acesso em: 20/08/2024.

CORREIO DA MANHÃ. *Abertos vários Créditos na prefeitura* - CR$ 2.587.000,00 para um balneario de Ramos. 1945, p.2. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=%22Balne%c3%a1rio%20de%20Ramos%22&pagfis=26495 (acessado em 06/10/2024)

CORREIO DA MANHÃ. *Aviso. 1954*, p. 02.https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pesq=fabrica%20kelson%27s&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=34747 (consultado em 15/09/2024)

CORREIO DA MANHÃ. *Balneário da lagoa.* 20 de julho de 1946, p. 04.https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=%22Balne%c3%a1rio%20de%20Ramos%22&pagfis=32264 (acessado em 06/10/2024)

CORREIO DA MANHÃ. *Balneário de Ramos e areia para evitar a lama da praia*. 10 de julho de 1946, P. 02. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=%22Balne%c3%a1rio%20de%20Ramos%22&pagfis=32116 (acessado em 06/10/2024).

CORREIO DA MANHÃ. *Copacabana de Ramos 1956*, p. 03..https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&Pesq=Praia%20de%20Ramos&pagfis=58514 (consultado em 20/06/2024).

CORREIO DA MANHÃ. *Para concorrência de um balneário em Ramos. 1945, p*.6. https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_05&Pesq=Getulio%20Vargas&pagfis=26091 (acessado em 06/10/2024)

CYMBALYSTA, Renato et al. (orgs.), *Patrimônio cultural - memória e intervenções urbanas.* São Paulo Annablume, 2017.

DE LIMA, R. G. (2019). *Senhores, possuidores e outras coisas mais:* as Múltiplas Funções dos Proprietários do Rural Carioca no Oitocentos. *Revista Cantareira*, (28). 2020, p. 12. Recuperado de https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/28006 (consultado em 02/04/2024).

DONADIO, Paulo Francisco Baptista. *Em trajes de Adão:* praias de banho na cidade do Rio de Janeiro: pudor e classe social (1808-1948) / Paulo Francisco Donadio Baptista. -- Rio de Janeiro, 2019.

FERNANDES, Nelson da Nobrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbi*o Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

FERREIRA, Lohanne Fernanda Gonçalves. "*Cariocas não gostam de dias nublados":* Imagens da cidade e a construção de um imaginário balneário do Rio de Janeiro na revista O Cruzeiro. Tese de Doutorado - Programa de Pós-graduação em Geografia - UFRJ. 2022.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente:* desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, v.94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (coordenadoras). *Usos e abusos da história oral.* 8º ed - Rio de Janeiro, editora FGV, 2006.

FOLHA DE SÃO PAULO. "*Roseana faz merchandising na Globo*". 2002. https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1301200209.htm (acessado em 25/09/2024)

FRAIHA, Silvia; Lobo, Tiza, R*amos, de Olaria e da Penha*, Rio de Janeiro: Editora Fraiha, 2006.

FRAIHA, Silvia; Lobo, Tiza, Ramos, *de Olaria e da Penha*, Rio de Janeiro: Editora Fraiha, 2006.

GOMES, Christianne Luce; MELO, Victor Andrade de. *Lazer no Brasil*: trajetória de estudos, possibilidade de pesquisa. Movimento, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 23-44, janeiro/abril de 2003.

HAESBAERT, Rogério. T*erritório e Multiterritorialidade*: Um debate. GEOgraphia - IX - Nº 17, 2007.

HALBWACHS, Maurice. *La Mémoire Collective.* 2.ed Presses Universitaires de France Paris, França. 1968.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HALL, Stuart. *Notas sobre a Desconstrução do Popular.* In. HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p.247-266.

HARVEY, David. *A experiência do espaço e do tempo*. In Condição pós-moderna. São Paulo: edições Loyola, 2004.

JORNAL DO BRASIL. *Praia de Ramos será recuperada.* 10 de junho de 2000. Acesso em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_12&Pesq=%22Praia%20de%20Ramos%22&pagfis=13147.

JUNIOR, Jornalismo. *O Impacto das telenovelas no Brasil*: Para além de divertimento, narrativas da teledramaturgia conversam com o povo brasileiro e influenciam suas vidas. ECA-USP. 2021. https://jornalismojunior.com.br/telenovelas-impacto-na-sociedade/ (Acesso em 20/08/2024).

KORNIS, Mônica Almeida. Televisão, história e sociedade: trajetórias de pesquisa. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2007.

MACHADO. Gisele Cardoso de Almeida. *Da ilha de Sapucaia ao Aterro Metropolitano de Jardim gramacho:* a orlação de territórios do lixo da cidade do Rio de Janeiro como expressão de segregação espacial. Dissertação de mestrado. PUC - RJ - Departamento de Geografia. 2012.

MACIEL, M. E. de S. (1999). A eugenia no Brasil. *Anos 90*, *7*(11), 121–130. https://doi.org/10.22456/1983-201X.6545

MALUF, Carmem. *Espaço, Tempo e Lugar.* Pós N. 23, São Paulo, 2008.

MAUAD, Ana Maria Mauad. *Janelas que abrem para o mundo*: fotografia de imprensa e distinção social no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. E.I.A.L., Vol. 10 - N° 2, 1999.

MAUAD, Ana Maria. *Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX*. Annals of Museu Paulista. v. 13. n.1. jan.- jun. 2005.

MAUAD, Ana Maria. *O olhar engajado:* fotografia contemporânea e as dimensões políticas da cultura visual. ArtCultura, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 31-48, jan.-jun. 2008.

MAUAD, Ana Maria. *Prática fotográfica e a experiência histórica – um balanço de tendências e posições em debate*. Interin, vol. 10, núm. 2, julio-diciembre, 2010, pp. 1-12.

MAUAD, Ana Maria; LOPES, Marcos Felipe de Brum Lopes. *Imagem, história e ciência*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 9, n. 2, p. 283-286, maio-ago. 2014.

MAUAD. Ana Maria. *Através da Imagem*: Fotografia e História Interfaces. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº. 2. 1996, p.73-98.

MEDEIROS, Marília Salles Falci. *Lazer Popular*: Práticas e desenvolvimento local. Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito - PPGSD-UFF. 2013.

MELO, Victor Andrade de. *Cidade expandida*: estudos sobre o esporte nos subúrbios cariocas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2022. p. 215.

MELO, Victor Andrade de. *Uma geografia do esporte: as experiências dos clubes de iatismo da Zona da Leopoldina* (Rio de Janeiro, 1941-1954). *Geousp: Espaço e Tempo* (São Paulo). v. 24, n. 1, p. 83-103, 2020b.

MELO, Victor Andrade de; PERES, Fabio de Faria. *Lazer, Esporte e Cultura Urbana na Transição dos Séculos XIX E XX:* Conexões entre Paris e Rio de Janeiro. Ano 12, nº 22, 1º semestre de 2005.

MELO, Victor Andrade. *Esporte e Lazer: uma introdução histórica.* Rio de Janeiro. Apicuri, 2010.

MENESES, U. T. B. de. *A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais*. Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros, (34), 9-23. 1992. Disponivel em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i34p9-23

MENESES, U. T. B. de. *Rumo a uma "História Visual*". Departamento de História – FFLCH/USP. 2005.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *"Fontes visuais, Cultura Visual, História Visual. Balanço provisório, propostas cautelares*". Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 11-36, 2003.

MENEZES, Paulo Márcio Leal de; ANDRADE, Livia Guimaraes de; LEPORE, Verônica Martins Goulart; SILVA, Bruna Souza da; FERREIRA, Tatiana de Sá Freire. E*volução histórica-geografica-cartografica da Ilha do Fundão. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina* – Universidade de São Paulo. 2005.

MIYASAKA, Cristiane Regina. *Os trabalhadores e a* cidade: a experiência dos suburbanos cariocas (1890-1920). Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2016.

NÓBREGA, Edson Diniz Júnior. CASTRO, *Marcelo. Memória e identidade*

dos moradores de Nova Holanda. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012. NORA, Pierre. Les lieux de mémoire.I La République, Paris, Gallimard, 1984, pp. XVIII-XLII. Tradução autorizada pelo Editor.

O GLOBO. *Avança obra de piscina na Praia de Ramos*. 15 de março de 2001.

O GLOBO. Carta dos Leitores. Piscinão de Ramos. 11 de julho de 2001.

O GLOBO. Gastos do estado com piscina na Praia de Ramos serão investigados. 11 de setembro de 2001.

O GLOBO. *Nem mesmo interdição afasta banhistas da Praia de Ramos.* 1989.

O GLOBO. *O crime ambiental de compensa.* 16 de dezembro de 2001.

O GLOBO. *Piscinão de Ramos é motivo de nova briga.* 03 de julho de 2001.

O GLOBO. *Urbanização de favela vira motivo de disputa*. 09 de julho de 2001, p. 16.

O'DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana:* culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940). Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cidade: história e desafios.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 296p.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de; FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj: EdUFF, 2010. il. 2000 exemplares.

PAIXÃO, J. L. *Negros, identidades, resistências e estratégias de inserção*: memórias e o Grêmio Recreativo de Ramos. Dissertação (Mestrado em

História Social) – Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade*: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

POLLAK, Michel. *Memória e identidade social*. Escritos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10. 1992, p. 200-212.

POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio. Escritos Históricos,* Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3. 1989, 3-15.

PORTELLI, Alessandro. *A Morte de Luigi Trastulli e Outras Histórias*: Forma e significado na história oral. Albany: SUNY Press, 1991.

PRETECEILLE, Edmond; VALLADARES, *Licia, Favela, favelas:* unidade ou diversidade da favela carioca. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (org.). O futuro das metrópoles: desigualdade e governabilidade. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2000, p.375-403.

REVISTA. BRAS. ESTUD. URBANOS "*Avenida Brasil- Tudo passa, quem não viu?" Formação e ocupação do subúrbio rodoviário no Rio de Janeiro* (1930-1960). Rev. BRas. estud. uRBanos Reg., São Paulo, v.20, n.2, p.287-303, Maio.-ago. 2018.

REZENDE, Vera F. A. *Comissão do Plano da Cidade, um modelo de gestão e um plano de obras para a cidade do Rio de Janeiro*. In: Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – ARQ URB/ UFF, 2007.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Território usado e humanismo concreto*: O mercado socialmente necessário. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – Universidade de São Paulo, 2005, 12458 - 12470.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; RIBEIRO, Marcelo Gomes. Se*gregação residencial: Padrões e evolução*. Rio de Janeiro [recurso eletrônico]: transformações na ordem urbana / organização e coordenação Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2015.

SANTOS, A. B. G. "*Nem só de pão vive o homem":* criação e funcionamento do Serviço de Recreação Operária (1943-1945). Tese (Doutorado em Educação), UERJ, Rio de Janeiro, 2007.

SANTOS; SOUZA; SILVEIRA. *Território Globalização e fragmentação*. 4º ed. Editora Hucitec-ANPUR. São Paulo, 1998.
SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. USP, São Paulo, 1999.

SHIAVINATTO, Iara Lis Franco; COSTA Eduardo Augusto. *Cultura visual e história [recurso eletrônico]* - 1. ed. São Paulo: Alameda, 2016.

SHIAVINATTO, Iara Lis Franco; COSTA, Eduardo Costa. *Cultura visual e história [recurso eletrônico]*. - 1. ed. São Paulo: Alameda, 2016.

SILVA, Jéfferson Luiz Balbino Lourenço da. *Teledramaturgia brasileira*: um panorama dessa expressividade no contexto brasileiro. Revista Água Viva, v. 6, n. 1, jan.-abr. 2021.

SILVA, Leticia Andrade Batista. *A natureza do serviço*: o lixo como questão de "hygiene" urbana no Rio de Janeiro (1865-1940). Mestrado Academico em História das Ciencias e da Saude - Fundação Fio Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. 2022.

SILVA, Marcia Pereira; FRANCO, Gilmara Yoshihara. *Imprensa e Política no Brasil*: Considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. Revista História em Reflexão: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez 2010.

SILVA, Pedro Souza da. *A superintendência de urbanização e saneamento - SURSAN - do Rio de Janeiro.* Um estudo sobre a formação e atuação (1957 - 1960). ANPUH - Brasil - 30º Simpósio Nacional de História - Recife. 2019.

SILVA, Pedro Souza da. *O Governo Dodsworth:* administração e intervenção urbana no Estado Novo (1937-1945). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2017.

SILVA, Roberta Lemos Gadelha da. *A Maré e seus complexos:* desvelando o micro território da Favela MacLaren. Dissertação (Mestrado) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. *A memória em questão*: uma perspectiva histórico-cultural. Educação & Sociedade, ano XXI, nº 71, Julho/00.

TORRES, Pedro Henrique Campello. *Uma avenida chamada Brasil*: expansão e consolidação do Rio de Janeiro suburbano. Tese (doutorado)– Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Ciências Sociais, 2017.

VALLADARES, Licia. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VAZ, Lilian Fessler; SILVEIRA, Carmen Beatriz. *A Área Central do Rio de Janeiro: percepções e intervenções - uma visão sintética no decorrer do século* XX. Cadernos IPPUR-UFRJ - Ano VIII, n° 2/3, set./dez. de 1994.

VAZ, Lilian Fessler; SILVEIRA, Carmen Beatriz. *A área Central do Rio de Janeiro*: percepções e intervenções - uma visão sintética no decorrer do século XX. Cadernos IPPUR/UFRJ, Ano VIII, nº 2/3. 1994.

VIDAL, Laurent; CHRYSOSTOMO, Maria Isabel de Jesus. A balnearização como fenômeno de fronteira (notas a partir do caso francês, 1830's–1980's)», *Terra Brasilis* [Online], 16 | 2021, posto online no dia 31 de dezembro 2021. URL: http://journals.openedition.org/terrabrasilis/9424 (Consultado em 07/05/2024)

XIMENES, Luciana Alencar; CARDOSO, Adauto Lúcio; LUFT, Rosângela Marina. *Política de urbanização de favelas no Rio de Janeiro*: dimensões institucionais e normativas. Cad. Metrop., São Paulo, v. 25, n. 58, pp. 993-1015, set/dez 2023 http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2023-5810.

ZIBECHI, Raúl. *Territórios em resistência:* cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

A imagem cativa: A análise das fotografias relacionadas à Revolta Comunista de 1935 nos processos do Tribunal de Segurança Nacional

Kleber Oliveira dos Santos
Doutor em História Social pelo PPGHS/UERJ

Introdução

Neste artigo buscaremos apresentar os resultados de uma pesquisa de doutorado defendida no âmbito do Programa de Pós-graduação em História Social da UERJ em 2022, que utilizou como fontes primárias as fotografias anexadas nos processos do Tribunal de Segurança Nacional (TSN), relacionados à Revolta Comunista de 1935 e à forte repressão ao Comunismo, que se seguiu a este evento histórico; com o intuito de, a partir destas imagens, realizar um estudo sobre a construção de representações sobre o Comunismo e o Anticomunismo.

Indicaremos ainda ao longo do artigo, alguns dos aspectos técnicos e o contexto histórico e social que permearam a construção do retrato de identificação criminal no século XIX, a partir, sobretudo do processo de padronização desenvolvido por Alphonse Bertillon no âmbito de sua atuação na Prefeitura da Polícia de Paris, de modo a fornecer ao leitor elementos

necessários à compreensão da natureza e dos pressupostos simbólicos e ideológicos, que atravessam as fotografias analisadas nos processos do TSN.

Origens do retrato de identificação criminal: ciências e estereótipos

No ano de 1839 o inventor francês Louis Jacques Mandé Daguerre divulgou ao público um dispositivo ótico que seria capaz de reproduzir de modo fidedigno e realista, imagens de diferentes naturezas, que fossem dispostas a sua frente. O daguerreotipo como ficou conhecido esse aparelho, apresentava um aperfeiçoamento no procedimento técnico proposto por Joseph Nicéphore Niépce, que anos antes havia conseguido fixar momentaneamente a imagem numa superfície.

A invenção do daguerreotipo foi saudada em seu tempo como um marco essencial no aprimoramento tecnológico da sociedade industrial europeia do século XIX. As características de verossimilhança e objetividade que lhe eram imputadas por seus defensores, foram essenciais para a construção de uma nova visualidade calcada em valores culturais e ideológicos que se conjugavam com um ideal de modernidade e progresso que se almejava alcançar.

A fotografia seria, neste contexto, um avanço frente às demais formas de representação da imagem então vigentes, como a pintura e litografia, por ser produzida por um aparelho técnico que prescindia da habilidade e subjetividade humanas, algo que se coadunava com o discurso científico em voga no século XIX.

Para além do seu uso cultural e científico, a fotografia seria colocada no centro de um forte debate no campo jurídico e da antropologia criminal, no que concerne a sua utilização como forma de registro de prisioneiros e de identificação de reincidentes.

A proposta de criação de uma fotografia de uso judiciário gerou críticas de setores da sociedade burguesa, que temiam a corrupção simbólica do retrato, e causou a repulsa em fotógrafos, que receavam que houvesse uma degradação de sua atividade a partir da produção de retratos de indivíduos marginalizados e estigmatizados, que se encontravam na direção oposta do retrato ostentoso produzido nos ateliers fotográficos, nos quais signos de riqueza socialmente difundidos eram exibidos ou emulados.

Contudo, longe de ser um caminho reto e sem percalços, a construção do retrato de identificação criminal foi permeada

por intensos debates científicos e éticos que problematizavam um contexto social extremamente complexo que gerara a necessidade de criação de novas formas de controle social e vigilância (FOUCAULT, 2009).

O desenvolvimento da sociedade industrial europeia trouxe em seu bojo um aprimoramento dos meios técnicos de produção, que geraram como efeitos diretos o êxodo rural e a formação das primeiras metrópoles contemporâneas, nas quais o afluxo constante de pessoas e o crescimento demográfico causaram problemas socioeconômicos como o desemprego, aumento da prostituição e criminalidade; e sanitários como a proliferação de doenças.

Acerca da criminalidade, uma das causas apontadas para o seu crescimento e que se refletia numa consequência direta do adensamento populacional foi o desenvolvimento do anonimato e da mobilidade no âmbito das cidades industriais.

Em relação aos deslocamentos populacionais havia a preocupação em registrar os grupos potencialmente perigosos, como os “vagabundos suíços”, “reincidentes ingleses”, dentre outros, que desafiavam a capacidade do Estado em combatê-los e identificá-los (JÄGER, 2001). Havia uma criminalização da

mobilidade, na qual se entendia que a ausência de laços sociais era um sinal de perigo.

No âmbito dessas discussões sobre as causas da criminalidade e os mecanismos para o seu combate, houve uma preocupação com o aperfeiçoamento dos sistemas judiciário, com o objetivo de repensar a gradação e a forma como as penas eram aplicadas; e policial/prisional, a partir da sofisticação dos mecanismos de controle social, identificação de criminosos e arquivamento dos dados prisionais, retroalimentando todo o sistema de segurança estatal.

Concernente aos arquivos judiciários, os registros, quando realizados, eram feitos em razão dos casos criminais e não em função dos criminosos, e ainda possuíam outros problemas como a falta de periodicidade em sua atualização, um recorte geográfico de aplicação limitado, e ausência de uma troca de informações entre departamentos policias distintos.

Sobre a punição dos criminosos, esta era pensada conforme cada crime era praticado, sem levar em consideração o histórico dos indiciados, um fator que poderia amenizar ou endurecer a punição aplicada, e promover uma destinação carcerária conforme a periculosidade do condenado.

O enfrentamento desses problemas de identificação criminal foi realizado tendo como suportes o pensamento científico e a tecnologia do século XIX, em que se destacaram a Antropologia criminal e a fotografia.

A antropologia criminal desenvolveu-se no século XIX no bojo do aumento da violência, que causara a necessidade de se pensar não apenas o crime praticado, mas também as suas motivações pessoais e possíveis condicionantes sociais.

Influenciado pelos estudos de Cesare Lombroso, maior expoente da Escola de Criminologia Italiana, Francis Galton utilizou a montagem fotográfica nascente para desenvolver uma nova técnica, denominada retrato compósito, cuja imagem não representaria uma pessoa em específico, mas sim o resultado da mescla de caracteres fisionômicos médios de um determinado grupo previamente escolhido, no qual se procuravam os traços genéricos de inteligência ou de criminalidade.

O advento da fotografia representou, a partir de seu potencial técnico e de sua imputada verossimilhança, uma possibilidade de sofisticação no processo de identificação criminal, pela qual ela se conformaria aos métodos de aplicação do poder institucional e científico que se consolidavam a partir do século XIX.

Desde a década de 1840, já se verificava na Europa, o uso da fotografia para fins de identificação policial no ano de 1844, William Henry Fox Talbot, inventor do calótipo, apontava possibilidades de utilização judiciária de registros fotográficos (SÁ, 2015, p. 20).

Até os anos 1870 os departamentos policiais não utilizavam de forma regular a fotografia de identificação. Os policiais dependiam basicamente de sua memória visual ou do auxílio de informantes para a identificação de criminosos ou reincidentes, as fotografias, nesse contexto, tinham uma função instrumental para auxiliá-los a relembrar alguns indiciados.

Em seu percurso inicial como forma de identificação, a fotografia enfrentou alguns problemas que dificultaram o seu uso mais sistemático. Além do alto custo financeiro para obtenção dos retratos, estes repetiam padrões observados no retrato burguês, como a pose e utilização de objetos para composição da cena, isso se devia à ausência de um setor próprio dentro do aparato policial, que forçava os órgãos de segurança a requisitar o serviço de fotógrafos profissionais. Esta falta de uma padronização técnica objetiva prejudicava a identificação dos criminosos.

Estes entraves requeriam a criação de uma nova técnica de identificação criminal, algo que seria proposto pelo francês Alphonse Bertillon, funcionário da Prefeitura da Polícia de Paris, que desenvolveu um método denominado de Bertillonage.

O Bertillonage foi criado a partir de uma forte influência da estatística social desenvolvida pelo estatístico belga, Adodlph Quetelet na década 1820-1830. Baseado nos estudos de Quetelet, e ancorado no discurso e nos métodos científicos utilizados pelas ciências do século XIX, sobretudo no que concerne à prática da medição corporal, Bertillon propôs um método que identificação dos prisioneiros a partir das medições antropométricas de regiões do corpo que não seriam passiveis de sofrerem alterações ao longo dos anos em função do peso ou envelhecimento.

Além da antropometria, o Bertillonage ainda previa a utilização da fotografia de identificação criminal, cuja concepção empregada por Bertillon pretendia resolver o problema da padronização dos registros fotográficos.

Pela proposta de Bertillon a fotografia de identificação seria tomada com a pose frontal, que apresentava ao espectador o que imediatamente mais reconhecível no criminoso, e a lateral que privilegiava a representação morfológica da cabeça que não

sofreria modificações com o passar dos anos (FABRIS, 2004, p. 43). As fotos deveriam apresentar um fundo neutro sem a presença de nenhum objeto cênico em sua composição, pois era importante que esses registros não se parecessem com fotografias tiradas em ateliers ou no âmbito particular.

As fotos de retratos de frente e de perfil de um criminoso eram consideradas visivelmente agressivas (SONTAG, 2004, p. 10), a escolha da pose do detento era forjada através de uma imagem ideal que se queria transmitir.

Figura 1: Pranchas de identificação fotográfica

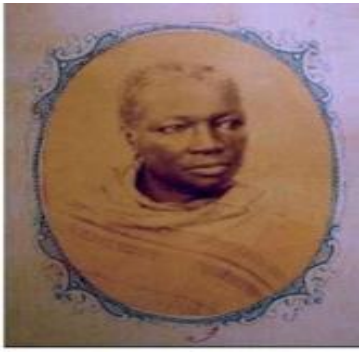


Fonte: BERTILLON, Alphonse. *Identification anthropométriques* .Instruction signalétique. [S.l.: s.n.]; 1893. Não paginado.

Dentro desta prática de identificação, os criminosos eram considerados como elementos passivos ao processo regulatório (TAGG, 1988, p. 11), a sua individualidade seria cerceada por um método de registro que se converteria numa forma de dominação. O uso da fotografia pela polícia acabaria desta forma, por reforçar a construção de um mundo de exclusão, expondo diferenças sociais (PESAVENTO, 2009, p. 16).

A introdução do retrato de identificação criminal no Brasil ocorreu durante o reinado de D. Pedro II, que era um incentivador e praticamente da fotografia. A primeira foto para fins judiciários realizada no ano de 1870, na Casa de Correção da Corte (MONTEIRO, 2020, p.77).

Figura 2 – Exemplo de fotografia judiciária presente na Galeria dos Condenados da Casa de Correção da Corte



Fonte: Site: Open Edition Journals [1]

1 Disponível em: <https://journals.openedition.org/orda/2266>. Acesso em: 30/08/2025.

As fotografias nos processos do TSN: usos e representações

O TSN foi criado em 1936, através da Lei nº 244 de 11 de setembro, que o instituiu como corte especial com a finalidade precípua de julgar os implicados na Revolta Comunista de 1935, sendo este tribunal fortemente marcado em sua atuação por várias arbitrariedades e pelo cerceamento da defesa dos indiciados.

Em seus pouco mais de nove anos de funcionamento, o TSN passou por alterações regimentais, que lhe atribuíram novas competências, tornando-o um mecanismo adaptável e eficaz para a punição dos opositores do Governo Vargas, fossem eles os comunistas, considerados como inimigos de sempre, ou os amigos de ontem, os integralistas, que entraram no rol dos julgados pelo TSN depois de sua malfadada tentativa de insurreição em 1938.

Ao longo da minha pesquisa relacionada aos processos do TSN, utilizei de forma direta para análise, as fotografias da fase vermelha daquele tribunal, na qual o Governo Vargas buscou punir os implicados no planejamento e realização da Revolta Comunista de 1935, assim como os militantes, que mesmo não tendo tomado parte diretamente naquele evento,

foram perseguidos na onda repressiva que se instaurou em nosso país.

Naquele momento em que os temores e advertências sobre um plano de dominação comunista no Brasil haviam se materializado nas insurreições realizadas no Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro, os setores anticomunistas da nossa sociedade fortaleceram sua retórica conservadora de combate ao Comunismo, considerado como uma ideologia estrangeira, que visava a destruição dos valores pátrios e morais do Brasil (MOTTA, 2002).

Ao longo da pesquisa que se concretizou na elaboração da tese intitulada: "A Revolta Comunista de 1935: A construção de representações sociais a partir da análise fotográfica" foram analisadas 1197 fotografias anexadas em processos do TSN, que se encontram nos repositórios institucionais do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ) e Superior Tribunal Militar de Brasília (STM)[2].

Essas fotografias foram analisadas em termos teóricos através dos pressupostos oriundos da Semiótica proposta por

2 O TSN foi idealizado como um tribunal de primeira instância vinculado à justiça militar, nesse modelo institucional suas decisões eram julgadas em grau recursivo pelo STM, que ficou com a guarda arquivística de processos sob sua competência.

Charles Sander Pierce, sobretudo a partir do seu conceito de índice, que nos auxiliou a pensar a forma como se constituiu a ideia de que aquelas imagens possuíam uma relação direta com o seu referente, sendo, de acordo com essa percepção, documentos verossímeis e realistas; e da Cultura Visual, através do seu conceito de visualidade, pelo qual se busca realizar uma discussão sobre os contextos e elementos técnicos, simbólicos e ideológicos que fundamentam a produção e circulação das imagens. A análise das imagens que realizamos, igualmente levou-nos à necessidade de pensar no circuito social daquelas fotografias (MAUAD, 2008, p. 37), ressaltando o papel de suas principais agências produtoras (Polícia, PCB e imprensa) e a forma como ocorreu a recepção delas por parte dos seus leitores.

Em termos metodológicos, as fotografias localizadas foram inicialmente quantificadas para que, com base no volume de fontes, houvesse uma definição da melhor forma de analisá-las. Posteriormente ocorreu uma análise qualitativa das fotografias, tendo como referência os principais temas tratados, além da verificação de semelhanças ou diferenças estéticas. As fotografias foram analisadas em conjunto com o conteúdo de seus processos, para que não ocorresse a perda do referencial histórico que culminou em sua produção.

A partir da análise qualitativa, as fotografias foram divididas em três categorias, formuladas pela observação dos principais temas que eram abordados. Optou-se desta forma pela análise em série, algo que nos permitiu inserir aquelas imagens num contexto mais amplo evitando-se o risco de uma observação superficial e descontextualizada.

Tabela 1 – Relação de fotografias por temas

Instituição	Pessoas	Lugares	Objetos
Arquivo Nacional	816	129	146
STM	63	34	9

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

A seguir apresentaremos categorias formuladas, bem como algumas das fotografias a elas relacionadas.

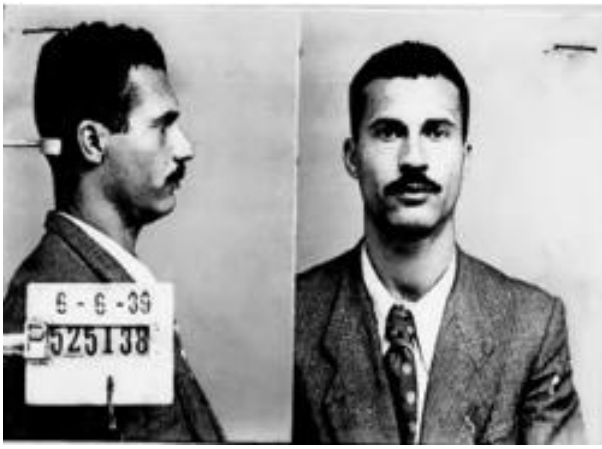
Pessoas

Nesta categoria foram alocados retratos utilizados nos processos do TSN como forma de identificação judiciária dos indiciados. Parte destas fotografias foi produzida por órgãos estatais, como delegacias de polícia, institutos de identificação, sistema carcerário dentre outros. Verificamos ainda a presença de retratos produzidos pelos próprios militantes comunistas, que foram apreendidos em operações de investigação policial; e pela imprensa.

Estas fotografias para além do uso instrumental de registrar visualmente os indiciados serviram para fazer uma remissão da imagem dos réus ao mundo da criminalidade em decorrência da carga semiótica de sentidos e estigmas, que a fotografia de identificação judiciária carrega (SÁ, 2012, p. 148), que remontam as suas origens no século XIX.

Em termos estéticos observamos a presença de retratos que seguiam a codificação proposta por Alphonse Bertillon, enquanto outros possuíam alterações que os diferenciavam daquele padrão, como por exemplo, a utilização de adereços e/ou demonstração de emoções por parte dos indiciados.

Figura 3: Fotografia de identificação de Carlos Maringuela



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Tribunal de Segurança Nacional –BR RJANRIOC80 APL0438, v. 12, p. 872

Figura 4: Fotografia de identificação criminal



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Tribunal de Segurança Nacional - BR RJANRIOC80 APL 0174, página 43.

Lugares

Em termos quantitativos, as fotografias de paisagens aparecem apenas atrás dos retratos de identificação judiciária dentre as imagens que localizamos nos processos do TSN.

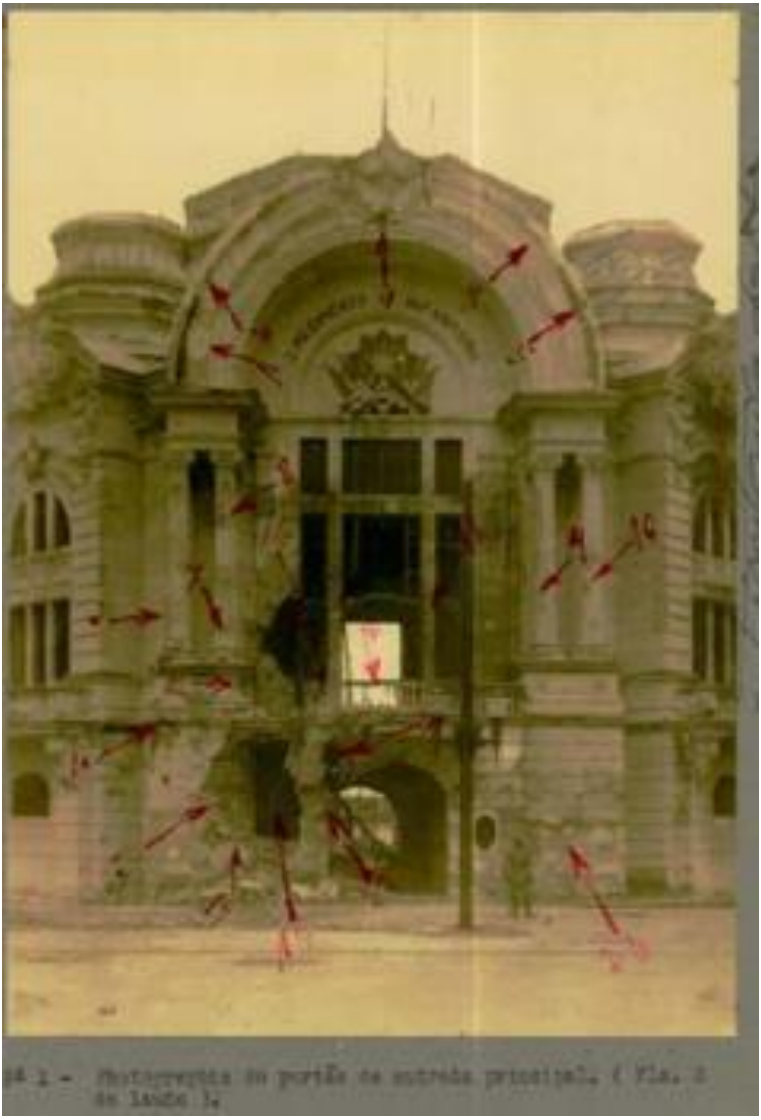
A paisagem tem a capacidade de provocar emoções (MITCHELL, 2002, p. VII), estabelecendo conexões de diferentes formas, de acordo com idiossincrasias e posicionamentos políticos e ideológicos particulares. As fotografias de lugares podem assim, gerar sentimentos de

atração ou repulsa, sendo estas fortemente marcadas pelos fatores técnicos de sua produção.

Nos processos do TSN, as fotografias de paisagens tiveram um uso instrumental importante. Elas eram utilizadas para dar um referencial espacial acerca dos fatos investigados, algo que era importante, sobretudo no que concerne aos procedimentos investigativos realizados fora do Rio Janeiro, onde se localizava a sede do TSN.

Embora fossem produzidas a partir de um discurso de neutralidade institucional (MACHADO, 1984), essas fotografias, em seus aspectos técnicos, tais como o enquadramento e composição, transmitiram uma mensagem estereotipada de destruição, caos e desordem, que foi imputada aos militantes comunistas. Desta forma, a análise dessa categoria fotográfica, torna-se um exercício de desconstrução de paradigmas e contestação de discursos institucionais totalizantes.

Figura 5: Fotografia da fachada do 3º RI do Rio de Janeiro



Fonte: Superior Tribunal Militar - Inquérito Policial Militar sobre o Movimento subversivo de 27 de novembro de 1935, v. 8, p. 1911.

Figura 6: Fotografia de pichação política no Ceará



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Tribunal de Segurança Nacional –BR RJANRIOC80 APL0435, v. 8, p. 1.100.

Objetos

A terceira categoria formulada ao longo da pesquisa foi a de fotografias de objetos apreendidos por meio de ações policiais, seja de posse dos investigados ou em locais onde se apurava a atuação dos militantes comunistas.

O que devemos salientar é que com base na Lei de Segurança Nacional de 1935, havia um rol de objetos os quais a simples posse configurava um delito passível de punição. Neste sentido as fotografias de objetos tinham como intuito principal a produção de provas de incriminação, servindo para a construção de um inventário visual dos acontecimentos em investigação ou em julgamento.

Esses objetos apreendidos em operações polícias eram, em determinadas situações, apresentados através da imprensa

como forma de prestação de contas à sociedade, ocasiões nos quais o material era disposto de modo a permitir o registro dos itens, estabelecendo uma hierarquia visual dentre os objetos que se queria destacar.

Figura 7: Fotografia com objetos apreendidos



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Tribunal de Segurança Nacional - BR RJANRIOC80 APL0092, v. 2, p.98

Figura 8: Bandeira do Brasil alterada



Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Tribunal de Segurança Nacional –BR RJANRIOC80 APL0185, v. 2, p. 227.

Breves considerações finais

As fotografias da Revolta Comunista de 1935 e da repressão ao Comunismo que encontra-se nos processos do TSN, constituiem-se num material de pesquisa estramente rico seja pelo volume das imagens produzidas, quanto pela qualidade do seus temas, que permitem um maior conhecimento sobre o funcionamento dos órgãos de repressão estatal e a atuação dos militantes comunistas, que mesmo em condições adversas, sofrendo uma brutal repressão e com a estrutura do PCB muito enfraquecida, conseguiram produzir ações de enfrentamento ao

Governo Vargas e realçar seu posicionamento político e visão de mundo.

Estas fotografias devem ser entendidas como escolhas e não como objetos neutros. Sua problematização é um exercício que permite reconstruir a forma como uma visão estigmatizada sobre o Comunismo e seus militantes foi sendo conformada e transmitida através da ação de órgãos estatais como o TSN.

Referências

ARQUIVO NACIONAL, *Fundo Tribunal de Segurança Nacional –BR* RJANRIOC80 APL0438, v. 12.

ARQUIVO NACIONAL, *Fundo Tribunal de Segurança Nacional –BR* RJANRIOC80 APL0435, v. 8.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR - *Inquérito Policial Militar sobre o Movimento subversivo de 27 de novembro de 1935*, v. 8.

ARQUIVO NACIONAL, *Fundo Tribunal de Segurança Nacional - BR* RJANRIOC80 APL 0174.

ARQUIVO NACIONAL, *Fundo Tribunal de Segurança Nacional - BR* RJANRIOC80 APL0092, v. 2.

ARQUIVO NACIONAL, *Fundo Tribunal de Segurança Nacional –BR* RJANRIOC80 APL0185, v. 2.

BERTILLON, Alphonse. *Identification anthropométriques* . Instruction signalétique. [S.l.: s.n.]; 1893. Não paginado.

DUBOIS, Philippe D. *O Ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1993.

FABRIS, Annateresa. *Identidades Virtuais*: uma leitura do retrato fotográfico. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

JÄGER, Jens. *Photography* : a means of surveillance ? Judicial photography, 1850 to 1900. Crime, History & Societies, Vol. 5, n°1 | 2001.

JENKS, Chris . *Visual Culture.* [S.l.]:Routledge, 1995.

MACHADO, Arlindo. *A ilusão especular.* São Paulo: Brasiliense, 1984.

MAUAD, Ana Maria. *Poses e Flagrantes*: ensaios sobre história e fotografias. Niterói: Editora da UFF, 2008.

MITCHELL,W.J.T. *Landscape and power.* [S.l.]:The University of Chicago Press, 2002. p. VII.

MONTEIRO, Vinícius Henrique Martins. *Imagens da culpa*: fotografias de estelionatário na galeria dos condenados. 2020. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o Perigo vermelho*: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964). São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Visões do cárcere*. Porto Alegre: Zouk, 2009.

ROUILLÉ, André. *A fotografia*: entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Editora SENAC, 2009.

SÁ, Leonor Maria de Amorim e. *Infâmia e fama*: O mistério dos primeiros retratos fotográficos judiciários em Portugal 1869-1895. 2015. 354 *f.* Tese (Doutorado em Estudos de Cultura). Universidade Católica Portuguesa, 2015.

SANDER, Charles. *Semiótica.* São Paulo: Perspectiva,2005.

SANTOS, Kleber Oliveira dos. *Revolta Comunista de 1935*: A construção de representações sociais a partir da análise fotográfica. 210 f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2022.

_____ *Dimensões performativas do retrato judiciário*: elaboração, receção e autonomia retórica. Comunicação& Cultura, n.º 14, 2012.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia.* São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.

TAGG, John. *The Burden of Representation*: Essays on Pkotograpkies and Histories. [S.l.]:Palgrave Macmillan, 1988.

Historiografia da chegada e o cotidiano dos escravizados em Óbidos

Leandro de Castro Tavares
Doutor em História Social - UERJ

Introdução

Este texto decorre da pesquisa da tese de doutorado, cujo título é *A Folia de Santo no Quilombo Arapucu como Permanência Cultural Negra no Município de Óbidos/PA (1990-2018)*. A partir dessa investigação, ampliamos a análise para compreender, em perspectiva historiográfica, a chegada e o cotidiano dos africanos escravizados em Óbidos, município localizado no Baixo Amazonas, no estado do Pará. Essa ampliação se justifica pela necessidade de situar a experiência quilombola contemporânea em diálogo com o processo histórico mais amplo da escravidão, destacando as raízes de permanências culturais e sociais que atravessam os séculos.

O artigo tem como objetivo central examinar a presença negra em Óbidos no século XIX, abordando o deslocamento compulsório de africanos para a Amazônia, as funções desempenhadas pelos escravizados, as estratégias de vigilância e repressão impostas pelo poder local, bem como as diferentes

formas de resistência que culminaram na formação de comunidades quilombolas. Para isso, mobilizamos fontes documentais — como inventários cartoriais, registros de compra e venda, anúncios em jornais da época e relatórios oficiais — articuladas à bibliografia especializada e às narrativas de viajantes.

A relevância dessa investigação está em reconhecer que a escravidão na Amazônia não foi periférica, mas parte constitutiva da colonização, da economia e da organização social. Em Óbidos, especificamente, a escravidão deixou marcas profundas na estrutura fundiária, nas relações de poder e nas práticas culturais que permanecem no presente. Desse modo, o estudo contribui para reposicionar a historiografia amazônica dentro da história da escravidão no Brasil, valorizando a agência dos sujeitos negros e a força de suas comunidades na construção da identidade regional.

O artigo organiza-se em cinco partes. Após esta introdução, apresenta-se a metodologia, com destaque para a análise documental e historiográfica adotada. Em seguida, o desenvolvimento divide-se em duas seções: a primeira trata da chegada dos africanos à Amazônia e da inserção dos escravizados em Óbidos; a segunda analisa o cotidiano, as

legislações de controle, as fugas e a formação dos quilombos. Por fim, nas considerações finais, discutem-se as contribuições da presença africana para a história social do município e para a permanência cultural negra na Amazônia.

Metodologia

A pesquisa que sustenta este artigo baseia-se em uma perspectiva historiográfica de caráter documental e interpretativo. O objetivo foi compreender a presença africana em Óbidos (PA) a partir da análise de registros cartoriais, documentos oficiais, anúncios de jornais, narrativas de viajantes e literatura especializada. Essa abordagem possibilitou reconstruir aspectos do cotidiano dos escravizados e das comunidades quilombolas, situando-os no contexto mais amplo da escravidão no Brasil.

Foram mobilizadas, em especial, fontes primárias localizadas em dois cartórios do município: o Cartório do 2º Ofício de Registro Civil da Comarca de Óbidos, conhecido como Cartório Ferreira, instalado oficialmente em 1880, e o Cartório do 1º Tabelionato de Notas e Ofício de Registro de Imóveis, conhecido como Cartório Santa Maria, cuja instalação remonta a 1888. Antes mesmo da criação desses cartórios, já

havia registros de compra, venda e alforria de escravizados no centro de triagem da administração local. Esses documentos, datados do século XIX, foram foto digitalizados, transcritos e sistematizados em quadros analíticos que permitiram a identificação de informações como nome, cor, estado civil, idade, matrícula, data de registro, comunidade de residência, profissão e proprietário(a).

Além das fontes cartoriais, foram analisados anúncios publicados em jornais como o *Estrella do Amazonas* e o *Baixo Amazonas*, que registravam fugas de escravizados, recompensas oferecidas e descrições físicas e profissionais dos fugitivos. Esses anúncios revelam tanto a vigilância exercida pelos senhores quanto as estratégias de resistência e sobrevivência dos escravizados. Também foram utilizados relatos de viajantes, como Henry Walter Bates, que descreveu Óbidos em meados do século XIX, fornecendo dados sobre a geografia, a economia e a composição social da cidade.

No plano metodológico, a análise documental foi combinada com a leitura crítica da bibliografia especializada sobre a escravidão na Amazônia. Conforme Cellard (2008), a análise documental deve considerar a origem, a finalidade e a lógica interna dos documentos, de modo a revelar não apenas

seu conteúdo explícito, mas também seus silêncios e implicações. Chizzotti (2006) ressalta que a pesquisa qualitativa exige compreender a subjetividade das fontes e os sentidos atribuídos pelos sujeitos históricos. Nesse mesmo horizonte, Le Goff (1996) enfatiza que todo documento é também monumento, ou seja, traz em si marcas de poder e disputas de memória, o que requer uma leitura crítica.

Cabe ressaltar que a pesquisa documental apresenta limites específicos. A natureza dos registros cartoriais — muitas vezes incompletos, redigidos de forma desigual e marcados pela visão do poder senhorial — exige cautela na interpretação. Do mesmo modo, os anúncios de jornais e as narrativas de viajantes refletem interesses e visões de mundo que não podem ser tomados como neutros. Para enfrentar esses limites, o trabalho adotou uma perspectiva crítica, assumindo que toda construção historiográfica é seletiva e marcada pela subjetividade do pesquisador (Bloch, 2001; Chartier, 2002).

A metodologia adotada permitiu recuperar dados significativos sobre a presença e a circulação de africanos escravizados em Óbidos, bem como compreender as formas de resistência e a formação de comunidades quilombolas. A análise de fontes cartoriais, jornais e relatos, articulada à produção

historiográfica, fornece um quadro sólido para a discussão desenvolvida nas seções seguintes.

O deslocamento compulsório de africanos escravizados para a Amazônia

A presença africana na Amazônia deve ser compreendida como resultado de um processo histórico complexo que articulou interesses econômicos, estratégias políticas da Coroa portuguesa e disputas locais pelo uso da mão de obra. Inicialmente, a economia da região apoiava-se sobretudo na exploração indígena e na coleta das chamadas "drogas do sertão". No entanto, as epidemias, a resistência indígena e as dificuldades de captura levaram os colonizadores a recorrerem ao tráfico negreiro.

Desde o século XVII, companhias monopolistas foram criadas para viabilizar o fornecimento de africanos. A Companhia de Comércio do Maranhão (1682) e, posteriormente, a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755–1778), tiveram papel central nesse processo, articulando rotas entre Belém, São Luís, Cacheu, Bissau e Cabo Verde. Embora muitas dessas experiências tenham fracassado em seus objetivos numéricos, calcula-se que entre 25 e 30 mil africanos

tenham desembarcado nos portos amazônicos até o final do século XVIII, muitos deles redistribuídos para o interior, inclusive para a região do Baixo Amazonas.

Em meio às dificuldades estruturais da colonização, os escravizados foram fundamentais para dinamizar atividades como a agricultura de exportação (arroz, algodão, cacau), o extrativismo (salsaparrilha, andiroba, castanha) e a construção de fortalezas militares. Ao mesmo tempo, a presença africana contribuiu para apaziguar disputas em torno da escravização indígena: se por um lado a legislação real estabelecia restrições à exploração dos povos nativos, por outro, o "braço negro" se tornava cada vez mais indispensável para a economia colonial.

No Pará, a escravidão africana ganhou maior expressividade a partir das reformas pombalinas. O incentivo ao comércio atlântico, aliado à abolição legal da escravidão indígena em 1755, consolidou a presença negra como eixo da economia regional. Em Macapá, por exemplo, a construção da Fortaleza de São José mobilizou centenas de escravizados; já no Baixo Amazonas, a lavoura cacaueira e a pecuária se tornaram destinos centrais para o trabalho compulsório.

Assim, o deslocamento de africanos para a Amazônia não pode ser entendido como periférico ou residual. Pelo

contrário, a presença negra esteve no centro das transformações econômicas, políticas e sociais da região, marcando profundamente sua história e cultura.

A chegada dos escravizados em Óbidos e suas funções cotidianas

O município de Óbidos, fundado em 1697 em posição estratégica no Baixo Amazonas, recebeu significativa quantidade de africanos a partir do século XVIII, vindos sobretudo de Cacheu e Bissau, empregados em diferentes atividades como o cultivo do cacau, a agricultura de subsistência, a criação de gado, as construções civis e religiosas, além dos serviços domésticos (Funes, 1999).

No ano de 1827, já havia em Óbidos 1.925 escravizados registrados, número expressivo para um núcleo urbano que se expandia a partir do comércio fluvial (Reis, 1979). As condições de vida eram marcadas por longas jornadas de trabalho, alimentação precária, castigos físicos e vigilância constante, cabendo aos homens os serviços mais pesados e às mulheres as funções domésticas, em consonância com a lógica patriarcal da escravidão (Funes, 1999).

A legislação local também revela a preocupação das autoridades em controlar a população negra. Em 1832, a Câmara da Vila de Óbidos aprovou artigos que previam desde penas corporais até multas para senhores que não castigassem seus escravizados, proibindo ajuntamentos em tavernas e determinando que nenhum cativo poderia circular à noite sem autorização escrita do proprietário (Reis, 1979). Essas medidas expressavam o medo permanente de rebeliões e fugas.

Apesar da violência, os escravizados desenvolveram múltiplas formas de resistência. Além das fugas individuais, muitos buscaram refúgio nos quilombos, que proliferaram na região — Arapucu, Mata e São José são exemplos de comunidades originadas nesse período. Esses espaços, organizados coletivamente, garantiam subsistência, comércio clandestino e até alianças com indígenas e outros grupos marginalizados (Lopes, 2008; Karasch, 2000).

A historiografia local, a partir de fontes como os anúncios do jornal *Estrella do Amazonas*, evidencia que fugitivos levavam consigo ferramentas de trabalho, sinalizando que não buscavam apenas refúgio, mas a possibilidade de reconstituir uma vida autônoma. Raimunda, José Moisés, Cloudino e Amandio, entre outros citados nos periódicos,

representam a face concreta dessa resistência (Estrella do Amazonas, 1854; 1861).

Assim, em Óbidos, o cotidiano dos escravizados deve ser lido em chave dupla: de um lado, a exploração econômica que os sustentava como "patrimônio" de seus senhores; de outro, a agência de sujeitos que, mesmo submetidos, inventaram estratégias para escapar, negociar, resistir e fundar novas formas de existência coletiva (Reis, 1979; Funes, 1999).

A presença africana em Óbidos no século XIX

A consolidação da colonização portuguesa no norte do Brasil, especialmente no século XIX, implicou a intensificação do tráfico de africanos escravizados para a região amazônica. Em Óbidos, essa presença se fez sentir de forma particular: além de constituir a principal força de trabalho, deixou marcas visíveis na cultura, na memória e na organização social do município (Reis, 1979; Funes, 1999).

A análise de documentos cartoriais confirma a intensidade desse processo. Registros de compra, venda, doação e alforria preservados no Cartório Ferreira (2º Ofício de Registro Civil) e no Cartório Santa Maria (1º Tabelionato de Notas) revelam nomes, idades, estados civis e ocupações de homens e

mulheres submetidos à escravidão. Nesses registros, a ausência de sobrenomes e a imposição de nomes cristãos evidenciam o apagamento cultural forçado, ao mesmo tempo em que revelam a tentativa de resguardar a propriedade senhorial sobre corpos e vidas (Barros, 2010).

Um quadro levantado a partir de sete documentos sistematizados em Óbidos mostra escravizados entre 11 e 68 anos, todos descritos como solteiros, vivendo na comunidade de Paranamiry de Baixo. Essa uniformidade formal contrasta com a realidade social: ainda que não reconhecidos legalmente, é provável que muitos mantivessem relações de afeto e união, invisibilizadas nos registros (Funes, 1999). As ocupações listadas confirmam a centralidade da lavoura cacaueira e da pecuária, além do trabalho doméstico (Reis, 1979).

Casos como o de Margarida Maria, alforriada aos 68 anos, ilustram tanto a crueldade do sistema — que prolongava a escravização até a improdutividade — quanto a seletividade das concessões senhoriais. A alforria, muitas vezes, significava mais descarte do que reconhecimento (Reis, 1979; Funes, 1999). Ao lado das aquisições e alforrias, os inventários mostram também a herança de escravizados, transmitidos como bens de família.

Essa documentação, ainda que fragmentada, confirma que a escravidão foi parte constitutiva da vida econômica e social de Óbidos, e não um episódio periférico ou marginal, como muitas vezes sugeriu a historiografia tradicional (Azevedo, 1999; Gomes, 2015).

As fugas e resistências deram origem a núcleos de quilombos em diferentes pontos do município. Localidades como Arapucu, Mata, São José, Cuecé, Mondongo e Castanhanduba são hoje comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombos, mas sua origem remonta às lutas do século XIX (Reis, 1979).

O processo de aquilombamento em Óbidos tinha características próprias. As fugas eram frequentemente coletivas e aproveitavam o calendário religioso e natural da região: festas juninas, tempo das cheias e da colheita da castanha eram momentos estratégicos para escapar. Os fugitivos conheciam os rios, igarapés e caminhos da floresta, usando a geografia como aliada (Fragoso; Santos, 1983).

Os jornais da época registram a preocupação senhorial com esse movimento. O *Estrella do Amazonas* e o *Baixo Amazonas* descrevem fugas em massa — grupos de 10, 20 ou até 30 escravizados abandonando propriedades para se homiziar

nos mocambos. Esses anúncios, embora escritos sob a ótica dos senhores, revelam a dimensão coletiva da resistência e o temor que ela causava (Estrella do Amazonas, 1854; 1861).

Nos quilombos, os escravizados reconstruíram formas de vida baseadas no cultivo agrícola, no extrativismo e em redes de troca, inclusive com regatões e viajantes. Chegaram a manter relações comerciais clandestinas com holandeses da Guiana, trocando produtos locais por ferramentas e armas (Reis, 1979). Esses espaços, portanto, não eram apenas refúgios, mas comunidades organizadas, com lideranças eleitas e estruturas sociais próprias.

Apesar das expedições militares enviadas para destruí-los, os quilombos persistiram. As cabeceiras do Igarapé Grande, por exemplo, abrigaram comunidades que resistiram durante décadas (Funes, 2015). A mobilização quilombola deixou marcas profundas na identidade da região, influenciando até hoje práticas culturais, religiosas e organizativas.

O legado da escravidão em Óbidos não se encerra com a abolição formal de 1888. A presença africana continua a se expressar nas comunidades quilombolas contemporâneas, que reivindicam direitos territoriais e afirmam sua memória histórica. A partir dos anos 1980, encontros organizados pelo

Cedenpa e outras entidades fortaleceram a luta pela efetivação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, garantindo o direito à terra às comunidades remanescentes (Cavalcante, 2013).

Assim, a história dos escravizados em Óbidos deve ser compreendida em sua dupla dimensão: de um lado, a violência e o controle que marcaram séculos de exploração; de outro, a resistência criativa e persistente que permitiu a formação de quilombos e a permanência cultural negra no Baixo Amazonas (Reis, 1979; Funes, 1999; Gomes, 2015).

Considerações Finais

A análise da historiografia da chegada e do cotidiano dos escravizados em Óbidos evidencia que a presença africana na Amazônia, longe de ser periférica, foi estruturante para a formação social, econômica e cultural da região. O município, fundado em posição estratégica no Baixo Amazonas, tornou-se palco da exploração do trabalho compulsório, mas também da resistência ativa de homens e mulheres que, mesmo submetidos à violência cotidiana, recriaram formas de viver e de lutar pela liberdade.

Os registros cartoriais, os anúncios de jornais e as narrativas de viajantes confirmam a intensidade do comércio e da circulação de pessoas escravizadas, ao mesmo tempo em que revelam estratégias de resistência, como as fugas individuais e coletivas, o comércio clandestino e a formação de quilombos. Esses espaços, surgidos a partir da negação da ordem escravista, tornaram-se núcleos de permanência cultural negra, que ainda hoje marcam o território de Óbidos e ressignificam sua memória histórica.

A historiografia local, ao dar centralidade aos sujeitos escravizados e quilombolas, contribui para superar visões reducionistas que por muito tempo restringiram a economia amazônica à exploração indígena e à coleta extrativista. Ao contrário, o trabalho africano esteve na base da lavoura cacaueira, da pecuária, da construção de fortificações e da vida urbana. Mais que isso, esteve na base da construção de identidades coletivas, que resistiram à violência da escravidão e se projetaram na formação de comunidades remanescentes.

Assim, compreender a trajetória dos escravizados em Óbidos é também compreender a própria história da Amazônia e do Brasil. É reconhecer que a memória afro-amazônida não se limita ao passado, mas se manifesta nas práticas culturais,

religiosas e organizativas das comunidades quilombolas contemporâneas. O estudo historiográfico aqui apresentado, ao articular documentação primária e bibliografia especializada, reforça a importância de valorizar a história local como matriz explicativa da contemporaneidade e como base para a luta por direitos no presente.

Em síntese, os caminhos de resistência trilhados pelos escravizados e seus descendentes em Óbidos reafirmam que a escravidão, embora tenha buscado impor silêncio e apagamento, legou também um patrimônio de luta, memória e permanência cultural. É nesse diálogo entre passado e presente que se inscreve a relevância deste trabalho, apontando para a necessidade de novas investigações sobre a experiência afro-amazônida e seus desdobramentos na construção da identidade brasileira.

Referências

AZEVEDO, João Lúcio de. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e colonização*. Belém: SECULT, 1999.

BAIXO AMAZONAS. *Diversos números*, século XIX.

BARROS, José D'Assunção. *História da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 2010.

CARTÓRIO FERREIRA. *Cartório do 2º ofício de registro civil da comarca de Óbidos Registros do século XIX*.

CARTÓRIO SANTA MARIA. *Cartório do 1º tabelionato de notas e ofício de registro de imóveis de Óbidos* (Cartório Santa Maria). Registros do século XIX.

CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. "*Uma viva e permanente ameaça": resistência, rebeldia e fugas de escravos no Amazonas Provincial* (c.1850–c.1882). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

ESTRELLA DO AMAZONAS. *Diversos números*, século XIX.

FRAGOSO, Hugo; SANTOS, João. Presença franciscana na Prelazia de Óbidos. *Revista Santo Antônio*, Santarém (PA), ano 61, n. 102, out. 1983.

FUNES, Eurípedes Antônio. *Bom Jardim, Murumurutuba, Murumuru, Tiningu, Ituqui, Saracura, Arapemã. Terras de Afro-amazônidas – "Nós já somos a reserva, somos os filhos deles"*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo/UFC, 1999.

FUNES, Eurípedes Antônio. Comunidades mocambeiras do Trombetas. In: ANDRADE, Lúcia M. M. de; GRUPIONI, Denise Fajardo. *Entre águas bravas e mansas, índios & quilombolas em Oriximiná*. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo/Iepé, 2015.

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

REIS, Artur Cezar Ferreira. *História de Óbidos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Belém: Governo do Estado do Pará, 1979.

Virada conservadora nas eleições de 2018: qual o papel dos evangélicos?

Sergio Tuguio Ladeira Kitagawa
Doutor em História Social pelo PPGHS/UERJ (2022)

Introdução

As eleições presidenciais de 2018 representaram um marco decisivo na história política brasileira. Mais do que a ascensão de um novo governo, aquele pleito simbolizou uma virada conservadora que reconfigurou o debate público, reorganizou forças sociais e colocou em evidência atores religiosos que até então atuavam em segundo plano ou de forma difusa. Entre esses atores, os evangélicos assumiram lugar de destaque. Sua presença, embora não deva ser superdimensionada como causa exclusiva da vitória de Jair Bolsonaro, não pode ser desconsiderada: como parte expressiva do eleitorado e, sobretudo, como construtores de sentidos, eles se tornaram interlocutores importantes na esfera pública, traduzindo convicções religiosas em linguagem política e oferecendo plausibilidade a propostas de ordem moral, econômica e securitária que marcaram a onda conservadora.

A questão central a ser enfrentada é, portanto: **como princípios doutrinários evangélicos se conectaram ao**

discurso político da direita e contribuíram para a configuração da virada conservadora de 2018? Para responder, é necessário caracterizar o campo evangélico, compreender sua inserção histórica na política brasileira, analisar sua relação com a modernidade religiosa e, por fim, explorar as afinidades eletivas entre suas doutrinas e as teses conservadoras.

1 Quem são "os evangélicos"?

A definição do que se entende por "evangélicos" é complexa e marcada por disputas conceituais. Embora o termo tenha sua origem mais remota na Reforma do século XVI, quando Lutero rejeitou a designação de "luteranos" e preferiu identificar seus seguidores como "evangélicos", à luz da centralidade do evangelho em seus escritos (CUNHA, 2007, p. 15), ele assumiu múltiplas acepções ao longo do tempo. Naquele contexto, "evangélico" tornou-se praticamente sinônimo de "protestante", ainda que desde o início marcado por divisões internas: luteranos, calvinistas, anglicanos, anabatistas, batistas, congregacionais, metodistas, episcopais, entre outros. Esse divisionismo, constitutivo do protestantismo, atravessou séculos e desembocou, na modernidade, em uma pluralidade de

denominações e tradições que tornam o campo evangélico altamente heterogêneo.

No Brasil, os evangélicos chegaram por meio do esforço missionário de denominações norte-americanas no século XIX, em especial os presbiterianos, metodistas e batistas. Esse grupo foi posteriormente classificado pela literatura acadêmica como "protestantismo histórico", em contraste com o "pentecostalismo" que se estabeleceu no país no início do século XX (FERREIRA, 2017, p. 42). O uso da terminologia "evangélico" disseminou-se popularmente, enquanto "protestante" permaneceu restrito a círculos acadêmicos (CUNHA, 2007, p. 19). Entre os fiéis, outra designação popular foi "crente", uma abreviação de "crente em nosso Senhor Jesus Cristo", que ganhou força como identidade coletiva.

A tentativa de tipificação dos evangélicos, embora útil, carrega sempre certo grau de arbitrariedade. Ferreira (2017, p. 55), revisitando a tipologia de Steve Bruce, propôs dividi-los segundo a fonte de autoridade de seu discurso religioso: (1) o liberal, que se apoia na cultura e na razão; (2) o conservador, fundado na autoridade da Bíblia; e (3) o pentecostal, que sustenta seu discurso na experiência com o Espírito Santo. Cunha (2007, p. 28), por sua vez, destaca que, apesar das diferenças, os

evangélicos foram frequentemente classificados de modo genérico como fundamentalistas bíblicos, voltados para a piedade pessoal, avessos a manifestações culturais não cristãs e marcados por um certo isolamento das demandas sociais.

A heterogeneidade desse campo levou Burity (2018, p. 14) a propor a categoria de "termo valise" para definir "evangélico": uma designação ampla, que congrega desde protestantes históricos até pentecostais e neopentecostais. Essa última vertente, em particular, é considerada central para compreender a conformação contemporânea do campo evangélico brasileiro. O processo de "neopentecostalização" pode ser percebido em três dimensões: (1) no crescimento numérico, que faz dos evangélicos o grupo religioso de maior expansão no Brasil; (2) na difusão de suas práticas e crenças para além das denominações originárias, influenciando inclusive protestantes históricos; e (3) na projeção midiática e política, que ampliou a visibilidade pública do segmento (BURITY, 2018, p. 19).

Outra característica fundamental, destacada por Patuzzi e Mafra (2019, p. 67), é o vínculo estreito entre fé e proselitismo. Os evangélicos, em sua maioria, enfatizam a justificação pela fé como centro de sua pregação, o que os conduz a uma postura

missionária: convidar o outro a “aceitar” ou “receber Jesus”. A fé não se limita ao espaço privado ou à liturgia; ela perpassa o cotidiano, o trabalho, o estudo, as relações sociais. O proselitismo, nesse sentido, não é apenas busca por adesão institucional, mas também uma disposição em difundir a cosmovisão evangélica no espaço público, disputando corações, mentes e, em última instância, votos.

Duas marcas, portanto, são decisivas para caracterizar os evangélicos no Brasil contemporâneo. A primeira é sua identidade protestante de inconformidade com o mundo. Historicamente, essa inconformidade se manifesta tanto na teologia da batalha espiritual, predominante entre pentecostais, que vê a realidade atravessada por forças demoníacas e demanda libertação do mal (FERREIRA, 2017, p. 123), quanto na teologia de tradição reformada[1] clássica, que entende os efeitos do pecado como abrangentes e que, por isso, demanda regeneração espiritual e consagração em todas as áreas da vida. A segunda marca é o proselitismo ativo, sistematicamente incentivado como parte integrante da fé. Essa disposição em convencer o outro extrapola a dimensão religiosa e se revela

[1] A tradição reformada é aquela que descende da Reforma Suíça, sendo seus principais expoentes Ulrich Zwinlgio e João Calvino.

também como esforço de difusão de sua visão de mundo, seja por meio da evangelização, da ocupação de espaços midiáticos ou da ação política (CUNHA, 2007, p. 31).

Assim, falar em "evangélicos" no Brasil implica reconhecer um campo religioso múltiplo, diverso e em constante transformação, mas que compartilha um ethos comum: protesto, proselitismo e presença pública. É nesse horizonte que se deve compreender sua ascensão como fator político relevante na virada conservadora das eleições de 2018.

2 Religião e esfera pública: controvérsias teóricas

A religião é objeto complexo e multifacetado, o que exige abordagens interdisciplinares para sua compreensão. Historiadores, antropólogos, sociólogos e cientistas da religião têm buscado entender tanto seu aspecto substancial — em referência ao transcendente, ao sagrado e ao metafísico — quanto seu aspecto funcional, ao analisar como a religião opera socialmente e influencia a organização da vida coletiva (ALBUQUERQUE, 2013, p. 42). Na contemporaneidade, um dos traços mais marcantes é a quase onipresença da religião em diferentes esferas, o que desafia pesquisadores a redefinirem o conceito e seus limites. O fenômeno religioso perdeu nitidez

enquanto objeto empírico, mas ganhou complexidade: em vez de se estudar a religião em si mesma, passou-se a examinar suas relações com os demais campos sociais (ALBUQUERQUE, 2013, p. 45).

Nesse horizonte, dois conceitos clássicos têm sido fundamentais para pensar o lugar da religião na sociedade: a **secularização**, de Max Weber, e o **campo religioso**, de Pierre Bourdieu.

O conceito weberiano de secularização, ainda que alvo de críticas, indica o enfraquecimento do protagonismo da religião como força definidora de sentido do mundo, em contraste com a racionalidade moderna, herdeira do Iluminismo. Como observa Casanova (1994, p. 19), esse paradigma foi interpretado de três formas principais: (1) como declínio da religião, traduzido na perda de sua influência social ou, em versões mais radicais, no seu eventual desaparecimento; (2) como confinamento da religião ao âmbito privado, incapaz de incidir sobre ciência, política ou universidade; (3) como modernização social marcada pela diferenciação entre esferas seculares — Estado, economia, ciência — e a esfera religiosa, ao mesmo tempo em que esta se especializa e se diferencia. Pierucci (1997, p. 112) acrescenta que tal modelo precisa ser

problematizado, pois não se sustenta como previsão linear em contextos como o brasileiro, onde o religioso persiste e se reinventa.

Por sua vez, a teoria do campo religioso em Bourdieu está inserida em um escopo mais amplo, a economia dos campos sociais. Para o autor, a sociedade se constitui de múltiplos microcosmos dotados de relativa autonomia, nos quais agentes disputam capitais específicos que só têm valor dentro daquele campo (BOURDIEU, 1971, p. 322). No caso da religião, trata-se de um espaço de concorrência por autoridade simbólica e definição legítima da visão de mundo. Contudo, o próprio Bourdieu reconheceu limites dessa formulação, ao admitir que as disputas religiosas transbordaram para um campo mais amplo, o da manipulação simbólica, onde agentes religiosos e seculares concorrem pela capacidade de definir como o mundo deve ser interpretado (BOURDIEU, 2005, p. 48).

Essa transposição é trabalhada de forma crítica por Paula Montero (2012, p. 171), que problematiza tanto o paradigma da secularização quanto os limites da noção de campo religioso. Para a autora, as fronteiras entre religião e política não são tão evidentes, e a retórica religiosa, longe de se restringir à esfera privada, tem desempenhado papel relevante na organização do

discurso público. Por isso, ela propõe pensar a esfera pública não como entidade empírica estável, mas como um fluxo de interações discursivas, em que a legitimidade não é intrínseca ao agente, mas resultado de processos históricos de enunciação. A esfera pública se constitui, assim, por meio de **controvérsias**, nas quais diferentes atores e argumentos são mobilizados, permitindo compreender como determinados fatos se tornam problemas públicos (MONTERO, 2012, p. 175).

Esse referencial ajuda a interpretar a presença evangélica. Primeiro, porque evidencia seu caráter de "protesto", típico do protestantismo, expresso tanto na teologia da batalha espiritual pentecostal quanto na concepção reformada dos efeitos do pecado em todas as áreas da vida. Segundo, porque ilumina o papel central do proselitismo evangélico, que extrapola o objetivo de conversão religiosa e se manifesta como esforço para difundir sua cosmovisão na sociedade, disputando sentidos na esfera pública e buscando legitimidade política (CUNHA, 2007, p. 29).

Dessa forma, o debate em torno da secularização, do campo religioso e da noção de controvérsia contribui para compreender que a presença evangélica no espaço público brasileiro não pode ser vista como anomalia. Ela se insere em

um contexto de modernidade religiosa em que o religioso não desaparece, mas se desloca, assume novas formas e reivindica legitimidade em disputas discursivas que moldam a vida coletiva.

3 A construção da presença evangélica na esfera pública brasileira

A presença evangélica na esfera pública brasileira não é fruto de um acontecimento isolado, mas de um processo histórico complexo, marcado por continuidades e rupturas, tensões e acomodações. Desde a chegada do protestantismo no século XIX, em contexto de hegemonia católica, até a conformação de um bloco político conservador nas eleições de 2018, observa-se um movimento gradual de inserção, fortalecimento e visibilidade, que conferiu aos evangélicos o status de atores centrais no debate público contemporâneo.

No início, a atuação dos protestantes no Brasil estava voltada principalmente à garantia da liberdade religiosa. Missionários como Ashbel Green Simonton, pioneiro da Igreja Presbiteriana, encontraram obstáculos jurídicos e sociais em um país oficialmente católico. A Proclamação da República e a consequente separação entre Igreja e Estado em 1889 abriram

um espaço legal favorável à sua existência, mas ainda não lhes conferiram visibilidade política significativa (CUNHA, 2007, p. 15). Assim, durante boa parte do século XX, predominou entre evangélicos — especialmente pentecostais — a máxima de que "crente não se mete em política", o que reforçou sua marginalidade política e estimulou a formação de uma cultura própria, caracterizada por práticas religiosas e sociais que os distinguiam da sociedade envolvente (CUNHA, 2007, p. 31).

Esse relativo isolamento, porém, foi acompanhado da criação de uma identidade cultural marcante. O chamado "mundo gospel" consolidou-se como expressão simbólica e social dos evangélicos, com suas músicas, editoras, rádios, canais de televisão e, mais recentemente, plataformas digitais. Essa midiatização da fé contribuiu decisivamente para a ampliação da influência evangélica na esfera pública, ao transformar práticas religiosas em produtos culturais e criar líderes midiáticos com alcance nacional (CUNHA, 2007, p. 31).

O crescimento demográfico do segmento, sobretudo a partir da expansão pentecostal e neopentecostal, deu escala a esse fenômeno. Como observa Lacerda (2016, p. 128), embora o aumento de candidaturas evangélicas entre 1998 e 2014 não tenha produzido uma correspondência linear com o tamanho do

contingente populacional, o processo resultou em uma presença crescente e estruturada no campo político. Isso revela que a representatividade evangélica não se explica apenas pelo peso numérico, mas pela articulação estratégica de lideranças, igrejas e partidos, que passaram a disputar espaço de forma mais consciente e organizada.

Burity (2018, p. 19) identifica três momentos fundamentais dessa trajetória política recente. O primeiro, nos anos 1980 e 1990, caracterizou-se pela demonização da esquerda e pela mobilização contra a ascensão do Partido dos Trabalhadores, visto como ameaça ideológica e moral. O segundo, nos anos 2000, foi marcado por uma postura pragmática, em que setores evangélicos se aproximaram do presidencialismo de coalizão, estabelecendo alianças com governos de centro-esquerda. O terceiro, a partir da década de 2010, corresponde a uma ruptura desse pragmatismo e à adesão decidida a um projeto conservador, que encontrou no impeachment de Dilma Rousseff e na eleição de Jair Bolsonaro seus momentos culminantes.

Nesse processo, os evangélicos desenvolveram o que se pode chamar de uma estratégia de “minoritização” (BURITY, 2018, p. 22). Embora formassem uma parcela significativa da

população, apresentaram-se como minoria religiosa em busca de reconhecimento e respeito em uma sociedade majoritariamente católica. Essa identidade minoritária foi mobilizada como recurso político, conferindo legitimidade a suas reivindicações e fortalecendo sua atuação parlamentar. A criação de partidos com forte composição evangélica, como o Partido Social Cristão (PSC) e o Partido Republicano Brasileiro (PRB), além da formação de frentes parlamentares, tornou essa presença mais visível e influente.

A articulação política se ampliou com alianças estratégicas. A chamada "bancada BBB" — Boi, Bala e Bíblia — exemplifica a convergência entre ruralistas, defensores da segurança pública e lideranças evangélicas em torno de uma agenda conservadora. Além disso, nos últimos anos, consolidaram-se parcerias interconfessionais, como a Frente Parlamentar Mista Católico-Romana, unida em torno da defesa da chamada "herança judaico-cristã" (ALMEIDA; CAMURÇA; et al., 2019, p. 47). Essa coalizão ampliou o raio de ação dos evangélicos, conferindo-lhes maior capacidade de pautar debates e influenciar decisões.

Casos concretos ilustram a eficácia dessa estratégia. A eleição de Eduardo Cunha à presidência da Câmara dos

Deputados, em 2015, marcou um momento de protagonismo evangélico no Legislativo, possibilitando avanços na agenda conservadora. A Operação Lava Jato, por sua vez, foi interpretada por setores evangélicos como sinal da providência divina em resposta a suas orações, especialmente em razão da participação de procuradores identificados como crentes, como Deltan Dallagnol, cuja atuação ganhou contornos messiânicos junto a parte do público religioso (FONSECA, 2019, p. 88). Paralelamente, lideranças midiáticas como o pastor Silas Malafaia assumiram o papel de interlocutores públicos, exercendo influência tanto sobre os fiéis quanto sobre a opinião pública mais ampla (CUNHA, 2007, p. 29).

Ainda que sua força política seja inegável, é importante reconhecer os limites e tensões desse processo. Os evangélicos não constituem um bloco homogêneo: suas posições variam segundo denominações, lideranças e contextos regionais. Como sublinha Targino (2018, p. 134), há divergências entre elites religiosas e bases, o que torna o apoio evangélico relevante, mas também volátil e sujeito a disputas internas. Além disso, o crescimento numérico não se traduz automaticamente em hegemonia política, dada a pluralidade interna e a concorrência

entre diferentes segmentos do campo evangélico (LACERDA, 2016, p. 128).

Em síntese, a construção da presença evangélica na esfera pública brasileira deve ser entendida como um processo de longa duração, no qual fatores históricos, culturais, demográficos e políticos se articularam. De uma condição inicial de marginalidade e isolamento, os evangélicos passaram a ocupar espaços midiáticos e políticos de relevância, assumindo papel de interlocutores ativos nas disputas públicas. Esse percurso explica, em grande medida, o protagonismo alcançado pelo segmento nas eleições de 2018, quando sua influência simbólica e sua capacidade de mobilização se consolidaram como parte essencial da virada conservadora.

4 Modernidade religiosa e afinidades com o conservadorismo

A modernidade religiosa não se caracteriza pela extinção da religião, mas por sua transformação e reconfiguração em novas condições sociais, culturais e políticas. Longe de desaparecer, o religioso adquire formas diferenciadas, pluralizadas e adaptadas ao contexto moderno, em que a individualização do crer e a dispersão das pertenças

institucionais passam a ser traços marcantes. Nesse cenário, a presença evangélica precisa ser compreendida como expressão de um fenômeno mais amplo: a reconfiguração das crenças em um mundo marcado pela pluralidade e pela fluidez.

Danièle Hervieu-Léger (2008, p. 26) destaca que a modernidade é acompanhada por um processo de individualização das escolhas religiosas. O crente moderno deixa de herdar automaticamente sua identidade confessional e passa a construí-la de forma reflexiva, muitas vezes por meio de uma bricolagem que reúne elementos diversos da tradição, da experiência e até mesmo da cultura de consumo. A figura do "peregrino" ilustra essa condição: trata-se daquele que busca referências espirituais em diferentes lugares, compondo uma trajetória de fé fragmentada. Por outro lado, a figura do "convertido" representa a necessidade de continuidade e de memória coletiva, encontrada nas comunidades religiosas que oferecem pertença e identidade. Esse duplo movimento — fragmentação e busca de pertencimento — explica por que, em um mundo de incertezas, grupos evangélicos conseguem oferecer tanto sentido quanto segurança.

Peter Berger (1967, p. 45) acrescenta a noção de "estruturas de plausibilidade": para que uma crença seja

socialmente mantida, ela precisa de um contexto que a torne plausível, isto é, que ofereça suporte simbólico e comunitário. Na modernidade, essas estruturas são enfraquecidas pelo pluralismo religioso e pela secularização, de modo que a plausibilidade da fé não é mais autoevidente. É nesse ambiente que comunidades evangélicas, com seus ritos, redes sociais e forte cultura de pertencimento, funcionam como enclaves de plausibilidade. Elas não apenas reforçam a fé dos membros, mas também oferecem uma narrativa coerente para interpretar os dilemas do mundo contemporâneo.

A presença pública da religião em sociedades modernas, no entanto, exige mais do que plausibilidade interna: exige capacidade de diálogo e de tradução. Jürgen Habermas (2013, p. 5) propõe, nesse sentido, a denominada "tradução cooperativa de conteúdos religiosos": os cidadãos religiosos podem e devem participar do espaço público, mas, para tanto, precisam traduzir seus argumentos em uma linguagem acessível a todos, capaz de ser compreendida em termos seculares. A esfera pública democrática é, portanto, espaço de cooperação, em que tanto religiosos quanto não religiosos assumem o compromisso de dialogar em termos compartilháveis. Essa perspectiva é particularmente útil para interpretar como os evangélicos

brasileiros, em contextos como as eleições de 2018, transitaram entre sua linguagem confessional e um discurso político de caráter conservador, em muitos casos conseguindo tornar plausíveis suas posições diante de uma audiência mais ampla.

Esse quadro de modernidade religiosa permite retomar a noção weberiana de "afinidade eletiva", reelaborada por Michael Löwy (1989, p. 10). Trata-se da atração recíproca entre dois conjuntos de valores ou visões de mundo que, embora distintos, encontram pontos de convergência que os aproximam. No caso brasileiro, a doutrina evangélica, em suas diversas tradições, estabeleceu afinidades com o discurso político conservador em pelo menos três dimensões.

A primeira é a dimensão moral. A defesa da família nuclear heterossexual, a rejeição ao aborto e à educação sexual nas escolas e a oposição às pautas de gênero encontram base em leituras bíblicas literais, como a narrativa da criação em Gênesis. Essas convicções doutrinárias convergiram com a agenda conservadora de setores políticos que denunciaram a "ideologia de gênero" como ameaça à ordem social (CUNHA, 2007, p. 29).

A segunda é a dimensão econômica. O *ethos* do trabalho, herdado da tradição protestante, e a ênfase neopentecostal na teologia da prosperidade legitimam a ideia de meritocracia e

empreendedorismo. O sucesso material passa a ser interpretado como fruto da bênção divina sobre o esforço individual, em sintonia com discursos liberais de mercado e de responsabilização pessoal (FERREIRA, 2017, p. 123). Essa visão reforça a legitimidade da propriedade privada e alimenta uma leitura moralizada da economia, em que pobreza e riqueza são interpretadas também em termos espirituais.

A terceira é a dimensão securitária. O texto bíblico de Romanos, capítulo 13 é frequentemente mobilizado para legitimar a ideia de que o Estado é instrumento de Deus para punir o mal e garantir a ordem. Daí decorre a afinidade com pautas punitivistas, como a defesa do armamento civil e, em alguns casos, a defesa da pena de morte. O discurso de "lei e ordem" se alinha à leitura evangélica que valoriza a autoridade, a disciplina e a proteção da família contra ameaças externas (BURITY, 2018, p. 22).

Além disso, o antipetismo e o anticomunismo funcionaram como catalisadores dessa afinidade eletiva. A esquerda foi identificada, no imaginário evangélico, com o materialismo ateu e com valores contrários à fé cristã, tornando-se o inimigo simbólico a ser combatido. O antipetismo, em especial, aglutinou diferentes bandeiras conservadoras em torno

de uma identidade comum, pavimentando o apoio massivo de setores evangélicos à candidatura de Bolsonaro em 2018 (ALMEIDA, 2019, p. 47).

Assim, a modernidade religiosa, longe de esvaziar a religião, abriu espaço para sua reinvenção e para sua inserção em novas disputas sociais. No Brasil, os evangélicos souberam articular sua doutrina com valores conservadores mais amplos, estabelecendo afinidades que lhes permitiram não apenas preservar sua identidade, mas também conquistar legitimidade pública e protagonismo político. É nesse contexto que se compreende sua participação decisiva na virada conservadora de 2018: não como fenômeno isolado, mas como resultado de uma confluência entre transformações religiosas e agendas políticas.

5 Doutrinas evangélicas e teses conservadoras

A análise da participação evangélica na virada conservadora de 2018 exige compreender não apenas a trajetória histórica e política desse segmento, mas também as conexões entre seus referenciais doutrinários e as teses defendidas pelo conservadorismo contemporâneo. Mais do que uma aliança circunstancial ou meramente pragmática, trata-se de identificar **afinidades eletivas** (LÖWY, 1989, p. 10) que explicam a

convergência entre fé e política, teologia e ideologia, moral religiosa e agenda pública.

Embora o campo evangélico seja plural e marcado por divergências internas, é possível reconhecer alguns eixos doutrinários recorrentes que, ao se articular com o discurso político conservador, produziram uma narrativa coerente e socialmente plausível.

5.1 Economia liberal e meritocracia

A ética do trabalho é um dos elementos centrais da tradição protestante. Desde os escritos de Lutero e Calvino, a ideia de vocação foi ressignificada como chamada divina para o exercício das atividades seculares, conferindo dignidade ao labor cotidiano. Max Weber (2004, p. 63) interpretou esse ethos como um dos fundamentos culturais do espírito do capitalismo moderno, ao valorizar disciplina, poupança e racionalidade econômica.

No contexto evangélico brasileiro, essa tradição encontrou novas expressões. Entre protestantes históricos, permanece a valorização do trabalho diligente como sinal de fidelidade a Deus. Entre neopentecostais, a Teologia da Prosperidade ampliou esse princípio, associando fé, sacrifício e

resultados materiais. A bênção de Deus é entendida como prosperidade financeira, enquanto a pobreza pode ser interpretada como falta de fé ou como consequência espiritual (FERREIRA, 2017, p. 123).

Esse *ethos* legitima a defesa de políticas liberais, que responsabilizam o indivíduo por seu sucesso ou fracasso. A meritocracia, nesse horizonte, não é apenas um princípio econômico, mas uma expressão teológica: Deus abençoa o fiel trabalhador e empreendedor. A propriedade privada torna-se fruto da virtude, e a intervenção estatal, quando vista como excessiva, aparece como ameaça à liberdade concedida por Deus. Assim, valores religiosos se alinham naturalmente a propostas econômicas da nova direita.

5.2 Conservadorismo moral e sexualidade

Outro ponto de convergência se dá no campo da moralidade. O criacionismo bíblico sustenta uma antropologia marcada pela distinção sexual binária: homem e mulher como "coroa da criação" (CUNHA, 2007, p. 29). Dessa leitura decorre a defesa da família heterossexual e monogâmica como modelo normativo instituído por Deus.

Consequentemente, evangélicos tendem a se posicionar contra o aborto, visto como atentado contra a vida criada por Deus, e contra as políticas de gênero, interpretadas como tentativa de desconstruir a ordem natural estabelecida pela criação. A chamada pelos evangélicos de "ideologia de gênero" foi denunciada em púlpitos, campanhas eleitorais e redes sociais como ameaça direta à infância, à família e à própria fé. Essa narrativa encontrou eco imediato no discurso conservador, que se mobilizou em torno da defesa dos "valores da família".

O resultado foi a formação de uma **ideologia de Gênesis**, contraposta à ideologia de gênero: enquanto esta é associada ao relativismo moral e à corrupção da ordem, aquela é apresentada como fundamento inegociável da moralidade pública. A educação sexual, por exemplo, foi criticada como tentativa estatal de invadir a esfera familiar, e a agenda LGBTQIA+ foi denunciada como afronta à fé. A convergência entre teologia e política, nesse ponto, foi direta e massiva.

5.3 Segurança pública e punitivismo

A doutrina da soberania divina sobre os governos, a partir de textos como Romanos 13, é frequentemente invocada para justificar a função punitiva do Estado. Deus instituiu as

autoridades “para punir o mal e recompensar o bem”, de modo que a obediência civil é vista como dever religioso. Esse princípio, quando articulado à realidade da violência urbana no Brasil, produziu afinidade com políticas de “lei e ordem”.

A defesa do armamento civil, por exemplo, encontrou respaldo em setores evangélicos que enxergam na proteção da família uma responsabilidade espiritual. O discurso punitivista, que legitima o endurecimento penal e, em alguns casos, até a pena de morte, também encontrou defensores entre lideranças religiosas (BURITY, 2018, p. 22). Assim, segurança pública tornou-se bandeira moralizada: não se trata apenas de um problema técnico de gestão estatal, mas de uma questão espiritual, na qual se enfrenta o mal e se preserva a ordem instituída por Deus.

5.4 Antiesquerdismo e antipetismo

Talvez o eixo mais forte de convergência entre evangélicos e conservadorismo político tenha sido o **antiesquerdismo**, historicamente associado ao anticomunismo. No imaginário evangélico, a esquerda foi identificada ao ateísmo, ao materialismo e à perseguição da fé cristã. Esse temor foi intensificado no contexto latino-americano pelas memórias

da Teologia da Libertação, vista como rival ideológica, e pelos vínculos entre partidos de esquerda e movimentos sociais que defendiam pautas morais divergentes da tradição evangélica.

Nas eleições de 2018, esse anticomunismo genérico foi canalizado em antipetismo. O Partido dos Trabalhadores passou a ser identificado não apenas como adversário político, mas como inimigo da fé e da moral cristã. Essa narrativa unificou diferentes denominações e correntes evangélicas, criando um terreno comum de oposição e mobilização. O antipetismo funcionou como elo que articulou os eixos econômico, moral e securitário em uma identidade política conservadora coesa (ALMEIDA, 2019, p. 47).

5.5 Síntese: afinidades eletivas em ação

O quadro descrito acima revela que as doutrinas evangélicas não foram simplesmente instrumentalizadas pela política conservadora, mas compartilharam com ela princípios estruturantes que favoreceram a convergência. O *ethos* do trabalho e da prosperidade legitimou a meritocracia liberal; a leitura criacionista da antropologia humana legitimou a defesa da família tradicional; a teologia da autoridade legitimou

políticas punitivistas; e o anticomunismo legitimou a adesão ao antipetismo.

Essas afinidades eletivas explicam por que, em 2018, parcela significativa dos evangélicos não apenas votou em Jair Bolsonaro, mas se engajou ativamente em sua campanha, reproduzindo discursos em púlpitos, templos, redes sociais e comunidades locais. A convergência entre doutrina e política foi suficiente para transformar convicções religiosas em plataforma eleitoral, conferindo legitimidade simbólica a uma agenda conservadora mais ampla.

Considerações Finais

A eleição de 2018 não foi decidida exclusivamente pelo voto evangélico, mas esse segmento desempenhou papel simbólico central na virada conservadora. A força de sua contribuição não está apenas em números eleitorais, mas na capacidade de traduzir convicções religiosas em linguagem política, conferindo plausibilidade a propostas conservadoras em um contexto de crise.

As afinidades eletivas entre doutrinas evangélicas e teses da nova direita — meritocracia, moral sexual, punitivismo e anticomunismo — explicam por que tantos evangélicos se

engajaram ativamente na campanha de Bolsonaro. Ao mesmo tempo, a onda conservadora não é fenômeno exclusivamente nacional, mas parte de um movimento transnacional da "nova direita", no qual cristãos, católicos e evangélicos, se articulam em torno de valores comuns.

O caso brasileiro, contudo, revela peculiaridades: a rápida expansão numérica dos evangélicos, sua midiatização, sua teologia pragmática e seu proselitismo tornaram-nos interlocutores incontornáveis na esfera pública. O pleito de 2018 foi, portanto, não apenas uma vitória eleitoral, mas a consagração da presença evangélica como ator político relevante, capaz de disputar sentidos, moldar agendas e influenciar rumos nacionais.

Referências

ALBUQUERQUE, Eduardo Basto de. Da história religiosa à história cultural do sagrado. *Revista Ciências da Religião-História e Sociedade*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 34-49, 2007.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, jan.-abr. 2019.

ALMEIDA, Ronaldo de; CAMURÇA, Marcelo Ayres; et al. Religião, política e espaço público no Brasil: perspectiva histórico/sociológica e a conjuntura das eleições presidenciais de 2018. *Estudos de Sociologia*, Recife, v. 2, p. 3-212, 2019.

BERGER, Peter. *Os múltiplos altares da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2017.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BURITY, Joanildo. A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder? In: ALMEIDA, Ronaldo; TONIOL, Rodrigo (Orgs.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. p. 13-42.

CASANOVA, José. *Public Religions in the Modern World*. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CUNHA, Magali do Nascimento. *Do púlpito às mídias sociais: evangélicos na política e ativismo digital*. Curitiba: Appris, 2007.

FERREIRA, Valdinei. *Protestantismo e modernidade no Brasil: da utopia à nostalgia*. São Paulo: Reflexão, 2017.

FONSECA, Alexandre Brasil. Foram os evangélicos que elegeram Bolsonaro? *Revista IHU On-Line*, São Leopoldo, 7 nov. 2018. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584446-foram-os-evangelicos-que-elegeram-bolsonaro. Acesso em: 21 jun. 2021.

HABERMAS, Jürgen. *Fé e saber*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2008.

LACERDA, Fábio. *Pentecostalismo, eleições e representação política no Brasil contemporâneo*. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

LÖWY, Michael. *Afinidade eletiva*. In: Dicionário Max Weber. São Paulo: Unesp, 2009.

MAFRA, Clara. *Os evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 167-183, 2012.

PATUZZI, Silvia. Sem intermediários. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 87, p. 20-21, dez. 2012.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Secularização em Max Weber: da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 47, p. 109-119, mar. 1997.

TARGINO, Janine. Os evangélicos na política desfazendo equívocos e abrindo novos horizontes. *Observatório do Estado Latino-Americano*, UFRGS, 4 nov. 2020. Disponível em: https://www.ufrgs.br/odela/2020/11/04/os-evangelicos-na-politica-desfazendo-equivocos-e-abrindo-novos-horizontes-de-analise/. Acesso em: 4 maio 2022.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

SEMINÁRIO INTERNO PPGHS 2025

TERRITÓRIO, CONFLITO E CONEXÕES FLUMINENSES: OS 460 ANOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Realização: PPGHS

Apoio: Faculdade de Formação de Professores UERJ; FAPERJ Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro; CAPES

